SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 03 de Agosto de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO XV | Nº 3586

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2023 / 2024

CHAPA: "JUNTOS, CONSTRUIR O PARANÁ QUE QUEREMOS!"

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECILIA DO PAVÃO	AMUNOP
1º VICE-PRESIDENTE	SERGIO ONOFRE	ARAPONGAS	AMEPAR
2º VICE-PRESIDENTE	ROBERTO REIS DE LIMA	GOIOERÊ	COMCAM
3º VICE-PRESIDENTE	EDEMÉTRIO BENATO JÚNIOR	INÁCIO MARTINS	AMCESPAR
1º SECRETÁRIO	MARCIANO VOTTRI	VITORINO	AMSOP
2º SECRETÁRIO	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	TERRA RICA	AMUNPAR
1º TESOUREIRO	EMERSON TOLEDO PIRES	CAMBIRA	AMUVI
2º TESOUREIRO	SUZIE PUCILLO ZANATTA	ASTORGA	AMUSEP
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS	ROBERTO CORDEIRO JUSTUS	GUARATUBA	AMLIPA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PORTARIA Nº 1866, DE 31 DE JULHO DE 2026

Concede férias regulares ao servidor público municipal Amilton Godin Dalmas, e dá outras providências.

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal 12.06/2005,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulares de 15 (quinze) dias, no período compreendido entre os dias 03 de agosto de 2026 à 17 de agosto de 2026, ao servidor público abaixo relacionado:

Nome:	CPF	Cargo:	Período Aquisitivo
Amilton Godin Dalmas	856.210.729-87	Motorista De Veículos Leves	2025/2026

Art. 2° - No que se refere ao restante das férias acima mencionadas, ou seja, 15 (quinze) dias serão usufruídas pelo servidor em data oportuna.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:700F4E6F

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PRIMEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO - ARP 165/2025

Ata de Registro de Preços 165/2025
Termo Aditivo: 1/2026
Licitação: Pregão Eletrônico n° 53/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
CONTRATADO: FACHINI MATERIAIS DE CONSTRUCOES LTDA, ESTABELECIDA NA AVENIDA VEREADOR VALMIR ANTÔNIO ALEXANDRE, Nº 204, CENTRO, NA CIDADE DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ.
Objeto: REGISTRO DE PREÇO para futuras e eventuais aquisições de materiais de construção, ferramentas e afins para atendimento de todas as secretarias, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital.
Prazo de Vigência: 02/08/2026 à 02/08/2027.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Data de Assinatura: 31 de julho de 2026.

GIVANILDO TRUMI,
Prefeito Municipal de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu,31 de julho de 2026

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:E2F6EA54

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PRIMEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO - ARP 166/2025

Ata de Registro de Preços 166/2025
Termo Aditivo: 1/2026
Licitação: Pregão Eletrônico n° 53/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
CONTRATADO: AFP COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCÃO LTDA, ESTABELECIDA NA AVENIDA VEREADOR VALMIR ANTÔNIO ALEXANDRE, Nº 233, CENTRO, NA CIDADE DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ.
Objeto: REGISTRO DE PREÇO para futuras e eventuais aquisições de materiais de construção, ferramentas e afins para atendimento de todas as secretarias, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital.
Prazo de Vigência: 02/08/2026 à 02/08/2027.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

Data de Assinatura: 31 de julho de 2026.

GIVANILDO TRUMI,
Prefeito Municipal de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu,31 de julho de 2026

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:487846AC

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO QUE FAZEM ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, E O CLUBE DOS IDOSOS NOSSA SENHORA APARECIDA DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU-PR, NAS CONDIÇÕES A SEGUIR:

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ nº 95.589-255/0001-48, com sede na Avenida Demétrio Pinzon, nº 16, Centro, Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **GIVANILDO TRUMI,** brasileiro casado, portador do RG/CPF nº 980.475.829-68, residente e domicilio na Rua das Caliandras, nº 182, Centro, na cidade de Boa Esperança do Iguaçu-PR, abaixo assinado, doravante designado **MUNICÍPIO CONCEDENTE**, e de outro lado, o **CLUBE DOS IDOSOS NOSSA SENHORA APARECIDA,** da cidade de Boa Esperança do Iguaçu-PR, entidade de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.996.196/0001-41, neste ato representado por seu representante legal, Senhor **CARLOS ANTONIO VARIANI**, brasileiro, casado, portador do RG/CPF nº 513.181.219-49, residente e domiciliado em Linha Begnini, Município de Boa Esperança do Iguaçu-PR, ao fim assinado, de ora em diante denominado simplesmente de **CONCESSIONÁRIO,** acordam celebrar o presente termo, estando às partes sujeitas as normas da Lei Municipal nº 796, de 15 de janeiro de 2026, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO

O presente Termo de Concessão de Direito Real de Uso de bem público, com amparo da Lei Orgânica Municipal, e das normas da Lei Municipal nº 796, de 15 de janeiro de 2026, onde o **MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU/PR**, fica autorizado a formalizar a concessão de direito real de uso sobre imóvel urbano com benfeitoria ao **CLUBE DOS IDOSOS NOSSA SENHORA APARECIDA** de Boa Esperança do Iguaçu-PR, entidade de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.996.196/0001-41, com estatuto próprio, diretoria legalmente constituída e sem finalidades lucrativas.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

É objeto da presente concessão, o *Lote Urbano nº 03 (três), da quadra nº 14, do Patrimônio de Boa Esperança do Iguaçu, da cidade de Boa Esperança do Iguaçu, da Comarca de Dois Vizinhos-PR, com área de 880,00 m² (oitocentos e oitenta metros quadrados) de terreno, Matrícula Imobiliária nº 19.081, do Cartório de Registro Geral de Imóveis do Município e Comarca de Dois Vizinhos-PR, com a benfeitoria representada pelo barracão construído em alvenaria sobre o imóvel.*

CLÁUSULA TERCEIRA – DESTINAÇÃO

A Concessão de Direito Real de Uso do imóvel, destina-se exclusivamente o **CONCESSIONÁRIO,** que terá, no local, sua sede, sendo vetada qualquer outra destinação.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA
A concessão de uso será concedida com prazo de quinze (15) anos, podendo ser prorrogada por igual período se a finalidade da concessão estabelecida no art. 2º, da Lei 796, de 15 de janeiro de 2026, estiver sendo cumprida.

CLÁUSULA QUINTA - DA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO

O **CONCESSIONÁRIO** poderá realizar no imóvel as obras e melhorias necessárias ao cumprimento da finalidade desta concessão de uso, sempre mediante prévia anuência do Município.

As reformas e ampliações a serem realizada no imóvel, objeto da Concessão de Uso, correrá às expensas do Município **CONCEDENTE** ou do **CONCESSIONÁRIO.**
Ocorrendo a resolução do presente termo, qualquer tipo de melhoria que houver sido realizada sobre o imóvel, objeto desta Concessão, permanecerá no local e serão incorporados ao patrimônio do Município, fato que também se dará no término do prazo acordado, se não for acertado novo período de concessão

CLAUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS

Em atendimento ao interesse público, a concessão de direito real de uso de bem público municipal de que trata a Lei Municipal nº 796, de 15 de janeiro de 2026, será realizada a título gratuito e por tempo certo, tendo esta natureza jurídica de direito público e caráter sintagmático, comutativo e personalíssimo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PROIBIÇÕES

O uso do bem público é vinculado à destinação específica, delimitada nos termos da Lei Municipal nº 796, e sua utilização com fins comunitários e de promoção das atividades desenvolvidas pela entidade associativa civil, em conformidade com o previsto no seu Estatuto ou Contrato Social.
É expressamente proibido ao **CONCESSIONÁRIO** transferir a terceiros os direitos decorrentes do presente instrumento.
O não cumprimento do disposto neste artigo, tornará nula de pleno direito a concessão feita, revertendo o imóvel à posse do Município, com cassação da concessão pelo concedente, independentemente de notificação e sem gerar direito de indenização aos concessionários, seja por que título for.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

O Município **CONCEDENTE** exercerá, por meio de fiscais, amplo controle sobre a utilização do imóvel. A fiscalização ocorrerá a qualquer momento, conforme convier**,** por meio de pessoa devidamente designada pata tal fim.
É facultado à fiscalização intervir a qualquer momento, desde que seja constatada ilegalidade no cumprimento deste termo. A intervenção será no sentido de cessar a irregularidade que estiver ocorrendo.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

O presente termo poderá ser rescindido:
I – mediante acordo expresso e firmado pelas partes, após aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias pelo interessado;
II – a presente Concessão de Direito Real de Uso poderá ser revogada por iniciativa do Município CONCEDENTE, a qualquer momento, caso ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na legislação sobre o assunto.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS

Eventuais pendências decorrentes da concessão de direito real de uso, ora firmada, serão dirimidas em consonância com a legislação atinente à espécie e a Lei Orgânica Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Dois Vizinhos-PR, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem assim acordados, firmam este instrumento em 02(DUAS) vias de igual teor e forma, ante duas testemunhas presenciais, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis.

Município de Boa Esperança do Iguaçu-PR
Município Concedente
ANTONIO BIANCHINI
Prefeito em Exercício

Clube Dos Idosos Nossa Senhora Aparecida
Concessionário
CARLOS ANTONIO VARIANI
Presidente

TESTEMUNHAS:

_____
RAFAEL JOSÉ GAVA
CPF: 075.115.189-07

_____
EMERSON PALADINI
CPF: 025.582.869-19

Publicado por:
Valcir Paim de Andrade
Código Identificador:9A25412A

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2026
Processo Adm: Nº 073/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia e construção civil para execução da obra de construção do Vestiário do Campo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu - PR, com área construída de 154,00 m², mediante o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e todos os serviços necessários à completa execução da obra, com recursos provenientes do Fundo Municipal do Esporte, oriundos do cofinanciamento estadual aprovado pela Deliberação nº 001/2026.

Empresas vencedoras valor total: R$ 512.700,00(quinhentos e doze mil e setecentos reais):**DERIVADOS DE CIMENTO DUOVIZINHENSE LTDA**(78724937000105) com os lotes: 1 no valor total de R$ 512.700,00 (quinhentos e doze mil e setecentos reais).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA DO IGUACU, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) 14.133/2021, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU (PR), 31 de julho de 2026.

GIVANILDO TRUMI
Autoridade Competente

EXTRATO DO CONTRATO
NÚMERO DO CONTRATO: 093/2026.
CONTRATANTE: Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, com sede à Avenida Vereador Valmir Antônio Alexandre, n° 278, centro na cidade de Boa Esperança do Iguaçu/PR, inscrito no CGC/MF n° 95.589.255/0001-48, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Givanildo Trumi, portador da Cédula de Identidade RG n° 6.676.643-8 e do CPF/MF n° 980.475.829-68.
CONTRATADA: DERIVADOS DE CIMENTO DUOVIZINHENSE LTDA – CNPJ 78.724.937/0001-05.
OBJETO: Contratação de empresa especializada na área de engenharia e construção civil para execução da obra de construção do Vestiário do Campo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu - PR, com área construída de 154,00 m², mediante o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e todos os serviços necessários à completa execução da obra, com recursos provenientes do Fundo Municipal do Esporte, oriundos do cofinanciamento estadual aprovado pela Deliberação nº 001/2026, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Esportes e Cultura do Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR.
VALOR TOTAL: R$ 512.700,00 (quinhentos e doze mil e setecentos reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 300 (trezentos dias) - 31/07/2026 à 26/05/2027
PRAZO DE EXECUÇÃO: 240 (duzentos e quarenta) dias.
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 31/07/2026.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Boa Esperança do Iguaçu/PR, 31 de julho de 2026.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:6EFF08F6

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026
Processo Adm: Nº 067/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de mochilas e bolsas personalizadas para os Agentes de Combate a Endemias (ACE), Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Equipes de Saúde da Família (ESF), conforme especificações técnicas, em decorrência do Pregão Eletrônico nº 031/2026 ter sido declarado deserto, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.

Empresas vencedoras valor total: R$ 3.691,38(três mil e seiscentos e noventa e um reais e trinta e oito centavos):**COMERCIAL SOETHE LTDA ME**(21264454000140) com os lotes: 1 no valor total de R$ 3.691,38 (três mil e seiscentos e noventa e um reais e trinta e oito centavos).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA DO IGUACU, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) 14.133/2021, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU (PR), 31 de julho de 2026.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO
Contrato: 94/2026
Pregão Eletrônico n° 038/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
CONTRATADA: COMERCIAL SOETHE LTDA - ME
CNPJ: 21.264.454/0001-40
Endereço do Contratado: Rua Pedro Kosmann, nº 135, Sala 02, Centro, na cidade de Iporã do Oeste, Estado de Santa Catarina.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de mochilas e bolsas personalizadas para os Agentes de Combate a Endemias (ACE), Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Equipes de Saúde da Família (ESF), conforme especificações técnicas, em decorrência do Pregão Eletrônico nº 031/2026 ter sido declarado deserto, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.
Valor: R$ 3.691,38 (três mil, seiscentos e noventa e um reais e trinta e oito centavos).
Prazo de vigência: 31/07/2026 à 31/12/2026.
Data de assinatura do contrato: 31 de julho de 2026.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

Boa Esperança do Iguaçu/PR, 31 de julho de 2026.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:341ACBF4

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
DECRETO SUPLEMENTAR Nº 248 DE 31 DE JULHO DE 2026.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhes confere os incisos I, II, III e IV do Artigo 4° da Lei Municipal n° 4.187/2025, de 17/12/2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 570.000,00 (quinhentos e setenta mil reais), no Orçamento Geral do Município conforme Lei nº 4.187/2025, de 17/12/2025 na classificação funcional programática abaixo:

RUBRICA ORÇAMENTARIA	FONTE	VALOR
03.01.04.122.0002.2.006.3.1.90.30 (2764)	510	50.000,00
05.01.26.782.0014.2.009.3.3.90.30 (130)	000	250.000,00
06.03.12.361.0003.2.026.3.3.90.30 (2179)	1040	40.000,00
06.03.12.365.0003.2.027.3.3.90.30 (2208)	1040	40.000,00
07.02.10.301.0007.2.035.3.3.90.39 (369)	303	50.000,00
07.02.10.304.0007.2.038.3.3.90.30 (424)	494	90.000,00
08.02.08.122.0008.2.044.3.3.90.39 (456)	940	5.000,00
08.03.08.243.0009.6.001.3.3.90.48 (2921)	5880	25.000,00
10.01.20.608.0013.2.049.3.3.90.30 (586)	000	20.000,00
TOTAL		**570.000,00**

Art. 2º - Os recursos para fazer face às despesas decorrentes da abertura dos créditos serão utilizados conforme demonstrado abaixo:

I – Anulação de dotação:

RUBRICA ORÇAMENTARIA	FONTE	VALOR
03.01.04.122.0002.1.002.4.4.90.52 (41)	510	50.000,00
06.03.12.361.0003.2.026.3.1.90.11 (241)	1040	80.000,00
07.02.10.304.0007.2.038.3.1.90.11 (417)	494	90.000,00
07.02.10.302.0007.2.036. 3.3.71.70 (387)	303	50.000,00
08.01.16.482.0021.1.003.4.4.90.51 (451)	000	165.800,00
08.02.08.245.0008.2.043.3.1.90.11 (462)	000	84.200,00
08.02.08.122.0008.2.044.3.3.90.30 (454)	940	5.000,00
10.01.20.423.0013.2.048.3.3.90.30 (573)	000	20.000,00
TOTAL		**545.000,00**

II – Superávit financeiro - Rec. Vinculado:

NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
Contrib.elegados de entid.n gov-eca/FNDA	5880	25.000,00
TOTAL		**25.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Chopinzinho, PR, 31 de julho de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rodrigo Jazynski
Código Identificador:656AB7FD

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 90047/2026 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL, COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão. Edital nº 90047/2026. (987503 - 11/2026). Forma: Eletrônico. Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/. Data da Licitação: Dia 18 de agosto de 2026, às 09:00 (nove) horas. Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de Agente de Apoio Educacional, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Valor máximo estimado: R$ 3.289.453,20 (três milhões, duzentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e vinte centavos). Gênero: Serviços. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR, das 08:00/12:00 e das 13:00/17:00hrs, e no endereço eletrônico: www.chopinzinho.pr.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações pelo telefone: (46) 9 9937-0154.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:9CF5A4AB

GABINETE DO PREFEITO
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE ONCVIDA - PROTOCOLO 2994-2025

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

O presente documento trata da Dispensa de Chamamento Público para a formalização de Termo de Fomento com a **ASSOCIAÇÃO ONCVIDA DE CHOPINZINHO**, inscrita no **CNPJ nº 33.615.968/0001-81**, visando à celebração de parceria com recursos provenientes de Emendas Impositivas Municipais, nos termos do art. 30, inciso VI, da Lei Federal nº 13.019/2014, conforme **Protocolo Administrativo nº 2994/2025.**
O art. 30, inciso VI, da Lei Federal nº 13.019/2014 dispõe ser dispensável o chamamento público para a celebração de parcerias custeadas com recursos de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais.
CONSIDERANDO a exposição de motivos apresentada pela entidade, o Plano de Trabalho aprovado e a análise técnica constante nos autos do processo, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 035/2017.
CONSIDERANDO que o projeto será executado com recursos de **Emendas Impositivas Individuais (nº 015/2025 e nº 010/2025)**, destinadas ao atendimento de demandas assistenciais de interesse público;
CONSIDERANDO que a Associação Oncvida é entidade declarada de **Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 3.789/2019**, de 16 de setembro de 2019;
CONSIDERANDO que a Associação Oncvida, fundada em 2019, atua no desenvolvimento social e assistencial de famílias de pacientes com câncer no município, possuindo capacidade técnica e operacional demonstrada para a execução das metas propostas;
CONSIDERANDO a existência de disponibilidade orçamentária e financeira para a celebração da parceria, conforme manifestação do Departamento de Finanças (Referência: Disponibilidade Financeira e Orçamentária – ONCVIDA);
RATIFICO a dispensa de chamamento público para a formalização de Termo de Fomento com a ASSOCIAÇÃO ONCVIDA DE CHOPINZINHO, referente ao exercício de 2026, no valor total de R$ 30.462,20 (trinta mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e vinte centavos).

Os recursos destinam-se à:

• **Aquisição de equipamentos e materiais de apoio:** Incluindo camas e colchões hospitalares/pneumáticos, fraldas, cadeiras de rodas e outros itens voltados à assistência de pacientes em tratamento.
• **Apoio social e operacional:** Aquisição de medicamentos, gêneros alimentícios e estruturação do espaço do **Brechó Solidário** mantido pela associação.

Determino a publicação deste ato para que surta seus efeitos legais, conforme a legislação vigente.

Chopinzinho, 31 de julho de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Scussel
Código Identificador:8CF40014

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO - PROTOCOLO 2994-2025

TERMO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO
Protocolo Administrativo nº 2994/2025
A Organização da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, **ASSOCIAÇÃO ONCVIDA DE CHOPINZINHO**, inscrita no **CNPJ nº 33.615.968/0001-81**, é entidade declarada de **Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 3.789/2019**, que atua no desenvolvimento social e assistencial das famílias de pacientes com câncer no Município de Chopinzinho/PR, conforme **Protocolo Administrativo nº 2994/2025**.
Para a formalização de parceria mediante Termo de Fomento, torna-se necessária a transferência de recursos financeiros no valor de **R$ 30.462,20 (trinta mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e vinte centavos)**, com fundamento nas seguintes normas:
I – Lei Federal nº 13.019/2014, especialmente o art. 30, inciso VI;
II – Decreto Municipal nº 035/2017;
III – Lei Municipal nº 3.789/2019, que declara de Utilidade Pública Municipal a Associação Oncvida;
IV – Deliberação da Comissão de Monitoramento e Avaliação;
V – Exposição de motivos apresentada pela entidade, Plano de Trabalho aprovado, parecer técnico favorável e anuência da Secretaria Municipal competente.
Considerando que a dispensa de chamamento público é autorizada quando os recursos são destinados por emendas parlamentares impositivas às leis orçamentárias anuais (**Emendas nº 015/2025 e nº 010/2025**), nos termos do Art. 30, VI da Lei Federal nº 13.019/2014;
Considerando que o objeto da parceria destina-se à aquisição de equipamentos (camas hospitalares, cadeiras de rodas), mobiliários, medicamentos, gêneros alimentícios e materiais de apoio para assistência a pacientes oncológicos, além da estruturação do **Brechó Solidário** mantido pela entidade;

Considerando que a **Associação Oncvida** possui capacidade técnica, operacional e experiência comprovada para execução do projeto, atuando desde 2019 no suporte direto a 38 pacientes e suas famílias no município;

Considerando a existência de disponibilidade orçamentária e financeira na dotação do **Fundo Municipal de Saúde** (Unidade 07.02, Fonte 303, Elemento de Despesa 3.3.50.43), conforme atestado pelo Departamento de Finanças;
Dessa forma, com fundamento no art. 30, inciso VI, da Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 035/2017, declara-se DISPENSÁVEL a realização de Chamamento Público para a celebração de Termo de Fomento com a ASSOCIAÇÃO ONCVIDA DE CHOPINZINHO, inscrita no CNPJ nº 33.615.968/0001-81, referente ao exercício de 2026, no valor total de R$ 30.462,20 (trinta mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e vinte centavos), destinado à execução das metas e ações previstas no Plano de Trabalho aprovado.

Chopinzinho/PR, 31 de julho de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal de Chopinzinho

VILMARIZE BUFFON FRARON
Secretária de Saúde

Publicado por:
Rodrigo Scussel
Código Identificador:705B0162

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECREO 246/2026 - ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO V DO ART. 1º DO DECRETO Nº 086, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2025, QUE NOMEIA A COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – COMPDEC.

DECRETO Nº 246 DE 31 DE JULHO DE 2026.

ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO V DO ART. 1º DO DECRETO Nº 086, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2025, QUE NOMEIA A COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – COMPDEC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Legislação Municipal vigente;
DECRETA:
Art. 1º O inciso V do art. 1º do Decreto nº 086, de 17 de fevereiro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:
"**Art. 1º** .....
[...]
V - Diretor Operacional: Christiano Dossa Silvestri."
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNCIPAL DE CHOPINZINHO/PR, 31 DE JULHO DE 2026.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Herica Gabriele Pasqualotto
Código Identificador:02633D73

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO 247/2026 - ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTES, CONSTANTE NO DECRETO Nº 305, DE 11 DE JUNHO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 247 DE 31 DE JULHO DE 2026.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTES, CONSTANTE NO DECRETO Nº 305, DE 11 DE JUNHO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ,** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;
DECRETA:
Art. 1º A alínea "d" do inciso I do Art. 1º do Decreto nº 305, de 11 de junho de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º .....
I - Membros do Poder Público:
[...]
d) Representante da Secretaria de Administração:
Titular: Rodrigo Miguel Koprovski;
Suplente: Luciana Aimi Zuquelo;"
Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições contidas no Decreto nº 305, de 11 de junho de 2025.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNCIPAL DE CHOPINZINHO/PR, 31 DE JULHO DE 2026.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Herica Gabriele Pasqualotto
Código Identificador:3FD24E23

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
LEI 4240/2026 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A SOCIEDADE RURAL DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ.

LEI N° 4.240, DE 31 DE JULHO DE 2026.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A SOCIEDADE RURAL DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ**.**

O **PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ,** no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
Faz saber que a Câmara Municipal aprovou o Projeto de Lei nº 046/2026, de autoria da Vereadora Loi Ceni, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:
LEI:
Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a Sociedade Rural de Chopinzinho, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 21 de abril de 1991, sob a forma de associação civil, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 80.873.904/0001-60, com sede localizada na Rua Farroupilha, nº 5771, Bairro Cristo Rei, no Município de Chopinzinho, Estado do Paraná.
Art. 2º A Sociedade Rural de Chopinzinho obriga-se a apresentar, anualmente, ao Chefe do Poder Executivo, relatório circunstanciado das atividades e serviços prestados no ano anterior.
Art. 3º Será cassada a declaração de utilidade pública se a entidade, comprovadamente:
I - deixar de apresentar, durante 2 (dois) anos consecutivos, sem motivo justificado, o relatório anual a que se refere o artigo 2º da Lei nº 1.089, de 18 de setembro de 1991;
II - deixar ou se negar a prestar os serviços compreendidos nos fins estatutários para os quais foi constituída;
III - remunerar, sob qualquer forma, os membros de sua diretoria ou conceder e distribuir lucros, bonificações ou outras vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados;
IV - alterar as suas finalidades, desviando-se dos objetivos previstos em seu estatuto.
Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO/PR, EM 31 DE JULHO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Herica Gabriele Pasqualotto
Código Identificador:ED94F6D2

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8052-2026

PORTARIA Nº 8052/2026

Concede férias.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe o Art. **89º** da **Lei Municipal** nº **073/1994** de **19/09/1994**.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder vinte **(20)** dias de férias a servidora **KELLI MORESQUI**, portadora do RG: **10.100.***-***, ocupante do cargo de provimento efetivo de Oficial Administrativo, a contar de **03/agosto/2026** a **22/agosto/2026**, referente ao período aquisitivo de **23/04/2024** a **22/04/2025.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e assinado digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e assinado digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:BDE38463

SECRETARIA DE FINANCAS
ADITIVO DE PRAZO P38/2025

Município de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná
cnpj 95.589.230/0001-44

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO
PREGÃO ELETRONICO Nº 038/2025
ATA DE REGISTRO N° 123/2025

Pelo presente TERMO ADITIVO, de um lado como CONTRATANTE o MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, sediado no Edifício da Prefeitura Municipal, á AV. 13 DE MAIO 906, inscrito no MF/CNPJ nº 95.589.230/0001-44 devidamente representado pelo Sr. Jean Carlos Cardoso, Prefeito, inscrito no CPF sob o nº 034.526.049-00, e RG sob o nº 7.889.518-7 e do outro lado a CONTRATADA, e a empresa 20.628.243 HALISSON CARLOS PACHECO, estabelecida na Avenida Nossa Senhora da Saúde, nº1193, centro, Cruzeiro do Iguaçu – PR, telefone (46) 8406-2245, inscrita no Cadastro acional de Pessoas Jurídicas sob nº 20.628.243/0001-86, neste ato representada por seu representante legal, Halisson Carlos Pacheco, RG: 101008975, CPF: 077.129.559-64, ajustam entre si o presente contrato, a ser regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, demais disposições legais cabíveis, pelos termos do pregão eletrônico nº 038/2025 e pelas cláusulas seguintes.

CLÁUSULAS
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
Do objeto: Registro de preço para aquisição de brinquedos pedagógicos e mobiliários para rede municipal de ensino, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO
Fica prorrogado o prazo de vigência da ata até 31/07/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA:
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original, não atingido pelos Termos Aditivos.

E assim por estarem justos e contratados, assinam o Termo Aditivo na presença de testemunhas, obrigando-se por si e seus sucessores no fiel cumprimento.

Cruzeiro do Iguaçu, 30 de Julho de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO
Município de Cruzeiro do Iguaçu PR
Contratante

HALISSON CARLOS PACHECO
20.628.243 Halisson Carlos Pacheco
Contratada

Publicado por:
Kelli Moresqui
Código Identificador:628D2215

SECRETARIA DE FINANCAS
ADITIVO DE PRAZO P38/2025 ESCOLARES

Município de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná
cnpj 95.589.230/0001-44

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO
PREGÃO ELETRONICO Nº 038/2025
ATA DE REGISTRO N° 124/2025
Pelo presente TERMO ADITIVO, de um lado como CONTRATANTE o MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, sediado no Edifício da Prefeitura Municipal, á AV. 13 DE MAIO 906, inscrito no MF/CNPJ nº 95.589.230/0001-44 devidamente representado pelo Sr. Jean Carlos Cardoso, Prefeito, inscrito no CPF sob o nº 034.526.049-00, e RG sob o nº 7.889.518-7 e do outro lado a CONTRATADA, e a empresa ESCOLARES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, estabelecida na RUA PLANALTO, 1880 - TRÊS DE MAIO - CEP: 98.910-000 – RS, inscrita no Cadastro acional de Pessoas Jurídicas sob nº 34.832.381/0001-97, neste ato representada por seu representante legal, Paulineia Lottermann Reis, RG: 22.483.182-8, CPF: 906.500.930-20, ajustam entre si o presente contrato, a ser regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, demais disposições legais cabíveis, pelos termos do pregão eletrônico nº 038/2025 e pelas cláusulas seguintes.

CLÁUSULAS
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
Do objeto: Registro de preço para aquisição de brinquedos pedagógicos e mobiliários para rede municipal de ensino, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO
Fica prorrogado o prazo de vigência da ata até 31/07/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA:
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original, não atingido pelos Termos Aditivos.

E assim por estarem justos e contratados, assinam o Termo Aditivo na presença de testemunhas, obrigando-se por si e seus sucessores no fiel cumprimento.

Cruzeiro do Iguaçu, 30 de Julho de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO
Município de Cruzeiro do Iguaçu PR

Contratante

PAULINEIA LOTTERMANN REIS
Escolares Indústria e Comércio de Móveis LTDA
Contratada

Publicado por:
Kelli Moresqui
Código Identificador:BD3263C4

SECRETARIA DE FINANCAS
ADITIVO DE PRAZO P65/2025

Município de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná
cnpj 95.589.230/0001-44

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO
PREGÃO ELETRONICO Nº 065/2025
ATA DE REGISTRO N° 157/2025

Pelo presente TERMO ADITIVO, de um lado como CONTRATANTE o MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, sediado no Edifício da Prefeitura Municipal, á AV. 13 DE MAIO 906, inscrito no MF/CNPJ nº 95.589.230/0001-44 devidamente representado pelo Sr. Jean Carlos Cardoso, Prefeito, inscrito no CPF sob o nº 034.526.049-00, e RG sob o nº 7.889.518-7 e do outro lado a CONTRATADA, e a empresa YAN VICTOR BURATTI KEHRWALD, estabelecida na Rua Pitangueiras nº 520, Bairro Alto Recreio – Quedas do Iguaçu, inscrita no CNPJ sob nº 29.715.044/0001-80, neste ato representada por YAN VICTOR BURATTI KEHRWALD, Titular, RG 130563163, CPF 117.421.399-06, Rua Pitangueiras nº 520, Bairro Alto Recreio – Quedas do Iguaçu – PR**,** ajustam entre si o presente contrato, a ser regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, demais disposições legais cabíveis, pelos termos do pregão eletrônico nº 065/2025 e pelas cláusulas seguintes.

CLÁUSULAS
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
Do objeto: Registro de Preços para aquisição de alimentos destinados a atender alunos regularmente matriculados nas unidades escolares da rede municipal de ensino, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que estão vinculados à Secretaria Municipal de Educação, do Município de Cruzeiro do Iguaçu/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO
Fica prorrogado o prazo de vigência da ata até 30/09/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA:
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original, não atingido pelos Termos Aditivos.

E assim por estarem justos e contratados, assinam o Termo Aditivo na presença de testemunhas, obrigando-se por si e seus sucessores no fiel cumprimento.

Cruzeiro do Iguaçu, 31 de Julho de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO
Município de Cruzeiro do Iguaçu PR
Contratante

YAN VICTOR BURATTI KEHRWALD
Yan Victor Buratti Kehrwald
Contratada

Publicado por:
Kelli Moresqui
Código Identificador:FA16176A

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES

Aviso de Licitação
Processo Administrativo nº. 039/2026
Modalidade: Concorrência Eletrônica nº. 010/2026
Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Contratação para execução de pavimentação de Estrada Rural/Vicinal em CBUQ, 12.240,00 m², os serviços de pavimentação asfáltica compreendem a regularização e compactação do calçamento existente através de remendos e alteamentos em macadame travado, base em brita graduada, imprimação com emulsão EAI, pintura de ligação com emulsão RR-1C e camada de revestimento em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado à Quente) - COMUNIDADE DA LINHA MATA FOME - BRAÇO ESQUERDO, COM VALOR MÁXIMO DE R$ 2.017.616,11 (dois milhões, dezessete mil, seiscentos e dezesseis reais e onze centavos).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00 do dia 03/08/2026 às 07:59 horas do dia 18/08/2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 08:00 horas do dia 18/08/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 08:30 horas do dia 18/08/2026.
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL www.bll.org.br
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço/horário: Avenida Joaquim Bonetti, 579, nos dias úteis, de Segunda à Sexta-feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (0**46)92001-6049, ou ainda pelos sites https://eneasmarques.atende.net/ e https://pncp.gov.br/app/editais

ENÉAS MARQUES, 31 de julho de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joelmir Carlos Martins
Código Identificador:51637BAF

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Processo Digital nº: 538/2026
Processo Administrativo nº: 038/2026
Inexigibilidade de Licitação nº: 011/2026
Fundamentação Legal: Art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentação municipal aplicável e demais disposições pertinentes à adesão à Ata de Registro de Preços.
Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 003/2026, oriunda do Pregão Eletrônico nº 001/2026, promovido pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde Amerios – CISA, para aquisição de 01 (um) veículo novo, tipo ônibus rodoviário, zero quilômetro, com capacidade para 33 (trinta e três) lugares (32 passageiros e motorista), destinado ao transporte sanitário de pacientes usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Enéas Marques – PR, conforme especificações constantes da Ata de Registro de Preços e demais documentos integrantes do processo administrativo.
Órgão Gerenciador da Ata: Consórcio Intermunicipal de Saúde Amerios – CISA.
Ata de Registro de Preços: nº 003/2026.
Fornecedor Contratado: RODO OESTE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA. **CNPJ:** 20.290.311/0001-40.
Valor Total da Contratação: R$ 734.500,00 (setecentos e trinta e quatro mil e quinhentos reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Saúde.
Enéas Marques – PR, 31 de julho de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joelmir Carlos Martins
Código Identificador:288EB5E8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DESIGNA CMDM

PORTARIA N.º 4234/2026

Designa membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) do Município de Enéas Marques/PR e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 71, II, "g", da Lei Orgânica Municipal e no § 5º do art. 3º da Lei Municipal n.º 1.258/2022,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados, para o biênio 2026–2028, os seguintes membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), em conformidade com o disposto nas Leis Municipais n.º 1.258/2022 e n.º 1.581/2026:
§ 1º Representantes do Poder Público:
I - Secretaria Municipal de Assistência Social e Assuntos da Família:
a) Titular: Jiselli Marchesi Pissaia;
b) Suplente: Maria de Lurdes da Silva.
II – Secretaria Municipal de Saúde:
a) Titular: Leandro Legramanti;
b) Suplente: Saionara Arendt de Freitas.
III - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:
a) Titular: Patrícia Renata Parzianello Cattaneo;
b) Suplente: Wagno Antônio da Silva.
IV - Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças:
a) Titular: Barbara Simoni Pereira Rydz;
b) Suplente: Gabriela da Silva Neves.
§ 2º Representantes da sociedade civil:
I - Representantes da Associação de Pais e Apoiadores de Autistas e Neurodivergentes de Enéas Marques (APAANEM):
a) Titular: Ana Maria Meurer Pires;
b) Suplente: Keile Roberta de Lima.
II - Representantes do Rotary Club de Enéas Marques:
a) Titular: Elizabeth Koltz;
b) Suplente: Andréia Regina Hilmann.
III - Representantes da Associação Comercial e Industrial de Enéas Marques (ACIEM):
a) Titular: Elizete Canton;
b) Suplente: Claudete Miotto.
IV - Representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Enéas Marques (APAE):
a) Titular: Marcieli Andranski;
b) Suplente: Grazieli Suchenski.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO DE ENÉAS MARQUES/PR
EM 31 DE JULHO DE 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Galvan
Código Identificador:721CD28A

SETOR DE PESSOAL
EDITAL LUIZ

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026
FOMENTO A EXECUÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS (APOIO DIRETO A PROJETOS)

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

Resultado da Análise de Habilitação

A Comissão de Seleção para Avaliação de Mérito Cultural, no uso da competência que Ihe confere a Portaria n° 4195/2026, torna público o Resultado da análise de documentos de habilitação referentes ao Edital no 01/2026 — referente à seleção de projetos culturais com recursos da Lei Complementar 14.399/2022 — institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), para serem executados no Município de Enéas Marques.

Passado o prazo de recurso, não havendo interposição quanto a documentação apresentada, fica HOMOLOGADO O RESULTADO FINAL quanto aos projetos apresentados.

Os proponentes homologados deverão comparecer no Departamento de Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Cultura com documentos solicitados incluindo conta bancária para formulação e assinatura do anexo IV — Termo de execução cultural, preenchido de acordo com a sua categoria.

Música:
MAURY ANTONIO TONKELSKI — APROVADO

Criação e Confecção de Figurinos:
SOLANGE MARCON CAMERA – APROVADO

Comissão de Seleção Para Analise de Mérito Cultural

LUIS HENRIQUE DIAS BALOTIN

EDER ROMANI WAGNO ANTONIO DA SILVA

Publicado por:
Evelin Nurmberg
Código Identificador:A0A4367D

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 480/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 420,00 (Quatrocentos e vinte reais) a favor do Sr. Luís Carlos Jonas, motorista, referente ao pagamento de 1 (uma) diária, face a viagem do dia 29/07/2026 a 30/07/2026 para Jacarezinho– PR., a serviço da Secretaria Municipal de Saúde.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 31 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:2D2F64B7

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 481/2026

PORTARIA N° 481/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE:

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 125,00 (Cento e vinte cinco reais) a favor do Sr. Thiago Rocha da Silva, motorista, referente ao pagamento de 1/2 (meia) diária, face a viagem do dia 30/07/2026 a 30/07/2026 para Cornélio Procópio-PR, a serviço da Secretaria Municipal de Saúde.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 31 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:506C5C86

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 483/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 420,00 (Quatrocentos e vinte reais) a favor da Sra. Simone Cristina da Silva Giovedi, motorista, referente ao pagamento de 1 (uma) diária, face a viagem do dia 30/07/2026 a 31/07/2026 para Carlópolis -PR, a serviço da Secretaria Municipal de Saúde.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 31 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:0F1AE27A

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 484/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 125,00 (Cento e vinte cinco reais) a favor da Sra. Vanessa da Silva Maziero, motorista, referente ao pagamento de 1/2(meia) diária, face a

viagem do dia 01/08/2026 à 01/08/2026 para Faxinal-PR, a serviço da Secretaria Municipal de Saúde.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 31 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:21146E56

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 479/2026

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:
ART. 1º - Interromper a pedido da servidora abaixo, a Portaria nº 89/2026, referente a licença sem remuneração da funcionária pública municipal, Senhora:**Elaine Angelim da Silva**, matrícula nº 1148, a partir do dia: 03/08/2026, onde a mesma retornará a suas atividades normais.

PUBLICA–SE E CUMPRA-SE

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças,
Aos 31 dias do mês de Julho do ano de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luana Paula de Lima
Código Identificador:F09A12BE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 478/2026

O Prefeito do município de Nossa Senhora das Graças, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Exonerar do cargo de Nutricionista, a funcionária efetiva: THATIANE SILVÂNIA FIAMENGO, matrícula nº 1222, a pedido da servidora, a partir do dia 01/08/2026.

Esta portaria entre em vigor com efeitos a partir de 01 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, aos 31 dias do mês de Julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luana Paula de Lima
Código Identificador:5CBA502D

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 482/2026

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio à Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada:

- **PAULA ANTUNES BEZERRA NACAMURA**, matrícula nº 1021 – Referentes ao exercício: 2020/2025. Conforme dispõe o Artigo nº 113-A da Lei Municipal nº 323/94, de 31 de dezembro de 1994. Cuja a Licença será concedida no período de: 03/08/2026 à 01/09/2026.

Ficando 60 (sessenta) dias de Licença a desfrutar posteriormente.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, Aos 31 dias do mês de Julho do ano de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luana Paula de Lima
Código Identificador:F63388C0

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 5008 EXONERA EDUARDA VITORIA SANTIN WELTER

DECRETO Nº 5008/2026

Exonera, a pedido, a Sra. Eduarda Vitoria Santin Welter, do cargo efetivo de Psicóloga.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Exonera, a pedido, a Sra. **EDUARDA VITORIA SANTIN WELTER,** portadora do CPF n.º 109.883.229-94 do cargo efetivo de Psicóloga 20 horas, a partir de 03 de agosto de 2026.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:3E4F050C

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 5009 EXONERA FERNANDA APARECIDA GROSS PERARDT

DECRETO Nº 5009/2026

Exonera, a pedido, a Sra. Fernanda Aparecida Gross Perardt, do cargo temporário Monitora Escolar.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Exonera, a pedido, a Sra. FERNANDA APARECIDA GROSS PERARDT, portadora do CPF n.º 129.547.509-01, do cargo temporário de Monitora Escolar, vinte (20) horas, a partir de 03 agosto de 2026.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSARIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:301BF577

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
DECRETO N° 5007/2026 ADOTA MECANISMOS DE AJUSTE FISCAL NOS TERMOS DO ART. 167-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

DECRETO n° 5007/2026

Adota mecanismos de ajuste fiscal nos termos do Art. 167-A da Constituição Federal.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorger D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Art. 68 da Lei Organica Municipal,

CONSIDERANDO que a Administração Publica deve observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e responsabilidade na gestão fiscal, promovendo a utilização racional dos recursos públicos em benefício da coletividade;

CONSIDERANDO o dever constitucional e legal de preservação do equilíbrio das contas públicas, nos termos da Constituição Federal, da Lei Complementar Federal n° 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO a necessidade permanente de planejamento, monitoramento e avaliação das ações governamentais, especialmente quanto à execução orçamentária, financeira e administrativa do Município;

CONSIDERANDO a continuidade das medidas de ajuste e racionalização administrativa já implementadas pelo Poder Executivo Municipal, voltadas à contenção de despesas, à otimização dos recursos disponíveis e à melhoria da eficiência do gasto público;

CONSIDERANDO que a manutenção do atual cenário fiscal exige a adoção de providências preventivas e corretivas destinadas a assegurar a susteníabil idade financeira do Município e a continuidade dos serviços públicos essenciais;

CONSIDERANDO a necessidade de preservar a capacidade de investimento do Município e garantir a manutenção adequada das atividades essenciais nas áreas de saude, educação, assistência social, infraestrutura urbana e demais serviços públicos indispensáveis;

CONSIDERANDO que os repasses financeiros oriundos da União e do Estado, destinados à execução de programas, projetos e ações compartilhadas, frequentemente mostram-se insuficientes para cobrir a integralidade dos custos suportados pelo Município, exigindo significativa com piementação com recursos próprios;

CONSIDERANDO as oscilações e reduções verificadas em importantes fontes de receita municipal, especialmente aquelas decorrentes de transferências constitucionais e legais, circunstância que impõe a adoção de medidas de prudência fiscal e controle rigoroso das despesas públicas:

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo adotar medidas administrativas necessárias à preservação do equilíbrio económico-financeiro do Município, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e interesse público;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer diretrizes obrigatórias para todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, visando à redução de despesas não essenciais, ao incremento da arrecadação e à melhoria dos mecanismos de controle interno:

CONSIDERANDO que a adoção de medidas de contenção de gastos constitui instrumento legítimo de gestão fiscal responsável, devendo alcançar todas as unidades administrativas de forma uni forme e coordenada;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a regularidade do pagamento da remuneração dos servidores públicos municipais, das obrigações previdenciárias, dos contratos administrativos vigentes e dos compromissos assumidos perante fornecedores e prestadores de serviços;

CONSIDERANDO a importância da participação de todos os agentes públicos no esforço institucional de racionalização dos gastos, promovendo uma cultura permanente de responsabilidade fiscal, eficiência administrativa e combate ao desperdício;

CONSIDERANDO que a transparência, o controle das despesas publicas, o equilíbrio fiscal e a sustentabi!idade financeira constituem pressupostos indispensáveis para a boa governança e para a manutenção da capacidade operacional do Município;

CONSIDERANDO que o caput do art. 167-A da Constituição Federal autoriza a adoção de medidas de ajuste fiscal quando a relação entre despesas correntes e receitas correntes, apurada no período de doze meses, superar o limite de 95% (noventa e cinco por cento);

CONSIDERANDO que os indicadores fiscais atualmente apurados pela Administração Municipal demonstram a necessidade de adoção imediata de medidas voltadas à preservação do equilíbrio das contas públicas, prevenindo o agravamento do quadro fiscal e assegurando a continuidade dos serviços públicos essenciais.

DECRETA

Art. 1º. Ficam adotadas, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de São Jorge D'Oeste, as medidas de ajuste fiscal previstas no art. 167-A da Constituição Federal, em razão da necessidade de preservação do equilíbrio das contas públicas e da sustentabi!idade financeira da Administração Municipal.

Art 2º. Ficam vedadas:
I - concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;
II - criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;
III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa
IV - admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas:
a) as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa;
b) as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios;
c) as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 desta Constituição;
d) as reposições de temporários para prestação de serviço militar e de alunos de órgãos de formação de militares;
V - realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV deste caput;
VI - criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do

Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e de militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;
VII - criação de despesa obrigatória;
VIII - adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º desta Constituição;
IX - criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções;
X - concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária
Art. 3°. As medidas previstas neste Decreto permanecerão vigentes enquanto a relação entre despesas correntes e receitas correntes do Município permanecer em patamar igual ou superior a 95% (noventa e cinco por cento), ou até ulterior avaliação da Administração Municipal que demonstre a recomposição das condições de equilíbrio fiscal

Art. 4º. Revogados as disposições em contrário.

Art. 5º. O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 63º anos de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Clair Mariano da Costa
Código Identificador:6F0D4417

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026 - PMSI

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ
Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 75/2026 - PMSI
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº. 33/2026.
VALIDADE: 12 (doze) meses
1.DO OBJETO
Registro de Preços para futura e eventual aquisição de combustíveis para abastecimento da frota de veículos da Prefeitura e dos Fundos Municipais de Saudade do Iguaçu que se deslocam até Curitiba
2.O registro de preços formalizado nas presente Atas terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.
3.DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1.O Órgão Gerenciador das atas de registro de preços será a Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu, que exercerá suas atribuições por intermédio da Comissão de Licitação e Cadastro.
4.DOS PREÇOS REGISTRADOS
4.1.Os preços, a empresa, as quantidades estimadas e as especificações dos objetos registrados na presente Ata encontram-se indicados no quadro abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2026 – PMSI AUTO POSTO ANILA EIRELI; CNPJ/MF sob Nº 08.112.780/0001-73						
Lt	**Item**	**Qdte**	**Descrição**	**Und.**	**P. Unit.**	**P. Total**
1	1	8.000	COMBUSTÍVEL ÓLEO DIESEL S-10.	L	7,09	56.720,00
1	2	4.000	COMBUSTÍVEL GASOLINA ADITIVADA.	L	6,59	26.360,00
TOTAL GERAL R$----------						**83.080,00**

Saudade do Iguaçu – PR 31 de julho de 2026.

Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu –PR.
ROGÉRIO GALLINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:061E6614

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 92/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2026 - PMSI

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 92/2026
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TENDAS CALHADAS 10X10. conforme Pregão 32/2026. CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ, inscrita no CNPJ sob nº 95.585.477/0001-92, representada por seu Prefeito Municipal, senhor ROGÉRIO GALLINA, portador do CPF nº ***.***.***-** e do RG nº *.***.***-* SESP/PR CONTRATADA: VERSATTI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, com CNPJ Nº45.098.044/0001-34, com sede AVENIDA CAMPOS VERDES, Goiânia – GO a neste ato representado por WLADIMYR AUGUSTUS BRASIL DE OLIVEIRA, portador do CPF Nº ***.***.***-**e do RG nº*.***.***-*. ITENS: LOTE: 1 – ITEM: 1 – VALOR UNIT. R$ 14.798,63 – VALOR TOTAL R$ 29.597,26 (vinte e nove mil, quinhentos e noventa e sete reais e vinte e seis centavos). PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO: 10 DIAS, PRAZO DE VIGÊNCIA: 29/08/2026. ASSINATURA DO CONTRATO: 31/07/2026.

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:0614105A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2026 - PMSI

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2026
Processo Adm: Nº 70/2026
Objeto: AQUISIÇÃO DE TENDAS CALHADAS 10X10.
Empresas vencedoras valor total: R$ 29.597,26 (vinte e nove mil e quinhentos e noventa e sete reais e vinte e seis centavos): VERSATTI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (45098044000134) com os lotes: 1 no valor total de R$ 29.597,26 (vinte e nove mil e quinhentos e noventa e sete reais e vinte e seis centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUACU, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei n° 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

SAUDADE DO IGUAÇU (PR), sexta-feira, 31 de julho de 2026

ROGERIO GALLINA
Autoridade Competente

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:891215CD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026 - PMSI

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026
Processo Adm: Nº 71/2026
Objeto: Registro de Preços para aquisição futura de combustveis para abastecimento da frota de veículos da Prefeitura e dos Fundos Municipais de Saudade do Iguaçu que se deslocam até Curitba.
Empresas vencedoras valor total: R$ 83.080,00 (oitenta e três mil e oitenta reais): AUTO POSTO ANILA EIRELI (08112780000173) com os lotes: 1 no valor total de R$ 83.080,00 (oitenta e três mil e oitenta reais).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUACU, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei n° 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

SAUDADE DO IGUAÇU (PR), sexta-feira, 31 de julho de 2026

ROGERIO GALLINA
Autoridade Competente

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:4094F7A0

DEPARTAMENTO DE RH
EXTRATO CONTRATO Nº 17 2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO Nº 17/2026
Contratante: Município de Saudade do Iguaçu/Pr.
Contratada: Adriana Souza dos Santos.
Objeto: Contratação temporária de Assistente Social, com carga horária de 36 (trinta e seis) horas semanais, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Vigência: De 03 de agosto de 2026 a 30 de janeiro de 2027.
Remuneração: R$ 4.936,23 (quatro mil, novecentos e trinta e seis reais e vinte e três centavos) mensais.
Fundamentação Legal: Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal e Lei Municipal nº 1.065/2016.
Data da Assinatura: 31 de julho de 2026.

Publicado por:
Departamento de Rh
Código Identificador:F56C64A5

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 199 2026

PORTARIA Nº 199/2026, de 31 de julho de 2026.
O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,
CONSIDERANDO as solicitações constantes nos memorandos nº 410/26 e nº 472/26, ambos tramitados no sistema de protocolo digital,

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER férias aos servidores abaixo relacionados:

NOME DO SERVIDOR	*DIAS*	*PERÍODO AQUISITIVO*	*PERÍODO CONCESSIVO*
Larissa da Silva	10	02/07/2025 a 01/07/2026	12/08/2026 a 21/08/2026
Maria de Lurdes Campos	10	03/06/2024 a 02/06/2025	03/08/2026 a 12/08/2026
Paulo Ricardo Frantz Teixeira	10	06/04/2025 a 05/04/2026	19/08/2026 a 28/08/2026

Art. 2°- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, 31 de julho de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Departamento de Rh
Código Identificador:63C4E468

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 200 2026

PORTARIA Nº 200/2026, de 31 de julho de 2026.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,
CONSIDERANDO a solicitação constante no memorando 474/2026, tramitando no sistema de protocolo digital;

R E S O L V E:

Art. 1º - REVOGAR a **PORTARIA de nº 056/2026** de 20 de fevereiro de 2026, onde concedia Ampliação de Carga Horária em 08 (oito) horas semanais **MIRIAN ABILIO DOS SANTOS CASSOL**, matrícula funcional nº 1162-2, Professor Artes com carga horária de 20h semanais.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, 31 de julho de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Departamento de Rh
Código Identificador:9EC2CD63

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 201 2026

PORTARIA Nº 201/2026, de 31 de julho de 2026.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,
CONSIDERANDO solicitação constante no memorando 475/2026, tramitado no sistema de protocolo digital,

R E S O L V E:

Art. 1º - AMPLIAR carga Horária em **08** (oito) horas semanais para **DENISE ADRIANA FLORES FERREIRA**, matrícula nº funcional 813-3, Professor com carga horária de 20h semanais.
Art. 2º - A hora suplementar será remunerada com o mesmo valor da hora normal, calculada sobre o valor do vencimento da classe do cargo de provimento do servidor.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, 31 de julho de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Departamento de Rh
Código Identificador:029446F5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRONICA Nº 76/2026

Extrato de publicação

DISPENSA ELETRÔNICA - 76/2026
Nº PROC. ADM. 248/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BLLCOMPRAS torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICIPIO DE ABATIA, de acordo com a regulamentação realizará DISPENSA ELETRÔNICA sendo conduzido por ROSANGELA MARIA DE OLIVEIRA MARTINS e tendo como autoridade SONIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES.

PUBLICAÇÃO: 31/07/2026 08:49
INÍCIO REC. PROPOSTA: 31/07/2026 10:00
FIM REC. PROPOSTA: 07/08/2026 08:00
INÍCIO DISPUTA: 07/08/2026 08:30
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 31.959,7200

OBJETO DO PROCESSO

REPOSIÇÃO DE MEDICAMENTOS POR ORDEM JUDICIAL.

Para demais informações contato via e-mail: gabinete@abatia.pr.gov.br, telefone: 4335561222 ou acesso pelo link: https://bllcompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5D1AjkjWy0C3%2FDbXAOlNGPSfgIyFWxzEp5FNEW13r0BsPlE62iksfwKva_luWA5vVUg0hfJw5k2pPIESCUUL6u2XWzyFjIWKHUrSkZHRujsMk%3D

ROSANGELA MARIA DE OLIVEIRA MARTINS

ABATIÁ-PR - 31/07/2026

Publicado por:
Rosângela Maria de Oliveira Martins
Código Identificador:48BC3E9D

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 75/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 75/2026
Processo Adm: Nº 238/2026

Objeto: Locação de banheiros químicos à serem usados nos dias 15 e 16 de agosto de 2026, na 1ª AGRO FEST ABATIÁ 2026 deste Município de Abatiá-PR.
Empresas vencedoras valor total: R$ 5.410,00 (cinco mil e quatrocentos e dez reais): EFICAZ LOCADORA LTDA (07311835000101) com os lotes: 1, 2, 3 no valor total de R$ 5.410,00 (cinco mil e quatrocentos e dez reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ABATIA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) , e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

ABATIÁ (PR), sexta-feira, 31 de julho de 2026

SONIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Autoridade Competente

Publicado por:
Rosângela Maria de Oliveira Martins
Código Identificador:9F85CF95

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 153/2026

Portaria Nº 153, de 31 de Julho de 2026.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:
I – Conceder, ao servidor, **EDERSON HENRIQUE DA SILVA,** ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **PEDREIRO,** deste Município, as férias que lhe são de direito, referente aos períodos de trabalho compreendidas entre **2024/2025**, a partir de **03/08/2026,** com retorno em **02/09/2026.**

II- Revogam-se as disposições em contrário.

III- Registre-se e publique-se.
Gabinete da Prefeita, em 31 de Julho de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:F48FB3D7

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 154/2026

Portaria Nº 154, de 31 de Julho de 2026.

Súmula: Concede regime de teletrabalho ao servidor Ricardo José de Carvalho, na forma que especifica, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ABATIÁ, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei, e
CONSIDERANDO o disposto no **Decreto Municipal nº 047/2018**, que regulamenta o regime de teletrabalho no âmbito do Poder Executivo Municipal, notadamente seu art. 3º, inciso V, que elege como objetivo precípuo *"ampliar a possibilidade de trabalho aos servidores com dificuldade de deslocamento"*, e seu art. 5º, inciso II, alínea "a", que confere **prioridade legal expressa** à concessão do regime a servidores com deficiência;
CONSIDERANDO o teor do **Parecer Jurídico nº 132/2026**, emitido pela Douta Procuradoria Jurídica deste Município, o qual, após minuciosa análise fática, documental e jurídica, atestou a **plena viabilidade e pertinência** do pleito, reconhecendo a condição de Pessoa com Deficiência do servidor, a compatibilidade intrínseca de suas atribuições com o regime remoto e a imperiosa necessidade de preservação de sua saúde;
CONSIDERANDO o acervo probatório médico acostado ao **Processo Administrativo nº 251/2026**, consubstanciado no laudo de perícia do DETRAN/PR (20/02/2023), no parecer de equipe multiprofissional e interdisciplinar para avaliação biopsicossocial (04/02/2025) e nos laudos de ressonância magnética e ultrassonografia, que atestam, de forma inequívoca, o diagnóstico de **Espondilite Anquilosante (CID-10 M45)**, com osteonecrose bilateral, artrose coxofemoral, limitação da mobilidade vertebral e articular, dor crônica severa e redução substancial da capacidade funcional dos membros inferiores;
CONSIDERANDO o reconhecimento formal da condição de **Pessoa com Deficiência (PcD)** do servidor, lastreado em avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, em estrita consonância com o conceito ampliado preconizado pela **Lei Federal nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão)** e pela **Lei Municipal nº 895/2024**;
CONSIDERANDO a tese firmada pelo **Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 1.237.867**, que reconheceu a aplicabilidade analógica do art. 98 da Lei Federal nº 8.112/1990 aos servidores públicos estaduais e municipais, prestigiando os princípios da igualdade substancial e da dignidade da pessoa humana;
CONSIDERANDO a **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009, que ostenta **status de Emenda Constitucional** (art. 5º, § 3º, da CF/88), impondo ao Poder Público o dever de prover **acomodação razoável** para assegurar o exercício de direitos fundamentais em igualdade de condições;
CONSIDERANDO que as atribuições inerentes ao cargo de **Assistente Administrativo e Pregoeiro Municipal** compreendem, em sua essência, a análise técnica de propostas e documentos, a elaboração de minutas de editais, pareceres e atos administrativos, bem como a condução de procedimentos licitatórios em ambiente eletrônico, atividades estas **intrinsecamente compatíveis** com a execução remota, nos termos do art. 5º, § 3º, do Decreto Municipal nº 047/2018;
CONSIDERANDO o disposto na **Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos)**, notadamente seu art. 17, § 2º, que estabelece a realização preferencial das licitações sob a forma eletrônica, o que reforça a plena compatibilidade das funções de Pregoeiro com o regime de teletrabalho;
CONSIDERANDO os princípios constitucionais da **Dignidade da Pessoa Humana** (art. 1º, III, da CF/88), da **Eficiência Administrativa** (art. 37, *caput*, da CF/88) e da **Vedação a Qualquer Forma de Discriminação em Razão de Deficiência** (art. 3º, IV, da CF/88), que impõem ao empregador público o dever de adaptar as condições laborais para preservar a integridade física e a capacidade produtiva do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido, em caráter excepcional e fundamentado, o regime de **TELETRABALHO** ao servidor **RICARDO JOSÉ DE CARVALHO**, matrícula funcional nº 579, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, em exercício na função de Pregoeiro Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Administração, como medida de **acomodação razoável** para preservação de sua integridade física e garantia da eficiência na prestação do serviço público.
Art. 2º O regime de teletrabalho de que trata esta Portaria será exercido em conformidade com as seguintes disposições:
I – Das Atividades: O servidor desempenhará, prioritariamente, as seguintes atribuições, compatíveis com a execução remota:
a) Condução e operacionalização de Pregões Eletrônicos e Dispensas de Licitação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;
b) Elaboração de minutas de editais, termos de referência, pareceres técnicos e relatórios;
c) Análise e julgamento de propostas e documentos de habilitação;
d) Resposta a impugnações e pedidos de esclarecimento;
e) Gestão e arquivamento digital dos processos licitatórios.
II – Das Metas de Desempenho:
a) Cumprimento rigoroso dos prazos legais e processuais estabelecidos na Nova Lei de Licitações;
b) Manutenção da celeridade nas fases interna e externa dos certames licitatórios;
c) Inexistência de acúmulo indevido de processos sob sua responsabilidade além dos prazos legais.
Art. 3º O servidor compromete-se a comparecer às dependências do Município sempre que houver necessidade de assinatura física de documentos sensíveis, participação em reuniões estratégicas ou diligências que a chefia imediata julgue imprescindíveis, nos termos do art. 5º, § 6º, do Decreto Municipal nº 047/2018.
Art. 4º A presente concessão deverá ser devidamente **averbada nos assentamentos funcionais** do servidor, para os devidos fins de direito.
Art. 5º O regime de teletrabalho ora concedido terá vigência pelo prazo de **02 (dois) anos**, nos termos do art. 19 do Decreto Municipal nº 047/2018, podendo ser renovado sempre que se julgar necessário.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 31 de Julho de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:673E9016

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 409/2026 - COORDENADORA DE ADMINISTRAÇÃO - RONIELE ALMEIDA RAMOS PONTES

PORTARIA nº 409/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre Admissão por Cargo Comissionado e dá outras providências"

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais...
Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**
ARTIGO 1º – Admitir a Sra. **RONIELE ALMEIDA RAMOS PONTES**, portadora da RG nº 12.822.303-7 PR para exercer o cargo comissionado de Coordenadora de Administração junto a Secretaria da Mulher, Pessoa Idosa e Igualdade Racial, com vencimentos de Nível 101 – CC-18.
PARAGRAFO ÚNICO - Tendo como atribuições do cargo: Coordenam as atividades que envolvam os projetos nas áreas especificas de cada coordenação de atuação, ou seja, cada coordenador será responsável pela área destinada: Mulher, Igualdade Racial e ou Pessoa Idosa, com a prestação de contas á Secretaria da pasta; Participar das reuniões com a Secretaria Municipal e despacha com a Diretoria sobre matérias pertinentes a mesma; Assessora a Secretaria na elaboração, redação, digitação, revisão e encaminhamento de correspondências, cartas, ofícios, circulares, entre outros documentos; Assessorar a Diretoria no agendamento e organização de atos e eventos em geral, dentro ou fora do recinto da Municipalidade, em que a mesma seja promotora ou participe de alguma forma; Assessora a Secretaria na promoção e/ou apoio a realização de debates, encontros, seminários e fóruns sobre políticas e programas de interesse da Secretaria; Manter o cadastro de munícipes atualizado; Contatar e recepcionar autoridades e convidados da Secretaria. Além de coordenar a execução de uma ampla variedade de tarefas administrativas básicas e de suporte, que envolve o gerenciamento de logística e a supervisão física dos detalhes das instalações, eventos ou operações internas. Também são responsáveis por uma variedade de tarefas administrativas, como coordenar calendários, organizar reuniões, confirmar entregas e solicitar suprimentos.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrario.
REGISTRE-SE. PUBLICA-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 03 de Agosto de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:9969D3C1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 04/2026 de 02 de junho de 2026.

Aprovar a Comissão Intersetorial Responsável pela elaboração do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Agudos do Sul - Pr

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Agudos do Sul/Pr, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 536/2010, de 29/10/2010 e pelo Decreto Municipal Nº 034 de 31 e pelo Decreto Municipal Nº 034 de 06 março de 2024: em Reunião Ordinária em 02 de junho de 2026;

Resolve:

Art. 1º Aprovar a Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA- Agudos do Sul-Pr;

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Agudos do Sul, 02 de junho de 2026.

CHARLES DOMINGOS SANTANA
Presidente CMDCA

Publicado por:
Mislene de Jesus Oliveira
Código Identificador:71618AE9

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO NOVO FUNDEB

RESOLUÇÃO CACS - FUNDEB Nº 10, DE 29 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre Aprovação do Aditivo de Tempo de seis meses da APAE 2026 – Agudos do Sul - Pr

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do Município de Agudos do Sul – CACS FUNDEB, constituído com base na Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e Lei Municipal n.º 1056 de 08 de março de 2021 e pelo Decreto Municipal nº 186/2022, de 21 de dezembro de 2022 e em atendimento nas deliberações tomadas na Plenária do Conselho do FUNDEB em 29 de julho de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Reprogramação da Rubricas constantes no Termo de Colaboração n°01/2026, bem como prorrogação da sua vigência para mais 06 meses o meio de termo aditivo- Aditivo de Tempo da APAE;
Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Agudos do Sul, 29 de julho de 2026.

EVA TUMISKI
Presidente do FUNDEB

Publicado por:
Mislene de Jesus Oliveira
Código Identificador:DB32B21D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO IN Nº 12/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Inexigibilidade nº 12/2026
Processo Administrativo nº 86/2026

À vista dos elementos contidos no presente processo e no uso das atribuições que me foram conferidas, e ainda, de acordo com o disposto no inciso III, alínea 'f' do Art. 74, da Lei Federal 14.133/2021, declaro que fica **RATIFICADA** a Inexigibilidade de Licitação.

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos seguintes termos:

CONTRATADA: RICARDO TEMPEL MESQUITA ARQUITETURA E URBANISMO LTDA – 64.727.195/0001-59.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de workshop de capacitação em acessibilidade e desenho universal com o arquiteto e urbanista Ricardo Tempel Mesquita, destinado à qualificação dos servidores municipais e profissionais da rede de atendimento à pessoa com deficiência.

VALOR: R$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais).

Determino que seja dada a devida publicidade legal, em especial, à prevista no Art. 72 da Lei Federal n° 14.133/2021, e que, após as providências cabíveis, o presente processo seja devidamente autuado e arquivado.

Agudos do Sul, 31 de julho de 2026.

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamella Guerreiro
Código Identificador:CD9DBADC

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 095 DE 09 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E

Art. 1º Exonerar, a pedido, à Servidora **Solange do Rocio Maior do Rosario,** matrícula sob nº 2259, lotada na Escola Municipal Getúlio Vargas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 08 de julho de 2026, revogada às disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:9CB1C915

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 096 DE 20 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E

Art. 1º Exonerar **Oederson Olivir Melo**, do cargo em provimento de comissão de Assessor de Ação Social, matrícula sob nº 3378.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data, revogada às disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:8BC6A53A

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 097 DE 21 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E

Art. 1º Nomear **Oederson Olivir Melo**, ao cargo em provimento de comissão de Diretor de Meio Ambiente, matrícula sob nº 3583, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Símbolo CC2.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data, revogada às disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:394475C7

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 107 DE 31 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E

Art. 1º Exonerar **Fabricio Augusto Neves**, do cargo em provimento de comissão de Chefe da Divisão de Segurança, matrícula sob nº 3384.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data, revogada às disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:98C8B845

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 064/2026 - DIVISÃO DE PESSOAL

A Divisão de Pessoal, com base no resultado do Processo Seletivo Simplificado 001/2026, objeto do Edital n° 001/2026, de 12/06/2026, resolve:
CONVOCAR

Art. 1º Os candidatos para os respectivos empregos público abaixo relacionados, a comparecer na Divisão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Agudos do Sul - PR, a partir do dia 03 de agosto de 2026, no horário das 09h às 11h00 e das 13h00 às 16h00, munidos da documentação constante do art. 2°.

Classificação	Nome	Emprego Público	Concorrência
2º	Dayani de Souza Mariano	Atendente de Aluno	Ampla Concorrência

Classificação	Nome	Emprego Público	Concorrência
15º	Iara Biaobok Gavaliki	Professor	Ampla Concorrência
16º	Leticia Gonçalves	Professor	Ampla Concorrência

Art. 2º Os candidatos convocados deverão apresentar:

a) Cédula de Identidade (RG) e fotocópia;
b) Comprovante de Situação Cadastral no CPF;
c) Certidão de Regularidade Cadastral e Registro no órgão de classe e fotocópia para os cargos que possui;
d) Certidão de nascimento ou casamento e fotocópia;
e) Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino (até 45 anos);
f) Certidão de quitação eleitoral - (https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral);
g) Carteira de Trabalho Digital;
h) Comprovante da escolaridade exigida e histórico escolar e fotocópia;
i) Certidão de nascimento dos filhos até 21 anos e fotocópia, acompanhado do cartão de vacinação da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (de 4 a 21 anos), quando houver;
j) Cópia do CPF dos filhos menores de 24 anos;
k) Uma foto 3x4 recente;
l) Cópia do RG e CPF do cônjuge;
m) Certidões negativas de antecedentes criminais, fornecidas pela Justiça Estadual (http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=102) e Justiça Federal (https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-criminais), do local de residência do candidato;
n) Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone) e fotocópia;
o) Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio privado;
p) Apresentar declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública e de compatibilidade de horário para o exercício de mais de um cargo, quando acumulável, bem como não percebem benefício proveniente de regime próprio de Previdência Social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), ressalvadas as exceções previstas no Art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal;
q) Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, emitido pelo Médico do Trabalho;
r) Termo de Ciência com dos dados da Conta Salário ou Corrente no Banco do Brasil S/A;
s) Endereço eletrônico e telefone de contato;
t) Autodeclaração Étnico-Racial;
u) Declaração de não demissão do serviço público;
v) CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais Dados Cadastrais do CNIS.

Art. 3º O prazo para apresentação dos documentos é de 5 (dias) dias úteis a contar da publicação deste edital.
Art. 4º A não apresentação dos documentos acima, implicará na impossibilidade do candidato ser contratado.

Agudos do Sul, 31 de julho de 2026

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:434724CE

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
EDITAL DESLOCAMENTO PARA O FINAL DA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO Nº 062/2026 - DIVISÃO DE PESSOAL

A Divisão de Pessoal, com base no Edital n° 059/2026, de 27 de julho de 2026:

R E S O L V E

Art. 1º Remeter para o final da lista de classificação, as candidatas ao emprego público conforme tabela:

Classificação	Nome	Emprego Público	Concorrência
10º	Eliane Gurski Reinutte	Professor	Ampla Concorrência
26º	Pamela Magalhães	Professor	Afrodescendente

Art. 2º Os candidatos remetidos ao final de lista serão colocados a pedido, ou não compareceu para entrega dos documentos, conforme previsão expressa em edital.
Art. 3º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Agudos do Sul, em 31 de julho de 2026

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:86161F91

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
EDITAL DESLOCAMENTO PARA O FINAL DA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO Nº 063/2026 - DIVISÃO DE PESSOAL

A Divisão de Pessoal, com base no Edital n° 061/2026, de 30 de julho de 2026:

R E S O L V E

Art. 1º Remeter para o final da lista de classificação, a candidata ao emprego público conforme tabela:

Classificação	Nome	Emprego Público	Concorrência
1º	Luciana Matildes Queiroz Ripka	Atendente de Aluno	Ampla Concorrência

Art. 2º Os candidatos remetidos ao final de lista serão colocados a pedido, ou não compareceu para entrega dos documentos, conforme previsão expressa em edital.
Art. 3º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Agudos do Sul, em 31 de julho de 2026

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:93333F73

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 164 DE 25 DE MARÇO DE 2026
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Art. 70, inciso IV da Lei Municipal n° 375/2007, de 09/04/2007:

R E S O L V E

Art. 1º Conceder a FG-M5 à servidora **Andrea Niespoginski Vachack de Lima**, matrícula sob n° 2444, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professor, por exercer as funções de Coordenadora Pedagógica, junto ao Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:7A3F2F66

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 316 DE 13 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:
R E S O L V E

Art. 1º Revogar a Função Gratificada – FG 4 da Servidora **Jennifer Nogueira Bueno**, matrícula nº 2475, ocupante do cargo em provimento efetivo de **Auxiliar Administrativo**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 01 de junho de 2026, revogadas as disposições em contrário.
Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:16462E31

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 321 DE 13 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais com base no Título III, capítulo III Art. 89 da Lei Municipal n° 409/2007, de 19/12/2007:

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2025/2026, no período de 13/07/2026 até 22/07/2026, à servidora**Mareliz Cristina Chaves dos Santos**, matrícula nº 419, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar Administrativo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:A80CFFE6

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 322 DE 13 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2024/2026, no período de 13/07/2026 até 22/07/2026, à servidora **Maria Augusta Parizzi Ferreira**, matrícula nº 2353, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:E08EC473

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 323 DE 13 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2025/2026, no período de 13/07/2026 até 27/07/2026, à servidora **Marlene de Oliveira Soares**, matrícula nº 3225, ocupante do cargo em provimento de comissão de Chefe de Divisão de Assistência a Agricultura Familiar e Incentivo a Orgânicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:076759C2

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 324 DE 13 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Título III, capítulo III Art. 89 da Lei Municipal n° 409/2007, de 19/12/2007:

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2025/2026, do período de 13/07/2026 até 27/07/2026, à

servidora **Claudia do Perpetuo Socorro Alves**, matrícula nº 2330, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar Administrativo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:523512A2

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 325 DE 13 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Título III, capítulo III Art. 89 da Lei Municipal n° 409/2007, de 19/12/2007:

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2025/2026, do período de 13/07/2026 até 01/08/2026, à servidora **Argemira de Oliveira Milchevski**, matrícula nº 2262, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:C5FB9634

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 326 DE 13 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2024/2025, no período de 13/07/2026 até 22/07/2026, ao servidor **Ryan Paz Costa**, matrícula nº 3193, ocupante do emprego público de Guardião - PSS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:EA953389

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 327 DE 13 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Título III, capítulo III Art. 89 da Lei Municipal n° 409/2007, de 19/12/2007:

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 5 (cinco) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2022/2023, no período de 13/07/2026 até 17/07/2026, à servidora **Terezinha Milzcevski Woyciechouski**, matrícula nº 19, ocupante do cargo em provimento efetivo de Zelador.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:88E049FB

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 330 DE 16 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme memorando 855/2026:

R E S O L V E

Art. 1º Conceder Função Gratificada – FG 6 para à Servidora **Jennifer Nogueira Bueno**, matrícula nº 2475, ocupante do cargo em provimento efetivo de **Auxiliar Administrativo**, por desempenhar a função de Coordenadora da Vigilância Socioassistencial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 01 de junho de 2026, revogadas as disposições em contrário.
Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:FCF5E582

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 331 DE 16 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:
R E S O L V E

Art. 1º Conceder 7 (sete) dias de férias, no período de 15/07/2026 até 21/07/2026, aos seguintes Professores:

3158	CERLI PEREIRA NATEL DA CRUZ
3161	FRANCIELE GUERREIRO DA COSTA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 15 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GÉNEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:7C5A40A2

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 332 DE 16 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:
R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias, no período de 15/07/2026 até 24/07/2026, aos seguintes Professores:

3275	BEATRIZ APARECIDA PIRES ESTEFANOVSKI
3197	CHEILA DOS SANTOS LIMA
3335	CRISLAINE BARON
3170	DAIANE CRISTINA DE MELO ANDRADE MICKUS
3355	DAYANA SKOVRONSKI
3330	DEBORA PRISCILA DE ANDRADE
3323	DIONETE MARIA TELMA RIBEIRO
3322	JUSSARA PAIVA PAULA
3204	KELLY CLEODANI FERREIRA GOMES
3434	KEMBERLLYN FRANCYNE FAGUNDES SCHUEDA MACHADO
3352	MAKELLI BEATRIZ GAVELIKI DAS NEVES
3440	MAUREN ANGELITA BIZZOTTO FAGUNDES
3361	SANDIELI NOGUEIRA DE LACERDA
3314	SUSILENE ROHRRBACHER
3334	UIARA APARECIDA POSANSKI
3187	VALERIA LIMA DE SOUZA
3287	VANDERLEIA CHRUSCHLSKI RODRIGUES

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 15 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GÉNEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:43756E16

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 333 DE 16 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2026/2027, no período de 15/07/2026 até 24/07/2026, à servidora **Evelyn Lader Grosskopf Mickus**, matrícula nº 3231, ocupante do cargo em provimento de comissão de Chefe de Divisão de Ensino Fundamental e Infantil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:EE005833

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 334 DE 16 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme atestado apresentado:

R E S O L V E

Art. 1º Afastar por motivo de doença, à servidora **Mirian Eunice Monteiro de Moura,** matrículas nº 2005, ocupante do emprego público de Agente Comunitário de Saúde - PACS, com encargos financeiros suportados pelo Município de Agudos do Sul – PR, a partir de 09/07/2026 até 12/07/2026 pelo período de 4 (quatro) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:0742C690

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 336 DE 20 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme atestado apresentado:

R E S O L V E

Art. 1º Afastar por motivo de doença, o servidor **Ademir Antonio Ferreira,** matrículas nº 3166, ocupante do emprego público de Guardião - PSS, com encargos financeiros suportados pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, a partir de 19/07/2026 até 29/07/2026 pelo período de 11 (onze) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:29E1FEE7

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 337 DE 20 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme atestado apresentado:

R E S O L V E

Art. 1º Designar o Servidor **Eduardo de Lima Bail,** matrícula sob n° 3315, ocupante do cargo em provimento de comissão de **Chefe de Divisão de Trabalho e Emprego,** lotado na Secretaria de Administração e Finanças do Município de Agudos do Sul – PR, para atuar no Posto de Atendimento da Receita Federal (PAV).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:2D218D91

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 338 DE 20 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Art. 110 da Lei Municipal n° 409/07 e Lei Municipal nº 1.065/21:

R E S O L V E

Art.1º Conceder Licença Prêmio por assiduidade ao Servidor **Luiz Carlos Hortz,** matrícula sob n° 2302, ocupante do cargo em provimento efetivo de Contador, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º O período de fruição da referida licença era de19/06/2016 até 19/06/2021, porém o período remodelou tornando-se de 19/06/2016 até 14/06/2022 e dar-se-á pelo período de 90 (noventa) dias, sendo usufruída de 20/07/2026 até 17/10/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:77CFA43B

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 339 DE 20 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme atestado apresentado:

R E S O L V E

Art. 1º Afastar por motivo de doença, à servidora **Marcia Nossol,** matrículas nº 454 e 2253,ocupante do cargo em provimento efetivo de Professor, com encargos financeiros suportados pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, a partir de 07/07/2026 até 10/07/2026 pelo período de 4 (quatro) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 07 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:51CAE184

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 340 DE 20 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias, com abono de 10 (dez) dias, referente ao período aquisitivo de 2025/2026, no período de 20/07/2026 até 08/08/2026, ao servidor **Murilo Zollner Camargo**, matrícula nº 3319, ocupante do cargo em provimento de comissão de Chefe de Divisão de Informática.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:39850DF4

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 341 DE 20 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2024/2025, no período de 20/07/2026 até 29/07/2026, ao servidor **Valdomiro Correia Filho**, matrícula nº 3178, ocupante do cargo em provimento de comissão de Assessor de Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:D1C5065E

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 342 DE 20 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2025/2026, no período de 20/07/2026 até 29/07/2026, à servidora **Leandra Nossol**, matrícula nº 3364, ocupante do cargo em provimento de comissão de Assessor de Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:77A0FA80

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 343 DE 20 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme atestado apresentado:

R E S O L V E

Art. 1º Afastar por motivo de doença, à servidora **Albarina de Fatima Pereira de Britto,** matrícula nº 2049,ocupante do emprego Público de Agente Comunitária de saúde - PACS, com encargos financeiros suportados pelo Município de Agudos do Sul – PR, a partir de 14/07/2026 até 18/07/2026 pelo período de 5 (cinco) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 14 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:B61E336E

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 344 DE 20 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais com base no Título III, capítulo III Art. 89 da Lei Municipal n° 409/2007, de 19/12/2007:

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2024/2025, no período de 13/07/2026 até 22/07/2026, à servidora **Cristiane Oliveira Santos**, matrícula nº 2383, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:967E5ADA

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 345 DE 20 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais com base no Título III, capítulo III Art. 89 da Lei Municipal n° 409/2007, de 19/12/2007:

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2025/2026, no período de 13/07/2026 até 22/07/2026, à servidora **Arlete Aparecida de Lima**, matrícula nº 2472, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:E7D82800

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 346 DE 20 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 5 (cinco) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2024/2025, no período de 13/07/2026 até 17/07/2026, ao servidor **Diego Valente Lopes**, matrícula nº 3128, ocupante do cargo de agente político de Secretário de Administração e Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 13 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:40861ACF

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 347 DE 20 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Art. 70, inciso IV da Lei Municipal n° 375/2007, de 09/04/2007:

R E S O L V E

Art. 1º Conceder a FG-M1 à servidora **Vanessa de Fatima Melo**, matrícula sob n° 2084, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professor, em razão da docência em Sala Multisseriada, junto a Escola Municipal Getúlio Vargas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:1DD20814

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 350 DE 20 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em razão de necessidade administrativa, com respaldo no Art. 50 e § 1º, da Lei nº 375/2007:

R E S O L V E

Art. 1º Revogar a substituição remunerada da servidora **Roseli Muller Zappe**, matrícula nº 2780, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professor, pela substituição a crescente demanda de turmas, no Centro Municipal de Educação Infantil – Lar da Criança Feliz, no período vespertino.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 14 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:6EE3AFE6

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 351 DE 27 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Título III, capítulo III Art. 89 da Lei Municipal n° 409/2007, de 19/12/2007:

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2024/2025, no período de 27/07/2026 até 05/08/2026, à servidora **Marcia Pazda**, matrícula nº 388, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professor.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:9748CDC5

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 352 DE 27 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Título III, capítulo III Art. 89 da Lei Municipal n° 409/2007, de 19/12/2007:

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2025/2026, no período de 27/07/2026 até 15/08/2026, à servidora **Crislaine Gonçalves dos Santos**, matrícula nº 2779, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professor.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:49CC9007

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 353 DE 20 DE JULHO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 6 (seis) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2024/2025, no período de 13/07/2026 até 18/07/2026, à servidora **Ana Carolina de Oliveira**, matrícula nº 3141, ocupante do cargo em provimento de comissão de Chefe da Divisão de Pátio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:71AB11A7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
AVISO DE ENCERRAMENTO DAS INSCRIÇÕES - CREDENCIAMENTO 009/2026

AVISO

ENCERRAMENTO DAS INSCRIÇÕES

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PARA CREDENCIAMENTO Nº 009/2026

OBJETO: **"CREDENCIAMENTO DE PRODUTORES RURAIS DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, PARA A UTILIZAÇÃO DE 1 (UM) ESPAÇO COBERTO 3X3 M, TOTAL 9 M2, NOS DIAS 06 (DAS 18H ÀS 23H), 07 (DAS 10H ÀS 00H) E 08 DE NOVEMBRO DE 2026 (DAS 09H ÀS 23H), NO PARQUE MUNICIPAL AMBIENTAL ANÍBAL KHURY, DURANTE O EVENTO 5ª FESTA MUNICIPAL DO MORANGO, PARA COMERCIALIZAÇÃO DE MORANGOS IN NATURA E SEUS DERIVADOS E OUTROS PRODUTOS DA TERRA, CONFORME PRODUTOS LISTADOS NO ANEXO IX".**

Em razão do preenchimento integral das vagas previstas e conforme solicitação da Comissão Organizadora da 5ª Festa Municipal do Morango é dada por encerrada as inscrições, referente ao objeto supracitado, retirando-se o edital de circulação.

Almirante Tamandaré, 31 de julho de 2026.

SANDRA MARIA CUMIN
Agente de Contratação Responsável

Publicado por:
Sandra Maria Cumin
Código Identificador:CA1D895D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DO PROCESSO Nº 032/2026

RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 032/2026

PROTOCOLO Nº 0018.000013275/2026

O Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, no uso de suas atribuições legais, e ressaltando a necessidade, conveniência e interesse da Administração Pública, com fundamento nas disposições do Artigo 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e alicerçado no Parecer Jurídico, pelo presente ato, **RATIFICA A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 032/2026** visando a **"AQUISIÇÃO DE ARMAMAMENTO PARA A GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ**" em favor da empresa **TAURUS ARMAS S.A**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº 92.781.335/0001-02,** com o valor global de **R$ 239.035,98 (DUZENTOS E TRINTA E NOVE MIL, TRINTA E CINCO REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS),** conforme solicitação da Secretaria Municipal de Segurança. Publique-se o presente no prazo de 5 (cinco) dias na imprensa oficial.

Almirante Tamandaré, 31 de julho de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Karolynny Pereira Gulin
Código Identificador:4BB90004

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 321/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a exoneração de servidor em cargo em comissão.

***ELZA APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.*

R E S O L V E

Art. 1º *- **EXONERAR** a partir do dia 31 (trinta e um) de julho de 2026, o servidor **JEANDERSON FELIPE PACHECO DA SILVA**, matrícula funcional nº **508994,** do cargo em comissão de **DIRETOR DE ESPORTES - CC III**, lotado no Ginásio de Esportes.*

Art. 2º *- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.*

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, 31 (trinta e um) dias do mês de julho de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andréa da Cruz Alves
Código Identificador:6072A9CC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 249/2026
ID 3831

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 002/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO/ CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

DAS PARTES:

Credenciante*:* Município de Amaporã, inscrito no CNPJ sob nº 75.475.038/0001-10.

Credenciada: REFORMADORA TORALBUS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 16.852.938/0001-70.

DO OBJETO:
Credenciamento de empresas especializadas para o fornecimento de peças automotivas e a prestação de serviços mecânicos em geral, incluindo manutenção preventiva e corretiva, funilaria e pintura, com substituição de peças e acessórios, realizados mediante requisição da Administração, conforme a demanda, com aplicação de percentuais de desconto sobre tabelas de referência vigentes, destinados aos veículos da frota oficial do Município de Amaporã/PR.

DO VALOR:
O valor estimado do presente Termo de Credenciamento é de **R$ 611.666,66** (Seiscentos e onze mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Informo ainda que, o pagamento do serviço é proveniente de recursos municipais, estaduais e federais do exercício de 2026 e superávit do ano de 2025, através da dotação abaixo:

0500104122000320103390300000 – Material de Consumo
0600126782000620313390300000 - Material de Consumo
0600215451000620323390300000 - Material de Consumo
0600315452000720343390300000 - Material de Consumo
0700104122000320453390300000 - Material de Consumo
0700112361001320493390300000 - Material de Consumo
0800110122000320593390300000 - Material de Consumo
0800110301001020603390300000 - Material de Consumo
0800110302001020613390300000 - Material de Consumo
0800110304001021023390300000 - Material de Consumo
0800110305001020973390300000 - Material de Consumo
0600220608000820373390300000 - Material de Consumo
0600217512000720193390300000 - Material de Consumo
0600218542000820383390300000 - Material de Consumo
0900108122000321073390300000 - Material de Consumo
0900108244001421203390300000 - Material de Consumo
0900108244001421403390300000 - Material de Consumo
0900108243001461133390300000 - Material de Consumo
0900108243001461143390300000 - Material de Consumo
0500104122000320103390390000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
0600126782000620313390390000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
0600215451000620323390390000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
0600315452000720343390390000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
0700104122000320453390390000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
0700112361001320493390390000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
0800110122000320593390390000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
0800110301001020603390390000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
0800110302001020613390390000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
0800110304001021023390390000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
0800110305001020973390390000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
0600220608000820373390390000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
0600217512000720193390390000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
0600218542000820383390390000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
0900108122000321073390390000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
0900108244001421203390390000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
0900108244001421403390390000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
0900108243001461133390390000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
0900108243001461143390390000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O Município de Amaporã efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias de acordo com as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 174, de 22 de outubro de 2024, após recebimento da respectiva Nota Fiscal/Fatura, no setor competente, e conferência da mesma

DA VALIDADE:
A vigência do presente Termo de Credenciamento será de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente.

Amaporã/PR, 31 de julho de 2026.

Município de Amaporã
MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:E0B54964

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - LEILÃO Nº 01/2026

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2026

HOMOLOGO o resultado do certame licitatório contido no Leilão Público nº 001/2026, que preenchendo os requisitos legais contidos na Lei nº 14.133 e demais legislações seguintes, foi pela comissão de licitação, juntamente com o leiloeiro administrativo, julgados vencedores do certame, os arrematantes abaixo relacionados:

Lote	*Descrição do bem*	Vlr Inicial	Vlr. Arrematado	Nome Arrematante
01	CHEVROLET SPIN LTZ 1.8 AT PLACAS: BCP-6025	**20.000,00**	**23.800,00**	**PAULO ENRIQUE GOMES CPF: 006.325.599-50**
03	VW/NOVO VOYAGE CL MBV PLACAS: BBW-8026	**15.000,00**	**17.500,00**	**PAULO ENRIQUE GOMES CPF: 006.325.599-50**
04	VW/NOVO VOYAGE CL MBV PLACAS: BBW-8031	**15.000,00**	**18.700,00**	**PAULO ENRIQUE GOMES CPF: 006.325.599-50**
06	AGRALE/MA7.5 NEOBUS TBOY PLACAS: AKF-8C20	**15.000,00**	**27.900,00**	**ADEMIR FERREIRA CPF: 596.425.059-91**
09	PÁ CARREGADEIRA XCMG LW 300	**120.000,00**	**131.800,00**	**SOMAK COMERCIO DE MAQUINAS LTDA CNPJ: 50.056.420/0001-68**
10	AUTOCLAVE 100 LITROS, MARCA PHOENIX	**5.000,00**	**5.000,00**	**INTELTESLA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ: 39.879.920/0001-67**
12	LÂMINA DIANTEIRA PARA TRATOR	**1.000,00**	**1.000,00**	**JULIANO DOS SANTOS MENDES CPF: 044.575.839-28**
15	GRADE ROMA 14 DISCOS X 26" MANCAL A ÓLEO COM CONTROLE REMOTO	**10.000,00**	**13.670,00**	**JULIANO DOS SANTOS MENDES CPF: 044.575.839-28**
16	TRATOR CORTADOR DE GRAMA HUSQVARNA LGT 540XL	**4.000,00**	**4.000,00**	**35.260.357 PAULO EDNAN DO NASCIMENTO CNPJ: 35.260.357/0001-93**
17	**MADEIRAS**	**200,00**	**210,00**	**LAECIO ANTONIO SILVA SOUZA CPF: 100.523.529-51**

Amaporã/PR, em 31 de julho de 2026.

Município de Amaporã
MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gusttavo Lucas de Souza
Código Identificador:9C3208B7

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 159/2026

DECRETO Nº 159/2026

SÚMULA: Aprova o Laudo de Insalubridade e Periculosidade dos servidores públicos municipais e define as atividades consideradas insalubres e perigosas no âmbito do Poder Executivo Municipal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AMAPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, Senhor **MARCOS MARIN**, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o Laudo de Insalubridade e Periculosidade realizado nos órgãos do Poder Executivo Municipal, elaborado por empresa contratada pelo Município;

DECRETA:
Art. 1º Fica aprovado o Laudo de Insalubridade e Periculosidade dos Servidores Públicos Municipais, no qual são definidas as atividades consideradas insalubres e/ou perigosas, bem como os respectivos percentuais aplicáveis, conforme anexos integrantes deste Decreto.

Art. 2º Os percentuais de adicional de insalubridade e/ou periculosidade foram atribuídos de acordo com as análises técnicas realizadas, observando-se os critérios estabelecidos nas Normas Regulamentadoras NR-15 – Atividades e Operações Insalubres e NR-16 – Atividades e Operações Perigosas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos jurídicos a partir do dia 01/08/2026.

Art. 4º Os efeitos financeiros decorrentes deste Decreto serão implementados na folha de pagamento no mês de setembro de 2026;

Art. 5º O inteiro teor do Laudo de Insalubridade e Periculosidade encontra-se disponível para consulta no seguinte link: https://www.amapora.pr.gov.br/pagina/31/lip-laudos-de-insalubridade-e-periculosidade/.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 31 (trinta e um) dias do mês de julho do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis).

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:6CEE6977

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 14º E 15º TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 143/2021

PARTES:
MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
R. BRAGA ROSENDO LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **04 (quatro) meses**, com início em **31/07/2026** e término em **01/12/2026** com fundamento no art. 57 inciso II da lei 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Manutenção de Valores na importância de **R$ 41.373,68** (quarenta e um mil trezentos e setenta e três reais e sessenta e oito centavos), com fundamento no art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 31.07.2026.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2021

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

REGIANE BRAGA ROSENDO
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:E3F8E71F

GABINETE DA PREFEITA
NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS

O Município de Andirá/PR nos termos da Lei Federal nº 9.452 de 20/03/97, notifica a Associação de Pais e amigos dos Excepcionais de Andirá, a Associação de Senhoras de Rotarianos de Andirá, a Associação Comercial e Empresarial de Andirá – ACEAD, a Câmara Municipal, a Loja Maçônica de Andirá Águia Negra, o Movimento Democrático Brasileiro – MDB e o Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB o recebimento de Recurso Federal no valor de R$ 30.662,58 (trinta mil seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta e oito centavos) referente ao Repasse ao Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – DIRF – Doação IRRF referente o exercício de 2026.

Data: 31 de Julho de 2026.

EDNYRA AP. SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:E8521F1F

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.259 DE 31 DE JULHO DE 2026

Ednyra Aparecida Sanches Bueno De Godoy Ferreira, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDO a Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado.

CONSIDERANDO o Decreto 9.858 de 24 de Janeiro de 2023 que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos no âmbito do Poder Executivo no Município de Andirá-Pr.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear os servidores, abaixo relacionados, como Fiscal de Contrato, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Fiscal Titular:	ANTONIO EDUARDO BONIFÁCIO FABIO BIANCARDI BALDINI MARCEL LEMANA		
Fiscal Substituto:	DANIEL TAVARES DE ANDRADE RAFAEL GUSTAVO DE SOUZA GUERRA RAIMUNDO ELEOTERIO BENFICA JUNIOR TIAGO AUGUSTO LUIZ DE OLIVEIRA		
Gestor Titular:	ANA LUIZA DE OLIVEIRA MOURA		
Gestor Substituto:	ANDRÉ LUIZ MALUZI		
Termo de Credenciamento n°:	112/2026	**Vigência:**	31.07.2026 A 30.07.2027
Modalidade:	**INEXIGIBILIDADE**		
Nº licitação	031/2026		
Contratado:	**E&G ARQUITETURA E MOVEIS PLANEJADOS LTDA**		
Objeto:	CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA, DEVIDAMENTE INSCRITA NO ENTE DE CLASSE COMPETENTE PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE AVALIAÇÕES IMOBILIÁRIAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ANDIRÁ/PR, ATENDENDO ÀS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.		
Valor:	**R$ 189.000,00**		

Art. 2° - O Fiscal assim como o Gestor de Contratos será responsável por representar o Município de Andirá PR perante o contratado e zelar pela boa execução do objeto pactuado, mediante a execução das atividades de orientação, fiscalização e controle.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 31 de Julho de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA,
Prefeita Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:8F9CF0D0

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 112/2026 PROCESSO LICITAÇÃO Nº 375/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 031/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA, DEVIDAMENTE INSCRITA NO ENTE DE CLASSE COMPETENTE PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE AVALIAÇÕES IMOBILIÁRIAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ANDIRÁ, ATENDENDO ÀS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

FORNECEDOR CREDENCIADO:

E&G ARQUITETURA E MOVEIS PLANEJADOS LTDA, inscrito no **CNPJ: 40.328.095/0001-91;**

VIGÊNCIA: 31.07.2026 A 30.07.2027

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

VITÓRIA MIYAO GOMES
Agente de Contratação

ELIAS PEREIRA DA CONCEIÇÃO JUNIOR
Representante Legal

OBS: A RELAÇÃO DE ITENS REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO E TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 112/2026, ESTARÁ DISPONIVEL NO SITE OFICIAL DO MUNICÍPIO https://andira.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:AA775A2A

SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
PROCESSO ADMINISTRATIVO DESPORTIVO Nº 002/2026

COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
PROCESSO ADMINISTRATIVO DESPORTIVO Nº 002/2026
DECISÃO ADMINISTRATIVA DESPORTIVA
Competição: Campeonato Regional de Futsal de Andirá 2026
Recorrentes: Galácticos 42, Sistema Negro, Mercado Nossa Senhora Aparecida, Piratas da Bola e Geroldis Adega FC
Recorridas: Amigos do Hugo A e Amigos do Hugo B
Partida impugnada: Amigos do Hugo A x Amigos do Hugo B
Data da partida: 6 de julho de 2026
Resultado registrado: 1 x 1
EMENTA
RECURSO ADMINISTRATIVO DESPORTIVO. CAMPEONATO REGIONAL DE FUTSAL DE ANDIRÁ 2026. ALEGAÇÃO DE ATUAÇÃO CONJUNTA DESTINADA À MANUTENÇÃO ARTIFICIAL DO EMPATE. CONDUTA ANTIDESPORTIVA. ART. 11, CAPUT E § 5º, DO REGULAMENTO. GRAVAÇÃO INTEGRAL DA PARTIDA. RELATÓRIO DA EQUIPE DE ARBITRAGEM. DECLARAÇÃO DA MESÁRIA. CONJUNTO PROBATÓRIO CONVERGENTE. AUSÊNCIA DE COMPETITIVIDADE AUTÊNTICA. FINALIDADE DE INFLUENCIAR O RESULTADO E A CLASSIFICAÇÃO. DEFESA PRÉVIA APRESENTADA. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADOS. REJEIÇÃO DAS PRELIMINARES. ELIMINAÇÃO DAS EQUIPES. IMPEDIMENTO DE PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS DA SMEL PELO PRAZO DE 180 DIAS. INVALIDAÇÃO DO RESULTADO IMPUGNADO.
I – RELATÓRIO
Trata-se de Recurso Administrativo Desportivo apresentado conjuntamente pelas equipes Galácticos 42, Sistema Negro, Mercado Nossa Senhora Aparecida, Piratas da Bola e Geroldis Adega FC, em face das equipes Amigos do Hugo A e Amigos do Hugo B, relativamente à partida disputada em 6 de julho de 2026, válida pela fase classificatória do Campeonato Regional de Futsal de Andirá 2026.
A súmula oficial registra que a partida foi realizada no Ginásio de Esportes José Elis Feliciano, com início às 19h30, e terminou empatada pelo placar de 1 a 1. O campo destinado às observações permaneceu sem anotação de ocorrência disciplinar.
O recurso foi protocolado em 7 de julho de 2026, portanto no primeiro dia útil subsequente à realização da partida, acompanhado da indicação da gravação integral do jogo como elemento de prova.
As recorrentes alegaram que as duas equipes teriam atuado de forma conjunta e deliberada para manter resultado conveniente a ambas, mediante troca de passes sem objetividade, ausência recíproca de pressão, recuos em situações ofensivas, falta de interesse em finalizar as jogadas e redução artificial da competitividade.
O recurso destacou, entre outras circunstâncias, a existência de lance no qual um jogador teria deixado de prosseguir em situação ofensiva

favorável, optando por recuar a bola, bem como a sequência posterior ao primeiro gol, na qual teria ocorrido entrega facilitada da posse de bola à equipe adversária, seguida do empate. Ao final, foi requerida a eliminação das equipes e a invalidação do resultado.

Recebido o recurso, foi instaurado o Processo Administrativo Desportivo nº 002/2026. A Comissão solicitou formalmente à Associação Desportiva e de Árbitros de Andirá a apresentação da súmula e do relatório da equipe responsável pela partida. O requerimento foi expedido em 7 de julho de 2026 e recebido em 8 de julho de 2026, às 9h45.

As equipes Amigos do Hugo A e Amigos do Hugo B foram formalmente cientificadas da acusação, do conteúdo do recurso, da existência da gravação e da possibilidade de apresentarem manifestação, documentos, justificativas, testemunhas e requerimentos probatórios, ficando-lhes assegurado o acesso aos elementos do procedimento.

Em 10 de julho de 2026, às 13h50, as equipes recorridas apresentaram defesa administrativa, conforme certidão de juntada constante dos autos.

No dia 20 de julho de 2026, foi realizada reunião com a presença dos representantes das equipes recorrentes e recorridas, acompanhados de advogados, ocasião em que foi oportunizada a manifestação de todos os envolvidos acerca dos acontecimentos relacionados à partida impugnada. Os representantes das equipes recorrentes ratificaram os fundamentos e os pedidos constantes do recurso administrativo, enquanto o advogado das equipes Amigos do Hugo A e Amigos do Hugo B ratificou integralmente a defesa anteriormente apresentada.

Durante a reunião, também foi discutida a possibilidade de solução consensual, consistente na perda dos pontos correspondentes à partida impugnada, acrescida da perda de mais 3 (três) pontos pelas equipes recorridas. Para eventual formalização do acordo, foi concedido prazo de 72 (setenta e duas) horas, com término em 23 de julho de 2026, às 15h. Encerrado o prazo sem consenso entre todos os envolvidos, o procedimento prosseguiu regularmente para julgamento pela Comissão.

Em 24 de julho de 2026, foi elaborado Relatório de Instrução, no qual se registrou o encerramento da fase instrutória e se declarou o procedimento apto para julgamento pela Comissão.

Na defesa, as equipes Amigos do Hugo A e Amigos do Hugo B suscitaram, em síntese:

a) ausência de previsão regulamentar específica para “combinação” ou “manipulação de resultado”;

b) impossibilidade de interpretação extensiva da expressão “conduta antidesportiva”;

c) inexistência de prova direta de ajuste prévio, pagamento, promessa de vantagem ou fraude;

d) regular encerramento da partida e inexistência de observação disciplinar na súmula;

e) soberania da arbitragem;

f) liberdade tática das equipes para adotarem postura defensiva, reduzirem o ritmo ou administrarem resultado;

g) impossibilidade de confundir resultado esportivamente conveniente com resultado manipulado;

h) necessidade de prova robusta, proporcionalidade, tipicidade, contraditório e ampla defesa;

i) requerimento de juntada da súmula, do relatório da arbitragem, oitiva dos envolvidos e análise integral da gravação.

Ao final, requereram o não conhecimento ou o desprovimento do recurso e, subsidiariamente, a realização de maior instrução probatória.

As providências probatórias requeridas foram substancialmente atendidas, mediante juntada da súmula, obtenção de relatório da arbitragem, declaração da mesária, disponibilização e análise da gravação integral, recebimento das manifestações escritas e realização de reunião presencial, na qual os recorrentes e os recorridos, acompanhados de advogados, tiveram oportunidade de se manifestar e ratificaram suas respectivas razões.

A mesária Kauane David dos Santos declarou ter percebido falta de interesse das duas equipes em disputar efetivamente a partida. Relatou que os jogadores apenas tocavam a bola, não buscavam marcar gols, riam durante o jogo e, mesmo chegando próximos à meta adversária, voltavam a bola, aparentando não possuir intenção de finalizar.

Em relato manuscrito juntado ao procedimento também se consignou que, durante a partida, foi percebido que as duas equipes não queriam vencer e procuravam manter o empate.

O relatório atribuído à equipe de arbitragem registra que a partida inicialmente parecia transcorrer normalmente, mas que, no decorrer do jogo, tornou-se perceptível que nenhuma das duas equipes pretendia vencer, resultando no empate.

A Comissão analisou integralmente a gravação da partida, a súmula, o relatório da arbitragem, a declaração da mesária, o recurso, a defesa e os demais documentos incorporados ao procedimento.

É o relatório.

II – DO CONHECIMENTO DO RECURSO

O art. 18 do Regulamento Geral Definitivo estabelece que o prazo para interposição de recurso é de um dia útil após o término da partida, devendo a insurgência ser acompanhada de provas.

A partida ocorreu em 6 de julho de 2026, e o recurso foi apresentado em 7 de julho de 2026, com indicação e disponibilização da gravação da partida.

A legitimidade também se encontra presente, uma vez que o recurso foi subscrito pelos dirigentes ou representantes das equipes recorrentes, em conformidade com o art. 19 do Regulamento.

As recorrentes possuem interesse direto na apuração, pois participam da mesma competição e podem ser atingidas pelos efeitos do resultado sobre a classificação e os critérios previstos no art. 39 do Regulamento.

Dessa forma, conhece-se do recurso administrativo desportivo.

III – DA COMPETÊNCIA DA COMISSÃO

O art. 4º do Regulamento atribui à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer a organização do Campeonato Regional de Futsal de Andirá 2026 e confere à

Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, instituída pela Portaria nº 17.627, de 10 de novembro de 2023, competência para assegurar o cumprimento das normas da competição e deliberar sobre casos omissos ou situações duvidosas.

O art. 27 reforça que as situações não expressamente detalhadas no Regulamento serão resolvidas pela SMEL.

Por sua vez, o art. 11, caput, prevê expressamente que aquele que, por ação ou omissão, praticar “condutas antidesportivas de qualquer natureza” estará sujeito às sanções aplicadas pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

O § 5º do mesmo artigo autoriza, conforme a gravidade, a aplicação de advertência, suspensão, eliminação da competição e impedimento de participação, por período determinado, em eventos futuros promovidos pela SMEL.

A Comissão, portanto, possui competência regulamentar expressa para apurar a conduta, valorar as provas e aplicar as sanções previstas no Regulamento.

IV – DA REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO, DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA

A Constituição Federal assegura que ninguém será privado de direitos sem o devido processo legal e que, nos processos administrativos, devem ser garantidos o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. Também impõe à Administração Pública a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Essas garantias foram observadas no presente procedimento.

As equipes recorridas:

- receberam ciência suficientemente clara dos fatos que lhes eram imputados;
- foram informadas da existência do recurso e da prova audiovisual;
- tiveram acesso ou possibilidade de acesso aos documentos;
- puderam apresentar defesa escrita, documentos, justificativas, testemunhas e requerimentos;
- apresentaram defesa subscrita por advogado;
- requereram diligências e produção de provas;
- tiveram seus requerimentos substancialmente atendidos;
- participaram da reunião realizada em 20 de julho de 2026, acompanhadas de advogado, ocasião em que puderam se manifestar, prestar esclarecimentos e ratificar a defesa anteriormente apresentada;
- tiveram suas alegações examinadas nesta decisão.

A defesa foi efetivamente recebida em 10 de julho de 2026, às 13h50, e incorporada ao procedimento antes do encerramento da instrução.

Além das manifestações escritas, a reunião realizada em 20 de julho de 2026 assegurou a participação efetiva dos recorrentes e dos

recorridos na fase instrutória. Todos os envolvidos tiveram oportunidade de expor suas considerações e ratificar as razões anteriormente apresentadas.

A proposta de solução consensual discutida durante a reunião e a ausência de acordo entre os envolvidos não são consideradas confissão, reconhecimento da procedência do recurso ou elemento de prova da infração, servindo exclusivamente para registrar a tentativa de composição realizada durante o procedimento.

A circunstância de o Regulamento estabelecer prazo reduzido não implica, por si só, cerceamento, especialmente porque as equipes apresentaram extensa manifestação, subscrita por advogado, na qual desenvolveram preliminares, teses de mérito, argumentos probatórios e pedidos de diligência. Não houve demonstração de prejuízo concreto à defesa.

Também não houve condenação automática baseada exclusivamente no recurso. A Comissão promoveu diligências, solicitou a súmula, obteve relatório dos árbitros, recebeu a declaração da mesária, analisou a gravação e oportunizou manifestação às partes.

No presente caso, a competência, o procedimento, a prova, a defesa e a proporcionalidade da sanção são expressamente enfrentados, não se identificando cerceamento de defesa ou nulidade procedimental.

V – DAS PRELIMINARES SUSCITADAS NA DEFESA

1. Da alegação de inexistência de previsão regulamentar

A defesa sustenta que o Regulamento não utiliza expressamente as expressões "combinação de resultado", "manipulação de resultado" ou "ajuste prévio entre equipes".

A preliminar não procede.

Não se está criando nova infração por analogia ou impondo penalidade inexistente. A conduta é enquadrada diretamente na norma do art. 11, caput, que prevê, de maneira expressa, a punição por condutas antidesportivas de qualquer natureza.

A expressão regulamentar possui conteúdo suficientemente compreensível: abrange comportamentos incompatíveis com a lealdade, a competitividade, a boa-fé e a integridade esperadas de uma competição esportiva.

Entender que a cláusula somente alcançaria agressões, ameaças e tumultos significaria ignorar a própria redação do caput, que separa as agressões à integridade física, moral ou disciplinar das "condutas antidesportivas de qualquer natureza".

Além disso, o art. 2º do Regulamento estabelece que os participantes são considerados conhecedores do sistema de organização, justiça e disciplina desportiva aplicável, e o art. 26 determina que a inscrição implica conhecimento e aceitação integral do Regulamento e dos atos administrativos complementares.

A Lei nº 14.597/2023 (Lei Geral do Esporte), especialmente em seus arts. 9º, 59, inciso VI, e 177, determina a adoção de medidas de prevenção e combate às práticas atentatórias à integridade e ao resultado esportivo e protege a incerteza do resultado, a igualdade e a integridade dos competidores.

Portanto, não há ausência de norma anterior: existe previsão regulamentar expressa da infração antidesportiva e previsão expressa das sanções possíveis.

2. Da interpretação restritiva do art. 11

A defesa alega que o art. 11 deveria ser interpretado de maneira limitada às situações enumeradas em seus parágrafos.

A interpretação não pode ser acolhida.

Os parágrafos do art. 11 disciplinam situações específicas, mas não eliminam nem esvaziam a cláusula geral do caput. A expressão "condutas antidesportivas de qualquer natureza" foi deliberadamente redigida para abranger comportamentos que, embora não enumerados de maneira exaustiva, ofendam o núcleo essencial da competição.

A presente decisão não transforma mera estratégia de jogo em infração. O que se pune é uma conduta bilateral, reiterada e convergente, destinada a retirar da partida sua competitividade autêntica e a conservar artificialmente um resultado conveniente.

3. Da ausência de prova de acordo prévio

A caracterização da infração não exige necessariamente documento escrito, gravação de conversa, confissão ou prova direta de reunião anterior.

A combinação pode ser expressa ou tácita. O elemento subjetivo pode ser demonstrado por comportamentos objetivos, simultâneos, reiterados e convergentes, desde que o conjunto probatório seja suficientemente robusto e não se limite a conjecturas.

No caso, a conclusão não decorre unicamente do empate ou da denominação semelhante das equipes. Resulta da conjugação entre:

- o comportamento observado na gravação integral;
- o relato da mesária;
- o relatório da arbitragem;
- o padrão bilateral de ausência de pressão;
- os recuos em situações ofensivas;
- a ausência reiterada de tentativa real de finalização;
- a redução recíproca da intensidade competitiva;
- a manutenção do resultado conveniente até o encerramento.

A denominação "Amigos do Hugo A" e "Amigos do Hugo B" constitui apenas elemento contextual e não é utilizada como prova autônoma da infração.

4. Da soberania da arbitragem e da ausência de anotação na súmula

O art. 35 do Regulamento estabelece que a arbitragem é soberana nas decisões técnicas tomadas dentro da quadra e que não cabem recursos contra essas decisões.

O presente processo, entretanto, não pretende rever falta, gol, cartão, lateral, tiro livre ou qualquer decisão técnica da arbitragem. Discute-se a responsabilidade disciplinar das equipes por comportamento antidesportivo, matéria expressamente submetida à Comissão.

O art. 36 do próprio Regulamento autoriza a arbitragem a apresentar relatórios posteriores sobre ocorrências disciplinares.

O fato de o campo "observações" da súmula estar em branco demonstra apenas que a ocorrência não foi formalmente registrada naquele documento no momento do encerramento. Não constitui prova de inexistência do comportamento.

O relatório posterior explica que a partida inicialmente parecia normal, mas que, no seu decorrer, a equipe de arbitragem percebeu que ambas as equipes não pretendiam vencer. Essa explicação é compatível com a natureza da conduta, que pode não se revelar por um lance isolado, mas por um padrão percebido ao longo do jogo.

5. Da liberdade tática

As equipes possuem liberdade para adotar formação defensiva, reduzir o ritmo, realizar passes laterais, administrar vantagem, priorizar a posse de bola e evitar riscos.

Todavia, a liberdade tática não autoriza duas equipes a deixarem simultaneamente de competir, mediante comportamento recíproco destinado à manutenção de resultado conveniente.

Uma equipe pode legitimamente administrar o jogo para buscar sua própria classificação. O que não pode ocorrer é a utilização coordenada da liberdade tática para eliminar a incerteza da disputa e produzir resultado artificialmente conveniente às duas adversárias.

A infração não decorre de a partida ter sido tecnicamente fraca ou pouco ofensiva. Decorre da supressão bilateral e deliberada da efetiva competição.

VI – DA PROVA E DA FORMAÇÃO DA CONVICÇÃO

1. Da súmula

A súmula confirma a realização da partida, a identificação das equipes, o placar de 1 a 1 e a presença da equipe de arbitragem e da mesária.

O documento não contém observações disciplinares, cartões ou relato de paralisação. Isso é compatível com o fato de que a partida prosseguiu formalmente até o final.

A acusação não é de interrupção física da partida, violência ou abandono da quadra. A imputação consiste na manutenção apenas aparente do jogo, sem competitividade autêntica.

2. Da declaração da mesária

A declaração de Kauane David dos Santos é especialmente relevante porque provém de pessoa que atuava oficialmente na mesa durante a partida e possuía posição privilegiada para acompanhar sua dinâmica.

A mesária afirmou que:

"as equipes dentro de quadra estavam só tocando a bola, não queriam fazer gols, estavam dando risada, chegavam na cara do gol e voltava para trás, só estavam brincando dentro de quadra sem intenção de fazer gols".

A declaração descreve fatos objetivos: circulação de bola, ausência de finalização, recuo diante da meta e comportamento descontraído incompatível com a busca efetiva pela vitória.

3. Do relatório da arbitragem

O relatório da partida registra que o jogo inicialmente parecia normal, mas que, durante seu desenvolvimento, os árbitros perceberam que

ambas as equipes não queriam vencer, razão pela qual a partida terminou empatada.
O relato não apresenta mera conclusão abstrata. Ele confirma que a percepção surgiu da observação progressiva da conduta das duas equipes, convergindo com a descrição da mesária e com a gravação.

4. Da gravação integral

A gravação deve ser apreciada em sua integralidade, e não apenas por trechos isolados.
Um passe para trás, uma finalização desperdiçada, uma reação incomum após um gol ou a redução momentânea do ritmo seriam insuficientes, separadamente, para demonstrar manipulação.
Contudo, a Comissão identificou, no conjunto da partida:
a) circulação prolongada da bola sem propósito ofensivo verificável;
b) ausência recíproca de pressão sobre o portador da bola;
c) sucessivos recuos quando existia possibilidade objetiva de progressão;
d) interrupção voluntária de jogadas em zonas ofensivas;
e) ausência de finalização em oportunidades nas quais o comportamento normalmente esperado seria a conclusão da jogada;
f) redução simultânea do ritmo das duas equipes;
g) falta de reação competitiva de uma equipe diante das oportunidades da adversária;
h) manutenção desse padrão após o empate e até o encerramento;
i) compatibilidade entre o comportamento audiovisual e os relatos da arbitragem e da mesária.
A conclusão não se baseia em um único lance, mas na reiteração e convergência do comportamento das duas equipes.

5. Da manifestação pública juntada

Foi juntada captura de manifestação pública na qual a equipe Amigos do Hugo A afirma que, antes do início da competição, teria solicitado a colocação das duas equipes em grupos distintos e que, diante da manutenção de ambas no mesmo grupo, procuraria a classificação dentro das regras.
Tal manifestação foi considerada, mas não é tratada como confissão nem como prova autônoma da combinação. Seu conteúdo possui apenas valor contextual. Mesmo desconsiderada integralmente essa publicação, a conclusão permanece sustentada pela gravação, pela declaração da mesária e pelo relatório da arbitragem.

6. Da suficiência probatória

O Código Brasileiro de Justiça Desportiva descreve, em seu art. 243-A, como infração a atuação contrária à ética desportiva com o objetivo de influenciar o resultado de partida. O dispositivo também admite a anulação da partida quando o procedimento alcança o resultado pretendido.
O referido dispositivo é utilizado como referência interpretativa subsidiária, e não como fundamento autônomo para criação de sanção municipal.
A utilização subsidiária desse parâmetro exige a demonstração do propósito específico de influenciar o resultado, não bastando suspeita genérica ou ato isolado.
Esse requisito encontra-se satisfeito no presente caso, pois não há somente um lance duvidoso. Há um comportamento bilateral, contínuo e convergente, confirmado por diferentes elementos instrutórios e efetivamente seguido pela obtenção do resultado que as condutas procuraram conservar.
A ausência de prova de pagamento, aposta ou promessa de vantagem econômica não afasta a infração regulamentar. O benefício esportivo pretendido consistia na conservação de resultado relevante para a classificação.

VII – DA CARACTERIZAÇÃO DA INFRAÇÃO

O conjunto probatório demonstra que as equipes Amigos do Hugo A e Amigos do Hugo B atuaram de maneira contrária à ética, à lealdade e à competitividade esportivas, reduzindo deliberadamente a disputa real com o propósito de manter o empate.
A conduta afetou:
- a imprevisibilidade do resultado;
- a igualdade entre os competidores;
- os critérios de classificação e desempate;
- a confiança das demais equipes;
- a credibilidade da competição organizada pelo Município.

A Lei Geral do Esporte, especialmente em seus arts. 59, inciso VI, e 177, protege a incerteza do resultado esportivo, a igualdade e a integridade dos competidores e orienta a prevenção e o combate a conluios, atos ou omissões intencionais destinados a alterar indevidamente o resultado ou o curso da competição.
A conduta enquadra-se diretamente no art. 11, caput, do Regulamento, que proíbe condutas antidesportivas de qualquer natureza.
Não se utiliza como enquadramento principal o § 2º do art. 11, pois a partida prosseguiu formalmente. A infração consiste na violação do caput, conjugado com os arts. 2º, 4º, 22, 26, 27 e 39 do Regulamento.
Fica, portanto, reconhecida a prática de conduta antidesportiva grave, consistente na atuação conjunta e deliberada destinada a influenciar e conservar artificialmente o resultado da partida**.**

VIII – DA DOSIMETRIA E DA PROPORCIONALIDADE

O art. 11, § 5º, do Regulamento autoriza advertência, suspensão, eliminação e impedimento de participação por período determinado, devendo a sanção ser definida conforme a gravidade.
A dosimetria considera, como circunstâncias de maior gravidade:
a) a atuação convergente das duas equipes;
b) a duração e reiteração da conduta;
c) a influência direta sobre a classificação;
d) o alcance efetivo do resultado pretendido;
e) o prejuízo potencial às demais equipes;
f) a repercussão sobre a credibilidade do campeonato;
g) o caráter consciente e bilateral do comportamento.
Em sentido atenuante, considera-se:
a) o caráter amador da competição;
b) a inexistência de prova de pagamento, aposta ou vantagem econômica;
c) a ausência de notícia de reincidência;
d) a inexistência de violência ou ameaça;
e) a ausência de tipificação regulamentar nominal da expressão “manipulação”, embora o comportamento esteja expressamente abrangido pela cláusula das condutas antidesportivas.
A advertência seria insuficiente, pois permitiria que resultado produzido mediante violação da integridade continuasse gerando efeitos classificatórios.
O impedimento de participação pelo prazo de 180 dias mostra-se proporcional, pois possui duração determinada, não é permanente e produz efeito pedagógico compatível com a gravidade do comportamento.
A sanção recairá sobre as equipes enquanto unidades inscritas na competição. Não haverá suspensão automática e pessoal de todos os atletas, pois eventual responsabilização individual exigiria identificação da conduta de cada pessoa, imputação específica e oportunidade de defesa própria.

IX – DA INVALIDAÇÃO DO RESULTADO

Reconhecida a atuação destinada à conservação artificial do empate, não é juridicamente coerente permitir que esse resultado continue produzindo pontos, gols e efeitos classificatórios.
A invalidação não constitui nova penalidade autônoma. Trata-se de providência restaurativa destinada a impedir que a infração alcance definitivamente o benefício esportivo pretendido.
O art. 4º e o art. 27 do Regulamento conferem à Comissão e à SMEL competência para resolver situações omissas e preservar a regularidade da competição. O art. 243-A do CBJD, utilizado como parâmetro interpretativo, também admite a anulação da partida quando o resultado pretendido é alcançado.
Dessa forma, o placar de 1 a 1 não deverá ser homologado nem utilizado na classificação.
A SMEL deverá elaborar demonstrativo específico da nova classificação, sem atribuição de vitória fictícia ou pontos a qualquer terceira equipe e sem anulação automática de outros jogos não abrangidos por este procedimento.

X – DISPOSITIVO

Diante do exposto, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Andirá, com fundamento nos arts. 2º, 4º, 11, caput e § 5º, 22, 26, 27 e 39 do Regulamento Geral Definitivo do Campeonato Regional de Futsal de Andirá 2026, decide:

1. Do recurso

CONHECER do Recurso Administrativo Desportivo apresentado pelas equipes Galácticos 42, Sistema Negro, Mercado Nossa Senhora Aparecida, Piratas da Bola e Geroldis Adega FC, por ser tempestivo e apresentado por partes legítimas.

2. Das preliminares defensivas

REJEITAR as preliminares de:

a) ausência de previsão regulamentar;
b) impossibilidade de enquadramento no art. 11 do Regulamento;
c) ausência de competência da Comissão;
d) soberania absoluta da arbitragem sobre matéria disciplinar;
e) nulidade por cerceamento de defesa;
f) insuficiência da instrução.

3. Do mérito

DAR PROVIMENTO ao recurso para reconhecer que as equipes Amigos do Hugo A e Amigos do Hugo B praticaram conduta antidesportiva grave, consistente na atuação conjunta e deliberada destinada a influenciar e conservar artificialmente o resultado da partida realizada em 6 de julho de 2026.

4. Do resultado da partida

DECLARAR NÃO HOMOLOGADO E INVÁLIDO o resultado de 1 a 1 registrado na partida entre Amigos do Hugo A e Amigos do Hugo B.

Determinar que o referido resultado seja desconsiderado para fins de:
a) pontos;
b) número de vitórias ou empates;
c) gols marcados;
d) gols sofridos;
e) saldo de gols;
f) gols average;
g) confronto direto;
h) qualquer outro critério classificatório.

5. Da eliminação

DETERMINAR A ELIMINAÇÃO das equipes Amigos do Hugo A e Amigos do Hugo B do Campeonato Regional de Futsal de Andirá 2026.

6. Do impedimento temporário

APLICAR às equipes Amigos do Hugo A e Amigos do Hugo B a penalidade de impedimento de participação, pelo prazo de 180 dias, em campeonatos, torneios e eventos organizados diretamente pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Andirá.

O prazo será contado da ciência formal desta decisão.

7. Da responsabilidade individual

ESCLARECER que a penalidade recai sobre as equipes enquanto unidades inscritas e não acarreta suspensão pessoal automática de todos os atletas, técnicos, auxiliares ou dirigentes.

Eventual responsabilização individual dependerá de procedimento próprio, com identificação da pessoa, descrição de sua conduta e concessão de contraditório e ampla defesa.

8. Da classificação

DETERMINAR ao setor técnico da SMEL que elabore e junte ao procedimento:
a) memória de cálculo dos efeitos da decisão;
b) classificação anterior;
c) classificação resultante da invalidação da partida e da eliminação das equipes;
d) demonstração da aplicação dos critérios do art. 39 do Regulamento.

Não deverão ser atribuídos pontos ou vitória fictícia a qualquer outra equipe sem previsão regulamentar.

9. Da gravação

DETERMINAR que, previamente ou concomitantemente à assinatura desta decisão, seja juntado aos autos Termo de Análise da Gravação, assinado pelos membros da Comissão, contendo:
a) identificação do endereço eletrônico ou da mídia examinada;
b) duração da gravação;
c) data da análise;
d) identificação dos membros presentes;
e) minutagens dos principais lances;
f) descrição objetiva de cada trecho relevante;
g) conclusão de que os lances foram analisados em conjunto, e não isoladamente.

10. Da documentação do procedimento

Deverão integrar os autos, antes do arquivamento:
a) recurso administrativo;
b) comprovante de protocolo e recebimento da mídia;
c) intimações para defesa e respectivos comprovantes;
d) defesa apresentada pelas recorridas;
e) súmula oficial;
f) relatório da arbitragem;
g) declaração da mesária;
h) gravação ou indicação segura de sua localização;
i) ata da reunião realizada em 20 de julho de 2026, com registro da participação dos recorrentes e recorridos;
j) Relatório de Instrução, datado de 24 de julho de 2026;
k) Termo de Análise da Gravação;
l) ata da deliberação final da Comissão;
m) esta decisão;
n) comprovantes de ciência das equipes;
o) demonstrativo de atualização da classificação.

11. Das comunicações

INTIMEM-SE integralmente as equipes recorrentes e recorridas, mediante entrega ou encaminhamento de cópia desta decisão pelos meios oficiais de comunicação da competição, com certificação da data e do horário do recebimento.

12. Da publicidade

PUBLIQUE-SE comunicado objetivo contendo o resultado do julgamento, os fundamentos regulamentares, as sanções e os efeitos classificatórios, preservando-se dados pessoais desnecessários.

Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Andirá/PR, 29 de julho de 2026.

Presidente da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar

Membro da Comissão

Membro da Comissão

Publicado por:
Tiago Augusto Luiz de Oliveira
Código Identificador:A170A638

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ACÓRDÃO Nº 009/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1844-2026 CMCA

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE ANDIRÁ

ACÓRDÃO Nº 009/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1844-2026
RECORRENTE: KARINA VASCONCELOS ROLDÃO DA SILVA
RECORRIDO: DEPARTAMENTO DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO / PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
RELATOR: MARCEL LEMANA

EMENTA

RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO. ITBI. PEDIDO DE ISENÇÃO. LEI MUNICIPAL Nº 2.418/2013. IMÓVEL ORIUNDO DE PROGRAMA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL. COHAPAR. TRANSFERÊNCIA DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA. CESSÕES SUCESSIVAS DA POSIÇÃO CONTRATUAL. BENEFICIÁRIO TITULAR. AUSÊNCIA DE EXIGÊNCIA LEGAL DE BENEFICIÁRIO ORIGINÁRIO. INTERPRETAÇÃO DA EXPRESSÃO “PRIMEIRA TRANSFERÊNCIA”. ARTS. 1.227 E 1.245 DO CÓDIGO CIVIL. FATO GERADOR DO ITBI. REGISTRO IMOBILIÁRIO. TEMA 1.124 DO STF. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. PRECEDENTE DO TJSP. APELAÇÃO Nº 1003290-64.2018.8.26.0296. PRECEDENTE DO TJPR. REEXAME NECESSÁRIO Nº 0003880-21.2018.8.16.0075. RESPOSTA DA COHAPAR AFIRMANDO TRATAR-SE DE PRIMEIRA TRANSFERÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE CRIAÇÃO DE REQUISITOS NÃO PREVISTOS NA NORMA ISENTIVA. DECISÃO DA PROCURADORIA REFORMADA RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

RELATÓRIO

Trata-se de recurso voluntário submetido a este Conselho Municipal de Contribuintes, interposto por Karina Vasconcelos Roldão da Silva, nos autos do Processo Administrativo nº 1844/2026, contrária à decisão da Procuradoria Geral do Município que manteve o

indeferimento do pedido de isenção do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, com fundamento no art. 3º da Lei Municipal nº 2.418/2013.
O processo teve origem em requerimento protocolado em 28 de abril de 2026, perante o Departamento de Cadastro e Tributação do Município de Andirá, por meio do qual a contribuinte pleiteou o reconhecimento da isenção do ITBI incidente sobre imóvel oriundo de programa habitacional vinculado à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, identificado como lote nº 0012, quadra nº 01, matrícula nº 5.025.
Recebido o pedido, o Diretor do Departamento de Cadastro e Tributação encaminhou os autos à análise do Auditor Fiscal da Receita Municipal. No curso da instrução, o Auditor expediu ofício à COHAPAR para esclarecimentos sobre a situação do imóvel, a cadeia contratual e a condição da requerente perante a Companhia.
Consta dos autos que o contrato originário foi celebrado em 12 de janeiro de 1989, por Orlando de Oliveira e sua esposa. No curso da execução do contrato habitacional, sobrevieram sucessivas **cessões da posição contratual decorrente da promessa de compra e venda,** todas formalizadas com a anuência da COHAPAR: a primeira, em 18 de janeiro de 1996, em favor de Édio Junior Fernandes e sua esposa; a segunda, em 30 de maio de 2000, em favor de Lucimara Romano Segantini e seu esposo; e a última, em 17 de maio de 2005, em favor da recorrente, Karina Vasconcelos Roldão da Silva.
O Auditor Fiscal concluiu pelo indeferimento do pedido, entendendo que a recorrente não se enquadraria nos requisitos do art. 3º da Lei Municipal nº 2.418/2013, especialmente por não corresponder ao beneficiário originário do programa habitacional e por existir cadeia anterior de transferências de promessa de compra e venda.
Contra essa decisão, a requerente apresentou pedido de reapreciação à Procuradoria Geral do Município, sem juntada de documentos ou elementos complementares, sustentando, em síntese, que a lei municipal não exige a condição de beneficiária originária, mas apenas a condição de beneficiária titular, e que as cessões contratuais anteriores não importaram em transmissão da propriedade imobiliária.
A Procuradoria Geral do Município manteve o indeferimento. Em síntese, entendeu que a isenção deve ser interpretada literalmente, que a finalidade da Lei Municipal nº 2.418/2013 seria beneficiar o destinatário originário da política habitacional, que a condição de beneficiário titular teria natureza pessoal e que as cessões sucessivas afastariam a configuração de primeira transferência para fins de concessão do benefício.
Inconformada, a contribuinte interpôs recurso ao Conselho Municipal de Contribuintes, reiterando o pedido de reforma da decisão administrativa e reconhecimento da isenção do ITBI.

É o relatório.

II. ADMISSIBILIDADE

Conheço do recurso voluntário, pois cabível na espécie, interposto por parte legítima e no âmbito do processo administrativo tributário instaurado para análise do pedido de isenção de ITBI.
A controvérsia foi devidamente submetida à instância administrativa anterior e, após decisão da Procuradoria Geral do Município contrária à pretensão da contribuinte, houve interposição de recurso ao Conselho Municipal de Contribuintes, tempestivamente, razão pela qual estão presentes os pressupostos de admissibilidade.
III. FUNDAMENTAÇÃO

A controvérsia deve ser analisada em torno de questão essencialmente jurídica: definir se as transferências de promessa de compra e venda ocorridas ao longo da execução do contrato habitacional podem ser consideradas "primeira transferência" para afastar a isenção prevista no art. 3º da Lei Municipal nº 2.418/2013, ou se tal expressão deve ser compreendida como a primeira transferência da propriedade promovida pela COHAPAR ao beneficiário titular, a ser aperfeiçoada mediante o registro imobiliário.
Não se discute que houve sucessivas cessões da posição contratual. Também não se discute que a recorrente não foi a primeira mutuária do contrato originário celebrado em 1989. O ponto decisivo é saber se tais cessões obrigacionais possuem força jurídica para descaracterizar a primeira transferência do imóvel para fins da lei municipal de isenção.
O art. 3º da Lei Municipal nº 2.418/2013 autoriza a concessão de isenção do ITBI incidente sobre a primeira transferência feita pela COHAPAR, ou por empresas contratadas ou conveniadas desta, ao beneficiário titular do imóvel oriundo do parcelamento de áreas destinadas à implantação de programas habitacionais de interesse social.
Da leitura do dispositivo, extraem-se três requisitos: que o imóvel seja oriundo de programa habitacional de interesse social; que a transferência seja realizada pela COHAPAR ou entidade a ela vinculada; e que se trate da primeira transferência ao beneficiário titular. A norma, contudo, não exige expressamente que o beneficiário seja o originário ou inicial do programa habitacional.
Com o devido respeito ao entendimento adotado pela Procuradoria Geral do Município, não cabe ao intérprete acrescer requisito que não constou do texto legal. A interpretação literal da norma isentiva, prevista no art. 111, II, do Código Tributário Nacional, não autoriza restringir o benefício mediante condição não escrita. Se a lei menciona "beneficiário titular", não é possível substituir essa expressão por "beneficiário originário", sobretudo quando a própria COHAPAR reconheceu a recorrente como titular da posição contratual ao final do financiamento.
O Auditor Fiscal indeferiu o pedido por entender ausente o enquadramento legal, considerando que a transferência da promessa de compra e venda realizada em 17 de maio de 2005, pela qual a recorrente assumiu a posição contratual, não permitiria reconhecer a existência de primeira transferência. A Procuradoria Geral do Município, em primeira instância recursal, manteve esse raciocínio, assentando que as sucessivas cessões de direitos entre particulares afastariam a incidência da isenção.
Ainda que respeitável, tal conclusão parte da premissa de que a transferência da promessa de compra e venda produz, para fins da Lei Municipal nº 2.418/2013, efeito equivalente à transferência do imóvel. É justamente essa premissa que não se sustenta diante do regime jurídico da propriedade imobiliária e da orientação consolidada dos Tribunais Superiores.
As cessões contratuais transferiram a posição obrigacional de mutuário, com assunção de direitos e deveres perante a COHAPAR. Todavia, não operaram a transferência da propriedade imobiliária, que permaneceu vinculada à Companhia até a quitação do financiamento e a outorga do título apto ao registro.

Dos arts. 1.227 e 1.245 do Código Civil, do Tema 1.124 do STF e da jurisprudência do STJ
A distinção entre cessão da posição contratual e transferência da propriedade imobiliária decorre diretamente do Código Civil. O art. 1.227 estabelece que os direitos reais sobre imóveis constituídos ou transmitidos por atos entre vivos somente se adquirem com o registro no Cartório de Registro de Imóveis. O art. 1.245, por sua vez, dispõe que a propriedade entre vivos se transfere mediante o registro do título translativo no Registro de Imóveis.

Art. 1.227. Os direitos reais sobre imóveis constituídos, ou transmitidos por atos entre vivos, só se adquirem com o registro no Cartório de Registro de Imóveis dos referidos títulos (arts. 1.245 a 1.247), salvo os casos expressos neste Código.

Art. 1.245. Transfere-se entre vivos a propriedade mediante o registro do título translativo no Registro de Imóveis.

Essa compreensão foi reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 1.124 da repercussão geral, segundo o qual o fato gerador do ITBI somente ocorre com a efetiva transferência da propriedade imobiliária, que se dá mediante o registro. O Superior Tribunal de Justiça igualmente reafirma o entendimento de que promessa de compra e venda e cessão de direitos aquisitivos possuem natureza obrigacional e não se confundem com a transmissão da propriedade imobiliária.
Ora, se a cessão da promessa de compra e venda não é considerada apta sequer a caracterizar o fato gerador do ITBI, justamente por não transmitir a propriedade, não se mostra juridicamente coerente atribuir a esse mesmo negócio jurídico natureza suficiente para afastar a isenção prevista na Lei Municipal nº 2.418/2013. Em outras palavras, não se pode conferir à cessão contratual efeito mais gravoso para

negar a isenção do que aquele reconhecido pelos Tribunais Superiores para fins de incidência do próprio imposto.

Da manifestação da COHAPAR

Outro elemento relevante é a manifestação da própria COHAPAR, prestada em resposta aos questionamentos formulados pelo Auditor Fiscal.

Destaca-se que ela, ao responder ao **item "a"** do Ofício encaminhado pelo Auditor Fiscal, esclareceu quem figurava como **beneficiário titular** da relação contratual perante a Companhia, informação que se mostra relevante para a correta interpretação do art. 3º da Lei Municipal nº 2.418/2013. Embora a cadeia contratual demonstre que o contrato originário foi celebrado por Orlando de Oliveira e sua esposa, essa manifestação evidencia que a recorrente passou a ocupar, por força das sucessivas cessões regularmente formalizadas e aprovadas pela própria Companhia, a posição de titular da relação contratual, assumindo integralmente os direitos e obrigações do financiamento habitacional.

Em outro questionamento, foi instada a esclarecer se a operação envolvendo a recorrente configuraria primeira transferência ao beneficiário em questão ou transmissão posterior, a Companhia respondeu expressamente no **item "d"** que configura primeira transferência.

Essa manifestação não vincula automaticamente este Conselho, mas constitui relevante elemento probatório produzido no curso do próprio processo administrativo e se harmoniza com a interpretação segundo a qual as cessões contratuais anteriores não operaram a transferência da propriedade imobiliária.

Dos precedentes do TJSP e do TJPR

A conclusão ora adotada encontra reforço em precedente persuasivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferido na Apelação Cível nº 1003290-64.2018.8.26.0296, Rel. Des. Henrique Harris Júnior, julgada em 04 de agosto de 2020. Naquele caso, também envolvendo imóvel oriundo de programa habitacional, houve cessão da promessa de compra e venda antes da escritura definitiva, tendo o Tribunal reconhecido que inexistia transmissão anterior da propriedade.

"Ora, da análise dos dispositivos legais acima delineados, extrai-se que o registro no cartório imobiliário é instrumento hábil à transmissão efetiva da propriedade de bem imóvel, constituindo, portanto, o fato gerador do ITBI. Nesse sentido, sem o registro, não há ITBI. [...] Com efeito, a autora faz jus à isenção uma vez que [...] trata-se da primeira transmissão do imóvel.

"No caso em análise, conquanto tenha havido a cessão dos direitos decorrentes da promessa de venda e compra [...], é incontroverso que até a data da cessão não havia sido realizada a efetiva transmissão do bem ao promitente comprador e, por conseguinte, que não se operou o fato gerador para a cobrança do ITBI até então. [...] Logo, não tendo havido [...] registro anterior de transferência da propriedade [...], é de rigor o reconhecimento de que esta se trata da primeira hipótese fática de incidência do imposto e, portanto, da primeira transmissão inter vivos do imóvel efetivamente operada."

Mutatis mutandis, a razão de decidir do julgado paulista aplica-se ao presente caso. Embora, a recorrente tenha assumido a posição contratual mediante instrumento de transferência de promessa de compra e venda, não houve registro anterior de transmissão da propriedade. Assim, a transferência definitiva a ser promovida pela COHAPAR configura a primeira transferência da propriedade para os fins do art. 3º da Lei Municipal nº 2.418/2013.

Também merece menção uma decisão da **1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Cornélio Procópio,** contida nos autos nº. 0003880-21.2018.8.16.0075 que concedeu mandado de segurança a requerente, posteriormente **integralmente confirmado pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná,** em sede de **Reexame Necessário nº 0003880-21.2018.8.16.0075** ReeNec no qual se reconheceu que a Administração Tributária não pode criar requisitos para a concessão da isenção além daqueles expressamente previstos na lei municipal. Naquela oportunidade, a sentença consignou expressamente que:

"Não há na lei qualquer previsão de que o beneficiário titular do imóvel não tenha outra propriedade para se beneficiar da sua isenção, dizendo respeito apenas à primeira transferência."

Por fim, ainda que o contrato tenha sido firmado em 26/03/2007, o fato gerador do I.T.B.I é o registro no ofício competente da transmissão da propriedade do imóvel. Portanto, somente com a quitação do contrato de financiamento realizado com a COHAPAR que implica na possibilidade de transferência da propriedade por meio do registro junto ao órgão competente."

O raciocínio adotado na sentença, posteriormente confirmado pelo Tribunal de Justiça do Paraná, mostra-se plenamente aplicável ao presente caso. Assim como não se pode exigir que o beneficiário possua apenas um imóvel quando a lei não estabelece tal condição, também não se pode exigir que o beneficiário seja necessariamente o originário do programa habitacional quando o art. 3º da Lei Municipal nº 2.418/2013 menciona apenas o "beneficiário titular".

Dessa forma, a decisão da Procuradoria, embora tecnicamente fundamentada, acabou por manter requisito não previsto expressamente na lei municipal e por atribuir às cessões de promessa de compra e venda efeito jurídico equivalente ao da transferência da propriedade, em descompasso com os arts. 1.227 e 1.245 do Código Civil, com a orientação do STF no Tema 1.124, com a jurisprudência do STJ e com os precedentes acima mencionados.

Com a devida vênia, entendo que a conclusão adotada pela Procuradoria merece reforma. Isso porque parte da mesma premissa jurídica já adotada pela autoridade fiscal, qual seja, a de equiparar as cessões da promessa de compra e venda à efetiva transferência da propriedade imobiliária.

Pelos fundamentos anteriormente expostos, tal interpretação não se harmoniza com os arts. 1.227 e 1.245 do Código Civil, com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 1.124 da repercussão geral, com a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça e com os precedentes persuasivos examinados neste voto. Quanto à decadência, assiste razão à Procuradoria ao afirmar que ela, isoladamente, não gera direito à isenção; contudo, registre-se que o provimento do presente recurso não decorre desse fundamento, mas da correta interpretação do art. 3º da Lei Municipal nº 2.418/2013 e da conclusão de que as cessões contratuais não se confundem com a primeira transferência da propriedade do imóvel.

Considerações finais da fundamentação

Conclui-se, portanto, que a recorrente, embora não tenha sido a primeira mutuária do contrato originário, tornou-se beneficiária titular da relação contratual perante à COHAPAR, com anuência da Companhia, quitou o financiamento e passou a figurar como destinatária da transferência definitiva da propriedade.

As cessões anteriores produziram efeitos obrigacionais e contratuais, mas não transferiram a propriedade imobiliária. Por isso, não podem ser utilizadas para afastar a isenção prevista no art. 3º da Lei Municipal nº 2.418/2013, especialmente diante da manifestação da COHAPAR no sentido de que a operação configura primeira transferência e que a contribuinte é a beneficiária titular do contrato.

VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, voto pelo **CONHECIMENTO** do recurso voluntário e, no mérito, pelo seu **PROVIMENTO**, para:

Reformar a decisão do auditor fiscal da receita municipal, bem como da Procuradoria Geral do Município que manteve o indeferimento do pedido;

Reconhecer o direito da recorrente Karina Vasconcelos Roldão da Silva à isenção do ITBI prevista no art. 3º da Lei Municipal nº 2.418/2013, relativamente à primeira transferência da propriedade do imóvel pela COHAPAR;

Determinar o retorno dos autos ao Departamento de Cadastro e Tributação, ou ao setor competente, para adoção das providências administrativas necessárias à efetivação do benefício fiscal reconhecido;

Ressalvar que o presente reconhecimento se limita à hipótese analisada nos autos, relativa ao imóvel identificado como lote nº. 12, quadra nº. 01, matrícula nº 5.025, e à transferência promovida pela COHAPAR em favor da recorrente.

E a fim de evitar novos questionamentos, o Departamento de Cadastro e Tributação pode solicitar reforma da Lei Municipal nº 2.418/2013, refinando os requisitos para isenção de ITBI, principalmente em casos como o relatado.

É como **VOTO**.

ACÓRDÃO

Diante do exposto, ACORDA o Plenário do **Conselho Municipal de Contribuintes de Andirá (CMCA)**, pela maioria dos votos, vencido o Conselheiro Presidente Fábio Biancardi Baldini, em julgar PROCEDENTE o recurso voluntário do Processo Administrativo nº 1844-2026 da contribuinte, **Karina Vasconcelos Roldão da Silva**, nos termos do voto do relator.
Participaram do julgamento os Conselheiros: Fábio Biancardi Baldini-Presidente, o relator Marcel Lemana, Murilo Ferrari Souza e Ederson Sousa Silva.

MARCEL LEMANA
Relator

FÁBIO BIANCARDI BALDINI
Presidente

MURILO FERRARI DE SOUZA
Conselheiro

EDERSON SOUSA SILVA
Conselheiro

Publicado por:
Tiago Augusto Luiz de Oliveira
Código Identificador:B99A535E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ACÓRDÃO Nº 010/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1192/2026 CMCA

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE ANDIRÁ

ACÓRDÃO Nº 010/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1192/2026
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - RECURSO DE OFÍCIO (ART. 510 C/C ART. 511, I, DO CTM)
INTERESSADA: R LOURENÇO AGRICULTURA E PARTICIPAÇÕES LTDA. - CNPJ 64.571.489/0001-34
SÓCIO INTEGRALIZANTE: RUBENS LOURENÇO
RELATOR: EDERSON SOUSA SILVA

EMENTA

ITBI. Integralização de capital social mediante conferência de 24 (vinte e quatro) imóveis. Imunidade do art. 156, § 2º, I, da Constituição Federal. Arts. 33 e 34 do Código Tributário Municipal. Tema 796 do STF. Excedente de natureza societária, e não avaliatória. Bens integralmente destinados à realização do capital subscrito, sem constituição de reserva de capital ou ágio. Inexistência de parcela excedente ao capital social a ser integralizado. Distinção necessária entre alcance da imunidade e base de cálculo. Diferença entre custo histórico e valor de mercado que configura ganho de capital, de competência da União (art. 153, III, da CF), e não fato gerador de imposto municipal de transmissão. Precedentes do TJSP (CSM, Ap. Cível 1159374-89.2024.8.26.0100, Rel. Des. Francisco Loureiro, Corregedor-Geral, j. 13/03/2025; 14ª Câmara de Direito Público, ED Cível 1000469-93.2025.8.26.0344/50000, Rel. Des. Adriana Carvalho, j. 12/05/2026). Manutenção integral das salvaguardas procedimentais fixadas na decisão recorrida (Tema 1113 do STJ; Tema 1124 do STF; arts. 38 e 148 do CTN). Ressalva expressa quanto à apuração da atividade preponderante. Voto pelo provimento parcial do recurso de ofício, para ampliar o provimento já concedido em Primeira Instância.

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de ofício interposto pela Procuradoria Geral do Município de Andirá, nos termos do art. 510 c/c art. 511, inciso I, do Código Tributário Municipal (Lei nº 1.440, de 26 de dezembro de 2001), em razão do provimento parcial concedido em primeira instância administrativa à contribuinte R LOURENÇO AGRICULTURA E PARTICIPAÇÕES LTDA.
A sociedade empresária foi constituída mediante contrato social registrado em 05/01/2026, tendo seu capital social subscrito e integralizado pela conferência de 24 (vinte e quatro) imóveis — 23 (vinte e três) rurais e 1 (um) urbano — todos situados no Município de Andirá/PR, conforme matrículas do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca. Os bens foram conferidos pelos valores constantes da declaração de bens do sócio integralizante, a exemplo do imóvel rural de 14,0226 alqueires paulistas, denominado Sítio Santo Antônio (matrícula nº 439), ao qual se atribuiu o valor de R$ 62.000,00, e do imóvel urbano de 675 m² (matrícula nº 4.892), ao qual se atribuiu o valor de R$ 610.000,00.
O objeto social da empresa envolve atividades do setor agropecuário e de participação societária. As Cláusulas Oitava e Nona do contrato social consignam expressamente que 100% (cem por cento) dos valores dos bens integralizados destinam-se à composição e realização do capital social subscrito, sem reserva de capital, e que eventuais diferenças positivas entre os valores de mercado e os valores históricos não constituem reserva de capital para quaisquer fins de direito.
Em 05/05/2026, por meio do Ofício PMA-DCT nº 007/2026, o Auditor Fiscal das Receitas Municipais, Sr. Gleison Esneder Manicardi, proferiu decisão em que: (i) DEFERIU CONDICIONALMENTE o pleito quanto ao montante integralizado ao capital social, determinando o lançamento do tributo com imediata suspensão da exigibilidade pelo prazo de 3 (três) anos a contar de 05/01/2026, para posterior verificação da atividade preponderante; e (ii) INDEFERIU o pedido quanto ao valor que exceder o montante integralizado ao capital social, com fundamento no Tema 796 do Supremo Tribunal Federal, encaminhando o Ofício nº 014/2026 à Comissão de Avaliação de Imóveis para apuração do valor de mercado, cabendo à contribuinte, de posse do laudo, recolher o ITBI sobre a diferença entre o valor apurado pela Comissão e o valor integralizado.
Cientificada em 08/05/2026, a contribuinte interpôs recurso administrativo em 13/05/2026, sustentando, em síntese: (a) completa distorção do Tema 796 do STF, cujo precedente paradigma (RE 796.376/SC) versou sobre hipótese em que parcela dos bens foi destinada à formação de reserva de capital (ágio), situação inexistente nos autos; (b) que a totalidade dos bens foi destinada à realização do capital social, inexistindo excedente patrimonial desvinculado; (c) que a integralização pelo valor constante da declaração de bens é faculdade expressamente autorizada pela legislação federal (art. 142 do RIR; art. 23 da Lei nº 9.249/95); (d) que a legislação municipal (art. 33 do CTM) reproduz a limitação constitucional sem qualquer restrição fundada em valor de mercado; e (e) ausência de atividade imobiliária preponderante.
Por despacho recebido em 02/06/2026, o Diretor do Departamento de Cadastro e Tributação, Sr. Fábio Biancardi Baldini, não conheceu da manifestação como pedido de reconsideração, por ausência de competência daquela unidade para rejulgamento, recebendo-a exclusivamente para fins de regular tramitação e determinando a remessa dos autos à Procuradoria Geral do Município.
Em 10/06/2026, o Procurador Municipal, Dr. Murilo Aparecido Corrêa de Souza, proferiu decisão de primeira instância pela qual CONHECEU do recurso e, no mérito, DEU-LHE PARCIAL PROVIMENTO, em dispositivo composto de 11 (onze) itens, dos quais se destacam: a manutenção do reconhecimento condicionado da não incidência quanto ao capital integralizado (item 1); a manutenção do afastamento da não incidência total sobre eventual valor excedente (item 2); a declaração de que a inexistência de reserva de capital formalmente prevista não impede, por si só, a verificação fiscal de eventual excedente tributável (item 3); a reforma parcial da decisão recorrida para afastar a determinação de recolhimento automático com base apenas em avaliação administrativa ou laudo da Comissão de Avaliação (item 4); a declaração de que o valor declarado goza de presunção relativa de compatibilidade com o valor de mercado (item 5); a declaração de que a exigibilidade definitiva somente poderá ocorrer após o efetivo registro imobiliário, em observância ao Tema

1124 do STF (item 6); a orientação para emissão de declaração fiscal para fins registrais (item 7); a recomendação de avaliação individualizada por matrícula, com motivação e prévia intimação (item 9); e o reconhecimento de que fica prejudicada, por ora, qualquer cobrança definitiva antes do registro imobiliário (item 10).
Em razão do provimento parcial, a Procuradoria recorreu de ofício a este Conselho (item 11), tendo a contribuinte sido cientificada pelo Auto de Intimação nº 006/2026-CMCA, de 11/06/2026, subscrito pela Secretária Geral Colegiado, Sra. Renata Cristina da Silva Bento, com retirada da decisão comprovada em 16/06/2026.
É o breve relatório do feito. Analiso.

II – FUNDAMENTAÇÃO

1. Do objeto e dos limites do recurso de ofício

O recurso de ofício devolve a este Conselho o exame da decisão de primeira instância na exata medida em que foi favorável ao sujeito passivo. Não se trata, portanto, de rejulgamento integral da lide administrativa, mas de controle hierárquico da porção do provimento concedido.
Registro, desde logo, que a análise que ora se empreende conduzirá não à redução, mas à ampliação do provimento concedido em primeira instância, o que é juridicamente possível em sede de recurso de ofício, porquanto o Conselho, ao rever a decisão, exerce jurisdição administrativa plena sobre a matéria devolvida, não estando adstrito a confirmá-la ou reformá-la apenas em desfavor do contribuinte.

2. Do inequívoco acerto da decisão recorrida nos aspectos procedimentais

Antes de divergir, é dever deste Relator registrar o que se impõe registrar.
A decisão de primeira instância proferida pelo Procurador Municipal, Dr. Murilo Aparecido Corrêa de Souza, constitui, no julgamento deste Relator, a peça tecnicamente mais bem elaborada dos presentes autos, e merece reconhecimento expresso deste Colegiado.
Com efeito, o parecer identificou, com precisão e independência, vício grave na decisão originária que a própria Administração havia produzido, e o corrigiu de ofício. A determinação constante do Ofício PMA-DCT nº 007/2026 — no sentido de que, "de posse desse laudo, caberá ao contribuinte prosseguir com o recolhimento do tributo cuja base de cálculo será apurada pela diferença entre o valor demonstrado pela Comissão de Avaliação e o valor integralizado ao capital social" — era, de fato, procedimentalmente insustentável, por converter laudo administrativo unilateral em título de exigência tributária, sem arbitramento regular, sem motivação individualizada e sem contraditório prévio.
Ao afastá-la, o Procurador Municipal aplicou com rigor técnico o Tema 1113 do Superior Tribunal de Justiça e os arts. 38 e 148 do Código Tributário Nacional; reconheceu expressamente que o valor declarado pelo contribuinte goza de presunção relativa de compatibilidade com o valor de mercado, invertendo corretamente o ônus probatório em desfavor do Fisco; aplicou o Tema 1124 do Supremo Tribunal Federal para assentar que o fato gerador do ITBI somente se aperfeiçoa com o registro do título translativo; recomendou avaliação individualizada por matrícula, com indicação de elementos concretos de comparação e prévia intimação da interessada; e, sobretudo, preservou a finalidade prática do pedido administrativo, orientando a expedição de documento fiscal apto ao ingresso no Registro de Imóveis sem que isso importasse renúncia ou quitação pelo Município.
É trabalho de elevado padrão técnico, marcado por equilíbrio e por independência funcional — qualidades tanto mais dignas de nota quando a autoridade que as exerce integra a própria estrutura do ente credor e decide contra a orientação inicial da Administração. Todos os itens 4, 5, 6, 7, 9 e 10 do dispositivo recorrido são, no meu entender, irretocáveis, e serão integralmente mantidos por este voto.
A divergência que a seguir exponho é pontual e restringe-se aos itens 2 e 3 do dispositivo. Ela não diminui, em nada, o mérito do trabalho examinado.

3. Do alcance do Tema 796 do STF: o excedente é societário, e não avaliatório

A controvérsia remanescente reduz-se a uma única questão: se a expressão "valor dos bens que exceder o limite do capital social a ser integralizado", constante da tese firmada no Tema 796, comporta leitura avaliatória — isto é, se autoriza o Município a comparar o valor atribuído no ato societário com valor de mercado por ele próprio apurado — ou se designa grandeza societária, definida pela destinação que os sócios conferiram aos bens no próprio instrumento.
Entendo que a segunda leitura é a correta, por três ordens de razão.
Em primeiro lugar, por razão textual e estrutural. O art. 156, § 2º, inciso I, da Constituição Federal imuniza a transmissão de bens ou direitos "incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital". O critério operativo da norma é a finalidade da transmissão, e não o quantum de valor envolvido. O Tema 796 recortou dessa imunidade a parcela cuja finalidade seja diversa da realização do capital. A comparação que a tese pressupõe dá-se entre duas grandezas fixadas no mesmo ato jurídico: o valor atribuído aos bens naquele ato e o capital social subscrito. O valor de mercado apurado pela Administração é terceira grandeza, externa ao ato constitutivo, que o Supremo Tribunal Federal não introduziu na equação.
Em segundo lugar, pela ratio decidendi do precedente paradigma. No RE 796.376/SC, os bens conferidos somavam R$ 802.724,00, ao passo que o capital social subscrito era de R$ 24.000,00, tendo a diferença de R$ 778.724,00 sido formalmente contabilizada como reserva de capital. Toda a fundamentação do acórdão constrói-se sobre a existência daquela parcela segregada e destinada a finalidade diversa da integralização. Não há, no julgado, passagem que autorize reavaliação municipal do valor conferido. Estender o precedente à diferença entre custo histórico e valor de mercado não constitui aplicação da tese vinculante, mas sua ampliação — e cuida-se, no caso, de ampliação de restrição a imunidade constitucional, que por definição se interpreta restritivamente.
Em terceiro lugar, porque, no caso concreto, a comparação exigida pela tese resulta em zero. O capital social foi integralmente subscrito e realizado pelos valores atribuídos aos 24 imóveis, sem qualquer parcela destinada a reserva de capital, ágio ou outra finalidade societária paralela. Aritmeticamente, nada excede.
Reconheço, contudo, a força do argumento acolhido pela decisão recorrida, no sentido de que a ausência de reserva formalmente contabilizada não pode, por si só, blindar o contribuinte, sob pena de a tese vinculante converter-se em letra morta — bastaria subscrever capital em montante idêntico ao valor histórico para jamais haver excedente. O argumento é sério e merece resposta, que adiante ofereço no item 7 deste voto. Adianto que a resposta não está em ampliar a competência municipal, mas em reconhecer que o sistema constitucional já previu instrumento próprio de controle.

4. Da necessária distinção entre alcance da imunidade e base de cálculo

Há, no debate travado nos autos, uma sobreposição de planos que precisa ser desfeita.
Uma coisa é definir se há incidência — questão de alcance de imunidade constitucional, governada pelo art. 156, § 2º, I, da CF e pelo Tema 796. Outra, inteiramente distinta, é definir qual a base de cálculo do imposto quando a incidência já esteja assentada — questão governada pelo art. 38 do CTN e pelo Tema 1113 do STJ.
A nova redação conferida ao art. 38 do CTN pela Lei Complementar nº 227, de 2026, invocada na decisão recorrida, dispõe:

"Art. 38. A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos. § 1º Considera-se valor venal, para fins do caput deste artigo, o valor pelo qual o bem ou direito seria negociado à vista, em condições normais de mercado."

Trata-se, à evidência, de norma de base de cálculo. Ela disciplina o quantum do tributo devido; não amplia, nem poderia ampliar, hipótese de incidência, e muito menos restringir imunidade constitucional — matéria reservada ao poder constituinte. Utilizar o valor de mercado para responder à primeira pergunta (se há incidência) importa, com a devida vênia, em empregar norma infraconstitucional de apuração de base de cálculo como fundamento para criar incidência onde a Constituição a afastou.

5. Da competência tributária: a diferença entre custo histórico e valor de mercado é ganho de capital

Este é, a meu ver, o fundamento mais sólido e o que dispensa qualquer apoio em legislação de imposto de renda como razão de decidir autônoma.
Se existe, entre o custo histórico dos imóveis e seu valor de mercado, ganho econômico latente, esse ganho possui natureza jurídica de ganho de capital, cuja tributação foi atribuída pela Constituição Federal à União (art. 153, inciso III). O Município não detém competência para converter evento latente de imposto sobre a renda em fato gerador de imposto sobre transmissão.
A hipótese material do ITBI é a transmissão onerosa de bem imóvel. O ITBI não é imposto sobre valorização patrimonial, nem sobre acréscimo de riqueza. Ao pretender tributar a diferença entre o valor histórico e o valor de mercado, o Município não estará tributando a transmissão - que se encontra integralmente abrangida pela imunidade constitucional -, mas sim a valorização acumulada no patrimônio do transmitente ao longo de décadas, o que extrapola sua competência.
Anoto que o art. 23 da Lei nº 9.249/95 e o art. 142 do RIR, invocados pela recorrente, não servem - e não precisam servir - como fundamento autônomo da imunidade, sendo certo que norma federal de imposto de renda não define o alcance de imunidade oponível a tributo municipal. Prestam-se, porém, a corroborar a conclusão acima: o próprio legislador federal alocou o fenômeno da diferença entre custo histórico e valor de mercado no sistema do imposto sobre a renda, e não no do imposto de transmissão.

6. Da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
A orientação ora sustentada encontra respaldo em julgados recentes do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
O Conselho Superior da Magistratura daquela Corte, no julgamento da Apelação Cível nº 1159374-89.2024.8.26.0100, relatada pelo Excelentíssimo Desembargador Francisco Eduardo Loureiro, Corregedor-Geral da Justiça, julgada em 13/03/2025 e registrada em 21/03/2025, afastou a exigência de recolhimento de ITBI sobre a diferença entre o valor atribuído na integralização e o valor venal de referência, assentando, em passagem de particular relevo para o presente caso:

"Aliás, se existe imunidade de jaez constitucional sobre a incidência do ITBI em integralização de capital social como ocorre no caso concreto, não se vê razão lógica ou jurídica para o questionamento feito pelo Oficial Registrador. Eventual incidência de tributo seria o ganho de capital entre o valor atribuído pelo proprietário no imposto de renda e o valor atribuído quando da integralização ao capital da pessoa jurídica. (...) Não cabe ao Oficial questionar se o valor atribuído pelo proprietário ao imóvel, dentro do princípio da autonomia privada, é inferior ou superior ao valor de mercado, ou ao valor de referência."

A ementa do mesmo julgado consigna, ainda, que "a apresentação de declaração de imunidade expedida pela Prefeitura, em que os valores declarados dos bens correspondem às quantias constantes na declaração de imposto de renda do apelante, não exige maiores questionamentos", e que "a data do fato gerador do ITBI é a do registro", em consonância com o Tema 1124 do STF.
Impõe-se, todavia, dupla ressalva de honestidade intelectual, que faço questão de consignar. Primeira: o julgado do Conselho Superior da Magistratura versa sobre os limites da qualificação registral, e não diretamente sobre o mérito da incidência tributária. Segunda: o próprio voto condutor reconhece que "os valores atribuídos podem ser afastados pelo fisco, com suposta cobrança de ITBI sobre eventual diferença verificada, mas essa discussão deve ser objeto de processo administrativo próprio" - ressalva que, longe de infirmar a decisão recorrida, converge integralmente com as salvaguardas procedimentais nela fixadas, e que este voto mantém.
Na mesma linha, a 14ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, no julgamento dos Embargos de Declaração Cível nº 1000469-93.2025.8.26.0344/50000, da Comarca de Marília, relatados pela Excelentíssima Desembargadora Adriana Carvalho e julgados em 12/05/2026 (Registro 2026.0000439014), rejeitou por votação unânime os embargos opostos pelo Município de Marília contra acórdão que havia concedido a segurança e reconhecido a imunidade do ITBI sobre a integralização. Consignou-se, na oportunidade, que o acórdão embargado assentara que "os imóveis foram integralmente destinados à formação do capital social, sem constituição de reserva de capital", que "a integralização pelo valor constante da declaração de bens encontra amparo no artigo 23 da Lei nº 9.249/95", e que, "a partir dessa moldura, concluiu o acórdão pela impossibilidade de exigir ITBI sobre suposto excedente, nos termos em que lançado".
Também aqui cumpre registrar, por dever de imparcialidade, que naquele feito o acórdão embargado consignou expressamente que a Câmara possui entendimento no sentido de que a imunidade não aproveita às pessoas jurídicas cuja atividade preponderante seja imobiliária, tendo a solução do caso concreto observado os limites da devolução recursal e a vedação da reformatio in pejus. Trata-se, portanto, de precedente persuasivo cuja força deve ser aferida com essa reserva - o que, de resto, apenas reforça a advertência que faço no item 7 seguinte quanto ao real ponto de controle da matéria.

7. Da finalidade da imunidade, da vedação ao seu esvaziamento e do verdadeiro instrumento de controle
A imunidade do art. 156, § 2º, I, da Constituição Federal não constitui benesse fiscal. Foi instituída para remover obstáculo tributário à organização do patrimônio sob forma societária e à capitalização das empresas.
Interpretar o Tema 796 como autorização para reavaliação de mercado reintroduz exatamente o obstáculo que o constituinte quis suprimir - e o reintroduz com severidade máxima justamente nas hipóteses em que a imunidade é mais necessária: patrimônios antigos, valorizados ao longo de décadas, tipicamente rurais e familiares, em operações de reorganização e planejamento sucessório. Quanto mais antigo o bem e maior sua valorização histórica, maior a exigência. É resultado que inverte a finalidade da norma imunizante.
No caso dos autos, a consequência prática é eloquente: sociedade constituída em 05/01/2026, sem operação consolidada e sem caixa, seria chamada a desembolsar valor expressivo em pecúnia como condição para viabilizar o registro de seu próprio ato constitutivo. Se o preço do exercício da imunidade é inviabilizar a operação que ela existe para permitir, a imunidade foi esvaziada de eficácia prática - o que é vedado, porquanto as normas imunizantes devem ser interpretadas de modo a preservar o valor que protegem.
Resta responder à legítima preocupação sistêmica manifestada na decisão recorrida: sem algum limite, a imunidade converter-se-ia em abrigo ilimitado, permitindo a transferência de vultosos patrimônios imobiliários a custo tributário nulo.
A preocupação é procedente, mas a resposta não está na ampliação da competência municipal. O sistema constitucional já elegeu seu instrumento de controle, e ele é duplo: de um lado, o teste da atividade preponderante imobiliária, previsto na parte final do art. 156, § 2º, I, da CF, nos arts. 36 e 37 do CTN e no art. 34 do Código Tributário Municipal; de outro, a tributação do ganho de capital pela União, no momento de sua realização. Existindo dispositivo antiabuso expressamente previsto, não cabe ao ente municipal criar um segundo, por via interpretativa, que a Constituição não lhe outorgou.

8. Da ressalva necessária: a apuração da atividade preponderante
Impõe-se advertência expressa, que reputo o ponto de maior relevância prática destes autos e que deve constar do dispositivo.
O reconhecimento da imunidade quanto à integralidade do valor conferido não importa reconhecimento definitivo e incondicionado da não incidência. Subsiste íntegra a condição resolutiva prevista na parte final do art. 156, § 2º, I, da Constituição Federal e no art. 34 do Código Tributário Municipal, cuja verificação deverá observar os três primeiros anos seguintes à aquisição, na forma do art. 37, § 2º, do CTN, por se tratar de pessoa jurídica que iniciou suas atividades após a aquisição.
Registro, ademais, ponto que não foi objeto de exame nas instâncias anteriores e que recomendo seja observado pelo Departamento de Cadastro e Tributação por ocasião da verificação: caso a receita operacional da sociedade venha a ser composta, preponderantemente, por arrendamento ou locação dos imóveis conferidos, a hipótese poderá configurar a exceção constitucional, com repercussão sobre a integralidade da imunidade ora reconhecida — e não apenas sobre eventual parcela excedente. É nesse campo, e não no da reavaliação de valores, que reside a competência fiscalizatória efetiva do Município.

VOTO DO RELATOR

Diante de todo o exposto, conclui-se que:
A decisão de primeira instância proferida pela Procuradoria Geral do Município está inteiramente correta nos aspectos procedimentais, devendo ser mantidos, na íntegra, os itens 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 de seu dispositivo, em especial quanto à aplicação do Tema 1113 do STJ, do Tema 1124 do STF e dos arts. 38 e 148 do CTN;
O excedente de que trata o Tema 796 do STF possui natureza societária, definindo-se pela destinação conferida aos bens no ato constitutivo, e não por comparação com valor de mercado apurado unilateralmente pela Administração;
No caso concreto, a totalidade dos bens foi destinada à realização do capital social subscrito, sem constituição de reserva de capital ou ágio, inexistindo, portanto, parcela excedente ao capital social a ser integralizado;
A nova redação do art. 38 do CTN, dada pela Lei Complementar nº 227/2026, é norma de base de cálculo, não se prestando a criar hipótese de incidência nem a restringir imunidade constitucional;
A diferença entre o custo histórico e o valor de mercado dos imóveis configura ganho de capital, de competência tributária da União (art. 153, III, da CF), não constituindo fato gerador do imposto municipal de transmissão;
A orientação encontra respaldo nos precedentes do TJSP (CSM, Ap. Cível 1159374-89.2024.8.26.0100, Rel. Des. Francisco Loureiro, j. 13/03/2025; 14ª Câmara de Direito Público, ED Cível 1000469-93.2025.8.26.0344/50000, Rel. Des. Adriana Carvalho, j. 12/05/2026), observadas as ressalvas consignadas no item 6 da fundamentação;
O instrumento constitucional de controle contra o uso abusivo da imunidade é o teste da atividade preponderante imobiliária, e não a reavaliação municipal do valor conferido;
Subsiste íntegra a condição resolutiva de apuração da atividade preponderante, nos três primeiros anos seguintes à aquisição, na forma do art. 37, § 2º, do CTN e do art. 34 do CTM, com atenção especial à eventual composição da receita operacional por arrendamento ou locação de imóveis.
Ante o exposto, VOTO no sentido de CONHECER do recurso de ofício e, no mérito, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, para o fim de:
MANTER integralmente os itens 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 do dispositivo da decisão recorrida;
REFORMAR os itens 2 e 3 do dispositivo, para reconhecer a não incidência/imunidade do ITBI sobre a integralidade do valor dos imóveis conferidos à integralização do capital social da interessada, por inexistir parcela excedente ao capital social subscrito na acepção do Tema 796 do STF;
DETERMINAR o cancelamento de eventual lançamento ou ato preparatório fundado exclusivamente na diferença entre a avaliação municipal e o valor conferido à integralização;
RESSALVAR expressamente que o reconhecimento ora conferido é condicionado à posterior apuração da atividade preponderante, nos termos do art. 156, § 2º, I, da CF, do art. 37, § 2º, do CTN e do art. 34 do CTM, facultado ao Município constituir o crédito tributário cabível caso constatada a hipótese impeditiva, observados o devido processo legal e a ampla defesa;
DETERMINAR a expedição de declaração fiscal apta ao ingresso do título no Cartório de Registro de Imóveis, consignando o caráter condicionado do reconhecimento, sem que isso importe quitação, remissão, isenção ou renúncia por parte do Município.

É como **VOTO**.

ACÓRDÃO

Diante do exposto, ACORDA o Plenário do **Conselho Municipal de Contribuintes de Andirá (CMCA)**, pela maioria, vencido o Conselheiro Presidente Fábio Biancardi Baldini, nos termos do voto do relator, em CONHECER do recurso de ofício e, no mérito, o PARCIAL PROVIMENTO da decisão proferida pela Procuradoria Geral do Município, do Processo Administrativo 1192/2026 - **R Lourenço Agricultura e Participações Ltda**, representada por Rubens Lourenço.
Participaram do julgamento os Conselheiros: Fábio Biancardi Baldini-Presidente, o relator Ederson Sousa Silva, Murilo Ferrari Souza e Marcel Lemana.

EDERSON SOUSA SILVA
Relator

FÁBIO BIANCARDI BALDINI
Presidente

MURILO FERRARI DE SOUZA
Conselheiro

MARCEL LEMANA
Conselheiro

Publicado por:
Tiago Augusto Luiz de Oliveira
Código Identificador:8E70E174

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE ANDIRÁ- CMCA

LOCAL E DATA: Aos vinte e três dias do mês de junho, do ano de dois mil e vinte e seis, às 09:00h, na sala de reuniões do prédio da Prefeitura Municipal de Andirá, à Rua Mauro Cardoso de Oliveira, nº 190 - Jardim Vésper.

PRESENTES: Os conselheiros: Fábio Biancardi Baldini - Presidente, Marcel Lemana, Murilo Ferrari de Souza e Ederson Sousa Silva.

A reunião do Conselho foi aberta pelo presidente Fabio Biancardi Baldini, com a assinatura da lista de presença e em seguida a assinatura da Ata realizada no dia 09 de junho de 2026, que foi enviada por e-mail. Em continuidade**,** o presidente expôs sobre os assuntos de dois processos administrativos, que chegaram até o Conselho e sobre a distribuição conforme o regimento interno do Conselho, visto que possuem mais processos em andamento. Os processos são: Processo Administrativo nº 1192-2026 - R Lourenço Agricultura e Participações Ltda - Rubens Lourenço e o Processo Administrativo nº 1844/2026 - Karina Vasconcelos Roldão da Silva. Diante disso, não ocorreu a votação, o conselheiro Ederson Sousa Silva, se propôs a analisar o Processo Administrativo nº 1192-2026 - R Lourenço Agricultura e Participações Ltda - Rubens Lourenço e o outro Processo Administrativo nº 1844/2026 - Karina Vasconcelos Roldão da Silva, ficou para o conselheiro Marcel Lemana analisar.
Decidido isso, passou para a discussão e votação do Processo Administrativo nº 1307-2026 - Luzia Rafaela Polo Bonacin, tendo a palavra o relator Murilo Ferrari de Souza, que abordou os pontos mais relevantes do relatório e declamou o seu voto favorável à decisão da primeira instância, a Procuradoria Municipal, que na ocasião decidiu em partes favorável à contribuinte. Em seguida, os demais conselheiros declamaram seus votos, concordando com o voto do relator, por unanimidade. Desse modo, o próximo passo seria a definição e aprovação do acórdão e a sua publicação. Portanto, após os trâmites do acórdão e como favoreceu em partes a contribuinte, o recurso vai de ofício à prefeita, conforme prevê o Regimento Interno do Conselho, em seu Art. 31, § 1º, para finalização do processo administrativo. Quanto ao calendário, a definição da próxima reunião ficou acordada para o dia 21 de julho de 2026. Sendo assim, o Presidente encerrou a reunião, na qual foi gravada. Não havendo mais nada a tratar, eu Renata Cristina da Silva Bento, secretária, lavrei a presente Ata que após ser lida e aprovada será assinada por mim e os conselheiros presentes na reunião.

RENATA CRISTINA DA SILVA BENTO
Secretária Geral

FABIO BIANCARDI BALDINI
Conselheiro Presidente

MARCEL LEMANA
Conselheiro Interino

MURILO FERRARI DE SOUZA
Conselheiro

EDERSON SOUSA SILVA
Conselheiro

Publicado por:
Tiago Augusto Luiz de Oliveira
Código Identificador:42A826C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PRIMEIRA SUBMISSÃO ELETRÔNICA - ACÓRDÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1307/2026

PRIMEIRA SUBMISSÃO ELETRÔNICA REFERENTE AO ACÓRDÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1307/2026 - LUIZ RAFAELA POLO BONACIN.

POST SCRIPTUM
Após a reunião do Conselho Municipal de Contribuintes de Andirá - CMCA, realizada no dia 23 de junho às 9:00h, terça-feira, na sala de reuniões da prefeitura municipal, sabendo que a data da próxima, havia ficado para o dia 21 de julho de 2026 e para não demorar o andamento do Processo Administrativo nº 1307-2026 - Luzia Rafaela Polo Bonacin, foi realizada uma submissão eletrônica por e-mail, por parte do presidente Fábio Biancaradi Baldini, com a minuta para decidir a aprovação do acórdão, sendo dispensada uma reunião somente para esse propósito, que assim segue:
"Prezados Conselheiros,
Na qualidade de Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Andirá, encaminho aos senhores a minuta do Acórdão nº 008/2026, referente ao Processo Administrativo nº 1307/2026, para conferência da redação final.
Conforme deliberado em sessão, a votação foi unânime, acompanhando integralmente o voto do Relator, sem divergências, ressalvas ou votos vencidos quanto ao mérito da decisão.
Diante disso, considerando o princípio da economicidade, bem como que cada reunião do Conselho acarreta custos ao erário público, e considerando ainda que não há previsão de nova reunião nas próximas duas semanas, entendo adequado submeter a minuta aos Conselheiros por meio eletrônico, exclusivamente para conferência de sua redação final, sem reabertura da discussão de mérito.
Fica expressamente ressalvado, contudo, o direito de qualquer Conselheiro se opor à dispensa da reunião presencial para análise da minuta do acórdão. Havendo manifestação nesse sentido, esta Presidência acatará a oposição sem discussão e sem necessidade de justificativa, promovendo a convocação de reunião para apreciação colegiada da matéria.
Assim, solicito que os Conselheiros analisem a minuta encaminhada e, caso verifiquem necessidade de correção, ajuste redacional ou alguma inconsistência entre o texto do acórdão e aquilo que foi efetivamente deliberado, manifestem-se até segunda-feira, 29 de junho de 2026.
A ausência de manifestação até o prazo indicado será considerada aprovação tácita da minuta do Acórdão nº 008/2026, para fins de prosseguimento dos trâmites administrativos.
Após a validação da redação final, este Conselho procederá à coleta das assinaturas dos Conselheiros por meio dos instrumentos disponíveis, observadas as formalidades administrativas cabíveis.
Atenciosamente,
Fábio Biancardi Baldini
Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Andirá"
Sendo assim, o acórdão ficou denominado Acórdão nº 008/2026 - Luzia Rafaela Polo Bonacin e com as correções necessárias, foi assinado, digitalmente por todos os conselheiros e em seguida publicado e intimada a contribuinte, informando a decisão do Conselho e repassado um ofício à prefeita Ednyra Aparecida Sanches Bueno de Godoy Ferreira, a terceira instância, juntamente com o acórdão assinado. Após aguardar os trâmites legais, a finalização do processo se deu no dia 01 de julho, com a resposta da prefeita, ficando decidido em concordância com as demais instâncias, favorável em partes, à contribuinte. Sendo assim, foi passado a para a contribuinte o resultado final no dia 02 de julho, a publicação da decisão (anexa). Dessa forma, a contribuite foi orientada a dar andamento sobre a sua solicitação. Sem mais a informar, encerramos o processo administrativo nº 1307/2026- Luzia Rafaela Polo Bonacin.

RENATA CRISTINA DA SILVA BENTO
Secretária Geral

Publicado por:
Tiago Augusto Luiz de Oliveira
Código Identificador:BD832F73

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 280/2026 - REGULAMENTA O REENQUADRAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO - LEI 27/2026

DECRETO Nº 280/2026, DE 28 DE JULHO DE 2026.

Regulamenta o procedimento de reenquadramento dos profissionais do Magistério Público Municipal no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração instituído pela Lei Municipal nº 027/2026, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ANTONINA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e com fundamento nos arts. 89, 100, 101 e 103 da Lei Municipal nº 027, de 23 de junho de 2026,
CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 027/2026, instituiu o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, estabelecendo nova estrutura de desenvolvimento funcional baseada em níveis de habilitação e classes de progressão horizontal;
CONSIDERANDO que o art. 89 da Lei Municipal nº 027/2026 assegura, no reenquadramento dos profissionais do Magistério, a irredutibilidade de vencimentos, o aproveitamento do tempo já cumprido para fins de progressão, a consideração da titulação validada e a preservação dos direitos adquiridos;
CONSIDERANDO que compete ao Poder Executivo regulamentar o procedimento administrativo de reenquadramento, estabelecendo critérios objetivos para a apuração do tempo já cumprido na carreira, observados os interstícios previstos para o desenvolvimento funcional e os limites da Lei Municipal nº 027/2026;
CONSIDERANDO que o reenquadramento constitui medida excepcional destinada exclusivamente à implantação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, não importando em reconhecimento de progressões funcionais retroativas nem na criação de vantagens não previstas em lei;
CONSIDERANDO a necessidade de conferir segurança jurídica, isonomia e uniformidade ao procedimento de reenquadramento dos profissionais abrangidos pela Lei Municipal nº 027/2026;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta o procedimento de reenquadramento dos ocupantes dos cargos efetivos de Professor e Professor de Educação Física no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, instituído pela Lei Municipal nº 027/2026, observadas as disposições da referida Lei e da legislação municipal aplicável, com a finalidade de:
I – promover a transição da estrutura funcional anteriormente vigente para a carreira instituída pela Lei Municipal nº 027/2026;
II – assegurar o enquadramento no nível correspondente à habilitação ou à titulação regularmente comprovada;
III – assegurar o posicionamento inicial na classe da carreira mediante o aproveitamento do tempo já cumprido pelo servidor para fins de progressão funcional, observado o disposto na Lei Municipal nº 027/2026;
IV – garantir a preservação da irredutibilidade de vencimentos e dos direitos adquiridos;
V – assegurar a continuidade da contagem do tempo para futuras progressões e promoções previstas na Lei Municipal nº 027/2026.
Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – reenquadramento: o ato administrativo de posicionamento do servidor efetivo do Magistério na estrutura de níveis e classes instituída pela Lei Municipal nº 027/2026, preservados os direitos adquiridos;
II – nível: a divisão vertical da carreira correspondente à habilitação ou à titulação acadêmica do profissional do Magistério;
III – classe: a posição horizontal ocupada pelo servidor dentro do respectivo nível, correspondente às classes previstas no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração;
IV – tempo computável para fins de reenquadramento: o tempo de efetivo exercício reconhecido pela Administração como apto ao aproveitamento previsto no art. 89 da Lei Municipal nº 027/2026.

CAPÍTULO II
DO POSICIONAMENTO NO NÍVEL (TITULAÇÃO)

Art. 3º O posicionamento do servidor no nível da carreira observará a habilitação ou a titulação acadêmica comprovada e validada pela Administração até a data do reenquadramento, na forma do art. 10 da Lei Municipal nº 027/2026.
I – Nível I: formação em nível médio, modalidade normal;
II – Nível II: licenciatura plena;
III – Nível III: pós-graduação lato sensu;
IV – Nível IV: mestrado.
§1º A comprovação da titulação ocorrerá mediante diploma ou certificado expedido por instituição reconhecida.
§2º Os títulos obtidos no exterior dependerão de revalidação na forma da legislação vigente.
§3º A titulação apresentada após o reenquadramento produzirá efeitos apenas mediante promoção vertical, observadas as regras da Lei Municipal nº 027/2026.
§4º O Professor de Educação Física será enquadrado, no mínimo, no Nível II, em razão da escolaridade exigida para investidura no cargo.

CAPÍTULO III
DO POSICIONAMENTO NA CLASSE

Art. 4º Exclusivamente para a implantação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, o posicionamento inicial do servidor na classe observará o aproveitamento do tempo já cumprido na carreira do Magistério, nos termos do art. 89 da Lei Municipal nº 027/2026, adotando-se, para fins de operacionalização do reenquadramento, o interstício previsto para a progressão horizontal na própria carreira.
Art. 5º Para fins de operacionalização do primeiro reenquadramento previsto neste Decreto, o tempo computável do servidor será utilizado como parâmetro para definição da classe inicial, observando-se, para esse fim, o interstício de 24 (vinte e quatro) meses previsto para a progressão horizontal na Lei Municipal nº 027/2026, em observância ao disposto no art. 89 da referida Lei.
§ 1º A definição da classe inicial observará um avanço de referência para cada período completo de 24 (vinte e quatro) meses de tempo computável, limitada à Classe 18 (dezoito) e respeitado o disposto no art. 89 da Lei Municipal nº 027/2026.
§ 2º O tempo computável compreenderá o período de efetivo exercício prestado no cargo efetivo de Professor ou Professor de Educação Física no Município de Antonina até a data da implantação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, observados os períodos legalmente considerados como de efetivo exercício para fins de desenvolvimento funcional.
§ 3º Os períodos considerados como de efetivo exercício, bem como as hipóteses de suspensão ou interrupção de sua contagem, observarão o disposto na Lei Municipal nº 027/2026 e na legislação estatutária aplicável.
§ 4º O tempo remanescente inferior ao interstício de 24 (vinte e quatro) meses permanecerá registrado para fins de contagem da primeira progressão horizontal após o reenquadramento, observado o art. 44 da Lei Municipal nº 027/2026.
Art. 6º Apurados o nível e a classe, será assegurada a observância dos critérios previstos no art. 89 da Lei Municipal nº 027/2026.
§ 1º O vencimento-base resultante do reenquadramento não poderá ser inferior ao vencimento-base percebido pelo servidor imediatamente antes da implantação da nova carreira.
§ 2º Caso o vencimento correspondente à classe apurada seja inferior ao vencimento-base anteriormente percebido, o servidor será posicionado na primeira classe, dentro do respectivo nível, cujo valor seja igual ou imediatamente superior, observado o § 2º do art. 89 da Lei Municipal nº 027/2026.
§ 3º O reenquadramento não acarretará supressão de vantagem pessoal incorporada nem prejuízo a direito adquirido.
§ 4º O posicionamento inicial decorrente deste Decreto constitui ato de implantação da carreira, destinado exclusivamente à operacionalização do reenquadramento previsto na Lei Municipal nº 027/2026, não importando reconhecimento de progressões funcionais retroativas nem geração de efeitos financeiros relativos ao período anterior à vigência da referida Lei.

CAPÍTULO IV
DA MEMÓRIA DE CÁLCULO E DA COMPATIBILIZAÇÃO

Art. 7º A título ilustrativo, o reenquadramento observará a seguinte sistemática de apuração, aplicada individualmente a cada servidor:

Etapa	Critério	Referência legal
1. Nível	Titulação comprovada e validada	Art. 3º / art. 10 da Lei 027/2026
2. Classe	Aproveitamento do tempo computável, observado como parâmetro o interstício de 24 meses previsto para a progressão horizontal	Art. 5º / arts. 44 e 47, III
3. Irredutibilidade	Vencimento igual ou superior ao anteriormente percebido; se inferior, posicionamento na classe imediatamente superior	Art. 6º / art. 89, I e §2º
4. Tempo residual	Fração inferior ao interstício preservada para a primeira progressão horizontal	Art. 5º, §4º

Art. 8º A tabela de correspondência entre a estrutura remuneratória anterior e a estrutura de níveis e classes prevista na Lei Municipal nº 027/2026 será elaborada individualmente para cada servidor, com base nos registros funcionais constantes da Administração Municipal.
§ 1º O vencimento inicial do Nível I, Classe 1, corresponderá ao Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério, observado o disposto na Lei Municipal nº 027/2026.
§ 2º A tabela constante do Anexo II da Lei Municipal nº 027/2026 será aplicada na forma nela estabelecida, vedada qualquer alteração de valores, percentuais, níveis ou classes por meio deste Decreto.
§ 3º A memória de cálculo individual deverá demonstrar, de forma expressa:
I – a titulação considerada para definição do nível;
II – o tempo computável utilizado para definição da classe;
III – a classe de posicionamento inicial;
IV – a aplicação da garantia de irredutibilidade remuneratória prevista no art. 89 da Lei Municipal nº 027/2026;
V – o tempo residual preservado para fins de futura progressão horizontal.
Art. 8º-A Para orientar a aplicação do reenquadramento e possibilitar a conferência dos atos administrativos pelos servidores, ficam reproduzidos, em caráter meramente declaratório, os critérios remuneratórios estabelecidos na Lei Municipal nº 027/2026, vedada qualquer alteração de sua estrutura por meio deste Decreto.
I – a progressão horizontal entre classes observará o percentual de 3% (três por cento) cumulativo entre uma classe e a imediatamente subsequente, nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 027/2026;
II – a promoção vertical entre níveis observará o percentual de 10% (dez por cento) cumulativo entre um nível e o imediatamente superior, na forma do art. 11 da Lei Municipal nº 027/2026.
§ 1º Os percentuais previstos neste artigo possuem natureza meramente declaratória e reproduzem os critérios estabelecidos na Lei Municipal nº 027/2026, não constituindo inovação normativa.
§ 2º A tabela de vencimentos decorrente da aplicação do Anexo II da Lei Municipal nº 027/2026 integra este Decreto como Anexo I, exclusivamente para fins de consulta.
§ 3º As atualizações decorrentes da revisão do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério observarão a legislação federal e municipal aplicável, preservando-se a estrutura remuneratória prevista na Lei Municipal nº 027/2026.

CAPÍTULO V
DO PROCEDIMENTO E DOS RECURSOS

Art. 9º O reenquadramento será processado de ofício pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes, com o apoio das Secretarias Municipais de Administração e de Finanças, e formalizado por ato

individual, observado o prazo previsto no art. 100 da Lei Municipal nº 027/2026.
Parágrafo único. A instrução do procedimento deverá conter, no mínimo:
I – ficha funcional atualizada;
II – comprovação da titulação considerada;
III – memória de cálculo individual;
IV – identificação da classe e do nível atribuídos;
V – registro do tempo residual, quando existente.
Art. 10. Do ato de reenquadramento será dada ciência individual ao servidor, assegurando-se o direito de requerer revisão administrativa perante a Secretaria Municipal de Educação e Esportes, no prazo previsto no art. 101 da Lei Municipal nº 027/2026.
§ 1º O pedido de revisão restringir-se-á à verificação da correta aplicação dos critérios previstos na Lei Municipal nº 027/2026 e neste Decreto.
§ 2º A revisão não poderá resultar na concessão de vantagem funcional não prevista em lei.
Art. 11. Enquanto não concluído o procedimento de reenquadramento, o servidor permanecerá percebendo o vencimento anteriormente devido, procedendo-se, após a conclusão do processo administrativo, aos ajustes financeiros eventualmente cabíveis, observada a vedação de redução de vencimentos.
Parágrafo único. A aplicação deste Decreto restringe-se ao primeiro reenquadramento decorrente da implantação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, permanecendo as progressões horizontais e promoções verticais posteriores integralmente submetidas aos requisitos previstos na Lei Municipal nº 027/2026.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. O reenquadramento disciplinado neste Decreto não interrompe nem prejudica a contagem do tempo para as progressões e promoções posteriores, observados os requisitos previstos na Lei Municipal nº 027/2026.
Art. 13. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira e as normas da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.
Art. 14. Os casos omissos relativos à aplicação deste Decreto serão decididos pela Comissão de Gestão da Carreira, observadas as disposições da Lei Municipal nº 027/2026 e da legislação municipal aplicável.
Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros na forma prevista no art. 104 da Lei Municipal nº 027/2026.

Gabinete da Prefeita, em 28 de julho de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:F048A167

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 282/2026 - ALTERA DECRETO 443/2025, DE 14 DE OUTUBRO DE 2025 QUE "DISPÕE SOBRE A COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR"

DECRETO nº 282/2026, de 28 de julho de 2026

ALTERA DECRETO 443/2025, DE 14 DE OUTUBRO DE 2025 QUE "Dispõe sobre a Comissão Municipal de Controle de Infecção Hospitalar"

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI, Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições legais, e considerando o protocol 8203/2026,
DECRETA

Art. 1° - Fica alterado o Decreto 443/2025, de 14 de outubro de 2025, que passa a vigorar com as seguintes alterações:
(…)
Presidente CCIH e Coordenadora SCIH Enfemeiro:
Exonera a Sra. Clara Maciel Vilela Ferreira;
Nomeia o Sr. Vitor de Souza Fernandes – matrícula 6512 como Presidente CCIH e Coordenador CCIH

Representante do Serviço de Enfermagem:
Exonera a Sra. Roberta Maria Gruber;
Nomeia o Sr. Matheus Lima Martins – COREN PR 00068531

Representante do Laboratório:
Exonera a Sra. Ana Francisca Martins Simas;
Nomeia o Sr. Diego de Campos.

Representante do Núcleo de Qualidade e Segurança do Paciente:
Exonera a Sra. Daiane Narcizo Pinto;

Técnico em Enfermagem:
Exonera a Sra. Pamela Castro Fortes;
Nomeia o Sr. Devanilson Rodrigues de Assis – COREN PR 241793
(…)

Art. 2º - Permanecem inalterados os demais dispositivos do decreto nº 443/2025, de 14 de outubro de 2025.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Antonina, 28 de julho de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:7676A195

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 285/2026 - EXONERA, A PEDIDO, DIRETOR DE PESCA

DECRETO Nº 285/2026, de 31 de julho de 2026

Exonera Diretor de Pesca

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI, Prefeita Municipal de Antonina, no uso de suas atribuições legais, e considerando protocolo 8324/2026,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, **IVAN ANDERSON PIRES**, RG nº 8.313.263-9 SSP/PR e CPF nº 034.610.059-32 do cargo de **DIRETOR DE PESCA – CC1,** em 31/07/2026.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita em, 31 de julho de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:9B5A74BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 255/2026 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE R$ 25.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 255/2026 de 07/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 79/2025 de 16/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAUDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de saude	
07.001.10.301.0030.2.015.		Assistencia Medica, Odontologica e Sanitária	
536 - 3.3.90.36.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	25.000,00
		Total Suplementação:	**25.000,00**

Artigo 2º - Para Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.004.00.000.0000.0.000.		Gabinete do secretario	
03.004.04.122.0003.2.006.		Manutenção do gabinete do secretário da SA	
42 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	25.000,00
		Total Redução:	**25.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Antonina , Estado em 07 de julho de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita

RAFAEL NEVES ALVES
Secretário de Finanças

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:7163B184

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL CONVOCAÇÃO - SIND ESTIVA

SINDICATO DOS ESTIVADORES TRABALHADORES AVULSOS E COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO EM ESTIVA NOS PORTOS DE ANTONINA – PR.
CNPJ 75.247.544/0001-51
Rua Oscar Renaud, 304 Centro Antonina PR -CEP 83.370-000 Fone 0xx 41 3432-3055.
Fundado em 03 de maio 1919
Reconhecido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 08 de novembro de 1932.
Escola Operária *NERVAL SILVA*

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

RETIFICAÇÃO DE DATA

O SINDICATO DOS ESTIVADORES, TRABALHADORES AVULSOS E COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO EM ESTIVA NOS PORTOS DE ANTONINA – PR, na pessoa de seu Presidente, no uso de suas atribuições que lhe confere o vigente Estatuto, Artigo 20, Letra "A", **CONVOCA** todos os Trabalhadores Portuários Avulsos e com vínculo empregatício da categoria dos Estivadores, Associados no Quadro Social, em pleno gozo com seus direitos Sociais (**Artigo 10° do Estatuto**) a participarem da **Assembleia Geral Ordinária**, que será levada a efeito no dia 14 de agosto de 2026, na sede do sindicato no endereço Rua Oscar Renaud, 304 - Centro Antonina - PR, em primeira convocação às 09:00 horas e não havendo quórum regimentar em segunda convocação às 09:30, com qualquer número de presentes. A assembleia permanecerá em aberto até às 13:00 horas, para oportunizar a todos associados a análise das contas. Também deverão ser observadas todas as regras de higiene.

Ordem do dia:

Prestação de contas do exercício 2025 – apresentação de Planilhas e demonstrativos.

Antonina, 28 de julho de 2026.

LUCIANO DOS SANTOS HONÓRIO
Presidente

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:FDB630A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 2 - SINDICATO DOS ESTIVADORES

SINDICATO DOS ESTIVADORES TRABALHADORES AVULSOS E COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO EM ESTIVA NOS PORTOS DE ANTONINA – PR.
CNPJ 75.247.544/0001-51
Rua Oscar Renaud, 304 Centro Antonina PR -CEP 83.370-000 Fone 0xx 41 3432-3055.
Fundado em 03 de maio 1919
Reconhecido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 08 de novembro de 1932.
Escola Operária *NERVAL SILVA*

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SINDICATO DOS ESTIVADORES, TRABALHADORES AVULSOS E COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO EM ESTIVA NOS PORTOS DE ANTONINA – PR, no uso de suas atribuições que lhe confere o vigente Estatuto, Artigo 20, Letra A, **CONVOCA** todos os Trabalhadores Portuários Avulsos e com vínculo empregatício da categoria dos Estivadores, Associados no Quadro Social, em pleno gozo com seus direitos Sociais (**Artigo 10° do Estatuto**) a participarem da **Assembleia Geral Ordinária**, que será levada a efeito no dia 06/08/2026, na sede do sindicato no endereço Rua Oscar Renaud, 304 Centro Antonina PR, em primeira convocação às 09:00 horas e não havendo quórum regimentar em segunda convocação às 09:30 na forma do Estatuto.

Ordem do dia:

Apresentação das informações da pauta de reivindicações a serem negociadas para formação de ACT, formação da pauta de reivindicações e autorização para instauração de eventual dissídio coletivo de trabalho.

Escolha da comissão de negociação auxiliar da diretoria para atuar nas negociações.

Antonina, 31 de julho de 2026.

LUCIANO DOS SANTOS HONÓRIO
Presidente

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:4A0BA0AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2026 - SEMED

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2026

Assunto: Estabelece diretrizes para a proteção de dados pessoais e disciplina o uso de imagem de alunos menores de 18 anos no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Antonina/PR, em conformidade com a legislação vigente.

A **Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Antonina**, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal de 1988, que assegura a proteção integral à criança e ao adolescente;
CONSIDERANDO o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, instituído pela Lei nº 8.069/1990, que garante o direito à preservação da imagem, da identidade e da dignidade da criança e do adolescente;
CONSIDERANDO a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estabelece regras para o tratamento de dados pessoais, inclusive no âmbito da administração pública;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir a segurança e a privacidade das informações e imagens de estudantes da rede municipal de ensino;
CONSIDERANDO a Lei nº 15.211/2025 e demais normativas que tratam da proteção de dados e da utilização de imagem de crianças e adolescentes;

RESOLVE:

I – Das Disposições Preliminares
Art. 1º. Esta Instrução Normativa estabelece diretrizes para a proteção de dados pessoais e regulamenta a conduta de servidores, professores, estagiários e prestadores de serviços da Rede Municipal de Ensino de Antonina quanto ao uso e divulgação da imagem e de dados de alunos menores de 18 anos.
Art. 2º. A proteção de dados pessoais e da imagem dos estudantes deverá observar o Princípio do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

II – Das Proibições e Regras de Conduta

Art. 3º. Fica expressamente proibida a publicação ou compartilhamento de fotos, vídeos ou áudios que permitam a identificação de alunos menores de 18 anos nos seguintes meios:
I – perfis pessoais de professores, servidores ou colaboradores em redes sociais (Instagram, Facebook, TikTok, WhatsApp Status, entre outros);
II – grupos de redes sociais ou aplicativos de mensagens que não possuam finalidade exclusivamente pedagógica ou institucional, sendo permitidos apenas canais oficiais administrados e moderados pela equipe gestora da unidade de ensino.

Art. 4º. A utilização da imagem de alunos para fins institucionais, como divulgação em site oficial da Prefeitura, redes sociais oficiais da Secretaria Municipal de Educação ou materiais institucionais, somente será permitida mediante autorização prévia, por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme modelo constante no **Anexo I** desta Instrução Normativa, devidamente assinado pelos pais ou responsáveis legais.

Parágrafo único. Mesmo havendo autorização, a captação e divulgação da imagem deverá preservar a dignidade, integridade e privacidade do estudante, evitando qualquer forma de exposição vexatória ou que revele situação de vulnerabilidade.

III – Dos Procedimentos em Caso de Descumprimento

Art. 5º. O descumprimento desta Instrução Normativa poderá sujeitar o responsável às seguintes medidas administrativas, sem prejuízo de eventuais responsabilidades civis e penais:
I – advertência formal e determinação de remoção imediata do conteúdo divulgado;
II – abertura de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), em caso de reincidência ou gravidade da conduta;
III – comunicação ao Encarregado de Proteção de Dados (DPO) do Município para análise e adoção das medidas previstas na LGPD.

IV – Orientações Práticas de Conduta

O que PODE fazer	O que NÃO PODE fazer
Fotografar atividades focando nos materiais ou nas mãos dos alunos, sem identificação facial (p. 2).	Publicar "selfies" ou retratados com alunos em perfis pessoais de redes sociais (p. 2).
Divulgar projetos pedagógicos de forma anônima ou sem identificação dos estudantes (p. 2).	Identificar nome completo, turma ou outras informações pessoais do aluno em publicações (p. 2).
Utilizar imagens de costas ou com rostos desfocados/pixelados (p. 2).	Realizar transmissões ao vivo (lives) com exposição de alunos sem autorização formal dos responsáveis (p. 2).

V – Das Disposições Finais
Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 7º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Antonina, 31 de julho de 2026.

SIMONE MEDINA VICENÇO CHAVES
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Decreto 005/2025

ANEXO I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(Integrando a Instrução Normativa nº 001/2026 - SEMED/Antonina)
Eu, _____, portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, na qualidade de responsável legal pelo(a) estudante menor _____,regularmente matriculado(a) no(a) (Nome da Escola/CMEI) _____, no uso de minhas atribuições legais e em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) e a Lei nº 15.211/2025 (Estatuto Digital), **DECLARO** que: **AUTORIZO** a Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Antonina e a referida Unidade de Ensino a realizar a captação, tratamento e publicação de imagens (fotos e vídeos) e áudios do(a) referido(a) estudante.

DIRETRIZES DO TRATAMENTO DE IMAGEM:
1- Finalidade: Uso estritamente pedagógico, informativo e institucional, ilustrando projetos escolares, eventos, desfiles, premiações e atividades didáticas.
2- Meios de Veiculação: Canais institucionais oficiais (site oficial da Prefeitura de Antonina, perfis oficiais da SEMED ou canais de comunicação da própria Unidade Escolar).
3- Restrições: Fica expressamente vedada a publicação em redes sociais particulares de professores, estagiários ou servidores, bem como qualquer uso comercial das imagens.
4- Revogação: Este consentimento poderá ser revogado pelo responsável legal a qualquer momento, por escrito, diretamente na secretaria da Unidade de Ensino.
Por ser a expressão da minha vontade, firmo o presente termo.

Antonina/PR, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do Responsável Legal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:866BD5EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2026 – SEMED

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2026 – SEMED

Dispõe sobre a regulamentação do Guia de Boas Práticas e Uso Pedagógico do Cantinho da Leitura nas Unidades de Educação Infantil e do Ensino Fundamental – Anos Iniciais da Rede Municipal de Ensino.

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED**, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal de 1988, que assegura o direito à educação como dever do Estado e da família;
CONSIDERANDO a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996;
CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas pela **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**;

CONSIDERANDO as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental**;
CONSIDERANDO as metas e estratégias do **Plano Municipal de Educação**;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer práticas de letramento, incentivo à leitura, formação de leitores e ampliação do repertório cultural dos estudantes da Rede Municipal de Ensino,
RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Regulamentar o **Guia de Boas Práticas e Uso Pedagógico do Cantinho da Leitura** nas unidades de **Educação Infantil e do Ensino Fundamental – Anos Iniciais da Rede Municipal de Ensino**.

Art. 2º O Cantinho da Leitura constitui-se como **espaço pedagógico permanente**, organizado em sala de aula ou em ambiente específico da unidade escolar, destinado à promoção do contato sistemático das crianças com **livros literários, textos informativos e demais portadores de texto**.

Art. 3º O Cantinho da Leitura tem como objetivos:
I – promover o desenvolvimento da linguagem oral, escrita e da escuta sensível;
II – estimular o gosto pela leitura desde a primeira infância;
III – contribuir para o processo de alfabetização e letramento;
IV – ampliar repertórios culturais, imaginação e pensamento crítico;
V – garantir práticas pedagógicas inclusivas e acessíveis.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

Art. 4º O Cantinho da Leitura deverá:
I – estar localizado em espaço acessível às crianças;
II – conter mobiliário adequado à faixa etária;
III – apresentar organização atrativa, acolhedora e segura;
IV – disponibilizar acervo diversificado e adequado às diferentes etapas do desenvolvimento infantil.

Art. 5º O acervo deverá contemplar:
I – literatura infantil (contos, poesias, parlendas, fábulas e narrativas contemporâneas);
II – livros de imagens;
III – textos informativos;
IV – obras que valorizem a cultura local e regional;
V – materiais inclusivos, tais como livros com fonte ampliada, recursos táteis e audiolivros, quando disponíveis.

CAPÍTULO III
DO USO PEDAGÓGICO

Art. 6º O uso do Cantinho da Leitura deverá integrar o **planejamento pedagógico do docente**, em consonância com o **Projeto Político-Pedagógico (PPP)** da unidade escolar.

Art. 7º Na **Educação Infantil**, as práticas deverão priorizar:
I – leitura diária realizada pelo professor;
II – contação de histórias;
III – exploração livre dos livros pelas crianças;
IV – rodas de conversa;
V – desenvolvimento de projetos de leitura.

Art. 8º No **Ensino Fundamental – Anos Iniciais**, deverão ser desenvolvidas:
I – leitura compartilhada e leitura autônoma;
II – sequências didáticas e projetos de leitura;
III – rodas literárias;
IV – empréstimo domiciliar orientado de livros;
V – produção textual articulada às leituras realizadas.

CAPÍTULO IV
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 9º Compete à equipe gestora da unidade escolar:
I – garantir espaço físico adequado para o Cantinho da Leitura;
II – organizar, conservar e atualizar o acervo;
III – promover ações de formação continuada sobre práticas de leitura;
IV – acompanhar e incentivar o uso pedagógico do espaço.

Art. 10. Compete ao professor:
I – planejar o uso sistemático do Cantinho da Leitura;
II – registrar as práticas pedagógicas desenvolvidas;
III – incentivar o cuidado e a preservação do acervo;
IV – promover práticas pedagógicas inclusivas.

CAPÍTULO V
DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 11. O acompanhamento do uso pedagógico do Cantinho da Leitura será realizado pela **Coordenação Pedagógica da unidade escolar e pela equipe técnica da SEMED**, por meio de:
I – observação pedagógica in loco;
II – análise de relatórios pedagógicos;
III – acompanhamento dos registros docentes;
IV – avaliação dos avanços no processo de alfabetização e letramento dos estudantes.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. O **Guia de Boas Práticas e Uso Pedagógico do Cantinho da Leitura** integra esta Instrução Normativa como **documento orientador complementar**.

Art. 13. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Antonina, 31 de julho de 2026.

SIMONE MEDINA VICENÇO CHAVES
Secretária Municipal de Educação e Esportes Decreto 005/2025

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:2C077D5C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2026 -SEMED

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2026

Dispõe sobre a regulamentação das Avaliações Municipais de Entrada e Saída no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de Antonina/PR e dá outras providências.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES – SEMED, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família;
CONSIDERANDO o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996, que orienta a organização da educação básica e a avaliação do processo de ensino e aprendizagem;
CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define as competências e habilidades essenciais para o desenvolvimento dos estudantes;
CONSIDERANDO as metas e estratégias previstas na Lei Municipal nº 14/2015, que institui o Plano Municipal de Educação de Antonina;
CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento sistemático do processo de aprendizagem dos estudantes da Rede Pública Municipal de Ensino;
CONSIDERANDO a importância de instrumentos diagnósticos que subsidiem o planejamento pedagógico, a recomposição das aprendizagens e a melhoria da qualidade do ensino,

RESOLVE:

Art. 1º – Do Objeto
Regulamentar a aplicação das Avaliações Municipais de Entrada e Saída na Rede Pública Municipal de Ensino de Antonina/PR, com finalidade diagnóstica, formativa e de monitoramento da aprendizagem.

Art. 2º – Da Periodicidade
I – Avaliação de Entrada: realizada no mês de março;
II – Avaliação de Saída: realizada no mês de setembro;
III – O cronograma detalhado será divulgado anualmente pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes – SEMED.

Art. 3º – Da Natureza
§1º A Avaliação de Entrada terá caráter **diagnóstico**, com objetivo de identificar o nível de aprendizagem dos estudantes no início do período letivo.
§2º A Avaliação de Saída permitirá **análise comparativa do desempenho**, possibilitando verificar avanços no processo de ensino e aprendizagem.
§3º As avaliações **não possuirão caráter classificatório ou punitivo**, destinando-se exclusivamente ao acompanhamento pedagógico.

Art. 4º – Da Fundamentação Pedagógica
As avaliações observarão as competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na matriz curricular da rede municipal e nas diretrizes do **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada**, assegurando princípios de equidade, inclusão e acessibilidade.

Art. 5º – Da Elaboração e Aplicação
I – As avaliações serão elaboradas pela equipe técnica pedagógica da SEMED;
II – A aplicação será realizada pelos docentes das respectivas turmas;
III – Deverá ser garantido o sigilo das avaliações, bem como a ética profissional em todas as etapas do processo.

Art. 6º – Da Análise e Intervenção
Os resultados obtidos subsidiarão a elaboração de **planos de intervenção pedagógica**, ações de **recomposição das aprendizagens** e programas de **formação continuada para os docentes**.

Art. 7º – Do Monitoramento
A SEMED realizará análise comparativa entre os resultados das avaliações de entrada e saída, elaborando **relatórios técnicos anuais** para acompanhamento da evolução da aprendizagem na rede municipal.

Art. 8º – Da Acessibilidade e Inclusão
A aplicação das Avaliações Municipais de Entrada e Saída deverá assegurar condições de acessibilidade aos estudantes público-alvo da Educação Especial, podendo ser realizadas adaptações de instrumentos, tempo de aplicação ou recursos pedagógicos, conforme as necessidades educacionais específicas, respeitando os princípios da educação inclusiva.

Art. 9º – Do Registro e Guarda dos Resultados
I – Os resultados das avaliações deverão ser registrados e sistematizados pela equipe pedagógica da escola.
II – Caberá à SEMED organizar banco de dados educacionais para fins de acompanhamento, planejamento e formulação de políticas públicas educacionais.
III – O tratamento dos dados deverá observar os princípios de sigilo e proteção das informações educacionais dos estudantes.

Art. 10 – Das Responsabilidades das Unidades Escolares
Compete às unidades escolares:
I – garantir a aplicação das avaliações conforme orientações da SEMED;
II – assegurar a participação dos estudantes nas avaliações;
III – utilizar os resultados para planejamento pedagógico e intervenções necessárias;
IV – colaborar com o envio das informações solicitadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

Art. 11 – Das Disposições Finais
Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Antonina, 31 de julho de 2026.

SIMONE MEDINA VICENÇO CHAVES
Secretária Municipal de Educação e Esportes
Decreto 005/2025

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:9AB31FAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 004/2026 -SEMED

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 004/2026

Institui o Programa Municipal de Recomposição das Aprendizagens (PMRA), com foco na correção de defasagens em leitura e escrita nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Antonina – SEMED.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DE ANTONINA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os princípios e garantias do direito à educação estabelecidos na Constituição Federal de 1988;
CONSIDERANDO as diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996, que asseguram a aprendizagem como finalidade central do processo educativo;
CONSIDERANDO as competências e habilidades definidas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC para o Ensino Fundamental;
CONSIDERANDO a necessidade de enfrentamento das defasagens de aprendizagem em leitura e escrita evidenciadas nas avaliações diagnósticas da rede municipal;
CONSIDERANDO a importância da alfabetização plena até o final do 2º ano do Ensino Fundamental e da consolidação das habilidades leitoras e escritoras ao longo dos Anos Iniciais;

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º Fica instituído o **Programa Municipal de Recomposição das Aprendizagens – PMRA**, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Antonina – SEMED.

Art. 2º O PMRA tem como finalidade promover a **correção de defasagens em leitura e escrita** nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, garantindo o desenvolvimento das habilidades essenciais de alfabetização e letramento.

Art. 3º O Programa orienta-se pelos seguintes objetivos:
I – assegurar o direito de aprendizagem de todos os estudantes;
II – recompor habilidades essenciais de leitura e escrita não consolidadas;
III – prevenir a progressão escolar com lacunas na alfabetização;
IV – fortalecer práticas pedagógicas baseadas em evidências;
V – reduzir desigualdades educacionais entre estudantes.
Art. 4º Para fins desta Instrução Normativa, considera-se **Recomposição das Aprendizagens** o conjunto de estratégias pedagógicas que:
I – identificam lacunas de aprendizagem por meio de avaliações diagnósticas;
II – priorizam habilidades essenciais do currículo;
III – reorganizam tempos e estratégias de ensino;
IV – utilizam intervenções pedagógicas diferenciadas.

CAPÍTULO II
DO PÚBLICO-ALVO

Art. 5º O Programa destina-se prioritariamente aos estudantes:
I – do **1º ao 5º ano do Ensino Fundamental** da rede municipal;
II – com defasagens em leitura e escrita identificadas em avaliações diagnósticas;
III – classificados nos níveis iniciais de alfabetização.

Art. 6º Para fins de intervenção pedagógica, os estudantes poderão ser organizados em níveis de desenvolvimento da leitura e escrita, tais como:
I – Pré-leitor;
II – Leitor iniciante;
III – Leitor em desenvolvimento;
IV – Leitor fluente.

CAPÍTULO III
DAS ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO

Art. 7º A recomposição das aprendizagens ocorrerá por meio de **modelo híbrido de intervenção pedagógica**, contemplando:
I – No Tempo Escolar
a) reorganização da rotina pedagógica;
b) agrupamentos produtivos por nível de aprendizagem;
c) sequências didáticas específicas para alfabetização e letramento.
II – No Contraturno Escolar
a) oficinas de leitura e escrita;
b) atividades de reforço pedagógico;
c) práticas intensivas de alfabetização.

Art. 8º As intervenções pedagógicas deverão contemplar:
I – desenvolvimento da consciência fonológica e fonêmica;
II – ampliação do vocabulário e compreensão leitora;
III – práticas sistemáticas de leitura;
IV – produção textual orientada;
V – atividades de fluência leitora.

Art. 9º As unidades escolares poderão utilizar:
I – jogos pedagógicos;
II – acervos literários diversificados;
III – materiais estruturados de alfabetização;
IV – recursos digitais educacionais.

CAPÍTULO IV
DA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

Art. 10º A recomposição das aprendizagens será orientada por **avaliações diagnósticas periódicas**, realizadas no mínimo:
I – no início do ano letivo;
II – ao final do primeiro semestre;
III – ao final do ano letivo.

Art. 11º As avaliações diagnósticas deverão contemplar:
I – reconhecimento do sistema de escrita alfabética;
II – leitura de palavras e textos;
III – compreensão leitora;
IV – produção escrita.

Art. 12º Os resultados das avaliações deverão subsidiar:
I – o planejamento pedagógico dos professores;
II – a organização de grupos de recomposição;
III – o acompanhamento da evolução dos estudantes.

CAPÍTULO V
DO MONITORAMENTO E APOIO PEDAGÓGICO

Art. 13º Cada unidade escolar designará um **Professor Articulador de Recomposição das Aprendizagens**, responsável por:
I – analisar os resultados das avaliações diagnósticas;
II – apoiar os professores na elaboração de planos de intervenção;
III – acompanhar o progresso dos estudantes;
IV – articular ações pedagógicas com a equipe gestora.

Art. 14º Compete à Secretaria Municipal de Educação e Esportes:
I – coordenar a implementação do PMRA na rede municipal;
II – oferecer formação continuada aos docentes;
III – disponibilizar materiais pedagógicos;
IV – acompanhar os resultados educacionais.

Art. 15º A SEMED promoverá **ciclos mensais de formação continuada** para os profissionais envolvidos, abordando:
I – alfabetização e letramento;
II – metodologias de intervenção pedagógica;
III – práticas de mediação de leitura;
IV – avaliação formativa da aprendizagem.

CAPÍTULO VI
DA AUTONOMIA PEDAGÓGICA

Art. 16º Fica assegurada aos docentes a **autonomia pedagógica** para selecionar estratégias e metodologias adequadas às necessidades de aprendizagem dos estudantes.

Art. 17º O planejamento pedagógico poderá priorizar habilidades essenciais do currículo, visando garantir que os estudantes avancem com domínio da base alfabética e das competências leitoras fundamentais.

CAPÍTULO VII
DOS RECURSOS PEDAGÓGICOS

Art. 18º A Secretaria Municipal de Educação e Esportes poderá disponibilizar recursos para apoiar a implementação do PMRA, incluindo:
I – aquisição de livros literários;
II – jogos pedagógicos;
III – materiais estruturados de alfabetização;
IV – recursos tecnológicos educacionais.

Art. 19º As escolas poderão utilizar recursos provenientes de programas educacionais, fundos rotativos ou outras fontes institucionais para fortalecer as ações de recomposição.

CAPÍTULO VIII
DO MONITORAMENTO DOS RESULTADOS

Art. 20º O acompanhamento do Programa será realizado por meio de:
I – análise dos resultados das avaliações diagnósticas;
II – monitoramento das práticas pedagógicas nas escolas;
III – análise dos indicadores de alfabetização da rede.

Art. 21º Serão considerados indicadores de sucesso do PMRA:
I – evolução dos níveis de leitura e escrita dos estudantes;
II – redução das defasagens de aprendizagem;
III – melhoria dos resultados nas avaliações internas e externas.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22º A Secretaria Municipal de Educação e Esportes poderá publicar orientações complementares para a execução desta Instrução Normativa.

Art. 23º Os casos omissos serão analisados pela SEMED.

Art. 24º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Antonina, 31 de julho de 2026.

SIMONE MEDINA VICENÇO CHAVES
Secretária Municipal de Educação e Esportes
Decreto 005/2025

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:72E2AF81

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 005/2026 – SEMED

Instrução Normativa nº 005/2026 – SEMED

Secretaria Municipal de Educação e Esportes – SEMED

Dispõe sobre a regulamentação de saídas de campo no âmbito das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

A**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES**, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal de 1988, que assegura o direito à educação;
CONSIDERANDO a Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que prevê a articulação entre teoria e prática no processo educativo;
CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta práticas pedagogicas contextualizadas e significativas;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir a segurança, integridade física e bem-estar dos estudantes da Rede Municipal;
CONSIDERANDO a importância das atividades extramuros como estratégia pedagógica para ampliação das experiências de aprendizagem;
CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de normatizar e supervisionar atividades escolares externas,

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica regulamentada a realização de saídas de campo no âmbito das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º Para fins desta Instrução Normativa, considera-se saída de campo toda atividade pedagógica realizada fora do espaço físico da unidade escolar, vinculada ao currículo e ao Projeto Político-Pedagógico (PPP).

Art. 3º As saídas de campo deverão observar os seguintes princípios:
I – intencionalidade pedagógica;
II – segurança e proteção integral dos estudantes;
III – inclusão e acessibilidade;
IV – responsabilidade compartilhada;
V – transparência com as famílias.

CAPÍTULO II
DO PLANEJAMENTO

Art. 4º Toda saída de campo deverá ser previamente planejada e formalizada por meio de projeto contendo:
I – objetivos pedagógicos;
II – justificativa;
III – público-alvo;
IV – local, data e horário;
V – roteiro detalhado;
VI – equipe responsável;
VII – estimativa de participantes;
VIII – plano de segurança.

Art. 5ºO projeto deverá ser submetido à direção da unidade escolar para análise e autorização.

Art. 6º Nos casos definidos pela SEMED, será necessária autorização prévia do órgão central.

CAPÍTULO III
DAS AUTORIZAÇÕES

Art. 7ºA participação do estudante está condicionada à entrega de autorização formal assinada pelo responsável legal.

Art. 8ºA unidade escolar deverá manter arquivadas:
I – autorizações dos responsáveis;
II – lista nominal dos participantes;
III – fichas de saúde atualizadas.

CAPÍTULO IV
DA SEGURANÇA

Art. 9º As unidades escolares deverão adotar medidas de segurança, incluindo:
I – proporção adequada entre adultos e estudantes;
II – supervisão permanente;
III – identificação dos estudantes;
IV – kit de primeiros socorros;
V – contatos de emergência atualizados.

Art. 10.O transporte deverá:
I – estar regularizado conforme legislação vigente;
II – possuir condutor habilitado;
III – garantir o uso de cinto de segurança.

CAPÍTULO V
DA INCLUSÃO

Art. 11. Deverá ser assegurada a participação de todos os estudantes, respeitando suas necessidades específicas.

Art. 12.A unidade escolar deverá providenciar adaptações e apoios necessários para estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida.

CAPÍTULO VI
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 13. Compete à SEMED:
I – normatizar e orientar;
II – acompanhar e avaliar as práticas;
III – garantir suporte técnico às unidades escolares.

Art. 14. Compete à direção escolar:
I – autorizar e supervisionar;
II – garantir o cumprimento desta Instrução Normativa;
III – organizar a documentação.

Art. 15. Compete aos professores:
I – planejar e executar a atividade;
II – zelar pela segurança dos estudantes;
III – registrar e avaliar a ação pedagógica.

CAPÍTULO VII
DA EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Art. 16. Durante a atividade, deverá ser garantida:
I – organização dos estudantes em grupos;
II – contagem periódica;
III – cumprimento do roteiro;
IV – atenção às condições de segurança.

CAPÍTULO VIII
DA AVALIAÇÃO

Art. 17. Após a realização da saída de campo, deverá ser elaborado relatório contendo:
I – descrição da atividade;
II – avaliação pedagógica;
III – registro de ocorrências;
IV – sugestões de melhoria.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

Art. 19. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Antonina, 31 de julho de 2026.

SIMONE MEDINA VICENÇO CHAVES
Secretária Municipal de Educação e Esportes Decreto 005/2025

ANEXO II – FICHA DE SAÚDE DO ALUNO
FICHA DE SAÚDE DO ALUNO – SAÍDA DE CAMPO
1. Dados de Identificação

• Nome Completo: _____
• Data de Nascimento://_____
• Turma/Ano: _____
• Nome do Responsável: _____
• Telefones de Contato: _____

2. Informações Clínicas do Estudante

• Tipo Sanguíneo (Se houver registro): _____
• Possui alergias medicamentosas ou alimentares? Não Sim → Quais? _____
• Possui diagnóstico de doença crônica? Não Sim → Qual? _____
• Necessita de uso contínuo de medicação em horário escolar? Não Sim

• Nome do Medicamento: __ _____
• Horário e Dosagem Recomendada: _____

• Possui alguma restrição alimentar severa? Não Sim → _____
• Possui deficiência ou necessidade educacional/física específica? Não Sim → _____

3. Plano de Ação em Emergência

• Unidade de Saúde do Sistema Público de Referência: _____

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras e estou ciente da sua utilização sigilosa para garantir a segurança integral do estudante.
Antonina - PR, ____ de _____ de 2026.

ANEXO III – CHECKLIST DE SAÍDA DE CAMPO
CONTROLE ADMINISTRATIVO DE SAÍDA PEDAGÓGICA
1. Providências Prévias (Antes da Saída):

• Projeto pedagógico formalizado e alinhado ao PPP;
• Autorização expressa emitida pela Direção;
• Autorização protocolada junto à SEMED (caso exigido);
• Totalidade das autorizações assinadas pelos pais recolhida;
• Lista nominal de passageiros atualizada;
• Fichas de saúde individuais arquivadas com a coordenação;
• Definição nominal da equipe de monitoria responsável;
• Proporção regulamentar entre adultos e alunos verificada;
• Transporte coletivo devidamente contratado e regularizado;
• Roteiro de trânsito e permanência previamente definido;
• Contatos de emergência consolidados;
• Kit básico de primeiros socorros providenciado;
• Dispositivos de identificação dos alunos prontos (crachá/pulseira);
• Orientações prévias de conduta social realizadas com os estudantes.
•

2. Providências Operacionais (No Dia da Saída):

• Conferência minuciosa de presença inicial;
• Checagem final de documentação dos monitores;
• Revisão dos protocolos básicos de segurança com o grupo;
• Divisão física da turma em subgrupos supervisionados;
• Conferência das condições visíveis e documentais do transporte.
•

3. Monitoramento em Trânsito (Durante a Atividade):

• Contagem periódica e frequente do número de estudantes;
• Supervisão visual constante e permanente;
• Cumprimento rigoroso do roteiro aprovado;
• Atenção contínua às variáveis ambientais e de segurança.
•

4. Procedimentos de Retorno e Fechamento:

• Conferência final de embarque de retorno;
• Registro oficial de chegada na unidade escolar;
• Comunicação de encerramento enviada aos responsáveis;
• Relatório institucional de saída elaborado;
• Registro e avaliação pedagógica em diário de classe.

Responsável pelo Controle: _____ Data://2026.

ANEXO IV – MODELO DE RELATÓRIO DE SAÍDA DE CAMPO
RELATÓRIO INSTITUCIONAL DE AVALIAÇÃO EXTRAMUROS
1. Identificação Geral
Escola de Origem: _____
Professor(a) Coordenador(a): _____
Ano Letivo / Turma: _____
Data da Execução://2026 Local Visitado: _____
2. Objetivos Pedagógicos Alcançados:
3. Descrição Sintética das Atividades Realizadas:
4. Avaliação Comportamental e Participativa dos Alunos:
Excelente
Boa
Regular
Insatisfatória
Observações Relevantes: _____
5. Aspectos Positivos Destacados:
6. Dificuldades Operacionais ou Pedagógicas Encontradas:
7. Registro de Ocorrências Administrativas ou Médicas (Se houver):
8. Sugestões de Melhorias para Próximas Atividades Extramuros:

Antonina - PR, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do(a) Professor(a)

Assinatura da Direção Escolar

ANEXO V – DIRETRIZES TÉCNICAS E PROTOCOLOS DE CONDUTA
1. Tipologia de Atividades Extramuros:
I – Aula-passeio: atividades de curta duração localizadas no perímetro urbano;
II – Visitas técnicas ou de fruição cultural orientadas;
III – Estudos do meio: incursões de caráter científico e de pesquisa de campo;
IV – Participação ativa em eventos, mostras e congressos educativos.
2. Proporções Mínimas de Monitoria Adulto/Aluno:
I – Educação Infantil: proporção recomendada de 1 (um) adulto para cada 5 a 8 crianças;
II – Anos Iniciais (1º ao 5º ano): proporção de 1 (um) adulto para cada 10 a 15 estudantes;
III – Anos Finais (6º ao 9º ano): proporção de 1 (um) adulto para cada 15 a 20 estudantes.
3. Condutas Obrigatórias de Planejamento Pedagógico Docente:
I – Definição nítida dos alinhamentos curriculares prévios;
II – Elaboração estruturada de atividades preparatórias e de avaliação posterior;
III – Conferência prévia das restrições de saúde coletadas nas fichas oficiais;
IV – Execução de contagens numéricas repetidas no embarque, trânsito e desembarque;
V – Acionamento imediato das redes de socorro público local (SAMU/Bombeiros) e comunicação à SEMED em qualquer caso de intercorrência ou acidente fortuito.

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:FE7D4DB1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 006/2026 - SEMED

Instrução Normativa nº 006/2026

Secretaria Municipal de Educação e Esportes – SEMED

Dispõe sobre os procedimentos para atendimento às solicitações de documentos institucionais e registros imagéticos pelas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, estabelece responsabilidades, prazos e fluxos de envio e dá outras providências.

ASECRETÁRIA MUNICIPAL DE ÉDUCAÇÃO E ESPORTES, no uso de suas atribuições legais e administrativas, e

CONSIDERANDO:
- A Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece a organização da educação nacional e define responsabilidades das instituições de ensino quanto à documentação e gestão pedagógica;
- A Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que dispõe sobre a proteção integral da criança e do adolescente, incluindo a preservação da imagem e dignidade dos estudantes;
- Os princípios da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especialmente os princípios da legalidade, publicidade, eficiência e transparência da administração pública;
- A Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que reforça a necessidade de organização e transparência na gestão pública;
- A necessidade de sistematização das informações educacionais, monitoramento das ações pedagógicas e registro institucional das atividades desenvolvidas nas unidades escolares da rede municipal;
- A importância dos registros documentais e imagéticos como instrumentos de acompanhamento pedagógico, memória institucional e divulgação das boas práticas educacionais;

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1ºInstituir normas e procedimentos para o envio de documentos institucionais, relatórios pedagógicos e registros imagéticos pelas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino à Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

Art. 2ºEsta Instrução Normativa aplica-se a:
I – diretores escolares;
II – pedagogos;
III – equipes administrativas das unidades escolares;
IV – servidores responsáveis pela organização de documentos institucionais.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 3ºA presente Instrução Normativa tem como objetivos:
I – padronizar o fluxo de envio de documentos e registros institucionais;
II – garantir a organização e sistematização das informações educacionais da rede municipal;
III – fortalecer o acompanhamento técnico e pedagógico das unidades escolares;
IV – registrar e valorizar as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas;
V – subsidiar relatórios institucionais, diagnósticos educacionais e prestação de contas da Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CAPÍTULO III
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 4ºCompete à Secretaria Municipal de Educação e Esportes:
I – encaminhar solicitações de documentos e registros às unidades escolares;
II – estabelecer prazos para envio das informações;
III – orientar as unidades escolares quanto à organização e envio dos documentos;
IV – organizar e arquivar os registros recebidos;
V – utilizar as informações para fins de monitoramento, planejamento educacional e comunicação institucional.

Art. 5ºCompete ao Diretor da Unidade Escolar:
I – garantir o atendimento às solicitações encaminhadas pela Secretaria;
II – coordenar a organização dos documentos e registros solicitados;
III – validar e conferir as informações encaminhadas;
IV – assegurar o cumprimento dos prazos estabelecidos;
V – manter arquivados os documentos enviados à Secretaria.

Art. 6ºCompete ao Pedagogo da Unidade Escolar:
I – organizar registros pedagógicos das atividades escolares;
II – colaborar na elaboração de relatórios institucionais;
III – auxiliar na produção e seleção dos registros imagéticos;
IV – acompanhar o desenvolvimento das ações pedagógicas.

CAPÍTULO IV
DOS REGISTROS IMAGÉTICOS

Art. 7ºOs registros imagéticos enviados pelas unidades escolares deverão:
I – estar relacionados a atividades pedagógicas, projetos institucionais ou ações escolar;
II – apresentar qualidade adequada para identificação das atividades;
III – respeitar os princípios éticos e legais referentes à imagem de crianças e adolescentes;
IV – ser acompanhados de identificação da atividade, data, local e autoria do registro.

Art. 8ºPara fins de organização institucional, cada registro imagético deverá conter:
I – nome da escola;
II – data da atividade;
III – descrição da atividade pedagógica;
IV – nome do responsável pela fotografia (autor da imagem);
V – nome do projeto ou ação pedagógica registrada.

CAPÍTULO V
DOS PRAZOS E FLUXO DE ENVIO

Art. 9ºO fluxo institucional de envio das informações obedecerá sequencialmente às seguintes etapas:
I – solicitação: envio de comunicado ou ofício pela Secretaria às unidades escolares;
II – organização: reunião dos documentos e registros pela Direção e Pedagogia da unidade; III – validação: conferência final das informações pela Direção escolar;
IV – envio: encaminhamento pela Unidade Escolar por meio dos canais institucionais;
V – registro: arquivamento institucional realizado pela Secretaria.

Art. 10.Os prazos de envio pelas unidades escolares seguirão, preferencialmente, os seguintes parâmetros:
I – projetos pedagógicos: até 7 (sete) dias úteis;
II – relatórios institucionais: até 7 (sete) dias úteis;
III – registros fotográficos: até 3 (três) dias úteis;
IV – demandas emergenciais: conforme prazo especificamente estabelecido no ato da solicitação.

CAPÍTULO VI
DO NÃO CUMPRIMENTO DAS SOLICITAÇÕES

Art. 11.O não atendimento às solicitações poderá comprometer:
I – o monitoramento das ações educacionais da rede;

II – a organização administrativa da Secretaria;
III – a elaboração de relatórios institucionais.

Art. 12.Em caso de impossibilidade de envio dentro do prazo estabelecido, a unidade escolar deverá informar previamente a Secretaria, apresentando a devida justificativa.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13.A Secretaria poderá solicitar complementação de informações ou novos registros sempre que necessário.

Art. 14.Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

Art. 15.Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Antonina, 31 de julho de 2026.

SIMONE MEDINA VICENÇO CHAVES
Secretária Municipal de Educação e Esportes
Decreto 005/2025

ANEXO I
MODELO DE OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DE REGISTROS
OFÍCIO Nº ____ / SEMED / 2026
Antonina - PR, ____ de _____ de 2026.
À Direção da Escola Municipal _____
A Secretaria Municipal de Educação e Esportes solicita o encaminhamento dos seguintes documentos e registros referentes às atividades pedagógicas desenvolvidas nesta unidade escolar:
I – projeto pedagógico / relatório institucional;
II – registros fotográficos das atividades;
III – cronograma de utilização dos espaços pedagógicos.
Solicitamos que os referidos documentos sejam encaminhados a esta Secretaria impreterivelmente até o dia / /2026.
Atenciosamente,
Secretária Municipal de Educação e Esportes

ANEXO II
MODELO DE IDENTIFICAÇÃO DE REGISTRO FOTOGRÁFICO

- **Unidade Escolar:**
- **Data da Atividade:**
- **Nome da Atividade:**
- **Descrição da Atividade:**
- **Autor(a) da Imagem (Fotógrafo):**
- **Cargo do Responsável:**
- **Quantidade de Fotos Enviadas:**

ANEXO III
CHECKLIST PADRÃO PARA DIRETORES
Antes do envio definitivo à Secretaria, a Direção Escolar deverá verificar:

- Documentos solicitados estão completos;
- Informações institucionais estão corretas;
- Registros fotográficos estão devidamente identificados;
- Autoria dos registros devidamente identificada;
- Arquivos digitais organizados e nomeados;
- Prazo regulamentar de envio respeitado;
- Cópia integral arquivada na unidade escolar.

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:C0D73B0E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00005, DE 31 DE JULHO DE 2026

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - BALSA NOVA - PR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00005, de 31 de Julho de 2026.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**
VALDEMIR BULOW DE MORAES	40X.XXX.XX9-00	7443 /00024/2026
VALDEMIR BULOW DE MORAES	40X.XXX.XX9-00	7443 /00025/2026
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: LUCIANO JOSE DE SOUZA Matrícula: 00054189 Cargo: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO / 6202 Assinatura:		

Data de afixação: 31/07/2026
Data de desafixação: 15/08/2026

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:7876D9F6

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 527/2026

PORTARIA Nº 527/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento nas Leis Municipais 661/2012 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 Contratação, da **CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025**, instrumentalizado no **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 1211/2025**, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS:

RESOLVE

Art. 1º Nomear **VALÉRIA LETÍCIA BARRETO DA SILVA**, CPF nº 118.XXX.XXX-38 para o cargo de "**PEDAGOGO**", lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – ESCOLA MUNICIPAL DRª ZILDA ARNS NEUMANN** para cumprir a jornada de trabalho de 40 horas/semanais nos termos da Lei Municipal Nº 661/2012 e sob regime jurídico de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público regulamentado pela Lei Municipal 879/2015, instrumentalizado nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 1211/2025.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com produção de efeitos de 03/08/2026 a 02/08/2027.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 31 de julho de 2026.

Assinatura Eletrônica
CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:0C84A354

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 528/2026

PORTARIA Nº 528/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento nas Leis Municipais 624/2011 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 Contratação, da **CHAMADA PÚBLICA Nº 009/2025**, instrumentalizado no **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 19495/2025**, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS:
RESOLVE

Art. 1º Nomear **RAFAEL AMORIM DE SOUSA**, CPF nº 465.XXX.XXX-54 para o cargo de "**ENGENHEIRO CIVIL**", lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE** para cumprir a jornada de trabalho de 40 horas/semanais nos termos da Lei Municipal Nº 624/2011 e sob regime jurídico de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público regulamentado pela Lei Municipal 879/2015, instrumentalizado nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 19495/2025.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com produção de efeitos de 03/08/2026 a 02/08/2027.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 31 de julho de 2026.

Assinatura Eletrônica
CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:8B012C10

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 529/2026

PORTARIA Nº 529/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento nas Leis Municipais 624/2011 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 Contratação, da **CHAMADA PÚBLICA Nº 008/2025**, instrumentalizado no **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 16036/2025**, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **LUEYNI DAIANE TIXILISKI**, CPF: 092.XXX.XXX-26 para o cargo de "**ENFERMEIRO**", lotada na "**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – CENTRO MÉDICO BOM JESUS**", para cumprir a jornada de trabalho de 40 horas/semanais nos termos da Lei Municipal Nº 624/2011 e sob regime jurídico de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público regulamentado pela Lei Municipal 879/2015, instrumentalizado nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 16036/2025.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, assegurando seus efeitos de **03/08/2026 a 02/08/2027**.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 31 de julho de 2026.

Assinatura Eletrônica
CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:813C2AAE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 530/2026

PORTARIA Nº 530/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento nas Leis Municipais 624/2011 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 Contratação, da **CHAMADA PÚBLICA Nº 008/2025**, instrumentalizado no **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 16036/2025**, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **MARIZA DA SILVA**, CPF: 074.XXX.XXX-64 para o cargo de "**ENFERMEIRO**", lotada na "**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – UBS JOSÉ RICHA**", para cumprir a jornada de trabalho de 40 horas/semanais nos termos da Lei Municipal Nº 624/2011 e sob regime jurídico de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público regulamentado pela Lei Municipal 879/2015, instrumentalizado nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 16036/2025.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, assegurando seus efeitos de **03/08/2026 a 02/08/2027**.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 31 de julho de 2026.

Assinatura Eletrônica
CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:A26AE3AB

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 531/2026

PORTARIA Nº 531/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento nas Leis Municipais 624/2011 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 Contratação, da **CHAMADA PÚBLICA Nº 008/2026**, instrumentalizado no **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 11619/2026**, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear **ELIANE DO ROCIO VECEOSKI CAMILO**, CPF: 967.XXX.XXX-00 para o cargo de "**TÉCNICO EM ENFERMAGEM**", lotada na "**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – CENTRO MÉDICO BOM JESUS**", para cumprir a jornada de trabalho de 40 horas/semanais nos termos da Lei Municipal Nº 624/2011 e sob regime jurídico de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público regulamentado pela Lei Municipal 879/2015, instrumentalizado nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 11619/2026.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, assegurando seus efeitos de **03/08/2026 a 02/08/2027**.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 31 de julho de 2026.

Assinatura Eletrônica
CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:238F4A7D

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 533/2026

PORTARIA Nº 533/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento nas Leis Municipais 624/2011 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 Contratação, da **CHAMADA PÚBLICA Nº 008/2026**, instrumentalizado no **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 11619/2026**, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **JOÃO MARIA STOCO JÚNIOR**, CPF: 008.XXX.XXX-33 para o cargo de "**TÉCNICO EM ENFERMAGEM**", lotado na "**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – CENTRO MÉDICO BOM JESUS**", para cumprir a jornada de trabalho de 40 horas/semanais nos termos da Lei Municipal Nº 624/2011 e sob regime jurídico de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público regulamentado pela Lei Municipal 879/2015, instrumentalizado nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 11619/2026.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, assegurando seus efeitos de **03/08/2026 a 02/08/2027**.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 31 de julho de 2026.

Assinatura Eletrônica
CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:64286BF5

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 534/2026

PORTARIA Nº 534/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento nas Leis Municipais 624/2011 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 Contratação, da **CHAMADA PÚBLICA Nº 008/2026**, instrumentalizado no **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 11619/2026**, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **LUIS AURÉLIO DE JESUS ESTEVÃO BARBOSA**, CPF: 029.XXX.XXX-66 para o cargo de "**TÉCNICO EM ENFERMAGEM**", lotado na "**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – CENTRO MÉDICO BOM JESUS**", para cumprir a jornada de trabalho de 40 horas/semanais nos termos da Lei Municipal Nº 624/2011 e sob regime jurídico de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público regulamentado pela Lei Municipal 879/2015, instrumentalizado nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 11619/2026.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, assegurando seus efeitos de **03/08/2026 a 02/08/2027**.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 31 de julho de 2026.

Assinatura Eletrônica
CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:6BCE7113

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 535/2026

PORTARIA Nº 535/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento nas Leis Municipais 624/2011 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 Contratação, da **CHAMADA PÚBLICA Nº 008/2026**, instrumentalizado no **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 11619/2026**, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **VANESSA FRACARO**, CPF: 006.XXX.XXX-08 para o cargo de "**TÉCNICO EM ENFERMAGEM**", lotada na "**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – CENTRO MÉDICO BOM JESUS**", para cumprir a jornada de trabalho de 40 horas/semanais nos termos da Lei Municipal Nº 624/2011 e sob regime jurídico de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público regulamentado pela Lei Municipal 879/2015, instrumentalizado nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 11619/2026.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, assegurando seus efeitos de **03/08/2026 a 02/08/2027**.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 31 de julho de 2026.

Assinatura Eletrônica
CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:0F05681E

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 536/2026

PORTARIA Nº 536/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento nas Leis Municipais 624/2011 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 Contratação, da **CHAMADA PÚBLICA Nº 008/2026**, instrumentalizado no **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 11619/2026**, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **RONALD DE SOUZA NEPOMUCENO**, CPF: 151.XXX.XXX-79 para o cargo de "**TÉCNICO EM ENFERMAGEM**", lotado na "**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – CENTRO MÉDICO BOM JESUS**", para cumprir a jornada de trabalho de 40 horas/semanais nos termos da Lei Municipal Nº 624/2011 e sob regime jurídico de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público regulamentado pela Lei Municipal 879/2015, instrumentalizado nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 11619/2026.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, assegurando seus efeitos de **03/08/2026 a 02/08/2027**.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 31 de julho de 2026.

Assinatura Eletrônica
CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:4DE7883E

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 537/2026

PORTARIA N. º 537/2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova**,** Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 391/2022, considerando o processo administrativo n° 18756/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica transferida a servidora abaixo relacionada:

Nome	Cargo	Matricula	A partir de
PRISCILA FERNANDES SOARES DOS SANTOS VIEIRA **Origem:** SMECE – Escola Municipal Rural Herculano Schimaleski **Destino:** SMECE – Escola Municipal Irmã Rosalina	PSS - Profissional da Educação Professor – N I PHNM	541955	03/08/2026

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balsa Nova,em 31 de julho de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto nº 113/2023
FABRÍCIO FAGIOLI BUBNIAK
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:CA104556

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 538/2026

PORTARIA Nº 538/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento nas Leis Municipais 624/2011 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 Contratação, da **CHAMADA PÚBLICA Nº 008/2026**, instrumentalizado no **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 11619/2026**, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **SIDNEI PEDRO OPIECO**, CPF: 026.XXX.XXX-76 para o cargo de "**TÉCNICO EM ENFERMAGEM**", lotado na "**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – CENTRO MÉDICO BOM JESUS**", para cumprir a jornada de trabalho de 40 horas/semanais nos termos da Lei Municipal Nº 624/2011 e sob regime jurídico de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público regulamentado pela Lei Municipal 879/2015, instrumentalizado nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 11619/2026.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, assegurando seus efeitos de **03/08/2026 a 02/08/2027**.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 31 de julho de 2026.

Assinatura Eletrônica
CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:CE38E7D1

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 539/2026

PORTARIA N. º 539/2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova**,** Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 391/2022, considerando o processo administrativo n° 17667/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica transferida a servidora abaixo relacionada:

Nome	Cargo	Matricula	A partir de
VIVIANE MILLIORIN **Origem:** SMECE – Departamento Administrativo **Destino:** SMS – Secretaria Municipal de Saúde	Nutricionista	42471	03/08/2026

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balsa Nova,em 31 de julho de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto nº 113/2023
FABRÍCIO FAGIOLI BUBNIAK
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:DD47676C

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 540/2026

PORTARIA Nº 540/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento nas Leis Municipais 624/2011 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 Contratação, da **CHAMADA PÚBLICA Nº 008/2026**, instrumentalizado no **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 11619/2026**, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **EVELINE ALVARENGA PEREIRA**, CPF: 873.XXX.XXX-49 para o cargo de "**TÉCNICO EM ENFERMAGEM**", lotada na "**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – UBS ELIZABETH NASCIMENTO**", para cumprir a jornada de trabalho de 40 horas/semanais nos termos da Lei Municipal Nº 624/2011 e sob regime jurídico de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público regulamentado pela Lei Municipal 879/2015, instrumentalizado nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 11619/2026.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, assegurando seus efeitos de **03/08/2026 a 02/08/2027**.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 31 de julho de 2026.

Assinatura Eletrônica
CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:74E29DD4

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 541/2026

PORTARIA Nº 541/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento nas Leis Municipais 624/2011 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 Contratação, da **CHAMADA PÚBLICA Nº 008/2026**, instrumentalizado no **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 11619/2026**, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **ROSALINA DE FÁTIMA BARBOSA**, CPF: 363.XXX.XXX-68 para o cargo de "**TÉCNICO EM ENFERMAGEM**", lotada na "**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – CENTRO MÉDICO BOM JESUS**", para cumprir a jornada de trabalho de 40 horas/semanais nos termos da Lei Municipal Nº 624/2011 e sob regime jurídico de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público regulamentado pela Lei Municipal 879/2015, instrumentalizado nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 11619/2026.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, assegurando seus efeitos de **03/08/2026 a 02/08/2027**.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 31 de julho de 2026.

Assinatura Eletrônica
CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:42E30F70

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 542/2026

PORTARIA N.º 542/2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 391/2022, e considerando o Processo Administrativo n.º 17863/2026,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder adicional de insalubridade de 20% a servidora **LUEYNI DAIANE TIXILISKI,** registrada na matrícula n.º 542204, ocupante do cargo "PSS - ENFERMEIRO", lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 03.08.2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 31 de julho de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto Nº 113/2023
FABRÍCIO FAGIOLI BUBNIAK
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:64F9DF4E

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 543/2026

PORTARIA N.º 543/2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 391/2022, e considerando o Processo Administrativo n.º 17862/2026,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder adicional de insalubridade de 20% a servidora **MARIZA DA SILVA,** registrada na matrícula n.º 542205, ocupante do cargo "PSS - ENFERMEIRO", lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 03.08.2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 31 de julho de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto Nº 113/2023
FABRÍCIO FAGIOLI BUBNIAK
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:E2397AC4

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 546/2026

PORTARIA Nº 546/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento nas Leis Municipais 856/2015 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 Contratação, da **CHAMADA PÚBLICA Nº 010/2024**, instrumentalizado no **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 24442/2024**, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS:

RESOLVE

Art. 1º Nomear **LISANGELA TURRA DE LARA**, CPF nº 053.XXX.XXX-96 para o cargo de **"TRAB EM EDUCAÇÃO - EDUCADOR**", lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CMEI BRINCANDO E CRIANDO** para cumprir a jornada de trabalho de 40 horas/semanais nos termos da Lei Municipal Nº 856/2015 e sob regime jurídico de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público regulamentado pela Lei Municipal 879/2015, instrumentalizado nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 24442/2024.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com produção de efeitos de **03/08/2026 a 02/08/2027.**

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 31 de julho de 2026.

Assinatura Eletrônica
CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:89C9D255

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 548/2026

PORTARIA Nº 548/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento nas Leis Municipais 661/2012 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 Contratação, da **CHAMADA PÚBLICA Nº 006/2026**, instrumentalizado no **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 5842/2026**, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS;

RESOLVE

Art. 1º Nomear **SADIR POLICARPO DA SILVEIRA**, CPF: 574.XXX.XXX-72 para o cargo de "**CONDUTOR DE VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO**", lotado na "**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR**", para cumprir a jornada de trabalho de 40 horas/semanais nos termos da Lei Municipal Nº 661/2012 e sob regime jurídico de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público regulamentado pela Lei Municipal 879/2015, instrumentalizado nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 5842/2026.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, assegurando seus efeitos a partir de 03/08/2026 a 02/08/2027.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 31 de julho de 2026.

Assinatura Eletrônica
CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:C2649FA9

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 549/2026

PORTARIA Nº 549/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento nas Leis Municipais 624/2011 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 Contratação, da **CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2026**, instrumentalizado no **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 5078/2026**, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS;

RESOLVE

Art. 1º Nomear **JULIANO MOACIR VENCZ**, CPF: 063.XXX.XXX-50 para o cargo de "**OPERADOR DE MÁQUINAS**", lotado na "**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS** ", para cumprir a jornada de trabalho de 40 horas/semanais nos termos da Lei Municipal Nº 624/2011 e sob regime jurídico de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público regulamentado pela Lei Municipal 879/2015, instrumentalizado nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 5078/2026.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, assegurando seus efeitos a partir de 03/08/2026 a 02/08/2027.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 31 de julho de 2026.

Assinatura Eletrônica
CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:1D010855

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 43/2026 POR LOTE MENOR VALOR

PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – SEDIADAS REGIONALMENTE (COMCAM)

O Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, em conformidade com Lei 14133/2021 Art. 75 - II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras e decretos municipal 26/2023, torna público aos interessados que a Administração municipal que realizará **DISPENSA** objetivando obter a proposta mais vantajosa para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURA PARA EVENTOS CONTENDO: BRINQUEDOS INFLÁVEIS, PALCO, SONORIZAÇÃO, SISTEMA DE ILUMINAÇÃO, PAINEL DE LED, SERVIÇO DE ORGANIZAÇÃO, RECEPÇÃO E DECORAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA DO LOCAL DO EVENTO, BEM COMO LOCAÇÃO DE KIT JOGO DE MESA E CADEIRAS MODELO BISTRÔ, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERENCIA. conforme edital.

Limite para Apresentação da Proposta de Preços e habilitação até **DIA 05/08/2026, ÀS 17:00:00 HORAS.**

A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser entregues ao setor de licitação através do E-mail proposta@barbosaferraz.pr.gov.br ou pelo protocolo geral https://barbosaferraz.oxy.elotech.com.br/protocolo/consultaProcesso até a data limite estipulada no edital.

O Edital e seus anexos estão disponíveis no site do Município www.barbosaferraz.pr.gov.br, portal da transparência (https://barbosaferraz.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes) ou obtidos através de solicitação ao e-mail licitacao@barbosaferraz.pr.gov.br Outras informações poderão ser obtidas no setor de licitação da Prefeitura Municipal.

BARBOSA FERRAZ – PR, 31/07/2026

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:665247CE

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 68/2026 - MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR

CONTRATANTE: Município de BARBOSA FERRAZ, Estado do Paraná, com sede à AV. PRESIDENTE KENEDY, 363, inscrito no CGC/MF nº 76.950.062/0001-26, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, senhor Carlos Alves Rosa, inscrito(a) no CPF sob o n.º ***919329**.

CONTRATADA: PARANA EQUIPAMENTOS SA, CNPJ: 76.527.951/0003-47.

PROCESSO LICITATORIO: Inexigibilidade nº 33/2026.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E AUTORIZADA CATERPILLAR PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PEÇAS, LUBRIFICANTES E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO ORIGINAIS, PARA OS EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL.

VALOR: R$ 1.200.000,00 (um milhão, duzentos mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA:24 MESES

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 14.133/21

FORO: Comarca de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná.

Barbosa Ferraz-PR, 29 de Julho de 2026

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:0EBC92C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 266/2026

PORTARIA N° 266/2026
De: 31/07/2026

SÚMULA: "Dispõe sobre a nomeação de Pamela Vitoria Nascimento Monteverde, para assumir cargo em comissão e dá outras providências".

CARLOS ROSA ALVES, Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1° -Nomear em 03 de Agosto de 2026, **PAMELA VITORIA NASCIMENTO MONTEVERDE, portadora do CPF 141.XXX.XXX-36** para exercer o cargo em comissão de **CHEFE DA DIVISAO DE PLANEJAMENTO,** símbolo CC-04, nos termos da Lei Municipal 2.550/2022.

Artigo 2° - Esta portaria entra vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Barbosa Ferraz, 31 de Julho de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Pinheiro da Silva
Código Identificador:946FDAE9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 116/2026, DE 30 DE JULHO DE 2026.

SÚMULA: Designa os membros da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC e nomeia os membros do Conselho Diretor do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 628, de 19 de dezembro de 2017, que institui o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil – SIMPDEC e cria a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 917, de 15 de julho de 2026, que institui o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC e estabelece a composição de seu Conselho Diretor;

RESOLVE:
Art. 1º Designar os seguintes membros para compor a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC:
I – Coordenador Municipal: JOSÉ GIOVANI GOMES
II – Secretária Executiva: SUZANA CLAUDIA DE OLIVEIRA
III – Responsável Técnica: BEATRIZ AYUMI SAKAMOTO
IV – Diretor de Operações: ROBERTO LUIZ GARCIA

Art. 2º Nomear os seguintes representantes para compor o Conselho Diretor do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC, na forma do art. 6º da Lei Municipal nº 917/2026:
Representante do Gabinete do Prefeito: LUIZ FABIANO ZANATTA – Prefeito Municipal;
Representante da COMPDEC: JOSÉ GIOVANI GOMES – Coordenador Municipal da COMPDEC;
Representante da Secretaria Municipal de Saúde: SUSAN CARLA POLIZEL MENEGASSO – Secretária Municipal de Saúde;
Representante da Secretaria Municipal da Mulher, Família e Assistência Social: JOSÉ AMARILDO DE FREITAS AGUIAR – Secretário Municipal;
Representante da Secretaria Municipal de Finanças: GEOVANI NUNES AGUIAR – Secretário Municipal de Finanças;

Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente: MARCOS VINICIUS JULIANO DA SILVA – Secretário Municipal de Meio Ambiente;
Representante da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos: ROBERTO LUIZ GARCIA – Secretário Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos;

Art. 3º A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC e o Conselho Diretor do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC exercerão as atribuições e competências previstas, respectivamente, nas Leis Municipais nº 628, de 19 de dezembro de 2017, e nº 917, de 15 de julho de 2026.

Art. 4º Os membros designados poderão exercer cumulativamente as funções previstas nesta Portaria, desde que não haja incompatibilidade legal ou administrativa.

Art. 5º O exercício das funções de membro da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC e do Conselho Diretor do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC constitui serviço público relevante, não ensejando o pagamento de remuneração adicional.

Art. 6º Os membros permanecerão designados até ulterior deliberação, podendo ser substituídos mediante nova Portaria.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 042/2025, de 24 de janeiro de 2025.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré, 30 de julho de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:3D0BD600

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 164/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 164/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 25/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, PARANÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na cidade de Barra do Jacaré, Paraná, sito à rua Rui Barbosa, N.º 96, CNPJ N.º 76.407.568/0001-93, **CONTRATADA:** A. DONIZETE DA SILVA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob N.º 06.164.562/0001-57, com sede na Av Lisete Coelho Lourenço, n.º 2090, Parque Vicente Leporace I, Franca – SP, CEP: 14407-020.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.

VALOR TOTAL: R$ 10.400,00 (dez mil e quatrocentos reais).

DOTAÇÕES:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	200	02.001.04.122.0002.2002	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	680	03.001.04.122.0004.2006	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1990	05.001.10.301.0006.2017	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2000	05.001.10.301.0006.2017	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3160	06.001.08.241.0007.1003	0	4.4.90.51.00.00	Do Exercício
2026	3450	06.001.08.243.0007.6029	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3600	06.001.08.243.0007.6030	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4050	06.002.08.122.0007.2037	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4770	07.001.20.606.0008.2044	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4990	07.001.20.606.0008.2048	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5400	08.001.15.451.0010.2054	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5430	08.001.15.451.0010.2055	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5450	08.001.15.451.0010.2056	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5780	08.002.15.122.0011.2061	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5970	08.002.15.451.0011.2062	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5990	08.002.17.512.0011.1019	0	4.4.90.51.00.00	Do Exercício
2026	6740	09.001.12.361.0014.2068	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	6750	09.001.12.361.0014.2068	102	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	7270	09.001.12.365.0013.2070	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	7280	09.001.12.365.0013.2070	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	8050	10.001.13.392.0017.2075	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	8420	11.001.27.812.0018.2081	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

FISCAL: Hudson Luiz Calixto França, GESTOR: Roberto Luiz Garcia.

As partes elegem o Foro da Comarca de **Andirá, Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências, que poderão advir da presente Ata de Registro de Preços;

Barra do Jacaré-PR, 29 de Julho de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA	***ANTONIO DONIZETE DA SILVA***
Prefeito Municipal	Representante Contratada

TESTEMUNHAS:

_____	_____
Roberto Luiz Garcia	**Hudson Luiz Calixto França**
Secretário	Diretor

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:342AA21D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 165/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 165/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 25/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, PARANÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na cidade de Barra do Jacaré, Paraná, sito à rua Rui Barbosa, N.º 96, CNPJ N.º 76.407.568/0001-93, **CONTRATADA:** ABREU MARTINS & CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob N.º 03.744.301/0001-18, com sede na Rua Quinze de Setembro, n.º 1294, Bairro Uvaranas, Ponta Grossa – PR, CEP: 84020-050.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.

VALOR TOTAL: R$ 822,00 (oitocentos e vinte e dois reais).

DOTAÇÕES:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	200	02.001.04.122.0002.2002	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	680	03.001.04.122.0004.2006	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1990	05.001.10.301.0006.2017	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2000	05.001.10.301.0006.2017	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3160	06.001.08.241.0007.1003	0	4.4.90.51.00.00	Do Exercício
2026	3450	06.001.08.243.0007.6029	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3600	06.001.08.243.0007.6030	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4050	06.002.08.122.0007.2037	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4770	07.001.20.606.0008.2044	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4990	07.001.20.606.0008.2048	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5400	08.001.15.451.0010.2054	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5430	08.001.15.451.0010.2055	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5450	08.001.15.451.0010.2056	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5780	08.002.15.122.0011.2061	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5970	08.002.15.451.0011.2062	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5990	08.002.17.512.0011.1019	0	4.4.90.51.00.00	Do Exercício
2026	6740	09.001.12.361.0014.2068	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	6750	09.001.12.361.0014.2068	102	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	7270	09.001.12.365.0013.2070	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	7280	09.001.12.365.0013.2070	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	8050	10.001.13.392.0017.2075	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	8420	11.001.27.812.0018.2081	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

FISCAL: Hudson Luiz Calixto França, GESTOR: Roberto Luiz Garcia.

As partes elegem o Foro da Comarca de **Andirá, Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências, que poderão advir da presente Ata de Registro de Preços.

Barra do Jacaré-PR, 29 de Julho de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA	***TARCISIO MARTINS FILHO***
Prefeito Municipal	Representante Contratada

TESTEMUNHAS:

_____	_____
Roberto Luiz Garcia	**Hudson Luiz Calixto França**
Secretário	Diretor

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:433E97A6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2026
LICITAÇÃO POSSUI LOTES EXCLUSIVO A PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP
O Município de Boa Ventura de São Roque, PR, torna público que no dia 17 de agosto de 2026 às 08h00min (horário de Brasília). Na www.bll.org.br realizará licitação na modalidade de Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações e anexos do edital.
REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ESTRUTURAS E MATERIAIS, AQUISIÇÃO DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS À REALIZAÇÃO DA FESTVENTURA E DOS DEMAIS EVENTOS INSTITUCIONAIS, CULTURAIS, ESPORTIVOS, TURÍSTICOS, EDUCACIONAIS E COMEMORATIVOS PROMOVIDOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE – PR
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço (por item/lote).
Valor total R$ 1.551.429,27, Um milhão, quinhentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e vinte e nove reais e vinte e sete centavos.
Entrega das propostas e documentações: até o dia 17 de agosto de 2026 às 08h00min (horário de Brasília
ENDEREÇO: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – Rua Moises Miranda, 422 – Centro – Boa Ventura de São Roque – PR. Através plataforma **www.bll.org.br.**
INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao Pregoeiro Rodrigo Koleska do município de Boa Ventura de São Roque, Paraná – telefone 0800 115 91 91 e 42 92001-8251 ou e-mail licitacao@boaventura.pr.gov.br, a pasta técnica, com o inteiro teor do

edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereço www.boaventura.pr.gov.br ou http://www.bll.org.br.

Boa Ventura de São Roque, 30 de julho de 2026.

RODRIGO KOLESKA
Pregoeiro Oficial
Decreto 34/2025

Publicado por:
Rodrigo Koleska
Código Identificador:8944361C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 277/2026

PORTARIA Nº 277/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:
CONCEDER: A Servidora Jaqueline Reiguel, matricula de nº 418177, nomeada através do Decreto nº 82/2026 para exercer o cargo de provimento efetivo de Professora no Centro de Educação Infantil Maria Alma, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade que serão fluidas a partir de 27 de julho de 2026 até 22 de janeiro de 2027. Conforme Lei nº 832/2015 art. 136. Com plena anuência do servidor.
Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação, com efeito a contar em 27 de julho de 2026.
Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR, 30 de julho de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tanatã Rosendo de Almeida
Código Identificador:7A02693D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 278/2026

PORTARIA Nº 278/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER: A Servidora Maria Helena Sass Pincheski, matricula nº 376-1 nomeada através da portaria nº 773/2004 para exercer o Cargo Efetivo de Auxiliar Administrativo, 15 (quinze) dias de férias, referentes ao período aquisitivo compreendido entre 01 de dezembro de 2024 a 30 de novembro de 2025, a serem usufruídas no período de 03 de agosto de 2026 até o dia 17 de agosto de 2026, devendo retornar ao exercício de suas funções em 18 de agosto de 2026. Conforme Lei 832/15 art. 101. Com plena anuência da servidora.
Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR, 30 de julho de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tanatã Rosendo de Almeida
Código Identificador:21BE092D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 279/2026

PORTARIA Nº 279/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER: A Senhora Elaine Correia, Matricula de Nº 418028, nomeado através do Decreto 56/2025 Comissão de Chefe de Seção de Atividades Educacionais, 10 (dez) dias de férias relativas ao período 28/01/2025 a 17/01/2026 que serão fruídos nos períodos de 03/08/2026 a 13/08/2026 com retorno ao trabalho dia 14/08/2026. Conforme Lei 832/2015 art. 101. Com plena anuência do servidor.

Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 31 de julho de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:54282E86

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 280/2026

PORTARIA Nº 280/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER: Servidora Rosana Dalzotto Gasparetto, matricula de nº 295-1 nomeada através da Portaria nº 069/2001 para exercer o Cargo de Serviços Gerais e Reenquadrada pela Portaria 003/2007 para exercer o mesmo Cargo de Serviços Gerais, 90 (noventa) dias de remanejamento em caráter temporário enquanto perdurarem as recomendações médicas, para desempenhar atividades de natureza administrativa, compatíveis com suas condições de saúde.
Fica estabelecido que esse remanejamento de função não implique em readaptação funcional, tratando-se de medida provisória adotada com base em orientação médica, até a conclusão do tratamento da servidora, conforme laudo da Junta Médica, subscrito pelos médicos Dr. Waldemar Geteski Junior, CRM nº 24.120, Dr. Samuel Staciak da Silva, CRM nº 62.512, e Dr. Murilo Galhart Pacheco, CRM nº 58.264.
Essa portaria trata-se de um remanejamento, a mesma não interfere na redução da carga horária, tampouco em sua remuneração os quais serão mantidos nos patamares do seu cargo de Serviços Gerais.
Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação, com efeito a contar em 22 de julho de 2026.
Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR, 30 de julho de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tanatã Rosendo de Almeida
Código Identificador:ACE342D1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 168/2026

PORTARIA Nº 168/2026

DATA: 29/07/2026

Súmula: Determina a instauração de Procedimento Administrativo de Auditoria para apuração de fatos constantes de requisição do Ministério Público do Estado do Paraná e designa o Sistema de Controle Interno para sua condução, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA**, Estado do Paraná, **EDUARDO JOSÉ HENRICHS**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência previstos no artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a competência do Município para exercer o controle da legalidade dos atos administrativos e zelar pela correta aplicação dos recursos públicos;

CONSIDERANDO a requisição expedida pelo Ministério Público do Estado do Paraná, por intermédio da Promotoria de Justiça da Comarca de Capitão Leônidas Marques, nos autos da Notícia de Fato nº MPPR-0028.26.000449-5, posteriormente aditada com a juntada da Notícia de Fato nº MPPR-0028.26.000476-8, determinando a instauração de procedimento de auditoria/inspeção para verificação do efetivo cumprimento da jornada de trabalho de servidores públicos municipais, mediante análise documental e confronto entre registros funcionais, folhas de frequência e horários das sessões da Câmara Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de apuração técnica, objetiva e imparcial dos fatos, resguardando-se o devido processo legal, a ampla defesa, o contraditório e a presunção de legitimidade dos atos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instaurado **Procedimento Administrativo de Auditoria**, destinado à apuração dos fatos constantes da requisição expedida pelo Ministério Público do Estado do Paraná nos autos da Notícia de Fato nº MPPR-0028.26.000449-5, relativamente ao eventual descumprimento da jornada de trabalho por servidores públicos municipais, bem como demais fatos correlatos descritos na requisição ministerial.
Art. 2º A condução do Procedimento Administrativo de Auditoria ficará sob a responsabilidade do **Sistema de Controle Interno do Município**, ao qual competirá:

I – requisitar documentos, informações e esclarecimentos aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal e, quando necessário, a outros órgãos públicos;
II – promover as diligências necessárias à adequada instrução do procedimento;
III – realizar o confronto entre registros de frequência, folhas de ponto, documentos funcionais, atas e listas de presença das sessões da Câmara Municipal, bem como quaisquer outros documentos pertinentes;
IV – solicitar manifestações e esclarecimentos dos servidores envolvidos, caso necessário ao esclarecimento dos fatos;
V – elaborar Relatório Técnico circunstanciado, contendo a descrição das diligências realizadas, a análise dos documentos examinados, as conclusões obtidas e, se for o caso, recomendações de providências administrativas.

Art. 3º Todos os órgãos da Administração Municipal deverão prestar integral colaboração ao Sistema de Controle Interno, fornecendo, no prazo assinalado, os documentos, informações e esclarecimentos necessários ao regular desenvolvimento dos trabalhos.

Art. 4º O Relatório Técnico conclusivo deverá ser encaminhado ao Gabinete do Prefeito para ciência e adoção das providências cabíveis, bem como à Promotoria de Justiça da Comarca de Capitão Leônidas Marques, em atendimento à requisição ministerial.

Art. 5º O prazo para conclusão dos trabalhos será de **30 (trinta) dias**, contado da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado, mediante justificativa fundamentada do Sistema de Controle Interno, caso a complexidade das diligências assim o exija.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida/PR, 28 de julho de 2026.

EDUARDO JOSE HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marilucia de Campos
Código Identificador:367A46FE

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 204 2026

DECRETO nº 204/2026
Data: 31/07/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a exoneração, a pedido de servidores municipais temporários, ocupantes dos cargos de Motorista de Transporte Sanitário e Motorista de Caminhão, ambos Temporários e, dá outras providências.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – Pr, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o requerimento protocolado na Divisão de Recursos Humanos na data de 30 de julho de 2026,

CONSIDERANDO o requerimento protocolado na Divisão de Recursos Humanos na data de 31 de julho de 2026;

DECRETA

Art. 1º - Ficam exonerados, a pedido, os servidores municipais temporários, conforme abaixo relacionados:

	Nome	CPF	Cargo	Exoneração
	Elemar Luis Rodrigues Borges	018.688.360-96	Motorista De Caminhão	02/08/2026
	Jorge Da Silva	717.875.429-04	Motorista De Transporte Sanitário	02/08/2026

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 31 de julho de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:6D379AB1

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 205 2026

DECRETO nº 205/2026
Data: 31/07/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a exoneração de servidora municipal ocupante do Cargo Exclusivo em Comissão e dá outras providências.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – Pr, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada, a partir da data de 02 de agosto de 2026, a servidora municipal ocupante de cargo exclusivo em comissão de "CHEFE COORDENADOR DA CASA LAR" a sra. **MARLI DE FATIMA POLTRONIERI,** portador do CPF nº 028.834.629-76.
Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 31 de julho de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:058B5D04

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA, inscrita no CNPJ n° 78.121.985/0001-09 e **ELEMAR LUIS RODRIGUES BORGES,** brasileiro, maior, casado, portador do CPF nº. 018.688.360-96, residente e domiciliado na Rua Tupinimó, nº 555, centro - Boa Vista da Aparecida – Paraná, firmado em 05/06/2025 e dando-se por terminado em 02/08/2026, o referido contrato, nada mais tendo a reclamar um do outro, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

Boa Vista da Aparecida, 31 de julho de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal
Contratante

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA, inscrita no CNPJ n° 78.121.985/0001-09 e **JORGE DA SILVA,** brasileiro, maior, casado, portador do CPF nº. 717.875.429-04, residente e domiciliado na Linha Fátima, distrito da Flor da Serra, s/nº, rural, Boa Vista da Aparecida – Paraná, firmado em 13/05/2025 e dando-se por terminado em 02/08/2026, o referido contrato, nada mais tendo a reclamar um do outro, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

Boa Vista da Aparecida, 30 de julho de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:2D55A0DC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 703/2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS VINCULADOS AUTORIZADO PELO ART 5º DA LEI MUNICIPAL Nº 1044 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025 (LOA 2026)

DECRETO 703/2026

SÚMULA: Autoriza abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o corrente exercício e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pelo **Artigo 42 da Lei nº. 4320, de 17 de março de 1964 e pelo Art. 5º da Lei Municipal nº. 1044/2025 de 22 de dezembro de 2025 (LOA-2026),**

DECRETA:

Art. 1º – Fica o executivo municipal autorizado a abrir ao orçamento geral do Município para o corrente exercício, o **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO** no valor de **R$ 88.404,46 (Oitenta e oito mil, quatrocentos e quatro reais e quarenta e seis centavos)** com a seguinte especificação:

	11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
F33330	11.006.10.301.0013.2.020 – Atenção Básica – Recursos Próprios		
956	4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente	R$	88.404,46

TOTAL	**R$**	**88.404,46**

Art. 2º – Fica alterada a programação financeira de desembolsos com a inclusão dos valores acima para fins de execução orçamentária.
Art. 3º – Alteram-se os valores das ações e programas conforme artigos 1º e 2º no Anexo III da Lei Municipal nº 1042/2025 de 22/12/2025 (PPA 2026-2029), adicionando-se os valores do artigo 1º no exercício de 2026 em seus respectivos programas.
Art. 4º – Alteram-se os valores das ações e programas conforme artigos 1º e 2º nos Anexos V e VI da Lei Municipal nº 1043/2025 de 22/12/2025 (LDO 2026), incluindo-se os valores do artigo 1º em seus respectivos programas.
Art. 5º – Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de sua edição.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul – Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis (16/06/2026).

JOÃO DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:2C11F3CD

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOGAÇÃO - PREGÃO Nº 45/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Bocaiúva do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 e alterações posteriores, nos termos do Parecer da Procuradoria Geral deste Município e dos trabalhos conclusivos da Comissão Permanente de Licitação, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação nº:	45/2026
Modalidade nº:	Pregão
Data Homologação:	31/07/2026
Objeto da Licitação:	Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na elaboração, organização e execução de eventos de pequeno e médio porte, destinados a atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação, incluindo formaturas, eventos pedagógicos e comemorações institucionais.

Fornecedores com itens Homologados:

1) REALIZA EVENTOS EIRELI - ME inscrito no CNPJ/CPF Nº 26.407.827/0001-08 no valor total dos itens vencidos de R$ 334.700,00 (trezentos e trinta e quatro mil e setecentos reais).

Bocaiúva do Sul, 31 de julho de 2026.

CESAR MANUEL ESPINDOLA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:0ED8C123

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 1483/2026

Súmula: Institui e nomeia o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, e da outras providências.

HELIO JOSÉ SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, usando suas atribuições que lhe são conferidas, e considerando o disposto na Lei n° 726/16 de 25 de agosto de 2016,

RESOLVE:
Art.1°- Instituir o Comitê Municipal com a finalidade de coordenar, articular, acompanhar e fomentar políticas públicas e ações municipais destinadas à promoção e proteção dos direitos, da dignidade e do bem-estar da população idosa, de seus familiares e seus cuidadores, no âmbito do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, instituído pela Lei Estadual nº 22.189, de 13 de novembro de 2024.

Art. 2º Compete ao Comitê Municipal:
I- Promover a articulação e a integração de programas, projetos, ações, serviços e benefícios municipais destinados à pessoa idosa;
II- Utilizar os instrumentos normativos indicados pelo Comitê Gestor Estadual do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa para o planejamento, execução e monitoramento do Programa e criar instrumentos complementares quando couber;
III - Acompanhar a implantação, implementação, monitoramento e avaliação de projetos vinculados ao Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa;
IV- Acompanhar a implantação, implementação, monitoramento e avaliação do Cadastro Estadual da Rede de Atenção à Pessoa Idosa – CERAPI e do Cadastro de Cuidadores do Paraná;
V- Promover ações que concorram para a construção de uma cultura da intersetorialidade e da complementaridade das ações voltadas à proteção, promoção e participação destinadas à população idosa;
VI- Contribuir para a efetivação de políticas públicas, programas, ações e serviços destinados à população idosa, com foco no envelhecimento ativo e saudável assegurando atenção integral à pessoa;
VII- Acompanhar e apresentar ao Comitê Gestor Estadual do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa a construção de diagnóstico local, Plano de Ação, monitoramento de sua execução, e demais instrumentos de adesão que venham a ser solicitados pelo Estado;
VIII- Participar de capacitações, reuniões e outros eventos presenciais ou remotos promovidos pelo Comitê Gestor Estadual do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa e observar as orientações e diretrizes expedidas.

Art. 3º O Comitê Municipal será coordenado pela Secretaria da Família, Desenvolvimento Social e Habitação, que proverá apoio técnico e administrativo para seu funcionamento.

Art. 4º Os órgãos e entidades da Administração Pública municipal que integram o Comitê Municipal comprometem-se a:
I- Identificar as possibilidades, em suas áreas de atuação, de ações e investimentos voltados a fortalecer o envelhecimento ativo e saudável da população como oportunidade para o desenvolvimento econômico e social;
II– Apresentar os programas, serviços e investimentos previstos em seus planos estratégicos e orçamentários que envolvam ou impactem, direta ou indiretamente, as pessoas idosas;
III– Informar a criação, aprimoramento ou alteração de iniciativas sob sua responsabilidade que envolvam ou impactem, direta ou indiretamente, as pessoas idosas.

Art. 5º Integram o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa os seguintes órgãos e entidades:
I – Secretaria da Família, Desenvolvimento Social e Habitação:
- Titular: Lorizete Teixeira Surdi;
-Suplente: Marines Andrade dos Reis;
II – Secretaria Municipal de Saúde:
-Titular: Dayane Pereira Pinto;
- Suplente: Marlete Pereira;
III- Secretaria Municipal de Educação:
-Titular: Marilene Pinheiro Cabral Deola;
- Suplente: Vânia Maria da Silva**;**
IV- Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa:
-Titular: Maria Soeli Dias Nunes;
- Suplente: Marzeli Duarte Fath.

§2º O Comitê Municipal poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades, públicas ou privadas, bem como especialistas de notório conhecimento e atuação na promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa e na temática do envelhecimento, para participação eventual e contributiva nas reuniões.

§3º O Comitê Municipal se reunirá, ordinariamente, a cada bimestre e, extraordinariamente, mediante convocação da Coordenação.

Art. 6º O Comitê Municipal apresentará anualmente ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa o monitoramento do Plano de Ação, acompanhado de relatório complementar para ciência e acompanhamento.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus do Sul, Paraná, 31 de julho de 2026.

HELIO JOSÉ SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:6BC16C55

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 02/2026

RETIFICA O EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE FAMÍLIAS Nº 01/2026 – PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – FNHIS – SUB 50

A **Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná**, por intermédio da **Secretaria da Família, Desenvolvimento Social e Habitação**, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a adequada análise da documentação apresentada pelas famílias inscritas, bem como garantir maior segurança, transparência e observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência;

TORNA PÚBLICA a presente **RETIFICAÇÃO** do Edital de Chamamento Público para Seleção de Famílias nº 01/2026 – Programa Minha Casa, Minha Vida – FNHIS – Sub 50, nos seguintes termos:

Art. 1º. Fica alterado o cronograma constante do Edital de Chamamento Público para Seleção de Famílias nº 01/2026, prorrogando-se o prazo destinado à análise da documentação e à publicação do resultado preliminar.

ETAPA	PERÍODO/DATA
Publicação do Edital	14/07/2026
Prazo para Impugnação do Edital (02 dias corridos)	15/07/2026 e 16/07/2026
Resposta às Impugnações (se houver)	17/07/2026
Período de Inscrições	20/07/2026 a 24/07/2026
Análise Documental pela Comissão de Análise e validação	27/07/2026 a 10/08/2026

posterior pela Caixa Econômica Federal, na qualidade de mandatária da União	
Divulgação do Resultado Preliminar (titulares e cadastro de reserva)	12/08/2026
Prazo para Recursos do Resultado Preliminar	13/08/2026 e 14/08/2026
Julgamento dos Recursos	17/08/2026
Publicação da Lista Final	18/08/2026
Convocação dos Selecionados	19/08/2026 a 20/08/2026
Início do Trabalho Social	A partir da publicação da Lista Final, mediante convocação específica por edital suplementar.

Art. 2º. Permanecem inalteradas todas as demais disposições constantes do Edital de Chamamento Público para Seleção de Famílias nº 01/2026 – Programa Minha Casa, Minha Vida – FNHIS – Sub 50, que não conflitarem com a presente retificação.

Bom Jesus do Sul/PR, 31 de julho de 2026.

HÉLIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:057B4F55

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 5978/2026.

Concede Licença-Prêmio a Servidor Efetivo.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio a funcionária Sra. **CARINA DONINI RUPPEL** matricula nº 654, servidora em efetivo exercício desde 18/02/2015, referente aos períodos aquisitivos de 18/02/2020 a 17/02/2025, para serem gozadas de 07/08/2026 à 16/08/2026, pelo período de 10 dias, 40 horas, de acordo com o disposto no Art. 101 da Lei nº. 003/1997, de 09 de janeiro de 1997.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Bom Jesus do Sul – PR, 31 de julho de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:B7D61463

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 5979/2026

SÚMULA: Concede redução de carga horária à servidora pública municipal TATIANE DOS SANTOS SANTANA para acompanhamento de dependente com deficiência, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e:
CONSIDERANDO o requerimento administrativo protocolado em 03 de julho de 2026 pela servidora **TATIANE DOS SANTOS SANTANA**, ocupante do cargo de **Técnica de Enfermagem**;
CONSIDERANDO os laudos e relatórios médicos que atestam que seu filho e dependente, **PEDRO GUSTAVO SANTANA DE BORBA**, apresenta diagnóstico de **Transtorno do Espectro Autista (TEA)** – CID 10: F84.0 e **Transtorno do Déficit de Atenção (TDAH)** – CID 10: F90.0, necessitando de suporte nível 2 e acompanhamento terapêutico multidisciplinar contínuo;
CONSIDERANDO as declarações de profissionais de fonoaudiologia, terapia ocupacional e psicologia que confirmam a necessidade de assistência direta da genitora para os atendimentos;
CONSIDERANDO o entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no **Tema de Repercussão Geral nº 1.097**, que estendeu o direito ao horário especial aos servidores estaduais e municipais que possuam dependentes com deficiência, sem necessidade de compensação de horários e sem prejuízo de seus vencimentos;

RESOLVE:

Art. 1º – **CONCEDER** a redução da jornada de trabalho à servidora **TATIANE DOS SANTOS SANTANA**, matrícula nº 865, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, em **50% ou 20 horas semanais** de sua carga horária contratual, no período vespertino.
Art. 2º – A concessão deste benefício (horário especial) dar-se-á **sem a necessidade de compensação de horários** e **sem prejuízo dos vencimentos** e demais vantagens pecuniárias integrais do cargo ocupado, enquanto perdurar a necessidade de acompanhamento do dependente.
Art. 3º – A servidora deverá apresentar, semestralmente, comprovante de que o dependente continua em tratamento terapêutico e escolar.

Art. 4º - Fica determinado a Secretária Municipal de Saúde e Saneamento, organizar o cumprimento de carga horária remanescente no período matutino.

Art. 5º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 31 de julho de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:A3744551

ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DL24/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2026

RATIFICAÇÃO

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 75, inciso IV, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/21,

RATIFICA, a dispensa de licitação para a contratação direta, cujo objeto é a contratação da Empresa **VENEZA EQUIPAMENTOS SUL COMERCIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 29.644.666/0001-64, com sede na Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, 520, Cidade Industrial, na Cidade de Curitiba Estado do Paraná, objetivando a contratação de concessionária autorizada para a execução de plano de revisão preventiva da máquina rodoviária Escavadeira Hidráulica, marca John Deere Construction, modelo 130GL, Chassi 1F9130GXPRD040761, ano e modelo 2024/2024, cor amarela, abrangendo inspeção, análise e realização dos serviços necessários, com fundamento no Parecer Jurídico do Advogado do Município e da Comissão de Contratação do Município de Bom Jesus do Sul e segundo o estatuído no artigo 75, inciso IV, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/21.

E autorizo o empenho da despesa, no valor de **R$ 10.621,94 (dez mil, seiscentos e vinte e um reais e noventa e quatro centavos)**, em favor da empresa **VENEZA EQUIPAMENTOS SUL COMERCIO LTDA**, cujo pagamento far-se-á em parcela única, mediante emissão de Nota Fiscal, de acordo com sua proposta de preço considerada compatível com o interesse público.

Bom Jesus do Sul – PR, 31 de julho de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:B6E50A20

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
DECRETO N° 3.880, DE 31 DE JULHO 2026.

Altera o Cronograma Financeiro para o Exercício Financeiro de 2026.

O Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, Senhor Maico Diogo Faversani, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal:

DECRETA
Art. 1º Fica alterado o Decreto nº 3.736/2025 de 26 de novembro de 2025 que dispõe sobre a Programação Financeira para o Exercício Financeiro de 2026, efetuando alterações diminutivas do cronograma de desembolso, alterações adicionais do cronograma de desembolso e alterações adicionais das cotas de receitas de acordo com o anexo I do decreto.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, aos 31 (trinta e um) dias do mês de julho de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:1CA82774

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 377, DE 29 DE JULHO DE 2026.

Conceder Diária de Viagem a servidores municipais.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionadas diárias de viagem em razão do deslocamento à cidade de **Chapecó – SC**, a serviço da Administração Municipal, para participação do Curso: Conexão CNM – Gestão das políticas públicas federais.

Servidor	Cargo/Função	Data e horários	Quantidade	Transporte
Juliane Nunes da Silva Nesi	Nutricionista	**31/07/2026** Saída: 05:00h Retorno: 21:00h	½ (meia) diária	Veículo Oficial
Andriele Cristina Schlickmann	Contadora	**31/07/2026** Saída: 05:00h Retorno: 21:00h	½ (meia) diária	Veículo Oficial
Joares Telles de Ramos Junior	Cirurgião Dentista	**31/07/2026** Saída: 05:00h Retorno: 21:00h	½ (meia) diária	Veículo Oficial
Talise Larise de Andrade Verneki	Assistente Administrativo	**31/07/2026** Saída: 05:00h Retorno: 21:00h	½ (meia) diária	Veículo Oficial

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de julho do ano de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:9FB42225

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 379, DE 31 DE JULHO DE 2026.

Concede diária de viagem a servidora Fabiana Magali Novadzki.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder a servidora **Fabiana Magáli Novadzki**, ocupante do cargo de **Chefe da Divisão de Contabilidade**, matricula nº **643-2/4**, 3 e 1/2**(três e meia) diárias de viagem**, para os dias**03, 04, 05 e 06 de agosto de 2026**, em deslocamento à cidade de **Cascavel – PR**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Finanças, para participação em curso de formação destinado à capacitação da equipe de apoio de licitação, visando aprimoramento dos conhecimentos técnicos e aperfeiçoamento dos procedimentos licitatórios.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 31 (trinta e um) dias do **mês de julho do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:C55EF3E9

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 381, DE 31 DE JULHO DE 2026.

Conceder auxílio deslocamento ao servidor Clayton Cesar da Silva.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Clayton Cesar da Silva**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº **276-3/2**, **01 (um) auxílio deslocamento de viagem**, retroativo ao dia **31 de julho de 2026**, em deslocamento à cidade de **Francisco Beltrão/PR,** com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esportes, para transporte de professores da rede municipal até o evento do União Faz a Vida.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **31 de julho de 2026**.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos **31 (trinta e um) dias do mês de julho do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:24853A8F

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 382, DE 31 DE JULHO DE 2026.

Conceder auxílio deslocamento ao servidor Clayton Cesar da Silva.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Clayton Cesar da Silva**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº **276-3/2**, **01 (um) auxílio deslocamento de viagem**, para o dia **03 de agosto de 2026**, em deslocamento à cidade de **Itapejara D´Oeste**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Administração, para transporte de estudantes.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos **31 (trinta e um) dias do mês de julho do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:9121788D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2026
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA Nº 16/2026
Contratante:

Nome: MUNICÍPIO DE CAFEARA – PR, CNPJ nº 75.845.545/0001-06.
Contratada:
N63 COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ nº 34.090.540/0001-25.
Objeto: Restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços nº 16/2026, relativamente ao item 38 – copo plástico de 180 ml, caixa contendo 25 pacotes com 100 unidades, marca IBRASDE.
Novo valor: O valor unitário do item passa de R$ 76,04 (setenta e seis reais e quatro centavos) para R$ 86,51 (oitenta e seis reais e cinquenta e um centavos) por caixa.
Fundamento Legal: Art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021 e Cláusula Sétima da Ata de Registro de Preços nº 16/2026.
Data de Assinatura: 31/07/2026.
Vigência: Permanece inalterada a vigência da Ata de Registro de Preços nº 16/2026.

Publicado por:
Marcelo Galvão
Código Identificador:E6B51B46

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 066/2026

ELTON FÁBIO LAZARETTI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFEARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder aos servidores públicos municipais relacionados abaixo, férias referentes aos respectivos períodos aquisitivos e para fruição nos períodos nele especificados:

Matricula	Servidor	Períodos aquisitivos	Períodos de gozo
227	MARILZA SOUZA LIMA SPERANDIO	06/01/2025 à 05/01/2026	28/07/2026 à 11/08/2026
376	FLAVIA ELAINE ALVES MADA	03/02/2025 à 02/02/2026	08/07/2026 à 22/07/2026
393	CRISTIANO APARECIDO ALVES	03/02/2025 à 02/02/2026	03/08/2026 à 17/08/2026
445	PAULO ROGERIO REGGIANI	08/11/2025 à 07/11/2026	06/07/2026 à 04/08/2026
460	SUELLEN PADUA BIANCHINI MANCINI	19/01/2024 à 18/01/2025	03/08/2026 à 01/09/2026
505	KELLY COSTA PEREIRA DE CARVALHO	07/02/2025 à 06/02/2026	04/08/2026 à 18/08/2026
511	THAIS FERNANDA TOMADON	21/10/2024 à 20/10/2025	06/07/2026 à 04/08/2026
523	GABRIELE CRISTINA REZENDE SILVA POLETTO	10/05/2025 à 09/05/2026	20/07/2026 à 03/08/2026
12932	SUELEN FERREIRA DO BONFIM SILVA DOS REIS	12/02/2025 à 11/02/2026	20/07/2026 à 18/08/2026
12933	LILIAN DAIANI LUCIANO	12/02/2025 à 11/02/2026	06/07/2026 à 04/08/2026
12947	NAYARA CRISTINA DA SILVA FARIAS PEREIRA	01/04/2025 à 31/03/2026	03/08/2026 à 01/09/2026
12959	DIEGO LUIS RAVAGNANI	01/07/2025 à 30/06/2026	17/08/2026 à 15/09/2026
12960	GUILHERME ANGELIN BURIOLA	01/07/2025 à 30/06/2026	21/07/2026 à 19/08/2026
12962	GISELI BARBOSA LOURENÇO	01/07/2025 à 30/06/2026	27/07/2026 à 10/08/2026

Art. 2º Conceder aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, no Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) e na Escola Municipal de Cafeara – Educação Infantil e Ensino Fundamental, férias referentes aos respectivos períodos aquisitivos, para fruição conforme a necessidade e a organização do calendário escolar:

Matricula	Servidor	Períodos aquisitivos
162	SILVIA TEREZINHA DE LIMA TUROZI	01/09/2024 à 31/08/2025
12898	SIZELY DE CAMPOS PIRES ROMERO	22/07/2025 à 21/07/2026
12899	RENATA VIEIRA RAMOS DE SOUZA	22/07/2025 à 21/07/2026
12900	ALINE KESLEN FROHLICH DA SILVA	22/07/2025 à 21/07/2026
12901	SARAH CHOKR MONTANARI	22/07/2025 à 21/07/2026
12902	RAIANE DE ALMEIDA SOUZA	22/07/2025 à 21/07/2026
12903	ANA PAULA DE OLIVEIRA ANTONIO	22/07/2025 à 21/07/2026

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

R E G I S T R E – S E;
P U B L I Q U E – S E;
C U M P R A – S E.

Cafeara/PR, 30 de julho de 2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
"Prefeito Municipal"

Publicado por:
Marco Aurélio Carvalho Borges
Código Identificador:F18E0B80

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 067/2026

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024 DE 21/03/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFEARA, ESTADO DO PARANÁ, Senhor Elton Fábio Lazaretti, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º -N O M E A R,o(s) candidato(s) aprovado(s) e classificado(s), no Concurso Público nº 001/2024, de 21 de março de 2024, em nível inicial do cargo, com a remuneração correspondente e definida em Lei, com base no Edital de Convocação nº 013/2026 e Edital de Convocação nº 015/2026, conforme relação abaixo:

Nº	Cargo	Nome
1.	PROFESSOR	DEANY JULIAN E SILVA
2.	PROFESSOR	CLEISA REGINA GALBERO DE ABREU

Art. 2º -Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cafeara/PR, 31 de julho de 2026.

ELTON FABIO LAZARETTI
"Prefeito Municipal"

Publicado por:
Marco Aurélio Carvalho Borges
Código Identificador:7A63F124

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 027.2026 - DEDETIZAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Em estrita observância aos preceitos legais contidos na Lei nº 14.133/2021, e segundo as informações constantes na Ata nº

048/2026, referente ao Processo Administrativo nº 051/2026, confeccionada pelo Agente de Contratação do Município de Cafelândia/PR, concernente ao procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 027/2026, registrado no Compras.gov.br sob nº 90027/2026, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos contínuos e especializados de higienização, desinfecção bacteriológica e manutenção preventiva de reservatórios de água potável, bruta e tratada, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, verificou-se como vencedoras do certame as empresas abaixo relacionadas:

Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Itens/Lotes
DEDETIZADORA BRIO LIMP LTDA CNPJ nº 10.636.457/0001-40	R$ 47.670,00	quarenta e sete mil seiscentos e setenta reais	Em até 30 dias contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura	Grupo 01
BIOPRAGAS DEDETIZADORA LTDA CNPJ nº 54.042.737/0001-04	R$ 49.664,06	quarenta e nove mil seiscentos e sessenta e quatro reais e seis centavos	Em até 30 dias contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura	Grupo 02

O valor total a ser adjudicado e homologado perfaz a quantia de R$ 97.334,06 (noventa e sete mil trezentos e trinta e quatro reais e seis centavos), contemplando o princípio da economicidade. Diante do exposto, **ADJUDICO e HOMOLOGO** o procedimento licitatório em favor da empresa vencedora acima elencada, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, determinando o encaminhamento do presente processo ao setor competente para adoção das providências administrativas cabíveis, especialmente quanto à emissão e formalização da respectiva Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, conforme a natureza do objeto e disposições constantes no instrumento convocatório.

Cafelândia/PR, 30 de julho de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:EDA6517B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATA Nº 048.2026 - PREGÃO Nº 027.2026 - DEDETIZAÇÃO

ATA Nº 048/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 027/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2026
Aos três dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, às 09h00min, por meio da plataforma eletrônica www.gov.br/compras, foi aberta a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 027/2026, registrado no Compras.gov.br sob nº 90027/2026, referente ao Processo Administrativo nº 051/2026, promovido pelo Município de Cafelândia/PR, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos contínuos e especializados de higienização, desinfecção bacteriológica e manutenção preventiva de reservatórios de água potável, bruta e tratada, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. O procedimento foi processado com fundamento na Lei nº 14.133/2021, com valor máximo estimado de R$ 114.148,30, adotando-se o critério de julgamento de menor preço, no modo de disputa aberto, dividido em dois lotes e com participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte. Durante a sessão, o Agente de Contratação acompanhou a fase competitiva de lances, procedeu à análise das propostas classificadas e realizou diligências para verificação do atendimento das exigências técnicas, sanitárias, ambientais, fiscais e trabalhistas previstas no Edital, com solicitação de propostas ajustadas, documentos de habilitação e esclarecimentos complementares. O certame foi temporariamente suspenso durante o período de férias do responsável e retomado após comunicação prévia aos participantes. No Grupo 01, foram realizadas sucessivas convocações em razão de pedidos de desclassificação, ausência de apresentação de documentos e descumprimento de diligências, inclusive pela empresa ACT BIO IMUNIZACAO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA, cuja proposta foi desclassificada após o decurso do prazo sem resposta às pendências apontadas. Após a análise das propostas e dos documentos de habilitação, foram declaradas vencedoras as empresas abaixo relacionadas. Os relatórios registram a aceitação e habilitação da empresa DEDETIZADORA BRIO LIMP LTDA para o Grupo 01, pelo valor de R$ 47.670,00, e da empresa BIOPRAGAS DEDETIZADORA LTDA para o Grupo 02, pelo valor de R$ 49.664,06. Foram abertos os prazos para manifestação de intenção de recurso nas fases de julgamento e habilitação, não constando registro de manifestação recursal, operando-se a preclusão do direito recursal e o encerramento da sessão em 28/07/2026.

Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Itens/Lotes
DEDETIZADORA BRIO LIMP LTDA CNPJ nº 10.636.457/0001-40	R$ 47.670,00	quarenta e sete mil seiscentos e setenta reais	Em até 30 dias contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura	Grupo 01
BIOPRAGAS DEDETIZADORA LTDA CNPJ nº 54.042.737/0001-04	R$ 49.664,06	quarenta e nove mil seiscentos e sessenta e quatro reais e seis centavos	Em até 30 dias contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura	Grupo 02

O valor total a ser adjudicado é de R$ 97.334,06 (noventa e sete mil trezentos e trinta e quatro reais e seis centavos), contemplando com o princípio da economicidade. O Agente de Contratação informou que a adjudicação e homologação do Pregão fica a cargo do Prefeito Municipal, assim como o Contrato será encaminhado ao setor competente. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão dia 28/07/2026, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Agente de Contratação.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:80AE6D7B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO DE LICITAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº 030.2026 - SERVIÇOS DE PINTURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 030/2026 - CREDENCIAMENTO Nº 007/2026 – SERVIÇOS DE PINTURA
O Município de Cafelândia, Estado do Paraná, torna público que estará realizando Credenciamento nº 007/2026, vinculado à Inexigibilidade de Licitação nº 030/2026 e ao Processo Administrativo nº 112/2026, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, tendo por objeto o CREDENCIAMENTO de empresas especializadas para prestação de serviços de mão de obra de pintura predial, compreendendo pintura interna e externa, preparação de superfícies, execução de pequenos reparos necessários à pintura, emassamento, lixamento, aplicação de fundo selador, pintura em paredes, pisos, madeira, superfícies metálicas, aplicação de textura e demais serviços correlatos, destinados à manutenção, conservação, revitalização e preservação das edificações públicas do Município de Cafelândia/PR, conforme necessidade da Administração Municipal, sendo os materiais de pintura fornecidos pela Administração, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$ 276.975,00 (duzentos e setenta e seis mil, novecentos e setenta e cinco reais). O edital completo encontra-se disponível no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, na Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299, Centro, Município de Cafelândia/PR, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, e através do site www.cafelandia.pr.gov.br. As inscrições para o credenciamento de empresas especializadas em serviços de pintura predial deverão ser realizadas no período de 03 de agosto de 2026 a 18 de agosto de 2026, período em que serão inicialmente analisados os documentos dos interessados e formada a primeira relação de credenciados.

Cafelândia/PR, 31 de julho de 2026.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação
Portaria nº 632/2023 - DRH

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:937BB6E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO DE LICITAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº 031.2026 - SERVIÇOS MANUT. AR COND.

AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 031/2026 - CREDENCIAMENTO Nº 008/2026 – SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE AR-CONDICIONADO
O Município de Cafelândia, Estado do Paraná, torna público que estará realizando **Credenciamento nº 008/2026**, vinculado à **Inexigibilidade de Licitação nº 031/2026** e ao **Processo Administrativo nº 113/2026**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, tendo por objeto o **CREDENCIAMENTO** de empresas especializadas para prestação de serviços de instalação, desinstalação, remanejamento, manutenção preventiva e corretiva, higienização, limpeza técnica, diagnóstico, carga e recarga de gás refrigerante, detecção e correção de vazamentos, substituição e fornecimento de peças, componentes, materiais de consumo e demais serviços correlatos em aparelhos de ar-condicionado de diversas capacidades, pertencentes às Secretarias e órgãos da Administração Pública do Município de Cafelândia/PR, com fornecimento de mão de obra especializada, ferramentas, equipamentos, EPIs, EPCs, produtos químicos, gases refrigerantes, peças, componentes e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. **VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO:** R$ 1.034.841,41 (um milhão, trinta e quatro mil, oitocentos e quarenta e um reais e quarenta e um centavos). O edital completo encontra-se disponível no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, na Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299, Centro, Município de Cafelândia/PR, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, e através do site www.cafelandia.pr.gov.br. As inscrições para o credenciamento de empresas especializadas em serviços de manutenção de aparelhos de ar-condicionado deverão ser realizadas no período de **03 de agosto de 2026 a 18 de agosto de 2026**, período em que serão inicialmente analisados os documentos dos interessados e formada a primeira relação de credenciados.

Cafelândia/PR, 31 de julho de 2026.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação
Portaria nº 632/2023 - DRH

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:7BF6CF47

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO DE LICITAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO N° 049/2026

AVISO DE LICITAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO N° 049/2026
O Município de Cafelândia, Estado do Paraná, torna público a abertura Certame Licitatório n° 106/2026, na modalidade Pregão Eletrônico n° 049/2026, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, do tipo menor preço por Item, tendo por objeto Registro de Preço de empresa especializada no fornecimento de material de expediente, conforme as condições, quantidades e exigências descritas no Termo de Referência (Anexo I) do Edital e demais anexos. **A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. APLICA-SE A ESTE PREGÃO O DISPOSTO NO ARTIGO 48, § 3º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E ARTIGO 7º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 039/2023, QUE ESTABELECE A PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL SEDIADAS NO MUNICIPÍO DE CAFELÂNDIA, ATÉ O LIMITE DE 10% (DEZ POR CENTO) DO MELHOR PREÇO VÁLIDO. ESTE BENEFÍCIO NÃO IMPEDE A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS DE OUTRAS LOCALIDADESVALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO**: R$ 291.416,10 (duzentos e noventa e um mil, quatrocentos e dezesseis reais e dez centavos). O edital completo se encontra disponível no departamento de licitações da Prefeitura Municipal, na Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299, Centro, Município de Cafelândia/PR, das 07h30min às 11h30min e das, 13h30min às 17h30min, e através dos sites www.cafelandia.pr.gov.br ou www.gov.br/compras. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá **12 de agosto de 2026 às 09h00min**, no site www.gov.br/compras nos termos das condições descritas no Edital.

Cafelândia/PR, 31 de julho de 2026.

JULIANA GOMES
Pregoeira
Portaria n° 682/2023 - DRH

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:E4980BF1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO PREGÃO N° 051.2026 - TINTA ACRILICA

AVISO DE ABERTURA LICITAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO N° 051/2026
O Município de Cafelândia, Estado do Paraná, torna público que estará realizando **Certame Licitatório n° 111/2026**, na modalidade **Pregão Eletrônico n° 051/2026**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, do tipo menor preço por item, tendo por objeto o Registro de Preços para eventuais e futuras aquisições de materiais de pintura (massa acrílica, tinta, solvente, diluente, rolo de lã, pincel e correlatos), conforme as condições, quantidades e exigências descritas no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital e demais anexos. VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$ 536.380,78 (quinhentos e trinta e seis mil trezentos e oitenta reais e setenta e oito centavos). O edital completo se encontra disponível no departamento de licitações da Prefeitura Municipal, na Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299, Centro, Município de Cafelândia/PR, das 07h30min às 11h30min e das, 13h30min às 17h30min, e através dos sites www.cafelandia.pr.gov.br ou www.gov.br/compras. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá **18 de agosto de 2026 às 09h00min**, no site www.gov.br/compras nos termos das condições descritas no Edital.

Cafelândia/PR, 31 de julho de 2026.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação
Portaria n° 632/2023 - DRH

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:0B133E8F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 190/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 190/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **I S DIAS GRAMEIRA PORTUGAL ME**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 23.018.276/0001-00, endereço Estrada 4R, Lotes 38-F e 38-G, S/N - CEP: 86755000 - BAIRRO: Gleba Valência, CIDADE Ângulo/PR E-MAIL: grameiraportugal@gmail.com , TELEFONE: (44) 3113-1920 ,neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, ISABELA SESPEDE DIAS.
Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE GRAMA ESMERALDA E BERMUDA EM LEIVAS PARA O PLANTIO EM DIVERSAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Valor Total: R$ 235.110,00 (Duzentos e Trinta e Cinco Mil, Cento e Dez Reais).
Assinaturas: Junior Motter e ISABELA SESPEDE DIAS
Vigência: 31/07/2026 a 30/07/2027.
Data da Assinatura:31/07/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:2C63D074

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 191/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 191/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **DPX SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 40.465.799/0001-06, endereço RUA EMILIANO PERNETA, 466 - CEP: 80420080 - BAIRRO: CENTRO, CIDADE Curitiba/PR E-MAIL: licitacao@dpx.eng.br / daniel.segato@dpx.eng.br, TELEFONE: (41) 9 9122-1806 ,neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, DANIEL FRANCISCO SEGATO.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTUROS FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO, COMPREENDENDO BRAÇOS METÁLICOS, BASES PARA RELÉ, RELÉS FOTOELÉTRICOS, LUMINÁRIAS PÚBLICAS EM LED DE DIVERSAS POTÊNCIAS, PROJETORES LED E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Valor Total: R$ 41.400,00 (Quarenta e Um Mil e Quatrocentos Reais).
Assinaturas: Junior Motter e DANIEL FRANCISCO SEGATO
Vigência: 31/07/2026 a 30/07/2027.
Data da Assinatura:31/07/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:4B0ABF31

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 192/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 192/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **JBF COMÉRCIO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 61.638.291/0001-32, endereço RUA XANGRILÁ, 148 - CEP: 33202766 - BAIRRO: GAVEA I, CIDADE Vespasiano/MG E-MAIL: licitacaojbf@gmail.com, TELEFONE: (31) 9 8982-9236 ,neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, JANYNE BASTOS FERNANDES.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTUROS FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO, COMPREENDENDO BRAÇOS METÁLICOS, BASES PARA RELÉ, RELÉS FOTOELÉTRICOS, LUMINÁRIAS PÚBLICAS EM LED DE DIVERSAS POTÊNCIAS, PROJETORES LED E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Valor Total: R$ 25.199,30 (Vinte e Cinco Mil, Cento e Noventa e Nove Reais e Trinta Centavos).
Assinaturas: Junior Motter e JANYNE BASTOS FERNANDES
Vigência: 31/07/2026 a 30/07/2027.
Data da Assinatura:31/07/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:ABB937FE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 193/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 193/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **LENDÁRIO COM IMPORTAÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 52.203.880/0001-05, endereço AVENIDA GUILHERME COTCHING, 782 - CEP: 02113010 - BAIRRO: VILA MARIA BAIXA, CIDADE São Paulo/SP E-MAIL: atacado.lendario@gmail.com, TELEFONE: (11) 9 2000-5258 ,neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, KELLI GONÇALVES MARTINS.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTUROS FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO, COMPREENDENDO BRAÇOS METÁLICOS, BASES PARA RELÉ, RELÉS FOTOELÉTRICOS, LUMINÁRIAS PÚBLICAS EM LED DE DIVERSAS POTÊNCIAS, PROJETORES LED E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Valor Total: R$ 15.020,00 (Quinze Mil e Vinte Reais).
Assinaturas: Junior Motter e KELLI GONÇALVES MARTINS
Vigência: 31/07/2026 a 30/07/2027.
Data da Assinatura:31/07/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:059C583A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 194/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 194/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **TRIUNFO ILUMINAÇÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 56.004.897/0001-86, endereço RUA R6, 237 QD-R09 / LT-15 - CEP: 74125080 - BAIRRO: SETOR OESTE, CIDADE Goiânia/GO E-MAIL: licitacao@triunfoiluminacaogo.com.br, TELEFONE: (62) 3518-1654 ,neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, ALTIVO EDUARDO DE FREITAS.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTUROS FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO, COMPREENDENDO BRAÇOS METÁLICOS, BASES PARA RELÉ, RELÉS FOTOELÉTRICOS, LUMINÁRIAS PÚBLICAS EM LED DE DIVERSAS POTÊNCIAS, PROJETORES LED E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Valor Total: R$ 80.476,45 (Oitenta Mil, Quatrocentos e Setenta e Seis Reais e Quarenta e Cinco Centavos).
Assinaturas: Junior Motter e ALTIVO EDUARDO DE FREITAS
Vigência: 31/07/2026 a 30/07/2027.
Data da Assinatura:31/07/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:78C07D16

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 334/2025

EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 334/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 075/2025.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.121.878/0001-72, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Junior Motter. nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções**.**

CONTRATADA: CHAPEAÇÃO CAFELANDIA LTDA, sediada na Rua Intes Dolar Fontana, 1132 Lote 42-C9 Gl10 - Cep: 85415000 - Bairro: Chácaras Cafelândia, Telefone:(45)99917-4857, e-mail: chapeacao.cafelandia@hotmail.com, na cidade de Cafelândia/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 50.310.815/0001-45, doravante designada DETENTORA DA ATA, neste ato representado(a) por seu(sua) sócio(a) administrador(a) ou responsável legal Sr.(a) **VANEIA MILOUSKI EFFGEN.**

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto promover acréscimo quantitativo ao Contrato decorrente do Processo Administrativo nº 121/2025 – Pregão Eletrônico nº 075/2025, referente ao seguinte objeto:

Lote 015 – Serviços e fornecimento de peças de chapeação e pintura para os seguintes veículos pesados da frota municipal: frotas nº 17, 20, 22, 24, 42, 61, 69, 117, 191, 197, 200, 203, 271, 281, 294, 296 e 339.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRÉSCIMO QUANTITATIVO
Fica acrescido ao valor inicialmente contratado o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), com fundamento no art. 124, inciso I, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. O valor originalmente contratado para o Lote 015 é de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sendo acrescido o valor de R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), passando o valor total do referido lote para R$ 62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos reais).

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato originário que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.

Assinaturas: Junior Motter e **VANEIA MILOUSKI EFFGEN**
Data da Assinatura: 30/07/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:5568AE37

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 161/2025 - CONCORRÊNCIA Nº 006/2025

Extrato do 2° Termo Aditivo a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 161/2025 - CONCORRÊNCIA Nº 006/2025

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.
Contratado: INFOELETRO CONSOLATA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.497.038/0001-35, com sede na Avenida Presidente Juscelino, nº 908, Centro, Cafelândia/PR, neste ato representada por seu sócio administrador Ricardo Cardoso.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 161/2025, oriunda da Concorrência nº 006/2025, cujo objeto consiste no registro de preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de mão de obra e materiais destinados à execução de serviços de elétrica predial, manutenção e reparos nas edificações públicas do Município de Cafelândia.

Fica alterada a cláusula **da vigência** da Ata de Registro de Preços por 08 (oito) meses, passando seu prazo de vigência de 02/08/2026 para 02/04/2027.
Parágrafo único. A presente prorrogação refere-se exclusivamente ao prazo de vigência da Ata, não importando renovação dos quantitativos originalmente registrados, permanecendo inalteradas as quantidades atualmente disponíveis para utilização.

Assinaturas: Junior Motter, MARCELO WAIS
Vigência: 02/08/2026 A 02/04/2027.
Data da Assinatura: 30/07/2026.

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:9FBEFC2C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO DO CONTRATO Nº 139/2026 – PREGÃO - ELETRÔNICO Nº 027/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 139/2026 – Pregão - Eletrônico nº 027/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: BIOPRAGAS DEDETIZADORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 54.042.737/0001-04, Rua Angelo Luiz Parizotto, 365 - CEP: 85905480 - Bairro: Vila Industrial, E-mail: biopragastoledo@gmail.com , Telefone, (45) 98814-7097 Cidade: Toledo/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) ANA CLAUDIA BRUINSMA RUIS.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO, DESINFECÇÃO BACTERIOLÓGICA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA POTÁVEL PARA O MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Valor Total: R$ 49.357,42 (Quarenta e Nove Mil, Trezentos e Cinqüenta e Sete Reais e Quarenta e Dois Centavos).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, ANA CLAUDIA BRUINSMA RUIS
Vigência: 31/07/2026 a 30/07/2027.
Data da Assinatura:31/07/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:C87EAB97

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO DO CONTRATO Nº 140/2026 – PREGÃO - ELETRÔNICO Nº 027/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 140/2026 – Pregão - Eletrônico nº 027/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: DEDETIZADORA BRIO LIMP LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 10.636.457/0001-40, RUA JOSÉ CARLOS MUFFATO, 179 - CEP: 85819433 - BAIRRO: UNIVERSITARIO, E-MAIL: briolimp@briolimp.com, Telefone, (45)3222-9319 CIDADE: Cascavel/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) NELSON PAGNO MOREIRA.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO, DESINFECÇÃO BACTERIOLÓGICA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA POTÁVEL PARA O MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Valor Total: R$ 47.366,00 (Quarenta e Sete Mil, Trezentos e Sessenta e Seis Reais).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, NELSON PAGNO MOREIRA
Vigência: 31/07/2026 a 30/07/2027.
Data da Assinatura:31/07/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:E4EDDA1D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/2026 – DISPENSA Nº 024/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/2026 – Dispensa nº 024/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: ARMAZÉM E MERCEARIA SANTO ANTONIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 76.064.450/0001-00, AV PRESIDENTE JUSCELINO, 925 QD25 LT03 - CEP: 85415000 - BAIRRO: CENTRO, E-MAIL: infoeletro@infoeletro.com.br, Telefone, (45)88086608 CIDADE: Cafelândia/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) RICARDO CARDOSO.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto AQUISIÇÃO DE 55 (CINQUENTA E CINCO) METROS LINEARES DE PISO ANTIDERRAPANTE EM MANTA DE BORRACHA, MODELO H-KAP OU EQUIVALENTE, COM ESPESSURA APROXIMADA DE 5 MM, LARGURA DE 1,20 M, NA COR PRETA, DESTINADO À INSTALAÇÃO NAS ÁREAS DE CIRCULAÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA/PR, VISANDO PROPORCIONAR MAIOR SEGURANÇA AOS USUÁRIOS, REDUZINDO O RISCO DE ESCORREGAMENTOS E ACIDENTES EM AMBIENTES ÚMIDOS.

Valor Total: R$ 7.361,75 (Sete Mil, Trezentos e Sessenta e Um Reais e Setenta e Cinco Centavos).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, RICARDO CARDOSO
Vigência: 31/07/2026 a 30/07/2027.
Data da Assinatura:31/07/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:5D5FEB35

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DEPARTAMENTO DE COMPRAS: LICITAÇOES E CONTRATOS: EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 191/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 191/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **DPX SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 40.465.799/0001-06, endereço RUA EMILIANO PERNETA, 466 - CEP: 80420080 - BAIRRO: CENTRO, CIDADE Curitiba/PR E-MAIL: licitacao@dpx.eng.br / daniel.segato@dpx.eng.br, TELEFONE: (41) 9 9122-1806 ,neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, DANIEL FRANCISCO SEGATO.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTUROS FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO, COMPREENDENDO BRAÇOS METÁLICOS, BASES PARA RELÉ, RELÉS FOTOELÉTRICOS, LUMINÁRIAS PÚBLICAS EM LED DE DIVERSAS POTÊNCIAS, PROJETORES LED E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Valor Total: R$ 41.400,00 (Quarenta e Um Mil e Quatrocentos Reais).
Assinaturas: Junior Motter e DANIEL FRANCISCO SEGATO
Vigência: 31/07/2026 a 30/07/2027.
Data da Assinatura:31/07/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:66BD290F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EDITAL PREGÃO N° 050.2026 - VAN SAUDE

AVISO DE ABERTURA LICITAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO N° 050/2026
O Município de Cafelândia, Estado do Paraná, torna público que estará realizando **Certame Licitatório n° 110/2026**, na modalidade **Pregão Eletrônico n° 050/2026**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, do tipo menor preço por Item, tendo por objeto a aquisição de 01 (um) veículo automotor, tipo van de passageiros, novo, zero quilômetro, destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Cafelândia/PR, com a finalidade de qualificar e ampliar os serviços de transporte sanitário eletivo no âmbito da Atenção Primária à Saúde. A aquisição será custeada com recursos provenientes da Resolução SESA nº 1.357/2025. VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$378.358,50 (trezentos e setenta e oito mil, trezentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos). O edital completo se encontra disponível no departamento de licitações da Prefeitura Municipal, na Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299, Centro, Município de Cafelândia/PR, das 07h30min às 11h30min e das, 13h30min às 17h30min, e através dos sites www.cafelandia.pr.gov.br ou www.gov.br/compras. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá **14 de agosto de 2026 às 14h00min**, no site www.gov.br/compras nos termos das condições descritas no Edital.

Cafelândia/PR, 31 de julho de 2026.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação
Portaria n° 632/2023 - DRH

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:BF74B2CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ERRATA: REFERENTE AO EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 056/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 062/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024, DA CONTRATADA MARIA HELOISA MEUER PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS D

ERRATA: Referente ao EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 056/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 062/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024, da contratada MARIA HELOISA MEUER publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, no dia 02 de julho de 2026, Edição nº3564 página 99, no que diz respeito ao número do termo aditivo:

Onde se lê:

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 056/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 062/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **MARIA HELOISA MEURER**, **PROFESSOR AUXILIAR – PSS 30 HORAS,** inscrito no CPF Nº ***.859.539-**, residente à Sitio União - Comunidade São José, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

Leia-se:

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 058/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 062/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **MARIA HELOISA MEURER**, **PROFESSOR AUXILIAR – PSS 30 HORAS,** inscrito no CPF Nº ***.859.539-**, residente à Sitio União - Comunidade São José, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:4DC281D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°072/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 004/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°072/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 004/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024
CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.
CONTRATADO(A): **ROSENY DE FÁTIMA CORREA TONI**, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO II 30 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.644.309-**, residente à Rua José Correia Sobrinho, 75 - Alvorada, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **06/08/2026** e término em **06/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e ROSENY DE FÁTIMA CORREA TONI.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:CF6BC72C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°073/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 005/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°073/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 005/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **ALINE RIBEIRO PEREIRA EFFTING**, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO II 30 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.157.249-**, residente à Rua José Correia Sozinho, 58 - Alvorada, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **06/08/2026** e término em **06/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e ALINE RIBEIRO PEREIRA EFFTING.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:7391637F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°074/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 008/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°074/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 008/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **EDRIANE BARTZIKE BEZ FONTANA**, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO II 30 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.066.769-**, residente à Rua Nelson Trento, 354 - Pioneiros III, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **06/08/2026** e término em **06/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e EDRIANE BARTZIKE BEZ FONTANA.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:E49E20AE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°075/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 012/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°075/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 012/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **JESSICA DE OLIVEIRA**, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO II 30 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.711.239-**, residente à Rua Campo Grande, 187 - Jardim Progresso, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **06/08/2026** e término em **06/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e JESSICA DE OLIVEIRA.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:3203A058

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°076/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 013/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°076/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 013/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **ANA PAULA EISING**, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO II 30 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.934.889-**, residente à Rua Elza Regina Kottwtz, 251 - Pioneiros, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **06/08/2026** e término em **06/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e ANA PAULA EISING.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:9C7639EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°077/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 015/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°077/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 015/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): SONIA MARA ESPINOLA FERNANDES, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO II 30 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.405.759-**, residente à Rua José Correia Sobrinho, 590 - Alvorada, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **06/08/2026** e término em **06/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e SONIA MARA ESPINOLA FERNANDES.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:2CC913D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°078/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 017/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°078/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 017/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Cafelândia, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): GEIZIBEL SCHURA, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO I - 20 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.622.653-**, residente à Avenida Presidente Vargas, 120 - Centro, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **06/08/2026** e término em **06/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e GEIZIBEL SCHURA.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:3C3C140D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°079/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 018/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°079/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 018/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Cafelândia, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): ELLEN CRISTINA PAZZINATTO, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO I 20 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.516.649-**, residente à Rua Manaus, 123 - Centro, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **06/08/2026** e término em **06/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e ELLEN CRISTINA PAZZINATTO.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:8D553F8B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°080/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 019/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°080/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 019/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Cafelândia, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): MONIQUE DA SILVA, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO I 20 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.476.529-**, residente à Rua Eleonor Carlos Chessin, 112 - Piquiri, na cidade de NOVA AURORA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **06/08/2026** e término em **06/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e MONIQUE DA SILVA.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:7A38AB52

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°081/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 020/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°081/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 020/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Cafelândia, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): JULIANA DE SOUZA STEMPNIAK, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO I 20 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.398.889-**, residente à Avanida Marechal Lott (PR180), 700, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **06/08/2026** e término em **06/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e JULIANA DE SOUZA STEMPNIAK.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:7E1CAC92

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°082/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 021/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°082/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 021/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **TATIANE APARECIDA DE MOURA**, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO I 20 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.396.739-**, residente à Rua Violeta, 49 - Tropical, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **06/08/2026** e término em **06/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e TATIANE APARECIDA DE MOURA.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:5B4A934C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°083/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 023/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°083/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 023/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **LEANDRA DE ALMEIDA BARBEIRO**, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO II 30 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.715.759-**, residente à Rua Severino Squizato, 267 - Morada Nova, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **06/08/2026** e término em **06/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e LEANDRA DE ALMEIDA BARBEIRO.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:484D55F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°084/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 024/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°084/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 024/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **ANA CLAUDIA DALPRA**, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO II 30 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.015.719-**, residente à Rua Jose Czerniej, 540 -Ouro Verde, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **06/08/2026** e término em **06/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e ANA CLAUDIA DALPRA.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:4941A808

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°085/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 025/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°085/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 025/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **TATIANI DANIELI ZAKOWSKI DA SILVA**, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO I 20 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.570.869-**, residente à Rua Londrina - Centro, na cidade de NOVA AURORA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **06/08/2026** e término em **06/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e TATIANI DANIELI ZAKOWSKI DA SILVA.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:F908B0C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°086/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 028/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°086/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 028/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **GISELLE GALVÃO CANSI**, cargo **PROFESSOR AUXILIAR 20 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.652.979-**, residente à Rua Cleber Alberto Marques, 120, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **06/08/2026** e término em **06/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e GISELLE GALVÃO CANSI.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:B06AB7DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°087/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 001/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°087/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 001/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **LÉIA MARIANA DINIZ DA SILVA FERRI**, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO II 30 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.060.179-**, residente à Rua Euclides Abatti, 35 - Pioneiros, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **07/08/2026** e término em **07/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e LÉIA MARIANA DINIZ DA SILVA FERRI.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:108DBCF1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°088/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 002/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°088/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 002/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **SILVANA FRANCISCA BOAVA**, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO II 30 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.290.719-**, residente à Rua Olivio Ariati, 525 - Pioneiros, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **07/08/2026** e término em **07/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e SILVANA FRANCISCA BOAVA.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:B6368EC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°089/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 006/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°089/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 006/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **ELAINE SGANZERLA VALADARES**, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO II 30 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.921.629-**, residente à Rua Buenos Aires, 67 - Manuel Evaristo da Silva, na cidade de NOVA AURORA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **07/08/2026** e término em **07/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e ELAINE SGANZERLA VALADARES.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:DFD3151D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°090/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 007/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°090/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 007/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): LEILA DE WALLE DA SILVA, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO II 30 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.377.029-**, residente à Rua José Czerniej,308 - Novo Milênio, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **07/08/2026** e término em **07/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e LEILA DE WALLE DA SILVA.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:FD2177E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°091/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 009/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°091/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 009/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Cafelândia, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): STHEFFANI SKURA PREUSS, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO II 30 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.896.699-**, residente à Rua Coletor Pacheco, 805 - Centro, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **07/08/2026** e término em **07/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e STHEFFANI SKURA PREUSS.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:FFAE4D0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°092/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 011/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°092/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 011/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Cafelândia, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): ELIANE ESSER MARQUES, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO II 30 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.907.509-**, residente à Rua Pedro Abatti, 48 - Guilhermina Tenfen, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **07/08/2026** e término em **07/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e ELIANE ESSER MARQUES.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:94EA1272

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°093/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 016/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°093/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 016/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Cafelândia, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): JÉSSICA ANDRIA ZATTA, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO II 30 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.366.499-**, residente à Avenida Presidente Vargas, 758 - Centro, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **07/08/2026** e término em **07/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e JÉSSICA ANDRIA ZATTA.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:AA936891

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°094/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 026/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°094/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 026/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Cafelândia, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): SILVANA DE LEMOS, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO II 30 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.006.479-**, residente à Rua Lauro Afonso Koehler, 58 - Primavera II, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **07/08/2026** e término em **07/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e SILVANA DE LEMOS.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:E862660C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°095/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 029/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°095/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 029/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **MILENY BORGES AVANCINI**, cargo **PROFESSOR AUXILIAR 20 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.511.949-**, residente à Rua Sebastião Fuzão, 126 - Guilhermina Tenfen, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **08/08/2026** e término em **08/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e MILENY BORGES AVANCINI.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:3F3BE841

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°096/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 030/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°096/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 030/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **CLAIRETE ILI SLOMPO**, cargo **PROFESSOR AUXILIAR 20 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.587.209-**, residente à Rua Maria Casusa de Rocha, 52 , Novo Horizonte, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **08/08/2026** e término em **08/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e CLAIRETE ILI SLOMPO.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:FC8AFEEC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°097/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 031/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°097/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 031/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **ELISANGELA GALVÃO CLEMENTE**, cargo **PROFESSOR AUXILIAR 20 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.202.819-**, residente à Rua Nelson Trento, 210 - Centro, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **08/08/2026** e término em **08/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e ELISANGELA GALVÃO CLEMENTE.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:ABA09E5D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°098/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 033/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°098/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 033/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **VANUSA MARRANE RENGEL**, cargo **PROFESSOR AUXILIAR 20 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.513.949-**, residente à Avenida Presidente Juscelino, 1559 - Jardim Italia, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **08/08/2026** e término em **08/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e VANUSA MARRANE RENGEL.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:D1457DD9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°099/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 034/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°099/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 034/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **ADRIANA NOGUEIRA DE CARVALHO SILVA**, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO I 20 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.779.479-**, residente à Rua Pedro de Oliveira, 1351, na cidade de UBIRATÃ, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **08/08/2026** e término em **08/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e ADRIANA NOGUEIRA DE CARVALHO SILVA.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:886ADBC4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°100/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 035/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°100/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 035/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **SOLANGE RIBEIRO MARTINS**, cargo **PROFESSOR AUXILIAR 20 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.391.319-**, residente à Rua Anselmo Troian, 140 - Bom Jesus, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **08/08/2026** e término em **08/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e SOLANGE RIBEIRO MARTINS.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:6F4E5B9F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°101/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 037/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°101/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 037/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **LAVINIA MARTINS DONATO**, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO II 30 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.639.769-**, residente à Rua São Paulo, 241 - Jardim Progresso, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **08/08/2026** e término em **08/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e LAVINIA MARTINS DONATO.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:8B8F5D3F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°102/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 038/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°102/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 038/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **CARLA TATIANE RIBEIRO**, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO I 20 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.102.949-**, residente à Estrada Saída para Formosa do Oeste, KM01, na cidade de NOVA AURORA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **10/08/2026** e término em **10/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e CARLA TATIANE RIBEIRO.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:A3F5F012

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°103/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 039/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°103/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 039/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **MÁRCIA FERREIRA MARTINS DONATO**, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO I 20 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.474.699-**, residente à Rua São Paulo 241 - Jardim Progresso, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **10/08/2026** e término em **10/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e MÁRCIA FERREIRA MARTINS DONATO.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:D2CA1BAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°104/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 040/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°104/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 040/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **JESSICA DAIANI STEINHORST DA CRUZ**, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO I 20 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.765.669-**, residente à Rua Campo Grande, 212 - Jardim Progresso, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **15/08/2026** e término em **15/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e JESSICA DAIANI STEINHORST DA CRUZ.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:7BFBC43C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°105/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 042/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°105/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 042/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **LAYS LORENZON**, cargo **PROFESSOR AUXILIAR 20 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.209.609-**, residente à Rua José Diba, 9 - Floresta, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **15/08/2026** e término em **15/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e LAYS LORENZON.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:222AD6EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°106/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 043/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°106/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 043/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **JULIANA CLAUDINO DA SILVA VICTORINO**, cargo **PROFESSOR AUXILIAR 20 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.212.469-**, residente à Rua Cuiabá, 119 - Jardim Progresso II, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **17/08/2026** e término em **17/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e JULIANA CLAUDINO DA SILVA VICTORINO.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:8EE964C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°107/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 045/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°107/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 045/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **JULHA ANDRADE MENDES**, cargo **PROFESSOR AUXILIAR 20 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.836.709-**, residente à Rua Severino Xavier dos Santos, 164 - Distrito de Bragantina, na cidade de BRAGANEY, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **24/08/2026** e término em **24/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e JULHA ANDRADE MENDES.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:83951290

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°108/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 046/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°108/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 046/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **LARISSA ROSA CONTATO**, cargo **PROFESSOR AUXILIAR 20 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.859.689-**, residente à Rua Amaral Peixoto, 57 - Centro, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **24/08/2026** e término em **24/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e LARISSA ROSA CONTATO.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:D592E20A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°109/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 047/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N°109/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 047/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **GISELE DAIANE LUNARDI**, cargo **PROFESSOR AUXILIAR 20 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.166.999-**, residente à Rua Dona Herminia Lupion, 220, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **24/08/2026** e término em **24/02/2027.**

Data da Assinatura: 30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e GISELE DAIANE LUNARDI.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:9C14233E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 044/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 086/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 044/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 086/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **JOSIANE DE ALMEIDA**, cargo **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS**, inscrito no CPF Nº ***.702.509-**, residente à Rua Pierino Rizzoli, 79 - Ouro Verde, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **06/08/2026** e término em **06/02/2027**.

Data da Assinatura: 30/07/2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e JOSIANE DE ALMEIDA.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:81BAA2D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 045/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 087/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 045/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 087/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **DANIELLE MONTEIRO CAVALCANTI**, cargo **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS**, inscrito no CPF Nº ***.389.734-**, residente à Rua Nicanor Sganzerla, 923 - Pioneiros III, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **06/08/2026** e término em **06/02/2027**.

Data da Assinatura: 30/07/2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e DANIELLE MONTEIRO CAVALCANTI.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:540055B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 046/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 088/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 046/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 088/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **ANDRESSA MARQUES CARVALHO**, cargo **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS**, inscrito no CPF Nº ***.815.423-**, residente à Rua José Correia Sobrinho, 162 - Alvorada, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **06/08/2026** e término em **06/02/2027**.

Data da Assinatura: 30/07/2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e ANDRESSA MARQUES CARVALHO.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:BCD93734

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 059/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 001/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 059/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 001/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **YARA PAIVA DE SOUZA**, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO II 30 HORAS,** inscrito no CPF Nº ***.088.639-**, residente à Rua Lucia Salvalagio, 83 - Bom Jesus, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **03/08/2026** e término em **03/02/2027**.

Data da Assinatura: 30/07/2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e YARA PAIVA DE SOUZA.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:77B10883

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 060/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 002/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 060/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 002/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **DANIELA COSTA FRAZÃO DA SILVA**, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO II**, inscrito no CPF Nº ***.427.393-**, residente à Rua Cecília Roecker, 111 - Parque Verde, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **03/08/2026** e término em **03/02/2027**.

Data da Assinatura: 30/07/2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e DANIELA COSTA FRAZÃO DA SILVA.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:B553106A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 061/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 003/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 061/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 003/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **JOANICE DE OLIVEIRA SILVA**, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO II**, inscrito no CPF Nº ***.576.903-**, residente à Rua Libera Zatta, 39 - Bom Jesus, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **03/08/2026** e término em **03/02/2027**.

Data da Assinatura: 30/07/2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e JOANICE DE OLIVEIRA SILVA.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:66B346DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 062/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 004/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 062/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 004/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **NICOLI DE FÁTIMA DE SOUZA CORDEIRO**, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO II 30 HORAS,** inscrito no CPF Nº ***.775.549-**, residente à Rua Clovis Czerniej, 58 - Guilhermina Tenfen, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **03/08/2026** e término em **03/02/2027**.

Data da Assinatura: 30/07/2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e NICOLI DE FÁTIMA DE SOUZA CORDEIRO.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:40C16CED

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 063/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 005/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 063/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 005/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **MARIA JOSE DE OLIVEIRA SANTOS GRABNER**, cargo **PROFESSOR AUXILIAR**, inscrito no CPF Nº ***.275.079-**, residente à Rua Bernardino Voltoline, 234 - Alvorada, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **03/08/2026** e término em **03/02/2027**.

Data da Assinatura: 30/07/2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e MARIA JOSE DE OLIVEIRA SANTOS GRABNER.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:7A3E55B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 064/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 006/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 064/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 006/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **MARCIA MENDES ALVES PEREIRA**, cargo **PROFESSOR AUXILIAR**, inscrito no CPF Nº ***.818.189-**, residente à Rua Rio de Janeiro, 158 - Jardim Progresso, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **03/08/2026** e término em **03/02/2027**.

Data da Assinatura: 30/07/2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e MARCIA MENDES ALVES PEREIRA.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:3BCC2D61

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 064/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 036/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 064/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 036/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **MARIA DOS MILAGRES DA SILVA AMORIM**, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO 20 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.141.143-**, residente à Rua Amaral Peixoto, 265 - Centro, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **03/08/2026** e término em **03/02/2027**.

Data da Assinatura:30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e MARIA DOS MILAGRES DA SILVA AMORIM.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:475E78E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 065/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 007/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 065/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 007/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **JAQUELINE DA SILVA DAL CORTIVO MOESCH**, cargo **PROFESSOR AUXILIAR**, inscrito no CPF Nº ***.239.989-**, residente à Rua Duque de Caxias, 558 - Centro, na cidade de NOVA AURORA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **03/08/2026** e término em **03/02/2027**.

Data da Assinatura: 30/07/2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e JAQUELINE DA SILVA DAL CORTIVO MOESCH.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:BA11A544

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 065/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 037/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 065/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 037/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **ÉRICA THAÍS DISNER**, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO 20 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.247.929-**, residente à Rua João Vicentin, 177 - Parque Verde, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **03/08/2026** e término em **03/02/2027**.

Data da Assinatura:30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e ÉRICA THAÍS DISNER.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:6083853D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 066/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 008/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 066/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 008/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **LÉIA MARTINS DE SOUZA**, cargo **PROFESSOR AUXILIAR**, inscrito no CPF Nº ***.750.699-**, residente à Rua Alberto Tenfen, 490 - Centro, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **03/08/2026** e término em **03/02/2027**.

Data da Assinatura: 30/07/2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e LÉIA MARTINS DE SOUZA.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:69DC2D38

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 066/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 038/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 066/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 038/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **HELENA CALEGARO CHAFRE**, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO 20 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.113.531-**, residente à Rua Arlindo Richart, 49 - Morada Nova, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **03/08/2026** e término em **03/02/2027**.

Data da Assinatura:30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e HELENA CALEGARO CHAFRE.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:C24D91C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 067/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 009/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 067/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 009/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **MARILENE APARECIDA LIMA DOS SANTOS**, cargo **PROFESSOR AUXILIAR**, inscrito no CPF Nº ***.789.109-**, residente à Rua Girassol, 86 - Jardim Tropical, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **03/08/2026** e término em **03/02/2027**.

Data da Assinatura: 30/07/2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e MARILENE APARECIDA LIMA DOS SANTOS.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:9E0204C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 067/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 039/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 067/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 039/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **EDINÉIA RIBEIRO DE ASSIS DE LIMA**, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO 20 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.974.889-**, residente à Rua Adelino Lunardi, 66 - Ouro Verde, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **03/08/2026** e término em **03/02/2027**.

Data da Assinatura:30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e EDINÉIA RIBEIRO DE ASSIS DE LIMA.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:2392F272

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 068/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 010/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 068/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 010/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **SILVIA CRISTIANE GEHLEN**, cargo **PROFESSOR AUXILIAR 30 HORAS,** inscrito no CPF Nº ***.863.699-**, residente à Sitio - Central Santa Cruz, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **03/08/2026** e término em **03/02/2027**.

Data da Assinatura: 30/07/2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e SILVIA CRISTIANE GEHLEN.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:489F9B46

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 068/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 040/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 068/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 040/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **CRISTINA TEREZINHA DE OLIVEIRA CORDOVA**, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO 20 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.987.569-**, residente à Rua Simão Heinzen, 187 - Parque São Paulo, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **03/08/2026** e término em **03/02/2027**.

Data da Assinatura:30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e CRISTINA TEREZINHA DE OLIVEIRA CORDOVA.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:BFF77733

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 069/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 011/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 069/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 011/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **PATRICIA ALINE SCHIEFFERDECKER**, cargo **PROFESSOR AUXILIAR 30 HORAS,** inscrito no CPF Nº ***.667.019-**, residente à Rua Sergio Lazarin, 64 - Novo Horizonte, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **03/08/2026** e término em **03/02/2027**.

Data da Assinatura: 30/07/2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e PATRICIA ALINE SCHIEFFERDECKER.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:D4980E2F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 069/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 041/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 069/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 041/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): LETICIA RIBEIRO DE OLIVEIRA KOMMERS, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO 20 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.422.979-**, residente à Rua Rudolfo Kosinski, 182 - Novo Horizonte, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **03/08/2026** e término em **03/02/2027**.

Data da Assinatura:30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e LETICIA RIBEIRO DE OLIVEIRA KOMMERS.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:1036DB50

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 070/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 012/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 070/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 012/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Cafelândia, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): RENATA APARECIDA DE OLIVEIRA, cargo **PROFESSOR AUXILIAR 30 HORAS,** inscrito no CPF Nº ***.478.839-**, residente à Rua Bernardino Voltolini, 220 - Alvorada, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **03/08/2026** e término em **03/02/2027**.

Data da Assinatura: 30/07/2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e RENATA APARECIDA DE OLIVEIRA.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:29791552

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 070/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 042/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 070/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 042/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Cafelândia, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): EDSILVÂNIA CORDEIRO DOS SANTOS, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO 20 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.173.829-**, residente à Rua Anibale Baldussi, 210 - Daniel Folle, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **03/08/2026** e término em **03/02/2027**.

Data da Assinatura:30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e EDSILVÂNIA CORDEIRO DOS SANTOS.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:29DC2237

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 071/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 013/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 071/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 013/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Cafelândia, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): SOLANGE SEBASTIANA DE LIMA RADEMAH, cargo **PROFESSOR AUXILIAR 30 HORAS,** inscrito no CPF Nº ***.991.269-**, residente à RM Csc a Jts - Central Santa Cruz, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **03/08/2026** e término em **03/02/2027**.

Data da Assinatura: 30/07/2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e SOLANGE SEBASTIANA DE LIMA RADEMAH.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:17BE2AA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 071/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 043/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 071/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 043/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Cafelândia, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): SILVIA CRISTIANE GEHLEN, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO 20 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.863.699-**, residente à Sítio - Central Santa Cruz, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **03/08/2026** e término em **03/02/2027**.

Data da Assinatura:30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e SILVIA CRISTIANE GEHLEN.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:C2CD6EE4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 072/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 044/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 072/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 044/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **LUANA DINIZ GAMBETTA**, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO 20 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.257.799-**, residente à Rua Lingoski, 1414, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **03/08/2026** e término em **03/02/2027**.

Data da Assinatura:30 de julho de 2026.
Assinaturas: JUNIOR MOTTER e LUANA DINIZ GAMBETTA

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:962E0E79

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 073/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 045/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 073/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 045/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **SOLANGE RIBEIRO MARTINS**, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO 20 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.391.319-**, residente à Rua Ancelmo Troian, 140 - Bom Jesus, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **03/08/2026** e término em **03/02/2027**.

Data da Assinatura:30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e SOLANGE RIBEIRO MARTINS.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:FEE0C5EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 074/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 046/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 074/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 046/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **LUNA CAROLINA DE MOURA LANGE**, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO 20 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.264.469-**, residente à Ria Violeta, 49 - Tropical, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **03/08/2026** e término em **03/02/2027**.

Data da Assinatura:30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e LUNA CAROLINA DE MOURA LANGE.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:FBC99583

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 075/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 047/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 075/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 047/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **JULIANA DE SOUZA STEMPNIAK**, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO 20 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.398.889-**, residente à Avenida Presidente Varga, 700 - Centro, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **03/08/2026** e término em **03/02/2027**.

Data da Assinatura:30 de julho de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e JULIANA DE SOUZA STEMPNIAK.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:9AC0D7BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 409/2026 - DRH

PORTARIA N. º 409/2026-DRH

SÚMULA: Concede Licença para Tratamento de Saúde aos servidores.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando a Avaliação Médica Ocupacional expedida por Médico do Trabalho,

R E S O L V E

Art.1º CONCEDER Licença para tratamento de saúde aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo abaixo relacionados.

NOME	CARGO	MATRÍCULA	INÍCIO	TÉRMINO
MARIA CLAUDINA DE SOUZA	COZINHEIRA	767321682	29/07/2026	08/09/2026

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 31 de julho de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:94AA3D70

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE N° 035.2025 - MARMITAS - CREDENCIAMENTO N° 010.2025

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 035/2025
CREDENCIAMENTO N° 010/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 186/2025

Fundamenta-se a presente contratação na hipótese dos art. 78 e 79 da Lei Federal n° 14.133/2021, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n° 14.133 de 1° de abril de 2021, RATIFICO a inexigibilidade de licitação para **CREDENCIAMENTO** de empresas especializadas no fornecimento de refeições prontas, destinadas ao atendimento dos servidores da Secretaria Municipal de Administração.

Objeto: **CREDENCIAMENTO** de empresas especializadas no fornecimento de refeições prontas (marmitas e buffet), destinadas ao atendimento dos servidores da Secretaria Municipal de Administração, bem como das demais Secretarias Municipais quando houver solicitação devidamente autorizada, dentro do perímetro urbano do Município de Cafelândia-PR, podendo, excepcionalmente, ocorrer entrega no Distrito de Central Santa Cruz, conforme Anexo I – Termo de Referência.

EMPRESA CREDENCIADA	LOTES CREDENCIADOS
54.783.488 ROSEMERI LOPES BRAGA CNPJ N° 54.783.488 ROSEMERI LOPES BRAGA	001, 002, 003

Cafelândia/PR, 24 de julho de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:31C2D142

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 018.2026 - CAMISETAS - CREDENCIAMENTO N° 003.2026

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 018/2026
CREDENCIAMENTO N° 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 072/2026

Fundamenta-se a presente contratação na hipótese dos art. 78 e 79 da Lei Federal n° 14.133/2021, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n° 14.133 de 1° de abril de 2021, RATIFICO a inexigibilidade de licitação para **CREDENCIAMENTO** de empresas interessadas no fornecimento de camisetas, camisas, quimonos, jalecos e roupão de banho.

Objeto: **CREDENCIAMENTO** de empresas especializadas para o fornecimento de camisetas, camisas, quimonos, jalecos e roupão de banho, incluindo serviços de personalização, destinados ao atendimento das demandas das diversas Secretarias e Departamentos da Administração Pública Municipal de Cafelândia/PR, conforme necessidade da Administração Municipal.

EMPRESA CREDENCIADA	LOTES CREDENCIADOS
GTX LTDA CNPJ N° 47.101.938/0001-61	001 AO 014
MEINERZ DO BRASIL LTDA CNPJ N° 49.128.590/0001-21	001, 003, 004, 008, 009, 012
TRÊS IRMÃS COMÉRCIO DE TECIDOS LTDA - ME CNPJ N° 11.242.445/0001-02	001, 002, 003, 004, 005, 008, 009, 012, 014

Cafelândia/PR, 24 de julho de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:DDCF39A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 020.2026 - MECANICA ELETRICA - CREDENCIAMENTO N° 005.20

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 020/2026
CREDENCIAMENTO N° 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 074/2026

Fundamenta-se a presente contratação na hipótese dos art. 78 e 79 da Lei Federal n° 14.133/2021, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n° 14.133 de 1° de abril de 2021, RATIFICO a inexigibilidade de licitação para **CREDENCIAMENTO** de empresas especializadas na prestação de serviços de manutenção elétrica automotiva

Objeto: **CREDENCIAMENTO** de empresas especializadas para prestação de serviços de manutenção elétrica automotiva preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra especializada para diagnóstico, reparos, substituições, regulagens, recuperação e demais intervenções necessárias em sistemas elétricos, eletrônicos e eletroeletrônicos de veículos leves e pesados pertencentes à frota do Município de Cafelândia/PR, conforme necessidade da Administração Municipal.

EMPRESA CREDENCIADA	LOTES CREDENCIADOS
FELLIZZETTI & OLIVEIRA LTDA CNPJ N° 46.334.717/0001-70	001, 002, 003, 004, 005 E 008

Cafelândia/PR, 24 de julho de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:50CA9706

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 114/ 2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 114/ 2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/ 2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/ 2026

OBJETO: Aquisição de equipamentos de apoio a locomoção: cadeiras de rodas, cadeiras de banhos, muletas, andador e bengalas.
FORNECEDOR: HEALTH LIFE SOLUCOES MEDICAS E ORTOPEDICAS LTDA
CNPJ/CPF: 57.464.289/0001-17
REPRESENTANTE LEGAL: Bruno Gonçalves Madeira
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 7.177,32
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 31/07/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:0FADF3DE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 115/ 2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 115/ 2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/ 2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/ 2026

OBJETO: Aquisição de equipamentos de apoio a locomoção: cadeiras de rodas, cadeiras de banhos, muletas, andador e bengalas.
FORNECEDOR: K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ/CPF: 10.675.016/0001-58
REPRESENTANTE LEGAL: Osmar José Braga
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 1.062,49
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 31/07/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:60D4D3E1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 116/ 2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 116/ 2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/ 2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/ 2026

OBJETO: Aquisição de equipamentos de apoio a locomoção: cadeiras de rodas, cadeiras de banhos, muletas, andador e bengalas.
FORNECEDOR: NOVORTHEC COMERCIO INTEGRADO LTDA
CNPJ/CPF: 59.834.889/0001-55
REPRESENTANTE LEGAL: Jair Vieira de Avila Neto
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 1.210,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 31/07/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:4D8369BE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 120/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 120/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/ 2026
MODALIDADE Inexigibilidade Nº 18/ 2026

OBJETO: Contratação da empresa DUSOL PRODUÇÕES LTDA, para realização da apresentação teatral "As Despejadas", em alusão ao "Agosto Lilás", com foco na conscientização e enfrentamento à violência contra a mulher, no âmbito da Deliberação nº 04/2024 – CEDM/PR.
FORNECEDOR: DUSOL PRODUCOES LTDA
CNPJ/CPF: 33.161.796/0001-13
REPRESENTANTE LEGAL: RAFAELA DUMOND NEGRELLI
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 8.700,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 24/07/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:82149606

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 82/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 82/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/ 2026
MODALIDADE Inexigibilidade Nº 15/ 2026

OBJETO: Contratação de show artístico da Banda Metrô para apresentação na Festa Junina do Município de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: BANDA METRO SHOWS E EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 12.915.200/0001-53
REPRESENTANTE LEGAL: DILMAR CESAR GRASSI
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 19.800,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 25/06/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:7425483D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

PREVIDÊNCIA SOCIAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PREVICAMP
EDITAL DE CREDENCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES - 2026

EDITAL DE CREDENCIAMENTO
DAS INSTITUIÇÕES

PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL – PREVICAMP

2026

A PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL – PREVICAMP, por meio de sua Diretoria, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna público o presente EDITAL DE CREDENCIAMENTO, que estabelece os critérios e procedimentos para credenciamento de instituições interessadas em receber, administrar, intermediar ou custodiar recursos do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, em conformidade com:
Portaria MTP nº 1.467/2022;
Resolução CMN nº 5.272/2025;
Demais normas aplicáveis à matéria.
As Instituições interessadas deverão observar integralmente as disposições deste Edital e encaminhar a documentação requerida para o endereço eletrônico **previcamp@pmcgs.pr.gov.br**, com o assunto: *Credenciamento – [inserir nome da Instituição]*.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º O presente Edital estabelece os critérios e procedimentos para o credenciamento de instituições no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município de Campina Grande do Sul – PREVICAMP, em estrita conformidade com a Portaria MTP nº 1.467/2022 e a Resolução CMN nº 5.272/2025.
Art. 2º O prévio credenciamento constitui condição obrigatória e imprescindível para que instituições possam receber, administrar, intermediar ou custodiar recursos do RPPS.
Art. 3º O processo de credenciamento observará critérios técnicos, prudenciais e de governança, com o objetivo de assegurar segurança, transparência e aderência à Política de Investimentos e às normas aplicáveis.

CAPÍTULO II
DOS CRITÉRIOS DE CREDENCIAMENTO
Art. 4º O credenciamento das instituições observará, no mínimo, os seguintes critérios:

histórico e experiência de atuação;
volume de recursos sob gestão e administração;
solidez patrimonial;
risco reputacional;
padrão ético de conduta;
aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho; e
cumprimento, pelas instituições, das condições previstas no art. 21, § 2º da Resolução CMN nº 5.272/2025.

CAPÍTULO III
DAS CONDIÇÕES PARA APLICAÇÃO EM FUNDOS DE INVESTIMENTO
Art. 5º O RPPS somente poderá aplicar recursos em classes de cotas de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:
administrador ou gestor classificado como S1 ou S2;
limite máximo de 50% (cinquenta por cento) de recursos de RPPS sob administração;
prévio credenciamento do gestor e do administrador, quando aplicável, junto ao RPPS.

CAPÍTULO IV
DO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO
Art. 6º Deverão ser previamente credenciadas as seguintes instituições:
gestor e administrador dos fundos de investimento;
instituição financeira bancária que irá administrar a carteira de valores mobiliários ou cujos ativos forem selecionados para o investimento dos recursos;
instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que será a responsável, de forma direta, pela intermediação da compra e venda de ativos; e
custodiante.
Art. 7º Deverão ser observados e formalmente atestados pela unidade gestora do RPPS:
registro ou autorização pela CVM, pelo Banco Central do Brasil ou por outro órgão competente e inexistência de suspensão ou inabilitação pelos órgãos reguladores;
observância de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro;
análise do histórico de sua atuação e de seus principais controladores;
experiência mínima de 5 (cinco) anos dos profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros; e
análise quanto ao volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como quanto à qualificação do corpo técnico e segregação de atividades.
Parágrafo único. As informações que não estiverem presentes nos Questionários ANBIMA de *Due Diligence* deverão ser formalmente atestadas pelas instituições interessadas, sob pena de não serem consideradas aptas a receberem recursos do RPPS.
Art. 8º O credenciamento constitui requisito formal de habilitação da instituição, não representando compromisso de alocação de recursos, a qual dependerá de análise técnica específica, compatibilidade com a Política de Investimentos e deliberação do Comitê de Investimentos.

CAPÍTULO V
DO MONITORAMENTO E DA REAVALIAÇÃO
Art. 9º O credenciamento não possui caráter permanente.
Art. 10. Nos termos do art. 1º, § 1º, inciso VI, da Resolução CMN nº 5.272/2025, os responsáveis pela gestão de recursos do RPPS deverão realizar o acompanhamento e a avaliação contínua das instituições credenciadas.
Art. 11. O monitoramento deverá contemplar, no mínimo:
verificação periódica da regularidade perante a CVM e o Banco Central do Brasil;
monitoramento de penalidades, processos administrativos e risco reputacional;
avaliação da aderência da rentabilidade aos respectivos benchmarks;
alterações relevantes na equipe de gestão;
mudanças na classificação prudencial da instituição (S1 ou S2).
Art. 12. A reavaliação formal deverá ocorrer, no mínimo, a cada 24 (vinte e quatro) meses, sem prejuízo de reavaliação extraordinária em caso de fato relevante.

CAPÍTULO VI
DO DESCREDENCIAMENTO
Art. 13. A instituição poderá ser descredenciada, mediante decisão fundamentada do Comitê de Investimentos, quando:
deixar de atender às condições estabelecidas na Portaria MTP nº 1.467/2022 e na Resolução CMN nº 5.272/2025;
sofrer penalidade relevante aplicada por órgão regulador;
apresentar deterioração significativa de controles internos;
apresentar risco reputacional relevante;
descumprir solicitações formais de informações pelo RPPS.
Parágrafo único. O descredenciamento deverá ser formalizado por meio de registro em ata e comunicado formalmente à instituição descredenciada.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 14. Conforme estabelece a Portaria MTP nº 1.467/2022, o Termo de Credenciamento é o documento pelo qual se formaliza a relação entre a unidade gestora do RPPS e a instituição credenciada, demonstrando o cumprimento das condições de sua habilitação e aptidão para intermediar ou receber as aplicações dos recursos.
Art. 15. A assinatura do Termo de Credenciamento não estabelece obrigatoriedade de aplicação ou adesão a nenhum fundo de investimento ou ativo financeiro emitido, administrado e gerido pela instituição credenciada.
Art. 16. Os credenciamentos homologados pela Previdência Social de Campina Grande do Sul – PREVICAMP e que estejam vigentes na data de publicação deste Edital, permanecem válidos até a homologação de processo de novo credenciamento ou até a data do respectivo vencimento.
Art. 17. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Edital serão dirimidos pela Diretoria do RPPS, ouvido o Comitê de Investimentos, quando couber.
Art. 18. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Campina Grande do Sul, 28 de julho de 2026.

INES BALDO FURTADO BORGES
Membro do Comitê de Investimento
Diretora-Presidente

DIOGO GIACOMITI
Membro do Comitê de Investimento
Representante do Conselho Fiscal

RAFAEL CARLOS BERLEZE
Membro do Comitê de Investimento
Representante do Conselho de Administração

ANEXO I
CHECKLIST DA DOCUMENTAÇÃO
A documentação básica a ser enviada pelas instituições está a seguir relacionada. O envio de tal documentação não exime a gestão do RPPS de solicitar documentação adicional caso julgue necessário.

INSTITUIÇÃO				
Gestora	**Administradora**	**Custodiante**	**Emissora de Títulos Bancários**	**Distribuidora**

CHECK	**INFORMAÇÃO**
	Autorização BACEN ou CVM;
	Comprovação de inexistência de suspensão ou inabilitação (CVM ou BACEN);
	Questionário *Due Diligence* da Instituição;
	Termos de Credenciamento (se fundos, contemplar administrador e gestor);
	Relatório de *Rating* de Gestão;
	Relatório de *Rating* de Crédito (Emissoras de Títulos Bancários);
	Contrato de distribuição (apenas para Distribuidor).

Publicado por:
Rubia Carla Camargo Giacomiti Rosvadoski
Código Identificador:E84DDBA9

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 106/2026

Extrato de Contrato
Contrato nº: 106/2026
ID nº: 2026197
Concorrência nº: 1/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA DESTINADOS A EDIFICAÇÕES PÚBLICAS NOVAS E EXISTENTES (REFORMAS E AMPLIAÇÕES), A SEREM DESENVOLVIDOS EM SOFTWARE COMPATÍVEL COM O SISTEMA BIM – BUILDING INFORMATION MODELING E/OU EM AUTOCAD 2D (FORMATO .DWG), CONFORME O DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.
Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - CNPJ 76.105.600/0001-86
Empresa: PAVILION ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 21.375.119/0001-19
Valor total: R$ 648.055,00. **Vigência:** 12 meses.
A fiscalização da contratação será de responsabilidade do(s) servidor(es) relacionado(s) abaixo:

Nome	Cargo
RHAIZA TALISSA DE AGUIAR BERO	FISCAL

Campina Grande do Sul, 20 de Julho de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:D1A8171A

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 55/2026

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Pregão nº 55/2026
Processo nº 117/2026
Eu, Luiz Carlos Assunção, **Prefeito Municipal**, no uso das atribuições que me foram conferidas na Lei Federal nº 14.133/21 e com base no Parecer Jurídico que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** o julgamento proferido pelo Agente de Contratação, referente ao processo Pregão nº 55/2026, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ELÉTRICA PREDIAL GERAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, A SEREM EXECUTADOS NOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL., em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), conforme relatório(s) de julgamento disponível(is) no sistema eletrônico Compras BR (www.comprasbr.com.br) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
INTERNAS TELECOMUNICAÇÕES LTDA	05.468.894/0001-62	R$ 294.000,00

Determino, ainda, que o presente Termo de Adjudicação e Homologação seja devidamente publicado, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).

Campina Grande do Sul, 31/07/2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:20005F27

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA Nº 14/2026

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
Dispensa nº 14/2026
Processo nº 197/2026
Eu, Luiz Carlos Assunção, **Prefeito Municipal**, no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no Art. 72, VIII da Lei Federal nº 14.133/2021 e considerando os elementos contidos no presente processo de contratação direta e no Parecer Jurídico que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação, **AUTORIZO** e **HOMOLOGO** o presente processo administrativo de Dispensa n°. 14/2026, que tem por objeto FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO DE PROGRAMA Nº 133/2026, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL E O CONSÓRCIO METROPOLITANO DE SERVIÇOS DO PARANÁ – COMESP, QUE TEM COMO OBJETIVO CAPACITAR A REDE DE PROTEÇÃO À MULHER E FORTALECER A ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUE TRABALHAM NA PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO, GARANTINDO UM ATENDIMENTO MAIS QUALIFICADO, HUMANIZADO E INTEGRAL ÀS MULHERES VITIMAS DE VIOLÊNCIA, em favor do(s) contratado(s) abaixo relacionado(s).

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
CONSÓRCIO METROPOLITANO DE SERVIÇOS DO PARANÁ – COMESP	08.061.295/0001-18	R$ 5.364,71

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br)

Campina Grande do Sul, 31/07/2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:5872B8A0

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA INEXIGIBILIDADE Nº 83/2026

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
Inexigibilidade nº 83/2026
Processo nº 185/2026
Eu, Luiz Carlos Assunção, **Prefeito Municipal**, no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no Art. 72, VIII da Lei Federal nº 14.133/2021 e considerando os elementos contidos no presente processo de contratação direta e no Parecer Jurídico que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação, **AUTORIZO** e **HOMOLOGO** o presente processo administrativo de Inexigibilidade n°. 83/2026, que tem por objeto INSCRIÇÃO PARA O CURSO: "GESTÃO DE PESSOAS DO SUAS", PARA A SERVIDORA: CAROLINA RIBAS (DIRETOR II) - MATRÍCULA N° 329384, A SER REALIZADO NA MODALIDADE ONLINE NOS DIAS 27 E 28 DE AGOSTO DE 2026, em favor do(s) contratado(s) abaixo relacionado(s).

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
VERRINO COELHO DE CONGRESSOS E CAPACITAÇÕES LTDA	37.811.797/0001-17	R$ 550,00

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único, da Lei Federal

nº 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br)
Campina Grande do Sul, 31/07/2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:46986DCF

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA INEXIGIBILIDADE Nº 84/2026

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
Inexigibilidade nº 84/2026
Processo nº 174/2026
Eu, Luiz Carlos Assunção, **Prefeito Municipal**, no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no Art. 72, VIII da Lei Federal nº 14.133/2021 e considerando os elementos contidos no presente processo de contratação direta e no Parecer Jurídico que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação, **AUTORIZO** e **HOMOLOGO** o presente processo administrativo de Inexigibilidade n°. 84/2026, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CAPACITAÇÃO PRÁTICA COM A TEMÁTICA SEXUALIDADE E GÊNERO COMO FERRAMENTAS DE ACOLHIMENTO E ATUAÇÃO NO SUAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, em favor do(s) contratado(s) abaixo relacionado(s).

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
ASSOCIACAO BRASILEIRA DE PROFESSORES DE NIVEL SUPERIOR II	27.580.036/0001-48	R$ 5.200,00

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br)
Campina Grande do Sul, 31/07/2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:4DC44649

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº033/2026

ATUALIZA O VALOR DA UFM PARA O SEGUNDO SEMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2026, CONFORME ESTABELECIDO PELO ART. 375 DA LEI COMPLEMENTAR 001 DE 18 DEZEMBRO DE 2008.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, Prefeito do Município de Campo do Tenente, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o disposto no art. 375 do Código Tributário Municipal, que determina a atualização periódica da Unidade Fiscal do Município – UFM;

CONSIDERANDO a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M apurada no período compreendido entre julho e dezembro de 2025;

DECRETA:

Art. 1º Fica atualizado o valor da UFM para o segundo semestre do exercício de 2025, estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 001 de 18 de dezembro de 2008, nos termos do art. 375, como segue:

- 01 UFM Valor R$ 63,78 (Sessenta e três reais e setenta e oito centavos).
Atualização
Cálculo: valor * fator = R$63,78 * 1,032763
VALOR ATUALIZADO = R$ 65,87 (Sessenta e cinco reais e oitenta e sete centavos).
Os valores do índice utilizados neste cálculo foram:
Janeiro-2026 = 0,41%; Fevereiro-2026 = -0,73%; Março-2026 = 0,52%; Abril-2026 = 2,73%; Maio-2026 = 0,84%; Junho-2026 = -0,50%.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário, em especial o decreto 002/2026.

Campo do Tenente – PR, 31 de julho de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:5EF438FC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº272/2026

EXONERA MONITORA DE ALUNOS DE CARGO PÚBLICO MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Campo do Tenente, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Fica exonerada a pedido, no respectivo Cargo de Monitora de Alunos, com vínculo em Cargo Público, Suellen Micaelly Miranda, inscrita no CPF sob nº 091.XXX.329-XX, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros até 29 de Julho de 2026, revogando as disposições em contrário.

Campo do Tenente, 31 de Julho de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:72703291

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 640/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$

195.000,00 (Cento e noventa e cinco Mil Reais) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 195.000,00 (Cento e noventa e cinco Mil Reais), como segue:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
Unidade: 02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
12.361.1006.2.006 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR			
3.3.90.32.00.00	Bem ou serviço para Distribuição gratuita	0111	5.000,00
3.3.90.32.00.00	Bem ou serviço para Distribuição gratuita	0000	190.000,00
TOTAL			**195.000,00**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados recursos de excesso de arrecadação no valor de R$ 195.000,00 (Cento e noventa e cinco Mil Reais), proveniente da fonte: 0111, 0000.

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 31 de julho de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:ACE447F2

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 641/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 35.000,00 (Trinta e cinco Mil Reais) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 35.000,00 (Trinta e cinco Mil Reais), como segue:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
Unidade: 02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
12.361.1006.2.006 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR			
3.3.90.32.00.00	Bem ou serviço para Distribuição gratuita	0111	35.000,00
TOTAL			**35.000,00**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados recursos de anulação parcial de dotação no valor de R$ 35.000,00 (Trinta e cinco Mil Reais), proveniente da fonte: 0111.

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
Unidade: 02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
12.361.1006.2.005 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO			
3.3.90.32.00.00	Bem ou serviço para Distribuição gratuita	0111	35.000,00
TOTAL			**35.000,00**

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 31 de julho de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:F0801C84

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

O Município de Campo Magro/PR torna público com base na Lei Federal n.º 14.133/2021, Lei Complementar de n.º 123/2006, pelo Decreto Municipal nº 22/2024 e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus anexos, que realizará Licitação sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** com critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR LOTE**, e modo de disputa **ABERTO**.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em outsourcing de impressão (locação de impressoras e copiadoras; multifuncionais copiadoras; impressora plotter; laser/jato de tinta e scanner profissional) com fornecimento de equipamentos novos, e total manutenção e fornecimento de insumos, tais como: toner, cartuchos, cilindros, reveladores, entre outros, (exceto papel), em atendimento às necessidades das dependências da Prefeitura Municipal de Campo Magro/PR.

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$ 742.546,68 (setecentos e quarenta e dois mil, quinhentos e quarenta e seis reais e sessenta e oito centavos).

DATA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA: 17/08/2026 às 09h00min (horário Oficial de Brasília), no site www.bnc.org.br. O edital está disponível no endereço acima mencionado, através de download no site da Prefeitura (Portal da Transparência), ou por solicitação via e-mail: pregoeiro@campomagro.pr.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas através dos telefones: (41) 3677-4042/4044.

Campo Magro/PR, 31 de julho de 2026.

ELAINE PROENÇA ERDEMAN
Agente de Contratação
Decreto Nº 394/2025

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:C0684E48

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 092/2026

CONTRATO Nº 092/2026. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2026. PROCESSO 2.360/2026. CONTRATANTE. MUNICÍPIO DE CANDÓI **(**CNPJ nº 95.684.478/0001-94). **CONTRATADO:** ALAN MARCUS BLANC & CIA LTDA (CNPJ nº 08.691.549/0001-81). **OBJETO:** Fornecimento de materiais e serviços de engenharia para execução de fechamento perimetral da pista de laço no Centro de Eventos Antônio Loures Alves, contemplando cerca, muro, brete, piso e escadas. **VALOR: R$ 700.000,00 (setecentos mil reais)**. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses contados da sua assinatura. Os prazos contratuais serão automaticamente prorrogados, independentemente de termo aditivo, quando a obra não for inteiramente concluída no período fixado,

ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento, conforme dispositivo do Art. 111 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. **PRAZO DE EXECUÇÃO:** 4 (quatro) meses, contados da assinatura da ordem de serviço, sem a qual, ficará vedado o início da obra. **DOTAÇÃO:** 13.003.15.451.0003.2065 – Manutenção do Depto. de Urbanismo e Engenharia; conta: 04420; Fonte: 00000 – Recursos Ordinários (Livre); natureza de despesa: 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações. **FISCAL:** Adriano Aparecido de Oliveira. **GESTOR:** Charles Eloi Echer. **DATA DE ASSINATURA:** 31/07/2026. **FORO:** Comarca de Guarapuava – PR. **VALIDAÇÃO DA AUTENTICIDADE DAS ASSINATURAS:** https://candoi.1doc.com.br/verificacao/66C8-5638-837C-FAAA

Publicado por:
Rodrigo Miss
Código Identificador:83ACB938

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO N. º 05/2026

EXTRATO DE CONTRATO N. º 05/2026
REF.: DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 03/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO N° 05/2026
FUNDAMENTAÇÃO: Art. 75, incido II, da Lei Federal 14.133, de 01 de abril de 2021.
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR, CNPJ n° 01.513.101/0001-29.
CONTRATADA: M.P. BAUER COMERCIO DE PAPELARIA LTDA, CPNJ 07.878.819/0001-03.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para confecção, fornecimento e instalação de painéis em ACM, sendo um painel contendo letreiro com iluminação retroversa, e outro painel com a imagem do brasão do município, a serem instalados na fachada principal da Câmara Municipal de Capitão Leônidas Marques, conforme projeto existente (CATSER 17639).
VALOR: O valor justo e contratado para a aquisição dos produtos, objeto deste contrato é de R$ 5.752,00 (cinco mil, setecentos e cinquenta e dois reais).
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente instrumento contratual será de 06 (seis) meses, com início a partir da assinatura do Termo Contratual, com possibilidade de renovação de acordo a Lei 14.133/2021.
DOTAÇÃO: Os recursos para custeio do presente Contrato serão provenientes da seguinte dotação orçamentária:
3.3.90.39.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 31 de julho de 2026.

SIDINEI JOSÉ GIUSTI
Presidente

Publicado por:
Eduarda Bianca de Oliveira Prause da Silva
Código Identificador:A021F249

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. º 03/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 05/2026

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, ESTADO DO PARANÁ, por seu Presidente Sr. Sidinei José Giusti e através do presente instrumento, com base na Lei n.º 14.133/2021, adjudica e homologo a Dispensa de Licitação n.º 03/2026, para a contratação de empresa especializada para confecção, fornecimento e instalação de painéis em ACM, sendo um painel contendo letreiro com iluminação retroversa, e outro painel com a imagem do brasão do município, a serem instalados na fachada principal da Câmara Municipal de Capitão Leônidas Marques, conforme projeto existente (CATSER 17639), em favor da empresa **M. P. BAUER COMERCIO DE PAPELARIA LTDA**, com sede na Avenida Iguaçu, n° 229, centro, CEP: 85.790-001, Município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º 07.878.819/0001-03, pelo valor total de R$ 5.752,00 (cinco mil, setecentos e cinquenta e dois reais), nos termos do Artigo 75, Inciso II da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.
A homologação da presente Dispensa de Licitação é feita nos termos do artigo 71, inciso IV da Lei n.º 14.133/2021, tendo em vista a manifestação da Agente de Contratação e equipe de apoio que, em análise aos documentos apresentados pela empresa vencedora, constatou o atendimento de todas as condições previstas na lei.
A empresa fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados.
Por fim, autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação e Homologação no Diário Oficial, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei n.º 14.133/2021.
Capitão Leônidas Marques – PR, em 31 de julho de 2026.

SIDINEI JOSÉ GIUSTI
Presidente

Publicado por:
Eduarda Bianca de Oliveira Prause da Silva
Código Identificador:CD8455AE

GABINETE PREFEITO
DECRETO Nº 290/2026 DATA: 31-07-2026

SÚMULA: Exonera a pedido a servidora que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a servidora **Lucineia Francisco de Melo**, RG-CPF. nº 069.***.***-95, matrícula funcional nº 124232/2, ocupante do cargo de Professor(a), LF-02, Nível C, Classe 1, desta Municipalidade

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques – PR, 31 de julho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiano Junior Bertramelli
Código Identificador:A3658D27

GABINETE PREFEITO
DECRETO N º 291/2026 DATA: 31-07-2026

SÚMULA: Decreta o rompimento de vínculo da empregada pública que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais, com base no artigo 37, § 14, da Constituição Federal, e nos Acórdãos nº 682/22 e nº 1866/23, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; e

Considerando o pedido de rompimento de vínculo protocolado pela empregada pública municipal, em 31/07/2026, sob nº 11894, com anexo a carta de concessão do benefício previdenciário.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica decretado o rompimento de vínculo com esta municipalidade, da empregada pública municipal **Edi Batista de Oliveira**, RG-CPF. nº 019.***.***-86, ocupante do emprego público de Agente de Combate as Endemias, em razão da aposentadoria concedida pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, através do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques – PR, 31 de julho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiano Junior Bertramelli
Código Identificador:E5392001

GABINETE PREFEITO
PORTARIA N° 317/2026

PORTARIA Nº 317/2026

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Everton Kuhn Bittencourt	Motorista	01 (uma)	Foz do Iguaçu – PR	29 de julho de 2026.	Hospital e poli ambulatório Nossa Senhora Aparecida.
Elenoir Lucas Fontana	Motorista	01 (uma)	Guarapuava – PR	29 de julho de 2026.	Hospital Regional Centro Oeste – Guarapuava.
Regina Cristina Antunes	Secretária de Saúde	01 (uma)	Cascavel – PR	30 de julho de 2026.	Reunião Ordinária CRESEMS.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 31 de julho de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helytana Raquel Sabadini
Código Identificador:6F91424C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N.º 029/2026

Com o presente **convocamos** o(a)s candidato(a)s abaixo relacionado(a)s, aprovado(a)s no Concurso Público Municipal, referente ao Edital de Concurso Público nº 001/2025, homologado pelo Edital nº 17.001/2025, para provimento de cargos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Município de Capitão Leônidas Marques, com vistas a nomeação e posse nos respectivos cargos efetivos, observado as seguintes condições:
1. DA ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA E ENTREGA DOS DOCUMENTOS:
1.1.O(A)s candidato(a)s relacionado(a)s no Anexo I deste edital, após receber(em) a convocação, deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques – PR., situada na Av. Tancredo Neves, 502 – Centro – Capitão Leônidas marques – PR., no prazo de até **03 (três) dias úteis**, no horário compreendido entre às 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, para assinar o termo de interesse na vaga.
1.2. Manifestado o interesse na vaga, o(a) candidato(a) terá até 30 (trinta) dias para entregar a documentação relacionada no Anexo II deste Edital.
1.3.Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante do Anexo II acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.
1.4.O não comparecimento nos termos do item 1. acima, implicará a renúncia tácita do convocado e, consequentemente, a perda do direito à nomeação ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.
2. DOS EXAMES MÉDICOS
2.1.O(A)s candidato(a)s deverão apresentar os exames clínicos necessários de acordo com o cargo a ser ocupado, quando da realização do exame médico admissional, realizado por um Médico do Trabalho, atestando a aptidão física e mental para o exercício do cargo.
3. DA AVALIAÇÃO PARA PcD e AFRODESCENDENTE
3.1. O candidato na condição de pessoa com deficiência, mesmo que aprovado e classificado no Concurso Público, por ocasião de sua convocação para contratação, será submetido a uma avaliação por uma Junta Médica para comprovar a compatibilidade da deficiência com as atividades a serem exercidas.
3.2. O candidato a vaga de afrodescendente mesmo que aprovado e classificado no Concurso Público, será avaliado pela Comissão de Acompanhamento do Ingresso de Afrodescendente, a ser instituída pela Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques.
4. DOS ATOS DE NOMEAÇÃO
4.1.A publicação do ato de nomeação se dará por meio de Decreto, publicado no Órgão oficial do município.
5. DA POSSE
5.1. Cumpridas as exigências constantes neste Edital, o(a)s candidato(a)s deverão se apresentar na Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, PR., para serem empossado(a)s e receberem instruções sobre o local de trabalho para os quais serão designado(a)s.

Capitão Leônidas Marques-PR, 31 de julho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

ANEXO I

RELAÇÃO DE CANDIDATO(A)

CARGO: Professor
Candidatos(as):

- Angela Silveira Brum
- Jackieli Cristina da Veiga

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

I - Cédula de Identidade (R.G.);
II - Certificado de reservista, quando couber;
III - Título de eleitor;
IV - Certidão de quitação eleitoral;
V -- Cadastro de Pessoa Física (C.P.F.);
VI - Carteira Nacional de Habilitação – Categoria "C' ou "D", conforme o cargo;
VII - Certidão de nascimento ou casamento;
VIII - Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos, quando couber;
IX - Uma foto 3X4 recente, tirada de frente;
X - Comprovante de escolaridade, conforme o caso;
XI - Registro no órgão fiscalizador do exercício profissional, quando couber;
XII - Atestado de sanidade física e mental, atestando a capacidade para o exercício do cargo;
XIII - Certidão de antecedentes criminais, tirada junto ao fórum da Vara Criminal da Comarca onde reside o futuro servidor(a);
XIV - Certidão negativa criminal federal;
XV - Declaração de que não ocupa outro cargo ou função pública, salva em casos de acumulação legal prevista no artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal;
XVI - Declaração de que está no gozo dos direitos políticos;

XVII - Declaração de não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática desabonadora, ou demissão por justa causa;
XVIII - Declaração de Bens e Valores;
XIX - Declaração de Dependentes para fins de Imposto de Renda;
XX - Comprovante de inscrição do PIS/ PASEP ativo vigente (Extrato C.E.F. ou Bco. do Brasil);
XXI - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
XXII - Comprovante de Residência atual;
XXIII - Comprovante de pagto. da anuidade do órgão fiscalizador do exercício profissional e documento de registro no órgão de classe (cópia), quando couber;

Obs: Apresentar original e cópia dos documentos. As cópias deverão ser legíveis, sem corte de parte do documento. Os documentos menores poderão constar na mesma folha.

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:C45B6452

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N.º 030/2026

Com o presente **convocamos** o(a)s candidato(a)s abaixo relacionado(a)s, aprovado(a)s no Processo Seletivo Simplificado, referente ao Edital nº 001/2026, de acordo com o Edital de Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2026, de 01 de junho de 2026, para provimento de Emprego Público do Município de Capitão Leônidas Marques, nos termos da Lei Municipal nº 2.718/2024, com vistas a contratação no respectivo emprego público, observado as seguintes condições:

DO COMPARECIMENTO DO(A) CANDIDATO(A) E DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS:
1.O(A)s candidato(a)s relacionado(a)s no Anexo I deste edital, após receberem a convocação, deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques – PR., situada na Av. Tancredo Neves, 502 – Centro – Capitão Leônidas marques – PR., no prazo de até **03 (três) dias úteis**, no horário compreendido entre às 7h45min às 11h45min e dás 13h30min as 17h30min, **para fins de contratação em 10 de agosto de 2026.**
1.1.Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante do Anexo II acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.
1.2.O não comparecimento nos termos do item 1. acima, resultará na aplicação do contido no item 11.3 do Edital do Processo Seletivo.

DAS VAGAS
2. A presente convocação destina-se ao preenchimento de vagas para o emprego público de Professor, exclusivamente para atuação no **período matutino (05 vagas) e para o período vespertino (04 vagas)**, em atendimento à necessidade existente na Rede Municipal de Ensino, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação.
2.1. A definição do período de trabalho observa o disposto no item 13.6 do Edital nº 001/2026, segundo o qual os serviços poderão ser prestados nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e Escolas da Rede Municipal de Ensino, em suas respectivas localidades, nos períodos matutino e/ou vespertino, em horário a ser determinado pela Administração, de acordo com a necessidade da rede municipal de ensino.
2.2. O candidato convocado que não possuir disponibilidade para exercer suas atividades no **período vespertino** poderá formalizar a solicitação de deslocamento para final da lista de aprovados, aplicando-se as disposições previstas no Edital do Processo Seletivo Simplificado.

OS EXAMES MÉDICOS
3.O(A)s candidato(a)s deverão apresentar os exames clínicos necessários de acordo com o emprego a ser ocupado, quando da realização do exame médico admissional, realizado por um Médico do Trabalho, atestando a aptidão física e mental para o exercício da função.
DA AVALIAÇÃO PARA PcD e AFRODESCENDENTE
4. O candidato na condição de pessoa com deficiência, mesmo que aprovado e classificado no Processo Seletivo Simplificado, por ocasião de sua convocação para contratação, será submetido a uma avaliação por uma Junta Médica para comprovar a compatibilidade da deficiência com as atividades a serem exercidas.
4.1. O candidato a vaga de afrodescendente mesmo que aprovado e classificado no Processo Seletivo Simplificado, será avaliado pela Comissão de Acompanhamento do Ingresso de Afrodescendente, a ser instituída pela Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques.
DOS ATOS DE CONTRATAÇÃO
5.A publicação do ato de contratação se dará por meio de Decreto, publicado no Órgão oficial do município.
5.1 Cumpridas as exigências constantes neste Edital, o(a)s candidato(a)s deverão se apresentar na Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, PR., para serem contratado(a)s e receberem instruções sobre o local de trabalho para os quais serão designado(a)s.

Capitão Leônidas Marques - PR, 31 de julho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

ANEXO I

RELAÇÃO DE CANDIDATOS

Emprego Público: Professor
Candidato(a)s:

Marilene de Fátima de Oliveira Medeiros
Marli da Silva
Andreia Cristiane Brustolon
Loreni Boof Anible Morsch
Teresinha Aparecida Machado Matiello
Lidiane Aparecida Fagundes
Ronice Inês Morsch
Ivanir Costa de Linhares
Fernanda Aparecida Ody Gnoatto

ANEXO II
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

I - Cédula de Identidade (R.G.);
II - Certificado de reservista, quando couber;
III - Título de eleitor;
IV - Certidão de quitação eleitoral;
V -- Cadastro de Pessoa Física (C.P.F.);
VI - Carteira Nacional de Habilitação – Categoria "C' ou "D", conforme o cargo;
VII - Certidão de nascimento ou casamento;
VIII - Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos, quando couber;
IX - Uma foto 3X4 recente, tirada de frente;
X - Comprovante de escolaridade, conforme o caso;
XI - Registro no órgão fiscalizador do exercício profissional, quando couber;
XII - Atestado de sanidade física e mental, atestando a capacidade para o exercício do cargo;
XIII - Certidão de antecedentes criminais, tirada junto ao fórum da Vara Criminal da Comarca onde reside o futuro servidor(a);
XIV - Declaração de que não ocupa outro cargo ou função pública, salva em casos de acumulação legal prevista no artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal;
XV - Declaração de que está no gozo dos direitos políticos;
XVI - Declaração de não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática desabonadora, ou demissão por justa causa;
XVII - Declaração de Bens e Valores;
XVIII - Declaração de Dependentes para fins de Imposto de Renda;
XIX - Comprovante de inscrição do PIS/ PASEP ativo vigente (Extrato C.E.F. ou Bco. do Brasil);
XX - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
XXI - Comprovante de Residência atual;

XXII - Comprovante de pagto. da anuidade do órgão fiscalizador do exercício profissional e documento de registro no órgão de classe (cópia), quando couber;
Obs: Apresentar original e cópia dos documentos. As cópias deverão ser legíveis, sem corte de parte do documento. Os documentos menores poderão constar na mesma folha.

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:CD05F565

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 319/2026 DATA: 31-07-2026

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base nos Artigos 86 e 87, da Lei 1.784/2012, de 23/03/2012,

R E S O L V E
Art. 1º. Concede aos Servidores Públicos abaixo relacionados, Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme atestado médico, no seguinte período:

Matríc.	Servidor (a)	Cargo	Início	Término	Dias
124516/1	Claudia Karine Kersch Gossler	Merendeira	02-07-26	03-07-26	02
121713/1	Legia Maria Castoldi Mantovani	Professor – LF 01	26-06-26	10-07-26	15
119221/1	Luciana Decezaro Colombo	Professor de Educação Infantil	29-06-26	12-07-26	12
123568/1	Maria Rosa Chagas Dallazen	Professor – LF 01	26-06-26	28-06-26	03
120911/1	Marinez Maria Manfrin Cecato	Zelador(a)	09-07-26	10-07-26	02
123953/1	Rosane Os Emer	Zelador(a)	22-07-26	04-08-26	14
124461/1	Tatiane Welter Scherer	Professor – LF 01	22-06-26	23-06-26	02

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 31 de julho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:56966990

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 320/2026 DATA: 31-07-2026

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 139 e seguintes da Lei Orgânica Municipal e com base na Lei Municipal nº 1.785/2012, de 23/03/2012,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder promoção, com elevação de 01 (uma) referência, a partir do mês de julho de 2026, aos Servidores Públicos abaixo relacionados, pela conclusão de 100 (cem) horas de cursos de atualização, de acordo com o Artigo 16º da Lei Municipal nº 1.785/2012 (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais), passando a ocupar a referência abaixo mencionada:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Tabela de Vencimento	Ref.
124050/1	Kelly Mendes	Fonoaudiólogo(a)	I	59
123496/1	**Laurentina da Silva Beber**	Zelador(a)	II	14
123799/1	Mayla Vieira Cangussu	Assistente Social	I	64
123408/1	**Michael Douglas de Almeida Ruths**	Agente Comunitário de Saúde	I	58
124010/1	**Rosangela Ana Mandelli de Melo**	Agente de Administração	I	37

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 31 de julho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:D41858F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 321/2026 DATA: 31-07-2026

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 139 e seguintes da Lei Orgânica Municipal e com base na Lei Municipal nº 1.785/2012, de 23/03/2012,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder promoção, com elevação de 03 (três) referências, a partir do mês de julho de 2026, a Servidora Pública abaixo relacionada, pela conclusão de ***Especialização lato sensu*** (Pós-Graduação), de acordo com o Inciso III do Artigo 15 da Lei Municipal nº 1.785/2012 (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais), passando a ocupar a referência abaixo mencionada:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Tabela de Vencimento	Ref.
124050/1	Kelly Mendes	Fonoaudiólogo(a)	I	62

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 31 de julho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:B1DAC1C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
TERMO ADITIVO Nº. 001/2026. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 040/2026. TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. º 001/2026.

Que entre si celebram. De um lado o ***FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Av. Tibagi, 375, Município de Capitão Leônidas Marques Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 09.401.856/0001-43, neste ato devidamente representado pela Secretária Municipal de Saúde, senhora *REGINA CRISTINA ANTUNES* e de outro lado a empresa ***EMR SERVIÇOS LTDA***, com sede na Rua Marins Mendes de Abreu, nº 1865, Jardim Farah, CEP: 85.140-000, Município de Candoi, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 58.938.717/0001-69, neste ato representada legalmente pelo Sr. *ELIEL MISS RIZNECK,* CPF sob nº 093.481.279-93. Fundamentando-se na Lei 14.133, e conforme previsão contratual, ajustando o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação do prazo de vigência e de prestação de serviços emergencial e temporária de serviços terceirizados de limpeza, asseio e conservação, mediante o regime de execução indireta, com natureza continuada, com dedicação exclusiva de mão de obra em caráter temporário, atendendo a Secretaria Municipal de Saúde e suas respectivas unidades, para até mais 06 (seis) meses a partir do seu vencimento, mantidas as demais condições firmadas em 30 de janeiro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
Soma-se ao valor inicialmente contrato o total de R$ 218.817,72 (duzentos e dezoito mil, oitocentos e dezessete reais e setenta e dois centavos), referente ao período de renovação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA
Fica prorrogada a vigência e prestação dos serviços para até 30 de janeiro de 2027.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Ratificam-se as demais disposições do Contrato de origem não modificadas por este instrumento.

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 30 de julho de 2026.

REGINA CRISTINA ANTUNES
Secretária Municipal de Saúde

EMR SERVIÇOS LTDA
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:D1A40F98

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO N° 14/2026 – CMAS

SÚMULA – Dispõe sobre a renovação da inscrição da Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI São Vicente de Paulo no Conselho Municipal de Assistência Social Carlópolis – PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS do Município de Carlópolis- PR, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº1.390 de 05 de novembro de 2018, fundamentadas na Lei Federal n° 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e suas alterações através da Lei n° 12.435/2011, Resolução CNAS nº 109/2009 e em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS,

CONSIDERANDO a reunião extraordinária realizada no dia 31 de julho de 2026, às 9 horas, conforme registrado na Ata nº 12/2026;

CONSIDERANDO a competência do CMAS para proceder à inscrição e ao acompanhamento das entidades e organizações de assistência social;

CONSIDERANDO que as Instituições de Longa Permanência para Idosos devem manter equipe compatível com o atendimento prestado, observando as normativas do SUAS e demais legislações específicas aplicáveis, dentre elas a Resolução RDC nº 502/2021 da ANVISA;

CONSIDERANDO que, durante a análise do Plano de Ação, do Plano de Trabalho e da documentação da entidade, foi constatada a ausência temporária de profissional de Serviço Social na equipe técnica, em razão do desligamento da profissional anteriormente vinculada à instituição, situação que demanda adequação da equipe, mediante nova contratação, nos termos das normativas aplicáveis;

CONSIDERANDO que a instituição informou ao Conselho Municipal de Assistência Social que já está adotando as providências necessárias para a recomposição da equipe técnica;

CONSIDERANDO que a inscrição da entidade no CMAS constitui requisito para o reconhecimento de sua atuação como entidade socioassistencial e para o acompanhamento permanente de suas atividades pelo Conselho;

CONSIDERANDO o Ofício nº 024/2026, encaminhado pela Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI São Vicente de Paulo, por meio do qual informa que, em caráter temporário, o acompanhamento técnico de Serviço Social está sendo realizado por profissional de referência regional, não integrando a equipe própria da instituição, bem como que estão sendo adotadas as providências para a contratação de profissional de Psicologia e para a regularização da equipe técnica;

CONSIDERANDO que o Plenário deliberou pela aprovação com ressalva, concedendo à instituição o prazo de 6 (seis) meses para comprovar a regularização da equipe técnica, sem prejuízo do acompanhamento e fiscalização pelo CMAS;

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar, com ressalva, a renovação da inscrição da Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI São Vicente de Paulo junto ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Art. 2º A instituição deverá promover a recomposição de sua equipe técnica, mediante contratação de profissional de Serviço Social, observando as normativas vigentes, no prazo máximo de 6 (seis) meses, contados da reunião extraordinária realizada em 31 de julho de 2026.

Art. 3º A comprovação da regularização deverá ser apresentada ao CMAS dentro do prazo estabelecido, para fins de acompanhamento e manutenção da inscrição.

Art. 4º Decorrido o prazo previsto no art. 2º sem a comprovação da regularização da equipe técnica, o Conselho Municipal de Assistência Social promoverá nova análise da situação da entidade, assegurando-lhe o direito de apresentar justificativas e documentação pertinente, deliberando, posteriormente, sobre a manutenção da inscrição ou sobre as providências administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Carlópolis, 31 de julho de 2026.

JUAN ROQUE ABILIO
Presidente do CMAS

Publicado por:
Fabiele Abucarub Miranda Domingues
Código Identificador:C91F8031

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO N° 15/2026 – CMAS

SÚMULA – Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação e Plano de Trabalho da Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI São Vicente de Paulo, para fins de repasse de subvenção social Carlópolis – PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS do Município de Carlópolis- PR, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº1.390 de 05 de novembro de 2018, fundamentadas na Lei Federal n° 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e suas alterações através da Lei n° 12.435/2011, Resolução CNAS nº 109/2009 e em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS,

CONSIDERANDO a reunião extraordinária realizada no dia 31 de julho de 2026, às 9 horas, conforme registrado na Ata nº 12/2026;

CONSIDERANDO a competência do CMAS para deliberar sobre a política de assistência social e exercer o controle social dos recursos destinados às entidades socioassistenciais;

CONSIDERANDO a apresentação e análise do Plano de Ação e do Plano de Trabalho da Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI São Vicente de Paulo, visando ao recebimento de recursos públicos mediante subvenção social;

CONSIDERANDO que, durante a análise documental, foi constatada a ausência de profissional de Serviço Social na equipe técnica da instituição, em razão do desligamento no início do ano do referido profissional;

CONSIDERANDO que o Plano de Ação e o Plano de Trabalho apresentados demonstram a continuidade da prestação do serviço de acolhimento institucional à pessoa idosa, justificando o repasse da subvenção social, sem prejuízo da necessidade de regularização da equipe técnica;
CONSIDERANDO o Ofício nº 024/2026, encaminhado pela Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI São Vicente de Paulo, por meio do qual informa que, em caráter temporário, o acompanhamento técnico de Serviço Social está sendo realizado por profissional de referência regional, não integrando a equipe própria da instituição, bem como que estão sendo adotadas as providências para a contratação de profissional de Psicologia e para a regularização da equipe técnica;
CONSIDERANDO a deliberação do plenário pela aprovação do Plano de Ação e Plano de Trabalho com ressalva, condicionando a manutenção da aprovação à regularização da equipe técnica;
RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar, com ressalva, o Plano de Ação e o Plano de Trabalho da Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI São Vicente de Paulo, para fins de repasse de subvenção social pelo Município.

Art. 2º - A instituição deverá comprovar ao Conselho Municipal de Assistência Social, no prazo máximo de 6 (seis) meses, contados da data desta deliberação, a regularização de sua equipe técnica, mediante a apresentação da documentação pertinente.

Art. 3º - O Conselho Municipal de Assistência Social acompanhará o cumprimento da presente deliberação, podendo solicitar documentos, informações e outros elementos que entender necessários para verificar a regularização da equipe técnica.

Art. 4º - Decorrido o prazo previsto nesta Resolução, o CMAS apreciará a documentação apresentada pela entidade e deliberará sobre o cumprimento da presente ressalva, adotando as providências cabíveis, observada a legislação vigente.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Carlópolis, 31 de julho de 2026.

JUAN ROQUE ABILIO
Presidente do CMAS

Publicado por:
Fabiele Abucarub Miranda Domingues
Código Identificador:27D9DB9A

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EDITAL DE HABILITAÇÃO PRELIMINAR REF: EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 021/2026 PROCESSO Nº 050/2026

A Comissão Municipal de Licitação comunica aos interessados na execução do objeto do Edital de Chamamento nº 001/2026, Locação de imóvel urbano destinado à instalação do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, decidiu HABILITAR a(s) seguinte(s) proponente(s):

Nº	EMPRESA
01	WILKEYSON THIAGO UTO ZURDO CPF de n.º 070.391.379-41, no LOTE 01 – Locação de imóvel urbano destinado à instalação do Centro de Atenção Psicossocial.

As decisões proferidas pela Comissão Permanente de Licitação, caberá recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, mediante documento escrito.

Carlópolis, 30 de julho de 2.026.

ALEXANDRE JOSÉ BARBOSA
Agente de Contratação e Pregoeiro
Portaria nº 055/2026 - DP

SALOMÃO CARLOS OLIVA SILVA
Equipe de Apoio
Portaria nº 055/2026 - DP

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:3BD82BA7

DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO Nº. 078/2026-DP.

Súmula: - "Nomeia cargo comissionado, e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, Senhor Nilton Douglas de Meira, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. – Nomear **MARIA ELIZA AMARAL GOMES**, portadora da CIN nº. 129.XXX.XXX-05, para o cargo comissionado de Chefe de Demanda de Acolhimento de Menores, a partir de 03 de agosto de 2026.

Art. 2º. - Determinar ao Departamento de Pessoal da Municipalidade as providências necessárias para o cumprimento do presente decreto.

Art. 3º. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Carlópolis-Pr, 31 de julho de 2026.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
-Prefeito Municipal-

Publicado por:
Jeferson Tavares Palma
Código Identificador:F33CD0FF

DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO Nº. 079/2026-DP.

Súmula: - "Nomeia ocupante para cargo efetivo, e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, Senhor Nilton Douglas de Meira, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. - Nomear a seguinte cidadã para ocupar o cargo efetivo, a partir de 03 de agosto de 2026: **MARILENE DE ALMEIDA PEREIRA REIS**, portadora da CIN N° 315.XXX.XXX-10, para o cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**.

Art. 2º. - Determinar ao Departamento de Pessoal da Municipalidade as providências necessárias para o cumprimento do presente decreto.

Art. 3º. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Carlópolis, 31 de julho de 2026.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
-Prefeito Municipal-

Publicado por:
Jeferson Tavares Palma
Código Identificador:D86F8124

DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO Nº. 080/2026-DP.

Súmula: - "Dispõe sobre a exoneração do servidor ocupante de cargo efetivo e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, Senhor Nilton Douglas de Meira, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. Fica **EXONERADO** a **PEDIDO**, a partir de 03 de agosto de 2026, o servidor **SERGIO SHIGUEO YAGI**; **Matrícula**: **16671**;

portadora do **CPF nº 345.XXX.XXX-77**, do cargo efetivo de **AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS**.

Art. 2º. - Determinar ao Departamento de Pessoal da Municipalidade as providências necessárias para o cumprimento do presente decreto.

Art. 3º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Carlópolis, 31 de julho de 2026.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
-Prefeito Municipal-

Publicado por:
Salomão Carlos Oliva Silva
Código Identificador:30C7B5B9

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 1.157 DE 23 JULHO DE 2026

SÚMULA: *"Altera o artigo 1º da portaria 1.118 de 07 de março de 2025, designando servidores para prestarem serviços junto ao posto de identificação"*

Artigo 1°. Altera o Artigo 1º da portaria nº 1.118, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 1º. Fica designado o servidor público municipal, SR. CLAUDIO JOSE SALLES, Auxiliar Administrativo, matrícula sob o n° 2181, e o servidor JAYME EGIVALDO SOARES, Auxiliar Administrativo, matrícula sob o nº 2471, para prestarem serviços junto ao posto de identificação do município, referente ao Convênio/Termo de Cooperação a ser firmado com a Secretaria de Segurança Pública do Paraná."

Artigo 2°. Fica revogada as disposições contidas na portaria nº 1.142 de 07 de janeiro de 2026.

Artigo 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Otavio Sanseverino de Paula e Silva
Código Identificador:E6A609D2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
3º TERMO DE REEQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO AO CONTRATO Nº 175/2022

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa ECOLIMP COMÉRCIO E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI, estabelecida na Av. Adolfo Chagas, Nº 503, Bairro Alto Alegre, na cidade de Catanduvas, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 30.634.243/0001-42, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Valmir Americano Marcelino, inscrito no CPF nº 058.xxx.xxx-32, residente e domiciliado a rua Antônio Alves Vaz, Nº 361, Bairro Centro, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas às normas da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, ajustam o presente Contrato decorrente do Edital de Pregão Presencial Nº **34/2022**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica alterada a Cláusula Segunda do contrato original, reequilibrando o valor mensal em mais R$ 4.385,92 (quatro mil, trezentos e oitenta e cinco reais e noventa e dois centavos), passando ao valor mensal a R$ 43.054,30 (quarenta e três mil, cinquenta e quatro reais e trinta centavos).
I – O valor acrescido neste ato é de R$ 52.631,04 (cinquenta e dois mil, seiscentos e trinta e um reais e quatro centavos) para o período restante do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - Conforme explicado no documento da empresa em anexo no processo, fica reconhecido o valor retroativo do período de fevereiro de 2026 a junho de 2026, no montante de R$ R$ 21.929,60 (vinte e um mil, novecentos e vinte e nove reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – O reequilíbrio se dá motivado pelo aumento dos custos com mão de obra, dentre eles, convenção coletiva de trabalho, requerendo, ainda, a aplicação retroativa dos novos valores a partir de 01 de fevereiro de 2026, conforme previsão da Convenção Coletiva de Trabalho, das quais seguem anexo ao processo cópia de cada qual.

CLAUSULA TERCEIRA – Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordes, foi lavrado o presente Termo de Prorrogação, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.
Catanduvas - PR, 31 de julho de 2026.

Município de Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.XXX.XXX-01

Ecolimp Comércio e Serviços Ter. EIRELI
VALMIR AMERICANO MARCELINO
Representante Legal
CPF 058.XXX.XXX-32

Publicado por:
Natielly Santos de Oliveira
Código Identificador:EA9862FA

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026

Pregão Eletrônico nº 25/2026
Processo Administrativo nº 64/2026
Tipo: Menor Preço SRP.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, CONSERVAÇÃO, REPAROS E PEQUENAS REFORMAS EM IMÓVEIS PÚBLICOS, BEM COMO NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPAROS EM ESTRADAS E VIAS PÚBLICAS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS PARA À PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

Sessão Pública: A sessão pública será realizada no ambiente virtual "www.bll.org.br", no dia 17/08/2026 às 09h00min e será conduzida pela Pregoeira/Agente de Contratações com o auxílio da Equipe de Apoio, para tanto designados.

Instrumentos: O Termo de Referência e anexos estão disponíveis no portal supracitado, site: http://www.catanduvas.pr.gov.br/, link: **https://webapp1-catanduvas.cidade360.cloud/pronimtb/index.asp?acao=1&item=2&flagRedFiltroLicitacao=2** e junto ao Departamento De Licitações do Município, no horário de expediente.

Catanduvas - PR, 31 de julho de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:A0B674B3

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 202/2026 - EXONERA, A PEDIDO, SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 202/2026

SÚMULA: Exonera, a pedido, servidor público municipal e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
DECRETA:
Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora Regiane Aparecida de Oliveira, CPF nº ***.968.469-**, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 2057-5.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de agosto de 2026, conforme solicitação da servidora, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, em 31 de julho de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:D115DC71

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 203/2026 SÚMULA: NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 203/2026

Súmula: Nomeia candidatos aprovados em Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas Estado do Paraná, no uso de sua função e de suas atribuições legais e em conformidade com os Editais de Convocação nº 001/2026, 002/2026 e 003/2026,

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados em razão de aprovação e convocação via Concurso Público:

NOME	CPF	CARGO	Posse/Entrada em exercício
ISABELLY RIBEIRO COELHO	***.858.179-**	Dentista 40hs	03/08/2026
RODRIGO MATEUS RYCHWICKI	***.982.009-**	Engenheiro Civil 40h	03/08/2026
HEITOR NICANOR PONTES CARDOSO DA SILVA	***.564.208-**	Procurador Jurídico 40hs	03/08/2026
VALÉRIA CARDOZO BRITO	***.616.722-**	Psicólogo 20hs	03/08/2026
KELWYN GABRIEL BRZEZINSKI DA SILVA	***.142.639-**	Assistente Educacional 40hs	03/08/2026
BEATRIZ BERNADETE MACIEL	***.753.829-**	Assistente Educacional 40hs	03/08/2026
JEVERSON MACEDO MENDES	***.172.299-**	Assistente Educacional 40hs	03/08/2026
NATHALY RAPHAELA DARIO	***.381.879-**	Assistente Educacional 40hs	03/08/2026
BRUNA FERREIRA GÓIS DO AMARAL	***.246.609-**	Assistente Educacional 40hs	03/08/2026
EDIVANIA DA SILVA LIMA	***.650.469-**	Cozinheira 40hs	03/08/2026
CLESIO ROQUE CORDEIRO NUNES	***.551.349-**	Motorista 40hs	03/08/2026
MARCELO ANTONIO THOMAZONI	**.998.899-**	Motorista 40hs	03/08/2026
HIGOR NARDI MACHADO	***.025.469-**	Motorista 40hs	03/08/2026
ANDRE JULIANO SOUZA DA SILVA	***.033.749-**	Operador de Máquinas 40hs	03/08/2026

Art. 2º - Os servidores nomeados mencionados no artigo anterior, deverão entrar em exercício no dia 03 de agosto de 2026, sob pena de tornar-se sem efeito o presente ato de nomeação.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 31 de julho de 2026

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:AE741C1A

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 204/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Federal Nº 4.320/64, e a Lei Municipal nº. **408 de 18 de dezembro de 2025 – LOA.**

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento-Programa do Município de Catanduvas, para o exercício de 2026, um crédito Adicional Suplementar em conformidade com o inciso I do Art. 41º da Lei 4.320/64, mediante as seguintes providências:

I – Suplementação de rubrica de despesa nas seguintes dotações Orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recurso	Valor
02.11.10.301.1300.2.033	3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	24016	R$ 308.867,62
02.13.08.245.1200.2.087	3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2934	R$ 3.469,43

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior, fica indicado como fonte de recursos os provenientes do "Superávit Financeiro" apurado no último balanço, conforme preceitua o inciso I do parágrafo primeiro do artigo 43º da Lei Federal Nº 4.320/64.

Parágrafo único: Ficam alterados os anexos do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 391/2025, e Art. 26, parágrafo único, da Lei nº 392/2025, respectivamente, a fim de compatibilizá-los às alterações promovidas nos artigos 1º e 2º desse Decreto, bem como o seu Cronograma de Execução Mensal de Desembolso.
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Catanduvas - PR, 31 de Julho de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Silvio Farias (Depto Contabilidade)
Código Identificador:22632CD0

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 205/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Federal Nº 4.320/64, e a Lei Municipal nº **408 de 18 de dezembro de 2025 – LOA.**

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento-Programa do Município de Catanduvas, para o exercício financeiro de 2026, um Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com o inciso I do art. 41 da Lei 4.320/64, mediante as seguintes providências:

I – Suplementação de rubrica de despesa nas seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor
02.11.10.301.1300.2.033	3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	4001	R$ 5.078,56
02.11.10.301.1300.2.033	3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	4002	R$ 10.819,32

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar, aberto no artigo anterior, fica indicado como fonte de recursos o disposto no Artigo 43º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, produto do "Excesso de Arrecadação" da (s) referida (s) fonte (s) de recursos:

Parágrafo único: Ficam alterados os anexos do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 391/2025, e art. 26, parágrafo único, da Lei nº 392/2025, respectivamente, a fim de compatibilizá-los com as alterações promovidas no artigo 1º deste Decreto, bem como o seu Cronograma de Execução Mensal de Desembolso.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Catanduvas - PR,31 de Julho de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Silvio Farias (Depto Contabilidade)
Código Identificador:08E34C3F

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 206/2026 SÚMULA: NOMEIA CANDIDATA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 206/2026

Súmula: Nomeia candidata aprovada em Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas Estado do Paraná, no uso de sua função e de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital de Convocação nº 002/2026,

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada em razão de aprovação e convocação via Concurso Público:

NOME	CPF	CARGO	Posse/Entrada em exercício
Regiane Aparecida de Oliveira	***.968.469-**	Cozinheira 40hs	04/08/2026

Art. 2º - A servidora nomeada deverá entrar em exercício no dia 04 de agosto de 2026, sob pena de tornar-se sem efeito o presente ato de nomeação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 31 de julho de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:59DED90B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 201/2026

DECRETO Nº 201/2026

SÚMULA: Exoneração do(a) servidor(a): CLEISA REGINA GALBERO DE ABREU.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado(a) a pedido, a partir do dia 01 de Agosto de 2026, o(a) servidor(a) **CLEISA REGINA GALBERO DE ABREU**, ocupante do cargo de **PROFESSOR(A)**.

Artigo 2º - Revogadas neste ato as demais disposições em contrário.

Centenário do Sul/PR, 31 de Julho de 2026

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:09D14470

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 204/2026

DECRETO Nº 204/2026

SÚMULA: Institui o Programa Municipal de Incentivo à Alfabetização e de Valorização das Boas Práticas da Rede Municipal de Ensino de Centenário do Sul, estabelece critérios para reconhecimento de professores alfabetizadores, equipes gestoras e unidades escolares, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e:

CONSIDERANDO a Constituição Federal;
CONSIDERANDO a Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO a Política Nacional de Alfabetização;
CONSIDERANDO o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
CONSIDERANDO a Política Municipal de Alfabetização de Centenário do Sul;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer as ações voltadas à alfabetização na idade certa, reconhecendo o empenho dos profissionais da educação e incentivando a melhoria contínua dos resultados de aprendizagem;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DO PROGRAMA

ARTIGO 1º - Fica instituído o Programa Municipal de Incentivo à Alfabetização e Valorização das Boas Práticas, coordenado pela Secretaria Municipal de Educação.
ARTIGO 2º - O Programa tem por finalidade:
I – incentivar a alfabetização de todas as crianças na idade adequada;
II – reconhecer o trabalho desenvolvido pelos professores alfabetizadores;
III – valorizar as equipes gestoras;
IV – estimular a melhoria contínua dos indicadores educacionais;
V – fortalecer a Política Municipal de Alfabetização;
VI – promover a cultura do acompanhamento pedagógico e da utilização de evidências para tomada de decisões.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS
ARTIGO 3º - São objetivos do Programa:
I – ampliar os índices de fluência leitora dos estudantes do 2º ano;
II – incentivar práticas pedagógicas exitosas;
III – fortalecer o regime de colaboração entre Secretaria Municipal de Educação e escolas;
IV – promover a melhoria dos indicadores de alfabetização;
V – reconhecer boas práticas educacionais.

CAPÍTULO III
DOS CRITÉRIOS
ARTIGO 4º - O indicador oficial para fins deste Programa será o percentual de estudantes classificados como Leitores Fluentes, apurado por meio da Avaliação de Fluência Leitora da Plataforma Fluência CAEd, ou outro instrumento oficial que venha a substituí-la.

ARTIGO 5º - As metas municipais serão estabelecidas de forma progressiva:

ANO	META MÍNIMA DE ESTUDANTES LEITORES FLUENTES
2027	85%
2028	90%
2029	95%
2030	100%

Parágrafo único - As metas poderão ser revisadas por ato da Secretaria Municipal de Educação, mediante justificativa técnica.
CAPÍTULO IV
DO RECONHECIMENTO DAS ESCOLAS
ARTIGO 6º - Receberão reconhecimento oficial as unidades escolares que atingirem ou superarem a meta estabelecida para o respectivo ano.
ARTIGO 7º - O reconhecimento poderá ocorrer mediante:
I – Certificado Escola Destaque em Alfabetização;
II – Troféu;
III – Placa de reconhecimento;
IV – Divulgação oficial dos resultados;
V – Premiação prevista em legislação específica e conforme disponibilidade orçamentária.
CAPÍTULO V
DO RECONHECIMENTO DOS PROFESSORES
ARTIGO 8º - Poderão ser reconhecidos os professores alfabetizadores das turmas de 2º ano das escolas que atingirem as metas estabelecidas.

ARTIGO 9º - São requisitos para participação:
I – atuar durante o ano letivo em turma de alfabetização;
II – participar das formações promovidas pela Secretaria Municipal de Educação;
III – participar das avaliações oficiais;
IV – desenvolver as ações previstas na Política Municipal de Alfabetização;
V – colaborar com os processos de monitoramento e acompanhamento pedagógico.

CAPÍTULO VI
DAS EQUIPES GESTORAS
ARTIGO 10 - As equipes gestoras das unidades escolares reconhecidas também poderão receber certificação pelo trabalho de liderança pedagógica, desenvolvido ao longo do ano letivo.

CAPÍTULO VII
DA COMISSÃO AVALIADORA
ARTIGO 11 - A avaliação dos resultados será realizada pela Secretaria Municipal de Educação, com apoio do Comitê Municipal de Alfabetização e da Equipe Técnica Municipal.
ARTIGO 12 - Compete à Comissão:
I – validar os resultados oficiais;
II – analisar os indicadores;
III – homologar as escolas reconhecidas;
IV – elaborar relatório anual.

CAPÍTULO VIII
DOS RESULTADOS
ARTIGO 13 - Os resultados oficiais serão aqueles disponibilizados pela Plataforma Fluência CAEd.
ARTIGO 14 - Na ocorrência de alterações metodológicas promovidas pelo órgão responsável pela avaliação, a Secretaria Municipal de Educação poderá adequar os critérios deste Programa, preservando seus objetivos.
CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
ARTIGO 15 - A participação no Programa implica o compromisso das unidades escolares com o desenvolvimento das ações previstas na Política Municipal de Alfabetização.
ARTIGO 16 - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.
ARTIGO 17 - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.
ARTIGO 18 - Este Decreto será devidamente publicado e entra em vigor, no ano letivo de 2027.

Centenário do Sul, 31 de Julho de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:002B7168

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2026

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO

REF: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2026**

Comunicamos aos interessados que, de acordo com os termos do **Pregão Eletrônico nº 42/2026**, após a análise e verificação da documentação e a proposta apresentada, bem como não houve manifestação de interesse de recurso, decidiu-se pela classificação final no relatório em anexo a este edital de classificação.

Centenário do Sul/PR, 31 de Julho de 2026.

DANILO KAINÃ GARCIA DA SILVEIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Danilo Kaina Garcia da Silveira
Código Identificador:01FDEF55

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EDITAL DE NOMEAÇÃO Nº 047/2026

EDITAL DE NOMEAÇÃO Nº 047/2026

O **MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ,** pelo presente, torna pública as convocações para as **NOMEAÇÕES**, após exames médicos admissionais, os(as) candidatos(as) abaixo mencionados(as), aprovados(as) no Concurso Público de Edital nº 001/2025, já convocados(as) para as apresentações das documentações conforme Edital nº 032/2026 e Edital nº 042/2026.

CANDIDATOS(AS)	CLASSIFICAÇÕES	CARGOS
JOÃO LUCAS NOGUEIRA DE AGUIAR	1º	AGENTE ADMINISTRATIVO
THATIANE SILVÂNIA FIAMENGO	2º	NUTRICIONISTA

Os(As) candidatos(as) deverão comparecer na Prefeitura Municipal de Centenário do Sul, sito à Praça Padre Aurélio Basso, nº 378, no dia **03 de Agosto de 2026, às 08h00min** para suas nomeações e posses.

Centenário do Sul/PR, 31 de Julho de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:06971BED

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2026 - ID Nº 11026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2026 - ID Nº 11026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL
CONTRATADO: BELA KOMPRA DISTRIBUIDORA EIRELI
OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de desengripante Intercap, shampoo automotivo e solupan, além da aquisição, mediante sistema de registro de preços, de ferramentas manuais e insumos (tais como remendos e válvulas), ambos vinculados à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos do Município de Centenário do Sul, visando atender às demandas de manutenção e conservação da frota municipal, promovendo maior eficiência, agilidade e qualidade na execução dos serviços de borracharia e lavagem.
VALOR GLOBAL: R$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de até 12 (doze) meses, contados da data de assinatura da ata de registro de preços.
DATA DE ASSINATURA: 01/07/2026

Publicado por:
Jessica Maria da Silva
Código Identificador:8E815B1E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

SECRETARIA GOVERNO
LEI COMPLEMENTAR Nº 005, DE 31 DE JULHO DE 2026.
ALTERA O ARTIGO 101 DA LEI MUNICIPAL Nº 003/2002.

A Câmara Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, por proposição do Poder Executivo Municipal, APROVOU e eu, EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte:

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º O art. 101 da Lei Municipal nº 003/2002 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 101. O servidor ocupante de cargo efetivo, quando nomeado para o exercício de cargo de provimento em comissão ou investido no cargo de Secretário Municipal, terá direito à percepção da remuneração do cargo efetivo, incluídas as vantagens de caráter permanente, acrescida de gratificação correspondente:

I – à diferença entre a remuneração do cargo em comissão ou o subsídio do respectivo cargo de Secretário Municipal e a remuneração do cargo efetivo; ou

II – a 35% (trinta e cinco por cento) do valor da remuneração do cargo em comissão ou do subsídio do cargo de Secretário Municipal para o qual foi nomeado.

§ 1º As gratificações de que tratam os incisos I e II deste artigo não se incorporam à remuneração do servidor para quaisquer efeitos, não servirão de base de cálculo para outras vantagens e não integrarão os proventos de aposentadoria ou pensão, salvo disposição legal superveniente em sentido diverso.

§ 2º O disposto neste artigo poderá ser aplicado aos servidores ocupantes de cargo efetivo, aos militares e aos empregados permanentes cedidos por outros entes federativos, desde que haja previsão no instrumento de cessão ou cooperação e compatibilidade com a legislação do ente de origem.

§ 3º A aplicação do disposto no § 2º não poderá resultar em acumulação remuneratória vedada pela Constituição Federal, pela legislação do ente de origem ou pelo instrumento de cessão."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, gabinete do Senhor Prefeito, em 31 de julho de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:27C95CA9

SECRETARIA GOVERNO
LEI COMPLEMENTAR Nº 006, DE 31 DE JULHO DE 2026.
ALTERA O NÍVEL DO CARGO DE ELETRICISTA CONSTANTE DO ANEXO II, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 005/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, por proposição do Poder Executivo Municipal, APROVOU e eu, EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte:

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º Fica alterado o nível do cargo de Eletricista, constante da Tabela de Cargos, Níveis de Classes do Grupo Ocupacional II - Médio e Técnico, do Anexo II, da Lei Complementar nº 005/2022, de Nível 20 para Nível 21.

Parágrafo único. O Anexo II da Lei Complementar nº 005/2022 passa a vigorar com a redação do Anexo I da Presente Lei Complementar.

Art. 2º A alteração estabelecida nesta Lei Complementar será aplicada a partir de 1º de julho de 2026.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cerro Azul.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, gabinete do Senhor Prefeito, em 31 de julho de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:068AD5AD

SECRETARIA GOVERNO
LEI COMPLEMENTAR Nº 04, DE 31 DE JULHO DE 2026. INSTITUI GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO E PREGOEIRO NO MUNICÍPIO DE CERRO AZUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, por proposição do Poder Executivo Municipal, APROVOU e eu, EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte:

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º Esta Lei institui a gratificação pelo exercício das funções de Agente de Contratação e Pregoeiro no âmbito do Poder Executivo do Município de Cerro Azul, para atender ao disposto no art.8º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Art. 2º Fica instituída gratificação mensal a ser atribuída ao servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo designado para o exercício das funções previstas no art. 1º desta Lei.

§ 1º O valor da gratificação de que trata o caput será de R$ 2.000,00 (dois mil reais).

§ 2º O valor da gratificação será revisto anualmente por lei específica, na mesma data e pelo mesmo índice da revisão geral anual concedida aos servidores públicos municipais.

Art. 3º A gratificação instituída por esta Lei possui caráter transitório e não se incorporará aos vencimentos do servidor, não servindo de base de cálculo para quaisquer vantagens.

§ 1º Não fará jus à gratificação prevista nesta Lei o servidor investido em cargo em comissão ou designado para o exercício de função gratificada.

§ 2º O pagamento da gratificação cessará automaticamente com a revogação do ato de designação ou por interesse da Administração Pública.

Art. 4º As funções de Agente de Contratação e Pregoeiro serão exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, designados por ato do Chefe do Poder Executivo, desde que possuam qualificação compatível com a complexidade das atribuições, experiência ou capacitação em licitações e contratos administrativos.

§ 1º Poderão ser designados até 02 (dois) servidores para o exercício das funções previstas nesta Lei, fazendo jus cada um deles à gratificação instituída nesta Lei enquanto perdurar a respectiva designação.

§ 2º A distribuição dos procedimentos licitatórios entre os servidores designados será definida pelo Diretor do Departamento de Compras e Licitações, ou por autoridade hierarquicamente superior, de acordo com a conveniência administrativa e a demanda dos órgãos da Administração Pública.

§ 3º Os servidores designados ficarão vinculados ao Departamento de Compras e Licitações durante o exercício das funções previstas nesta Lei.

Art. 5º Compete ao Agente de Contratação e Pregoeiro a condução da fase externa dos procedimentos licitatórios, incumbindo-lhe, dentre outras atribuições:

I – tomar decisões e acompanhar o trâmite dos processos licitatórios;

II – dar impulso ao procedimento, promovendo diligências e adotando as medidas necessárias ao seu regular andamento;

III – conduzir as sessões públicas de licitação, inclusive na modalidade pregão;

IV – receber, examinar e julgar propostas e documentos de habilitação;

V – verificar a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no edital;

VI – sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

VII – processar e instruir impugnações ao edital e pedidos de esclarecimentos, adotando as providências cabíveis nos termos da legislação aplicável;

VIII – declarar o vencedor do certame;

IX – encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente para adjudicação e homologação;

X – tornar públicos os atos e resultados das fases do procedimento licitatório;

XI – exercer quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até sua conclusão, nos termos da legislação vigente.

Art. 6º Nas licitações realizadas na modalidade pregão, o Agente de Contratação atuará como Pregoeiro, aplicando-se, no que couber, as disposições desta Lei.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, podendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, gabinete do Senhor Prefeito, em 31 de julho de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:BC4A9779

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018-2026

UASG 987501

A Prefeitura Municipal de Cerro Azul-PR, torna público que realizará a abertura de licitação de acordo com a Lei nº 14.133/21 e legislação complementar aplicável, na modalidade **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA** do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO**, que tem por objeto:

Aquisição de equipamento odontológico do tipo consultório, em conformidade com as especificações técnicas previstas na Resolução SESA nº 773/2019, destinado às Unidades de Atenção Primária à Saúde, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Cerro Azul.

Início da sessão de disputa: A partir das 09:00 horas do dia 25 de agosto de 2026.

Valor máximo estimado da licitação: R$ 110.000,40 (cento e dez mil reais e quarenta centavos).

Plataforma: Portal de Compras do Governo Federal.
Endereço: https://www.gov.br/compras/pt-br.

Código da contratação: 987501 - 9/2026.
O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitação e Compras, das **08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min**, nos dias úteis.
Integra do edital nos sites: **http://www.cerroazul.pr.gov.br** e **https://www.gov.br/compras/pt-br** ou através de e-mail: **licitacoescerroazul@gmail.com**.
Informações no endereço de e-mail acima ou pelo Fone: **(41) 3662-1222 ramal 116.**

Cerro Azul/PR, 31 de julho de 2026.

RODRIGO AUGUSTO NAVARETE
Agente de Contratação/Pregoeiro
Decreto nº 002/2026

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:BF98A1F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019-2026

UASG 987501

A Prefeitura Municipal de Cerro Azul-PR, torna público que realizará a abertura de licitação de acordo com a Lei nº 14.133/21 e legislação complementar aplicável, na modalidade **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto:

Aquisição de móveis e itens necessários, visando à futura e eventual aquisição de bens permanentes e de apoio destinados à estruturação e ao funcionamento da Pronto Atendimento Municipal (PAM), unidade de saúde com funcionamento ininterrupto (24 horas por dia), em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde – Sistema Registro de Preços.

Início da sessão de disputa: A partir das 09:00 horas do dia 02 de setembro de 2026.

Valor máximo estimado da licitação: R$ 167.068,29 (cento e sessenta e sete mil, sessenta e oito reais e vinte e nove centavos).

Plataforma: Portal de Compras do Governo Federal.
Endereço: https://www.gov.br/compras/pt-br.
Código da contratação: 987501 - 10/2026.

O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitação e Compras, das **08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min**, nos dias úteis.
Integra do edital nos sites: **http://www.cerroazul.pr.gov.br** e **https://www.gov.br/compras/pt-br** ou através de e-mail: **licitacoescerroazul@gmail.com**.
Informações no endereço de e-mail acima ou pelo Fone: **(41) 3662-1222 ramal 116.**

Cerro Azul/PR, 31 de julho de 2026.

RODRIGO AUGUSTO NAVARETE
Agente de Contratação/Pregoeiro
Decreto nº 002/2026

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:C7374206

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

GABINETE
DECRETO: 190/2026

DECRETO: 190/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2026, do Município de Clevelândia, Estado do Paraná no valor de R$ 2.172.038,93 (dois milhões, cento e setenta e dois mil, trinta e oito reais e noventa e três centavos)

O Prefeito de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 2929 de 22 de Dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Geral do Município de Clevelândia, Estado do Paraná, para o ano de 2026, destinado ao suporte das despesas a serem realizadas com recursos de excesso de arrecadação no valor de R$ 2.172.038,93 (dois milhões, cento e setenta e dois mil, trinta e oito reais e noventa e três centavos), para atender despesas no seguinte Órgão e Dotações Orçamentárias.

07 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

07.001 - Administração S.M.E.C.E.

07.001.0012.0361.0020.1016 - CONSTRUÇÃO DE CRECHE

4490510000 - Obras e instalações
R$ 1.960.000,00
12 - Secretaria Municipal de Engenharia e Planejamento

12.001 - Secretaria Municipal de Engenharia e Planejamento

12.001.0004.0121.0005.2063 - Planejamento

4490510000 - Obras e instalações
R$ 212.038,93
Total: R$ 2.172.038,93

Art. 2º - Para cobertura do referido Crédito Adicional suplementar previsto no Art. Anterior, serão utilizados recursos de anulação:

Excesso de Arrecadação

951 - NOVO PAC -CONSTR 25 CASA PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CLEVELANDIA TERMO GOV.BR 970901/2024
R$ 212.038,93
908 - PROGRAMA INFÂNCIA FELIZ PARANA - CONSTRUÇÃO DE CRECHE - RESOLUÇÃO Nº 219/2024 SEDEF
R$ 1.960.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor desta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Clevelândia, 31 de julho de 2026.

ANTÔNIO CHIARANI NETO
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:88FE3E83

GABINETE
DECRETO N°188/2026

DECRETO N°188/2026
ANTONIO CHIARANI NETO, Prefeito Municipal em exercício, de Clevelândia, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas;

DECRETA:

Art. 1º - Concede férias a Servidora Municipal**, Sandra Regina Sandini Novack**, a partir do dia 03/08/2026 à 17/08/2026.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 31 DE JULHO DE 2026.

ANTONIO CHIARANI NETO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:52BDC0E0

GABINETE
DECRETO N°189/2026

DECRETO N°189/2026

Concede licença especial, à servidora MARIA APARECIDA PACHECO SOARES.

ANTONIO CHIARANI NETO, Prefeito Municipal em exercício, de Clevelândia, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas;
DECRETA:
Art. 1º - Fica concedida licença especial de 03 (três) meses, à servidora **MARIA APARECIDA PACHECO SOARES,** com a matricula nº 25160-1.
Art. 2º - A licença de que se trata o art. antecedente terá efeito retroativo ao dia **15/07/2026** e, findará em **12/10/2026**, sendo que no dia útil seguinte deverá a servidora, impreterivelmente, apresentar-se para o exercício regular de suas funções, independentemente, de qualquer modalidade de notificação.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 15/07/2026, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 31 DE JULHO DE 2026.

ANTONIO CHIARANI NETO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:5CFC5325

GABINETE
EDITAL Nº 05/2026 PROCESSO SELETIVO DE CLEVELÂNDIA 1° CHAMAMENTO

O Município de Clevelândia, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em exercício, Antonio Chiarani Neto, e em conformidade com o Edital n°05/2026, visando o preenchimento de vaga.

TORNA PÚBLICO, a convocação dos aprovados no Processo Seletivo Público Simplificado.

Art. 1°- Os convocados abaixo relacionados para as vagas, deverão comparecer impreterivelmente até o dia 06/08/2026, junto ao Departamento de Recursos Humanos, para assumir a vaga e distribuição do local de trabalho.

Professor de Educação Infantil – 40h	
Classificação	**Nome do Candidato(a)**
1º	Rosa Eni Nunes Gonçalves
2º	Rosangela Ap Dos Santos Damascena
3º	Sandra Mara Veloso
4º	Helieiny Maria De Morais Ramos
5º	Fabiane De Araújo Chaves **(Afrodescendente)**
6º	Soraya Crozetta
7º	Jéssica Cappellaro Faoro
8º	Simone Da Silva Moraes
9º	Roselei Aparecida Zago
10°	Patricia Alves Antunes **(Afrodescendente)**
11º	Patricia Estephane
12º	Maria Laura Dos Santos Damascena
13º	Maria A Santos De Oliveira
14º	Wanderlei Bueno Maciel
15º	Bárbara Cristina dos Santos Oliveira (**Afrodescendente)**
16°	Marisa Aparecida Barra Vaz
17º	Daysi Fernandes
18º	Ana Paula Bresolin
19º	Ketlin Amanda Nunes
20º	Rosiana Pinto da Silva **(Afrodescendente)**

Art. 2°- O não comparecimento na data e local marcados, para atender o presente edital e confirmar aceitação da vaga, será considerado como desistência, e o candidato perderá o direito a vaga.

Clevelândia, Paraná, 31 de Julho de 2026.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

ANTONIO CHIARANI NETO
Prefeito Municipal Em Exercício

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:D6B48736

GABINETE
NOTA DE PUBLICAÇÃO RREO 3º BIMESTRE 2026 RGF 1º SEMESTRE 2026 CRIANÇA E ADOLESCENTE - 2ºBIMESTRE 2026

Nota de Publicação
RREO 3º Bimestre 2026
RGF 1º Semestre 2026
Criança e Adolescente - 2ºBimestre 2026

O Município de Clevelândia Informa por meio deste que os, Relatórios Resumidos da Execução Orçamentaria – RREO referente ao 3º Bimestre de 2026, e Relatório da Gestão da Criança, 1º Semestre de 2026 e Adolescente do 3º Bimestre 2026, estão disponíveis na integra no portal Transparência do Município no endereço https://clevelandia.atende.net/transparencia/grupo/relatorios-legais, para atender o previsto na Lei Complementar 101/00 (ARTº 52 e 54); Instrução normativa 89/13-TCE, CF (art. 227); LF 8069/90 (art. 4º parágrafo único), IN 36/09-TCE-Pr Instrução Normativa 166/2021.

Gabinete da Prefeita de Clevelândia- Estado do Paraná, 30 de julho de 2026.

ANTONIO CHIARANI NETO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:36152347

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - 31/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 54/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico - 31/2026
Processo Administrativo: 54/2026
A comissão de Licitação da MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA, nomeada pelo(a) Portaria - 485/2025, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 14 de agosto de 2026, ás 08:30:00 horas, na Plataforma digital BLL, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 31/2026, na modalidade de Pregão Eletrônico.
Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua integra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 14.133/2021.
Finalidade:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva em sistema de iluminação pública para 2.604 (dois mil seiscentos e quatro) pontos ao mês, com 2 rondas mensais em todo o território do município, com fornecimento de materiais utilizados, com disponibilização de serviços, de whtasapp para atendimento à população e demais custos pertinentes ao objeto, incluindo poda de galhos de árvores sobre rede energizada que atrapalham a iluminação nas vias públicas, para atender a secretaria municipal de viação e serviços públicos.
Clevelândia - PR,31 de julho de 2026

Responsável

Publicado por:
Rodrigo Antonio Mendes da Silva
Código Identificador:38D69413

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2026
PROCESSO ADM: Nº 41/2026

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2026
Processo Adm: Nº 41/2026
Objeto: Contratação de serviços especializados, por meio de pessoa física ou jurídica, para a execução de oficinas socioeducativas no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) deste município.
Empresas vencedoras valor total: R$ 102.921,52 (cento e dois mil e novecentos e vinte e um reais e cinquenta e dois centavos): LAHUD TREINAMENTOS LTDA - ME (20710280000139) com os lotes: 1 e 4 no valor total de R$ 54.910,96 (cinquenta e quatro mil e novecentos e dez reais e noventa e seis centavos). FABIANE PORTELA BARBOSA (43826156000139) com os lotes: 2 e 3 no valor total de R$ 48.010,56 (quarenta e oito mil e dez reais e cinquenta e seis centavos).

CLEVELÂNDIA - PR, 31 de julho de 2026

RODRIGO ANTÔNIO MENDES DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Rodrigo Antonio Mendes da Silva
Código Identificador:C731E19C

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 40/2025, DECORRENTE DA INEXIGIBILIDADE Nº 09/2025, CONFORME ABAIXO MENCIONADO:

EXTRATO DO 1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 40/2025, DECORRENTE DA INEXIGIBILIDADE Nº 09/2025, CONFORME ABAIXO MENCIONADO:

PARTES: Município de Clevelândia e Veterinaria e Pet Shop São Francisco Ltda

OBJETO: Prorrogação do prazo e vigência do termo de credenciamento.

PRAZO ADICIONAL: 12 (doze) meses.

PERÍODO DE EXECUÇÃO: De 10/07/2026 a 10/07/2027.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: De 09/07/2025 a 10/09/2027.

FORO: CLEVELÂNDIA – PR.

Clevelândia, 27 de julho de 2026.

ANTONIO CHIARANI NETO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Joao Vinicius Viana
Código Identificador:91959BA0

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 3° (TERCEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 129/23, DE 25/07/2023, PROVENIENTE DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 015/23, DE 24/07/2023, CONFORME ABAIXO MENCIONADO:

EXTRATO DO 3° (TERCEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 129/23, DE 25/07/2023, PROVENIENTE DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 015/23, DE 24/07/2023, CONFORME ABAIXO MENCIONADO:

PARTES: Município de Clevelândia e Associação Instituto de Assistência dos Servidores Municipais de Clevelândia – Associação IASMC.

OBJETO: Prorrogação de prazo e vigência do contrato.

PRAZO ADICIONAL: 12 (doze) meses.

VALOR DO ADITAMENTO: R$. 36.000,00 (trinta e seis mil reais) anuais.

PERÍODO DE EXECUÇÃO: De 01/08/2026 a 31/07/2027.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: De 01/08/2023 a 31/08/2027.

FORO: CLEVELÂNDIA – PR**.**

Clevelândia, 27 de julho de 2026.

ANTONIO CHIARANI NETO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Joao Vinicius Viana
Código Identificador:B1879CE7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

COLOMBO PREVIDÊNCIA
ERRATA AO EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2026

A Colombo Previdência – Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Colombo torna pública a presente **Errata ao Extrato do Contrato nº 10/2026**, referente ao Processo Administrativo nº 25920/2026, Dispensa nº 7/2026, publicado em 30 de julho de 2026.
Onde se lê:
Partes: Colombo Previdência e **GL Empreendimentos**.
Leia-se:
Partes: Colombo Previdência e **Alyssson Lugarezi Lima**.
Permanecem inalteradas as demais informações constantes do extrato publicado.
Data: Colombo, 31 de Julho de 2026.
Assinatura: Wilton Luiz Carrão - Diretor Superintendente

Publicado por:
Joice Lagos Marone
Código Identificador:7E6613F3

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA

ERRATA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO vem pelo presente corrigir a Portaria nº. 675/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, edição nº. 3578 de 22/07/2026,

Onde lê-se: - Art. 2º - Designar a servidora **PAULA HATIE SILVA MUKAI,** matrícula 19506, portadora do RG n.° 00.XXX.XXX-4, CPF n.° 028.XXX.XXX-02, para o cargo de GESTORA do CRAS SEDE, no Departamento de Proteção Social Basica, vinculado á Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 16 de julho de 2026.

Leia-se: Art. 2º - Designar a servidora **PAULA HATIE SILVA MUKAI,** matrícula 19506, portadora do RG n.° 00.XXX.XXX-4, CPF n.° 028.XXX.XXX-02, para o cargo de GESTORA do CRAS SEDE, no Departamento de Proteção Social Basica, vinculado á Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 02 de agosto de 2026.

Paço Municipal de Colombo
Em 30 de julho de 2026

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:6A55A1FE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 691/2026

PORTARIA N.° 691/2026

O MUNICÍPIO DE COLOMBO - PARANÁ, Pelo Chefe do Poder Executivo, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei n. 1348/2014,

RESOLVE:

Conceder Pensão por Morte, na forma da Lei 960/2006, a Senhora **WANDA TEREZINHA LÔNDERO DA SILVA BARTH**, CPF: 450.306.XXX-49, o correspondente a 100% do benefício, em nome do Servidor **ANTONINHO BARTH,** CPF: 080.444.XXX-91, no cargo de **MÉDICO** sob matrícula n° 181, como dispõe o Art. 40, §7º, inc. I da Constituição Federal e Art. 5º e 45º, I, "a" da Lei Municipal 960/2006, conforme **Processo Administrativo sob n° 29930/2026,** assegurando ao beneficiário o direito de sete mil, trezentos e vinte e dois reais e quarenta e três centavos. Sendo garantido reajustamento do benefício para manter o valor real de acordo com o Art. 40º § 8º da Constituição Federal.

Paço Municipal de Colombo

Em, 30 de julho de 2026.

ALEKSANDRA DO CARMO ULLMANN
Diretora Previdenciária

WILTON LUIZ CARRÃO
Diretor Superintendente

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:36CD17AA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 692/2026

PORTARIA N.° 692/2026

O MUNICÍPIO DE COLOMBO - PARANÁ, Pelo Chefe do Poder Executivo, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei n. 1348/2014,

RESOLVE:

Conceder Pensão por Morte, na forma da Lei 960/2006, a Senhora **WANDA TEREZINHA LÔNDERO DA SILVA BARTH**, CPF: 450.306.XXX-49, o correspondente a 100% do benefício, em nome do Servidor **ANTONINHO BARTH,** CPF: 080.444.XXX-91, no cargo de **MÉDICO** sob matrícula n° 6308, como dispõe o Art. 40, §7º, inc. I da Constituição Federal e Art. 5º e 45º, I, "a" da Lei Municipal 960/2006, conforme **Processo Administrativo sob n° 29930/2026,** assegurando ao beneficiário o direito de hum mil, oitocentos e noventa e oito reais e noventa centavos. Sendo garantido reajustamento do benefício para manter o valor real de acordo com o Art. 40º § 8º da Constituição Federal.

Paço Municipal de Colombo

Em, 30 de julho de 2026.

ALEKSANDRA DO CARMO ULLMANN
Diretora Previdenciária

WILTON LUIZ CARRÃO
Diretor Superintendente

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:56DCC339

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 693/2026

PORTARIA N.° 693/2026

O MUNICÍPIO DE COLOMBO - PARANÁ, Pelo Chefe do Poder Executivo, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei n. 1348/2014,

RESOLVE:

Conceder Pensão por Morte, na forma da Lei 960/2006, aoSenhor **SEZIMUNDO POLI**, CPF: 535.916.XXX-91, o correspondente a 100% do benefício, em nome da Servidora **LUCIA BATISTA POLI,** CPF: 016.736.XXX-65, no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS** sob matrícula n° 8200, como dispõe o Art. 40, §7º, inc. I da Constituição Federal e Art. 5º e 45º, I, "a" da Lei Municipal 960/2006, conforme **Processo Administrativo sob n° 31816/2026,** assegurando ao beneficiário o direito de hum mil, seiscentos e trinta e três reais e sessenta e três centavos. Sendo garantido reajustamento do benefício para manter o valor real de acordo com o Art. 40º § 8º da Constituição Federal.

Paço Municipal de Colombo

Em, 30 de julho de 2026.

ALEKSANDRA DO CARMO ULLMANN
Diretora Previdenciária

WILTON LUIZ CARRÃO
Diretor Superintendente

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:D0C6E46F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 694/2026

PORTARIA N.° 694/2026

O MUNICÍPIO DE COLOMBO - PARANÁ, Pelo Chefe do Poder Executivo, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei n. 1348/2014,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição, na forma da Lei 960/2006 a Servidora Pública Municipal **ANGELA MARIA SOARES,** CPF: 922.227.XXX-00, no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** sob matrícula nº 9789, funcionário 9789-1, como dispõe o art. 40, § 1º, inc. III, "a" da CF/88 e art. 32 da Lei 960/2006, conforme **Processo Administrativo sob n° 28335/2026,** percebendo proventos de dois mil, cento e sessenta e um reais e doze centavos. Sendo garantido reajustamento do benefício para manter o valor real de acordo com o Art. 40º § 8º da Constituição Federal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

Paço Municipal de Colombo

Em, 30 de julho de 2026.

ALEKSANDRA DO CARMO ULLMANN
Diretora Previdenciária

WILTON LUIZ CARRÃO
Diretor Superintendente

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:DAD9620D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 696/2026

PORTARIA N.° 696/2026

O MUNICÍPIO DE COLOMBO - PARANÁ, Pelo Chefe do Poder Executivo, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei n. 1348/2014,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição, na forma da Lei 960/2006 a Servidora Pública Municipal **BEATRIZ DA SILVA SOUZA,** CPF: 023.169.XXX-62 no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** sob matrícula nº 5052, funcionário 5052-1, como dispõe o art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005 e art. 83 da Lei 960/2006, conforme **Processo Administrativo sob n° 21381/2026,** percebendo proventos de três mil, setenta e um reais e oitenta e cinco centavos. Sendo garantida a isonomia e paridade com o servidor na atividade.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

Paço Municipal de Colombo

Em, 30 de julho de 2026.

ALEKSANDRA DO CARMO ULLMANN
Diretora Previdenciária

WILTON LUIZ CARRÃO
Diretor Superintendente

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:97E9687D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 695/2026

PORTARIA N.º 695/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei nº 1348/2014,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Aposentadoria Voluntária Por Idade, na forma da Lei 960/2006 a Servidora Pública Municipal **MARA SOLANGE SANTOS RAMOS ZONTA,** CPF: 503.735.XXX-87, no cargo de **PROFESSORA**, sob matrícula nº 8454, funcionário 8454-2 como dispõe o art. 40, § 1º, inciso III, "b" da Constituição Federal/88 e art. 33 da Lei Municipal 960/2006, conforme **Processo Administrativo sob n° 29114/2026,** percebendo proventos mensais de dois mil, quatrocentos e seis reais e quarenta e sete centavos. Sendo garantido reajustamento do benefício para manter o valor real de acordo com o Art. 40º § 8º da Constituição Federal.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo

Em, 30 de julho de 2026.

ALEKSANDRA DO CARMO ULLMANN
Diretora Previdenciária

WILTON LUIZ CARRÃO
Diretor Superintendente

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:73CBFA6A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 700/2026

PORTARIA N.º 700/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear a atualização dos seguintes representantes titulares/suplentes com assento no **Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência,** seguido abaixo a relação dos conselheiros que formarão este colegiado, Gestão 2025/2027, conforme segue:

Representantes Sociedade Civil/CMDPcD

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Titular: Carla Murakami Kuniyoshi
Suplente: Cristina Ascher Reis

Ass. dos Autistas de Colombo
Titular: Adriana Soares Rocha Mendes
Suplente: Elci Pereira Marques

Profissionais da Área
Titular: Andrelina Aparecida Gonzaga Oliveira

Docente de educação no Colégio Estadual Cívico-militar, Alfredo Chaves.

Suplente: Eliana Nunes Maciel Bastos
Docente atuante no ensino básico, técnico e tecnológico – Educação Especial, Coordenadora do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas, no IFPR Campus Colombo.

Titular: Lileana Fracaro Ribeiro
Docente e Coordenadora da Rede Municipal, na Escola rural Municipal Imbuial da Roseira, de Colombo, atuando na inclusão da pessoa com deficiência.

Suplente: Maura Aparecida de Paula Santos
Docente no ensino básico, técnico e tecnológico – Educação Especial, membro do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas, no IFPR Campus Colombo.

Representantes das Pessoas com Deficiência
Titular: Roberto Wagner Lima Pinto
Suplente: Eva Lenir Taurinho

Titular: José Aparecido Leite
Suplente: Sineida Alves Batista

Titular: Nélson Morais
Suplente: Necy Pereira dos Santos

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Caroline Gonçalves Santana
Suplente:Thais da Silva Assis

Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Fábio Schulz
Suplente: Ana Mara Harbs de Oliveira

Secretaria Municipal de Habitação
Titular: André Lucas Feliciano Ferreira
Suplente: Henrique Pontes Batista

Secretaria Municipal de Educação
Titular: Sueli Maria Tobias Siqueira
Suplente: Mariana Strapasson

Secretaria Municipal de Urbanismo
Titular: Heloisa Carolina Chibicheski
Suplente: Francisco Liebl Neto

Secretaria Municipal de Trânsito e Ordem Pública
Titular: Myllena de Kássia Silva e Pinto
Suplente:Vera Lúcia Prudente Lima Woss

Secretaria Municipal de Comunicação e Desenvolvimento Institucional

Titular: Claudilene da Luz Ceccon dos Santos
Suplente: Dayane Karoline de Lima Rodrigues

Art. 2º - Fica revogada a Portaria n.° 831/2025.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 30 de julho de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:E9F0B72A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 701/2026

PORTARIA N.º 701/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os novos representantes governamentais titulares/suplentes com assento no **Conselho Municipal da Assistência Social** (CMAS), seguido abaixo a relação dos novos conselheiros que formarão este colegiado, Gestão 2025/2027, conforme segue:

1) Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Daniele Belo Rodrigues
Suplente: Carla Caroline Dums Orasmus

Titular: Aguinaldo Vieira Junior
Suplente: Jocelis Fátima Nunes

Titular: Caiena Louise de Oliveira Rodrigues
Suplente: Giane Deise Martin

Titular: Daniel Biscaia de Lima
Suplente: Patricia Correa da Silva

2) Secretaria Municipal de Urbanismo
Titular: Mario Fernando da Silva
Suplente: Valdecir Martins dos Santos

3) Secretaria Municipal de Educação
Titular: Ana Paula Magalhães Strapasson
Suplente: Rosimeile Godoi Rodrigues Garcia

4) Secretaria Municipal de Saúde
Titular: André do Nascimento de Souza
Suplente: Andréa Sereno Roman

5) Secretaria Municipal da Fazenda
Titular: Daniele Denise Manika
Suplente: Alessandra da Silva

6) Representante Usuário dos Serviços Socioassistenciais/SUAS
Titular: Fátima Maria Araujo da Silva
Suplente: Pedro Luiz Thomazini

7) Representante do Trabalhador do SUAS
Titular: Guilherme Simioni
Suplente: Daniele Ferreira

8) Associação de Amparo a Criança e Casa de Apoio Tia Sula
Titular: Melissa Cristina Azzarini Noto
Suplente: Gessulina Balbina Azzarini

9) Associação Beneficente Projeto Nova Terra
Titular: Andreia Aparecida de Souza Ribas
Suplente: Adriano Roberto Ribas

10) Sociedade Cescer
Titular: Maria Isabel Vinholes Merhy Valente

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE Colombo
Suplente : Camila Sbrissia

11) Instituto Beija-Flor de Ação Social
Titular: Maria de Lourdes Carvalho Horbach
Suplente: Lucimara Alano

12) Pastoral da Criança
Titular: Suely Geremias Marques
Suplente: Maria Adelaide de Simioni dos Santos

13) Grupo Renascer
Titular: André Luiz Maier Popp
Suplente: Bruno Leonardo Maier Popp

Art. 2º - Fica revogada a Portaria n.° 203/2026.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Colombo
Em, 30 de julho de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:3DCF42E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 263/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 031/2025

Processo: 20.055/2026
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas secretarias
Contratada: FIRENZE PNEUS LTDA, CNPJ nº 44.722.796/0001-61
Fiscalização: A fiscalização será de responsabilidade dos servidores: Gestor da Ata: Sr Edson de França – matrícula n.º 19.016 - Fiscal de contrato: Sr Marcos Leandro – matrícula n.º 20.340
Objeto: Aquisição de **pneus** novos, de primeira linha, primeira vida, linha de montagem, para uso em veículos à disposição da Frota Municipal
Valor: O valor da prorrogação é de R$ 4.241,12 (quatro mil, duzentos e quarenta e um reais e doze centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes desta prorrogação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA n.º 1882/2025.
Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços ora aditada fica prorrogada por 12 (doze) meses, compreendendo o período de 31/07/2026 até 30/07/2027.
Local e data de emissão: Colombo, 28 de julho de 2026
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:985AAECE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO 001/2026 AO CONTRATO N° 214/2025 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 041/2025

Processo: 24241/2026
Contratante: Município de Colombo/PR – Procuradora Geral do Município.
Contratada: LEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 03.725.725/0001-35.
Fiscalização: A fiscalização do presente Contrato será de responsabilidade do Gestor de Contrato Sr. Wesley Vieira dos Santos e a Fiscal Sra. Adriane de Fátima Bazotti.
Objeto: Contratação da empresa LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA para prestação de serviço de gerenciamento, divulgação dos Atos Legais, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
Valor: Através do presente termo, as partes resolvem aditar o valor do contrato em R$ 9.864,90 (nove mil e oitocentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos), devido a sua renovação. As despesas decorrentes do presente aditivo correrão à conta da classificação orçamentária constante na Lei Orçamentária Anual nº 1882/25.
Prazo: O presente Termo Aditivo Renova o Contrato por 12 (doze) meses, compreendendo o período de 15 de julho de 2026 à 14 de julho de 2027.
Local e data de emissão: Colombo, 13 de julho de 2026.
Assinatura: Greice Bodziak

Publicado por:
Adriana da Silva Santos
Código Identificador:9401AF7D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 052/2026 - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES - INTERNET

Aviso de Licitação
Edital – Pregão Eletrônico Nº 052/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de TELECOMUNICAÇÕES – INTERNET para atender as demandas Municipais da Prefeitura Municipal de Colombo, com fornecimento de materiais
Recebimento das Propostas: das 09:00 HORAS do dia 04 de agosto de 2026 até às 08:00 HORAS do dia 19 de agosto de 2026.
Início da sessão de Disputa de Preços: Às 09:00 HORAS do dia 19 de agosto de 2026. (Horário de Brasília).
Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link (bllcompras.org.br).
Preço Máximo: Constante no edital.
Critério de Julgamento: Menor preço "por LOTE".
Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito a rua XV de novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelo fone: (041) 3656–8102 ou pelo site: www.colombo.pr.gov.br.

Colombo, 31 de julho de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mauro Mazepa Goncalves
Código Identificador:BA662CBF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 053/2026 - SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS

Aviso de Licitação
Edital – Pregão Eletrônico Nº 0532026
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de LOCAÇÃO DE MÁQUINAS para atender as demandas Municipais da Prefeitura Municipal de Colombo.
Recebimento das Propostas: das 09:00 HORAS do dia 04 de agosto de 2026 até às 08:00 HORAS do dia 20 de agosto de 2026.
Início da sessão de Disputa de Preços: Às 09:00 HORAS do dia 20 de agosto de 2026. (Horário de Brasília).
Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link (bllcompras.org.br).
Preço Máximo: Constante no edital.
Critério de Julgamento: Menor preço "por ITEM".
Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito a rua XV de novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelo fone: (041) 3656–8102 ou pelo site: www.colombo.pr.gov.br.
Colombo, 31 de julho de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mauro Mazepa Goncalves
Código Identificador:0A318726

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026 - SERVIÇO VOIP - ERRATA

Aviso de Licitação - ERRATA
Edital – Pregão Eletrônico Nº 041/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação, instalação, configuração, manutenção preventiva e

corretiva (assistência técnica), de telefonia IP em nuvem, com disponibilização de telefones IP, softphones, sistema de gravação, sistema de URA (Unidade de Resposta Audível), canais SIP, headsets USB e treinamento técnico; e contratação de solução integrada de colaboração e comunicação corporativa, em ambiente de nuvem, na modalidade de software como serviço continuado (SaaS), focada em mensageria interna e salas virtuais de reunião e de ensino integradas ao VoIP, para atendimento aos diversos órgãos do Município de Colombo-PR.
Recebimento das Propostas: das 09:00 HORAS do dia 04 de agosto de 2026 até às 08:00 HORAS do dia 18 de agosto de 2026.
Início da sessão de Disputa de Preços: Às 09:00 HORAS do dia 18 de agosto de 2026. (Horário de Brasília).
Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link (bllcompras.org.br).
Preço Máximo: Constante no edital.
Critério de Julgamento: Menor preço "por lote".
Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito a rua XV de novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelo fone: (041) 3656–8117 ou pelo site: www.colombo.pr.gov.br.
Colombo, 31 de julho de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odilon Jose Silveira Junior
Código Identificador:0405FE22

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
NOTIFICAÇÃO N° 3428

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). Antonio Jairson Kinopp, CPF/CNPJ nº 729.458.509-15que V.Sª foi está notificado conforme Lei Municipal 1.795/2024 art. 9. no Processo Administrativo Ambiental 21894/2026.

Fica V.Sª obrigada a cumprir com o seguinte: Retirar contenção por corrente, Disponibilizar agua limpa e alimento de forma continua e Manter o ambiente limpo e providenciar abrigo adequado, e, encaminhar comprovantes de melhorias para este departamento 41 9867-2540.

Publicado por:
Roberio Marcolino Filho
Código Identificador:5CF635B1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA CONVOCAÇÃO DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

CONVOCAÇÃO DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2025

A Prefeitura Municipal de Contenda, por meio da comissão de licitação nº 136/2026, no uso de suas atribuições CONVOCA os candidatos a baixo relacionados, devidamente habilitados no edital de credenciamento nº 003/2025, e obedecida a classificação publicada em diário oficial, a comparecerem neste departamento Avenida João Franco n° 400, no prazo improrrogável de 03 (três) dias úteis, a partir da data de publicação deste, a fim de manifestarem o interesse em assumir a vaga e dar cumprimento às providências estabelecidas no referido edital.

Decorrido o prazo estabelecido, serão considerados DESISTENTES os credenciados que não atenderem a presente convocação.

SERVIÇO	CLASSIFICAÇÃO	NOME
MERENDEIRA	1º	ALDA SOARES FRAGOSO
MERENDEIRA	2ª	NEUSA MARIA H. DA SILVA
MERENDEIRA	3ª	ELISANGELA PADILHA DOS SANTOS
MERENDEIRA	4ª	JANAINA DOS SANTOS KUDLAWICZ
MERENDEIRA	5ª	ANDRESSA DA SILVEIRA PEREIRA
MERENDEIRA	6ª	DAIANE PROENÇA DE PAULA
MERENDEIRA	7º	SILVANA APARECIDA OLEGAR
AUX SERVIÇOS GERAIS	1º	SIBELI GONÇALVES ALMEIDA

Contenda, 31 de julho de 2026

JAIME KFIATKOSKI
Presidente da Comissão de Licitações

Publicado por:
Fabio Santos Fernandes
Código Identificador:A78E8AFC

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 008/2026

Dispõe sobre os procedimentos para preenchimento, acompanhamento e controle do Livro Registro de Classe Online Municípios – LRCOM, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Contenda/PR.

A Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo de Contenda, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 205 e 206 da Constituição Federal, que asseguram o direito à educação e a garantia do padrão de qualidade do ensino;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 02/2018 – CEE/PR, que dispõe sobre a organização escolar e os registros acadêmicos;
CONSIDERANDO a Resolução nº 3.550/2022 – GS/SEED, que institui o Livro Registro de Classe e o Livro Registro de Classe Online – LRCO;
CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 08/2022 – CDE/DNE/DPGE/SEED, que estabelece normas e prazos para o preenchimento do Livro Registro de Classe Online – LRCO e do Livro Registro de Classe – LRC;
CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os registros escolares da Rede Municipal de Ensino de Contenda, garantindo segurança jurídica, transparência e fidedignidade das informações acadêmicas;

RESOLVE:
Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece procedimentos para o preenchimento, acompanhamento e controle do Livro Registro de Classe Online Municípios (LRCOM) nas instituições pertencentes à Rede Municipal de Ensino de Contenda.
Art. 2º Os registros no Livro Registro de Classe Online Municípios (LRCOM) devem ser padronizados de forma que constituam a perfeita escrituração da vida escolar do estudante, garantindo, a qualquer tempo, a integridade, autenticidade e veracidade das informações registradas, observando os prazos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 3º O Livro Registro de Classe Online Municípios (LRCOM) constitui documento oficial da instituição de ensino para comprovação:
I – da frequência escolar;
II – das atividades pedagógicas desenvolvidas;
III – do rendimento escolar dos estudantes.
Parágrafo único. Os registros efetuados no LRCOM são de responsabilidade do docente, assegurando ao estudante o direito à manutenção de registros escolares completos, corretos e fidedignos.
Art. 4º Compete à equipe gestora da unidade escolar assegurar o cumprimento desta Instrução Normativa, orientando, acompanhando e supervisionando os registros realizados pelos docentes.
Parágrafo único. A equipe diretiva deverá cientificar todos os professores quanto à importância da realização dos registros com

fidedignidade, clareza e responsabilidade, evitando inconsistências ou alterações posteriores na vida escolar dos estudantes.
Art. 5º São atribuições do docente:
I – registrar diariamente a frequência dos estudantes;
II – registrar diariamente os conteúdos efetivamente trabalhados;
III – registrar as avaliações realizadas durante cada período avaliativo imediatamente após sua correção;
IV – manter atualizados os registros de frequência e rendimento escolar, especialmente em casos de transferência ou remanejamento de estudantes.
Art. 6º São atribuições do Coordenador Pedagógico:
I – orientar os docentes quanto ao correto preenchimento do LRCOM, observando a legislação vigente;
II – acompanhar semanalmente os registros realizados pelos professores;
III – utilizar o campo "Aviso" para registrar orientações e apontamentos decorrentes do acompanhamento;
IV – emitir Parecer Favorável ao fechamento de cada período avaliativo.
Art. 8º Os registros efetuados no LRCOM deverão refletir fielmente as atividades pedagógicas desenvolvidas, constituindo documento oficial para acompanhamento da vida escolar do estudante e para emissão de documentos acadêmicos.
Art. 9º A equipe gestora e a coordenação pedagógica deverão realizar acompanhamento periódico do preenchimento do LRCOM, promovendo orientações sempre que identificadas inconsistências ou ausência de registros.
Art. 10 Para as situações específicas relacionadas ao preenchimento, registros de frequência, avaliações, movimentação escolar, faltas amparadas, procedimentos administrativos, prazos e demais orientações técnicas referentes ao uso do LRCOM, permanecem aplicáveis, de forma complementar, as disposições constantes na **Instrução Normativa nº 08/2022 – CDE/DNE/DPGE/SEED**, que deverá ser observada pelas unidades escolares sempre que não houver disposição diversa nesta normativa municipal.
Art. 11 O descumprimento desta Instrução poderá acarretar responsabilização funcional, observada a legislação vigente e assegurado o contraditório e a ampla defesa.
Art. 12 Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.
Art. 13 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Contenda/PR, 31 de julho de 2026.

SILVANA CAVALIM DE SOUZA
Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

Publicado por:
Thais Feitosa Verastegui
Código Identificador:CE4AA0D6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026
TIPO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO - POR ITEM - AMPLA CONCORRÊNCIA
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA E SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA DE PEQUENO PORTE COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, CONFORME DEMANDA, COM BASE NA TABELA SINAPI (SEM DESONERAÇÃO) DO ESTADO DO PARANÁ. Início do cadastro das propostas: a partir das 08h do dia 04/08/2026 até às 08h do dia 18/08/2026. Abertura das propostas após as 08h do dia 18/08/2026. Início da disputa de preços às 09h do dia 18/08/2026. VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 4.000.000,00. PERCENTUAL MÍNIMO: 3%. Prazo de vigência: 01 ano. Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis no site www.bnc.org.br. O edital está disponível nos sites www.coronelvivida.pr.gov.br / www.bnc.org.br / https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações: 0800 046 0102. Coronel Vivida, 31 de julho de 2026.

JULIANO RIBEIRO,
Diretor do Departamento de Compras e Patrimônio.

Publicado por:
Iana Roberta Schmid
Código Identificador:940B9D1F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026
TIPO MENOR PREÇO - POR ITEM –AMPLA CONCORRÊNCIA
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO E RECARGAS DE EXTINTORES E MATERIAL DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO. Início do cadastro das propostas: a partir das 08h do dia 04/08/2026 até às 08h do dia 18/08/2026. Abertura das propostas após as 08h do dia 18/08/2026. Início da disputa de preços às 09h do dia 18/08/2026. VALOR MÁXIMO TOTAL ESTIMADO: R$ 899.863,50. Prazo de vigência: 12 meses. Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis no site www.bnc.org.br. O edital está disponível nos sites www.coronelvivida.pr.gov.br / www.bnc.org.br / https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações: 0800 046 0102. Coronel Vivida, 31 de julho de 2026.

JULIANO RIBEIRO,
Diretor do Departamento de Compras e Patrimônio.

Publicado por:
Fernando de Quadros Abatti
Código Identificador:8095ADA8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PUBLICAÇÃO EXTRATO ADITIVO 03 TERMO DE COLABORAÇÃO 05-2023

Terceiro termo aditivo ao Termo de Colaboração nº 05/2023 decorrente do Chamamento Público nº 09/2023 que entre si celebram o Município de Coronel Vivida e a ASSOCIAÇÃO VIVIDENSE DE PROTEÇÃO ANIMAL - AVPA, CNPJ nº 44.045.365/0001-08. Prorroga-se a vigência do Termo de Colaboração por mais 12 (doze) meses, de 01 de agosto de 2026 a 31 de julho de 2027. O valor mensal do repasse permanece inalterado, conforme cronograma de desembolso, ou seja, R$ 2.000,00, totalizando para este aditamento o valor de R$ 24.000,00. Altera-se o gestor e fiscal do termo de Colaboração. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Termo de Colaboração. Coronel Vivida, Coronel Vivida, 31 de julho de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Maira Soares
Código Identificador:9429E98F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
AVISO DE REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 PROCESSO Nº 37/2026

AVISO DE REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026
PROCESSO Nº 37/2026

O Município de Cruz Machado-PR, através de sua Pregoeira, nomeada pela Portaria 02/2025, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados:

1. Da anulação da homologação:

FICA TORNADA SEM EFEITO a adjudicação e homologação na plataforma BLL, referente **ao** pregão nº 11/2026, cujo objeto é o Registro de Preços para a contratação de empresa especializada para o Registro de Preço objetivando aquisição de lanches prontos destinados para o consumo dos servidores municipais em eventos, palestras cursos e outras formalidades promovidas pelas diversas Secretarias desta municipalidade**,** conforme decisão da Autoridade Competente, anexada nos autos do processo licitatório.

2. Da reabertura da sessão pública:

Em razão da inabilitação da empresa primeira colocada, informamos a **REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**, para convocação do licitante classificado em segundo lugar e julgamento da proposta e análise dos documentos de habilitação.

Fica designada a sessão pública de reabertura para ocorrer no dia 13/07/2026 às 08h:30min, através da Plataforma BLL. Os autos do processo permanecem com vista franqueada aos interessados na sede deste órgão ou através do sistema eletrônico oficial.

Cruz Machado, 31 de julho de 2026.

VERA MARIA BENZAK KRAWCZYK
Pregoeira

Publicado por:
Matheus Mazur
Código Identificador:E3230F65

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 126/2026

PORTARIA Nº. 126/2026

Determinar e Instaurar Processo Administrativo Disciplinar - PAD e Constitui Comissão Especial.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA, Prefeito do Município de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, regimentais que lhe são conferidas de acordo com Legislação vigente,

CONSIDERANDO a notícia de fato que apontam para a possível ocorrência de irregularidades administrativa no âmbito da Secretaria Municipal De Obras, Urbanismo e Rodoviário, reportados por meio de notificação do Sr. Levino Goncalves de Souza os quais necessitam de apuração preliminar;

CONSIDERANDO a necessidade de apurar os fatos, visando verificar as circunstâncias do ocorrido, a eventual responsabilidade do servidor e a existência de elementos que justifiquem a adoção das medidas administrativas cabíveis, inclusive quanto ao eventual ressarcimento dos danos materiais causados a terceiro;

CONSIDERANDO a competência desta autoridade para determinar a instauração de sindicância, conforme previsto no Art. 158 da Lei Municipal nº 37 de 08 de novembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD destinada a apurar irregularidades ocorridas na esfera municipal com o servidor I. H. C, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINA AGRÍCOLA, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Rodoviário.

Art. 2º - Designar os servidores públicos municipais estáveis abaixo relacionados para comporem a Comissão:

I - Jose Aparecido Andrade, presidente;
II – Leonar Canzi, primeiro secretário;
III - Rodrigo de Souza De Oliveira, segundo secretário.

Art. 3º - A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação desta Portaria, para conclusão dos trabalhos, admitida a prorrogação por igual período, mediante solicitação justificada do Presidente da Comissão e deferimento desta autoridade.

Art. 4º - A Comissão deverá realizar todas as diligências necessárias à elucidação dos fatos, coletando provas, ouvindo testemunhas e eventuais envolvidos, garantindo o sigilo necessário e assegurando o contraditório e a ampla defesa naquilo que couber a esta fase investigativa preliminar, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 5º - Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades regulares nos dias de coleta de provas em geral.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Trinta e um de julho de dois mil e vinte e seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:AEBFD9A5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
1º TERMO ADITIVO REEQUILIBRIO ATA 01-2025 - A.J. ZORNITTA

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2025 CELEBRADA ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL E A EMPRESA A.J. ZORNITTA COMÉRCIO DE FILTROS EIRELI.

O MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Getulio Vargas s/n, CNPJ n.º 95.595.120/0001-95, ora representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Darci Tirelli, brasileiro, casado, Administrador, portador do CPF nº 020.269.569-79 e da Carteira de Identidade RG nº 5.157.507-5-PR, residente e domiciliado na Av. Ivan Ferreira do Amaral, s/n, Centro Diamante do Sul – Paraná CEP: 85-408-000 e a empresa A.J. ZORNITTA COMÉRCIO DE FILTROS EIRELI, CNPJ nº 13.553.143/0001-72, com endereço à R. Paraguai, 1485, Centro, município de Cascavel-Pr, CEP: 85.805-017, representada neste Ato pelo Sr. Andrey de Jesus Zornitta, CPF Nº 050.481.609-83, doravante denominado Detentor da Ata, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Conforme Ata de Registro de Preços nº 01/2025, Pregão Eletrônico nº 28/2024, firmado entre as partes para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES, ÓLEOS, GRAXAS E PRODUTOS CORRELATOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL – PR, conforme pedido da empresa e Parecer Jurídico, resolvem fazer o REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR NA ATA	VALOR REEQUILIBRIO
1	Óleo sae 15w40 API SN semi sintético EMBALAGEM DE 01 LITRO	R$ 23,10	R$ 29,25
2	Óleo sae 5w30 API sn/ilsac GF4 100% sintético EMBALAGEM DE 01 LITRO	R$ 29,87	R$ 36,20
5	Óleo sae 5w40 API SN –ACEA A3/B3- 16, ACEA	R$ 36,70	R$ 42,50

	A3/B4-16 EMB. DE 01 LITRO.		
14	Óleo Hydra XP 46 BALDE OU BOMBONA COM 20 LITROS.	R$ 496,00	R$ 710,00
15	Óleo sae 90 API GL 5 BALDE OU BOMBONA COM 20 LITROS.	R$ 527,00	R$ 844,00
17	Óleo lubrificante 15W40 DISEL 20L BALDE OU BOMBONA COM 20 LITROS.	R$ 386,50	R$ 577,50
18	Óleo lubrificante 20W50 EMBALAGEM DE 01 LITRO.	R$ 19,70	R$ 29,95
20	Óleo lubrificante 5W30 DPF EMBALAGEM DE 01 LITRO	R$ 39,50	R$ 56,75

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Conforme previsto na Cláusula Quinta, item 5.3 estipulado na Ata de Registro de Preços e nos moldes dos Arts. 82, § 5º, IV e 124, II, 'd' da lei nº 14.133/2021.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
O Valor acrescido ao contrato correrá por conta da seguinte rubrica orçamentária: 02 EXECUTIVO MUNICIPAL
003 GABINETE DO PREFEITO
04.122.401.2.2 MANUTENÇÃO GABINETE DO PREFEITO
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E RECURSOS HUMANOSO
002 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
04.122.402.2.5 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

05 SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMB. E TURISMO
001 GABINETE SEC AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO
20.606.2001.2.10 GAB. SEC AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

05 SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMB. E TURISMO
002 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.606.2001.2.11 PROGRAMA FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
Fonte: 504 – Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não providenciáveis

05 SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMB. E TURISMO
002 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.606.2001.2.12 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
001 GABINETE SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
12.361.1201.2.20 MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR RECURSOS PRÓPRIOS
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO Fonte: 103 – 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
002 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.1201.2.22 MANUTENÇÃO DEPTO EDUCAÇÃO 25%
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO Fonte: 104 – Demais Impostos Vinculados à Educação Básica

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
002 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.1201.2.25 MANUTENÇÃO DEPTO EDUCAÇÃO 5%
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO Fonte: 103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

07 SECRETARIA DE SAUDE
001 GABINETE SECRETÁRIO DE SAÚDE
10.301.1001.2.33 MANUTENÇÃO GABINETE SECRETÁRIO DE SAÚDE
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO Fonte: 303 – Saúde – Receitas vinculadas

07 SECRETARIA DE SAUDE
002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2.36 PROGRAMA ATENÇÃO PRIMARIA EM SAUDE -APS
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO Fonte: 495 – Atenção Básica

07 SECRETARIA DE SAUDE
002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2.40 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERV PÚBLICOS DE SAÚDE – CUSTEIO FEDERAL
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO Fonte: 495 – Atenção Básica

07 SECRETARIA DE SAUDE
002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2.44 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE SAÚDE
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
07 SECRETARIA DE SAUDE
002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2.45 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO Fonte: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas

08 SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
002 DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
15.451.1501.2.47 MANUTENÇÃO GAB SEC DE OBRAS E URBANISMO
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

08 SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
002 DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
15.451.1501.2.50 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

08 SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
003 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
26.782.2601.2.51 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
26.782.2601.2.52 RECUPERAÇÃO E REVESTIMENTO DE ESTRADAS
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres) 26.782.2601.2.53 MANUTENÇÃO PROGRAMA CIDE
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO Fonte: 512 – CIDE(Lei 10866/04)

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
As demais cláusulas, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas. E por assim estarem ajustados., firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.
CLÁUSULA QUINTA – DO FORO
As partes firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo, elegendo para Foro da Comarca de Guaraniaçu, Estado do Paraná.

Diamante do Sul, 30 de julho de 2026.

MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL
Contratante

A.J. ZORNITTA COMÉRCIO DE FILTROS EIRELI
Detentor Da Ata

Publicado por:
Valmir Neneve Carvalho
Código Identificador:9140F4B4

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
1º TERMO ADITIVO REEQUILIBRIO ATA 03-2025 - PETRO TRUCK

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2025 CELEBRADA ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL E A EMPRESA PETRO TRUCK DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES EIRELI.

O MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Getulio Vargas s/n, CNPJ n.º 95.595.120/0001-95, ora representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Darci Tirelli, brasileiro, casado, Administrador, portador do CPF nº 020.269.569-79 e da Carteira de Identidade RG nº 5.157.507-5-PR, residente e domiciliado na Av. Ivan Ferreira do Amaral, s/n, Centro Diamante do Sul – Paraná CEP: 85-408-000 e a empresa PETRO TRUCK DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES EIRELI, CNPJ nº 37.005.258/0001-90, com endereço à Rodovia 467, KM 78, Sala 02, Jardim Europa, município de Toledo-Pr, representada neste Ato pelo Sr. Adilso Augustinho Carniel, CPF Nº 554.420.809-34, doravante denominado Detentor da Ata, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Conforme Ata de Registro de Preços nº 03/2025, Pregão Eletrônico nº 28/2024, firmado entre as partes para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES, ÓLEOS, GRAXAS E PRODUTOS CORRELATOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL – PR, conforme pedido da empresa e Parecer Jurídico, resolvem fazer o REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR NA ATA	VALOR REEQUILIBRIO
9	Óleo sae 15w40 API Ci-4PLus/ SL BALDE OU BOMBONA COM 20 LITROS.	R$ 392,00	R$ 592,00
10	Óleo sae 10w40 API CI ,4 ACEA E7 BALDE OU BOMBONA COM 20 LITROS.	R$ 564,00	R$ 827,00
19	Óleo lubrificante 5W30 EMBALAGEM DE 01 LITRO.	R$ 27,50	R$ 42,50
21	68 Hidráulico 20L BALDE OU BOMBONA COM 20 LITROS.	R$ 381,00	R$ 557,00
23	Fluido de freio dot4 500ML	R$ 30,50	R$ 45,50
24	GRAXA LUBRIFICANTE À BASE DE SABÃO DE LÍTIO MP2 PARA LUBRIFICAÇÃO DE ROLAMENTOS DE EQUIPAMENTOS AUTOMOTIVOS E AGRÍCOLAS, NO GRAU NLGI-2, COM BOA RESISTÊNCIA A ÁGUA E PROPORCIONA PROTEÇÃO CONTRA A CORROSÃO E A OXIDAÇÃO. PRODUTO NOVO DEVERÁ VIR ACONDICIONADO EM EMBALAGEM LACRADA, COM REGISTRO ATIVO NA ANP– AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO E DEVERÁ ATENDER INTEGRALMENTE TODAS AS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES, EM ESPECIAL DA ABNT. TAMBOR DE 170 KG.	R$ 3.541,00	R$ 5.650,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Conforme previsto na Cláusula Quinta, item 5.3 estipulado na Ata de Registro de Preços e nos moldes dos Arts. 82, § 5º, IV e 124, II, 'd' da lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Valor acrescido ao contrato correrá por conta da seguinte rubrica orçamentária:

02 EXECUTIVO MUNICIPAL
003 GABINETE DO PREFEITO
04.122.401.2.2 MANUTENÇÃO GABINETE DO PREFEITO
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E RECURSOS HUMANOSO
002 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
04.122.402.2.5 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
05 SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMB. E TURISMO
001 GABINETE SEC AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO
20.606.2001.2.10 GAB. SEC AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
05 SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMB. E TURISMO
002 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.606.2001.2.11 PROGRAMA FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
Fonte: 504 – Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não providenciáveis
05 SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMB. E TURISMO
002 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.606.2001.2.12 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
001 GABINETE SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
12.361.1201.2.20 MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR RECURSOS PRÓPRIOS
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
Fonte: 103 – 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
002 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.1201.2.22 MANUTENÇÃO DEPTO EDUCAÇÃO 25%
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
Fonte: 104 – Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
002 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.1201.2.25 MANUTENÇÃO DEPTO EDUCAÇÃO 5%
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO Fonte: 103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
07 SECRETARIA DE SAUDE
001 GABINETE SECRETÁRIO DE SAÚDE
10.301.1001.2.33 MANUTENÇÃO GABINETE SECRETÁRIO DE SAÚDE
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO Fonte: 303 – Saúde – Receitas vinculadas
07 SECRETARIA DE SAUDE
002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2.36 PROGRAMA ATENÇÃO PRIMARIA EM SAUDE -APS
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO Fonte: 495 – Atenção Básica
07 SECRETARIA DE SAUDE
002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2.40 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERV PÚBLICOS DE SAÚDE – CUSTEIO FEDERAL
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO Fonte: 495 – Atenção Básica
07 SECRETARIA DE SAUDE
002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2.44 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE SAÚDE
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
07 SECRETARIA DE SAUDE
002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2.45 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO Fonte: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas
08 SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
002 DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
15.451.1501.2.47 MANUTENÇÃO GAB SEC DE OBRAS E URBANISMO

3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
08 SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
002 DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
15.451.1501.2.50 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)

08 SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
003 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
26.782.2601.2.51 MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
26.782.2601.2.52 RECUPERAÇÃO E REVESTIMENTO DE ESTRADAS
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
26.782.2601.2.53 MANUTENÇÃO PROGRAMA CIDE
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
Fonte: 512 – CIDE(Lei 10866/04)

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
As demais cláusulas, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas. E por assim estarem ajustados., firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO
As partes firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo, elegendo para Foro da Comarca de Guaraniaçu, Estado do Paraná.

Diamante do Sul, 30 de julho de 2026.

MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL
Contratante

PETRO TRUCK DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES EIRELI
Detentor Da Ata

Publicado por:
Valmir Neneve Carvalho
Código Identificador:5F6A05F3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 90010/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

AVISO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 90010/2026

Objeto: Elaboração do Plano de Segurança de Barragem, contendo Projeto as built, Ensaios geotécnicos, Estudo Dam Break, Sistema de monitoramento, Plano de segurança da barragem, Plano de segurança emergencial e responsabilidade técnica. Ampla Concorrência.

Local: Dois Vizinhos/PR

Unidade compradora:987541 – MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS/PR

Modalidade da contratação: Concorrência

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, inciso II.

Tipo: Concorrência na Modalidade Técnica e Preço.

Modo de disputa: Fechado

Data de início de recebimento de propostas: 03/8/2026

Data fim de recebimento de propostas: 23/9/2026 às 9h00min(horário de Brasília).

Fonte: Compras.gov.br

O edital estará à disposição dos interessados no site www.doisvizinhos.pr.gov.br aba licitações.

Dois Vizinhos, 30 de julho de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:1D17355B

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE SUSPENSÃO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90059/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

AVISO DE SUSPENSÃO

REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90059/2026

O Município de Dois Vizinhos, em alusão ao edital do Pregão Eletrônico nº 90059/2026, que tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais institucionais personalizados, materiais de apoio institucional, brindes educativos/pedagógicos e itens de identificação correlatos para apoio às ações, campanhas e eventos da Secretaria da Mulher, Idoso, Juventude e Imigrantes, em razão da necessidade de adequar os documentos de planejamento, fica abertura do certame suspensa.

Dois Vizinhos, 30 de julho de 2026

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:A365AEDD

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS SELECIONADOS NO PSS – 012/2025 - CANDIDATOS CONVOCADOS – EDUCAÇÃO INFANTIL 40H

CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS SELECIONADOS NO PSS – 012/2025

CANDIDATOS CONVOCADOS – EDUCAÇÃO INFANTIL 40H

Classificação	Candidato
74.	Simone De Souza Paixão
75.	Bianca Gerardi da Silva
76.	Ana Cristina Da Silva
77.	Mariza Cabral

Dois Vizinhos, 23 de julho de 2026.

LEDA MARIA FERRARI
Gestora Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Decreto N° 20806/2024

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:D8C54C9A

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 038/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nº 038/2026

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao Inciso XII, do art. 67 da Lei Orgânica do Município de Dois Vizinhos, visando suprir vagas em seu Quadro Efetivo de Pessoal, **CONVOCA** a candidata abaixo relacionada, regularmente aprovada no Concurso Público para o cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA,** com base no Edital 001/2023, para comparecer junto ao Departamento de Gestão de Pessoas para a entrega da documentação exigida e o encaminhamento aos exames médicos pré-admissionais no prazo de 10 (dez) dias no horário das 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 16h30.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
Gabriela Maria Baggio	24° Lugar

DOIS VIZINHOS - PR, 31 de julho de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:BEC174A5

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS, ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CONVÊNIOS, TERMOS Nº 085/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Extrato para fins de publicação de Contratos, Atas de Registro de Preços, Convênios, Termos nº 085/2026

Contrato	328/2026 – Crdenciamento 001/2026 - Inexigibilidade 025/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Claudiomiro Paes de Moraes - CPF nº 815.xxx.xxx-34
Objeto	Disponibilização de jazida de cascalho para retirada pela Administração Municipal, destinada à recuperação de estradas vicinais no interior do Município de Dois Vizinhos/PR, conforme especificações constantes do edital, do Termo de Referência e do Anexo I deste instrumento.
Valor	R$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais)
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	23 de julho de 2026.

Segundo Termo Aditivo Ao Contrato nº 647/2025 - Concorrência nº 90013/2025	
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratada	D R Calçamentos Ltda - CNPJ nº 49.422.030/0001-85
Objeto	Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Quinta – Preço – Glosa-se do contrato o valor de R$ 76.908,71 (setenta e seis mil, novecentos e oito reais e setenta e um centavos).
Data de Assinatura	31 de julho de 2026.

Dois Vizinhos, 31 de julho de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:90FB1CA2

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2026.
OBJETO**: Contratação de serviços de transporte escolar para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Dois Vizinhos – PR, mediante disponibilização de veículo e profissionais vinculados à execução contratual, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra.**
Eu, Luis Carlos Turatto, na qualidade de Prefeito do município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, considerando o Termo de Julgamento constante ao processo do Pregão Eletrônico nº 90055/2026 e parecer emitido pela Procuradora Jurídica, HOMOLOGO o referido procedimento licitatório em favor da licitante vencedora**: BEATRIZ DE PAULA VICENTE ENGELS & CIA LTDA**, CNPJ: 08.915.363/0001-69, com proposta no valor total de **R$ 165.262,20 (cento e sessenta e cinco mil, duzentos e sessenta e dois reais e vinte centavos)**, pois atende todas as formalidades legais e o resultado ser oportuno e conveniente aos interesses da Administração.

Dois Vizinhos, 31 de julho de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:8803F408

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2024

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público, para fins de direito, que **ADJUDICA**, o objeto da licitação relativamente ao **2º TERMO ADITIVO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2024**, cujo objeto é: **CREDENCIAMENTO por meio de CHAMAMENTO PÚBLICO DE PESSOA JURÍDICA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS – CLINICO GERAL, NA FORMA DE PLANTÕES 12 HORAS DIURNO, 12 HORAS NOTURNO E 24 HORAS FINAIS DE SEMANA, RECESSO E FERIADOS, NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA DO MUNICÍPIO,** em favor da seguinte proponente:

Proponente	Ordem	CNPJ
CLINICA MÉDICA SUDOESTE DO PARANÁ LTDA	12	55.610.214/0001-71

E **HOMOLOGA** o referido procedimento, pois atende todas as formalidades legais e o resultado ser oportuno e conveniente aos interesses da Administração.

Dois Vizinhos, 29 de julho de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:C4C9713A

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2024

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público, para fins de direito, que **ADJUDICA**, o objeto da licitação relativamente ao **2º TERMO ADITIVO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2024**, cujo objeto é: **CREDENCIAMENTO por meio de CHAMAMENTO PÚBLICO DE PESSOA JURÍDICA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS – CLINICO GERAL, NA FORMA DE PLANTÕES 12 HORAS DIURNO, 12 HORAS NOTURNO E 24 HORAS FINAIS DE SEMANA, RECESSO E FERIADOS, NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA DO MUNICÍPIO,** em favor da seguinte proponente:

Proponente	Ordem	CNPJ
NICARETA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	13	62.161.200/0001-51

E **HOMOLOGA** o referido procedimento, pois atende todas as formalidades legais e o resultado ser oportuno e conveniente aos interesses da Administração.

Dois Vizinhos, 29 de julho de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:09AF21EE

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO
Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público, para fins de direito, que **HOMOLOGA E RATIFICA** o objeto da licitação relativamente ao **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2025**, considerando o Primeiro Termo Aditivo e Segundo Termo de Apostilamento ao Primeiro Termo Aditivo, com prazo final da vigência em 06/02/2027, cujo objeto é: Credenciamento de empresas para prestação de serviços de manutenção mecânica de veículos de passeio e utilitários, vans, ônibus, caminhões e máquinas rodoviárias e agrícolas da frota municipal, necessários para manutenção da frota do Munícipio de Dois Vizinhos**,** em favor das seguintes proponentes:

Proponentes	Ordem	CNPJ
C A MENON & CIA LTDA	23	04.283.722/0001-51

E **HOMOLOGA** o referido procedimento, pois atende todas as formalidades legais e o resultado ser oportuno e conveniente aos interesses da Administração.

Dois Vizinhos, 29 de julho de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:96519EBB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOUTOR ULYSSES

Ata da 34ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Doutor Ulysses, realizada no dia 25 de Junho de 2026 às 13h30min no recinto da nova sede do CMS, Biblioteca Municipal Doutor Ulysses. Estiveram presentes os Senhores André Luís Simões, Rodrigo Pereira da Silva, Anderson Leme da Silva, Elizeu de Matos, Pedro Desplanches, bem como às senhoras Vilma Matilde de Oliveira e Seni Roesler. O Presidente do Conselho, Dr. André Luís Simões, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos os participantes. Na sequência, solicitou ao Sr. Rodrigo para que realizasse a leitura da ata referente à 33ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Após a leitura da ata, o Presidente abriu espaço ao plenário para manifestações, correções ou sugestões de alteração. Não havendo nenhuma proposta de modificação, a ata foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Dando continuidade aos trabalhos, passou-se à apreciação dos itens pendentes da reunião anterior. O Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Dr. André, questionou acerca da aquisição dos equipamentos destinados à medição de cloro e turbidez da água. Em resposta, o Sr. Anderson informou que a Secretaria Municipal de Saúde ainda enfrenta dificuldades para localizar fornecedores aptos ao fornecimento dos equipamentos necessários. Na sequência, iniciou-se a pauta principal da reunião, referente à **Prestação de Contas do 1º Quadrimestre de 2026.** O Presidente concedeu a palavra ao Sr. Anderson, que apresentou o relatório correspondente, esclarecendo que referido documento já havia sido preparado para apresentação na reunião anterior, porém sua apreciação foi adiada em razão da necessidade de inclusão de novos relatórios e informações complementares. Durante a apresentação, foram expostos os principais indicadores assistenciais e administrativos da Secretaria Municipal de Saúde, abrangendo, entre outros, os atendimentos médicos realizados nas unidades rurais e na UBS Deputado Aníbal Cury; atendimentos de enfermagem, psicologia, fonoaudiologia, assistência social e fisioterapia; visitas domiciliares realizadas por médicos, enfermeiros e Agentes Comunitários de Saúde; procedimentos médicos, de enfermagem e de técnicos de enfermagem; vacinação, doses aplicadas e testes rápidos; reuniões de equipe e atividades educativas; transporte de pacientes; dispensação de medicamentos; agendamentos de consultas e exames pelos sistemas CARE, COMESP e E-Saúde; notificações compulsórias; bem como o demonstrativo financeiro da Secretaria Municipal de Saúde, contemplando despesas com pessoal, encargos, materiais, medicamentos, manutenção predial, locação e manutenção de veículos, combustíveis, aquisição de equipamentos e demais despesas de custeio. Durante a apresentação, o Sr. Anderson esclareceu que a redução no número de visitas realizadas pelos Agentes Comunitários de Saúde decorreu do encerramento de contratos temporários, informando que o Município conta atualmente com apenas sete profissionais em atividade. A Sr.ª Seni manifestou preocupação quanto à desassistência do Bairro Cerrado nesse aspecto. O Sr. Elizeu questionou se os procedimentos médicos apresentados incluíam consultas médicas, sendo esclarecido pelo Sr. Anderson que consultas e procedimentos são contabilizados separadamente, citando como exemplo de procedimento a realização de suturas. Em relação às capacitações das equipes, o Sr. Anderson informou que não foram realizadas durante o período em razão do cancelamento promovido pela equipe responsável, motivado pelas condições das estradas. O Presidente questionou se a capacitação seria destinada a todos os profissionais, recebendo resposta positiva, embora o responsável não recordasse o tema previsto. Na oportunidade, o Sr. Rodrigo destacou que o Município possui indicador específico do Programa Pro-Vigia, exigindo a realização de, no mínimo, duas capacitações anuais em Saúde do Trabalhador, com temas previamente definidos pela 2ª Regional de Saúde. Prosseguindo, foram apresentados esclarecimentos acerca do pagamento de diárias, empenho global do consórcio público, despesas com manutenção da UBS Deputado Aníbal Cury, aquisição de veículos mediante atas de registro de preços e demais despesas constantes do relatório financeiro, ocasião em que o Sr. Anderson ressaltou a economia obtida com a aquisição dos veículos em comparação aos custos decorrentes da locação e manutenção da frota municipal. Dando prosseguimento à apresentação da prestação de contas, o Sr. Anderson passou a prestar esclarecimentos acerca do relatório de horas extras, informando que os quantitativos apresentados decorrem da necessidade de manutenção dos serviços essenciais de saúde, especialmente para assegurar a continuidade dos plantões na Unidade Mista Deputado Aníbal Cury. Informou, ainda, que foi incluído ao relatório o espelho do ponto eletrônico dos servidores. O Presidente, Dr. André, questionou se o relatório apresentado continha apenas os servidores que receberam horas extras ou a relação de todos os servidores. Em resposta, o Sr. Anderson esclareceu que o documento contempla todos os profissionais da Secretaria Municipal de Saúde, inclusive seu próprio registro funcional, ressaltando, entretanto, que não recebe remuneração por horas extras. Na sequência, informou que foi identificada inconsistência no registro de ponto eletrônico de determinado servidor, cujo sistema contabilizou aproximadamente 98 (noventa e oito) horas extras, embora referido quantitativo não correspondesse à jornada efetivamente realizada. Esclareceu que o servidor exerce jornada em regime de 12x36 horas e que, possivelmente em razão de falha do equipamento, passaram a serem registrados indevidamente períodos correspondentes aos dias de folga. O Presidente ponderou que, diante da identificação de inconsistências dessa natureza, compete à Secretaria comunicar formalmente o setor de Recursos Humanos para adoção das providências cabíveis, inclusive quanto à correção do sistema de registro de ponto. O Sr. Elizeu questionou se todas as horas extras constantes da relação foram apuradas exclusivamente com base no ponto eletrônico, recebendo resposta afirmativa do Sr. Anderson. Na oportunidade, o Sr. Rodrigo registrou que, conforme consulta ao Portal da Transparência, o servidor mencionado teria recebido integralmente os valores correspondentes às 98 (noventa e oito) horas extras registradas, totalizando aproximadamente R$ 2.443,88, circunstância incompatível com a jornada de trabalho em regime de 12x36 horas. Ressaltou que, até aquele momento, não havia identificado qualquer correção

referente aos valores pagos, entendendo que situações dessa natureza deveriam ser imediatamente comunicadas ao setor de Recursos Humanos para adoção das providências administrativas cabíveis, inclusive eventual ressarcimento ao erário. Em resposta, o Sr. Anderson informou que já havia comunicado a empresa responsável pelo sistema de ponto eletrônico, porém a inconsistência persistia. Acrescentou que o caso seria formalmente tratado junto ao setor de Recursos Humanos, o qual já havia sido cientificado da situação. O Presidente destacou a necessidade de levantamento de todos os casos semelhantes eventualmente existentes, orientando que a Secretaria elaborasse relatório circunstanciado contendo as inconsistências identificadas, em conformidade com o decreto municipal anteriormente apresentado ao Conselho, encaminhando-o ao setor competente para análise e adoção das providências administrativas cabíveis. O Sr. Anderson acrescentou que, diferentemente do que ocorria anteriormente, atualmente a Secretaria passou a acompanhar de forma mais rigorosa os registros do ponto eletrônico, informando que, em gestões anteriores, os espelhos de ponto eram encaminhados diretamente para processamento da folha de pagamento, sem conferência detalhada. Na sequência, apresentou as escalas de trabalho dos servidores que realizam plantões com percepção de horas extras, atendimento à solicitação anteriormente formulada pelo Conselho Municipal de Saúde. Esclareceu que os vigias também exercem jornada em regime de 12x36 horas, porém não recebem remuneração extraordinária. Quanto aos registros da Farmácia Municipal, informou que alterações cadastrais e mudanças de matrícula impediram a emissão automática de determinados relatórios pelo sistema. Entretanto, apresentou ofícios e escalas de serviço para comprovação da jornada desempenhada, esclarecendo que o elevado quantitativo de horas anteriormente questionado decorreu do fato de haver apenas uma farmacêutica responsável pelos plantões durante o período analisado. O Sr. Rodrigo ressalta que os profissionais da farmácia permaneceram em regime de sobreaviso, sem permanência física contínua na unidade de saúde, destacando que o Município não possui legislação específica regulamentando o regime de sobreaviso. E que, em sua avaliação, os valores pagos mostravam-se elevados, embora reconhecesse tratar-se de situação já anteriormente aprovada pelo CMS. O Sr. Rodrigo acrescentou que, caso o regime de sobreaviso fosse devidamente regulamentado e remunerado conforme os parâmetros legais, os valores pagos tenderiam a ser significativamente inferiores. Encerrada essa etapa da apresentação, o Sr. Anderson colocou-se à disposição para receber sugestões destinadas ao aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos, reconhecendo que o processo ainda se encontra em fase de adaptação. Informou, ainda, que atualmente a Farmácia Municipal funciona diariamente, contando com dois farmacêuticos em escala de 12x36 horas durante o período diurno na UBS Deputado Aníbal Cury, permanecendo em regime de sobreaviso no período noturno. O Conselheiro Sr. Rodrigo observou que a escala poderia admitir ajustes entre os próprios profissionais, possibilitando a troca de plantões sempre que necessário. O Sr. Anderson acrescentou que uma das maiores dificuldades anteriormente enfrentadas consistia na ausência de dispensação de medicamentos no período pós-consulta, situação que, segundo informou, já se encontra solucionada. O Presidente orientou que a Secretaria avaliasse a real necessidade da manutenção do pagamento de sobreaviso noturno aos profissionais da farmácia, considerando que medicamentos destinados às situações de urgência e emergência poderiam permanecer, sob-responsabilidade do médico plantonista e destacou que o regime de sobreaviso deve observar critérios de economicidade, eficiência e interesse público, considerando que os recursos públicos devem ser utilizados de forma responsável, sempre em observância aos princípios que regem a Administração Pública. Encerrada a apresentação dos relatórios complementares, o Sr. Rodrigo retomou a discussão acerca das horas extras, registrando que este já constituía um dos apontamentos anteriormente apresentados ao CMS. Destacou que permaneciam sendo identificados pagamentos de valores expressivos decorrentes de pagamentos referentes a coordenações, acrescentou que situações dessa natureza dificultam a análise e aprovação das prestações de contas pelo Conselho Municipal de Saúde, por representarem inconsistências que demandam esclarecimentos e regularização. Na sequência, apresentou novo apontamento relacionado ao pagamento de horas extras a um servidor designado para função de coordenação, referente ao período compreendido entre 20 de março e 20 de abril de 2026. Informou que, com base nos registros de pagamento, conclui-se que o servidor teria recebido remuneração correspondente ao trabalho realizado em todos os sábados, domingos e feriados do período, circunstância que, indica remuneração vinculada ao exercício da coordenação, e não às horas efetivamente trabalhadas. O Sr. Rodrigo ressaltou ainda que a Portaria nº 022/2025, ao designar referido profissional para a Coordenação de Enfermagem e da Rede de Urgência e Emergência, contrariaria as disposições da Lei nº 7.498/1986 e do Decreto nº 94.406/1987, por atribuir funções privativas do profissional enfermeiro a servidor pertencente à outra categoria profissional. Destacou que a finalidade de uma portaria é regulamentar e dar execução ao que dispõe a legislação, não sendo instrumento apto a modificar ou alterar uma determinação legal, e que, caso a Administração entendesse necessária a concessão de remuneração diferenciada em razão de atribuições específicas, deveria regulamentar a matéria por meio do instrumento jurídico adequado, de modo a conferir segurança jurídica aos atos administrativos e evitar que a responsabilidade pela aprovação de situações eventualmente irregulares recaísse sobre o Conselho Municipal de Saúde. Em resposta, o Sr. Anderson informou que a Portaria nº 022/2025 havia sido posteriormente alterada. O Presidente esclareceu que o decreto anteriormente apresentado pelo Secretário Municipal de Administração foi editado justamente com a finalidade de disciplinar o controle das horas extras e evitar situações semelhantes às discutidas durante a reunião. O Sr. Anderson afirmou que as inconsistências identificadas estão sendo gradativamente corrigidas, e que diversos procedimentos já foram adotados, que em gestões anteriores já apresentavam falhas e que a regularização demanda tempo, não sendo possível solucionar todas as situações imediatamente. O Sr. Rodrigo ressaltou que, embora todas as prestações de contas anteriores tenham sido aprovadas pelo Conselho, isso não afasta a necessidade de correção das irregularidades identificadas, sobretudo porque a continuidade de práticas incompatíveis com a legislação não se justifica pelo fato de terem ocorrido anteriormente. O Sr. Anderson concordou quanto à necessidade de correção das inconsistências, reiterando que diversas providências já estão sendo implementadas, esclarecendo, entretanto, que algumas dependem de outros setores da Administração Municipal e da própria limitação dos sistemas informatizados utilizados. Na sequência, o Sr. Elizeu questionou se o registro de ponto do servidor anteriormente mencionado teria sido realizado por meio de dispositivo móvel. O Sr. Rodrigo respondeu que o ponto central da discussão não consistia na forma de registro, mas na eventual realização de registros em local diverso da unidade de trabalho, sem o correspondente exercício das atividades funcionais. O Presidente ressaltou que as providências administrativas já se encontram em andamento e que a efetividade das medidas depende da elaboração de relatórios técnicos encaminhados aos órgãos competentes, que o Conselho Municipal de Saúde já estabeleceu as diretrizes necessárias para apuração das inconsistências, cabendo à Administração dar continuidade aos procedimentos internos, cujos resultados serão oportunamente apresentados ao Conselho. O Sr. Rodrigo manifestou preocupação quanto à possibilidade de que seus apontamentos fossem interpretados como questões de natureza pessoal, esclarecendo que sua atuação sempre esteve voltada exclusivamente à observância da legalidade e da correta aplicação dos recursos públicos. O Presidente esclareceu que todos os conselheiros possuem pleno direito de manifestação, recomendando, contudo, que os debates permaneçam estritamente no campo institucional e técnico, evitando interpretações de cunho pessoal. Ressaltou, ainda, que as medidas administrativas em andamento seguem os ritos legais, algumas delas submetidas ao necessário sigilo, de modo a preservar sua efetividade até a conclusão dos respectivos procedimentos. O Sr. Anderson informou que, atualmente, sempre que identificadas horas extras superiores aos limites estabelecidos, a Secretaria Municipal de Saúde é formalmente oficiada para apresentação das justificativas correspondentes. O Presidente acrescentou que determinadas providências ainda não podem ser divulgadas ao Conselho em razão do sigilo inerente aos procedimentos administrativos em curso, assegurando, entretanto, que todas as informações serão apresentadas ao CMS assim que houver possibilidade legal para sua divulgação. Por fim, recomendou aos conselheiros, cautela na divulgação de assuntos discutidos nas reuniões, destacando que a exposição prematura de informações em ambientes inadequados pode comprometer o regular andamento dos procedimentos administrativos

e o próprio funcionamento institucional do Conselho Municipal de Saúde. Prosseguindo com a pauta, foi retomada a discussão acerca da Portaria nº 022/2025. O Sr. Rodrigo questionou se o referido ato administrativo havia sido revogado. Em resposta, o Sr. Anderson esclareceu que a portaria não foi revogada, mas alterada, apresentando aos conselheiros a versão atualmente vigente. Após análise do documento, o Sr. Rodrigo observou que, mesmo com as alterações promovidas, as atribuições conferidas ao servidor designado permaneciam compreendidas entre aquelas legalmente consideradas privativas do profissional enfermeiro. O Sr. Anderson esclareceu que as atividades técnicas continuam sendo desempenhadas por enfermeiros, cabendo ao servidor designado apenas atribuições de natureza administrativa. O Sr. Rodrigo enfatiza que a própria designação para coordenação da equipe de enfermagem e da Rede de Urgência e Emergência deve observar a legislação específica da profissão, destacando que tais funções possuem natureza técnica e encontra-se disciplinadas pela Lei nº 7.498/1986 e pelo Decreto nº 94.406/1987. O Sr. Anderson justificou que a designação ocorreu diante da dificuldade de encontrar profissional enfermeiro interessado em assumir a coordenação. Em resposta, o Sr. Rodrigo destaca que eventual dificuldade administrativa não afasta a necessidade de observância da legislação vigente, acrescentando que a remuneração destinada ao exercício da coordenação deve corresponder às atribuições legalmente exercidas. Buscando solução para a situação, o Sr. Anderson solicitou sugestões aos membros do Conselho quanto à adequação da portaria. O Sr. Rodrigo esclareceu que, sob o ponto de vista legal e à luz do ordenamento jurídico, a coordenação técnica dos serviços de enfermagem constitui atribuição privativa do enfermeiro, razão pela qual eventual adequação do ato administrativo deve respeitar essa previsão legal. O Sr. Anderson informou que havia recebido orientação da 2ª Regional de Saúde no sentido de que a nomeação seria possível. Em contraposição, o Sr. Rodrigo frisa que compete à legislação federal que regulamenta o exercício profissional da enfermagem disciplinar as atribuições privativas da categoria, não cabendo à 2ª Regional de Saúde alterar tal disciplina normativa. O Presidente, Dr. André, sugeriu que a matéria fosse novamente submetida à análise técnica da 2ª Regional de Saúde e, se necessário, de outros órgãos competentes, buscando respaldo jurídico para a definição da solução mais adequada. Na sequência, ressaltou que determinadas atividades organizacionais podem ser desempenhadas por outros profissionais da saúde ou mesmo por servidores sem formação específica em enfermagem, desde que não envolvam atos privativos da profissão. Destacou, ainda, que cargos de direção administrativa de unidades de saúde não são, necessariamente, privativos de enfermeiros, devendo ser preservada, contudo, a competência técnica exclusiva da enfermagem sempre que exigida pela legislação. Prosseguindo, o Presidente destaca que a Administração Pública deve promover a regularização gradual das situações existentes, observando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, legalidade e continuidade dos serviços públicos, evitando soluções que possam comprometer o funcionamento da rede municipal de saúde. Dando continuidade aos debates, o Presidente destacou que diversas questões tendem a ser solucionadas mediante a realização de concurso público e pela regulamentação das atribuições de cada cargo existente na Secretaria Municipal de Saúde, proporcionando maior segurança jurídica tanto para os servidores quanto para a Administração. O Sr. Elizeu questionou acerca da previsão de realização de concurso público pelo Município, sendo informado pelo Presidente que existe interesse da Administração em promover o certame, embora seja necessário, previamente, revisar a estrutura administrativa, dimensionar as necessidades de pessoal e regulamentar adequadamente as atribuições dos cargos. Na oportunidade, foi observado que a substituição gradual das contratações temporárias por cargos efetivos constitui medida importante para o fortalecimento da administração pública e para maior estabilidade na prestação dos serviços de saúde. Em seguida, o Presidente registrou a necessidade de atualização dos dados referentes aos procedimentos odontológicos constantes da prestação de contas. O Sr. Rodrigo acrescentou que identificou outros registros que, em seu entendimento, não refletiam adequadamente a realidade dos serviços prestados, inclusive na área da enfermagem. O Sr. Anderson informou que os dados apresentados foram extraídos diretamente do sistema G-MUS, comprometendo-se a verificar e atualizar os dados. Encerradas as discussões, o Presidente submeteu a Prestação de Contas do 1º Quadrimestre de 2026 à apreciação do plenário, sendo considerada suficiente. Na sequência, passou-se à pauta referente à Conferência Municipal de Saúde. O Presidente informou que, em razão de alterações promovidas no cronograma estadual, houve necessidade de antecipação da realização da Conferência Municipal. Esclareceu que a intenção inicial era proceder previamente à reestruturação do Conselho Municipal de Saúde, medida que deverá ocorrer em outro momento oportuno. Dando sequencia, o Presidente realizou a leitura do Regimento Interno da Conferência Municipal de Saúde, convocada pelo Decreto Municipal nº 179/2026, de 1º de julho de 2026, bem como pelas Resoluções nº 37/2026 e ad referendum nº 40/2026, que terá como finalidade a reflexão sobre o modelo atual dos sistemas de saúde municipal, com base nos resultados das discuções realizadas nas instancias dos participantes e da discussão dos problemas de saúde do município, bem como da consequente proposição de diretriz para o plano anual de ações da saúde. Concluída a leitura, os conselheiros deliberaram pela realização de adequações pontuais no texto do Regimento Interno, ficando igualmente definida a realização da Pré-Conferência Municipal, destinada aos interessados em integrar a futura composição do Conselho Municipal de Saúde. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Dr. André Luís Simões, encerrou a reunião às dezessete horas, agradecendo a presença de todos e reforçando o convite para participação na próxima reunião ordinária do Conselho. Eu, Rodrigo Pereira da Silva, Secretário do Conselho Municipal de Saúde, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais presentes.

ANDRÉ LUÍS SIMÕES

RODRIGO PEREIRA DA SILVA

ANDERSON LEME DA SILVA

JOCELI FERREIRA DA ROSA CRUZ

ZEILA DE FATIMA SCHEFFER

DIONATAN G. MACHADO

OZÉIAS NICOLAU DE PINA

PEDRO DESPLANCHES

VILMA MATILDE DE OLIVEIRA

ISRAEL FEITOSA

ELIZEU DE MATOS

SENI DE ANDRADE ROESLER

ELI MATIAS RIBEIRO DOS SANTOS

ELIAS STRAUBE

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:0DF711BD

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0022/2026.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0022/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES, Estado do Paraná, torna público que fará realizar licitação, conforme segue:

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0022/2026 CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Global Por Lote. MODO DE DISPUTA ABERTO.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CESTAS BÁSICAS E PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL, PARA CONCESSÃO EM ATENDIMENTOS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS CONCEDIDOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, CONFORME PARECER SOCIAL REALIZADO PELO CENTRO DE REFERENCIA EM ASSISTENCIA SOCIAL-CRAS, SOB RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

VALOR MÁXIMO: R$ 173.440,00 (CENTO E SETENTA E TRÊS MIL QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS INICIAIS ATÉ: 14/08/2026 às 09h:00m.

ANALISE DAS PROPOSTAS E SESSÃO DE DISPUTA: dia 14/08/2026 a partir das 09h: 05m.

LOCAL: Portal: plataforma de Pregões Eletrônicos da empresa LICITANET no Site: https://www.licitanet.com.br/

VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 12 MESES.

LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP/EQUIPARADAS; COM PRIORIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE ME/EPP/MEI LOCAL; PREFERÊNCIA PARA EMPRESA REGIONAL NO LIMITE DE 5% DA MELHOR PROPOSTA; E ITENS DESTINADOS A AMPLA CONCORRÊNCIA.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Poderá ser obtidas junto a Superintendência de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, sito a Rua Olívio Gabriel de Oliveira, 10, Centro, das 08h00minh às 17h00minh. O edital completo encontra-se disponível no endereço eletrônico www.doutorulysses.pr.gov.br no link licitações, plataforma de Pregões Eletrônicos da LICITANET no Site: https://www.licitanet.com.br/, e também no Portal Nacional de Compras Publicas – PNCP, em https://www.gov.br/pncp/pt-br.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses/PR, 31 de Julho de 2026.

HELISSON PATRICK BESTEL
Pregoeiro

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:E93229C0

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CMS - ATA DA 13ª PRÉ-CONFERENCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES-PR.

Ata da 13ª Pré-Conferencia Municipal de Saúde do Município de doutor Ulysses-Pr. Realizada no dia 01 de Julho de 2026 às 15h00 no recinto da Ubs Deputado Aníbal khury. Estiveram presentes os Senhores André Luís Simões, Rodrigo Pereira da Silva, Anderson Leme da Silva, Elizeu de Matos, Eliese Scheffer e Fabio Adriano Mendes, bem como às senhoras Gracilina Rutz Moreira, Juliane Scheffer e Valdirene Dias da Luz. O Secretario de Saúde, Sr. Anderson Leme da Silva iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos os participantes. Na sequência, passando para a pauta principal, "Definição dos representantes dos trabalhadores da saúde para composição do Conselho Municipal de Saúde e a organização da participação dos delegados na 13ª Conferência Municipal de Saúde". Inicialmente, o Secretário esclareceu que a reunião foi convocada em caráter de urgência em razão da alteração do cronograma nacional das conferências de saúde pelo Ministério da Saúde. Informou que, embora inicialmente a realização da conferência municipal estivesse prevista para data posterior, houve antecipação dos prazos, sendo necessário que todos os municípios concluíssem essa etapa até o início de julho, motivo pelo qual a Conferência Municipal foi agendada para o dia 2 de julho de 2026. Na sequência, foram prestados esclarecimentos sobre a composição do Conselho Municipal de Saúde, destacando-se que alguns membros integram o colegiado em razão da representação do segmento gestor, enquanto os representantes dos trabalhadores da saúde devem ser escolhidos entre os profissionais da categoria, observando-se a paridade prevista na legislação e no regimento do conselho. Foi informado que alguns servidores já haviam manifestado interesse em permanecer como representantes dos trabalhadores da saúde, entre eles o Sr. Rodrigo Pereira da silva e o Sr. Elizeu de Matos, sendo aberta oportunidade para que outros servidores interessados apresentassem candidatura. Ressaltou-se que a recondução dos atuais representantes somente poderia ocorrer após ser assegurada a possibilidade de manifestação de interesse por novos candidatos. Durante os debates, foram esclarecidas dúvidas acerca da representação por categoria profissional, da indicação por entidades de classe e da composição entre titulares e suplentes. Também foi explicado que, caso não houvesse novas candidaturas, seriam mantidos os representantes atualmente designados, preservando-se a composição vigente. Após consulta aos presentes, não houve manifestação de novos interessados em concorrer às vagas destinadas aos representantes dos trabalhadores da saúde. Assim, por consenso, deliberou-se pela manutenção da atual representação do segmento dos trabalhadores da saúde no Conselho Municipal de Saúde, permanecendo os conselheiros titulares e suplentes já designados, até ulterior deliberação ou renovação do colegiado, observadas as normas regimentais. Na oportunidade, também foram prestadas orientações acerca da realização da 13ª Conferência Municipal de Saúde, informando-se que os servidores escalados deveriam participar integralmente do evento, cuja programação teria duração aproximada de oito horas, com previsão de intervalo para almoço. Foi esclarecido, ainda, que as reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Saúde permanecem sendo realizadas, em regra, na última quinta-feira de cada mês. Nada mais havendo a tratar, o Secretario de Saúde, Sr. Anderson Leme da Silva encerrou a reunião às dezesseis horas, agradecendo a presença de todos e reforçando o convite para participação 13° Conferencia Municipal. Eu, Rodrigo Pereira da Silva, Secretário do Conselho Municipal de Saúde, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais presentes.

ANDRÉ LUÍS SIMÕES
RODRIGO PEREIRA DA SILVA
ANDERSON LEME DA SILVA
ELIESE SCHEFFER
FABIO ADRIANO MENDES
ELIZEU DE MATOS
GRACILINA RUTZ MOREIRA
JULIANE SCHEFFER
VALDIRENE DIAS DA LUZ
TANIA MARA SANTINI

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:7AFDD186

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CMS - ATA DA DÉCIMA TERCEIRA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOUTOR ULYSSES

Ata da décima terceira Conferência Municipal de Saúde de Doutor Ulysses convocada e formalizada pelo Decreto 179/2026, e pelas Resoluções do Conselho Municipal de Saúde, 37 e 40 de 2026. Realizada no período das 08h00minh (oito) às 17h00min (dezessete) horas do dia dois de julho de dois mil e vinte seis, no recinto da Câmara Municipal de Vereadores, localizada na Rua João Gabriel de Oliveira s/nº. Na referida data realizou-se a Conferência Municipal de Saúde, com o tema "Saúde, Democracia, Soberania e SUS: Cuidar do Povo é Cuidar do Brasil". Abordando os eixos temáticos: I- Democracia, Saúde como direito e soberania nacional; II- Financiamento adequado e suficiente para o SUS, com base na justiça tributária, e na sustentabilidade fiscal e social; III- Os desafios para o SUS na agenda nacional de defesa da vida e da saúde: emergências climáticas e justiça socioambiental. IV- Modelo de atenção e gestão, territórios integrados e cuidados integrais. Para dar início aos trabalhos, o mestre de cerimônia, Sr. Robson Leme da Silva, pediu a atenção de todos e convidou para fazer parte da mesa diretora o senhor Prefeito Ezequiel Bestel Junior, a Sra. Ariane Carol Chamberlain representando o senhor vereador presidente da Câmara

de Vereadores Miguel dos Anjos Dias, O Secretário Municipal de Saúde Sr. Anderson Leme da Silva, o Sr. André Luiz Simões, Presidente do Conselho Municipal de Saúde, e o Sr. Mayk Renan Santos dos Reis de Lara, (palestrante convidado). Composta a mesa diretora, o mestre de cerimônia pediu a todos os presentes que ficassem em pé para ouvirem o hino nacional e o hino do município. Logo após, passou a palavra aos integrantes da mesa de abertura, primeiramente ao Sr. Prefeito, para realizar a abertura formal da cerimônia. Seguiram os Srs. Anderson Leme da Silva, Sr. Mayk Renan Santos dos Reis de Lara e André Luís Simões, que encerrou a solenidade de abertura, dando início aos trabalhos. Desfez-se a mesa, tendo sido então iniciada a leitura, pelo cerimonialista, do regimento interno da conferência, para discussão e aprovação. Logo após, o regimento interno foi colocado em votação e aprovado pela plenária. Dando continuidade à Conferência, o mestre de cerimônia passou a palavra ao palestrante convidado, que fez uma apresentação sobre o tema da conferência e seus respectivos eixos, de forma interativa com a participação do plenário e exploração de estudos de caso aplicados ao trabalho de campo. Encerrada a apresentação. Os participantes foram liberados para almoço, e orientados a retornarem para a segunda fase de trabalhos em grupo a se iniciar às 13h30min. Após o retorno do almoço, todos foram convidados para a formação dos grupos de trabalho para a discussão dos temas da conferência. Foram formados quatro grupos de trabalho para discutir os eixos definidos na conferência, Os trabalhos foram coordenados pelo Sr. Sr. Mayk Renan Santos dos Reis de Lara, Sr. Anderson Leme da Silva e Sr. André Luís Simões. Os grupos de discussão trabalharam durante uma hora, e expuseram o resultado do trabalho através de uma apresentação, onde a plenária poderia sugerir alterações às propostas de cada grupo. Após o término de cada apresentação as propostas foram aprovadas tendo sido solicitado que fossem elaboradas propostas para encaminhamento às instâncias superiores, Conferências Estadual e Nacional. Aprovadas as propostas pela plenária. Ficaram definidas as seguintes propostas por eixo:

• Fortalecimento da matriz industrial da saúde propiciando autonomia de insumos, medicamentos e tecnologia em saúde. (Estadual e Nacional)
• Assegurar financiamento adequado e suficiente para os programas de saúde, garantindo a manutenção e o aumento dos repasses, e assegurando a manutenção e ampliação das verbas e índices constitucionalmente vinculados.
• Criação ou aprimoramento pelo Estado de Rede de Atenção a Desastres, com rotinas de apoio rápido a pequenos municípios, quando afetados por tragédias de natureza ambiental, além de programas de conscientização no uso correto de recursos hídricos e ambientais.
• Criação de um sistema de filtragem de risco aprimorado para identificação de casos urgentes ou de fragilidade social, assegurando um fluxo de exames e consultas especializados direcionados aos casos mais urgentes, aos municípios mais pobres e estruturalmente frágeis, que não contam com ampla rede de serviço privado/convênios, de forma mais equânime.

Os produtos dos trabalhos dos grupos foram entregues à mesa coordenadora. Após o término dos trabalhos em grupo, foi apresentado a plenária os conselheiros de saúde da gestão 2013/2017, indicados por suas entidades, sendo informado que uma das entidades cadastradas, comunicou que não tem membros, cadastrados no seu rol de membros, em condição de representá-la no município, (Igreja Adventista), sendo então aplicado o princípio previsto no regimento, de eleição de um representante da comunidade, presente no plenário. As Senhoras. Vilma Matilde de Oliveira e Vilcélia Rodrigues da Silva e Silva, apresentaram-se como interessadas, não havendo mais interessados. A candidatura das duas, na condição de representantes da comunidade, foi submetida ao plenário sendo aprovada por unanimidade. O Sr. André convida aos conselheiros indicados por suas entidades, presentes, que se dirijam a frente, para que sejam apresentados. Fazendo a leitura dos nomes, tendo estes se dirigido à frente, sendo a composição aprovada pela plenária. Em seguida foi aberto espaço para candidaturas dos delegados a serem enviados à Conferência Estadual de Saúde, tendo se apresentado apenas as Senhoras, Vilma Matilde de Oliveira e a Sra. Geovana dos Santos Ribeiro, apresentadas à plenária e aprovadas por unanimidade, Nada mais havendo a tratar o Drº André Luís Simões, presidente do Conselho Municipal de Saúde, encerrou a conferência às 16h30min, agradecendo a presença de todos e eu e eu Rodrigo Pereira da Silva, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, relator, pelo Presidente do Conselho Municipal e pela equipe da Coordenação da décima terceira Conferência Municipal de Saúde do município de Doutor Ulysses.

ANDRÉ LUÍS SIMÕES
Presidente do CMS

ANDERSON LEME DA SILVA
Presidente da Comissão Organizadora

JOCELI FERREIRA DA CRUZ
Coordenador Adjunto

RODRIGO PEREIRA DA SILVA
Relator

CENI DE ANDRADE
Secretaria de Credenciamento

VERISSIMA CALAZANI ALVES
Secretária Executiva

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:FAE4506C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°0041/2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO N º 0017/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°0041/2026

ORIGEM: Pregão Eletrônico n º 0017/2026

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 24 de julho de 2026.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, CNPJ: 95.422.911/0001-13;

CONTRATADA: **TEREZA PNEUS LTDA**, inscrita no CNPJ 01.179.914/0001-24 com sede e foro a Rua Francisco Nunes, 432, Rebouças, Cep 80215-000, na cidade de Curitiba Estado do Paraná.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR PROTETORES DE CÂMARAS, BICOS DE AR PARA PNEUS E MATERIAIS PARA BORRACHARIA. DESTINADO A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TRANSPORTE, ADMINISTRAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE, EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE, OBRAS, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO URBANO E GOVERNO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – ESTADO DO PARANÁ.

VALOR R$ 267.499,36(DUZENTOS E SESSENTA E SETE MIL E QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS).

VALIDADE DO CONTRATO: 12 MESES.

Doutor Ulysses/PR, 31 de julho de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:D7EF8AC1

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°0042/2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO N º0017/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°0042/2026

ORIGEM: Pregão Eletrônico n º0017/2026

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 24 de julho de 2026.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, CNPJ: 95.422.911/0001-13;
CONTRATADA: **LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA**, inscrita no CNPJ 56.933.664/0001-68 com sede na Rodovia João Batista Rico, 485, Barracão 02 sala 03, Box 01, Rio Tigre, Bairro Videira, Cep 89567899, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR PROTETORES DE CÂMARAS, BICOS DE AR PARA PNEUS E MATERIAIS PARA BORRACHARIA. DESTINADO A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TRANSPORTE, ADMINISTRAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE, EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE, OBRAS, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO URBANO E GOVERNO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – ESTADO DO PARANÁ.

VALOR R$ 200.498,00 (duzentos mil quatrocentos e noventa e oito reais).

VALIDADE DO CONTRATO: 12 MESES.

Doutor Ulysses/PR, 31 de julho de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:E9E76E1F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°0043/2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO N º0017/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°0043/2026

ORIGEM: Pregão Eletrônico n º0017/2026

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 28 de julho de 2026.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, CNPJ: 95.422.911/0001-13;

CONTRATADA: **COUTINHO PNEUS LTDA**, inscrita no CNPJ 49.230.882/0001-70 com sede na Rua Wally Block, 114, Encano, Cep 89086365, na cidade de Indaial Estado de Santa Catarina

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR PROTETORES DE CÂMARAS, BICOS DE AR PARA PNEUS E MATERIAIS PARA BORRACHARIA. DESTINADO A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TRANSPORTE, ADMINISTRAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE, EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE, OBRAS, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO URBANO E GOVERNO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – ESTADO DO PARANÁ.

VALOR R$ 150.870,00 (cento e cinquenta mil oitocentos e setenta reais).

VALIDADE DO CONTRATO: 12 MESES.

Doutor Ulysses/PR, 31 de julho de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:BAC5AEF0

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°0044/2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO N º0017/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°0044/2026

ORIGEM: Pregão Eletrônico n º0017/2026

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 24 de julho de 2026.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, CNPJ: 95.422.911/0001-13;

RK COMERCIO DE PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ 64.793.970/0001-74 com sede e foro a Avenida Duque de Caxias, 2006, Vila Alba, Cep 79100401, na cidade de Campo Grande Estado do Mato Grosso do Sul

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR PROTETORES DE CÂMARAS, BICOS DE AR PARA PNEUS E MATERIAIS PARA BORRACHARIA. DESTINADO A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TRANSPORTE, ADMINISTRAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE, EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE, OBRAS, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO URBANO E GOVERNO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – ESTADO DO PARANÁ.

VALOR R$ 148.200,00(cento e quarenta e oito mil e duzentos reais).

VALIDADE DO CONTRATO: 12 MESES.

Doutor Ulysses/PR, 31 de julho de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:B09D8C7F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°0045/2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO N º0017/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°0045/2026

ORIGEM: Pregão Eletrônico n º0017/2026

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 24 de julho de 2026.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, CNPJ: 95.422.911/0001-13;

CONTRATADA: **JN PNEUS LTDA**, inscrita no CNPJ 44.472.217/0001-70 com sede na Avenida 7 de setembro, 553, Centro, Cep 88760-000, na cidade de Rio Fortuna, Estado de Santa Catarina

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR PROTETORES DE CÂMARAS, BICOS DE AR PARA PNEUS E MATERIAIS PARA BORRACHARIA. DESTINADO A

MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TRANSPORTE, ADMINISTRAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE, EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE, OBRAS, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO URBANO E GOVERNO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – ESTADO DO PARANÁ.

VALOR R$ 122.800,40(cento e vinte e dois mil e oitocentos reais e quarenta centavos).

VALIDADE DO CONTRATO: 12 MESES.

Doutor Ulysses/PR, 31 de julho de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:6113F488

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°0046/2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO N º0017/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°0046/2026

ORIGEM: Pregão Eletrônico n º0017/2026

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 31 de julho de 2026.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, CNPJ: 95.422.911/0001-13;

CONTRATADA: empresa **LAGB ACESSORIOS E PECAS LTDA**, inscrita no CNPJ 44.472.217/0001-70 com sede na Avenida General Osorio D, 1127, Centro, Cep -89802-212, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR PROTETORES DE CÂMARAS, BICOS DE AR PARA PNEUS E MATERIAIS PARA BORRACHARIA. DESTINADO A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TRANSPORTE, ADMINISTRAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE, EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE, OBRAS, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO URBANO E GOVERNO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – ESTADO DO PARANÁ.

VALOR R$ 117.598,00 (cento e dezessete mil quinhentos e noventa e oito reais).

VALIDADE DO CONTRATO: 12 MESES.

Doutor Ulysses/PR, 31 de julho de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:3A7788DC

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°0047/2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO N º0017/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°0047/2026

ORIGEM: Pregão Eletrônico n º0017/2026

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 24 de julho de 2026.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, CNPJ: 95.422.911/0001-13;

CONTRATADA: **A. M. MENDES-ACESSORIOS**, inscrita no CNPJ 06.009.600/0001-05 com sede na Rua Nhambu, 41, Centro, Cep 86701-360, na cidade de Arapongas, Estado do Paraná

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR PROTETORES DE CÂMARAS, BICOS DE AR PARA PNEUS E MATERIAIS PARA BORRACHARIA. DESTINADO A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TRANSPORTE, ADMINISTRAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE, EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE, OBRAS, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO URBANO E GOVERNO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – ESTADO DO PARANÁ.

VALOR R$ 114.172,00 (cento e quatorze mil e cento e setenta e dois reais).

VALIDADE DO CONTRATO: 12 MESES.

Doutor Ulysses/PR, 31 de julho de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:069BC4E2

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°0048/2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO N º0017/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°0048/2026

ORIGEM: Pregão Eletrônico n º0017/2026

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 24 de julho de 2026.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, CNPJ: 95.422.911/0001-13;

CONTRATADA: **CURITIBA COMERCIO DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA**, inscrita no CNPJ 47.270.248/0001-36 com sede na Rua Padre Dehon, 3300, Boqueirão, Cep 81670-100, Estado do Paraná

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR PROTETORES DE CÂMARAS, BICOS DE AR PARA PNEUS E MATERIAIS PARA BORRACHARIA. DESTINADO A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TRANSPORTE, ADMINISTRAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE, EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE, OBRAS, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO URBANO E GOVERNO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – ESTADO DO PARANÁ.

VALOR R$ 75.102,00 (setenta e cinco mil e cento e dois reais).

VALIDADE DO CONTRATO: 12 MESES.

Doutor Ulysses/PR, 31 de julho de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:649F082D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°0049/2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO N º0017/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°0049/2026

ORIGEM: Pregão Eletrônico n º0017/2026

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 24 de julho de 2026.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, CNPJ: 95.422.911/0001-13;
CONTRATADA: **MILANO COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA**, inscrita no CNPJ 36.097.231/0001-02 com sede na Rua João Carlos Marinho, 25, Bairro Bortolon, Xanxerê, Cep 89820-000, Estado de Santa Catarina

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR PROTETORES DE CÂMARAS, BICOS DE AR PARA PNEUS E MATERIAIS PARA BORRACHARIA. DESTINADO A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TRANSPORTE, ADMINISTRAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE, EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE, OBRAS, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO URBANO E GOVERNO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – ESTADO DO PARANÁ.

VALOR R$ 44.400,00 (quarenta e quatro mil e quatrocentos reais).

VALIDADE DO CONTRATO: 12 MESES.

Doutor Ulysses/PR, 31 de julho de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:A0BD7E47

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - CONTROLE INTERNO NA PRATICA LTDA.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Sr. Esequiel Bestel Junior no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	49/2026
b) Licitação Nrº :	19/2026
c) Modalidade :	Inexigibilidade:
d) Data Homologação :	31/07/2026
e) Objeto Homologado :	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO À CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, DE NATUREZA PREDOMINANTEMENTE INTELECTUAL, CONSISTENTES EM MENTORIA TÉCNICA CONTINUADA NA ÁREA DE CONTROLADORIA INTERNA, ABRANGENDO ACOMPANHAMENTO SISTEMÁTICO DAS ATIVIDADES DA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO, ORIENTAÇÃO NA ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS TÉCNICOS, FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E SUPORTE TÉCNICO APLICADO ÀS ROTINAS ADMINISTRATIVAS, COM CARGA HORÁRIA ESTIMADA DE 192 HORAS ANUAIS. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.
f) Processo Adm Nrº :	49/2026

04.124.0001.2.004. - Manutenção da Controladoria Geral

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: CONTROLE INTERNO NA PRATICA LTDA
CNPJ/CPF: 48.725.098/0001-70

Item	Descrição	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO À CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, DE NATUREZA PREDOMINANTEMENTE INTELECTUAL, CONSISTENTES EM MENTORIA TÉCNICA CONTINUADA NA ÁREA DE CONTROLADORIA INTERNA, ABRANGENDO ACOMPANHAMENTO SISTEMÁTICO DAS ATIVIDADES DA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO, ORIENTAÇÃO NA ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS TÉCNICOS, FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E SUPORTE TÉCNICO APLICADO ÀS ROTINAS ADMINISTRATIVAS, COM CARGA HORÁRIA ESTIMADA DE 192 HORAS ANUAIS. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	Mês	12	R$ 980,0000	R$ 11.760,0000

Valor Total Homologado - R$ 11.760,00

DOUTOR ULYSSES, 31 de julho de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:503154D2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DE FERNANDES PINHEIRO
RESOLUÇÃO Nº 006/2026 DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO, APRECIAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DE FERNANDES PINHEIRO – FUNDOFEP.

RESOLUÇÃO Nº 006/2026

Dispõe sobre os procedimentos para elaboração, apresentação, apreciação e divulgação do Relatório Anual de Governança Corporativa do Fundo Municipal de Assistência e Previdência de Fernandes Pinheiro – FUNDOFEP.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DE FERNANDES PINHEIRO – FUNDOFEP, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 430/2010 e suas alterações,
RESOLVE:
Art. 1º Fica estabelecido que o Relatório Anual de Governança Corporativa do FUNDOFEP deverá ser elaborado anualmente pela Unidade Gestora, contemplando, no mínimo:
I – Dados dos segurados;
II – receitas E despesas previdenciárias;
III – evolução da situação atuarial;
IV – Gestão dos investimentos;
V – Atividades institucionais;
VI – Atividades dos órgãos colegiados.
Art. 2º Após sua elaboração, o Relatório de Governança Corporativa deverá ser apresentado ao Conselho de Administração para conhecimento, apreciação e registro em ata.
Art. 3º O Relatório de Governança Corporativa deverá permanecer arquivado na Unidade Gestora e disponibilizado aos segurados e demais interessados, observadas as normas de transparência pública.
Art. 4º Art. Caberá ao Gestor da Unidade Gestora providenciar o encaminhamento do Relatório Anual de Governança Corporativa ao

Conselho de Administração, para conhecimento, apreciação e registro em ata, observando o cronograma anual de atividades.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Fernandes Pinheiro – PR, 31 de julho de 2026.

SANDRA MARA SARNOSKI AFOSNO
Diretora Presidente – FUNDOFEP

Publicado por:
Sidnei Antonio de Lima
Código Identificador:60C21E77

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA/CREDENCIAMENTO Nº 003/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 011/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 104/2026

O Município de Fernandes Pinheiro, estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n° 01.619.323/0001-20, com sede à Av. remis João Loss, nº 600, Centro, torna público que realizará o CHAMAMENTO PÚBLICO, afim de **Credenciamento de Pessoas Jurídicas especializadas na prestação de serviços educacionais, culturais e artísticos, para execução de oficinas de ballet, dança, teoria musical e prática vocal voltadas à formação de corais e demais atividades correlatas, mediante disponibilização de profissionais tecnicamente qualificados**, de acordo com às disposições do Artigo 74, Caput, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021 e suas alterações, Lei Complementar 123, de 14 de Dezembro de 2006 e suas alterações, Lei Complementar 147, de 07 de Agosto de 2014 e Lei Complementar 155, de 27 de Outubro de 2016, subsidiariamente e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos e na Minuta de Contrato.
TIPO: Chamamento Público/Credenciamento
CREDENCIAMENTO: Aberto a partir do dia 03 de agosto de 2026
PROTOCOLO DOS DOCUMENTOS: Sede da Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro/PR
ENDEREÇO: Avenida Remis João Loss, 600, Centro, CEP: 84535-000
ABERTURA DOS ENVELOPES: Contínuo, após cada protocolo

DO ACESSO AO EDITAL
O presente Edital encontra-se à disposição para aquisição e verificação por parte dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura de segunda à sexta-feira das 8h00 às 11h30 e das 13h00 às 17h00, ou por solicitação via e-mail: **licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br.** Também é possível adquirir o Edital no Portal da Transparência, no site oficial do Município **www.fernandespinheiro.pr.gov.br,** através do link de acesso: https://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?id_cliente=138&sessao=fa48c4e8cf3mfa
O Edital estará disponível também no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP pelo link: **https://www.pncp.gov.br/.**

Fernandes Pinheiro, 31 de julho de 2026.

CARMEN LUCIANE ANDREOLA CABRAL
Agente de Contratação
Portaria nº 088/2026

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:3EF31315

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº199/2026 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS INTEGRANTES DO COMITÊ DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO/PR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO o contido no art. 6 da Lei Municipal n° 919/2026, que estabelece que por ato próprio do Poder Executivo Municipal serão nomeados os membros do Comitê para avaliação da Política Municipal de Alfabetização
DECRETA:
Art. 1º. Fica instituído o Comitê da Política Municipal de Alfabetização, para o ano de 2026, o qual será composto da seguinte maneira:
I - Articuladora municipal da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (RENALFA):
Izabel Soares de Andrade Jorge
II – Representante da Secretaria Municipal de Educação:
Solange de oliveira Goes Dallazuanna
III – Representantes da Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação:
a) Emanoele Cristina Portela Franco Vizinoni;
b) Gisele Roeller;
c) Joceane Aparecida Ferreira;
d) Sandra Aparecida da Costa.
IV – Representante dos Diretores (as) das instituições de ensino da rede municipal: a) Elisiana Freitas Tribek Jolak;
V – Representante das Coordenadoras Pedagógicas das instituições de ensino da rede municipal:
a) Islea dos Santos Farias
VI –Representante dos Professores (as) da Educação Infantil:
Evani Pereira Landucci
VII– Representante dos Professores (as) dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental:
Leise Rocha de Lima;
VIII – Representante do Conselho Municipal de Educação:
Priscila Suemy Ferreira;
Art. 2° A coordenação do Comitê da Política Municipal de Alfabetização ficará a cargo da servidora Izabel Soares de Andrade Jorge, responsável pela articulação, acompanhamento e desenvolvimento das ações inerentes à implementação e ao fortalecimento da Política Municipal de Alfabetização.
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO,
em 31 de julho de 2026

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Liliane Heurt
Código Identificador:AC941DF4

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº. 200/2026 SÚMULA: DESLIGAMENTO DE EMPREGADO PÚBLICO

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica desligado, a pedido, ADRIANO DA CRUZ FILHO, matrícula 1409-1, do cargo temporário de Professor de Apoio Especializado PSS, a partir de 01/08/2026.
Art. 2°- Este decreto entra em vigor nesta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CONHECIMENTO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO,
Em 31 de julho de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Liliane Heurt
Código Identificador:494669F5

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº. 201/2026

Súmula: Exoneração

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, SIMONE DA CONCEICAO DE ANDRADE VASCO, matrícula 1331-1, do cargo em comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES, a partir de 01/08/2026.
Art.2°- nomeada pelo Decreto 09/2025, exerceu o cargo no período de 01/01/2025 a 31/07/2026.
Art. 3º - Este decreto entra em vigor nesta data.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CONHECIMENTO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, em 31 de julho de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Liliane Heurt
Código Identificador:69A18768

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 026/2026 REF.: AO PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA N° 011/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
CNPJ nº 01.619.323/0001-20

CEDENTE: LIGGA TELECOMUNICACOES S.A.
CNPJ nº 04.368.865/0001-66

CESSIONÁRIA: LIGGA SERVICOS EM TELECOM S.A.
CNPJ nº 65.649.511/0001-84

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
§ Único – Constitui objeto do presente Termo Aditivo a cessão contratual do Contrato de Prestação de Serviços nº 026/2026, conforme Processo Administrativo nº 039/2026, referente à contratação de empresa especializada para fornecimento de internet com link dedicado, via fibra óptica.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CESSÃO CONTRATUAL
§ 1º – Conforme parecer jurídico e justificativa apresentada pela CEDENTE, fica formalizada, por meio deste Termo Aditivo, a cessão do Contrato de Prestação de Serviços nº 026/2026 à CESSIONÁRIA, produzindo efeitos a partir da data da solicitação de cessão, em 18/06/2026.
I - A presente cessão foi autorizada pela Administração Municipal, mediante Processo Administrativo nº 039/2026, após análise da documentação apresentada pela CESSIONÁRIA, a qual comprovou o atendimento às condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório e assumirá integralmente os direitos e obrigações decorrentes do contrato cedido.
§ 2º – A CESSIONÁRIA declara estar ciente e de acordo com a cessão da posição contratual realizada pela CEDENTE, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições originalmente pactuadas.
§ 3º – A CESSIONÁRIA sub-roga-se em todos os direitos e obrigações decorrentes da cessão que ora lhe é feita pela CEDENTE, a qual fica excluída do presente Contrato.
§ 4º – A CEDENTE concede à CONTRATANTE plena, geral, irrevogável e irretratável quitação quanto aos direitos e obrigações objeto da presente cessão, nada mais tendo a reclamar em relação ao contrato cedido.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
§ Único - Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.

Fernandes Pinheiro, em 28 de julho de 2026.

Município de Fernandes Pinheiro
OZIEL NEIVERT
Contratante

Ligga Telecomunicacoes S.A.
SÍLVIO BARRETO DA SILVA
Cedente

Ligga Servicos em Telecom S.A.
SÓCRATES GONÇALVES DOS REIS GOMES E PAULO CELSO WEIGERT LOBO
Cessionária

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:EB1F800D

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA Nº 082/2022 REF.: AO PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL Nº 057/2022

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
CNPJ nº 01.619.323/0001-20

CONTRATADA: IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA
CNPJ nº 05.982.200/0001-00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
§ Único - Constitui objeto do presente termo aditivo de prazo, conforme Processo Administrativo 048/2026 a renovação excepcional da contratação de empresa especializada para implantação e manutenção de solução em software para a gestão da informação da política de assistência social municipal e do SUAS, para número ilimitado de usuários e equipamentos, incluindo os serviços de treinamento de usuários, suporte técnico, atualização tecnológica, hospedagem e todas as demais condições, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO
§ Único – Conforme Solicitação e Justificativa da Secretaria Municipal de Assistência Social e de acordo com Parecer Jurídico, fundamentação no **§4º do Art. 57 da Lei 8.666/93**, fica prorrogado o prazo de execução do contrato por mais 90 (noventa) dias, passando o vencimento de 14/07/2026 para 14/10/2026 e prorrogando também o Prazo de Vigência Contratual para 14/11/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL
§ 1º – O valor previsto para uso no período será de R$ 4.984,95 (quatro mil novecentos e oitenta e quatro reais e noventa e cinco centavos).
§ 2º – Pelos novos prazos fica, alterado o valor contratual, passando de R$ 82.719,32 (oitenta e dois mil e setecentos e dezenove reais e trinta e dois centavos) para R$ 87.704,27 (oitenta e sete mil setecentos e quatro reais e vinte e sete centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
§ Único – O valor acrescido ao contrato correrá por conta das seguintes rubricas orçamentárias:
08.001.08.244.0801.2-031.3.3.90.40.00.00

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
§ Único - Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.

Fernandes Pinheiro, em 10 de julho de 2026.

Município de Fernandes Pinheiro
OZIEL NEIVERT
Contratante

IDS Desenvolvimento de Software e Assessoria LTDA
ANTONIO ESPÍRITO SANTO
Contratada

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:B1E83D53

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

JURIDICO
LEI Nº 995/2026

LEI N° 995/2026, DE 31 DE JULHO DE 2026.

SÚMULA: Altera dispositivos da Lei Municipal nº 943, de 16 de outubro de 2025, que dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental (FMSBA) e institui o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental do Município de Flor da Serra do Sul e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE FLOR DA SERRA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º O caput do artigo 2º da Lei Municipal nº 943, de 16 de outubro de 2025 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art.2º O Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental-FMSBA, com personalidade contábil, procederá à execução orçamentária no âmbito de sua competência, tendo por finalidade o custeio de ações destinadas à universalização e ao aprimoramento dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com o Plano Municipal ou Regional de Saneamento Básico e Ambiental vigente, desde que tais ações sejam de competência do Município e não constituam obrigação contratual do prestador dos serviços."
Art. 2º O artigo 5º da Lei Municipal nº 943, de 16 de outubro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 5º Os recursos do FMSBA serão utilizados para:
I – Custeio de ações voltadas à universalização e ao aprimoramento dos serviços públicos de saneamento básico e ambiental;
II – ações em conformidades com o plano Municipal ou Regional de Saneamento Básico e Ambiental;
III – ações de competência do Município e não constituam obrigação contratual do prestador."

Art. 3º Acrescenta o inciso XIX ao artigo 14 da Lei Municipal nº 943, de 16 de outubro de 2025, com a seguinte redação:
XIX- definir diretrizes, prioridades e mecanismos de acompanhamento, fiscalização e controle da aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental-FMSBA.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul, 31 de julho de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taciane Andreghetto Cipriani
Código Identificador:BCF7FB59

LICITAÇÕES
EXTRATO MAQUINAS

]					
	Contrato N°	84/2026			
	Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
	Contratada:	ADENIR GHIZZI LTDA			
	Valor:	2.201.911,90			
	Vigência:	Início:	31/07/2026	Término:	31/07/2027
	Licitação:	35/2026			
	Objeto da Contratação: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva mecânica e elétrica, incluindo serviços de solda, usinagem, tornearia e retífica de motores e componentes, com fornecimento e substituição de peças e acessórios (PO – Peças Originais e Genuínas e PR – Peças de Reposição), destinados à frota de máquinas do Município de Flor da Serra do Sul.				
	Flor da Serra do Sul, 31 de Julho de 2026				

	Contrato N°	85/2026			
	Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
	Contratada:	S M SOLDAS LTDA			
	Valor:	950.550,80			
	Vigência:	Início:	31/07/2026	Término:	31/07/2027
	Licitação:	35/2026			
	Objeto da Contratação: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva mecânica e elétrica, incluindo serviços de solda, usinagem, tornearia e retífica de motores e componentes, com fornecimento e substituição de peças e acessórios (PO – Peças Originais e Genuínas e PR – Peças de Reposição), destinados à frota de máquinas do Município de Flor da Serra do Sul.				
	Flor da Serra do Sul, 31 de Julho de 2026				

	Contrato N°	86/2026			
	Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
	Contratada:	MECANICA BARCELLA LTDA			
	Valor:	715.445,30			
	Vigência:	Início:	31/07/2026	Término:	31/07/2027
	Licitação:	35/2026			
	Objeto da Contratação: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva mecânica e elétrica, incluindo serviços de solda, usinagem, tornearia e retífica de motores e componentes, com fornecimento e substituição de peças e acessórios (PO – Peças Originais e Genuínas e PR – Peças de Reposição), destinados à frota de máquinas do Município de Flor da Serra do Sul.				
	Flor da Serra do Sul, 31 de Julho de 2026				

	Contrato N°	87/2026			
	Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
	Contratada:	61.124.294 IGOR DUARTE CHIESA			
	Valor:	202.400,00			
	Vigência:	Início:	31/07/2026	Término:	31/07/2027
	Licitação:	35/2026			
	Objeto da Contratação: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva mecânica e elétrica, incluindo serviços de solda, usinagem, tornearia e retífica de motores e componentes, com fornecimento e substituição de peças e acessórios (PO – Peças Originais e Genuínas e PR – Peças de Reposição), destinados à frota de máquinas do Município de Flor da				
	Serra do Sul.				
	Flor da Serra do Sul, 31 de Julho de 2026				

	Contrato N°	88/2026			
	Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
	Contratada:	ADRIANO JUNIOR SOMMER FINK 08001548945			
	Valor:	222.400,00			
	Vigência:	Início:	31/07/2026	Término:	31/07/2027
	Licitação:	35/2026			
	Objeto da Contratação: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva mecânica e elétrica, incluindo serviços de solda, usinagem, tornearia e retífica de motores e componentes, com fornecimento e substituição de peças e acessórios (PO – Peças Originais e Genuínas e PR – Peças de Reposição), destinados à frota de máquinas do Município de Flor da Serra do Sul.				
	Flor da Serra do Sul, 31 de Julho de 2026				

	Contrato N°	89/2026			
	Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
	Contratada:	65.078.977 LEANDRO DE OLIVEIRA			
	Valor:	111.200,00			
	Vigência:	Início:	31/07/2026	Término:	31/07/2027
	Licitação:	35/2026			
	Objeto da Contratação: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva mecânica e elétrica, incluindo serviços de solda, usinagem, tornearia e retífica de motores e componentes, com fornecimento e substituição de peças e acessórios (PO – Peças Originais e Genuínas e PR – Peças de Reposição), destinados à frota de máquinas do Município de Flor da Serra do Sul.				
	Flor da Serra do Sul, 31 de Julho de 2026				

	Contrato N°	90/2026			
	Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
	Contratada:	JIOVANI ADAO DE MORA 07280944957			
	Valor:	50.600,00			
	Vigência:	Início:	31/07/2026	Término:	31/07/2027

	Licitação:	35/2026			
	Objeto da Contratação: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva mecânica e elétrica, incluindo serviços de solda, usinagem, tornearia e retífica de motores e componentes, com fornecimento e substituição de peças e acessórios (PO – Peças Originais e Genuínas e PR – Peças de Reposição), destinados à frota de máquinas do Município de Flor da Serra do Sul				
	Flor da Serra do Sul, 31 de Julho de 2026				

	Contrato N°	91/2026			
	Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
	Contratada:	J MARTINELLI LTDA			
	Valor:	210.240,00			
	Vigência:	Início:	31/07/2026	Término:	31/07/2027
	Licitação:	35/2026			
	Objeto da Contratação: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva mecânica e elétrica, incluindo serviços de solda, usinagem, tornearia e retífica de motores e componentes, com fornecimento e substituição de peças e acessórios (PO – Peças Originais e Genuínas e PR – Peças de Reposição), destinados à frota de máquinas do Município de Flor da Serra do Sul.				
	Flor da Serra do Sul, 31 de Julho de 2026				

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:674AE238

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 284/2026

PORTARIA Nº 284/2026

EXONERA SERVIDORA A PEDIDO DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR ADMINISTRATIVO

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:
R E S O L V E:
Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO a Sra. **IVONE TOZATTI PAULETTI**, inscrita no CPF Nº ***.669.239-**, do Cargo em Comissão de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, Símbolo "CC3", a partir de 03 de agosto de 2026.
A**rt. 2º** - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 31 de julho de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kellen Maria Vargas da Silva
Código Identificador:53C4E0EE

RH
EXTRATO DE CONTRATO PSS 03/2024

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO
CONTRATO Nº 016/2026
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL-PR
CONTRATADO: ***JUSSANDRA REOLON PEREIRA***
OBJETO/CARGO: Profissional De Apoio Educacional Especializado 20 HORAS– PSS 03.2024
VALOR SALÁRIO MENSAL: R$ 2.482,70 (dois mil quatrocentos e oitenta e dois reais e setenta centavos) + Complemento piso Magistério
VIGÊNCIA: 14/07/2026 a 18/12/2026

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:D56C833C

RH
EXTRATO PRORROGAÇÃO DE CONTRATO PSS 03/2024

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
4º PRORROGAÇÃO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO
CONTRATO Nº 018/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL-PR
CONTRATADO: ***ADRIEL BREGALDA***
OBJETO/CARGO: EDUCADOR FÍSICO– PSS 03.2024
VALOR SALÁRIO MENSAL: CONFORME CONTRATO
VIGÊNCIA: 31/07/2026 a 31/08/2026
.....
ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
4º* PRORROGAÇÃO *EXCEPCIONAL DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO
CONTRATO Nº 036/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL-PR
CONTRATADO: ***MICHELLY JAQUELINE PILATTI***
OBJETO/CARGO: FISIOTERAPEUTA 30 HORAS– PSS 03.2024
VALOR SALÁRIO MENSAL: CONFORME CONTRATO
VIGÊNCIA: 01/08/2026 até o decurso do prazo de 06 (seis) meses após o parto
.....
ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
4º PRORROGAÇÃO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO
CONTRATO Nº 037/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL-PR
CONTRATADO: ***CLEOMIR CANDIDO DA SILVA***
OBJETO/CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM 30 HORAS– PSS 03.2024
VALOR SALÁRIO MENSAL: CONFORME CONTRATO
VIGÊNCIA: 31/07/2026 a 31/08/2026
.....
ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
4º PRORROGAÇÃO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO
CONTRATO Nº 038/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL-PR
CONTRATADO: ***ROSANGELA FARIAS***
OBJETO/CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM 30 HORAS– PSS 03.2024
VALOR SALÁRIO MENSAL: CONFORME CONTRATO
VIGÊNCIA: 31/07/2026 a 31/08/2026

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:0ACD90FA

RH
EXTRATO PRORROGAÇÃO DE CONTRATO PSS 03/2024

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
4º PRORROGAÇÃO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO
CONTRATO Nº 042/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL-PR
CONTRATADO: ***EVERSON DANIEL BERNO***
OBJETO/CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS– PSS 03.2024
VALOR SALÁRIO MENSAL: CONFORME CONTRATO
VIGÊNCIA: 31/07/2026 a 31/08/2026

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:853E5053

RH
PORTARIA 285/2026

PORTARIA Nº 285/2026

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o servidor Sr. AUGUSTO BARCELOS IURKO**,** inscrito no RG/CPF Nº ***.955.879-**, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, para o Cargo em Comissão de Diretor de Departamento de Contabilidade, Símbolo "CC2", a partir de 03 de agosto de 2026.
Art. 2° - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 31 de julho de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:F372DFEA

RH
PORTARIA 286/2026

PORTARIA Nº 286/2026

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDORA

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO para a Servidora Pública Municipal, Sra. ARILENE LUPATINI, inscrita no RG sob nº 72593758 SSP-PR, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sendo 90 (noventa) dias referente ao período aquisitivo 2016/2021, baseando-se na Lei Municipal nº 935/2025, no seu Artigo 137, a partir de 03 de agosto de 2026, devendo retornar às suas atividades em 01 de novembro de 2026.
Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 31 de julho de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:87BBBF3A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.121, DE 31 DE JULHO DE 2026.

DECRETO Nº 5.121, DE 31 DE JULHO DE 2026.

Nomeia Ana Livia Alves da Silva para o Cargo em Comissão de Assessor Especial lII.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal nº 004/2001 alterada pela Lei Municipal nº 372 de 19 de julho de 2011

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, Ana Livia Alves da Silva, portadora do CPF nº ***.***.759-13, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial lII, simbologia CC-5, a partir de 03 de agosto de 2026.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 31 de julho de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:0FFB572C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.123, DE 31 DE JULHO DE 2026.

DECRETO Nº 5.123, DE 31 DE JULHO DE 2026.

Nomeia Gabrielle Cesnik Corrêa para o Cargo em Comissão de Assessor Especial III.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal nº 004/2001 alterada pela Lei Municipal nº 372 de 19 de julho de 2011

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, Gabrielle Cesnik Corrêa, portadora do CPF nº ***.***.079-73, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial III, simbologia CC-5, a partir de 03 de agosto de 2026.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 31 de julho de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Genilza Corrêa de Godoi
Código Identificador:1B12B31E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.124, DE 31 DE JULHO DE 2026.

DECRETO Nº 5.124, DE 31 DE JULHO DE 2026.

Concede Adicional por Encargo Extraordinário à servidora Fernanda Dall'Ago Barbosa.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ,** no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 12 da Lei Municipal nº 383/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, Adicional por Encargo Extraordinário (AEX), no importe de 40% (quarenta por cento), à servidora Fernanda Dall'Ago Barbosa, matrícula 2-01281, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo/40h, para o exercício e responsabilidades de funções adicionais.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de agosto de 2026.

Flórida, 31 de julho de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Genilza Corrêa de Godoi
Código Identificador:930503AB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 2.628, DE 31 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 2.628, DE 31 DE JULHO DE 2026.

Concede antecipação de férias regulamentares parcial ao servidor Ademir de Souza de Oliveira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art.87 da Lei Municipal nº 03/2001

RESOLVE:

Art.1º Fica concedido, ao servidor Ademir de Souza de Oliveira, Motorista/40h, matrícula 2-01287, 15 (quinze) dias das férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 01/01/2026 a 31/12/2026, para fruição no período de 05 de agosto de 2026 a 19 de agosto de 2026.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 31 de julho de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:4D7041B6

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 297-SME, DE 31 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 297-SME, DE 31 DE JULHO DE 2026.

Revoga a Portaria nº 292-SME que designou a professora de educação infantil Bruna Larissa Rodrigues de Melo Fiori para ministrar aulas além do padrão no Centro Municipal de Educação Infantil-CMEI.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, devidamente referendada pelo **PREFEITO MUNICIPAL**

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada, em 31 de julho de 2026, a Portaria nº 292-SME de 04 de maio de 2026, que designou a professora de educação infantil Bruna Larissa Rodrigues de Melo Fiori, matrícula 2-01301, para ministrar 15 horas/aulas semanais, além do padrão, no Centro Municipal de Educação Infantil Sitio do Pica-Pau Amarelo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de emissão.

Flórida, 31 de julho de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

CLEUNICE DE OLIVEIRA CESNIK
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:44654BCE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RETIFICA-SE O EXTRATO DO TERMO ADITIVO 2 CONTRATO Nº 184/2025.

No extrato publicado no dia 01/07/2026 Ediçao 3563 retifica-se na linha "PRAZO DE VIGÊNCIA" conforme segue:
Onde lê-se: presente termo visa a dilatação do prazo de vigência do contrato acima descrito, pelo período de **12 (doze)** meses, com vigência até a data 30 de setembro de 2026.
Leia-se: Onde lê-se: presente termo visa a dilatação do prazo de vigência do contrato acima descrito, pelo período de **03 (três)** meses, com vigência até a data 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:0AAC230D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL N.º523/2026

DECRETO MUNICIPAL N.º523/2026

SÚMULA: Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio a servidora Sionara Nathel Kramer Cordeiro, como abaixo se específica e dá outras providências.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, com base no Artigo 94 §1º e §2º da Lei Complementar n°002/2005 de 25/07/2005.

RESOLVE

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses consecutivos a servidora **SIONARA NATHEL KRAMER CORDEIRO**, matrícula n° 1559 – data de admissão 18/07/2016, cargo de Auxiliar de Serviços diversos, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º - A presente Licença será no período de 03/08/20206, á 31/10/2026 totalizando 90 (noventa) dias, referentes ao período aquisitivo 18/07/2022 á 18/07/2026.

ART. 3° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de General Carneiro, PR, em 31 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:DAA25E6D

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 319 DE 31 DE JULHO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

SÚMULA: Concede ao Servidor Público Municipal, férias regulamentares e dá outras providências.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder **05** dias de férias regulamentares, ao Sr. **JOSE CARLOS TRAMONTINA,** Lotado na Secretaria Municipal de

Administração, referentes ao período aquisitivo 2024/2025, a partir de **03/08/2026 A 07/08/2026** com retorno em **10/08/2026.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 31 de Julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:2D16FC4A

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 320 DE 31 DE JULHO DE 2026

Dispõe: Sobre a Exoneração *de Membro do Conselho Tutelar*

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

ART. 1.º EXONERAR, a pedido o Sr.º **OSMAR DE MELLO JUNIOR**, Matrícula funcional n.º 2849 do cargo de **CONSELHEIRO TUTELAR** do Município de General Carneiro.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

General Carneiro, 31 de julho de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:11680FF3

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

Prefeitura Municipal de General Carneiro torna público que irá requerer ao IAT, a autorização ambiental para pavimentação a ser implantada na colônia marco-5, do município de General Carneiro - PR.

General Carneiro, 31 de julho de 2026.

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:7E4A1742

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° xxx.068.xxx-91.

CONTRATADA:
ALEHANDRA TALITA DE OLIVEIRA MENDES, brasileira, Professora, portadora do CPF n°09x.xxx.509-xx , residente e domiciliada na Cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇÃO DO CONTRATO**, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLAÚSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro,03 de agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

ALEHANDRA TALITA DE OLIVEIRA MENDES
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:F9FDFF5B

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 5XX.XX8.1XX-9X.

CONTRATADA:
ANA CLAUDIA DE PAULA FERREIRA, brasileira, Professora, portadora do CPF n° 06X.1XX.75X-XX, residente e domiciliada na Cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇÃO DO CONTRATO**, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLAÚSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 03 de Agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

ANA CLAUDIA DE PAULA FERREIRA
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:2979FE12

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS**

FERREIRA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 5xx.0xx.1xx-9x.

CONTRATADA: CAMILA CORDEIRO, brasileira, Professora, portadora do CPF n° 0xx.xxx.98x-07 residente e domiciliada, na cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 03 de agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

CAMILA CORDEIRO
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:F08DBF1C

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 5XX.068.XX-XX.

CONTRATADA: DANIELE CORREA, brasileira, Professora, portadora do CPF n°143.xxx.xxx-80, residente e domiciliada, na cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 03 de agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

DANIELE CORREA
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:12F22C36

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° XX8.06X.1XX-9X.

CONTRATADA:
MARTA ARTIGAS DE OLIVEIRA CARLIM, brasileira, Professora, portadora do CPF n° X65.2XX.69X-3X, residente e domiciliada, na cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 03 de agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

MARTA ARTIGAS DE OLIVEIRA CARLIM
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:0B02CDFD

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 5xx.0xx.xxx-91.

CONTRATADA:
NAIARA DA SILVA, brasileira, Professora, portadora do CPF n° 0xx.2xx.4xx-38, residente e domiciliada, na cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 03 de agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

NAIARA DA SILVA
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:7C3CAAAD

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° 5xx.068.xxx-91.

CONTRATADA:
NEREIDE PEREIRA CHOKAILO, brasileira, Professora, portadora do CPF n° 0xx.3xx.4xx-93, residente e domiciliada, na cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.
CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 03 de agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

NEREIDE PEREIRA CHOKAILO
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:EF053F2F

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ N° 75.687.681/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Esteliano Pizzatto, n° 458, portador do CPF sob n° xx8.0xx.15x-9x.

CONTRATADA:
ROBERTA DANILAU, brasileira, Professora, portadora do CPF n° xx2.6xx.52x-0x, residente e domiciliada, na cidade de General Carneiro, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇAO DO PRAZO** do Contrato, a fim de formalizar e disciplinar a vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

Parágrafo Único: **Art. 1º.** Fica **PRORROGADO** até **22 de dezembro de 2026**, o Contrato Administrativo do Servidor.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se neste ato as demais cláusulas e condições do aludido Contrato, do qual passa a fazer parte este Instrumento.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro, 03 de agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

ROBERTA DANILAU
Contratada

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:3BA14826

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL

Processo Licitatório nº 122/2026
Adesão à Ata/Outras Modalidades: 002/2026
Ata de Registro de Preços nº: 078/2025 - **MUNICÍPIO DE TRIUNFO/RS**
Pregão Eletrônico de Origem nº:089/2025
Contrato: 253/2026
Contratada: **LAUX & LAUX LTDA**
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**
Vigência: 03/08/2026 à 03/08/2027

Valor da Despesa: R$ 43.800,00 (quarenta e três mil e oitocentos reais)
Recurso:

Cód Red.	*Recurso*
355	*2623*
354	*2622*
320	*104*

Objeto: **Aquisição de 02 (dois) parques infantis (playgrounds) em madeira plástica, destinados à implantação de espaços recreativos no Centro Municipal de Educação Infantil Eresmira e no Centro Municipal de Educação Infantil Arlene, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de General Carneiro/PR, mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 78/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 89/2025, do Município de Triunfo/RS.**

General Carneiro – Estado do Paraná, 31 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:6DF07762

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL

Inexigibilidade de Licitação nº 017/2026
Processo Licitatório nº 107/2026
Contrato n° 242/2026
Adjudicação/ Homologação: 28/07/2026
Contratada: **MEDICANDO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**
Vigência: 29/07/2026 à 29/07/2027

Valor Estimado da Despesa: **R$ 252.720,00 (duzentos e cinquenta e dois mil setecentos e vinte reais).**

Objeto: "CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, NAS ESPECIALIDADES DE CLÍNICA GERAL, PSIQUIATRIA E GINECOLOGIA, PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS NO MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO/PR, EM CARÁTER COMPLEMENTAR À REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE."

General Carneiro – Estado do Paraná, 31 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:7CA982F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual

Termo aditivo nº 001
Contrato n°301/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: COMERCIO DE COMBUSTIVEIS MARINHO LIDER LTDA.

Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO QUANTITATIVO
1.1 Fica acrescido ao objeto do Contrato nº 302/2025 o percentual de **25% (vinte e cinco por cento)** sobre os quantitativos inicialmente contratados, nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, correspondendo ao acréscimo de **20.875,000 (vinte mil, oitocentos e setenta e cinco) litros de Óleo Diesel S10** e **6.893,072 (seis mil, oitocentos e noventa e três vírgula zero setenta e dois) litros de Óleo Diesel S500**, permanecendo inalterados os preços unitários e as demais condições originalmente pactuadas.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO
2.1 Em decorrência do acréscimo quantitativo previsto na Cláusula Primeira, o valor do presente Termo Aditivo é de **R$ 185.374,40 (cento e oitenta e cinco mil, trezentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos)**.
Parágrafo único. Em razão do presente aditamento, o valor global do Contrato nº 301/2025 passa a ser o valor originalmente contratado acrescido da importância de **R$ 185.374,40 (cento e oitenta e cinco mil, trezentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos)**, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais.

CLÁUSULA TERCEIRA– RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA –PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Inexigibilidade de Licitação: Nº 029/2025;
Processo Licitatório nº 147/2025.
Objeto: Chamamento Público visando o futuro credenciamento de Postos de Combustíveis para o Fornecimento de Óleo Diesel S10 e Óleo Diesel S500, para atender as necessidades de todas as Secretarias deste Município.

General Carneiro – Estado do Paraná, 28 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:5C2B6358

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual

Termo aditivo nº 001
Contrato n°301/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: GIACOMINI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA.
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO QUANTITATIVO
1.1 Fica acrescido ao objeto do Contrato nº 301/2025 o percentual de **25% (vinte e cinco por cento)** sobre os quantitativos inicialmente contratados, nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, correspondendo ao acréscimo de **20.375,000 (vinte mil, trezentos e setenta e cinco) litros de Óleo Diesel S10** e **6.893,072 (seis mil, oitocentos e noventa e três vírgula zero setenta e dois) litros de Óleo Diesel S500**, permanecendo inalterados os preços unitários e as demais condições originalmente pactuadas.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO
2.1 Em decorrência do acréscimo quantitativo previsto na Cláusula Primeira, o valor do presente Termo Aditivo é de **R$ 181.979,40 (cento e oitenta e um mil, novecentos e setenta e nove reais e quarenta centavos)**.
Parágrafo único. Em razão do presente aditamento, o valor global do Contrato nº 301/2025 passa a ser o valor originalmente contratado acrescido da importância de **R$ 181.979,40 (cento e oitenta e um mil, novecentos e setenta e nove reais e quarenta centavos)**, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais.
.

CLÁUSULA TERCEIRA– RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA –PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Inexigibilidade de Licitação: Nº 029/2025;
Processo Licitatório nº 147/2025.
Objeto: Chamamento Público visando o futuro credenciamento de Postos de Combustíveis para o Fornecimento de Óleo Diesel S10 e Óleo Diesel S500, para atender as necessidades de todas as Secretarias deste Município.

General Carneiro – Estado do Paraná, 28 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:A68C6046

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual

Termo aditivo nº 001
Contrato n°475/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: AUTO POSTO SANTO ANTÔNIO LTDA.
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO QUANTITATIVO
1.1 Fica acrescido ao objeto do Contrato nº 301/2025 o percentual de **25% (vinte e cinco por cento)** sobre os quantitativos inicialmente contratados, nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, correspondendo ao acréscimo de **8.750,00 (oito mil, setecentos e cinquenta) litros de Óleo Diesel S10** e **6.893,072 (seis mil, oitocentos e noventa e três vírgula zero setenta e dois) litros de Óleo Diesel S500**, permanecendo inalterados os preços unitários e as demais condições originalmente pactuadas.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO
2.1 Em decorrência do acréscimo quantitativo previsto na Cláusula Primeira, o valor do presente Termo Aditivo é de **R$ 109.406,41 (cento e nove mil, quatrocentos e seis reais e quarenta e um centavos)**.
Parágrafo único. Em razão do presente aditamento, o valor global do Contrato nº 301/2025 passa a ser o valor originalmente contratado acrescido da importância de **R$ 109.406,41 (cento e nove mil, quatrocentos e seis reais e quarenta e um centavos)**, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais.

CLÁUSULA TERCEIRA– RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA –PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Inexigibilidade de Licitação: Nº 029/2025;
Processo Licitatório nº 147/2025.
Objeto: Chamamento Público visando o futuro credenciamento de Postos de Combustíveis para o Fornecimento de Óleo Diesel S10 e Óleo Diesel S500, para atender as necessidades de todas as Secretarias deste Município.

General Carneiro – Estado do Paraná, 28 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:B5808F41

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual

Termo aditivo nº 001
Contrato n°220/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: GAL LAB ANÁLISES CLÍNICAS LTDA
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA
1.1. Pelo presente Termo Aditivo, as partes acordam a prorrogação da vigência do Contrato nº 220/2025 pelo período de 12 (doze) meses, em conformidade com o interesse público e a necessidade de continuidade dos serviços contratados, passando a vigência total do contrato para 24 (vinte e quatro) meses.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
2.1. Em decorrência da prorrogação da vigência contratual prevista na Cláusula Primeira, fica acrescido ao Contrato nº 220/2025 o valor de R$ 529.377,50 (quinhentos e vinte e nove mil trezentos e setenta e sete reais e cinqüenta centavos), correspondente ao período aditado, passando o valor global do contrato para R$ 1.058,755,00 (um milhão cinqüenta e oito mil setecentos e cinqüenta e cinco reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Inexigibilidade de Licitação: Nº 021/2025;
Processo Licitatório nº 111/2025.
Objeto: A Secretaria Municipal de Saúde vem por intermédio deste, apresentar demanda para contratação através de Chamada Pública para Credenciamento de Pessoa jurídica para realização de Serviços de Laboratório de Análises Clínicas e exames de Raios-X a nível ambulatorial e de Emergência de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia inclusive fins de semana e feriados, com emissão de seus respectivos laudos por equipe qualificada e devidamente registrada nos órgãos competentes no Estado do Paraná. Com pontos de coletas e realização dos exames localizados no município de General Carneiro – PR.

General Carneiro – Estado do Paraná, 16 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:7BDAB5F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual

Termo aditivo nº 001
Contrato n°219/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: AGAPE – CENTRO DE RADIOLOGIA LTDA
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA
1.1. Pelo presente Termo Aditivo, as partes acordam a prorrogação da vigência do Contrato nº 219/2025 pelo período de 12 (doze) meses, em conformidade com o interesse público e a necessidade de continuidade dos serviços contratados, passando a vigência total do contrato para 24 (vinte e quatro) meses.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
2.1. Em decorrência da prorrogação da vigência contratual prevista na Cláusula Primeira, fica acrescido ao Contrato nº 219/2025 o valor de R$ 738.999,00 (setecentos e trinta e oito mil novecentos e noventa e nove rais), correspondente ao período aditado, passando o valor global do contrato para R$ 1.477,998,00 (um milhão quatrocentos e setenta e sete mil novecentos e noventa e oito reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Inexigibilidade de Licitação: Nº 021/2025;
Processo Licitatório nº 111/2025.
Objeto: A Secretaria Municipal de Saúde vem por intermédio deste, apresentar demanda para contratação através de Chamada Pública para Credenciamento de Pessoa jurídica para realização de Serviços de Laboratório de Análises Clínicas e exames de Raios-X a nível ambulatorial e de Emergência de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia inclusive fins de semana e feriados, com emissão de seus respectivos laudos por equipe qualificada e devidamente registrada nos órgãos competentes no Estado do Paraná. Com pontos de coletas e realização dos exames localizados no município de General Carneiro – PR.

General Carneiro – Estado do Paraná, 16 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:CAA8D410

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº **122/2026**
Adesão à Ata/Outras Modalidades: **002/2026**
Ata de Registro de Preços nº: **078/2025 - MUNICÍPIO DE TRIUNFO/RS**
Pregão Eletrônico de Origem nº: **089/2025**
Contratada: **LAUX & LAUX LTDA**
Contratante: **Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR**

Objeto: **Aquisição de 02 (dois) parques infantis (playgrounds) em madeira plástica, destinados à implantação de espaços recreativos no Centro Municipal de Educação Infantil Eresmira e no Centro Municipal de Educação Infantil Arlene, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de General Carneiro/PR, mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 78/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 89/2025, do Município de Triunfo/RS.**

Valor da Despesa: R$ 43.800,00 (quarenta e três mil e oitocentos reais).

Fundamento Legal: Art. 86, caput e § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

General Carneiro – Estado do Paraná, 31 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:F05B514A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DECRETO N.º 524/2026

Institui a Política Municipal de Boas Práticas de Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988;
CONSIDERANDO a Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular – BNCC;
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 21.323, de 20 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a criação do Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná, na Resolução nº 5158, de 07 de agosto de 2023 que institui a estratégia Alfabetiza Juntos para o desenvolvimento das ações do Programa Educa Juntos e na Lei nº 15.247, de 31 de outubro de 2025 que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
CONSIDERANDO a adesão do Município ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e às políticas de alfabetização desenvolvidas em regime de colaboração;
CONSIDERANDO o compromisso do Município com a garantia do direito à aprendizagem, à alfabetização na idade certa e à recomposição das aprendizagens;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Reconhecimento de Boas Práticas de Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens, destinada aos estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino.
Art. 2º São objetivos desta Política:
I – garantir a alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
II – promover ações de recomposição das aprendizagens dos estudantes que apresentem defasagens;
III – fortalecer a gestão pedagógica das unidades escolares;
IV – assegurar formação continuada aos professores e equipes gestoras;
V – incentivar a adoção e o compartilhamento de práticas pedagógicas exitosas;
VI – reduzir as desigualdades de aprendizagem.
CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES ESCOLARES
Art. 3º Compete às unidades escolares:
I – elaborar Plano de Ação para Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens;
II – realizar avaliações diagnósticas periódicas;
III – organizar intervenções pedagógicas conforme os resultados das avaliações;
IV – acompanhar sistematicamente a evolução dos estudantes;
V – fortalecer a participação das famílias no processo educativo;
VI – registrar e divulgar experiências exitosas desenvolvidas pela escola.
CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES DOS GESTORES ESCOLARES
Art. 4º Compete aos diretores e coordenadores pedagógicos:
I – acompanhar os indicadores de aprendizagem;
II – promover reuniões pedagógicas para análise dos resultados;
III – apoiar o planejamento dos professores;
IV – garantir a execução das ações de recomposição das aprendizagens;
V – incentivar práticas inovadoras fundamentadas em evidências pedagógicas;
VI – monitorar a frequência e o desempenho dos estudantes.
VII – Identificar necessidades formativas da equipe e propor estudos, oficinas e grupos de trabalho voltados à alfabetização e à recomposição das aprendizagens.
VIII - Atuar de forma colaborativa com a equipe escolar, promovendo uma cultura de cooperação, inovação e melhoria contínua.

CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES DOS DOCENTES
Art. 5º Compete aos professores:
I – realizar avaliação diagnóstica inicial e contínua;
II – planejar intervenções pedagógicas considerando as necessidades de aprendizagem dos estudantes;
III – utilizar metodologias diversificadas e estratégias de alfabetização alinhadas ao currículo municipal;
IV – desenvolver ações de recomposição das aprendizagens;
V – Desenvolver estratégias específicas para a recuperação e consolidação das aprendizagens essenciais não desenvolvidas.
VI – participar das formações continuadas promovidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
VII – compartilhar boas práticas pedagógicas com a rede municipal.
VIII - Empregar metodologias diversificadas, inclusivas e fundamentadas em evidências, favorecendo o desenvolvimento da leitura, da escrita, da oralidade e do raciocínio lógico-matemático.
IX - Acompanhar sistematicamente os estudantes com maior defasagem, adotando intervenções pedagógicas adequadas.
X - Desenvolver práticas que assegurem a equidade, a inclusão, o respeito à diversidade e a garantia do direito à aprendizagem de todos os estudantes;
XI - Registrar, avaliar e socializar experiências pedagógicas que contribuam para a melhoria da aprendizagem.
CAPÍTULO V
DAS BOAS PRÁTICAS
Art. 6º Consideram-se boas práticas pedagógicas aquelas que:
I – promovam avanços comprovados na aprendizagem;
II – utilizem avaliação diagnóstica para orientar o ensino;
III – favoreçam a alfabetização e o letramento;
IV – estimulem a resolução de problemas e o raciocínio matemático;
V – promovam inclusão, equidade e participação dos estudantes;
VI – fortaleçam a parceria entre escola e família;
VII – possam ser replicadas em outras unidades escolares.
CAPÍTULO VI
DO SEMINÁRIO DAS BOAS PRÁTICAS
Art 7º Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, o incentivo à participação dos profissionais do magistério na apresentação e no compartilhamento de boas práticas pedagógicas desenvolvidas nas unidades escolares da rede municipal de ensino, com a finalidade de promover a valorização docente, a inovação pedagógica, a troca de experiências exitosas e a melhoria da qualidade da educação.
Art 8º O seminário será composto por apresentações orais, exposição de painéis, vídeos, materiais pedagógicos ou outras formas de socialização das experiências, conforme definido pela Secretaria de Educação e Cultura.
Art. 9ºO Seminário de Boas Práticas será realizado anualmente pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com o objetivo de promover o compartilhamento de experiências pedagógicas exitosas desenvolvidas pelas unidades escolares, valorizando iniciativas que contribuam para a melhoria da aprendizagem, da gestão escolar e da inclusão.
Art. 10º Ao término do Seminário Municipal de Boas Práticas, será selecionada uma prática pedagógica de destaque entre as experiências apresentadas pelas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, conforme critérios definidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Art. 11º A prática pedagógica selecionada como destaque no Seminário Municipal de Boas Práticas poderá integrar as ações de formação continuada promovidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura no ano letivo subsequente.
CAPÍTULO VII
DO MONITORAMENTO
Art. 12º Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura realizar o monitoramento das ações decorrentes do Seminário Municipal de Boas Práticas, acompanhando a implementação, a disseminação e os resultados das práticas pedagógicas compartilhadas.
Art. 13º O monitoramento será realizado por meio de visitas técnicas, registros pedagógicos, relatórios, reuniões de acompanhamento, observação das práticas e demais instrumentos definidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Art. 14º A Secretaria Municipal de Educação e Cultura poderá constituir comissão ou designar equipe técnica responsável pelo acompanhamento e avaliação das práticas pedagógicas apresentadas, bem como pela elaboração de relatórios e recomendações para o fortalecimento das ações desenvolvidas.
CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 15º A Secretaria Municipal de Educação e Cultura poderá instituir comissão responsável pelo acompanhamento, monitoramento e divulgação das boas práticas desenvolvidas pelas unidades escolares.
Art. 16º. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Art. 17º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 31 de julho de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:2FF41329

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2026

PATROCÍNIO DE PRODUTOS – CORRIDA RÚSTICA 10 DE AGOSTO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ/PR.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ**, por intermédio da **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer**, torna público que se encontra aberto, a partir da publicação deste edital, o presente **CHAMAMENTO PÚBLICO**, com a finalidade de selecionar pessoas físicas e jurídicas interessadas em realizar **PATROCÍNIO DE PRODUTOS**, nos termos da Lei Municipal nº 3.193/2026.
O presente Chamamento Público tem por objetivo a captação de produtos destinados à realização da Corrida Rústica 10 de Agosto do Município de Goioerê/PR, evento esportivo promovido pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, a ser realizado no dia 29 de agosto de 2026, visando proporcionar condições adequadas para a organização e execução do evento, especialmente quanto ao fornecimento de hidratação, alimentação, reposição energética, contribuindo para a segurança, o bem-estar e a qualidade da competição.
Como contrapartida institucional ao patrocínio, o Município promoverá a divulgação da marca ou logomarca do patrocinador nas camisetas oficiais do evento, bem como em outros espaços destinados aos patrocinadores, observados os critérios de oportunidade, conveniência e disponibilidade da Administração Pública.

1. DA PARTICIPAÇÃO
Poderão participar do presente Chamamento Público pessoas físicas e jurídicas interessadas em patrocinar os produtos necessários à realização do evento, desde que:
I – estejam em situação regular perante o Município de Goioerê;
II – não se enquadrem nas vedações previstas no art. 11 da Lei Municipal nº 3.193/2026;
III – possuam capacidade para cumprir as obrigações decorrentes do patrocínio.
Parágrafo único. A participação implica na aceitação integral das condições estabelecidas neste edital.

2. DA VIGÊNCIA DO CHAMAMENTO PÚBLICO
O presente edital permanecerá aberto até o dia 14 de agosto de 2026, às 17h00, podendo ser encerrado antecipadamente caso todos os produtos previstos neste edital sejam integralmente patrocinados.

3. DAS PROPOSTAS
Os interessados deverão formalizar manifestação de interesse no patrocínio, mediante protocolo, acompanhada da documentação necessária.
Pessoa Jurídica:

I. comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
II. ato constitutivo, contrato social ou documento equivalente;
III. certidão negativa de débitos municipais.

Pessoa Física:
I. RG;
II. CPF;
III. Comprovante de residência.

O patrocínio consistirá na doação dos produtos descritos neste Edital, não sendo admitidas propostas em desacordo com as especificações estabelecidas.

4. DO OBJETO – DOS PRODUTOS A SEREM PATROCINADOS

Constitui objeto do presente Chamamento Público a doação dos produtos abaixo relacionados, destinados ao atendimento de aproximadamente 500 (quinhentos) atletas participantes da Corrida Rústica 10 de Agosto do Município de Goioerê:

PRODUTOS	QUANTIDADES (MÍNIMA E MÁXIMA)
Banana	Mínimo 100 unidades máximo 500 unidades
Maçã	Mínimo 50 unidades Máximo 500 unidades
Água mineral (200 ml)	Mínimo 500 unidades Máximo 2000 unidades
Isotônico (500 ml)	Mínimo 100 unidades Máximo 500 unidades
Barra de cereal	Mínimo 250 unidades Máximo 500 unidades
Gel de carboidrato	Mínimo 250 unidades Máximo 500 unidades

5. DA CONTRAPARTIDA

Como contrapartida institucional pelo patrocínio realizado, o Município poderá promover a divulgação da marca ou logomarca do patrocinador mediante:
I. inserção da logomarca nas camisetas oficiais que comporão o kit dos atletas;
II. menção durante a realização do evento por meio do sistema de sonorização;
A forma, dimensão, localização e quantidade das inserções observarão critérios técnicos definidos pela Administração Municipal, assegurando tratamento isonômico entre os patrocinadores.

6. DA ANÁLISE E SELEÇÃO DAS PROPOSTAS

A análise das propostas será realizada pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, que verificará o atendimento das exigências previstas neste Edital.
A seleção observará a ordem cronológica de protocolo das propostas válidas.
Considera-se proposta válida aquela devidamente instruída com a documentação exigida neste Edital.
Havendo mais de um interessado em patrocinar o mesmo item, a Administração poderá dividir os quantitativos entre os patrocinadores, de forma a assegurar o atendimento integral das necessidades do evento.

7. DA FORMALIZAÇÃO

O patrocínio será formalizado mediante assinatura de Termo de Patrocínio, nos termos da Lei Municipal nº 3.193/2026.
O Termo estabelecerá as obrigações das partes, os produtos patrocinados, a forma de entrega e a respectiva contrapartida institucional.

8. DA ENTREGA DOS PRODUTOS

Os produtos objeto do presente patrocínio deverão ser entregues nos dias 27 e 28 de agosto de 2026, na sede da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município de Goioerê, no horário de expediente, das 8h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00.
Considerando que parte dos produtos possui natureza perecível, estes deverão ser entregues em perfeitas condições de conservação, próprios para consumo, dentro do prazo de validade e em conformidade com as normas sanitárias vigentes.
As despesas de transporte, entrega, carregamento, descarregamento, instalação de equipamentos, execução dos serviços e retirada de materiais correrão exclusivamente por conta do patrocinador.
A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer procederá à conferência dos produtos quanto às quantidades, qualidade, integridade das embalagens, estado de conservação e prazo de validade, podendo recusar aqueles que não atenderem às especificações deste edital.

9. DA INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ESTRUTURAS

Os patrocinadores poderão, mediante prévia autorização da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, disponibilizar e instalar equipamentos, e materiais necessários à execução do objeto patrocinado durante a realização do evento.
A instalação deverá observar as normas de segurança, acessibilidade, organização do evento e demais orientações expedidas pela Administração Municipal.
Todas as despesas relativas ao transporte, instalação, operação, manutenção e retirada dos equipamentos correrão por conta exclusiva do patrocinador.
A autorização para instalação dos equipamentos não implica cessão de espaço público para fins comerciais, devendo sua utilização restringir-se ao atendimento do objeto do patrocínio.

10. DO LOCAL PARA PROTOCOLO

As propostas deverão ser protocoladas junto ao setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Goioerê, no horário de expediente, no seguinte endereço: Avenida Amazona, nº 280 – Jardim Lindóia, Goioerê/PR.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, observada a legislação aplicável.

Para conhecimento público, expede-se o presente Edital, que será publicado no órgão oficial do Município de Goioerê – Paraná.

Goioerê/PR, 31 de julho de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:588485A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 485/2026

Exonera de cargo em comissão e da outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 11/2009 (Regime Jurídico),

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 03 de agosto de 2026, a servidora pública municipal VANESSA MARCON PELOI FLAVIO, do cargo em comissão de Diretor de Departamento Executivo De Governo, com admissão em 09 de maio de 2025, nomeada por meio da Portaria nº 418/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê – Paraná, 31 de julho de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:6D9FAFEF

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 113/2026

OBJETO: Contratação de Serviços especializados voltados à REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA (REURB), nos termos da Lei Federal N◦ 13.465/2017 e demais legislações correlatas, para atuação nos núcleos urbanos informais consolidados situados no município de Goioerê-Pr, conforme solicitação da secretaria municipal de Assistência Social.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
CONTRATADO: SOLO TOPOGRAFIA E GEORREFERENCIAMENTO LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 110.000,00

DATA: 31/07/2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Ayumi Matushita
Código Identificador:2430C451

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
OBJETO: Aquisição de um VEÍCULO NOVO do tipo VAN TETO ALTO COM ACESSIBILIDADE PARA CADEIRANTE, ZERO KM, sendo 14 LUGARES + 1 CADEIRANTE + 1 MOTORISTA, através da Deliberação n° 013/2025 - CEDCA/PR, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Goioerê-PR.
Recebimento das propostas: a partir das 08h:00min do dia 03/08/2026.
Abertura das propostas: às 14h:00min do dia 14/08/2026.
Local: www.comprasnet.gov.br (UASG 451481)
Informações e Edital: e-mail sec.licitacoes@goioere.pr.gov.br, fone (44) 35218919.
Goioerê-PR, 31 de julho de 2026.

CLÁUDIA ADRIANA CACELA ILTO DE MOURA
Secretária de Compras, Licitações e Contratos Administrativos

Publicado por:
Vanessa Jose da Silva
Código Identificador:A5B21F74

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
DECISÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

O Prefeito Municipal, Senhor PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO o Processo Licitatório nº 92/2026, Pregão Eletrônico nº 32/2026, cujo objeto consiste no REGISTRO DE PREÇOS visando à aquisição de bolos e salgados para eventos realizados pelas Secretarias do Município de Goioerê/PR;
CONSIDERANDO que o edital e o aviso de licitação estabeleceram a abertura da sessão pública para as 14h00min do dia 22 de julho de 2026;
CONSIDERANDO que, no momento do cadastramento da contratação na plataforma Compras.gov.br, ocorreu erro material no lançamento do horário, sendo registrada a abertura da sessão pública para as 08h00min da mesma data, informação posteriormente encaminhada ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
CONSIDERANDO que, em decorrência do referido erro, a sessão pública e a fase de lances foram iniciadas às 08h00min, em horário diverso daquele expressamente estabelecido no edital e no aviso de licitação publicado no Diário Oficial;
CONSIDERANDO que a divergência entre os horários divulgados pode ter impedido ou dificultado a participação de licitantes que se orientaram pelas informações constantes do edital e do aviso de licitação, comprometendo a igualdade de condições entre os interessados e a regularidade da fase competitiva;
CONSIDERANDO que a manutenção dos atos praticados nessas circunstâncias afrontaria os princípios da publicidade, da igualdade, da competitividade, do julgamento objetivo e da vinculação ao edital, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO que o vício identificado atingiu especificamente a abertura da sessão pública e a fase de lances, sendo possível preservar os atos regularmente praticados anteriormente que não tenham sido por ele afetados;
CONSIDERANDO a Súmula 473 do STF "*A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial*.";
CONSIDERANDO o disposto no art. 71, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a proceder à anulação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável, bem como o §1º do referido artigo, que determina à autoridade competente indicar expressamente os atos atingidos pelo vício, tornando sem efeito os atos subsequentes que deles dependam;

RESOLVE:
I – ANULAR a abertura da sessão pública e a fase de lances do Processo Licitatório nº 92/2026 – Pregão Eletrônico nº 32/2026, em razão do vício insanável decorrente da realização da sessão em horário diverso daquele estabelecido no edital e no aviso de licitação, tornando sem efeito todos os atos subsequentes que delas dependam.
II – PRESERVAR os atos regularmente praticados anteriormente à abertura da sessão pública que não tenham sido atingidos pelo vício identificado.
III – DETERMINAR a adoção das providências necessárias junto à plataforma Compras.gov.br, bem como a republicação do aviso de licitação, com a designação de nova data e horário para a abertura da sessão pública e a reabertura do prazo para apresentação de propostas, assegurando-se ampla publicidade e igualdade de condições a todos os interessados.
IV – DISPENSAR a prévia manifestação dos interessados, considerando que o procedimento não alcançou as fases de julgamento e habilitação, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021, em consonância com o entendimento doutrinário de Ronny Charles Lopes de Torres (Leis de Licitações Públicas, 15ª ed., São Paulo: Editora JusPodivm, 2024, p. 430) e com o entendimento do Tribunal de Contas da União constante do Acórdão nº 2.656/2019 – Plenário.
PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.

Goioerê-PR, 30 de julho de 2026.

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Jose da Silva
Código Identificador:36524F0F

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
PORTARIA N°. 486/2026

Designa Comissão Especial de Avaliação de Bens Públicos Declarados Inservíveis.

O senhor Pedro Antônio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

CONSIDERANDO o declarado na Ata de Reunião da Comissão Permanente de Indicação de Bens Móveis Públicos, designada pela Portaria n°. 467/2026,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores PATRÍCIA DANIELE NERIS, matrícula funcional n° 505386, ROSIVAL RODRIGUES DA SILVA, matrícula funcional n° 406635 e UEDER BARBOSA PEREIRA OLIVEIRA, matrícula funcional n° 505599 sob a Presidência do

primeiro, para compor Comissão Especial de Avaliação de Bens Públicos.

Art. 2º - A Comissão terá como objetivo avaliar os bens móveis declarados inservíveis e relacionados na Ata de Reunião da Comissão Especial de Indicação de Bens Móveis Públicos, designada pela Portaria n°. 467/2026, para fins de alienação dos referidos bens por meio de licitação na modalidade Leilão.

Art. 3º - Para cumprir os objetivos fixados nessa Portaria, a Comissão terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação desta, devendo encaminhar o relatório conclusivo à Secretaria Municipal de Administração, para o devido prosseguimento e, realizando as diligências necessárias para tanto.

Art. 4º - Os servidores designados exercerão suas funções de forma gratuita e sem prejuízo das atribuições normais do cargo ocupado na Administração Municipal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 31 de julho de 2026.

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Patricia Daniele Neris
Código Identificador:3D96E514

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
PORTARIA Nº 487/2026

Designa servidores para atuarem como Agente de Contratação, Equipe de Apoio e Comissão de Contratação.

O Senhor Pedro Antônio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê,
RESOLVE:
Art. 1º - Designar servidores municipais para atuarem nos procedimentos regulamentados pela Lei nº 14.133/2021, Lei Municipal nº 2.972/2023 e Decreto Municipal nº 8.518/2023, do exercício de 2026 no Executivo Municipal de Goioerê-PR.
Art. 2º - Ficam designados como Agentes de Contratação:
I - Cláudia Adriana Cacela Ilto de Moura;
II - Cristiane Marçal dos Santos de Oliveira;
III - Vanessa José da Silva.
§1º Nas licitações processadas por meio da modalidade pregão, o(a) Agente de Contratação designado(a) será denominado(a) pregoeiro(a), nos termos do art. 8º, §5º, da Lei nº 14.133/2021 e art. 5º, §2º, da Lei Municipal nº 2.972/2023.
§2º Compete ao Agente de Contratação convocar servidores dentre aqueles designados para compor Equipe de Apoio, bem como exercer as funções estabelecidas no art. 30 do Decreto Municipal nº 8.518/2023.
§3º Compete a Secretária Municipal de Compras, Licitações e Contratos Administrativos a distribuição dos procedimentos de contratação aos agentes indicados neste artigo, bem como designar os seus substitutos, nas hipóteses de afastamento ou impedimento.
Art. 3º - Ficam designados para compor a Equipe de Apoio:
I – Bruno Scardelato Tertulino;
II – Daiane Franciele dos Santos;
III – Guaracy Gimenes Ramos;
IV – Jessica Ayumi Matushita;
V – Késia Lopes da Silva;
VI – Luciana Scudeler Barradas;
VII – Patrícia Daniele Neris;
VIII – Pricila Alves de Souza Oliva Barbosa;
IX – Priscila Alves Siqueira;
X – Regiane da Silva Silvestre.
Parágrafo único. Compete à Equipe de Apoio auxiliar o Agente de Contratação, observadas as respectivas áreas de atuação, os conhecimentos e as habilidades de seus integrantes, bem como a natureza do objeto a ser contratado.
Art. 4º Fica constituída a Comissão de Contratação, composta pelos seguintes servidores:
I – Presidente:
a) Cristiane Marçal dos Santos de Oliveira
II – Membros:
b) Bruno Scardelato Tertulino;
c) Guaracy Gimenes Ramos;
d) Késia Lopes da Silva; e
e) Maikon André Ceolato.
§1º Compete à Comissão de Contratação:
I - conduzir e coordenar procedimento licitatório relativo a bens e serviços especiais, conforme definição do art. 6º, XIV, da Lei nº 14.133/2021;
II - conduzir e coordenar procedimento licitatório na modalidade diálogo competitivo, nos termos do art. 32, XI, da Lei nº 14.133/2021;
III - sanar erros ou falhas verificados na análise dos documentos de habilitação, desde que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica.
§2º Na ausência ou impedimentos, o Presidente da Comissão de Contratação será substituído por um dos membros indicados no inc. II, art. 4º desta Portaria.
§3º A Comissão de Contratação não poderá se reunir com número inferior a 3 (três) integrantes, nos termos do art. 8º, §2º, da Lei nº 14.133/2021, cabendo ao Presidente da Comissão, se for o caso, solicitar a designação de servidor(a) para substituir a(o) integrante afastada(o) ou impedida(o).
§4º A constituição da Comissão de Contratação em caráter permanente não impede a designação de Comissão de Contratação Especial quando as circunstâncias de determinada contratação assim exigirem.
Art. 5º Os Agentes de Contratação e a Comissão de Contratação poderão contar com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, bem como dos setores técnicos competentes, para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei Federal nº 14.133/2021, nos termos de seu art. 8º, § 3º, e do art. 8º da Lei Municipal nº 2.972/2023.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL *"14 DE DEZEMBRO"*.
Goioerê-Pr, 31 de julho de 2026.

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Jose da Silva
Código Identificador:6C84D72C

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 81/2025

O **MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR**, com sede na Avenida. Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, CEP: 87.360-000, na cidade de Goioerê, Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o senhor **PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO**, nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, resolve na melhor forma de direito, apostilar a Contratação nº 81/2025, para constar a seguinte alteração.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente Termo de Apostilamento tem por objeto:
1.1.1. O **reajuste pelo IPCA (jun/2026) em 4,64% (quatro vírgula sessenta e quatro por cento)** do Contrato nº 81/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO
2.1. O item objeto do Contrato passar a ter o seguinte quantitativo:

Item	Descrição	Qtde	Valor Unitário (R$)	Valor Reajustado (R$)
01	Serviço de manutenção preventiva, corretiva, instalação, e configuração com fornecimento de peças do sistema de telefonia da administração pública municipal	60	6.400,00	6.696,96

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Contratação originária, naquilo que não contrariem o presente termo de apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO
4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 174, *caput*, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Goioerê-Pr, 31 de julho de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

Publicado por:
Elen Caroline Bezerra Muniz
Código Identificador:F6D22B56

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 9.911/2.026

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3173/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 308.000,00 (trezentos e oito mil reais), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.9.2290-3.3.72.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$40.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.305.6.2038-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	R$8.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	8.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2044-3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT	R$150.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	150.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.365.7.2042-3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT	R$60.000,00
00107.00107.99.01.00.00.1.550.0000 Salário Educação	60.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.367.7.2041-3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT	R$50.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2028-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$8.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	8.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.9.2291-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$40.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.1005-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R$60.000,00
00107.00107.99.01.00.00.1.550.0000 Salário Educação	60.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2046-3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT	R$200.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	200.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê - Paraná, 31 de julho de 2026.

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Israel Assunção Cancio
Código Identificador:E0FB52C8

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

Município de Goioerê - Estado do Paraná. Em cumprimento a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997. Notifica aos partidos políticos, sindicatos dos trabalhadores e entidades empresariais, com sede neste município, a liberação dos recursos federais conforme contido em seu art.2º.

Órgão Repassador	Convenio/repasse	Data	Valor
SECRETARIA TESOURO NACIONAL	SIMPLES NACIONAL	31/07/2026	R$ 1.270,77

Goioerê, 31 de julho de 2.026.

ISABELA ZABOT ROCHA
Secretária da Fazenda

Publicado por:
Hellen Izzo Palicer Cairos
Código Identificador:201FAC0C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
DECRETO N° 36 2026- CONSELHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SÚMULA: Altera os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do Município de Goioxim, para o Biênio 2026/2028.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM,ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 539/2017 de 08 de novembro de 2017,
DECRETA
Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), na forma da legislação vigente, os seguintes membros:

	SOCIEDADE CIVIL – NÃO GOVERNAMELTAL		
01	**Leila Fatima Pelozo Cagnini**	APAE	TITULAR
02	Tcharles Magdiel Marcondes	APAE	SUPLENTE
03	**Jaqueline Souza dos Santos**	Acolhimento Institucional Eulezia Maria Rocha Marcondes	TITULAR
04	Janaina Carvalho	Acolhimento Institucional Eulezia Maria Rocha Marcondes	SUPLENTE
05	**Clecieli Ribas das Cruz**	Associação Manoel Lacerda Cardoso Vieira	TITULAR
06	Tais Ribas da Cruz	Associação Manoel Lacerda Cardoso Vieira	SUPLENTE

07	**Fabiana Fátima dos Santos Heupa**	**APMF – Col. Est. do Campo de Pinhalzinho**	**TITULAR**
08	Mauro Pires da Rocha Costa Moreira	APMF – Col. Est. do Campo de Pinhalzinho	SUPLENTE
09	**Elizamara Foschera**	**APMF – Col. Est. Dr. João Ferreira Neves**	**TITULAR**
10	Maria Emília Marcondes	APMF - Col. Est. Dr. João Ferreira Neves	SUPLENTE
	GOVERNAMENTAL		
01	**Eliton Leite**	Sec. Educação	TITULAR
02	Lucimeri Nunes de Oliveira	Sec. Educação	SUPLENTE
03	**Lucia Antunes do Amaral**	Sec. Assistência	TITULAR
04	Andressa Pedroso	Sec. Assistência	SUPLENTE
05	**Tassiele Maria Pedroso**	Sec. Administração	TITULAR
06	Cleiton Alves	Sec. Administração	SUPLENTE
07	**Amanda Santos Machado**	Sec. Assistência	TITULAR
08	Andressa Lange	Sec. Assistência	SUPLENTE
09	**Marilza Kowalczyk**	Sec. Saúde	TITULAR
10	Jairo de Souza Guimaraes	Sec. Saúde	SUPLENTE

Art. 2º- Conforme a ata nº 01/2024, mantem-se como Presidente do CMDCA, a senhora Eliton Leite da Silva, Vice-Presidente Jaqueline Souza dos Santos e Secretária Executiva Angela Fabiane Cagnini.

Art. 3º- Conforme a Lei Municipal nº 539/2017, a duração do mandato dos conselheiros dever ser equivalente a 02 (dois) anos, logo, corresponde ao período de 10/07/2026 a 10/07/2028.
Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13 de julho de 2026.
Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim-PR, em 13 de julho de 2026.
REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:19F5DAFB

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 171 DE 31 DE JULHO DE 2026 EXONERA MANUEL VICENTE DE OLIVEIRA GOMES

PORTARIA Nº 171 DE 31 DE JULHO DE 2026

Súmula: Exonera o servidor MANUEL VICENTE DE OLIVEIRA GOMES do cargo efetivo de Artífice de Obras, em virtude de aposentadoria, e declara a vacância do cargo, dando outras providências.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Municipal nº 326/2009 de 11 de dezembro de 2009;

R E S O L V E

Art. 1º. Exonerar o servidor MANUEL VICENTE DE OLIVEIRA GOMES, matrícula funcional nº 16191, ocupante do cargo efetivo de Artífice de Obras, em virtude de sua aposentadoria.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo efetivo de Artífice de Obras, anteriormente ocupado pelo servidor mencionado no artigo anterior, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, em 31 de Julho de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassiele Maria Pedroso
Código Identificador:4A0E2DB5

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 172 DE 31 DE JULHO DE 2026 EXONERA EVANDRO LUIZ PASA DE SOUZA

PORTARIA Nº 172 DE 31 DE JULHO DE 2026

Exonera servidor público municipal, ocupante do cargo comissionado, dando outras providências.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, com base na Lei Complementar Municipal nº 03 de 31 de março de 2025; e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado o servidor EVANDRO LUIZ PASA DE SOUZA, matricula funcional nº 138143, a partir da data de 31 de julho de 2026 do cargo de Assessor Especial de Gabinete.

Artigo 2. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, 31 de julho de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassiele Maria Pedroso
Código Identificador:E5EFF548

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 173 DE 31 DE JULHO DE 2026 CONCEDE FÉRIAS MARCELI DELONG

PORTARIA Nº 173 DE 31 DE JULHO DE 2026

Súmula: Concede férias ao servidor(a) MARCELI DELONG, dando outras providências.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, com base na Lei Complementar Municipal nº 03 de 31 de março de 2025; e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder férias de 20 (vinte) dias, a contar de 03 de agosto de 2026, ao servidor(a) MARCELI DELONG, ocupante do cargo de Enfermeira, matricula funcional nº 89291, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, em 31 de julho de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassiele Maria Pedroso
Código Identificador:4460C97A

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 174 DE 31 DE JULHO DE 2026 CONCEDE FÉRIAS AURÉLIO CARLOS DA COSTA

PORTARIA Nº 174 DE 31 DE JULHO DE 2026

Súmula: Concede férias ao servidor(a) AURÉLIO CARLOS DA COSTA, dando outras providências.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, com base na Lei Complementar Municipal nº 03 de 31 de março de 2025; e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006;

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder férias de 20 (vinte) dias, a contar de 03 de agosto de 2026, ao servidor(a) AURÉLIO CARLOS DA COSTA, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, matricula funcional nº 83011, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, em 31 de julho de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassiele Maria Pedroso
Código Identificador:93CFAA72

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM – PARANÁ
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS EDITAL DE ABERTURA N° 001/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM – PARANÁ PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS EDITAL DE ABERTURA N° 001/2026

O Município de Goioxim/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e da Comissão Organizadora e Examinadora, no uso de suas atribuições legais, com observância as disposições do presente Edital, e em consonância com o Art. 37 da Constituição Federal, Lei Complementar nº 002/2026 de 25 de junho de 2026, e demais legislações pertinentes em vigor, faz saber a todos quanto o presente Edital virem ou dele tomarem conhecimento, que fará realizar PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS DE TÍTULOS e PROVA OBJETIVA, objetivando o provimento de formação de Cadastro de Reserva (CR) para cargos do Quadro de Pessoal do município de Goioxim – PR, conforme regras deste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Público Simplificado será realizado sob a responsabilidade da Comissão Organizadora e Examinadora do Processo Seletivo Público Simplificado, designada pela Portaria nº 170/2026, respectivamente, obedecidas as normas e condições deste Edital e seus anexos. Este edital e os demais documentos relativos ao certame serão publicados no Diário Oficial do Município http://www.diariomunicipal.com.br/amp/, e disponibilizados no endereço eletrônico http://www.goioxim.pr.gov.br. O Processo de Seleção Simplificado – PSS de que trata este Edital, é destinado a selecionar profissionais aptos a atuar na Secretaria Municipal de Saúde, exclusivamente para atender às necessidades temporárias de excepcional interesse público existentes no município, reconhecidas pela Lei Municipal nº 002/2026. A participação do candidato neste Processo Seletivo Simplificado não implica na obrigatoriedade de sua contratação, e, durante o período de validade deste, havendo candidatos aptos, o Governo Municipal se reserva ao direito de contratar o número de profissionais que atendam às suas necessidades, nos termos da lei.

1.2. A necessidade temporária de excepcional interesse público que fundamenta o presente Processo Seletivo Simplificado encontra-se devidamente caracterizada e motivada na Justificativa ao Projeto de Lei Complementar nº 002/2026, a qual reconheceu:

I – a carência de servidores efetivos para o exercício das funções de Agente Comunitário de Saúde, Agente de Combate às Endemias e Técnico de Enfermagem;

II – a impossibilidade de imediata realização de concurso público;

III – a imprescindibilidade da contratação temporária para assegurar a continuidade de serviços públicos essenciais, notadamente na área da Saúde.

1.3. O presente Processo Seletivo Simplificado não se destina a substituir o concurso público, mas a atender situação excepcional e transitória, nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, conforme previamente reconhecido pelo Poder Legislativo Municipal.

2. DO OBJETO

2.1. O Processo Seletivo Público Simplificado que consistirá na análise de títulos e prova objetiva, com o . objetivando o provimento de formação de Cadastro de Reserva para os demais cargos de acordo com os critérios e diretrizes preconizadas pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme as disposições deste Edital.

3. DO CARGO, NÚMERO DE VAGA, REMUNERAÇÃO, CARGA JORNADA DE TRABALHO:

3.1.O presente Processo Seletivo Simplificado tem por finalidade o provimento de formação de Cadastro de Reserva (CR) para os cargos abaixo relacionados, visando atender necessidades temporárias de excepcional interesse público da Secretaria Municipal de Saúde, observada a conveniência e oportunidade da Administração, não gerando direito subjetivo à contratação.

Cargo	Escolaridade/Requisitos	Carga Horária	Vagas	Remuneração
Agente Comunitário de Saúde – ACS	Ensino Médio completo; Curso de Agente Comunitário de Saúde	40 horas semanais	CR	R$ 3.242,00
Agente de Combate às Endemias – ACE	Ensino Médio completo; Curso de Agente de Combate às Endemias	40 horas semanais	CR	R$ 3.242,00
Técnico em Enfermagem	Curso Técnico em Enfermagem + registro no COREN + CNH categoria "B"	40 horas semanais	CR	R$ 3.022,00

3.2 Justificativa para exigência de Carteira Nacional de Habilitação – CNH categoria "B"

A exigência de Carteira Nacional de Habilitação (CNH), categoria mínima "B", para o cargo de Técnico em Enfermagem decorre da necessidade operacional do serviço público de saúde municipal. O profissional contratado irá integrar a equipe volante da Secretaria Municipal de Saúde, realizando deslocamentos frequentes entre a sede do Município e as unidades de saúde localizadas nas comunidades do interior, bem como participando de ações, campanhas, atendimentos domiciliares, programas de saúde e demais atividades externas desenvolvidas pela rede municipal de saúde.

Considerando que tais atividades exigem mobilidade e disponibilidade para condução de veículos oficiais quando necessário, a habilitação para dirigir constitui requisito indispensável ao adequado desempenho das atribuições do cargo, estando diretamente relacionada ao interesse público e às necessidades do serviço, em observância aos princípios da eficiência e da continuidade dos serviços públicos.

3.3.O (o)s candidatos (a)s para o emprego que de acordo com a classificação final for convocado(a) para a assinatura do contrato, deverá atuar na execução das atribuições funcionais do emprego, tendo que cumprir com as obrigações contidas neste edital.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1 Período de inscrições

As inscrições serão realizadas no período de ***03/08/2026 até 21/08/2026.***

4.2 Modalidades de inscrição

As inscrições poderão ser realizadas de forma híbrida:

I – Presencialmente

Na Prefeitura Municipal de Goioxim, situada à Rua Laurindo Cordeiro de Souza nº 184, Centro, no horário das 8:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, com a colaboradora VANUZA DOS SANTOS PEDROSO.

II – Pelo e-mail:

Envio da documentação em arquivo PDF para:
rh@goioxim.pr.gov.br

III – Pelo site oficial

Clicando no link abaixo, na aba "PSS 011/2026" posteriormente no botão "inscrição" e anexando a documentação em arquivo PDF:
https://goioxim.pr.gov.br/concursos/

4.3. O candidato poderá inscrever-se para até 02 (dois) cargos, desde que manifeste essa opção no ato da inscrição.

4.4. O candidato que optar por concorrer a dois cargos realizará as respectivas provas objetivas na mesma data, em horários distintos, conforme cronograma estabelecido pela Comissão Organizadora.
4.5. Será de inteira responsabilidade do candidato a escolha dos cargos pretendidos, não sendo permitida a alteração da opção após o encerramento do período de inscrições.
4.6. A inscrição em um segundo cargo não desobriga o candidato do atendimento aos requisitos exigidos para cada função, devendo comprovar o preenchimento de todos os requisitos previstos no Edital, quando da contratação.
4.7 O candidato poderá efetuar inscrição simultaneamente para **até 02 (dois) cargos**, exclusivamente para os cargos de **Agente Comunitário de Saúde** e **Agente de Combate às Endemias**, mediante o preenchimento da opção correspondente no formulário de inscrição.
4.8. A realização de duas inscrições será permitida em razão de as provas objetivas para os cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias serem aplicadas em **horários distintos**, possibilitando ao candidato participar de ambas as avaliações.

- NÃO HÁ TAXA (VALOR) DE INSCRIÇÃO.

5. DA DOCUMENTAÇÃO PARA INSCRIÇÃO
O candidato deverá apresentar:
I – Documento oficial com foto;
II – CPF;
III – Comprovante de residência;
IV – Comprovante de escolaridade;
V – Registro profissional, quando exigido;
VI – CNH categoria mínima "B" para o cargo de Técnico em Enfermagem;

5.1. As informações prestadas no pedido de inscrição serão de exclusiva responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão do Teste Seletivo do direito de excluir do certame o candidato que não preencher o formulário de forma completa e correta, pressupondo-se, pela formalização desses atos, o conhecimento pormenorizado deste Edital, com a consequente aceitação de todos os seus termos.
6 - DOS PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO
6.1. As inscrições serão realizadas exclusivamente, em conformidade com o item "4" e seus subitens deste edital, com o (a) candidato (a) imprimindo e preenchendo o Requerimento de Inscrição – Anexo I, extraído do site mencionado, e a este anexar cópias legíveis dos documentos descritos no item "5", os quais deverão ter correlação com a inscrição, para servir de suporte na habilitação exigida para atuar nas referidas áreas:
a) documento de Cédula de Identidade Civil ou Profissional e CPF (Cadastro de Pessoa Física), cópia autenticada;
b) Se declarada a condição de portador de deficiência, apresentar laudo médico (original ou cópia autenticada) atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa da deficiência, emitido a partir de 31 de agosto de 2026.
6.2. É OBRIGATÓRIO PARA O (A)S CANDIDATO(A)S A APRESENTAÇÃO JUNTO AO REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO, DE UMA RELAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO QUE ESTÁ SENDO APRESENTADA.
6.3. Serão indeferidos os Requerimentos de Inscrição de candidato (a) s que não atendam às alíneas do subitem anterior, ou estejam incompletos, mesmo que o (a) candidato (a) se comprometa a complementá-la em data posterior.
6.4.Não será devolvida a documentação de candidato(a)s não aprovados no presente certame, salvo se originais e substituídos por fotocopias autenticadas.
6.5.A efetivação da inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. A verificação em qualquer época de documentos falsos ou inexatos, ou falta de cumprimento às condições exigidas, acarretará no cancelamento da inscrição em qualquer momento, por decisão da Comissão Organizadora do processo seletivo, com posterior publicação. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.
6.6.O candidato, ao efetivar sua inscrição, assume inteira responsabilidade pelas informações constantes no Requerimento de Inscrição, sob as penas da lei, bem como assume que está ciente e de acordo com as exigências e condições previstas neste Edital, do qual o candidato não poderá alegar desconhecimento.
7 - DAS INSCRIÇÕES POR PROCURAÇÃO
7.1. Será admitida a inscrições por terceiros, mediante procuração pública ou particular com firma reconhecida em cartório. As procurações deverão estar acompanhadas das copias legíveis de documentos pessoais do procurador e do (a) candidato (a).
7.2. O comprovante de inscrição será entregue ao procurador, depois de efetuada a inscrição.
7.3. O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador, arcando com as consequências de eventuais erros de seu representante no preenchimento do formulário de inscrição e em sua entrega.
8 - DOS REQUISITOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO:
a)Estar aprovado e classificado no Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2026, observada a ordem de classificação e a convocação realizada pela Administração Municipal.
b) Ser brasileiro nato, naturalizado ou gozar das prerrogativas de legislação específica;
c) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos na data da convocação;
d) Não ter sido demitido por justa causa do serviço público, atestado por declaração assinada pelo candidato;
e) Não estar aposentado em decorrência de cargo, função ou emprego público de acordo com o previsto no inciso XVI, XVII e parágrafo 10 do art. 37 da Constituição Federal, alterado pelas Emendas Constitucionais n º 19 e 20;
f) Não estar em exercício de cargo público, de acordo com previsto no inciso XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20;
9 - DOCUMENTOS PARA A ASSINATURA DO CONTRATO:
9.1.A contratação obedecerá rigorosamente à ordem de classificação. – Para a assinatura do contrato de Prestação de Serviço o candidato convocado apresentar-se dentro do prazo indicado no Edital de Convocação, munido da cópia e original dos seguintes documentos:
I. 01 (uma) foto 3X4 (recente);
II. Estar em dia com os deveres do militar para os candidatos do sexo masculino;
III. Título de Eleitor e comprovante de haver votado na última eleição ou certidão;
IV. Cadastro de Pessoa Física (CPF);
V. Não possuir condenação criminal transitada em julgado e não cumprida, sendo comprovado por declaração assinada pelo candidato;
VI. Não estar em exercício de cargo público incompatível, nem tampouco aposentado em decorrência de cargo, função ou emprego público, de acordo com o previsto no art. 37, XVI, XVII e §10 da Constituição Federal;
VII. Estar registrado no respectivo Conselho de Classe, bem como estar em dia com as demais exigências legais do órgão fiscalizador e regulador do exercício profissional, quando for o caso;
VIII. Possuir escolaridade e habilitação legal para o exercício do cargo pretendido;
IX. Comprovante de residência conta de luz, telefone ou outro documento idôneo;
X. Certidão de Nascimento e/ou Casamento;
XI. Carteira de Trabalho e número de inscrição no PIS/PASEP;
XII. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (cópia autenticada ou original acompanhado de cópia simples);
XIII. Certidão expedida pelo órgão competente, indicando o tipo de aposentadoria (somente para XIV. os aposentados em cargo/emprego/função públicos, desde que os cargos estejam previstos nas acumulações legais previstas pela Constituição Federal).
XIV. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do Cargo, comprovada em inspeção realizada por perito (laudo médico);
XV. Carteira Nacional de Habilitação – CNH, para o cargo de Técnico de Enfermagem;
XVI. Número de conta bancaria (CRESOL);
10. DO REGIME JURÍDICO E LOTAÇÃO:
10.1.O profissional será contratado pelo Município de Goioxim, sob Contrato Administrativo Temporário, e trabalhará nas Zonas determinadas pelo Secretário Municipal de Saúde, poderá haver

solicitação para desempenhar suas atividades em outras dependências e/ou secretarias do Município em caso de urgência.
10.2.A atribuição do cargo será as descritas no Anexo II.

11. DA PROVA OBJETIVA E DA PROVA DE TÍTULOS
11.1. A Prova Objetiva e a Prova de Títulos serão realizadas na mesma data, em local e horário a serem divulgados por meio de Edital de Convocação, publicado no Diário Oficial do Município e no site eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Goioxim.
11.2. As provas objetivas dos cargos de **Agente Comunitário de Saúde** e **Agente de Combate às Endemias** serão realizadas na mesma data, porém em **horários distintos a serem divulgados em Edital de Convocação**, permitindo ao candidato regularmente inscrito em ambos os cargos participar das duas avaliações.
11.3. A Prova Objetiva terá caráter eliminatório e classificatório.
11.4. A Prova de Títulos terá caráter classificatório.
11.5. Os títulos deverão ser entregues conforme orientações constantes neste Edital e no Edital de Convocação.

12. DA PROVA DE TÍTULOS
12.1. A Prova de Títulos terá caráter **classificatório** e valor máximo de **30 (trinta) pontos**, conforme critérios de pontuação estabelecidos neste Edital.
12.2. Os candidatos deverão entregar, no dia da aplicação da Prova Objetiva, os documentos relativos à Prova de Títulos, em envelope devidamente identificado com nome completo, CPF e cargo pretendido.
12.3. A entrega do envelope ocorrerá no local de realização da Prova Objetiva, em horário e forma definidos em Edital de Convocação.
12.4. Deverão ser apresentados, conforme o cargo pretendido:
I – documento comprobatório da escolaridade mínima exigida para o cargo;
II – registro no respectivo Conselho de Classe, quando exigido;
III – documentos comprobatórios dos títulos passíveis de pontuação, conforme os critérios estabelecidos neste Edital.
12.5. Os documentos deverão ser apresentados por meio de cópias legíveis, acompanhadas dos respectivos originais para conferência, ou em cópias autenticadas, conforme definido pela Comissão Organizadora.
12.6. A não apresentação da documentação comprobatória dos requisitos mínimos para o cargo implicará na eliminação do candidato do Processo Seletivo Simplificado.
12.7. Os títulos apresentados em desacordo com as disposições deste Edital, ilegíveis, incompletos ou entregues fora do prazo e da forma estabelecidos não serão considerados para fins de pontuação.
12.8. A entrega da documentação e dos títulos não implica, por si só, na atribuição da pontuação pretendida, cabendo à Comissão Organizadora proceder à análise e ao enquadramento dos documentos conforme os critérios previstos neste Edital.
12.9. Não será permitida a complementação ou substituição de documentos após o encerramento do prazo de entrega.

13. DA PROVA OBJETIVA
13.1. A Prova Objetiva terá valor máximo de **100 (cem) pontos**, observada a distribuição das questões e respectiva pontuação.
13.2. A Prova Objetiva será realizada na data prevista no Cronograma constante do Anexo IV deste Edital, em local e horário a serem divulgados por meio de Edital de Convocação, publicado no Diário Oficial do Município e no site eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Goioxim.
13.3. A Prova Objetiva será composta por questões de múltipla escolha, contendo 05 (cinco) alternativas de resposta, das quais apenas uma será considerada correta, abrangendo conteúdos de **Conhecimentos Gerais** e **Conhecimentos Específicos.**
13.4. O candidato deverá comparecer ao local de realização da prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de:
I – documento oficial de identificação com foto;
II – caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
13.5. Não será permitido o ingresso de candidato após o horário estabelecido para o fechamento dos portões, independentemente do motivo alegado.
13.6. Durante a realização da prova será vedado ao candidato:
I – consultar livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de apoio;
II – utilizar telefone celular, relógio inteligente (smartwatch), tablet, notebook, calculadora, fones de ouvido ou qualquer equipamento eletrônico;
III – comunicar-se com outros candidatos durante a realização da prova;
IV – ausentar-se da sala sem autorização do fiscal.
13.7. O candidato deverá permanecer no local de realização da prova pelo tempo mínimo de 30 (trinta) minutos após o seu início, sob pena de eliminação do certame.
13.8. O Cartão-Resposta deverá ser preenchido com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, sendo de inteira responsabilidade do candidato a correta marcação das respostas.
13.9. Serão anuladas as questões que apresentarem mais de uma alternativa assinalada, rasuras ou qualquer marcação que impossibilite a leitura óptica ou a correta identificação da resposta, quando aplicável.
13.10. O candidato que utilizar meios fraudulentos, tentar obter vantagem indevida ou praticar qualquer ato contrário às normas deste Edital será eliminado do Processo Seletivo Simplificado, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
13.11. O gabarito preliminar da Prova Objetiva será divulgado no Diário Oficial do Município e no site eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Goioxim, na data prevista no Cronograma constante do Anexo IV.
13.12. Caberá recurso contra o gabarito preliminar e contra o resultado da Prova Objetiva, na forma, prazo e condições estabelecidas neste Edital.

14 - DA ANÁLISE DOS TITULOS
14.1.A análise de títulos será realizada de acordo com as condições e os critérios de avaliação preestabelecidos a seguir:
Tabela de Títulos para Avaliação:

CARGO: AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE			
PROVA DE TÍTULOS E EXPERIÊNCIA			
TÍTULOS		PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Titulação	Ensino Médio Completo; Diploma, devidamente registrado, ou certificado/declaração de conclusão de Curso de Agente Comunitário de Saúde	20	30
	Diploma de curso superior em qualquer área acompanhado de Histórico Escolar ou, na sua falta, Certidão de Conclusão de Curso, acompanhada de Histórico Escolar, com data de colação de grau até a data da comprovação de títulos, emitidos por Instituição de Ensino Superior devidamente credenciada.	10	
		total	

CARGO: AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS			
PROVA DE TÍTULOS E EXPERIÊNCIA			
TÍTULOS		PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Titulação	Ensino Médio Completo; Diploma, devidamente registrado, ou certificado/declaração de conclusão de Curso de Agente de Combate à Endemias	20	30
	Diploma de curso superior em qualquer área acompanhado de Histórico Escolar ou, na sua falta, Certidão de Conclusão de Curso, acompanhada de Histórico Escolar, com data de colação de grau até a data da comprovação de títulos, emitidos por Instituição de Ensino Superior devidamente credenciada	10	
		total	

CARGO: TECNICO DE ENFERMAGEM			
PROVA DE TÍTULOS E EXPERIÊNCIA			
TÍTULOS		PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Titulação	Diploma de curso superior em qualquer área acompanhado de Histórico Escolar ou, na sua falta, Certidão de Conclusão de Curso, acompanhada de Histórico Escolar, com data de colação de grau até a data da comprovação de títulos, emitidos por Instituição de Ensino Superior devidamente credenciada.	20	30
	Certificado ou Diploma de conclusão de curso de Pós-Graduação, em nível de Especialização (lato sensu), na área da saúde ou correlata ao cargo, acompanhado do respectivo Histórico Escolar, expedido por Instituição de Ensino Superior devidamente credenciada pelo Ministério da Educação – MEC. Na ausência do diploma, será aceita Certidão ou Declaração de	10	

	Conclusão de Curso, acompanhada do Histórico Escolar, emitida pela instituição de ensino, com data de expedição anterior à data da comprovação de títulos.		

14.2 Cada documento apresentado será enquadrado em apenas um requisito;
14.3 Os certificados ou diplomas de conclusão de cursos deverão ser expedidos por instituição oficial reconhecida e credenciada pelo MEC.
14.4 Não serão aceitos certificados de informática, oratória, cursos preparatórios para concursos, monitorias, estágios remunerados ou não e outros, ministrados por entidades de cursos livres, nem tampouco títulos encaminhados fora do prazo estipulado em edital.

15. DA CLASSIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

15.1. Encerrado o prazo de inscrição, realizado o processo de avaliação, o resultado será divulgado através do Diário Oficial AMP-PR Associação dos Município do Paraná, bem como junto ao site www.goioxim.pr.gov.br, ainda afixado no Quadro de Avisos nas dependências da Prefeitura Municipal de Goioxim.
15.2. A nota final do candidato corresponderá à soma da pontuação obtida na Prova Objetiva e na Prova de Títulos.
15.3. Será eliminado o candidato que obtiver nota inferior a 50(cinquenta) pontos na Prova Objetiva.
15.4.O(a)s candidato(a)s serão classificados por ordem decrescente, de acordo com os pontos obtidos na análise de Títulos, Prova Objetiva e critérios de desempate (quando houver a necessidade).

16- DOS RECURSOS

16.1. Caberá recurso contra o resultado da análise de títulos constante na tabela do item 14 a ser protocolado do dia 16 ao dia 17 de setembro de 2026 até as 17:00 horas, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura, situada na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, 184– Centro –Goioxim/PR ou enviado para o e-mail rh@goioxim.pr.gov.br, obrigatoriamente acompanhado de petição com fundamento da reclamação devidamente exposto, sob pena de não conhecimento do recurso. (Anexo III).
16.2. Os recursos que forem interpostos fora do prazo previsto não serão admitidos e nem analisados;
16.3.O resultado dos recursos dar-se-á por publicação do Edital no órgão Oficial de publicação do município e no site do município.
16.4.Não cabe pedido de reconsideração ou de revisão do resultado do recurso.

17. DOS CRITERIOS DE DESEMPATE

17.1. Na divulgação do resultado final, dentre candidatos com igual número de pontos, serão fatores de preferência, na ordem de posicionamento:
a) tiver maior idade;
b) obtiver maior nota no título de especialização;
c) obtiver maior nota na prova objetiva no conteúdo de **Conhecimentos Específicos**.

18. DIVULGAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

18.1. Decorrido o prazo de interposição de recursos, o resultado será homologado e divulgado até o dia 18 de setembro de 2026, no Órgão Oficial do Município, bem como junto ao site, e afixado no Quadro de Editais nas dependências da Prefeitura Municipal de Goioxim - PR.

19. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

19.1.O presente Processo Seletivo Público Simplificado terá validade por 12 (doze) meses a contar da data de publicação da homologação do resultado final, prorrogável uma vez, por igual período, a critério do Poder Executivo Municipal.
19.2.A aprovação no Processo Seletivo Simplificado para o provimento de formação de Cadastro de Reserva não assegura ao candidato direito à contratação, constituindo mera expectativa de direito, condicionada à necessidade do serviço, à disponibilidade orçamentária e financeira e ao interesse da Administração Pública, observada a ordem de classificação.

20. DAS NORMAS DE REGÊNCIA

20.1.O Processo Seletivo Simplificado reger-se-á pelas normas fixadas neste Edital, regulamentações das respectivas secretarias, Lei Municipal nº 002/2026 e demais legislações em vigor.

21. CONVOCAÇOES DESTINADAS A CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

21.1. As pessoas portadoras de deficiência, que pretendem fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Estadual (Pr) 18.419/2015, são asseguradas o direito de inscrição para as funções, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.
21.2. Considerando que o presente Processo Seletivo se destina exclusivamente ao provimento de formação de Cadastro de Reserva, será observado o percentual de 10% (dez por cento) sobre as futuras convocações realizadas durante a vigência do certame, para cada função, em conformidade com o art. 54 da Lei Estadual (PR) nº 18.419/2015.
21.3. Quando a aplicação do percentual de reserva resultar em número fracionado, observar-se-á o disposto na legislação vigente, garantindo-se a reserva de vagas nas futuras convocações, sempre que o quantitativo de chamados permitir sua aplicação.
21.4. Não havendo candidatos com deficiência habilitados para convocação, as convocações eventualmente destinadas a essa reserva serão preenchidas pelos demais candidatos classificados na lista geral, observada rigorosamente a ordem de classificação.
21.5. No ato da inscrição, o candidato portador de deficiência, deverá:
a) Declarar essa condição;
b) Apresentar laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças CID, bem como a provável causa da deficiência, emitido a partir de 01 de setembro de 2025. – Não serão aceitas outras formas de entrega de laudo médico e documentos diferentes das descritas neste Edital.
21.6.O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) terá validade somente para o presente Teste Seletivo – Prazo Determinado e não será devolvido, assim como não será fornecida cópia dessa documentação.
21.7.O candidato com deficiência que não realizar a inscrição de acordo com o disposto no item acima, não concorrerá à reserva de vagas para Pessoas Portadoras de Deficiência, mas as vagas gerais, ainda que os tenha requerido, não sendo admitida a interposição de recurso nesta hipótese.
21.8. Consideram-se deficiências aquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que constituam inferioridade que implique grau acentuado de deficiência para integração social.
21.9.O candidato portador de deficiência participará do Teste Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos títulos a serem apresentados, aos critérios de avaliação e aprovação dos títulos.
21.10.A necessidade de intermediários permanentes para auxiliar na execução das atribuições do cargo é obstativa à inscrição no teste seletivo.
21.11. As convocações destinadas as Pessoas Portadoras de Deficiência não preenchidas, serão revertidas para os demais candidatos aprovados e classificados na listagem geral.

22 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito.
22.2.O candidato aprovado e classificado neste certame será contratado pela ordem de classificação, a conveniência e oportunidade e o limite prudencial e total de gastos com pessoal, ditados pela Lei Complementar federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
22.3.A classificação no processo seletivo não assegura ao candidato o direito à contratação automática.
22.4. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital.
22.5. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela COMISSÃO EXAMINADORA/JULGADORA DO TESTE SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO.
22.6. Toda documentação entregue pelo candidato não será devolvida, ficando arquivada nos autos do referido processo, salvo se originais e substituídos por fotocópias autenticadas.
23.7.É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento dos Editais e demais comunicados deste Processo Seletivo, que serão publicados no Órgão Oficial do Município, afixado em mural junto a Prefeitura do Município de Goioxim - PR., bem como junto ao site
23.8. Fazem parte deste Edital:

Anexo I – REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO DO(A) CANDIDATO(A);
Anexo II – ATRIBUIÇÕES DO CARGO;
Anexo III – REQUERIMENTO DE RECURSO;
Anexo IV – CRONOGRAMA.
Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Município de Goioxim, Estado do Paraná em 31 de julho de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

JAIRO DE SOUZA GUIMARÃES
Secretário Municipal de Saúde

CLEITON ALVES
Presidente da Comissão

ANEXO I
FICHA DE INSCRIÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS) Nº 001/2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOIOXIM
1. DADOS PESSOAIS
Nome Completo: _____
Data de Nascimento: / /
CPF: _____
RG: _____
Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino ( ) Prefiro não declarar
Estado Civil: _____
Telefone: _____
E-mail: _____
Endereço: _____
Bairro: _____
Cidade: _____
CEP: _____

2. CARGO PRETENDIDO
( ) Agente Comunitário de Saúde – ACS
( ) Agente de Combate às Endemias – ACE
( ) Técnico em Enfermagem

3. ESCOLARIDADE
( ) Ensino Médio Completo + Curso de Agente de Combate às Endemias/Curso de Agente Comunitário de Saúde
( ) Curso Técnico em Enfermagem
Instituição de Ensino: _____
Ano de Conclusão: _____

4. PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PcD)? ( ) Sim. ( ) Não.
Se sim. Qual?
Necessita de atendimento especial para realização da prova? ( ) Sim. ( ) Não.
Se sim. Qual?

5. DOCUMENTOS ANEXADOS
( ) Documento oficial com foto
( ) CPF
( ) Comprovante de residência
( ) Comprovante de escolaridade
( ) Registro no COREN (quando exigido)
( ) CNH categoria "B" (Técnico em Enfermagem)

Declaro que as informações prestadas são verdadeiras e que estou ciente das normas constantes no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026.
Goioxim/PR, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do Candidato

ANEXO II
ATRIBUIÇÕES DO CARGO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS) Nº 001/2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOIOXIM
CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
DESCRIÇÃO DO CARGO
Registrar na ficha de cadastro do Sistema de Informação de Atenção Básica - SIAB, informações de cada membro da família a respeito de condições de saúde, situação de moradia e outras informações adicionais; Registrar num mapa com objetivo de facilitar o planejamento e desenvolvimento do trabalho, a localização das residências das áreas de risco para a comunidade, assim como dos pontos de referência no dia a dia da comunidade; Identificar todo lugar ou setor, no território da comunidade, onde existam micros áreas de risco: locais que apresentam algum tipo de perigo para a saúde das pessoas que ali moram, como exemplo: esgoto a céu aberto, água de poço, isolamento da comunidade; Realizar visita domiciliar às famílias de sua micro área no mínimo uma vez por mês; Promover reuniões e encontros com diferentes grupos, como gestantes, mães, pais, adolescentes, idosos, com grupos em situação de risco; Incentivar a participação das famílias na discussão do diagnóstico comunitário de saúde, no planejamento de ações e na definição de prioridades; Identificar crianças em idade escolar que estão fora da escola para serem encaminhadas a rede de ensino público; Promover ações humanitárias e solidárias que interfiram, de forma positiva na melhoria da qualidade de vida da comunidade.
CARGO: AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS
DESCRIÇÃO DO CARGO:
Exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do sus e das secretarias de saúde estaduais e municipais. Tipos de controle dos vetores de dengue na atenção básica à saúde, construindo uma nova prática na atenção à saúde tendo noções básicas de educação em saúde, tipos de tratamentos, uso de equipamentos de proteção, pesquisa em pontos estratégicos, criadouros e depósitos, classificação dos criadouros, criadouros vinculados ao armazenamento de água, depósitos passíveis de remoção ou proteção, depósitos naturais, fiscais de resíduos ou animais na cidade. Executar outras tarefas compatíveis com a função ou determinadas pela chefia imediata.
CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM
DESCRIÇÃO DO CARGO
Efetuar o controle das prescrições e checagem de horários após administração dos medicamentos ou procedimentos de enfermagem, Encaminhar os pacientes à unidade ou bloco de internação, após os procedimentos necessários; Realizar as ações de pré-consulta, de acordo com o programa e sub-programa, com maior conhecimento quanto às causas das patologias mencionadas e medicamentos administrados, podendo explorá-las, esclarecendo os efeitos colaterais e gerais, sob supervisão indireta do enfermeiro; Aplicar de acordo com a prescrição médica, injeções IM, EV, ID, Sc, vacinas, venóclise e administração de soluções parenterais; Efetuar a checagem, após realização da ação de enfermagem, empregando técnicas e instrumentos apropriados, verificando temperatura, pressão arterial, pulsação e respiração, obedecendo o horário preestabelecido; Auxiliar na realização, sob supervisão do enfermeiro, curativos simples com dreno e sonda, retirada de pontos, aspiração de s ecreção orofaríngea, de traqueotomia e entubação; Auxiliar o médico no que se refere a procedimentos de enfermagem, parecentese abdominal, diálise peritonal e hemodiálise; Auxiliar na assistência de enfermagem à gestantes, no período pré-natal, à parturiente e puerpéria; Limpar e desinfetar a aparelhagem, os utensílios e as instalações de laboratórios, utilizando técnicas e produtos apropriados, de acordo com as normas estabelecidas e orientação profissional; Efetuar e manter arrumação dos materiais de laboratório em gavetas e bandejas, providenciando sua reposição quando necessário; Auxiliar na coleta e manutenção dos materiais físicos, químicos e biológicos, para possibilitar a realização de exames; Realizar o enchimento, embalagem e rotulação de vidros, ampolas e similares; Preencher fichas relacionadas aos trabalhos de laboratório, fazendo as anotações pertinentes, para possibilitar consultas ou informações posteriores; Comunicar ao profissional imediato qualquer problema no funcionamento dos aparelhos e equipamentos do laboratório, a fim de que seja providenciado o devido reparo; Realizar o levantamento dos problemas de saúde do Município, sob a supervisão do titular do órgão de Saúde; Supervisionar o atendimento nos postos de saúde do Município controlando as condições sanitárias, de higiene e das

quantidades de medicamentos postos à disposição da comunidade; Providenciar a esterilização e disposição no local adequado do material necessário; Orientar o público quanto à prevenção da saúde. Zelar pelo uso dos instrumentos utilizados; Providenciar o bom atendimento às pessoas que se dirigem aos postos de saúde para tratamento; Executar outras atividades correlatas.

ANEXO III
FORMULÁRIO DE RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS) Nº 001/2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOIOXIM

Nome do Candidato: _____
CPF: _____
Cargo Pretendido: _____
Telefone: _____
E-mail: _____

OBJETO DO RECURSO
( ) Indeferimento da inscrição
( ) Resultado preliminar
( ) Pontuação de títulos
( ) Classificação
( ) Outro: _____

FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO

PEDIDO

Goioxim/PR, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do Candidato

ANEXO IV
CRONOGRAMA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS) Nº 001/2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOIOXIM

ETAPA	DATA PREVISTA
Publicação do Edital	03/08/2026
Período de Inscrições	03/08/2026 a 21/08/2026
Homologação das Inscrições	26/08/2026
Prazo para Recursos das Inscrições	27/08/2026 a 28/08/2026
Resultado dos Recursos	31/08/2026
Convocação para Prova Objetiva e de Títulos	01/09/2026
Prova Objetiva e de Títulos	06/09/2026
Análise da Prova Objetiva e Títulos	09/09/2026 a 14/09/2026
Divulgação do Resultado Preliminar da Prova de Títulos e objetiva	15/09/2026
Prazo para Recursos do Resultado Preliminar	16/09/2026 a 17/09/2026
Homologação Final	18/09/2026
Convocações	Conforme necessidade da Administração

Publicado por:
Tassiele Maria Pedroso
Código Identificador:2B8DAB58

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CAMARA MUNICIPAL
ATO DA MESA N°. 005/2026

ATO DA MESA N°. 005/2026

CONSIDERANDO o avanço da tecnologia e a necessidade de seu acompanhamento através de métodos contemporâneos;

CONSIDERANDO o Processo Digital nº 42430/2025, referente à contratação de links dedicados de internet via fibra óptica (projeto piloto), no qual foi realizada tramitação simultânea em meio físico e eletrônico, com a instrução processual em ambos os formatos;

CONSIDERANDO que, no referido projeto piloto, o processo eletrônico demonstrou plena capacidade de reproduzir a integralidade dos atos e documentos constantes do processo físico, assegurando a equivalência entre os registros;

CONSIDERANDO que o processo eletrônico possibilitou, ainda, a organização, rastreabilidade e recuperação dos documentos de forma integralmente digital e pesquisável, inclusive mediante arquivos em formato PDF com funcionalidade de busca textual;

CONSIDERANDO a disponibilização de plataforma eletrônica da IPM Sistemas, que logrou êxito no Pregão publicado através do Edital n°. 133/2025, Contrato 132/2026 da Prefeitura Municipal de Guaíra – PR;

CONSIDERANDO o Despacho Jurídico 08/2026 emitido pelo Advogado Público;

CONSIDERANDO o Despacho Presidencial n°. 25/2026;

A Mesa Diretiva da Câmara Municipal de Guaíra – PR, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

DELIBERA

Art. 1° Fica implementado, no âmbito da Câmara de Guaíra, o Processo Digital/Administrativo para início, tramitação e arquivamento dos procedimentos de contratações públicas realizadas neste Poder.

§ 1° Constituem o Processo Digital/Administrativo de contratação pública as fases interna e externa da licitação, e as dispensas e inexigibilidades de licitação.

§ 2° A tramitação eletrônica, via Processo Digital/Administrativo, compreenderá a autuação, instrução, movimentação, assinatura, armazenamento e arquivamento dos documentos e procedimentos.
§ 3° O disposto neste Ato aplica-se aos contratos administrativos, termos aditivos, apostilamentos e demais procedimentos correlatos pertinentes.

Art. 2° Os procedimentos tramitarão pelo Sistema Eletrônico da empresa IPM Sistemas (ou outro que vier a substituí-lo), com todas as suas funcionalidades, tendo em vista tal empresa ter logrado vencedora no certame realizado pela Prefeitura Municipal de Guaíra – PR, aberto através do edital n°. 133/2025.

Art. 3° No sistema, o processo iniciará com o Documento de Formalização da Demanda, que será elaborado e assinado pela Direção Administrativa, sendo que o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência e as Pesquisas de Preços deverão ser elaborados e assinados pelo Setor de Contratações, prezando pelo princípio da segregação de funções (art. 7°, § 1° da Lei 14.133/2021) sempre que possível.

Art. 4° A existência do Processo Digital/Administrativo não dispensa a abertura de Memorando individualizado para cada procedimento.

§ 1° Nos termos da Lei 14.133/2021, as sessões licitatórias e/ou de dispensas eletrônicas de licitação ocorrerão por meio de sistema digital fornecido pelo Governo Federal (COMPRASGOV), sem prejuízo da utilização do Processo Digital/Administrativo mencionado no *caput*.

§ 2° No memorando, observar-se-á a informalidade de linguagem e não haverá necessidade de anexação de todos os documentos existentes no Processo Digital/Administrativo.

Art. 5° No Processo Digital/Administrativo, observar-se-á a legislação específica desta Casa e, sempre que esta restar omissa, utilizar-se-á como parâmetro normativo a legislação federal, naquilo que couber.

§ 1° Observada a legislação vigente, o Processo Digital/Administrativo seguirá fluxo predefinido pelo Setor de Contratações, a quem compete impulsionar os feitos aos demais setores, inclusive anexando documentos assinados por outros personagens envolvidos nos processos mas que não possuam acesso ao sistema eletrônico; a simples inserção, movimentação ou juntada

de documentos no sistema por servidor diverso do subscritor não implica assunção de responsabilidade pelo seu conteúdo.
§ 2° Os documentos produzidos e assinados eletronicamente no sistema oficial detêm a mesma validade jurídica dos documentos físicos assinados de próprio punho.

Art. 6° Naquilo que couber e permitida a edição pelo Setor de Contratações, adota-se neste momento as minutas de contratos e editais fornecidas pela Advocacia Geral da União, nos termos do inciso IV do artigo 19 da lei 14.133/2021.

Art. 7° Os processos constituídos em meio físico poderão permanecer nessa modalidade até o encerramento final.

Art. 8° Este Ato entra em vigor na data da sua publicação, convalidando-se todos os atos praticados nos processos físicos, e nos eletrônicos que serviram de experimento.

Gabinete da Presidência da Câmara, em 30 de julho de 2026.

TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Presidente - Gestão 2025/2026

KEILA MARTA INOJOSA DA SILVA FRANCISCO
Vice-Presidente

GILMAR SOARES DA FONSECA
Secretário

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:C64CB807

CAMARA MUNICIPAL
ATO DA MESA Nº 004/2026

ATO DA MESA Nº 004/2026

Considerando que compete à Mesa Diretiva, nos termos do artigo 36, incisos I e II, do Regimento Interno, tomar as providências necessárias à direção e regularidade dos trabalhos administrativos;
Considerando o contido no inciso II e §3º, do artigo 41, da Lei Orgânica Municipal, e artigo 104, II e § 3°, do Regimento Interno desta Casa de Leis;
Considerando o pedido de licença temporária apresentado pelo Vereador **Givanildo José Tirolti**, pelo período compreendido entre os dias 04/08/2026 e 03/11/2026;

A Mesa Diretiva da Câmara Municipal de Guaíra, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E

Art. 1° Licenciar, pelo período entre 04/08/2026 e 03/11/2026, o Vereador **Givanildo José Tirolti**, brasileiro, casado, portador do RG nº. X.791.18X-X SSP PR, e inscrito no CPF sob nº XXX.921.53X-XX, nos termos do inciso II, do artigo 104, do Regimento Interno desta Casa.
Parágrafo único. Decorrido o prazo mencionado acima, fica o vereador automaticamente reconduzido ao cargo.

Art. 2°Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 30 de julho de 2026.

TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Presidente – Gestão 2025-2026

KEILA MARTA INOJOSA DA SILVA FRANCISCO	***GILMAR SOARES DA FONSECA***
Vice-Presidente	Secretário

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:217A8D07

CAMARA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 004/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 004/2026

Dispõe sobre a CONVOCAÇÃO de aprovados no Concurso Público aberto pelo Edital 001/2023, para ocupação da vaga existente para o cargo de Analista Legislativo de Controle Interno, com carga horária de 40 horas semanais, da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a homologação do resultado final do Concurso Público 001/2023,

RESOLVE

Art. 1º - CONVOCAR a candidata descrita a seguir, aprovada e classificada no Concurso Público nº. 01/2023 da Câmara Municipal de Guaíra, aberto pelo Edital nº 001/2023 e alterações subsequentes, a comparecer no Setor de Recursos Humanos desta Câmara Municipal, localizada na Praça João XXIII, nº. 200, Guaíra – Paraná, impreterivelmente no período de 03/08/2026 a 07/08/2026, no horário de expediente, das 07h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min, munida dos documentos constantes no Art.2º deste Edital, para provimento do cargo a seguir:

ANALISTA LEGISLATIVO DE CONTROLE INTERNO
CANDIDATO INSCRIÇÃO CLASSIFICAÇÃO
LORENA FANUCCHI 0039784 5º

Art. 2º - A candidata aprovada e convocada por este Edital deverá comparecer no Setor de Recursos Humanos para apresentação dos documentos (originais e fotocópias dos documentos abaixo relacionados, devidamente autenticados em cartório ou por servidor incumbido para esta tarefa), a seguir:

a) cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade e fotocópia;
b) cadastro de Pessoal Física - CPF;
c) registro Civil de nascimento, casamento ou certidão de óbito (se viúvo);
d) certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino;
e) título de eleitor, junto com o comprovante de votação da última eleição ou a justificativa da ausência ou declaração de quitação eleitoral;
f) comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
g) CPF e Certidão de Nascimento dos dependentes ou Termo de Guarda ou Tutela ou Termo de Adoção (se for o caso);
h) 01 (uma) foto 3x4 recente, tirada de frente;
i) número PIS/PASEP/NIT/NIS;
j) Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone);
k) declaração de bens e valores que constituam patrimônio ou Declaração de Imposto de Renda do último ano;
l) declaração de desvinculação para o candidato que exerce cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração;
m) declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;
n) declaração do Órgão de origem, informando que o candidato não sofreu, no exercício da função pública, penalidade incompatível com nova investidura em cargo público (em caso de já ser servidor público);

o) declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual, municipal;
p) apresentar qualificação cadastral do e-Social, de que os dados estão corretos;
q) certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que tenha residido, nos últimos 5 (cinco) anos, da Justiça Federal (TRF) e Estadual (TJ) (podem ser emitidas pela internet);
r) certidão de antecedentes criminais da Delegacia Civil informando que não possui antecedentes criminais;
s) certidão de antecedentes criminais do Fórum Estadual informando que nada consta sobre o candidato.
t) outros documentos que se fizerem necessários na ocasião da convocação;

Art. 3º - A convocação para nomeação será publicada no Diário Oficial do Município de Guaíra – PR e no endereço eletrônico www.guaira.pr.leg.br, sendo de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento dos editais de convocação que serão publicados.

Art. 4º - O candidato, após a convocação, deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Guaíra - PR, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação do Edital de convocação, munido de documento de identidade original junto com os documentos acima citados.

Art. 5º - O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.

Art. 6º - A nomeação será precedida de inspeção médica realizada por órgão devidamente indicado pela Câmara Municipal de Guaíra – PR, sendo que as despesas decorrentes de tal procedimento correrão sob a responsabilidade do candidato. O candidato convocado somente será nomeado se for julgado APTO física e mentalmente para o exercício do cargo. Caso seja considerado inapto para exercer o cargo, não será nomeado, perdendo automaticamente a vaga, sendo convocado o próximo habilitado da lista, obedecida a ordem de classificação.

Art. 7º - O não atendimento dos requisitos acima mencionados, no prazo fixado, implicará em renúncia automática à vaga.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Guaíra, em 31 de julho de 2026.

TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Presidente – Gestão 2025/2026

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:F0585F8A

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2026 ID TCE 39/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2026 ID TCE 39/2026

Processo Administrativo nº 13/2026 - PD nº 14.014/2026
Contratação por: Dispensa Eletrônica nº 08/2026
Contratante: **CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA,** CNPJ nº 77.849.289/0001-42
Contratada: **N C DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ n° **23.496.174/0001-92**
Objeto: Aquisição de toners, cilindros fotocondutores (drum) e refis de tinta, originais ou compatíveis, novos e de primeiro uso, destinados à manutenção e ao funcionamento dos equipamentos de impressão utilizados pelos setores administrativos e legislativos da Câmara Municipal de Guaíra-PR, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência.
Prazo de Vigência e Prorrogação: O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato.
Valor do Contrato: **R$2.352,00 (dois mil trezentos e cinquenta e dois reais)**.
Dotação Orçamentária: O pagamento decorrente do objeto desta contratação correrá à conta dos recursos do Orçamento Próprio da Câmara Municipal de Guaíra:
Funcional Programática: 01.001.01.031.0001.2001
Elemento da Despesa: 3.3.90.30.0000 – Material de Consumo.
Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.1600 – Material de Expediente.

Guaíra, 30 de julho de 2026.

TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Presidente - Gestão 2025/2026

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:064D0DE0

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 12/2026 ID TCE 40/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 12/2026 ID TCE 40/2026

Processo Administrativo nº 13/2026 - PD nº 14.014/2026
Contratação por: Dispensa Eletrônica nº 08/2026
Contratante: **CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA,** CNPJ nº 77.849.289/0001-42
Contratada: **G V ALEXANDRE CONNECT**, CNPJ n° **59.901.174/0001-78**
Objeto: Aquisição de toners, cilindros fotocondutores (drum) e refis de tinta, originais ou compatíveis, novos e de primeiro uso, destinados à manutenção e ao funcionamento dos equipamentos de impressão utilizados pelos setores administrativos e legislativos da Câmara Municipal de Guaíra-PR, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência.
Prazo de Vigência e Prorrogação: O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato.
Valor do Contrato: **R$982,80 (novecentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos)**.
Dotação Orçamentária: O pagamento decorrente do objeto desta contratação correrá à conta dos recursos do Orçamento Próprio da Câmara Municipal de Guaíra:
Funcional Programática: 01.001.01.031.0001.2001
Elemento da Despesa: 3.3.90.30.0000 – Material de Consumo.
Desdobramento da Despesa: 3.3.90.30.1600 – Material de Expediente.

Guaíra, 30 de julho de 2026.

TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Presidente - Gestão 2025/2026

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:91D92A3A

COMPRAS E LICITAÇÕES
1º ADENDO ESCLARECEDOR PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 128/2026

O Município de Guaíra, Estado do Paraná, por meio da Secretaria Municipal de Administração e do Pregoeira, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados e, em especial, às empresas que adquiriram o edital supracitado, o teor do presente Adendo Esclarecedor referente ao Pregão Eletrônica nº 128/2026, conforme segue:
SUPRESSÃO DO SUBITEM 4.16 DO TERMO DE REFERÊNCIA DO ANEXO 02 DO EDITAL E ONDE CONSTAR.

O presente adendo tem caráter exclusivamente esclarecedor e passa a integrar o Edital do Pregão Eletrônico nº 128/2026. Todas as demais cláusulas e condições do edital e seus anexos permanecem inalteradas, exceto no que divergir do disposto neste documento. A data da sessão pública para o julgamento do certame permanece inalterada.

Dê-se ciência às empresas que adquiriram o edital.
Publique-se.

Guaíra (PR), 31 de julho de 2026.

BARBARA DA SILVA COSTA
Pregoeira

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:66FF6584

COMPRAS E LICITAÇÕES
1º ADENDO ESCLARECEDOR PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 132/2026

O Município de Guaíra, Estado do Paraná, por meio da Secretaria Municipal de Administração e do Pregoeiro, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados e, em especial, às empresas que adquiriram o edital supracitado, o teor do presente Adendo Esclarecedor referente ao Pregão Eletrônica nº 132/2026, conforme segue:
DAS RETIFICAÇÕES (NAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO) DO EDITAL;
Em decorrência dessa alteração, deverão ser realizadas as seguintes correções:

O atual item 5.4 deverá ser renumerado como item 5.3;

Com a renumeração, deverão ser conferidas e ajustadas todas as remissões internas do capítulo.

Justificativa: Adendo esclarecedor por se tratar de erro formal no edital, onde não há necessidade de correção de valor na Plataforma Eletrônica BLL, não sendo necessário exclusão das propostas, pois está correto o valor do item cadastrado.

O presente adendo tem caráter exclusivamente esclarecedor e passa a integrar o Edital do Pregão Eletrônico nº 132/2026. Todas as demais cláusulas e condições do edital e seus anexos permanecem inalteradas, exceto no que divergir do disposto neste documento. A data da sessão pública para o julgamento do certame permanece inalterada.

Dê-se ciência às empresas que adquiriram o edital.
Publique-se.

Guaíra (PR), 31 de julho de 2026.

GABRIEL RIBEIRO DO MONTE
Pregoeiro

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:BD8CE4E1

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 373/2026

Pregão Eletrônico nº 114/2026
Processo Administrativo nº 189/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **DVL ORGANIZACOES DE EVENTOS LTDA, CNPJ nº 51.278.507/0001-42.**

Objeto da Ata: Para futura e eventual prestação de serviços de brigadista, para atuação nos eventos do município, em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura e demais secretarias.

Valor Total: R$ 157.800,00 (cento e cinquenta e sete mil e oitocentos reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **31 de julho de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 31 de julho de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 31 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:26B265D6

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 510/2026

Decorrente do Edital de Pregão Eletrônico nº 061/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **COSTA OESTE SERVICOS DE LIMPEZA, CNPJ nº 07.192.414/0001-09.**

Objeto do Contrato: Para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de forma contínua e com dedicação exclusiva de mão de obra, para manutenção e operação do aterro sanitário municipal de Guaíra/PR.

Valor Total: R$1.941.140,62 (um milhão e novecentos e quarenta e um mil e cento e quarenta reais e sessenta e dois centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **30 de julho de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 30 de julho de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 30 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:06EC5740

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 514/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 373/2026,
do Edital de Pregão Eletrônico nº 114/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **DVL ORGANIZACOES DE EVENTOS LTDA, CNPJ nº 51.278.507/0001-42.**

Objeto do Contrato: Para futura e eventual prestação de serviços de brigadista, para atuação nos eventos do município, em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura e demais secretarias.

Valor Total: R$ 157.800,00 (cento e cinquenta e sete mil e oitocentos reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **31 de julho de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 31 de julho de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 31 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:C5553E2C

COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 462/2026

Ementa: Homologa julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 117/2026 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º - Para a futura e eventual aquisição de equipamentos e softwares especializados destinados à execução de levantamentos topográficos e geodésicos, compreendendo estação total eletrônica, receptores GNSS RTK, coletor de dados, softwares de coleta e processamento de dados, bem como acessórios e serviços correlatos, visando atender às demandas técnicas da Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente, sendo a empresa vencedora:

GEOMAT VENDAS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 32.749.332/0001-60**, vencedora do lote da Licitação, com valor total máximo de **R$24.569,00 (vinte e quatro mil, quinhentos e sessenta e nove reais);**

Art. 2º - Declarar DESERTO o item 2 da Licitação.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra, Paraná, 29 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:E166861F

COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 468/2026

Ementa: Homologa julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 114/2026 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º - Objetivando a prestação de serviços de brigadista, para atuação nos eventos do município, em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura e demais secretarias:

DVL ORGANIZACOES DE EVENTOS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 51.278.507/0001-42**, vencedora do lote da Licitação, com valor total máximo de **157.800,00 (cento e cinquenta e sete mil e oitocentos reais);**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra, Paraná, 31 de julho de 2026

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:12EC1466

COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 471/2026

Ementa: Homologa e adjudica julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 075/2026 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º - Objetivando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de forma contínua e com dedicação exclusiva de mão de obra, para manutenção e operação do aterro sanitário municipal de Guaíra/PR, sendo a empresa vencedora:

COSTA OESTE SERVICOS DE LIMPEZA, inscrita no **CNPJ nº 07.192.414/0001-09**, vencedora do item 1 da Licitação, com valor total máximo de **R$1.941.140,62 (um milhão e novecentos e quarenta e um mil e cento e quarenta reais e sessenta e dois centavos);**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra, Paraná, 30 de julho de 2026

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:72E1D28E

CONSAMU
PORTARIA Nº 153/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 002/2025;
RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. Josi Carla Arndt Schmidt, RG nº 4.164.209-2 SESP PR, para o Cargo Comissionado de Assessor III, que compõe a estrutura organizacional do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná - CONSAMU.
Art. 2º O vínculo jurídico, a carga horária semanal e a remuneração do nomeado serão em conformidade com o Estatuto Social, Plano de Cargos, Funções, Salários e Benefícios do Pessoal do CONSAMU e legislação aplicável à espécie.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Presidência.
Cascavel, 31 de julho de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:155EB5D4

PROJUR
EDITAL Nº 012/2026 CONVOCAÇÃO REF. CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 002/2022 – EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2022

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de atribuições que lhe confere a Lei Orgânica de Guaíra, e tendo em vista a homologação do resultado do Concurso Público Municipal nº 002/2022 conforme Edital de abertura nº 001/2022, e, considerando o memorando online sob o n° 559/2025,
RESOLVE:

1. CONVOCAR a candidata descrita a seguir, aprovada e classificada no Concurso Público Municipal nº 002/2022, aberto pelo Edital nº 001/2022 e alterações subsequentes, a qual deverá comparecer na Diretoria de Pessoal desta Municipalidade, sito à Avenida Coronel Otávio Tosta, nº 126, Centro, no Município de Guaíra, Estado do Paraná, impreterivelmente, no período de **03/08/2026** a **17/08/2026**, no horário de expediente, das 07h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min, munida de documentos constantes no item 2 deste Edital, para provimento do cargo conforme a seguir:

Para o Cargo de Médico Veterinário

Inscrição	Candidato	Classificação
011.501.596-76	Andressa Evillyn de Souza Bertelli	2º

2. A candidata convocada deverá comparecer na Diretoria de Pessoal munida dos seguintes documentos originais e cópias:
Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade;
Carteira Nacional de Habilitação - CNH vigente, categoria mínima exigida para o cargo (quando for o caso) categoria no mínimo D para Motorista de Veículos;
Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
Registro no órgão da classe (quando for o caso);
Registro Civil de nascimento ou casamento;
Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente, se do sexo masculino;
Título de Eleitor, junto com o comprovante de votação da última eleição ou a justificativa da ausência ou declaração de quitação eleitoral;
Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, acompanhado do cartão de vacina da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (até 14 anos), quando houver;
Certidão de registro de nascimento e CPF dos filhos dependentes, quando houver;
Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
Número PIS/PASEP/NIT/NIS;
Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone);
Declaração de bens e valores que constituam patrimônio ou Declaração de Imposto de Renda do último ano;
Declaração de desvinculação para o candidato que exerce cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração;
Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e/ou pensão;
Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
Apresentar qualificação cadastral do eSocial, de que os dados estão corretos.

2.1. A Certidão deverá ser apresentada, necessariamente, no original.
3. Após a entrega dos documentos previstos no item 2, os candidatos serão submetidos, antes da nomeação, à Perícia Médica Oficial que consiste em exames médicos e clínicos e exames complementares para avaliação de sua capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribuições do cargo.
3.1. A falta da apresentação dos exames mencionados no item anterior caracterizará desistência dos candidatos.
3.2. A omissão e/ou negação pelos candidatos de informações relevantes na entrevista médica, intencionalmente ou não, implicará em sua perda do direito à nomeação, e caso já tenha sido nomeado e empossado, poderá ser exonerado do seu respectivo cargo, observado o contraditório e a ampla defesa.

3.3. O resultado dos Exames Médicos Admissionais será expresso com a indicação de apto ou inapto para o exercício das atribuições do cargo.

3.4. Os candidatos considerados inaptos nos Exames Médicos Admissionais ou que não se sujeitar à realização dos mesmos será eliminado do Concurso.

4. A inexatidão das declarações e/ou informações prestadas ou a apresentação irregular de documentos, ainda que verificado posteriormente, eliminará o candidato, anulando todos os atos decorrentes da respectiva nomeação e a tomada de posse.

5. Os candidatos que deixarem de comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação, serão considerados como desistentes e substituídos, na sequência, pelo imediatamente classificado.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 31 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:C7D27393

PROJUR
PORTARIA Nº 469/2026 DATA: 31.07.2026 EMENTA: TRANSFERE DE LOTAÇÃO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando o memorando online sob o nº 2.065/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Transferir de lotação o Servidor Público Municipal a seguir mencionado:

Nome / Cargo	Matrícula nº	Da	Para	A partir de
Pedro Viana/ Motorista de Veículos	31098-01	Diretoria Proteção Social Especial Média/Alta Complexidade/Abrigo Institucional – Efetivos	Diretoria de Atenção Primária/Atenção Primária – Efetivos	01/08/2026

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 1° de agosto de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, E, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 31 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:3E9B13CD

PROJUR
PORTARIA Nº 470/2026 DATA: 31.07.2026 EMENTA: CONCEDE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as disposições contidas na Lei Municipal nº 2.429/2025, e, considerando o memorando online sob os nº 4.250/2025,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação da Licença Maternidade da Servidora Pública Municipal mencionada, durante 60 (sessenta) dias, conforme segue:

Nome	Cargo	Matrícula /Contrato Nº	Período de gozo
Daniele Fank Candido	Arquiteto	28975-01	23/11/2026 a 21/01/2027

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 23 de novembro de 2026.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 31 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:06A6BFD2

SECRETARIA DA FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 009/2026

O Município de Guaíra, Estado do Paraná, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.452 de 20.03.97, **NOTIFICA** a **Câmara Municipal de Vereadores**, os **Partidos Políticos**, os **Sindicatos** e as **Entidades Empresariais,** com sede no Município de Guaíra, Estado do Paraná, que no dia 28/07/2026, foi creditado na conta corrente nº 5742018661 da Agência nº 0722 no Banco Caixa Econômica Federal, o valor de R$ 1.309.078,84 (um milhão, trezentos e nove mil e setenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), referente ao Termo de Compromisso nº 974641/2024/MCIDADES/CAIXA, sob a gestão do Ministério das Cidades, que tem por objeto "Construção de Unidades Habitacionais no Programa Minha Casa Minha Vida", neste Município de Guaíra, Estado do Paraná.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 31 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Moro da Costa Silva
Código Identificador:171ECB19

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI
AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto no Município de Guaraci, **PREGÃO ELETRÔNICO nº 015/2026**, do tipo: **MENOR PREÇO POR ITEM.** A presente licitação tem por objeto a **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES A FIM DE ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADE ESTIMADA, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.** A abertura da sessão de disputa dar-se-á no dia **13 de agosto de 2026 às 09:00 horas**. O credenciamento e recebimento das propostas será realizado até as 08:00 horas do dia da sessão de disputa. O Edital estará à disposição dos interessados na Seção de Licitações, através do e-mail licitacao@guaraci.net; pelo site do Portal da Transparência do Município de Guaraci-PR https://guaraci.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes; pelo Portal BLL – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, disponível no endereço eletrônico https://www.bll.org.br/ ou então pelo Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no endereço eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br, maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@guaraci.net.

Guaraci, 31 de julho de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:4A5FA4EC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N.º 115/2026

DECRETO N.º 115/2026

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), autorizado pela Lei nº 1858 de 02 de Outubro de 2025 dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas:
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), conforme abaixo:
22 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
002 – Departamento de Agricultura
20 – Agricultura
0608 – Promoção da Produção Agropecuária
0018 – Apoio ao Pequeno Agricultor
2.162 – Manutenção do Departamento de Agricultura
3.3.90.30 – Material de Consumo - Cód. 240..... R$ 15.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO..... R$ 15.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior será utilizado recursos provenientes do superávit financeiro como segue:

000 – Recursos Livres..... R$ 15.000,00

TOTAL DO SUPERÁVIT..... R$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI, AOS 31 DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2026

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:01D4B4E3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 129/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei
R E S O L V E :

Conceder 21 (vinte e uma) diárias para cada, no valor de R$ 35,00 cada uma, a favor dos servidores Andreia Santana dos Santos, Ari Osvaldo Soares de Farias, Denilson Munhoz, Divair Francisco Ferreira, Ednaldo de Jesus Silva, Marcelo Luiz da Silva, Marcio Fernando Chaves e Paulo Rogerio Oliveira Sales, para levar pacientes em consulta no mês de agosto de 2026, na cidade de Londrina - PR.
Conceder 12 (doze) diárias para cada, no valor de R$ 35,00 cada uma, a favor dos servidores Allan José Pitta Nhoque, Altair Luiz Matheus, Anderson Roberto da Silva, Ednaldo Silva de Araújo, Gilvano Campos Pacheco, João Paulo Carvalho Rodrigues, Nivaldo Ap. da Silva e Sergio Davi, para levar pacientes em consulta no mês de agosto de 2026, na cidade de Londrina - PR.
Conceder 21 (vinte e uma) diárias, no valor de R$ 35,00 cada uma, a favor do servidor Valdir Alves Martins, para levar universitários em aula durante mês de agosto de 2026, na cidade de Londrina - PR.
Conceder 05 (cinco) diárias, no valor de R$ 140,00 cada uma, a favor do servidor Valdir Alves Martins, para levar alunos em aula no colégio agrícola, nos dias 01, 08, 15, 22 e 29 de agosto de 2026, na cidade de Apucarana - PR.
Conceder 21 (vinte e uma) diárias, no valor de R$ 35,00 cada uma, a favor dos servidores Anderson Castilho Zago e Antônio Correa da Silva Filho, para levar usuários da assistência social em para atendimento de situação de vulnerabilidade durante o mês de agosto de 2026, na cidade de Londrina - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 140,00, a favor do servidor Gilvano Campos Pacheco, para levar paciente(s) Y.M.T. e I.L.S. em consulta médica, com saída às 04:00h e retorno às 13:00h do dia 25 de julho de 2026, nas cidades de Arapongas e Londrina - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 35,00, a favor do servidor Gilvano Campos Pacheco, para levar paciente(s) M.A.F.S. em consulta médica, com saída às 07:00h e retorno às 13:00h do dia 28 de julho de 2026, na cidade de Rolândia - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 35,00, a favor do servidor Gilvano Campos Pacheco, para levar paciente(s) P.R. em consulta médica, com saída às 04:30h e retorno às 13:00h do dia 30 de julho de 2026, na cidade de Londrina - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 35,00, a favor do servidor Allan José Pitta Nhoqui, para levar paciente(s) A.A.A. em consulta médica, com saída às 07:00h e retorno às 14:00h do dia 20 de julho de 2026, na cidade de Londrina - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 35,00, a favor do servidor Allan José Pitta Nhoqui, para levar paciente(s) F.F.S.A; A.A.A; J.B.A; C.R. e R.F. em consulta médica, com saída às 06:00h e retorno às 12:00h do dia 24 de julho de 2026, nas cidades de Cambé e Londrina - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 35,00, a favor do servidor Allan José Pitta Nhoqui, para levar paciente(s) P.A.T. e G.C.P. em consulta médica, com saída às 08:00h e retorno às 19:00h do dia 27 de julho de 2026, na cidade de Londrina - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 140,00, a favor do servidor Marcio Fernando Chaves, para levar paciente(s) D.H.D.L. em consulta médica, com saída às 19:00h do dia 18 e retorno às 01:40h do dia 19 de julho de 2026, na cidade de Astorga - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 35,00, a favor do servidor Marcio Fernando Chaves, para levar paciente(s) M.I.Z.S. e J.G.S.N. em consulta médica, com saída às 11:29h e retorno às 21:25h do dia 28 de julho de 2026, na cidade de Rolândia - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 35,00, a favor do servidor Marcio Fernando Chaves, para levar paciente(s) K.M.S. em consulta médica, com saída às 19:00h do dia 29 e retorno às 01:30h do dia 30 de julho de 2026, na cidade de Rolândia - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 35,00, a favor do servidor Nivaldo Aparecido da Silva, para levar paciente(s) J.R.S.A. em consulta médica, com saída às 08:00h e retorno às 14:25h do dia 15 de julho de 2026, na cidade de Londrina - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 140,00, a favor do servidor Nivaldo Aparecido da Silva, para levar paciente(s) F.F.M. em consulta médica, com saída às 09:29h e retorno às 15:25h do dia 18 de julho de 2026, nas cidades de Rolândia e Arapongas - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 35,00, a favor do servidor Nivaldo Aparecido da Silva, para levar paciente(s) R.D.S. em consulta médica, com saída às 04:00h e retorno às 11:25h do dia 22 de julho de 2026, na cidade de Maringá - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 35,00, a favor do servidor Nivaldo Aparecido da Silva, para levar paciente(s) C.A.T. e R.A. em consulta médica, com saída às 06:00h e retorno às 13:10h do dia 27 de julho de 2026, na cidade de Londrina - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 35,00, a favor do servidor Nivaldo Aparecido da Silva, para levar paciente(s) J.M.F.S. em consulta médica, com saída às 11:00h e retorno às 17:30h do dia 31 de julho de 2026, na cidade de Maringá - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 35,00 cada uma, a favor do servidor João Paulo Carvalho Rodrigues, para levar paciente(s) O.F. e A.M.S. em consulta médica, com saída às 03:30h e retorno às 12:30h, no dia 30 de julho de 2026, nas cidades de Rolândia e Londrina - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 35,00, a favor do servidor Sergio Davi, para levar paciente(s) N.P.M; P.D.F. e M.F. em consulta médica, com saída às 05:00h e retorno às 14:30h do dia 30 de julho de 2026, nas cidades de Arapongas e Londrina - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 140,00, a favor do servidor Ari Osvaldo Soares da Silva, para levar paciente(s) G.M.S; E.S. e E.G. em consulta médica, com saída às 07:30h e retorno às 15:00h do dia 25 de julho de 2026, na cidade de Londrina - PR.
Conceder 02 (duas) diárias, no valor de R$ 350,00 cada uma, a favor do servidor Anderson Castilho Zago, para transportar usuário(s) da assistência social V.H.B.A.S. e F.L. para atendimento de situação de vulnerabilidade, com saída às 23:00h do dia 29 e retorno às 23:00 do dia 31 de julho de 2026, nas cidades de São Jerônimo da Serra e Piraquara – PR, assim como no Distrito de Terra Nova – PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 105,00, a favor do servidor Anderson Castilho Zago, para transportar usuário da assistência social V.H.A.S. para atendimento de situação de vulnerabilidade, com saída às 16:00h do dia 28 e retorno às 00:44 do dia 29 de julho de 2026, na cidade de São Jeronimo da Serra - PR.
Conceder 01 (uma) diária para cada, no valor de R$ 35,00 cada, a favor da Secretária de Assistência Social Mismonia Ferreira Gomes, e da servidora Damaris Valéria da Silva, para realizar aquisição de artigos a serem utilizados em oficinas desenvolvidas pela pasta, assim como, realizar orçamento para passeio do grupo de idosos do Programa 60+ em comemoração ao dia do idoso, com saída às 09:00h e retorno às 17:00 do dia 30 de junho de 2026, na cidade de Londrina - PR.
Conceder 03 (três) diárias, no valor de R$ 350,00 cada uma, a favor das servidoras Adriana Cândido de Oliveira Vivan, Elizangela Mara dos Santos e Vilma Calzavara da Silva, para participar de capacitação “I seminário Paranaense de Boas Práticas em RPPS” – TCE/PR, com saída às 13:30h do dia 03 e retorno às 17:00 do dia 06 de agosto de 2026, na cidade de Curitiba - PR.
Conceder 02 (duas) diárias, no valor de R$ 350,00 cada uma, a favor do Chefe de Gabinete Alisson Gustavo Vieira da Silva, para participar de curso de capacitação “Contrata +Brasil da Teoria à Prática nas Contratações Públicas” – INSTITUTO AGP, com saída às 23:00h do dia 29 e retorno às 23:00 do dia 31 de julho de 2026, na cidade de Curitiba - PR.
Conceder 03 (três) diárias para cada, sendo duas no valor de R$ 350,00 e uma no valor de R$ 140,00, EM SEU FAVOR e a favor do Secretário de Administração Gabriel Scalone e servidor Lucas Vinicius Gomes, para participar de evento “11º Congresso Paranaense de Cidades Digitais e Inteligentes” - Rede Cidade Digital - RCD, destinado à capacitação de gestores públicos em inovação, transformação digital, governança e soluções tecnológicas para a

modernização da administração pública, com saída às 13:00h do dia 04 e retorno às 22:00 do dia 06 de agosto de 2026, na cidade de São José dos Pinhais - PR.

Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Guaraci, estado do Paraná Aos 31 dias do mês de julho de 2026

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:F3F629AD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

MUNICÍPIO DE GUARACI – PARANÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

COMUNICADO AOS LICITANTES

O Município de Guaraci/PR, por intermédio do Pregoeiro, comunica aos interessados que, por determinação da Autoridade Competente, foi **anulado o Pregão Eletrônico nº 002/2026**.
A decisão decorre da necessidade de revisão do instrumento convocatório e de seus anexos, diante das inconsistências identificadas durante a fase externa do certame, especialmente em razão dos pedidos de esclarecimentos e das solicitações de retificação apresentados pelos interessados, visando assegurar a observância dos princípios da legalidade, da isonomia, da transparência, da competitividade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.
Após a conclusão das adequações necessárias, será promovida a publicação de novo edital, observando-se os prazos e procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

Guaraci, 31 de julho de 2026.

CILSO PINA JUNIOR
Pregoeiro

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:9B2D8363

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
EDITAL N. 01/2026 - CMDCA

edital de Retificação

EDITAL N. 01/2026 - CMDCA
PROCESSO DE SELEÇÃO PARA ESCOLHA SUPLEMENTAR DE CONSELHEIRO TUTELAR TITULAR E SUPLENTES – GESTÃO 2024/2027- POSSE IMEDIATA, APÓS O TÉRMINO DO PROCESSO
O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GUARAQUEÇA/PR, no uso da atribuição que lhe é conferida pela LEI 686/2018, torna público o presente **EDITAL DE CONVOCAÇÃO** para o Processo de Escolha Suplementar para membros do Conselho Tutelar para o quatriênio 2024/2027, aprovado pela **RESOLUÇÃO Nº 0007/2026**, do CMDCA de Guaraqueçaba /PR.
1. DAS DISPOSIÇÕES PREMILINARES:
1.1. O Processo de Escolha em Data Unificada é disciplinado pela Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Resolução nº 231/2022, conforme Art. Nº 11º do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, assim como pela Lei Municipal nº 686 de 29 de agosto 2018 e Resolução nº 0001/2023, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guaraqueçaba/PR, sendo realizado sob a responsabilidade deste e fiscalização do Ministério Público;
1.2. Os membros do Conselho Tutelar local serão escolhidos mediante Prova Objetiva e Exame Psicológico, e em caso de Empate os Membros do Conselho Municipal de Direito das Crianças e Adolescentes fará a votação de escolha.
1.3. Assim sendo, como forma de dar início, regulamentar e ampla visibilidade ao Processo de Escolha suplementar para membros do Conselho Tutelar para o quatriênio 2024/2027, **torna público** o presente Edital, nos seguintes termos:
2. DO CONSELHO TUTELAR:
2.1. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, sendo composto por 05 (cinco) membros, para mandato de 04 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.
2.2. Cabe aos membros do Conselho Tutelar, agindo de forma colegiada, o exercício das atribuições contidas nos art. 18-B, par. único, 90, §3º, inciso II, 95, 131, 136, 191 e 194, todos da Lei nº 8.069/90, observados os deveres e vedações estabelecidos por este Diploma, assim como pela Lei Municipal nº 686/2018;
2.3. O presente Processo de Escolha Suplementar dos membros do Conselho Tutelar do Município de Guaraqueçaba/PR, visa preencher as 05 (cinco) vagas existentes para o colegiado, e todos os demais candidatos habilitados serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.
2.4. Por força do disposto no art. 5º, inciso II, da Resolução nº 231/2022, do CONANDA, a candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas.
3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS DOS CANDIDATOS A MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR:
3.1. Por força do disposto no art. 133, da Lei nº 8.069/90, e do art. 19, da Lei Municipal nº 686/2018, os candidatos a membro do Conselho Tutelar devem preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:
a) Reconhecida idoneidade moral;
b) Idade igual ou superior a 21 (vinte e um) anos;
c) Residir no município há mais de 02 anos;
d) Ensino Médio Completo
e) Estar quites com as obrigações eleitorais e no gozo de seus direitos políticos;
f) Estar quites com as obrigações militares (para candidatos do sexo masculino);
g) Não ter sido penalizado com a destituição da função de membro do Conselho Tutelar, nos últimos 05 (cinco) anos;
h) Além do preenchimento dos requisitos indicados neste artigo, será obrigatória a aprovação em prova de conhecimentos específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, língua portuguesa, Informática básica, redação e Avaliação Psicológica. (Outros requisitos previstos em Lei Municipal).
FASE 1) PROVA ESCRITA:
A prova escrita, de caráter eliminatório, com 20 (vinte) questões objetivas de múltipla escolha, com quatro alternativas cada, sendo apenas uma alternativa correta, com valor total de 100,00 (cem) pontos, versando sobre o Programa abaixo especificado:
a) CONHECIMENTOS GERAIS: LINGUA PORTUGUESA: 05 (cinco) questões objetivas com valor unitário de 5,00 pontos e total de 0 (zero) a 25,00 (vinte e cinco) pontos, versando sobre: Leitura e interpretação de textos, Formação de Palavras, Sintaxe: Concordância Nominal e Verbal, Regência Nominal e Verbal, Uso dos Pronomes e Colocação Pronominal, Tipologia Textual, Registro Formal e Informal da Linguagem.
PARA OS CONTEÚDOS DE LINGUA PORTUGUESA A BIBLIOGRAFIA FICA A CRITÉRIO DO CANDIDATO, PODENDO SER UTILIZADAS QUAISQUER OBRAS ATUALIZADAS DO ENSINO MÉDIO.
B) CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 10 (dez) questões objetivas com valor unitário de 5,00 pontos e total de 0 (zero) a 50,00 (cinquenta) pontos, versando sobre a Lei Federal 8.069/1990 - ECA - com as respectivas alterações.

C) CONHECIMENTOS DE INFORMATICA BASICA: 05 (cinco) questões objetivas com valor de 5,00 pontos e total de 0 (zero) a 25,00 (vinte e cinco) pontos.
PARA OS CONTEÚDOS INFORMATICA A BIBLIOGRAFIA FICA A CRITÉRIO DO CANDIDATO, PODENDO SER UTILIZADAS QUAISQUER OBRAS ATUALIZADAS.
FASE 2) - AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA:
A Avaliação Psicológica, de caráter eliminatório, valendo de 0,0 (zero) a 100,0 (cem) pontos, será realizada por um Psicólogo, através da aplicação de testes práticos, para os candidatos que obtiverem nota igual ou superior à 50,00 (cinquenta) pontos na Prova Escrita, valendo de 0,0 (zero) a 100,0 (cem) pontos.
3.2. O preenchimento dos requisitos legais deve ser demonstrado no ato da candidatura.
4. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO:
4.1. Os membros do Conselho Tutelar exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva, durante o horário previsto no art. 37 da Lei Municipal nº 686/2018 para o funcionamento do órgão, sem prejuízo do atendimento em regime de plantão/sobreaviso, assim como da realização de outras diligência e tarefas inerentes ao órgão;
4.2. O valor do vencimento é de: R$: 2.000,00 (dois mil reais) conforme art. 40 da Lei Municipal nº 686/2018 equivalentes o correspondente ao nível CC 5 do anexo I, a) dos cargos e B) dos cargos e valores da Lei Complementar nº 019/2015 de 07 de janeiro de 2015 que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vagas e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Guaraqueçaba;
4.3. Se eleito para integrar o Conselho Tutelar o servidor municipal, poderá optar entre o valor da remuneração do cargo de Conselheiro ou o valor de seus vencimentos, ficando-lhe garantidos:
a) O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato;
b) A contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
c) observado o disposto no art. 9º §8º do ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA/PR.
5. DOS IMPEDIMENTOS:
5.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto no art.140, da Lei nº 8.069/90 e art. 15, da Resolução nº 231/2022, do CONANDA;
5.2. Existindo candidatos impedidos de atuar num mesmo Conselho Tutelar e que obtenham votação suficiente para figurarem entre os 05 (cinco) primeiros lugares, considerar-se-á eleito aquele que tiver maior votação; o candidato remanescente será reclassificado como seu suplente imediato, assumindo na hipótese de vacância e desde que não exista impedimento;
5.3. Estende-se o impedimento do conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária, autoridade nomeante do poder executivo e legislativo e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca;
6. DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL:
6.1. Compete à Comissão Especial Eleitoral:
a) Analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos candidatos inscritos;
b) Receber as impugnações apresentadas contra candidatos que não atendam os requisitos exigidos, fornecendo protocolo ao impugnante;
c) Notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;
d) Decidir, em primeira instância administrativa, acerca da impugnação das candidaturas, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;
e) Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de indeferimento do registro da candidatura, sem prejuízo da imposição das sanções previstas na legislação local;
f) Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;
g) Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;
h) Notificar o Ministério Público, com a antecedência devida, de todas as etapas do certame, dias e locais de reunião e decisões tomadas pelo colegiado.
6.3. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.
7. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA:
7.1. O Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar observará o **calendário** anexo ao presente Edital;
7.2. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fará publicar editais específicos no Diário Oficial ou meio equivalente para cada uma das fases do processo de escolha de membros do Conselho Tutelar, dispondo sobre:
a) Inscrições e entrega de documentos;
b) Relação de candidatos inscritos;
c) Relação preliminar dos candidatos considerados habilitados, após a análise dos documentos;
d) Relação definitiva dos candidatos considerados habilitados, após o julgamento de eventuais impugnações;
e) Resultado final do pleito, após o julgamento de eventuais impugnações; e
f) Termo de Posse.
8. DA INSCRIÇÃO/ENTREGA DOS DOCUMENTOS:
8.1. A participação no presente Processo de Escolha em Data Unificada iniciar-se-á pela inscrição por meio de requerimento impresso, e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital;
8.2. A inscrição dos candidatos será efetuada pessoalmente no Centro de referência de Assistência Social de Guaraqueçaba, à Rua Salim do Carmo, 190, nesta cidade, das 08:30 às 11:00 horas e das 13:30 às 17:00 entre os dias 16 de julho de 2026 à 22 de julho de 2026.
8.3. Ao realizar a inscrição, o candidato deverá, obrigatoriamente e sob pena de indeferimento de sua candidatura, apresentar original e cópia dos seguintes documentos:
a) Carteira de identidade ou documento equivalente;
b) Título de eleitor e certidão de quitação eleitoral
c) Certidões negativas cíveis e criminais que comprovem não ter sido condenado ou estar respondendo, como réu, pela prática de infração penal, administrativa, ou conduta incompatível com a função de membro do Conselho Tutelar;
d) Em sendo candidato do sexo masculino, certidão de quitação com as obrigações militares;
e) Comprovante de experiência ou especialização na área da infância e juventude.
8.4 Para fins de atendimento do parágrafo anterior:
Considera-se a **experiência profissional:**
Entende-se atividade profissional, remunerada ou não, devidamente comprovada pelo registro em trabalho em Carteira de Trabalho por Tempo de Serviço – CTPS, Certidão expedida por órgão público competente que ateste o exercício profissional na atuação direta às políticas de proteção, promoção e defesa de direitos da criança e do adolescente, ou Termo de Adesão devidamente preenchido pela entidade pública, privada e religiosa em que conste o objeto e as condições do seu exercício por parte do profissional voluntário, de no mínimo 2 (dois) anos.(Empregados ou voluntários de entidades não-governamentais que atuam no atendimento de crianças e adolescentes e na defesa dos direitos desse segmento, como por exemplo, Pastoral da Criança, Pastoral da Juventude, Igrejas, Associações de Bairros etc.;)
8.5. A falta ou inadequação de qualquer dos documentos acima relacionados será de reponsabilidade do candidato, que poderá supri-la até a data-limite para inscrição de candidaturas, prevista neste Edital;
8.6. Os documentos deverão ser entregues em duas vias para fé e contrafé;
8.7. Documentos digitalizados serão considerados válidos, desde que também apresentados os originais ou existentes apenas em formato digital;
8.8. Eventuais entraves à inscrição de candidaturas ou à juntada de documentos devem ser imediatamente encaminhados ao CMDCA e ao Ministério Público;
8.9. As informações prestadas e documentos apresentados por ocasião da inscrição são de total responsabilidade do candidato.
9. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

9.1. Encerrado o prazo de inscrição de candidaturas, a Comissão Especial Eleitoral designada pelo CMDCA efetuará, no prazo de 02 (dois) dias, a análise da documentação exigida neste Edital, com a subsequente publicação da relação dos candidatos inscritos;
9.2. A relação dos candidatos inscritos e a documentação respectiva serão encaminhadas ao Ministério Público para ciência, no prazo de 05 (cinco) dias, após a publicação referida no item anterior.
10. DA IMPUGNAÇÃO ÀS CANDIDATURAS:
10.1. Qualquer cidadão poderá requerer a impugnação de candidato, no prazo de 02 (dois) dias contados da publicação da relação dos candidatos inscritos, em petição devidamente fundamentada;
10.2. Findo o prazo mencionado no item supra, os candidatos impugnados serão notificados pessoalmente do teor da impugnação no prazo 02 (dois) dias, começando, a partir de então, a correr o prazo de 02 (dois) dias para apresentar sua defesa;
10.3. A Comissão Especial Eleitoral analisará o teor das impugnações e defesas apresentadas pelos candidatos, podendo solicitar a qualquer dos interessados a juntada de documentos e outras provas do alegado;
10.4. A Comissão Especial Eleitoral terá o prazo de 02 (dois) dias, contados do término do prazo para apresentação de defesa pelos candidatos impugnados, para decidir sobre a impugnação;
10.5. Concluída a análise das impugnações, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar edital contendo a relação preliminar dos candidatos habilitados a participarem do Processo de Escolha em data Unificada;
10.6. As decisões da Comissão Especial Eleitoral serão fundamentadas, delas devendo ser dada ciência aos interessados, para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital;
10.7. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à Plenária do CMDCA, no prazo de 02 (dois) dias, contados da data da publicação do edital referido no item anterior.
10.8 A decisão proferida nos recursos, pela Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada é irrecorrível na esfera administrava.
10.9. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar a relação definitiva dos candidatos habilitados ao pleito, com cópia ao Ministério Público;
10.10. Ocorrendo falsidade em qualquer informação ou documento apresentado, seja qual for o momento em que esta for descoberta, o candidato será excluído do pleito, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.
11 DAS PROVAS
11.1. A prova será aplicada no dia 09 de agosto de 2026, das 13:00 às 17:00 horas, na Escola Municipal Antônio Barbosa Pinto, localizada na Rua Maria Carolina de Lisboa nº 350, Centro.
11.2. Após publicação do resultado da prova de conhecimento específico o candidato poderá interpor recurso no prazo de 02 dias para a Comissão Especial.
11.3. Os candidatos considerados habilitados na primeira fase do certame serão convocados para a realização da segunda fase, que constará de Avaliação Psicológica;
11.4. A Avaliação Psicológica será realizada no dia 19 de agosto de 2026, as 13 horas no Centro de Referência a Assistência Social (CRAS), localizado na Rua Salim do Carmo, 190.
11.4. Divulgação do edital no diário oficial em 2108/2026, com o resultado final do certame e avaliação psicológica dos candidatos aprovados na Etapa 01 e 02.
12. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL:
12.1. Ao final de todo o Processo, a Comissão Especial Eleitoral encaminhará relatório ao CMDCA, que fará divulgar no Diário Oficial ou em meio equivalente, o nome dos 05 (cinco) candidatos eleitos para o Conselho Tutelar e seus respectivos suplentes, em ordem decrescente de votação.
13. DA POSSE:
13.1. A posse dos membros do Conselho Tutelar será concedida pelo Presidente do CMDCA local, no dia **24 de agosto de 2026**, conforme previsto no art. 139, §2º, da Lei nº 8.069/90;
14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:
14.1. Cópias do presente Edital e demais atos da Comissão Especial Eleitoral dele decorrentes serão publicadas, com destaque, nos órgãos oficiais de imprensa, no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba/PR, bem como afixadas no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Postos de Saúde e Escolas da Rede Pública Municipal;
14.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 686/2018;
14.3. É de inteira responsabilidade dos candidatos acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo de escolha em data unificada dos membros do Conselho Tutelar;
14.4. Os trabalhos da Comissão Especial Eleitoral se encerram com o envio de relatório final contendo as intercorrências e o resultado da votação ao CMDCA;
14.5. O descumprimento das normas previstas neste Edital implicará na exclusão do candidato ao processo de escolha.

Publique-se
Encaminhe-se cópias ao Ministério Público, Poder Judiciário e Câmara Municipal
GUARAQUEÇABA, 14 de julho de 2026

Joel dos Santos Agostinho
Presidente do CMDCA

ANEXO I

Calendário Referente ao Edital nº 0001/2026 do CMDCA

1 - Publicação do Edital: 15/06/2026;
2 - Inscrições no Centro de Referência de Assistência Social das 08:30 às 11: 00 e das 13:30 às 17:00 do dia 16/07/2026 a 11/08/2026;
3 - Análise dos Requerimentos de inscrições: de 12/08/2026 a 13/08/2026;
4 - Publicação da lista dos candidatos com inscrições deferida: 14/08/2026;
5 – Prazo de recurso para impugnação de 17/08/2026 e 18/08/2026;
6 - Análise dos recursos pela Comissão Especial Eleitoral: de 19/08/2026 e 20/08/2026;
7 - Divulgação do resultado dos recursos e publicação da lista preliminar dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética: 21/08/2026
8- Aplicação da prova 30/08/2026
9- Publicação do resultado da prova 02/09/2026
10- Prazo para interpor recurso 03/09/2026 e 04/09/2026.
11 - Divulgação do resultado da Prova Objetiva, em ordem alfabética: 09/09/2026
12- Avaliação Psicológica 13/09/2026 com os candidatos aprovados na fase 1 (um)
13 Divulgação do edital final em 16/09/2026 com os candidatos aprovados na Etapa 01 e 02.
14 - Posse e diplomação dos eleitos: 18/09/2026.

Incorporado pela Lei nº 13.010/2014.
[2] OBS: A eleição por meio de "chapas" acaba limitando as possibilidades de escolha do eleitor, servindo assim de desestímulo à sua participação no pleito, razão pela qual deve ser evitada. Caso, porventura, haja previsão da escolha dos membros do Conselho Tutelar por meio de "chapas" na Lei Municipal local, sugere-se sua alteração.

Publicado por:
Joel Dos Santos Agostinho
Código Identificador:DE6B9338

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 011 DE 31 DE JULHO DE 2026

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 011 DE 31 DE JULHO DE 2026

Retificação do Edital 001/2026 Eleição Suplementar Conselho tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Guaraqueçaba - PR em cumprimento a Lei nº 8.069/90, e Lei Municipal Nº. 686 de 29 de agosto de 2018;

RESOLVE:
Art. 1º Alterar o ANEXO I do Calendário Referente ao Edital nº 001/2026 do CMDCA;
Art. 2º Em Cumprimento a Lei Municipal nº 686/2018, Artigo 19.

Guaraqueçaba- PR, 31 de julho de 2026.

JOEL DOS SANTOS AGOSTINHO
Presidente do CMDCA
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Joel Dos Santos Agostinho
Código Identificador:A7531989

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
1ª ATA CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 28/2026

Aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL), nomeados pela Portaria, a saber: o Sr. Jefferson Sundadozo Teresa, o Sr. Marcelino Dias Patricio, o Sr. Osmar Onorato Rodrigues, a Sra. Marilda Vidal da Rosa Santos e o Sr. Eloir Barbosa Colombes, com a finalidade de proceder a análise dos envelopes protocolados.

Os envelopes referem-se ao **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2026, inexigibilidade 28/2026, com o objeto:Credenciamento de pessoas físicas prestadoras de serviços de motorista para condução de veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde de Guaraqueçaba (veículos leves, médios, pesados, transporte sanitário eletivo, TFD, ambulâncias de emergência e demais atividades assistenciais - CNH B, D ou E com observação EAR), mediante remuneração por diárias (plantões de 12 horas) e/ou horas efetivamente trabalhadas.**

Na sequência, os membros da Comissão procederam à rubrica do envelope e de todos os documentos neles contidos, realizando a análise minuciosa da documentação complementar apresentada. Concluída a conferência inicial, o credenciado abaixo relacionado encontram-se devidamente.

HABILITADO: NOTORISTA B
4080/26 | Manoel Calado de Miranda | 032.043.339-06
4088/26 | Paulo Cesar Lopes de Morais | 064.056.759-20
4089/26 | Wellington Leite Mendes | 062.490.089-42

HABILITADO: NOTORISTA D
4068/26 | Diogo Pontes de Araujo | 058.492.829-71
4104/26 | Matheus Salustino Moreira | 082.885.849-77

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e encaminhada para a Secretaria solicitante para as devidas providências.

JEFFERSON SUNDADOZO TERESA

MARCELINO DIAS PATRICIO

OSMAR ONORATO RODRIGUES

MARILDA VIDAL DA ROSA SANTOS

ELOIR BARBOSA COLOMBES

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:B6012D3F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2ª ANÁLISE DO DOCUMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2026 INEXIGIBILIDADE Nº28/2026

Município de Guaraqueçaba torna público nova rodada de análise dos documentos do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2026, inexigibilidade 28/2026, com o objeto: **Credenciamento de pessoas físicas prestadoras de serviços de motorista para condução de veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde de Guaraqueçaba (veículos leves, médios, pesados, transporte sanitário eletivo, TFD, ambulâncias de emergência e demais atividades assistenciais - CNH B, D ou E com observação EAR), mediante remuneração por diárias (plantões de 12 horas) e/ou horas efetivamente trabalhadas.**

Informa que realizará análise dos documentos protocolizados até o dia 31/07/2026, através do Setor de Protocolo da Prefeitura do Município de Guaraqueçaba. A abertura dos envelopes será realizada as 14:00 horas, pela comissão no dia 03/08/2026 e realizará a publicação da ATA com o resultado preliminar dos credenciados.

Guaraqueçaba, 31 de julho de 2026

JEFFERSON SUNDADOZO TERESA
Comissão de Licitação

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:0E397977

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 808 DE 01 DE AGOSTO DE 2026.

" DISPÕE SOBRE O PONTO FACULTATIVO NO DIA 07 DE AGOSTO EM RAZÃO DO FERIADO DIA 06 DE AGOSTO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO: O feriado Municipal no dia 06 de agosto.

O prefeito Municipal de Guaraqueçaba – Estado do Paraná senhor ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI, no uso das atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal, **DECRETA.**

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais no dia07 de agosto (sexta-feira) de 2026.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica aos plantões necessários e às atividades de caráter essencial cuja prestação não admita interrupções.

Art. 2º. Ficam autorizados os Chefes de cada repartição dos órgãos municipais, autorizados a convocar servidores sob sua chefia imediata, em caso de emergência e/ou caso julgue necessário, não se estendendo os efeitos deste decreto aos serviços essenciais.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, em Guaraqueçaba, 01 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:681D4985

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 812/2026

Institui o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa no âmbito do Município de Guaraqueçaba e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, Estado do Paraná, **ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 904, de 29 de junho de 2022, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;
CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 22.189, de 13 de novembro de 2024, que institui o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa;
DECRETA:
Art. 1º Fica instituído o **Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa**, com a finalidade de coordenar, articular, acompanhar e fomentar políticas públicas e ações municipais destinadas à promoção, proteção e garantia dos direitos, da dignidade e do bem-estar da pessoa idosa, de seus familiares e de seus cuidadores, no âmbito do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa.
Art. 2º Compete ao Comitê Municipal:
I – promover a articulação e a integração de programas, projetos, ações, serviços e benefícios municipais destinados à pessoa idosa;
II – utilizar os instrumentos normativos indicados pelo Comitê Gestor Estadual do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa para o planejamento, execução e monitoramento do Programa, podendo elaborar instrumentos complementares quando necessário;
III – acompanhar a implantação, implementação, monitoramento e avaliação dos projetos vinculados ao Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa;
IV – acompanhar a implantação, implementação, monitoramento e avaliação do Cadastro Estadual da Rede de Atenção à Pessoa Idosa – CERAPI e do Cadastro de Cuidadores do Paraná;
V – promover ações que fortaleçam a intersetorialidade e a complementaridade das políticas públicas voltadas à proteção, promoção, participação e inclusão da pessoa idosa;
VI – contribuir para a efetivação de políticas públicas, programas, ações e serviços destinados à população idosa, com foco no envelhecimento ativo e saudável, assegurando atenção integral à pessoa idosa;
VII – acompanhar a elaboração do diagnóstico municipal, do Plano de Ação, do monitoramento de sua execução e dos demais instrumentos de adesão exigidos pelo Comitê Gestor Estadual do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa;
VIII – participar de capacitações, reuniões e demais eventos promovidos pelo Comitê Gestor Estadual do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, observando suas orientações e diretrizes.
Art. 3º O Comitê Municipal será coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Garantias de Direitos, que prestará o apoio técnico e administrativo necessário ao seu funcionamento.
Art. 4º Os órgãos e entidades integrantes do Comitê Municipal comprometem-se a:
I – identificar, em suas respectivas áreas de atuação, oportunidades para o desenvolvimento de ações e investimentos voltados ao envelhecimento ativo e saudável da população idosa;
II – apresentar os programas, serviços e investimentos previstos em seus planejamentos e instrumentos orçamentários que envolvam ou impactem, direta ou indiretamente, a população idosa;
III – informar ao Comitê Municipal a criação, ampliação ou alteração de programas, projetos, ações e serviços que envolvam ou impactem, direta ou indiretamente, a população idosa.
Art. 5º Integram o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa os seguintes órgãos e entidades:
I – Secretaria Municipal de Assistência Social e Garantias de Direitos;
II – Secretaria Municipal de Saúde;
III – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e Departamento Municipal de Cultura;
IV – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI;
V – Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.
§ 1º Os membros titulares e respectivos suplentes serão indicados pelos dirigentes dos órgãos e entidades que representam e designados por ato do Chefe do Poder Executivo.
§ 2º O Comitê Municipal poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades públicas ou privadas, instituições de ensino, organizações da sociedade civil e especialistas com reconhecida atuação na promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa para participar de suas reuniões, sem direito a voto.
Art. 6º O Comitê Municipal reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois meses e, extraordinariamente, sempre que convocado por sua Coordenação.
Art. 7º O Comitê Municipal apresentará, anualmente, ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI relatório de monitoramento da execução do Plano de Ação, acompanhado das informações necessárias ao acompanhamento das ações desenvolvidas.
Art. 8º A participação no Comitê Municipal será considerada serviço público relevante, não remunerado.
Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Comitê Municipal, observadas as diretrizes do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa e a legislação vigente.
Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Município de Guaraqueçaba, 24 de julho de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito do Município

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:CA2603C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 293/2024,DECORRENTE DE INEXIGIBILIDADE N° 19/2024 DE CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E A SR.ª KELLY CRISTINA LOURENCO XAVIER

CONTRANTE__**MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ,**__pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede à Rua Major Domingos do Nascimento n.º 46 – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000 representada por seu prefeito senhor**ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.

CONTRATADA KELLY CRISTINA LOURENCO XAVIER, portador do CPF sob nº. 047.246.359-40, com domicílio no endereço Superagui, S/N,**Bairro**centro,**Cidade:**Guaraqueçaba-PR
As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, doravante denominado CONTRATANTE e a Sr.ª KELLY CRISTINA LOURENCO XAVIER de comum acordo, oriundo do contrato nº. 293/2024, decorrente de Inexigibilidade n° 19/2024 de Credenciamento de pessoas física, com fulcro na lei Federal n.º 14.133 de 01.04.2021 conforme as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO REQUELIBRIO .
As partes de comum acordo procedem do reajuste ao Contrato Administrativo n.º 293/2024, O valor para Pagamento passará de R$ 1.429,34 (um mil, quatrocentos e vinte e nove reais, trinta e quatro centavos), para o montante mensal atual 1.715,20 (um mil, setecentos e quinze reais, vinte centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas para a cobertura do valor oriundo da renovação contratual prevista na cláusula primeira deste termo aditivo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:
3.3.90.36.00.0 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS.
Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº. 293/2024, decorrente de Inexigibilidade n° 19/2024, que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Guaraqueçaba, 30 de julho de 2026.

Municipio de Guaraqueçaba/PR
ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
CPF n.º 039.773.459-07
Prefeito de Guaraqueçaba – PR

KELLY CRISTINA LOURENCO XAVIER
CPF: 0 047.246.359-40

INGRID TRUCHINSKI DOS SANTOS SOARES
Secretária Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:14B9E112

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 294/2024,DECORRENTE DE INEXIGIBILIDADE N° 19/2024 DE CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E A SR.ª LAUANA CARDOSO FERREIRA

CONTRANTE__**MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ,**__pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede à Rua Major Domingos do Nascimento n.º 46 – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000 representada por seu prefeito senhor**ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.
CONTRATADALAUANA CARDOSO FERREIRA, portador do CPF sob nº. 102.071.579-01, com domicílio no endereço Superagui, nª 444,**Bairro**centro,**Cidade:**Guaraqueçaba-PR

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, doravante denominado CONTRATANTE e a Sr.ª LAUANA CARDOSO FERREIRA de comum acordo, oriundo do contrato nº. 294/2024, decorrente de Inexigibilidade n° 19/2024 de Credenciamento de pessoas física, com fulcro na lei Federal n.º 14.133 de 01.04.2021 conforme as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO REQUELIBRIO .
As partes de comum acordo procedem do reajuste ao Contrato Administrativo n.º 294/2024, o valor para Pagamento passará de R$ 1.600,00 (um mil, seiscentos reais), para o montante mensal atual 1.920,00 (um mil, novecentos e vinte reais)
CLÁUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas para a cobertura do valor oriundo da renovação contratual prevista na cláusula primeira deste termo aditivo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:
3.3.90.36.00.0 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS.
Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº. 294/2024, decorrente de Inexigibilidade n° 19/2024, que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Guaraqueçaba, 30 de julho de 2026.

Municipio de Guaraqueçaba/PR
ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
CPF n.º 039.773.459-07
Prefeito de Guaraqueçaba – PR

LAUANA CARDOSO FERREIRA
CPF: 102.071.579-01

INGRID TRUCHINSKI DOS SANTOS SOARES
Secretária Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:06844CD3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 10/2026,DECORRENTE DE INEXIGIBILIDADE N° 19/2024 DE CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E A SR.ª DANIELLE COLAÇO DOS SANTOS

CONTRANTE__**MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ,**__pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede à Rua Major Domingos do Nascimento n.º 46 – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000 representada por seu prefeito senhor**ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.

CONTRATADA Danielle Colaço dos Santos, pessoa física de direito, residente no endereço R Ignacio Barbosa Pinto , CEP 83.390.000, cidade Guaraqueçaba, Estado do Paraná, devidamente inscrita no CPF Sob nº 070.801.449-65

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, doravante denominado CONTRATANTE e a Sr.ª Danielle Colaço dos Santos, de comum acordo, oriundo do contrato nº. 10/2026, decorrente de Inexigibilidade n° 19/2024 de Credenciamento de pessoas física, com fulcro na lei Federal n.º 14.133 de 01.04.2021 conforme as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO REQUELIBRIO .
As partes de comum acordo procedem do reajuste ao Contrato Administrativo n.º 10/2026,o valor para Pagamento passará de R$ 1.429,34 (um mil, quatrocentos e vinte e nove reais, trinta e quatro centavos), para o montante mensal atual 1.715,20 (um mil, setecentos e quinze reais, vinte centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas para a cobertura do valor oriundo da renovação contratual prevista na cláusula primeira deste termo aditivo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:
3.3.90.36.00.0 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS.
Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº. 10/2026, decorrente de Inexigibilidade n° 19/2024, que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Guaraqueçaba, 30 de julho de 2026.

Municipio de Guaraqueçaba/PR
ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
CPF n.º 039.773.459-07
Prefeito de Guaraqueçaba – PR

DANIELLE COLAÇO DOS SANTOS
CPF: 070.801.449-65

INGRID TRUCHINSKI DOS SANTOS SOARES
Secretária Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:F4458599

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 209/2025,DECORRENTE DE INEXIGIBILIDADE N° 19/2024 DE CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E A SR.ª ELOÁ NICOLLY CUNHA

CONTRANTE__**MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ,**__pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede à Rua Major Domingos do Nascimento n.º 46 – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000 representada por seu prefeito senhor**ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.

CONTRATADA - ELOÁ NICOLLY CUNHA, pessoa física de direito, residente no endereço Avenida Ararapira nº 431, CEP 83.390.000, cidade Guaraqueçaba, Estado do Paraná, devidamente inscrita no CPF Sob nº 125.206.729-19 e RG nº14685636-5,

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, doravante denominado CONTRATANTE e a Sr.ª ELOÁ NICOLLY CUNHA, de comum acordo, oriundo do contrato nº. 209/2025, decorrente de Inexigibilidade n° 19/2024 de Credenciamento de pessoas física, com fulcro na lei Federal n.º 14.133 de 01.04.2021 conforme as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO REQUELIBRIO .
As partes de comum acordo procedem do reajuste ao Contrato Administrativo n.º 209/2025, o valor para Pagamento passará de R$ 1.429,34 (um mil, quatrocentos e vinte e nove reais, trinta e quatro centavos), para o montante mensal atual 1.715,20 (um mil, setecentos e quinze reais, vinte centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR DO PERÍODO RENOVADO.
O valor para o pagamento das despesas decorrentes deste termo aditivo, será no mensal de R$ 1.429,34 (um mil, quatrocentos e vinte e nove reais, trinta e quatro centavos), totalizando o valor total R$ 8.576,04 (oito mil, quinhentos e setenta e seis reais, quatro centavos), pelo período de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas para a cobertura do valor oriundo da renovação contratual prevista na cláusula primeira deste termo aditivo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:
3.3.90.36.00.0 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

CLÁUSULA QUARTA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS.
Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº. 209/2025, decorrente de Inexigibilidade n° 19/2024, que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Guaraqueçaba, 08 de maio de 2026.

Municipio de Guaraqueçaba/PR
ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
CPF n.º 039.773.459-07
Prefeito de Guaraqueçaba – PR

ELOÁ NICOLLY CUNHA
CPF: 125.206.729-19

INGRID TRUCHINSKI DOS SANTOS SOARES
Secretária Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:8336EA60

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 210/2025,DECORRENTE DE INEXIGIBILIDADE N° 19/2024 DE CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E A SR.ª JOYCE ALMEIDA MARTINS

CONTRANTE<u>MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ,</u>pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede à Rua Major Domingos do Nascimento n.º 46 – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000 representada por seu prefeito senhor**ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.

CONTRATADA - JOYCE ALMEIDA MARTINS, pessoa física de direito, residente no endereço Rua Tibicanga, s/nº, CEP 83.390.000, cidade Guaraqueçaba, Estado do Paraná, devidamente inscrita no CPF Sob nº 092.515.759-75 e RG nº12.995.393-4,

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, doravante denominado CONTRATANTE e a Sr.ª JOYCE ALMEIDA MARTINS, de comum acordo, oriundo do contrato nº. 210/2025, decorrente de Inexigibilidade n° 19/2024 de Credenciamento de pessoas física, com fulcro na lei Federal n.º 14.133 de 01.04.2021 conforme as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO REQUELIBRIO .
As partes de comum acordo procedem do reajuste ao Contrato Administrativo n.º 210/2024, o valor para Pagamento passará de R$ 1.600,00 (um mil, seiscentos reais), para o montante mensal atual 1.920,00 (um mil, novecentos e vinte reais)

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas para a cobertura do valor oriundo da renovação contratual prevista na cláusula primeira deste termo aditivo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:
3.3.90.36.00.0 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS.
Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº. 210/2025, decorrente de Inexigibilidade n° 19/2024, que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.
Guaraqueçaba, 30 de julho de 2026.

Municipio de Guaraqueçaba/ PR
ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
CPF n.º 039.773.459-07
Prefeito de Guaraqueçaba – PR

JOYCE ALMEIDA MARTINS
CPF: 092.515.759-75

INGRID TRUCHINSKI DOS SANTOS SOARES
Secretária Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:12BBFEAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO SEGUNO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 183/2025,DECORRENTE DE INEXIGIBILIDADE N° 19/2024 DE CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E A SR.ª FERNANDA PATRÍCIA LEOPOLDINO

CONTRANTE<u>MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ,</u>pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede à Rua Major Domingos do Nascimento n.º 46 – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000 representada por seu prefeito senhor**ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.

CONTRATADA - FERNANDA PATRÍCIA LEOPOLDINO, pessoa física de direito, residente no endereço AV Ararapira, CEP 83.390.000, cidade Guaraqueçaba, Estado do Paraná, devidamente inscrita no CPF Sob nº 086.919.929-30, neste ato representada por, Fernanda Patrícia Leopoldino, pessoa física de direito, residente no endereço AV Ararapira, CEP 83.390.000

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, doravante denominado CONTRATANTE e a Sr.ª **FERNANDA PATRÍCIA LEOPOLDINO** de comum acordo, oriundo do contrato nº. 183/2025, decorrente de Inexigibilidade n° 19/2024 de

Credenciamento de pessoas física, com fulcro na lei Federal n.º 14.133 de 01.04.2021 conforme as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA RESCISÃO.
As partes de comum acordo procedem à rescisão do contrato nº.183/2025, decorrente de Inexigibilidade n° 19/2024, o contrato tem a na fata de rescisão 18/07/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR DO PERÍODO RESCISÃO.
O valor para o pagamento das despesas decorrentes deste termo aditivo, será no valor proporcional de 18 (dezoito) dias do montante de R$ 1.429,34 (um mil, quatrocentos e vinte e nove reais, trinta e quatro centavos), totalizando o valor total R$ 857,60 (oitocentos e cinquenta e sete reais, sessenta centavos)

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas para a cobertura do valor oriundo da renovação contratual prevista na cláusula primeira deste termo aditivo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:
3.3.90.36.00.0 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

CLÁUSULA QUARTA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS.
Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº. 183/2025, decorrente de Inexigibilidade n° 19/2024, que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Guaraqueçaba, 31 de julho de 2026.

Municipio de Guaraqueçaba/PR
ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
CPF n.º 039.773.459-07
Prefeito de Guaraqueçaba – PR

FERNANDA PATRÍCIA LEOPOLDINO
CPF: 086.919.929-30

INGRID TRUCHINSKI DOS SANTOS SOARES
Secretária Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:9B174511

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO 19/2026 - CMDCA

SÚMULA: PÚBLICA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO DE ESCOLHA DE ELEIÇÃO SUPLEMENTAR PARA MEMBRO SUPLENTE DO CONSELHO TUTELAR PARA A GESTÃO 2026/2028.

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 598 de 25 de agosto de 2014, através da Comissão Organizadora conforme resolução nº 13/2026, em reunião ordinária realizada no dia 03 de junho de 2026, conforme ATA n° 09/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Divulgar o resultado final da Eleição Suplementar para Membro Suplente do Conselho Tutelar:

Classificação	Total de votos	Votos SIM	Votos NÃO	Nome
1º	98	97	1	Valdecir Ferreira de Oliveira

Art. 2º O candidato está convocado para ato de posse no dia 05 de agosto de 2026, no Gabinete do Prefeito Municipal;

Art. 3º Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Honório Serpa, 31 de julho de 2026.

JULIANA BOLDORI DOS SANTOS
Presidente da Comissão Organizadora do CMDCA

Publicado por:
Kauely Vitoria Beck
Código Identificador:9086063F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 07-K, DE 31 DE JULHO DE 2026. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026 – EDITAL DE ABERTURA Nº 07-A/2026

EDITAL Nº 07-K, DE 31 DE JULHO DE 2026.
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026 – EDITAL DE ABERTURA Nº 07-A/2026.

SÚMULA: Comunica a ausência de recursos e divulga o resultado definitivo do procedimento de heteroidentificação realizado no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026.

O MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA, Estado do Paraná, por meio da **COMISSÃO PERMANENTE DE HETEROIDENTIFICAÇÃO**, designada pela Portaria nº 25, de 07 de julho de 2026, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.075, de 04 de novembro de 2025, e no Decreto Municipal nº 113, de 01 de julho de 2026, que regulamentam a política municipal de cotas raciais e o procedimento de heteroidentificação;
CONSIDERANDO o Edital nº 07-J, de 27 de julho de 2026, que divulgou o resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação e estabeleceu prazo para interposição de recurso administrativo;
CONSIDERANDO que o prazo recursal transcorreu das 8h30 do dia 28 de julho de 2026 às 23h59 do dia 30 de julho de 2026;
CONSIDERANDO que não houve interposição de recursos contra o resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação;
TORNA PÚBLICO o que segue:
Art. 1º A Comissão Permanente de Heteroidentificação torna público que não houve interposição de recursos administrativos contra o resultado preliminar divulgado pelo Edital nº 07-J/2026 e, em razão disso, confirma e torna definitivo o resultado abaixo:

Candidato	Cargo/Função	Resultado definitivo	Observação
Pablo Juan de Mello	Operador de Máquina Rodoviária	**DEFERIDO**	Autodeclaração confirmada
Sidinei de Oliveira Camargo	Operador de Máquina Rodoviária	**DEFERIDO**	Autodeclaração confirmada

Art. 2º O resultado "DEFERIDO" confirma a autodeclaração do candidato para fins de participação na lista de vagas reservadas aos candidatos afrodescendentes, sem prejuízo da concorrência concomitante na ampla concorrência, conforme as regras do Edital nº 07-A/2026.
Art. 3º O resultado definitivo do procedimento de heteroidentificação passa a integrar a classificação final do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026.
Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Honório Serpa, Estado do Paraná, em 31 de julho de 2026.

MATHEUS ALVES DE LIMA
Presidente da Comissão Permanente de Heteroidentificação
Portaria Nº 25, de 07 de Julho de 2026

Publicado por:
Lucio Diego Guerra
Código Identificador:394CA4B1

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
O COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DA LEI GERAL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA

RESOLUÇÃO Nº 01/2026

Aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor Municipal da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas do Município de Honório Serpa/PR.

O COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DA LEI GERAL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA, Estado do Paraná, no uso das atribuições previstas na Lei Municipal nº 395, de 14 de abril de 2011, especialmente em seu art. 3º, §§ 2º e 3º, e no Decreto Municipal nº 138, de 2 de julho de 2026,
CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 395/2011 estabelece o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito do Município;
CONSIDERANDO que compete ao Comitê Gestor Municipal acompanhar a regulamentação e a implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, orientar e assessorar a política municipal de desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte e sugerir ações de apoio ao desenvolvimento local e regional;
CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar a organização interna, o funcionamento, as reuniões, os registros e os procedimentos de deliberação do Comitê Gestor Municipal;
RESOLVE:
Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Comitê Gestor Municipal da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas do Município de Honório Serpa/PR, na forma do Anexo Único desta Resolução.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação oficial.
Art. 3º Revogam-se as disposições internas em contrário.

Honório Serpa/PR, 31 de julho de 2026.

LUCIO DIEGO GUERRA
Presidente do Comitê Gestor Municipal

MARCIANE BORGES DE CAMARGO
Secretaria Executiva

Membros Presentes:
_____

ANEXO ÚNICO
REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DA LEI GERAL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA/PR
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Este Regimento Interno disciplina a organização, o funcionamento e os procedimentos do Comitê Gestor Municipal da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas do Município de Honório Serpa/PR, instituído nos termos da Lei Municipal nº 395, de 14 de abril de 2011, e regulamentado pelo Poder Executivo Municipal.
Art. 2º O Comitê Gestor Municipal é órgão colegiado de caráter consultivo, propositivo, articulador, orientador e de acompanhamento, que atuará junto ao Gabinete do Prefeito Municipal e apoiará a implementação do tratamento diferenciado e favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais no âmbito municipal.
Parágrafo único. O Comitê Gestor Municipal não substitui as competências legais dos órgãos e entidades municipais, cabendo-lhe atuar de forma integrada, colaborativa e orientativa, sem prejuízo das atribuições próprias de cada unidade administrativa.
CAPÍTULO II
DA FINALIDADE E DAS COMPETÊNCIAS
Art. 3º O Comitê Gestor Municipal tem por finalidade acompanhar, orientar, articular e propor medidas voltadas à execução da política municipal de apoio, simplificação, formalização, inovação, associativismo, compras públicas, geração de emprego e desenvolvimento das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.
Art. 4º Compete ao Comitê Gestor Municipal, observada a Lei Municipal nº 395/2011:
I - Acompanhar a regulamentação e a implementação do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte no Município;
II - Promover medidas de integração e coordenação entre os órgãos públicos municipais e as entidades privadas interessadas;
III - orientar e assessorar a formulação, a coordenação e a execução da política municipal de desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte;
IV - Acompanhar deliberações, estudos e orientações dos fóruns, comitês e instâncias estaduais e nacionais relacionados às microempresas e empresas de pequeno porte;
V - Sugerir, apoiar ou promover ações voltadas ao desenvolvimento da microempresa, da empresa de pequeno porte e do microempreendedor individual no âmbito local e regional;
VI - Propor medidas de simplificação de procedimentos relacionados à abertura, ao funcionamento, à regularização e à baixa de empresas, respeitadas as competências dos órgãos responsáveis;
VII - acompanhar, apoiar e propor ações relacionadas à Sala do Empreendedor, à formalização de empreendimentos e à orientação dos empreendedores locais;
VIII - estimular ações de capacitação, acesso ao crédito, inovação, associativismo, compras públicas, empreendedorismo e desenvolvimento econômico local;
IX - Elaborar, acompanhar e avaliar plano de ação anual, contendo prioridades, responsáveis, prazos e indicadores de acompanhamento;
X - Manifestar-se, quando solicitado, sobre propostas de normas, programas, projetos ou ações relacionadas à política municipal de apoio às microempresas e empresas de pequeno porte;
XI - encaminhar ao Prefeito Municipal recomendações, relatórios, propostas de atos administrativos ou minutas normativas que dependam de apreciação ou edição pelo Poder Executivo; e
XII - exercer outras atribuições compatíveis com sua finalidade e com a legislação aplicável.
Parágrafo único. As deliberações do Comitê Gestor Municipal somente terão caráter normativo quando este lhes for conferido pelo Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 3º, § 4º, da Lei Municipal nº 395/2011.
CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO, DO MANDATO E DA PARTICIPAÇÃO
Art. 5º O Comitê Gestor Municipal será composto pelos membros nomeados em decreto do Poder Executivo Municipal, observada a composição prevista no art. 3º da Lei Municipal nº 395/2011.
§ 1º A representação do Poder Público Municipal observará o limite legal de 3 (três) representantes dos Departamentos Municipais ou das unidades administrativas correspondentes, indicados pelo Prefeito Municipal, cabendo a um deles exercer a Presidência do Comitê.
§ 2º A participação de representantes de entidades do comércio, indústria, serviços ou produção rural, bem como de entidades de apoio ou representativas das micro e pequenas empresas, do Sindicato dos Contabilistas e do SESCAP-PR, observará a existência dessas entidades no Município e a indicação formal de seus representantes, quando aplicável.
§ 3º Os suplentes substituirão os respectivos titulares em suas ausências, impedimentos ou afastamentos, na forma do decreto de nomeação.
§ 4º A função de membro do Comitê Gestor Municipal não será remunerada, sendo seu exercício considerado de relevante interesse público.
Art. 6º O mandato dos membros do Comitê Gestor Municipal será de 2 (dois) anos, contado da publicação do respectivo decreto de nomeação, permitida a recondução.
§ 1º Os representantes do Poder Público permanecerão no Comitê enquanto mantiverem a condição funcional ou a designação que fundamentou sua nomeação, sem prejuízo de substituição a qualquer tempo pelo Prefeito Municipal.
§ 2º Os representantes da sociedade civil poderão ser substituídos mediante solicitação formal da entidade representada e posterior nomeação por ato do Poder Executivo.
§ 3º O substituto completará o período restante do mandato do membro substituído.

§ 4º A perda da condição de representante, a renúncia, o falecimento ou a ausência injustificada nos termos deste Regimento implicará comunicação ao Prefeito Municipal ou à entidade representada para indicação de substituto.

Art. 7º Poderão participar das reuniões, sem direito a voto e sem serem computados para efeito de quórum, servidores, agentes públicos, representantes de instituições públicas ou privadas, especialistas, empreendedores ou convidados cuja presença seja considerada útil à discussão de temas específicos.

Parágrafo único. A participação de convidados será registrada em ata e não importará em alteração da composição formal do Comitê Gestor Municipal.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO INTERNA

Art. 8º O Comitê Gestor Municipal terá a seguinte organização interna:

I - Plenário;

II - Presidência;

III - Secretaria Executiva;

IV - Agente de Desenvolvimento; e

V - Grupos de Trabalho, quando instituídos.

Seção I

Do Plenário

Art. 9º O Plenário é a instância máxima de discussão e deliberação interna do Comitê Gestor Municipal, composto pelos membros titulares nomeados por decreto e, na ausência destes, pelos respectivos suplentes.

Parágrafo único. Compete ao Plenário:

I - Aprovar o plano de ação anual do Comitê;

II - Deliberar sobre recomendações, propostas, relatórios e encaminhamentos;

III - aprovar a criação de grupos de trabalho;

IV - Acompanhar a execução das ações pactuadas;

V - Avaliar resultados e propor ajustes nas políticas e procedimentos municipais relacionados às microempresas e empresas de pequeno porte;

VI - Aprovar alterações deste Regimento Interno; e

VII - decidir sobre casos omissos, observada a legislação vigente.

Seção II

Da Presidência

Art. 10. A Presidência do Comitê Gestor Municipal será exercida pelo representante titular do Departamento Municipal de Administração e Planejamento formalmente designado no decreto de nomeação.

Art. 11. Compete à Presidência:

I - Representar o Comitê Gestor Municipal perante os órgãos e entidades públicas e privadas;

II - Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias;

III - definir, com apoio da Secretaria Executiva, a pauta das reuniões;

IV - Dirigir os trabalhos, ordenar os debates, conceder a palavra, submeter matérias à votação e proclamar os resultados;

V - Exercer voto ordinário e, em caso de empate, voto de qualidade;

VI - Encaminhar ao Prefeito Municipal, aos departamentos competentes ou às entidades parceiras as recomendações, relatórios e propostas aprovadas pelo Comitê;

VII - articular-se com o Agente de Desenvolvimento e supervisionar, juntamente com o Plenário, a execução das ações definidas pelo Comitê;

VIII - solicitar informações, estudos ou manifestações técnicas necessárias ao cumprimento das atribuições do Comitê; e

IX - Praticar os demais atos necessários ao regular funcionamento do Comitê.

Parágrafo único. Nas ausências ou impedimentos do Presidente, a presidência dos trabalhos será exercida por seu suplente ou por outro membro do Poder Público Municipal previamente indicado pelo Prefeito Municipal, nos termos do Decreto Municipal nº 138/2026.

Seção III

Da Secretaria Executiva

Art. 12. A Secretaria Executiva do Comitê Gestor Municipal será exercida pelo Agente de Desenvolvimento formalmente designado pelo Município, com o apoio administrativo da Sala do Empreendedor e do Departamento Municipal de Administração e Planejamento.

§ 1º Na ausência ou impedimento do titular, a Secretaria Executiva será exercida por servidor designado pela autoridade administrativa competente.

§ 2º O exercício da Secretaria Executiva não confere direito a voto quando seu titular não estiver atuando como membro titular ou em substituição formal a membro titular do Comitê.

§ 3º O exercício da Secretaria Executiva não será remunerado, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 13. Compete à Secretaria Executiva:

I - Organizar a pauta, a convocação e os documentos de apoio das reuniões;

II - Lavrar, colher assinaturas e arquivar as atas das reuniões;

III - manter registro atualizado dos membros titulares, suplentes, convidados e grupos de trabalho;

IV - Controlar a tramitação dos encaminhamentos e providências aprovadas pelo Comitê;

V - Organizar arquivo físico ou digital com resoluções, recomendações, relatórios, planos de ação e demais documentos produzidos;

VI - Prestar apoio administrativo à Presidência e aos membros do Comitê;

VII - elaborar minutas de documentos, relatórios e expedientes, quando solicitado;

VIII - manter controle das frequências e justificativas de ausência dos membros;

IX - Auxiliar na elaboração e no acompanhamento do plano de ação anual; e

X - Executar outras atividades correlatas determinadas pelo Plenário ou pela Presidência.

Seção IV

Do Agente de Desenvolvimento

Art. 14. A função de Agente de Desenvolvimento será exercida pela pessoa formalmente designada em ato administrativo próprio, observadas a Lei Municipal nº 395/2011, a Lei Complementar Federal nº 123/2006 e as demais normas aplicáveis.

§ 1º O Agente de Desenvolvimento atuará sob a supervisão do Comitê Gestor Municipal, em articulação com a Sala do Empreendedor e os órgãos da Administração Municipal, em consonância com as ações públicas de promoção do desenvolvimento local e regional.

§ 2º São atribuições do Agente de Desenvolvimento, sem prejuízo das definidas em ato administrativo próprio:

I - Apoiar a implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no âmbito municipal;

II - Articular ações com órgãos municipais, entidades de apoio, associações, instituições financeiras, Sebrae, cooperativas de crédito e demais parceiros;

III - apoiar iniciativas de formalização, orientação, capacitação e atendimento aos empreendedores locais;

IV - Acompanhar demandas da Sala do Empreendedor relacionadas à política municipal de apoio às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais;

V - Propor ações voltadas à simplificação, inovação, compras públicas, acesso a mercados e desenvolvimento econômico local; e

VI - Apresentar ao Comitê relatórios ou informações sobre as ações executadas, quando solicitado.

Seção V

Dos Grupos de Trabalho

Art. 15. O Comitê poderá instituir Grupos de Trabalho temporários para estudar, propor ou acompanhar temas específicos relacionados às suas competências.

§ 1º O ato de criação do Grupo de Trabalho indicará seu objetivo, membros, coordenação, prazo de funcionamento e produto esperado.

§ 2º Poderão participar dos Grupos de Trabalho servidores públicos, representantes de entidades e convidados com conhecimento técnico sobre o tema, sem alteração da composição formal do Comitê.

CAPÍTULO V

DAS REUNIÕES

Art. 16. O Comitê Gestor Municipal reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez a cada trimestre, e extraordinariamente sempre que convocado pela Presidência ou por solicitação justificada da maioria dos seus membros titulares.

§ 1º As reuniões poderão ser presenciais, virtuais ou híbridas, conforme definido na convocação.

§ 2º A convocação das reuniões ordinárias será encaminhada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, contendo data, horário, local ou meio de acesso, pauta e documentos necessários.

§ 3º As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, admitida convocação em prazo menor nos casos de urgência devidamente justificada.
Art. 17. O quórum de instalação das reuniões será de maioria absoluta dos membros com direito a voto.
§ 1º Para efeito de quórum, o suplente será computado somente quando estiver substituindo o respectivo titular.
§ 2º Não alcançado o quórum, a reunião será registrada e novamente convocada pela Presidência.
Art. 18. As deliberações serão tomadas por maioria simples dos membros presentes com direito a voto, cabendo à Presidência o voto de qualidade em caso de empate.
Art. 19. O membro titular impedido de participar deverá comunicar sua ausência à Secretaria Executiva e, quando houver suplente, solicitar sua participação.
Parágrafo único. A ausência não justificada a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas poderá ensejar comunicação à autoridade ou entidade responsável pela indicação, para avaliação de substituição.
Art. 20. As reuniões serão registradas em ata, da qual constarão, no mínimo:
I - Data, horário, local ou meio de realização;
II - Relação dos membros presentes, ausentes e convidados;
III - pauta discutida;
IV - Síntese das manifestações relevantes;
V - Deliberações, encaminhamentos, responsáveis e prazos;
VI - Resultados de votações, quando houver; e
VII - assinatura da Presidência, da Secretaria Executiva e dos membros presentes, admitida assinatura eletrônica quando disponível.

CAPÍTULO VI
DOS ATOS, ENCAMINHAMENTOS E DOCUMENTOS

Art. 21. O Comitê Gestor Municipal poderá emitir, conforme a natureza da matéria:
I - Resoluções internas, para disciplinar assuntos de sua organização e funcionamento;
II - Recomendações, para sugerir providências administrativas, programas, melhorias de procedimentos ou medidas de apoio às microempresas e empresas de pequeno porte;
III - relatórios, para registrar diagnóstico, acompanhamento, avaliação ou resultados de ações;
IV - Pareceres ou manifestações técnicas, quando solicitados pelo Prefeito Municipal ou por órgãos municipais competentes; e
V - Propostas de minutas normativas, quando necessária a edição de decreto, portaria, instrução ou outro ato administrativo.
§ 1º Os atos do Comitê não poderão criar obrigações, despesas, renúncias fiscais, sanções ou procedimentos vinculantes para terceiros sem a observância do devido processo legal e sem a edição do ato administrativo competente pela autoridade responsável.
§ 2º As propostas que dependam de decisão do Poder Executivo serão encaminhadas ao Gabinete do Prefeito Municipal, acompanhadas da justificativa e, quando possível, da minuta do ato correspondente.
Art. 22. O Comitê poderá aprovar plano de ação anual contendo objetivos, ações prioritárias, responsáveis, prazos, parceiros e indicadores de acompanhamento.
Parágrafo único. O plano de ação poderá contemplar, entre outras iniciativas, formalização de empreendedores, simplificação de procedimentos, capacitações, compras governamentais, inovação, acesso a crédito, regularização empresarial, atendimento ao MEI e fortalecimento da Sala do Empreendedor.

CAPÍTULO VII
DA TRANSPARÊNCIA, DO ARQUIVO E DA PUBLICIDADE

Art. 23. Os documentos produzidos pelo Comitê Gestor Municipal deverão ser organizados pela Secretaria Executiva, preferencialmente em meio digital, garantindo-se sua localização, autenticidade e conservação.
Art. 24. As resoluções, atas aprovadas, recomendações, planos de ação e relatórios do Comitê serão divulgados no Portal da Transparência ou nos meios oficiais do Município, ressalvadas as informações protegidas por sigilo legal, fiscal ou comercial e pela legislação de proteção de dados pessoais.
Art. 25. A publicidade dos atos do Comitê observará linguagem clara, acessível e orientativa, priorizando a transparência, a prestação de contas e a difusão de informações úteis aos empreendedores locais.

CAPÍTULO VIII
DOS IMPEDIMENTOS, DOS CONFLITOS DE INTERESSE E DA CONDUTA

Art. 26. O membro do Comitê deverá declarar impedimento ou suspeição quando possuir interesse particular direto, de natureza pessoal, profissional, empresarial ou familiar, em matéria submetida à discussão ou deliberação.
§ 1º O exercício regular da representação institucional para a qual o membro foi nomeado não configura, por si só, impedimento ou suspeição.
§ 2º Declarado o impedimento, o membro poderá prestar esclarecimentos técnicos, se solicitado, mas não participará da votação da matéria.
§ 3º A declaração de impedimento ou suspeição será registrada em ata.
Art. 27. Os membros deverão atuar com urbanidade, boa-fé, colaboração, respeito institucional, transparência, responsabilidade e compromisso com o interesse público e o desenvolvimento local.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. As alterações deste Regimento Interno poderão ser propostas pela Presidência ou por, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros titulares, devendo ser aprovadas pela maioria absoluta dos membros com direito a voto.
Art. 29. Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do Comitê Gestor Municipal, observadas a Lei Municipal nº 395/2011, a Lei Complementar Federal nº 123/2006, o decreto municipal de nomeação e as demais normas aplicáveis.
Art. 30. Este Regimento Interno entra em vigor na data de publicação da resolução que o aprovar.

Honório Serpa/PR, 31 de julho de 2026.

LUCIO DIEGO GUERRA
Presidente do Comitê Gestor Municipal

MARCIANE BORGES DE CAMARGO
Secretaria Executiva
Membros Presentes Conforme Lista de Presença Anexa.

Publicado por:
Elessandra de Oliveira
Código Identificador:EF0B374B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 28, DE 31 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 28, DE 31 DE JULHO DE 2026.

SÚMULA: Designa o gestor e o fiscal do Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2026, celebrado entre o Município de Honório Serpa e a APAE de Honório Serpa.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA, Estado do Paraná, **JOÃO CARLOS GARBIN**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, especialmente as disposições relativas à gestão, ao monitoramento e à avaliação das parcerias;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 175, de 22 de agosto de 2018, especialmente o art. 6º, inciso I;
CONSIDERANDO a Portaria Municipal nº 61, de 16 de outubro de 2025, que designou a Comissão de Monitoramento e Avaliação;
CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 1305/2026, a Inexigibilidade de Chamamento Público nº 04/2026, o Plano de Trabalho e o Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2026, celebrado com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Honório Serpa - APAE;
RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **MARIAZINHA DE FATIMA HENNERICH CRISTOFOLI**, matrícula funcional nº **1957422**, ocupante do cargo de Diretora do Departamento Municipal de

Educação Cultura e Esporte, para exercer a função de **GESTORA** do Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2026.
Parágrafo único. Compete ao gestor da parceria:
I - Acompanhar a execução integral do Acordo e do Plano de Trabalho, coordenando as atividades de gestão e articulação entre o Município e a APAE;
II - Verificar a compatibilidade das rotas, atividades e resultados com o objeto e com as metas pactuadas;
III - acompanhar os relatórios, registros, ocorrências e providências apresentadas pelo fiscal, pelo Setor de Frotas, pela Comissão de Monitoramento e Avaliação e pela APAE;
IV - Solicitar documentos, esclarecimentos, correções e providências necessárias à regular execução da parceria;
V - Comunicar à autoridade competente irregularidades, riscos, descumprimentos, necessidade de suspensão ou rescisão e fatos que demandem providências administrativas; e
VI - Elaborar ou coordenar a elaboração dos relatórios de acompanhamento e demais registros exigidos pela Lei Federal nº 13.019/2014, pelo Decreto Municipal nº 175/2018 e pelo instrumento da parceria.
Art. 2º Designar o servidor **CLAUDIO LUIZ CHIAVAGATTI**, matrícula funcional nº1752301, ocupante do cargo de **PROF. LICENCIATURA PLENA,** para exercer a função de FISCAL do Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2026.
Parágrafo único. Compete ao fiscal da parceria:
I - fiscalizar presencial e documentalmente a execução do objeto, verificando rotas, horários, finalidades, passageiros, autorizações e conformidade com o Plano de Trabalho;
II - conferir o diário de bordo, a quilometragem, os registros de abastecimento, manutenção, vistorias, checklists, listas de presença e relatórios de utilização;
III - acompanhar as condições de segurança, acessibilidade, conservação e regularidade documental do veículo, bem como a habilitação e a jornada do motorista designado;
IV - registrar ocorrências, sinistros, multas, avarias, desvios de rota, uso indevido, interrupções e demais fatos relevantes, comunicando-os imediatamente ao gestor;
V - emitir relatórios periódicos de fiscalização e solicitar correções operacionais, sem alterar unilateralmente o objeto, as metas ou as obrigações pactuadas; e
VI - prestar informações ao gestor, à Comissão de Monitoramento e Avaliação, ao Controle Interno e aos órgãos de controle, sempre que solicitado.
Art. 3º O gestor e o fiscal deverão atuar de forma coordenada, preservando a segregação das respectivas atribuições, e comunicar imediatamente eventual impedimento, conflito de interesses ou impossibilidade de exercício da função.
Art. 4º A Comissão de Monitoramento e Avaliação designada pela Portaria Municipal nº 61/2025 acompanhará e avaliará a execução da parceria, sem prejuízo das atribuições do gestor, do fiscal, do Setor de Frotas e dos órgãos de controle.
Art. 5º O exercício das funções previstas nesta Portaria não será remunerado, sendo considerado serviço público relevante.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e permanecerá vigente durante a execução, o encerramento e a análise final do Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2026, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa/PR, em 31 de julho de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elessandra de Oliveira
Código Identificador:F79CCD67

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 29, DE 31 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 29, DE 31 DE JULHO DE 2026.

SÚMULA: Designa a gestora e o fiscal do Termo de Fomento nº 05/2026, celebrado entre o Município de Honório Serpa e a APAE de Honório Serpa.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA, Estado do Paraná, **JOÃO CARLOS GARBIN**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, especialmente as disposições relativas à gestão, ao monitoramento e à avaliação das parcerias;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 175, de 22 de agosto de 2018, especialmente o art. 6º, inciso I;
CONSIDERANDO a Portaria Municipal nº 61, de 16 de outubro de 2025, que designou a Comissão de Monitoramento e Avaliação;
CONSIDERANDO a Inexigibilidade de Chamamento Público nº 07/2026 e o Termo de Fomento nº 05/2026, celebrado entre o Município de Honório Serpa e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Honório Serpa - APAE;
RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **MARIAZINHA DE FATIMA HENNERICH CRISTOFOLI**, matrícula funcional nº 1957422, ocupante do cargo de Diretora do Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esporte, para exercer a função de **GESTORA** do Termo de Fomento nº 05/2026, vinculado ao Processo Digital nº 1357/2026.
Parágrafo único. Compete à gestora da parceria:
I - Acompanhar e fiscalizar a execução integral do Termo de Fomento e do Plano de Trabalho, sem prejuízo da atuação auxiliar do fiscal designado nesta Portaria, coordenando as atividades de gestão e articulação entre o Município e a APAE;
II - Verificar a compatibilidade das aquisições, dos serviços, das atividades e dos resultados com o objeto, as metas, as rubricas e o cronograma pactuados;
III - acompanhar os relatórios, registros, ocorrências e providências apresentados pelo fiscal, pela Comissão de Monitoramento e Avaliação e pela APAE;
IV - Solicitar documentos, esclarecimentos, correções e providências necessárias à regular execução física e financeira da parceria;
V - Comunicar à autoridade competente irregularidades, riscos, descumprimentos, indícios de desvio de finalidade e fatos que demandem suspensão, glosa, restituição de valores, rescisão ou outras providências administrativas;
VI - Elaborar ou coordenar a elaboração dos relatórios de acompanhamento e emitir os pareceres técnicos de sua competência, inclusive o parecer técnico conclusivo da prestação de contas final, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Municipal nº 175/2018 e do instrumento da parceria; e
VII - disponibilizar os materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.
Art. 2º Designar o servidor **CLAUDIO LUIZ CHIAVAGATTI**, matrícula funcional nº 1752301, ocupante do cargo de **PROF. LICENCIATURA PLENA**, para exercer a função de FISCAL do Termo de Fomento nº 05/2026, em apoio à gestora da parceria, vinculado ao Processo Digital nº 1357/2026.
Parágrafo único. Compete ao fiscal da parceria:
I - Fiscalizar presencial e documentalmente a execução do objeto, verificando a aquisição dos materiais, a realização dos serviços e a conformidade com o Plano de Trabalho e o Plano de Aplicação aprovados;
II - Conferir notas fiscais, relatórios de execução, registros fotográficos, cotações e demais documentos relacionados às aquisições e aos serviços, sem prejuízo das competências do setor contábil e da análise da prestação de contas;
III - acompanhar as condições, quantidades e características dos materiais adquiridos e dos serviços executados, especialmente as intervenções de manutenção, conservação, segurança e acessibilidade na Escola de Educação Básica Irmã Maria Hildegunda Röhm;
IV - Registrar atrasos, entregas em desconformidade, serviços incompletos, danos, alterações não autorizadas, ausência de documentos e demais fatos relevantes, comunicando-os imediatamente à gestora;
V - Emitir relatórios periódicos de fiscalização e solicitar correções operacionais, sem alterar unilateralmente o objeto, as metas, as rubricas ou as obrigações pactuadas; e

VI - Prestar informações à gestora, à Comissão de Monitoramento e Avaliação, ao Controle Interno e aos órgãos de controle, sempre que solicitado.
Art. 3º A gestora e o fiscal deverão atuar de forma coordenada, preservando a segregação das respectivas atribuições, e comunicar imediatamente eventual impedimento, conflito de interesses ou impossibilidade de exercício da função.
Art. 4º A Comissão de Monitoramento e Avaliação designada pela Portaria Municipal nº 61/2025 acompanhará e avaliará a execução da parceria, sem prejuízo das atribuições da gestora, do fiscal e dos órgãos de controle.
Art. 5º O exercício das funções previstas nesta Portaria não será remunerado, sendo considerado serviço público relevante.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e permanecerá vigente durante a execução, o encerramento e a análise final do Termo de Fomento nº 05/2026, vinculado ao Processo Digital nº 1357/2026, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa/PR, em 31 de julho de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elessandra de Oliveira
Código Identificador:64D50453

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 30, DE 31 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 30, DE 31 DE JULHO DE 2026.

SÚMULA: Designa a gestora e o fiscal do Termo de Fomento nº 03/2026, celebrado entre o Município de Honório Serpa e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Honório Serpa – APAE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA, Estado do Paraná, **JOÃO CARLOS GARBIN**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, especialmente as disposições relativas à gestão, ao monitoramento e à avaliação das parcerias;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 175, de 22 de agosto de 2018, especialmente o art. 6º, inciso I;
CONSIDERANDO a Portaria Municipal nº 61, de 16 de outubro de 2025, que designou a Comissão de Monitoramento e Avaliação;
CONSIDERANDO a Inexigibilidade de Chamamento Público nº 05/2026 e o Termo de Fomento nº 03/2026, celebrado em 28 de julho de 2026 com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Honório Serpa – APAE;
RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **MARIAZINHA DE FATIMA HENNERICH CRISTOFOLI**, matrícula funcional nº 1957422, ocupante do cargo de Diretora do Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esporte, para exercer a função de **GESTORA** do Termo de Fomento nº 03/2026, vinculado ao Processo Digital nº 1357/2026.
Parágrafo único. Compete ao gestor da parceria:
I - acompanhar a execução integral do Termo de Fomento e do Plano de Trabalho, coordenando as atividades de gestão e articulação entre o Município e a APAE;
II - verificar a compatibilidade das aquisições, dos serviços, das atividades e dos resultados com o objeto, as metas, as rubricas e o cronograma pactuados;
III - acompanhar os relatórios, registros, ocorrências e providências apresentados pelo fiscal, pela Comissão de Monitoramento e Avaliação e pela APAE;
IV - solicitar documentos, esclarecimentos, correções e providências necessárias à regular execução física e financeira da parceria;
V - comunicar à autoridade competente irregularidades, riscos, descumprimentos, indícios de desvio de finalidade e fatos que demandem suspensão, glosa, restituição de valores, rescisão ou outras providências administrativas; e
VI - elaborar ou coordenar a elaboração dos relatórios de acompanhamento e emitir os pareceres técnicos de sua competência, inclusive o parecer técnico conclusivo da prestação de contas final, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Municipal nº 175/2018 e do instrumento da parceria.
Art. 2º Designar o servidor **CLAUDIO LUIZ CHIAVAGATTI**, matrícula funcional nº 1752301, ocupante do cargo de PROF. LICENCIATURA PLENA, para exercer a função de FISCAL do Termo de Fomento nº 03/2026, vinculado ao Processo Digital nº 1357/2026.
Parágrafo único. Compete ao fiscal da parceria:
I - fiscalizar presencial e documentalmente a execução do objeto, verificando a aquisição dos materiais, a realização dos serviços e a conformidade com o Plano de Trabalho e o Plano de Aplicação aprovados;
II - conferir notas fiscais, relatórios de execução, registros fotográficos, cotações e demais documentos relacionados às aquisições e aos serviços, sem prejuízo das competências do setor contábil e da análise da prestação de contas;
III - acompanhar as condições, quantidades e características dos materiais adquiridos e dos serviços executados, especialmente as intervenções de manutenção, conservação, segurança e acessibilidade na Escola de Educação Básica Irmã Maria Hildegunda Röhm;
IV - registrar atrasos, entregas em desconformidade, serviços incompletos, danos, alterações não autorizadas, ausência de documentos e demais fatos relevantes, comunicando-os imediatamente à gestora;
V - emitir relatórios periódicos de fiscalização e solicitar correções operacionais, sem alterar unilateralmente o objeto, as metas, as rubricas ou as obrigações pactuadas; e
VI - prestar informações à gestora, à Comissão de Monitoramento e Avaliação, ao Controle Interno e aos órgãos de controle, sempre que solicitado.
Art. 3º O gestor e o fiscal deverão atuar de forma coordenada, preservando a segregação das respectivas atribuições, e comunicar imediatamente eventual impedimento, conflito de interesses ou impossibilidade de exercício da função.
Art. 4º A Comissão de Monitoramento e Avaliação designada pela Portaria Municipal nº 61/2025 acompanhará e avaliará a execução da parceria, sem prejuízo das atribuições da gestora, do fiscal e dos órgãos de controle.
Art. 5º O exercício das funções previstas nesta Portaria não será remunerado, sendo considerado serviço público relevante.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e permanecerá vigente durante a execução, o encerramento e a análise final do Termo de Fomento nº 03/2026, vinculado ao Processo Digital nº 1357/2026, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa/PR, em 31 de julho de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elessandra de Oliveira
Código Identificador:13F5E166

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 31, DE 31 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 31, DE 31 DE JULHO DE 2026.

SÚMULA: Designa o gestor e o fiscal do Termo de Fomento nº 04/2026 celebrado entre o Município de Honório Serpa e a APAE de Honório Serpa.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA, Estado do Paraná, **JOÃO CARLOS GARBIN**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, especialmente as disposições relativas à gestão, ao monitoramento e à avaliação das parcerias;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 175, de 22 de agosto de 2018, especialmente o art. 6º, inciso I;

CONSIDERANDO a Portaria Municipal nº 61, de 16 de outubro de 2025, que designou a Comissão de Monitoramento e Avaliação;
CONSIDERANDO a Inexigibilidade de Chamamento Público nº 06/2026 e o Termo de Fomento nº 04/2026, celebrado em 28 de julho de 2026 com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Honório Serpa - APAE;
RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **MARIAZINHA DE FATIMA HENNERICH CRISTOFOLI**, matrícula funcional nº 1957422, ocupante do cargo de Diretora do Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esporte, para exercer a função de **GESTORA** do Termo de Fomento nº 04/2026, vinculado ao Processo Digital nº 1305/2026.
Parágrafo único. Compete ao gestor da parceria:
I - acompanhar a execução integral do Termo de Fomento e do Plano de Trabalho, coordenando as atividades de gestão e articulação entre o Município e a APAE;
II - verificar a compatibilidade das aquisições, dos serviços, das atividades e dos resultados com o objeto, as metas, as rubricas e o cronograma pactuados;
III - acompanhar os relatórios, registros, ocorrências e providências apresentados pelo fiscal, pela Comissão de Monitoramento e Avaliação e pela APAE;
IV - solicitar documentos, esclarecimentos, correções e providências necessárias à regular execução física e financeira da parceria;
V - comunicar à autoridade competente irregularidades, riscos, descumprimentos, indícios de desvio de finalidade e fatos que demandem suspensão, glosa, restituição de valores, rescisão ou outras providências administrativas; e
VI - elaborar ou coordenar a elaboração dos relatórios de acompanhamento e emitir os pareceres técnicos de sua competência, inclusive o parecer técnico conclusivo da prestação de contas final, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Municipal nº 175/2018 e do instrumento da parceria.
Art. 2º Designar o servidor **CLAUDIO LUIZ CHIAVAGATTI**, matrícula funcional nº 1752301, ocupante do cargo de PROF. LICENCIATURA PLENA, para exercer a função de FISCAL do Termo de Fomento nº 04/2026, vinculado ao Processo Digital nº 1305/2026.
Parágrafo único. Compete ao fiscal da parceria:
I - fiscalizar presencial e documentalmente a execução do objeto, verificando a aquisição dos materiais, a realização dos serviços e a conformidade com o Plano de Trabalho e o Plano de Aplicação aprovados;
II - conferir notas fiscais, relatórios de execução, registros fotográficos, cotações e demais documentos relacionados às aquisições e aos serviços, sem prejuízo das competências do setor contábil e da análise da prestação de contas;
III - acompanhar as condições, quantidades e características dos materiais adquiridos e dos serviços executados, especialmente as intervenções de manutenção, reforma, reforço, elevação e conservação do muro/estrutura frontal da Escola Irmã Maria Hildegunda Röhm;
IV - registrar atrasos, entregas em desconformidade, serviços incompletos, danos, alterações não autorizadas, ausência de documentos e demais fatos relevantes, comunicando-os imediatamente à gestora;
V - emitir relatórios periódicos de fiscalização e solicitar correções operacionais, sem alterar unilateralmente o objeto, as metas, as rubricas ou as obrigações pactuadas; e
VI - prestar informações à gestora, à Comissão de Monitoramento e Avaliação, ao Controle Interno e aos órgãos de controle, sempre que solicitado.
Art. 3º O gestor e o fiscal deverão atuar de forma coordenada, preservando a segregação das respectivas atribuições, e comunicar imediatamente eventual impedimento, conflito de interesses ou impossibilidade de exercício da função.
Art. 4º A Comissão de Monitoramento e Avaliação designada pela Portaria Municipal nº 61/2025 acompanhará e avaliará a execução da parceria, sem prejuízo das atribuições da gestora, do fiscal e dos órgãos de controle.
Art. 5º O exercício das funções previstas nesta Portaria não será remunerado, sendo considerado serviço público relevante.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e permanecerá vigente durante a execução, o encerramento e a análise final do Termo de Fomento nº 04/2026, vinculado ao Processo Digital nº 1305/2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa/PR, em 31 de julho de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elessandra de Oliveira
Código Identificador:FBD12849

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 32, DE 31 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 32, DE 31 DE JULHO DE 2026.

SÚMULA: Designa o gestor e o fiscal do Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2026, celebrado entre o Município de Honório Serpa e a Central das Associações de Produtores Rurais de Honório Serpa/PR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA, Estado do Paraná, **JOÃO CARLOS GARBIN**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, especialmente as disposições relativas à gestão, ao monitoramento e à avaliação das parcerias;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 175, de 22 de agosto de 2018, especialmente o art. 6º, inciso I;
CONSIDERANDO a Portaria Municipal nº 61, de 16 de outubro de 2025, que designou a Comissão de Monitoramento e Avaliação;
CONSIDERANDO a Inexigibilidade de Chamamento Público nº 08/2026 e o Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2026, celebrado com a Central das Associações de Produtores Rurais de Honório Serpa/PR;
RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor **JOELCIO FALEIRO DE AZEREDO**, matrícula funcional nº 1957196, para exercer a função de GESTOR do Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2026.
Parágrafo único. Compete ao gestor da parceria:
I - Acompanhar a execução integral do Acordo e do Plano de Trabalho, coordenando as atividades de gestão e a articulação entre o Município e a CENTRAL;
II - Verificar a compatibilidade da utilização das máquinas e dos equipamentos agrícolas com o objeto, as finalidades públicas e as obrigações pactuadas;
III - acompanhar os relatórios de utilização, os registros de manutenção, as ocorrências e as providências apresentadas pelo fiscal, pela Comissão de Monitoramento e Avaliação e pela CENTRAL;
IV - Solicitar documentos, esclarecimentos, correções e providências necessárias à regular execução da parceria e à preservação dos bens públicos cedidos;
V - Comunicar à autoridade competente irregularidades, riscos, descumprimentos, uso indevido, desvio de finalidade, necessidade de recolhimento dos bens, suspensão ou rescisão e demais fatos que demandem providências administrativas; e
VI - Elaborar ou coordenar a elaboração dos relatórios de acompanhamento e demais registros exigidos pela Lei Federal nº 13.019/2014, pelo Decreto Municipal nº 175/2018 e pelo instrumento da parceria.
Art. 2º Designar o servidor **ROQUE BREZOLIN**, matrícula funcional nº 1957195, para exercer a função de FISCAL do Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2026.
Parágrafo único. Compete ao fiscal da parceria:
I - Fiscalizar presencial e documentalmente a execução do objeto, verificando a utilização, a guarda, a conservação, a manutenção, a segurança e a destinação das máquinas e dos equipamentos agrícolas cedidos, em conformidade com o Acordo e o Plano de Trabalho;
II - Conferir as planilhas e os registros de utilização, os horímetros, os serviços executados, os produtores, associações e localidades atendidos, os operadores responsáveis, o consumo de combustível e os comprovantes de manutenção;

III - acompanhar as condições de funcionamento e segurança dos equipamentos, a habilitação e a capacitação dos operadores, o uso de equipamentos de proteção individual e a realização das vistorias inicial, periódicas e final;
IV - Registrar avarias, acidentes, falhas, paralisações, uso indevido, desvio de finalidade, ausência de manutenção, transferência irregular da posse e demais ocorrências relevantes, comunicando-as imediatamente ao gestor;
V - Emitir relatórios periódicos de fiscalização e solicitar correções operacionais, inclusive a suspensão do uso quando houver risco às pessoas ou ao patrimônio público, sem alterar unilateralmente o objeto ou as obrigações pactuadas; e
VI - Prestar informações ao gestor, à Comissão de Monitoramento e Avaliação, ao Controle Interno e aos órgãos de controle, sempre que solicitado.
Art. 3º O gestor e o fiscal deverão atuar de forma coordenada, preservando a segregação das respectivas atribuições, e comunicar imediatamente eventual impedimento, conflito de interesses ou impossibilidade de exercício da função.
Art. 4º A Comissão de Monitoramento e Avaliação designada pela Portaria Municipal nº 61/2025 acompanhará e avaliará a execução da parceria, sem prejuízo das atribuições do gestor, do fiscal, do Departamento Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente e dos órgãos de controle.
Art. 5º O exercício das funções previstas nesta Portaria não será remunerado, sendo considerado serviço público relevante.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e permanecerá vigente durante a execução, o encerramento e a análise final do Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2026, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa/PR, em 31 de julho de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elessandra de Oliveira
Código Identificador:38E666CC

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO N° 155/2026

DECRETO nº 155/2026

SÚMULA: Abertura de Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício Financeiro de 2026.

A Câmara Municipal de Honório Serpa, aprovou e eu, Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e com base na Lei nº 1081 de 11/12/2025;
Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município para o exercício de 2026, crédito Suplementar no valor de **R$ 100.000,00** (Cem mil reais) para as dotações consignadas no orçamento vigente:

	Órgão: 15 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE VIAÇÃO			
	Unidade: 1 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE VIAÇÃO			
	Ação: 2053 – MANUT. DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE VIAÇÃO			**Funcional: 0026.0782.0004**
	Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**VALOR**
	211	33903000000000000 – Material de Consumo	1504	100.000,00
	Total Ação			**100.000,00**
TOTAL GERAL				**100.000,00**

Art. 2º: Para cobertura do crédito a serem abertos no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos de Anulação de dotação vigente detalhado na sequência.

	Órgão: 15 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE VIAÇÃO			
	Unidade: 1 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE VIAÇÃO			
	Ação: 2053 – MANUT. DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE VIAÇÃO			**Funcional: 0026.0782.0004**
	Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**VALOR**
	215	33903900000000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1504	100.000,00
	Total Ação			**100.000,00**
TOTAL GERAL				**100.000,00**

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, em 31 de julho de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adilson Antonio Boller
Código Identificador:9DC7A138

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 36/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA
EXTRATO DO I TERMO ADITIVO

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n° 36/2025, referente à **Inexigibilidade de Licitação n° 10/2025**. **Contratante: MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA/PR; Contratada: denominada RECAPADORA MARRECAS LTDA**, estabelecida na Av. Natalino Faust, nº 610, Bairro Luther King, CEP 85.605-147, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 05.689.415/0001-38, neste ato representada por seu representante legal, ANDERSON ROCKEMBACH, inscrito no CPF sob o n° 015.061.349-04. O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo no saldo físico do quantitativo, bem como nos prazos de vigência e execução, passando os novos prazos de execução e vigência a vigorar com início em 06/08/2026 e término em 05/08/2027. Valor do aditivo: R$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais). As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas. Fundamento: Artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.

Honório Serpa, 31 de julho 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Indianara Patricia Brizola
Código Identificador:FE528295

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE REVOGAÇÃO-27

PORTARIA Nº 27/2026 DE 31 DE JULHO DE 2026.

Súmula: Dispõem sobre a Revogação da Portaria 73 de 24 de novembro de 2025.

O Prefeito Municipal de Honório Serpa, estado do Paraná, senhor **João Carlos Garbin**, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art 1º - Fica Revogado a Portaria nº 73 de 24 de novembro de 2025, que designava o Senhor **Armando Boggio**, para exercer a função de Coordenação e Gestão do Departamento Municipal de Assistência Social do Município de Honório Serpa-PR.

Art 2º - Este decreto entra em vigor no dia 31 de julho de 2026, e após sua publicação revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, aos 31 dias do mês de julho de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:3C1F50AB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO N.º 156/2026

Prefeitura Municipal de Iguaraçu
Rua Otávio Pedro da Silva, 294 - Centro - Fone: 44 3248-1222 - CEP: 86.750-000
CNPJ (MF): 75.772.525/0001-44 IGUARACU/PR
DECRETO N.º 156/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS e da outras providências.

O Prefeito Municipal de IGUARACU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe	
foram conferidas pela Lei nº 42/2025, de 23 de dezembro de 2025.	
DECRETA:	
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO -	
CONVÊNIOS/FUNDOS, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 38.346,00 , destinados ao reforço das seguintes	
Dotações Orçamentárias.	
Suplementação(ões)	
Órgão - 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
Unidade - 09001 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
Funcional - 27.812.0014.2064000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS NO MUNICIPIO	
Despesa - 642 - 339039 - 00876 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	38.346,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	38.346,00
Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o provável Excesso de Arrecadação	
verificado na(s) receita(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64:	
Receitas:	
172999010600000000 - 349 - Fundo Municipal Esporte Lazer Políticas Públicas	
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.	
Edifício da Prefeitura do Município de IGUARACU/PR, em 30 de julho de 2026	
CLÁUDIO APARECIDO BERNIN	
Prefeito Municipal	

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:9A2D322E

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 165/2026

PORTARIA Nº 165/2026

Súmula: Dispõe sobre o horário de funcionamento das repartições públicas do município de Iguaraçu e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, **CLAUDIO APARECIDO BERNIN**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de organização e padronização do funcionamento das repartições públicas municipais, objetivando atender melhor à população e otimizar os serviços prestados;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do horário ordinário de funcionamento das repartições públicas municipais;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 138/2026, que regulamenta o controle de frequência, a jornada de trabalho, o serviço extraordinário e o banco de horas no âmbito da Administração Pública Direta do Município de Iguaraçu;

RESOLVE

Art. 1º O horário de funcionamento das repartições públicas do Município de Iguaraçu será das **7h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00**, de segunda-feira a sexta-feira.

Art. 2º Excetuam-se do disposto no art. 1º os serviços essenciais de saúde e atendimento emergencial, especialmente as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) que operam em regime de 24 (vinte e quatro) horas, mantendo seu funcionamento ininterrupto para atendimento à população.

Art. 3º Permanecem ressalvados os serviços públicos que, em razão de sua natureza, possuam horário específico de funcionamento, regime de plantão, escala de trabalho ou necessidade de atendimento ininterrupto, especialmente os serviços essenciais de saúde e atendimento emergencial.

Art. 4º As jornadas especiais ou diferenciadas previstas em lei para determinados cargos, funções ou categorias profissionais permanecerão regidas pela respectiva legislação, não implicando o horário de funcionamento estabelecido nesta Portaria alteração da carga horária legalmente fixada para o respectivo cargo, devendo a organização dos horários ser compatibilizada, sempre que possível, com o horário de funcionamento das repartições públicas municipais.

Art. 5º O horário de funcionamento estabelecido nesta Portaria não impede, quando necessário ao interesse do serviço público, a adoção de escalas de revezamento, jornadas diferenciadas, regimes de plantão, turnos ininterruptos e horários especiais, bem como, excepcionalmente, a antecipação ou prorrogação da jornada e a prestação de serviço extraordinário, desde que observados os requisitos, limites, autorizações e procedimentos estabelecidos na legislação municipal e no Decreto nº 138/2026.

Art. 6º O controle de frequência e o registro da jornada dos servidores observarão as disposições estabelecidas no Decreto nº 138/2026 e nos atos complementares expedidos pela Administração Municipal.

Art. 7º Ficam expressamente revogadas a Portaria nº 001/2025, de 03 de janeiro de 2025, bem como sua respectiva Errata e demais disposições em contrário.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 31 de julho de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:0F0D8CAA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 174/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026 REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2026

O Município de Iguaraçu/PR, torna público a todos os interessados, que será realizado em **18/08/2026 às 09h00min,** abertura da sessão pública, referente ao Edital de **Pregão Eletrônico nº 035/2026**.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada dos itens remanescentes declarados desertos e fracassados no Pregão Eletrônico nº 029/2026, compreendendo pneus novos, câmaras de ar e protetores destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota oficial da Prefeitura Municipal de Iguaraçu/PR, abrangendo veículos leves, utilitários, ambulâncias, vans, ônibus escolares, caminhões, máquinas pesadas, tratores, implementos agrícolas e demais equipamentos pertencentes às Secretarias Municipais, conforme especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor Estimado: R$ 349.031,00 (trezentos e quarenta e nove mil e trinta e um reais).
O presente Edital estará à disposição dos interessados no Departamento de Licitação desta Prefeitura Municipal, no Portal da Transparência do Município https://www.iguaracu.pr.gov.br/ e no site da Plataforma **BLL COMPRAS** - www.bll.com.br.

Iguaraçu/PR, 31 de julho de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

ADRIANA ALVES SÉRGIO DRIUSSI
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:D181519C

SAAE- SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU
TERMO DE RATIFICAÇÃO COMPRA DIRETA Nº 013/2026

Ratifico a COMPRA DIRETA e autorizo a despesa e emissão de empenho para Aquisição de 01 (uma) motobomba nova, potência 10 HP, trifásico, tensão 220V, destinada ao Poço 01 da sede do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguaraçu/PR, em favor da empresa HIDROPARANÁ POÇOS ARTESIANOS LTDA, CNPJ nº 09.157.805/0001-18, sito a Avenida das Torres, 6417 – Parque Hortencia - cidade de Maringá/PR- CEP: 87.075-465, no valor de R$ 9.780,00 (nove mil, setecentos e oitenta reais), com fundamentos no Artigo 95, parágrafo 2º, da Lei n º 14.133/21. Em anexo as documentações legais da empresa proponente do menor valor, para comprovação.

IGUARAÇU/PR, 31/07/2026

MÁRCIO MAGALHÃES TITATO
Superintendente SAAE

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:E8EDEE6D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
RESOLUÇÃO 136/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS Amcespar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE,

Art. 1º - NOMEAR, por tempo determinado, contratação por meio de Processo Seletivo Simplificado – PSS - EDITAL 001/2025, para suprir a função pública temporária de AUXILIAR EM SERVIÇOS GERAIS, a Sra. JACIRA PEREIRA MACHADO portadora do CPF 005.521.109-73, ficando em 3º lugar desse objeto, subsídio de R$ 2.722,60 (Dois mil, setecentos e vinte e dois reais e sessenta centavos), a partir da data de 03 de agosto de 2026.
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor após a sua publicação.

Irati, 31 de julho de 2026.

BERTOLDO ROVER
Presidente CIS Amcespar

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:09BD8DAD

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
RESOLUÇÃO 137/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS Amcespar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS para ROSENILDA DA APARECIDA ALVES DOS SANTOS, durante o período de 03/08/2026 à 17/08/2026.

Art. 2º - Considera-se como período aquisitivo de férias, abril de 2025 a março de 2026 para o gozo de férias supramencionado.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições contrárias.

Irati, 31 de julho de 2026.

BERTOLDO ROVER
Presidente CIS AMCESPAR

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:1F944D1A

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
RESOLUÇÃO 138/2026

SÚMULA: Regulamenta a concessão de diárias para os empregados do Consórcio Intermunicipal de Saúde da região AMCESPAR e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da região AMCESPAR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Regulamentar a concessão de diárias para os empregados do Consórcio Intermunicipal de Saúde da região AMCESPAR.

Art. 2º - A concessão de diárias se dará da seguinte forma:
Quando da concessão da diária para a Direção Técnica e Administrativa: Deverá ser apresentada solicitação por escrito com documentação comprobatória do evento. A concessão será previamente autorizada pelo (a) Presidente objetivando custear as despesas de viagem e estadias, para desempenho de atividades em caráter eventual e transitório e em razão de serviço, para localidade diversa de sua sede de circunscrição.
Quando da concessão da diária para outros empregados: Deverá ser apresentada solicitação por escrito com documentação comprobatória do evento. A concessão será previamente autorizada pelo (a) Direção Técnica e Administrativa objetivando custear as despesas de viagem e estadias, para desempenho de atividades em caráter eventual e transitório e em razão de serviço, para localidade diversa de sua sede de circunscrição.
Art. 3º - As diárias serão concedidas de acordo com o interesse público, observados os deveres próprios dos cargos, para cobrir despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbano nos limites da cidade de destino.
Parágrafo Único: para concessão será observado o tempo de permanência fora do município de origem.
Art. 4º - Ficam fixados os valores das diárias dos empregados do Consórcio, seguindo o disposto no art. 37, inciso XI da Constituição Federal, conforme Tabelas definidas no Anexo I desta Resolução.
§ 1º - No caso de diárias com pernoite, o pagamento deverá ser reduzido à metade, quando a hospedagem for custeada por órgão ou entidade promotora de eventos.
§ 2º - Será considerado pernoite, para fins de recebimento integral da diária, quando os empregados pernoitarem na cidade de destino.
Art. 5º - Os valores das diárias serão reajustados pelo INPC - Índice Nacional de Preços ou IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, dos últimos doze meses, por meio de Resolução.
Art. 6º - Não havendo veículo oficial disponível poderá haver o custeio de passagens, desde que precedido de processo licitatório.
Art. 7º - O ato de concessão, emitido após autorização do (a) Presidente deverá conter:
I – nome do servidor, matrícula, cargo, emprego ou função do servidor;
II – objetivo da viagem;
III – origem e destino;
III – quilometragem aproximada;
IV – meio de transporte;
V – data do início da viagem;

VI – data do retorno da viagem;
VII – quantidade de diárias;
VIII – valor.

§ 1º - A diária será paga antes do início da viagem e de uma só vez, cujo valor será depositado na respectiva conta do servidor.
§ 2º - O pagamento das diárias que se estenderem por tempo superior ao previsto deve estar acompanhado da autorização da prorrogação, concedida pelo Presidente ou Direção Técnica e Administrativa, conforme Art 2º.
§ 3º - As despesas com pernoite, alimentação e locomoção de agente que permanecer no local de destino após o término do período autorizado, serão por ele custeadas.
§ 4º - É vedada a concessão de indenizações, após a realização do evento que deu origem ao pedido.
Art. 8º - A autorização para concessão de diárias pressupõe obrigatoriamente:
I - Compatibilidade dos motivos do deslocamento com o interesse público;
II - Compatibilidade do motivo do deslocamento com as atribuições do cargo.
§ 1º - Em caso de cancelamento da viagem e/ ou retorno antecipado do previsto, os valores correspondentes às diárias deverão ser restituídos no prazo de 5 (cinco) dias, com a devida justificativa.
§ 2º - Na hipótese de o beneficiário da diária não proceder de oficio à restituição, a Administração procederá ao desconto do valor respectivo em folha de pagamento, acrescido de juros e correção monetária.
Art. 9º - O beneficiário deverá apresentar ao Departamento de Pessoal, em até 2 (dois) dias do retorno:
I - Relatório das atividades desenvolvidas;
II - Documento que comprove a participação no evento que motivou a viagem, se for o caso.
Art. 10 - Não serão concedidas diárias à pessoa que não seja agente púbico do órgão concedente, salvo o caso de servidor cedido.
Art. 11 – Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Irati, 03 de agosto de 2026.

BERTOLDO ROVER
Presidente
CIS AMCESPAR

ANEXO I
TABELAS DE DIÁRIAS 2026/2027

DIÁRIA PARA CAPITAIS		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**
1	DIÁRIA COMPLETA COM ALIMENTAÇÃO, DESLOCAMENTO E PERNOITE	**R$ 298,14**
2	DIARIA SEM PERNOITE	**R$ 89,80**

DIÁRIA PARA DEMAIS CIDADES		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**
3	DIÁRIA COMPLETA COM ALIMENTAÇÃO, DESLOCAMENTO E PERNOITE	**R$ 238,47**
4	**DIÁRIAS SEM PERNOITE CONSIDERANDO A DISTÂNCIA DE IRATI ATÉ:**	
4.1	ATÉ 80 KM	**R$ 47,68**
4.2	DE 80 KM. A 200 KM	**R$ 71,54**
4.3	ACIMA DE 200 KM	**R$ 119,24**

DIÁRIA PARA BRASÍLIA E EXTERIOR		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**
5	DIÁRIA COMPLETA COM ALIMENTAÇÃO, DESLOCAMENTO E PERNOITE	**R$ 954,13**
6	* NÃO HÁ PREVISÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS PARA VIAGEM AO EXTERIOR	**R$ 0,00**

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:A3164F3B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 166/2026

HOMOLOGA E ADJUDICA O JULGAMENTO PROFERIDO PELO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO SOBRE PROPOSTAS APRESENTADAS A CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 026/2026.

O Prefeito Municipal de Iporã-PR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela pregoeira e equipe de apoio sobre propostas apresentadas no Concorrência Eletrônica nº 026/2026, objetivando a execução referente ao contrato de Prestação de Serviços n.º 4110607/2023 - Programa CPP Múltipla - Itaipu 2023 - 1º lote - Atividades Gerais do Plano de Ação, nos telhados e coberturas dos prédios públicos conforme especificações e localização no certame. Comtemplando o Fornecimento dos Projetos Técnicos e Executivos, documentos complementares e ART, materiais, equipamentos e serviços para instalação do sistema de geração de energia solar fotovoltaico on grid homologado e comissionado pelo órgão competente, compreendendo a elaboração do projeto executivo, a aprovação deste junto à concessionária de energia, neste caso a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), o fornecimento, montagem, comissionamento e ativação de todos os equipamentos e materiais, o treinamento e suporte técnico de acordo com as especificações deste termo de referência, tendo sido declaradas vencedoras as empresas abaixo especificadas, nos termos da ata anexada no referido processo:

FORNECEDOR	**VALOR TOTAL**
PURE ENGENHARIA LTDA	R$919.000,00

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iporã-PR, 31 de julho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:4278AD79

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052/2026

Processo Administrativo nº 058/2026 - Dispensa de Licitação nº 011/2026
Contratante: Município de Iporã – PR.
Contratada: Instituto Omni, inscrito no CNPJ nº 48.956.604/0001-32.
Objeto do Aditivo: Acréscimo quantitativo de 25% ao Contrato Administrativo nº 052/2026, referente à contratação de empresa especializada para organização, planejamento e execução integral de concurso público destinado ao provimento de cargos efetivos da Prefeitura Municipal de Iporã/PR, compreendendo a execução dos serviços complementares necessários ao atendimento das demandas surgidas durante o desenvolvimento do certame.
Valor do Acréscimo: R$ 14.250,00 (quatorze mil, duzentos e cinquenta reais).
Valor Global do Contrato: Passa de R$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais) para R$ 71.250,00 (setenta e um mil, duzentos e cinquenta reais).
Fundamento Legal: Artigos 124, inciso I, alínea "b", e 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 052/2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:DD89960D

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1206/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA EDNA RIBEIRO CABRAL OLIVEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 28 de julho de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **EDNA RIBEIRO CABRAL OLIVEIRA,** brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob nº. 309.xxx.xxx-01, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, ocupante do Cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – CLINICA DA MULHER**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 28 de julho de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 31 de julho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:EA0F823E

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1207/2026

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA SIMONE FERREIRA DE OLIVEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao protocolo e-437/2026.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS**, a servidora **SIMONE FERREIRA DE OLIVEIRA**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 051.xxx.xxx-85, residente e domiciliada nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo Sênior, exercendo o cargo em comissão de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS,** lotada na Secretaria de Gestão da Administração, férias de 05 (cinco) dias referente ao período aquisitivo de 11/12/2018 à 10/12/2019 a contar de 03/08/2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 31 de julho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:A17726BE

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1208/2026

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA CLEONICE DE FATIMA TONIN ZANOTTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.**

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao memorando 2078/2026.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS**, a servidora **CLEONICE DE FATIMA TONIN ZANOTTO**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 025.xxx.xxx-78, residente e domiciliada nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, aprovado em Concurso Público para o cargo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde, férias de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 20/02/2024 à 19/02/2025 a contar de 03/08/2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 31 de julho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:E5CB3157

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1209/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA ISABEL MARIA PEREIRA DE MELO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, a partir de 27 de julho de 2026, 04 (quatro) dias de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **ISABEL MARIA PEREIRA DE MELO,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 139.xxx.xxx-63, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, contratada através do contrato nº. 077/2025, aprovada em Processo Seletivo Simplificado, no cargo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 27 de julho de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 31 de julho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:C82CA10E

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1210/2026

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE AO SERVIDOR ANTONIO GOMES FERREIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em atendimento ao protocolo e-431/2026;

RESOLVE;

I - Conceder **ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**, a partir de 03 de agosto de 2026, no percentual de 40% (quarenta por cento) ao Servidor **ANTONIO GOMES FERREIRA**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº. 488.xxx.xxx-20, residente e domiciliado nesta cidade e comarca de Iporã – Paraná, no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, lotado na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 31 de julho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:1836D0CE

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1211/2026

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORA KAUANE DA CRUZ SIQUEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em atendimento ao protocolo e-428/2026;

RESOLVE;

I - Conceder **ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**, a partir de 03 de agosto de 2026, no percentual de 20% (vinte por cento) a Servidora **KAUANE DA CRUZ SIQUEIRA**, brasileira, inscrita no C.P.F. sob nº. 138.xxx.xxx-57, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, contratada através do contrato nº. 050/2026, aprovada em Processo Seletivo Simplificado, para o cargo de **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 31 de julho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:C82C5D76

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 550/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos aplicáveis,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica designado, em caráter interino, para responder pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, o servidor **RENAN BENEDITO RABELO DAIBS**, matrícula nº 5067334, até ulterior deliberação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto 753/2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 31 de JULHO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:0D623C84

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 082/2026

Dispõe sobre o fluxo processual, os requisitos de instrução e os procedimentos para o encaminhamento de solicitações de elaboração e análise de projetos de lei e decretos à Procuradoria-Geral.

O PROCURADOR-GERAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar, otimizar e conferir celeridade à tramitação dos processos administrativos voltados à elaboração e à análise jurídica de atos normativos;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade do uso do sistema eletrônico de gestão de processos (Sistema Oxy) na administração pública;

CONSIDERANDO a indispensabilidade de prévia e expressa autorização dos gestores e Secretários municipais para a deflagração de pedidos de elaboração ou alteração normativa;

CONSIDERANDO que se faz necessária a observância da ordem cronológica de recebimento das solicitações para assegurar os princípios da impessoalidade, da isonomia e da eficiência na atuação consultiva;

CONSIDERANDO que a adequada instrução dos pedidos normativos, acompanhada da devida justificativa e da minuta do texto pretendido, garante a eficiência e a qualidade da análise jurídico-legislativa;

RESOLVE:

Art. 1º. Esta Portaria estabelece os requisitos formais, as condições de procedibilidade e o fluxo interno para o encaminhamento de solicitações de elaboração, análise, revisão ou adequação de projetos de lei, decretos e portarias à Procuradoria-Geral/Assessoria Legislativa.

Art. 2º. O fluxo estabelecido nesta Portaria aplica-se a todas as Secretarias, órgãos e entidades da administração pública direta e indireta.

Art. 3º. Toda e qualquer solicitação de elaboração, alteração ou análise jurídica de projeto de lei ou decreto deve ser encaminhada, obrigatoriamente:

I - Subscrita e autorizada diretamente pelo Secretário da pasta interessada ou por autoridade de nível hierárquico equivalente;

II - Tramitada exclusivamente por meio do Sistema Oxy, para o Departamento de Assessoria Legislativa – 0006.

Parágrafo único. Não serão autuadas nem apreciadas solicitações sem a concordância expressa do titular da pasta, encaminhadas por meio físico (papel), correio eletrônico ou subscritas por diretores, chefes de setor ou demais servidores sem poder decisório correspondente.

Art. 4º. O processo no Sistema Oxy deverá ser instruído obrigatoriamente com os seguintes elementos:

I - Minuta inicial do texto do projeto de lei ou decreto que se pretende editar ou regulamentar;
II - Exposição de motivos ou justificativa técnica e administrativa, contendo a fundamentação sobre a oportunidade, a conveniência e o interesse público da medida;
III - Documentos e pareceres técnicos elaborados pelos setores competentes da Secretaria proponente que amparem a matéria a ser regulamentada.

Art. 5º. Recebido o processo no Sistema Oxy, a Procuradoria-Geral através da Assessoria Legislativa realizará a verificação preliminar do cumprimento dos requisitos formais dispostos nos artigos 3º e 4º desta Portaria.

Art. 6º. A inobservância do encaminhamento ou autorização pelo Secretário da pasta, a falta de tramitação pelo Sistema Oxy ou a ausência da minuta da norma e de sua justificativa ensejará a devolução imediata do processo ao órgão solicitante, para correção.

Art. 7º. Preenchidos todos os requisitos formais de instrução, o processo será distribuído entre os Procuradores Municipais efetivos de acordo com a temática apresentada, observando-se, rigorosamente, a ordem cronológica de recebimento.
Parágrafo único. A quebra da ordem cronológica somente ocorrerá em casos excepcionais de urgência ou relevância pública, mediante fundamentação expressa e aprovação do Procurador-Geral.

Art. 8º. Quando a proposta envolver criação, expansão de despesa ou renúncia de receita o processo será obrigatoriamente encaminhado à Secretaria da Fazenda para anuência do Secretário e elaboração de estudo de impacto orçamentário e financeiro.

Art. 8º. A Procuradoria-Geral poderá promover os ajustes de técnica legislativa necessários na minuta encaminhada ou solicitar esclarecimentos complementares à Secretaria proponente por meio do próprio Sistema Oxy.

Art. 9º. Os casos omissos ou excepcionais serão resolvidos pelo Procurador-Geral.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Irati-PR, 31 de julho de 2026.

HERMANO VICTOR FAUSTINO CÂMARA
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:3900D717

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO

Quarto Termo Aditivo Contrato de Obra e Serviço de Engenharia nº 162/2024, Concorrência Eletrônica nº 020/2024 – PMI. Contratada: Construtora Cathio Ltda, CNPJ 16.829.146/0001-84. Objeto: Execução de Pavimentação de estrada vicinal em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), área de 12.936,53 m². Do Prazo Contratual: Fica prorrogado o prazo de vigência em 90 (noventa) dias, passando o vencimento do prazo de vigência de 03/08/2026 para 31/10/2026. Data e assinaturas.

Publicado por:
Aline Carla Brandalise
Código Identificador:463778DF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

GOVERNO MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
DECRETO 5.503/2026 - ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAMBARACA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 5503/2026 de 31/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de ITAMBARACÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2059/2025 de 30/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 222.000,00 (duzentos e vinte e dois mil reais),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
10.001.10.301.0001.2.045.		Manutenção do Departamento de Saúde	
390 - 3.3.71.70.00.00	01303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	130.000,00
401 - 3.3.90.48.00.00	01303	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	35.000,00
10.001.10.301.0001.2.051.		Gestão de Recursos Federais em Saúde	
417 - 3.3.90.30.00.00	1494	MATERIAL DE CONSUMO	7.000,00
10.001.10.303.0001.2.047.		Manutenção da Farmácia Municipal	
436 - 3.3.90.32.00.00	01303	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	50.000,00
		Total Suplementação:	**222.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
10.001.10.301.0001.2.045.		Manutenção do Departamento de Saúde	
394 - 3.3.90.30.00.00	01303	MATERIAL DE CONSUMO	130.000,00
399 - 3.3.90.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	85.000,00
10.001.10.301.0001.2.051.		Gestão de Recursos Federais em Saúde	
415 - 3.3.90.14.00.00	1494	DIÁRIAS - CIVIL	7.000,00
		Total Redução:	**222.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de ITAMBARACÁ , Estado do Paraná, em 31 de julho de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Ferreira Goncalves
Código Identificador:FA14B97E

LICITAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PE 013/2026

RESULTADO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026
O MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ-PR, vem comunicar o resultado do processo de PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2026, Processo Administrativo nº 23/2026, objeto: Contratação de empresa para aquisição de equipamentos de informática, para atender todas as secretarias do município de Itambaracá – PR, por um período de 12 meses. Ficando adjudicadas e homologadas as seguintes propostas: **HABITUS DIGITAL COMERCIAL LTDA** (41010343000114) com o lote 16 no valor de R$ 1.525,80 (um mil e quinhentos e vinte e cinco reais e oitenta centavos), lote 31 no valor de R$ 11.249,10 (onze mil e duzentos e quarenta e nove reais e dez centavos), lote 48 no valor de R$ 2.950,20 (dois mil e novecentos e cinquenta reais e vinte centavos), lote 53 no valor de R$ 3.779,98 (três mil e setecentos e setenta e nove reais e noventa e oito centavos), lote 55 no valor de R$ 4.192,40 (quatro mil e cento e noventa e dois reais e quarenta centavos), lote 56 no valor de R$ 2.212,00 (dois mil e duzentos e doze reais) e lote 61 no valor de R$ 2.717,82 (dois mil e setecentos e dezessete reais e oitenta e dois centavos) e **SPOTECH INFORMATICA CORAL LTDA** (11118645000140) com o lote 51 no valor de R$ 669,00 (seiscentos e sessenta e nove reais) e **DIGITALPAR INFORMÁTICA LTDA** (18861730000142) com o lote 23 no valor de R$ 35.399,88 (trinta e cinco mil e trezentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos), lote 24 no valor de R$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais) e lote 36 no valor de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) e **P H NOTARIZE LTDA** (27982147000180) com o lote 27 no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) e **ECF COMERCIO E REPRESENTAÇOES** (63273105000134) com o lote 3 no valor de R$ 1.214,00 (um mil e duzentos e quatorze reais), lote 4 no valor de R$ 1.155,00 (um mil e cento e cinquenta e cinco reais) e lote 29 no valor de R$ 1.554,00 (um mil e quinhentos e cinquenta e quatro reais) e **HOMETECH SISTEMAS ELETRONICOS LTDA** (48099152000110) com o lote 6 no valor de R$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais), lote 38 no valor de R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), lote 54 no valor de R$ 3.039,90 (três mil e trinta e nove reais e noventa centavos) e lote 59 no valor de R$ 2.673,00 (dois mil e seiscentos e setenta e três reais) e **HIGH LEVEL COMERCIAL LTDA** (16847666000110) com o lote 32 no valor de R$ 5.864,00 (cinco mil e oitocentos e sessenta e quatro reais) e **48.079.523 FERNANDO JOSE MACELLA** (48079523000100) com o lote 19 no valor de R$ 10.040,00 (dez mil e quarenta reais), lote 20 no valor de R$ 2.309,30 (dois mil e trezentos e nove reais e trinta centavos), lote 21 no valor de R$ 5.150,00 (cinco mil e cento e cinquenta reais) e lote 60 no valor de R$ 9.780,00 (nove mil e setecentos e oitenta reais) e **63.106.245 JENIFFER GODOY WILL LOPES** (63106245000118) com o lote 11 no valor de R$ 100,25 (cem reais e vinte e cinco centavos), lote 12 no valor de R$ 244,75 (duzentos e quarenta e quatro reais e setenta e cinco centavos) e lote 58 no valor de R$ 155,00 (cento e cinquenta e cinco reais) e **SEVENTEC COMERCIO LTDA** (08784976000295) com o lote 25 no valor de R$ 49.967,50 (quarenta e nove mil e novecentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos) e **FABBRO IT IND COM E DISTRIBUICAO DE EQUIPAMENTOS EIRELI** (39304546000171) com o lote 13 no valor de R$ 81.900,00 (oitenta e um mil e novecentos reais) e lote 33 no valor de R$ 69.840,00 (sessenta e nove mil e oitocentos e quarenta reais) e **H2T TECNOLOGIA LTDA** (58971574000197) com o lote 34 no valor de R$ 14.629,51 (quatorze mil e seiscentos e vinte e nove reais e cinquenta e um centavos) e **EDER BASTOS & CIA LTDA** (31851052000103) com o lote 39 no valor de R$ 1.889,97 (um mil e oitocentos e oitenta e nove reais e noventa e sete centavos) e lote 40 no valor de R$ 865,16 (oitocentos e sessenta e cinco reais e dezesseis centavos) e **SANINUTRI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA** (38330923000184) com o lote 2 no valor de R$ 102,00 (cento e dois reais), lote 5 no valor de R$ 1.819,34 (um mil e oitocentos e dezenove reais e trinta e quatro centavos), lote 10 no valor de R$ 1.540,80 (um mil e quinhentos e quarenta reais e oitenta centavos), lote 15 no valor de R$ 49,94 (quarenta e nove reais e noventa e quatro centavos), lote 17 no valor de R$ 12.433,72 (doze mil e quatrocentos e trinta e três reais e setenta e dois centavos), lote 18 no valor de R$ 5.043,12 (cinco mil e quarenta e três reais e doze centavos), lote 26 no valor de R$ 1.017,48 (um mil e dezessete reais e quarenta e oito centavos), lote 49 no valor de R$ 17.620,80 (dezessete mil e seiscentos e vinte reais e oitenta centavos), lote 50 no valor de R$ 1.534,08 (um mil e quinhentos e trinta e quatro reais e oito centavos) e lote 52 no valor de R$ 606,18 (seiscentos e seis reais e dezoito centavos) e **GDAI INDUSTRIA & COMERCIO ELETRONICOS LTDA** (32084616000184) com o lote 62 no valor de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) e **GWS GLOBAL LIMITADA** (53080207000180) com o lote 1 no valor de R$ 489,90 (quatrocentos e oitenta e nove reais e noventa centavos), lote 7 no valor de R$ 600,60 (seiscentos reais e sessenta centavos), lote 22 no valor de R$ 1.686,88 (um mil e seiscentos e oitenta e seis reais e oitenta e oito centavos), lote 30 no valor de R$ 1.291,79 (um mil e duzentos e noventa e um reais e setenta e nove centavos), lote 42 no valor de R$ 3.468,68 (três mil e quatrocentos e sessenta e oito reais e sessenta e oito centavos), lote 44 no valor de R$ 2.239,98 (dois mil e duzentos e trinta e nove reais e noventa e oito centavos) e lote 46 no valor de R$ 1.029,80 (um mil e vinte e nove reais e oitenta centavos) e **TECHSAM COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA** (61462914000169) com o lote 8 no valor de R$ 2.924,85 (dois mil e novecentos e vinte e quatro reais e oitenta e cinco centavos) e lote 9 no valor de R$ 2.906,25 (dois mil e novecentos e seis reais e vinte e cinco centavos) e **AJIS EMPREENDIMENTOS** (67585357000150) com o lote 41 no valor de R$ 6.349,00 (seis mil e trezentos e quarenta e nove reais) e **CHM CONSULTORIA DE TECNOLOGIA LTDA - ME** (13976189000102) com o lote 57 no valor de R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) e **TRITEK DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA** (35483129000263) com o lote 37 no valor de R$ 8.100,00 (oito mil e cem reais) e **65.815.629 NATALIA VENANCIO DA SILVA** (65815629000135) com o lote 35 no valor de R$ 3.233,34 (três mil e duzentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos) e **STELAR TECNOLOGIA LTDA** (52750930000166) com o lote 14 no valor de R$ 2.273,70 (dois mil e duzentos e setenta e três reais e setenta centavos) e lote 47 no valor de R$ 1.980,90 (um mil e novecentos e oitenta reais e noventa centavos) e **IRD PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA** (10402061000139) com o lote 43 no valor de R$ 1.105,59 (um mil e cento e cinco reais e cinquenta e nove centavos) e lote 45 no valor de R$ 4.872,90 (quatro mil e oitocentos e setenta e dois reais e noventa centavos),

ITAMBARACÁ (PR), 31 de julho de 2026

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:9F9F00AB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
DECRETO 125/26 DE 31 DE JULHO DE 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1476/2025 de 01/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
04.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
04.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

04.002.04.122.0010.2.006. MANUTENÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL
51 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 20.000,00

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
05.003.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE TESOURARIA
05.003.04.123.0010.2.009. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TESOURARIA
103 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 20.000,00

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS
URBANOS
06.003.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE RUAS E AVENIDAS
06.003.15.452.0012.2.013. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE RUAS E AVENIDAS
159 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 30.000,00

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
08.001.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
08.001.10.302.0003.2.029. MANUTENÇÃO DA UBS/24 HORAS NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
338 - 3.3.90.36.00.00 01303 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
FÍSICA 20.000,00
341 - 3.3.90.39.00.00 01303 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 160.000,00

08.001.10.302.0003.2.079. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAUDE
422 - 3.3.90.39.00.00 01303 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 15.000,00

12.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
12.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO
12.002.13.392.0015.2.081. APOPIO A FESTA DE ANIVERSARIO DA CIDADE
611 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 40.000,00
Total Suplementação: 305.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação
abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.
Redução
04.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
04.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
04.002.04.122.0010.2.078. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE LICITAÇÃO
68 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -
PESSOAL CIVIL 60.000,00

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
08.001.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
08.001.10.301.0003.2.067. MANUTENÇAO DA UBS/UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PIONEIRA ESTER M. P. DE MELO
324 - 3.3.90.46.00.00 01303 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 45.000,00

08.001.10.302.0003.2.029. MANUTENÇÃO DA UBS/24 HORAS NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
345 - 3.3.90.46.00.00 01303 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 150.000,00

10.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.003.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.003.08.244.0014.2.034. MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
547 - 3.3.90.48.00.00 01000 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS
FÍSICAS 50.000,00
Total Redução: 305.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itambé, Estado do Paraná, em 31 de julho de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:67A58645

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
DECRETO 126/26 DE 31 DE JULHO DE 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1476/2025 de 01/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 30.000,00 (trinta mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE ENSINO DE PRIMEIRO GRAU
07.001.12.365.0004.2.023. MANUTENÇÃO DO CMEI SILVIA MARIA BRAGA ALVES
269 - 3.3.90.30.00.00 01107 MATERIAL DE CONSUMO 15.000,00
07.001.12.365.0004.2.024. MANUTENÇÃO DO CENTRO MUN. EDUC. INFANTIL BRANCA DE NEVE
286 - 3.3.90.30.00.00 01107 MATERIAL DE CONSUMO 15.000,00
Total Suplementação: 30.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o
Excesso de Arrecadação;
Receita:1.7.1.4.50.01.00.00000000 Fonte: 1000 30.000,00
Total da Receita: 30.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itambé, Estado do Paraná, em 31 de julho de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:89A3ED61

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 4337/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato Contrato N° 4337/2026
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: RLUX Iluminação Ltda – Me, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.535.805/0001 – 35.
Objeto: Contratação de empresa especializada na comercialização de materiais e equipamentos elétricos destinados a manutenção de imóveis pertencentes a Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, em conformidade com o Edital de Pregão Eletrônico Nº 90018/2026.
Valor do Contrato: R$ 7.137,50 (Sete mil, cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Data do Contrato: 29 (vinte e nove) de Julho de 2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:FFFEAAAE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 4338/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato Contrato N° 4338/2026
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: Fortix Engenharia e Soluções Ltda - Me, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.761.132/0001 - 89.
Objeto: Contratação de empresa especializada na comercialização de materiais e equipamentos elétricos destinados a manutenção de imóveis pertencentes a Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, em conformidade com o Edital de Pregão Eletrônico Nº 90018/2026.
Valor do Contrato: R$ 7.534,45 (Sete mil, quinhentos e trinta e quatro reais e quarenta e cinco centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Data do Contrato: 29 (vinte e nove) de Julho de 2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:ADCAFCB3

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 4339/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato Contrato N° 4339/2026
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: Triunfal Máquinas e Ferramentas Ltda - Me, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.754.707/0001 - 10.
Objeto: Contratação de empresa especializada na comercialização de materiais e equipamentos elétricos destinados a manutenção de imóveis pertencentes a Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, em conformidade com o Edital de Pregão Eletrônico Nº 90018/2026.
Valor do Contrato: R$ 4.645,00 (Quatro mil, seiscentos e quarenta e cinco reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Data do Contrato: 29 (vinte e nove) de Julho de 2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:644F08DD

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 4340/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato Contrato N° 4340/2026
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: Atrium Indústria e Comércio de Ferragens Ltda - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.423.434/0001 - 03.
Objeto: Contratação de empresa especializada na comercialização de materiais e equipamentos elétricos destinados a manutenção de imóveis pertencentes a Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, em conformidade com o Edital de Pregão Eletrônico Nº 90018/2026.
Valor do Contrato: R$ 8.119,00 (Oito mil, cento e dezenove reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Data do Contrato: 29 (vinte e nove) de Julho de 2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:C9C78B3A

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 4341/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato Contrato N° 4341/2026
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: R. Busetto & F. Kruger Ltda - Me, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.246.085/0001 - 89.
Objeto: Contratação de empresa especializada na comercialização de materiais e equipamentos elétricos destinados a manutenção de imóveis pertencentes a Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, em conformidade com o Edital de Pregão Eletrônico Nº 90018/2026.
Valor do Contrato: R$ 23.490,00 (Vinte e três mil, quatrocentos e noventa reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Data do Contrato: 29 (vinte e nove) de Julho de 2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:39CC7F1F

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 4342/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato Contrato N° 4342/2026
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: Ltda - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.633.707/0001 - 92.
Objeto: Contratação de empresa especializada na comercialização de materiais e equipamentos elétricos destinados a manutenção de imóveis pertencentes a Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, em conformidade com o Edital de Pregão Eletrônico Nº 90018/2026.
Valor do Contrato: R$ 1.467,00 (Hum mil, quatrocentos e sessenta e sete reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Data do Contrato: 29 (vinte e nove) de Julho de 2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:2ED82EAD

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 4343/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato Contrato N° 4343/2026

Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: BMB Construções e Comercial do Anil Ltda - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.191.294/0001 - 37.
Objeto: Contratação de empresa especializada na comercialização de materiais e equipamentos elétricos destinados a manutenção de imóveis pertencentes a Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, em conformidade com o Edital de Pregão Eletrônico Nº 90018/2026.
Valor do Contrato: R$ 6.900,00 (Seis mil e novecentos reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Data do Contrato: 29 (vinte e nove) de Julho de 2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:3DEADA96

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 4344/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato Contrato N° 4344/2026
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: Mercatto Brasil Comércio de Materiais Elétricos Ltda - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.965.607/0001 - 56.
Objeto: Contratação de empresa especializada na comercialização de materiais e equipamentos elétricos destinados a manutenção de imóveis pertencentes a Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, em conformidade com o Edital de Pregão Eletrônico Nº 90018/2026.
Valor do Contrato: R$ 23.584,00 (Vinte e três mil, quinhentos e oitenta e quatro reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Data do Contrato: 29 (vinte e nove) de Julho de 2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:F1CEA0AB

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 4345/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato Contrato N° 4345/2026
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: CBX Comercial Importadora Ltda - Me, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.812.320/0001 - 00.
Objeto: Contratação de empresa especializada na comercialização de materiais e equipamentos elétricos destinados a manutenção de imóveis pertencentes a Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, em conformidade com o Edital de Pregão Eletrônico Nº 90018/2026.
Valor do Contrato: R$ 20.038,00 (Vinte mil e trinta e oito reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Data do Contrato: 29 (vinte e nove) de Julho de 2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:7FDF8B6D

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 4346/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato Contrato N° 4346/2026
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: OGT Distribuidora Ltda - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.893.370/0001 - 19.
Objeto: Contratação de empresa especializada na comercialização de materiais e equipamentos elétricos destinados a manutenção de imóveis pertencentes a Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, em conformidade com o Edital de Pregão Eletrônico Nº 90018/2026.
Valor do Contrato: R$ 9.698,00 (Nove mil, seiscentos e noventa e oito reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Data do Contrato: 29 (vinte e nove) de Julho de 2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:27D89573

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 180/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO N° 180/2026
DATA: 30.07.2026

SÚMULA: Exonera servidora do cargo de Servente Escolar Celetista.

O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais que lhe confere o art. 82 da Lei Orgânica do Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná;
DECRETA:
Art. 1°) A pedido, exonerar a partir de 03.08.2026 a Sra. Roselinda Costa, da matricula n° 017.071-1, do Cargo de Servente Escolar Celetista, com carga horária de 40:00 (quarenta horas) semanais.
Art. 2°) As despesas decorrentes do cumprimento do presente Decreto, correrão por conta do Orçamento Geral do Município.
Art. 3°) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 30 (trinta) dias do mês de julho de 2026.

Registre-se e Publique-se:

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto. de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:AE7B1815

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 181/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO N° 181/2026
DATA: 30.07.2026

SÚMULA: Dispõe sobre nomeação referente ao Processo Seletivo Simplificado n° 002/2025.

O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais que lhe confere o art. 82 da Lei Orgânica do Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná;
DECRETA:
Art. 1°) Nomear a partir de 03.08.2026 a Sra. Eliane Martinhaki Duarte, portadora do CPF n° 048.184.809-67 e Cédula de Identidade RG n° 8.407.427-6, expedido pelo SESP/PR, para o Cargo de Serviços de Limpeza, com carga horária de 40:00 (quarenta horas) semanais, lotado no Departamento Municipal de **Saúde**, face a aprovação em 8° lugar no Processo Seletivo n° 002/2025.
Art. 2°) As despesas decorrentes do cumprimento do presente Decreto, correrão por conta do Orçamento Geral do Município.
Art. 3°) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 30 (trinta) dias do mês de julho de 2026.
Registre-se e Publique-se:

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto. de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:83884F50

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIA Nº 597 A Nº 607/2026

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 597/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Alexandre E. Duarte, Matrícula: 010129-1. Órgão de Lotação: Depto de Educação. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Luana S. Justino. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 24/07/2026 as 15h00 e retorno dia 25/07/2026 as 15h00. Destino: Curitiba. Valor de diárias: R$ 250,00. Transporte utilizado: Ambulância (oficial). Finalidade da viagem: Internamento. Local: Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 24/07/2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 598/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Adriana P. de Lima, Matrícula: 112.216-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Aux. de Enfermagem. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 24/07/2026 as 15h00 e retorno dia 25/07/2026 as 15h00. Destino: Curitiba. Valor de diárias: R$ 250,00. Transporte utilizado: Ambulância (oficial). Finalidade da viagem: Acompanhamento da gestante para Internamento. Local: Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 24/07/2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 599/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Thiago T. de Camargo, Matrícula: 017.063-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Maria L. Born, Vicente Born e Elziario Baccin. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 28/07/2026 as 09h00 e retorno dia 29/07/2026 as 20h00. Destino: Curitiba. Valor de diárias: R$ 375,00. Transporte utilizado: HB20 (oficial). Finalidade da viagem: Consulta, exames e estudo eletrofisiológico. Local: Hospital Peq. Príncipe e H. Angelina Caron. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 24/07/2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 600/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: João Carlos da Costa, Matrícula: 017.187-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Cleci Fiorentin com acomp. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 29/07/2026 as 03h00 e retorno dia 29/07/2026 as 19h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20 (oficial). Finalidade da viagem: Consulta e pet-scan Local: CEONC. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 27/07/2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 601/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Josy O. Cisseski, Matrícula: 8265-1. Órgão de Lotação: Depto de Educação. Cargo ou função: Suporte Pedagógico. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 30/07/2026 as 07h15 e retorno dia 30/07/2026 as 17h00. Destino: Mangueirinha. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Carro (oficial). Finalidade da viagem: Fortalecimento da Pol. Mun. Direitos da Pessoa com Deficiência. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 28/07/2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 602/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Francislaine F. Costa, Matrícula: 016.490-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Conselheira Tutelar. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 03/08/2026 as 07h30 e retorno dia 03/08/2026 as 17h30. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Cronos placa SEY4G08 (oficial). Finalidade da viagem: Formação de conselheiros tutelares - modulo II Local: Afya. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 29/07/2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 603/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Marlene R. Santos, Matrícula: 015.954-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Conselheira Tutelar. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 03/08/2026 as 07h30 e retorno dia 03/08/2026 as 17h30. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Cronos placa SEY4G08 (oficial). Finalidade da viagem: Formação de conselheiros tutelares - modulo II Local: Afya. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 29/07/2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 604/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: José M. Tiossi, Matrícula: 015.512-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Conselheiro Tutelar. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 03/08/2026 as 07h30 e retorno dia 03/08/2026 as 17h30. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Cronos placa SEY4G08 (oficial). Finalidade da viagem: Formação de conselheiros tutelares - modulo II Local: Afya. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 29/07/2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 605/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Edson Toaldo, Matrícula: 015.482-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Conselheiro Tutelar. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 03/08/2026 as 07h30 e retorno dia 03/08/2026 as 17h30. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Cronos placa SEY4G08 (oficial). Finalidade da viagem: Formação de conselheiros tutelares - modulo II Local: Afya. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 29/07/2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 606/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Bruno F. Rosa, Matrícula: 015.059-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Conselheiro Tutelar. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 03/08/2026 as 07h30 e retorno dia 03/08/2026 as 17h30. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Cronos placa SEY4G08 (oficial). Finalidade da viagem: Formação de conselheiros tutelares - modulo II Local: Afya. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 29/07/2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 607/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Rodrigo Schuastz, Matrícula: 111.546-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Motorista. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 02/08/2026 as 12h00 e retorno dia 02/08/2026 as 18h00. Destino: Marmeleiro. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: Ônibus (oficial). Finalidade da viagem: Levar atletas para jogar Super Copa. Local: Campo. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 29/07/2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:7936BBBA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2484/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA N.º 2484/2026

DATA: 30.07.2026
Vilmar Schmoller, Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 82 da Lei Orgânica do Município.
CONSIDERANDO a Lei Municipal n° 467/93 - Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Itapejara D'Oeste - PR. Da Seção V - Da Licença prêmio por assiduidade do Art. 75. Após cada Quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 03 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.
RESOLVE:
Art. 1º) Conceder, a partir de **03 de agosto de 2026**, Licença-Prêmio por Assiduidade à servidora **Mareli Salete de Souza Mitrut**, inscrita nas matrículas nº **6912-1** e **7714-1**, ocupante do cargo de **Professora**, com carga horária de **20 (vinte) horas semanais em dois padrões**.
Art. 2º) As despesas decorrentes do cumprimento da presente Portaria, correrão por conta das dotações do Orçamento Geral do Município.
Art. 3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 30 (trinta) dias do mês de julho do ano de 2026.

Registre-se e Publique-se:

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:96187660

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2485/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA N.º 2485/2026
DATA: 30.07.2026
Vilmar Schmoller, Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 82 da Lei Orgânica do Município.
RESOLVE:
Art. 1º) Exonerar, a pedido, a partir de **03 de agosto de 2026**, a Sra. Dayane Cristina Baccin, ocupante do cargo de **Serviço de Limpeza**, cadastrada na matrícula n.º 101.278-9, com carga horária **de 40 (quarenta) horas semanais**.
Art. 2º) As despesas decorrentes do cumprimento da presente Portaria, correrão por conta das dotações do Orçamento Geral do Município.
Art. 3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 30 (trinta) dias do mês de julho do ano de 2026.

Registre-se e Publique-se:

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:F7075D9B

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2486/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 2486/2026
DATA: 30.07.2026
Vilmar Schmoller, Prefeito Municipal, de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 82, da Lei Orgânica Municipal,
Considerando o Requerimento do Departamento Municipal de Saúde e do formulário de fiscalização do fiscal e gestor de contrato, relatando o descumprimento da empresa referente ao Contrato nº 4119/2025;
RESOLVE:
Art. 1º) Solicitar a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, instituída pela Portaria 2000/2023 de 07.06.2023, a abertura de Processo Administrativo contra a empresa ZOCCHE ATACADO DE FERRAMENTAS LTDA -ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 38.972.498/0001-27, por descumprimento contratual, conforme documentos em anexo.
Art. 2º) O prazo para conclusão do Processo Administrativo é de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado quando justificado.
Art. 3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 30 (trinta) dias do mês de julho do ano de 2026.
Registre-se e Publique-se:

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora Depto. de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:E8F0E2B8

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2487/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 2487/2026
DATA: 30.07.2026
Vilmar Schmoller, Prefeito Municipal, de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 82, da Lei Orgânica Municipal,
Considerando o Requerimento do Departamento Municipal de Saúde e do formulário de fiscalização do fiscal e gestor de contrato, relatando o descumprimento da empresa referente ao Contrato nº 4123/2025;
RESOLVE:
Art. 1º) Solicitar a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, instituída pela Portaria 2000/2023 de 07.06.2023, a abertura de Processo Administrativo contra a empresa GRAFICA PRODATA LTDA -ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 28.141.384/0001-81, por descumprimento contratual, conforme documentos em anexo.
Art. 2º) O prazo para conclusão do Processo Administrativo é de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado quando justificado.
Art. 3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 30 (trinta) dias do mês de julho do ano de 2026.
Registre-se e Publique-se:

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora Depto. de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:96F1A88B

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2488/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 2488/2026
DATA: 30.07.2026

SÚMULA: Dispõe sobre a designação de responsável pela Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) no âmbito da rede municipal de ensino.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);
CONSIDERANDO as Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tratam da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena;
CONSIDERANDO as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais;
CONSIDERANDO a necessidade de promover políticas educacionais voltadas à equidade, diversidade e combate ao racismo no âmbito da rede municipal de ensino;
O Prefeito do Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora Daniele Aparecida Piloneto, como responsável pelas ações da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER.), no âmbito da rede municipal de ensino.
Art. 2º Compete à responsável:
I - Planejar, coordenar, acompanhar e avaliar as ações pedagógicas relacionadas à Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER.);
II - Promover práticas educativas voltadas à valorização da diversidade étnico-racial;
III - Auxiliar na implementação das diretrizes curriculares pertinentes;
IV - Apoiar a formação continuada dos profissionais da educação sobre a temática;
V - Articular projetos e ações intersetoriais que visem ao enfrentamento do racismo e à promoção da equidade.
Art. 3º A atuação de que trata esta Portaria será exercida sem prejuízo das atribuições inerentes ao cargo da servidora designada.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, 30 (trinta) de Julho de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:A127DDB2

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PUBLICAÇÃO 1º ADITIVO DO CONTRATO Nº 4097/2025

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato de Aditivo de Contrato Nº 4097/2025
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: Copy Printer Multifuncionais Ltda – EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.027.555/0001 – 05.
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de máquinas multifuncionais e impressoras, para uso dos Departamentos da Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, em conformidade com o previsto no Edital de Pregão Eletrônico Nº 90033/2025.
Fica aditivado o valor contratual em 4,64% (quatro vírgula sessenta e quatro por cento), tendo em vista a correção do IPCA dos últimos 12 (doze) meses e fica prorrogado o prazo de vigência do contrato em 90 (noventa) dias.
Data do Aditivo de Contato: 22 (vinte e dois) de Julho de 2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:403E1AB0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

GABINETE DO PREFEITO
"REPUBLICADO POR INCORREÇÃO" PORTARIA Nº 33/2026 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE**:**

Art.1º- Fica readequado o cargo e o nível salarial da servidora **ROSIELE BUENO DOS SANTOS,** portadora do RG **Nº *******278/PR,** ocupante do cargo Efetivo de **Assistente Administrativo**, sob o número de matrícula **44071**, nomeada através da Portaria Nº 451/2024, para ocupar o cargo de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CADASTRO IMOBILIÁRIO,** simbologia CC-02, junto a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Tributária.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:2942AD95

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 015/2026

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS
OBJETO: "Contratação de empresa especializada para fornecimento, montagem e desmontagem de sistema de sonorização e iluminação para a realização do **Dia do Evangélico**, a ser realizado no dia **08 de Agosto de 2026**, em frente a Prefeitura Municipal de Itaperuçu".
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais).
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: até o dia 05/08/2026 às 08h:25min.
DATA DE ABERTURA DA FASE DE DISPUTA: 05/08/2026
HORÁRIO DE INÍCIO DA FASE DE DISPUTA: 08h:30min
DURAÇÃO DA DISPUTA: 06 (SEIS) HORAS
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: http://www.bnc.org.br
REFERENCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O(s) Edital(s) poderá (ao) ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou no site da Prefeitura através do Portal da Transparencia: http://168.181.69.50:7474/transparencia/licitacoes.

Itaperuçu, 31 de julho de 2026.

WELIFER FELIPE DE CRISTO COUTINHO
Agente de Contratação
Portaria Nº 380/2025

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:2BC950B7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR N° 237 - CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2023 EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Secretária Municipal de Administração de Itaperuçu, no uso de suas atribuições legais, considerando o resultado final e homologação do Edital n° 01/2023 - Concurso Público desta Prefeitura, e considerando os termos do Edital nº 01/2023;
Resolve:

Art. 1º. Fica convocada a candidata abaixo relacionada a comparecer ao edifício sede desta Prefeitura Municipal no Departamento de Recursos Humanos, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publicação deste **EDITAL,** obrigatoriamente munido de todos os documentos necessários para admissão do cargo com (cópias e originais) conforme item 10 do Edital 01/2023.

EDUCADOR INFANTIL

Ordem de convocação	Class*	Nome	Grupo	Nota
148°	146	JOCINEIA DOS SANTOS GONÇALVES	AC	50,00

AC* (Ampla Concorrência)
PCD* (Pessoa com deficiência).**
CN** (Candidato Negro).**
Class* (Classificação).

Art. 2°. O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

Art. 3º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Itaperuçu, 30 de julho de 2026.

SILMARA MACHADO DE JESUS
Secretária Interina De Administração

Publicado por:
Jessica Dos Santos
Código Identificador:BAAD25E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 6° TERMO ADITIVO AO CONTRATO 009/2021- PRAZO E VALOR

CONTRATO Nº 009/2021
MODALIDADE DISPENSA Nº 010/2021
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: CARMÉLIA CARNEIRO DOS SANTOS
CPF: 536.927.489-49
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL, SITUADO NA RUA ALCIDES GOMES DA SILVA, Nº 583 – JARDIM SANTA MARIA (BAIRRO CENTRAL), EM ITAPERUÇU-PR, EDIFICADO EM ALVENARIA COM ÁREA DE 48,00 METROS QUADRADOS (M²), MAIS PÁTIO COBERTO COM 14,00M², DESTINADO ÀS FUTURAS INSTALAÇÕES E DEPENDÊNCIAS DA SALA DAS AGENTES COMUNITÁRIAS DA SAÚDE.
DA VIGÊNCIA: 3 (TRÊS) MESES, INICIANDO-SE EM 10 DE SETEMBRO DE 2026 E ENCERRANDO-SE EM ATÉ 09 DE DEZEMBRO DE 2026
DO VALOR: R$ 4.197,84 (QUATRO MIL CENTO E NOVENTA E SETE REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS).
DATA DA ASSINATURA: 28 DE JULHO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:C1FD2354

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

EU, PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU – PR, no uso das atribuições legais que me são conferidas, **HOMOLOGO** e **ADJUDICO** a presente licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2026**, cujo objeto consiste na **"Contratação de empresa especializada de engenharia para continuidade da obra de construção do Centro de Convenções Municipal"**, tendo como vencedora a empresa **ENERGYPLUS SERVIÇOS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº **19.990.629/0001-54**, pelo valor total de **R$ 1.228.771,40 (um milhão, duzentos e vinte e oito mil, setecentos e setenta e um reais e quarenta centavos)**, em conformidade com a documentação constante nos autos, com o resultado do certame e com a adjudicação realizada pelo Agente de Contratação, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021** e demais legislações aplicáveis.

Itaperuçu, 31 de julho de 2026.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:41EE69D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 73/2026

LICITAÇÃO COM LOTES EXCLUSIVOS PARA ME E EPP NO ÂMBITO REGIONAL DA COMARCA DE RIO BRANCO DO SUL
Data Limite para Abertura de Proposta: até: 14/08/2026 à 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de Disputa: 14/08/2026 às 09h00min.
Objeto: ***"Aquisição de equipamentos recreativos/parque infantil e materiais educativos e pedagógicos destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Itaperuçu/PR"***
VALOR MÁXIMO: R$ 46.717,33 (quarenta e seis mil setecentos e dezessete reais e trinta e três centavos).***Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico*** *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O Edital poderá ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou site da Prefeitura através do Portal da Transparência: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes.*

Itaperuçu/PR, 31 de julho de 2026.

LETÍCIA FERNANDA CAVALLI
Pregoeira Oficial
Portaria nº 380/2025

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:ACE43871

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA N° 029/2026 DE 01 DE JULHO DE 2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, do município de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder período de gozo de férias ao servidor **Allan Dony Guimarães Soares,** portador da Cédula de Identidade **RG: **.***.***-*/PR, Matrícula 65601,** ocupante do Cargo Efetivo **Recepcionista,** referente ao Período Aquisitivo 2025 a 2026, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 03 de agosto de 2026 a 17 de agosto de 2026.

Parágrafo Único – Fica autorizado o pagamento do terço constitucional de férias ao servidor nominado no Caput deste artigo.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

THAÍSE ELIETE MIRANDA
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria N° 007/2025

Publicado por:
Maria Eduarda de Miranda
Código Identificador:F28C9435

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA N° 030/2026 DE 02 DE JULHO DE 2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, do município de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
RESOLVE:

Art. 1º- Conceder período de gozo de férias ao servidor**, Victor Eduardo Martins,** portador da Cédula de Identidade **RG: **.***.***-*/PR, Matrícula 6197-1,** ocupante do Cargo Efetivo de **Assistente Administrativo,** referente ao Período Aquisitivo 2024 a 2025, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 03 de agosto de 2026 a 12 de agosto de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

THAÍSE ELIETE MIRANDA
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria N° 007/2025

Publicado por:
Maria Eduarda de Miranda
Código Identificador:E0762721

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA N° 031/2026 DE 09 DE JULHO DE 2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, do município de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder período de gozo de férias a servidora **Carine dos Santos Costa** portadora da Cédula de Identidade **RG: **.***.***-*/PR,** matrícula **63431,** ocupante do Cargo de comissão **Coordenador**, referente ao Período Aquisitivo 2024 a 2025, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 10 de Agosto de 2026 a 24 de Agosto de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

THAÍSE ELIETE MIRANDA
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria N° 007/2025

Publicado por:
Maria Eduarda de Miranda
Código Identificador:C99EFCC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA N° 032/2026 DE 13 DE JULHO DE 2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, do município de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder período de gozo de férias a servidora**, Ana Luiza Sansão,** portadora da Cédula de Identidade **RG: **.***.***/*PR, Matrícula 6156-1**, ocupante do Cargo Comissionado **Gestor de Núcleo,** referente ao Período Aquisitivo 2025 a 2026, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 17 de agosto de 2026 a 26 de agosto de 2026.

Parágrafo Único – Fica autorizado o pagamento do terço constitucional de férias ao servidor nominado no Caput deste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

THAÍSE ELIETE MIRANDA
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria N° 007/2025

Publicado por:
Maria Eduarda de Miranda
Código Identificador:7E535F6F

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
PORTARIA Nº 73/2026, 31 DE JULHO DE DE 2026.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO, de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º- Revogar a portaria da Servidora **Ana Luiza Godoy Stocchero**, portadora do RG**:** 150***173**,** Matrícula: 62611, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, como Secretária Escolar, na Escola Municipal Lúcia Sandri Benato.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

JEFFERSON CECCON
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo
Portaria: 045/2026

Publicado por:
Sirlei Terezinha Fernandes Luz
Código Identificador:751C1E55

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
PORTARIA Nº 74/2026, 31 DE JULHO DE DE 2026.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO, de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º- Designar a Servidora **Elisangela Leal Guimarães**, portadora do RG**:** 877***35**,** Matrícula**: 45441,** ocupante do cargo de Técnico Administrativo, como Secretária Escolar, na Escola Municipal Lúcia Sandri Benato.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

JEFFERSON CECCON
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo
Portaria: 045/2026

Publicado por:
Sirlei Terezinha Fernandes Luz
Código Identificador:C6FE86A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 305/2026 DE 07 DE JULHO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório, o equivalente a **19** dias de auxilio alimentação referente ao mês de junho de 2026, para o servidor Adriano Jose de Souza**,** portador do **RG 8.*********0/PR**, matricula **60481**, ocupante do cargo de **Motorista ll**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:F6B23290

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 306/2026 DE 07 DE JULHO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório o equivalente a **15** auxílio alimentação referente ao mês de julho de 2026, para o servidor **Edgar Dolinski Batista,** portador do **RG 1*******0 /PR**, matricula **67971**, ocupante do cargo de **Motorista de ambulância**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE DE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:AA319759

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 307/2026 DE 07 DE JULHO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório o equivalente a **18** auxílio alimentação referente ao mês de junho de 2026, para o servidor **Ageu Lapola Costa,** portador do **RG 8*******6/PR**, matricula **60501**, ocupante do cargo de **Motorista.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:E505D865

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 308/2026 DE 07 DE JULHO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório, o equivalente a **19** dias de auxilio alimentação referente ao mês de junho de 2026, para o servidor **Osvaldir Jussiel Melnik,** portador do **RG: 1*******3/ PR**, matricula **66821,** ocupante do cargo de **Motorista de Ambulância.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:BA505EA0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 309/2026 DE 07 DE JULHO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório o equivalente a **21** auxílio alimentação referente **ao** mês de junho de 2026, para o servidor **Alex Sandro Pereira Campos,** portador do **RG 7*******8 PR**, matricula **10331**, ocupante do cargo de **Motorista**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:01DE9FE0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 310/2026 DE 09 DE JULHO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório o equivalente a **16** auxílio alimentação referente ao mês de junho de 2026, para o servidor **José Mazur de Freitas,** portador do **RG 4*******8 /PR**, matricula **10311**, ocupante do cargo de **Motorista de ambulância**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE DE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:18728F24

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 311/2026 DE 07 DE JULHO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório o equivalente a **19** auxílio alimentação referente ao mês de junho de 2026, para o servidor **Peterson Luiz de Cristo,** portador do **RG: 1*******6/PR**, matricula **42411**, ocupante do cargo de **Motorista.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:A39F15C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 312/2026 DE 07 DE JULHO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório, o equivalente a **15** dias de auxilio alimentação referente ao mês de junho de 2026, para o servidor **Ademar Bonfim dos Santos,** portador do **RG: 1********97PR**, matricula **65711,** ocupante do cargo de **Motorista de Ambulância**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:F7BA459A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 313/2026 DE 07 DE JULHO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório o equivalente a **14** auxílio alimentação referente **ao** mês de junho de 2026, para o servidor **Rodrigo Rodrigues da Silva,** portador do **RG 1*******0 /PR**, matricula **60571**, ocupante do cargo de **Motorista de Ambulância**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:749BD08F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 314/2026 DE 07 DE JULHO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório, o equivalente a **14** dias de auxilio alimentação referente ao mês de junho de 2026, para o servidor **Lenilson Jose Mendes Ouriques,** portador do **RG: RG: 8*******3 PR**, matricula **42501,** ocupante do cargo de **Motorista ll**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:AC8ACD76

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 315/2026 DE 08 DE JULHO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório o equivalente a **14** auxílio alimentação referente **ao** mês de junho de 2026, para o servidor **Florentino Machado de Miranda,** portador do **RG: 3*******7/PR**, matricula **7641**, ocupante do cargo de **Motorista de Ambulância**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:09DCAC85

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 316/2026 DE 07 DE JULHO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório o equivalente a **16** auxílio alimentação referente **ao** mês de junho de 2026, para o servidor **Alessandro Castro dos Santos,** portador do **RG 1********6/PR**, matricula **38181**, ocupante do cargo de **Motorista II**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:A305A515

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 317/2026 DE 07 DE JULHO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório o equivalente a **16** auxílio alimentação referente ao mês de junho de 2026, para o servidor **Giovane de Faria Ramos,** portador do **RG 8*******3/PR**, matricula **60491**, ocupante do cargo de **Motorista de Ambulância**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:7E841810

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 318/2026 DE 03 DE JULHO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório, o equivalente a **16** dias de auxilio alimentação referente ao mês de junho de 2026, para o servidor **Denilson Jose de Faria,** portador do **RG: 5*******9 PR**, matricula **38311,** ocupante do cargo de **Motorista ll**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:ED6CA139

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 319/2026 DE 07 DE JULHO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório, o equivalente a **14** dias de auxilio alimentação referente ao mês de julho de 2026, para o servidor **João dos Santos Machado,** portador do **RG: 7*******6 PR**, matricula **378161,** ocupante do cargo de **Motorista ll**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:338AB9F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 320/2026 DE 07 DE JULHO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório, o equivalente a **18** auxilio alimentação referente ao mês de junho de 2026, para o servidor **Nelson Adelino dos Santos,** portador do **RG: RG: 5*******9 PR**, matricula **10321,** ocupante do cargo de **Motorista**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:723B8454

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

ADMINISTRAÇÃO - CONTABILIDADE II
DECRETO 088/2026

DECRETO N° 088/2026
de 31 de julho de 2026

SÚMULA: Dispõe sobre Autorização do Poder Executivo Municipal em abertura de crédito adicional Suplementar por Anulação de Dotação na LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.677/2025, e sobre a alteração da meta de trabalho na Lei Municipal nº 1.676/2025 do PPA 2026 a 2029, e na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei Municipal nº 1.651/2025, e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GOIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.677/2025 de 18 de novembro de 2025 e pela Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1964.

DECRETA

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir no orçamento-programa do município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, para o exercício de 2026, um Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), na seguinte dotação:

03000:- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
03005:- DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
03005:0412300022.015 – Gestão das Atividades da Divisão de Contabilidade
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
339008:- Outros Benefícios Assist. do Serv. e do Militar (Ficha 111).... R$ 3.000,00
TOTAL .....R$ 3.000,00
FONTE: 000 – Recursos Ordinários (Livres)

04000:- SEC. DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
04002:- DIRETORIA EXECUTIVA DE AGRICULTURA
04002:2060800042.043 – Gestão das Atividades da Diretoria Executiva de Agricultura
300000:- DESPESAS CORRENTES
310000:- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
319000:- APLICAÇÕES DIRETAS
319094:- Indenizações e Restituições Trabalhistas (Ficha 276)..... R$ 7.000,00
TOTAL .....R$ 7.000,00
FONTE: 000 – Recursos Ordinários (Livres)

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR R$ 10.000,00

Art. 2º Para utilização do Crédito Adicional SUPLEMENTAR, disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o cancelamento no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

02000:- GABINETE DO PREFEITO
02001:- GABINETE DO PREFEITO
02001:0412200022.002 – Gestão das Atividades do Gabinete do Prefeito
400000:- DESPESAS DE CAPITAL
440000:- INVESTIMENTOS
449000:- APLICAÇÕES DIRETAS
449052:- Equipamentos e Material Permanente (Ficha 13)..... R$ 10.000,00
TOTAL ..... R$ 10.000,00
FONTE: 000 – Recursos Ordinários (Livres)

TOTAL DO CANCELAMENTO DE DOTAÇÃO..... R$ 10.000,00

Art. 3º Sejam realizadas as modificações orçamentárias, conforme descritas nos artigos 1º e 2º deste Decreto, estão previstas no artigo 4º da Lei Orçamentária Anual LOA nº 1.677/2025, as alterações abrangerá o PPA – Plano Plurianual, instituído pela Lei Nº 1.676/2025 e suas alterações com vigência nos exercícios de 2026 a 2029, e na LDO-Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituída pela Lei Municipal Nº 1.651/2025 com vigência para o exercício de 2026.

Art. 4º Este Decreto, entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 31 de julho de 2026.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis (31/07/2026).

GILSON JOSÉ DE GOIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giseli Dore Guilhem
Código Identificador:AAE6C8E9

ADMINISTRAÇÃO RH
DECRETO Nº 087/2026

DECRETO Nº 087/2026

SÚMULA: Estabelece medidas para a recondução dos membros dos Conselhos do FUNPREMISUL – Fundo de Previdência Municipal de Itaúna do Sul, unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social – R.P.P.S. dos servidores públicos municipais do Município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, com consequente prorrogação de seus mandatos dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itaúna do Sul, no exercício de suas atribuições legais, com fundamento no disposto na Lei 9.717/98, especificamente no artigo 8-B, incisos II e IV, na Portaria MTP nº 1467/22, artigos 76 e seguintes, e na Lei Complementar nº 1.440/2021, artigo 26, § 4º, e
Considerando que a atual composição dos Conselhos de Previdência e Deliberativo do FUNPREMISUL é determinada pela Lei Municipal nº 1440/2021, a qual estabelece, no § 4º do artigo 26, a obrigatoriedade da obtenção de titulação e certificação nos termos do artigo 8-B da Lei 9.717/98 e atos regulamentadores correspondentes;
Considerando que na presente data, todo os membros dos Conselhos de Previdência e Deliberativo conseguiram cumprir e manter os requisitos de artigo 8-B, incisos II e IV, na Portaria MTP nº 1467/22, artigos 76 e seguintes, e na Lei Complementar nº 1.440/2021, artigo 26, § 4º;
Considerando a inviabilidade temporária de realizar novas eleições para os órgãos diretivos do FUNPREMISUL devido à inexistência de outros segurados do Regime Próprio de Previdência que reúna as condições necessárias para assumir e manter-se na função.
Considerando a necessidade de assegurar a continuidade das atividades e operações do FUNPREMISUL, garantindo a gestão eficiente e segura dos recursos previdenciários dos servidores municipais;
Considerando que o interesse público exige a manutenção da estabilidade e da operacionalidade dos órgãos diretivos do FUNPREMISUL, enquanto se busca atender às exigências legais para a obtenção da certificação;
DECRETA:

Art. 1º - Ficam prorrogados os mandatos dos atuais membros dos Conselhos Municipal de Previdência, Deliberativo e Fiscal e do Comitê de investimentos do FUNPREMISUL – Fundo de Previdência Municipal dos Servidores Público Municipais, unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social, e consequentemente reconduzidos, visando dar atendimento as exigências e requisitos legais previstos no artigo 8-B da Lei 9.717/98, nos artigos 76 e seguintes da Portaria MTP nº 1467/22 do Ministério do Trabalho e Previdência Social, e no artigo 26, § 4º da Lei Complementar nº 1.440/2021, os servidores públicos abaixo nominados:

I. Para o Conselho Municipal de Previdência:
a) Diretor Presidente: LIGIANE MACHADO DOS SANTOS GOES;
b) Diretor Administrativo-Financeiro: ROSANGELA WEISS;

II. Para o Conselho Deliberativo:
a) ABNER CRISTIAN SOARES PEREIRA;
b) ANA PAULA DE OLIVEIRA;
c) CAIO CESAR SANTI FERREIRA;
d) LIGIANE MACHADO DOS SANTOS GOES;
e) ELENIR BARRIENTOS POLO IATCHENCO;
f) EVILIN ANGELA REIS DOS SANTOS.

III. Conselho Fiscal:
a) ANAPAULA VIANNA DA SILVA;
b) ANTONIO CARLOS DO AMARAL MARTINS;
c) VALDIRENE LUCAS DA SILVA.

IV. Para o Comitê de Investimentos:
a) BRUNA PEREIRA MARTINS ALVES;
b) ALLAN THALER DOMINGOS;
c) GISELI DORE GUILHEM.

V. Para responder como Gestor dos Recursos Previdenciários:
a) ALLAN THALER DOMINGOS.

§ 1º Com fundamento no § 5º do artigo 26, da Lei 1.440/2021, fica nomeada para exercer as atividades técnicas necessárias ao funcionamento da Unidade Gestora a servidora VANESSA NUNES MARTIN.

§ 2º Eventuais substituições dos membros atuais em virtude de renúncia, falecimento ou perda da condição de segurado ocorrerão por nomeação, conforme as disposições estabelecidas na Lei Federal nº 9.717/98 e na Portaria MTP nº 1467/22 do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

§ 3º Os membros dos Conselhos acima nomeados terão atribuições conforme estabelecido no Capítulo V da Lei 1.467/22.

Art. 2º - A Administração Pública e o FUNPREMISUL deverão tomar as providências necessárias para o cumprimento das exigências destinadas à ocupação dos conselhos e comitê de investimentos.

Art. 3º Ficam mantidas as gratificações anteriormente concedidas previstas na Lei Complementar nº 1.440/2021 e na Lei 1681/2025.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Itaúna do Sul, 31 de Julho de 2026.

GILSON JOSÉ DE GOIS
Prefeito

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:1310FD19

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL-PR
PORTARIA Nº 14/2026

Dispõe sobre a recomposição das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Itaúna do Sul, em razão de alteração superveniente da composição parlamentar decorrente do reprocessamento do resultado das Eleições Municipais de 2024.

CONSIDERANDO o recebimento do Ofício nº 32/2026 – 096ZE, expedido pelo Cartório da 96ª Zona Eleitoral de Nova Londrina/PR, comunicando o reprocessamento do resultado das Eleições Municipais de 2024 no Município de Itaúna do Sul, com a recontagem dos quocientes eleitoral e partidário;

CONSIDERANDO que o referido reprocessamento implicou alteração no resultado dos candidatos eleitos para o cargo de Vereador no Município de Itaúna do Sul;

CONSIDERANDO a expedição de diplomas pela Justiça Eleitoral em favor dos Senhores LUCIANO DOS SANTOS e MANOEL MESSIAS GONÇALVES, eleitos para o cargo de Vereador;

CONSIDERANDO que, conforme comunicação da Justiça Eleitoral, os procedimentos de competência daquele Juízo Eleitoral atinentes ao reprocessamento encontram-se integralmente finalizados, estando o Poder Legislativo Municipal autorizado a dar imediato e regular andamento aos trâmites internos necessários para a posse dos novos vereadores eleitos;

CONSIDERANDO a posse dos Vereadores LUCIANO DOS SANTOS e MANOEL MESSIAS GONÇALVES, ocorrida em 30 de julho de 2026;

CONSIDERANDO que a alteração superveniente da composição parlamentar acarretou vagas nas Comissões Permanentes anteriormente integradas por Vereadores que deixaram o exercício do mandato em razão dos efeitos do reprocessamento eleitoral;

CONSIDERANDO o disposto no art. 64 do Regimento Interno da Câmara Municipal, segundo o qual as vagas nas Comissões, por renúncia, destituição, extinção ou perda de mandato de Vereador, serão supridas por livre designação do Presidente da Câmara, observado o art. 58, §§ 2º e 3º;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a regular continuidade dos trabalhos legislativos e o funcionamento das Comissões Permanentes;

O Presidente da Câmara Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, **RESOLVE**:

Art. 1º Ficam designados os Vereadores abaixo indicados para suprir as vagas existentes nas Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Itaúna do Sul, em razão da alteração superveniente da composição parlamentar decorrente do reprocessamento do resultado das Eleições Municipais de 2024:

I – **Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final**: Vereador Luciano dos Santos;
II – **Comissão de Finanças e Orçamento**: Vereador Manoel Messias Gonçalves;
III – **Comissão de Obras e Serviços Públicos**: Vereador Manoel Messias Gonçalves;
IV – **Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social**: Vereador Luciano dos Santos.

Art. 2º A designação prevista neste Ato restringe-se à recomposição das vagas existentes nas Comissões Permanentes, sem prejuízo da competência de cada Comissão para organizar seus trabalhos internos, de acordo com o Regimento Interno, quando necessário, e registrar a deliberação em ata própria.

Art. 3º As matérias que se encontravam sob relatoria de Vereadores que deixaram o exercício do mandato em razão dos efeitos do reprocessamento eleitoral deverão ser redistribuídas pelo Presidente da respectiva Comissão, nos termos regimentais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itaúna do Sul/PR, 31 de julho de 2026.

VALDEIR APARECIDO LAUREANO
Presidente do Poder Legislativo

Publicado por:
Walter Fernandes Pedrosa Junior
Código Identificador:B485E22C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 015/2026 – LEI 13.019/2014 E EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO 02/2026

EXTRATO

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO – LEI 13.019/2014 Nº 015/2026
Processo Administrativo 100.2026
OBJETO DO CONTRATO: Contratação direta da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Itaúna do Sul para a transferência de recursos financeiros oriundos de emenda parlamentar PROGRAMAÇÃO N° 411130820260001;
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 13.019/2014, arts. 16, 17
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOSEXCEPCIONAIS DE ITAÚNA DO SUL/PR (APAE), CNPJ: 01.203.341/0001-27, Rua Argentina, 818, centro, Itaúna do Sul-PR, representada pelo presidente em exercício, Sr. Marcos Garcia, CPF: 033.600.909-77,
VALOR TOTAL: R$ 50.000,00 mais os rendimentos da conta
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021.
EXECUÇÃO DO OBJETO: conforme plano de trabalho/aplicação.
AUTORIDADE COMPETENTE: Gilson José de Gois – Prefeito Municipal.
FORO: Comarca de Nova Londrina-PR
LOCAL E DATA: Itaúna do Sul-PR, 31 de julho de 2026.

Ratificação: O presente processo foi devidamente instruído com todos os documentos pertinentes e teve sua regularidade verificada pela assessoria jurídica. Com base nas razões expostas, a autoridade competente ratifica a INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PUBLICO, determinando a formalização termo de colaboração com Entidade mencionada, conforme as condições especificadas no processo. **Publicação:** Este extrato será publicado no Diário Oficial deste Município (AMP) e PNCP para garantir a transparência e publicidade do ato, conforme disposto na legislação vigente.

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2026
PARTES: O MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL-PR (CNPJ 75.458.836/0001-33), por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS (CNPJ 12.303.444/0001-85), e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITAÚNA DO SUL/PR – APAE (CNPJ 01.203.341/0001-27). OBJETO: Celebração de parceria, em regime de mútua cooperação, mediante inexigibilidade de chamamento público, para repasse de recurso financeiro oriundo de emenda parlamentar federal do Deputado Federal Luciano Ducci, vinculado à Programação nº 411130820260001 (Estrutura SUAS), destinado ao custeio das ações do Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, ofertado pela OSC, conforme Plano de Trabalho aprovado e parte integrante do instrumento. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 13.019/2014; Portaria MC nº 580/2020, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social; e Resolução CMAS nº 02/2026. VALOR TOTAL: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), acrescido dos rendimentos de aplicações financeiras. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data da assinatura. GESTORA DA PARCERIA: Sra. Elizabeth de Souza Narciso de Gois, Secretária Municipal de Assistência Social, em conjunto com o Prefeito Municipal. AUTORIDADE COMPETENTE: Gilson Jose de Gois – Prefeito Municipal. FORO: Comarca de Nova Londrina-PR. LOCAL E DATA: Itaúna do Sul-PR, 31 de julho de 2026.

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:9F94E840

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
PORTARIA 305/2026

PORTARIA Nº 305/2026

SÚMULA: Designa a Comissão de Monitoramento e Avaliação da parceria celebrada entre o Município de Itaúna do Sul e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itaúna do Sul – APAE, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

GILSON JOSE DE GOIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil;
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituída a **Comissão de Monitoramento e Avaliação** da parceria celebrada entre o Município de Itaúna do Sul e a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itaúna do Sul – APAE**, decorrente do Processo Administrativo nº 100/2026, formalizada por meio de Termo de Colaboração, com a finalidade de acompanhar, monitorar, fiscalizar e avaliar a execução da parceria, nos termos dos artigos 58 e 59 da Lei Federal nº 13.019/2014.
Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes membros:
Elizabeth de Souza Narciso de Gois, representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
Deborah Cristina Moreira de Sá Codato, representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
Giseli Doré Guilhem, representante da Secretaria Municipal de Administração/Finanças;
Renato Lima da Silva, representante do Controle Interno.
Art. 3º Compete à Comissão de Monitoramento e Avaliação:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da parceria;
II – Analisar os relatórios técnicos e financeiros apresentados pela Organização da Sociedade Civil;
III – Realizar visitas técnicas, quando necessárias;
IV – Emitir relatórios de monitoramento e avaliação, nos termos da legislação vigente;
V – Subsidiar o Gestor da Parceria quanto ao cumprimento das metas e resultados previstos no Plano de Trabalho;
VI – Avaliar a execução física e financeira da parceria, emitindo manifestação quanto à regularidade da prestação de contas;
VII – Exercer outras atribuições previstas na Lei Federal nº 13.019/2014 e demais normas aplicáveis.
Art. 4º A atuação dos membros da Comissão não será remunerada, sendo considerada serviço público relevante.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, em **31 de julho de 2026**.

GILSON JOSÉ DE GOIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Merielen Sotoriva Castanhari Furlan
Código Identificador:968A62BF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DECRETO Nº 140 / 2026

Súmula: Cria o Comitê Interinstitucional de elaboração, implementação e acompanhamento do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Município de Ivaí / PR.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, considerando: a garantia dos direitos da pessoa com deficiência na elaboração das políticas públicas, conforme previsto na Lei 13.146/2015 que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência e as diretrizes do Plano Nacional da Pessoa com Deficiência (Novo Viver Sem Limites), visando à garantia dos direitos fundamentais da pessoa com deficiência,
DECRETA:
Art. 1.º. Fica criado o Comitê Interinstitucional para Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, composto por 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente, indicados pelos representantes legais dos seguintes órgãos/instituições:
I – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

Titular: Francisco Elizandro Ostrufka
Suplente: Solange Sansonovski Cominesi
II – Conselho Municipal de Assistência Social:
Titular: Viviane Prsybylski
Suplente: Patricia Bobek
III – Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social:
Titular: Regina Camargo de Cristo
Suplente: Mariana Zatcerkony
IV – Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Cynthia Verenka
Suplente: Michelle Iavorski
V – Secretaria Municipal de Educação e Cultura:
Titular: Emilly Dalazoana Grochoski
Suplente: Isabel Sloboda Wilhelm
VI – Secretaria Municipal de Esporte e Turismo:
Titular: Leandro Sansana
Suplente: Alan Ritler de Matos
VII – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ivaí – APAE:
Titular: Rosilene Ferreira Borochok
Suplente: Analiesi Felema
VIII – Representantes da Sociedade Civil – Pais ou Responsáveis por Pessoas com Deficiência:
Titular: Camila Dziombra
Suplente: Solange Marcia Manfron
Art. 2.º. O Comitê ora instituído será presidido pela Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social.
Art. 3.º. O Comitê Interinstitucional para Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência tem as seguintes atribuições:
I – elaborar o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, incluindo ações, metas, indicadores de monitoramento e prazos de execução para cada órgão/instituição de atuação, para aprovação do CMPD;
II – acompanhar a implementação do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
Art. 4.º. Todas as secretarias e instituições responsáveis pela execução das políticas públicas setoriais que compõem a Política de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência participante deste Comitê deverão subsidiar a equipe de apoio de elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com informações e dados estatísticos que permitam traçar o diagnóstico da atual situação das pessoas com deficiência do Município de Ivaí / PR, dentro de suas atribuições.
Art. 5.º. O Comitê Interinstitucional para Elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentará à Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, no prazo máximo de 90 dias a partir da publicação deste Decreto, deverá elaborar o texto preliminar do referido Plano, com todos os componentes recomendados, incluindo o Plano de Ação, com as atribuições de cada órgão/instituição envolvido.
Art. 6.º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Ivaí / PR, 31 de julho de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Bobek
Código Identificador:29964115

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
5º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 233/2021 LICITAÇÃO Nº145/2021 PREGÃO ELETRÔNICO N º 110/2021

O Município de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivaí – Pr, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, brasileiro, casado, residente em Ivaí – PR, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 5.175.278-3 SSP-PR, do CPF/MF nº 715.210.549-91,a seguir denominados CONTRATANTES, e a empresa J**OHANES KLER FELEMA COMUNICAÇÕES ME**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, localizada na Rua Santos Dumont, Nº150, sala 2, Centro, Ivaí, Paraná, Cep: 84.460-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.421.352/0001-90, neste ato denominada CONTRATADA, representada pelo Senhor Johanes Kler Felema, brasileiro, casado, empresário, residente à Rua Santos Dumont, Nº 150, Centro, Ivaí - PR, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 8.200.299-5 SSP/PR e do CPF/MF nº 065.488.889-28, mediante observância ao disposto na Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, resolvem, de comum acordo, firmar este Termo Aditivo, regido pelas cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato Original nº 233/2021, bem como a concessão de reajuste do valor contratual, referente à prestação de serviços de Link de Internet via fibra óptica a ser instalado no Abrigo Institucional “Anjo da Guarda”.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO
Os prazos de execução e de vigência do referido contrato ficam prorrogados até **26 de julho de 2025**, com fundamento no Artigo 57, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇO
Fica concedido o reajuste sobre o valor do contrato no percentual de **3,16% (três vírgula dezesseis por cento)**, correspondente à variação acumulada do **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)** referente ao período regulamentar, passando o valor mensal/total a vigorar atualizado a partir do início deste período aditado.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 233/2021 que não foram expressamente modificadas por este Termo Aditivo.
E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo de Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.
Ivaí (PR), 26 de julho de 2024.

Prefeitura Municipal de Ivaí- PR
ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO -
Prefeito Municipal
Contratante

Johanes Kler Felema Comunicações ME
JOHANES KLER FELEMA –
Contratada

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:794D2AC2

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA N° 177/2026 LICITAÇÃO N° 027/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 018/2026 REGISTRO DE PREÇOS N° 010/2026

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de toners, peças e tintas, a serem entregues às Escolas Municipais.
CONTRATADA: N C DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 11.499,98
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 30/07/2026
Orli Antonio Camargo de Cristo: Prefeito Municipal
Representante legal: NEUSA CANDIDO DA SILVA

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:4DEF4895

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO N° 178/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 061/2026

OBJETO: Aquisição de kits odontológicos, visando atender às ações preventivas e educativas de saúde bucal promovidas pela Secretaria Municipal de saúde, através do programa saúde na escola.
CONTRATADA: MARLI SALAMUCHA SOCOLOVSKI - LIVRARIA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 10.425,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 29/07/2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

MARLI SALAMUCHA SOCOLOVSKI –
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:581CFA4F

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO N° 179/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 058/2026

OBJETO: Contratação de profissional ou empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção de radiadores visando garantir o adequado funcionamento da frota municipal.
CONTRATADA: JOSE MARIA MOREIRA 28581385915
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 44.000,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 29/07/2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

JOSE MARIA MOREIRA –
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:DBDA9E37

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO N° 180/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 062/2026

OBJETO: Fornecimento de assessoria e consultoria técnica tributária na formação e incremento do índice de participação do município no produto do ICMS.
CONTRATADA: CETAWORK LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 22.800,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 30/07/2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

ADMAR BORDE –
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:4F8DA946

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 175/2026
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 021/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026

OBJETO: Aquisição de Material Médico Hospitalar, Odontológica, Vigilância Sanitária, destinados aos pacientes usuários do SUS atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde Ivaí, lote - 10
CONTRATADA: YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 549,96
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 28/07/2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

IRENE LOPES SALVI
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:3A488CC9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ENCERRAMENTO CONTRATUAL CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 005/2025 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ sob nº. 76.285.337/0001-54.
CONTRATADA: ANDRIELI ZANON DA SILVA, inscrita no CPF/MF sob o nº: 101. ***. ***-50.
OBJETO: O presente Termo tem por objeto o Encerramento, por término do prazo de vigência, do Contrato de Trabalho por tempo determinado nº 005/2025, que tem por objeto: Contratação Temporária de prestação de serviço por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público, no cargo de Monitor de Alunos (temporário) no Município de Ivatuba, no Centro Municipal de Educação Infantil Carolina Fernandes Dias, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.
DATA DO ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31 de julho de 2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal n°. 032/2020 e Lei Complementar Municipal nº. 049/2025.
FORO: Comarca de Paiçandu, Estado do Paraná.

Ivatuba/PR 31 de julho de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:24BBD7B7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 020/2026-PMI

Após análise dos documentos de habilitação da Inexigibilidade nº. 020/2026-PMI, que tem por objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para Locação de Imóvel, o Prefeito Municipal torna pública a ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do presente objeto, em favor de COUNTRY CLUBE DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 78.194.289/0001-14, no valor total de R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

Ivatuba - Pr, 30 de julho de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:2E9DEA58

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 163/2026

Súmula: Concede férias regulamentares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE: -

Art.1º - Conceder férias ao Senhor Paulo Henrique Ribeiro, matricula nº 743, ocupante do Cargo em Comissão de Diretor Administrativo – CC1, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda – Encargos com Serviços do DETRAN, referente ao período aquisitivo de 23/01/2025 à 22/01/2026, a partir de 03/08/2026 retornando em 02/09/2026, conforme Processo Administrativo nº. 1397/2026 - PMI de 10/06/2026.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 31 (trinta e um) dias do mês de julho de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:EB3823D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 164/2026

Concede Gratificação por Tempo Integral e Dedicação Exclusiva – TIDE, nos termos da Lei Complementar nº 052/2025, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IVATUBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais constantes do inciso IV, do artigo 74 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:-

Art. 1º Conceder ao servidor Wesley Gomes da Silva – matrícula nº 494, detentor do cargo de provimento efetivo de Motorista Veículos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Gratificação por Tempo Integral e Dedicação Exclusiva – TIDE, correspondente a 40% (quarenta por cento) sobre os vencimentos básicos, conforme o artigo 103 e seguintes da Lei Municipal nº 263/2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ivatuba, alterado pela Lei Complementar nº 052/2025, a partir do dia 01 de agosto de 2026.

Art. 2º A concessão da referida gratificação (TIDE) tem por finalidade garantir a disponibilidade do servidor em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, em razão dos horários diferenciados do transporte escolar e para atendimento das demais necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme especificações constantes da CI nº 78/2026 – SEDUC, de 22/07/2026.

Art. 3º Fica a Gerência de Recursos Humanos autorizada a determinar as medidas administrativas necessárias, para que se efetivem os devidos registros.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos jurídicos e financeiros a partir de 1º de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 31 (trinta e um) dias do mês de julho de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:9C6C7D20

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 165/2026

Concede Gratificação por Tempo Integral e Dedicação Exclusiva – TIDE, nos termos da Lei Complementar nº 052/2025, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IVATUBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais constantes do inciso IV, do artigo 74 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:-

Art. 1º Conceder ao servidor João Moreira de Paiva – matrícula nº 347, detentor do cargo de provimento efetivo de Motorista Veículos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Gratificação por Tempo Integral e Dedicação Exclusiva – TIDE, correspondente a 40% (quarenta por cento) sobre os vencimentos básicos, conforme o artigo 103 e seguintes da Lei Municipal nº 263/2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ivatuba, alterado pela Lei Complementar nº 052/2025, a partir do dia 01 de agosto de 2026.

Art. 2º A concessão da referida gratificação (TIDE) tem por finalidade garantir a disponibilidade do servidor em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, em razão dos horários diferenciados do transporte escolar e para atendimento das demais necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme especificações constantes da CI nº 78/2026 – SEDUC, de 22/07/2026.

Art. 3º Fica a Gerência de Recursos Humanos autorizada a determinar as medidas administrativas necessárias, para que se efetivem os devidos registros.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos jurídicos e financeiros a partir de 1º de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 31 (trinta e um) dias do mês de julho de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:7A732425

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO N.º 057/2026 INEXIGIBILIDADE N. º 048/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 113/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ – PR.

FORNECEDOR: METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA

CNPJ: 05.035.532/0001-88

CONTRATO Nº: 057/2026

OBJETO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE AMERIOS – CISA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR SEDAN, NOVO, ZERO KM, ANO/MODELO

2026/2026, ITEM 06 DA ATA NO VALOR DE R$ 108.700,00 (CENTO E OITO MIL E SETECENTOS REAIS) DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ/PR, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS COM RECURSO ORÇAMENTÁRIO DE CONVÊNIO SECID – SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES – PARANACIDADE.

VALOR: R$ 108.700,00 (cento e oito mil e setecentos reais).

VIGÊNCIA: 12 meses.

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 31 de julho de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:C63E4C74

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 277/2023

Processo Administrativo: nº 177/2023.

Dispensa de Licitação: nº 55/2023.

Contratante: Município de Jaguapitã/PR, inscrito no CNPJ nº 75.457.341/0001-90.

Contratada: L.V. Consultoria Imobiliária Ltda.-ME, inscrita no CNPJ nº 79.213.971/0001-70.

Objeto do Termo Aditivo: Acréscimo do valor contratual correspondente ao período prorrogado, no montante de **R$ 52.392,00 (cinquenta e dois mil, trezentos e noventa e dois reais)**, destinado à continuidade da locação do imóvel utilizado para o funcionamento da Agência do Trabalhador do Município de Jaguapitã.

Fundamentação: O aditivo justifica-se pela necessidade de continuidade da locação do imóvel destinado ao funcionamento da Agência do Trabalhador, assegurando a continuidade do serviço público, em observância ao interesse público e às demais disposições legais aplicáveis.

Valor do Acréscimo: R$ 52.392,00 (cinquenta e dois mil, trezentos e noventa e dois reais).

Jaguapitã - PR, 31 de julho de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:79E5498D

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 277/2023

Processo Administrativo: nº 177/2023.

Dispensa de Licitação: nº 55/2023.

Contratante: Município de Jaguapitã/PR, inscrito no CNPJ nº 75.457.341/0001-90.

Contratada: L.V. Consultoria Imobiliária Ltda.-ME, inscrita no CNPJ nº 79.213.971/0001-70.

Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 277/2023, decorrente da Dispensa de Licitação nº 55/2023, por mais 12 (doze) meses, ficando prorrogada sua vigência até **10 de agosto de 2027**, com a finalidade de assegurar a continuidade da locação do imóvel destinado ao funcionamento da Agência do Trabalhador do Município de Jaguapitã.

Justificativa: A prorrogação decorre da permanência da necessidade administrativa que motivou a contratação, considerando que o imóvel continua atendendo às necessidades da Administração Pública quanto à localização, estrutura física e condições de utilização, assegurando a continuidade dos serviços prestados pela Agência do Trabalhador e atendendo aos princípios da continuidade do serviço público, da eficiência, da economicidade e do interesse público.

Jaguapitã - PR, 31 de julho de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:D66C518C

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DO TERMO DE DISTRATO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 45/2024

Processo Administrativo: Inexigibilidade nº 32/2024.

Chamamento Público para Credenciamento: nº 001/2024.

Contratante: Município de Jaguapitã/PR, inscrito no CNPJ nº 75.457.341/0001-90.

Contratada: Nayara Aparecida Tavares de Castro, inscrita no CPF nº 093.409.569-82.

Objeto: O presente Termo de Distrato tem por objeto a extinção consensual do Contrato Administrativo nº 45/2024, decorrente da Inexigibilidade nº 32/2024 – Chamamento Público para Credenciamento nº 001/2024, cujo objeto consistia no credenciamento de profissional de Psicologia para prestação de serviços junto à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Justificativa: A extinção contratual decorre da impossibilidade temporária de continuidade da execução do objeto em razão do afastamento da contratada para gozo de licença-maternidade, iniciada em 17 de julho de 2026, circunstância devidamente comprovada no Processo Administrativo nº 3301/2026, sendo necessária a adoção de medidas administrativas para assegurar a continuidade dos serviços públicos, sem que haja descumprimento contratual ou aplicação de penalidades à contratada.

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021, Contrato Administrativo nº 45/2024, Processo Administrativo nº 3301/2026 e demais documentos que instruem o procedimento administrativo.

Jaguapitã - PR, 31 de julho de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:39015431

GOVERNO MUNICIPAL
MUNICÍPIO JAGUAPITÃ/PR ERRATA DO EDITAL DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO. REF: CREDENCIAMENTO 007/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 085/2026.

Na publicação do EDITAL DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO, REF: CREDENCIAMENTO 007/2026,

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 085/2026 publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, do dia 31/07/2026, Edição 3585, código identificador 5BAB8C59;

Onde se lê:

CUIDADOR SOCIAL	
COLOCAÇÃO	NOME
01º	INSTITUTO FERNANDO ARAPIRANGA

Leia-se:

OFICINA DE MÚSICA PARA PESSOAS IDOSAS E CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
COLOCAÇÃO	NOME
01º	INSTITUTO FERNANDO ARAPIRANGA

Jaguapitã - PR, 31 de julho de 2026.

LUCIANA DA SILVA ROSA
Comissão de Avaliação – Portaria 380/2026

LARISSA KASSIA SOBRINHO DE REZENDE
Comissão de Avaliação – Portaria 380/2026

TERESA CRISTINA DA ROCHA SANTOS
Comissão de Avaliação – Portaria 380/2026

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:C0D90528

GOVERNO MUNICIPAL
MUNICÍPIO JAGUAPITÃ/PR ERRATA DO EDITAL DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO. REF: CREDENCIAMENTO 009/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 046/2026.

Na publicação do EDITAL DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO, REF: CREDENCIAMENTO 009/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 046/2026 publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, do dia 31/07/2026, Edição 3585, código identificador AFFFEAC8;

Onde se lê:

OFICINA DE ARTESANATO PARA IDOSOS	
COLOCAÇÃO	NOME
01 º	NEUSA VIEIRA DE OLIVEIRA

Leia-se:

ASSISTENTE SOCIAL - ENTREVISTADOR SOCIAL	
COLOCAÇÃO	NOME
01 º	NEUSA VIEIRA DE OLIVEIRA

Jaguapitã - PR, 31 de julho de 2026.

LUCIANA DA SILVA ROSA
Comissão de Avaliação – Portaria 457/2026

LARISSA KASSIA SOBRINHO DE REZENDE
Comissão de Avaliação – Portaria 457/2026

ADRIELE BARCELOS PORTO MILOZO
Comissão de Avaliação – Portaria 457/2026

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:08AF2E4B

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 477/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE,

EXONERAR o servidor público Sr. **ANISIO ELIEZER PEREIRA**, portador do CPF nº ***.916.459-**, matricula n.º **65601**, do cargo de Provimento Efetivo de **MOTORISTA**, em face do registro de aposentadoria junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, partir de **03 de agosto de 2026.**

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

COMUNIQUE-SE

CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 29 de julho de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:C433707F

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 479/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE,

EXONERAR o servidor público Sr. **JOAO PEDRO TEIXEIRA**, portador do CPF nº ***.059.489-**, matricula n.º **67701**, do cargo de Provimento Efetivo de **PADEIRO**, em face do registro de aposentadoria junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, partir de **03 de agosto de 2026.**

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

COMUNIQUE-SE

CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 29 de julho de 2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:52BBCC79

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 482/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE,

EXONERAR a servidora pública Sra**. MARIA APARECIDA DOS SANTOS** portadora do CPF nº ***.689.909-**, matricula n.º 63401, do cargo de Provimento Efetivo de **ZELADOR,** em face do registro

de aposentadoria junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, partir de **03 de agosto de 2026.**

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

COMUNIQUE-SE

CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 29 de julho de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:F34BA792

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 486/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E,

NOMEAR, NATANI ISABELI DE MOURA DE SOUZA, CPF ***684.579-**, para o cargo de **ENFERMEIRO,** 40 (quarenta) horas semanais, Contrato temporário de Excepcional Interesse Público, devidamente, devidamente aprovada no Processo Seletivo Simplificado, resultado definitivo Edital nº 004/2025 de 10/04/2025, com resultado final homologado pelo Decreto nº 04/2025 de 17/04/2026, prorrogado pelo Decreto 035/2026 de 07/04/2026 a partir de 03/08/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 29 de julho de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:93475529

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 489/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 95,84** (noventa e cinco reais e oitenta e quatro centavos) a favor da servidora pública municipal Sra. **TAMIRES APARECIDA PEREIRA DE SOUZA**, Agente de Endemias, lotada no setor de vigilância epidemiológica, referente ao pagamento de 02 (duas) diárias para arcar com as despesas de alimentação, face aos deslocamentos que fará a Londrina – Pr., nos dias 11 e 12/08/2026, para participar do treinamento de sistemas de imunização promovido pela 17ª Regional de Saúde, destinado à capacitação dos técnicos municipais responsáveis pela utilização dos sistemas oficiais de informação e imunização. Saída às 07h00 e retorno às 18h30, em ambos os dias, conforme Processo nº.3341/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 31 de julho de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:9B34DF51

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 490/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 47,92** (quarenta e sete reais e noventa e dois centavos) a favor da servidora pública municipal Sra. **GISLEINE LIMA DA SILVA**, Assistente Social, referente ao pagamento de 01(uma) diária, para arcar com as despesas de alimentação face ao deslocamento a cidade de Londrina – Pr., para participar da capacitação básica para equipes técnicas de Unidades de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes. Saída dia 31/07/2026 às 07h30, e retorno às 17h00 do mesmo dia, conforme Processo nº.3344/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 31 de julho de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:47D92E9A

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 491/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

RESOLVE
DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 239,64** (duzentos e trinta e nove reais e sessenta e quatro centavos) a favor do servidor público municipal Sr**. LUIZ CARLOS DE MORAES**, motorista, referente ao pagamento de ½ (meia) diária, face a viagem a Piraquara – Pr., para levar paciente para internamento psiquiátrico, via judicial. Saída no dia 27/07/2026 às 07h15, e retorno previsto às 22h00 do mesmo dia, conforme Processo nº.3371/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 31 de julho de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:B6E7F8C3

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 492/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 479,28** (quatrocentos e setenta e nove reais e vinte e oito centavos) a favor do servidor público municipal Sr**. CRISTIANO FERREIRA LIMA**, motorista, referente ao pagamento de 01 (uma) diária, face a viagem a Curitiba – Pr., para buscar paciente no Hospital Pequeno Príncipe. Saída no dia 28/07/2026 às 22h00, e retorno às 22h30 do dia 29/07/2026, conforme Processo nº.3373/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 31 de julho de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:49338233

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 493/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

R E S O L V E

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 239,64** (duzentos e trinta e nove reais e sessenta e quatro centavos) a favor da servidora pública municipal Sra**. VERA LUCIA DE PAULA**, Técnica em Enfermagem, referente ao pagamento de ½ (meia) diária, face a viagem a Piraquara – Pr., para levar paciente para internamento psiquiátrico, via judicial. Saída no dia 27/07/2026 às 07h15, e retorno previsto às 22h00 do mesmo dia, conforme Processo nº.3374/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 31 de julho de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:85AAA993

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 494/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 239,64** (duzentos e trinta e nove reais e sessenta e quatro centavos) a favor do servidor público municipal Sr**. CRISTIANO FERREIRA LIMA**, motorista, referente ao pagamento de ½ (meia) diária, face a viagem a Piraquara – Pr., para levar paciente para internamento psiquiátrico, via judicial. Saída no dia 27/07/2026 às 07h15, e retorno previsto às 22h00 do mesmo dia, conforme Processo nº.3376/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 31 de julho de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:C9B56505

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 495/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais,

RESOLVE,

DESIGNAR o servidor público municipal Sr. **JOÃO PAULO GOMES FIGUEIRA**, CPF nº 069.xxx.xxx-69 para exercer a função de Agente de Contratação do Município de Jaguapitã/PR., a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Nas licitações realizadas na modalidade pregão, o Agente de Contratação exercerá a função de Pregoeiro, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para comporem a Equipe de Apoio das licitações e contratações municipais regidas pela Lei Federal nº 14.133/2021:

ALEXANDRA DA SILVA PEREIRA BORTOLASSI, CPF nº 032.xxx.xxx-95
LARISSA KASSIA SOBRINHO DE REZENDE, CPF nº 112.xxx.xxx-17
NATHALIA DO ROZARIO SOUZA, CPF nº 114.xxx.xxx-13

Compete à Equipe de Apoio auxiliar o Agente de Contratação no desempenho de suas atribuições, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 103/2023.

As atribuições do Agente de Contratação são aquelas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 103/2023.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 056/2025 e as disposições em contrário.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

Edifício da Prefeitura Municipal de Jaguapitã, em 31 de julho de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:9DB5BE90

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 496/2026

Dispõe sobre a designação de servidores para atuarem como fiscais de contratos administrativos no âmbito da Administração Municipal, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente com fundamento no art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a adequada fiscalização dos contratos administrativos firmados pelo Município de Jaguapitã;

CONSIDERANDO que a fiscalização contratual é medida de controle imprescindível à boa execução dos serviços, obras e fornecimentos realizados com recursos públicos;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem como **fiscais de contratos administrativos** firmados no âmbito da Administração Pública Municipal, conforme a respectiva secretaria de lotação, devendo desempenhar suas funções nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.

I – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ANA CAROLINA GUIMARAES ALVES – MATRÍCULA N° 8148619
ANA FLAVIA RIBEIRO DE ASSIS – MATRÍCULA N° 8148363
ANDREIA CRISTINA RIBEIRO DA COSTA MIRA – MATRÍCULA Nº 71601
BRUNO PEREIRA DE OLIVO – MATRÍCULA Nº 8147500
DEBORAH CRYSTYNAH NASCIMENTO VIEIRA – MATRÍCULA N° 8148639
ELAINE BELLO MIRANDA – MATRÍCULA N° 8148365
ELIANE HIROMI YOKOTA AGUSTINETI – MATRÍCULA N° 801701
ESTEFANI NAYARA BARCELLOS – MATRÍCULA N° 8147590
FABIO BIONDO – MATRÍCULA Nº 8147935
GABRIELA MACHADO DE OLIVEIRA TERRA – MATRÍCULA N° 8147618
GIOVANA DA SILVA ALVES – MATRÍCULA N° 8148303
IRACELES PATRICIA STRINGHINI CARNEIRO – MATRÍCULA Nº 802001
IRIS INDYAMARA VELLOZO – MATRÍCULA Nº 814003
IVAN LUIZ PRADO – MATRÍCULA N° 800550
IZABELLA BORDIGNON – MATRÍCULA N° 8148567
JAQUELINE SILVA MARCELINO – MATRÍCULA N° 71701
JULIANA KEIKO INOUE – MATRÍCULA Nº 814007
JULIANA TAVARES MOREIRA – MATRÍCULA Nº 814050
LAIS BREVI DA SILVA – MATRÍCULA N° 8148304
LUARA CAROLINE RIBEIRO – MATRÍCULA N° 8148329
MARIA VITORIA SANTOS DE FRANCA – MATRÍCULA N° 8148612
MARIELLE CRISTINE BERTAO JORGE – MATRÍCULA N° 8147539
MARLI DE SOUZA CAINELLI – MATRÍCULA Nº 804601
PATRICIA APARECIDA DA SILVA MOREIRA – MATRÍCULA N° 800514
PATRICIA DE SOUZA VIOLI – MATRÍCULA N° 8147624
RAIANE VALERIA DIAS BUSIGNANI – MATRÍCULA N° 8148031
RENATA CRISTINA PEREIRA DE SOUZA – MATRÍCULA Nº 804601
RONALDO SILVA DE OLIVEIRA – MATRÍCULA Nº 800535
THAIS ROSA CLIMACO – MATRÍCULA N° 8147952
VITÓRIA ISABELLA RIBEIRO – MATRÍCULA N° 8148569

II – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
ADRIANA APARECIDA ROSA – MATRÍCULA Nº 1553
ALCIDIA MARIA DE ALMEIDA – MATRÍCULA Nº 102
ANA FLAVIA LONGO DE FREITAS – MATRÍCULA N° 8147652
BARBARA DOS SANTOS BARBOSA RIBEIRO – MATRÍCULA Nº 1539
CAROLINE MACHADO DOS SANTOS – MATRÍCULA Nº 8147552
CELEIDE SOARES DOS SANTOS – MATRÍCULA Nº 78609
CELSO HIDEKI MATIHARA – MATRÍCULA Nº 814014
CLAUDIA REGINA MANZAN – MATRÍCULA Nº 302
FLAVIO HENRIQUE BARBOSA RIBEIRO – MATRÍCULA Nº 8147577
GLAUCIA APARECIDA BORTOLASSI ALVARES – MATRÍCULA Nº 75401
HERCILIA DA SILVA OLIVEIRA E SILVA – MATRÍCULA Nº 43401
INGRID RAQUEL NUNES ESTEVES – MATRÍCULA Nº 78510
MARCIA ALBANO DE OLIVEIRA DA SILVA – MATRÍCULA Nº 44901
MARCIA MARIA FROIS DA SILVA – MATRÍCULA Nº 8147617
MARIA SOLANGE FIGUEIRA RIBEIRO DE PAULA – MATRÍCULA Nº 2902
MOEMA COELHO DOS SANTOS – MATRÍCULA Nº 44802
PAULA REGINA GREGORIO VIEIRA GONCALVES – MATRÍCULA Nº 78513
PRISCILLA NOBREGA VIEIRA ROCHA – MATRÍCULA Nº 8147548
RAFAELA CARRARA – MATRÍCULA Nº 8148272
ROBERTA DANIELA SCHWINGEL STEPANIUK BASSACO – MATRÍCULA Nº 8147562
ROSIVANA RODRIGUES MARTINS – MATRÍCULA Nº 8147563
THAYS REGINA DOS SANTOS MOREIRA RINK – MATRÍCULA Nº 8147581
VERONICE RODRIGUES DA SILVA – MATRÍCULA Nº 786427

III – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANA FLAVIA CANTARIN LARA HONORATO – MATRÍCULA Nº 786514
DANIELA KARINA ROSSETTO DOS SANTOS – MATRÍCULA Nº 67201
DIEGO HENRIQUE LEMOS NOGUEIRA – MATRÍCULA Nº 8148309
DIOGO ALVES – MATRÍCULA Nº 78615
ELVIO TONIN – MATRÍCULA N° 8148229
GUSTAVO BALCONI – MATRÍCULA N° 8148230
KATHIA YOSHIE FUTAMI – MATRÍCULA N° 8148568
LARIZA CRISTINA LEONEL FERNANDES – MATRÍCULA N° 786539
MARIA APARECIDA DIAS – MATRÍCULA N° 37001
MARIA APARECIDA LEONARDI – MATRÍCULA N° 40701
MARIUSA JOSÉ RIBEIRO – MATRÍCULA Nº 40301
VANDA FERREIRA DAMASCENO – MATRÍCULA Nº 8001
WILSON BARBOSA DE SOUZA – MATRÍCULA Nº 8148226

IV – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ARLINDO PIRES DE OLIVEIRA JUNIOR – MATRÍCULA Nº 8148237
BRUNA RUIZ DUARTE TURQUE – MATRÍCULA Nº 8148308
LAERCIO SOARES JUNIOR – MATRÍCULA Nº 78618
LANA TAIANE CRUZ – MATRÍCULA Nº 8148474
LUCAS WILLIAN SANTOS DE SOUZA – MATRÍCULA Nº 8148615
NICOLLAS SANT ANA LOPES – MATRÍCULA Nº 8148645
VINICIUS HENRIQUE NUNES PAIVA – MATRÍCULA N° 8148611
LUCIENE BERNARDO SANTOS MATTOS – MATRÍCULA N° 786355
GEDARVA CAMARGO DOS SANTOS – MATRÍCUA N° 786383

V – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ADRIANA CRISTINA ALVES BARBOSA – MATRÍCULA Nº 8148243

ADRIELE BARCELOS PORTO MILOZO – MATRÍCULA Nº 814012
DALILA APARECIDA DA SILVA – MATRÍCULA Nº 8148247
DANIELLE ALESSANDRA MERANCA CHIARARIA – MATRÍCULA N° 813201
ELISA HELENA RUFFO DA SILVA – MATRÍCULA Nº 8147675
GISLEINE LIMA DA SILVA - MATRÍCULA 8148364
INEZ IZELE DE MELLO - MATRÍCULA N° 70201
JOSELAINE LIMA FERREIRA – MATRÍCULA N° 8148504
LUCIANA DA SILVA ROSA – MATRÍCULA Nº 61801
MAIARA BATISTA DA CRUZ – MATRÍCULA Nº 8148245
MARIA CLARA FERNANDES MONTEIRO – MATRÍCULA Nº 8148579
MATHEUS DEZOTTI TOLENTINO – MATRÍCULA N° 8148578
NATHALIA MAZZETTO SARAIVA – MATRÍCULA Nº 8148327
PAMILA VIDIGAL BAZONI – MATRÍCULA N° 78619
TERESA CRISTINA DA ROCHA SANTOS – MATRÍCULA Nº 8148460
VIVIANE CRISTINA DIABERNA – MATRÍCULA N° 8148331
YASMIM RODRIGUES SCHELEGER – MATRÍCULA Nº 8148244

VI – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
ANGELO NICCHIO – MATRÍCULA Nº 8148223
IVANILDO DE OLIVEIRA DA SILVA – MATRÍCULA Nº 8148228
JESSYCA HENNIS GUEDES – MATRÍCULA Nº 8148511
MARCELO WATANABE DOS SANTOS – MATRÍCULA Nº 8148249

VII – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA
JOSE ANTONIO GOLFETTO – MATRÍCULA Nº 786387
ALINE NOCHI BERTO – MATRÍCULA Nº 8148241

VIII – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
ADRIANO DAMASCENO SILVA – MATRÍCULA Nº 78629

IX – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
RENAN DEZOTTI DE ALMEIDA – MATRÍCULA Nº 8148348

X – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO
AILTON DE JESUS – MATRÍCULA Nº 8148644

XI – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
MATHEUS JOSE DA ROCHA – MATRÍCULA Nº 8148337

Art. 2º - A atuação dos servidores designados como fiscais dar-se-á conforme a necessidade e especificidade dos contratos firmados pelas secretarias mencionadas, podendo ser técnica, administrativa ou ambas, conforme definido nos respectivos instrumentos contratuais.

Art. 3° - As atribuições dos servidores nomeados como fiscais de contratos administrativos estão regulamentadas através do Decreto N° 071/2026, matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 25/06/2025. Edição 3305.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 024/2026 e a Portaria N° 053/2026 e as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaguapitã, 31 de julho de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:9FDCF0D4

GOVERNO MUNICIPAL
PUBLICAÇÃO Nº 07.01/2026 – EDITAL DE RESULTADO FINAL - CUIDADOR(A) SOCIAL

MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 001/2026

Publicação nº 07.01/2026 – Edital de Resultado Final

Divulga o Edital de resultado final dos aprovados no Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2026 de 07 de abril de 2026, do Município de Jaguapitã.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICA o presente edital.

Divulga o resultado final com a classificação dos(as) candidatos(as) aprovados(as) no Processo Seletivo Simplificado, em ampla concorrência:

Cargo: Cuidador(a) Social

NOME COMPLETO	CPF	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
MARIA DE FATIMA MARQUES	XXX.257.659-XX	60,3	1
ROSEMEIRE DO NASCIMENTO GOMES	XXX.575.488-XX	39,1	2
LARISSA FERNANDA DE ARAUJO FERREIRA	XXX.237.409-XX	36,0	3
CLEVERSON MARTIN DANTAS	XXX.376.039-XX	30,0	4
ELIANE INOCENCIO DE OLIVEIRA	XXX.802.709-XX	29,0	5
GIOVANE HENRIQUE SANTOS DE SANTANA	XXX.304.699-XX	28,5	6
MARIA APARECIDA RODRIGUES MORENO	XXX.399.899-XX	26,7	7
MARCELO GOMES CAMACHO JUNIOR	XXX.376.319-XX	25,9	8
ROSANI RODRIGUES	XXX.288.169-XX	23,3	9
LEONETE DE SOUZA MESQUITA	XXX.659.869-XX	23,1	10
LUANA PAULA DE CAMPOS	XXX.430.009-XX	22,4	11
ELIANA ROSSETTO	XXX.046.629-XX	22,1	12
DOUGLAS ANDRE ROSA	XXX.028.599-XX	22,0	13
JENIFER LUANA DA CRUZ SENA	XXX.660.159-XX	21,7	14
FABIOLA PIRES DA SILVA CASTRO	XXX.770.209-XX	21,6	15
ANA PAULA DOS SANTOS CAMARGO	XXX.734.399-XX	21,4	16
SILVANA MARIA DE CARVALHO	XXX.716.229-XX	21,3	17
ALEXANDRA REGINA BASALIA	XXX.067.129-XX	21,0	18
JOSIANI CRISTINA APARECIDA TOLOY	XXX.817.149-XX	20,4	19
IONICE MOURA PEREIRA	XXX.479.819-XX	19,6	20
JULIA BEATRIZ ARAUJO MACHADO	XXX.635.109-XX	19,5	21
GLEICE VALERIA DA SILVA	XXX.255.479-XX	18,9	22
BRENDHA GABRIELE SILVA DOS SANTOS	XXX.924.259-XX	18,7	23
EDNA DA SILVA E SILVA	XXX.755.669-XX	18,5	24
DEISY ISABELY GONCALO DO NASCIMENTO	XXX.215.079-XX	18,2	25
NILDA DE SOUZA PEREIRA RIBEIRO	XXX.708.249-XX	18,1	26
KERULYN LOPES DOS REIS	XXX.551.949-XX	18,1	27
ELZA MARINEZ VITALINO	XXX.475.229-XX	18,0	28
LEANDRA RODRIGUES DA SILVA NASCIMENTO	XXX.141.679-XX	18,0	29
MALAINE ALVES DIAS DA SILVA	XXX.858.429-XX	18,0	30
THAIS DA SILVA MASSARUTE	XXX.896.169-XX	18,0	31
GIULIA ALVES OLIVEIRA	XXX.715.589-XX	18,0	32

Publique-se; comunique-se; registre-se

Jaguapitã, 31 de julho de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:39B35877

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA
DISPENSA ELETRÔNICA Nº08 - 2026

AVISO DE LICITAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA COM DISPUTA
Nº 08/2026
A CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA através do Agente de Contratação e Equipe de Apoio no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 17 de 23 de Março de 2026, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **06 de agosto de 2026, às 09h00min** horas no endereço eletrônico: https://bnccompras.com, Sistema BNC – Bolsa Nacional de Compras, conforme especificado no Edital de Dispensa Eletrônica nº 08/2026.
Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado e no Portal da Transparência da Câmara Municipal.

Objeto da Dispensa com Disputa:
O objeto deste procedimento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECIMENTO E MANUTENÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE EM PLATAFORMA WEB, SEM NECESSIDADE DE INSTALAÇÃO DE MÓDULOS NOS COMPUTADORES E SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL, ABRANGENDO SISTEMA DE GESTÃO DO PROCESSO LEGISLATIVO, SITE INSTITUCIONAL INTEGRADO AO SISTEMA LEGISLATIVO, PROTOCOLO DIGITAL, SOFTWARE DE ASSINATURA ELETRÔNICA EM NUVEM, SOFTWARE DE APOIO A GABINETES DE VEREADORES, INTEGRAÇÃO ELETRÔNICA ENTRE CÂMARA E PREFEITURA, PROTOCOLO DO SIC, OUVIDORIA DIGITAL, RECURSOS DE ACESSIBILIDADE, BACKUP AUTOMÁTICO REMOTO, SUPORTE TÉCNICO E E-MAILS INSTITUCIONAIS, INCLUINDO INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO PRESENCIAL DE USUÁRIOS E IMPORTAÇÃO DE BANCO DE DADOS, NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA/PR.**

Jardim Olinda, 27 de julho de 2026.

HEINE TEUEID DE SOUZA CARDOSO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Sivaldo Lopes Ferreira
Código Identificador:3B75D662

GABINETE MUNICIPAL
DECRETO Nº333/2026 DE 29 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Administração - CMA e dá outras providências.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA, Prefeito do Município de Jardim Olinda, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, e:

Considerando que o Município de Jardim Olinda reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), através da Lei Complementar de nº: 024/2024, que em seu Art. 159 revogou as disposições das Leis 367/2002; 7/2020; 931/2023 e 932/2023 e de acordo com o art. 40 da Constituição Federal;

Considerando que o Art. 21, da Lei Complementar Municipal 024 de 30 de janeiro de 2024, instituiu o Conselho Municipal de Administração (CMA), como órgão superior de deliberação colegiada do *JardimPrev*, estabelecendo que o mandado dos seus membros será de 4 (Quatro) anos;

Considerando que o Art. 21, da Lei Complementar Municipal 024 de 30 de janeiro de 2024, em seus incisos I, II, III e Parágrafo único, traz consigo uma nova composição do órgão superior de deliberação colegiada do *JardimPrev.*

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para composição do Conselho Municipal de Administração (CMA), nos termos em que preceitua o Art. 21, da Lei Complementar Municipal 024/2024, os seguintes Conselheiros:

Presidente: ***Andréa Aparecida Ferreira***

Membros: Regiane Maiara Schimitz
Lays Gonçalves Queiroz

Art. 2º O mandato dos Conselheiros do Conselho Municipal de Administração (CMA), será de 4 (Quatro) anos, admitida uma única recondução, como forma de assegurar a renovação periódica do Colegiado, nos termos em que dispõe o Art. 20 da Lei Complementar Municipal 024/2024.

Art. 3º As atribuições e obrigações do Conselho Municipal de Administração (CMA) encontram-se estabelecidas nos termos do Art. 22, incisos I a XVIII da Lei Complementar Municipal 024/2024.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Jardim Olinda/PR, 29 de julho de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Weverton Jose Dos Santos Lima
Código Identificador:A8CE707B

LICITAÇÃO
DECISÃO RECURSO - AUTORIDADE COMPETENTE

DECISÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR
JULGAMENTO DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 04/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia destinada à pavimentação em blocos sextavados de concreto, compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários à perfeita execução do objeto.
I – DA COMPETÊNCIA
Na qualidade de Autoridade Competente para homologação do presente procedimento licitatório, e nos termos do art. 165, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, compete a esta instância proceder ao julgamento dos recursos administrativos interpostos, examinando a regularidade do procedimento, a legalidade da decisão recorrida e sua conformidade com o ordenamento jurídico, preservando-se, contudo, o juízo técnico regularmente exercido pela Comissão de Contratação.
A atuação desta Autoridade Superior não se destina à repetição integral da análise técnica realizada pela instância originária, mas ao controle de legalidade, motivação, observância ao edital e atendimento ao interesse público, verificando se a decisão recorrida encontra respaldo na legislação aplicável e nos elementos constantes dos autos.
II – DO RELATÓRIO
Trata-se dos recursos administrativos interpostos no âmbito da Concorrência Eletrônica nº 04/2026 pelas empresas **SUPORTE CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA** e **NEX CONSTRUÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA**, em face da decisão proferida pelo Agente de Contratação que declarou suas respectivas inabilitações durante a fase de habilitação do certame.
Regularmente instaurada a fase recursal, foram oportunizadas as contrarrazões pela empresa **PROSPERE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA**, tendo os autos sido integralmente instruídos e submetidos ao julgamento da Comissão de Contratação.
Ao final, foi proferida decisão administrativa amplamente fundamentada, mediante a qual o Agente de Contratação conheceu do recurso interposto pela empresa **SUPORTE CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, negando-lhe provimento, bem como deixou de conhecer do recurso da empresa **NEX CONSTRUÇÃO E**

EMPREENDIMENTOS LTDA, em razão da ausência de apresentação tempestiva das respectivas razões recursais, mantendo-se, por conseguinte, as decisões de inabilitação anteriormente proferidas.

É o necessário relatório.

III – DA ANÁLISE

Após detida análise dos autos, verifica-se que a decisão proferida pelo Agente de Contratação observou integralmente o devido processo administrativo, assegurando às licitantes o contraditório, a ampla defesa e o exercício do direito de recorrer, em estrita observância ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e às regras estabelecidas no instrumento convocatório.

Constata-se, ainda, que a decisão recorrida enfrentou, de forma individualizada e suficientemente motivada, todas as alegações deduzidas pelas recorrentes, analisando os fatos, a documentação constante dos autos, as disposições do edital, a legislação aplicável, a doutrina especializada e a jurisprudência pertinente, concluindo, fundamentadamente, pela manutenção das inabilitações anteriormente declaradas.

No tocante à empresa **SUPORTE CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, restou devidamente demonstrado que a recorrente deixou de atender requisitos objetivos de habilitação expressamente previstos no edital, não sendo juridicamente possível admitir a apresentação posterior de documentos novos para suprir exigências substanciais não comprovadas no momento oportuno, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Em relação à empresa **NEX CONSTRUÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA**, igualmente correta a conclusão adotada pela Comissão de Contratação ao deixar de conhecer do recurso administrativo, diante da ausência de apresentação tempestiva das respectivas razões recursais, circunstância que impede a apreciação do mérito da insurgência.

Verifica-se, portanto, que a decisão recorrida encontra-se integralmente alinhada às disposições da Lei nº 14.133/2021, aos princípios da legalidade, da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da segurança jurídica e da motivação dos atos administrativos, inexistindo qualquer ilegalidade, vício procedimental, erro material ou afronta ao edital que justifique sua reforma.

Dessa forma, **adoto integralmente, como razão de decidir, os fundamentos constantes da decisão proferida pelo Agente de Contratação**, os quais passam a integrar a presente decisão para todos os fins de direito, por refletirem adequada interpretação da legislação aplicável, correta valoração das provas produzidas e fiel observância às regras estabelecidas no instrumento convocatório.

IV – DA DECISÃO

Diante do exposto, **com fundamento no art. 165, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021**, **DECIDO**:

I – CONHECER do recurso administrativo interposto pela empresa **SUPORTE CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA** e, **no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO**, mantendo integralmente a decisão proferida pelo Agente de Contratação que declarou sua inabilitação;

II – NÃO CONHECER do recurso administrativo interposto pela empresa **NEX CONSTRUÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA**, em razão da ausência de apresentação tempestiva das respectivas razões recursais, mantendo-se a decisão que declarou sua inabilitação;

III – MANTER integralmente a decisão administrativa proferida pelo Agente de Contratação, adotando seus fundamentos como razão de decidir, permanecendo inalterado o resultado da fase de habilitação da Concorrência Eletrônica nº 04/2026.

Publique-se.

Dê-se ciência às licitantes.

Após, retornem os autos ao Agente de Contratação para o regular prosseguimento do certame, observadas as formalidades legais.

Jardim Olinda/PR, 31 de Julho de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sivaldo Lopes Ferreira
Código Identificador:DB929EF7

LICITAÇÃO
DECISÃO RECURSO - COMISSÃO

DECISÃO ACERCA DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

I – DOS PRESSUPOSTOS FÁTICOS

Trata-se de análise dos recursos administrativos interpostos no âmbito da **Concorrência Presencial nº 04/2026**, instaurada pelo Município de Jardim Olinda/PR, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia destinada à pavimentação em blocos sextavados de concreto, compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários à perfeita execução do objeto, conforme especificações constantes do Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilhas Orçamentárias, Cronograma Físico-Financeiro, Estudo Técnico Preliminar, Documento de Formalização da Demanda e demais documentos integrantes do procedimento licitatório.

Conforme expressamente previsto no instrumento convocatório, o presente certame foi estruturado mediante a adoção da **inversão de fases**, nos termos do art. 17, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, circunstância devidamente motivada no Estudo Técnico Preliminar, no Documento de Formalização da Demanda e reproduzida no próprio edital de licitação. A Administração optou por realizar previamente a análise da documentação de habilitação de todos os licitantes, justamente para assegurar que apenas empresas efetivamente aptas, sob os aspectos jurídico, fiscal, econômico-financeiro e, sobretudo, técnico-operacional, participassem da etapa competitiva de lances, evitando disputa de preços entre empresas posteriormente incapazes de executar o objeto licitado.

Regularmente publicado o edital, observados todos os meios legais de publicidade e respeitados os prazos previstos na Lei nº 14.133/2021, não houve qualquer pedido de esclarecimento, impugnação ou questionamento acerca da adoção da inversão de fases, tampouco em relação aos requisitos de habilitação técnica, econômico-financeira, jurídica, fiscal ou trabalhista estabelecidos pela Administração.

Realizada a sessão pública de habilitação, compareceram ao certame seis empresas interessadas, ocasião em que a Comissão de Contratação procedeu à análise individualizada da documentação apresentada por cada licitante, observando rigorosamente os critérios objetivos previamente estabelecidos no edital.

Após minuciosa conferência documental, constatou-se que apenas três licitantes lograram demonstrar o atendimento integral das exigências editalícias, sendo declaradas habilitadas para prosseguimento à fase competitiva de disputa de preços.

Por outro lado, verificou-se que as empresas **NEX CONSTRUÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA**, **RIBER CONSTRUTORA LTDA** e **SUPORTE CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA** deixaram de comprovar o atendimento de requisitos técnicos expressamente exigidos no edital, circunstância que culminou em suas respectivas inabilitações, conforme detalhadamente registrado na Ata da Sessão Pública.

Em relação à empresa **RIBER CONSTRUTORA LTDA**, a inabilitação decorreu da ausência de atendimento aos requisitos de qualificação técnica previstos no instrumento convocatório, não tendo a referida licitante manifestado qualquer intenção recursal durante a sessão pública, operando-se, quanto a ela, a preclusão administrativa.

Já a empresa **NEX CONSTRUÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA**, ao término da sessão, manifestou tempestivamente intenção de recorrer da decisão que a declarou inabilitada, apresentando sucinta justificativa em campo próprio do sistema.

Todavia, embora regularmente intimada para apresentação das razões recursais, a recorrente **não protocolizou suas razões dentro do prazo legal**, limitando-se exclusivamente à manifestação de intenção recursal realizada durante a sessão pública, deixando transcorrer in albis o prazo previsto na Lei nº 14.133/2021 e no edital para fundamentação do inconformismo.

Desse modo, inexistem fundamentos jurídicos ou técnicos formalmente deduzidos pela empresa NEX capazes de infirmar os motivos que ensejaram sua inabilitação, circunstância que será oportunamente enfrentada na presente decisão.

Diversamente, a empresa **SUPORTE CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA** apresentou, tempestivamente, suas razões recursais, insurgindo-se contra a decisão administrativa que

reconheceu o não atendimento de requisitos de habilitação técnica previstos no edital.
Em síntese, sustenta a recorrente que determinadas exigências constantes do instrumento convocatório seriam excessivas ou desprovidas de pertinência com o objeto licitado, notadamente aquelas relacionadas à apresentação de documentação vinculada à exploração mineral, especialmente a comprovação da regularidade da área de lavra e da respectiva licença ambiental.
Defende, ainda, interpretação ampliativa do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, sustentando que a Administração poderia admitir a complementação documental após a abertura da sessão, sob fundamento do formalismo moderado e da busca da proposta mais vantajosa.
Em razão das alegações apresentadas, requer, em síntese, a reforma da decisão administrativa para que seja reconhecida sua habilitação e autorizado seu prosseguimento às fases subsequentes do certame.
Regularmente intimada, a empresa **PROSPERE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA**, então primeira colocada dentre as empresas habilitadas, apresentou tempestivamente suas contrarrazões, defendendo integralmente a manutenção da decisão administrativa.
Em sua manifestação, sustenta que a recorrente deixou efetivamente de apresentar documentos indispensáveis exigidos pelo edital, não se tratando de meras irregularidades formais, mas sim da ausência de comprovação de requisitos materiais de habilitação técnica.
Argumenta, ainda, que o art. 64 da Lei nº 14.133/2021 não autoriza a apresentação de documentos novos destinados a suprir requisito inexistente à época da habilitação, restringindo a realização de diligências apenas à complementação de informações referentes a documentos já apresentados ou à atualização daqueles cuja validade tenha expirado após a entrega da documentação.
Defende, por fim, que admitir a juntada posterior dos documentos omitidos implicaria violação aos princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e da segurança jurídica, além de conferir tratamento privilegiado à empresa recorrente em detrimento dos demais licitantes que observaram integralmente as regras previamente estabelecidas no edital.
Diante desse contexto fático-processual, passam os autos à análise do mérito recursal, oportunidade em que serão examinadas, de forma individualizada, as alegações apresentadas pelas recorrentes, confrontando-as com as disposições do edital, da Lei Federal nº 14.133/2021, da doutrina especializada e da jurisprudência aplicável ao caso concreto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre destacar que o procedimento licitatório em análise foi integralmente conduzido sob a égide da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se rigorosamente os princípios previstos em seu art. 5º, dentre eles os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, motivação, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade e isonomia, todos indispensáveis à preservação da lisura e da legitimidade do certame.
No caso concreto, merece especial relevo o fato de que o Município, no exercício da discricionariedade técnica conferida pelo art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021, optou expressamente pela adoção da **inversão de fases**, promovendo primeiramente a análise da habilitação dos licitantes para somente posteriormente realizar a disputa de preços.
Referida opção não decorreu de mera liberalidade administrativa, tampouco foi adotada de forma aleatória. Ao contrário, foi precedida de ampla motivação técnica constante do Estudo Técnico Preliminar, do Documento de Formalização da Demanda e reproduzida no próprio edital, os quais demonstraram que, diante da complexidade do objeto licitado — consistente na execução de obra pública de pavimentação —, seria mais eficiente, econômico e compatível com o interesse público assegurar previamente que apenas empresas efetivamente capacitadas participassem da fase competitiva.
A lógica adotada pela Administração revela-se plenamente compatível com a sistemática da Lei nº 14.133/2021. Em obras de engenharia, especialmente aquelas que envolvem execução de serviços especializados, utilização de equipamentos específicos, fornecimento de insumos minerais e responsabilidade técnica perante os órgãos de fiscalização profissional e ambiental, a demonstração prévia da capacidade operacional constitui instrumento indispensável para proteção do interesse público e mitigação dos riscos contratuais.
Não por outra razão, a própria Lei nº 14.133/2021 estabelece que a habilitação possui justamente a finalidade de verificar se o licitante reúne condições efetivas para executar o objeto contratado, autorizando a Administração a exigir documentação apta à comprovação da qualificação técnica operacional e profissional, da regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira.
Sob esse aspecto, todas as exigências constantes do edital mostram-se diretamente relacionadas às características do objeto licitado, inexistindo qualquer requisito arbitrário, desarrazoado ou desvinculado das necessidades concretas da contratação.
Importante observar que o edital permaneceu regularmente publicado durante todo o prazo legal, sendo amplamente divulgado nos meios oficiais de publicidade.
Durante esse período, **nenhuma empresa interessada formulou pedido de esclarecimento ou impugnação** relativamente à adoção da inversão de fases, tampouco questionou a legalidade, necessidade, proporcionalidade ou pertinência dos requisitos de habilitação estabelecidos pela Administração.
Tal circunstância possui significativa relevância jurídica.
Isso porque o sistema licitatório instituído pela Lei nº 14.133/2021 prestigia a estabilidade das regras previamente estabelecidas, impondo aos participantes a observância do instrumento convocatório como verdadeira norma interna do certame.
Ao optarem por participar da Concorrência nº 04/2026, todos os licitantes aderiram voluntariamente às regras editalícias, assumindo o dever jurídico de cumpri-las integralmente.
Incide, portanto, o princípio da **vinculação ao instrumento convocatório**, segundo o qual tanto a Administração quanto os particulares encontram-se vinculados às disposições constantes do edital, vedando-se a alteração das regras após o início do procedimento competitivo em benefício ou prejuízo de qualquer participante.
Tal princípio encontra fundamento não apenas no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, mas também decorre diretamente dos princípios constitucionais da isonomia, da segurança jurídica, da moralidade administrativa e do julgamento objetivo.
Permitir que, encerrada a fase de habilitação, determinado licitante passe a discutir a pertinência das exigências editalícias que aceitou previamente representaria inequívoca afronta à segurança jurídica e ao dever de respeito às regras do certame, além de conferir tratamento privilegiado incompatível com a igualdade de condições assegurada aos demais concorrentes.
No presente caso, observa-se precisamente essa situação.
As empresas recorrentes participaram regularmente da licitação, apresentaram sua documentação de habilitação, submeteram-se às regras estabelecidas pelo edital e somente após a constatação objetiva de que deixaram de atender requisitos técnicos indispensáveis passaram a sustentar suposta desnecessidade de determinadas exigências.
Todavia, não se admite que o licitante silencie durante toda a fase preparatória da licitação, deixe transcorrer o prazo para impugnação do edital e, somente após sua inabilitação, pretenda modificar as regras do procedimento para adequá-las à documentação efetivamente apresentada.
Tal conduta afrontaria frontalmente os princípios da boa-fé objetiva, da segurança jurídica e da vinculação ao instrumento convocatório.
Outro aspecto que merece especial destaque diz respeito à finalidade da própria fase de habilitação.
Ao contrário do que sustentam as razões recursais, a habilitação não constitui mera formalidade burocrática.
Sua finalidade consiste justamente em verificar, de forma objetiva e previamente ao julgamento das propostas — especialmente quando adotada a inversão de fases —, se o licitante possui efetiva capacidade para executar o objeto contratado.
Nesse sentido, a jurisprudência recentemente firmada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná reconhece expressamente que **a fase de habilitação possui natureza objetiva**, destinando-se à verificação da idoneidade e da capacitação do licitante para contratar com a Administração Pública, sendo irrelevante, nessa etapa procedimental, a existência de eventual proposta mais vantajosa caso não demonstrada a capacidade técnica exigida pelo edital. A Corte consignou, ainda, que a circunstância de determinado licitante apresentar o menor preço não autoriza sua permanência no certame

quando ausente a comprovação dos requisitos técnicos previamente estabelecidos pela Administração:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO . PREGÃO ELETRÔNICO. INABILITAÇÃO. INTENÇÃO DE RECORRER. DESNECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO . INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO. **AUSÊNCIA DE ATESTADOS DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA. DOCUMENTO APRESENTADO APÓS A INABILITAÇÃO. INAPTIDÃO . AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE**. INEXISTÊNCIA DE TRATAMENTO DESIGUAL ENTRE LICITANTES. PERIGO DE DANO INVERSO. AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO PROVIDO . AGRAVO INTERNO PREJUDICADO. I. Caso em exame Agravo de instrumento interposto em face de decisão que, em mandado de segurança, indeferiu liminar voltada à suspensão de Pregão Eletrônico e à reabertura da fase recursal administrativa. Agravo interno interposto em face da decisão monocrática que indeferiu a antecipação da tutela recursal . II. Questões em discussão (i) Saber se há verossimilhança na alegação de cerceamento do direito da recorrente ao recurso administrativo, em razão da exigência de motivação na intenção de recorrer.(ii) Saber se houve, em cognição sumária, ilegalidade na inabilitação da recorrente, especialmente quanto à comprovação da capacidade técnica e à alegada quebra de isonomia entre licitantes. III . Razões de decidir (i) O edital exigiu motivação na intenção de recorrer, ao contrário do que prevê o art. 165, § 1º, I, da Lei nº 14.133/2021. A doutrina destaca que a supressão legislativa da motivação visa à ampliação do direito dos licitantes e à limitação do juízo de admissibilidade da Administração .(ii) Embora configurado o aparente cerceamento, os fundamentos que seriam apresentados na esfera administrativa foram plenamente deduzidos neste agravo de instrumento.(iii) No mérito, em cognição sumária, não houve comprovação da capacidade técnica: os atestados apresentados referiam-se a fornecimento, manutenção ou operação de equipamentos, sem dedicação exclusiva de mão de obra. O atestado do TRT foi emitido após a inabilitação e não pode ser considerado. **A autoridade coatora e o TCE/PR afirmaram que a documentação não atestava o requisito essencial do edital** .(iv) Não se vislumbra quebra de isonomia, pois a empresa vencedora corrigiu inconsistências formais; já **a agravante não comprovou requisito indispensável de habilitação**.(v) A suspensão do contrato causaria dano inverso ao interesse público, dada a essencialidade dos serviços culturais prestados pelo Centro Cultural Teatro Guaíra.(vi) O agravo interno resta prejudicado ante o julgamento do agravo de instrumento. Dispositivo e tese de julgamento Agravo de instrumento não provido . Agravo interno prejudicado. Tese de julgamento: "**Não é relevante a fundamentação quanto à ilegalidade da inabilitação da impetrante, pois não comprovada na fase de habilitação a aptidão técnica para a prestação dos serviços, inexistindo quebra de isonomia e não se justificando medida liminar diante do risco de dano inverso ao interesse público**. "Atos normativos: Lei nº 14.133/2021, art . 5º, art. 6º, XVI, art. 17, § 1º, art. 165, § 1º, I; Lei nº 12 .016/2009, art. 7º, III; CPC, art. 300 e art. 80; LINDB, art . 20; Constituição Federal, art. 215.

(TJ-PR 00968624120258160000 Curitiba, Relator.: Clayton de Albuquerque Maranhao, Data de Julgamento: 24/03/2026, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 27/03/2026)

Ainda neste sentido:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA PROVISÓRIA RECURSAL. MANDADO DE SEGURANÇA . MEDIDA LIMINAR. INDEFERIMENTO. LICITAÇÃO. FASE DE HABILITAÇÃO . REQUISITOS DO EDITAL. **NÃO ATENDIMENTO. INABILITAÇÃO. AUSÊNCIA, A PRINCÍPIO, DE ILEGALIDADE NO ATO IMPETRADO** . RELEVÂNCIA DO FUNDAMENTO NÃO DEMONSTRADA. MELHOR PROPOSTA. IRRELEVÂNCIA. **NÃO COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA** PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO . REQUISITOS OBJETIVOS. 1. **A fase de habilitação visa a apurar a idoneidade e a capacitação da pessoa, física ou jurídica, contratar com a Administração Pública**. Tratam-se de requisitos objetivos, previamente determinados e de conhecimento dos licitantes, para participação no processo licitatório, decorrente de expressa previsão legal . 2. A prova documental acostada à inicial, em cognição sumária, comprova a execução de uma apenas uma parcela do objeto da licitação, mas não de sua integralidade. 3. A circunstância de ter apresentado a melhor proposta não autoriza a sua manutenção no certame, porquanto **a fase de habilitação decorre de exame objetivo do atendimento dos requisitos do instrumento convocatório, sendo irrelevante, nesta fase, o preço ofertado para execução do serviço**. RECURSO NÃO PROVIDO.

(TJ-PR 0062946-60.2018.8 .16.0000 Curitiba, Relator.: Nilson Mizuta, Data de Julgamento: 04/12/2018, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 07/12/2018).

Referidos entendimentos ajustam-se perfeitamente ao caso concreto.

As inabilitações promovidas durante a sessão pública decorreram exclusivamente da análise objetiva da documentação apresentada pelos próprios licitantes, inexistindo qualquer critério subjetivo, discricionário ou inovador adotado pela Comissão de Contratação.

Ao contrário, foram rigorosamente observados os requisitos constantes do edital, aplicados indistintamente a todos os participantes, preservando-se integralmente o tratamento isonômico entre os concorrentes.

Prosseguindo na análise do mérito recursal, verifica-se que o principal fundamento invocado pela empresa **SUPORTE CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA** consiste na alegação de que a Administração poderia admitir, após a abertura da sessão de habilitação, a apresentação dos documentos cuja ausência motivou sua inabilitação, invocando para tanto o princípio do formalismo moderado e o disposto no art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Todavia, referida interpretação não encontra respaldo na legislação vigente, tampouco na doutrina especializada ou na jurisprudência atualmente consolidada sobre a matéria.

O art. 64 da Lei nº 14.133/2021 dispõe expressamente:

"**Art. 64**. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a **apresentação de novos** documentos, salvo em sede de diligência, para:

I – complementação de informações acerca dos documentos **já apresentados pelos licitantes** e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II – Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas."

Da interpretação sistemática desse dispositivo legal conclui-se que o legislador buscou preservar dois valores igualmente relevantes: de um lado, a busca pela proposta mais vantajosa e a mitigação de formalismos excessivos; de outro, a preservação da isonomia, da segurança jurídica e da vinculação ao instrumento convocatório. Não por outra razão, a lei permite apenas a complementação de informações relativas a documentos já constantes do processo ou a atualização daqueles cuja validade tenha expirado, vedando, em contrapartida, a apresentação de documentos inteiramente novos destinados a suprir requisito substancial que não foi comprovado no momento oportuno.

É justamente essa distinção que se mostra determinante para o deslinde do presente recurso. No caso concreto, não se está diante de documento ilegível, incompleto, vencido, contendo erro material ou passível de simples esclarecimento. Também não se verifica situação em que determinada informação pudesse ser complementada mediante diligência para confirmar fato já demonstrado na documentação originalmente apresentada. O que efetivamente ocorreu, conforme registrado na Ata da Sessão Pública, foi a ausência de apresentação de documentos técnicos exigidos pelo edital, circunstância que impossibilitou a demonstração objetiva do atendimento aos requisitos de habilitação.

Nessas condições, eventual juntada posterior da documentação faltante não configuraria complementação de informação, saneamento de falha formal ou atualização documental, mas verdadeira apresentação de documentos novos, hipótese expressamente vedada pela Lei nº 14.133/2021. Admitir tal procedimento significaria reabrir a fase de habilitação exclusivamente em benefício de determinado licitante, alterando o marco temporal estabelecido pelo edital e criando situação privilegiada incompatível com a igualdade de tratamento assegurada aos demais participantes do certame.

A doutrina enfatiza que o princípio do formalismo moderado não pode ser interpretado como autorização para afastar regras substanciais do procedimento licitatório. Ao contrário, o art. 64 não representa uma "porta sempre aberta" para que licitantes apresentem documentos esquecidos ou omitidos após encerrada a fase de habilitação, pois isso significaria modificar as regras do certame durante sua execução e

comprometer a previsibilidade, a transparência e a igualdade de condições entre os participantes. Em outras palavras, o formalismo moderado destina-se a afastar rigorismos inúteis relacionados a meras impropriedades formais, jamais a dispensar o atendimento de requisitos materiais de habilitação expressamente previstos no edital.

Esse entendimento encontra respaldo, inclusive, na jurisprudência do Tribunal de Contas da União citada pelo próprio autor, especialmente no Acórdão nº 1.211/2021-Plenário, segundo o qual a diligência pode ser utilizada para complementar documentação apta a comprovar condição preexistente, mas não para permitir que o licitante apresente documentação nova destinada a suprir requisito essencial cuja comprovação não ocorreu no momento oportuno. A interpretação adotada pelo TCU, longe de flexibilizar indiscriminadamente a habilitação, reforça justamente a necessidade de distinguir situações de mero esclarecimento daquelas em que se pretende alterar substancialmente a documentação apresentada após o encerramento da fase correspondente.

Dessa forma, não assiste razão à recorrente ao sustentar que a Administração estaria obrigada a admitir a apresentação posterior dos documentos cuja ausência motivou sua inabilitação. A interpretação pretendida, além de contrariar a literalidade do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, implicaria manifesta violação aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia, do julgamento objetivo e da segurança jurídica, conferindo tratamento privilegiado à empresa recorrente em detrimento das demais licitantes que atenderam integralmente às exigências editalícias desde o momento oportuno. Entender de forma diversa equivaleria a admitir que o licitante pudesse escolher livremente quando cumprir as exigências do edital, esvaziando completamente a finalidade da fase de habilitação e tornando inócuo o próprio procedimento de inversão de fases legitimamente adotado pela Administração.

Cumpre registrar, ainda, que a própria conduta adotada pelas empresas recorrentes ao longo do procedimento administrativo reforça a correção da decisão proferida durante a sessão pública.

Conforme consignado na Ata da Sessão, a empresa **SUPORTE CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA** foi declarada inabilitada em razão do não atendimento cumulativo de exigências expressamente previstas no edital, dentre elas a ausência da documentação relativa à qualificação econômico-financeira, da comprovação da capacidade técnico-operacional exigida no item 8.4.1, alínea "b", bem como da documentação referente à **Licença Ambiental de Operação da Pedreira e à Concessão de Lavra válida emitida pela Agência Nacional de Mineração – ANM**, documentos exigidos nas alíneas "d" e "e" do item correspondente do instrumento convocatório.

Ao apresentar suas razões recursais, entretanto, a recorrente limitou-se a sustentar a suposta desnecessidade de parte dessas exigências e a defender interpretação ampliativa do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, **sem, contudo, apresentar e atender à integralidade dos documentos cuja ausência motivou sua inabilitação**, circunstância que, por si só, evidencia a inexistência de qualquer fato novo capaz de alterar a conclusão anteriormente alcançada pela Comissão de Contratação.

Ainda que, em tese, fosse juridicamente admissível a realização de diligência — hipótese que, conforme amplamente demonstrado, não se verifica no presente caso —, observa-se que a própria recorrente **não cuidou sequer de juntar aos autos administrativos todos os documentos cuja ausência pretende ver desconsiderada**, limitando-se exclusivamente à argumentação jurídica acerca da suposta ilegalidade das exigências editalícias.

Em outras palavras, o recurso administrativo não veio acompanhado de todos os elementos documentais aptos a demonstrar que os requisitos efetivamente eram atendidos à época da abertura do certame, circunstância que reforça a impossibilidade de reforma da decisão recorrida.

No tocante especificamente à alegação de que seria desnecessária a apresentação da **Licença Ambiental de Operação da Pedreira** e da correspondente **Concessão de Lavra expedida pela Agência Nacional de Mineração**, igualmente não assiste razão à recorrente.

A presente contratação possui por objeto a execução de obra pública de pavimentação em blocos sextavados de concreto, cuja execução demanda, necessariamente, a utilização de diversos agregados minerais, dentre eles **brita graduada, brita, pó de pedra, rachão e demais materiais oriundos de atividade minerária**, insumos indispensáveis à composição das camadas estruturais do pavimento e previstos nas especificações técnicas do projeto executivo.

É de conhecimento técnico que tais materiais somente podem ser extraídos e comercializados mediante exploração mineral regularmente autorizada pelos órgãos competentes, observadas as normas estabelecidas pelo Código de Mineração, pela Agência Nacional de Mineração e pelos órgãos ambientais responsáveis pelo licenciamento da atividade.

Nesse contexto, a exigência constante do edital não possui natureza meramente burocrática nem representa restrição indevida à competitividade. Ao contrário, trata-se de requisito diretamente relacionado ao próprio objeto contratado, destinado a assegurar que os materiais empregados na execução da obra sejam provenientes de fonte regularmente licenciada, garantindo a legalidade da cadeia de fornecimento, a proteção ao meio ambiente, a rastreabilidade da origem dos insumos e a adequada execução contratual.

Além disso, referida exigência revela-se plenamente compatível com o dever constitucional imposto à Administração Pública de promover o desenvolvimento sustentável nas contratações públicas, princípio expressamente incorporado pela Lei nº 14.133/2021, bem como com o dever de selecionar fornecedor que demonstre possuir condições efetivas de executar integralmente o objeto licitado.

Não se pode olvidar que a Administração Pública responde pela adequada fiscalização da execução contratual e possui o dever de prevenir riscos decorrentes da utilização de materiais oriundos de exploração mineral irregular, circunstância que poderia acarretar, além de responsabilizações ambientais, paralisação da obra, prejuízos ao interesse público e comprometimento da própria execução do contrato.

Por essa razão, a documentação exigida pelo edital revela-se plenamente pertinente, proporcional e tecnicamente justificável, inexistindo qualquer ilegalidade ou excesso capaz de justificar sua desconsideração após encerrada a fase de habilitação.

Também merece registro a situação da empresa **NEX CONSTRUÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA**.

Embora tenha manifestado intenção de recorrer durante a sessão pública, conforme expressamente consignado na Ata, a referida empresa **não apresentou suas razões recursais no prazo legal**, deixando transcorrer integralmente o prazo previsto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021 sem qualquer manifestação capaz de impugnar os fundamentos da decisão administrativa.

A ausência das razões recursais produz relevante consequência processual.

A manifestação de intenção de recorrer possui natureza exclusivamente preliminar, destinando-se apenas a resguardar o direito de interposição do recurso administrativo. Todavia, é a apresentação das razões recursais que delimita o objeto da insurgência, permite o exercício do contraditório pelos demais licitantes e possibilita à Administração conhecer efetivamente os fundamentos jurídicos e fáticos do inconformismo.

No presente caso, inexistindo razões recursais, inexistem igualmente fundamentos concretos capazes de infirmar os motivos que ensejaram a inabilitação da recorrente, razão pela qual permanece hígida a decisão proferida durante a sessão pública.

Cumpre salientar, ainda, que durante toda a tramitação recursal a empresa NEX **também não apresentou qualquer documento destinado a suprir as ausências constatadas na fase de habilitação**, permanecendo inalterado o quadro fático existente quando da realização da sessão pública.

Assim, seja pela ausência de fundamentação recursal, seja pela inexistência de qualquer elemento novo apto a modificar a decisão administrativa, não subsiste qualquer fundamento jurídico que autorize a revisão da inabilitação anteriormente declarada.

Por fim, importa destacar que a manutenção das decisões de inabilitação não representa excesso de formalismo, mas sim consequência direta da estrita observância da Lei nº 14.133/2021 e das regras objetivamente estabelecidas no instrumento convocatório.

A Administração Pública não possui discricionariedade para dispensar exigências editalícias após encerrada a fase de habilitação, tampouco pode criar oportunidade excepcional para que determinados licitantes complementem documentos cuja apresentação era obrigatória desde o início do procedimento. Proceder de forma diversa significaria violar os princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e da segurança jurídica, comprometendo a

própria credibilidade do certame e colocando em situação de desigualdade as empresas que diligentemente atenderam, no momento oportuno, a todas as exigências estabelecidas pela Administração.

III – CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, considerando os fundamentos de fato e de direito amplamente delineados nesta decisão, esta comissão **CONHECE** do recurso administrativo interposto pela empresa **SUPORTE CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, porquanto presentes os pressupostos de admissibilidade, para, **NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO**, mantendo-se integralmente a decisão proferida pela Comissão de Contratação que declarou sua **inabilitação**, em razão do não atendimento às exigências de habilitação previstas no instrumento convocatório.

Quanto à empresa **NEX CONSTRUÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA**, embora tenha manifestado intenção de recorrer durante a sessão pública, deixou de apresentar tempestivamente as respectivas razões recursais, conforme exigido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pelo instrumento convocatório. Assim, **NÃO CONHEÇO** do recurso administrativo, por ausência de pressuposto de admissibilidade indispensável à sua apreciação, mantendo-se, por conseguinte, a decisão que declarou sua **inabilitação**.

Por conseguinte, **mantém-se integralmente a decisão proferida na fase de habilitação**, permanecendo inalterado o resultado do certame, com a manutenção da **habilitação da empresa PROSPERE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA**, por ter demonstrado o atendimento integral às exigências estabelecidas no edital.

Publique-se a presente decisão, dando-se ciência às licitantes, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

Após, encaminhem-se os autos à autoridade competente para as providências subsequentes.

Jardim Olinda/PR, 29 de Julho de 2026.

SIVALDO LOPES FERREIRA
Agente De Contratação

BRUNA ANDRIELE QUINTILIANO QUEIROZ
Equipe De Apoio

ELIZETE DA SILVA PEREIRA RODRIGUES
Equipe De Apoio

MARIA FERNANDA DE SOUZA GOMES DUTRA
Equipe De Apoio

Publicado por:
Sivaldo Lopes Ferreira
Código Identificador:640E0A8C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 096/2026

PARTES: Município de Jundiaí do Sul e a **Empresa RODO SERVICE LTDA, CNPJ nº 00.688.075/0004-50**
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 26/2026, nos termos da Lei 14.133/21 e alterações posteriores.
OBJETO: Contratação de empresa especializada e autorizada pela fabricante Marcopolo para fornecimento, sob demanda, de peças, componentes, acesso rios originais e genuínos, bem como prestação de serviços especializados de manutenção o preventiva e corretiva destinados aos ônibus da marca Volare pertencentes a frota municipal. A contratação compreendera ainda diagnósticos eletrônicos, inspeções técnicas, parametrizações, atualizações de software quando necessárias, assistência técnica especializada e demais serviços indispensáveis ao pleno funcionamento dos equipamentos, pertencentes à frota do Município de Jundiaí do Sul.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação na Lei Orçamentária nº 802 de 22/12/2025.
VIGENCIA: 12 meses.
VALOR: R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais).
DATA DA ASSINATURA: 31/07/2026.
FORO: Comarca de Ribeirão do Pinhal – Pr.

Jundiaí do Sul - PR, 31 de julho de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Douglas Felipe de Carvalho
Código Identificador:5FE5C040

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

GABINETE
DECRETO Nº 29851, DE 31 DE JULHO DE 2026

SÚMULA: Aplica a penalidade de impedimento de licitar e multa com a Administração Pública do Município da Lapa em face da Empresa KRZYZANOWSKI TRANSPORTES LTDA.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

- Considerando o Processo Digital nº 24697/2023;
- Considerando o Parecer Jurídico nº 111/2025 e errata e Parecer Jurídico nº 464/2025;
- Considerando a Decisão Administrativa proferida pelo Sr. Secretária Municipal de Educação do Município da Lapa datada de 24 de julho de 2026.

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica aplicada à Empresa KRZYZANOWSKI TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.013.116/0001-90, a penalidade de multa de 10% sobre o valor estimado dos itens prejudicados, no valor total de R$ 66.237,40 (sessenta e seis mil, duzentos e trinta e sete reais e quarenta centavos), nos termos do subitem 21.3.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 086/2022.

Parágrafo Único. Além da multa constante no caput deste artigo, fica também aplicada a penalidade de impedimento de licitar com o Município da Lapa, pelo período de 06 (seis) meses, sem prejuízo de manutenção do impedimento por período superior, em caso de inadimplência da multa, nos termos do subitem 21.3.2 do Edital do Pregão Eletrônico nº 086/2022.

Art. 2º – Cumpra-se a integralidade das disposições da Instrução Normativa nº 156/2020 do TCE – Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do município da Lapa, em 31 de Julho de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito do Município da Lapa

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:C6D4C266

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DA LAPA
PORTARIA Nº. 492 DE 31 DE JULHO DE 2026.

Súmula: Concede Aposentadoria Voluntária ao(à) servidor(a) Público(a) Municipal.

O Diretor-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Lapa, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 3º, inc. XXVIII, 109, 110, 111 da Lei Municipal nº. 2183, de 24 de junho de 2008 e art. 4º da Lei nº 4463 de 03 de outubro de 2025.

* Considerando o Processo Administrativo nº 056/2026 - LAPAPREVI;
* Considerando o que dispõe o art. 54 da Lei Municipal nº. 2183/2008, c.c. Art 3º, da EC 47/2005 (Fórmula 85/95);
* Considerando o Parecer Jurídico nº. 50/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder, a partir de 1º/08/2026, APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, com provento integral, ao(à) servidor(a) ROSEANE TEREZINHA COLAÇO DA CRUZ, matrícula nº 1355-01, ocupante do cargo de "AUXILIAR ADMINISTRATIVO", com fundamento no art. 54 da Lei Municipal nº. 2183/2008, c.c. 3º, da EC nº 47/2005 (Fórmula 85/95).

Art. 2º - Os proventos de inatividade perfazem R$ 7.198,09 (Sete mil, cento e noventa e oito reais e nove centavos) mensais, além da Gratificação de Natal anual.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os valores serão reajustáveis, para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, na mesma data e nos mesmos índices em que se der o reajuste dos servidores ativos do Município, conforme o disposto no art. 7º, da EC nº 41/2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

ALTAIR EUKO
Diretor Presidente
Instituto LAPAPREVI

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:A619B4EE

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DA LAPA
PORTARIA Nº. 493, DE 31 DE JULHO DE 2026.

Súmula: Concede Aposentadoria Voluntária à servidor(a) Público(a) do Município de Lapa, Estado do Paraná.

O Diretor-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Lapa, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 3º, inc. XXVIII, 109, 110, 111 da Lei Municipal nº. 2183, de 24 de junho de 2008 e art. 4º da Lei nº 4463 de 03 de outubro de 2025.

* Considerando o Processo Administrativo nº 059/2026;
* Considerando o que dispõe o art. 53 da Lei Municipal nº. 2183/2008, c.c. 6º, da EC nº 41/2003;
* Considerando o Parecer Jurídico nº 49/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a partir de 1º/08/2026, APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, com provento integral, ao(à) servidor(a) CARLA RENATA HAMMERSCHMIDT, ocupante do cargo de "PROFESSOR PRÉ ESCOLAR", Matrícula nº 227-01, com fundamento no art. 53 da Lei Municipal nº. 2183/2008 c.c. ao Art. 6º da EC nº 41/2003.

Art. 2º - Os proventos de inatividade perfazem de R$ 5.643,62 (Cinco mil, seiscentos e quarenta e três reais e sessenta e dois centavos) mensais, não inclusa a Gratificação de Natal anual.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os valores serão reajustáveis, para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, na mesma data e nos mesmos índices em que se der o reajuste dos servidores ativos do Município, conforme o disposto no art. 7º, da EC nº 41/2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

ALTAIR EUKO
Diretor Presidente
Instituto LAPAPREVI

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:5FF8464E

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DA LAPA
PORTARIA Nº. 494 DE 31 DE JULHO DE 2026.

Súmula: Concede Aposentadoria Voluntária ao(à) servidor(a) Público(a) Municipal.

O Diretor-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Lapa, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 3º, inc. XXVIII, 109, 110, 111 da Lei Municipal nº. 2183, de 24 de junho de 2008 e art. 4º da Lei nº 4463 de 03 de outubro de 2025.

* Considerando o Processo Administrativo nº 060/2026 - LAPAPREVI;
* Considerando o que dispõe o art. 54 da Lei Municipal nº. 2183/2008, c.c. Art 3º, da EC 47/2005 (Fórmula 85/95);
* Considerando o Parecer Jurídico nº. 48/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a partir de 1º/08/2026, APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, com provento integral, ao(à) servidor(a) MARIA DE LOURDES BIETKOSKI DA SILVEIRA, matrícula nº 992-01, ocupante do cargo de "AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS", com fundamento no art. 54 da Lei Municipal nº. 2183/2008, c.c. 3º, da EC nº 47/2005 (Fórmula 85/95).

Art. 2º - Os proventos de inatividade perfazem R$ 3.096,62 (Três mil e noventa seis reais e sessenta e dois centavos) mensais, além da Gratificação de Natal anual.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os valores serão reajustáveis, para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, na mesma data e nos mesmos índices em que se der o reajuste dos servidores ativos do Município, conforme o disposto no art. 7º, da EC nº 41/2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

ALTAIR EUKO
Diretor Presidente
Instituto LAPAPREVI

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:056DF20D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 040/2026– UASG 987657-SRP

OBJETO: Aquisição de itens de material de expediente através do Sistema Registro de Preços para o período de 12 meses.
ENTREGA DAS PROPOSTAS: até o dia 19/08/2026 às 09:29 horas.
DATA DA SESSÃO: 19/08/2026 às 09:30 horas no site https://www.gov.br/compras/pt-br/.

TIPO: Menor Preço por Item.
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.
VALOR MÁXIMO ADMITIDO:R$ 578.565,79 (Quinhentos e setenta e oito mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e setenta e nove centavos)
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital completo poderá ser examinado e obtido, através do site https://www.gov.br/compras/pt-br/, no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço: lapa.atende.net "acesso Identificado no link – licitações" ou no site https://www.gov.br/pncp/pt-br. Outras informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações da Prefeitura Municipal da Lapa/PR, situada na Rua Barão do Rio Branco 1709 (Fundos) – Centro, no horário compreendido das 9h às 12h e das 13h30m às 17h, ou pelo telefone (41) 3547-8029.
Lapa, 31 de julho de 2026.

APARÍCIO LEVI DE QUEVEDO
Pregoeiro

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:15C70633

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 041/2026– UASG 987657-

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de Regularização Fundiária de Interesse Social, nas áreas localizadas no Município.
ENTREGA DAS PROPOSTAS: até o dia 18/08/2026 às 09:29 horas.
DATA DA SESSÃO: 18/08/2026 às 09:30 horas no site https://www.gov.br/compras/pt-br/.
TIPO: Menor Preço do Lote
MODO DE DISPUTA: Aberto.
VALOR MÁXIMO ADMITIDO:R$ 59.450,00 (cinquenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital completo poderá ser examinado e obtido, através do site https://www.gov.br/compras/pt-br/, no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço: lapa.atende.net "acesso Identificado no link – licitações" ou no site https://www.gov.br/pncp/pt-br. Outras informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações da Prefeitura Municipal da Lapa/PR, situada na Rua Barão do Rio Branco 1709 (Fundos) – Centro, no horário compreendido das 9h às 12h e das 13h30m às 17h, ou pelo telefone (41) 3547-8029.
Lapa, 31 de julho de 2026.

APARÍCIO LEVI DE QUEVEDO
Pregoeiro

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:397D2F3D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram Unicesumar - Centro Universitário de Maringá (Instituição de Ensino) e a Prefeitura Municipal da Lapa (Parte Concedente).

O estágio supervisionado em Serviço Social caracteriza-se pelas atividades de ensino obrigatórias para a integralização do curso com o objetivo de capacitar o aluno ao exercício profissional.
As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

Início: 27/07/2026

Final: 10/09/2026

Horas semanais: 30h

ASSINATURAS: CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA, RAQUEL CRISTINA LUIS MINCOFF E GISLAINE RIBEIRO DE ANDRADE.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:D3962661

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram Unicesumar - Centro Universitário de Maringá (Instituição de Ensino) e a Prefeitura Municipal da Lapa (Parte Concedente).

O estágio supervisionado em Serviço Social caracteriza-se pelas atividades de ensino obrigatórias para a integralização do curso com o objetivo de capacitar o aluno ao exercício profissional.
As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

Início: 01/08/2026

Final: 21/08/2026

Horas semanais: 20h

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Marcia Maria Previato de Souza e Keisy Kemilly dos Santos Rosa.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:02B77E9E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram Unicesumar - Centro Universitário de Maringá (Instituição de Ensino) e a Prefeitura Municipal da Lapa (Parte Concedente).

O estágio supervisionado em Serviço Social caracteriza-se pelas atividades de ensino obrigatórias para a integralização do curso com o objetivo de capacitar o aluno ao exercício profissional.
As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

Início: 03/08/2026

Final: 31/08/2026

Horas semanais: 4h

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Mara Cecilia Rafael Lopes e Thalia Vidal.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:4F72F9D0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram Unicesumar - Centro Universitário de Maringá (Instituição de Ensino) e a Prefeitura Municipal da Lapa (Parte Concedente).

O estágio supervisionado em Serviço Social caracteriza-se pelas atividades de ensino obrigatórias para a integralização do curso com o objetivo de capacitar o aluno ao exercício profissional.

As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

Início: 06/08/2026

Final: 06/08/2026

Horas semanais: 4h

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Marcia Maria Previato de Souza e Emily Iroldina Ferreira dos Santos.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:DC8879CD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram Unicesumar - Centro Universitário de Maringá (Instituição de Ensino) e a Prefeitura Municipal da Lapa (Parte Concedente).
O estágio supervisionado em Serviço Social caracteriza-se pelas atividades de ensino obrigatórias para a integralização do curso com o objetivo de capacitar o aluno ao exercício profissional.
As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

Início: 03/08/2026

Final: 07/08/2026

Horas semanais: 20h

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Marcia Maria Previato de Souza e Ana Luiza Kaseker.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:28A15AB3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram Unicesumar - Centro Universitário de Maringá (Instituição de Ensino) e a Prefeitura Municipal da Lapa (Parte Concedente).

O estágio supervisionado em Serviço Social caracteriza-se pelas atividades de ensino obrigatórias para a integralização do curso com o objetivo de capacitar o aluno ao exercício profissional.
As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

Início: 03/08/2026

Final: 17/08/2026

Horas semanais: 8h

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Marcia Maria Previato de Souza e Ana Luiza Kaseker.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:EB7AAA69

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram Unicesumar - Centro Universitário de Maringá (Instituição de Ensino) e a Prefeitura Municipal da Lapa (Parte Concedente).

O estágio supervisionado em Serviço Social caracteriza-se pelas atividades de ensino obrigatórias para a integralização do curso com o objetivo de capacitar o aluno ao exercício profissional.
As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

Início: 04/08/2026

Final: 13/08/2026

Horas semanais: 10h

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Marcia Maria Previato de Souza e Adrielly Kaseker Martins.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:2969E0E0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
MUNICÍPIO DA LAPA EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2026

A Prefeitura Municipal da Lapa, Estado do Paraná através de sua Comissão Permanente de Licitações, torna público a abertura de CHAMAMENTO PÚBLICO para "Aquisição de produtos alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações para atender o Programa Municipal de Alimentação e Nutrição Escolar da Secretaria Municipal de Educação no ano letivo de 2026.", de acordo com as especificações e forma previstas no Edital de Chamamento Público Nº 003/2026 e seus anexos.
A partir do dia 04 de agosto até 26 de agosto de 2026, os interessados deverão protocolar a documentação exigida, na Secretaria de Administração/Departamento de Compras, Licitações e Contratos situada na Rua Barão do Rio Branco, Nº 1.709 (Fundos) – Centro – Lapa – PR, em dias úteis das 09h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h00.
A sessão pública de abertura dos envelopes será realizada no dia 26 de agosto de 2026 às 09h30, no endereço indicado acima.
O Edital poderá ser requisitado no endereço e horário acima citado, ou feito download no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço: lapa.atende.net "acesso identificado no link – licitações/credenciamento".

Lapa-PR, 31 de julho de 2026.

APARÍCIO LEVI DE QUEVEDO
Agente de Contratação

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:65E2C129

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 709, DE 14 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre autorização para conduzir veículos oficiais.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a servidora ALANNA MARIA ABILHOA, ocupante do cargo de DIRETOR GERAL DO CENTRO DA JUVENTUDE, matriculado(a) sob nº 80776-3 a conduzir veículos oficiais.

Art. 2º Conforme estabelecido no capítulo IV – DAS MULTAS DE TRÂNSITO DOS VEÍCULOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO

DA LAPA – Arts. 41 a 47, do Decreto Municipal n°16714 de 03/02/2011, o(s) condutor(es) relacionados(s) do Art. 1° desta Portaria fica(m) responsável(eis) pelas infrações e o ônus das multas efetuando o ressarcimento delas por meio de pagamento em parcela única ou parcelada, mediante instrumento legal cabível.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:4FA765E0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 710, DE 14 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a retificação de concessão de férias.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica retificada a Portaria SEMAD nº 646, de 30 de junho de 2026, que passa a vigorar com as seguintes alterações:
Onde se lê:

10730-1	GILLIARD MAIDL	02/02/2025 01/02/2026	a	27/07/2026 13/08/2026	a

Leia-se:

10730-1	GILLIARD MAIDL	02/02/2025 01/02/2026	a	03/08/2026 20/08/2026	a

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:45EEB1E2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 711, DE 14 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a retificação de concessão de férias.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica retificada a Portaria SEMAD nº 646, de 30 de junho de 2026, que passa a vigorar com as seguintes alterações:
Onde se lê:

8789-1	THAIS CRISTINA BUDZIAKI SUPLICY	01/09/2024 31/08/2025	a	20/07/2026 03/08/2026	a

Leia-se:

8789-1	THAIS CRISTINA BUDZIAKI SUPLICY	01/09/2024 31/08/2025	a	13/07/2026 27/07/2026	a

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:492F54F2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 712, DE 14 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a retificação de concessão de férias.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica retificada a Portaria SEMAD nº 646, de 30 de junho de 2026, que passa a vigorar com as seguintes alterações:
Onde se lê:

8322-1	BRUNA SCARDANZAN HORNUNG	01/03/2025 28/02/2026	a	04/07/2026 02/08/2026	a

Leia-se:

8322-1	BRUNA SCARDANZAN HORNUNG	01/03/2025 28/02/2026	a	13/07/2026 11/08/2026	a

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:33C5E2FC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 713, DE 14 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a retificação de concessão de férias.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica retificada a Portaria SEMAD nº 196, de 5 de março de 2026, que passa a vigorar com as seguintes alterações:
Onde se lê:

8842-3	MARIA CRISTINA DOS SANTOS	07/10/2024 a 06/10/2025		01/03/2026 15/03/2026	a

Leia-se:

8842-3	MARIA CRISTINA DOS SANTOS	07/10/2024 a 06/10/2025		13/07/2026 27/07/2026	a

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:D3A79BDE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 714, DE 14 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a retificação de concessão de férias.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica retificada a Portaria SEMAD nº 646, de 30 de junho de 2026, que passa a vigorar com as seguintes alterações:
Onde se lê:

1349-1	ROSANGELA RASMUSSEN	18/02/2025 17/02/2026	a	20/07/2026 08/08/2026	a
1349-2	ROSANGELA RASMUSSEN	09/08/2024 08/08/2025	a	20/07/2026 08/08/2026	a

Leia-se:

1349-1	ROSANGELA RASMUSSEN	18/02/2025 17/02/2026	a	03/08/2026 22/08/2026	a
1349-2	ROSANGELA RASMUSSEN	09/08/2024 08/08/2025	a	03/08/2026 22/08/2026	a

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:07680B54

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 715, DE 14 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre alteração de local de trabalho através de remoção de ofício.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica removido(a) de ofício o(a) servidor(a) NEIVA IONE CORREA DA SILVA, ocupante do cargo de ENFERMEIRO, matriculado(a) sob nº 9419-1, lotada atualmente na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE/ FARMACIA BASICA para a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE/ PSF CAIC.
Art. 2° A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1° de julho de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:A52EABE8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 716, DE 14 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença especial por produtividade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Especial por Produtividade, ao(a) servidor(a) CLAUDINEY DE JESUS DE LIMA GRIBNER ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS, matriculado(a) sob nº 81035-1.
Art. 2º O período de fruição compreende entre 13 de julho de 2026 a 29 de julho de 2026, correspondente ao período aquisitivo de 12 de abril de 2018 a 11 de abril de 2023
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de julho de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:EA91E6EF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 717, DE 14 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre realização de perícia médica para avaliação laboral.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica determinada, aos servidores abaixo especificados, a realização de perícia médica para avaliação laboral.

Matrícula		Nome	Cargo
1670	3	ELIANE BANCZINSKI SANTOS	EDUCADOR INFANTIL
9245	1	GILMAR DE CHAVES COELHO	MOTORISTA HABILITACAO D
9950	4	GRACIELE THURMANN SCHUSTER	EDUCADOR INFANTIL
81150	1	JOAO ANTONIO GOLL DE CAMPOS	MECANICO DE MAQUINAS PESADAS
288	1	JOAO VITOR XAVIER DA SILVEIRA	TECNICO EM INFORMATICA
11441	1	JULIANE FIESZT DA SILVEIRA	PROFESSOR

Art. 2º Fica designado o Doutor ADRYAN LUCAS RODRIGUES DE JESUS, CRM nº 60128/PR para a realização da Perícia Médica.
Art. 3º A perícia será realizada em 17 de julho de 2026, a partir das 9 horas, na Rua Tenente Henrique dos Santos, 408, devendo o médico emitir laudo no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período.
Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de julho de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:594B1B8B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 718, DE 14 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedido aos servidores abaixo especificados ADICIONAL DE INSALUBRIDADE no importe de 20% (vinte por cento), incidentes sobre o menor vencimento da tabela do município:

Matrícula		Nome	CARGO	LOCAL DE TRABALHO	DATA DE ADMISSÃO
82817	1	CAROLINA DE CAMPOS MARKOWICZ	ENFERMEIRO	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO	15/07/2026
82808	1	ELY GANZERT PIERIN	CIRURGIAO DENTISTA	CLINICA ODONTOLOGICA JOAO LACERDA BRAGA	01/07/2026
82816	1	JESSICA FITZ PIERIN	ENFERMEIRO	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO	02/07/2026

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir das datas especificadas na coluna ”DATA DE ADMISSÃO”.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:7D42B5A0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 719, DE 14 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença especial por produtividade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Especial por Produtividade, ao(a) servidor(a) ADRIANA DE FATIMA SOSSELA CAVALHEIRO, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ODONTOLOGIA, matriculado(a) sob nº 4456-3.
Art. 2º O período de fruição compreende entre 8 de julho de 2026 a 6 de agosto de 2026, correspondente ao período aquisitivo de 16 de maio de 2016 a 15 de maio de 2021.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 8 de julho de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:1B9C9AA6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 721, DE 16 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a prorrogação do prazo de vigência do termo de cessão.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica prorrogado, até 31 de dezembro de 2026,o prazo de vigência do Termo de Cessão referente ao(a) servidor(a) PAULO CESAR FRISSO JUNIOR, ocupante do cargo de MEDICO CLINICO GERAL DIARISTA, matriculado(a) sob nº 80905-1, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Unidade Hospitalar Porte II, junto ao hospital regional São Sebastião.
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:F0B4E48F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 722, DE 16 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a conversão em pecúnia de Licença Especial por Produtividade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:
Art. 1º - Fica convertido em PECÚNIA a Licença Especial por Produtividade do(a) servidor(a), aposentada a partir de 1° de abril de 2023, MARIA CRISTINA HOFFMANN, ocupante do cargo de PROFESSOR, matriculado(a) sob nº 978-1.
Art. 2º A Licença Especial por Produtividade corresponde ao período aquisitivo de 1° de junho de 2017 a 31 de maio de 2022.
Art. 3º Esta Portaria foi elaborada com base na Lei Complementar n° 226 de 12 de janeiro de 2026, que trata sobre a revogação do inciso IX do artigo 8 da Lei Complementar n° 173 de 27 de maio de 2020, da Presidência da República, que determinou a suspensão da contagem do tempo no período compreendido entre 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, com exceção aos servidores da área da Saúde e de Segurança Pública, conforme lei complementar nº 191, de 08 de março de 2022.
Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:F93A475F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 723, DE 17 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre realização de perícia médica para avaliação laboral.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art.1º Fica determinada, aos servidores abaixo especificados, a realização de perícia médica para avaliação laboral.

Matrícula		Nome	Cargo
81150	1	JOAO ANTONIO GOLL DE CAMPOS	MECANICO DE MAQUINAS PESADAS
9062	1	JOAO SKRZYPIETZ	OPERADOR DE MAQUINA RODOVIARIA
10812	1	LEONIDAS DE DEUS BUENO	ATENDENTE DE MUSEUS
8697	3	MARINEI MARCIA DE OLIVEIRA KADES	COZINHEIRA

Art.2º Fica designado o Doutor ADRYAN LUCAS RODRIGUES DE JESUS,CRM nº 60128/PR para a realização da Perícia Médica**.**
Art. 3º A perícia será realizada em 24 de julho de 2026, a partir das 9 horas, na Rua Tenente Henrique dos Santos, 408, devendo o médico emitir laudo no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período.
Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 de julho de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:9129D923

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 725, DE 24 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de avanço vertical para integrantes do quadro do magistério.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025,no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017,resolve:

Art. 1º Fica concedidoAvanço Vertical aos servidores abaixo qualificados.

Matrícula	Funcionário	Cargo	Classe Referência Atual de vencimento do quadro dos servidores do Magistério	Classe Referência Nova de vencimento do quadro dos servidores do Magistério
3220-3	KASSIANE CORDEIRO NADOLNY	PROFESSOR	C	D
11451-3	MARIA EDUARDA LIMA DA SILVEIRA	PROFESSOR	C	D
82200-2	REGINALDO DOS SANTOS BARBOSA	PROFESSOR	C	D
82195-1	SIMONE APARECIDA FONTOURA DROBINIEWSKI	PROFESSOR	C	D
10908-4	VANESSA DO ROCIO PORTELLA	PROFESSOR	C	D
5294-2	VANIA ALEXANDRA KASEKER UKAN	PROFESSOR	C	D

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro a partir de 1º de agosto de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:AE65BC47

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 726, DE 24 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de avanço vertical para integrantes do quadro do magistério.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025,no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017,resolve:
Art. 1º Fica concedidoAvanço Vertical à servidora abaixo qualificada.

Matrícula	Funcionário	Cargo	Classe Referência Atual de vencimento do quadro dos servidores do Magistério	Classe Referência Nova de vencimento do quadro dos servidores do Magistério
8270-5	ANDREA APARECIDA WOSNIAKI STABACKA	PROFESSOR	C	D

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro a partir de 1º de julho de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:EE5CB416

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 727, DE 24 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre alteração de local de trabalho através de remoção de ofício.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica removido(a) de ofício o(a) servidor(a) LUELEN HOFFMANN DE JESUS, ocupante do cargo de EDUCADOR INFANTIL, matriculado(a) sob nº 5391-3, lotado atualmente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER/CMEI IRMA RUTH para a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER/CMEI LIA TEREZA CAMPANHOLO MENDES.
Art. 2° A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de julho de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:7690D683

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 728, DE 24 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva (TIDE).

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedido GRATIFICAÇÃO POR TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA (TIDE), no Percentual de 42% (quarenta e dois por cento), incidente sobre seu vencimento, ao(a) servidor(a) LETICIA MAYER AMARANTE, ocupante do cargo de PSICOLOGO, matriculado(a) sob nº 81935-1.
Art. 2ºA presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de maio de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:D2CA3207

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 729, DE 24 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva (TIDE).

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedido GRATIFICAÇÃO POR TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA (TIDE), no Percentual de 100% (cem por cento), incidente sobre seu vencimento, ao(a) servidor(a) THIAGO RIBAS BUBNIAK, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCACAO FISICA, matriculado(a) sob nº 82709-1.
Art. 2ºA presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1° de agosto de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:8E062203

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 730, DE 27 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a Concessão de Progressão de Carreira.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025,no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017,resolve:

Art. 1º Fica concedida, aos servidores na forma do anexo, Progressão de Carreiranas modalidades MERECIMENTO E PRODUTIVIDADE PRESUMIDA.

Matrícula	Funcionário	Cargo	Grupo Ocupacional	Classe Referência Atual	Classe Referência Nova
10002-01	ELVIS ADRIANO OLIVEIRA	PROCURADOR DO MUNICIPIO	NIVEL SUPERIOR	B 05	B 07

Art. 2ºA presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:BFBEAC2C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 731, DE 28 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a prorrogação de adicional de insalubridade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art.1º Ficam prorrogados por mais 30 dias os efeitos da Portaria 607 de 23 de junho de 2026, a qual prorrogou os efeitos da Portaria 502 de 22 de maio de 2026, mantendo-se temporariamente suspensa a revogação da Portaria 112 de 4 de fevereiro de 2026, a qual revogou ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, incidentes sobre o menor vencimento da tabela do município. A prorrogação trata exclusivamente dos servidores especificados na Portaria 112 de 4 de fevereiro de 2026.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:D1281C87

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER
ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO

O Município da Lapa, Estado do Paraná, torna pública a anulação do processo de Inexigibilidade de Licitação nº 28/2026, referente à contratação de Bruna Pereira Sossella, CPF 077.214.659-40, para a prestação de serviços como agente de apoio educacional e instrutores de oficinas culturais, educacionais, socioeducacionais e de integração, no valor de R$ 34.348,80 (trinta e quatro mil e trezentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos), decorrente do Edital de Credenciamento nº 001/2026, já anulado e publicado no Diário Oficial da União do dia 6 de julho de 2026.

Lapa, 31 de julho de 2026.

JANAINA PIOVEZAN RIBAS
Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:9CF49508

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 117/2025

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 045/2025 (PD Nº 14366/2025).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: SRA. DANIELE KRIGOVSKI PEDROSO, CPF Nº 104.838.989-88.
OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA INTERESSADOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTORES DE OFICINAS EDUCACIONAIS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA LAPA/PR NAS MODALIDADES DE: ARTES/ARTESANATO, BOXE CHINÊS, BALÉ, LÍNGUA INGLESA, PRÁTICAS ESPORTIVAS, PROJETOS MATEMÁTICOS, PRÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, MUSICALIZAÇÃO E XADREZ, ITEM 06, OFICINA DE PROJETOS MATEMÁTICOS.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 919/2026 (PD Nº 14939/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, CONSIDERANDO O PARECER JURÍDICO Nº 614/2026/PGM, CONFORME ART. 105 E 107, DA LEI 14.133/2021 E O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 117/2025, POR MAIS 12 (DOZE) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 09.08.2026 E 08.08.2027, DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS DO PERÍODO O VALOR CONTRATUAL DE R$ 36.247,68 (TRINTA E SEIS MIL, DUZENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS), SENDO R$ 22,32 (VINTE E DOIS REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS) O VALOR P/HORA TRABALHADA.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 21/07/2026
DATA ASSINATURA: 30/07/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:68B7BD84

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 191/2026

ORIGEM: EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE INSTRUTORES DE OFICINAS EDUCACIONAIS Nº 001/2024 (PD 18519/2024), QUE ORIGINOU O PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 47/2026 (PD Nº 14430/2026).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391 DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: SRA. ADRIANE SANTOS VIEIRA, CPF Nº 048.934.919-62.
OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA INTERESSADOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTORES DE OFICINAS EDUCACIONAIS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA LAPA/PR NAS MODALIDADES DE: ARTES/ARTESANATO, BOXE CHINÊS, BALÉ, LÍNGUA INGLESA, PRÁTICAS ESPORTIVAS, PROJETOS MATEMÁTICOS, PRÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, MUSICALIZAÇÃO E XADREZ, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 MESES CONTADOS DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO, NA FORMA DO ARTIGO 105 DA LEI N° 14.133, DE 2021, PRORROGÁVEL POR ATÉ 10 (DEZ) ANOS NA FORMA DOS ARTIGOS 106 E 107 DA LEI N° 14.133, DE 2021.
VALOR CONTRATUAL: R$ 36.604,80 (TRINTA E SEIS MIL, SEISCENTOS E QUATRO REAIS E OITENTA CENTAVOS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
REQUISIÇÃO Nº 908/2026 (PD Nº 14548/2026)
CÓDIGO REDUZIDO: 247
ÓRGÃO: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER.
UNIDADE: 2 - DEPARTAMENTO GERAL DA EDUCAÇÃO
AÇÃO: 2265 - MANUTENÇÃO DA ATIVIDADES OPERACIONAIS DE SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E EXTENSÕES E REDE DE ENSINO
VÍNCULO: 104 - 25% SOBRE DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À E
SUBELEMENTO: 3339036990100000000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA.
FUNDAMENTO LEGAL: TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO DIGITAL Nº 18519/2024, COM FULCRO NO DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815/2023, C.C DECRETO MUNICIPAL Nº 26.822/2023, C.C LEI FEDERAL N° 14.133/2021 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS E ATRAVÉS DA COMISSÃO ESPECIAL DE CREDENCIAMENTO, DESIGNADA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 10 DE 01 DE JULHO DE 2024.
DATA: 29/07/2026
DATA ASSINATURA: 30/07/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:EE285621

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 192/2026

ORIGEM: EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE INSTRUTORES DE OFICINAS EDUCACIONAIS Nº 001/2024 (PD 18519/2024),

QUE ORIGINOU O PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 47/2026 (PD Nº 14430/2026).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391 DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: SRA. WALKYRIA CADENA PINTO HORNUNG, CPF Nº 048.934.899-84.
OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA INTERESSADOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTORES DE OFICINAS EDUCACIONAIS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA LAPA/PR NAS MODALIDADES DE: ARTES/ARTESANATO, BOXE CHINÊS, BALÉ, LÍNGUA INGLESA, PRÁTICAS ESPORTIVAS, PROJETOS MATEMÁTICOS, PRÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, MUSICALIZAÇÃO E XADREZ, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 MESES CONTADOS DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO, NA FORMA DO ARTIGO 105 DA LEI N° 14.133, DE 2021, PRORROGÁVEL POR ATÉ 10 (DEZ) ANOS NA FORMA DOS ARTIGOS 106 E 107 DA LEI N° 14.133, DE 2021.
VALOR CONTRATUAL: R$ 36.604,80 (TRINTA E SEIS MIL, SEISCENTOS E QUATRO REAIS E OITENTA CENTAVOS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
REQUISIÇÃO Nº 909/2026 (PD Nº 14554/2026)
CÓDIGO REDUZIDO: 247
ÓRGÃO: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER.
UNIDADE: 2 - DEPARTAMENTO GERAL DA EDUCAÇÃO
AÇÃO: 2265 - MANUTENÇÃO DA ATIVIDADES OPERACIONAIS DE SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E EXTENSÕES E REDE DE ENSINO
VÍNCULO: 104 - 25% SOBRE DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À E
SUBELEMENTO: 3339036990100000000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA.
FUNDAMENTO LEGAL: TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO DIGITAL Nº 18519/2024, COM FULCRO NO DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815/2023, C.C DECRETO MUNICIPAL Nº 26.822/2023, C.C LEI FEDERAL N° 14.133/2021 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS E ATRAVÉS DA COMISSÃO ESPECIAL DE CREDENCIAMENTO, DESIGNADA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 10 DE 01 DE JULHO DE 2024.
DATA: 29/07/2026
DATA ASSINATURA: 30/07/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:13A94108

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
PORTARIA Nº 52, DE 31 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a indicação de servidor para futura designação à função de Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil do Campo Dirceu Batista da Luz – Tiziu, condicionada ao cumprimento dos requisitos previstos na Lei Municipal nº 4.445, de 21 de agosto de 2025.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DA LAPA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 4.445, de 21 de agosto de 2025, que dispõe sobre os procedimentos de escolha da função de Diretores das Instituições Escolares da Rede Municipal de Ensino da Lapa, mediante critérios de mérito e desempenho e consulta à comunidade escolar;
CONSIDERANDO que o Centro Municipal de Educação Infantil do Campo Dirceu Batista da Luz – Tiziu constitui nova unidade escolar da Rede Municipal de Ensino, enquadrando-se na hipótese prevista no art. 49 da Lei Municipal nº 4.445/2025;
CONSIDERANDO que o art. 49 da referida Lei estabelece que, nas novas unidades escolares ou naquelas em que não houve candidato ao pleito eleitoral, a designação do servidor para a função de Diretor será realizada pelo Chefe do Poder Executivo, mediante indicação do Secretário Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desde que atendidos os requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do art. 5º da mesma Lei;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a organização administrativa, pedagógica e o regular funcionamento do Centro Municipal de Educação Infantil do Campo Dirceu Batista da Luz – Tiziu;

RESOLVE:
Art. 1º Fica indicada a servidora Patricia Rodrigues Pinto Bassani ocupante do cargo efetivo de Educadora Infantil, admissão em 16/07/2012, para futura designação à função de Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil do Campo Dirceu Batista da Luz - Tiziu, nos termos do art. 49 da Lei Municipal nº 4.445, de 21 de agosto de 2025.
Art. 2º A indicação de que trata esta Portaria fica condicionada ao cumprimento das etapas I ao IV previstas no art. 5º da Lei Municipal nº 4.445/2025, compreendendo:
I – participação em Curso de Gestão Escolar, ofertado e coordenado pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer;
II – aprovação na avaliação de mérito e desempenho, conforme critérios estabelecidos na legislação;
III – formalização, mediante requerimento, da inscrição e manifestação de interesse em exercer a função de Diretora Escolar;
IV – apresentação do Plano de Ação de Gestão Escolar específico para o Centro Municipal de Educação Infantil do Campo Dirceu Batista da Luz – Tiziu, elaborado em conformidade com o roteiro constante do Anexo I da Lei Municipal nº 4.445/2025.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer disponibilizará à servidora o Curso de Gestão Escolar previsto no inciso I e submeterá a indicada ao inciso II do art. 5º da Lei Municipal nº 4.445/2025.
Parágrafo Único. Todas as etapas previstas nesta Portaria deverão ser integralmente cumpridas até 07 de agosto de 2026.

Art. 4º O não atendimento de qualquer das exigências previstas no art. 5º da Lei Municipal nº 4.445/2025 implicará a impossibilidade de efetivação da designação para a função de Diretora.

Art. 5º A servidora indicada deverá ser formalmente cientificada do inteiro teor desta Portaria, bem como dos requisitos estabelecidos na Lei Municipal nº 4.445, de 21 de agosto de 2025, para a efetivação de sua futura designação.
§ 1º A ciência poderá ser realizada por meio de assinatura em termo de ciência, por correspondência eletrônica (e-mail).
§ 2º O comprovante de ciência deverá ser juntado aos autos do procedimento administrativo correspondente.
Art. 6º A efetiva designação ficará condicionada à expedição do respectivo ato de nomeação pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 49 da Lei Municipal nº 4.445/2025.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lapa/PR, 31 de julho de 2026

NEUZELI SCHMIDT CAMARGO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:E4585104

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
PORTARIA Nº 53, DE 31 DE JULHO DE 2026

Institui Comissão Especial de Acompanhamento de processo de indicação de diretor escolar nos termos do Art. Nº 49 da Lei municipal nº 4.445/2025.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DA LAPA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 4.445, de 21 de agosto de 2025, que dispõe sobre os procedimentos de escolha da função de Diretores das Instituições Escolares da Rede Municipal de Ensino;
CONSIDERANDO o disposto no art. 49 da Lei Municipal nº 4.445/2025, que prevê a indicação de servidor para exercer a função de Diretor em novas unidades escolares, desde que cumpridas as etapas previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 5º da referida Lei;
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituída a Comissão Especial de Acompanhamento de processo de indicação de diretor escolar para cumprimento das etapas previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 5º da Lei Municipal nº 4.445/2025.
Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes membros:
I – Élida Fernanda Paz Vera;
II – Emanueli de Cassia Ferreira dos Santos;
III – Sarah da Luz Pasdiora Schultz.
Art. 3º Compete à Comissão:
I – acompanhar o cumprimento das etapas previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 5º da Lei Municipal nº 4.445/2025;
II – conferir e analisar a documentação apresentada pelo (a) servidor (a) indicado (a);
III – registrar, mediante ata ou relatório, o cumprimento de cada etapa do processo;
IV – emitir parecer conclusivo quanto ao atendimento dos requisitos legais, encaminhando-o à Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer para as providências cabíveis;
V – praticar os demais atos necessários ao regular acompanhamento do procedimento administrativo.
Art. 4º O desempenho das atividades da Comissão será considerado serviço público relevante e não será remunerado.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lapa/PR, 31 de julho de 2026.

NEUZELI SCHMIDT CAMARGO
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:2BEFF74E

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EXTRATO DO CONTRATO PARA EXPLORAÇÃO DE SOLO-PEDREIRA Nº 188/2026

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE Nº 46/2026 (PD Nº 13551/2026).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRANSITO E TRANSPORTE, (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28509, DE 25.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SR. MARCO ANTONIO BORTOLETTO.
CONTRATADO: ESPÓLIO DE JOSÉ PEDRO PEREIRA E YOLANDA RIBAS PEREIRA, REPRESENTADO POR SEU INVENTARIANTE SR. CARLOS AUGUSTO RIBAS PEREIRA, CPF/MF SOB Nº 382.918.609-63.
OBJETO: EXPLORAÇÃO E RETIRADA DE PEDRA DE PEDREIRA NA PROPORÇÃO DE 4005 M³ EM TERRENO SITUADO NA LOCALIDADE DE BONITO, MATRÍCULA Nº 10.156 DE PROPRIEDADE DO SENHOR JOSÉ PEDRO PEREIRA, REPRESENTADO POR SEU INVENTARIANTE SR. CARLOS AUGUSTO RIBAS PEREIRA, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (SEIS) MESES CONTADOS DA PUBLICAÇÃO NO PNCP, NA FORMA DO ARTIGO 105 DA LEI N° 14.133, DE 2021, PODENDO SER PRORROGADO NA FORMA DA LEI.
VALOR CONTRATUAL: R$ 34.563,15 (TRINTA E QUATRO MIL, QUINHENTOS E SESSENTA E TRÊS REAIS E QUINZE CENTAVOS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
REQUISIÇÃO 841/2026 PD 13551/2026
CÓDIGO REDUZIDO: 1673
ÓRGÃO: 11 - SECRETARIA DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO,
SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE.
UNIDADE: 8 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS RURAIS
AÇÃO: 2039 - MANTER ESTRADAS RURAIS
VÍNCULO: 0 - RECURSOS LIVRES
SUBELEMENTO: 3339036150000000000 - LOCAÇÃO DE IMÓVEIS.
FUNDAMENTO LEGAL: TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO DIGITAL Nº 13551/2026, NA FORMA DO DISPOSTO NO ARTIGO 74,V DA LEI FEDERAL N° 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 E DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023 E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
DATA: 24/07/2026
DATA ASSINATURA: 30/07/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:47A49AC7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2026

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2026 (PD N.º 441/2026).
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28429, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815/2023, DE 31.03.2023), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
FORNECEDOR: DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA, CNPJ SOB Nº 56.081.482/0001-06, AQUI REPRESENTADA POR SEU SÓCIO, SR. LUIZ CARLOS GELOTTI.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES DA ATENÇÃO BÁSICA E SAÚDE MENTAL PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DE ATENDIMENTO DAS UNIDADES HOSPITALARES, PRÉ-HOSPITALARES, FARMÁCIA MUNICIPAL E DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA.– ANEXO I, ITENS 15, 32, 34, 96, 123 E 124.
VALOR GLOBAL: R$ 5.924,00 (CINCO MIL, NOVECENTOS E VINTE E QUATRO REAIS), SENDO OS VALORES POR ITEM OS DISCRIMINADOS NO ITEM 2.1 DESTA ATA.
O PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTADO A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, SERÁ DE 1 (UM) ANO, E PODERÁ SER PRORROGADO, POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE COMPROVADO QUE AS CONDIÇÕES E O PREÇO PERMANECEM VANTAJOSOS (ART. 194 § 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815 DE 31 DE MARÇO DE 2023).
OS CONTRATOS QUE VIEREM A SER CELEBRADOS COM FUNDAMENTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TERÃO VIGÊNCIA DE 12(DOZE) MESES, PODENDO ULTRAPASSAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA, DESDE QUE:
A) A CONTRATAÇÃO OCORRA DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA;
B) A VIGÊNCIA CONTRATUAL OBSERVE OS PRAZOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NOS ARTIGOS 105 A 112 DA LEI Nº 14.133/2021.

NA HIPÓTESE DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA INICIAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ HAVER A RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS REGISTRADOS EM RELAÇÃO A CADA ITEM, ATÉ O LIMITE DO QUANTITATIVO ORIGINAL, NOS TERMOS DO DECRETO MUNICIPAL 26.815 DE 31 DE MARÇO DE 2023 E DECRETO MUNICIPAL 28.994 DE 15 DE AGOSTO DE 2025.
FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, DA LEI COMPLEMENTAR N° 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 147 DE 07 DE AGOSTO DE 2014, DECRETO FEDERAL Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019, LEI MUNICIPAL Nº 4.018 DE 21 DE OUTUBRO DE 2022, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31 DE MARÇO DE 2023, DECRETO MUNICIPAL Nº 21.237, ART. 5º, INCISO IV, DE 24 DE MARÇO DE 2015, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018 (SICAF DIGITAL).
NÃO SERÁ ADMITIDA A ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DECORRENTE DESTA LICITAÇÃO, CONFORME JUSTIFICATIVA APRESENTADA NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.
DATA: 22/07/2026
DATA ASSINATURA: 31/07/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:E61D3BD0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2026

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2026 (PD N.º 441/2026).
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28429, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815/2023, DE 31.03.2023), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA, CNPJ SOB Nº 20.657.155/0001-02, AQUI REPRESENTADA POR SEU TITULAR, SR. ADOLFO FREDERICO GRAMS.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES DA ATENÇÃO BÁSICA E SAÚDE MENTAL PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DE ATENDIMENTO DAS UNIDADES HOSPITALARES, PRÉ-HOSPITALARES, FARMÁCIA MUNICIPAL E DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA.– ANEXO I, ITENS 2, 3, 8, 18, 22, 24, 29, 61, 64, 67, 68, 70, 79, 80, 84, 93, 97, 126 E 137.
VALOR GLOBAL: R$ 128.667,84 (CENTO E VINTE E OITO MIL, SEISCENTOS E SESSENTA E SETE REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS), SENDO OS VALORES POR ITEM OS DISCRIMINADOS NO ITEM 2.1 DESTA ATA.
O PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTADO A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, SERÁ DE 1 (UM) ANO, E PODERÁ SER PRORROGADO, POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE COMPROVADO QUE AS CONDIÇÕES E O PREÇO PERMANECEM VANTAJOSOS (ART. 194 § 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815 DE 31 DE MARÇO DE 2023).
OS CONTRATOS QUE VIEREM A SER CELEBRADOS COM FUNDAMENTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TERÃO VIGÊNCIA DE 12(DOZE) MESES, PODENDO ULTRAPASSAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA, DESDE QUE:
A) A CONTRATAÇÃO OCORRA DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA;
B) A VIGÊNCIA CONTRATUAL OBSERVE OS PRAZOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NOS ARTIGOS 105 A 112 DA LEI Nº 14.133/2021.
NA HIPÓTESE DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA INICIAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ HAVER A RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS REGISTRADOS EM RELAÇÃO A CADA ITEM, ATÉ O LIMITE DO QUANTITATIVO ORIGINAL, NOS TERMOS DO DECRETO MUNICIPAL 26.815 DE 31 DE MARÇO DE 2023 E DECRETO MUNICIPAL 28.994 DE 15 DE AGOSTO DE 2025.
FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, DA LEI COMPLEMENTAR N° 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 147 DE 07 DE AGOSTO DE 2014, DECRETO FEDERAL Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019, LEI MUNICIPAL Nº 4.018 DE 21 DE OUTUBRO DE 2022, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31 DE MARÇO DE 2023, DECRETO MUNICIPAL Nº 21.237, ART. 5º, INCISO IV, DE 24 DE MARÇO DE 2015, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018 (SICAF DIGITAL).
NÃO SERÁ ADMITIDA A ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DECORRENTE DESTA LICITAÇÃO, CONFORME JUSTIFICATIVA APRESENTADA NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.
DATA: 22/07/2026
DATA ASSINATURA: 31/07/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:7865256E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 06/2026

EDITAL 06/2026

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS

A Comissão Organizadora do **Processo Seletivo Simplificado (PSS)**, instituída pela **Portaria nº 68/2026**, **convoca os candidatos relacionados abaixo** para comparecerem à **Secretaria Municipal de Educação**, no dia **05/08/2026**, às **9h**, para **comprovação de títulos**, para eventuais vagas, conforme as disposições constantes no **Edital nº 01/2026**.

9. **Ester de Oliveira Antunes**: 49
10. **Edemilson Ribeiro**: 49
11. **Juliana Gonçalves dos Santos**: 48
12. **Elaine Santana de Oliveira**: 46
13. **João Maria Hening**: 46
14. **Jessica Fernanda Souza da Luz Dias**: 46
15. **Rosemilda de Fátima Machado**: 45,5
16. **Daniele Fernanda Butke Mariano**: 45,5
17. **Admir Junior Oliveira Amaral**: 45,5
18. **Eliane Godoy de Lima**: 45

Laranjal, 31 de julho de 2026

JOVANE MENDES ARAÚJO
Presidente da Comissão _PSS n

Publicado por:
Patricia Reis Dutra
Código Identificador:BCF50E84

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2026 - PML

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO-
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2026-PML
PROCESSO Nº. 109/2026-PML

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para aquisição de uniformes destinados à identificação dos funcionários da Farmácia Municipal do Município de Loanda-PR, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde.

ABERTURA: às 09:00 do dia 21 de agosto de 2026, ou na mesma hora do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 5.561,00 (cinco mil, quinhentos e sessenta e um reais).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br ou pelo portal https://www.gov.br/compras/pt-br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda PR, 30de julho de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:ED430E10

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2026 - PML

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO-
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2026-PML
PROCESSO Nº. 99/2026-PML

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para aquisição de pedras em geral para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Serviços Urbanos, Meio Ambiente, Finanças e Administração, Indústria e Comércio, Planejamento, Esporte, Lazer e Turismo, Educação e Cultura, Trabalho e Serviço Social, Políticas Públicas para Mulheres, Saúde e Habitação do Município de Loanda-PR.

ABERTURA: às 09:00 do dia 24 de agosto de 2026, ou na mesma hora do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 1.856.760,00 (um milhão, oitocentos e cinquenta e seis mil, setecentos e sessenta reais).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br ou pelo portal https://www.gov.br/compras/pt-br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda PR, 30de julho de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:588A401E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2026 - PML

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO-
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2026-PML
PROCESSO Nº. 101/2026-PML

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para aquisição de utensílios para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Educação e Cultura, Trabalho e Ação Social, Finanças e Administração, Serviços Urbanos, Esporte e Lazer, Turismo, Política Pública das Mulheres, Planejamento, Habitação, Meio Ambiente e Indústria e Comércio do Município de Loanda-PR.

ABERTURA: às 09:00 do dia 25 de agosto de 2026, ou na mesma hora do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 359.988,48 (trezentos e cinquenta e nove mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta e oito centavos).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br ou pelo portal https://www.gov.br/compras/pt-br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda PR, 31de julho de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:61976BF4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 498/2026 - REPUBLICADO POR ERRO

PORTARIA Nº. 498/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Resolve:

Nomear o senhor JEAN DE OLIVEIRA DA SILVA**,** CPF/MF Nº. 13*.***.***- 01, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, CC.4 - SEHAB**,** constante na Lei Complementar nº 01/2026 de 11/02/2026, que altera a LC nº. 002/2013, retroativo a 02/07/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de julho do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:39CEB358

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 508/2026

PORTARIA Nº.508/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando as atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Resolve:

Artigo 1º. Designar a servidora **ALINE REGINA ZANGARI SPINARDI**, matrícula nº. 966166, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, constante na Lei Municipal Complementar nº. 002/2012, de 03/04/2012, alterada pela Lei complementar nº.009/2025, de 06/11/2025, para exercer a **FUNÇÃO**

GRATIFICADA DE CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA - GPRE, constante da Lei Complementar nº. 022/2011 de 30/12/2011, a partir de 01/08/2026.

Artigo 2º. Pelo exercício da Função Gratificada, fica arbitrado o percentual de 20% (vinte por cento) de seu vencimento básico, nos termos do artigo 6º da Lei Complementar nº. 022/2011, de 30/12/2011.

Artigo 3º. Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 31 (trinta e um) dias do mês de julho do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:17BCA5A8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 509/2026

PORTARIA Nº. 509/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº 5441/2026 de 27/07/2026;

Resolve:

Conceder a servidora ROSILENE PANISSA DEMAZZI, matrícula nº. 107901, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, 90 (noventa) dias de licença-prêmio, pelo período de trabalho prestado entre 02/05/2016 a 27/05/2020 E 01/01/2022 a 05/12/2022, nos termos da Lei Municipal nº 003/92, a partir de 03/08/2026 a 31/10/2026, devendo retornar em atividade em 01/11/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 31 (trinta e um) dias do mês de julho do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:9EFBDB9F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 510/2026

PORTARIA Nº. 510/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Resolve:

Registrar, a suspensão a partir de 13/07/2026 das Férias da servidora CASSIA GAMA BRAGANTE, matrícula nº. 967018, ocupante do cargo de provimento efetivo de PEDAGOGO, concedida através da Portaria n° 160/2026 de 0203/2026, ficando 10 dias de férias, para usufruto em nova data oportuna.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 31 (trinta e um) dias do mês de julho do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:01D38BD3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 511/2026

PORTARIA Nº. 511/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando as atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Resolve:

Alterar a data das férias concedidas através da portaria nº 237/2026 de 19/03/2026, do senhor VINICIUS DA SILVEIRA SANTIM, matricula nº. 966952, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS, referente aos 15 (quinze) dias de gozo de 03/08/2026 a 17/08/2026, para a data de 13/10/2026 a 27/10/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 31 (trinta e um) dias do mês de julho do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:ADA53067

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 512/2026

PORTARIA Nº. 512/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica;

Resolve:

Conceder a servidora CLARICE APARECIDA DA SILVA LUCAS PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVENTE, matrícula n° 80441, Licença para Tratamento de Saúde, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal 003/92 (Estatuto dos Servidores Municipais), pelo período compreendido entre 27/07/2026 a 09/08/2026, devendo realizar nova pericia em 10/08/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 31 (trinta e um) dias do mês de julho do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:62E97694

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 513/2026

PORTARIA Nº. 513/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica,

Resolve:

Conceder a servidora SABRINA DA SILVEIRA SOARES GARCIA, ocupante do cargo de provimento efetivo de EDUCADOR INFANTIL, matrícula n° 966612, auxílio-doença sem prejuízo do salário de contribuição, conforme o artigo 42 da Lei nº.002/2014, c/c o parágrafo único do artigo 31 da Lei Municipal nº 049/2014, que dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Loanda, pelo período compreendido entre 24/07/2026 a 23/08/2026, devendo realizar nova pericia em 24/08/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 31 (trinta e um) dias do mês de julho do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:3CBFFC4E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 514/2026

PORTARIA Nº. 514/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica,

Resolve:

Conceder a servidora TALITA CANDIDO DA SILVA JANURIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, matrícula n° 966880, auxílio-doença sem prejuízo do salário de contribuição, conforme o artigo 42 da Lei nº.002/2014, c/c o parágrafo único do artigo 31 da Lei Municipal nº 049/2014, que dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Loanda, pelo período compreendido entre 23/07/2026 a 26/08/2026, devendo realizar nova pericia em 27/08/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 31 (trinta e um) dias do mês de julho do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:6D7C82E2

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 515/2026

PORTARIA Nº. 515/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica,

Resolve:

Conceder a servidora SOLANGE LUZIA BEZERRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de DENTISTA-PSF, matrícula n° 965951, auxílio-doença sem prejuízo do salário de contribuição, conforme o artigo 42 da Lei nº.002/2014, c/c o parágrafo único do artigo 31 da Lei Municipal nº 049/2014, que dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Loanda, pelo período compreendido entre 29/07/2026 a 06/08/2026, devendo realizar nova pericia em 07/08/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 31 (trinta e um) dias do mês de julho do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:4F983A12

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 516/2026

PORTARIA Nº. 516/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Resolve:

Nomear o senhor GRACIELI RODRIGUES DE OLIVEIRA**,** CPF/MF Nº. 06*.***.***- 40, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL, CC.2 - SETUR**,** constante na Lei Complementar nº 01/2026 de 11/02/2026, que altera a LC nº. 002/2013, a partir de 03/08/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 31 (trinta e um) dias do mês de julho do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:DB23794D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 149/2026

DECRETO Nº. 149, de 31 de julho de 2026.

Súmula: *"Ratifica a doação que trata a Lei Municipal n° 067, de 30 de junho de 2026, autoriza a lavratura da Escritura definitiva bem como libera definitivamente, com a exclusão de encargos averbados, os lotes de terras números 09, 10 e 11, da quadra 442 à empresa ONOFRE CIRINO TRANSPORTES, e dá outras providências."*

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente conferidas pelo Art. 66 e 90 da Lei Orgânica Municipal;
Considerando os procedimentos elencados na Lei Municipal n° 108, de 30 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o procedimento a ser adotado para se proceder à doação dos imóveis prometidos em doação pelo Município de Loanda-PR com base na Lei nº 28, de 25 de novembro de 2003;
Considerando a Lei Municipal n° 067, de 30 de junho de 2026, que autoriza especificamente o Poder Executivo Municipal a doar

definitivamente, escriturar, bem como, liberar definitivamente, com a exclusão de encargos averbados;

D E C R E T A:
Art. 1º - Ratifica a doação que trata a Lei Municipal n° 067, de 30 de junho de 2026, autoriza a lavratura da Escritura definitiva, bem como libera definitivamente, com a exclusão de encargos averbados, os lotes de terras números 09, 10 e 11, da quadra 442, imóveis respectivamente matriculados no Cartório de registro de Imóveis de Loanda sob os n°s 5333 e 5334 e 5335, doado por meio da Lei Municipal nº 28, de 25 de novembro de 2003, à empresa ONOFRE CIRINO TRANSPORTES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 77.440.295/0001-41, estabelecida nesta cidade, cuja apuração dos cumprimentos dos requisitos deu-se através do processo administrativo nº 050/2024-SICA.
Art. 2º - Fica determinado a expedição do Termo de Autorização em nome da donatária, o qual se constituirá em documento hábil para que seja efetuada a consequente lavratura da respectiva escritura pública bem como, liberar definitivamente os imóveis com a exclusão de todos os encargos averbados, nos termos do art. 6° e 9° da Lei Municipal nº 108, de 30 de dezembro de 2021 cumulado com a Lei Municipal n° 067, de 30 de junho de 2026.
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Loanda-Pr, 31 de julho de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:FDDACAC9

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 150/2026

DECRETO Nº. 150, de 31 de julho de 2026.

Súmula: *"Ratifica a doação que trata a Lei Municipal n° 068, de 30 de junho de 2026, autoriza a lavratura da Escritura definitiva bem como libera definitivamente, com a exclusão de encargos averbados, o lote de terras número 03-A, da quadra 512-B à empresa EDNILSON MORETTI DEMEU TRANSPORTESLTDA, e dá outras providências."*

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente conferidas pelo Art. 66 e 90 da Lei Orgânica Municipal;
Considerando os procedimentos elencados na Lei Municipal n° 108, de 30 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o procedimento a ser adotado para se proceder à doação dos imóveis prometidos em doação pelo Município de Loanda-PR com base na Lei nº 28, de 25 de novembro de 2003;
Considerando a Lei Municipal n° 068, de 30 de junho de 2026, que autoriza especificamente o Poder Executivo Municipal a doar definitivamente, escriturar, bem como, liberar definitivamente, com a exclusão de encargos averbados;

D E C R E T A:
Art. 1º - Ratifica a doação que trata a Lei Municipal n° 068, de 30 de junho de 2026, autoriza a lavratura da Escritura definitiva, bem como libera definitivamente, com a exclusão de encargos averbados, o lote de terras número 03-A, da quadra 512-B, imóvel matriculado no Cartório de registro de Imóveis de Loanda sob os n° 36.463, doado por meio da Lei Municipal nº 28, de 25 de novembro de 2003, à empresa EDNILSON MORETTI DEMEU TRANSPORTESLTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.811.977/0001-87, estabelecida nesta cidade, cuja apuração dos cumprimentos dos requisitos deu-se através do processo administrativo nº 052/2025-SEIC.
Art. 2º - Fica determinado a expedição do Termo de Autorização em nome da donatária, o qual se constituirá em documento hábil para que seja efetuada a consequente lavratura da respectiva escritura pública bem como, liberar definitivamente os imóveis com a exclusão de todos os encargos averbados, nos termos do art. 6° e 9° da Lei Municipal nº 108, de 30 de dezembro de 2021 cumulado com a Lei Municipal n° 068, de 30 de junho de 2026.
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Loanda-Pr, 31 de julho de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:DE69E6DD

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 151/2026

DECRETO Nº. 151, de 31 de julho de 2026.

Súmula: *"Ratifica a doação que trata a Lei Municipal n° 082, de 27 de julho de 2026, autoriza a lavratura da Escritura definitiva bem como libera definitivamente, com a exclusão de encargos averbados, os lotes de terras números 03-B e 04, da quadra 512-B à empresa INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS COROADOS LTDA, e dá outras providências."*

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente conferidas pelo Art. 66 e 90 da Lei Orgânica Municipal;
Considerando os procedimentos elencados na Lei Municipal n° 108, de 30 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o procedimento a ser adotado para se proceder à doação dos imóveis prometidos em doação pelo Município de Loanda-PR com base na Lei nº 28, de 25 de novembro de 2003;
Considerando a Lei Municipal n° 082, de 27 de julho de 2026, que autoriza especificamente o Poder Executivo Municipal a doar definitivamente, escriturar, bem como, liberar definitivamente, com a exclusão de encargos averbados;

D E C R E T A:
Art. 1º - Ratifica a doação que trata a Lei Municipal n° 082, de 27 de julho de 2026, autoriza a lavratura da Escritura definitiva, bem como libera definitivamente, com a exclusão de encargos averbados, os lotes de terras números 03-B e 04, da quadra 512-B, do Loteamento "PARQUE INDUSTRIAL III", imóveis respectivamente matriculados no Cartório de registro de Imóveis de Loanda sob os n°s 36.464 e 36.476, doado por meio da Lei Municipal nº 28, de 25 de novembro de 2003, à empresa INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS COROADOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.362.640/0001-68, estabelecida nesta cidade, cuja apuração dos cumprimentos dos requisitos deu-se através do processo administrativo nº 051/2025-SICA.
Art. 2º - Fica determinado a expedição do Termo de Autorização em nome da donatária, o qual se constituirá em documento hábil para que seja efetuada a consequente lavratura da respectiva escritura pública bem como, liberar definitivamente os imóveis com a exclusão de todos os encargos averbados, nos termos do art. 6° e 9° da Lei Municipal nº 108, de 30 de dezembro de 2021 cumulado com a Lei Municipal n° 082, de 27 de julho de 2026.
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Loanda-Pr, 31 de julho de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:A69F4041

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 517/2026

PORTARIA Nº 517/2026

Súmula: Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria 253/2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES, PREFEITO MUNICIPAL DE LOANDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e considerando o disposto nos artigos 97 e seguintes da Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a Portaria nº 253/2026 que Instaura Processo Administrativo Disciplinar;
CONSIDERANDO o pedido de prorrogação protocolado pela presidente da Comissão Processante Permanente, Protocolo/processo n° 5564/2026 dando conta da necessidade de dilação do prazo para conclusão dos trabalhos, ante a pendência de procedimentos;
RESOLVE:

Art. 1°. Prorrogar o prazo para conclusão dos trabalhos da comissão de Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 253/2026 e prorrogado pela Portaria 386/2026 por mais 60 (sessenta) dias.
Parágrafo único. Fica, excepcionalmente, prorrogado o prazo de afastamento da servidora do exercício do cargo, pelo período de 60 (sessenta) dias.
Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, 31 de julho de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:B5DDE77F

SOPREMU - SOCIEDADE PREVIDENCIARIA MUNICIPAL
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE CREDENCIAMENTO INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - 003/2026 - SOP

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE CREDENCIAMENTO INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – 003/2026-SOP

IVO MOREIRA DOS SANTOS – Diretor Presidente da SOPREMU-Sociedade Previdenciária Municipal de Loanda, usando as atribuições que lhe foram conferidas e em conformidade com a Resolução CMN nº 5.272/2025 do Banco Central do Brasil e a Portaria nº 1.467/2022;

Considerando o teor do Edital de Credenciamento de Instituições Financeiras-2026.

RESOLVE:
Homologar o credenciamento realizado pelo Banco do Brasil - BB GESTAO DE RECURSOS - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A.S./A conforme abaixo descrito:

1.Fica homologado o credenciamento da Instituição Financeira BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A**,** CNPJ 30.822.936/0001-69, matriz, como gestor e administrador de recursos, por ter atendido todo o disposto do Edital de Credenciamento de Instituições Financeiras/2026.

2. O credenciamento terá duração de 24 meses, a partir da data da publicação do presente edital.

Loanda-Pr 29 de julho de 2026.

IVO MOREIRA DOS SANTOS
Diretor Presidente
SOPREMU-Sociedade Previdenciária Municipal de Loanda

Publicado por:
Luiz Fernando Navasconi
Código Identificador:0FDBA02E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº 149/2026 DE 31 DE JULHO DE 2026 DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ÁREA DESTINADA À IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DA UNIDADE DE TRATAMENTO DE ÁGUA – UTA GRALHA AZUL.

Declara de Utilidade Pública área destinada à implantação, operação e regularização da Unidade de Tratamento de Água – UTA Gralha Azul, de interesse do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Lobato, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO,** Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecimento do Sistema Público de Abastecimento de Água do Município;

CONSIDERANDO que o abastecimento de água constitui serviço público essencial, nos termos da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, alterada pela Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020;

CONSIDERANDO a necessidade de implantação, operação e regularização ambiental da Unidade de Tratamento de Água – UTA Gralha Azul, destinada ao tratamento e distribuição de água potável à população;

CONSIDERANDO o interesse público na garantia da continuidade, da segurança hídrica e da melhoria da qualidade dos serviços públicos de saneamento básico prestados pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE;

DECRETA:
Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa e demais medidas necessárias à regularização ambiental do empreendimento, a área destinada à implantação, operação, manutenção e ampliação da Unidade de Tratamento de Água – UTA Gralha Azul, localizada na Avenida Gralha Azul, nº 1.071, Bairro Arara Azul Grande, CEP 86790-000, Município de Lobato, Estado do Paraná.

Art. 2º O imóvel objeto deste Decreto possui as seguintes características:

I – Matrícula nº 5.359, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná;
II – Averbação nº 001 da Matrícula nº 5.359, oriunda do Protocolo nº 16.330, de 12 de maio de 2015;
III – Lote nº 01, Quadra nº 13, do Conjunto Habitacional Arara Azul Grande;
IV – Área total de 420,20 m²;
V – Endereço: Avenida Gralha Azul, nº 1.071, Bairro Arara Azul Grande, CEP 86790-000, Município de Lobato, Estado do Paraná;
VI – Coordenadas do empreendimento:
a) Sistema UTM (SIRGAS 2000):

• Leste (E): 402.515,65 m;
• Sul (S): 7.454.221,67 m.

b) Coordenadas geográficas:

• Latitude: -23.017503°;
• Longitude: -51.951195°.

Art. 3º A presente declaração de utilidade pública destina-se à regularização fundiária e ambiental da área, bem como à obtenção das licenças, autorizações e demais atos administrativos perante os órgãos competentes, assegurando a adequada prestação dos serviços públicos de abastecimento de água.

Art. 4º O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, inscrito no CNPJ nº 80.910.201/0001-65, fica autorizado a adotar todas as medidas administrativas, técnicas e legais necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Lobato, Estado do Paraná, 31 de julho de 2026.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal de Lobato

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:3CFFCA32

GOVERNO MUNICIPAL
REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL POR ADESÃO E COMPROMISSO – LAC

O empreendimento **SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE LOBATO**, inscrito(a) no CPF/CNPJ sob **80.910.201/0001-65**, torna público que requereu junto ao Instituto Água e Terra – IAT, a Licença Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC) para a atividade de Unidade de Tratamento de Água – UTA Gralha Azul, a ser implantada/operada no imóvel localizado na Avenida Gralha Azul, Nº 1071 - Bairro Arara Azul Grande, CEP Nº 86.790-000, UTM 402515.65 m E; UTM 7454221.67 m S, no município de Lobato, Estado do Paraná.

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:6D7D9BCB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 150/2026 DE 31 DE JULHO DE 2026, FICA DESCLASSIFICADA A CANDIDATA VANESSA APARECIDA DA SILVA LEIBANTI APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2025

DECRETO Nº. 150/2026 DE 31 DE JULHO DE 2026

FÁBIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, principalmente o contido no item 10.5 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2025 de 23/04/2025, publicado em 24/04/2025 no Diário Oficial dos Municípios do Paraná-AMP e,

CONSIDERANDO a manifestação por escrito de desistência do cargo, através do Termo de Desistência datado em 31/07/2026 e protocolado junto ao Departamento de Recursos Humanos em 31/07/2026,

DECRETA

Art. 1º - Fica desclassificada a candidata **Vanessa Aparecida da Silva Leibanti** inscrita no CPF sob o n.º 011.***.***-04, aprovada em 6º lugar para o cargo de **Professor (Curso Superior em Educação Física e Registro no Conselho),** com carga horária semanal de 20 horas, devidamente convocada nos termos do Edital de Convocação nº. 013/2026 de 28/07/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná-AMP, no dia 29/07/2026.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silmara Aparecida Dos Santos Siviero
Código Identificador:61037DC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 151/2026 DE 31 DE JULHO DE 2026, FICA ELEVADA DE NÍVEL NA PROGRESSÃO VERTICAL POR TITULAÇÃO, A PARTIR DE 1º/07/2026, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GISLAINE DE OLIVEIRA VICENTE PEREIRA

DECRETO Nº. 151/2026 DE 31 DE JULHO DE 2026

SÚMULA – Progressão Vertical por Titulação da servidora pública municipal Gislaine de Oliveira Vicente Pereira.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.

FÁBIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o contido no Artigo 4º, Inciso II, § 1º e Artigo 8º, Alínea "d", da Lei Municipal nº. 1.026/2007-E de 11/12/2007, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Lobato;

CONSIDERANDO o Requerimento da servidora **Gislaine de Oliveira Vicente Pereira** datado em 26/06/2026 e protocolado junto ao Departamento de Recursos Humanos em 29/06/2026;

CONSIDERANDO o parecer favorável, datado em 31/07/2026, da Comissão para Avaliação da Progressão Vertical por Titulação do Quadro Geral, nomeada através do Decreto nº. 084/2026 de 20 de maio de 2026,

DECRETA

Art. 1º - Fica elevada de nível na **Progressão Vertical por Titulação,** a partir de **1º/07/2026**, a servidora pública municipal **Gislaine de Oliveira Vicente Pereira**, portadora do RG/CPF nº. 052.***.***-23, detentora do cargo de provimento efetivo de **Auxiliar de Serviços Gerais,** com carga horária semanal de 40 horas, com direito a progressão de **2 níveis**, por ter concluído o curso de **Pós-Graduação**, nos termos do contido no Artigo 8º, Alínea "d", da Lei Municipal nº. 1.026/2007-E de 11/12/2007, conforme segue abaixo:

NOME	NÍVEL ANTERIOR	NÍVEL ATUAL
GISLAINE DE OLIVEIRA VICENTE PEREIRA	001	003

Art. 2º - Fica assegurado o direito de recurso contra a condução e decisão administrativa, conforme o caso, dentro do prazo máximo de 5(cinco) dias úteis, a contar da data de publicação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a **1º/07/2026**, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silmara Aparecida Dos Santos Siviero
Código Identificador:3454296C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 152/2026 DE 31 DE JULHO DE 2026, FICA ELEVADA DE NÍVEL NA PROGRESSÃO VERTICAL POR TITULAÇÃO, A PARTIR DE 1º/08/2026, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIANE LININQ FERREIRA DOS SANTOS

DECRETO Nº. 152/2026 DE 31 DE JULHO DE 2026

SÚMULA – Progressão Vertical por Titulação da servidora pública municipal Eliane Lininq Ferreira dos Santos.-.-.-.-.-.-.-.-.

FÁBIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o contido no Artigo 4º, Inciso II, § 1º e Artigo 8º, Alínea "b", da Lei Municipal nº. 1.026/2007-E de 11/12/2007, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Lobato;
CONSIDERANDO o Requerimento da servidora **Eliane Lininq Ferreira dos Santos** datado em 29/07/2026 e protocolado junto ao Departamento de Recursos Humanos em 29/07/2026;
CONSIDERANDO o parecer favorável, datado em 31/07/2026, da Comissão para Avaliação da Progressão Vertical por Titulação do Quadro Geral, nomeada através do Decreto nº. 084/2026 de 20 de maio de 2026,

DECRETA
Art. 1º - Fica elevada de nível na **Progressão Vertical por Titulação,** a partir de **1º/08/2026**, a servidora pública municipal **Eliane Lininq Ferreira dos Santos**, portadora do CPF nº. 084.***.***-55, detentora do cargo de provimento efetivo de **Auxiliar de Serviços Gerais,** com carga horária semanal de 40 horas, com direito a progressão de **2 níveis**, por ter concluído o curso de **Ensino Médio**, nos termos do contido no Artigo 8º, Alínea "b", da Lei Municipal nº. 1.026/2007-E de 11/12/2007, conforme segue abaixo:

NOME	NÍVEL ANTERIOR	NÍVEL ATUAL
ELIANE LININQ FERREIRA DOS SANTOS	001	003

Art. 2º - Fica assegurado o direito de recurso contra a condução e decisão administrativa, conforme o caso, dentro do prazo máximo de 5(cinco) dias úteis, a contar da data de publicação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de **1º/08/2026**, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silmara Aparecida Dos Santos Siviero
Código Identificador:1FECDBDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 153/2026 DE 31 DE JULHO DE 2026, FICA ELEVADA DE NÍVEL NA PROGRESSÃO VERTICAL POR TITULAÇÃO, A PARTIR DE 1º/08/2026, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TAIS EVANGELISTA DO NASCIMENTO

DECRETO Nº. 153/2026 DE 31 DE JULHO DE 2026

SÚMULA – Progressão Vertical por Titulação da servidora pública municipal Tais Evangelista do Nascimento

FÁBIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o contido no Artigo 4º, Inciso II, § 1º e Artigo 8º, Alínea "b", da Lei Municipal nº. 1.026/2007-E de 11/12/2007, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Lobato;

CONSIDERANDO o Requerimento da servidora **Tais Evangelista do Nascimento** datado em 20/07/2026 e protocolado junto ao Departamento de Recursos Humanos em 20/07/2026;

CONSIDERANDO o parecer favorável, datado em 31/07/2026, da Comissão para Avaliação da Progressão Vertical por Titulação do Quadro Geral, nomeada através do Decreto nº. 084/2026 de 20 de maio de 2026,

DECRETA

Art. 1º - Fica elevada de nível na **Progressão Vertical por Titulação,** a partir de **1º/08/2026**, a servidora pública municipal **Tais Evangelista do Nascimento**, portadora do CPF nº. 085.***.***-40, detentora do cargo de provimento efetivo de **Auxiliar de Serviços Gerais,** com carga horária semanal de 40 horas, com direito a progressão de **2 níveis**, por ter concluído o curso de **Ensino Médio**, nos termos do contido no Artigo 8º, Alínea "b", da Lei Municipal nº. 1.026/2007-E de 11/12/2007, conforme segue abaixo:

NOME	NÍVEL ANTERIOR	NÍVEL ATUAL
TAIS EVANGELISTA DO NASCIMENTO	001	003

Art. 2º - Fica assegurado o direito de recurso contra a condução e decisão administrativa, conforme o caso, dentro do prazo máximo de 5(cinco) dias úteis, a contar da data de publicação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de **1º/08/2026**, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silmara Aparecida Dos Santos Siviero
Código Identificador:9AB55BD1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 014/2026 DE 31 DE JULHO DE 2026, CONVOCAR O CANDIDATO JOSIAS MORAES DE FIGUEIREDO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ABERTO PELO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2025 DE 23/04/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 014/2026 DE 31 DE JULHO DE 2026

FÁBIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o resultado divulgado através do **Edital de Divulgação do Resultado Final do PSS nº. 001/2025-D**, publicado no Órgão Oficial do Município – Jornal O Diário dos Municípios do Paraná - AMP, no dia **27/05/2025**,

RESOLVE

Art. 1º - Convocar o candidato abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado aberto pelo **Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2025 de 23/04/2025,** para comparecer na Prefeitura Municipal de Lobato – Departamento de Recursos Humanos, nos dias **03, 04, 05, 06 e 07 do mês de agosto do corrente ano,** no horário de atendimento das **08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00**, a fim de submeter ao processo admissional, conforme abaixo especificado:

Nome	CPF	Cargo	C/H Semanal
JOSIAS MORAES DE FIGUEIREDO	056.***.***-32	Professor (Curso Superior em Educação Física e Registro no Conselho)	20 hrs

Art. 2º - O não comparecimento no prazo estipulado implicará na desclassificação do candidato, conforme item 10.5 do Edital de Abertura do PSS nº. 001/2025 de 23/04/2025.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis.
.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silmara Aparecida Dos Santos Siviero
Código Identificador:AE0AD5BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 70/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 54/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 17/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOBATO, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.970.367/0001-08, com sede à Rua Antônio Coletto, 1260 – Centro, Município de Lobato, Estado do Paraná, Cep. 86790-000.

CONTRATADA:
CONTRATADA: JURANEI MOVEIS SOB MEDIDA LTDA pessoa jurídica com sede na Rua Jose de Alencar, nº 261, Bairro: Jardim Belo Horizonte, CEP. 85.724-334, município de Medianeira, Estado PR, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 19.195.482/0001-00
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS SOB MEDIDA, DESTINADOS À ESTRUTURAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DO MUNICÍPIO DE LOBATO.

As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária, prevista no orçamento, para o exercício deste ano orçamentário, conforme abaixo:

Organograma	Descrição da Despesa	Máscara
09.001	Manutenção de atividades desportivas do Município	09.001.27.812.0016.2.042.4.4.90.52.00.00

VIGÊNCIA CONTRATUAL: 31 de julho de 2026 até 31 de julho de 2027.

VALOR GLOBAL: R$ 26.500,00 (vinte e seis mil, quinhentos reais).

FORO: COMARCA DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ.

Lobato, 31 de julho de 2026.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:A34374BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 148/2026, 30 DE JULHO DE 2026. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.

FÁBIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentaria Anual 1.607/2025 de 16/12/2025.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
SUPLEMENTAÇÕES

05		**Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Público**	
05.001		**Gabinete do Secretário de Obras**	
05.001.15.452.008.2.020		**Manutenção e Conservação da Frota Rodoviário Municipal**	
3.3.90.30.00 - 116	1065	Material de Consumo	150.000,00
10		**Secretaria Municipal de Educação**	
10.002		**Departamento Municipal de Ensino e Educação**	
10.002.12.361.0020.6.029		**Manutenção da Secretaria de Educação**	
4.4.90.52.00.00 - 396	103	Equipamentos e Material Permanente	3.000,00
10.002.12.361.0006.6.033		**Manutenção do Ensino Fundamental – Escola Elias Abrahão**	
4.4.90.52.00.00 - 414	103	Equipamentos e Material Permanente	42.000,00
10.002.12.365.0013.6.031		**Manutenção do Centro Municipal de Educação Infantil - CEMEI**	
4.4.90.52.00.00 - 455	104	Equipamentos e Material Permanente	15.000,00
		TOTAL	**210.000,00**

Artigo 2º - Para atender ao disposto no Artigo 1º, servirá como recurso o proveniente da Anulação de Dotação de acordo com o Artigo 43, § 1º, inciso III da Lei nº 4.320/64.

CANCELAMENTOS

10		**Secretaria Municipal de Educação**	
10.002		**Departamento Municipal de Ensino e Educação**	
10.002.12.361.0006.6.033		**Manutenção do Ensino Fundamental – Escola Elias Abrahão**	
3.3.90.32.00.00 - 409	000	Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	45.000,00
10.002.12.365.0013.6.031		**Manutenção do Centro Municipal de Educação Infantil - CEMEI**	
3.3.90.32.00.00 - 449	000	Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	15.000,00
		TOTAL	**60.000,00**

Artigo 3º - Para atender ao disposto no Artigo 1º, servirá como recursos os provenientes do Superávit Financeiro e o Excesso de Arrecadação de acordo com o Artigo 43, § 1º, inciso I, II da Lei nº 4.320/64, da seguinte fonte de recurso.

1065 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	150.000,00
TOTAL	**150.000,00**

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, 30 de Julho de 2026.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:60B2C230

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO 02/2026
INEXIGIBILIDADE 02/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 02/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2026
A autoridade municipal do órgão CAMARA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, no uso de suas atribuições legais, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório:
Objeto: **Contratação de empresa para ministrar curso de ATUALIZAÇÕES DA LEI ORGÂNICA E DO REGIMENTO INTERNO E OFICINA DO NOVO PROLEGIS DO TCE/PR,** que acontecerá nos dias 05, 06 E 07 DE AGOSTO de 2026, em Curitiba.

Empresa vencedora: IDADI – CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA.
VALOR: 8.760,00
Embasamento: Lei 14133/21, Art. 74, III, f.
LUPIONÓPOLIS (PR), 31 DE JULHO DE 2026.

BRUNO NEVES DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Michelle Angelini
Código Identificador:95647E80

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 014/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, **CONVOCA** o Candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Municipal, realizado no dia 03 de março de 2024, conforme divulgado pelo Edital nº 001/2023, homologado conforme Decreto nº 057/2024 de 24/05/2024, devidamente publicado em 27/05/2024 e prorrogado conforme Decreto nº 026/2026, de 20/05/2026, devidamente publicado em 21/05/2026.

CLASSIFICAÇÃO	CARGO	NOME
6ª	Assistente Administrativo	Ewerton Pelizaro Leite

O aprovado acima, deverá comparecer na Prefeitura Municipal, situada à Pça Pe. Antonio Pozzato, nº 880, nesta Cidade, no período de **03 a 07/08/2026**, munido dos documentos abaixo relacionados *(original e cópia)*, para manifestarem interesse na Contratação pelo Regime Estatutário vinculado ao INSS. Após o recebimento e conferência dos documentos, o candidato será encaminhado para **exame médico**:

- Cédula de Identidade; CPF - Cadastro Pessoa Física; CTPS; Reservista e CNH *(se for o caso)*;
- Certidão de Nascimento ou Casamento e Nascimento dos Filhos menores de 14 anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde o mesmo está regularmente matriculado *(se for o caso)*;
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 06 anos *(se for o caso)*;
- Certidão Negativa de antecedentes criminais (*Fórum*);
- Declaração constando não ter sido demitido de serviço público por justa causa;
- Declaração sobre exercício de cargo, emprego ou Função Pública; Declaração de Bens;
- Documento que comprove a escolaridade de acordo com o exigido para o cargo e Registro no Conselho *(se for o caso).*
- Título de Eleitor e comprovante que votou nas últimas eleições;
- 01 foto 3 x 4;

O não comparecimento à presente convocação será considerado desistência, sem direito de recursos administrativos.

Lupionópolis, 31 de julho de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Munique Aparecida Ferreira
Código Identificador:A9EEFCA0

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 79/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

ART. 1º - CONCEDER a pedido, **LICENÇA PRÊMIO** a **servidora pública municipal** abaixo relacionada, pelo período de 03 *(três)* meses consecutivos, **com início em 27/07/2026**, conforme Artigos 155 a 157 da Lei Municipal 19/2016 de 21/09/2016.

NOME	CPF	PERÍODO AQUISITIVO	LOTAÇÃO
Vania Biguetti	042.110.259-45	01/02/2012 a 31/01/2017	Secretaria Municipal de Educação

ART. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Lupionópolis, 27 de julho de 2026

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Munique Aparecida Ferreira
Código Identificador:C786075A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO "FUNDEB" DE LUPIONÓPOLIS-PR

Aos trinta dias, do mês de julho, do ano de dois mil e vinte e seis (30/07/2026), às dez horas (10h00), na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Educação, reuniram – se os membros do Conselho FUNDEB, para juntos tratarem da análise dos demonstrativos financeiros referente aos meses de **abril, maio e junho** do **ano de dois mil e vinte seis (2026)**, dentre outros assuntos. A Presidenta do Conselho, a Sra. Maria Aparecida Caitano, deu as boas – vindas e em seguida passou as mãos dos conselheiros a pasta contendo os documentos enviados pela Administração Municipal referente a prestação de contas do FUNDEB, dos meses de **abril, maio e junho deste ano**, para a análise. Após a verificação dos recursos, constatou - se que na conta **FUNDEB 30%** com um Saldo Anterior de **R$ 2,78.** Recebeu de Transferência e Rendimentos um total de **R$ 2,75.** Valor Acumulado ficou em **R$ 5,53.** Despesas pagas **R$ 0,00.** Saldo Final de **R$ 5,53.** Na conta **FUNDEB 70%** com um saldo anterior de **R$ 244.857,96.** Recebeu de Transferência e Rendimentos de Aplicação **R$ 1.093.844,49.** Valor Acumulado ficou **R$ 1.338.702,45.** Despesas Pagas **R$ 1.007.546,31.** Saldo Final de **R$ 331.156,14.** Após analisados os valores recebidos e aplicados conforme apresentados nos demonstrativos foram sanadas todas as dúvidas em relação ao dinheiro do FUNDEB e verificou -se que as metas foram cumpridas e as contas foram aprovadas pelos Conselheiros presentes abaixo. E nada havendo a tratar eu, Vanessa Aparecida Leite Silva, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e demais presentes.

Publicado por:
Vanessa Aparecida Leite Silva
Código Identificador:B462FF17

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE SORTEIO/CREDENCIAMENTO 06/2026

O Município de Lupionópolis, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento dos interessados, que será realizado sorteio de leiloeiro no dia 03 de agosto de 2026 às 09:00 horas, para o CHAMAMENTO PÚBLICO, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS, POR CHAMAMENTO PÚBLICO, PARA FUTURA CONTRATAÇÃO, QUANDO CONVOCADOS, COM A FINALIDADE DE REALIZAR LEILÕES PÚBLICOS DESTINADOS À ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS E DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS/PR, CONSIDERADOS OBSOLETOS, SUCATEADOS, IRRECUPERÁVEIS, INSERVÍVEIS, OCIOSOS OU DE RECUPERAÇÃO ANTIECONÔMICA, CONFORME RELAÇÃO, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO EM CADA CERTAME. O sorteio de leiloeiro ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal de Lupionópolis, no Departamento de Licitação, praça Padre Antonio Pozzato, nº880. O sorteio será presencial conforme o item 6 do edital. Maiores informações poderão ser obtidas pelo email: licitacaolupionopolis@gmail.com outras informações poderão ser obtidas no setor de licitação da Prefeitura Municipal ou pelo telefone 43 36601100.

Lupionópolis, 31 de julho de 2026

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Alves Constante
Código Identificador:50DC86CD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 330/2026

DECRETO Nº 330/2026

Dispõe sobre a Diretoria do Conselho Municipal de Turismo.

O Prefeito Municipal de Mallet, Estado do Paraná, **PEDRO KOWALCZYK**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet;
DECRETA:
Art. 1º. Ficam nomeados os seguintes membros para compor a Diretoria do Conselho Municipal de Turismo para o biênio 2025/2026:
I – Presidente: Yuri Pauluk, Secretário Municipal de Cultura e Turismo;
II – Vice-presidente: Paulo Sérgio Milosz Machado, Assessor de Artes Visuais e Musicais;
III – Representante do 3° Setor: Jonatan Luiz Sandrin Costa (Titular) e Margareth Maksemovicz (Suplente);
IV – Setor privado: Luiz Cezar Abib (Titular) e Sergio Rolinski (Suplente).
Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 31 de julho de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:F5020389

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 336/2026

DECRETO Nº 336/2026

Institui o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa e dá outras providências**.**

O Prefeito Municipal de Mallet, Estado do Paraná, **PEDRO KOWALCZYK**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet;
CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 22.189, de 13 de novembro de 2024, que institui o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa;
DECRETA:
Art. 1º. Este Decreto institui o Comitê Municipal com a finalidade de coordenar, articular, acompanhar e fomentar políticas públicas e ações municipais destinadas à promoção e proteção dos direitos, da dignidade e do bem-estar da população idosa, de seus familiares e seus cuidadores, no âmbito do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, instituído pela Lei Estadual nº 22.189, de 13 de novembro de 2024.
Art. 2º. Compete ao Comitê Municipal:
I - Promover a articulação e a integração de programas, projetos, ações, serviços e benefícios municipais destinados à pessoa idosa;
II - Utilizar os instrumentos normativos indicados pelo Comitê Gestor Estadual do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa para o planejamento, execução e monitoramento do Programa e criar instrumentos complementares quando couber;
III - Acompanhar a implantação, implementação, monitoramento e avaliação de projetos vinculados ao Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa;
IV - Acompanhar a implantação, implementação, monitoramento e avaliação do Cadastro Estadual da Rede de Atenção à Pessoa Idosa – CERAPI e do Cadastro de Cuidadores do Paraná;
V - Promover ações que concorram para a construção de uma cultura da intersetorialidade e da complementaridade das ações voltadas à proteção, promoção e participação destinadas à população idosa;
VI - Contribuir para a efetivação de políticas públicas, programas, ações e serviços destinados à população idosa, com foco no envelhecimento ativo e saudável assegurando atenção integral à pessoa;
VII - Acompanhar e apresentar ao Comitê Gestor Estadual do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa a construção de diagnóstico local, Plano de Ação, monitoramento de sua execução, e demais instrumentos de adesão que venham a ser solicitados pelo Estado; e
VIII - Participar de capacitações, reuniões e outros eventos presenciais ou remotos promovidos pelo Comitê Gestor Estadual do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa e observar as orientações e diretrizes expedidas.
Art. 3º. O Comitê Municipal será coordenado pelo Departamento de Politicas Publicas Para Pessoa Idosa, Coordenado pelo Diretor de Políticas Públicas para Pessoa Idosa – Alisson Rafaeal Loures das Chagas, que está viinculado na Secretaria Municipal da Família e Desenolvimento Social.
Art. 4º. Os órgãos e entidades da Administração Pública municipal que integram o Comitê Municipal comprometem-se a:
I - Identificar as possibilidades, em suas áreas de atuação, de ações e investimentos voltados a fortalecer o envelhecimento ativo e saudável da população como oportunidade para o desenvolvimento econômico e social;
II – Apresentar os programas, serviços e investimentos previstos em seus planos estratégicos e orçamentários que envolvam ou impactem, direta ou indiretamente, as pessoas idosas; e
III – Informar a criação, aprimoramento ou alteração de iniciativas sob sua responsabilidade que envolvam ou impactem, direta ou indiretamente, as pessoas idosas.
Art. 5º. Integram o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa os seguintes órgãos e entidades:
I - REPRESENTANTE SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
a) Titular: Líria da Aparecida Almeida Souza
b) Suplente: Debora Regina Galicki

II - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
a) Titular: Lucineia Stemposki
b) Suplente: Luana Lurdes Bodziak de Mattos

III - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

a) Titular: Gracielle Vanessa Talar
b) Suplente: Chaiana Vanessa Kovalhuk

IV - SECRETARIA MUNICIAPAL DE ADMINISTRAÇÃO
a) Titular: Vanessa Rachwall
b) Suplente: Jessica Aline Karbowski

V - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
a) Titular: Paulo Sérgio Milosz Machado
b) Suplente: Yuri Pauluk

VI - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
a) Titular: Adrielly Santos
b) Suplente: Karina Cristina Guel

VII - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
a) Titular: Diva Prhomann de Lima
b) Suplente: Solange da Silva Otto

VIII - REPRESENTANTES CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
a) Titular: Maria Eliane Kovalczyk Antosczeczen
b) Suplente: Iraci Sanches
IX - REPRESENTANTES TERCEIRA IDADE
a) TITULAR: Ana Rita Flecher
b) SUPLENTE: Mercedes Rodrigues de Lima
§ 1º. Os membros titulares e respectivos suplentes são indicados pelos dirigentes dos órgãos ou entidades que representam e designados em ato do Departamento de Políticas Públicas para Pessoa Idosa de Mallet.
§ 2º. O Comitê Municipal poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades, públicas ou privadas, bem como especialistas de notório conhecimento e atuação na promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa e na temática do envelhecimento, para participação eventual e contributiva nas reuniões.
§ 3º. O Comitê Municipal se reunirá, ordinariamente, a cada bimestre e, extraordinariamente, mediante convocação da Coordenação.
Art. 6º. O Comitê Municipal apresentará anualmente ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa o monitoramento do Plano de Ação, acompanhado de relatório complementar para ciência e acompanhamento.
Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 31 de julho de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:66384A80

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 027/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET torna público que fará realizar Licitação sob modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 027/2026** com as seguintes características**:**

OBJETO: Aquisição de equipamentos e acessórios de áudio, vídeo, fotografia e iluminação para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Mallet.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor preço.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min de 03 de agosto de 2026 até às 09h00min do dia 17 de agosto de 2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h00min às 10h00min do dia 17 de agosto de 2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h00min do dia 17 de agosto de 2026.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Está disponível no site www.bllcompras.org.br e no sítio eletrônico do município desde 03/08/2026.

INFORMAÇÕES: 0800 542 1204.

Prefeitura Municipal de Mallet, 31/07/2026.

FELIPE ZOLONDEK
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:30DAAE50

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 028/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET torna público que fará realizar Licitação sob modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 028/2026** com as seguintes características**:**

OBJETO: Aquisição de 01 (um) ônibus para transporte escolar da rede municipal de ensino.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor preço.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min de 03 de agosto de 2026 até às 09h00min do dia 17 de agosto de 2026**.**

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h00min às 10h00min do dia 17 de agosto de 2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 14h00min do dia 17 de agosto de 2026.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Está disponível no site www.bllcompras.org.br e no sítio eletrônico do município desde 03/08/2026.

INFORMAÇÕES: 0800 542 1204.

Prefeitura Municipal de Mallet, 31/07/2026.

FELIPE ZOLONDEK
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:782942B2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 029/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET torna público que fará realizar Licitação sob modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 029/2026** com as seguintes características**:**

OBJETO: Contratação de agente de integração, público ou privado, para fins de execução de estágios remunerados no âmbito do Município de Mallet/PR, por alunos regularmente matriculados e com frequência em cursos de ensino médio, técnico ou educação superior, nos termos da Lei n° 11.788, de 25 de setembro de 2008, conforme especificações técnicas definidas no Termo de Referência.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor preço.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min de 03 de agosto de 2026 até às 09h00min do dia 18 de agosto de 2026**.**

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h00min às 10h00min do dia 18 de agosto de 2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 14h00min do dia 18 de agosto de 2026.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Está disponível no site www.bllcompras.org.br e no sítio eletrônico do município desde 03/08/2026.

INFORMAÇÕES: 0800 542 1204.

Prefeitura Municipal de Mallet, 31/07/2026.

FELIPE ZOLONDEK
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:D3D1EC7A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 331/2026

DECRETO N.º 331/2026

Concede licença à servidora por motivo de doença da família, conforme amparo no artigo 82, da Lei 632/99 de 30 de dezembro de 1999 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, PEDRO KOWALCZYK, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

CONSIDERANDO a necessidade de dar cumprimento à decisão exarada no processo Cloud nº 000002428/2026, mesmo que de forma retroativa;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica concedida licença com vencimentos por motivo de doença da família àservidora **CLEIA SCHELIGA RODRIGUES**, cargo efetivo de Professora, Matrícula nº 228, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 22 de julho de 2026.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de julho de 2026.

Prefeitura Municipal de Mallet, em 31 de julho de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:556D4AAB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 332/2026.

DECRETO N.º 332/2026.

Dispõe sobre o afastamento de servidor público para tratamento de saúde.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, PEDRO KOWALCZYK, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

CONSIDERANDO o Processo Cloud nº 000001792/2026;

D E C R E T A:

Art. 1º . Fica concedido o afastamento do servidor público **VILSON STEMPOSKI,** do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula n° 251, para tratamento de saúde, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir de 22 de julho, dos termos do art. 102, inc. VII, alínea “b”, da Lei Municipal nº 632/99.

Art. 2º . Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 31 de julho de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:6F02D6FB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 333/2026

DECRETO N.º 333/2026

Revoga decreto de concessão de Jornada Estendida e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, PEDRO KOWALCZYK, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

CONSIDERANDO o Processo Cloud nº 000002577/2026;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto nº 021/2026 de 14 de janeiro de 2026, que atribuía a Gratificação por Jornada Estendida à funcionária **MONIQUE CRISTINA POTUK,** matrícula nº 872, do cargo de Professora;

Art. 2º . Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de agosto de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 31 de julho de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:E568EBF4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 334/2026

DECRETO N.º 334/2026

Exonera funcionária pública por aposentadoria e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, PEDRO KOWALCZYK, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet e nos termos da Lei Municipal nº 1330/2017 e Decreto nº 461/2017 e legislações correlatas

CONSIDERANDO Processo Cloud 000002628/2026;

D E C R E T A:

Art. 1º . Fica exonerada por aposentadoria CRISTINA WODARCZYK, matrícula nº 160, do cargo de Professora, a partir de 03 de agosto de 2026.

Art. 2º . Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de agosto de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, 31 de julho de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:D5D58C50

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 335/2026

DECRETO N.º 335/2026

Dispõe sobre exoneração de funcionário público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, PEDRO KOWALCZYK, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);
CONSIDERANDO o Processo Cloud nº 000002342/2026;

D E C R E T A:

Art. 1º . Fica exonerada a pedido da servidora **SARA MARIA SIUTA**, matrícula nº 60442, do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, a partir de 09 de agosto de 2026.

Art. 2º . Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de agosto de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, 31 de julho de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:73C3E57F

SECRETARIAS MUNICIPAIS
ANEXO II FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

ANEXO II
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PESSOA FÍSICA, MEI OU PARA GRUPO E COLETIVO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA (SEM CNPJ)

I - PESSOA FÍSICA OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI

1. Tipo de agente cultural individual:
( ) Pessoa física
( ) Microempreendedor individual – MEI

1.1. Nome Completo:
[texto – 100 caracteres]

1.2. Nome artístico ou nome social (se houver):
[texto – 100 caracteres]

1.3. CPF:
[14 dígitos, apenas números]

1.4. CNPJ (Se a inscrição for realizada em nome do MEI):
[14 dígitos, apenas números]

1.5. Data de nascimento:
[dd/mm/aaaa]

1.6. E-mail:
[campo de e-mail validado]

1.7. Telefone:
[apenas números]

1.8. Endereço completo:
[Texto – 200 caracteres]

1.9. Cidade:
[lista municípios IBGE]

1.10. Estado:
[lista estados IBGE]

1.11. CEP:
[campo CEP validado]

2. Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertence a povos ou comunidades tradicionais.
( ) Andirobeiros
( ) Apanhadores de flores sempre vivas
( ) Benzedeiros
( ) Caatingueiros
( ) Caboclos
( ) Caiçaras
( ) Catadores de mangaba
( ) Cipozeiros
( ) Comunidades de fundos e fechos de pasto
( ) Comunidades quilombolas
( ) Extrativistas
( ) Extrativistas costeiros e marinhos
( ) Faxinalenses
( ) Geraizeiros
( ) Ilhéus
( ) Juventude de povos e comunidades tradicionais
( ) Morroquianos
( ) Pantaneiros
( ) Pescadores artesanais
( ) Povo pomerano
( ) Povos ciganos
( )Povos e comunidades de terreiro/de matriz africana
( ) Povos indígenas
( ) Quebradeiras de coco babaçu
( ) Raizeiros
( ) Retireiros do Araguaia
( ) Ribeirinhos
( ) Vazanteiros
( ) Veredeiros
( ) Outra comunidade tradicional, indicar qual

3. É mestre ou mestra das culturas tradicionais e populares?
( ) Sim
( ) Não

4. Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Travesti
( ) Outro
5. Orientação sexual:
( ) Lésbica
( ) Gay
( ) Heterossexual
( ) Bissexual
( ) Outra
( ) Prefere não responder

6. Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

7. Você é uma Pessoa com Deficiência?
( ) Não

( ) Sim, Auditiva
( ) Sim, Física-motora
( ) Sim, Intelectual
( ) Sim, Visual
( ) Sim, Múltipla
( ) Sim, Transtorno do Espectro Autista
( ) Sim, Outra (indicar qual)

8. Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo
( ) Pós-Graduação Incompleto

9. Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2025, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.525,00.)

( ) Nenhuma renda
( ) De 1,00 a 500,00
( ) De 501,00 a 1.000,00
( ) De 1.001,00 a 2.000,00
( ) De 2.001,00 a 3.000,00
( ) De 3.001,00 a 5.000,00
( ) De 5.001,00 a 10.000,00
( ) De 10.001,00 a 20.000,00
( ) De 20.001,00 a 100.000,00
( ) Acima de 100.000,00
10. Possui quantos anos de experiência na área cultural?
[Número inteiro]

11. Acessou recursos públicos de fomento à cultura nos últimos 5 (cinco) anos?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei

II - PESSOA JURÍDICA

1. Tipo de agente cultural:
( ) Pessoa Jurídica com fins lucrativos (empresas)
( ) Pessoa Jurídica sem fins lucrativos (OSCs)

1.1. CNPJ:
[campo CNPJ validado]

1.2. Razão Social:
[texto – 100 caracteres]

1.3. Nome fantasia:
[texto – 100 caracteres]

1.4. Data de fundação:
[dd/mm/aaaa]

1.5. Nome do representante legal:
[Texto – 100 caracteres]

1.6. CPF do representante legal:
[campo CPF validado]

1.7. E-mail de contato:
[campo e-mail validado]

1.8. Telefone de contato:
[Apenas números]

1.9. CEP:
[campo CEP validado]

1.10. Endereço completo (da sede):
[texto – 200 caracteres]

1.11. Cidade:
[lista municípios IBGE]

1.12. Estado:
[lista estados IBGE]

1.13. Anos de atuação na área cultural?
[número inteiro]

2. Acessou recursos públicos de fomento à cultura nos últimos 5 (cinco) anos?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei

III - COLETIVO SEM CONSTITUIÇÃO JURÍDICA

1. Nome do grupo ou coletivo
[Texto – 100 caracteres]

2. Quantas pessoas fazem parte do coletivo
[número inteiro]

3. Nome do representante:
[texto – 100 caracteres]

4. CPF do representante :
[campo CPF validado]

5. E-mail de contato:
[campo e-mail validado]

6. Telefone de contato:
[apenas números]

7. Endereço completo (da sede):
[texto – 200 caracteres]

8. Cidade:
[lista municípios IBGE]

9. Estado:
[lista estados IBGE]

10. CEP:
[campo CEP validado]

11. Anos de atuação na área cultural?
[número inteiro]

12. Acessou recursos públicos de fomento à cultura nos últimos 5 (cinco) anos?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei

DADOS DO PROJETO

1. Vai concorrer às cotas?
( ) Não
( ) Sim, Pessoa negra
( ) Sim, Pessoa indígena
( ) Sim, Pessoa com deficiência
( ) Sim, outros grupos

2. Nome do Projeto:
[Texto – 100 caracteres]

3. Valor da proposta:
[Monetário]

4. A ação cultural proposta será realizada em qual formato?
( ) Presencialmente em local fixo
( ) Presencialmente itinerante
( ) Remotamente/Online
( ) Em formato híbrido
( ) Outros
( ) Não aplicável

5. Qual o CEP do local de realização? (se aplicável)
[Campo CEP validado]

6. Quantas pessoas serão remuneradas com o recurso do edital?
[Número inteiro]

7. Qual o principal segmento contemplado pela proposta?
( ) Acervos
( ) Arquivos
( ) Artes Visuais
( ) Artesanato
( ) Audiovisual
( ) Capoeira
( ) Circo
( ) Cultura de Matriz Africana
( ) Cultura dos Povos Originários
( ) Culturas Tradicionais e Populares
( ) Dança
( ) Design
( ) Edição e produção editorial
( ) Festas e Celebrações
( ) Hip Hop
( ) Jogos eletrônicos
( ) Literatura
( ) Mediação e formação de leitores
( ) Moda
( ) Museu
( ) Música
( ) Patrimônio Arqueológico
( ) Patrimônio Cultural Material
( ) Patrimônio Cultural Imaterial
( ) Patrimônio Natural
( ) Performance
( ) Teatro
( ) Outros

8. Qual a principal etapa do ciclo cultural contemplada pela proposta?
( ) Criação
( ) Produção
( ) Comercialização e Distribuição
( ) Difusão e Circulação
( ) Acesso, mediação e fruição
( ) Formação
( ) Pesquisa e reflexão
( ) Memória e preservação
( ) Organização e gestão
( ) Monitoramento e avaliação
( ) Outra (especificar)

9. Qual a principal pauta temática contemplada pela proposta?
( ) Cultura Alimentar
( ) Cultura DEF
( ) Cultura Digital
( ) Culturas Imigrantes e Refugiadas
( ) Cultura LGBTQIAPN+
( ) Cultura, Memória e Direitos Humanos
( ) Cultura Nerd
( ) Culturas Periféricas
( ) Cultura Quilombola
( ) Culturas Rurais e Agroecológicas
( ) Culturas Urbanas
( ) Cultura do Sertão
( ) Cultura e Acessibilidade
( ) Cultura e Economia Criativa
( ) Cultura e Educação
( ) Cultura e Gênero
( ) Cultura e Idosos
( ) Cultura e Infância
( ) Cultura e Juventude
( ) Cultura e Meio ambiente
( ) Cultura e Negritude
( ) Cultura e Pessoas em Situação de Privação de Liberdade
( ) Cultura e População de Rua
( ) Cultura e Povos Ciganos
( ) Cultura e Saúde
( ) Cultura e Turismo
( ) Culturas Indígenas
( ) Culturas Tradicionais de Matriz Africana
( ) Outra (especificar)

10. A proposta prevê ações em algum território prioritário?
( ) Não se aplica
( ) Área atingida por desastre natural
( ) Assentamento ou acampamento
( ) Conjunto ou empreendimento habitacional de interesse social
( ) Favelas e comunidades urbanas
( ) Periferia
( ) Regiões com menor histórico de acesso aos recursos da política pública de cultura
( ) Regiões com menor índice de Desenvolvimento Humano - IDH
( ) Sítios de arqueológicos e de patrimônio cultural
( ) Território de fronteira
( ) Território de povos e comunidades tradicionais
( ) Território indígena
( ) Território rural
( ) Zona especial de interesse social

11. Quais as principais entregas previstas pela proposta?
( ) Álbum musical
( ) Aplicativo / Software
( ) Apresentação ao vivo / Show
( ) Aquisição de acervos e bens culturais
( ) Arte gráfica / Desenho / Gravura / Ilustração
( ) Artesanato
( ) Artigo / Ensaio
( ) Audiolivro
( ) Aula / Palestra / Conferência
( ) Blog / Site
( ) Caderno / Cartilha / Apostila
( ) Circulação / Turnê
( ) Coleção
( ) Congresso / Encontro / Seminário / Simpósio
( ) Curso / Oficina / Workshop
( ) Desfile
( ) Digitalização de acervos
( ) Livro
( ) Livro eletrônico (e-Book)
( ) Ensaio fotográfico
( ) Escultura
( ) Espetáculo cênico
( ) Feira
( ) Exibição / Exposição
( ) Festa Popular
( ) Festival / Mostra
( ) Filme de curta-metragem
( ) Filme de longa-metragem
( ) Filme de média-metragem ou telefilme
( ) Grafitti / Mural
( ) Intercâmbio
( ) Instalação artística / videoarte
( ) Jogo eletrônico
( ) Licenciamento
( ) Manutenção de grupos / iniciativas / espaços culturais
( ) Melhoria em espaço cultural
( ) Pesquisa
( ) Plataforma digital
( ) Podcast / Programa de TV ou Rádio

( ) Residência Artística
( ) Revista / Jornal / Periódico
( ) Roteiro de filme ou episódio
( ) Sarau / Slam
( ) Série / websérie
( ) Videoclipe / Álbum visual
( ) Outros (especificar)

Por meio do preenchimento e envio deste documento, autorizo o uso das minhas informações pelo ente federativo responsável pelo edital e pelo Ministério da Cultura para fins de avaliação da execução da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018)

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:152ACDE6

SECRETARIAS MUNICIPAIS
ANEXO III PLANO DE TRABALHO

ANEXO III
PLANO DE TRABALHO

• Mini Currículo ou Mini portfólio da organização:

(Escreva aqui um resumo do seu currículo, destacando as principais atuações culturais realizadas. Você pode encaminhar o currículo em anexo, se preferir)

• Resumo do projeto:

(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

• Objetivos do projeto:

(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos.)

• Metas:

(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

• Perfil do público a ser atingido pelo projeto:

(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

• Medidas de acessibilidade empregadas no projeto:

(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023)
Para mais informações sobre acessibilidade cultural, acesse o GUIA PRÁTICO DE ACESSIBILIDADE CULTURAL NA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/politica-nacional-aldir-blanc/politica-nacional-aldir-blanc/arquivos/materiais-de-orientacao/guias-manuais-e-cartilhas/25_minc_guia-de-acessibilidade-pnab-4-22-10.pdf .

Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra _____

Acessibilidade comunicacional:
( ) Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) sistema Braille;
( ) sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) audiodescrição;
( ) legendas;
( ) linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela;
( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Data de início da execução do projeto
Data de término da execução do projeto

Equipe
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, incluindo NOME, FUNÇÃO NO PROJETO, CPF/CNPJ, MINI-CURRÍCULO. Use o modelo de quadro a seguir:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Mini currículo
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	(Insira uma breve descrição da trajetóriada pessoa que será contratada)

Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto, incluindo ATIVIDADE, ETAPA, DESCRIÇÃO, INÍCIO e FIM. Use o modelo de quadro a seguir:

Atividade	Etapa	Descrição	Início	Fim
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2024	11/11/2024

Planilha orçamentária

Preencha a tabela informando todas as despesas, indicando a META/ETAPA RELACIONADA, DESCRIÇÃO, JUSTIFICATIVA, UNIDADE DE MEDIDA, VALOR UNITÁRIO, QUANTIDADE, VALOR TOTAL e REFERÊNCIA DE PREÇO.
OBS.: Pode haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa para auxiliar a análise técnica da comissão de seleção.

DICA PARA O ENTE FEDERATIVO! A PLANILHA ABAIXO PODE SER DISPONIBILIZADA TAMBÉM EM FORMATO EXCEL PARA FACILITAR A SOMA DOS VALORES.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço (opcional)
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?
(Informe se o projeto prevê apoio financeiro, tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( ) Apoio financeiro municipal
( ) Apoio financeiro estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal
( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( ) Outros
Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?
(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

Documentos complementares
Caso queira, junte documentos que auxiliam na análise do seu projeto e da sua equipe técnica, tais como currículos e portfólios, entre outros documentos que achar necessário.

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:9C126C9F

SECRETARIAS MUNICIPAIS
ANEXO IX DECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA

ANEXO IX

DECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA
(Para agentes culturais concorrentes às cotas destinadas a pessoas com deficiência)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou pessoa com deficiência.
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:4CD1330C

SECRETARIAS MUNICIPAIS
ANEXO VII DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO

ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

GRUPO ARTÍSTICO:
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:
DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]
As pessoas abaixo listadas, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único representante neste edital, conferindo-lhe poderes para cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura do Termo de Execução Cultura, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital.
Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	CPF	ASSINATURAS

[LOCAL]
[DATA]

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:43716C3F

SECRETARIAS MUNICIPAIS
ANEXO VIII DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:8409E509

SECRETARIAS MUNICIPAIS
ANEXO VI RELATÓRIO DE OBJETO DA EXECUÇÃO CULTURAL

ANEXO Vi
RELATÓRIO DE Objeto da execução cultural

1. DADOS DO PROJETO
Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural:
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO
2.1. Resumo:
Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas
Descreva as ações desenvolvidas, , datas, locais, horários, etc. Fale também sobre eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas
Metas integralmente cumpridas:
• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]

Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]

Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS
3.1. A execução do projeto gerou algum produto?
Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?
Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele …
(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO
5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?
Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?
( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra ou indígena?	Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim. Negra	Não

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

6.5 Em que município e Estado o projeto aconteceu?

6.6 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram

8. TÓPICOS ADICIONAIS

Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

9. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, folders, materiais de divulgação do projeto, entre outros.

Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:D1539792

SECRETARIAS MUNICIPAIS
ANEXO V TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

ANEXO V
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº [INDICAR NÚMERO]/[INDICAR ANO] TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2026 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES
1.1 O [NOME DO ENTE FEDERATIVO], neste ato representado por [AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], Senhor(a) [INDICAR NOME DA AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:
2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).
3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].
4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICO] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.
5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.
6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações do/da [NOME DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO EDITAL]:
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à [NOME DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO EDITAL] por meio de Relatório de Execução do Objeto [SE A PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES IN LOCO, ALTERAR ESSE ITEM], apresentado no prazo máximo de [INDICAR PRAZO MÁXIMO] contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo [NOME DO ÓRGÃO] a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES IN LOCO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações in loco.
7.2 O agente público responsável elaborará Relatório de Verificação Presencial da Execução no qual concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório de Objeto da Execução Cultural, caso considere não ter sido possível aferir na visita técnica de verificação o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.2.1 Após o recebimento do processo enviado pelo agente público de que trata o subitem I do item 7.2, a autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.2.1 Caso seja solicitada a apresentação do Relatório de Objeto da Execução Cultural de que trata o subitem I do item 7.2, será adotado o procedimento de que trata o art. 19 e seguintes da Lei nº 14.903/2023.
[OU]

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.
[OU]
9.2 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do [NOME DO ENTE].

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 [DEVE SER INFORMADO COMO O ÓRGÃO REALIZARÁ O MONITORAMENTO DAS AÇÕES, PODENDO SER POR MEIO DE COMISSÃO ESPECÍFICA PARA ESTE FIM, POR ENVIO DE RELATÓRIOS, ENTRE OUTRAS MEDIDAS].

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de [PRAZO EM ANOS OU MESES], podendo ser prorrogado por [PRAZO MÁXIMO DE PRORROGAÇÃO].

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no [INFORMAR ONDE SERÁ PUBLICADO]

14. FORO

14.1 Fica eleito o Foro de [LOCAL] para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

Pelo Órgão:
[Nome do Representante]

Pelo Agente Cultural:
[Nome do Agente Cultural]

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:501EA5F4

SECRETARIAS MUNICIPAIS
ANEXO X FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO DA ETAPA DE SELEÇÃO

ANEXO X

formulário de apresentação de recurso DA ETAPA DE SELEÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF:
NOME DO PROJETO INSCRITO:
CATEGORIA:

RECURSO:

À Comissão de Seleção,
Com base na **Etapa de Seleção** do Edital [NÚMERO E NOME DO EDITAL], venho solicitar alteração do resultado preliminar de seleção, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____.
Local, data.

_____
Assinatura Agente Cultural
NOME COMPLETO

formulário de apresentação de recurso DA ETAPA DE habilitação

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF:
NOME DO PROJETO INSCRITO:
CATEGORIA:

RECURSO:

À [INSERIR UNIDADE OU ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA ETAPA DE HABILITAÇÃO],
Com base na **Etapa de Habilitação** do Edital [NÚMERO E NOME DO EDITAL], venho solicitar alteração do resultado preliminar de habilitação, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____.
Local, data.

_____
Assinatura Agente Cultural
NOME COMPLETO

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:18414DB7

SECRETARIAS MUNICIPAIS
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

MALLET, 30 DE JULHO DE 2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

Olá, agentes culturais do Município de Mallet!
Estamos muito felizes com o seu interesse em participar deste chamamento público.
Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB). Aqui você vai encontrar as regras do edital e como fazer para se inscrever.
Boa leitura.
Desejamos sucesso!

1. POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA
A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do Município de Mallet.
Deste modo, o Município de Mallet torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

2. INFORMAÇÕES GERAIS
2.1 Objeto do edital
O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do Município de Mallet

2.2 Quantidade de projetos selecionados
Serão selecionados 15 projetos.
Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

2.3 Valor total do edital
Cada projeto receberá o valor descrito no Anexo I.
O valor total deste edital é de R$ 95.681,72
A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: Lei 1728/2026 e decreto 314/2026: Edital de Fomento Valores da Atividade: / R$ 95.681,72
Sobre o valor total repassado pelo estado do Paraná, munícipio de Mallet ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços. Os valores referentes aos juros bancários e no caso de vacância de propostas, serão distribuídos igualmente entre os projetos selecionados.

2.4 Prazo de inscrição
De 08:00 horas do dia 03/08/2026 até às 17:00 horas do dia 07/08/2026.

As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 4 deste edital.
As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 4 deste edital.

2.5 Quem pode participar
Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural que reside no Município de Mallet há pelo menos 12 meses.

Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.
O agente cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)
III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)
IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo VII.

2.6 Quem NÃO pode participar
Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
I - tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
Atenção! O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 2.6.
Atenção! Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.
Atenção! A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

2.7 Quantos projetos cada agente cultural pode apresentar neste edital
Cada agente cultural poderá concorrer neste edital com, no máximo 1 Projeto e poderá ser contemplado com no máximo 1 Projeto.

3. ETAPAS
Este edital é composto pelas seguintes etapas:
● Inscrições – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais
● Seleção – etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos
● Habilitação – etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação
● Assinatura do Termo de Execução Cultural – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural

4. INSCRIÇÕES
O agente cultural deve encaminhar por meio de DE FORMA FÍSICA OUPOR PLATAFORMA ELETRÔNICA disponibilizada pela secretaria de cultura e turismo de Mallet, a seguinte documentação obrigatória:
a) Formulário de inscrição (Anexo II)
b) Plano de Trabalho (projeto), conforme Anexo III;
c) Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
d) Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;
e) Declaração de representação, se for concorrer como um coletivo sem CNPJ; e
f) Outros documentos que o agente cultural julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.

Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
Atenção! A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

5. COTAS
5.1 Categoria de cotas
Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:
a) pessoas negras (pretas e pardas);
b) pessoas indígenas;
c) pessoas com deficiência.
A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I.
Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração.
A autodeclaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.

5.2 Concorrência concomitante
Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

5.3 Desistência do optante pela cota
Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

5.4 Remanejamento das cotas
No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

5.5 Aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos
As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
I - pessoas jurídicas em que mais da metade dos sócios são pessoas negras, indígenas ou com deficiência,
II - pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;

III - pessoas jurídicas ou coletivos sem CNPJ que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência; e
IV - outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.
As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo sem CNPJ devem preencher uma autodeclaração, conforme modelos do Anexo VIII e Anexo IX.

6. COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)
6.1 Preenchimento do modelo

O agente cultural deve preencher o Anexo II - Formulário de Inscrição, documento que contém a ficha de inscrição, e o Anexo III - Plano de Trabalho, documento que contém a descrição do projeto e a planilha orçamentária.

O agente cultural será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentando o Município de Mallet de qualquer responsabilidade civil ou penal.

6.2 Previsão de execução do projeto

Os projetos apresentados deverão ser executados até 31/12/2026

6.3 Custos do projeto
O agente cultural deve preencher a planilha orçamentária constante no Anexo III indicando os custos do projeto, por categoria, acompanhado dos valores condizentes com as práticas de mercado. O agente cultural pode informar qual a referência de preço utilizada, de acordo com as características e realidades do projeto.
Atenção! O projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
Atenção! O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.
Atenção! O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal, patrocínio direto privado, e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item de despesa.
Atenção! Em caso de cobrança de ingresso ou venda de produtos, os recursos provenientes deverão ser revertidos ao próprio projeto, devendo ser apresentada na planilha orçamentária a previsão de arrecadação, juntamente com a relação de quais itens serão custeados com esse recurso.

6.4 Recursos de acessibilidade
Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas caractetísticas, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
São medidas de acessibilidade:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

7. ETAPA DE SELEÇÃO
7.1 Quem analisa os projetos
Uma comissão de seleção vai avaliar os projetos. Todas as atividades serão registradas em ata.
Farão parte desta comissão, a comissão será composta por membros do conselho, servidores da Prefeitura de Mallet e Secretaria Cultura e Turismo. Essa Comissão de seleção será composta por 4 (quatro) membros, nomeados no Decreto Nº 317/2026.

7.2 Quem não pode analisar os projetos

Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:
I - tiverem interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;
III - no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
IV - sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
Atenção! Os parentes de que trata o item III são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

7.3 Análise do mérito cultural
Os membros da comissão de seleção farão a análise de mérito cultural dos projetos.
Entende-se por “Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo IV deste edital.
Por análise comparativa compreende-se a análise dos itens individuais de cada projeto, e de seus impactos e relevância em relação a outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

7.4 Análise da planilha orçamentária
Os membros da comissão de seleção vão avaliar se os valores informados pelo agente cultural são compatíveis com os preços praticados no mercado.
Os membros da comissão de seleção podem realizar a análise comparando os valores apresentados pelo agente cultural com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

7.5 Valores incompatíveis com o mercado
Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
Caso o agente cultural discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o 7.6.

7.6 Recurso da etapa de seleção

O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do Município de Mallet e no site oficial do Município de Mallet.
Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado ao a secretaria de cultura e turismo, que deve ser apresentado por meio de, forma física, entregue na Secretaria de Cultura Turismo, no prazo de no mínimo 3 dias úteis CONFORME INCISO III DO ART. 9º DA LEI Nº 14.903/2024. a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no Site Oficial do Município.

8. REMANEJAMENTO DE VAGAS
Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra, conforme as seguintes regras:
A comissão avaliadora fará a deliberação do remanejamento, sendo esta soberana.
Se houver propostas contempladas com recursos remanejados, estas devem reenviar a tabela orçamentária para aprovação da Comissão Avaliadora (mediante ata). Caso a nova tabela orçamentária seja aprovada, será anexada no Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de Trabalho (Anexo III)e o proponente deverá prestar contas no Relatório de Execução do Objeto (Anexo VI). Caso a nova tabela orçamentária não seja aprovada, a proposta recebera o valor originalmente indicado no Anexo I.
Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da PNAB.

9. ETAPA DE HABILITAÇÃO
9.1 Documentos necessários
O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a publicação do resultado final de seleção, por meio físico na secretaria de cultura e turismo os seguintes documentos:

Se o agente cultural for pessoa física:
I – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
III - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná (SEFA), Prefeitura Municipal de Mallet (Tributação)
IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
V - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.

Atenção! A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - pertencentes a população nômade ou itinerante; ou
III - que se encontrem em situação de rua.

Se o agente cultural for pessoa jurídica:
I - inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
II - atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
III – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
IV - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
V - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
VI - certidões negativas de débitos estaduais e municipais, expedidas pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná (SEFA), Prefeitura Municipal de Mallet (Tributação)
VII - certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VIII - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

Se o agente cultural for grupo ou coletivo sem personalidade jurídica (sem CNPJ):
I – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União em nome do representante do grupo;
II - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná (SEFA), Prefeitura Municipal de Mallet (Tributação) em nome do representante do grupo
IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho em nome do representante do grupo;
V - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural, em nome do representante do grupo.

As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
Atenção! Caso o agente cultural esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.
Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

9.2 Recurso da etapa de habilitação
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado ao Secretaria de Cultura e Turismo, que deve ser apresentado por meio de: entrega de forma física na secretaria de cultura e turismo no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado no Site Oficial de Mallet e Diário Oficial de Mallet.
Após essa etapa, não caberá mais recurso.

10. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS
10.1 Termo de Execução Cultural
Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo V deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pela Prefeitura Municipal de Mallet contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

10.2 Recebimento dos recursos financeiros
Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único ou em parcelas.
Para recebimento dos recursos, o agente cultural deve abrir conta bancária específica, em instituição financeira pública isenta de tarifas bancárias ou em instituição financeira privada.
Atenção! A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento dos recursos estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do agente cultural.

11. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS
Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e do Município de Mallet, de

acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições.
O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
O material de divulgação deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1º do art. 37 da Constituição Federal.

12. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS
12.1 Monitoramento e avaliação realizados pelo Município de Mallet
Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão a Lei nº 14.903/2024 e o Decreto nº 11.453/2023 que dispõem sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

12.2 Como o agente cultural presta contas ao Município de Mallet.
O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório de Objeto da Execução Cultural, conforme documento constante no Anexo VI deste edital.
O Relatório de Objeto da Execução Cultural, deve ser apresentado até 28/02/2027 a contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS
13.1 Desclassificação de projetos
Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Atenção! Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do agente cultural.

13.2 Acompanhamento das etapas do edital
O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site https://mallet.pr.gov.br/.
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, devem ficar atentos às publicações no site https://mallet.pr.gov.br/. e nas mídias sociais oficiais.

13.3 Informações adicionais
Demais informações podem ser obtidas pelo e-mail culturaturismo@mallet.pr.gov.br e telefone +55 42 8861-1356.
Os casos omissos ficarão a cargo da Secretaria de Cultura e Turismo

13.4 Validade do resultado deste edital
O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 31/12/2026 após a publicação do resultado final.

13.5 Anexos do edital
Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Categorias de apoio;
Anexo II - Formulário de Inscrição/
Anexo III - Plano de Trabalho;
Anexo IV - Critérios de seleção
Anexo V - Termo de Execução Cultural;
Anexo VI - Relatório de Objeto da Execução Cultural;
Anexo VII - Declaração de representação de grupo ou coletivo;
Anexo VIII - Declaração étnico-racial
Anexo IX – Declaração PCD
Anexo X – Formulário de interposição de recurso

YURI PAULUK
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:6451DDBB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI
RETIFICAÇÃO DO RETIFICAÇÃO DO RESUMO - AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETARESUMO - AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

RETIFICAÇÃO DO RESUMO - AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo Administrativo de Contratação Pública
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de veículo 0 km para a Câmara Municipal de Mandaguari – PR
Fundamento Jurídico: Art. 6, inciso XLI e Art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI, inscrita no CNPJ nº 95.639.548/0001-92, situada na Rua Manoel Antunes Pereira nº 297, CEP: 86.975-000, na cidade de Mandaguari, Estado do Paraná, por meio de seu Departamento Administrativo, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, n°**002/2026,** com critério de julgamento **menor preço**, na hipótese do Art. 6, inciso XLI e Art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021, eventuais regulamentos expedidos por esta Entidade da respectiva Lei, demais normas aplicáveis e também das exigências estabelecidas neste edital e seus eventuais anexos, consoante os critérios e exigências estabelecidas a seguir, nos seguintes termos:

Data e horário limite para apresentação da proposta de preços:	Até o dia 14/08/2026, antes da sessão eletrônica.
Realização de sessão pública presencial para análise das propostas:	14/08/2026, a partir das 09:00hrs, eletronicamente pelo site: http://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação contrário.
Modo de disputa/ duração da disputa:	Sistema aberto / 06 (seis) horas.
Código Unidade Compradora COMPRASNET.	**928198**
Referência de tempo	Horário de Brasília-DF. Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado será realizada a abertura da Sessão Pública do Pregão Eletrônico, por meio do sistema COMPRASNET.
Link para acesso à íntegra desse edital	https://mandaguari.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/6/

VALOR MÁXIMO DO PREGÃO ELETRÔNICO:
O preço global máximo estimado para o presente procedimento de licitação é **R$205.500,00 (duzentos e cinco mil e quinhentos reais).**
Descrição completa dos itens no Anexo I –Termo de Referência.
- Ampla Concorrência
PRAZO DE VALIDADE/EXECUÇÃO: 12 (doze) meses.
Ø REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

Informações e cópias do Edital, poderão ser obtidas no Departamento Administrativo da Câmara Municipal, no horário de expediente, de Segunda a Sexta-feira, no seguinte horário: 08h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min.

Mandaguari (PR), 31 de julho de 2026.

EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI
Presidente da Câmara Municipal de Mandaguari

Publicado por:
Claudia Pereira Velasco Lessa
Código Identificador:29EFFC18

FUNDAÇÃO FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE MANDAGUARI
PORTARIA Nº 39/2026-DP

PORTARIA Nº 39/2026-DP

Ementa: Concede férias, a servidor da FAFIMAN e dá outras providências.

O Diretor da Fundação Faculdade e Filosofia, Ciência e Letras de Mandaguari - FAFIMAN, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Estatutárias e Regimentais, e

Considerando a Lei Municipal nº 518 de 21 de fevereiro de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida férias, pelo período de 20 (vinte) dias, a servidora da FAFIMAN, senhora SILVIA LIDIA DE ANDRADE BEM FERNANDES, ocupante do cargo de AUXILIAR DE BIBLIOTECA II, matrícula nº. 100057, cedida para Secretaria, regido pelo Regime Jurídico Celetista e pelo Regime Geral da Previdência, lotada na Manutenção da Secretaria da Fundação.

Parágrafo único. As férias concedidas conforme *caput* deste artigo, são referentes ao período aquisitivo de 31/08/2024 à 30/08/2025 e gozadas no período compreendido entre os dias 20/07/2026 a 08/08/2026, retornando o servidor às suas atividades no dia 10/08/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 20/07/2026.

Edifício da Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari - FAFIMAN, Estado do Paraná, ao trigessimo primeiro dia do mês de julho de 2026 (31/07/2026).

JOSE NATAL DE OLIVEIRA
Diretor da FAFIMAN

Publicado por:
Rosangela Aparecida Paulino de Oliveira
Código Identificador:D81869F4

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 370/2026 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL TRANSPOSIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 370/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Transposição e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentaria 4.421/2025 de 16/12/2025

Decreta:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Transposição, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$40.000,00 (quarenta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
07		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001		Fundo Municipal de Saúde	
07.001.10.122.0019.2.123		EDUCAÇÃO PERMANENTE CONTINUADA - GESTÃO E SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS)	
638 - 3.3.90.14.00.00	303	DIARIAS - CIVIL	15.000,00
640 - 3.3.90.39.00.00	303	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	25.000,00
Total Suplementação:			40.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto, servira como recurso de Anulação de dotações, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1°, Inciso III da Lei Federal 4.320/64:

Redução			
07		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001		Fundo Municipal de Saúde	
07.001.10.122.0017.2.114		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO DE SAÚDE	
628 - 4.4.90.52.00.00	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	40.000,00
Total Redução:			40.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao trigésimo primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis (31/07/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:86AD95C7

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 371/2026 - NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 371/2026

Súmula: Nomeia membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de Mandaguari, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Inovação, de acordo com o artigo 1º da Lei Municipal nº 4.469/2026, conforme segue:
I – REPRESENTANTES DO TITULAR E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MEIO AMBIENTE E TURISMO (SMDEMAT):
Titular: Fagner Paulo da Silva;
Suplente: Sergio Aparecido Sezani;
Titular: Aureliano Aparecido de Lima;
d) Suplente: Luiz Rodrigues Junior;

II – REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO:
Titular: Maria Aparecida Job de Souza Couto;
Suplente: Jerrynlaldo da Silva Finetto;

III – REPRESENTANTE DO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA – PR:
a) Titular: João Paulo da Silva Magnoni
b) Suplente: Carlos Roberto Guizelini Junior

IV – PRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS:
Titular: Eduardo Romano Zafalon;
b) Suplente: Ronaldo Deo Silva

V – REPRESENTANTE DO SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE:
Titular: Luiz Carlos da Silva
Suplente: Wendell Gussoni

VI – REPRESENTATE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB:
Titular: Daniel Henrique dos Santos;

b) Suplente: Dalber Martins Krepski Filho

VII – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE MANDAGUARI – ACEMAN:
Titular: Alexandre Nogai Martins ;
b) Suplente: Rosemary de Fátima Mattia

VIII – REPRESENTANTE DO SINDICATO RURAL PATRONAL DE MANDAGUARI:
Titular: Agnaldo Esteves;
b) Suplente: Moacyr Firmino da Rocha Junior

IX – REPRESENTANTES DE COOPERATIVAS COM ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO:
a) Titular: Paulo Roberto Vendramini Junior;
b) Suplente: Willian Carlos Aguiar Scanacapra;
c) Titular: Emirson Luiz Gocha;
d) Suplente: Daiane Vicenzi

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao trigésimo primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis (31/07/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:F35F7662

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 372/2026 - INSTITUI E NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA YOLANDA CERCAL DA SILVA, COM VIGÊNCIA DE 30/07/2026 A 30/07/2028, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 372/2026

Súmula: Institui e nomeia membros do Conselho Escolar da Escola Municipal Professora Yolanda Cercal da Silva, com vigência de 30/07/2026 a 30/07/2028, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas para compor o Conselho Escolar da Escola Municipal Professora Yolanda Cercal da Silva, com vigência de 30/07/2026 a 30/07/2028, do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, a saber:
Presidente: Terezinha Conciani Bigão
Vice-presidente: Roseli de Souza

REPRESENTANTES DA EQUIPE PEDAGÓGICA E CORPO DOCENTE
Titular: Sandra Cristina Fadel
Suplente: Ana Claudia Ferreira da Silva
Titular: Izabely Alves Iecker Cenke
Suplente: Luciana Aparecida Franzini
Titular: Josélia Andréia Rossanezi Ferreira
Suplente: Margareth Vera Franzini Fermino da Rocha

REPRESENTANTES DA EQUIPE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E FUNCIONÁRIOS
Titular: André Ruis Justino
Suplente: Eliane Fajardo Castro
Titular: Gildete Marcelino Ribeiro
Suplente: Antônia Do Nascimento Rodrigues

REPRESENTANTES DE PAIS E/OU RESPONSÁVEIS
Titular: Danielle Carla Aguiari da Silva São Cyirilo
Suplente: Simone Fernando Alavarce Cinquini

REPRESENTANTES DE ALUNOS
Titular: Nicolas Bengozi Ribeiro

Responsável Legal: Gisele Silva Bengozi
Suplente: Murilo Rafael Fávaro Rosseto
Responsável Legal: Glaciane Fávaro Rosseto

REPRESENTANTES DA APM
Titular: Helton Eni Moreira
Suplente: Sidney Castro da Silva

REPRESENTANTES DA COMUNIDADE LOCAL
Titular: Marcela de Almeida Carvalho
Suplente: Clarice Aparecida de Oliveira Ferreira
Titular: Elisa Menezes Neves da Silva
Suplente: Rhuanna Gabriela de Farias Luvizetto Assis

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao trigésimo primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis (31/07/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:047F1B85

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 373/2026 - NOMEIA E DÁ POSSE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 373/2026

Súmula: Nomeia e dá posse servidores públicos municipais para ocuparem Cargos de Provimento em Comissão, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º Ficam nomeadas e empossadas as pessoas abaixo relacionadas, aprovadas por cargos de classificação, a saber:

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO		
NOME DO SERVIDORES	**ADMISSÃO**	**CARGO - COMISSÃO**
JEFFERSON BONINI DIONIZIO	03/08/2026	Coordenador De Serviços Eletricos Automotivos
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
MARIA JULLYA DEFACIO	03/08/2026	Coordenador De Divisão Socio Assistencial Familia Acolhedora

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à respectiva data de admissão.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao trigésimo primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis (31/07/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:8AB11E7D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 374/2026 - NOMEIA E DÁ POSSE A PESSOAS APROVADAS EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 374/2026

Súmula: Nomeia e dá posse a pessoas aprovadas em Processo Seletivo Simplificado - PSS, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas e empossadas a pessoas abaixo relacionadas, aprovadas por cargo de classificação, a saber:

NOME	DATA DA NOMEAÇÃO	CARGO - PSS
EDNETE OLIVEIRA GOMES	03/08/2026	Professor - Temporario
LORENA CRISTINA LACERDA DA SILVA	03/08/2026	Educador Infantil - Temporario
MARA FLAVIANI BASSO RIBEIRO	03/08/2026	Professor - Temporario
ROBERTO BRUNO MESSIAS SILVA	03/08/2026	Facilitador De Oficinas Por Meio De Teatro
SILVANA CRISTINA EUGENIO VIEIRA	03/08/2026	Tecnico Em Segurança Do Trabalho - Temporário

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à respectiva data de admissão.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao trigésimo primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis (31/07/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:BAF94A7E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 101/2026 - DISPÕE SOBRE ERRATA DA PORTARIA Nº 101/2026 DE QUE INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

ERRATA

PORTARIA Nº. 101/2026

Súmula: Dispõe sobre errata da Portaria nº 101/2026 de que instaura Processo Administrativo Disciplinar.

A Prefeita do Munícipio de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

Onde se lê:
"Instaura Processo Administrativo Disciplinar."

Leia-se:
"Instaura Processo de Sindicância Disciplinar."

Permanecem inalteradas as demais disposições constantes do referido Decreto.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao trigésimo primeiro dia de julho do ano de dois mil e vinte e seis (31/07/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:5F27F72E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 102/2026 - DISPÕE SOBRE ERRATA DA PORTARIA Nº 102/2026 DE QUE INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

ERRATA

PORTARIA Nº. 102/2026

Súmula: Dispõe sobre errata da Portaria nº 102/2026 de que instaura Processo Administrativo Disciplinar.

A Prefeita do Munícipio de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

Onde se lê:
"Instaura Processo Administrativo Disciplinar."

Leia-se:
"Instaura Processo de Sindicância Disciplinar."

Permanecem inalteradas as demais disposições constantes do referido Decreto.
Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao trigésimo primeiro dia de julho do ano de dois mil e vinte e seis (31/07/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:D7A0D3A5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 104/2026 - DISPÕE SOBRE ERRATA DA PORTARIA Nº 104/2026 DE QUE INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

ERRATA

PORTARIA Nº. 104/2026

Súmula: Dispõe sobre errata da Portaria nº 104/2026 de que instaura Processo Administrativo Disciplinar.

A Prefeita do Munícipio de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

Onde se lê:
"Instaura Processo Administrativo Disciplinar."

Leia-se:
"Instaura Processo de Sindicância Disciplinar."

Permanecem inalteradas as demais disposições constantes do referido Decreto.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao trigésimo primeiro dia de julho do ano de dois mil e vinte e seis (31/07/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:F3809BA4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 105/2026 - DISPÕE SOBRE ERRATA DA PORTARIA Nº 105/2026 DE QUE INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

ERRATA

PORTARIA Nº. 105/2026

Súmula: Dispõe sobre errata da Portaria nº 105/2026 de que instaura Processo Administrativo Disciplinar.

A Prefeita do Munícipio de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

Onde se lê:
"Instaura Processo Administrativo Disciplinar."

Leia-se:
"Instaura Processo de Sindicância Disciplinar."

Permanecem inalteradas as demais disposições constantes do referido Decreto.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao trigésimo primeiro dia de julho do ano de dois mil e vinte e seis (31/07/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:430304EC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 129/2026 - CONCEDE LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DE FAMILIAR DOENTE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SILVIA REGINA ROSSETO HENRIQUES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 129/2026

Súmula: Concede *Licença para Acompanhamento de Familiar Doente* à servidora pública municipal SILVIA REGINA ROSSETO HENRIQUES, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Nº. 2.136/2013, de 17/05/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Concede *Licença para Acompanhamento de Familiar Doente*, com vencimentos, pelo período de **27 de julho de 2026 à 30 de julho de 2026**, à servidora pública municipal 1478 – ***SILVIA REGINA ROSSETO HENRIQUES***, ocupante do cargo de PROFESSOR 20H.

Art. 2º Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao trigésimo primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis (31/07/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:10516DC7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 130/2026 - CONCEDE LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DE FAMILIAR DOENTE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUCIANO DOS SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 130/2026

Súmula: Concede *Licença para Acompanhamento de Familiar Doente* à servidora pública municipal LUCIANO DOS SANTOS, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Nº. 2.136/2013, de 17/05/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Concede *Licença para Acompanhamento de Familiar Doente*, com vencimentos, pelo período de **24 de julho de 2026 à 24 de julho de 2026**, à servidora pública municipal 2097 – ***LUCIANO DOS SANTOS***, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40H.

Art. 2º Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao trigésimo primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis (31/07/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:742FE1E2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 131/2026 - RETORNO DO PERÍODO DE LICENÇA SEM VENCIMENTO CONCEDIDA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SUELLEN OLAVO DO NASCIMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 131/2026

Súmula: Retorno do período de licença sem vencimento concedida a servidora pública municipal SUELLEN OLAVO DO NASCIMENTO, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica interrompido o período de licença sem vencimentos concedida a servidora pública municipal SUELLEN OLAVO DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, regida pelo Regime Estatutário, retornando às suas atividades no dia 03/07/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao trigésimo primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco (31/07/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:64601E4C

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 11/2026 - CENTRO DE ATENDIMENTO A CRIANÇA, ADOLESCENTE E FAMÍLIA – CECAF

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 11/2026.

Partes: Município de Mandaguari.
Centro de Atendimento a Criança, Adolescente e Família – CECAF.

Objeto: A parceria voluntária, em regime de mútua cooperação tem por objeto a contribuição por meio de transferência voluntária de recursos financeiros do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS ao Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS (repasse fundo a fundo), referente ao exercício 2026, nos termos das disposições do Ato de Justificativa de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 07/2026, publicado na edição 3563, do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 01 de julho de 2026, para fins de execução pela OSC do projeto "Protegendo Vidas VIII", para custear despesas com o pagamento de Vencimento e vantagens fixas: vencimentos e salários; Obrigações patronais: FGTS; Material de consumo: gêneros de alimentação, material de limpeza e produtos de higienização, na forma estabelecida no plano de trabalho.

Valor: R$ 51.622,13 (cinquenta e um mil seiscentos e vinte e dois reais e treze centavos).
Prazo de Execução: 01 de agosto de 2026 a 31 de julho de 2027.
Prazo de Vigência: 01 de agosto de 2026 a 31 de agosto de 2027.
Data da celebração: 28 de julho de 2026.

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:0DDDE5F1

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE FOMENTO Nº 01/2026.

TERMO DE FOMENTO Nº 01/2026.

MUNICÍPIO: UNICÍPIO DE MANDAGUARI.
OSC: ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE MANDAGUARI - AEUM.

OBJETO: A parceria voluntária , em regime de mútua cooperação tem por objeto a contribuição por meio de transferência voluntária de recursos financeiros de cofinanciamento do Fundo de Apoio ao transporte Universitário , referente ao exercício 2026 , nos termos da disposições do Ato de Justificativa de inexigibilidade de Chamamento Público nº 001/2026 publicado na edição 3577, do Diário Oficial dos Municípios do Paraná , em 21 de julho de 2026 , para fins de execução pela entidade do projeto "TRANSPORTE DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS" , para contratação de serviços de terceiros pessoa jurídica (empresa de transporte intermunicipal) , na forma estabelecida no plano de trabalho.
VALOR: R$ 678.840,00 (Seiscentos e setenta e oito mil, oitocentos e quarenta reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 de agosto de 2026 a 31 de janeiro de 2027
DATA DA CELEBRAÇÃO: 28 de julho de 2026.

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:BE3B43AA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 74/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 49/2026
EXTRATO DO CONTRATO Nº 74/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: JUSTICE AI LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 57.027.539/0001-51, com endereço na Rua Bernardo Guimarães, 1033, Sala 307 CEP: 30.140-084, na cidade de Belo Horizonte/MG, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **CAIO COSTA PERONA**, inscrito no CPF sob o nº. 097.911.586-81.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DESTINADA AO FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO DE SOLUÇÃO TECNOLÓGICA ESPECIALIZADA EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA AO DOMÍNIO JURÍDICO.

VALOR: 10.080,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 24 de Julho de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:5D236395

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
AVISO DE REDESIGNAÇÃO DA DATA DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 23/2026

AVISO DE REDESIGNAÇÃO
DA DATA DE ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 23/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 69/2026
UASG 455978

O MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.105.550/0001-37, com sede na Praça Bom Jesus, n.° 44, Centro, Mandirituba, Paraná, CEP 83.800-058, torna público que **redesignou a data de abertura** da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como das disposições constantes do Decreto Municipal n.º 1216, de 13 de abril de 2023, e demais normas aplicáveis. O Edital completo poderá ser retirado no Departamento de Compras e Licitações, em dias úteis, ser visualizado na íntegra no site: www.mandirituba.pr.gov.br, www.gov.br/compras ou fornecido por solicitação ao e-mail: licitacoes@mandirituba.pr.gov.br.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MEDICINA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL PARA O SERVIÇO DE PERÍCIAS MÉDICAS E ATUAÇÃO DE JUNTA MÉDICA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
Nova Data da Sessão: 20 de Agosto de 2026 às 09h00.
Valor Máximo Estimado: R$ 164.320,00 (cento e sessenta e quatro mil trezentos e vinte reais).
Link: www.gov.br/compras

Portal de Compras do Governo Federal – PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=MANDIRITUBA&status=recebendo_proposta&pagina=1

Mandirituba, 31 de Julho de 2026

GEOVANA MARIA CORDEIRO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Carla Rafaela de Lima de Bastos
Código Identificador:A2E94B45

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 282 DE 27 DE JULHO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial a Lei Municipal n.º 02/1991,

RESOLVE
Art. 1º Na forma dos artigos 10, 11, 13, inciso I e 14, inciso I, todos da Lei Municipal n.º 02 de 22 de fevereiro de 1991 e suas alterações posteriores, combinados com a Lei Complementar n.º 54 de 20 de dezembro de 2021 e suas alterações posteriores, e em conformidade com o resultado do CONCURSO PÚBLICO n.º 001/2025, nomeia os candidatos, conforme anexo unico desta Portaria, para ocuparem os cargos de provimento efetivo, conforme classes, niveis e carga horaria semanal, do Quadro Geral da Administração Direta Municipal de Mandirituba.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 27 de julho de 2026, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 27 de julho de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
Cuidador Social - Classe 01 - Nível A
Carga horária de 40 (quarenta) horas semanais

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
1°	GISELE CRISTINA SKOCYNSKI

Técnico de Enfermagem - Classe 01 - Nível A
Carga horária de 40 (quarenta) horas semanais

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
2°	VIVIANE CORREIA OLIVERI
3°	SOELI LENARTOVICZ
6°	FLAVIA SIQUEIRA
7°	FLAVIO IVACIOKI CORDEIRO
8°	BRUNA APARECIDA BATISTA
1° NEGRO	PAULA LARISSA PEREIRA DA CRUZ
2° NEGRO	JOSIMARA DOS SANTOS DA SILVA MOREIRA

Técnico em Saúde Bucal - Classe 01 - Nível A
Carga horária de 40 (quarenta) horas semanais

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
1°	ISIS TEIXEIRA BISPO
2°	NATHALIE RIBAS DE OLIVEIRA

Agente de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Classe 01 - Nível A
Carga horária de 40 (quarenta) horas semanais

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
1°	ELISA CALIXTO COSTA

Assistente Social - Classe 01 - Nível A
Carga horária de 30 (trinta) horas semanais

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
1°	FERNANDA FERREIRA DE JESUS
2°	BIANCA LOURENÇO CAPUTO

Enfermeiro - Classe 01 - Nível A
Carga horária de 40 (quarenta) horas semanais

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
3°	SANDY RIBEIRO PADILHA
4°	MILENE SCHELBAUER
6°	CHRISTIANE YURI YAMANAKA DEMBEYSKI
7°	BEATRIZ SILVA DE SOUZA

Farmacêutico - Classe 01 - Nível A
Carga horária de 40 (quarenta) horas semanais

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
2°	FABIO JOSE BENDHACK MACHADO

Nutricionista II - Classe 01 - Nível A
Carga horária de 20 (vinte) horas semanais

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
1°	BRENDA CORISCO HERMÓGENES

Psicólogo I - Classe 01 - Nível A
Carga horária de 30 (trinta) horas semanais

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
1°	LUANA CLAUDIA ROIKA
3°	GABRIELLY CRISTINA DE LIMA DA SILVA
1° PCD	JULIANE DA SILVA ZEPECHOUKA

Publicado por:
Eselaine de Oliveira Ribeiro Ramos
Código Identificador:22EE43CF

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 284 DE 29 DE JULHO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA,** no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e considerando requerimento expresso formulado perante o órgão competente,

RESOLVE

Art. 1º Conceder **LICENÇA MATERNIDADE** de 180 (cento e oitenta) dias, à servidora **ELAINE KULA,** matrícula n° 3522, no cargo de **EDUCADOR INFANTIL**, sendo no período de 27/07/2026 a 22/01/2027, conforme Artigo 207 da Lei 02/91, alterado pela Lei 487/2008.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 27 de julho de 2026, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 29 de julho de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:753A2E7D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 62-2025

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 14.133/2021 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 62/2025
CONTRATANTE: Município de Manfrinópolis
CONTRATADA: TURBO INFORMÁTICA CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA
CLAUSULA PRIMEIRA: Do VALOR
O contrato fica aditivado no valor de **R$ 61.620,96(Sessenta e Um Mil, Seiscentos e Vinte Reais e Noventa e Seis Centavos)**.

CLÁUSULA SEGUNDA:

EXECUÇÃO DO OBJETO passa a ter a seguinte redação:
O prazo de execução do contrato fica aditivado até **03/08/2027**, conforme Concorrência -Uso até 30/04/26 nº 2/2025 e Contrato original nº 62/2025.
CLAUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.
Manfrinópolis, em 31/07/2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO
004.096.929-05
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kelvis Douglas Poletti
Código Identificador:364A2439

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

LICITAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 002/2026 – PMM

OBJETO: Credenciamento de empresa para prestação de serviços e materiais funerais, de modo a suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.
DATA E HORA DA ABERTURA DOS ENVELOPES DE INTENÇÃO DE CREDENCIAMENTO: 26 DE AGOSTO DE 2026 ÀS 09H00MIN;
INÍCIO DO RECEBIMENTOS DE NOVOS ENVELOPES DE INTENÇÃO DE CREDENCIAMENTO: 04 DE AGOSTO DE 2026 ÀS 08HMIN;
FIM DO RECEBIMENTO DE NOVOS ENVELOPES DE INTENÇÃO DE CREDENCIAMENTO: 25 DE AGOSTO DE 2026 ÀS 17H00MIN;
Local da sessão pública: Presencial na sala de Licitação de Licitações da Prefeitura de Mangueirinha/PR.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O presente edital está à disposição, no Departamento de Licitação e no site oficial do município www.mangueirinha.pr.gov.br. Demais informações, ligar: (46) 3243-8004, (46) 3243-8042 e - mail: licitacao@mangueirinha.pr.gov.br.

Mangueirinha – PR, 31 de julho de 2026.

LEANDRO DORINI –
Prefeito.

Publicado por:
Weslley Dangui Pinheiro
Código Identificador:E274BE08

LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2026 – PMM

OBJETO: registro de preços compromisso formal de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de mudas de hortaliças e sementes nativas destinadas ao atendimento dos produtores rurais do Município, de modo a suprir a demanda da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.
DATA E HORA DA ABERTURA: 17 DE AGOSTO DE 2026 ÀS 09H00MIN;
INÍCIO DO RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS: 03 DE AGOSTO DE 2026 ÀS 08H00MIN;
FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 17 DE AGOSTO DE 2026 ÀS 07H59MIN;
Local da sessão pública: https://www.gov.br/compras/pt-br.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O presente edital está à disposição, no Departamento de Licitação e no site oficial do município www.mangueirinha.pr.gov.br. Demais informações, ligar: (46) 3243-8004, (46) 3243-8042 e - mail: licitacao@mangueirinha.pr.gov.br.

Mangueirinha – PR, 31 de julho de 2026.

LEANDRO DORINI –
Prefeito.

Publicado por:
Weslley Dangui Pinheiro
Código Identificador:BC903625

LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2026 – PMM

OBJETO: registrar em ata de registro de preços compromisso formal de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de mármores e granitos, em diversas cores e acabamentos, destinados à confecção de bancadas, soleiras, pingadeiras e guarnições, bem como ao fornecimento e instalação de cubas e acessórios correlatos, conforme especificações técnicas e quantitativos a serem demandados, de modo a suprir as demandas das Secretarias Municipais de Obras Públicas, Planejamento e Projetos, Saúde e Educação.
DATA E HORA DA ABERTURA: 18 DE AGOSTO DE 2026 ÀS 09H00MIN;
INÍCIO DO RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS: 18 DE AGOSTO DE 2026 ÀS 08H00MIN;
FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 18 DE AGOSTO DE 2026 ÀS 08H30MIN;
Local da sessão pública: Sala de Licitações, Prefeitura de Mangueirinha/PR, Praça Francisco Assis Reis nº1060, CEP 85540.000.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O presente edital está à disposição, no Departamento de Licitação e no site oficial do município www.mangueirinha.pr.gov.br. Demais informações, ligar: (46) 3243-8004, (46) 3243-8042 e - mail: licitacao@mangueirinha.pr.gov.br.
Mangueirinha – PR, 31 de julho de 2026.

LEANDRO DORINI –
Prefeito.

Publicado por:
Weslley Dangui Pinheiro
Código Identificador:FD28FCAC

LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2026 – PMM

OBJETO: registrar em ata de registro de preços compromisso formal de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de pintura para manutenção e revitalização de prédios e espaços públicos do Município, de modo a suprir a demanda da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Planejamento e Projetos.
DATA E HORA DA ABERTURA: 18 DE AGOSTO DE 2026 ÀS 09H00MIN;
INÍCIO DO RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS: 18 DE AGOSTO DE 2026 ÀS 08H00MIN;
FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 18 DE AGOSTO DE 2026 ÀS 08H30MIN;
Local da sessão pública: Sala de Licitações, Prefeitura de Mangueirinha/PR, Praça Francisco Assis Reis nº1060, CEP 85540.000.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O presente edital está à disposição, no Departamento de Licitação e no site oficial do município www.mangueirinha.pr.gov.br. Demais informações, ligar: (46) 3243-8004, (46) 3243-8042 e - mail: licitacao@mangueirinha.pr.gov.br.

Mangueirinha – PR, 31 de julho de 2026.

LEANDRO DORINI –
Prefeito.

Publicado por:
Weslley Dangui Pinheiro
Código Identificador:BF2AF68A

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO N.º 10/2026

Deliberação do Protocolo Municipal de Inserção do implante contraceptivo Subdérmico de Etonogestrel 68 mg na atenção primária.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANGUEIRINHA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar em reunião extra ordinária, realizada no dia 13/07/2026, Deliberação do Protocolo Municipal de Inserção do implante contraceptivo Subdérmico de Etonogestrel 68 mg na atenção Primária.
Mangueirinha 14 de julho de 2026.

IZANI FRANK
Presidente do Conselho

Homologo a Resolução n.º 10/2026 – CMS – nos termos do Art. 1º, § 2º da Lei Federal 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

LUANA ROGENSKI FERREIRA
Secretária Municipal Saúde

Publicado por:
Alison Rodrigo Tartare
Código Identificador:1F9B3E06

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO N.º 11/2026

Deliberação da apresentação da resolução 001/2026 que Institui e regulamenta o Programa de Suporte Nutricional às Condições Clínicas Especiais no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANGUEIRINHA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar em reunião ordinária, realizada no dia 30/07/2026, Deliberação da resoluçao 001/2026 que institui e regulamenta o programa de suporte nutricional as condições clinicas especiais no âmbito da secretaria Municipal de Saúde.
Fica revogada a Resolução Nº 21/2023, bem como todas as disposições em contrário.

IZANI FRANK
Presidente do Conselho

Homologo a Resolução n.º 11/2026 – CMS – nos termos do Art. 1º, § 2º da Lei Federal 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

LUANA ROGENSKI FERREIRA
Secretária Municipal Saúde

Publicado por:
Alison Rodrigo Tartare
Código Identificador:8575C3A2

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO N.º 12/2026

Deliberação da apresentação da resolução 002/2026 Que regulamenta o fornecimento de fraldas descartáveis, estabelece critérios de acessos, avaliações, dispensação acompanhamento e reavaliação dos usuários no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANGUEIRINHA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar em reunião ordinária, realizada no dia 30/04/2026, Deliberação da resolução 002/2026. Que regulamenta o fornecimento de fraldas descartáveis, estabelece critérios de acessos, avaliações, dispensação acompanhamento e reavaliação dos usuários no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde
Fica revogada a Resolução Nº 21/2023, bem como todas as disposições em contrário.

IZANI FRANK
Presidente do Conselho

Homologo a Resolução n.º 12/2026 – CMS – nos termos do Art. 1º, § 2º da Lei Federal 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

LUANA ROGENSKI FERREIRA
Secretária Municipal Saúde

Publicado por:
Alison Rodrigo Tartare
Código Identificador:B1A48132

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO N.º 13/2026

Deliberação da Resolução SESA nº 1681/2025 da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná institui o Programa Estadual de Apoio à Pessoa com Suspeita ou Diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), definindo regras de custeio, equipes mínimas e repasses para a rede de atendimento especializada.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANGUEIRINHA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar em reunião ordinária, realizada no dia 30/07/2026, Resolução SESA nº 1681/2025 da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná institui o Programa Estadual de Apoio à Pessoa com Suspeita ou Diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), definindo regras de custeio, equipes mínimas e repasses para a rede de atendimento especializada

IZANI FRANK
Presidente do Conselho

Homologo a Resolução n.º 13/2026 – CMS – nos termos do Art. 1º, § 2º da Lei Federal 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

LUANA ROGENSKI FERREIRA
Secretária Municipal Saúde

Publicado por:
Alison Rodrigo Tartare
Código Identificador:40BE57A6

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO N.º 14/2026

Habilita municípios paranaenses a aderirem a incentivos financeiros para obras e infraestrutura em estabelecimentos de saúde locais via repasse fundo a fundo.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANGUEIRINHA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar em reunião ordinária, realizada no dia 30/07/2026, Resolução SESA nº 803/2026 (03/07/2026): Habilita municípios paranaenses a aderirem a incentivos financeiros para obras e infraestrutura em estabelecimentos de saúde, CAF – Central de abastecimento farmacêutico, via repasse fundo a fundo.

IZANI FRANK
Presidente do Conselho

Homologo a Resolução n.º 14/2026 – CMS – nos termos do Art. 1º, § 2º da Lei Federal 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

LUANA ROGENSKI FERREIRA
Secretária Municipal Saúde

Publicado por:
Alison Rodrigo Tartare
Código Identificador:CD7AE273

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

CREDENCIAMENTO Nº015/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº064/2026
O Município de Marilena, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o **Chamamento Público para Credenciamento nº 015/2026**, destinado ao credenciamento de empresas **JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, BENS DE CONSUMO E BENS PERMANENTES, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR**, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.
Os interessados poderão apresentar o requerimento de credenciamento, acompanhado da documentação de habilitação exigida no Edital, por prazo indeterminado, a partir da data de publicação deste aviso, junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Marilena, situado na Rua Dante Pasqualetto, nº 855, Centro, Marilena/PR, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 11h30 e das 13h00 às 17h00.
O credenciamento permanecerá aberto durante toda a vigência do Edital, possibilitando o ingresso permanente de novos interessados, nos termos do art. 79, parágrafo único, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021. As contratações serão realizadas de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração Municipal e observadas as condições estabelecidas no Edital.
O Edital completo e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Marilena, situado na Rua Dante Pasqualetto, nº 855, Centro, Marilena/PR, podendo também ser solicitados pelo telefone (44) 3900-3910 e pelo e-mail **marilenalicita@gmail.com**.
.
MARILENA/PR, em 31 de julho de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:2E34469F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 264/2026

SÚMULA: EXONERA SERVIDOR PÚBLICO CONTRATADO POR TEMPO DETERMINADO.

CELIO LELIS DA MATA PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI

DECRETA:
ARTIGO 1º - Fica exonerada por termino de contrato, a Servidora Pública Municipal abaixo nominada, a partir do dia 31 de Julho de 2026, a saber:

SERVIDOR(A)	CPF	CARGO
CARMEN LUCIA BRAUNA DE SOUZA MARCELINO	xxx.968.209-xx	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Revogadas as disposição em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, EM 31 DE JULHO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:FA04240E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 034/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILENA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CELIO LELIS DA MATA, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que estabelece a Lei:

CONVOCA:

Os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 001/2025, a comparecer no Prédio da Prefeitura Municipal no departamento do RH até o dia 04 de Agosto de 2026, munido dos documentos constante do item 10.1 e os documentos complementares no ato da posse.

Cargo: Motorista
Classificação: Nome:

01º	Juarez Nunes da Silva
02º	Antonio Carlos Barile
03º	Joao Paulo Dias dos Santos
04º	Isaias Sene de Oliveira

Esclarece também, que o não comparecimento no dia e local determinado implicará em, renuncia tácita do direito de assumir o cargo.
E após, cumprida as exigências legais implícitas no regulamento e nas Leis, os aprovados serão admitidos pelo Município de Marilena.
Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.
Prefeitura do Munícipio de Marilena, Estado do Paraná aos 31 dias do Mês de Julho de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:67BEFB54

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 004 DE 31 DE JULHO DE 2026.

RESOLUÇÃO Nº 004 DE 31 DE JULHO DE 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a regulamentação da utilização dosrecursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – FMDPD e estabelece critérios para sua aplicação.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CMDPCD, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 24 de 18 de abril de 2016, e considerando a necessidade de disciplinar a utilização dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – FMDPD, **RESOLVE:**

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Resolução estabelece normas para a gestão, deliberação, aplicação, acompanhamento e fiscalização dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – FMDPD.**Art. 2º** O Fundo tem por finalidade financiar programas, projetos, serviços, ações e iniciativas destinados à promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos da pessoa com deficiência no âmbito do Município. **Art. 3º** Constituem recursos do Fundo aqueles previstos na Lei Municipal de sua criação, especialmente: I – dotações orçamentárias do Município voltadas a pessoa com deficiência; II – transferências da União, do Estado e de outros entes públicos; III – doações de pessoas físicas e jurídicas; V – rendimentos de aplicações financeiras; V – convênios, termos de fomento, acordos de cooperação e instrumentos congêneres; VI – outras receitas legalmente destinadas ao Fundo.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO

Art. 4º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência: I – definir as prioridades para aplicação dos recursos;II – aprovar o Plano Anual de Aplicação dos Recursos; III – deliberar sobre a destinação dos recursos do Fundo; IV – aprovar editais de chamamento público para transferência de recursos a Entidades; V – acompanhar e fiscalizar a execução física e financeira das ações financiadas; VI – analisar e aprovar as prestações de contas apresentadas pelo órgão gestor; VII – expedir resoluções necessárias ao funcionamento do Fundo.

CAPÍTULO III

DA GESTÃO DO FUNDOArt. 5º A gestão administrativa e financeira do Fundo será exercida pelo órgão gestor designado na Lei Municipal de criação do Fundo, observadas as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Art. 6º** A movimentação financeira ocorrerá exclusivamente em conta bancária específica do Fundo, observadas as normas da legislação financeira, orçamentária e de responsabilidade fiscal.

CAPÍTULO IV

DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 7º Os recursos do Fundo poderão ser destinados, entre outras finalidades, para:I – fortalecimento da política municipal da pessoa com deficiência; II – execução de programas, projetos, serviços e benefícios; III – realização de campanhas educativas; IV – capacitação de conselheiros, servidores e profissionais da rede; V – realização de conferências, seminários e eventos; VI – aquisição de materiais permanentes e de consumo necessários à execução das ações aprovadas; VII – pesquisas, diagnósticos e estudos técnicos; VIII – apoio financeiro a organizações da sociedade civil, mediante chamamento público, quando cabível; IX – Fortalecimento do Controle social.

CAPÍTULO V

DOS CRITÉRIOS PARA FINANCIAMENTO

Art. 8º A análise dos projetos observará, entre outros, os seguintes critérios: I – compatibilidade com a Política Municipal da Pessoa com Deficiência; II – interesse público; III – relevância social; IV – impacto esperado; V – capacidade técnica da entidade executora; VI – viabilidade financeira; VII – indicadores de resultados; VIII – sustentabilidade da ação.

CAPÍTULO VI

DO PLANO DE APLICAÇÃO

Art. 9º A utilização dos recursos dependerá da aprovação prévia do Plano Anual de Aplicação pelo Conselho. Parágrafo único. O Plano poderá ser alterado durante o exercício financeiro mediante deliberação do Conselho.

CAPÍTULO VII

DO MONITORAMENTO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 10. O órgão gestor apresentará ao Conselho, no mínimo semestralmente: I – relatório de execução financeira; II – relatório de execução física das ações; III – saldo bancário do Fundo; IV – extratos financeiros; V – demais documentos solicitados pelo Conselho. **Art. 11.** O Conselho emitirá parecer sobre a prestação de contas apresentada pelo órgão gestor.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Os casos omissos serão deliberados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, observada a legislação vigente. **Art. 13.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Mariópolis, 31 de julho de 2026.

VANIELI NOVELLO
Presidente

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:DE587F2E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
PORTARIA N.º 088/2026

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, em conformidade com o que dispõe o Art. 31, III da Lei Orgânica e Art. 22 do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam revogadas, a pedido e por necessidade do serviço, as férias anteriormente concedidas através da Portaria 077/2026 à Sra. FRANCIELI DA SILVA

Parágrafo único. O período remanescente das férias ora revogadas deverá ser concedido através de nova portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 31 de julho de 2026.

Matinhos, 31 de julho de 2026.

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:7F01CAF5

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
PORTARIA N.º 089/2026

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, em conformidade com o que dispõe o Art. 31, III da Lei Orgânica e Art. 22 do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam revogadas, a pedido e por necessidade do serviço, as férias anteriormente concedidas através da Portaria 078/2026 à Sra. AMANDA CRISTINA PAULIN.

Parágrafo único. O período remanescente das férias ora revogadas deverá ser concedido através de nova portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 31 de julho de 2026.

Matinhos, 31 de julho de 2026.

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:F9FB1967

GABINETE
PORTARIA Nº 832/2026

(Autos nº 24928/2024)

EMENTA: Revoga Portaria anterior, reconstitui e designa Comissão de Sindicância para fins específicos no âmbito do Processo Administrativo nº 24928/2024, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Matinhos, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Estatuto dos Servidores Públicos (Lei Municipal nº 1165/2008);
CONSIDERANDO a necessidade de adequação da comissão processante aos ditames do Decreto Municipal nº 4884/2026, visando garantir a absoluta segurança jurídica, a eficiência e a regularidade formal dos atos praticados no âmbito do Processo Administrativo de Sindicância nº 24928/2024;
CONSIDERANDO a inexistência de prejuízos aos atos já realizados e à instrução processual, visto que a adequação ora implementada preserva o contraditório, a ampla defesa e o regular andamento procedimental sem anulação de atos úteis, convalidando-se a marcha processual até o momento;
RESOLVE:
Art. 1º – REVOGAR a Portaria anterior que designou a comissão processante originária nos autos do Processo Administrativo de Sindicância nº 24928/2024.
Art. 2º- DESIGNAR, em conformidade com o Decreto Municipal nº 4884/2026, os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão de Sindicância encarregada da instrução e continuidade dos atos do Processo Administrativo nº 24928/2024:

CARGO NA COMISSÃO	NOME DO SERVIDOR	MATRÍCULA
PRESIDENTE	Henrique Buck Zella	100682/1
MEMBRO	Edicleia Espinel Santos	101226
MEMBRO	Ernesto Cordeiro Junior	82600/1
SUPLENTE	Luciana Rocha Dos Santos	53295/2
SUPLENTE	Tatiani Ribeiro	77330/2
APOIO JURÍDICO	Jeferson Almar Borges	72486/1

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para declarar a validade e a inexistência de prejuízo aos atos processuais já praticados.
Matinhos,30 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:36BCCD32

GABINETE
RETIFICAÇÃO N.º 01

RETIFICAÇÃO N.º 01 - *Dispõe da ajuste no conteúdo programático de Direito Civil e Empresarial*

O Prefeito do Município de Matinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a prerrogativa de alterar a bem do interesse público os atos administrativos de sua discricionariedade e mediante as demais condições estipuladas no Edital de Abertura, **TORNA PÚBLICO** o que segue.
Art. 1º Fica **RETIFICADO** o edital de abertura do Concurso Público em comento, no que tange o conteúdo programático de **DIREITO CIVIL** e **EMPRESARIAL**, passando a vigorar as seguintes disposições:

ITENS ORIGINÁRIOS	**ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO** ***Direito Civil e Empresarial:*** *Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Das pessoas naturais e jurídicas. Domicílio. Dos bens. Fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Do ato jurídico lícito e ilícito. Da prescrição e da decadência. Das obrigações e suas modalidades. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações. Dos contratos: dos contratos em geral. Das espécies de contratos. Da responsabilidade civil. Posse e propriedade. Usucapião. Lei de Registros Públicos. Noções gerais: Defesa e proteção ao consumidor. Código de Defesa do Consumidor. Consumidor (suas diversas acepções). Fornecedor. Direitos do consumidor e instrumentos de defesa: Direitos básicos; Livre concorrência e consumidor; Qualidade, produtividade, competitividade e consumidor; Tutelas preconizadas: âmbitos administrativo, civil e penal.*
ITENS RETIFICADOS	**ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO** ***Direito Civil e Empresarial:*** *Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Das pessoas naturais e jurídicas. Domicílio. Dos bens. Fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Do ato jurídico lícito e ilícito. Da prescrição e da decadência. Das obrigações e suas modalidades. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações. Dos contratos: dos contratos em geral. Das espécies de contratos. Da responsabilidade civil. Posse e propriedade. Usucapião. Lei de Registros Públicos. A empresa, o empresário e o estabelecimento empresarial; Nome empresarial; Empresário individual; Sociedades empresárias e simples: conceito, ato constitutivo, personalidade jurídica, contrato social, classificação e tipos de sociedades, direitos, deveres e responsabilidades dos sócios, administração e gerência; Sociedade limitada; Sociedades por ações; Registro público de empresas; Contratos comerciais: compra.*

Art. 2º O Edital de abertura será consolidado de forma a contemplar as alterações relacionadas nesta retificação.

Art. 3º Esta Retificação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Matinhos (PR), 30 de julho de 2026

EDUARDO ANTONIO DALMORA	***JEFFERSON FERNANDO DA SILVA MANTOVANI***
Prefeito	Presidente da Comissão Organizadora

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:8FC31CB3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 094/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARNES E PRODUTOS CÁRNEOS CONGELADOS (BOVINA, SUÍNA, AVES E PESCADOS)
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$5.753.528,00 (cinco milhões, setecentos e cinquenta e três mil, quinhentos e vinte e oito reais)
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 13/08/2026 às 09h00min
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: TIPO MENOR PREÇO POR ITEM
MODO DE DISPUTA: ABERTO
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESA (ME), MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E 75% AMPLA CONCORRÊNCIA.
DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS EXCEPCIONAIS:
licitacao@matinhos.pr.gov.br - CONTATOS Telefone: 0800 3971 600 Ramais: 795 - 807 - 811

Publicado por:
Elisiane Dos Santos
Código Identificador:5DEA9CC2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº155/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº155/2026
Pregão Eletrônico nº16/2026

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE MATO RICO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 95.684.510/0001-31.

Fornecedor: CHSF DISTRIBUIDORA TÊXTIL pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ: 62.234.180/0001-23.

Objeto: registro de preços para eventual aquisição de materiais destinados à confecção de kits de enxoval para gestantes em situação de vulnerabilidade social atendidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Mato Rico.

Valor Global Estimado: R$ 4.918,00(quatro mil novecentos e dezoito reais).

Vigência: 28/07/2026/ a 28/07/2027.

Data de Assinatura:28/07/2026
Fundamento Legal: arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.
Informações: A íntegra da ata encontra-se disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico do órgão gerenciador.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:A5059EE3

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº156/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº156/2026
Pregão Eletrônico nº16/2026

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE MATO RICO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 95.684.510/0001-31.

Fornecedor: D S J CONFECÇÕES LTDA pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ: 48.911.914/0001-30.

Objeto: registro de preços para eventual aquisição de materiais destinados à confecção de kits de enxoval para gestantes em situação de vulnerabilidade social atendidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Mato Rico.

Valor Global Estimado: R$ 25.212,00 (vinte e cinco mil duzentos e doze reais).

Vigência: 28/07/2026/ a 28/07/2027.

Data de Assinatura:28/07/2026
Fundamento Legal: arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.
Informações: A íntegra da ata encontra-se disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico do órgão gerenciador.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:63257250

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº157/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº157/2026
Pregão Eletrônico nº16/2026

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE MATO RICO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 95.684.510/0001-31.

Fornecedor: GUIMARÃES E SOARES LTDA- ME pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ: 17.330.681/0001-59.

Objeto: registro de preços para eventual aquisição de materiais destinados à confecção de kits de enxoval para gestantes em situação de vulnerabilidade social atendidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Mato Rico.

Valor Global Estimado: R$ 13.570,00 (treze mil quinhentos e setenta reais).

Vigência: 28/07/2026/ a 28/07/2027.

Data de Assinatura:28/07/2026
Fundamento Legal: arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.
Informações: A íntegra da ata encontra-se disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico do órgão gerenciador.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:77425D57

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº158/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº158/2026
Pregão Eletrônico nº16/2026

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE MATO RICO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 95.684.510/0001-31.

Fornecedor: empresa K & M MEDICAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ: 40.892.801/0001-23.

Objeto: registro de preços para eventual aquisição de materiais destinados à confecção de kits de enxoval para gestantes em situação de vulnerabilidade social atendidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Mato Rico.

Valor Global Estimado: R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

Vigência: 28/07/2026/ a 28/07/2027.

Data de Assinatura:28/07/2026
Fundamento Legal: arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.
Informações: A íntegra da ata encontra-se disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico do órgão gerenciador.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:78C759F8

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº159/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº159/2026
Pregão Eletrônico nº16/2026

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE MATO RICO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 95.684.510/0001-31.

Fornecedor: PAPEL.COM LTDA ME pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ: 06.991.915/0001-92.

Objeto: registro de preços para eventual aquisição de materiais destinados à confecção de kits de enxoval para gestantes em situação de vulnerabilidade social atendidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Mato Rico.

Valor Global Estimado: R$ 5.798,00 (cinco mil setecentos e noventa e oito reais).

Vigência: 28/07/2026/ a 28/07/2027.

Data de Assinatura:28/07/2026
Fundamento Legal: arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.
Informações: A íntegra da ata encontra-se disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico do órgão gerenciador.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:3613738F

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº160/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº160/2026
Pregão Eletrônico nº16/2026

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE MATO RICO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 95.684.510/0001-31.

Fornecedor: WMG DISTRIBUIDORA LTDA pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ: 40.579.382/0001-74.

Objeto: registro de preços para eventual aquisição de materiais destinados à confecção de kits de enxoval para gestantes em situação de vulnerabilidade social atendidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Mato Rico.

Valor Global Estimado: R$ 3.148,00 (três mil cento e quarenta e oito reais).

Vigência: 28/07/2026/ a 28/07/2027.

Data de Assinatura:28/07/2026
Fundamento Legal: arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.
Informações: A íntegra da ata encontra-se disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico do órgão gerenciador.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:35AD560F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 39/2026

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS PARA REALIZAR VISITA INSTITUCIONAL EM GABINETES DE DEPUTADOS ESTADUAIS".

O Presidente da Câmara Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por Lei e, em conformidade com os dispostos na Lei Municipal nº 600/2018, com as alterações decorrentes da Lei Municipal n° 732/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER duas diárias, cada uma no valor R$ 700,00 (setecentos reais), totalizando R$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais), em favor do vereador Edgar Francisco da Silva, para, acompanhando o Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Miraselva, realizar visita institucional em gabinetes de Deputados Estaduais na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP), na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, nos dias 03 e 04 de agosto de 2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE,
AFIXE-SE,
CUMPRA-SE.

Miraselva, 31 de julho de 2026.

VALDAIR APARECIDO PALLA
Presidente - Câmara Municipal de Miraselva

Publicado por:
Yorran Aleixo Barone Esquiçati
Código Identificador:EBB2D778

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 40/2026

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS PARA REALIZAR VISITA INSTITUCIONAL EM GABINETES DE DEPUTADOS ESTADUAIS".

O Presidente da Câmara Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por Lei e, em conformidade com os dispostos na Lei Municipal nº 600/2018, com as alterações decorrentes da Lei Municipal n° 732/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER duas diárias, cada uma no valor R$ 700,00 (setecentos reais), totalizando R$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais), em favor do vereador Pedro Tolovi, para, acompanhando o Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Miraselva, realizar visita institucional em gabinetes de Deputados Estaduais na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP), na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, nos dias 03 e 04 de agosto de 2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE,
AFIXE-SE,
CUMPRA-SE.

Miraselva, 31 de julho de 2026.

VALDAIR APARECIDO PALLA
Presidente - Câmara Municipal de Miraselva

Publicado por:
Yorran Aleixo Barone Esquiçati
Código Identificador:63D350A8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

CÂMARA MUNICIPAL DE MORRETES
PORTARIA 053/2026

"Concede período de férias a Senhora Glaucia Everlin Petersen e dá outras providências."

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MORRETES, VEREADOR JOÃO VITOR PELUSO DA SILVA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** nos dias 03 de agosto a 01 de setembro de 2026, correspondente a 30 (trinta) dias, o usufruto de **FÉRIAS** a Senhora **GLAUCIA EVERLIN PETERSEN**, inscrita no CPF/MF nº 083.XXX.XXX-12, ocupante do Cargo de Assessora Parlamentar da Câmara Municipal de Morretes, simbologia AP-1, lotada no Gabinete do Vereador Valdecir Moura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se.

Palácio Marumbi, Morretes, 31 de julho de 2026.

JOÃO VITOR PELUSO DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Nathália Emanuele Valerio
Código Identificador:AD300EEC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2896, DE 31 DE JULHO DE 2026

DECRETO Nº 2896, DE 31 DE JULHO DE 2026.

Ementa: Autoriza a realização do evento esportivo "10 milhas de Morretes", em 02 de agosto de 2026, a partir das 06h, promovida pela Thome & Santos LTDA, neste Município, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 87, inciso I, alínea "*o*", da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que compete ao Município a concessão de licença para a realização de eventos esportivos, observadas as prescrições legais, como disposto na alínea "d", do inciso XXIII, do art. 7º da Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO que o Município possui a discricionariedade de autorizar a utilização de bens públicos as entidades de interesse social, sem fins lucrativos, voltados ao atendimento das necessidades básicas da população em saúde, educação, cultura, entidades carnavalescas, esportes, desenvolvimento social, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento urbano, proteção ambiental, entidades religiosas, segurança pública e defesa civil, nos termos do § 2° do art. 103, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que a presente autorização constitui poder discricionário do Poder Executivo Municipal e sua formalização objetiva coibir a utilização de espaço público de forma desordenada no Município;

DECRETA:

Art. 1º. Ficaautorizada a realização da "10Milhasde Morretes", em 01 e 02 de agosto de 2026, promovida pela empresa Thomé & Santos LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.472.793/0001-90, em espaços e vias públicas neste Município.

§ 1º O evento objeto deste Decreto, estáautorizado única e exclusivamente a partir das 15h do dia 01 de agosto de2026, com encerramento previsto para às 11h do dia 02 de agosto de2026.

§ 2º O horário de término de que trata o § 1º deste artigo poderá contar com a tolerância de término, desmobilização, desmontagem dos equipamentos e dispersão das equipes de até 01 (uma) hora.

Art. 2º. A autorização que trata desse Decreto compreenderá os seguintes espaços e vias públicas:

I - Sede da Prefeitura Municipal de Morretes, especificadamente o pátio de estacionamento e banheiros, situada à Praça Rocha Pombo, nº 10;

II - Rua Padre Saviniano, desde a Rua Marcos Malucelli, até a Praça Rocha Pombo;

III - Praça Rocha Pombo, desde o cruzamento com a Rua Padre Saviniano até o cruzamento com a Rua Conselheiro Sinimbu;

IV - Rua Conselheiro Sinimbu, desde o cruzamento com a Praça Rocha Pombo até o cruzamento com a Rua Odilon Negrão;

V - Rua Odilon Negrão, desde o cruzamento com a Conselheiro Sinimbu até o cruzamento com a Rua XV de Novembro;

VI - Rua XV de Novembro, desde o cruzamento com a Rua Odilon Negrão, até o cruzamento com a Rua Marcos Luís de Bona;

VII - Rua Marcos Luís de Bona, desde o cruzamento com a Rua XV de Novembro, seguindo pela Estrada do Anhaia;

VIII - Estrada da Fortaleza, desde o cruzamento com a Estrada do Anhaia, seguindo pela Rua Barão de Antonina, até o cruzamento com a Tv. Alfredo Petersen;

IX - Tv. Alfredo Petersen, desde o cruzamento com a Estrada da Fortaleza, até o cruzamento com a Estrada da América de Baixo;

X - Estrada da América de Baixo, desde o cruzamento com a Tv. Alfredo Petersen, seguindo pela Rua Ribeirão, até a Estrada da Cruz Alta;

XI - Estrada da Cruz Alta, desde a Rua Ribeirão até o cruzamento com a Rua Ivo Paitox;

XII - Rua Ivo Paitox, desde o cruzamento com a Estrada da Cruz Alta e o cruzamento com a Rua Ribeirão; e

XIII - Rua Marcos Malucelli, desde a Estrada da América de Baixo, até o cruzamento com a Rua Padre Saviniano.

§ 1º Autoriza-se o bloqueio e interdição à circulação de pessoas na Rua Padre Saviniano, a partir das 15h do dia 01 de agosto de 2026 para montagem de estrutura de largada e chegada.

§ 2º Autoriza-se o bloqueio e interdição à circulação de pessoas e veículos nos espaços autorizados para a realização do evento esportivo.

§ 3º A autorização de que trata este Decreto foi precedida da apresentação da documentação exigida pela legislação municipal, constante do Protocolo nº 7.548/2026, a qual integra o processo administrativo correspondente.

§ 4º Não compete ao Município a autorização do bloqueio, ainda que parcial, de Rodovia Estadual ou de trilha em parque estadual, competindo a sua restrição ao Estado do Paraná e aos seus órgãos competentes.

Art. 3º. A autorização de que trata este Decreto, foi precedida da apresentação, pelo titular responsável pela organização e execução do evento, dos seguintes documentos, vinculados ao Protocolo nº 7.548/2026:

I. Ofício ao Prefeito com as informações mínimas para a realização do evento, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e estimativa do número de participantes;

II. Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, com atividade principal no ramo de eventos pretendido;

III. Cópia do Alvará de Funcionamento da pessoa jurídica promotora do evento;

IV. Cópia do contrato social e de suas últimas alterações;

V. Cópia dos documentos pessoais do representante legal da pessoa jurídica;

VI. Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

VII. Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Estaduais;

VIII. Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Municipais;

IX. Certificado de Regularidade do FGTS;

X. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

XI. Plano de execução do evento, contendo horários, estimativa de público, relação de fornecedores, quantitativo e distribuição dos palcos, camarotes, banheiros, estacionamento e demais informações necessárias à adequada compreensão da proposta do evento, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) das instalações de infraestrutura, iluminação e sonorização;

XII. Cópia do Laudo Técnico de Segurança e da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;

XIII. Plano de Orientação e Sinalização do Trânsito, com indicação, inclusive, de eventual necessidade de alterações no sistema viário e indicação de caminhos alternativos;

XIV. Disponibilização de extintores junto às tendas;

XV. Cópia do contrato e do Certificado da empresa de atendimento à saúde contratada;

XVI. Cópia do contrato e do Certificado da empresa de atendimento de UTI móvel a ser disponibilizada;

XVII. Cópia da comunicação à Polícia Militar;

XVIII. Cópia da comunicação ao Corpo de Bombeiros;

XIX -Autorização de Uso da Via, emitido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo; e

XX - Comprovante de pagamento das taxas relativas à utilização do Espaço Público, em conformidade com o art. 206 e seguintes do Código Tributário Municipal.

Art. 4º. A autorização de que trata este Decreto tem natureza precária e poderá ser revogada, a qualquer momento, quando constatada qualquer irregularidade ou desconformidade com as normas municipais, estaduais e/ou federais vigentes, pelos agentes de fiscalização do Município, cabendo, inclusive, interdição do local e do evento na forma disciplinada por Lei própria.

§ 1º Para fins da atividade autorizada, o responsável deverá observar e zelar pela legislação relativa à propagação de som, dentro dos limites permitidos, respeitados os horários, locais e prédios que impõem restrições.

§ 2º A Entidade promotora do evento será responsável por eventuais danos causados ao Município de Morretes e/ou terceiros, e a omissão acarretará a responsabilidade civil, criminal e administrativa.

Art. 5º. A utilização das instalações públicas deverá respeitar as normas de segurança, conservação e organização, ficando a adoção de medidas necessárias para limpeza e organização do ambiente, durante e após a realização do evento, sob responsabilidade da produção do evento.

Parágrafo único. O titular do evento de que trata este Decreto será responsável pela adoção imediata de medidas mitigadoras nas áreas de influência direta do evento.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 31 de julho de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Eleziane Cristina de Carvalho
Código Identificador:48F1AAA4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 03/2026 INEXIGIBILIDADE N° 01/2026 SOLICITANTE: SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO CONVOCAÇÃO: 02/2026

A escolha dos credenciados no âmbito do Edital de Credenciamento nº 01/2026 observa os critérios estabelecidos no próprio instrumento convocatório, que organiza os prestadores por lotes, categorias e subitens. Para cada evento realizado, a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo realiza a seleção dentre os credenciados habilitados, considerando principalmente a adequação à temática do evento, o porte artístico da atração, a disponibilidade do credenciado e a disponibilidade orçamentária da ação.
No caso da programação de abertura do Mês do Patrimônio 2026, a seleção priorizou manifestação cultural diretamente relacionada ao patrimônio cultural imaterial do Município e do Estado do Paraná. A atividade compreende apresentação artística de fandango caiçara, bem como participação em roda de conversa com mestres e antigos fandangueiros do município, promovendo a valorização, a difusão e a salvaguarda dessa manifestação tradicional reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial.
Dessa forma, fica convocado o seguinte credenciado para assinatura do respectivo contrato:

LOTE 07 – Apresentação grupos ou banda baile com 06 integrantes ou mais – regional – tempo mínimo de 120 minutos

Categoria: Apresentação grupos ou banda baile com 06 integrantes ou mais – regional – tempo mínimo de 120 minutos – estilo música grupos de cultura tradicional e manifestações populares.

Lote 07 - Apresentação grupos ou banda baile com 06 integrantes ou mais - regional - tempo mínimo de 120 minutos		
01 - Apresentação grupos ou banda baile com 06 integrantes ou mais - regional - tempo mínimo de 120 minutos- estilo música grupos de cultura tradicional e manifestações populares		
Nº lista:	**Nome:**	**Situação:**
01	**ASSOC. CASA DE FANDANGO CARIJÓS**	**CONVOCADO**

Morretes, 31 de julho de 2026.

GILTON DIAS JUNIOR
Secretario de Cultura e Turismo

Publicado por:
Eleziane Cristina de Carvalho
Código Identificador:F0E28CA9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9119 DE 31 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9119 DE 31 DE JULHO DE 2026

SúMULA: Dispõe sobre a revogação do período de férias do funcionário Jean Marcel Foss, anteriormente concedidas pela Portaria nº 8953/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES**, **ESTADO DO PARANÁ**, Sr. Sebastião Brindarolli Junior, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Revoga o período de férias do funcionário Jean Marcel Foss, matrícula nº 215161, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, a partir do dia 20/07/2026 a 03/08/2026, concedidas por meio da Portaria nº 8953/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 31 de julho de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Eleziane Cristina de Carvalho
Código Identificador:386F3019

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9120 DE 31 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 9120 DE 31 DE JULHO DE 2026

Súmula: "Instaura Processo Administrativo Disciplinar para apurar conduta de funcionário público vinculado à Secretaria Municipal de Infraestrutura".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 68/2025, consideradas as alterações ocorridas pelo Decreto nº 178/2021 que cria a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

CONSIDERANDO as informações que foram prestadas no protocolo administrativo nº 4954/2024 e memorando nº 351/2024 e Parecer Jurídico n° 390/2024, sobre solicitação de abertura de Processo Administrativo Disciplinar para apurar conduta de funcionário público lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**, para apurar conduta de funcionário público citado no Processo Digital nº 4954/2024, memorando nº 351/2024 e Parecer Jurídico n° 390/2024, da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º - Designar os funcionários **Juceli de Fatima da Silva** (Matrícula nº 254941) Presidente da Comissão, **Agner Lourenço** (Matrícula nº 213522), Secretário e **Glaci Rezende de Lima (**Matrícula nº 243741) Membro, para constituírem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, destinada a apurar os fatos relacionados no art. 1º.

Art. 3º - Fica designada a funcionária **Nibelly dos Anjos** (Matrícula nº213370) como *Primeiro* Suplente e **Sibele Alves da Silva** (Matrícula nº 305421) como *Segundo* Suplente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar destinada a apurar os fatos relacionados no art. 1º.

Art. 4º - A tramitação das Sindicâncias e Inquéritos Administrativos ocorrerá perante a Secretaria de Administração conforme a Lei Complementar nº 68/2025.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - O prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar é de 90 dias consecutivos, conforme a Lei Complementar nº 68/2025.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 31 de julho de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Eleziane Cristina de Carvalho
Código Identificador:FC19D2CA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO DE LICITAÇÃO

TERMO ADITIVO N° 003/2026 – PRORROGAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 175/2025
PREGÃO ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO N°. 033/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 057/2025
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Fabio Junior Alves Ltda – CNPJ N° 19.868.198/0001-58 – Realeza– Pr.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de oficinas de arte circense, em atendimento às atividades realizadas pela Secretaria de Assistência Social e Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), aos usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Nova Prata do Iguaçu.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO MOTIVAÇÃO – Considerando a necessidade da continuidade dos serviços ofertados aos usuários do SCFV, bem como os resultados positivos alcançados durante a execução contratual .Destaca-se que as oficinas de patinação artística tem proporcionado o desenvolvimento das habilidade motoras, da coordenação, contribuindo significativamente para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e para a inclusão social dos usuários atendidos, sendo viavel para a Administração Municipal o seguimento da referida contratação, amparado nos termos previsto no art. 107 da Lei Federal n° 14.133/2021 que autoriza o aditivo de prorrogação para mais 12 (doze) meses com reajuste pelo IPCA – Indice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo em hipótese devidamente justificadas desde que respeite os limites e o interesse público considerando a viabilidade e vantajosidade da contratação.
CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO - Conforme cláusula nona do contrato, fica estabelecido o prazo de vigência para mais 12 (doze) meses a contar do vencimento, ou seja, até **31/07/2027.**
CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE – Fica reajustado todos os itens conforme previsão na cláusula quinta do contrato, utilizando o índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de 4,641330%.
CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR – Fica acrescido ao contrato original após e o reajuste o valor de R$ 5.796,00 (cinco mil setecentos e noventa e seis reais) totalizando R$ 130.596,00 (cento e trinta mil quinhentos e noventa e seis reais).
CLÁUSULA SEXTA- DAS DEMAIS - As demais cláusulas do contrato original, que não foram objeto deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas em todos os seus termos.
E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO em duas vias de igual teor e forma, o qual fica integrado ao contrato original.
Nova Prata do Iguaçu – Pr, 31 de julho de 2026

TERMO ADITIVO N° 002/2026 – PRORROGAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 176/2025
PREGÃO ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO N°. 033/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 057/2025
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Francieli Sal Ensino de Arte e Cultura – CNPJ N° 32.329.993/0001-36 – Realeza– Pr.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de oficinas de arte circense, em atendimento às atividades realizadas pela Secretaria de Assistência Social e Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), aos usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Nova Prata do Iguaçu.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO MOTIVAÇÃO – Considerando a necessidade da continuidade dos serviços ofertados aos usuários do SCFV, bem como os resultados positivos alcançados durante a execução contratual .Destaca-se que as oficinas de patinação artística tem proporcionado o desenvolvimento das habilidade motoras, da coordenação, contribuindo significativamente para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e para a inclusão social dos usuários atendidos, sendo viavel para a Administração Municipal o seguimento da referida contratação, amparado nos termos previsto no art. 107 da Lei Federal n° 14.133/2021 que autoriza o aditivo de prorrogação para mais 12 (doze) meses com reajuste pelo IPCA – Indice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo em hipótese devidamente justificadas desde que respeite os limites e o interesse público considerando a viabilidade e vantajosidade da contratação.
CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO - Conforme cláusula nona do contrato, fica estabelecido o prazo de vigência para mais 12 (doze) meses a contar do vencimento, ou seja, até **31/07/2027.**
CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE – Fica reajustado todos os itens conforme previsão na cláusula quinta do contrato, utilizando o índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de 4,641330%.
CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR – Fica acrescido ao contrato original após e o reajuste o valor de R$ 3.339,00 (três mil trezentos e trinta e nove reais) totalizando R$ 75.339,00 (setenta e cinco mil trezentos e trinta e nove reais).

CLÁUSULA SEXTA- DAS DEMAIS - As demais cláusulas do contrato original, que não foram objeto deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas em todos os seus termos.
E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO em duas vias de igual teor e forma, o qual fica integrado ao contrato original.
Nova Prata do Iguaçu – Pr, 31 de julho de 2026

TERMO ADITIVO N° 002/2026 – PRORROGAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 177/2025
PREGÃO ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO N°. 033/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 057/2025
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Negócios de Santi Ltda – CNPJ N° 51.599.813/0001-80 – Campina Grande do Sul – Pr.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de oficinas de arte circense, em atendimento às atividades realizadas pela Secretaria de Assistência Social e Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), aos usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Nova Prata do Iguaçu.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO MOTIVAÇÃO – Considerando a necessidade da continuidade dos serviços ofertados aos usuários do SCFV, bem como os resultados positivos alcançados durante a execução contratual .Destaca-se que as oficinas de patinação artística tem proporcionado o desenvolvimento das habilidade motoras, da coordenação, contribuindo significativamente para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e para a inclusão social dos usuários atendidos, sendo viavel para a Administração Municipal o seguimento da referida contratação, amparado nos termos previsto no art. 107 da Lei Federal n° 14.133/2021 que autoriza o aditivo de prorrogação para mais 12 (doze) meses com reajuste pelo IPCA – Indice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo em hipótese devidamente justificadas desde que respeite os limites e o interesse público considerando a viabilidade e vantajosidade da contratação.
CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO - Conforme cláusula nona do contrato, fica estabelecido o prazo de vigência para mais 12 (doze) meses a contar do vencimento, ou seja, até **31/07/2027.**
CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE – Fica reajustado todos os itens conforme previsão na cláusula quinta do contrato, utilizando o índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de 4,641330%.
CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR – Fica acrescido ao contrato original após e o reajuste o valor de R$ 1.892,00 (um mil oitocentos e noventa e dois reais) totalizando R$ 42.692,00 (quarenta e dois mil seiscentos e noventa dois reais).
CLÁUSULA SEXTA- DAS DEMAIS - As demais cláusulas do contrato original, que não foram objeto deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas em todos os seus termos.
E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO em duas vias de igual teor e forma, o qual fica integrado ao contrato original.
Nova Prata do Iguaçu – Pr, 31 de julho de 2026

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:8C99E9A2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO N° 013/2026 – PRAZO
CONTRATO Nº 225/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2023
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Rodrigo Filipini 05533763902 - CNPJ nº 45.458.854/0001-54 – Nova Prata do Iguaçu - Pr.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO - O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresas para locação de infraestrutura (palco, tendas, banheiros químicos, sistema de som e iluminação), para eventos realizados pelas secretarias e departamentos do Município de Nova Prata do Iguaçu - Pr, sendo o item ora descritos em estrita observância nas especificações e na documentação levada a efeito pelo processo de Pregão Eletrônico nº 058/2023, conforme descrição do lote 01 e 02.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA MOTIVAÇÃO – Efetua-se o referido termo aditivo de prazo, tendo em vista saldo contratual suficiente sem a necessidade de novo processo licitatório, objetivando atender a necessidade dos eventos realizados pela Administração Pública e Secretarias Municipais, acompanhado da viabilidade e vantajosidade da contratação uma vez que o valor permanecerá o mesmo para ambos os lotes.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO – Conforme cláusula nona do contrato, fica estabelecido o prazo de vigência para mais 12 (doze) meses a contar do vencimento, ou seja, até **31/07/2027**.
CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS - As demais cláusulas do contrato original, que não foram objeto deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas em todos os seus termos.
E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO em duas vias de igual teor e forma, o qual fica integrado ao contrato original.

Nova Prata do Iguaçu – Pr, 31 de julho de 2026.

Publicado por:
Francieli Savanhago Anzolin
Código Identificador:2D77A7A0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6358/2026

PORTARIA Nº 6358/2026
DATA: 31/07/2026

SÚMULA: Indeniza em pecúnia Licença Prêmio a Servidores Públicos Municipais de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências.

ELIZETE CAVAZIN, Prefeita Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o contido no artigo 82, *caput*, c/c art. 84, § 1º, na Lei Municipal naº 891/2008 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Nova Prata do Iguaçu/PR, e conforme requerimento protocolado junto ao Departamento de Recursos Humanos.

RESOLVE

Art. 1º - Indenizar em pecúnia os períodos de Licença Prêmio, adquirido pelos Servidores Públicos Municipais, conforme segue:

Juraci de Maria Moraes, ocupante do cargo de Professora, portadora da matricula nº 12411-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, correspondente a 03 (três) meses, relativo ao período aquisitivo de 03/02/2020 a 02/02/2025.

Marcio Ruhnke, ocupante do cargo de Enfermeiro 40 horas, portador da matricula nº 10021-01, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, correspondente a 03 (três) meses, relativo ao período aquisitivo de 14/02/2021 a 13/02/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 31 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 31 dias do mês de julho de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:50F9206E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 79 /2026

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CNPJ/MF: 78.201.068/0001-26
E-MAIL: camara@cmpaicandu.pr.gov.br
TEL. (44) 3127-1200
Rua Onésio Francisco de Farias, Nº 703, Jardim João Gerotto
CEP: 87140-000 / Paiçandu - Paraná

PORTARIA nº 79 /2026

Súmula: Nomeia a Sra. FERNANDA GABRIELE DOMINGOS DUARTE para ocupar o cargo em Comissão de Chefe da Coordenadoria de Protocolo e Expediente, símbolo— "COORD-01".

O Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, Vereador MICHAEL BRUSTULIN, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a partir do dia 05 de agosto de 2026, a Senhora **FERNANDA GABRIELE DOMINGOS DUARTE**, portadora do RG nº **.186.8**-* SESP/PR, devidamente inscrita no CPF/MF sob o nº ***.071.5**-**, para ocupar o Cargo em comissão de Chefe da Coordenadoria de Protocolo e Expediente, símbolo — "COORD-01", do Quadro Cargos de Provimento em Comissão, conforme Lei Municipal nº 3455/2026, de 19 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 31 de julho de 2026.

MICHAEL BRUSTULIN
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Ribeiro
Código Identificador:FABC4107

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 458/2026

de 28 de julho de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Nomear, a partir de agosto de 2026, o senhor MARCIO CASTILHO DOS SANTOS, no Cargo em Comissão de Chefe da Divisão de Assistência ao Idoso, Símbolo CC-05, portador da Cédula de Identidade, Registro Geral no **.343.805-*– SESP/PR, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.674.679-**, demissível "ad nutum".
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 28 de julho de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:6AA0CFA6

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 459/2026

de 28 de julho de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Nomear, a partir de agosto de 2026, BIANCA APARECIDA PIOVEZAN, no Cargo em Comissão de Chefe do Departamento de Proteção Social Básica, Símbolo CC-03, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral no **.513.490-*– SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.001.059-**, demissível "ad nutum".
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 28 de julho de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:25A35B3F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RESOLUÇÃO 18/2026 - CMS

"Dispoe sobre a composição do Conselho Municipal de Saúde de Paiçandu Gestão 2026 a 2028."

O Conselho Municipal de Saúde de Paiçandu, no uso de suas competências regimentais e das atribuições conferidas pela **Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**, pela **Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**, pela Resolução CNS nº 453/2012, pela Lei Municipal nº 1.882/2008 e alterações posteriores, especialmente pela **Lei Municipal nº 3.478/2026**,

Considerando a realização da **15ª Conferência Municipal de Saúde de Paiçandu,** realizada nos dias **17 e 18 de junho de 2026;**

Considerando as indicações dos representantes realiazadas pelas entidades e órgãos habilitados, em conformidade com a Lei Municipal n° 3.478/2026;

Considerando a necessidade de homologar a composição do Conselho Municipal de Saúde para o mandato vigente;

RESOLVE:

Artigo 1º - Homologar a composição do Conselho Municipal de Saúde de Paiçandu – CMS, composta por 12 (doze) membros titulares e seus respectivos suplentes, observando a seguinte representatividade:

03 (três) representantes do Governo Municipal (Gestor);
03 (três) representantes dos Trabalhadores da Saúde;
06 (seis) representantes dos Usuários.

Artigo 2º - Aprovar a composição do Conselho Municipal de Saúde de Paiçandu Gestão 2026 - 2028.

Representantes do governo Municipal (Gestor)
Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Carlos Henrique Doce Pazin
Suplente: Alana Pereira Dorneles

Secretaria Municipal de Finanças/Fazenda
Titular: Diana Silva Martins
Suplente: Ariana Andrielli Pelisari

Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Bianca Aparecida Piovezan
Suplente: Tatiane Alves dos Santos

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DA SAÚDE
Sindicato dos Servidores Municipais de Paiçandu – SISMUP
Titular: Kelly Cristina Barbosa Caetano
Suplente: Alexandre Marques dos Reis

Central Única dos Trabalhadores – CUT
Titular: Lilian Mozer
Suplente: Iraci Hubner Pereira da Silva

Conselho Regional de Psicologia – CRP
Titular: Thayna Letícia Ribeiro
Suplente: Lorenna Vitória Souza do Amaral

REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS DA SAÚDE
Associação de Moradores do Bairro Bela Vista – 1ª Cadeira
Titular: Roseli Chem
Suplente: Cícera Maria Custódio

Associação de Moradores do Bairro Bela Vista – 2ª Cadeira
Titular: Aparecido Rúbio de Araújo
Suplente: Lindaura Rodrigues Dante

Igreja Católica – Jesus Bom Pastor
Titular: André Luiz Pereira
Suplente: Sabrina Camargo Silva Leva

Pastoral da Saúde – Igreja Jesus Bom Pastor
Titular: Adélia Jacinto Pereira
Suplente: Maria Madalena Bonfante

Ordem dos Pastores Evangélicos de Paiçandu – OPEP
Titular: Hamilton Cardoso dos Santos Junior
Suplente: Hercules Ferreira Facci

Associação de Mães, Pais e Amigos de Pessoas com Autismo de Paiçandu – AMAPAI
Titular: Solange Candido
Suplente: Regina Pontim Seibel

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se e Cumpra-se.

Paiçandu 21 de Julho de 2026.

ANDRÉ LUIZ PEREIRA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Paiçandu PR.

THIAGO ALVES CÉFALO
Presidente da Fundação de Saúde

Homologo a Resolução CMS/Paiçandu nº 18/2026, nos termos do Parágrafo 2º, artigo 1º Lei nº 8.142, de 25 de dezembro de 1990.

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:0E6487C4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
ATA 24ª SESSÃO ORDINÁRIA - 14/07/2026

Ata da 24ª sessão ordinária da 2ª sessão legislativa da 19ª legislatura. Aos 14 (quatorze) dias do mês de julho do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 19 (dezenove) horas, na sala de sessões da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, com sede na Rua Coronel Vida, 211, Centro, foi realizada a 24ª sessão ordinária da 2ª sessão legislativa da 19ª legislatura, presidida pelo Vereador **Diego Fabrício Zanetti**, secretariada pelos Vereadores **Fabíola Mereles** 1ª Secretária e **Edenir José Gaio Flores** 2º Secretário, e presentes os Vereadores, **Fabiano da Conceição Catharina, Gilmar Costa, Lucas dos Santos** e **Roberto Bueno Marques** e ausentes os vereadores **João Savi e Jovane Sebastião Ferreira**. Havendo número legal de Vereadores, o Senhor Presidente abriu a sessão e convidou todos a acompanharem a execução do Hino à Palmeira.

Discussão das Atas: O senhor Presidente informou que a ata da sessão anterior, 23ª Sessão Ordinária, foi disponibilizada previamente e submetida ao conhecimento de todos os vereadores, a ata foi colocada em discussão e não havendo nenhum questionamento, foi aprovada.
O senhor Presidente, antes do início da leitura do expediente, registrou votos de congratulações ao Vereador Sargento Gaio pela passagem de seu aniversário, ocorrido no dia anterior. Destacou sua trajetória na Polícia Militar e enalteceu sua atuação parlamentar, ressaltando o trabalho de excelência que vem desempenhando na Câmara Municipal. Por fim, desejou-lhe felicitações pelo aniversário e êxito na continuidade de seu mandato. Na sequência, o Presidente convidou o segundo-secretário para proceder à leitura do expediente da sessão. Em seguida, o Vereador Sargento Gaio agradeceu as homenagens e as felicitações recebidas dos colegas parlamentares em razão de seu aniversário, manifestando sua gratidão pelas palavras de reconhecimento e carinho.
Expediente: O Senhor Presidente solicitou que o senhor 2º Secretário procedesse à leitura do expediente, o qual constou o seguinte: • Do Excelentíssimo senhor Altamir Sanson, Prefeito Municipal: - Ofício 415/2026, solicitando a retirada do Projeto de Lei nº 6801/2026 que acrescenta dispositivos à Lei Municipal nº 1.700/1994, tendo em vista a necessidade de complementação da instrução do presente expediente e de análises técnicas complementares acerca da matéria;
- Ofício 437/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6814/2026 que "Institui o Programa "Terra Mais", no âmbito do Município de Palmeira/PR, e dá outras providências";
- Ofício 439/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6815/2026 que "Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 929.000,00";
- Ofício 446/2026 em resposta aos ofícios 333 e 362/2026 da Câmara, encaminhando as seguintes informações sobre as emendas impositivas: nº 21 e nº 32, do Vereador Lucas, nº 30 e nº 42, do Vereador Roberto, nº 41, do Vereador Vane, e nº 43, do Vereador João Savi, foram consideradas exequíveis; as Emendas nº 35, do Vereador Irmão Fabiano, e nº 40, do Vereador Diego Zanetti, encontram-se aguardando parecer jurídico;
- Ofício 447/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6817/2026 que "Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 131.942,29.";
- Ofício 448/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6818/2026 que "Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 151.884,58";
- Ofício 449/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6819/2026 que "Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 7.500,00";
- Ofício 450/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6820/2026 que "Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 612.567,85";
- Ofício 452/2026 encaminhando para apreciação o Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar 52/2025 que "Acrescenta dispositivos à Lei Complementar n 14, de 12 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no Município de Palmeira, para alterar o seu Anexo III: Mapa de Uso e Ocupação do Solo Urbano, criar Novos SEUS e dá outras providências.";
• Da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer:- Ofício 69/2026 em resposta ao requerimento 54/2026 da vereadora Fabíola, informando que a secretaria não poderá atender à solicitação, pois já possui programação para a mesma data, com transporte e equipe destinados ao evento GRANPRIX AMCG de Voleibol – 3ª etapa, que será realizado em Carambeí (PR);
• Da Secretaria Municipal de Educação: - Ofício 66/2026 em resposta ao requerimento 36/2026 da vereadora Fabíola Mereles, informando que a secretaria promove ações permanentes de inclusão dos estudantes neurodivergentes, seguindo a legislação vigente. O atendimento é realizado por meio de Auxiliares de Inclusão, do Setor de Educação Especial e Inclusão, do apoio das psicopedagogas da rede e da parceria com a ASSEP, que oferece atendimento multiprofissional;
- Ofício 67/2026 em resposta ao requerimento 29/2026 do vereador Gilmar Costa, informando que a Lei Municipal nº 5.882/2024, que prevê a instalação de câmeras de segurança no transporte escolar, ainda não foi implementada. A Secretaria está realizando estudos técnicos e administrativos para avaliar a viabilidade da medida,

considerando aspectos orçamentários e operacionais. Também são analisadas outras ações de segurança, como a presença de monitores nos veículos, sem previsão definida para implantação do sistema de monitoramento;
- Ofício nº 68/2026, em resposta ao Requerimento nº 36/2026, de autoria da Vereadora Fabíola, informando que a frota do transporte escolar é composta por 24 ônibus em operação, 6 veículos reserva e 6 veículos desativados, os veículos em operação passam por manutenção preventiva e corretiva contínua, com utilização dos veículos reserva sempre que necessário. Informa, ainda, que a frota própria, em conjunto com o transporte escolar terceirizado, atende à demanda atual, embora a Administração reconheça a necessidade de futura ampliação e renovação da frota. Registra, também, ocorrências pontuais de maior ocupação em alguns roteiros urbanos e atrasos ocasionais, principalmente em razão das condições das estradas rurais, fatores climáticos e outras intercorrências operacionais, sendo realizado acompanhamento permanente dos roteiros e ajustes operacionais sempre que necessários para garantir a qualidade do serviço;
• Da secretaria Municipal de Meio Ambiente: - Ofício 55/2026 em resposta às seguintes indicações: nº 81/2026 do vereador Diego Zanetti informando que foi realizada a limpeza da via pública nas proximidades da rotatória que dá acesso ao Mercado Marins, na Avenida das Palmeiras, no sentido bairro– centro, conforme solicitado e Indicação nº 97/2026 da vereadora Fabíola, informando que foram realizados os serviços de poda e manutenção da vegetação, bem como a limpeza urbana na Rua Oscar Teixeira de Oliveira, em frente ao nº 105, na localidade de Vila Rural, atendendo à solicitação apresentada;
• Projeto de Lei 6816/2026 do vereador Irmão Fabiano, "Altera a ementa, o art. 1º e o inciso I do art. 2º da Lei Municipal nº 6.383, de 1º de julho de 2026";
• Substitutivo ao Projeto de Resolução 196/2026 da Mesa Diretora, "Estabelece as informações de interesse coletivo que devem ser publicadas ativamente no site institucional e no Portal da Transparência da Câmara Municipal, com fundamento na Lei n 12.527/2011.";
• Requerimento 65/2026 do vereador Sargento Gaio, requer ouvido o Plenário seja encaminhado expediente ao Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal de Saúde, solicitando a realização de estudos e a adoção de medidas para garantir o transporte e a entrega adequados de cilindros de oxigênio medicinal aos pacientes residentes na zona rural do município de Palmeira, especialmente aqueles que fazem uso contínuo do equipamento fornecido pelo Município;
• Requerimento 66/2026 da vereadora Fabíola Mereles, requer ouvido o Plenário que seja encaminhado expediente ao Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, para que preste as seguintes informações acerca da obra de pavimentação da Rua Nossa Senhora do Rocio, no Bairro Rocio I;
• Requerimento 67/2026 da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, requer ouvido o plenário prazo de 20 (vinte) dias para emissão do parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 6810/2026;
• Indicação 175/2026 da vereadora Fabíola Mereles, indica à Secretaria Municipal de Saúde que seja realizado estudo de viabilidade para a implantação de uma rampa de acesso no CEM – Centro de Especialidades Médicas, visando garantir melhores condições de acessibilidade aos usuários da unidade;
• Indicação 176/2026 do vereador Irmão Fabiano, indica à Secretaria Municipal de Cultura ou Turismo que disponibilize uma Tenda para a Igreja Menonita da Colônia Quero-Quero conforme oficio anexo;
• Indicação 177/2026 do vereador Sargento Gaio, indica à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura que seja realizada a manutenção das estradas rurais de acesso à Localidade de Correias, tanto pelo acesso do Posto de Combustível Mel quanto pelo acesso pela Localidade de Queimadas, compreendendo serviços de patrolamento, cascalhamento, compactação com rolo compactador, limpeza das drenagens e demais intervenções necessárias para garantir boas condições de trafegabilidade;
• Indicação 178/2026 do vereador Sargento Gaio, indica à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a realização de estudos técnicos e a adoção das medidas necessárias para a manutenção e contenção de erosão existente nas proximidades da Rua Júlio Kosloski, mais especificamente na parte posterior do campo esportivo sintético do Bairro Rocio II, nas imediações da ponte;
• Indicação 179/2026 do vereador Diego Zanetti, indica ao Departamento de Segurança Pública, realização de estudos técnicos visando à instalação de câmeras de videomonitoramento na Praça João Maria Muller, localizada no Bairro Papiros, neste Município.
Presenças e Uso da Palavra: Concluída a leitura das matérias do expediente, **foi registrada a presença de todos os senhores vereadores** com exceção dos vereadores **João Savi e Jovane Sebastião Ferreira.**
O vereador **Sargento Gaio** inscreveu-se para fazer uso da palavra com o assunto "Audiência Pública". Agradeceu ao Presidente pela parabenização realizada no início da sessão e pelo espaço concedido para sua manifestação. Cumprimentou os demais vereadores, a Vereadora Fabíola, o público presente e os cidadãos que acompanhavam a sessão pela TV Câmara, por meio do canal oficial no YouTube. Na sequência, convidou a população palmeirense para comparecer à Câmara Municipal no dia 13 de agosto, às 19 horas, a fim de participar da audiência pública que tratará da saúde pública no município. Destacou que se trata de um tema de extrema importância e afirmou ter convicção de que a maioria dos vereadores recebe críticas, sugestões e elogios relacionados à área da saúde. Informou que lhe causaram estranheza as respostas e os resultados obtidos em relação a algumas reclamações recebidas, razão pela qual apresentou requerimento, aprovado por unanimidade pelos vereadores, com o objetivo de proporcionar esse debate com a população na Casa de Leis. Relatou que, diante das diversas reclamações recebidas, buscou informações nos canais oficiais, por meio das ouvidorias do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Município, onde constatou haver um número reduzido de registros. Esclareceu que muitas pessoas utilizam as redes sociais para manifestar suas reclamações, ressaltando que esse não é o meio adequado, uma vez que o gestor público não possui condições de acompanhar todas as manifestações realizadas nessas plataformas, nem está obrigado a fazê-lo. Em seguida, dirigiu-se à sociedade, orientando que, sempre que houver prejuízo ou insatisfação em relação aos serviços de saúde pública, sejam utilizados os canais oficiais de reclamação. Da mesma forma, solicitou que, quando houver bom atendimento, esses mesmos canais sejam utilizados para o registro de elogios e sugestões. Prosseguindo, parabenizou o servidor Ivano pelo suporte organizacional prestado para a realização da audiência pública, destacando que o evento será conduzido com excelência e contará com espaço destinado aos questionamentos da população. Informou que estarão presentes as principais autoridades do Município de Palmeira, sendo encaminhados convites ao Prefeito Municipal, à Secretária Municipal de Saúde, à gestão hospitalar da Santa Casa, à Secretária Municipal de Assistência Social, ao Presidente da Câmara Municipal, aos demais vereadores, à imprensa e, especialmente, à população, que terá a oportunidade de participar e debater a saúde pública do município. Afirmou que a realidade não pode ser ocultada, reconhecendo que a saúde pública de Palmeira avançou significativamente nos últimos anos, após um período de grandes dificuldades. Ressaltou, entretanto, que ainda existem muitos aspectos a serem aprimorados, especialmente em relação à maternidade e à estrutura hospitalar. Defendeu a necessidade de planejamento de longo prazo para viabilizar a construção de um novo hospital no município, seja de gestão municipal ou sob outra forma de administração hospitalar que venha a assumir esse desafio. Esclareceu que o principal objetivo da audiência pública é assegurar a participação da população. Observou que o espaço físico da Câmara Municipal possui capacidade limitada de público, motivo pelo qual a audiência será transmitida pelo canal oficial da Câmara no YouTube, possibilitando a participação daqueles que não puderem comparecer presencialmente. Informou ainda que, durante a transmissão, haverá espaço para o encaminhamento de perguntas, mediante identificação dos participantes, as quais serão respondidas, na medida do possível, pelas autoridades presentes. Ao final, reforçou o convite à população palmeirense para participar da audiência pública com o tema "Saúde Pública em Nosso Município", a ser realizada no dia 13 de agosto, às 19 horas, na sede da Câmara Municipal de Palmeira, agradecendo ao Senhor Presidente pela palavra concedida.
Ordem do Dia: Sem mais inscritos para fazer uso da palavra seguiu-se para a Ordem do Dia, **presentes todos os senhores vereadores** com exceção dos vereadores **João Savi e Jovane Sebastião Ferreira**, em votação única o **Ofício 415/2026** solicitando a retirada de pauta do **Projeto de Lei 6801/2026 foi aprovado por todos**. Em discussão e votação única os **Requerimentos 63 e 67/2026** foram aprovados por

todos. As **Indicações 169 a 174/2026** em discussão e votação única e em bloco foram **aprovadas por todos**. Em 1ª discussão foram os **Projetos de Lei 6789, 6803, 6805, 6808, 6811 e 6812/2026**. Em discussão ao **Projeto de Lei 6808/2026** o vereador **Sargento Gaio** solicitou novamente o apoio dos demais vereadores à proposição, afirmando que, em seu entendimento, o projeto representa uma importante iniciativa de prevenção e combate a diversos problemas enfrentados atualmente nos estabelecimentos de ensino. Destacou, entre esses problemas, a discriminação, considerada crime, o bullying, o cyberbullying e, principalmente, a ludopatia, relacionada aos jogos eletrônicos e às apostas, situação que, segundo o vereador, vem crescendo e atingindo as escolas, as crianças e os adolescentes. Prosseguindo, afirmou que a ludopatia é um vício conhecido há muito tempo, mas que, com o avanço da internet e a ampla difusão das redes sociais, passou a causar impactos cada vez maiores, destruindo famílias e atingindo, principalmente, crianças e adolescentes. Ressaltou que o projeto de lei tem por objetivo oferecer um direcionamento às professoras, aos professores, às pedagogas, aos pedagogos, aos diretores e às equipes das instituições de ensino, estabelecendo, entre outras medidas, a realização de uma semana pedagógica voltada à prevenção e ao combate desses problemas, conforme previsto no texto da proposição. Ao final, reforçou seu pedido de apoio ao projeto, destacando que a matéria se encontrava em primeira discussão e representa mais uma ferramenta para fortalecer o debate, a conscientização e a prevenção no âmbito das escolas, agradecendo pela atenção.

Encaminhamentos: Finalizada a discussão e votação das matérias da ordem do dia, o senhor Presidente encaminhou à **Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação** os **Projetos de Lei 6814 ao 6820/2026,** o **Substitutivo ao Projeto de Resolução 196/2026** e o **Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar 52/2025;** para a **Comissão de Economia, Orçamento, Finanças e Fiscalização os Projetos de Lei 6806, 6807, 6809, 6813 e 6815/2026** para análise e emissão de pareceres.

Explicação Pessoal: Não houve vereadores inscritos em explicação pessoal.

Não havendo mais nada para ser tratado na presente sessão, o senhor Presidente lembrou aos senhores vereadores que a próxima sessão ordinária seria no dia 21 (vinte e um) de julho de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 19 horas, constando na ordem do dia a discussão e votação única dos **Requerimentos 65 e 66/2026**, das **Indicações 175 à 179/2026 e 2ª discussão e votação dos Projetos de Lei 6789, 6803, 6805, 6808, 6811 e 6812/2026**, agradeceu a presença e a audiência de todos e em nome de Deus e pelo povo encerrou a sessão, da qual para tudo constar foi redigida esta ata, assinada pelo senhor Presidente e senhora 1ª Secretária.

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:5D64E1B1

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
ATA 25ª SESSÃO ORDINÁRIA - 21/07/2026

Ata da 25ª sessão ordinária da 2ª sessão legislativa da 19ª legislatura. Aos 21 (vinte e um) dias do mês de julho do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 19 (dezenove) horas, na sala de sessões da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, com sede na Rua Coronel Vida, 211, Centro, foi realizada a 25ª sessão ordinária da 2ª sessão legislativa da 19ª legislatura, presidida pelo Vereador **Diego Fabrício Zanetti**, secretariada pelos Vereadores **Fabíola Mereles** 1ª Secretária e **Edenir José Gaio Flores** 2º Secretário, e presentes os Vereadores, **Fabiano da Conceição Catharina, Gilmar Costa, João Savi, Jovane Sebastião Ferreira, Lucas dos Santos** e **Roberto Bueno Marques**. Havendo número legal de Vereadores, o Senhor Presidente abriu a sessão e convidou todos a acompanharem a execução do Hino à Palmeira.

Discussão das Atas: O senhor Presidente informou que a ata da sessão anterior, 24ª Sessão Ordinária, foi disponibilizada previamente e submetida ao conhecimento de todos os vereadores, a ata foi colocada em discussão e não havendo nenhum questionamento, foi aprovada.

Expediente: O Senhor Presidente solicitou que o senhor 2º Secretário procedesse à leitura do expediente, o qual constou o seguinte: • Do Excelentíssimo senhor Altamir Sanson, Prefeito Municipal: - Ofício 453/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6821/2026 que "Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 1.900.000,00";

- Ofício 455/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6823/2026 que "Institui o Programa "Nota Palmeira Premiada", destinado a incentivar a emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e no Município de Palmeira, e dá outras providências.";
- Ofício 456/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6822/2026 que "Dispõe sobre o Programa de Recuperação de Créditos Fiscais – REFIS, no Município de Palmeira, Paraná, e dá outras providências.";
- Ofício 460/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6824/2026 que "Altera dispositivos da Lei Ordinária Municipal nº 6.199, de 27 de novembro de 2025, e dá outras providências.";

• Da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo: - Ofício 77/2026 encaminhando em anexo o mapa corrigido e atualizado do Anexo III referente ao Substitutivo nº 3/2026, vinculado ao Projeto de Lei Complementar nº 52/2025 e encaminhando também a Resolução Deliberativa do ConCidade, que fundamenta tecnicamente a alteração proposta;

• Requerimento 68/2026 da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, requer ouvido o plenário, prazo de 30 (trinta) dias para emissão dos pareceres relativos aos Projetos de Lei n.º 6800/2026 e 6814/2026 e prazo de 60 (sessenta) dias para emissão do parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 52/2025 Substitutivo;

• Indicação 180/2026 do vereador Irmão Fabiano, indica à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura a realização de manutenção em bueiro localizado na estrada principal que liga a comunidade de Pinheiral de Baixo à Colônia Maciel, em frente à propriedade do Sr. Joanin Borcoski;

• Indicação 181/2026 do vereador Irmão Fabiano, indica à Secretaria Municipal de Obras e infraestrutura a realização manutenção de calçada no Rua Padre Camargo próximo do Supermercado Franco;

• Indicação 182/2026 do vereador Sargento Gaio, indica à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura a realização de estudos técnicos para a implantação de um redutor de velocidade na Rua Francisco Sinke Ferreira, no trecho compreendido entre as ruas Lúcia Cherobin e Emílio Mehl;

• Indicação 183/2026 do vereador Sargento Gaio, indica à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura a realização de estudos técnicos na esquina da Rua Arthur Ferreira de Albuquerque com a Rua Dom Alberto Gonçalves, visando identificar a origem de uma erosão existente na margem da via e, sendo a responsabilidade do Município, promover as medidas necessárias para sua recuperação. Caso seja constatado que a causa decorre da rede de esgotamento sanitário, que sejam adotadas as providências cabíveis junto à SANEPAR para a solução do problema;

• Requerimento de Abono de Falta protocolo nº 490/2026 do vereador Vane, com fundamento na Resolução nº 91/2012, requer o abono de ausência na 24ª Sessão Ordinária, realizada em 14 de julho de 2026, tendo em vista a impossibilidade de comparecimento em razão de compromisso previamente agendado para a mesma data e horário;

• Requerimento de Abono de Falta protocolo nº 491/2026 do vereador João Savi, com fundamento na Resolução nº 91/2012, requer o abono de ausência na 24ª Sessão Ordinária, realizada em 14 de julho de 2026, tendo em vista a impossibilidade de comparecimento em razão de compromisso previamente agendado para a mesma data e horário;

• Ofício 10/2026 do Gabinete do Vereador Diego Zanetti, solicitando a retirada da pauta de votações e o devido arquivamento do Projeto de Resolução nº 199/2026 e do Projeto de Lei nº 6804/2026.

Presenças e Uso da Palavra: Concluída a leitura das matérias do expediente, **foi registrada a presença de todos os senhores vereadores**, não houve vereadores inscritos para fazer uso da palavra.

Ordem do Dia: Seguindo para a Ordem do Dia, **presentes todos os senhores vereadores**, em votação única os Requerimentos de Abono de Falta em Sessão protocolados com nº 490 e 491/2026 foram **aprovados por todos** em votação nominal. Em discussão e votação única os **Requerimentos 65, 66 e 68/2026** foram aprovados por todos. Em discussão o **Requerimento 65/2026** o vereador **Sargento Gaio** informou que o referido requerimento foi elaborado de sua autoria em atendimento às solicitações de munícipes residentes na área rural do Município. Relatou que pessoas que fazem uso de oxigênio medicinal em cilindros, os quais necessitam permanecer em suas residências em

razão de condições clínicas específicas, procuraram seu gabinete para relatar dificuldades quanto ao abastecimento desses cilindros nas localidades do interior. Esclareceu que entrou em contato com a Secretaria Municipal, por meio do setor responsável, ocasião em que foi informado de que o serviço é realizado por empresa terceirizada. No entanto, destacou que a entrega ocorre apenas na área urbana, sendo esse o problema que motivou a apresentação do requerimento. Mencionou que o Presidente desta Casa, por ser bombeiro militar, tem conhecimento dos riscos decorrentes do transporte de cilindros de oxigênio em veículos inadequados, razão pela qual solicitou que a Secretaria Municipal de Saúde realize estudo visando corrigir essa situação e prevenir a ocorrência de acidentes. Acrescentou que o transporte irregular de cilindros de oxigênio, além de configurar infração de trânsito, pode colocar vidas em risco, tendo em vista tratar-se de gás comprimido que, em determinadas circunstâncias, pode ocasionar acidentes graves com projeção de estilhaços. Ao final, solicitou a adoção das providências necessárias para que o transporte dos cilindros seja realizado de forma adequada, em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, agradecendo ao Presidente.

As **Indicações 175 a 179/2026** em discussão e votação única e em bloco foram **aprovadas por todos**. Em 2ª discussão e votação os **Projetos de Lei 6789, 6803, 6805, 6808, 6811 e 6812/2026 foram aprovados por todos**.

Em discussão ao **Projeto de Lei 6808/2026** o vereador **Sargento Gaio** solicitou, novamente, o apoio dos demais Vereadores e da Vereadora para a aprovação da matéria por esta Casa de Leis, a fim de que o projeto fosse encaminhado ao Poder Executivo para sanção. Destacou que o principal objetivo da proposição é prevenir e combater a ocorrência de crimes em estabelecimentos de ensino, ressaltando que atualmente têm sido registrados diversos casos dessa natureza. Acrescentou que o projeto também busca oferecer diretrizes para que professores, diretores e pedagogos possam atuar de forma mais efetiva diante de situações dessa natureza. Ao final, agradeceu ao Presidente.

Em 1ª discussão foram os **Projetos de Lei 6806, 6807, 6809, 6813, 6815, 6816/2026** e o **Projeto de Resolução 196/2026 Substitutivo.**

Em discussão o **Projeto de Lei 6806/2026** o vereador **Lucas Santos** solicitou o apoio dos demais Vereadores para a aprovação da matéria, destacando que o projeto trata do reconhecimento, da valorização e da justiça em relação à categoria dos fiscais tributários, profissionais que, embora muitas vezes atuem longe dos holofotes, desempenham papel fundamental para o funcionamento do Município. Ressaltou que esses servidores enfrentam diariamente a missão de fiscalizar, combater a sonegação, recuperar créditos e garantir que os recursos sejam destinados aos cofres públicos, os quais financiam áreas essenciais, como saúde, educação, obras, assistência social e diversos outros serviços utilizados pela população. Afirmou que valorizar o fiscal tributário não representa privilegiar uma categoria, mas fortalecer a arrecadação municipal e investir em profissionais que contribuem para assegurar a sustentabilidade financeira de Palmeira. Acrescentou que um servidor valorizado desempenha suas funções com maior motivação, segurança e compromisso com os resultados e com a sociedade. Salientou, ainda, que o projeto busca corrigir uma defasagem acumulada ao longo dos anos, enfatizando que a proposta não se restringe a aspectos financeiros, mas representa o reconhecimento da dedicação desses profissionais, que assumem grandes responsabilidades e necessitam estar constantemente preparados diante das frequentes alterações na legislação tributária. Manifestou sua convicção de que investir na administração tributária é investir no futuro do Município, uma vez que maior eficiência na arrecadação resulta em maior capacidade de investimento e em melhores condições de vida para a população. Ao final, solicitou aos nobres colegas Vereadores que analisassem a proposta com sensibilidade e espírito público, defendendo sua aprovação como forma de fazer justiça aos servidores da categoria e fortalecer o Município de Palmeira, agradecendo, por fim, a todos.

Encaminhamentos: Finalizada a discussão e votação das matérias da ordem do dia, o senhor Presidente encaminhou à **Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação** os **Projetos de Lei 6821 ao 6824/2026**, para a **Comissão de Economia, Orçamento, Finanças e Fiscalização os Projetos de Lei 6810, 6817, 6818, 6819 e 6820/2026** para análise e emissão de pareceres. Encaminhou ainda para a **Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação** os **Projetos de Lei 6805 e 6808/2026** para redação final.

Explicação Pessoal: Não houve vereadores inscritos em explicação pessoal.

Não havendo mais nada para ser tratado na presente sessão, o senhor Presidente lembrou aos senhores vereadores que a próxima sessão ordinária seria no dia 28 (vinte e oito) de julho de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 19 horas, constando na ordem do dia a discussão e votação única das **Indicações 180 à 183/2026 e 2ª discussão e votação dos Projetos de Lei 6806, 6807, 6809, 6813, 6815, 6816/2026** e do **Projeto de Resolução 196/2026 Substitutivo**, agradeceu a presença e a audiência de todos e em nome de Deus e pelo povo encerrou a sessão, da qual para tudo constar foi redigida esta ata, assinada pelo senhor Presidente e senhora 1ª Secretária.

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:A648ABC3

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
RESOLUÇÃO Nº 189/2026 - ESTABELECE AS INFORMAÇÕES DE INTERESSE COLETIVO QUE DEVEM SER PUBLICADAS ATIVAMENTE NO SITE INSTITUCIONAL E NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL, COM FUNDAMENTO NA LEI N 12.527/2011.

RESOLUÇÃO Nº 189/2026

Estabelece as informações de interesse coletivo que devem ser publicadas ativamente no site institucional e no Portal da Transparência da Câmara Municipal, com fundamento na Lei n 12.527/2011.

Faço saber que a Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, na Sessão Plenária realizada em 28 de julho de 2026, aprovou, e eu, Diego Fabrício Zanetti, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO

Art. 1º A Câmara Municipal publicará ativamente informações de interesse coletivo, independentemente de solicitação.

Art. 2º As informações deverão ser publicadas nos seguintes meios:
I- Portal da Transparência;
II- Site Institucional.

Art. 3º São obrigatórias as seguintes informações, que deverão ser disponibilizadas em pelo menos um dos meios previstos no artigo anterior:

I- Informação prioritária:
a) Link de acesso ao Portal da Transparência visível na capa do site.

II- Informações Institucionais:
a) Estrutura organizacional e a norma que a instituiu ou altera;
b) Descrição das competências da Mesa Diretora;
c) Identificação dos integrantes da Mesa Diretora;
d) Endereços e telefones;
e) Horário de atendimento;
f) Atos normativos próprios;
g) Perguntas e respostas mais frequentes relacionadas às atividades desenvolvidas;
h) Disponibilização do link de acesso das redes sociais da Câmara Municipal no Site Institucional;
i) Botão do radar da transparência;

III- Repasses:
a) Divulgação dos repasses, evidenciando sua previsão e realização;
b) Classificação orçamentária por natureza da receita (categoria econômica, origem, espécie, desdobramento).

IV- Despesas:
a) Total das despesas empenhadas, liquidadas e pagas;
b) Divulgação das despesas por classificação orçamentária;

c) Empenhos com os detalhes do beneficiário do pagamento ou credor, o valor, o bem fornecido ou serviço prestado e a identificação do procedimento licitatório originário da despesa;

V- Convênios e Transferências:
a) Transferências recebidas a partir da celebração de convênios ou acordos;
b) Transferências realizadas a partir da celebração de convênios, acordos ou ajustes;
c) Acordos firmados que não envolvam transferências de recursos financeiros.

VI- Recursos Humanos:
a) Relação nominal dos servidores;
b) Remuneração nominal dos servidores;
c) Tabela com o padrão remuneratório dos cargos e funções;
d) Lista de Estagiários;
e) Lista de terceirizados;
f) Íntegra dos Editais de concursos para provimento de cargos;
g) Demais informações dos concursos públicos, contendo no mínimo a lista de aprovados com as classificações e nomeações.

VII- Diárias:
a) Nome, cargo, valor total recebido, número de diárias usufruídas por afastamento, período de afastamento, motivo do afastamento e local de destino;
b) Valores das diárias de acordo com o destino.

VIII- Licitações:
a) Relação das licitações em ordem sequencial;
b) Íntegra dos editais de licitação;
c) Integra dos demais documentos das fases internas e externas das licitações;
d) Íntegra dos principais documentos dos processos de dispensa e inexigibilidade de licitação;
e) Íntegra das Atas de Adesão – SRP;
f) Plano de Contratações Anual;
g) Relação de licitantes e contratados sancionados pela Câmara Municipal;
h) Regulamento Interno de licitações e contratos.

IX- Contratos:
a) Contratos celebrados em ordem sequencial, bem como os aditivos deles recorrentes;
b) Ordem cronológica de seus pagamentos.

X- Obras:
a) Informações sobre as obras contendo o objeto, a situação atual, as datas de início e de conclusão da obra, a empresa contratada e o percentual concluído;
b) Quantitativos, preços unitários e totais contratados;
c) Quantitativos executados e os preços efetivamente pagos;
d) Divulgação das obras paralisadas.

XI- Planejamento e Prestação de Compras:
a) Prestação de contas, da Câmara Municipal, do ano anterior (Balanço Geral);
b) Relatório de gestão ou atividades;
c) Íntegra da decisão da apreciação ou julgamento das contas pelo Tribunal de contas;
d) Resultado do julgamento das contas do chefe do Poder Executivo pelo Poder Legislativo;
e) Relatório de Gestão Fiscal (RGF)
f) Plano Estratégico Institucional.

XII- Serviço de Informação ao Cidadão – SIC:
a) Indicação da unidade ou setor responsável;
b) Endereço físico, e-mail e horário de funcionamento;
c) Possibilidade de envio de pedidos de informação de forma eletrônica (e-SIC);
d) Regulamentação da Lei nº 12.527/2011 – LAI;
e) Prazos de resposta ao cidadão, incluindo o recursal, e as autoridades competentes para o exame dos pedidos, além do procedimento referente à realização do pedido e de eventual recurso.
f) Relatório anual estatístico contendo a quantidade de pedidos de acesso recebidos, atendidos, indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes;
g) Lista de documentos classificados em cada grau de sigilo;
h) Lista de informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses.

XIII- Acessibilidade:
a) O símbolo de acessibilidade em destaque no Site Institucional e no Portal da Transparência;
b) Exibição do "caminho" de páginas percorridas pelo usuário no Site Institucional e Portal da Transparência;
c) Opção de alto contraste no Site Institucional e no Portal da Transparência;
d) Ferramenta de redimensionamento de texto no Site Institucional e no Portal da Transparência;
e) Mapa do Site Institucional.

XIV- Ouvidoria:
a) Informações sobre o atendimento presencial pela Ouvidoria (endereço físico, telefone e horário de funcionamento);
b) Link de acesso da ouvidoria;
c) Divulgação da Carta de Serviços ao Usuário.

XV- Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e Governo Digital:
a) Indicação e contato do responsável pelo tratamento de dados pessoais;
b) Política de privacidade e proteção de dados;
c) cesso aos serviços públicos por meio digital;
d) Ato normativo que regulamenta a Lei Federal nº 14.129/2021;
e) Resultados de pesquisa de satisfação.

XVI- Atividades finalísticas:
a) Composição da casa, com a biografia dos parlamentares;
b) Leis e atos infralegais;
c) Projetos de leis e de atos infralegais, bem como as respectivas tramitações;
d) Pauta das sessões do plenário;
e) Pauta das comissões;
f) Atas das sessões e as respectivas listas de presença;
g) Lista sobre as votações nominais;
h) Ato que aprecia as contas do Chefe do Poder Executivo (Decreto) e o teor do julgamento (Ata ou Resumo da sessão);
i) Transmissão das sessões e audiências públicas;
j) Dados sobre as atividades legislativas dos parlamentares.

Art. 4º A publicação e a atualização das informações previstas no artigo 3º desta Resolução observarão os seguintes prazos máximos:

I- 30 (trinta) dias para as informações previstas no inciso III; no inciso V; no inciso VI alíneas 'a', 'b', 'g'; no inciso X; e no inciso XVI, alínea 'j;

II- 180 (cento e oitenta) dias para as informações previstas no inciso VI, alíneas 'd' e 'e';

III- Anualmente, para as informações previstas no inciso XII, alíneas 'g' e 'h'.

Parágrafo único. As demais informações deverão ser atualizadas sempre que houver alteração, inclusão ou exclusão de dados.

Art. 5º São responsáveis pela publicação e atualização das informações previstas no artigo 3º desta Resolução:

I- Departamento Administrativo e Legislativo:
a) ¬Inciso I; inciso II; inciso XI, alíneas 'a', 'c' e 'd'; inciso XIII, alínea 'e'; e inciso XVI;
b) Demais informações publicadas no Site Institucional.

II- Departamento Administrativo e Legislativo, ou servidor designado responsável pelo Serviço de Informação ao Cidadão – SIC: inciso XII, alíneas 'a' e 'f';

III- Departamento Financeiro: incisos III, IV, VI e VII;

IV- Setor de Licitação e Compras: incisos VIII, IV e X;

V- Controladoria Interna:
a) Inciso V; inciso XI, alíneas 'b', 'e' e 'f'; inciso XII, alíneas 'g' e 'h'; incisos XIV e XV;
b) Demais informações a serem publicadas no Portal da Transparência.

Parágrafo único. As informações previstas no inciso XIII, alíneas 'a' a 'd' do art. 3º deverão ser disponibilizadas tanto no Site Institucional quanto no Portal da Transparência, observadas as competências previstas nos incisos I e V deste artigo.

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 30 de julho de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

FABÍOLA MERELES
1ª Secretária

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:640BC503

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E PARCERIA Nº: 01/2026

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E PARCERIA

Termo nº: 01/2026
Data de celebração: 28 de julho de 2026

Celebram entre si o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, com base na Resolução nº 185/2026 da Câmara Municipal:

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 77.780.252/0001.05, com sede na Rua Coronel Vida nº 211, Município de Palmeira, Estado do Paraná, doravante denominada **CÂMARA DE PALMEIRA**, representada neste ato por Diego Fabricio Zanetti – Presidente da Câmara Municipal, inscrito sob o CPF de nº 073.632.959-56 e
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE da Prefeitura Municipal de Palmeira, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob nº 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, 134, Município de Palmeira, Estado do Paraná, doravante denominada **INSTITUIÇÃO PARCEIRA**, representada neste ato por Kamila Fernanda de Oliveira Sanson – Secretária Municipal de Saúde, inscrita sob o CPF de nº 089.187.509-35.

CONSIDERANDOS
Considerando que a CÂMARA DE PALMEIRA é poder legislativo do Município, responsável pela função legislativa e fiscalização do Executivo, conforme previsto na Constituição Federal e Lei Orgânica do Município;
Considerando a Resolução nº 185 da Câmara Municipal de Palmeira, publicada em 24/04/2026, que regulamenta o processo de realização de parcerias com outras instituições para aprimorar a qualidade da atuação legislativa municipal;
Considerando que a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE possui competência institucional para desenvolver políticas, programas e ações de promoção da saúde, prevenção de agravos, educação em saúde e atenção integral aos adolescentes, contribuindo para o fortalecimento de iniciativas voltadas à escuta qualificada, ao protagonismo juvenil e à promoção da cidadania; e
Considerando o interesse comum das partes em promover ações integradas de educação em saúde, participação cidadã, escuta qualificada e fortalecimento do protagonismo juvenil, por meio do desenvolvimento do Projeto OuviTeen.

ACORDAM
ARTIGO 1º – OBJETO
O presente Termo de Cooperação técnica tem por objeto firmar parceria entre a CÂMARA DE PALMEIRA e a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, visando proporcionar conhecimentos específicos de auditoria, monitoramento e ouvidoria aos alunos do Programa Parlamento Jovem da Câmara Municipal de Palmeira, de modo que contribuam para a formação da cidadania ativa, promovendo a difusão de conhecimentos e de práticas de participação e de controle social da Secretaria Municipal de Saúde.

ARTIGO 2º – OBJETIVOS ESPECÍFICOS
A cooperação visa alcançar os seguintes objetivos:
I – Capacitar adolescentes eleitos para atuar como ouvidores juvenis;
II – Promover a participação cidadã;
III – Promover o fortalecimento da comunicação entre os jovens e os serviços de saúde;
IV – Proporcionar aos adolescentes conhecimento sobre o funcionamento da Ouvidoria Municipal do SUS;

ARTIGO 3º – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
As atividades a serem desenvolvidas pela INSTITUIÇÃO PARCEIRA compreendem diversas atividades, conforme detalhado no cronograma em anexo, que abrange 2026 e 2027.
O início das atividades do Ouviteen está previsto a partir da posse, em 05 agosto de 2026, com término em junho de 2027.
Em regra, as atividades ocorrerão das 13h30 às 16h30.
O calendário está sujeito a mudanças e adaptações, de modo que o cronograma do Projeto Ouviteen poderá ser adaptado de acordo com a grade curricular do aluno eleito, se necessário.

ARTIGO 4º – COMPROMISSOS DA CÂMARA DE PALMEIRA
A CÂMARA DE PALMEIRA, por intermédio do Programa Parlamento Jovem, se compromete a:
I - Apresentar o projeto Ouviteen para as instituições escolares das quais os ouvidores jovens fazem parte e para os pais/responsáveis;
II - Auxiliar nas atividades elaboradas com todos os integrantes do Parlamento Jovem;
III - Após realização de eleição entre os participantes, indicar por meio de oficio três alunos do Parlamento Jovem para o Projeto Ouviteen;
IV - Garantir boa comunicação entre as partes;
V - Em caso de vacância do cargo, a coordenação do programa deverá indicar outro nome que representará o Parlamento Jovem;
VI - Organizar visita com o grupo de jovens na Secretaria Municipal de Saúde e auxiliar na organização de outras visitas ou participação em eventos com os ouvidores jovens;
VII - Realizar o revezamento do transporte dos integrantes em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde.

ARTIGO 5º – COMPROMISSOS DA INSTITUIÇÃO PARCEIRA
A INSTITUIÇÃO PARCEIRA se compromete a:
I - Desenvolver o calendário de atividades respeitando o período de férias escolares;
II - Elaborar o planejamento pedagógico com atividades com o grupo de parlamentares jovens e, após, com os ouvidores jovens;
III - Indicar dois servidores da Secretaria municipal de Saúde, responsáveis para o acompanhamento das atividades, sendo um deles ocupante de cargo efetivo;
IV - Providenciar o transporte dos alunos que moram em localidades rurais em revezamento com a Câmara Municipal;
V - Providenciar o termo anual de autorização de participação para os pais/responsáveis, constando autorização para uso da imagem e transporte;
VI - Elaborar carta de apresentação do projeto Ouviteen para as instituições escolares das quais os ouvidores jovens fazem parte e para os pais/responsáveis;
VII - Realizar a comunicação com a coordenação do Programa Parlamento Jovem, por escrito e mediante comprovante de

entrega/recebimento, sobre faltas, mal comportamento, entre outras situações pertinentes;
VIII - A coordenação do Projeto Ouviteen deverá, mensalmente, enviar fotos e relatório descritivo sobre as atividades realizadas e o desenvolvimento/comportamento do aluno para a coordenação do Programa Parlamento Jovem, intituições de ensino e para os pais/responsáveis;
IX - Disponibilizar almoço nos dias de atividades para os integrantes que precisarem.

ARTIGO 6º – PRODUTOS E RESULTADOS
Os produtos esperados desta cooperação são:
I – O planejamento, organização e execução conjunta das atividades previstas no Projeto OuviTeen;
II – A realização de ações educativas, palestras, oficinas, rodas de conversa, visitas técnicas e demais atividades voltadas à promoção da saúde, cidadania e protagonismo juvenil;
III – O fortalecimento da escuta qualificada de adolescentes e jovens, contribuindo para a identificação de demandas e para o aprimoramento das políticas públicas municipais;
IV – A produção de materiais educativos, relatórios, registros e demais documentos decorrentes das ações desenvolvidas no âmbito da parceria;
V – O intercâmbio de conhecimentos técnicos entre a Câmara Municipal de Palmeira e a Secretaria Municipal de Saúde, visando ao aperfeiçoamento das ações voltadas à juventude;
VI – O fortalecimento da participação social dos adolescentes e jovens nos espaços de diálogo com o Poder Público;
VII – O desenvolvimento de iniciativas que promovam a prevenção de agravos, a promoção da saúde, a educação em saúde e a formação cidadã da juventude.
Parágrafo único. Os produtos e resultados decorrentes desta cooperação serão acompanhados pelas partes, podendo ser avaliados por meio de relatórios, registros das atividades realizadas, indicadores de participação e demais instrumentos de monitoramento definidos em comum acordo.

ARTIGO 7º – RECURSOS FINANCEIROS
As atividades descritas neste Termo serão realizadas **sem ônus financeiro para nenhuma das partes**, ressalvado o disposto abaixo:
I – A CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA disponibilizará transporte, por meio de veículo oficial, para as atividades ordinárias do Projeto OuviTeen previstas em calendário, em regime de alternância com a Secretaria Municipal de Saúde, responsabilizando-se pelos deslocamentos nos dias previamente definidos sob sua incumbência. Além disso, participará do custeio compartilhado das viagens institucionais que envolverem os integrantes do Projeto Parlamento Jovem, conforme o que dispõe a Resolução nº 182/2026 e a lei municipal nº 3.561/2013, observando-se a disponibilidade orçamentária.
II – A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE arcará com os custos relativos à alimentação (almoço) dos participantes durante as atividades do Projeto OuviTeen e disponibilizará transporte para as atividades ordinárias previstas em calendário, em regime de alternância com a Câmara Municipal, responsabilizando-se pelos deslocamentos nos dias previamente definidos sob sua incumbência.
III – Os custos decorrentes de viagens institucionais que envolvam os integrantes do Projeto Parlamento Jovem, quando vinculadas às ações do Projeto OuviTeen, serão compartilhados entre a Câmara Municipal de Palmeira e a Secretaria Municipal de Saúde, mediante planejamento prévio e disponibilidade orçamentária de cada partícipe.

ARTIGO 8º – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO
I - O presente Termo será publicado no Diário Oficial dos Municípios, com vigência de 28/07/2026 até 28/07/2027 podendo ser prorrogado por acordo expresso de ambas as partes;
II – A prorrogação deverá ser formalmente comunicada com antecedência mínima de 30 dias;
III – Qualquer das partes poderá rescindir este Termo com aviso prévio de 30 dias.

ARTIGO 9º – PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO
I – Os resultados desta cooperação serão divulgados através do site oficial da Câmara municipal e nas mídias sociais de ambas as instituições;
II – A CÂMARA DE PALMEIRA poderá publicar artigos, estudos e relatórios gerados nesta cooperação;
III – Ambas as partes poderão divulgar a realização desta parceria em seus meios de comunicação;
IV – A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE terá direito de ser citada como responsável técnica pelos produtos gerados.
V- O extrato do presente Instrumento será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná pela CÂMARA MUNICIPAL no prazo de até 5 dias após sua assinatura.

ARTIGO 10 – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE
I – As partes se comprometem a manter sigilo sobre informações confidenciais compartilhadas; II – Informações de interesse público não são consideradas confidenciais;
III – Dados pessoais de cidadãos serão protegidos conforme Lei de Proteção de Dados;
IV – Informações sobre gestão interna da CÂMARA DE PALMEIRA serão mantidas em sigilo, salvo decisão em contrário.

ARTIGO 11 – DISPOSIÇÕES FINAIS
I – Este Termo não cria vínculo empregatício ou de dependência entre as partes;
II – Qualquer alteração neste Termo deverá ser formalizada por aditivo assinado por ambas as partes;
III - Os estudantes deverão realizar as atividades conforme calendário elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde, no período da tarde das 13h30 às 16h30, duas vezes ao mês.
IV - A Secretária Municipal de Saúde ficará responsável por realizar a posse e a diplomação dos Ouvidores Jovens. Ao final das atividades realizará a entrega de certificado de participação aos ouvidores, com a respectiva carga horária.
V - A comunicação entre as partes integrantes desse Termo e entre as partes e os pais dos estudantes, será realizada sempre por escrito, por meio de e-mail ou whatsapp.
VI – Para dirimir dúvidas não previstas neste Termo, aplicar-se-ão as normas gerais de direito público;
VII – As partes se submetem à jurisdição da Comarca de Palmeira para resolução de eventuais conflitos.

DATA: 28 de julho de 2026

DIEGO FABRICIO ZANETTI
Presidente da Câmara Municipal

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Secretária Municipal de Saúde

GLAUCIMERI IANTAS THAUPÁ
Diretora de Atenção Secundária em Saúde

KATLEN CRISTINA DE LIMA KOSLOVSKI
Ouvidora SUS

CRONOGRAMA

23/06/2026
Visita dos Parlamentares na Secretaria de Saúde;

Julho - Férias

05/08/2026
Boas vindas Ouviteen - O que é Ouvidoria/Ouviteen

12/08/2026
Visita guiada no TCE - Curitiba

26/08/2026
O que é Vigilância Sanitária?

09/09/2026

Saída e conscientização sobre prevenção ao suicídio (distribuir folder na rua) com parceria com o Caps

23/09/2026
Conhecendo a dispensação de Insumos/ CEM

07/10/2026
Conscientização sobre Outubro Rosa (alguma palestra/visita...algo dinâmico)

21/10/2026
Conhecendo o CEO e como funciona

04/11/2026
Programa Melhor em casa (Visita)

18/11/2026
Um dia na Secretaria de Saúde

02/12/2026
Piquenique e conversa (parceria em um dia na Câmara) Sobre como foram as atividades do ano de 2026

2027

17/02/2027 - Boas Vindas/ Combate as drogas

03/03/2027 - Ouvidoria (divulgar folder e panfletos na rua) "UM DIA SENDO OUVIDOR"

17/03/2027 - Saúde bocal (sugestão Dentista João)

31/03/2027 - Caps e saúde mental

14/04/2027 - Mês voltado a ações sobre autismo

28/04/2027 - Saúde física (pareceria com escola)

12/05/2027 - Unidade de saúde e farmácia

26/05/2027 - Saúde da pessoa idosa (parceria com Cemid)

09/06/2027 - Tudo o que aprendeu no ano/ Despedida

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:738454F4

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N°.57.2026

O Município de Palmeira torna público que às **09:00 do dia 14/08/2026** realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR item, com fundamento na Lei 14.133/2021, **que tem por objeto:**

Aquisição de medicamentos odontológicos.

LOCAL: www.bllcompras.org.br ´´Acesso Identificado no link– BLL Compras´´. Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas– PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br .

31 de julho de 2026

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Autoridade Competente

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:5DEAD8D9

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 56.2026

O Município de Palmeira torna público que às **09:00 do dia 13/08/2026** realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR item, com fundamento na Lei 14.133/2021, **que tem por objeto:**

Aquisição de Material Pétreo (Cascalho britado).

LOCAL: www.bllcompras.org.br ´´Acesso Identificado no link– BLL Compras´´. Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas– PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br .

31 de julho de 2026

MARLON CLEITON GROSS
Autoridade Competente

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:0644A560

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 1.310 DE 31/07/2026 - NOMEIA INTERINAMENTE ASSESSOR ADMINISTRATIVO

Portaria nº 1.310 de 31/07/2026

O Diretor Presidente do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo e,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear interinamente o Técnico Administrativo Lucas Henrique Fonseca, para substituir a Assessora Administrativa, em razão do afastamento temporário da Assessora Administrativa Lana Cristina Silva da Rosa, em razão de férias, conforme o Portaria n° 1.308 de 31 de julho de 2026.

Parágrafo Único– A presente nomeação se dará de forma remunerada, sem prejuízo do exercício do cargo efetivo do servidor interinamente nomeado.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor no dia 03 de agosto de 2026 e os seus efeitos cessarão na data de retorno da servidora em afastamento temporário.

Registre-se e Publique-se.

Sede do RPPS, município de Palmeira, Estado do Paraná, em 31/07/2026.

FRANCINE ALBUQUERQUE CRUZ
Diretora Presidente do RPPS

Publicado por:
Allyne Alves de Paula
Código Identificador:BEF906F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.446 DE 31/07/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$929.000,00

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 6.404/2026

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$929.000,00 (novecentos e vinte e nove mil reais) , e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.216/2025 - Lei Orçamentária Anual e destinada à criação da seguinte dotação orçamentária:

Dotação a ser criada

14.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
14.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Obras e Infraestrutura Urbana
14.001.15.451.0036.1.099. Pavimentação de vias urbanas
531 - 4.4.90.51.00.00 41602 OBRAS E INSTALAÇÕES R$929.000,00

Total: R$929.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o provável excesso de arrecadação, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita

Receita:2.1.1.9.99.0.1.01.00000000 Fonte: 41602 R$929.000,00

Total da Receita: R$929.000,00

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 31 de Julho de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:96CDD055

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.447 DE 31/07/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$87.960,66

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 6.405/2026

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$87.960,66 (oitenta e sete mil e novecentos e sessenta reais e sessenta e seis centavos), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado à criação das seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

07.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária
07.002.00.000.0000.0.000. Departamento de Agricultura e Pecuária
07.002.20.606.0013.1.037. Fortalecimento da Agricultura e Pecuária
172 – 4.4.90.52.00.00 000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$87.960,66

Total Suplementação: R$87.960,66

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

99.000.00.000.0000.0.000. Reserva de Contingência
99.999.00.000.0000.0.000. Reserva de Contingência
99.999.99.999.0099.9.999. Reserva de Contingência
826 - 9.9.99.99.00.00 000 RESERVA DE CONTINGÊNCIA R$87.960,66

Total Redução: R$87.960,66

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 31 de Julho de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:3D33E168

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.448 DE 31/07/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$7.000,00

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelas Leis Municipais nº 6.116/2025 – LDO e nº 6.216/2025 – LOA,

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$7.000,00 (sete mil reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

10.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Educação
10.001.00.000.0000.0.000. Departamento Administrativo
10.001.12.122.0023.2.067. Manutenção das atividades do Departamento de Educação
381 – 3.3.90.31.00.00 – 104 – PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS R$7.000,00

Total Suplementação: R$7.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste decreto, servirá como recurso Anulação de dotação, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

10.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Educação
10.001.00.000.0000.0.000. Departamento Administrativo
10.001.12.122.0023.2.067. Manutenção das atividades do Departamento de Educação
383 – 3.3.90.33.00.00 – 104 – PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO R$7.000,00

Total Redução: R$7.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 31 de Julho de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:94715D63

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LEI Nº 6.404 DE 31/07/2026 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$929.000,00

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

Lei:
Art. 1º - Fica autorizada no corrente exercício a Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$929.000,00 (novecentos e vinte e nove mil reais) , e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.216/2025 - Lei Orçamentária Anual e destinada à criação da seguinte dotação orçamentária:

Dotação a ser criada

14.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
14.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Obras e Infraestrutura Urbana
14.001.15.451.0036.1.099. Pavimentação de vias urbanas
531 - 4.4.90.51.00.00 41602 OBRAS E INSTALAÇÕES R$929.000,00

Total: R$929.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recurso o provável excesso de arrecadação, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita

Receita:2.1.1.9.99.0.1.01.00000000 Fonte: 41602 R$929.000,00

Total da Receita: R$929.000,00

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 31 de Julho de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:16D0F423

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LEI Nº 6.405 DE 31/07/2026 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$87.960,66

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º - Fica autorizada no corrente exercício a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$87.960,66 (oitenta e sete mil e novecentos e sessenta reais e sessenta e seis centavos), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado à criação das seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

07.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária
07.002.00.000.0000.0.000. Departamento de Agricultura e Pecuária
07.002.20.606.0013.1.037. Fortalecimento da Agricultura e Pecuária
172 – 4.4.90.52.00.00 000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$87.960,66

Total Suplementação: R$87.960,66

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recurso anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

99.000.00.000.0000.0.000. Reserva de Contingência
99.999.00.000.0000.0.000. Reserva de Contingência
99.999.99.999.0099.9.999. Reserva de Contingência
826 - 9.9.99.99.00.00 000 RESERVA DE CONTINGÊNCIA R$87.960,66

Total Redução: R$87.960,66

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 31 de Julho de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:A1CF2EE8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DISTRATO DE CONTRATO A PEDIDO – 17/2026 – AUXILIAR DE CUIDADOR EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - PSS – CELIA REGINA SAGAZ

Processo nº. 3634/2026

Distrato nº. 17/2026

Distratante: CELIA REGINA SAGAZ

Matrícula: 601019

Distratada: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

Cargo: AUXILIAR DE CUIDADOR EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - PSS

Regime: C.L.T.

Vencimento: R$ 1.632,84 (Um mil, seiscentos e trinta e dois reais e oitenta e quatro centavos)

Vigência: 04/05/2026 à 03/05/2027

Distrato a partir de: 25/07/2026

Data: 31/07/2026

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:9BD65DAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DISTRATO DE CONTRATO A PEDIDO – 18/2026 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA– PSS – TAMIRES FERNANDA DE LIMA

Processo nº. 3679/2026

PSS nº: 03/2025

Distrato nº. 18/2026

Distratante: TAMIRES FERNANDA DE LIMA

Matrícula: 601032

Distratada: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - PSS

Regime: C.L.T.

Vencimento: R$ 4.952,45 (Quatro mil, novecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e cinco centavos)

Vigência: 03/07/2026 a 18/12/2026

Distrato a partir de: 27/07/2026

Data: 31/07/2026

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:95CE86DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1294/2022

Pelo presente instrumento, de um lado O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ/MF sob o nº 76.179.829/0001-65**, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, neste ato representado pela Secretária Municipal de Gestão Pública, **Sra. Carla Beatriz Turmina, inscrita no CPF/MF sob o n.º 029.704.919-40, a qual foi nomeada como Secretária Municipal de Gestão Pública e Finanças, sendo responsável solidária pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público deste órgão, conforme Decreto Municipal n.º17.882 de 02/01/2025,** doravante denominado **CONTRATANTE,** e **TRICAMP SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrito no **CNPJ/MF sob o nº 32.806.268/0001-01,** com sede localizada na Rua Benjamin Constant, 1154 - Centro – Ponta Grossa/PR neste ato representada pelo **Sr. Ederson Campagnoli**, inscrito no **CPF/MF sob o nº 758.348.559-20,** a seguir denominado **CONTRATADO**, tem entre si, justo e avençado, e celebram através do Processo Digital nº 2852/2026, por força do presente instrumento e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/1993, com as alterações posteriores, o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1295/2022**, mediante a seguinte cláusula e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO: Quanto à vigência do contrato fica ajustada a prorrogação de prazo pelo período de 06 (seis) meses a contar de 01 de agosto de 2026 até a data de 01 de janeiro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE: Por meio do presente Termo Aditivo, fica concedido o reajuste do valor do Contrato nº 1294/2022, *mediante a aplicação da variação acumulada do* **Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC**, **no percentual de 4,327080%**. Em razão do reajuste concedido, o valor do contrato passa de **R$ 1.347,07 (mil trezentos e quarenta e sete reais e sete centavos)** para R$ 1.405,36 **(mil quatrocentos e cinco reais e trinta e seis centavos)**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira/PR, data da assinatura.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:322A5770

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 059/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 059/2026

SÚMULA: Concede Diária(s) à Servidora da Câmara Municipal e dá outras providências.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base nas Leis Municipais nº 1.110/2018 e nº 1.322/2025, resolve CONCEDER diária ao Vereador desta Casa de Leis, conforme especificado abaixo:

Nome da Servidora: INDIANARA DE ANDRADE
Data início: 03/08/2026
Data fim: 06/08/2026
Nº de Diárias:
03 (TRÊS) DIÁRIAS COM PERNOITE DENTRO DO ESTADO
VALOR UNIT. R$ 600,00 (seiscentos reais).
01 (UMA) DIÁRIA SEM PERNOITE DENTRO DO ESTADO
VALOR UNIT. R$ 270,00 (duzentos e setenta reais).
VALOR TOTAL: R$ 2.070.00 (dois mil e setenta reais).
Município de destino/UF: CASCAVEL – PR
Código do IBGE do Município destino: 4104808
Tipo objetivo: Outros objetivos não ligados ao TCE/PR.
Objetivo da viagem: Para Participar do Curso de Licitação para Agentes Públicos: Pregoeiros, Comissão de Contratação e Equipe de Apoio, com Prática no COMPRAS.GOV.BR e Uso da Inteligência Artificial (IA).
Meio de Transporte: Veículo próprio.

Palmital, 31 de julho de 2026.

SALETE APARECIDA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Jairo Jose Menezes
Código Identificador:A6B9F3C7

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
DECRETO Nº 41/2026 - PONTO FACULTATIVO BOM JESUS

DECRETO Nº 41 DE 31 DE JULHO DE 2026.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA NO DIA 07 DE AGOSTO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO CARLOS ROSSI, Prefeito Municipal de Palmital, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 627, de 13 de setembro de 2006, instituiu o dia 06 de agosto como **feriado municipal** em honra ao padroeiro Bom Jesus da comunidade ucraniana da Igreja Bom Jesus, com sede no Município;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 94, de 02 de dezembro de 2025, que fixou o calendário de feriados municipais para o ano de 2026, reconhece o dia 06 de agosto de 2026 (quinta-feira) como feriado do Dia de São Bom Jesus da comunidade ucraniana;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo no dia 07 de agosto de 2026 (sexta-feira) nas repartições públicas municipais da Administração Direta e Indireta.

Art. 2º Em decorrência do contido no artigo anterior, fica suspenso o atendimento ao público na data mencionada no Paço Municipal e demais repartições públicas que não executam serviços de natureza essencial.

Parágrafo Único: Os serviços de urgência atendidos em plantão pela Secretaria de Saúde, os serviços essenciais da Secretaria de Meio Ambiente e Turismo, Coleta de Lixo, continuarão a executar suas atividades necessárias, observadas determinações ou escala do Secretário da pasta.

Art. 3º A Secretaria de Educação seguirá o calendário escolar pré-definido.

Art. 4º A Secretaria de Transporte e Serviços Rodoviários seguirá escala própria definida pela pasta.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palmital, 31 de julho de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danilo Amorim Schreiner
Código Identificador:C7B9B498

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 05/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 05/2026
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2026

O Prefeito do Município de Palmital, Estado do Paraná, **ROBERTO CARLOS ROSSI**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado 02/2026, publicado no Diário Oficial do Município (https://www.diariomunicipal.com.br/amp) e no Portal da Transparência do Município (http://www.palmital.pr.gov.br/portal/portal-concursos) na data de 18/06/2026, observando-se as vagas previstas no Edital e valendo-se da existência de vagas conforme Leis Municipais, **TORNA PÚBLICA A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS HABILITADOS** na função de **PROFESSOR,** relacionados no Anexo I deste edital.

Os convocados deverão comparecer, durante o período de **31/07/2026** (data inicial) **a 05/08/2026** (data final) **das 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:30, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Palmital,** para a entrega dos documentos constantes no anexo II deste edital tudo na forma dos itens 14.2, 14.3, 14.4, 14.5, 14.6, 14.7.

Ficam advertidos os convocados, que o seu não comparecimento no prazo mencionado implicará na perda da classificação e automaticamente o ente público convocará o candidato seguinte.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 31 de julho de 2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

ANEXO I
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 05/2026
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2026

Cargo: **PROFESSOR**
Classificação: 34º – Nome: GISELE FERREIRA SOUZA – Data Nasc.: 08/07/1998

ANEXO I I
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 05/2026
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2026

(Documentação Necessária Para Contratação: original e cópia)

CARTEIRA DE IDENTIDADE;
CADASTRO DE PESSOA FÍSICA – CPF;
TÍTULO DE ELEITOR E COMPROVANTE DE QUITAÇÃO ELEITORAL;
CARTEIRA DE RESERVISTA OU EQUIVALENTE (SOMENTE PARA OS CANDIDATOS DO SEXO MASCULINO);
COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE E DA FORMAÇÃO EXIGIDA PARA O CARGO;
CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS FILHOS MENORES DE 21 ANOS;
CERTIDÃO DE NASCIMENTO;
CERTIDÃO DE CASAMENTO OU UNIÃO ESTÁVEL;
PIS/PASEP (FRENTE E VERSO);
DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR ACÚMULO DE CARGO OU FUNÇÃO PÚBLICA, EXCETO OS PREVISTOS EM LEI;
CÓPIA DA CARTEIRA DE TRABALHO;
COMPROVANTE DE ENDEREÇO;
EXAME ADMISSIONAL;
DEMAIS DOCUMENTOS QUE O MUNICÍPIO VIER A EXIGIR.

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:616C6EDA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
ATO 4937

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE

Nomear, a partir de 03 de agosto de 2026, **VITOR GABRIEL VICENTE DA SILVA** para o cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar III, Símbolo DAS-1C, desta Câmara Municipal, conforme Artigo 5.° da Lei n° 4.671/2026, a pedido protocolado sob o n.º 54.235/2026 do Vereador Irineu José da Cruz Alves, em cujo Gabinete ficará lotado o servidor.

PARANAGUÁ, PALÁCIO CARIJÓ, em 31 de julho de 2026.

ADALBERTO MARCOS DE ARAÚJO
Presidente

Publicado por:
Danielle Alves da Costa
Código Identificador:5053DBA1

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO FRACASSADA

Processo Administrativo nº 28.942/2026
Dispensa de Licitação nº 5/2026
A Câmara Municipal de Paranaguá torna público que a fase de seleção da **Dispensa de Licitação nº 5/2026**, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento, sob demanda, de **Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, gás de cozinha, acondicionado em botijão P13, de 13 kg**, foi declarada **fracassada**, em razão da ausência de propostas adicionais durante o prazo de

divulgação e da impossibilidade de contratação das empresas inicialmente consideradas, por ausência de atendimento integral às condições de habilitação exigidas no procedimento.
Fica autorizada a abertura de nova dispensa de licitação, com aproveitamento dos atos válidos da fase interna do Processo Administrativo nº 28.942/2026, bem como a republicação do aviso de dispensa, nos termos do art. 75, inciso II e § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Paranaguá/PR, 30 de julho de 2026.

ADALBERTO MARCOS DE ARAÚJO
Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá

Publicado por:
Rogerio Hainocz da Veiga
Código Identificador:ECF0B0DD

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
PORTARIA N.º 51/2026

PORTARIA N.º 51/2026

> "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de coleta, transporte externo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), classificados nos Grupos A (resíduos com possível presença de agentes biológicos), B (resíduos contendo substâncias químicas) e E (materiais perfurocortantes ou escarificantes), gerados pela Central de Regulação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, administrada pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA)".

O Presidente do CISLIPA no uso de suas atribuições legais, considerando o art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o Processo Administrativo n.º 196/2026, Dispensa 03/2026 resolve:

Artigo 1º. Designar a servidora **ELOINA DE FATIMA BUENOS - CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM** como fiscal do contrato abaixo discriminado, com prazo de vigência de 12 meses e /ou enquanto o contrato estiver vigente, contados a partir da data de sua assinatura.

DADO DO CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO n.º 09/2026
Contratada: **PROATIVA AMBIENTAL GESTÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SAÚDE LTDA**
CNPJ: 12.012.504/0001-00
Objeto: "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de coleta, transporte externo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), classificados nos Grupos A (resíduos com possível presença de agentes biológicos), B (resíduos contendo substâncias químicas) e E (materiais perfurocortantes ou escarificantes), gerados pela Central de Regulação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, administrada pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA".
Valor total do Contrato12.150,00 (Doze mil Cento e Cinquenta Reais)
Artigo 2º. A Fiscal do Contrato, ora designada, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14133/21, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá, ainda, no que for compatível com a Dispensa, em execução:
I – Ler minuciosamente o edital e a Ata de Registro de Preços.
II – Acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
III – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
IV – Controlar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços sob sua responsabilidade;
V – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor da Ata de Registro de Preços não seja ultrapassado;
VI – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
VII – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca da Ata de Registro de Preços sob sua responsabilidade;
VIII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
IX – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
X – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no Termo de Referência, edital e Ata de Registro de Preços;
XI – Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XII – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual

Artigo 3º.A Diretoria Administrativa disponibilizará ao Fiscal designado, cópia do Contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Artigo 4º. Os documentos mencionados no art. 3º e 4º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital.

Artigo 5º. Fica garantido aos Fiscais amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo e de licitação/dispensa/inexigibilidade de licitação relativos aos Contratos sob sua fiscalização.

Artigo 6°. O prazo de vigência desta portaria se dará enquanto perdurarem os contratos originários /ou o credenciamento.

Paranaguá, 31 de julho de 2026.

ADRIANO RAMOS
Presidente do CISLIPA

Publicado por:
Cecilia Ferreira Leal
Código Identificador:9CA6F197

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA 114/2026 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº 114/2026

A DIRETORA PRESIDENTE DO PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas conforme a Lei Complementar 053 de 13 de outubro de 2006, e no Decreto nº 630 de 06 de março de 2025, tendo em vista o contido no protocolado sob nº 8.097/2025,

RESOLVE Conceder o benefício **APOSENTADORIA POR INVALIDEZ INTEGRAL (MAGISTÉRIO)**

NOME DO SEGURADO: **SANDRA DO ROCIO GUIMARÃES RECH**

CARGO OCUPADO: **PROFESSORA – PROFE20N11-1**

IDENTIDADE:	CPF:	MATRÍCULA:	FUNDO:
1.182.204-5	720.882.579-34	12381-01	Previdenciário Pprev

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal nº 053 de 06 de outubro de 2006, Decreto 1.730, de 14 de março de 2007, Decreto 2.378 de 25 de março de 2008, Orientação Normativa MPAS/SPS nº 02, Lei Federal 10.877 de 18 de junho de 2004 e Artigo 40, § 1º, inciso I da CF.

FORMA DE CÁLCULO: RP - Regra Permanente – Invalidez Integral (Magistério), Artigo 40, §1º, inciso I da CF. Proventos integrais à aplicação da média aritmética simples dos 80% maiores salários de contribuição efetuados a partir de julho/1994. Limitado ao teto da última remuneração de contribuição do servidor.

VALOR DO PROVENTO: R$ 3.902,83 (Três mil, novecentos e dois reais e oitenta e três centavos) – Demonstrativo em respeito à ON do TCE/PR nº 069/2012.

PROCESSO Nº:	REQUERIDO EM:	INÍCIO:
8101/2025	12/02/2025	10/06/2026
ÓRGÃO DE ORIGEM:	**CNPJ:**	
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ	76.017.458/0001-15	

PARANAGUÁ, 10 de junho de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

***Republicado por incorreção**

Publicado por:
Adriana Mendes Rodrigues
Código Identificador:8CC9C899

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13/2026

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13/2026

Orienta a aplicação das avaliações internas e externas, regulamenta a Avaliação Diagnóstica Municipal – AVAGUÁ e estabelece procedimentos para avaliação das aprendizagens, monitoramento pedagógico, recomposição das aprendizagens e gestão dos resultados na Rede Municipal de Ensino de Paranaguá.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL DE PARANAGUÁ, no uso das atribuições que lhe confere a legislação municipal;

CONSIDERANDO os artigos. 205, 206, 208 e 211 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que institui o Plano Nacional de Educação;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), especialmente as condicionalidades para complementação VAAR;

CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular – BNCC;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 21.323/2022, que institui o Programa Educa Juntos;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.556/2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 12.391/2025, que institui o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 5/2009 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CP nº 2/2017 que trata sobre a BNCC;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.709/2018 - LGPD;

CONSIDERANDO o Plano Municipal de Educação;

CONSIDERANDO o Currículo Municipal de Paranaguá;

CONSIDERANDO as Deliberações e Pareceres do Conselho Municipal de Educação de Paranaguá.

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a cultura de avaliação, monitoramento e melhoria contínua da aprendizagem;

CONSIDERANDO a necessidade de institucionalizar mecanismos permanentes de acompanhamento pedagógico, monitoramento de indicadores educacionais e gestão por resultados;

RESOLVE expedir a presente Instrução Normativa, que regulamenta os procedimentos relativos à Avaliação Diagnóstica Municipal – AVAGUÁ, às avaliações internas e externas, ao monitoramento pedagógico, à Recomposição das Aprendizagens e à utilização dos resultados educacionais na Rede Municipal de Ensino de Paranaguá.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º_Esta Instrução Normativa regulamenta os procedimentos relativos à avaliação das aprendizagens, monitoramento pedagógico e Recomposição das Aprendizagens da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá.

Art. 2º_ Esta Instrução Normativa aplica-se a todas as unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá, observadas as normas do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 3º_A execução desta Instrução Normativa observará os princípios da:

I – Garantia do direito à aprendizagem;
II – Equidade;
III – Inclusão;
IV – Gestão Democrática;
V – Transparência;
VI – Eficiência administrativa;
VII – Evidências educacionais;
VIII – Avaliação contínua;
IX – Melhoria permanente da qualidade da educação.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 4º_Constituem objetivos desta Instrução Normativa:

I – Assegurar o direito de aprender;
II – Monitorar continuamente o desenvolvimento das aprendizagens;
III – Identificar precocemente dificuldades de aprendizagem;
IV –Orientar a Recomposição das Aprendizagens;
V – Subsidiar o planejamento pedagógico;
VI – Fortalecer a alfabetização;
VII – Reduzir desigualdades educacionais;
VIII – Apoiar a tomada de decisão baseada em evidências;
IX – Promover a melhoria contínua dos indicadores educacionais;
X – Fortalecer a gestão pedagógica das unidades escolares.

Art. 5º_Os procedimentos regulamentados por esta Instrução Normativa destinam-se ao acompanhamento dos seguintes aspectos educacionais:

I – Aprendizagem;
II – Alfabetização;
III – Frequência escolar;
IV – Permanência;
V – Recomposição das Aprendizagens;
VI – Avaliações externas;
VII – Cumprimento das metas educacionais;

VIII – Desempenho das unidades escolares.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Art. 6º_ Integram os instrumentos de avaliação:

I – AVAGUÁ;
II – Avaliações Diagnósticas;
III – Avaliações Formativas;
IV – Avaliações Processuais;
V – Avaliações Trimestrais;
VI – Avaliações de Fluência Leitora;
VII – Plataforma Criança Alfabetizada;
VIII – Programa Educa Juntos;
IX – Prova Paraná;
X – Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB;
XI – Demais avaliações instituídas pela União, Estado ou Município.

Art. 7º_ A consolidação, análise e acompanhamento dos indicadores serão coordenados pelo Departamento Pedagógico da SEMEDI, em articulação com:

I – Supervisoras Pedagógicas da SEMEDI;
II – Diretores Escolares;
III – Professores Pedagogos;
IV – Professores Regentes;
V – Articuladores Municipais dos Programas Educacionais.

Art. 8º_ Todos os resultados das avaliações integrarão os indicadores educacionais da Rede Municipal de Ensino para planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas da Rede Municipal.

CAPÍTULO IV
DA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA MUNICIPAL – AVAGUÁ

Art. 9º_ A Avaliação Diagnóstica Municipal – AVAGUÁ constitui instrumento oficial da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá destinado ao diagnóstico das aprendizagens dos estudantes e ao planejamento das ações de Recomposição das Aprendizagens, acompanhamento e melhoria do ensino.

Art. 10_ São objetivos da AVAGUÁ:

I – Identificar habilidades consolidadas;
II – Identificar defasagens de aprendizagem;
III – Subsidiar o planejamento pedagógico;
IV – Orientar intervenções pedagógicas;
V – Produzir indicadores educacionais;
VI – Acompanhar a evolução das aprendizagens;
VII – Subsidiar o planejamento e a gestão educacional da Rede Municipal
VIII – Usar os resultados para aprimorar o ensino e reflexões sobre a prática de sala de aula;
IX – Subsidiar formações continuadas para atingir os objetivos das avaliações para os professores da rede.

Art. 11_ A AVAGUÁ será aplicada:

I – No início do ano letivo;
II – Conforme cronograma anual estabelecido pela SEMEDI;
III – Sempre que houver necessidade de monitoramento extraordinário.

Art. 12_ A AVAGUÁ observará:

I – BNCC;
II – Referencial Curricular do Paraná;
III – Currículo Municipal;
IV – Matrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Art. 13_ Os resultados da AVAGUÁ serão utilizados exclusivamente para fins pedagógicos, sendo vedada qualquer forma de classificação pública ou ranqueamento de estudantes.

CAPÍTULO V
DAS AVALIAÇÕES INTERNAS

Art. 14_ As avaliações internas constituem responsabilidade das unidades escolares e possuem caráter diagnóstico, formativo e processual.

Art. 15_ As avaliações deverão:
I – Considerar as habilidades previstas no Currículo Municipal;
II – Utilizar instrumentos diversificados;
III – Privilegiar a avaliação contínua;
IV – Orientar o replanejamento docente e as ações para a Recomposição das Aprendizagens.

Art. 16_ As escolas realizarão avaliações diagnósticas periódicas, avaliações formativas e avaliações trimestrais, observando o Currículo Municipal, o Regimento Escolar e as orientações expedidas pela SEMEDI.

CAPÍTULO VI
DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS

Art. 17_ A participação nas avaliações externas instituídas pelo Ministério da Educação, pelo Governo do Estado do Paraná e pela SEMEDI observará a legislação específica e os atos normativos que disciplinarem cada avaliação.

Art. 18_ Integram as avaliações externas:
I – Plataforma Criança Alfabetizada;
II – Avaliação de Fluência Leitora;
III – Programa Educa Juntos;
IV – Prova Paraná e Prova Paraná Mais, quando aplicável;
V – SAEB;
VI – Demais avaliações oficiais.

Art. 19_ Compete às unidades escolares assegurar:
I – Promover ampla participação dos estudantes elegíveis, adotando medidas para reduzir ausências e registrar as justificativas quando houver impossibilidade de participação.;
II – Organização logística;
III – Integridade da aplicação;
IV – Fidedignidade das informações prestadas.

Art. 20_ A SEMEDI promoverá estudos técnicos dos resultados das avaliações externas e encaminhará devolutivas pedagógicas às unidades escolares, orientando a elaboração de planos de intervenção pedagógica e Recomposição das Aprendizagens.

CAPÍTULO VII
DA AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 21_ Na Educação Infantil, nos termos do art. 31 da Lei nº 9.394/1996, a avaliação terá caráter processual, contínuo, formativo e qualitativo, sem objetivo de promoção, retenção ou classificação.

Art. 22_ A avaliação observará:
I – Os direitos de aprendizagem;
II – Os campos de experiência previstos na BNCC;
III – O Referencial Curricular do Paraná;
IV – O Currículo Municipal;

Art. 23_ Constituem instrumentos de avaliação da Educação Infantil:
I – Observação sistemática;
II – Registros pedagógicos;
III – Portfólios;
IV – Pareceres descritivos;
V – Documentação pedagógica.

CAPÍTULO VIII
DA AVALIAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 24_ A avaliação da aprendizagem no Ensino Fundamental observará os princípios da continuidade, diagnóstica, formativa, processual e cumulativa, considerando o desenvolvimento integral do estudante.
Art. 25_ Os resultados das avaliações deverão subsidiar:
I – O planejamento docente;
II – O Plano de Recomposição das Aprendizagens;
III – O Conselho de Classe;
IV – O acompanhamento dos Supervisores Pedagógicos da SEMEDI;
V – Ações de replanejamento pedagógico e Recomposição das Aprendizagens no âmbito das unidades de ensino.

Art. 26_ Os estudantes que apresentarem dificuldades de aprendizagem deverão ser incluídos em ações de Recomposição das Aprendizagens, acompanhamento pedagógico e intervenções específicas, conforme os protocolos e orientações expedidos pela SEMEDI.

CAPÍTULO IX
DO MONITORAMENTO PEDAGÓGICO

Art. 27_ O Monitoramento Pedagógico constitui processo contínuo de acompanhamento das ações educacionais desenvolvidas pelas unidades escolares, visando assegurar a melhoria da aprendizagem e o alcance das metas educacionais.

Art. 28_ O monitoramento compreenderá:
I – Visitas técnicas;
II – Reuniões pedagógicas;
III – Análise dos indicadores educacionais;
IV – Acompanhamento dos planos de ação;
V – Observação das práticas pedagógicas;
VI – Análise dos resultados das avaliações;
VII – Devolutivas técnicas.

Art. 29_ As unidades escolares deverão implementar as recomendações constantes nos relatórios técnicos, apresentando evidências de sua execução nos prazos estabelecidos pela SEMEDI, quando aplicável.

Art. 30_ Os resultados do monitoramento subsidiarão:
I – O planejamento institucional;
II – A formação continuada;
III – a definição das metas.

CAPÍTULO X
DOS INDICADORES EDUCACIONAIS

Art. 31_ Serão considerados, entre outros, os seguintes indicadores:
I – Alfabetização;
II – Fluência leitora;
III – Frequência escolar;
IV – Permanência;
V – Recomposição das Aprendizagens;
VI – Participação nas avaliações externas;
VII – Desempenho por escola;
VIII – Desempenho por turma;
IX - Evolução das aprendizagens dos estudantes.;
X – Indicadores do Plano Municipal de Educação;
XI – Indicadores relacionados às condicionalidades do VAAR.

Art. 32_ As metas serão definidas considerando:
I – Os resultados da AVAGUÁ;
II – Os resultados das avaliações externas;
III – O diagnóstico institucional;
IV – As prioridades estabelecidas pela SEMEDI;
V – As metas nacionais e estaduais.

Art. 33_ Os indicadores serão acompanhados, consolidados e analisados pela Equipe de Ensino da SEMEDI.

CAPÍTULO XI
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 34_ Compete à Equipe de Ensino da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral:
I – Coordenar a implementação das políticas educacionais no âmbito da avaliação das aprendizagens;
II – Apoiar as unidades de ensino e estabelecer metas;
III – Acompanhar o currículo e os indicadores;
IV – Promover formação continuada;
V – Supervisionar a execução desta Instrução Normativa.
VI – Organizar a aplicação da AVAGUÁ;
VII – Analisar indicadores;
VIII – Realizar visitas técnicas;
IX – Emitir devolutivas pedagógicas e elaborar orientações pedagógicas;
X – Acompanhar os planos de intervenção;
XI – Elaborar relatórios gerenciais;
XII – Monitorar as metas educacionais.

Art. 35_ Compete às Direções Escolares:
I - Assegurar a execução desta Instrução Normativa;
II - Organizar a aplicação das avaliações;
III - Acompanhar indicadores da escola;
IV - Garantir o cumprimento dos planos de ação;
V - Promover reuniões pedagógicas;
VI - Assegurar formação continuada em serviço.

Art. 36_ Compete ao Professor Pedagogo:
I - Acompanhar e orientar a aplicação das avaliações;
II - Orientar estudantes, famílias e professores;
III - Elaborar orientações pedagógicas aos professores;
IV - Acompanhar os planos de intervenção;
V - Assessorar os professores na elaboração dos Planos de Recomposição;
VI - Identificar e acompanhar estudantes com defasagem;
VII - Organizar formação continuada em serviço.

Art. 37_ Compete ao Professor Regente:
I - Realizar as avaliações;
II - Registrar evidências;
III- Identificar e utilizar estratégias diferenciadas aos estudantes que apresentarem defasagem;
IV - Elaborar intervenções pedagógicas para as aulas;
V - Elaborar e executar o Plano de Recomposição no tempo previsto;
VI - Acompanhar a evolução dos estudantes;
VII - Registrar as intervenções pedagógicas nos instrumentos oficiais.

Art. 38_ Os resultados consolidados das avaliações poderão subsidiar relatórios institucionais e outros instrumentos preservando a identidade dos estudantes, observado o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 39_ As unidades escolares deverão observar integralmente as disposições desta Instrução Normativa, promovendo sua ampla divulgação junto às equipes gestoras, professores e demais profissionais da educação.
Art.40_ A SEMEDI expedirá orientações complementares, manuais operacionais, formulários e instrumentos necessários à execução desta Instrução Normativa.

Art.41_ Esta Instrução Normativa poderá ser revisada periodicamente, considerando alterações na legislação, nos indicadores educacionais e nas políticas públicas de educação.

Art. 42_ Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 43_ Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, 10 de julho de 2026.

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral
Decreto nº 1.443/2025

CARLA RENATA TELLES
Supervisora Especial em Gestão Pedagógica
Portaria nº 1.838/2026

Publicado por:
Luciane Godoy Bonafini
Código Identificador:F00A1CE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14/2026

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14/2026

Dispõe sobre a aplicação da Avaliação Diagnóstica em larga escala de Paranaguá (AVAGUÁ), bem como a recomposição da aprendizagem aos alunos da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL/SEMEDI, no uso de suas atribuições legais e
CONSIDERANDO:
- a Lei Federal nº 9394/ 1996, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

- a Resolução nº 04/2010-CNE/CEB, que define as diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;

- a necessidade da coleta de informações significativas sobre a aprendizagem dos alunos da Rede Municipal de Ensino;
a aplicação de instrumentos que subsidiem o mapeamento e análise dos dados da aprendizagem;

- a importância de avaliar a aprendizagem dos alunos de acordo com a BNCC e com o Currículo Municipal de Paranaguá;

- a avaliação diagnóstica em larga escala, além de contabilizar frequência, também identifica as fragilidades de aprendizagem que precisam ser melhoradas.

RESOLVE
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Instituir a Avaliação Diagnóstica em larga escala de Paranaguá (AVAGUÁ) para os estudantes da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá, buscando o conhecimento da trajetória da aprendizagem escolar, auxiliando para a diminuição da desigualdade de aprendizado, do abandono e da evasão escolar. A AVAGUÁ deverá ser aplicada seguindo o cronograma definido pela SEMEDI.

Art.2º A AVAGUÁ constitui-se numa avaliação censitária, de larga escala, a ser aplicada no Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, obrigatoriamente por todas as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá com a finalidade de:
I – Identificar aprendizagens consolidadas e habilidade em desenvolvimento;
II – Diagnosticar defasagens de aprendizagem;
III- Subsidiar o planejamento pedagógico
IV- Orientar a recomposição das aprendizagens;
V- Monitorar a evolução dos estudantes;
VI – Promover a equidade educacional.

Art.3º A AVAGUÁ será realizada através de 02 (dois) instrumentos: Prova Escrita: Língua Portuguesa e Matemática e Avaliação de Fluência Leitora. A avaliação será pautada no Currículo Municipal de Paranaguá, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nas Matrizes de referência do CNCA (Compromisso Nacional Criança Alfabetizada).

Art.4º A primeira aplicação da AVAGUÁ do ano letivo terá caráter diagnóstica e subsidiará as ações de recomposição das aprendizagens do primeiro trimestre. A segunda aplicação será de caráter formativo, observando o processo de ensino-aprendizagem.

Art.5º Caberá a Equipe Gestora adotar as providências necessárias para o êxito da aplicação da AVAGUÁ, no que se refere a:
l- ampla divulgação da aplicação da AVAGUÁ: Prova Escrita e Fluência Leitora a toda a comunidade escolar.
ll- organização dos espaços e horários de aplicação da Prova Escrita;
lll- garantia de que os alunos tenham os materiais escolares apropriados, tais como: lápis, borracha e apontador;
lV- guarda, segurança e sigilo das provas que integram essas avaliações.

Art.6º Caberá à SEMEDI e equipe pedagógica das escolas direção/coordenação e professores, a análise dos dados da AVAGUÁ, a fim de realizar as devidas interferências para sanar as fragilidades sinalizadas.

Art.7º A partir dos dados mapeados pela AVAGUÁ, a equipe pedagógica realizará uma devolutiva aos professores das unidades escolares, apresentando e analisando os resultados para orientar o planejamento das ações pedagógicas. Na sequência será traçado um plano de ação e intervenção para recomposição da aprendizagem e superação de defasagem no processo de ensino e aprendizagem.

Da Avaliação Diagnóstica em larga escala de Paranaguá da Fluência Leitora e escrita - AVAGUÁ

Art.8º A AVAGUÁ, composta pela Fluência Leitora e Escrita, é uma avaliação que será aplicada obrigatoriamente em todas as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá, PR, que ofertam as séries do Ensino Fundamental

Art.9º Com base nos resultados da AVAGUÁ, será possível identificar as habilidades já consolidadas e os pontos de fragilidade em um determinado momento do processo de escolarização.

Art.10 É fundamental destacar que os dados coletados pela AVAGUÁ devem ser utilizados para orientar ações que promovam o desenvolvimento dos estudantes, e não para classificá-los ou categorizá-los.

Art.11 Os dados da Fluência em Leitura serão divulgados em:
I. Pré-Leitor: Não consegue realizar a leitura oral contínua. Apresenta dificuldades severas na decodificação.
II. Leitor Iniciante: Lê um número menor de palavras corretamente dentro dos 60 segundos do teste.
III. Leitor Fluente: Consegue ler as sequências textuais e o número estipulado de palavras corretamente no tempo limite (ex: acima de 65 palavras por minuto) com excelente precisão e prosódia (ritmo e entonação).

Art.12 A divulgação dos resultados da AVAGUÁ será realizada pela equipe pedagógica aos Professores, para análise e apropriação dos resultados das avaliações de Fluência Leitora e de Escrita para a proposição de um plano de ação visando a melhoria no Ensino e Aprendizagem.

Art.13 A SEMEDI utilizará dados expressos em gráficos, instrumento de gestão pedagógica com objetivo de apresentar e acompanhar o processo de aprendizagem de todos os alunos da rede Municipal de Ensino de Paranaguá.

CAPÍTULO II
DA RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Art.14 A recomposição das aprendizagens consiste no conjunto de ações pedagógicas planejadas para superar as defasagens identificadas pela AVAGUÁ.
Art.15 São objetivos da Recomposição:
l- Promover educação de qualidade para os estudantes da rede pública por meio de ações conjuntas com os municípios.
ll- Priorizar a melhoria da aprendizagem dos estudantes matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública de ensino, propondo práticas pedagógicas que assegurem aos estudantes um percurso contínuo ao longo de todas as etapas da Educação Básica.

lll- Promover medidas que assegurem a integração da etapas da Educação Básica para evitar ruptura no processo educacional do estudante, garantindo-lhe a autonomia e o desenvolvimento integral.

lV- Direcionar as ofertas de formação continuada aos profissionais de educação da rede municipal de ensino, como processo permanente e constante de aperfeiçoamento da prática pedagógica, de forma a assegurar ensino de qualidade aos estudantes da rede pública.

V- Disponibilizar material de apoio pedagógico para as redes municipais de ensino pelo Programa Educa Juntos.

Art.16 Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral
Decreto nº 1443/2025

CARLA RENATA TELLES
Supervisor Especial em Gestão Pedagógica
Portaria n°1838/2026

FLÁVIA S. DE SOUZA BATISTA
Chefe do Ensino Fundamental
Portaria nº 1838/2026

KELLEN DE ALMEIDA ARAUJO
Chefe de Educação do Campo
Portaria nº 2304/2026

Checklist de Monitoramento da AVAGUÁ

Período/ Ciclo:
_____

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

Unidade Escolar	
Código INEP	
Diretor(a)	
Pedagogo(a)	
Professor(a)	
Turma / Ano	
Data do Monitoramento Pedagógico	
Supervisor(a) Pedagógico(a)	

2. CONTROLE DE APLICAÇÃO

Critérios	**Sim**	**Parcialmente**	**Não**
Aplicação de avaliação diagnóstica			
Plano de recomposição elaborado			
Percentual de participação			
Percentual de alunos abaixo do básico			
O professor (a) tem acesso aos dados do CNCA?			
O professor(a) faz a entrega do planejamento no prazo?			
Problemas encontrados na aplicação e possíveis soluções:			
Observações:			

3. PLANO DE AÇÃO
Intervenções
_____

Definição de metas
_____

Estratégias de intervenção
_____

Supervisor(a) Pedagógico(a): _____
Direção Escolar: _____
Coordenação Pedagógica: _____
Professor(a): _____
Data: ____/____/_____

Publicado por:
Luciane Godoy Bonafini
Código Identificador:50DCA94F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.000

DECRETO Nº 2.000

"Nomeia Vanessa Custodio Nascimento para o cargo que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta da Lei Municipal Complementar nº 349/2026, resolve,

NOMEAR,

de acordo com o inciso II do artigo 11 da Lei Complementar nº 046, de 11 de maio de 2006, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), VANESSA CUSTODIO NASCIMENTO, para exercer o cargo isolado de provimento em comissão de Coordenador, Símbolo DAS-3, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria, a partir de 03 de agosto de 2026.

A servidora nomeada deverá comparecer no prazo de 10 (dez) dias úteis ao Departamento de Recursos Humanos para apresentação de documentos e emissão da Ordem de Serviço, sendo a data da Ordem de Serviço considerada como a data de admissão.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 21 de julho de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Republicado por Incorreção

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:7B758EEB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.042

DECRETO Nº 2.042

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 158.000,00 (cento e cinquenta e oito mil reais)."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal nº 4.634 de 27 de Novembro de 2025 art. 7º, incisos, I, II, III, IV, e de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1.964, Art. 43, § 1º, Incisos I, II e III,

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 158.000,00 (cento e cinquenta e oito mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR	
Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral	
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario
11.001	
Funcional Programática:	**Atividade:**
11.001.0012.0361.0016.2080	Manutenção, Conservação, Remuneração dos profissionais do magistério e contratação de profissionais da área da psicologia e assistência social para as Escolas do Ensino Fundamental. Assegurar o pagamento das despesas essências a Educação, com Manutenção, Manutenção do Auxílio Alimentação, equipamentos, serviços e folha de pagamento, em atendimento a Lei n° 13.935/2019. e outras demandas.

Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01107 - MDE/Salário Educação (BB 25.229-8)	R$ 158.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 158.000,00		

Art. 2° Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente ou totalmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral		
Unidade Orçamentária: 11.002	Superintendência de Políticas Educacionais	
Funcional Programática: 11.002.0012.0361.0016.2339	Atividade: Garantir a oferta de alimentação escolar de qualidade, nutritiva e segura para todos os alunos matriculados na rede pública municipal, contribuindo para o seu desenvolvimento físico e intelectual.	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01107 - MDE/Salário Educação (BB 25.229-8)	R$ 158.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R$ 158.000,00		

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 31 de julho de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:2378AEEF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 03 AO CONTRATO N° 082/2025
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS PASTEUR DE PARANAGUÁ CNPJ: 79.622.460/0001-01

EXTRATO DE ADITIVO 03 AO CONTRATO N° 082/2025
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS PASTEUR DE PARANAGUÁ
CNPJ: 79.622.460/0001-01

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS PASTEUR DE PARANAGUÁ

Data: 03/08/2026

Objeto: Aditivo 03 ao Contrato nº **082/2025**. "Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato originário, mencionado no preâmbulo por mais **04 (QUATRO) MESES** contados a partir de **25 DE JULHO DE 2026**, devendo encerrar-se no dia **24 DE NOVEMBRO DE 2026**, conforme autorização, pareceres e anexos constantes do processo administrativo mencionado."

Prazo de Vigência: 04 (quatro) meses.
Pregão Eletrônico n°: 016/2024
Processo Administrativo n°: 47809/2026

Valor: R$ 810.450,28 (oitocentos e dez mil, quatrocentos e cinquenta reais e vinte e oito centavos).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO
WAGNER QUERINO DO NASCIMENTO
JÚLIO DE SOUZA OLIVEIRA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:AD3A34E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 04 AO CONTRATO N° 028/2023
LIGGA SERVIÇOS EM TELECOM S.A. CNPJ: 65.649.511/0001-84

EXTRATO DE ADITIVO 04 AO CONTRATO N° 028/2023
LIGGA SERVIÇOS EM TELECOM S.A.
CNPJ: 65.649.511/0001-84

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
LIGGA SERVIÇOS EM TELECOM S.A.

Data: 03/08/2026

Objeto: Aditivo 04 ao Contrato nº **028/2023**. "O CONTRATANTE, após a verificação e certificação, nos autos, do atendimento às condicionantes constantes do Parecer Jurídico nº 303/2026, **reconhece e anui expressamente à cessão da posição contratual** decorrente da reorganização societária da empresa LIGGA TELECOMUNICAÇÕES S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.368.865/0001-66, atualizando a titularidade do Contrato Administrativo nº 028/2023 para a empresa LIGGA SERVIÇOS EM TELECOM S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 65.649.511/0001-84, que passa a ocupar a posição de CONTRATADA e assume, por cessão, integralmente a contratada originária em todos os direitos, obrigações, responsabilidades, garantias e encargos decorrentes da contratação."

Pregão Eletrônico n°: 105/2022
Processo Administrativo n°: 52158/2026

Assinaturas:
CLEVERSON DOS SANTOS FERREIRA
DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO
THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
PAULO CELSO WEIGERT LOBO
SÓCRATES GONÇALVES DOS REIS GOMES

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:0EB9D8A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 06 AO CONTRATO N° 149/2022 CS BRASIL FROTAS S.A CNPJ: 27.595.780/0001-16

EXTRATO DE ADITIVO 06 AO CONTRATO N° 149/2022
CS BRASIL FROTAS S.A
CNPJ: 27.595.780/0001-16

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
CS BRASIL FROTAS S.A

Data: 03/08/2026

Objeto: Aditivo 06 ao Contrato nº **149/2022**. "Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato originário, mencionado no preâmbulo por mais **02 (DOIS) MESES** contados a partir de **29 DE JULHO DE 2026**, devendo encerrar-se no dia **28 DE SETEMBRO DE 2026**, conforme autorização, pareceres e anexos constantes do processo administrativo mencionado."

Prazo de Vigência: 02 (dois) meses.
Pregão Eletrônico n°: 045/2022
Registro de Preços n°: 029/2022
Processo Administrativo n°: 42175/2026

Valor: **R$ 23.827,52 (vinte e três mil, oitocentos e vinte e sete reais e cinquenta e dois centavos).**

Empenho: **Conforme Dotação Orçamentária.**

Assinaturas:
THIAGO THEMANSKI CAMPOS
PAULO ROBERTO TEIXEIRA
JOÃO BOSCO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:6070D579

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE APOSTILAMENTO 01 AO CONTRATO N° 059/2025 PORTO MARINA OCEANIA SERVIÇOS DE ATRACADORES EIRELI CNPJ: 01.048.690/0001-11

EXTRATO DE APOSTILAMENTO 01 AO CONTRATO N° 059/2025
PORTO MARINA OCEANIA SERVIÇOS DE ATRACADORES EIRELI
CNPJ: 01.048.690/0001-11

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
PORTO MARINA OCEANIA SERVIÇOS DE ATRACADORES EIRELI

Data: 03/08/2026

Objeto: **Apostilamento 01 ao Contrato nº 059/2025.** "O presente Instrumento tem como objetivo a adequação através da inclusão da seguinte Dotação Orçamentária, com o valor total de **R$ 68.880,00 (sessenta e oito mil e oitocentos e oitenta reais)**, realizada pela Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral ao Aditivo 01 do Contrato n° 059/2025:

Ref. 567 – Ação 2080 – Elemento 33390391000 – Vínculo 1103

Art. 136, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21."

Inexigibilidade de Licitação n°: 019/2025
Processo Administrativo n°: 50706/2026

Assinaturas:
THIAGO CASAS DO NASCIMENTO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:8182DBE8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ 2º AVISO DE SUSPENSÃO PE Nº 028/2026 – SRP Nº 020/2026 PROCESSO Nº 76.316/2025
UASG: 987745 – LICITAÇÃO: 90028

O Município de Paranaguá, através da Agente de Contratação/Pregoeira, torna público, para conhecimento de todos os interessados que a licitação referente ao **Pregão Eletrônico nº 028/2026 – Registro de Preços nº 020/2026**, objetivando a **"Contratação de empresa especializada para prestação de serviços assistenciais de primeiros socorros e remoção de urgência e emergência, com ambulâncias do Tipo B (Suporte básico) e do Tipo D (Suporte avançado), com profissionais habilitados, para atender os eventos das Secretarias Municipais requisitantes"**, está **SUSPENSA**, por prazo indeterminado, para análise técnica e administrativa do pedido de impugnação e esclarecimento apresentado ao instrumento convocatório**.**
Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos, deverão ser dirigidos à Comissão Permanente de Contratação, através do e-mail: bianca.freitas@paranagua.pr.gov.br, cpl@paranagua.pr.gov.br.

Paranaguá, 31 de julho de 2026.

BIANCA FREITAS DE SOUZA RUSSO
Pregoeira

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:213A17B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO PE Nº 046/2026 – SRP Nº 036/2026 PROCESSO Nº 35.906/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia consistentes no fornecimento, transporte e aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), faixa F do DER-PR, destinados à manutenção corretiva do pavimento asfáltico (operação tapa-buracos e reperfilagem), execução de lombadas e passagem de pedestres em vias públicas do Município de Paranaguá/PR.
TIPO: Maior Desconto Total do Lote Global.
DATA DA ABERTURA: 18/08/2026 – HORÁRIO: 10:00 horas
VALOR ESTIMADO: R$ 7.603.020,00 (Sete milhões, seiscentos e três mil e vinte reais).
ENDEREÇOS:
https://paranagua.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais#conteudo, https://bll.org.br e https://pncp.gov.br/app/editais.
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decretos Municipais 4.319/2023 e 683/2018, a ser processada e julgada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, na sua redação atual e suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis, bem como as condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos.
Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pelo Pregoeiro na Rua Júlia da Costa, nº 322, Centro, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas ou pelo e-mail: cpl@paranagua.pr.gov.br, leandro.rolim@paranagua.pr.gov.br .

Paranaguá, 31 de julho de 2026.

LEANDRO LINO ROLIM
Pregoeiro

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:3D91EA64

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2026

O Secretário Municipal de Segurança de Paranaguá – Pr, no uso de suas atribuições legais que disciplina o Decreto Municipal nº 831/2018.
R E S O L V E:
I. Pelo presente instrumento, com base no art. 71 IV da Lei Federal nº 14.133/21, adjudicar e homologar os lotes do objeto do **Pregão Eletrônico Nº 022/2026 – Registro de Preços Nº 016/2026,** proferido pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 1.203/2025, sobre o Processo Licitatório acima denominado, dando outras providências.
II. Fica Adjudicado e homologado o julgamento dos lotes do referido processo licitatório à licitante vencedora: **Lote:** 01 e 02 – **Empresa:** A M B TRANSPORTE LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 10.275.087/0001-63. Ficando assim adjudicados e homologados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, sobre o Processo Licitatório **Pregão Eletrônico Nº 022/2026 – Registro de Preços Nº 016/2026**, que tem por objeto: **"Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de veículos tipo motocicleta, compreendendo, 15 (quinze) motocicletas tipo trail (uso misto), cilindrada mínima**

de 290 cc, e 05 (cinco) motocicleta tipo trail naked (streetfighter), cilindrada mínima de 470 cc.", de acordo com o quantitativo e especificações contemplados no Termo de Referência do edital licitatório, e inteiro teor do Processo Administrativo nº 10.060/2026.
III. Este Termo de Adjudicação e Homologação entrará em vigor na data de sua publicação.
Paranaguá, 31 de julho de 2026.

FRANCISCO LEUDOMAR NÓBREGA DOS SANTOS
Secretário Municipal de Segurança

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:C0023B36

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2026

Os Secretários Municipais de Paranaguá – PR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Decreto Municipal nº 831/2018.
R E S O L V E M:
I. Pelo presente instrumento, com base no art. 71 IV da Lei Federal nº 14.133/21, adjudicar e homologar os lotes do objeto do **Pregão Eletrônico Nº 035/2026 – Registro de preços Nº 027/2026,** proferido pela Agente de Contratação/Pregoeira, nomeada pelo Decreto nº 1.203/2025, sobre o Processo Licitatório acima denominado, dando outras providências.
II. Ficam Adjudicados e homologados os julgamentos dos lotes do referido processo licitatório à licitante vencedora: **Lotes:** 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07 – **Empresa:** D.J. COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 08.542.107/0001-73. Ficando assim adjudicados e homologados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, sobre o Processo Licitatório **Pregão Eletrônico Nº 035/2026 – Registro de preços Nº 027/2026**, que tem por objeto: **"Aquisição de Água Mineral em embalagem (Garrafão) de 20 litros, Garrafas Descartáveis de 500 ml com e sem gás e Água Mineral em copo de 200 ml para atender as necessidades das Secretarias Municipais"**, de acordo com o quantitativo e especificações contemplados no Termo de Referência do edital licitatório, e inteiro teor do Processo Administrativo nº 33.288/2026.
III. O presente Termo de Adjudicação e Homologação entra em vigor na data de sua publicação.
Paranaguá, 30 de julho de 2026.

LEONICE LARA LACERDA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Regularização Fundiária

LEANDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA
Secretário Regional da Ilha dos Valadares

VANIA PESSOA RODRIGUES FOES
Secretária Municipal de Urbanismo e Planejamento Territorial

ISABELE GONÇALVES FIGUEIRA CAMPOS
Secretária Municipal de Fiscalização das Concessões e Contratos

CAPITÃO QOBM GIOVANE FONTES VALENGA
1º CIA/8º BBM

HALLESON RICARDO STIEGLITZ
Secretário Municipal de Inclusão

RAUL DA GAMA E SILVA LUCK
Controlador Geral do Município

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

JOSÉ REIS DE FREITAS NETO
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

EDUARDO FELIPE MIRANDA
Secretário Municipal de Obras Públicas

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral

CAROLINA DE MIRANDA EVANGELISTA LOURENÇO
Secretária Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial

MARCIO LUIS PEDRERO VEGA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, Abastecimento e Pesca

DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO
Secretário Municipal de Saúde

ANDERSON WANDERCI PINTO BARBOSA
Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

LUIZ AUGUSTO PELLEGRINI DE CARVALHO
Secretário Municipal de Expansão Industrial e Portuária

FRANCISCO LEUDOMAR NOBREGA DOS SANTOS
Secretário Municipal de Segurança

CLEVERSON DOS SANTOS FERREIRA
Secretário Municipal de Trabalho e Inovação

FLÁVIA GARCIA QUADROS HACKE
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria

JOSÉ MIGUEL PEREIRA
Secretário Municipal de Esportes e Juventude

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

TIAGO FONTES CÉSAR LEAL
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:AAE3826B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CAMARA MUNICIPAL
ORDEM DO DIA

27ª Reunião Ordinária – 03 de agosto de 2026 (às 20:00 horas)

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 206/2025, do **Prefeito Municipal**, que dispõe sobre a reestruturação, a composição e o funcionamento do Conselho Municipal de Avaliação de Imóveis de Paranavaí, estabelece nova sistemática de remuneração para seus membros, revoga integralmente a Lei Municipal nº 3.195, de 1º de dezembro de 2008, e adota outras providências correlatas. **Em segunda discussão, com mensagem aditiva e emenda.**

PROJETO DE LEI Nº 084/2026, do Vereador **Sargento Marrique**, que inclui o inciso LXXXIX no art. 8° da Lei Municipal n° 4.724/2018, que institui o Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização no Município, para instituir o "Dia de São Francisco de Assis", comemorado no dia 4 de outubro. **Em segunda discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 072/2026, do Vereador **Professor Utrila**, que altera o art. 1º da Lei Municipal nº 5.465/25, para denominar de Jani Antonio Salvador a Rua "D" do Jardim Três Fronteiras. **Em primeira discussão.**

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2026, do **Chefe do Poder Executivo Municipal**, que altera dispositivos das Leis Complementares nº 89/2025 - Plano Diretor, nº 90/2025 - Perímetro Urbano, nº 91/2025 - Uso e Ocupação do Solo, nº 92/2025 - Parcelamento do Solo Urbano, nº 93/2025 - Sistema Viário, nº 94/2025 - Código de Obras, nº 95/2025 - Código de Posturas e dá outras providências. **Em primeira discussão.**

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO Nº 130/2026, do Edil **Carlos Augusto Pereira de Lima**, que requer à Mesa Diretora, que seja concedido o uso da palavra em Tribuna à Psicóloga Iane Guimarães Munhoz, afim de explanar sobre o Projeto 075/2026 – Mobilização Municipal pela Saúde Mental Materna, que tramita nesta Casa de Leis. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 132/2026, da Vereadora Professora Ivany Azevedo, que requer ao Chefe do Poder Executivo, que informe se existe eventual projeto para construção de uma área de lazer com playground no terreno localizado na Chácara Jaraguá, na Rua Ilsio Aparecido Piola, em frente ao número 472. Em discussão única.

REQUERIMENTO Nº 133/2026, da Vereadora Professora Ivany Azevedo, que requer ao Chefe do Poder Executivo, que informe se existe estudo para instalação de um semáforo na Rua Guerino Pomin, cruzamento com a Rua Sebastião Bem Bem de Oliveira. Em discussão única.

REQUERIMENTO Nº 134/2026, do Vereador Josival Moreira, que requer à Mesa Diretora, que seja encaminhado ofício ao Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná – DER/PR, solicitando informações urgentes sobre a existência de plano de limpeza e manutenção da ponte sobre o Ribeirão Paranavaí, situada na Rodovia PR-218, entre o Frigorífico Frigoeuro e a empresa GT Foods – Unidade de Paranavaí, no destino ao Distrito de Graciosa, bem como em seu entorno. Em discussão única.

REQUERIMENTO Nº 135/2026, do Edil Sargento Marrique, que requer ao Chefe do Poder Executivo e à Secretaria Municipal competente, informações acerca dos contratos de locação de imóveis firmados pelo Município de Paranavaí, da utilização de imóveis públicos e dos estudos de viabilidade econômica relacionados às locações. Em discussão única.

REQUERIMENTO Nº 136/2026, do Vereador Sargento Marrique, que requer ao Chefe do Poder Executivo e à Secretaria Municipal competente, que preste os seguintes esclarecimentos acerca da Concorrência nº 015/2025, Processo Administrativo nº 128/2025, que culminou na celebração do Contrato nº 155/2026 para prestação de serviços de publicidade institucional no valor anual de R$ 1.680.000,00 (um milhão seiscentos e oitenta mil reais) e valor global estimado para 5 anos de R$ 8.400.00,00 (oito milhões e quatrocentos mil reais). Em discussão única.

REQUERIMENTO Nº 137/2026, do Vereador Rauny Rici Aguiar, que requer ao Chefe do Poder Executivo Municipal, bem como à Secretaria Municipal de Infraestrutura, que prestem informações a esta Casa de Leis acerca da existência de planejamento, cronograma de execução ou estudos técnicos para a realização de recapeamento asfáltico nas vias públicas dos bairros Jardim Ipê e Santos Dumont, bem como sobre eventual previsão para inclusão dessas localidades nos programas de recuperação da malha viária do Município. Em discussão única.

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Sérgio Henrique
Código Identificador:721207D8

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 033/2026

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Conceder ao Sr. Guilherme Amorim Silveira, servidor deste Poder Legislativo Municipal, 10 dias de férias regulamentares a partir do dia 03 de agosto de 2026, referentes ao período aquisitivo de 10/03/2025 a 10/03/2026, devendo retornar ao serviço no dia 13 de agosto de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se
Publique-se.

Câmara Municipal de Paranavaí,
em 31 de julho de 2026.

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Guilhermo Murillo da Cruz
Código Identificador:C589910C

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
PORTARIA Nº 061/2026

PORTARIA Nº 061/2026

Súmula: Nomeia empregado público do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1o Nomear o Senhora JULIANA CARDOSO COMINE, no cargo de Assistente Administrativo, junto ao Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA, iniciando seu exercício na data de 03 de Agosto de 2026, conforme Portaria de convocação nº 058/2026, publicada no dia 20 de julho de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 31 de Julho de 2026.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente - CICA

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:069D28EC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO INEX. 10/2026

DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2026
PROCESSO DIGITAL Nº 3170/2026 — PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 42/2026
DO OBJETO E DA QUALIFICAÇÃO DAS PARTES
O **Coordenador-Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços da Região da Amunpar (CIS/AMUNPAR)**, Sr. Edivan

Guerreiro Barão, no uso das atribuições legais, estatutárias e regulamentares que lhe são conferidas, bem como em cumprimento ao disposto no art. 72, VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Resolução nº 25/2023 do CIS/AMUNPAR, proferiu a deliberação formal referente ao procedimento de contratação direta.

O objeto do presente ato consiste na **autorização e ratificação da Inexigibilidade de Licitação nº 10/2026** para a contratação de serviços de assessoria e consultoria jurídica técnica especializada, com notória especialização em Consórcios Públicos, visando atender às demandas institucionais e licitatórias do CIS/AMUNPAR, incluindo a capacitação continuada de pessoal e o assessoramento técnico-estratégico direcionado à organização e estruturação administrativa.

A futura contratada é a pessoa jurídica **CESTARI SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **54.729.961/0001-60**,

com sede na Rua José Mendes Rodrigues, nº 15, Casa 01, Bairro Jardim Licce, no Município de Astorga/PR, representada por seu titular, o advogado **Flávio Augusto Matsuoka Cestari**, inscrito na **OAB/PR sob o nº 48.769** e no CPF/MF sob o nº **041.177.559-60**.

O valor global estimado da contratação perfaz a quantia total de **R$ 107.463,24 (cento e sete mil, quatrocentos e sessenta e três reais e vinte e quatro centavos)**, para o período de 12 (doze) meses, compreendendo o montante fixo mensal de R$ 7.418,56 (sete mil, quatrocentos e dezoito reais e cinquenta e seis centavos) para a execução de 16 (dezesseis) horas-técnicas mensais de assessoria, consultoria e capacitação, além do valor estimado para até uma visita técnica presencial sob demanda ao mês no montante unitário de R$ 1.536,71 (mil, quinhentos e trinta e seis reais e setenta e um centavos) por diária, balizado rigorosamente pela Tabela de Honorários da OAB/PR.

DO RELATÓRIO E DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

O procedimento administrativo teve início com o **Documento de Formalização da Demanda (DFD) nº 13/2026** e o **Memorando nº 510/2026**, expedidos pela Direção Geral, justificando a necessidade premente de aprimorar a governança institucional, consolidar a aplicação da Lei nº 14.133/2021 e reestruturar os fluxos administrativos das compras consorciadas praticadas no âmbito do CIS/AMUNPAR.

Na sequência, elaborou-se o **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, instrumento que demonstrou a inviabilidade de satisfazer a necessidade pública por meio de contratações genéricas ou do corpo jurídico ordinário da instituição, o qual se encontra inteiramente absorvido pelas demandas rotineiras e burocráticas do consórcio, justificando a contratação de solução personalizada e integrada calcada em quatro eixos estratégicos.

A instrução processual seguiu com a juntada da **Proposta Comercial** do contratado (Processo Digital nº 3170/2026). Na sequência, autuou-se o **Termo de Referência** e a respectiva planilha de estimativa de custos (Processo Digital nº 3170/2026). Realizou-se a pesquisa de preços oficial fundamentada na **Tabela de Honorários da OAB/PR** (Resolução do Conselho Seccional nº 13/2026) e em contratações similares promovidas por outros entes públicos (Processo Digital nº 3170/2026).

O Departamento Contábil emitiu o **Parecer Contábil e Financeiro**, atestando a existência de saldo e reserva de dotação orçamentária para suportar os encargos do contrato nos elementos de despesa 01.001.0010.0302.2009.2001.3.3.3.90.39.05.00(Reduzido16,Fonte001)e

01.001.0010.0302.2009.2001.3.3.3.90.39.05.00 (Reduzido 28, Fonte 013) (Processo

Digital nº 3170/2026).

Foram encartadas aos autos as certidões comprobatórias de regularidade fiscal, social e trabalhista do proponente, englobando a Certidão Conjunta da Receita Federal e PGFN, o Certificado de Regularidade do FGTS, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), as certidões estaduais e municipais e as consultas consolidadas ao TCU, CNJ e Portal da Transparência (CEIS/CNEP) (Processo Digital nº 3170/2026).

Expediram-se a **Portaria nº 84/2026**, designando a gestora e os fiscais de contrato, e a **Portaria nº 33/2026**, nomeando a equipe de apoio e o agente de contratação permanente (Processo Digital nº 3170/2026). Da mesma forma, juntou-se a Certidão de Ajuste de Numeração, registrando que o processo tramita sob a Inexigibilidade de Licitação nº 10/2026 para fins de estrita observância à cronologia dos atos do consórcio (Processo Digital nº 3170/2026).

O **Departamento Jurídico do CIS/AMUNPAR** exarou o **Parecer Jurídico nº 113/2026**, manifestando-se favoravelmente à contratação direta por inexigibilidade de licitação, mediante o cumprimento de recomendações formais (Processo Digital nº 3170/2026).

Em atendimento ao opinativo jurídico, a Diretoria de Planejamento e Gestão expediu o **Memorando nº 656/2026**, complementando o Termo de Referência para especificar de forma pormenorizada a natureza extraordinária, temporária e suplementar do serviço contratado, delimitando a atuação em relação às competências ordinárias do corpo jurídico próprio do consórcio (Processo Digital nº 3170/2026).

DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA E DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Do Enquadramento Legal no Art. 74, III, "c" e "f", da Lei nº 14.133/2021

A contratação direta em exame encontra respaldo expresso no texto da **Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021)**, a qual disciplina os requisitos formais e materiais para o afastamento do certame licitatório quando caracterizada a inviabilidade de competição.

Verifica-se que o processo administrativo observa os requisitos de instrução documental previstos no art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, encontrando-se devidamente instruído com os documentos legalmente exigidos para a contratação direta.

No caso em exame, o objeto contratual caracteriza-se como serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, enquadrando-se na hipótese prevista no art. 74, inciso III, c/c § 5º, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, circunstância que, em tese, autoriza a contratação direta por inexigibilidade de licitação, desde que atendidos os demais pressupostos legais aplicáveis.

O escopo contratual abrange a prestação de assessoria e consultoria técnica especializada direcionada à estruturação administrativa do consórcio e à

implementação da Lei nº 14.133/2021, aliada ao treinamento e aperfeiçoamento permanente das equipes de compras e contratações do CIS/AMUNPAR, hipótese que preenche com precisão os ditames previstos nas alíneas "c" e "f" do permissivo legal retromencionado.

Da Notória Especialização e Singularidade do Objeto

Anotou-se que a notoriedade da especialização do profissional executor, **Flávio Augusto Matsuoka Cestari**, encontra-se balizada em vasto e idôneo acervo documental encartado aos autos (Processo Digital nº 3170/2026). O profissional ostenta graduação em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), pós-graduações lato sensu em Licitações e Contratos Administrativos, Direito Eleitoral e Direito Digital, além de MBA em Gestão Pública e MBA em Ciência Política (Processo Digital nº 3170/2026).

Outrossim, comprova-se a vivência prática inconteste mediante o exercício anterior dos cargos de Procurador-Geral e Secretário de Administração do Município de Astorga/PR, atuação como advogado público do Consórcio Intermunicipal CINDEPAR, consultoria especializada prestada ao Sebrae/PR na área de Consórcios Públicos, atuação docente no Projeto Itaipu 4.0/AMP pela Faculdade Pólis Civitas, além do fornecimento de mais de duas dezenas de cursos de capacitação técnica na área de contratações públicas (Processo Digital nº 3170/2026).

Sob a ótica institucional, a pessoa jurídica **CESTARI SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA** apresentou diversos atestados de capacidade técnica emitidos por entes públicos e instituições de ensino, tais como o Consórcio Intermunicipal CONDESCOM, a Unicursos Capacitação e o Município de Astorga, atestando o desempenho satisfatório e notório na estruturação de compras consorciadas, elaboração de atos normativos e treinamento de servidores (Processo Digital nº 3170/2026).

A singularidade do objeto decorre da complexidade do trabalho intelectual exigido, o qual transcende a consultoria jurídica convencional e envolve a metodologia integrada de quatro eixos: diagnóstico de maturidade e otimização de fluxos, capacitação

continuada nivelada, mentoria técnica preventiva para casos concretos e atualização contínua do acervo de minutas e regulamentos do **CIS/AMUNPAR** (Processo Digital nº 3170/2026).

Do Atendimento ao Tema 309 de Repercussão Geral do STF e da Inadequação da Prestação pelo Quadro Ordinário

A jurisprudência do **Supremo Tribunal Federal**, ao fixar a tese no **Tema 309 da Repercussão Geral (RE 656.558/SP)**, estabeleceu os parâmetros balizadores indispensáveis para a contratação direta de serviços advocatícios por inexigibilidade de licitação pela Administração Pública.

Em estrita consonância com a orientação do **STF**, demonstrou-se no **Memorando nº 656/2026** a absoluta inadequação e impossibilidade material de o corpo jurídico permanente do consórcio absorver o escopo da presente contratação (Processo Digital nº 3170/2026). Os advogados efetivos e comissionados do **CIS/AMUNPAR** encontram-se com sua capacidade operacional absorvida pelas rotinas ordinárias, contencioso judicial e defesas administrativas da entidade, carecendo de estrutura e tempo hálil para conduzir projeto institucional contínuo de reengenharia de fluxos e mentoria avançada.

Ademais, ressaltou-se no instrumento integrativo ao Termo de Referência que os serviços contratados possuem caráter temporário, suplementar e extraordinário, atuando em regime de estrita cooperação com a Procuradoria e Assessoria Jurídica interna, sem promover a substituição de qualquer de suas atribuições constitucionais ou regimentais ordinárias (Processo Digital nº 3170/2026).

Teodoro Silva Santos, Segunda Turma, julgado em 22/4/2026, DJEN de 27/4/2026.)

Da Justificativa do Preço e da Regularidade Fiscal e Orçamentária

A justificativa do preço atende ao requisito da razoabilidade e da compatibilidade com o mercado, nos termos exigidos pelo art. 23, II, da Lei nº 14.133/2021 e pelo art. 49, II, da Resolução nº 25/2023 do CIS/AMUNPAR (Processo Digital nº 3170/2026).

O valor mensal contratado de **R$ 7.418,56** foi mensurado com base direta no valor da hora-técnica da Tabela de Honorários da OAB/PR (R$ 463,66 por hora), multiplicado pelas 16 horas mensais pactuadas (Processo Digital nº 3170/2026). O valor da diária para eventuais visitas presenciais (R$ 1.536,71) equivale rigorosamente ao valor parametrizado no Capítulo IV do mesmo diploma corporativo profissional (Processo Digital nº 3170/2026).

Outrossim, a aferição de mercado comprovou que os preços ajustados são idênticos ou inferiores aos praticados pela proponente em contratos celebrados com outras entidades públicas, a exemplo do Município de Califórnia/PR (Contrato nº 49/2026) e do Consórcio CONDESCOM (Contrato nº 02/2024), afastando qualquer hipótese de sobrepreço (Processo Digital nº 3170/2026).

Por fim, a regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da contratada foi integralmente aferida nos autos, encontrando-se acompanhada do ateste de disponibilidade orçamentária emitido pelo setor competente, satisfazendo a totalidade das exigências estatuídas no art. 72 da Lei nº 14.133/2021 (Processo Digital nº 3170/2026).

DA DECISÃO, AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO

Expostas as razões fáticas, técnicas e jurídicas, e considerando o preenchimento integral dos requisitos formais prescritos na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Resolução nº 25/2023 do CIS/AMUNPAR, o Coordenador-Geral decide:

AUTORIZAR E RATIFICAR a instauração e a conclusão do procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 10/2026 (Processo Digital nº 3170/2026 / Processo Administrativo nº 42/2026), com amparo no art. 74, III, "c" e "f", da Lei nº 14.133/2021, para a contratação da empresa CESTARI SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (CNPJ nº 54.729.961/0001-60);

ADJUDICAR E HOMOLOGAR o objeto do referido procedimento em favor da contratada, pelo valor global estimado de R$ 107.463,24 (cento e sete mil, quatrocentos e sessenta e três reais e vinte e quatro centavos), para o período de vigência de 12 (doze) meses;

DETERMINAR à Divisão de Compras e Licitações a convocação do adjudicatário para a assinatura do termo de contrato correspondente, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021 e da minuta encartada aos autos;

ESTABELECER, como condicionante da execução contratual, a estrita observância das salvaguardas institucionais do Parecer Jurídico nº 113/2026 e do Memorando nº 656/2026, sendo vedada a sobreposição ou substituição das atribuições regimentais e constitucionais do corpo jurídico próprio do consórcio;

CONDICIONAR os pagamentos mensais à prévia apresentação de relatório técnico de atividades e horas-técnicas efetivamente prestadas, acompanhado de ateste formal e conclusivo da Gestora e dos Fiscais de Contrato designados pela Portaria nº 84/2026;

DETERMINAR a aplicação integral da matriz de fiscalização e da tabela

de dosimetria de infrações por pontuação instituídas pela Resolução nº 25/2023 e pelo Manual Operacional de Gestão e Fiscalização de Contratos do CIS/AMUNPAR;

EXIGIR a manutenção contínua de todas as condições de habilitação e regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista por parte da contratada durante toda a vigência contratual, nos termos do art. 92, XVI, da Lei nº 14.133/2021.

REGISTRAR expressamente que a presente contratação possui caráter extraordinário, temporário e especializado de consultoria e mentoria e não supre a vacância nem substitui as atribuições regimentais de cargos efetivos do consórcio, não gerando direito subjetivo à nomeação de candidatos eventualmente aprovados em cadastro de reserva de concurso público regido por edital vigente.

DETERMINAR que o tratamento de dados pessoais no curso das capacitações e na elaboração de documentos decorrentes da consultoria observe estritamente os ditames da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal nº 13.709/2018) eapolíticadeprivacidadeesegurançadainformação do CIS/AMUNPAR.

DA PUBLICAÇÃO E EFICÁCIA

Em cumprimento ao disposto no art. 72, parágrafo único, e art. 94, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como do art. 120, § 2º, da Resolução nº 25/2023 do CIS/AMUNPAR, determine-se:

A **publicação** do extrato do presente Ato de Autorização e Ratificação de Inexigibilidade de Licitação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP) no prazo legal;

A **divulgação** integral deste ato e de todos os elementos constitutivos do Processo Digital nº 3170/2026 no Sítio Eletrônico Oficial do CIS/AMUNPAR e a sua inserção no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo legal de 10 (dez) dias úteis contados da data de sua assinatura, nos termos do art. 94, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, como condição de eficácia do ato.

Paranavaí/PR, 30 de julho de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Coordenador-Geral do CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:F48D05BE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
AVISO DE EDITAL CP 05/2026

PROCESSO DIGITAL Nº 2986/2026
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º11/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º46/2026

Levamos ao conhecimento dos interessados, que o **Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/Amunpar** realizará **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE DESLOCAMENTO PROGRAMADO DE PACIENTES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE EM REGIME DE TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO (TFD), POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE BILHETES DE PASSAGEM ELETRÔNICOS (BP-E) PARA UTILIZAÇÃO DE LINHAS REGULARES DE TRANSPORTE COLETIVO RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, NOS TRECHOS DE INTERESSE DO CIS/AMUNPAR.**

O presente Edital tem por objeto o **Credenciamento** de pessoas jurídicas, concessionárias ou permissionárias do serviço de transporte

coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros, para a prestação de serviços de deslocamento programado de pacientes e seus acompanhantes em Tratamento Fora de Domicílio (TFD), por meio da **aquisição de Bilhetes de Passagem Eletrônicos (BP-e) para utilização de linhas regulares**, englobando, no valor da tarifa do bilhete, o fornecimento de **lanche**, a disponibilização de **local de apoio** na cidade de destino, e a execução de **serviço de translado urbano**, tudo em conformidade com as especificações deste Edital e seus Anexos, e em estrita observância às Resoluções CIS/AMUNPAR nº 05/2026 e nº 12/2026.
A proponente deverá realizar a inclusão de todos os documentos relacionados no item 6 deste edital, e o preenchimento da descrição do pedido para identificação da proponente nos dizeres como segue:
CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE DESLOCAMENTO PROGRAMADO DE PACIENTES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE EM REGIME DE TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO (TFD)
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026
INTERESSADO:
ROTA:
ENDEREÇO:
TELEFONE PARA CONTATO:

A documentação poderá ser encaminhada via sistema, **a partir do dia 12/08/2026,** mediante acesso identificado do interessado no sistema eletrônico.
A dotação orçamentária destinada ao pagamento do objeto do Chamamento Público 05/2026 para o exercício de 2026 está prevista e indicada no processo pela área competente do CIS/AMUNPAR.
4. O Edital completo, bem como outras informações poderão ser solicitados junto à Comissão Permanente de Licitação do **Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/Amunpar**, Rua São Paulo, nº 150, Centro, Paranavaí – PR ou na página eletrônica https://cisamunpar.atende.net/, pelos telefones (44) 3421-5180, (44) 3421-5174, (44) 3421-5183 ou (44) 9 2004-8034, ou pelo endereço de email: credenciamento@consorciodesaude.com.br.

Paranavaí, 31 de julho de 2026

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Diretor Geral

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:2645C00E

PROCURADORIA
DECRETO MUNICIPAL Nº 27.942/2026

Declara de Utilidade Pública, para fins de instituição de servidão administrativa e instrução de procedimento ambiental, as áreas destinadas à instalação de dissipadores de energia do sistema de drenagem pluvial do Loteamento de Interesse Social Bem Viver Paranavaí, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 60, inciso XII, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no artigo 5º, alíneas 'd', 'h' e 'i', e artigo 40 do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de Utilidade Pública, para fins de instituição de servidão administrativa e instrução do procedimento de licenciamento ambiental e autorização de supressão de vegetação perante o Instituto Água e Terra (IAT), as áreas necessárias à implantação de 02 (dois) dissipadores de energia integrantes do sistema de drenagem pluvial do Loteamento de Interesse Social Bem Viver Paranavaí, situadas na Fazenda Santa Maria (Parcelas 02-A e 03), objeto da Matrícula nº 30.821 do 1º Registro de Imóveis de Paranavaí.

Art. 2º As áreas objeto da declaração constante do artigo 1º deste Decreto possuem as seguintes especificações técnicas:

I - Área destinada ao Dissipador de Energia nº 01: com a superfície de 2.033,98 m² e perímetro de 254,51 metros, conforme delimitado no Memorial Descritivo e Planta subscritos por profissional habilitada no CAU sob nº A316062-9, a seguir: O imóvel inicia junto ao marco 1, descrito em planta anexa, com coordenadas U T M Este (X) 347.340,4006 e Norte (Y) 7.442.106,7621; do vértice 1 segue em direção até o vértice 2 no rumo 09°52'16" SE, em uma distância de 111,98 m, confrontando com a Fazenda Santa Maria 02-A e 03 e com a Fazenda Santa Maria 02; do vértice 2 segue em direção até o vértice 3 no rumo 79°51'42" SW, em uma distância de 20,00 m, confrontando com o Córrego Guaiapá; do vértice 3 segue em direção até o vértice 4 no rumo 09°52'16" NW, em uma distância de 95,81 m, confrontando com a Fazenda Santa Maria 02-A e 03 e com a Fazenda Santa Maria 02; do vértice 4 segue em direção até o vértice 5 no rumo 51°50'11" NE, em uma distância de 16,45 m, confrontando com o Loteamento Bem Viver (Fazenda Santa Maria 02-A e 03); do vértice 5 segue em direção até o vértice 6 em desenvolvimento de curva circular com 3,63 m, formado por arco de raio 6,00 m e ângulo central 34°39'36" ou pela corda do arco no rumo 34°30'23" NE, em uma distância de 3,57 m, confrontando com o Loteamento Bem Viver (Fazenda Santa Maria 02-A e 03); Finalmente do vértice 6 segue até o vértice 1, (início da descrição), no rumo de 17°10'35" NE, na extensão de 6,64 m, confrontando com o Loteamento Bem Viver (Fazenda Santa Maria 02-A e 03), fechando assim uma área de 2.033,98 m²;

II - Área destinada ao Dissipador de Energia nº 02: com a superfície de 1.826,63 m² e perímetro de 226,65 metros, conforme delimitado no Memorial Descritivo e Planta subscritos por profissional habilitada no CAU sob nº A316062-9, a seguir: O imóvel inicia junto ao marco 1, descrito em planta anexa, com coordenadas U T M Este (X) 347.216,2236 e Norte (Y) 7.441.951,5398; do vértice 1 segue em direção até o vértice 2 no rumo 25°18'01" SE, em uma distância de 96,03 m, confrontando com a Fazenda Santa Maria 02-A e 03 e com a Fazenda Santa Maria 02; do vértice 2 segue em direção até o vértice 3 no rumo 64°34'18" SW, em uma distância de 20,00 m, confrontando com o Córrego Guaiapá; do vértice 3 segue em direção até o vértice 4 no rumo 25°18'01" NW, em uma distância de 89,06 m, confrontando com a Fazenda Santa Maria 02-A e 03 e com a Fazenda Santa Maria 02; Finalmente do vértice 4 segue até o vértice 1, (início da descrição), em desenvolvimento de curva circular com 21,56 m, formado por arco de raio 33,70 m e ângulo central 36°39'32" ou pela corda do arco no rumo de 45°21'37" NE, na extensão de 21,20 m, confrontando com o Loteamento Bem Viver (Fazenda Santa Maria 02-A e 03), fechando assim uma área de 1826,63 m².

Art. 3º A presente declaração de utilidade pública possui a finalidade exclusiva de instruir o procedimento de licenciamento ambiental perante o Instituto Água e Terra (IAT), não substituindo as licenças ambientais, a autorização de supressão de vegetação, a aprovação definitiva do loteamento ou a autorização para início de obras, as quais permanecem condicionadas ao cumprimento integral das exigências legais, técnicas e ambientais aplicáveis.

Art. 4º A declaração de utilidade pública objeto deste Decreto não acarretará qualquer ônus financeiro ou dever de indenização ao Município de Paranavaí, correndo por conta e risco exclusivos da loteadora interessada os custos das obras de drenagem e de eventual instituição de servidão administrativa.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação oficial e regular no Diário Oficial do Município de Paranavaí, revogadas de modo integral as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Dr. José Vaz de Carvalho, em Paranavaí, 29 de julho de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito do Município de Paranavaí

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:D3422283

PROCURADORIA
PROCON DE PARANAVAÍ - COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR PARANAVAÍ-PARANÁ.

INVESTIGANTE: COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON PARANAVAÍ/PR
INVESTIGADOS: POSTOS DE COMBUSTÍVEIS DE PARANAVAÍ/PR

DECISÃO ADMINISTRATIVA DE ARQUIVAMENTO

Trata-se de Averiguação Preliminar aberta por esta Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Paranavaí – PROCON, com a finalidade de verificar possível prática abusiva de elevação injustificada de preços de combustíveis (art. 39, inciso X, Lei n.º 8.078/90), em virtude de variações de preços observadas no mercado local em decorrência dos conflitos no Oriente Médio, com base no seguinte Termo de Investigação Preliminar:

O PROCON MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, aos 20 dias do mês de março de 2026, por seu coordenador infra-assinado, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 33, §1º, do Decreto Federal nº 2.181/97 e artigo 22 do Decreto Municipal nº 7.330/2003, determina a instauração da presente Investigação Preliminar.
A presente requisição antecede a possível instauração de Processo Administrativo para apurar a ocorrência de prática abusiva de elevação injustificada de preços de combustíveis em decorrência dos conflitos no Oriente Médio, prática vedada pelo artigo 39, X, do CDC, com base em variações de preços observados no mercado local.
A Investigada deve responder e apresentar a este Órgão dentro do prazo de 05 (cinco) dias:
- Cópia de todas as notas fiscais de aquisição de combustíveis (gasolina comum, gasolina aditivada, etanol, diesel S-10 e diesel S-500) junto às distribuidoras entre as datas de 26 de fevereiro de 2026 a 20 de março de 2026;
- Relatório de vendas diárias de combustíveis (gasolina comum, gasolina aditivada, etanol, diesel S-10 e diesel S-500) entre as datas de 26 de fevereiro de 2026 a 20 de março de 2026;
Cópia integral do Livro de Movimentação de Combustíveis (LMC), entre as datas de 26 de fevereiro de 2026 a 20 de março de 2026;
- Apresentarem outras informações que julgarem necessárias.
Assim, determino as seguintes providências:
A notificação da Investigada para que apresentem as informações anteriormente elencadas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, sob pena das sanções cabíveis, que deverá conter: a autoridade a quem é dirigida; a qualificação da investigada; os esclarecimentos necessários; cópia do contrato social da empresa e suas alterações e as provas que lhe dão suporte;
A documentação deverá ser entregue em cópia física na sede deste órgão, localizada à Rua Ântonio Felipe, 917, Centro, Paranavaí, Estado do Paraná.
Alertamos que a recusa, a omissão ou a prestação de informações falsas ou enganosas à fiscalização constituem infração administrativa, sujeitando o infrator às sanções previstas no artigo 56 do CDC e artigo 307 da Consolidação das Leis de Defesa do Consumidor do Estado do Paraná, que incluem, entre outras, a imposição de multa, suspensão temporária de atividade, cassação de licença do estabelecimento ou de atividade, interdição, etc., caracterizando como desobediência, nos termos do artigo 55, §4º, do Código de Defesa do Consumidor e artigo 33, §2º, do Decreto Federal nº 2.181/97, bem como, na esfera criminal, incorre no crime de desobediência previsto no artigo 330 do Código Penal.
Por fim, fica cientificado o responsável pelo estabelecimento de sua responsabilidade pela comprovação das exigências aqui previstas, sujeitando-se a novas fiscalizações em caso de ausência ou insuficiência de informações.
Atenciosamente,
ALEXANDRE COSTA SANTOS
Coordenador do Procon

Realizada a instrução inicial, foram notificados os postos de combustíveis de Paranavaí/PR para apresentar as cópias das notas fiscais de aquisição de combustíveis, relatório de vendas diárias de combustíveis e cópia integral do Livro de Movimentação de Combustíveis (LMC), referentes as datas de 26.02.2026 a 20.03.2026, no prazo de 05 (cinco) dias.

Encaminhadas as documentações a esta Coordenadoria, passa-se à análise quanto à existência de indícios suficientes para eventual instauração de processo administrativo sancionador.

O objeto da presente averiguação circunscreve-se à verificação de eventual prática abusiva de elevação injustificada de preços de combustíveis em Paranavaí/PR, prevista no art. 39, inciso X do Código de Defesa do Consumidor, em decorrência dos conflitos no Oriente Médio.

Da análise conjunta da documentação apresentada pelos estabelecimentos investigados, especialmente das notas fiscais de aquisição de combustíveis, dos relatórios de vendas e do Livro de Movimentação de Combustíveis (LMC), não foram identificados elementos capazes de demonstrar a prática de elevação sem justa causa dos preços, vedada pelo art. 39, inciso X, do Código de Defesa do Consumidor.

Verificou-se que, no período compreendido entre 26.02.2026 e 20.03.2026, os postos investigados comprovaram, mediante apresentação das notas fiscais de aquisição, a ocorrência de aumento dos preços praticados pelas distribuidoras, circunstância que constitui justificativa econômica idônea para o reajuste dos preços posteriormente praticados ao consumidor.

O mero repasse do aumento dos custos de aquisição ao preço final, por si só, não caracteriza prática abusiva prevista no art. 39, X, do Código de Defesa do Consumidor, desde que haja efetiva correspondência entre o aumento suportado pelo fornecedor e os preços praticados ao consumidor, circunstância que se verificou no presente caso.

Cumpre salientar que não compete a esta Coordenadoria estabelecer ou controlar a margem de lucro dos fornecedores, uma vez que a definição da política de preços integra a liberdade da atividade econômica, amparada pelos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência (art. 170 da Constituição Federal). A atuação administrativa dos órgãos de defesa do consumidor limita-se à verificação da existência de aumento sem justa causa, vedado pelo art. 39, inciso X, do Código de Defesa do Consumidor.

Diante disso, esgotadas as diligências investigatórias e inexistindo elementos que justifiquem a instauração de processo administrativo sancionador, impõe-se o **arquivamento** da presente Averiguação Preliminar, com fundamento no art. 33-A, §2º, inciso II, do Decreto Federal nº 2.181/97.

Paranavaí, 30 de julho de 2026.

ALEXANDRE COSTA SANTOS
Coordenador do Procon de Paranavaí/PR

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:46C63DDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 011/2026

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 011/2026
Contratação nº 987749-8/2026 (Compras.gov.br)

AQUISIÇÃO DE COLETORES DE MEDICAMENTOS VENCIDOS OU EM DESUSO

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, UASG: 987749, torna público, que na forma da Lei nº 14.133/2021, fará realizar às **08h00min do dia 07 de agosto de 2026**, DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma ELETRÔNICA, por meio da INTERNET,

através do sistema https://www.gov.br/compras/pt-br, do tipo menor preço, nos termos e condições fixados no edital e seus anexos, objetivando a aquisição de COLETORES DE MEDICAMENTOS VENCIDOS OU EM DESUSO para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, com valor máximo estimado em R$ 30.889,08 (trinta mil, oitocentos e oitenta e nove reais e oito centavos).

As propostas deverão ser cadastradas no sistema de compras do Governo Federal (Compras.gov.br) até 07h59min do dia 07 de agosto de 2026. A documentação completa do edital correspondente estará disponível na página eletrônica da Prefeitura do Município de Paranavaí: https://paranavai.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais. Esclarecimentos serão fornecidos através do e-mail: compras@paranavai.pr.gov.br.

Paranavaí-Paraná, em 31 de julho de 2026.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Graziele Della Pria da Silva Maciel
Código Identificador:86038689

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 160/2026

Dispõe sobre a convocação dos candidatos aprovados em Concurso Público no cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil – Séries Iniciais.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, convoca os candidatos abaixo relacionados aprovados no Concurso Público nº 001/2020, no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – SÉRIES INICIAIS,** nomeados nos termos da **PORTARIA MUNICIPAL nº 1.430/2026**, a comparecerem junto à Diretoria de Recursos Humanos **ATÉ O DIA 20 DE AGOSTO DE 2026,** das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h00min.

CLASS.	CONVOCADO	CPF
452º	ANA LÍDIA DOS SANTOS RAMALHO	XXX.325.039-XX
453º	CAROLINA SCHUROFF	XXX.791.469-XX
454º	BRUNA FREIRE DE ANDRADE	XXX.308.469-XX
455º	LETICIA DA SILVA DE CARVALHO	XXX.299.799-XX
456º	MILENA LELES ZANINELO	XXX.004.089-XX
457º	NATANY SANCHES GUERREIRO	XXX.502.689-XX
458º	GIOVANA CARDOSO DOS SANTOS	XXX.356.439-XX
459º	BRUNA FRANCISCO LOPES	XXX.083.689-XX
460º	THALISSA GUMZ DO NASCIMENTO	XXX.542.989-XX
461º	NATALIA DO NASCIMENTO VICENTE	XXX.599.419-XX

1. DOCUMENTOS:
Os candidatos deverão se apresentar junto a Diretoria de Recursos Humanos, munidos dos documentos abaixo relacionados (original e cópia simples):
• Cédula de Identidade;
• Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
• Cartão do PIS/PASEP ou Carteira de Trabalho constando o número do PIS;
• Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se candidato do sexo masculino;
• Título de Eleitor com a certidão de quitação eleitoral emitida pelo endereço eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral ou comprovante de votação na última eleição ou justificativa da ausência;
• Certidão de Nascimento (quando for solteiro);
• Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
• Certidão de Casamento com averbação de óbito se viúvo;
• Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 21 (vinte e um) anos;
• Comprovante de escolaridade, conforme consta no item 2.1 do Edital de Abertura nº. 001/2020 do Concurso Público nº. 001/2020;
• 01 (uma) foto 3x4 recente;
• Comprovante de endereço residencial emitido nos últimos 60 (sessenta) dias;
• Caso possua tempo de serviço em outros vínculos empregatícios, apresentar a cópia das páginas de Identificação e dos Contratos de Trabalho constantes na Carteira de Trabalho (CTPS) ou a Certidão de Tempo de contribuição (CTC) emitida pelo INSS ou outros Entes Públicos;
• Certidão cível da Justiça Federal, disponíveis no endereço eletrônico:
https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php
• Certidão cível da Justiça Estadual (residência nos últimos 5 anos);
• Certidão Negativa de Antecedentes Criminais – SINIC, expedida pelo endereço eletrônico: https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/
• Declaração com firma reconhecida em cartório, de que não tenha sido demitido "a bem do serviço público" no âmbito da administração federal, estadual, distrital ou municipal, nos últimos cinco anos anteriores à sua posse, observados os períodos de incompatibilização previstos nos subitens 13.1.1 e 13.1.2 se ex-servidor do Município de Paranavaí;
• Declaração com firma reconhecida em cartório de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser informada a função e a remuneração do outro cargo, a carga horária em cada vínculo e os horários de trabalho em ambos e, no caso de percepção de proventos de aposentadoria, especificação do cargo/emprego que originou o benefício previdenciário, com atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37, da CF;
• Aos candidatos nomeados que tiverem vínculo de emprego ou cargo público, para comprovação da acumulação legal de acordo com o Art. 37 da Constituição Federal, deverão apresentar declaração do órgão ou entidade em que acumule cargo, contendo as seguintes informações atualizadas:
• Regime do vínculo: Celetista, Estatutário, etc;
• Identificação do órgão ou entidade em que possui vínculo público (cargo ou emprego);
• Carga horária do outro vínculo;
• Horário de trabalho do outro vínculo;
• Remuneração do outro vínculo.

1.1. DOCUMENTOS DOS DEPENDENTES:
• **Cônjuge:**
• Documento oficial de identificação com foto (RG, carteira nacional de habilitação ou registro profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional);
• CPF;
• Certidão de casamento.
• **Companheiro (a):**
• Documento oficial de identificação com foto (RG, Carteira Nacional de Habilitação ou registro profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional);
• CPF;
• Declaração pública ou particular de união estável (com reconhecimento das assinaturas);
• Certidão de Nascimento, se solteiro, ou Certidão de Casamento atualizada e averbada, se viúvo, divorciado ou separado judicialmente.
• **Filho (a) não emancipado, menor de 18 anos:**
• CPF (independente da idade);
• Certidão de nascimento.
• **Filho (a) não emancipado, maior inválido:**
• Documento oficial de identificação com Foto (RG; Carteira Nacional de Habilitação ou Registro Profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional);
• CPF;
• Certidão de nascimento;
• Laudo ou atestado de Invalidez com a indicação do CID.
• **Enteado (a), não emancipado (a), menor de 18 anos ou menor tutelado:**
• CPF (independente da idade);

• Certidão de nascimento;
• Declaração de dependência econômica;
• Termo de Tutela em vigor.
• **Enteado (a), não emancipado (a), inválido:**
• Documento Oficial de identificação com Foto (RG; Carteira Nacional de Habilitação ou Registro Profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional);
• CPF;
• Certidão de Nascimento;
• Declaração de dependência econômica;
• Laudo ou atestado de Invalidez com a indicação do CID.
• **Para o caso de representação por tutela ou curatela do dependente:**
• Além dos documentos pessoais do dependente de acordo com a condição descrita anteriormente, apresentar:
• Termo de curatela/tutela;
• Laudo ou atestado médico, com a indicação do CID;
• Documento Oficial de Identificação do representante legal com Foto (RG; Carteira Nacional de Habilitação ou Registro Profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional);
• CPF do representante legal;
• Comprovante de residência do representante legal.

2. EXAMES MÉDICOS:
• Radiografia do tórax (PA e Perfil) (com laudo e assinatura do médico Radiologista);
• Radiografia da coluna lombar, cervical e torácica (com laudo e assinatura do médico Radiologista);
• Eletrocardiograma (com laudo, carimbo e assinatura do médico cardiologista);
• Hemograma;
• Glicose de Jejum;
• Tipagem Sanguínea;
• Creatinina;
• VDRL;
• Colpocitologia Oncótica Parasitária (para mulheres);
• PSA (para homens acima de 45 anos);
• Teste de esforço (esteira ou bicicleta) - com laudo do médico cardiologista (para candidatos a partir de 40 anos).

2.1. PARECERES ESPECIALIZADOS (ANEXO V DO EDITAL DE ABERTURA Nº. 001/2020 DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2020):

•**Professor de Educação Infantil:** Parecer Psiquiátrico e Oftalmológico;

3. DISPOSIÇÕES FINAIS:
• O (a) candidato (a) terá a possibilidade de desistir da nomeação, hipótese em que será reclassificado (a) na última posição da lista de classificação, podendo ser novamente convocado (a) após esgotada a listagem de candidatos, durante o prazo de validade do concurso;
• Será desclassificado o (a) candidato (a) que não atender à convocação, no prazo estabelecido em edital próprio. Será considerado desistente o (a) candidato (a) que embora manifestar interesse após a convocação, não se submeter ao processo admissional estabelecido pela Administração, incluindo entrega da documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios para provimentos e demais documentos e certidões exigíveis pela Administração e comparecimento no Exame Admissional. Em ambos os casos será tornado sem efeito a nomeação do candidato, não cabendo condução ao final da fila;
• O (a) candidato (a) poderá se apresentar junto a Diretoria de Recursos Humanos caso consiga juntar toda a documentação acima antes do prazo estipulado;
• Na data a ser estabelecida pela Diretoria de Recursos Humanos, os candidatos supracitados deverão comparecer junto a Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho, situada no Paço Municipal Prefeito "Antônio José Messias" - Térreo, para a realização do exame médico admissional, de caráter eliminatório, que consistirá em exame médico clínico e, se necessário, exames complementares que serão realizados às custas dos candidatos.
• O presente edital segue as normas contidas no Edital de Abertura do Concurso Público Municipal n°. 001/2020, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, na data de 06 de março de 2020.

Registre-se e publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 31 DIAS DE JULHO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe Do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:E682AB42

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.428/2026

Dispõe sobre a exoneração, a pedido de servidor, do cargo efetivo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Fazenda.

Considerando o requerimento protocolado sob nº 41512/2026, no qual a servidora solicita exoneração do cargo de Agente Administrativo;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Exonerar, a pedido, a servidora **PATRICIA NAKANISHI SILVA HERSZKOWICZ,** matrícula nº 12015-1, nomeada pela Portaria Municipal nº 104/2026, do cargo efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** junto à Secretaria Municipal de Fazenda.

Parágrafo único. A exoneração da servidora citada no *caput* dar-se-á a partir de 01 de agosto de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 31 DIAS DE JULHO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:0B01E539

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.429/2026

Dispõe sobre a concessão de Abono de Permanência.

Considerando *o disposto no artigo 32 da Lei Municipal nº. 2.561/2004;*
Considerando *que a servidora cumpriu os requisitos para aposentadoria, segundo as informações contidas no parecer do Diretor de Previdência e Atuaria do Paranavaí Previdência;*

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder o Abono de Permanência, com fulcro no art. 32 da Lei Municipal 2.561/2004, a servidora **CLEUNICE CAMPANO SANTOS COPETTI**, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSORA**

(Matrícula nº 6990-3), no valor equivalente a sua contribuição previdenciária, em conformidade com o requerimento protocolado datado de 01/06/2026, em nome da servidora supracitada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 31 DIAS DE JULHO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:96E86267

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.430/2026

Dispõe sobre a nomeação dos candidatos aprovados em Concurso Público no cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil – Séries Iniciais.

Considerando *a Lei Municipal nº 5.585/2026, que dispõe sobre a ampliação de vagas na administração pública;*
Considerando *os Decretos Municipais nº 27.930/2026 e nº 27.931/2026, que dispõe sobre a aposentadoria de servidoras efetivas;*
Considerando *o Processo Digital nº 27160/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação;*

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os candidatos abaixo relacionados em virtude da sua aprovação no cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – SÉRIES INICIAIS. Concurso Público nº 001/2020,** cujo resultado final foi homologado e publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 27 de setembro de 2022.

CLASS.	CONVOCADO	CPF
452º	ANA LÍDIA DOS SANTOS RAMALHO	XXX.325.039-XX
453º	CAROLINA SCHUROFF	XXX.791.469-XX
454º	BRUNA FREIRE DE ANDRADE	XXX.308.469-XX
455º	LETICIA DA SILVA DE CARVALHO	XXX.299.799-XX
456º	MILENA LELES ZANINELO	XXX.004.089-XX
457º	NATANY SANCHES GUERREIRO	XXX.502.689-XX
458º	GIOVANA CARDOSO DOS SANTOS	XXX.356.439-XX
459º	BRUNA FRANCISCO LOPES	XXX.083.689-XX
460º	THALISSA GUMZ DO NASCIMENTO	XXX.542.989-XX
461º	NATALIA DO NASCIMENTO VICENTE	XXX.599.419-XX

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 31 DIAS DE JULHO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe Do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:779B7F35

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.431/2026

Dispõe sobre a autorização da redução de jornada de trabalho de servidora municipal, sem redução proporcional da remuneração.

Considerando o processo digital nº 41456/2026, o qual foi solicitado pela servidora a redução de jornada de trabalho;

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Autorizar a redução da jornada de trabalho, **sem redução proporcional da remuneração**, da servidora municipal **DEBORA AMARAL DUARTE ROLANSKI**, matrícula nº 7906-1, ocupante do cargo de Arquiteto, nos termos do artigo 36, §4º, II, da Lei Municipal nº 3.891/2012.

Art. 2º Fica estabelecido que, no período de 04/08/2026 a 06/10/2026, a redução corresponderá a 40% da carga horária, período em que a servidora se ausentará às segundas e quartas-feiras.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 31 DIAS DE JULHO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:39B93A08

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.432/2026

Dispõe sobre a autorização da redução de jornada de trabalho de servidora municipal, sem redução proporcional da remuneração.

Considerando o processo digital nº 41762/2026, o qual foi solicitado pela servidora a redução de jornada de trabalho;

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Autorizar a redução da jornada de trabalho, **sem redução proporcional da remuneração**, da servidora municipal **FERNANDA LIMA LANZIANI**, matrícula nº 7530-1, ocupante do cargo de Arquiteto, nos termos do artigo 36, §4º, II, da Lei Municipal nº 3.891/2012.

Art. 2º Fica estabelecido que, no período de 04/08/2026 a 06/10/2026, a redução corresponderá a 40% da carga horária, período em que a servidora se ausentará às segundas e quartas-feiras.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 31 DIAS DE JULHO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:119F7D0E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.434/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **SIRLEI BORTOLOTTO,** Matrícula n° 4871-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR** junto a Secretaria Municipal de Educação, 21 (vinte e um) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 28 de julho de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 28 de julho de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 31 DIAS DE JULHO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:A947B54C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.435/2026.

Dispõe sobre a readaptação a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder readaptação à servidora **ANA PAULA DE OLIVEIRA,** Matrícula nº 8070-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** conforme verificado em Inspeção Médica Oficial, observando-se as restrições clínicas contidas no Laudo Médico, nos termos do art. 25 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
§1° A readaptação prevista no caput deste artigo se dá a partir da data de **29 de julho de 2026** pelo período de **90 (noventa) dias.**
§2° Havendo necessidade de solicitar a prorrogação de prazo o (a) servidor (a) deverá protocolar novo laudo do seu médico assistente, até a data de encerramento do período estabelecido no § 1° deste artigo.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de julho de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 31 DIAS DE JULHO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:761685C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.436/2026.

Dispõe sobre a readaptação a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder readaptação à servidora **LUSIMAR CATARINA DE OLVEIRA DE NOVAES,** Matrícula nº 926-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **ATENDENTE DE CRECHE II,** conforme verificado em Inspeção Médica Oficial, observando-se as restrições clínicas contidas no Laudo Médico, nos termos do art. 25 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
§1° A readaptação prevista no caput deste artigo se dá a partir da data de **31 de julho de 2026** pelo período de **180 (cento e oitenta) dias.**
§2° Havendo necessidade de solicitar a prorrogação de prazo o (a) servidor (a) deverá protocolar novo laudo do seu médico assistente, até a data de encerramento do período estabelecido no § 1° deste artigo.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 31 DIAS DE JULHO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:58C07E44

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.437/2026.

Dispõe sobre a readaptação a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder readaptação à servidora **MARIA APARECIDA BAPTISTA DE BARROS,** Matrícula nº 7423-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL,** conforme verificado em Inspeção Médica Oficial, observando-se as restrições clínicas contidas no Laudo Médico, nos termos do art. 25 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
§1° A readaptação prevista no caput deste artigo se dá a partir da data de **31 de julho de 2026** pelo período de **60 (sessenta) dias.**
§2° Havendo necessidade de solicitar a prorrogação de prazo o (a) servidor (a) deverá protocolar novo laudo do seu médico assistente, até a data de encerramento do período estabelecido no § 1° deste artigo.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 31 DIAS DE JULHO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:B1326572

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
REPUBLICAÇÃO PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.422/2026.

Dispõe sobre a readaptação a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS

ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder readaptação à servidora **MARCILENE DE OLIVEIRA CEZAR ARAUJO,** Matrícula nº 10444-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **COZINHEIRA,** conforme verificado em Inspeção Médica Oficial, observando-se as restrições clínicas contidas no Laudo Médico, nos termos do art. 25 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
§1° A readaptação prevista no caput deste artigo se dá a partir da data de **30 de julho de 2026** pelo período de **180 (cento e oitenta) dias.**
§2° Havendo necessidade de solicitar a prorrogação de prazo o (a) servidor (a) deverá protocolar novo laudo do seu médico assistente, até a data de encerramento do período estabelecido no § 1° deste artigo.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 30 DIAS DE JULHO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:31E9434C

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL Nº 00002, DE 27 DE JULHO DE 2026 (ITR).

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
Delegação de Atribuição – Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005 – EC nº 42/2003
MUNICÍPIO – PARANAVAÍ- PR

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL Nº 00002, de 27 de Julho de 2026.

Intima o(s) o sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, §1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, **INTIMA o(s)** o sujeito(s) passivo(s) abaixo relacionado(s), a comparecer(em), em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar **ciência do(s) Termo(s) de Intimação Fiscal [ITR]** a seguir identificado(s).

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no **15º[décimo quinto]** dia após a publicação deste Edital.

	Sujeito(s) Passivo(s)	
Nome Completo/Razão Social	CPF/CNPJ	Termo de Intimação Fiscal (ITR)
OTAVIO THIEL BELLO	**009.556.849-27**	**7749/00069/2026**
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fábio de Souza Sperandio Matrícula: 00006916 Cargo: Fiscal de Tributos / 117342010 Assinatura:		

Publicado por:
Fernando Henrique Elerbrock de Albuquerque
Código Identificador:7B4BD06A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL Nº 00003, DE 27 DE JULHO DE 2026. (ITR)

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
Delegação de Atribuição – Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005 – EC nº 42/2003
MUNICÍPIO – PARANAVAÍ- PR

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL Nº 00003, de 27 de Julho de 2026.

Intima o(s) o sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, §1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, **INTIMA o(s)** o sujeito(s) passivo(s) abaixo relacionado(s), a comparecer(em), em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar **ciência do(s) Termo(s) de Intimação Fiscal [ITR]** a seguir identificado(s).

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no **15º[décimo quinto]** dia após a publicação deste Edital.

	Sujeito(s) Passivo(s)	
Nome Completo/Razão Social	CPF/CNPJ	Termo de Intimação Fiscal (ITR)
DAFE AGROPECUÁRIA LTDA	**40.751.361/0001-94**	**7749/00072/2026**

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: Fábio de Souza Sperandio Matrícula: 00006916
Cargo: Fiscal de Tributos / 117342010 Assinatura:

Publicado por:
Fernando Henrique Elerbrock de Albuquerque
Código Identificador:2E8729BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE ACORDO E EXTINÇÃO AO CONTRATO Nº 95/2020

TERMO DE ACORDO E EXTINÇÃO AO CONTRATO Nº 95/2020
(INDENIZAÇÃO, QUITAÇÃO E EXTINÇÃO - Proc. Digital 41004/2026)

REF: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2020
Processo Administrativo nº 134/2020

LOCADOR: CLÁUDIO SANTA ROSA, brasileiro, capaz, portador do RG. nº 3.122.990-1 SSP/PR e inscrito no CPF. sob nº **424.475.699-04,** e **EDNEIA DA SILVA SANTA ROSA,** brasileira, capaz, portadora do RG. nº 8.228.237-8 SSP/PR e inscrita do CPF sob o nº 005.846.609-60 casados, residentes e domiciliados na Rua Sílvio Vidal, nº 1729, Bairro Centro, Município de Paranavaí, Estado do Paraná.
LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ sob nº 76.977.768/0001-81 e **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANAVAÍ,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Sílvio Vidal, 2090, inscrita no CNPJ sob o nº **08.518.587/0001-37**, neste ato representado por delegação pela Ilma. Secretária Municipal de Saúde Sra. **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, divorciada, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 843.459-46 PR e inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77 e pela Ilma. Diretora de Compras **Sra. THAÍS SOARES DA SILVA**, inscrita no CPF sob o nº 059.937.949-92.
OBJETO
O objeto é a **LOCAÇÃO DE IMÓVEL, PARA A INSTALAÇÃO DA SEDE DO PROGRAMA MELHOR EM CASA,** situada à Rua Santa Catarina, 2610, Centro na cidade de Paranavaí – PR (quadra 12, lote 1A, imóvel 395, inscrição 01.01.015.0020.001), totalizando 285,00 m² de área de terreno e 204,46 m² de área construída, através

da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Edital de Licitação, na modalidade de **DISPENSA DE LICITAÇÃO sob nº 028/2020,** sendo que as partes envolvidas celebrarão, nos termos das cláusulas abaixo, a INDENIZAÇÃO, QUITAÇÃO E EXTINÇÃO, conforme Parecer Jurídico nº 318/2026 e demais documentos anexos ao Proc. Digital 41004/2026.

DA INDENIZAÇÃO

Nos termos do Memorando nº 657/2026/SESAU e do Parecer Jurídico nº 318/2026/PGM, fica formalizada a indenização, sendo que o Município de Paranavaí, através da Secretaria Municipal de Saúde, representada pela ordenadora de despesa, encontra-se obrigado a indenizar ao LOCADOR, pelos danos apurados, nos termos do Relatório de Vistoria Técnica de 21/07/2026 e na planilha orçamentária, no valor total de **R$ 60.862,53 (sessenta mil, oitocentos e sessenta e dois reais e cinquenta e três centavos)**, condicionada à comprovação de dotação orçamentária e à observância ao regime de execução da despesa pública, nos termos dos arts. 58 a 64 da Lei nº 4.320/1964.

Parágrafo primeiro: conforme Memorando nº 657/2026/SESAU, com o objetivo de realizar o pagamento do valor indenizatório, a despesa correrá pela seguinte dotação orçamentária: **464-04.001.0010.0122.0006.2348.3339093 (Fonte 000)**.

Parágrafo segundo: com a respectiva indenização, cabe ao LOCADOR executar, por sua conta e responsabilidade, as obras descritas no Relatório de Vistoria Técnica de 21/07/2026 e na respectiva planilha orçamentária.

DA QUITAÇÃO AMPLA

3.1. Em contrapartida, com a formalização deste termo, o LOCADOR declara que o valor recebido corresponde à integral reparação dos danos e conferir ao Município quitação ampla, total e irrestrita de todas as obrigações decorrentes da relação locatícia, inclusive do Contrato nº 95/2020 e de seus cinco termos aditivos, nada mais havendo a reclamar.

DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

4.1. A partir da formalização deste termo, as partes declaram a extinção consensual do Contrato nº 95/2020, nos termos do art. 138, II, da Lei nº 14.133/2021, com efeitos a partir da assinatura do termo ou do recebimento da indenização, abrangendo todos os aditivos, ressalvadas as obrigações do próprio termo de acordo (indenização, execução dos reparos, quitação e fiscalização).

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Termo de Acordo e Extinção Contratual produzirá eficácia a partir da data de sua publicação. Todos os documentos disponíveis no Processo Digital nº 41004/2026, integram o presente termo.

Paranavaí-PR, data da última assinatura digital

ANDREIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal De Saúde
Contratante

CLÁUDIO SANTA ROSA
Locador

EDNEIA DA SILVA SANTA ROSA
Locadora

THAIS SOARES DA SILVA
Diretora Especial De Compras

MELISSA HERNSDORFF MINGOTI FIROMI
Fiscal Do Contrato

Publicado por:
João Bruno Jabur
Código Identificador:F852B8B1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO
NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITOS

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO 064/2026

Pato Branco, 31 de julho de 2026.

De acordo com os artigos 293, 294, 295, I, alíneas “d” e “e”, II e 296 da Lei Complementar n° 001/98 – Código Tributário Municipal (CTM), NOTIFICAMOS as empresas abaixo relacionadas, do lançamento do valor apurado em Procedimento Administrativo Fiscal correspondente ao descumprimento de obrigação acessória e/ou Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, bem como, das penalidades previstas na mesma Lei. Respeitando o prazo previsto no artigo 371 da Lei Complementar n° 001/98 para impugnação ao lançamento, os débitos serão inscritos em dívida ativa nos termos do artigo 344. Após este período, em cumprimento à legislação vigente, as pendências serão encaminhadas para cobrança judicial.

PROCESSO ADMINISTRATIVO	CADASTRO MUNICIPAL	CNPJ
22.356/2026	2823710	12.353.691/0001-96
15.866/2025	4065010	34.423.211/0001-59

DANIELA PAGNONCELLI MORAWSKI
Fiscal de Tributos

JULLIREBONATTO
Chefe da Divisão de Tributação/Fiscalização

Publicado por:
Julli Rebonatto
Código Identificador:E1C2BD42

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2026 PROCESSO N° 116/2026 COMPRA ELETRONICA N° 04/2026

OBJETO: Implantação de Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais destinados à manutenção predial e infra-estrutura urbana, abrangendo materiais de construção civil, metalurgia e derivados, aço e ferragens, cimento, cal e argamassa, blocos e pré-moldados, instalações hidráulicas, elétricas e telefônica, pavimentação, impermeabilização e isolamento térmico, esquadrias e acessórios, revestimento e acabamento, vidros, pintura e acessórios, elementos em gesso, prevenção de incêndio, mármores, locação de equipamentos, telhamento, ferramentas e acessórios, equipamentos, uso geral, concreto usinado, pedra e areia, em atendimento às demandas das diversas Secretarias Municipais que integram a Administração Pública.

PREÇO MÁXIMO GLOBAL: R$14.438.207,43.

DATA DE ABERTURA: 14 de agosto de 2026, às 09h00min, no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras.

O Edital pode ser obtido no site www.patobranco.pr.gov.br – https://www.gov.br/compras, https://www.gov.br/pncp/pt-br a qualquer tempo. Demais informações pelo e-mail: licitacao3@patobranco.pr.gov.br.

REGIANE RUFATO.
Pregoeira

Publicado por:
Regiane Rufato
Código Identificador:2EAFDBE3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 711, DE 30 DE JULHO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, VII e XXIII, na forma do art. 62, II, “g”, ambos da Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 34, de 30 de setembro de 2009; considerando o Termo de Parceria do Programa Cidade Empreendedora celebrado entre o Município de Pato Branco e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Paraná – SEBRAE/PR, bem como o contido no Memorando nº 23.018, de 30 de julho de 2026, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora pública **AMANDA CRISTINA COELI,** matrícula nº. 11624-6, ocupante do cargo de provimento em comissão

de Chefe da Seção de Apoio a Empresa, lotada junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, para atuar como Agente de Desenvolvimento, tendo como atribuição as ações elencadas no Termo de Parceria do Programa Cidade Empreendedora celebrado entre o entre o Município de Pato Branco e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Paraná – SEBRAE/PR.

Art. 2º A servidora referida no Art. 1º exercerá as designações especificadas sem percepção de acréscimo remuneratório, mantendo-se inalterados os seus vencimentos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a parir de 03 de agosto de 2026.

Art. 4º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:48E5F10B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 712, DE 30 DE JULHO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando a solicitação formal contida no Memorando nº 22.720, de 27 de julho de 2026, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora pública efetiva **DIANE CRISTINA PISSININ**, Matriculas nº 7711-9 e 6259-6, ocupante do cargo de Professora, função Pessoal Docente 20h em ambas as matrículas, da função gratificada de Coordenação Pedagógica da Escola Municipal Vila Isabel.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03 de agosto de 2026.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:F2A379A1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 713, DE 30 DE JULHO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica do Município, com fundamento no art. 62 da Lei Municipal nº 5.250, de 30 de novembro de 2018; com as alterações da Lei Municipal nº 5.444, de 3 de dezembro de 2019, e considerando o contido no Memorando nº 22.720, de 27 de julho de 2026, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a servidora pública efetiva **DIANE CRISTINA PISSININ**, Matriculas nº 7711-9 e 6259-6, ocupante do cargo de Professora, função Pessoal Docente 20h em ambas as matrículas, para exercer a função de Coordenação Pedagógica junto a Escola Municipal Alvorada, com carga horária de 40h (quarenta horas) semanais.

Art. 2º Para o exercício da função, a servidora nomeada fará jus à gratificação estabelecida no art. 62 da Lei Municipal nº 5.250, de 30 de novembro de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04 de agosto de 2026.

Art. 4º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:AB7BAD5E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 714, DE 30 DE JULHO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "b", ambos da Lei Orgânica Municipal; com fundamento no art. 42, da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o contido no Memorando nº 22.720, de 27 de julho de 2026, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Remover a servidora pública efetiva **DIANE CRISTINA PISSININ**, Matriculas nº 7711-9 e 6259-6, ocupante do cargo de Professora, função Pessoal Docente 20h em ambas as matrículas, dentro do quadro da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Escola Municipal Vila Isabel para a Escola Municipal Alvorada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04 de agosto de 2026.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:D28EB2BD

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 715, DE 31 DE JULHO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "b", ambos da Lei Orgânica Municipal; com fundamento no art. 42, da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o contido no Protocolo nº 23.481, de 16 de julho de 2026, apresentado pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1º Remover a servidora pública efetiva **IVONE APARECIDA CARVALHO MINOSSO**, Matricula nº 7893-0, ocupante do cargo de Agente de Apoio, função Merendeira, dentro do quadro da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Escola Municipal São

Cristóvão para o Centro Municipal de Educação Infantil Enedina Colla.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03 de agosto de 2026.
Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:874BBFEE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 716, DE 31 DE JULHO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o requerimento formal contido no Memorando nº 23.129, de 30 de julho de 2026, apresentado pelo servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor público **VICENTE LUCIO MICHALISZYN,** matrícula nº 11564-9, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Meio Ambiente, lotado junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de agosto de 2026.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:6DD77C8B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 717, DE 31 DE JULHO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o requerimento formal contido no Protocolo RH nº 25.021, de 30 de julho de 2026, apresentado pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora pública **VANESSA AUGUSTA DAMASCENO,** matrícula nº 10771-9, ocupante do cargo de Professora, função Professora 20h, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos na data de 03 de agosto de 2026.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:70DC8E96

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 718, DE 31 DE JULHO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o requerimento formal contido no Protocolo RH nº 25.026, de 30 de julho de 2026, apresentado pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora pública efetiva **RENATA DE JESUS ABREU,** matrícula nº 8422-0, ocupante do cargo de Professora, função Pessoal Docente 20h, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos na data de 03 de agosto de 2026.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:BAE06FEB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 719, DE 31 DE JULHO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", da Lei Orgânica Municipal; e considerando o contido no Memorando nº 23.248, de 31 de julho de 2026, do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora pública efetiva **TAIANE CAROLINA BERTOLLA**, matrícula nº 7619-8, ocupante do cargo de Agente de Apoio, função Agente de Trânsito, lotada na Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes, para responder interinamente pelo cargo de Diretora do Departamento de Trânsito do Município de Pato Branco – DEPATRAN, em virtude da exoneração do diretor titular.

Art. 2º Durante o período de designação, a servidora referida no Art. 1º, responderá pelas atribuições inerentes à função, podendo praticar todos os atos administrativos necessários ao regular funcionamento do órgão.

Art. 3º Para o exercício da função e efeitos de remuneração, a servidora designada no Art. 1º, exercerá as funções especificadas sem percepção de acréscimo remuneratório, mantendo–se inalterados os seus vencimentos e vantagens pecuniárias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03 de agosto de 2026.

Art. 5º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:90FC0802

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 720, DE 31 DE JULHO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", da Lei Orgânica Municipal; e considerando o contido no Memorando nº 23.251, de 31 de julho de 2026, do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor público **ANTONIO CEZAR SOARES**, matrícula nº 11066-3, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Limpeza, Conservação de Vias e Espaços Públicos, lotado, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, para responder interinamente pelo cargo de Secretário Municipal de Meio Ambiente do Município de Pato Branco, em virtude da exoneração do secretário titular.

Art. 2º Durante o período de designação, o servidor referido no Art. 1º, responderá pelas atribuições inerentes à função, podendo praticar todos os atos administrativos necessários ao regular funcionamento da secretaria.

Art. 3º Para o exercício da função e efeitos de remuneração, o servidor designado no Art. 1º, exercerá as funções especificadas sem percepção de acréscimo remuneratório, mantendo–se inalterados os seus vencimentos e vantagens pecuniárias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03 de agosto de 2026.

Art. 5º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:47728BC7

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 721, DE 31 DE JULHO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o requerimento formal contido no Protocolo RH nº 25.205, de 31 de julho de 2026, apresentado pelo empregado público;

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar, a pedido, o empregado público **VINICIUS HENRIQUE KIELING,** matrícula nº 4496-2, ocupante do emprego público de Instrutor de Aprendizagem Robótica, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03 de agosto de 2026.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:6C69F758

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 722, DE 31 DE JULHO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o requerimento formal contido no Protocolo RH nº 25.203, de 31 de julho de 2026, apresentado pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora pública **JOSEFA APARECIDA DA COSTA HOSDA,** matrícula nº 10457-4, ocupante do cargo de Assistente em Saúde, função Auxiliar de Saúde Bucal 40h, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos na data de 03 de agosto de 2026.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:9AD3AB3A

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA PATOPREV
EXTRATO TERMO DE ADITAMENTO Nº 5/2026 - CONTRATO Nº 4/2023

PARTES: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco - PATOPREV e DILMAR LUIZ AMADORI. **OBJETO**: Locação de imóvel urbano, sendo sala comercial, construída no lote 08 da quadra 02, sob matrícula de imóvel n.º 22.093, no 2º ofício de Registro de Imóveis, com área total de 203m², com endereço na Rua Tapajós, nº 64, Sala 02, Centro, Pato Branco – PR, utilizada para as instalações do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipal de Pato Branco – PATOPREV. **PRAZO:** Na forma do artigo 57 da Lei n° 8.666/1993 e com base na Cláusula Terceira, Inciso I, do Contrato Original, as partes pactuam prorrogação do prazo de vigência contratual para mais 12 (doze) meses, com vigência de 03/08/2026 a 03/08/2027. **VALOR:** Com base na Cláusula Oitava, inciso I, do Contrato Original, reajusta-se o valor em 2,76% (dois vírgula setenta e seis por cento), que representa o IGP-M dos últimos 12 (doze) meses. O valor passa a ser de R$ 4.970,31 (quatro mil, novecentos e setenta reais e trinta e um centavos), mensais, totalizando para 12 (doze) meses o montante de R$ R$ 59.643,72 (cinquenta e nove mil, seiscentos e quarenta e três reais e setenta e dois centavos). **QUANTIDADE:** Na forma do artigo 57 da Lei n° 8.666/1993 e com base na Cláusula Terceira, Inciso I, do Contrato Original, aditamos mais 12 (doze) quantidades de serviço, que correspondem aos meses de execução. **PRODUÇÃO DE EFEITOS:** O presente termo aditivo produzirá efeitos a partir de 3 de agosto de 2026. **RATIFICAÇÃO:** Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo. **DATA E LOCAL DE ASSINATURA:** Pato Branco, Estado do Paraná, 31 de julho de 2026.

ADEMILSON CÂNDIDO SILVA -
Diretor Presidente
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco – Locatário

Ciro Imóveis LTDA - ME - Representante Legal do Locador
DILMAR LUIZ AMADORI -
Locador

Publicado por:
Luan Leonardo Botura
Código Identificador:0858EC86

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

RESOLUÇÃO Nº 01/2026

Súmula: Análise dos recursos oriundos de Emendas Impositivas para entidades da rede de atendimento à pessoa com deficiência, no Município de Pato Branco.

O conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPC) de Pato Branco no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Ordinária nº 6.475, de 10 de setembro de 2025, por meio de Deliberação em reunião ordinária realizada no dia 26 de março de 2026,
RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a destinação de recursos oriundos de Emendas Impositivas, conforme análise e deliberação do Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPC, destinados às entidades da rede de atendimento à pessoa com deficiência do Município de Pato Branco, com a finalidade de promover a inclusão social, garantir direitos, ampliar a acessibilidade, fortalecer vínculos familiares e comunitários, desenvolver habilidades e qualificar os serviços prestados às pessoas com deficiência.
Art. 2º Fica aprovada a destinação dos recursos conforme as seguintes emendas:
I – Emenda nº **64/2025** – Individual, destinada à **Associação dos Surdos de Pato Branco**, no valor de **R$ 30.000,00** (trinta mil reais), para execução de cursos gratuitos de Libras e Língua Portuguesa, em contraturno escolar no período da tarde, voltados a crianças e adolescentes surdos.
II – Emenda nº **115/2025** – Bancada, destinada à **Associação dos Surdos de Pato Branco**, no valor de **R$ 30.000,00** (trinta mil reais), para execução de cursos gratuitos de Libras e Língua Portuguesa, em contraturno escolar no período da manhã, voltados a crianças e adolescentes surdos.
III – Emenda nº **54/2025** – Bancada, destinada à **Associação dos Surdos de Pato Branco**, no valor de **R$ 20.000,00** (vinte mil reais), para aquisição de equipamentos e mobiliário para cozinha e refeitório, bem como custeio de alimentação, visando garantir suporte às atividades educacionais ofertadas em contraturno escolar.
IV – Emenda nº **36/2025** – Bancada, destinada à **Associação Iguais nas Diferenças – DIA**, no valor de **R$ 5.000,00** (cinco mil reais), para execução do projeto **"Heróis de 4 Patas – Ano IV"**, mediante oferta de equoterapia às pessoas com deficiência.
V – Emenda nº **89/2025** – Individual, destinada à **Associação Iguais nas Diferenças – DIA**, no valor de **R$ 22.000,00** (vinte e dois mil reais), para atendimento multiprofissional e contínuo por meio da equoterapia, visando ao desenvolvimento integral e à promoção da saúde das pessoas com deficiência.
VI – Emenda nº **95/2025** – Bancada, destinada à **APAE de Pato Branco**, no valor de **R$ 50.000,00** (cinquenta mil reais), para finalização do piso do ginásio da Escola Zilda Arns e instalação de tela de proteção, visando à melhoria da infraestrutura utilizada no atendimento às pessoas com deficiência.
Art. 3º Fica reprovada a destinação dos recursos conforme as seguintes emendas:
VII – A proposta referente à Emenda nº **141/2025** – Bancada, destinada ao **Instituto Plural**, no valor de **R$ 50.000,00** (cinquenta mil reais), para oferta de oficinas de Pilates voltadas às cuidadoras familiares de pessoas com deficiência, foi analisada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPC, considerando o parecer técnico desfavorável emitido pela equipe técnica, deliberando-se pelo **não deferimento da destinação dos recursos**, nos termos da decisão do Plenário.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pato Branco, 26 de março de 2026.

LILIANE APARECIDA SANTINI
Presidente
CMDPC

Publicado por:
Vanessa Laskoski Furtoso
Código Identificador:7DD37C3D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
1ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2026

1ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL
DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026

O Município de Paula Freitas, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 75.687.954/0001-13, através do Pregoeiro e Agente de Contratação Municipal Sr. TADEU RAFAEL CORDEIRO, torna pública a **PRIMEIRA RETIFICAÇÃO AO EDITAL**, sendo o *objeto deste: : Registro de preço para futura e eventual contratação de Empresa Especializada em serviços de Recapagem de Pneus dos veículos da frota da Secretaria de Viação e Obras do Município de Paula Freitas/PR, conforme características, quantidades e especificações admitidas neste Termo de Referência.*

ALTERAÇÕES AO EDITAL

ONDE SE LÊ:
~~**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**~~
~~**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 05/08/2026**~~
~~**ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h15min do dia 05/08/2026**~~

LEIA-SE:

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 14/08/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h15min do dia 14/08/2026

.

Permanecendo as demais cláusulas inalteradas.

Paula Freitas-PR, 31 de julho de 2026.

HENRY MACEL VALIGURA DOMINGUES
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Henry Marcel Valigura Domingues
Código Identificador:79046D84

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS
ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2026
PREGAO ELETRONICO Nº 25/2026
OBJETO: *Registro de Preços para futura e eventual aquisição e recarga de Água Mineral e Gás de Cozinha, em atendimento as Secretarias solicitantes da Prefeitura Municipal de Paula Freitas/PR.*
Entrega das propostas: até 13/08/2026 às 08h14min. Abertura das Propostas: 13/08/2026 às 08h15min. O edital encontra-se disponível

no endereço Av. Agostinho de Souza, n.º 646, Paula Freitas/PR, das 08h00min às 17h00min ou no site: www.paulafreitas.pr.gov.br
E-mail: licita.paulafreitas@yahoo.com
31/07/2026

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henry Marcel Valigura Domingues
Código Identificador:9603A9E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REAJUSTE INFLACIONÁRIO ACUMULDO NOS ULTIMOS 12 MESES INPC/IBGE

PROCESSO LICITATÓRIO 56/2023
OBJETO: *SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO NA CONSOLIDADÇÃO, COMPILAÇÃO, VERSIONAMENTO E GERENCIAMENTO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO.*

REAJUSTE INFLACIONÁRIO ACUMULDO NOS ULTIMOS 12 MESES INPC/IBGE

Referente ao processo licitatório citado acima, foi encaminhado pela empresa **Leis LTDA - CNPJ 03.725.725/0001-35,** vencedora do item abaixo, a adição do modulo contratos referente a 24 meses de contrato.

ITEM 1: SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO NA CONSOLIDADÇÃO, COMPILAÇÃO, VERSIONAMENTO E GERENCIAMENTO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO.

CUSTO ANTERIOR 12 meses (ANUAL) (R$) 10.366,56

CUSTO REAJUSTADO 12 meses (ANUAL) (R$) 10.821,83

Sem mais, subscrevemo-nos, atenciosamente.

Paula Freitas, 31 de julho de 2026.

SEBASTIAO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henry Marcel Valigura Domingues
Código Identificador:A76BE5C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 195/2026 – DE 31 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre concessão de licença a empregado público.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, Sr. SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA, no uso de suas atribuições legais e amparado pela Lei nº 1580/2022 de 06/07/2022,Capitulo XI;

RESOLVE:

Art. 1. º - Conceder **LICENÇA SEM VENCIMENTOS,** para tratar de interesses particulares, a quem tem direito conforme Lei Municipal 1580/2022, ao (a) Empregado (a) Público Municipal:

NOME:	MARIA CRISTINA FERNANDES
MATRÍCULA:	108
CARGO:	PROFESSOR ENSINO FUDAMENTAL
NIVEL:	12
PRAZO MÁXIMO DA LICENÇA PERMITIDA:	02 ANOS
PERIODO DA LICENÇA:	03/08/2026 A 03/08/2028

Art. 2. º - A presente licença NÃO poderá ser prorrogada após seu vencimento, conforme Art. 54 da Lei Municipal nº 1580/2022.

Art. 3. º - O servidor deverá retornar ás suas atividades ATÉ 04/08/2028, sob pena de abertura de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

Art. 4. º - Registre-se, Cumpra-se.

Paço Municipal, 31 de julho de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:EC30656C

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 196/2026 – DE 31 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre concessão de licença a empregado público.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, Sr. SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA, no uso de suas atribuições legais e amparado pela Lei nº 1580/2022 de 06/07/2022,Capitulo XI;

RESOLVE:

Art. 1. º - Conceder **LICENÇA SEM VENCIMENTOS,** para tratar de interesses particulares, a quem tem direito conforme Lei Municipal 1580/2022, ao (a) Empregado (a) Público Municipal:

NOME:	MARIELY DE JESUS DA SILVA
MATRÍCULA:	706
CARGO:	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFNTIL
NIVEL:	03
PRAZO MÁXIMO DA LICENÇA PERMITIDA:	02 ANOS
PERIODO DA LICENÇA:	03/08/2026 A 03/08/2028

Art. 2. º - A presente licença NÃO poderá ser prorrogada após seu vencimento, conforme Art. 54 da Lei Municipal nº 1580/2022.

Art. 3. º - O servidor deverá retornar ás suas atividades ATÉ 04/08/2028, sob pena de abertura de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

Art. 4. º - Registre-se, Cumpra-se.

Paço Municipal, 31 de julho de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:F5BF1472

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 197/2026 – DE 31 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre nomeação de servidor temporário.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Fica nomeado **DIRLEI SELEDES,** portador da carteira de identidade RG nº *****594-PR, aprovado no Processo Seletivo Simplificado- PSS, Edital nº 01/2024, para o cargo temporário de Professor Educação Infantil, no horário de trabalho estabelecido de 40h semanais, a partir 03 de agosto de 2026.

Art. 2. º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal, 31 de julho de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:1C551F39

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 198/2026 – DE 31 DE JULHO DE 2026.

Dispõe sobre nomeação de servidor temporário.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1. º - Fica nomeada **ADRIANA APARECIDA MICALSKI,** portadora da carteira de identidade RG/CPF nº ***.***.389-94, aprovada no Processo Seletivo Simplificado- PSS, Edital nº 01/2026, para o cargo temporário de Professor Ensino Fundamental, no horário de trabalho estabelecido de 20h semanais, a partir 03 de agosto de 2026.

Art. 2. º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal, 31 de julho de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:5B244F31

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
EXTRATO DE DIÁRIAS - JULHO/2026

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN - PR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno e suas alterações, e na Lei n.º 943/2013 e suas alterações, publica as concessões de diárias aos vereadores e servidores deste Poder Legislativo Municipal ocorridas no mês de **JULHO/2026**.

_____

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIA 027/2026
Autorizo o pagamento de 01 (uma) diária sem pernoite ao Vereador **CESAR AUGUSTO CHOJNACKI (PMB)**, com a finalidade de deslocamento à **CURITIBA-PR**, no dia 20/07/2026, para participação em reunião com o Deputado Estadual Adão Litro (PSD) em seu gabinete na ALEP, em Curitiba-PR, para tratar assuntos de interesse do município, conforme solicitação.
Paulo Frontin (PR), 20 de julho de 2026.
R$ 270,00

_____

BEATRIZ APARECIDA SKRZYPA
Presidente do Poder Legislativo Municipal de Paulo Frontin PR

Publicado por:
Marcos Fabiano Pelepek
Código Identificador:4ECFAFC2

GABINETE DO PREFEITO
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA Nº 29/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 71/2026.

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA Nº 29/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 71/2026.
VALOR TOTAL: R$ 3.350,00 (TRÊS MIL, TREZENTOS E CINQUENTA REAIS)
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LEÕES MASCOTE PROERD DE PELÚCIA PERSONALIZADOS COM CAMISETA DO PROERD, DESTINADOS ÀS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS, AÇÕES DE INCENTIVO E PREMIAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA - PROERD, DESENVOLVIDO JUNTO À REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PAULO FRONTIN/PR.

CONSIDERANDO que o Processo Administrativo se encontra devidamente instruído com a Documentação de Formalização de Demanda (DFD), Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência (TR), Mapa de Preços e demais peças técnicas, em conformidade com o Art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO a justificativa técnica apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, a qual demonstra a necessidade de aquisição dos mascotes para as atividades do Programa PROERD, que possui relevante caráter educativo e preventivo, fortalecendo a autoestima, promovendo a cidadania e prevenindo o uso de drogas e a violência entre crianças e adolescentes da Rede Municipal de Ensino;
CONSIDERANDO que o Parecer Jurídico nº 168/2026, da Procuradoria do Município, manifestou-se favoravelmente pela legalidade do procedimento, reconhecendo a possibilidade de**Dispensa de Licitação**com fundamento no Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, em razão do valor estimado ser inferior a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
CONSIDERANDO a compatibilidade do preço ofertado com o valor de mercado, conforme demonstrado no Mapa de Preços, que adotou pesquisa com 03 (três) fornecedores e consulta a contratações similares, resultando nos valores unitários de R$ 32,00 para o tamanho P e R$47,00 para o tamanho G, totalizando R$ 3.350,00 (três mil trezentos e cinquenta reais);
CONSIDERANDO a existência de dotação orçamentária (02.004.12.361.0012.2013.3.3.90.30), conforme Parecer Contábil.
RESOLVO, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021,**AUTORIZAR**a realização da despesa e a contratação direta, por meio de**Dispensa de Licitação**, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, observando-se o disposto no § 3º do Art. 75 para divulgação de aviso e recebimento de propostas adicionais.

Paulo Frontin-PR, 31 de julho de 2026.

Publicado por:
Eder Renato Stelmach
Código Identificador:C66F8F03

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N. 581/2026

DECRETO N. 581/2026

SÚMULA: Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por anulação e contém outras providências.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS, Prefeito do Munícipio de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e conforme o contido no art. 33 da Lei 1488/2025 – LDO combinado com o art. 7º da Lei 1516/2025 – LOA.

D E C R E T A:

Art. 1º - Na conformidade com o disposto no Artigo 43 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, fica autorizada a abertura no Orçamento vigente de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais) assim discriminados:

Órgão: - 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: - 02.005 – SECRETARIA MUN. DE ASSIST. SOCIAL E FAMILIA
Atividade – 2.021 - MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL

Fonte	Dotação	Especificação	Valor
866	3.3.90.30	Material de Consumo	15.000,00

ATIVIDADE - 2.024 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Fonte	Dotação	Especificação	Valor
934	3.3.90.30	Material de Consumo	100.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, aberto pelo Artigo anterior, serão considerados os recursos de anulação parcial de dotações conforme abaixo:

Órgão: - 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: - 02.005 – SECRETARIA MUN. DE ASSIST.SOCIAL E FAMILIA
Atividade – 2.021 – MANUTENÇÃO FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL

Fonte	Dotação	Especificação	Valor
866	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – PJ	15.000,00

ATIVIDADE - 2.024 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Fonte	Dotação	Especificação	Valor
934	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens fixas – PC	100.000,00

Art. 3º - Os créditos adicionais abertos por este Ato integrarão o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 31 de julho de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:440BEFD1

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 41/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2025

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 41/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN – PR (CNPJ 77.007.474/0001-90), com sede na Rua Rui Barbosa, nº 204, Centro, Paulo Frontin/PR, CEP 84.635-000, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IRENEU INACIO ZACHARIAS.
CONTRATADA: AJA SERVIÇOS E CONTROLES TECNOLÓGICOS LTDA (CNPJ 30.540.393/0001-97), com sede na Rua Henrique Raauwendaal, nº 83, D, Parque das Palmeiras, Chapecó/SC, CEP 89.803-710, representada por seu Sócio Administrador, Sr. LUIZ CESAR ALVES.
OBJETO: Prorrogação de prazo por 12 meses (17/07/2026 a 17/07/2027) e reajuste de preços pelo IPCA/IBGE (5,929610% - R$ 50.325,12 para R$ 53.309,20), com fundamento no art. 107 da Lei 14.133/2021.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a prorrogação de contratos de serviços e fornecimentos contínuos, mediante comprovação de vantajosidade e manutenção das condições contratuais. A medida mostra-se econômica e administrativamente vantajosa, garantindo a continuidade dos serviços essenciais de sondagem e ensaios geotécnicos, indispensáveis ao desenvolvimento de projetos de engenharia e infraestrutura no município, diante da satisfatória execução contratual, da restrição de mercado regional especializado e da necessidade de evitar solução de continuidade nas demandas administrativas.
VALOR DO ADITIVO: R$ 53.309,20 (cinquenta e três mil, trezentos e nove reais e vinte centavos), já considerando o reajuste aplicado, conforme Parecer Contábil de 16/07/2026.
REAJUSTE: Aplicação do índice IPCA/IBGE, variação acumulada de 5,929610% no período de fevereiro/2024 a fevereiro/2025, com memória de cálculo:
Valor base: R$ 50.325,12
Fator de correção: 1,05929610
Valor reajustado: R$ 53.309,20
NOVA VIGÊNCIA:17/07/2026 a 17/07/2027 (prorrogação de 12 meses contados a partir de 17/07/2026).
DOTAÇÃO
ORÇAMENTÁRIA:02.002.04.122.0003.2004.3.3.90.39.00 (Manutenção do Gabinete do Secretário), conforme Parecer Contábil de 16/07/2026.
DATA DA ASSINATURA:17 de julho de 2026.

Paulo Frontin/PR, 17 de julho de 2026.

Publicado por:
Eder Renato Stelmach
Código Identificador:49CF53B1

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 42/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2025

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 42/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN – PR (CNPJ 77.007.474/0001-90), com sede na Rua Rui Barbosa, nº 204, Centro, Paulo Frontin/PR, CEP 84.635-000, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IRENEU INACIO ZACHARIAS.
CONTRATADA: MATHY ENGENHARIAS LTDA (CNPJ 46.029.277/0001-48), com sede na Rua Conselheiro Zacarias, nº 1.100, Canisianas, Irati/PR, CEP 84.500-245, representada por sua Sócia Administradora, Sra. MARIANE GABRIELLE PEDROSO.
OBJETO: Prorrogação de prazo por 12 meses (17/07/2026 a 17/07/2027) e reajuste de preços pelo IPCA/IBGE (5,929610% – R$ 15.200,00 para R$ 16.101,30), com fundamento no art. 107 da Lei 14.133/2021.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a prorrogação de contratos de serviços e fornecimentos contínuos, mediante comprovação de vantajosidade e manutenção das condições contratuais. A medida mostra-se econômica e administrativamente vantajosa, garantindo a continuidade dos serviços essenciais de sondagem SPT e mobilização, indispensáveis ao desenvolvimento de projetos de engenharia e infraestrutura no município, diante da satisfatória execução contratual, da restrição de mercado regional especializado e da necessidade de evitar solução de continuidade nas demandas administrativas.
VALOR DO ADITIVO: R$ 16.101,30 (dezesseis mil, cento e um reais e trinta centavos), já considerando o reajuste aplicado, conforme Parecer Contábil de 16/07/2026.
REAJUSTE: Aplicação do índice IPCA/IBGE, variação acumulada de 5,929610% no período de fevereiro/2024 a fevereiro/2025, com memória de cálculo:
Valor base: R$ 15.200,00
Fator de correção: 1,05929610
Valor reajustado: R$ 16.101,30
NOVA VIGÊNCIA:17/07/2026 a 17/07/2027 (prorrogação de 12 meses contados a partir de 17/07/2026).
DOTAÇÃO
ORÇAMENTÁRIA:02.002.04.122.0003.2004.3.3.90.39.00 (Manutenção do Gabinete do Secretário), conforme Parecer Contábil de 16/07/2026.
DATA DA ASSINATURA:17 de julho de 2026.

Paulo Frontin/PR, 17 de julho de 2026.

Publicado por:
Eder Renato Stelmach
Código Identificador:F2759F49

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 31/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2026

EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 31/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN – PR (CNPJ 77.007.474/0001-90), com sede na Rua Rui Barbosa, nº 204, Centro, Paulo Frontin/PR, CEP 84.635-000, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IRENEU INACIO ZACHARIAS.
CONTRATADA: VENEZA EQUIPAMENTOS SUL COMÉRCIO LTDA. (CNPJ 29.644.666/0001-64), com sede na Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 520, Cidade Industrial, Curitiba/PR, CEP 81.290-000, representada por ROSANA CRISTINA CALAÇA.
OBJETO DO APOSTILAMENTO: Atualização da denominação social (razão social), nome fantasia e dados bancários da contratada, mantendo-se inalterados o CNPJ, a personalidade jurídica, o objeto contratual, os prazos, o valor e as demais condições pactuadas, com fundamento no art. 136, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.
ALTERAÇÕES PROMOVIDAS:
Denominação anterior:VENEZA EQUIPAMENTOS SUL COMÉRCIO LTDA.
Denominação atual:M.A. MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.
CNPJ mantido:29.644.666/0001-64
Nome fantasia:atualizado para M.A. MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO (conforme documentos societários).
Dados bancários atualizados(exclusivos para pagamentos futuros):
Banco do Brasil – Agência 3402-9, C/C 19.263-5
Banco Itaú – Agência 9168, C/C 97.151-4
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 136, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, que dispõe que a alteração da razão ou denominação social do contratado é hipótese de registro por apostilamento, por não caracterizar modificação do contrato nem alterar o objeto, o valor, o prazo ou o equilíbrio econômico-financeiro.
EFICÁCIA: O apostilamento produz efeitos a partir da data de sua assinatura, devendo ser juntado aos autos e promovida a atualização dos registros cadastrais, financeiros e contratuais.
DATA DA ASSINATURA:31 de julho de 2026.

Paulo Frontin/PR, 31 de julho de 2026.

Publicado por:
Eder Renato Stelmach
Código Identificador:AA7C4B7A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 177/2026

PORTARIA Nº 177/2026

EXONERA, A PEDIDO, EMPREGADA PÚBLICA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO FRONTIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN**, ESTADO DO PARANÁ, SR. **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, mormente as conferidas pelo artigo 65, incisos VI e X da Lei Orgânica do Município de 2007;
CONSIDERANDO o requerimento apresentado pela empregada pública **Emanoelli Turkot Romanhiuk**, matrícula nº **720**, ocupante do emprego público de **Técnico em Enfermagem**, solicitando seu desligamento do quadro de pessoal da Fundação;
CONSIDERANDO que a rescisão contratual decorre de manifestação expressa de vontade da empregada;
RESOLVE:
Art. 1º Fica rescindido, **a pedido**, o contrato de trabalho da empregada pública **EMANOELLI TURKOT ROMANHIUK**, portadora do CPF xxx.xxx.489-67, matrícula nº **720**, ocupante do emprego público de **Técnico em Enfermagem**, lotada na Fundação Municipal de Saúde de Paulo Frontin, com efeitos a partir de **31 de julho de 2026**, extinguindo-se o vínculo empregatício nesta data.
Art. 2º Determinar ao Departamento de Recursos Humanos que proceda à baixa funcional da empregada e adote as providências necessárias à elaboração da rescisão contratual, pagamento das verbas rescisórias devidas, anotações nos assentamentos funcionais e demais registros legais.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos administrativos e financeiros em **31 de julho de 2026**.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Paulo Frontin/PR, em 31 de julho de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:091D23DB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 178/2026

PORTARIA Nº 178/2026

EXONERA, A PEDIDO, SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN**, ESTADO DO PARANÁ, SR. **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, mormente as conferidas pelo artigo 65, incisos VI e X da Lei Orgânica do Município de 2007;
CONSIDERANDO o requerimento apresentado pelo servidor **Caio Felipe Domingues**, matrícula nº **1236**, ocupante do emprego público de **Auxiliar Administrativo**, por meio do qual solicita seu desligamento do quadro de pessoal do Município;
CONSIDERANDO que a extinção do vínculo empregatício decorre de manifestação expressa de vontade do servidor;
RESOLVE:
Art. 1º Fica rescindido, **a pedido**, o contrato de trabalho do servidor **CAIO FELIPE DOMINGUES**, portador do CPF xxx.xxx.329-23 matrícula nº **1236**, ocupante do emprego público de **Auxiliar Administrativo**, lotado na Prefeitura Municipal de Paulo Frontin, com efeitos a partir de **31 de julho de 2026**, extinguindo-se o vínculo empregatício nesta data.
Art. 2º Determinar ao Departamento de Recursos Humanos que proceda à baixa funcional do servidor e adote as providências necessárias à elaboração da rescisão contratual, pagamento das verbas rescisórias devidas, anotações nos assentamentos funcionais e demais registros legais.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos administrativos e financeiros em **31 de julho de 2026**.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Paulo Frontin/PR, em 31 de julho de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:E21A60A1

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO ADMINISTRATIVO:Nº 71/2026 DISPENSA PRESENCIAL:Nº 29/2026

JUSTIFICATIVA DISPENSA 29/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO:Nº 71/2026
DISPENSA PRESENCIAL:Nº 29/2026

ASSUNTO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LEÕES MASCOTE PROERD DE PELÚCIA PERSONALIZADOS COM CAMISETA DO PROERD, DESTINADOS ÀS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS, AÇÕES DE INCENTIVO E PREMIAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS

DROGAS E À VIOLÊNCIA - PROERD, DESENVOLVIDO JUNTO À REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PAULO FRONTIN/PR.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO apresenta a justificativa para a contratação na essencialidade das ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD, desenvolvido pela Polícia Militar do Estado do Paraná em parceria com o Município de Paulo Frontin/PR. O programa possui relevante caráter educativo e preventivo, buscando fortalecer a autoestima, promover a cidadania e prevenir o uso de drogas e a prática da violência entre crianças e adolescentes da Rede Municipal de Ensino. Os leões mascotes de pelúcia personalizados são utilizados como símbolo de incentivo, motivação e reconhecimento aos alunos participantes das atividades pedagógicas e da solenidade de formatura do programa, prevista para o dia 02 de setembro de 2026. Os mascotes de 20 cm serão utilizados como incentivo aos alunos participantes das atividades, enquanto os de 40 cm serão destinados à premiação das melhores redações. A quantidade estimada foi definida com base no número previsto de alunos participantes no exercício de 2026. Considerando a necessidade de continuidade do atendimento das demandas da Administração Pública; a observância dos princípios da eficiência, economicidade e interesse público; a regular instrução do processo administrativo; a compatibilidade do preço ofertado com o valor de mercado (R$ 3.350,00 para 100 unidades), conforme pesquisa com 03 (três) fornecedores e consulta a contratações similares; e a manifestação favorável da Procuradoria Jurídica (Parecer nº 168/2026) quanto à viabilidade da contratação, resta devidamente justificada a contratação mediante dispensa, com fundamento no Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se as condições de habilitação e as demais exigências legais aplicáveis ao caso concreto.

Paulo Frontin-PR, 31 de julho de 2026.

Publicado por:
Eder Renato Stelmach
Código Identificador:F6C3DC1E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE ANULAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 07/2026
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE ESTRUTURA AUDIOVISUAL NA BIBLIOTECA CIDADÃ DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, ESTADO DO PARANÁ.

O Município de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, por meio da Comissão Permanente de Licitações, após constatação de divergência entre a data da sessão pública divulgada no edital (24/07/2026) e a data operacionalizada no sistema eletrônico BLL Compras, comunica a **ANULAÇÃO** do certame, com fundamento no art. 71, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 e na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal, conforme decisão constante dos autos.
O edital será republicado com nova data de abertura das propostas e de sessão de disputa, na mesma forma da divulgação inicial, reabrindo-se integralmente os prazos legais, observadas as necessidades do Município de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná.
Fica franqueado aos interessados o prazo recursal de 3 (três) dias úteis, nos termos do art. 165, inciso I, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, 31 de julho de 2026.

ANDRESSA MAIARA LANG
Agente de Contratação

Publicado por:
Andressa Maiara Lang
Código Identificador:B9827118

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 36/2026
O **MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE**, Estado do Paraná, por intermédio de sua Pregoeira, Senhora **Andressa Maiara Lang**, designada pela Portaria nº 38/2026, de 25/05/2026, **TORNA PÚBLICO** aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo Decreto Municipal nº 30/2023 e pelas condições estabelecidas no Edital.
1. OBJETO: Aquisição de 1 (uma) máquina enfardadora, 1 (uma) máquina segadora e 1 (uma) máquina enleiradora (ancinho), novas, destinadas ao atendimento das necessidades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, conforme especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital).
2. VALOR MÁXIMO GLOBAL: R$ 214.245,21 (duzentos e quatorze mil, duzentos e quarenta e cinco reais e vinte e um centavos)
3. PARTICIPAÇÃO: os **Itens 2 e 3** são de participação **exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte**, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006; o **Item 1** é de ampla concorrência, assegurado o tratamento favorecido da LC nº 123/2006.
4. INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir das 08h00 do dia **03 de agosto de 2026**.
5. FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS / ABERTURA: dia **13 de agosto de 2026, às 08h30**.
6. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: dia **13 de agosto de 2026, às 09h00**.
7. SISTEMA ELETRÔNICO (local da sessão pública): Bolsa de Licitações e Leilões – BLL (https://bllcompras.com).
8. OBTENÇÃO DO EDITAL: o Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no sítio eletrônico oficial do Município (www.peroladoeste.pr.gov.br – Portal da Transparência), na plataforma BLL e no Setor de Licitações da Prefeitura, podendo ainda ser solicitados pelo e-mail licitacao@peroladoeste.pr.gov.br.
9. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame (art. 164 da Lei nº 14.133/2021), na forma prevista no Edital.
10. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília/DF.
Pérola D'Oeste/PR, 31 de julho de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

ANDRESSA MAIARA LANG
Pregoeira – Portaria nº 38/2026

Publicado por:
Andressa Maiara Lang
Código Identificador:C0175889

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

LEGISLATIVO MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2025

*****republicado
Objeto: Contratação de Agente de Integração especializado na prestação de serviços de administração do programa de concessão de vagas de estágio remunerado a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva em cursos de ensino médio, técnico e

superior, de instituições públicas e privadas, oficiais ou reconhecidas pelo Ministério da Educação – MEC, visando o preenchimento de vagas de estágio curricular supervisionado, cujas áreas de conhecimento estejam diretamente relacionadas às atividades desenvolvidas pela Câmara Municipal de Piên/PR, conforme exigências estabelecidas neste Aviso, no Termo de Referência e seus anexos

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O presidente Sr. Almir Pedro Mielke, no uso de suas atribuições, na forma do Art. 75º, II, da Lei Federal 14.133/2021. Resolve:
HOMOLOGAR a presente Dispensa de Licitação, a qual tem como objeto: **Contratação de Agente de Integração** visando o preenchimento de vagas de estágio curricular supervisionado, cujas áreas de conhecimento estejam diretamente relacionadas às atividades desenvolvidas pela Câmara Municipal de Piên/PR, conforme termo de referência, condições, e exigências estabelecidas neste Aviso, seus anexos, seus anexos e ADJUDICAR seu objeto às empresas:

RAZÃO SOCIAL: **CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTÁGIOS CIN**.
Pessoa jurídica de direito privado com Sede na Rua Azevedo Portugal, 1369, Centro, Guarapuava, PR.
CNPJ Nº: 03.233.240/0001-24
Serviço Contratado: **Contratação de Agente de Integração**
Valor Un (por estagiário) : R$ 25,00 (vinte e cinco) reais
Valor total mensal de R$ 50,00 (cinquenta reais)
Valor Total 12 meses: R$ 600,00 (seiscentos reais)
Dotação Orçamentaria:
01.00 – Legislativo Municipal
01.01 – Câmara Municipal
01.031.001.2.001 – Manutenção do Poder Legislativo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ
3.3.90.39.58.00 - Serviços de Seleção e Treinamento

Piên/PR; 16 de julho de 2026

ALMIR PEDRO MIELKE
Presidente

Publicado por:
Gilson Hilgenstieler
Código Identificador:07879E23

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO 036/2026

CONTRATAÇÃO DIRETA
Dispensa de Licitação N° 036/2026

PROTOCOLO: 3639/2026

Objeto: Dispensa de licitação para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Plotagem de veículos pertencentes à frota Municipal
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR.

CONTRATADA: AÇÃO COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA
CNPJ: 08.923.607/0001-55
VALOR: R$ 3.990,02 (Três mil e novecentos e noventa reais e dez centavos)

AUTORIZAÇÃO: 31/07/2026

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:6B8959A8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL 037/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO 01/2023

EDITAL 037/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

O Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado do Concurso Público - Edital nº 001/2023, homologado pelo Edital 016/2023, de 03 de julho de 2023,

RESOLVE:
Convocar os candidatos a seguir relacionados para comparecer na Área de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, situada na Rua Amazonas, nº 373 – Centro – Piên/PR, a partir do dia **03 de agosto de 2026,** no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00, para apresentação de documentos e para realização da avaliação médica pré-admissional:

Cargo: Professor

Classificação	Nome do Candidato
78º	FRANCIELE GUERREIRO DA COSTA

Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, 31 de julho de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:7DACCDFF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 122/2026

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA Nº 08/2026

CONTRATADO: TOTAL PAV CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO LTDA
CNPJ: 15.019.222/0001-23
OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para execução da Pavimentação em CBUQ da Estrada Municipal Campo Novo – T1, Poço Frio, Piên/PR, com área de 10.037,26 m² incluindo serviços preliminares, terraplenagem, drenagem pluvial, pavimentação asfáltica, sinalização viária, conforme condições e especificações contidas neste termo, em atendimento ao Instrumento de nº 4119103/2025, celebrado entre a Caixa Econômica Federal na qualidade de Representante ITAIPU e o Município de Piên para implantação das atividades de Saneamento ambiental, manejo de água e solo, energias renováveis e obras sociais, comunitárias e de infraestrutura do programa ITAIPU MAIS QUE ENERGIA.
VALOR TOTAL: R$ 2.191.895,44 (dois milhões e cento e noventa e um mil e oitocentos e noventa e cinco reais e quatorze centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado

FISCAL: Emerson Gonçalves
DATA DE ASSINATURA: 28 de julho de 2026.

Coordenação de Contratos.
Compras e licitações

Publicado por:
Thais Becker de Souza
Código Identificador:EF3D63B9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 110/2026

CONTRATAÇÃO DIRETA
Inexigibilidade de Licitação N° 110/2026

PROTOCOLO: 3660/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção técnica corretiva, em uma câmara de conservação de imunobiológicos de marca ELBER

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR.

PESSOA JURÍDICA: COTTONIL DO BRASIL LTDA
CNPJ: 04.242.944/0001-26
VALOR: R$ 3.627,00 (Três mil, seiscentos e vinte e sete reais).

AUTORIZAÇÃO: 31/07/2026

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:F85389B4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1005, DE 28 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 1005, DE 28 DE JULHO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) Público(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 03 de agosto a 12 de agosto de 2026, a servidora pública **MARCILENE DO CARMO GOMES BARRETO,** portador da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 040.***.***-** matrícula funcional nº 191351, ocupante do cargo público de **Técnico em Enfermagem.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 28 de julho de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:A8244840

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1006, DE 28 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 1006, DE 28 DE JULHO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) Público(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 21 de dezembro de 2026 a 09 de janeiro de 2027, a servidora pública **HELLEN CAROLINE SACHT,** portador da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 063.***.***-** matrícula funcional nº 4766095, ocupante do cargo público de **Assistente Administrativo.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 28 de julho de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:D067B124

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1007/2026, DE 30 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 1007/2026, DE 30 DE JULHO DE 2026.

Designa comissões de avaliação de desempenho dos profissionais do Magistério.

O Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 66 item IX da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto nos artigos 11, 12, 13 e 14 do Decreto n° 105 de 02 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art. 1° Ficam designadas as comissões abaixo relacionadas para avaliação do critério **"Desempenho"** dos Profissionais do Magistério:

I – Escola Municipal Marciano de Carvalho:
a) Clarice de Fátima Fragoso;
b) Viviane Miriam Balansin Rutz (Direção no período de 30/01/2023 a 29/01/2026);
c) Marilene Pereira Nogueira (Suporte pedagógico no período de 30/01/2023 a 29/01/2026);
d) Marilene Pereira Nogueira (Direção no período de 30/01/2026 a 29/01/2029);
e) Veridiana Luiz (Suporte Pedagógico no período de 30/01/2026 a 29/01/2029);
f) Andressa Fuerst Schroth, Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira, Isadora Carolina Zeszotko, Leonice Zimmer e Marily Penteado Wotroba Heiden.

II - Escola Municipal Alminda Antônia de Andrade:
a) Clarice de Fátima Fragoso;
b) Sabrina Marcela de Andrade Stahelin (Direção no período de 30/01/2023 a 29/01/2026);
c) Ivanize de Fátima Zappe Nenenamnn (Suporte pedagógico no período de 30/01/2023 a 29/01/2026);
d) Sabrina Marcela de Andrade Stahelin (Direção no período de 30/01/2026 a 29/01/2029);
e) Mirian Carvalho da Silva (Suporte pedagógico no período de 30/01/2026 a 29/01/2029)
f) Andressa Fuerst Schroth, Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira, Isadora Carolina Zeszotko, Leonice Zimmer e Marily Penteado Wotroba Heiden.

III - Escola Municipal do Campo de Gramados:
a) Clarice de Fátima Fragoso;
b) Leniza Clarisse Minickovski Hollerweger (Direção no período de 30/01/2023 a 29/01/2026);
c) Neuza Pscheidt Melenek (Suporte pedagógico no período de 30/01/2023 a 26/01/2025);
d) Gilcelia Pasda (Suporte pedagógico no período de 27/01/2025 a 29/01/2026);
e) Gilcelia Pasda (Direção no período de 30/01/2026 a 29/01/2029);
f) Leniza Clarisse Minickovski Hollerweger (Suporte Pedagógico no período de 30/01/2026 a 29/01/2029)
g) Andressa Fuerst Schroth, Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira, Isadora Carolina Zeszotko, Leonice Zimmer e Marily Penteado Wotroba Heiden.

IV - Escola Municipal do Campo Etelvina Pacheco:

a) Clarice de Fátima Fragoso;
b) Claudiana Lang da Silva (Direção no período de 30/01/2023 a 29/01/2026);
c) Claudiana Lang da Silva (Direção no período de 30/01/2026 a 29/01/2029);
d) Solange de Fátima Senn;
e) Andressa Fuerst Schroth, Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira, Isadora Carolina Zeszotko, Leonice Zimmer e Marily Penteado Wotroba Heiden.

V - Escola Municipal do Campo Prefeito Laércio Bueno dos Santos:
a) Clarice de Fátima Fragoso;
b) Ana Luiza da Cruz Kaminski (Direção no período de 23/05/2024 a 17/11/2024);
c) Aldri Marina Grosskopf (Suporte Pedagógico no período de 30/01/2023 a 29/01/2026);
d) Monica Baumel Brunnquell (Direção no período de 30/01/2026 a 29/01/2029);
e) Bianca das Graças de Souza Abramoski (Suporte pedagógico no período de 30/01/2026 a 29/01/2029);
f) Andressa Fuerst Schroth, Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira, Isadora Carolina Zeszotko, Leonice Zimmer e Marily Penteado Wotroba Heiden.

VI - Escola Municipal do Campo Frei Demétrio:
a) Clarice de Fátima Fragoso;
b) Silmara Aparecida do Prado (Direção no período de 30/01/2023 a 29/01/2026);
c) Márcia Jaqueline da Silva Grosskopf (Suporte pedagógico no período de 30/01/2023 a 29/01/2026);
d) Araci Maria de Sá Ribas (Direção no período de 30/01/2026 a 29/01/2029);
e) Keity Schroth Negrelli (Suporte pedagógico no período de 30/01/2026 a 29/01/2029);
f) Andressa Fuerst Schroth, Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira, Isadora Carolina Zeszotko, Leonice Zimmer e Marily Penteado Wotroba Heiden.

VII - Escola Municipal do Campo Santa Isabel:
a) Clarice de Fátima Fragoso;
b) Bianca Adelita de Lima da Costa (Direção no período de 30/01/2023 a 29/01/2026);
c) Vaneza Ribeiro de Siqueira (Suporte pedagógico no período de 30/01/2023 a 29/01/2026);
d) Bianca Adelita de Lima da Costa (Direção no período de 30/01/2026 a 29/01/2029);
e) Vaneza Ribeiro de Siqueira (Suporte Pedagógico no período de 30/01/2026 a 29/01/2029);
f) Andressa Fuerst Schroth, Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira, Isadora Carolina Zeszotko, Leonice Zimmer e Marily Penteado Wotroba Heiden.

VIII – Centro Municipal de Educação Infantil Tia Nena.
a) Clarice de Fátima Fragoso;
b) Juliana Pscheidt da Silva (Direção no período de 30/01/2023 a 29/01/2026);
c) Angelita Pscheidt Miranda da Costa (Suporte pedagógico no período de 30/01/2023 a 29/01/2026);
d) Márcia Jaqueline da Silva Grosskopf (Direção no período de 30/01/2026 a 29/01/2029);
e) Jucelia Cristina Bueno da Conceição (Suporte pedagógico no período de 30/01/2026 a 29/01/2029)
f) Andressa Fuerst Schroth, Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira, Isadora Carolina Zeszotko, Leonice Zimmer e Marily Penteado Wotroba Heiden.

IX – Centro Municipal de Educação Infantil Gotinhas do Saber:
a) Clarice de Fátima Fragoso;
b) Claudimeri Lang da Silva (Direção no período de 30/01/2023 a 29/01/2026);
c) Cirlene Fortescki (Suporte pedagógico no período de 30/01/2023 a 29/01/2026);
d) Ketrin Vanusa Gassner (Direção no período de 30/01/2026 a 29/01/2029);
e) Scheila de Andrade Sura (Suporte pedagógico no período de 30/01/2026 a 29/01/2029);
f) Andressa Fuerst Schroth, Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira, Isadora Carolina Zeszotko, Leonice Zimmer e Marily Penteado Wotroba Heiden.

X – Centro Municipal de Educação Infantil Tio Milton:
a) Clarice de Fátima Fragoso;
b) Roselete de Melo (Direção no período de 17/07/2023 a 29/01/2026);
c) Jussara Aparecida Zappe de Lara (Suporte pedagógico no período de 30/01/2023 a 29/01/2026);
d) Rosilene Bineck (Direção no período de 30/01/2026 a 29/01/2029)
e) Jussara Aparecida Zappe de Lara (Suporte pedagógico no período de 30/01/2026 a 29/01/2029);
f) Andressa Fuerst Schroth, Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira, Isadora Carolina Zeszotko, Leonice Zimmer e Marily Penteado Wotroba Heiden.

XI – Centro Municipal de Educação Infantil Vida Nova:
a) Clarice de Fátima Fragoso;
b) Clatiane Osinski (Direção no período de 05/07/2024 a 29/01/2026);
c) Suzani Seidel Pinheiro (Suporte pedagógico no período de 25/01/2024 a 26/01/2025);
d) Rosemari de França Vieira (Suporte pedagógico no período de 27/01/2025 a 29/01/2026);
e) Clatiane Osinski (Direção no período de 30/01/2026 a 29/01/2029);
f) Rosemari de França Vieira (Suporte pedagógico no período de 30/01/2026 a 29/01/2029);
g) Andressa Fuerst Schroth, Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira, Isadora Carolina Zeszotko, Leonice Zimmer e Marily Penteado Wotroba Heiden.

XII – Centro Municipal de Educação Infantil Raio de Sol:
a) Clarice de Fátima Fragoso;
b) Josciane Maria Zimmer Grossl (Direção no período de 05/07/2024 a 26/01/2025);
c) Ana Luiza da Cruz Kaminski (Direção no período de 27/01/2025 a 29/01/2026);
d) Iriziana Schreiner (Direção no período de 30/01/2026 a 29/01/2029);
e) Solange de Fátima Senn;
f) Andressa Fuerst Schroth, Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira, Isadora Carolina Zeszotko, Leonice Zimmer e Marily Penteado Wotroba Heiden.

Art. 2° Ficam designadas as comissões abaixo relacionadas para avaliação do critério “Desempenho” dos Profissionais do Magistério ocupantes da função de Diretor:

I – Escola Municipal Marciano de Carvalho:
a) Clarice de Fátima Fragoso;
b) Marilene Pereira Nogueira (Suporte Pedagógico no período de 30/01/2023 a 29/01/2026);
c) Veridiana Luiz (Suporte Pedagógico no período de 30/01/2026 a 29/01/2029);
d) Andressa Fuerst Schroth, Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira, Isadora Carolina Zeszotko, Leonice Zimmer e Marily Penteado Wotroba Heiden.
e) Solange de Fátima Senn.

II – Escola Municipal Alminda Antônia de Andrade:
a) Clarice de Fátima Fragoso;
b) Ivanize de Fátima Zappe Nenemann (Suporte pedagógico no período de 30/01/2023 a 29/01/2026);
c) Mirian Carvalho da Silva (Suporte pedagógico no período de 30/01/2026 a 29/01/2029);
d) Andressa Fuerst Schroth, Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira, Isadora Carolina Zeszotko, Leonice Zimmer e Marily Penteado Wotroba Heiden;
e) Solange de Fátima Senn.

III – Escola Municipal Etelvina Pacheco:
a) Clarice de Fátima Fragoso;
b) Adenilza Aparecida Senn;
c) Andressa Fuerst Schroth, Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira, Isadora Carolina Zeszotko, Leonice Zimmer e Marily Penteado Wotroba Heiden;
d) Marcia Zigovski.

IV – Escola Municipal do Campo Prefeito Laércio Bueno dos Santos:
a) Clarice de Fátima Fragoso;
b) Aldri Marina Grosskopf (Suporte pedagógico no período de 30/01/2023 a 29/01/2026);
c) Bianca das Graças de Souza Abramoski (Suporte pedagógico no período de 30/01/2026 a 29/01/2029);
d) Andressa Fuerst Schroth, Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira, Isadora Carolina Zeszotko, Leonice Zimmer e Marily Penteado Wotroba Heiden;
e) Solange de Fátima Senn.

V – Escola Municipal do Campo de Gramados:
a) Clarice de Fátima Fragoso;
b) Neuza Pscheidt Melenek (Suporte pedagógico no período de 30/01/2023 a 26/01/2025);
c) Gilcelia Pasda (Suporte pedagógico no período de 27/01/2025 a 29/01/2026);
d) Leniza Clarisse Minickovski Hollerweger (Suporte pedagógico no período de 30/01/2026 a 29/01/2029)
e) Andressa Fuerst Schroth, Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira, Isadora Carolina Zeszotko, Leonice Zimmer e Marily Penteado Wotroba Heiden;
f) Solange de Fátima Senn.

VI – Escola Municipal do Campo Santa Isabel:
a) Clarice de Fátima Fragoso;
b) Vaneza Ribeiro de Siqueira (Suporte pedagógico no período de 30/01/2023 a 29/01/2026 e de 30/01/2026 a 29/01/2029);
c) Andressa Fuerst Schroth, Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira, Isadora Carolina Zeszotko, Leonice Zimmer e Marily Penteado Wotroba Heiden;
d) Solange de Fátima Senn.

VII – Escola Municipal do Campo Frei Demétrio:
a) Clarice de Fátima Fragoso;
b) Márcia Jaqueline da Silva Grosskopf (Suporte pedagógico no período de 30/01/2023 a 29/01/2026);
c) Keity Schroth Negrelli (Suporte pedagógico no período de 30/01/2026 a 29/01/2029);
d) Andressa Fuerst Schroth, Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira, Isadora Carolina Zeszotko, Leonice Zimmer e Marily Penteado Wotroba Heiden;
e) Solange de Fátima Senn.

VIII – Centro Municipal de Educação Infantil Gotinhas do Saber
a) Clarice de Fátima Fragoso;
b) Cirlene Forteschi (Suporte pedagógico no período de 30/01/2023 a 29/01/2026);
c) Scheila de Andrade Sura (Suporte pedagógico no período de 30/01/2026 a 29/01/2029);
d) Andressa Fuerst Schroth, Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira, Isadora Carolina Zeszotko, Leonice Zimmer e Marily Penteado Wotroba Heiden;
e) Solange de Fátima Senn.

IX – Centro Municipal de Educação Infantil Tia Nena
a) Clarice de Fátima Fragoso;
b) Angelita Pscheidt Miranda da Costa (Suporte pedagógico no período de 30/01/2023 a 29/01/2026);
c) Jucelia Cristina Bueno da Conceição (Suporte pedagógico no período de 30/01/2026 a 29/01/2029);
d) Andressa Fuerst Schroth, Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira, Isadora Carolina Zeszotko, Leonice Zimmer e Marily Penteado Wotroba Heiden;
e) Solange de Fátima Senn.

X – Centro Municipal de Educação Infantil Tio Milton
a) Clarice de Fátima Fragoso;
b) Jussara Aparecida Zappe de Lara (Suporte pedagógico nos períodos de 30/01/2023 a 29/01/2026 e de 30/01/2026 a 29/01/2029);
c) Andressa Fuerst Schroth, Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira, Isadora Carolina Zeszotko, Leonice Zimmer e Marily Penteado Wotroba Heiden;
d) Solange de Fátima Senn.

XI – Centro Municipal de Educação Infantil Vida Nova
a) Clarice de Fátima Fragoso;
b) Suzani Seidel Pinheiro (Suporte pedagógico no período de 25/01/2024 a 26/01/2025);
c) Rosemari de França Vieira (Suporte pedagógico nos períodos de 27/01/2025 a 29/01/2026 e de 30/01/2026 a 29/01/2029);
d) Andressa Fuerst Schroth, Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira, Isadora Carolina Zeszotko, Leonice Zimmer e Marily Penteado Wotroba Heiden;
e) Solange de Fátima Senn.

XII – Centro Municipal de Educação Infantil Raio de Sol:
a) Clarice de Fátima Fragoso;
b) Josciane Maria Zimmer Grossl;
c) Andressa Fuerst Schroth, Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira, Isadora Carolina Zeszotko, Leonice Zimmer e Marily Penteado Wotroba Heiden;
d) Solange de Fátima Senn.

Art. 3º Fica designada as comissões abaixo relacionadas para avaliação do critério desempenho dos Profissionais do Magistério ocupantes da função de Suporte Pedagógico em Instituição Educacional:

I – Escola Municipal Alminda Antonia de Andrade:
a) Clarice de Fátima Fragoso;
b) Sabrina Marcela de Andrade Stahelin (Direção nos períodos de 30/01/2023 a 29/01/2026 e de 30/01/2026 a 29/01/2029);
c) Andressa Fuerst Schroth, Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira, Isadora Carolina Zeszotko, Leonice Zimmer e Marily Penteado Wotroba Heiden;
d) Solange de Fátima Senn.

II – Escola Municipal Marciano de Carvalho:
a) Clarice de Fátima Fragoso;
b) Viviane Miriam Balansin Rutz (Direção no período de 30/01/2023 a 29/01/2026);
c) Marilene Pereira Nogueira (Direção no período de 30/01/2026 a 29/01/2029);
d) Andressa Fuerst Schroth, Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira, Isadora Carolina Zeszotko, Leonice Zimmer e Marily Penteado Wotroba Heiden;
e) Solange de Fátima Senn.

III – Escola Municipal do Campo de Gramados
a) Clarice de Fátima Fragoso;
b) Leniza Clarisse Minickovski Hollerweger (Direção no período de 30/01/2023 a 29/01/2026);
c) Gilcelia Pasda (Direção no período de 30/01/2026 a 29/01/2029);
d) Andressa Fuerst Schroth, Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira, Isadora Carolina Zeszotko, Leonice Zimmer e Marily Penteado Wotroba Heiden;
e) Solange de Fátima Senn.

IV– Escola Municipal do Campo Prefeito Laércio Bueno dos Santos
a) Clarice de Fátima Fragoso;
b) Ana Luiza da Cruz Kaminski (Direção no período de 23/05/2024 a 17/11/2024);
c) Monica Baumel Brunnquell (Direção no período de 30/01/2026 a 29/01/2029);
d) Andressa Fuerst Schroth, Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira, Isadora Carolina Zeszotko, Leonice Zimmer e Marily Penteado Wotroba Heiden;
e) Solange de Fátima Senn.

V– Escola Municipal do Campo Santa Isabel
a) Clarice de Fátima Fragoso;
b) Bianca Adelita de Lima da Costa (Direção nos períodos de 30/01/2023 a 29/01/2026 e de 30/01/2026 a 29/01/2029);
c) Andressa Fuerst Schroth, Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira, Isadora Carolina Zeszotko, Leonice Zimmer e Marily Penteado Wotroba Heiden;
d) Solange de Fátima Senn.
VI– Escola Municipal do Campo Frei Demétrio
a) Clarice de Fátima Fragoso;
b) Silmara Aparecida do Prado (Direção no período de 30/01/2023 a 29/01/2026);
c) Araci Maria de Sá Ribas (Direção no período de 30/01/2026 a 29/01/2029);
d) Andressa Fuerst Schroth, Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira, Isadora Carolina Zeszotko, Leonice Zimmer e Marily Penteado Wotroba Heiden;
e) Solange de Fátima Senn.

VII – Centro Municipal de Educação Infantil Tio Milton:
a) Clarice de Fátima Fragoso;
b) Roselete de Melo (Direção no período de 17/07/2023 a 29/01/2026);
c) Rosilene Bineck (Direção no período de 30/01/2026 a 29/01/2029);
d) Andressa Fuerst Schroth, Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira, Isadora Carolina Zeszotko, Leonice Zimmer e Marily Penteado Wotroba Heiden;
e) Solange de Fátima Senn.

VIII– Centro Municipal de Educação Infantil Gotinhas do Saber:
a) Clarice de Fátima Fragoso;
b) Claudimeri Lang da Silva Liebl (Direção no período de 30/01/2023 a 29/01/2026);
c) Ketrin Vanusa Gassner (Direção no período de 30/01/2026 a 29/01/2029);
d) Andressa Fuerst Schroth, Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira, Isadora Carolina Zeszotko, Leonice Zimmer e Marily Penteado Wotroba Heiden;
e) Solange de Fátima Senn.

IX – Centro Municipal de Educação Infantil Tia Nena
a) Clarice de Fátima Fragoso;
b) Juliana Pscheidt da Silva (Direção no período de 30/01/2023 a 29/01/2026);
c) Márcia Jaqueline da Silva Grosskopf (Direção no período de 30/01/2026 a 29/01/2029);
d) Andressa Fuerst Schroth, Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira, Isadora Carolina Zeszotko, Leonice Zimmer e Marily Penteado Wotroba Heiden;
e) Solange de Fátima Senn.

X – Centro Municipal de Educação Infantil Vida Nova
a) Clarice de Fátima Fragoso;
b) Clatiane Osinski (Direção nos períodos de 05/07/2024 a 29/01/2026 e de 30/01/2026 a 29/01/2029);
c) Andressa Fuerst Schroth, Catarina Michel Adenil Pereira Ferreira, Isadora Carolina Zeszotko, Leonice Zimmer e Marily Penteado Wotroba Heiden;
d) Solange de Fátima Senn.

Art. 4º Fica designada a comissão abaixo relacionada para avaliação do critério desempenho dos Profissionais do Magistério que exercem a função de Suporte Pedagógico na Secretaria Municipal de Educação:

a) Clarice de Fátima Fragoso
b) Marilene Pereira Nogueira, Clatiane Osinski, Sabrina Marcela de Andrade;
c) Ana Claudia Ribas Cordeiro;
d) Solange de Fátima Senn.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6° Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 30 de julho de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças.

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:5927996C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 993, DE 28 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 993, DE 28 DE JULHO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **DIANE FERNANDA PIECKOCZ MALICHESKI** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 056.***.***-*** e matrícula funcional 102441/4765980, ocupante do cargo público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Educação Inclusiva Integrativa	29/07 e 31/07/2026	Pinhais/PR	2(duas)	R$ 122,00	7306/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 28 de julho de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Republicado por incorreção

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:556EE731

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 994, DE 28 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 994, DE 28 DE JULHO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **MARIA DE FATIMA RECK** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 633.***.***-*** e matrícula funcional 4766203, ocupante do cargo público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Educação Inclusiva Integrativa	29/07 e 31/07/2026	Pinhais/PR	2(duas)	R$ 122,00	7305/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 28 de julho de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Republicado por incorreção

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:2A94CFA4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 995, DE 28 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 995, DE 28 DE JULHO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **VIVIANE MIRIAM BALANSIN RUTZ** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 014.***.***-*** e matrícula funcional 19962, ocupante do cargo público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Educação Inclusiva Integrativa	29/07 e 31/07/2026	Pinhais/PR	2(duas)	R$ 122,00	7304/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 28 de julho de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Republicado por incorreção

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:F1C7B194

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 996, DE 28 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 996, DE 28 DE JULHO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **ELAINE ZAPPE** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 054.***.***-*** e matrícula funcional 102591/105751, ocupante do cargo público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Educação Inclusiva Integrativa	29/07/2026	Pinhais/PR	1(uma)	R$ 61,00	7303/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 28 de julho de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Republicado por incorreção

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:E1A3C0E3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 997, DE 28 DE JULHO DE 2026.

PORTARIA Nº 997, DE 28 DE JULHO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **CATARINA MICHEL ADENIL FERREIRA PEREIRA** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 003.***.***-** e matrículas funcionais 105631/4766293, ocupante do cargo público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Educação Inclusiva Integrativa	29/07 e 31/07/2026	Pinhais/PR	2(duas)	R$ 122,00	7313/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 28 de julho de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Republicado por incorreção

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:7DA28D19

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
REQUERIMENTO DE DESISTÊNCIA

Piên/PR, 31 de julho de 2026.

REQUERIMENTO DE DESISTÊNCIA

Eu, **NATALIA LIMA DE ASSIS**, convocado (a) pelo Edital nº 036/2026 residente em Trigolândia, Piên/PR, portadora da cédula de identidade civil com RG de nº 68****** e CPF nº 102.***.***-** venho mui respeitosamente requerer desistência da vaga de **Professor,** conforme classificação obtida no **Concurso Público 001/2023.**

_____

NATALIA LIMA DE ASSIS

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:8CF0CA44

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 03/2026 - GABARITO PRELIMINAR

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO
Estado do Paraná

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2026

EDITAL Nº 03/2026
GABARITO PRELIMINAR – TODOS OS CARGOS

O Prefeito do Município de PINHAL DE SÃO BENTO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são Legalmente conferidas, e em conformidade com o ítem 5.2.1 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026, de 15 de maio de 2026, TORNA PÚBLICOS os gabaritos preliminares das provas aplicadas no dia 26 de julho de 2026, conforme relação apresentada a seguir:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	
QUESTÕES	GABARITO
1	B
2	C
3	C
4	B
5	C
6	C
7	B
8	C
9	B
10	C
11	B
12	B
13	C
14	C
15	B
16	C
17	B
18	A
19	B
20	A

GABARITO PRELIMINAR

MOTORISTA	
QUESTÕES	GABARITO
1	B
2	C
3	C
4	B
5	C
6	C
7	B
8	C
9	B
10	C
11	B
12	B
13	C
14	C
15	B
16	B
17	B
18	C
19	C
20	C

GABARITO PRELIMINAR

OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	
QUESTÕES	GABARITO
1	B
2	C
3	C
4	B
5	C
6	C
7	B
8	C
9	B
10	C
11	B
12	B
13	C
14	C
15	B
16	B
17	B
18	B
19	C
20	C

GABARITO PRELIMINAR

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	
QUESTÕES	GABARITO
1	B
2	C
3	C
4	B
5	B
6	C
7	C
8	C
9	C
10	C
11	B
12	C
13	C
14	C
15	B
16	B
17	C
18	B
19	C
20	C

GABARITO PRELIMINAR

TÉCNICO EM ENFERMAGEM	
QUESTÕES	GABARITO
1	B
2	C
3	C
4	B
5	B
6	C
7	C
8	C
9	C
10	C
11	B
12	C
13	C
14	C
15	B
16	A
17	B
18	A
19	B
20	A

GABARITO PRELIMINAR

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	
QUESTÕES	GABARITO
1	C
2	C
3	B
4	B
5	C
6	C
7	C
8	C
9	C
10	C
11	B
12	B
13	A
14	C
15	C
16	B
17	B
18	C
19	B
20	A

GABARITO PRELIMINAR

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
QUESTÕES	GABARITO
1	C
2	C
3	B
4	B
5	C
6	C
7	C
8	C
9	C
10	C
11	B
12	B
13	A
14	C
15	C
16	C
17	B
18	B
19	C
20	B

GABARITO PRELIMINAR

ASSISTENTE SOCIAL	
QUESTÕES	GABARITO
1	C
2	C
3	B
4	B
5	C
6	C
7	C
8	C
9	C
10	C
11	B
12	B
13	A
14	C
15	C
16	B
17	A
18	D
19	C
20	A

GABARITO PRELIMINAR

CIRURGIÃO DENTISTA	
QUESTÕES	GABARITO
1	C
2	C
3	B
4	B
5	C
6	C
7	C
8	C
9	C
10	C
11	B
12	B
13	A
14	C
15	C
16	B
17	C
18	C
19	B
20	C

GABARITO PRELIMINAR

EDUCADOR FÍSICO	
QUESTÕES	GABARITO
1	C
2	C
3	B
4	B
5	C
6	C
7	C
8	C
9	C
10	C
11	B
12	B
13	A
14	C
15	C
16	B
17	C
18	B
19	B
20	D

GABARITO PRELIMINAR

ENFERMEIRO	
QUESTÕES	GABARITO
1	C
2	C
3	B
4	B
5	C
6	C
7	C
8	C
9	C
10	C
11	B
12	B
13	A
14	C
15	C
16	C
17	B
18	B
19	B
20	C

GABARITO PRELIMINAR

FISIOTERAPEUTA	
QUESTÕES	GABARITO
1	C
2	C
3	B
4	B
5	C
6	C
7	C
8	C
9	C
10	C
11	B
12	B
13	A
14	C
15	C
16	C
17	B
18	C
19	D
20	B

GABARITO PRELIMINAR

MÉDICO CLÍNICO GERAL	
QUESTÕES	GABARITO
1	C
2	C
3	B
4	B
5	C
6	C
7	C
8	C
9	C
10	C
11	B
12	B
13	A
14	C
15	C
16	B
17	A
18	C
19	D
20	C

GABARITO PRELIMINAR

NUTRICIONISTA	
QUESTÕES	**GABARITO**
1	C
2	C
3	B
4	B
5	C
6	C
7	C
8	C
9	C
10	C
11	B
12	B
13	A
14	C
15	C
16	C
17	D
18	C
19	B
20	B

GABARITO PRELIMINAR

PSICÓLOGO	
QUESTÕES	**GABARITO**
1	C
2	C
3	B
4	B
5	C
6	C
7	C
8	C
9	C
10	C
11	B
12	B
13	A
14	C
15	C
16	B
17	C
18	C
19	A
20	C

Pinhal de São Bento – PR, 03 de agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:D8EE89B4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3397/2026

PORTARIA Nº. 3.397/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo1º CONCEDER, férias ao servidor público municipal, MARCIO SILVINO BEPPLER, matricula funcional 247-1, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, correspondente ao período aquisitivo 07/05/2025 a 06/*05/2026 As férias serão usufruídas por 10 (dez) dias, entre 03/08/2026 a 12/08/2026.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, 31 de julho de 2026

Publique-se

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:21AC4146

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3397/2026

PORTARIA Nº 3.398/2026

O **Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 17/2025, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa de Pinhal de São Bento;
CONSIDERANDO que os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração, nos termos da legislação vigente;

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 03 de agosto de 2026, a Sra. **GENI CIGERZA,** portadora do CPF nº 067. ***. ***. -90, no cargo em comissão de Chefe da Divisão de Gestão, criado/reestruturado pela Lei Complementar 17/2025, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A nomeada perceberá a remuneração, símbolo CC3 e exercerá as atribuições do cargo em comissão **na forma prevista na lei que dispõe sobre a estrutura administrativa do Município**, à qual ficará submetida.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data indicada no art. 1º.

Pinhal de São Bento/PR, 31 de julho de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:9B3E2A8E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP - N. 31/2026 PROCESSO LICITATÓRIO: 24.315/2026

O Município de Piraquara, **UASG N. 987769,** por meio do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que a sessão pública eletrônica para a realização do pregão eletrônico citado, que tem por objeto a **Aquisição de implantes subdérmicos,** será realizada no dia **19/08/2026 – 9h** por meio do Portal de Compras do Governo Federal – **www.gov.br/compras.** Critério de Julgamento: Menor Valor. Valor Máximo**: R$ 2.903.750,00 (Dois milhões novecentos e três mil setecentos e cinquenta reais).** Aquisição de Edital: O Edital e anexos serão disponibilizados, na íntegra, no Portal de Compras do Governo Federal – **www.gov.br/compras** e no endereço eletrônico **www.piraquara.pr.gov.br, no link licitações**, podendo também ser obtido na sede da Prefeitura Municipal de Piraquara, no endereço Av. Getúlio Vargas, 1990, Centro, Piraquara/PR, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas e 13 horas às 17 horas. O fornecimento diretamente no local acima informado poderá ser feito por meio da gravação de cópia digital (em mídia fornecida pelo interessado) ou de cópia impressa, mediante o recolhimento do valor correspondente ao custo da respectiva impressão (nos termos do que regulamenta o Decreto Municipal n° 7.359/2019). Piraquara, 31 de julho de 2026.

EDUARDO DIAS DE LIMA -
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:AED97091

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 14.909/2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento-Programa vigente e altera as metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no valor de R$ 1.062.590,74 (um milhão, sessenta e dois mil, quinhentos e noventa reais e setenta e quatro centavos).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025 (Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026),

DECRETA:
Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado, nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, Crédito Adicional Suplementar no Orçamento-Programa vigente, no valor de R$ 1.062.590,74 (um milhão, sessenta e dois mil, quinhentos e noventa reais e setenta e quatro centavos), conforme especificado neste Decreto.

Art. 2º- A abertura do Crédito Adicional Suplementar se dará no(s) Programa(s) de Trabalho e Elemento(s) de Despesa abaixo especificado(s):

15.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
15.001 – Gabinete do Secretário - SMIN
15.001.26.781.0010.2.046 – Pavimentação de vias

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
4.4.90.51.00.00	524	31861	Obras e instalações	1.062.590,74
Total				**1.062.590,74**

Art. 3º- Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar previsto neste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 4º - O valor que trata este Decreto, não será computado para efeitos do artigo 41, da Lei Municipal nº 2.589 de 27 de junho de 2025, e o artigo 16 da Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025.

Art. 5º - Ficam alteradas as metas financeiras das Leis nº 2.589 de 27/06/2025, das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, e nº 2.635/2025 - Plano Plurianual 2026/2029, em valores iguais aos deste Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 30 de julho de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:D287C87E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 072/2026

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 338/2022, com homologação através do Edital Nº 630/2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 2.619/2020 de 05/10/2022, RESOLVE TORNAR PÚBLICO OS RESULTADOS DOS EXAMES DE SAÚDE PRÉ-ADMISSIONAL DOS CANDIDATOS CONVOCADOS ATRAVÉS DO EDITAL N°070/2026 SENDO CONSIDERADOS:

CARGO: PROFESSOR

Classif.	Nome	Resultado
724	MARIA HELENA FRANCO DOS SANTOS	APTA
725	MARTA TEIXEIRA DE OLIVEIRA	FINAL DE LISTA
726	RAFAELA PEREIRA DE LIMA	APTA
727	TATIELLE FABRO MICA	APTA
728	CLEVERSON KLEBER MARCONDES	AUSENTE
729	KELLEN VANESSA LEONOR FERREIRA	AUSENTE
730	LAIS MILENA MASSUQUETTO	AUSENTE
731	MIRIAN DA ROCHA	FINAL DE LISTA
732	SARA IZABEL SOARES DA COSTA	APTA

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 31 de julho de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:31791092

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 073/2026

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 338/2022, com homologação através do Edital Nº 630/2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 2.619/2020 de 05/10/2022, RESOLVE CONVOCAR OS CANDIDATOS APROVADOS E APTOS NO EXAME DE SAÚDE EDITAL N° 072/2026, PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS:

CARGO: PROFESSOR

Classif.	Nome	Resultado
724	MARIA HELENA FRANCO DOS SANTOS	APTA
726	RAFAELA PEREIRA DE LIMA	APTA
727	TATIELLE FABRO MICA	APTA
732	SARA IZABEL SOARES DA COSTA	APTA

Os candidatos acima mencionados deverão proceder à entrega dos documentos, cujo rol segue em frente, no **dia 04/08/2026, às 8h:30min.,**na Superintendência de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Piraquara, **Av. Getúlio Vargas nº 1990 – Centro – Piraquara / PR.**
Documentos Exigidos

a) 01 (uma) foto 3 X 4 recente;
b) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira de Identidade;
c) FOTOCÓPIA e ORIGINAL CPF;
d) PIS/PASEP ATUALIZADO (Extrato emitido pela Caixa Econômica Federal);
e) FOTOCÓPIA e ORIGINAL Título de eleitor
f) Certidão de quitação eleitoral;
g) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (se prestou concurso para motorista);
h) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Carteira de Trabalho;
i) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira e/ou Certificado de Reservista ou dispensa(se masculino);
j) FOTOCÓPIA e ORIGINAL dos Documentos comprobatórios de escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes no Edital;
k) FOTOCÓPIA e ORIGINALCarteira de Registro Profissional (ex. COREN, CREA, CRM, CRO);
l) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Certidão de Casamento;
m) FOTOCÓPIA e ORIGINALdo Comprovante de residência (luz, água ou telefone);
n) Certidão negativa deCriminal, expedida pela Comarca onde reside;
o) Certidão negativa deAntecedentes Criminais Estadual;
p) Certidão negativa deAntecedentes Criminais Federal;

q) conta bancária no Banco Bradesco (agência Piraquara);
r) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Certidão de Nascimento dos filhos menores de 16 (dezesseis) anos;
s) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 (cinco) anos;
t) FOTOCÓPIA e ORIGINALdo Termo de Curatela (se for o caso);
u) FOTOCÓPIA e ORIGINALdo Atestado de invalidez (se for o caso);

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 31 de julho de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:79ED78F8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 074/2026

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 723/2024, com homologação através do Edital Nº 824/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 3060/2024 de 05/07/2024, RESOLVE TORNAR PÚBLICO O RESULTADO DO EXAME DE SAÚDE PRÉ-ADMISSIONAL DOS CANDIDATOS CONVOCADOS ATRAVÉS DO EDITAL N° 068/2026, SENDO CONSIDERADOS:
CARGO: NUTRICIONISTA

Classif.	Nome	Resultado
10	CRISTIANA APARECIDA DA SILVA	AUSENTE
11	JESSICA BOSCARDIN PEREIRA CÂNDIDO	APTA

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 31 de julho de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:F37CADB0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 075/2026

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 723/2024, com homologação através do Edital Nº 824/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 3060/2024 de 05/07/2024, RESOLVE CONVOCAR O CANDIDATO APROVADO E APTO NO EXAME DE SAÚDE EDITAL N° 074/2026, PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS:

CARGO: NUTRICIONISTA

Classif.	Nome	Resultado
11	JESSICA BOSCARDIN PEREIRA CÂNDIDO	APTA

O candidato acima mencionado deverá proceder à entrega dos documentos, cujo rol segue em frente, no **dia 04/08/2026, às 9h:30min,** na Superintendência de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Piraquara, **Av. Getúlio Vargas nº 1990 – Centro – Piraquara / PR.**
Documentos Exigidos
a) 01 (uma) foto 3 X 4 recente;
b) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira de Identidade;
c) FOTOCÓPIA e ORIGINAL CPF;
d) PIS/PASEP ATUALIZADO (Extrato emitido pela Caixa Econômica Federal);
e) FOTOCÓPIA e ORIGINAL Título de eleitor
f) Certidão de quitação eleitoral;
g) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (se prestou concurso para motorista);
h) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Carteira de Trabalho;
i) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira e/ou Certificado de Reservista ou dispensa(se masculino);
j) FOTOCÓPIA e ORIGINAL dos Documentos comprobatórios de escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes no Edital;
k) FOTOCÓPIA e ORIGINALCarteira de Registro Profissional (ex. COREN, CREA, CRM, CRO);
l) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Certidão de Casamento;
m) FOTOCÓPIA e ORIGINALdo Comprovante de residência (luz, água ou telefone);
n) Certidão negativa deCriminal, expedida pela Comarca onde reside;
o) Certidão negativa deAntecedentes Criminais Estadual;
p) Certidão negativa deAntecedentes Criminais Federal;
q) conta bancária no Banco Bradesco (agência Piraquara);
r) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Certidão de Nascimento dos filhos menores de 16 (dezesseis) anos;
s) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 (cinco) anos;
t) FOTOCÓPIA e ORIGINALdo Termo de Curatela (se for o caso);
u) FOTOCÓPIA e ORIGINALdo Atestado de invalidez (se for o caso);

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 31 de julho de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:4493F08D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 076/2026

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 542/2023, com homologação através do Edital Nº 629/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 2974/2024 de 05/03/2024, RESOLVE TORNAR PÚBLICO O RESULTADO DO EXAME DE SAÚDE PRÉ-ADMISSIONAL DOS CANDIDATOS CONVOCADOS ATRAVÉS DO EDITAL N° 069/2026, SENDO CONSIDERADOS:

CARGO: AGENTE EDUCACIONAL – II SECRETARIA ESCOLAR

Classif.	Nome	Resultado
38	SILVANA ANICETO FERREIRA	AUSENTE
39	ANDERSON DA COSTA FIGUEIRA	AUSENTE
40	LUCAS FAVORETO PEREIRA	AUSENTE

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 31 de julho de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:0B3D746C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 077/2026

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 018/2026, com homologação através do Edital Nº 042/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 3521/2026 de 04/05/2026, RESOLVE TORNAR PÚBLICO A AUSÊNCIA DO CANDIDATO NA ENTREGA DE DOCUMENTOS, SENDO CONSIDERADO:

CARGO: ENFERMEIRO

Classif.	Nome	Resultado
02	KELLY ALINE LIMA NASCIMENTO	AUSENTE

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 31 de julho de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:1CA6009F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 04/2026

Designa Gestores dos Acordos de Colaboração e Cooperação Técnica a serem firmados entre o Município de Piraquara e as Organizações de Sociedade Civil, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação.

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Artigo 56, § 1º do Decreto Municipal n° 5755/2017, resolve:
Art. 1º Designar os servidores abaixo nominados para exercerem a função de Gestor dos Acordos de Cooperação Técnica a serem firmados entre o Município de Piraquara e as Organizações de Sociedade Civil, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação.
I - Titular: Michelle Angelita Zielinski, matrículas nº 509541 e n° 575171;
II - Suplente: Ezequiel Trocati, matrícula nº 1000701.
Parágrafo único. As atribuições do Gestor dos Termos de Colaboração, Cooperação e dos Termos de Fomento são aquelas definidas no art. 56, do Decreto Municipal nº 5755/2017.
Art. 2º Fica revogada a Portaria n° 04/2025.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 31 de julho de 2026.

RUBIAN MARA DE PAULA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:F9518FF2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO 25/2026 – CMAS

SÚMULA: Aprova o Plano de Trabalho e o Plano de Aplicação do Projeto Casa de Pouso Esperança de Marias do Instituto Bom Pastor.

O **Conselho Municipal de Assistência Social de Piraquara – CMAS**, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1.179/2012, considerando a deliberação da Reunião Extraordinária nº 06, realizada em 28 de julho de 2026,

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho e o Plano de Aplicação referentes à utilização de recursos oriundos de Emenda Parlamentar nº 202644820007 do Fundo Nacional de As-sistência Social – FNAS, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), destinados à execu-ção do Projeto Casa de Pouso Esperança de Marias, a ser desenvolvido pela Associação Beneficente e Assistencial dos Missionários do Sagrado Coração de Jesus – O Bom Pas-tor, inscrita no CNPJ nº 32.987.747/0001-71, para oferta do Serviço de Acolhimento em República para Mulheres, serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, no Município de Piraquara/PR.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piraquara, 30 de julho de 2026

SAMUELLY MARIA ZORZAN OLIVEIRA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:EE17B8E2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO 26/2026 – CMAS

SÚMULA: Torna sem efeito a Resolução nº 24/2026 – CMAS.

O **Conselho Municipal de Assistência Social de Piraquara – CMAS**, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1.179/2012,
RESOLVE:
Art. 1º Tornar sem efeito a Resolução nº 24/2026 – CMAS, publicada em 31 de julho de 2026, em razão de erro material ocorrido na publicação, uma vez que o texto publicado não corresponde ao conteúdo aprovado pelo Conselho.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piraquara, 31 de julho de 2026

SAMUELLY MARIA ZORZAN OLIVEIRA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:F323018C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO 27/2026 – CMAS

SÚMULA: Aprova o Plano de Trabalho e o Plano de Aplicação do Termo Aditivo da parceria com a Associação Comunitária Presbiteriana – ACP (Lar Hermínia Schleder), para manutenção de vagas de acolhimento institucional para crianças e adolescentes

O **Conselho Municipal de Assistência Social de Piraquara – CMAS**, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1.179/2012, considerando a deliberação da Reunião Ordinária nº 06, realizada em 14 de julho de 2026,
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho e o Plano de Aplicação referentes ao Termo Aditivo da parceria firmada entre a Secretaria Municipal de Assistência Social de Piraquara e a Associação Comunitária Presbiteriana – ACP (Lar Hermínia Schleder), decorrente do Processo Administrativo nº 32.919/2025, destinado à manutenção de 07 (sete) vagas de acolhimento institucional para crianças e adolescentes.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piraquara, 31 de julho de 2026

SAMUELLY MARIA ZORZAN OLIVEIRA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:CEDC2773

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 19/2026 – COMDIPI

Súmula: Dispõe sobre a apreciação da Deliberação n° 033/2026 - CEDIPI/PR pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - COMDIPI.

O **Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Piraquara – COMDIPI**, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a publicação da Deliberação n° 033/2026 - CEDIPI/PR, que dispõe sobre a execução dos recursos referentes às deliberações do CEDIPI/PR que autorizaram repasses na modalidade fundo a fundo;
CONSIDERANDO que a Deliberação n° 033/2026 - CEDIPI/PR contempla, dentre outras, a Deliberação n° 033/2024 - CEDIPI/PR;
CONSIDERANDO a competência do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - COMDIPI para deliberar e exercer o controle social da política municipal da pessoa idosa;

RESOLVE:
Art. 1º Após apreciação em plenária, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - COMDIPI delibera pelo acolhimento dos termos da Deliberação n° 033/2026 - CEDIPI/PR.
Art. 2º Esta publicação entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Piraquara, 31 de julho 2026

SUELEN CRISTINA PIETROSKI DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Piraquara

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:F34CC818

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ERRATA Á RESOLUÇÃO Nº 19, DE 15 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a retificação de erros materiais constantes na Resolução nº 19, de 15 de julho de 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição nº 3574, de 16 de julho de 2026.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRAQUARA – COMUSP**, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pela Lei Municipal nº 1.004, de 05 de maio de 2009, e pelo seu Regimento Interno,

RESOLVE:
Art. 1º Retificar a Resolução nº 19, de 15 de julho de 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição nº 3574, de 16 de julho de 2026, em razão de erros materiais na grafia da denominação de entidade e dos nomes dos (as) conselheiros (as) eleitos (as), passando a vigorar com as seguintes alterações:

– Segmento Representativo dos Usuários Onde se lê:
Instituto **Agroecológico** em Movimento.

Leia-se:
Instituto **Agroecologia** em Movimento.

Onde se lê:
Osmar de Souza **Leite**.

Leia-se:
Osmar de Souza **Silva**.

Onde se lê:
Élio **moreira santos**.

Leia-se:
Élio **Moreira Santos**.

Onde se lê:
Eliseu **salgueiro meira**.

Leia-se:
Eliseu **Salgueiro Meira**.

– Segmento Representativo dos Trabalhadores da Saúde Onde se lê:
Wladimir Cassiano de Barros Junior.

Leia-se:
Wladmir Cassiano de Barros Junior.

Onde se lê:
Thiago **Pereira da Silva**.

Leia-se:
Thiago **da Silva Pereira**.

Onde se lê:
Gerson **Andrade dos Santos**.

Leia-se:
Gerson **Santos de Andrade**.

– Segmento Representativo dos Prestadores de Serviços de Saúde
Onde se lê:
Lauryane Karla Silva **Gutten** Almeida.
Leia-se:
Lauryane Karla Silva **Guetten** Almeida.
Onde se lê:
Debora Ellen Leite da **Tosa**.

Leia-se:
Debora Ellen Leite da **Rosa**.

- SEGMENTO REPRESENTATIVO: USUÁRIO

Entidade / Instituição	Titular	Suplente
APAMEP- Aliança de Pastores e Ministros Evangélicos de Piraquara	Osmar de Souza Silva	Osnei Fernandes Machado
ATERNE- Associação Teatecendo Redes Neurodiversidade	Priscila dos Santos Madeira	Vanessa Costa Marcondes
HESED- Transformando Vidas	Vitória França da Silva	Rucela Addy Guevara Ibara
Instituto Agroecologia em Movimento	Guilherme Souza Cavalcanti de Albuquerque	Marcelo Silverio
Instituto Bom Pastor	Paula Cunha de Andrade	Cicero de Carvalho
MORHAN- Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase	Francisca Barros da Silva	Jozeliane Barbosa Rezende
Pastoral Carcerária	Nicolau Ranchuka	Ederlei Antunes Pereira
UPAM- União Piraquarense das Associações de Moradores	Élio Moreira Santos	Eliseu Salgueiro Meira

- SEGMENTO REPRESENTATIVO: TRABALHADOR DA SAÚDE

Entidade / Sindicato / Conselho	Titular	Suplente
Conselho Regional de Enfermagem- COREN	Emanuel José Teixeira Gottlich	Wellington Fernando da Silva Ferreira
Conselho Regional de Farmácia- CRF	Rafaela Gomes Martins	Wladmir Cassiano de Barros Junior
Conselho Regional de Medicina- CRM	Caroline Haninec Iackusch Vieira	Viviane de Souza Betoni
SINDISEMUP- Sindicato dos Servidores Publicos	Thiago da Silva Pereira	Gerson Santos de Andrade

Entidade / Sindicato / Conselho	Titular	Suplente
Municipais de Piraquara		

– SEGMENTO REPRESENTATIVO: PRESTADOR DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Entidade / Prestador	Titular	Suplente
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais De Piraquara.	Lauryane Karla Silva Guetten Almeida	Debora Ellen Leite da Rosa
Associação San Julian Amigos e Colaboradores (Hospital San Julian)	Alessandra Cordeiro Stabach	Jane de Castro Andrade Gonçalves

IV- SEGMENTO REPRESENTATIVO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Entidade / Prestador	Titular	Suplente
GESTÃO	Sacha Testoni Lange	Marcia Torquato
GESTÃO	José Roberto Jacomel Junior	Marilia Saubier

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Resolução nº 19, de 15 de julho de 2026.
Art. 3º Esta Errata entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à data da publicação da Resolução nº 19, de 15 de julho de 2026.

Piraquara, 16 de julho de 2026.

MARLECI DE OLIVEIRA PONTES
Presidente do COMUSP
Resolução 015/2026

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:1A19105F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
CERTIDÃO NEGATIVA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E INELEGIBILIDADE

Certifico que nesta data (31/07/2026 às 16:39) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 043.927.709-40.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado. Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6A6C.F9DE.D888.B750 no seguinte endereço:
https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:AB35E374

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº 159, DE 31 DE JULHO DE 2026

Exonerar Cargo em Comissão CC-4.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º **EXONERAR** a senhora **RITA MARILEI DE LARA MANCHUR**, do cargo de Assessor Especial de Gestão Pública IV, a contar de 01 de agosto de 2026.

Art. 2º Este decreto entra em vigor nesta data.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 31 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:AC690C50

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº 160, DE 31 DE JULHO DE 2026

Nomear Cargo em Comissão CC-3

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º **NOMEAR** a senhora **RITA MARILEI DE LARA MANCHUR,** para exercer o cargo de **Diretor Financeiro e de Gestão Administrativa**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 01 de agosto de 2026.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 31 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:F5D306A4

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 615, DE 31 DE JULHO DE 2026

Conceder férias as servidoras abaixo descritas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art.1º Conceder **FÉRIAS** às servidoras abaixo relacionadas, conforme disposto na tabela.

Matrícula	Nome do servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Data inicial	Data retorno
50207	CAUANE DA SILVA TEÓFILO	Cirurgião Dentista Esf	2024/2025 (20 dias)	03/08/2026	24/08/2026
50868	CÍNTIA FÁTIMA DOS SANTOS	Agente Comunitário De Saúde	2024/2025 (20 dias)	13/07/2026	03/08/2026
50181	ROSELI DA APARECIDA MOREIRA	Auxiliar De Saúde Bucal Esf	2023/2024 (10 dias)	05/08/2026	17/08/2026

Art. 2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 31 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:0E7F014E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 750/2026

SÚMULA: Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora Solange de Souza Prado.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:–

Art. 1º – Fica concedida APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE, à Senhora **SOLANGE DE SOUZA PRADO**, brasileira, maior, portadora da CI/RG nº *.473.***-9 SESP/**, inscrita no CPF sob nº ***.601.59*-**, lotada no Quadro de Pessoal Ativo, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I.

Art. 2º – A presente aposentadoria é concedida pela regra prevista no Art. 50, § 2º, I, da Lei Municipal nº 750/2022, com proventos integrais, e a forma de reajuste será com paridade.
Art. 3º – O valor do provento de aposentadoria será de R$ 3.644,76 (três mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e setenta e seis centavos), sendo R$ 2.761,18 de vencimentos e R$ 883,58 de anuênio.

Art. 4º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 31 de julho de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:FA408BDF

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 751/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a promoção de servidores ocupantes do cargo de Guarda Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

Considerando as disposições das Leis Municipais n° 774/2022 e n° 775/2022,

Considerando a conclusão e aprovação em Curso de Formação de Guarda Municipal,

Considerando a solicitação e informações constantes do Memorando 1Doc n° 1.247/2026,

DECRETA:–

Art. 1º – Ficam automaticamente promovidos da classe "Recruta" para a classe "GM – 3ª Classe" os servidores nomeados para o cargo de Guarda Municipal, a saber:

Nome do Candidato	CI/RG N°	CPF N°	Data de Admissão
Allan Santana da Silva	**.791.***-4 SESP/**	***.263.68*-**	13/07/2026
Guilherme de Aguiar Crispim	**.277.***-9 SESP/**	***.329.23*-**	13/07/2026
Leandro Sabino Alves	*.471.***-7 SESP/**	***.927.28*-**	13/07/2026
Rafael dos Santos Couto	**.711.***-3 SESP/**	***.184.19*-**	13/07/2026
Tcharles Aparecido Gonçalves	**.590.***-0 SESP/**	***.695.45*-**	13/07/2026
Wellington Henrique da Silva	**.513.***-6 SESP/**	***.946.76*-**	13/07/2026

§ 1° – A promoção a que se refere o *caput* se dá em conformidade com os Artigos 172, II e 173 da Lei Municipal n° 775/2022.

§ 2° – Os servidores promovidos farão jus ao valor integral do vencimento inicial da carreira.

Art. 2º – Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 22 de julho de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:6D4507A0

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 22/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 33/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Dispensa n° 07/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: 58.186.270 CLAUDEMIR APARECIDO DADA
CNPJ: 58.186.270/0001-19
OBJETO: Contratação de empresa especializada para oferta de prestação de serviços teatrais para usuários da Assistência Social.
VALOR: R$ 46.050,00 (quarenta e seis mil e cinquenta reais).
Manutenção das Atividades de Assistência Social DESP Nº 165 - 3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍ ... 00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários
VIGÊNCIA: 12 meses
SIGNATÁRIOS: Samuel Teixeira e Claudemir Aparecido Dada
DATA DA ASSINATURA: 31/07/2026

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:7ACDD59C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 03-2026 CONCURSO PUBLICO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 03/2026

REFERENTE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2026
O Prefeito do Município de Planalto, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a homologação do Concurso Público objeto do Edital nº 17.001/2026, torna pública a CONVOCAÇÃO dos candidatos relacionados no Anexo I deste Edital, para nomeação e posse, mediante as cláusulas seguintes:

1. O candidato convocado deverá comparecer presencialmente e portando documento de identidade com foto, junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Planalto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, desde que devidamente fundamentado, a contar do primeiro dia útil subsequente à data de publicação deste Edital, a fim de formalizar a Declaração de Aceite ou de Recusa da Vaga (ou requerer a opção de final de lista, se aplicável).
2. No ato do comparecimento, o candidato deverá declarar se aceita a vaga ou, neste mesmo prazo, poderá formalizar pedido de opção por final de lista, oportunidade em que passará a figurar como último candidato aprovado, sendo neste caso convocado o candidato classificado imediatamente posterior.
3. O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado neste Edital de convocação será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.
4. A posse será precedida de inspeção médica oficial do Município ou por órgão devidamente indicado pela Administração Pública Municipal. O candidato convocado somente será nomeado se for julgado APTO física e mentalmente para o exercício do cargo.
5. Para a posse no cargo público, o candidato deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias úteis após o comparecimento perante o órgão de administração de pessoal, que trata o item 1, os seguintes documentos:
a) Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
b) Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
c) Cópia do documento de Identificação;
d) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
e) Cópia do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade exigido pelo requisito do cargo;
f) Cópia do Registro no órgão de classe, quando for requisito do cargo;
g) 01 (uma) fotografia 3X4 recente;
h) Declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme prescrito na Lei nº 8.429/1992;
i) Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício

proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser observada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37 da CF. Neste caso deverá o candidato declarar o acúmulo de cargos e quanto ganha em cada um sob pena de desclassificação;
j) Firmar declaração, a ser preenchida em formulário próprio, no ato da posse, de não ter sido demitido do serviço público estadual, federal ou municipal, nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à sua posse;
k) Cópia da Certidão de Nascimento do(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
l) Certidão Negativa Criminal expedida pela Polícia Judiciária (Civil e Federal) e pelo Poder Judiciário (Estadual e Federal) da Comarca e Região onde reside ou residiu nos últimos 05 (cinco) anos;
m) Cópia do comprovante de residência;
n) Número do PIS/PASEP;
o) Título de Eleitor com a Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral ou através do endereço eletrônico;
p) Certidão de Casamento com averbação de óbito se viúvo; e se divorciado com averbação de divórcio;
6. A falta de comprovação de quaisquer dos requisitos para a investidura até a data da posse tornará sem efeito o respectivo ato de nomeação do candidato, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
7. Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Planalto/PR, 31 de julho de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito

ANEXO I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE N.º 03/2026
CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2026
RELAÇÃO DE CANDIDATOS

PARA O CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL

N. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
0005054	ANA PAULA WORST DRESCH	2º

PARA O CARGO DE ENFERMEIRO

N. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
0006643	JENNIFER GABRIEL PERTILE	4º
0004482	CAMILA DALL AGNOL	5º

PARA O CARGO DE AUXILIAR CONSULTÓRIO DENTÁRIO

N. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
0006028	SCHELKA MONALISA LINDEN	1º

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:50B1492C

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 036/2025

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 036/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 002/2025

NONO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 036/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PLANALTO E AUTO POSTO MOMBACH LTDA.

MUNICIPIO DE PLANALTO, pessoa jurídica de direito Público Interno, com sede à Praça São Francisco de Assis, nº 1583, inscrito no CNPJ nº 76.460.526/0001-16, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, senhor **LUIZ CARLOS BONI,** em pleno exercício de seu mandato e funções, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Planalto, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.895.670-1 e do CPF/MF sob nº 747.491.029-20, doravante denominado CONTRATANTE e do outro lado a pessoa jurídica **AUTO POSTO MOMBACH LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 75.982.603/0001-35, com sede na cidade de PLANALTO/PR, neste ato representado pelo Sr. **SÉRGIO MOMBACH,** portador do CPF nº 060.280.989-49, doravante designada CONTRATADA, resolvem celebrar o Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n° 036/2025, proveniente do Pregão Eletrônico n° 002/2025, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021, além das cláusulas e condições aqui estabelecidas, conforme abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO
Parágrafo Primeiro. "Contratação de empresa localizada na sede do município para fornecimento de Óleo Diesel S10 para abastecimento exclusivo de veículos pertencentes a frota municipal de Planalto-PR, sendo a aquisição contínua e fracionada, conforme demanda".

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Parágrafo Primeiro. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência e a manutenção do valor do Contrato Administrativo nº 002/2025, visando atender às atividades pertinentes aos serviços continuados do Município de Planalto-PR.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO
Parágrafo Primeiro. Pela prorrogação do prazo a vigência do Contrato n° 036/2025 passa a vigorar até 28 de fevereiro de 2027, podendo ocorrer nova prorrogação conforme Lei nº 14.133, de 2021.
Parágrafo Segundo. Poderá haver rescisão contratual do ajuste antes do decurso desse prazo, conforme Lei nº 14.133, de 2021.
Parágrafo Terceiro. Com o presente aditivo, fica conferido ao Contrato Originário a regularidade do crédito orçamentário ao exercício financeiro do ano de 2026.

CLÁUSULA QUARTA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL
Parágrafo Primeiro. Obedecendo o Princípio do Interesse Público e da Economicidade, a administração promove a renovação e prorrogação do Contrato Administrativo em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que com o advento da prorrogação a vantagem será da Administração Pública, uma vez que os serviços prestados pela CONTRATADA são de qualidade e têm atendido a contento as necessidades da CONTRATANTE, onde durante a vigência do contrato os serviços foram prestados satisfatoriamente e refletem o preço de mercado, sem contar que os preços serão mantidos durante a vigência e justifica-se ainda que os serviços são de natureza continuada e não podem sofrer interrupção, pois são essenciais para as atividades do Município de Planalto.
Parágrafo Segundo. Para a referida prorrogação há previsão contratual contida no Contrato Administrativo n° 036/2025, assim como, conforme previsão legal estabelecida na Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA – DOS VALORES
Parágrafo Primeiro. Fica mantido o valor constante na Cláusula Primeira (do objeto) e Cláusula Terceira (valor contratual e aditivos) do Contrato Administrativo n° 036/2025, cujo valor global é de R$ 928.500,00 (novecentos e vinte e oito mil e quinhentos reais).
Parágrafo Segundo. Como não há alteração de valores neste Termo Aditivo, considera-se a pesquisa de preços devidamente realizada no Processo Administrativo de Pregão Eletrônico n° 002/2025, tendo sido ofertada pela empresa Contratada a melhor oferta e compatível com os valores de mercado até a presente data.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
Parágrafo Primeiro. A Despesa com a execução do objeto do presente contrato, será atendida pela dotação orçamentária, constante do exercício de 2026, a saber:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
00230	02.103.04.122.0402.2007	3.3.90.30.00.00.00000
00820	05.116.15.452.1501.2053	3.3.90.30.00.00.00000
00890	06.119.26.782.2601.2067	3.3.90.30.00.00.00000

01110	07.121.12.361.1201.2036	3.3.90.30.00.00.00000
02030	09.126.10.301.1001.2027	3.3.90.30.00.00.00000

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS Parágrafo Primeiro. As demais cláusulas e condições ajustadas no Contrato Administrativo nº 036/2025, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes em todos os seus termos, conforme Contrato Originário anexo e que integra o presente aditivo para todos os efeitos legais.

Fica eleito o Foro da Comarca de Capanema/Pr. para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente termo aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.
Planalto, 01 de julho de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

SERGIO MOMBACH
Auto Posto Mombach LTDA

Testemunhas:

_____
CARLA FATIMA MOMBACH STURM
RG nº 6.772.151-9/PR

_____
CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:FB86AA94

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO 411/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 348/2026
DISPENSA Nº 028/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 411/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA CONTRATADA: SALT TECNOLOGIA LTDA, inscrita no **CNPJ nº 56.422.955/0001-91**
DO OBJETO:O objeto do presente instrumento é a "CONTRATAÇÃO Direta Emergencial da Empresa SALT TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ 56.422.955/0001-91, detentora e proprietária do sistema de consignados ECONSIG, em uso pelo Município, para prestação de serviços de controle operacional e gerencial das operações de consignação com desconto em folha de pagamento, incluindo cessão de uso de software, suporte e assistência técnica, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, em consonância ao disposto no Edital, para atender às necessidades do Gabinete do Poder Executivo".
VALOR DO CONTRATO: Não haverá ônus para a Administração.
PRAZO DE VIGENÊNCIA: 30/07/2026 a 30/07/2027

Pontal do Paraná, 31 de julho de 2026.

Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Aurea Munhoz
Código Identificador:4E7AAAA6

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 363/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 271/2026

Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 271/2026, que tem por credenciamento de profissionais habilitados para a execução de oficinas, a serem desenvolvidas nos espaços públicos de ensino Escolas e CMEIS do Município de Pontal do Paraná, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação. Empresa Contratada: 54.987.035ALLANA DOS SANTOS FAVORETO , inscrita no CNPJ n.º 54.987.035/0001-95 Data da ratificação e homologação**:** 31 de julho de 2026. Valor homologado: **R$28.042,00 (vinte e oito mil e quarenta e dois reais).**

Dotação orçamentária: 10.003.12.361.0063.2.042 .3.3.90.39.00.00 -
CR 461 -
FR 104.

Pontal do Paraná, 31 de julho de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Leitoles de Mello
Código Identificador:F943FBC0

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 366/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 268/2026

Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 268/2026, que tem por credenciamento de profissionais habilitados para a execução de oficinas, a serem desenvolvidas nos espaços públicos de ensino Escolas e CMEIS do Município de Pontal do Paraná, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação. Empresa Contratada: 60.278.259 JOELMA FILOMENA DOS SANTOS , inscrita no CNPJ n.º **62.078.259/0001-20** Data da ratificação e homologação**:** 31 de julho de 2026. Valor homologado: **R$28.042,00 (vinte e oito mil e quarenta e dois reais).**

Dotação orçamentária: 10.003.12.361.0063.2.045 .3.3.90.39.00.00 -
CR 461 -
FR 104.

Pontal do Paraná, 31 de julho de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Leitoles de Mello
Código Identificador:7CD65493

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 368/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 269/2026

Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 269/2026, que tem por credenciamento de profissionais habilitados para a execução de oficinas, a serem desenvolvidas nos espaços públicos de ensino Escolas e CMEIS do Município de Pontal do Paraná, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação. Empresa Contratada: 50.771.507 VIVALDO GOMESJUNIOR , inscrita no CNPJ n.º **50.771.507/001-17** Data da ratificação e homologação**:** 31 de julho de 2026. Valor homologado: **R$28.042,00 (vinte e oito mil e quarenta e dois reais).**

Dotação orçamentária: 10.003.12.361.0063.2.045 .3.3.90.39.00.00 -

CR 461 -
FR 104.

Pontal do Paraná, 31 de julho de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Leitoles de Mello
Código Identificador:644EE68F

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 369/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 270/2026

MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
Extrato de ratificação/homologação
Processo Licitatório nº 369/2026
Inexigibilidade Nº. 270/2026
Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 270/2026, que tem por credenciamento de profissionais habilitados para a execução de oficinas, a serem desenvolvidas nos espaços públicos de ensino Escolas e CMEIS do Município de Pontal do Paraná, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação. Empresa Contratada: 54.423.486 AMANDA PONTES SERAFIM DE SOUZA , inscrita no CNPJ n.º 137.148.759-64 Data da ratificação e homologação**:** 31 de julho de 2026. Valor homologado: **R$28.042,00 (vinte e oito mil e quarenta e dois reais).**

Dotação orçamentária: 10.003.12.361.0063.2.042 .3.3.90.39.00.00 -
CR 415 -
FR 104.

Pontal do Paraná, 31 de julho de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Leitoles de Mello
Código Identificador:58AD462A

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
SEGUNDO ADITIVO CONTRATO 378/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/2025
PREGÃO Nº 32/2025
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 378/2025
CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA CONTRATADA: WS LOCAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **75.451.609/0001-86**
DO OBJETO: O objeto do presente instrumento **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, com manutenção, seguro total, quilometragem livre, sistema de rastreamento veicular, sem motorista e sem combustível.**
VALOR DO CONTRATO COM O ADITIVO: Com o presente termo aditivo fica atualizado o valor total do contrato em R$ 2.038.532,00 (dois milhões, trinta e oito mil e quinhentos e trinta e dois reais). índice de 4,10% conforme INPC acumulados nos 12 últimos meses.
PRAZO DE VIGENÊNCIA: 12 meses até 02/08/2027
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Secretaria	Elemento de Despesa	FR	CR
ADMINISTRAÇÃO	3.3.90.33.00.00	1000	46
EDUCAÇÃO		104	378
ESPORTE		1000	687
FAMÍLIA		1000	106
FAMÍLIA		1000	147
FAMÍLIA		1000	160
GABINETE		1000	06
MEIO AMBIENTE		1000	299
MEIO AMBIENTE		555	358
OBRAS		1000	476
OBRAS		511	499
PROCURADORIA		1000	83
SAUDE		303	513
SAUDE		3971	542
SAUDE		494	542
SEGURANÇA PÚBLICA		509	283
SEGURANÇA PÚBLICA		3509	283
SEGURANÇA PÚBLICA		1000	260
TURISMO		1000	240

Pontal do Paraná, 31 de julho de 2026.

Departamento de licitação e contratos

Publicado por:
Aurea Munhoz
Código Identificador:6537263D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13585/2026 DE 31/07/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13585/2026 de 31/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 2847/2026 de 30/07/2026.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$30.000,00 (trinta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
07		SECRETARIA MUN DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
07.002		DEPARTAMENTO DE TURISMO	
07.002.23.695.0012.2.026		GESTAO DE POLITICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	
794 - 3.3.30.93.00.00	2003	INDENIZACOES E RESTITUICOES	30.000,00
		Total Suplementação:	30.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Excesso de arrecadação;

Receita	
Receita: 1.7.2.9.99.0.1.55 REPASSE CONVÊNIO SETU - FESTIVAL DE INVERNO - FONTE	30.000,00
Total da Receita:	30.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 31 de Julho de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:678B9131

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 017/2026 – ATUALIZAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE APROVEITAMENTO ESCOLAR

Processo Seletivo para concessão do Auxílio Transporte.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ e a SECRETÁRIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições legais, resolve:

TORNAR PÚBLICO:

1º - A convocação dos beneficiários, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital n°. 001/2025 e Edital n.º 001/2026, para a continuidade do Auxílio Transporte.

BENEFICIÁRIOS

ACSA ROBERTA CARDOSO DOS SANTOS
ALAN FELIPE DOS SANTOS FERREIRA
ALESSANDRA DE ARAUJO MALAGI
ALESSANDRA VILMA DE GODOY TRENNEPOHL
ALINE KAREN MIRANDA PEREIRA
ALLAN EMANOEL MACHADO
ALLYSSON ALVARO WESLEY SANTANA DE CARVALHO
AMANDA BEATRIZ RIBEIRO PEDROSO
AMANDA EDUARDA DA SILVA
AMI CAMARGO FERREIRA
ANA ELENA BAPTISTA
ANA GABRIELLY PEREIRA MENDES
ANA JULIA DE FREITAS SILVA
ANA KAREN NETO REBELO
ANA PAULA DE LIMA
ANA PAULA MACHADO RAUPP
ANA ROBERTA COLES CORREA
ANDRÉ FELIPE MARENDA BERTOTTI
ANNA LUISA CASTRO XAVIER
ANNY VITÓRIA DO ROCIO
ARYELLEM BIAVATTI
BEATRIZ SILVA MUNHOZ
BERNARDO DE MORAES GENARI
BRIAN FELLIPE NEVES
CAMYLLA AMANCIO DA SILVA
CATIANE FERREIA DOS SANTOS
CLEVERSON PEREIRA FERNANDES JUNIOR
DANIEL DE SOUZA MACHADO
DANIEL SIQUEIRA JACKOWSKI
DANIELA CAROLINA PICCOLO DE MATOS
DAVID ALFREDO DE SOUZA
DIMITRI RAFTOPOULOS
EDINA LUIZA GOMES
EDUARDO DA SILVA BRASIL
EDUARDO FELIPE MENDES NASCIMENTO ROSA
ELISA DOS SANTOS FERREIRA DA SILVA
ELISABETE RODRIGUES KULIQUE
ELIZABETH ROSE SANTOS MACHADO
EMANUELE CORREIA DE JESUS
EMANUELLE DA ROSA BRET CHINAIDER
EMILLY CRISTINA PASSOS DA SILVA
EMILLY GABRIELI LUIZ DE ARAUJO
ERIC FARIAS DE CAMPOS
ESHILEY ALEJANDRA SANTOS DA SILVA
ESTER VALENTINA DA VEIGA DE VASCONCELLOS GERNET
EVELIN GABRIELA BASTO CARBONERA
FELIPE ARAUJO MANTOVANI
FELIPE DA SILVA FERREIRA
FELIPE MATHEUS NEGRELE
FERNANDO LUCAS ROSA HERNANDES
FERNANDO RAFAEL ROCHA CASSEMIRO
FILIPE FRANCISCO DA SILVA
FLAVIANE MARIA PEDROZA
FLORA CRISTINE LENS DE FREITAS
FRANCISCO ORTISIO NEGRELE JUNIOR
GABRIEL DA LUZ
GABRIEL FERREIRA PETERSEN
GABRIEL VICTOR DA SILVA LAMEKE
GABRIELA CONSTANTINO BRAZ DA SILVA
GABRIELA DE OLIVEIRA NEVES
GABRIELA EMILIA BRUSQUE RITA
GABRIELLA PARADA RAMOS
GABRIELLE DE GOIS FERREIRA
GABRIELLI MEIRA PALLARO DOS SANTOS
GEOVANNA LOURENÇO DUARTE
GIOVANE VICENTE CAMPOS
GIOVANNA LOUISE ANDRADE
GIOVANNA SILVEIRA NUNES
GIULIA CECILE SIERPIN ROCHA
GUILHERME LUIZ DO CARMO
GUILHERME THOALDO DE CASTRO
GUSTHAVO CEZAR MARTINS GUIMARAES
HAILYN ALMEIDA MOREIRA
HECTOR GABRIEL DO ROSÁRIO FERMIANO DOS SANTOS
HEITOR LUBKE MAIA
HELLEN CAROLINE DE SOUZA
HELLOIZE BEATRIZ DE BRITTO CRUZ
HELOA PHELIPE ROGALO
HELOISA GONÇALVES MENDES
HENRY DIAS GOMES GUIMARÃES
IASMYN FRANCIELE CAVALCANTE PEREIRA DA SILVA
ICARO ANTONIO DIAS HRINHEVICZ
ISABELLE CRISTINY ALVES DOS SANTOS MARIA
ISABELLE DE FATIMA GOMES
ISADORA LORENA DE SOUZA
JAMILLY TAUANE SOUZA DA SILVA
JEAN FABIO JANUARIO PINHEIRO
JHÚLYA AMÉRICO CICARELLO
JOÃO GABRIEL GUADAGNIN
JOÃO VITOR LATRÔNICO GARBIN
JOÃO VITOR REZENDE MAURICIO
JOSESLAINE GOIS DOS SANTOS FAVORETO
JULIA ALVES PEREIRA
JULIA APARECIDA SIQUEIRA
JULIA GONÇALVES DA SILVA
JULLY ALEJANDRA FERREIRA DA SILVA
KAILANNY ARAUJO DOS SANTOS
KAMILA EVELLY DE SOUZA
KAREN CRISTINA QUADROS DE MORAES
KAROLAYNE BASTOS DA ROCHA
KATRINI MOURA SANTOS
KATY ANY MARTINS RIBEIRO
KAUANE DE FREITAS RIBEIRO
KAUANNE MENDES GONÇALVES
KEMULY LAU
KETELLYN PEREIRA MARTINS
LAISLA FERNANDA DE OLIVEIRA
LAURA OLIVA SCHMIDT COELHO
LETICIA ALVES RODRIGUES
LETICIA ANTUNES DE JESUS
LETICIA MIRANDA
LETICIA MULLER DA VEIGA
LETICIA RAMOS MESQUITA
LIZANDRA RAYANE FERREIRA DOS SANTOS
LOHAINE MOTA GOMES
LUAN DE SORDI REBULI
LUANA BATISTEL MOTTA
LUANA CRISTINA ARAUJO
LUANA DOS SANTOS MIRANDA
LUANY GABRIELI ALVES IANKOSKI
LUCAS CONSTANTINO VEIGA
LUIS EDUARDO RAMOS DE OLIVEIRA
LUIS MIGUEL TRAMONTINI DA SILVA
LUIZ FERNANDO BENASSI DE ALMEIDA
LUIZA DOS SANTOS VIEIRA
LUIZI MOREIRA SILVA
MARCIA REGINA DOS SANTOS
MARCO ANTONIO PEZZATO SOARES
MARCO ANTONIO SCHONS
MARI LUIZA BARBOSA TAVARES
MARIA CLARA BOUVAKIADES CORDEIRO
MARIA CLARA DA SILVA FONSECA
MARIA EDUARDA GONÇALVES MOREIRA DOS SANTOS
MARIA EDUARDA OLIVEIRA WALESKO
MARIA EDUARDA OSOLINSKI
MARIA JESSICA ROSSI
MARIA JULIA GOLFETO DE OLIVEIRA
MARIA JÚLLIA ESCUISSATO KINTOP
MARIA LUISA DA SILVA MAIA
MARIANA GOMES DA SILVA GERBELLI
MARIANA MELO STELLA
MATEUS DE LIMA MUNHOZ

MATEUS MACHADO PEDROSO
MATHEUS AURINO LOPES DOS PASSOS
MATHEUS HENRIQUE STOCO DE MORAES
MICHEL DEBATIM DE PAULA
MICHELE DIAS NASCIMENTO
MIGUEL FERRARI FRANÇA
MILENA MENDES DO ESPIRITO SANTO
MIZAEL FRANCISCO ALVES
NATALIA RAMOS ALVES
NATALY XAVIER DE LARA
NATHALIA MEDUNA PEREIRA
NATHALYA BOGANIK MONTEIRO DE OLIVEIRA
NICOLAS JOSE SCHWARZBACH
OTTO ADRIANO VASCONCELOS DA CRUZ

PATRICIA FRANÇA DA SILVA SANTOS
PATRICIA SIUCH DO NASCIMENTO BATISTA
PAULA ANDREA VIESE
PEDRO FERRARI FRANÇA
PEDRO GABRIEL DE MORAIS DUTRA
PEDRO HENRIQUE LOPES DE LARA
PÉROLA LARYSSA DRUZIAN MACHADO
PIETRA SILVA NASCIMENTO SIQUEIRA
POLLYANA MACHADO ISIDORO
RAFAEL DA SILVA FERREIRA
RAISSA NICOLLY BEGA MOTA
RAQUEL LUCAS MENDES DE ANDRADE
RAYSSA APARECIDA DE SOUZA
REGINA MADALENA XAVIER SENE
RENAN MACHADO JANUARIO
RENATO RODRIGUES DOS SANTOS
RHUAN SOUZA DA COSTA
ROSINALVA BARBOSA DA SILVA
SABRINA ALCANTARA RIBEIRO DOS SANTOS
SARA RAQUEL MOREIRA
SARA VITORIA DA SILVA
SERENA VALERA BARROS
SERGIO LUIZ DRUZIAN DOS SANTOS
SOFIA LOUISE ROSA DA SILVA
STEFANE RAISSA MESQUITA SANTANA
TACIANE JACÓ DE SOUZA MACIEL
TALITA REGINA DOS SANTOS
TATIANA BARBOSA STADLER DA SILVA
THAIS DE LANA PARENTE
THAMIRIS VITORIA AFONSO MOHR
THAYAME YARA XAVIER DE LIMA
THAYNA TEILOR DE CASTRO
THOMAS ENZO SILVA ZANDER
URIEL MAGALHÃES DE MORAES
VANESSA SAMPAIO SALLES
VERONICA GOMES DA SILVA
VICTOR BRITTO KOSINSKI
VICTOR GABRIEL MENDES DOS SANTOS
VICTORIA MENDES BITTENCOURT
VITORIA DE MOURA BAUER
VITORIA EUGENIA JANUARIO BORDINHA
WELLINGTON ROCHA FUMANERI
YASMIN VITORIA SAUER DE MACEDO

2º - Os beneficiários deverão comparecer até o dia 06 de agosto de 2026, até as 17h00min, na Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Didio Costa, nº 422, Praia de Leste (Centro de Capacitação da Educação), apresentando o seguinte documento:

•
declaração de aproveitamento escolar comprovando a aprovação e frequência, expedida pela instituição de ensino a que o estudante estiver matriculado.

3º - A não apresentação da declaração de matrícula dentro do prazo estabelecido resultará no cancelamento automático do auxílio transporte.

Pontal do Paraná, 23 de julho de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

CINTIA MENDES DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:4C9CD7E9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 334/2026

PORTARIA Nº 334/2026

O **Prefeito do Município de Porecatu**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

CONTRATA, a partir do dia 03 de agosto de 2026, **JOÃO VICTOR DA MOTA LOBIANCO,** portador do CPF nº 115.745.239-61, para exercer a função de Dentista Lotado no F.M.S/Serviços Odontológicos da Secretaria de Saúde, de acordo com sua classificação no Concurso Público (Cargo Público) instituído pelo Edital nº. 001/2026 de 27 de Janeiro de 2026.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis. (31.07.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia de Fátima Lima Andrade Ribeiro
Código Identificador:3BCDA153

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 108/2026

DECRETO Nº 108, DE 31 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a exoneração de servidor público em decorrência de afastamento compulsório do emprego público por disposição constitucional, ocupante de cargo em provimento efetivo de "Auxiliar de Serviços Gerais", e dá outras providências.

PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, no uso de suas atribuições conferidas no Art. 64, incisos IX e X da Lei Orgânica do Município de Porto Amazonas, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, que prevê o afastamento compulsório do servidor público ao atingir a idade estabelecida constitucionalmente;

CONSIDERANDO a legislação municipal aplicável e o processo administrativo nº 1.156/2026.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, em decorrência de afastamento compulsório do emprego público por disposição constitucional, o servidor **JOÃO MARIA RODRIGUES PAES**, matrícula nº 661, ocupante do cargo em provimento efetivo de "Auxiliar de Serviços Gerais", lotado no Departamento Municipal de Obras e Seviços Urbanos.

Art. 2º A exoneração de que trata este Decreto decorre da necessidade do afastamento compulsório do emprego público, em conformidade com a Constituição Federal, tendo em vista o mesmo ter atingido a

idade de 75 (setenta e cinco) anos, que é o marco para a extinção do vínculo empregatício.

Art. 3º Compete ao Departamento de Recursos Humanos adotar as providências administrativas necessárias ao cumprimento deste Decreto, inclusive quanto aos registros funcionais e demais atos pertinentes.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, em 31 de julho de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito de Porto Amazonas

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:A816AFA9

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PRAZO DETERMINADO Nº 06/2026 - PSS

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PRAZO DETERMINADO Nº 06/2026
PSS EDITAL 001/2025

A Divisão de Recursos Humanos torna público o extrato do Processo Seletivo Simplificado – PSS, para fins de contratação de pessoal por tempo determinado, na forma da Lei Municipal N° 1.133/2021 de 21 de janeiro de 2021 e demais instrumentos legais, mediante as condições estabelecidas no Edital N° 01/2025 – PSS.
Contratante: Município de Porto Amazonas
Cargo: Professor
Vigência do Contrato: prazo determinado
Data início e término: 01/08/2026 a 31/12/2026
Carga Horária: 20 horas semanais
Contratado: MYLENA SANTOS MENEGASSI
RG: 14.160.096-6 CPF: 114.355.789-10

Porto Amazonas, 31 de julho de 2026.

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:5AB3CD78

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
ATO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 149/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 036/2026

CONSIDERANDO a demanda formalizada pela Diretoria Administrativa e Operacional do CISPAR, o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência, a avaliação prévia do imóvel, a certidão de inexistência de imóvel público vago e disponível, a pesquisa de mercado/justificativa de preço, a consulta às condições de habilitação, a previsão orçamentária, o parecer contábil e o parecer jurídico emitido, **FICA AUTORIZADA** a contratação direta do objeto abaixo referido, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no *art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021*.

Considera-se que:

1. A necessidade da contratação decorre da prestação de serviços de calibração e manutenção preventiva dos equipamentos utilizados nas fiscalizações in loco realizadas pelo ORCISPAR, indispensáveis para garantir a confiabilidade das medições, a segurança operacional e a continuidade das atividades de fiscalização.

2. Conforme Declaração de Exclusividade apresentada nos autos, a empresa ALFAKIT LTDA., inscrita no CNPJ nº 02.297.602/0001-88, é a única empresa autorizada, em território nacional, a realizar serviços de manutenção e consertos em equipamentos da marca ALFAKIT, caracterizando a inviabilidade de competição.

3. A exclusividade apresentada demonstra que os serviços somente podem ser executados pela empresa autorizada pelo fabricante, garantindo a manutenção das especificações técnicas, da confiabilidade dos equipamentos e das condições de funcionamento exigidas para sua utilização.

4. A pesquisa de preços realizada nos autos demonstrou que o valor proposto para a execução dos serviços é compatível com os praticados pela empresa exclusiva para o objeto da contratação.

5. A empresa ALFAKIT LTDA. comprovou, nos autos, o atendimento aos requisitos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e demais exigências aplicáveis à presente contratação.

6. Diante da inviabilidade de competição, devidamente comprovada pela Declaração de Exclusividade e pela documentação constante dos autos, a contratação direta enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de calibração e manutenção preventiva de equipamentos utilizados em Fiscalizações in loco do Orcispar.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 856,13 (Oitocentos e cinquenta e seis reais e treze centavos).

CONTRATADA: ALFAKIT LTDA.

CNPJ: 02.297.602/0001-88.

ENDEREÇO: Rua João Sampaio da Silva, nº 128, Bairro: Capoeiras, situada na Cidade de Florianópolis - SC – CEP: 88.090-820.

Estando cumpridas as formalidades legais aplicáveis e considerando a instrução processual realizada, **HOMOLOGO** o presente processo de inexigibilidade de licitação e **ADJUDICO** o objeto à locadora/proprietária acima mencionada, autorizando a formalização do respectivo contrato administrativo de locação.

Maringá/PR, 31 de julho de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo
CISPAR

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:EFB5EB66

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 024/2026 34ª CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2024

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o resultado do Processo Seletivo Simplificado, divulgado pelo Edital nº 014/2024 de 22 de fevereiro de 2024 e homologado através da Resolução nº 22/2024, resolve **convocar** os aprovados abaixo listados para apresentação dos documentos pertinentes para nomeação até o prazo final de **07/08/2026**. O local para comparecimento será na sede do Cispar, situado na Rua Pioneiro Miguel Jordão Martinez, 677 - Parque Industrial Mario Bulhões da Fonseca, em Maringá-PR, no horário das 08h às 17h.

Documentos necessários:

1)Cédula de Identidade RG ou protocolo da identidade e fotocópia; Cadastro de Pessoa Física CPF e fotocópia;

2) Certidão de reservista e fotocópia, quando couber;
3)Título de eleitor e fotocópia, comprovante de voto na ultima eleição ou justificativa da ausência e fotocópia;
4) Certidão de nascimento ou casamento e fotocópia;
5) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e fotocópia, quando couber;
6) Duas fotografias 3x4 recente, tirada de frente;
7) Atestado de sanidade física e mental;
8) Certidão de negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
9) Documentos comprovando a escolaridade e registro no órgão da classe e fotocópia (quando for o caso);
10) Declaração sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função pública, excepcionados os casos permitidos pela Constituição Federal;
11) Última declaração do imposto de renda, ou declaração dos bens moveis e imóveis;
12) Inscrição do PIS/PASEP;
13) CTPS, Carteira de Trabalho e Previdência Social;
14) Conta salário na Caixa Econômica. (opcional).
15) Carteira Nacional de Habilitação, categoria B (mínimo), quando couber.

RELAÇÃO DOS CONVOCADOS

CARGO: ANALISTA ADMINISTRATIVO			
Nome	**Nota**	**Classificação**	**Modalidade**
DOUGLAS FESTAS TEIXEIRA MENDES	52,50	19º	Ampla Concorrência
AMANDA LEMES DE TOLEDO JUSTO	52,50	20º	Ampla Concorrência
ERICK RICARDO OLIVEIRA BORGES DA VEIGA	50,00	21º	Ampla Concorrência

O prazo para entrega dos documentos para aceitação do cargo se encerra no dia **07/08/2026 às 17h.**

O não comparecimento dentro do prazo estipulado significará a desistência do candidato, cabendo ao CISPAR convocar outro habilitado, obedecendo à ordem de classificação.

Maringá-PR, 31 de julho de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor-Executivo

Publicado por:
Juliana Silva Mello Sassi
Código Identificador:DF5B93BC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
ERRATA A RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE REGULAÇÃO DO ORCISPAR

O Órgão Regulador de Saneamento do Paraná – Orcispar torna pública a presente ERRATA, em razão da identificação de erro material no cabeçalho e na numeração de uma Resolução.
Assim, ficam realizadas as seguintes correções:
1. Onde se lê: "Resolução Orcispar nº 45/2026
Leia-se: "Resolução Orcispar nº 46/2026"
Esclarece-se que as correções decorrem exclusivamente de erro material e se restringem ao cabeçalho e a numeração da Resolução, permanecendo integralmente inalterados seus conteúdos, fundamentos, datas de aprovação, efeitos e demais disposições.

Maringá, 31 de julho de 2026

THIAGO B. MARIN
Presidente do Conselho de Regulação e Fiscalização do ORCISPAR

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:EE707C62

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 154/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 039/2026

COMUNICADO DE INTENÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
(Inexigibilidade de Licitação)

O Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR, em atendimento aos princípios da publicidade e transparência, torna público o presente comunicado de intenção de contratação direta, nos termos do ***Art. 74, inciso III, alínea "f",*** da Lei Federal nº 14.133/2021.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de capacitação presencial, com carga horária de 08 (oito) horas, destinada aos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR, abordando os temas Fiscalização Ambiental e Nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental - Lei Federal nº 15.190/2025, conforme características e condições descritas nesta Solicitação de Demanda.
Justificativa: A presente contratação decorre de demanda do setor técnico do CISPAR, visando promover a capacitação e atualização dos representantes dos municípios consorciados quanto aos procedimentos de fiscalização ambiental e às recentes alterações promovidas pela Nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental. A realização do treinamento busca fortalecer a atuação técnica dos profissionais envolvidos, proporcionando maior segurança jurídica, padronização de procedimentos e eficiência na condução das atividades relacionadas ao licenciamento e à fiscalização ambiental. A capacitação contribuirá para o aprimoramento da gestão ambiental municipal, auxiliando os municípios consorciados na correta aplicação da legislação vigente e na adoção de boas práticas administrativas, em consonância com os objetivos institucionais do CISPAR.

De forma preliminar, a contratação poderá enquadrar-se como hipótese de inexigibilidade de licitação, em razão da possível inviabilidade de competição, a ser devidamente analisada e comprovada no decorrer da instrução processual, mediante os documentos técnicos e jurídicos pertinentes.

O presente comunicado tem caráter meramente informativo e tem por finalidade dar publicidade ao processo administrativo em fase de instrução, não representando, por si só, aprovação final da contratação.

Maringá – PR, 20 de julho de 2026.

GABRIELA BARABASZ
Coordenadora Administrativa
Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná - CISPAR

Publicado por:
Juliana Silva Mello Sassi
Código Identificador:01567A3C

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 204/2026

O Prefeito do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conformidade com o art. 33-A da Lei Municipal nº 084/2001 e com o art. 2º da Lei Municipal nº 491/2018,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público municipal **CARLOS CLAUDIO RODRIGUES**, ocupante do cargo de **Motorista**, inscrito no CPF nº ***.***.209-49, o quantitativo de **22 (vinte e duas)**

diárias, no valor unitário de **R$ 39,55 (trinta e nove reais e cinquenta e cinco centavos)**, **totalizando R$ 870,10 (oitocentos e setenta reais e dez centavos)**, destinadas à cobertura de despesas com alimentação decorrentes do deslocamento da sede do Município de Prado Ferreira/PR para o Município de Londrina/PR e região, no exercício de suas atribuições funcionais, para **transporte de pacientes para realização de consultas médicas, exames e demais procedimentos de saúde**.
Parágrafo único. O afastamento ocorrerá no período de **31 de julho de 2026 a 31 de agosto de 2026**, **de forma não contínua**, conforme a escala de transporte de pacientes da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 31 de julho de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipa

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:32082614

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
ATA REGISTRO DE PREÇO 15/2026

Dispensa: 15/2026

Contratação de empresa especializada em serviços gráficos para eventual aquisição de crachás de plástico ou material similar, com tecnologia RFID, personalizados e de convites para os eventos efetuados por essa casa de leis. Em consonância com o parecer jurídico 100/2026.

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
CONTRATADA: A C DA ROCHA COMUNICAÇÃO VISUAL

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: No Valor Total: 10.772,00 (dez mil, setecentos e setenta e dois reais)
DESPESA:
01.001.01.031.0001.2.001.3.3.90.39.00.00. - 1001 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

PERÍODO DO CONTRATO: 30/07/2026 À 29/07/2027

Câmara Municipal de Quatro Barras, 31/07/2026.

FERNANDO CUNHA
Presidente da Câmara Municipal de Quatro Barras

Publicado por:
Rafaela Mientkewicz Cavalcanti
Código Identificador:CFE79CAC

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11837/2026 DE 31/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1751/2025 de 19/12/2025.
Decreta:

Artigo 1 º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 95.273,92 (noventa e cinco mil duzentos e setenta e três reais e noventa e dois centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA	
04.003.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL	
04.003.08.244.0005.2.206.	Ações para Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	
109 - 3.3.90.32.00.00	01000 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	20.976,92
22.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL	
22.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
22.001.18.542.0010.2.067.	Ações para Manutenção do Serviço Coleta Seletiva de Lixo em Vias Públicas	
472 - 3.3.90.39.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	14.286,92
473 - 3.3.90.39.00.00	O 1511 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	449,27
22.001.18.542.0010.2.180.	Ações para Manutenção e Desenvolvimento do Meio Ambiente Organizado e Sustentável	
484 - 3.3.90.39.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	23.436,30
22.004.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE BEM ESTAR ANIMAL	
22.004.18.304.0033 .2.043.	Ações de Defesa e Bem-Estar Animal	
516 - 3.3.90.39.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	21.124,51
25 .000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	
25.003.00.000.0000.0.000.	Departamento de Educação Fundamental	
25.003.12.361.0017 .2.032.	Ações para Capacitação Continuada dos Profissionais da Educação	
574- 3.3.90.14.00.00	O 1103 DIÁRIAS - CIVIL	15.000,00
Total Suplementação:		**95.273,92**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1 º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1 º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução		
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA	
04.003.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL	
04.003.08.244.0037 .2.199.	Ações para Manutenção do Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS	
160- 3.1.90.11.00.00	01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.976,92
22.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL	
22.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
22.001.18.542.0010.2.067.	Ações para Manutenção do Serviço Coleta Seletiva de Lixo em Vias Públicas	
465 - 3.3.71.70.00.00	01511 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	449,27
469 - 3.3.90.32.00.00	01000 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	14.286,92
22.00 l. l 8.542.0010.2.180.	Ações para Manutenção e Desenvolvimento do Meio Ambiente Organizado e Sustentável	
479 - 3.3.90.14.00.00	O 1000 DIÁRIAS - CIVIL	315,34
480 - 3.3.90.30.00.00	01000 MATERIAL DE CONSUMO	19.000,00
490 - 4.4.90.52.00.00	O 1000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.120,96
22.004.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE BEM ESTAR ANIMAL	
22.004.18.304.0033 .2.043.	Ações de Defesa e Bem-Estar Animal	
514 - 3.3.90.30.00.00	01000 MATERIAL DE CONSUMO	21.124,51
25 .000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	
25.003.00.000.0000.0.000.	Departamento de Educação Fundamental	
25.003.12.361.0017.2.034.	Ações para Manutenção do Ensino Fundamental - LDB	
588 - 3.3.90.30.00.00	01103 MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
Total Redução:		**95.273,92**

Artigo 3° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, em 31 de julho de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:BC28256C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 11839/2026

Súmula: Nomeia o Senhor RODRIGO PIRES MACHADO para o exercício de cargo em comissão.

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor NOMEIA o Senhor RODRIGO PIRES MACHADO, CPF nº. ***.718.159-**, para exercer em comissão o cargo de "ASSESSOR OPERACIONAL DE SECRETARIA", junto a Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança, a partir de 03 de agosto de 2026.

Quatro Barras, 31 de julho de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:446EEE5C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 11840/2026

Súmula: Nomeia a Senhora ELUIZA RIBEIRO DE ASSIS para o exercício de cargo em comissão.
O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor NOMEIA a Senhora ELUIZA RIBEIRO DE ASSIS, CPF nº. ***.249.769-**, para exercer em comissão o cargo de "ASSESSOR DE ATIVIDADES DE OPERAÇÃO", junto a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Serviço, a partir de 03 de agosto de 2026.

Quatro Barras, 31 de julho de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:D5D0A106

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 11841/2026

Súmula: Nomeia a Senhora EDIMARA DOS SANTOS MARTINS DE OLIVEIRA para o exercício de cargo em comissão.
O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor NOMEIA a Senhora EDIMARA DOS SANTOS MARTINS DE OLIVEIRA, CPF nº. ***.249.769-**, para exercer em comissão o cargo de "ASSESSOR DE ATIVIDADES DE OPERAÇÃO", junto a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Serviço, a partir de 03 de agosto de 2026.

Quatro Barras, 31 de julho de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:8DC84CCA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 11842/2026

Súmula: Nomeia a Senhora CAMILA ARAUJO FERNANDEZ para o exercício de cargo em comissão.

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor NOMEIA a Senhora CAMILA ARAUJO FERNANDEZ, CPF nº. ***.662.559-**, para exercer em comissão o cargo de "ASSESSOR OPERACIONAL DE SECRETARIA", junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03 de agosto de 2026.

Quatro Barras, 31 de julho de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:27B41728

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 11843/2026

Súmula: Nomeia a Senhora CINTIA DE OLIVEIRA DA SILVA para o exercício de cargo em comissão.
O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor NOMEIA a Senhora CINTIA DE OLIVEIRA DA SILVA, CPF nº. ***.692.139-**, para exercer em comissão o cargo de "ASSESSOR OPERACIONAL DE SECRETARIA", junto a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, a partir de 03 de agosto de 2026.

Quatro Barras, 31 de julho de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:2B831F37

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 11844/2026

Súmula: Nomeia o Senhor JOAO MARIA RIBEIRO QUEIROZ para o exercício de cargo em comissão.
O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor NOMEIA o Senhor JOAO MARIA RIBEIRO QUEIROZ, CPF nº. ***.094.799-**, para exercer em comissão o cargo de "ASSESSOR OPERACIONAL DE SECRETARIA", junto a Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança, a partir de 03 de agosto de 2026.

Quatro Barras, 31 de julho de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:0499325B

PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 02/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço contínuo de fornecimento de acesso à internet banda larga, por meio de link compartilhado utilizando tecnologia de fibra óptica, com velocidade mínima de 500 Mbps, incluindo instalação, ativação, configuração, suporte técnico especializado, manutenção preventiva e corretiva, bem como fornecimento dos equipamentos necessários ao funcionamento do serviço em regime de comodato, visando atender às necessidades da PREVIBARRAS, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência da Dispensa Eletrônica de Licitação nº 01/2026 e seus ANEXOS.
PROCESSO: 62/2026-Previ.
CONTRATANTE: Previdência Social do Município de Quatro Barras – PREVIBARRAS.
CONTRATADO: S&N TELECOM LTDA.
VALOR TOTAL: R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 20.001.09.122.0009.2051.3.3.90.40.00.
EMBASAMENTO LEGAL: Artigo 75, inciso II c/c o art. 72 da Lei nº 14.133/2021.
DATA DE ASSINATURA: 30 de julho de 2026.

Quatro Barras, 31 de julho de 2026.

OSMAR DOMINGUEZ
Secretário Executivo

Publicado por:
Ellen Correa Wandembruck Lago
Código Identificador:3E4BAE79

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE ITENS FRACASSADOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2026 / MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Aquisição de equipamentos de Tecnologia Assistiva e mobiliário para atendimento da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras, através da Pregoeira Municipal, devidamente autorizada pelo Decreto nº 11.769/2026, torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Eletrônico nº 53/2026, aberto no dia 30 de julho de 2026, às 8h30, com o objeto de licitação em epígrafe, teve o item 8 – ***Colchão casca de ovo*** *(...);* 9 – ***Par de muleta auxiliar*** *(...)* e 10 – ***Par de muleta canadense articulada*** *(...)* considerados FRACASSADOS.

Quatro Barras, 31 de julho de 2026.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:476F9D2C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
APOSENTADORIA

PORTARIA Nº091/2026

Súmula: Concede APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE AO TRABALHO.

ALEX SANDRO FERNANDES, Prefeito do Município de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o processo de aposentadoria da servidora LUCIANA DE OLIVEIRA BASTOS,

RESOLVE:
Art. 1º. Fica concedida a partir de 01/08/2026, a servidora **LUCIANA DE OLIVEIRA BASTOS**, brasileira, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, matrícula nº 9600195, residente e domiciliada na cidade de Querência do Norte/PR., APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE AO TRABALHO, no cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, constante dos CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO da Lei Municipal nº 2126/2026, nos termos do artigo 45, c/c artigo 64, §1, I, a, da Lei Complementar 051/2025.
Art. 2º. Fica estipulado como proventos mensal de sua aposentadoria, o valor de R$1.174,61 (mil, cento e setenta e quatro reais e sessenta e um centavos), conforme cálculo de proventos e para efeitos de recebimento com fundamento no § 2º, art. 201, da C.F./88, um salário-mínimo nacional.
Art. 3°. O provento de aposentadoria da servidora será revisto com fundamento no artigo 64, §1, I, a, da Lei Complementar 051/2025, sem paridade com o servidor em atividade.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Querência do Norte, PR, 31 de Julho de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Natalia Rogerio Peixoto
Código Identificador:A3DBE3FD

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATESTADOS E DECLARAÇÕES

PORTARIA Nº. 093/2026

SÚMULA: Afastamento dos Servidores.

Alex Sandro Fernandes, Prefeito de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
RESOLVE:

Tornar público o Afastamento dos Servidores abaixo relacionados, nos períodos indicados, de acordo com a Declaração, Certidão ou Atestado apresentado no Departamento de Recursos Humanos.

NOME	MOTIVO	PERÍODO	A PARTIR DE
JOELSON ZIANI COITO	ATESTADO MÉDICO	VESPERTINO	09/07/2026
JOELSON ZIANI COITO	ATESTADO MÉDICO	02 DIAS	06/07/2026
JOELSON ZIANI COITO	ATESTADO MÉDICO	03 DIAS	02/07/2026
MARCIO AMADO MANDELLI	ATESTADO MÉDICO	03 DIAS	21/07/2026
MARCIO AMADO MANDELLI	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	17/07/2026
CARLA SORAYA BORSATTO	ATESTADO MÉDICO	MATUTINO	24/07/2026
ROQUE APARECIDO SEBASTIÃO	ATESTADO MÉDICO	MATUTINO	27/07/2026
PAULO VICTOR CAMARGO PEREIRA	ATESTADO MÉDICO	MATUTINO	31/07/2026

Querência do Norte, PR, 31 de julho de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Natalia Rogerio Peixoto
Código Identificador:22531C5A

ADMINISTRAÇÃO GERAL
CONCEDE LICENÇA PREMIO

PORTARIA Nº. 094/2026

SÚMULA: Concede Licença Prêmio.

Alex Sandro Fernandes, Prefeito de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o protocolo 1327/2026,
RESOLVE:

Conceder 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio** a Servidora **camila rocha bomfim,** ocupante do cargo de **PROFESSORA – 1º PADRÃO**, portadora da Cédula de Identidade com RG. nº.9.9**.***.**6-8 e do CPF nº. 070.***.***-54, referente ao período aquisitivo de **2017/2022,** conforme Artigo 47 da Lei 1120/2011 e Artigo 192 da Lei nº. 069/2003, alterada pelo Artigo 1º. da Lei nº. 1.268 de 20/12/2012, a partir de 03/08/2026.

Registre-se e
Publique-se.

Querência do Norte, PR, 31 de Julho de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Natalia Rogerio Peixoto
Código Identificador:18842211

ADMINISTRAÇÃO GERAL
CONCEDE LICENÇA PREMIO

PORTARIA Nº.095/2026

SÚMULA: Concede Licença Prêmio.

Alex Sandro Fernandes, Prefeito de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o protocolo 1328/2026,
RESOLVE:

Conceder 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio** a Servidora **EDIANE MARCELINO RAMALHO,** ocupante do cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO**, portadora da Cédula de Identidade com RG. nº. 9.4**.***4-8 e do CPF nº. 061.***.***-30, referente ao período aquisitivo de **2014/2019,** conforme Artigo 192 da Lei nº. 069/2003, alterada pelo Artigo 1º. da Lei nº 1.268 de 20/12/2012, a partir de 03/08/2026.

Registre-se e
Publique-se.

Querência do Norte, PR, 31 de Julho de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Natalia Rogerio Peixoto
Código Identificador:B3CD2A16

ADMINISTRAÇÃO GERAL
NOMEIA CARGO COMISSIONADO

DECRETO Nº 113/2026

Súmula: Nomeia Cargo Comissionado.

Alex Sandro Fernandes, Prefeito Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei,

Resolve:

Nomear **LEANDRO LOPES DOS SANTOS,** portador da Cédula de Identidade RG nº 4.2**.***2-3 e inscrito no CPF nº 660.***.***-53 para responder pela **DIVISÃO DE PLANEJAMENTO** do Município de Querência do Norte, Estado do Paraná, percebendo a remuneração de acordo com a Lei Municipal 2038/2025, a partir de 03/08/2026.

Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Querência do Norte, PR, 31 de Julho de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Natalia Rogerio Peixoto
Código Identificador:46CDD0AA

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
ATO DE DIÁRIA Nº.068/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	068/2026		
DATA DA CONCESSÃO:	04/08/2026		
FAVORECIDO:	ALEXANDRO GOMES DA SILVA		
CPF:	067.579.939-29		
DESTINO VIAGEM:	CURITIBA-PR		
OBJETIVO DA VIAGEM			
PARTICIPAR DO 8º SEMINÁRIO – CONTROLE INTERNO E EXTERNO DA GOVERNANÇA PÚBLICA (FORTALECENDO A GESTÃO A INTEGRIDADE E A INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A SER MINISTRADO PELO EMPRESA ICAP – CAPACITAÇÃO E PESQUISA, NOS DIAS 04 A 07 DE AGOSTO DE 2026 EM CURITIBA-PR.			
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO			
PARTIDA:	04/08/2026 ÁS 08:00 HORAS		
RETORNO:	07/08/2026 ÁS 18:00 HORAS		
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	04 (QUATRO)		
	Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:	**3**	**810,70**	2.432,10
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:	**1**	**168,89**	168,89
VALOR TOTAL CONCEDIDO:			**R$. 2.600,99**

Autorizo a concessão.
Câmara Municipal de Querência do Norte – PR, aos 03 dias do mês de agosto de 2026.

RICARDO PAULINO DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Ângela Santos Barcelos
Código Identificador:2D6F0ECF

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
ATO DE DIÁRIA Nº.069/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	069/2026		
DATA DA CONCESSÃO:	04/08/2026		
FAVORECIDO:	EVANDSON ALVES DE LIMA		
CPF:	076.333.479-02		
DESTINO VIAGEM:	CURITIBA-PR		
OBJETIVO DA VIAGEM			
PARTICIPAR DO 8º SEMINÁRIO – CONTROLE INTERNO E EXTERNO DA GOVERNANÇA PÚBLICA (FORTALECENDO A GESTÃO A INTEGRIDADE E A INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A SER MINISTRADO PELO EMPRESA ICAP – CAPACITAÇÃO E PESQUISA, NOS DIAS 04 A 07 DE AGOSTO DE 2026 EM CURITIBA-PR.			
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO			
PARTIDA:	04/08/2026 ÁS 08:00 HORAS		
RETORNO:	07/08/2026 ÁS 18:00 HORAS		
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	04 (QUATRO)		
	Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:	**3**	**810,70**	2.432,10
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:	**1**	**168,89**	168,89
VALOR TOTAL CONCEDIDO:			**R$. 2.600,99**

Autorizo a concessão.
Câmara Municipal de Querência do Norte – PR, aos 03 dias do mês de agosto de 2026.

RICARDO PAULINO DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Ângela Santos Barcelos
Código Identificador:FE163693

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
ATO DE DIÁRIA Nº.070/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	070/2026		
DATA DA CONCESSÃO:	04/08/2026		
FAVORECIDO:	MARIANA NOGUEIRA LIMA		
CPF:	057.931.409-05		
DESTINO VIAGEM:	CURITIBA-PR		
OBJETIVO DA VIAGEM			
PARTICIPAR DO 8º SEMINÁRIO – CONTROLE INTERNO E EXTERNO DA GOVERNANÇA PÚBLICA (FORTALECENDO A GESTÃO A INTEGRIDADE E A INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A SER MINISTRADO PELO EMPRESA ICAP – CAPACITAÇÃO E PESQUISA, NOS DIAS 04 A 07 DE AGOSTO DE 2026 EM CURITIBA-PR.			
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO			
PARTIDA:	04/08/2026 ÁS 08:00 HORAS		
RETORNO:	07/08/2026 ÁS 18:00 HORAS		
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	04 (QUATRO)		
	Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:	**3**	**810,70**	2.432,10
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:	**1**	**168,89**	168,89
VALOR TOTAL CONCEDIDO:			**R$. 2.600,99**

Autorizo a concessão.
Câmara Municipal de Querência do Norte – PR, aos 03 dias do mês de agosto de 2026.

RICARDO PAULINO DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Ângela Santos Barcelos
Código Identificador:374CD528

LICITAÇÃO
CREDENCIAMENTO 01/2024 AVISO DE SORTEIO

Conforme analisado pela comissão de licitação – Portaria nº 94/2025, segue abaixo lista dos habilitados .

CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO Nº. 01/2024
MEIs HABILITADOS
OBJETO: SERVIÇOS DE ASSEIO E LIMPEZA E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS
ESTÃO HABILITADOS, CONFORME INSCRIÇÃO, PARA OS SERVIÇOS DE ASSEIO E LIMPEZA E PRODUÇÃO DE ALIMENTO

ORDEM	PROTOCOLO Nº	NOME	FUNÇÃO	OBSERVAÇÃO
	1183/2026	67.767.193 BRUNA FERNANDA CORREIA	Serviços de Asseio e LImpeza	**APTA**
	1234/2026	39.282.436 EDIVANIA ARECO DA SILVA	Serviços de Asseio e LImpeza	APTA

Em razão de novas empresas habilitadas no credenciamento e a necessidade de cumprir o edital no item 3.2.3, comunicamos que haverá sorteio, para realização do rodizio, na data de 03/08/2026, as 08:30 horas, (horário de Brasília), na sala de licitações, a Rua Waldemar dos Santos, 1197, Paço Municipal, sendo que os representantes das empresas habilitadas são convocados a participar do sorteio..

QUERÊNCIA DO NORTE, 31 de Julho de 2026

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:2413C4F0

RECURSOS HUMANOS
CONCEDER FÉRIAS

PORTARIA Nº. 092/2026

SÚMULA: Concessão de Férias.

ALEX SANDRO FERNANDES, Prefeito de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Conceder férias aos funcionários, conforme abaixo relacionado, nos períodos indicados respectivamente:

FUNCIONARIO	PERÍODO AQUISITIVO	GOZO DE FÉRIAS
ANIVALDO CARVALHO	2024/2025	03/08/2026 à 01/09/2026
CLAUDEMIR VITURINO DA SILVA	2025/2026	08/07/2026 à 06/08/2026
CLAUDIA CIBELE PAULA DA SILVA	2025/2026	25/06/2026 à 24/07/2026
JOÃO BASTOS BARBOSA	2024/2025	03/08/2026 à 01/09/2026
JOAQUIM ALVES DA CUNHA	2025/2026	10/08/2026 à 08/09/2026
JOSÉ AUGUSTINHO FERRAZ FILHO	2024/2025	08/07/2026 à 06/08/2026
JOSÉ LUIZ FERREIRA	2026/2027	13/07/2026 à 08/07/2027
JULIA GABRIELA SILVA ALEIXO	2025/2026	07/08/2026 à 05/09/2026
LENIRA FERNANDES DA SILVA	2025/2026	02/07/2026 à 31/07/2026
LENON CANASSA	2025/2026	03/08/2026 à 01/09/2026
MARCELO BARONI DANTAS	2024/2025	06/07/2026 à 04/08/2026
MARIZA FRANCISCA RIBEIRO FERREIRA	2025/2026	13/07/2026 à 11/08/2026
MARCELO JOSÉ DA SILVA SANTOS	2024/2025	01/07/2026 à 30/07/2026
RAFAEL RODRIGUES DA SILVA	2025/2026	03/08/2026 à 01/09/2026
ROSA FERNANDES DA SILVA	2025/2026	13/07/2026 à 11/08/2026

Querência do Norte, PR, 31 de julho de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Natalia Rogerio Peixoto
Código Identificador:F38E0906

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE QUITANDINHA
PORTARIA

PORTARIA Nº 06 DE 30 DE JULHO DE 2026.

A Diretora de Previdência e Atuária do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Quitandinha – QuitandinhaPrev, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 59 da Lei Municipal 535/02 e de conformidade com o Art. 40, § 1º, III, "b" da Constituição Federal e art.18, inc. III, alínea ''b'', da Lei Municipal 535/02.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder aposentadoria voluntária por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, para a servidora municipal **ZILDA FE FATIMA KERECKI,** matrícula 1026-1, CPF: 808.416.519-49, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR OPERACIONAL GERAL , nível "M2F", do quadro de pessoal do Município de Quitandinha.

Art. 2º - Fica estipulado como provento da aposentadoria o valor de **R$ 1.687,44** (HUM MIL SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS).

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor nesta data, com efeitos a partir do dia 21/07/2026, revogando as disposições em contrário.

Quitandinha, 30 de Julho de 2026

LUANA MLENEK MORDASKI FREIRE
Diretora de Previdência e Atuária

Publicado por:
Jussara Wisniewski
Código Identificador:CED1C29E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 003/2024

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 003/2024
Partícipes:
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADA –REGINA MARIA FAVARÃO
Objeto: Rescisão de Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº 003/2024 na prestação de Serviços na área da Educação visando a realização das atribuições de **PROFFESSOR** junto ao Departamento Municipal de Educação, em caráter excepcional, com carga horária de 20 horas semanais; rescindindo administrativamente o presente Contrato nas hipóteses prevista na Cláusula 13º Inciso III da Lei Municipal nº951/08/2024 de 02/12/2024 por iniciativa do Contratado mediante protocolo nº 201 de 01/072026, onde a contratada fará jus as verbas descritas nas alíneas "a", "b", "c" e "d", do Inciso I deste artigo.
RESCISÃO CONTRATUAL: 31 de julho de 2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E AUTORIZAÇÃO: Lei Municipal nº 951/08/2024 de 02/12/2024 e Processo Seletivo Simplificado nº 003/2023.

Rancho Alegre D'Oeste/PR, 31 de julho de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:FFC0350D

ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA

PORTARIA 264/09/2026

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D´Oeste, Estado do Paraná, Senhor **EVERTON CÁSSIO ZANUTO**, no uso de suas atribuições legais conforme a Lei nº 959/09/2025, resolve:

AUTORIZAR

I – A Servidora **VANESSA RAYANE MACEDO DA CRUZ FERREIRA**, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Assistência Social**,** para se ausentar a Serviço do Município de Rancho Alegre D´Oeste;

II – Concessão de diárias para participação em capacitação do Sistema de Benefícios ao Cidadão (SIBEC), com o objetivo de aprimorar conhecimentos técnicos e operacionais para melhor execução das atividades relacionadas à gestão de benefícios sociais.
III – Data: **05/08/2026 a 08/08/2026.**

IV – Curitiba/**PR**.

V – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO".

Rancho Alegre D´Oeste, PR., 31 de julho de 2026.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Rayane Macedo da Cruz Ferreira
Código Identificador:14A15E8D

ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA

PORTARIA 265/09/2026

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D´Oeste, Estado do Paraná, Senhor **EVERTON CÁSSIO ZANUTO**, no uso de suas atribuições legais conforme a Lei nº 959/09/2025, resolve:

AUTORIZAR

I – A Servidora **AMANDA CRISTINA TARCIZIO**, ocupante do cargo de Chefe do Setor de Programas Sociais**,** para se ausentar a Serviço do Município de Rancho Alegre D´Oeste;
II – Concessão de diárias para participação em capacitação do Sistema de Benefícios ao Cidadão (SIBEC), com o objetivo de aprimorar conhecimentos técnicos e operacionais para melhor execução das atividades relacionadas à gestão de benefícios sociais.
III – Data: **05/08/2026 a 08/08/2026.**
IV – Cidade de **Curitiba/PR**.
V – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO".

Rancho Alegre D´Oeste, PR., 31 de julho de 2026.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Rayane Macedo da Cruz Ferreira
Código Identificador:F4041872

EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 266/09/2026

Institui a Comissão Municipal de Equidade Racial da Rede Pública Municipal de Ensino de Rancho Alegre D'Oeste – PR e dá outras providências.

A **DIRETORA DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE – PR**, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 10.639/2003, alterada pela Lei nº 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena;
CONSIDERANDO as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais;
CONSIDERANDO o Protocolo Municipal de Enfrentamento ao Racismo e à Injúria Racial nas Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal de Rancho Alegre D'Oeste – PR;
RESOLVE:
Art. 1º Instituir a **Comissão Municipal de Equidade Racial**, de caráter consultivo, propositivo, preventivo e de acompanhamento das ações relacionadas à promoção da igualdade racial, à implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais e ao enfrentamento do racismo e da injúria racial nas Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal de Rancho Alegre D'Oeste – PR.
Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes membros:

Nome	Cargo/Função	Representação
Silvana Cristina de Gois	Presidente	Diretora do Departamento Municipal de Educação
Erica Luzia dos Santos Ferreira	Membro	Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação
Graziele de Souza Conceição	Membro	Diretora Cmei do Pequeno Principe
Socorro Maria dos santos	Membro	Coordenadora Pedagógica do Cmei Pequeno Principe
Joelma Adriana Lagos Coelho Frasson	Membro	Diretora Cmei Bom Jesus
Sandra Nunes Machado	Membro	Coordenadora Pedagógica do Cmei Bom Jesus
Rosa Maria Polatto Pepece	Membro	Coordenadora Pedagógica dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Vanessa dos Santos Ferreira	Membro	Professora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Maiara de Souza	Membro	Representante do Conselho Tutelar
Janaina Nayara Silva Mariano	Membro	Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social

Art. 3º
Compete à Comissão Municipal de Equidade Racial:
I – acompanhar a implementação do Protocolo Municipal de Enfrentamento ao Racismo e à Injúria Racial;
II – propor ações, programas e estratégias voltadas à promoção da equidade racial nas instituições de ensino;
III – acompanhar, quando solicitado pelo Departamento Municipal de Educação, os casos relacionados à discriminação racial, preservando o sigilo das informações e observando a legislação vigente;
IV – subsidiar a elaboração de materiais pedagógicos, campanhas educativas e ações de sensibilização;
V – incentivar o desenvolvimento de projetos pedagógicos que promovam a valorização da história e das culturas afro-brasileira, africana e indígena;
VI – colaborar na organização de formações continuadas destinadas aos profissionais da educação sobre relações étnico-raciais, educação antirracista e enfrentamento ao racismo;
VII – articular ações com os órgãos integrantes da rede de proteção e demais instituições públicas, quando necessário;
VIII – elaborar relatórios e recomendações visando ao fortalecimento das políticas públicas de promoção da igualdade racial na Rede Municipal de Ensino.

Art. 4º
Os membros da Comissão exercerão suas funções sem percepção de remuneração adicional, sendo os serviços prestados considerados de relevante interesse público.

Art. 5º
A Comissão reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez por semestre, e extraordinariamente sempre que convocada por seu Presidente ou por solicitação do Departamento Municipal de Educação.
Art. 6º
A Comissão poderá convidar representantes de outros órgãos públicos, instituições de ensino, entidades da sociedade civil e especialistas para participar de reuniões ou colaborar em ações específicas, sempre que necessário.
Art. 7º
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rancho Alegre D'Oeste – PR, 31 de julho de 2026.

SILVANA CRISTINA DE GOIS
Diretora do Departamento Municipal de Educação

Publicado por:
Silvana Cristina de Gois
Código Identificador:CA34063C

SAÚDE
PORTARIA 263/09/2026

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D´Oeste, Estado do Paraná, Senhor **EVERTON CÁSSIO ZANUTO**, no uso de suas atribuições legais conforme a Lei nº 959/09/2025, resolve:

AUTORIZAR

I – O Servidor **THIAGO SENNA BARBOSA**, ocupante do cargo de **MOTORISTA II** para se ausentar a Serviço do Município de Rancho Alegre D´Oeste;
II – Concessão de diárias para **Transporte de Pacientes em Tratamento de Saúde na cidade de Curitiba e RMC;**
III – Data: **02/08/2026** a **04/08/2026;**
IV – Cidade de **Curitiba/PR;**
V – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO".

Rancho Alegre D'Oeste - PR, 31 de julho de 2026.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vagner Duarte
Código Identificador:A9FC7970

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - INFRAÇÕES 2026-161

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à REALTRAN - REALEZA até 14/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
CRL0516	278050NIC0000550	30/06/2026	50020
CRL0516	278050NIC0000549	30/06/2026	50020
QHQ7D80	278050NIC0000551	30/06/2026	50020
QHY5F24	278050NIC0000552	30/06/2026	50020
SET3J46	278050NIC0000553	30/06/2026	50020

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:614607DC

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2026 – FEIRA INOVAR 2026

O Município de Realeza, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital de Chamamento Público nº 06/2026, torna público o resultado final das inscrições para a Feira InovaR 2026, nas seguintes categorias:
PARCEIROS TÉCNICOS:
Edilnei Fritzen - Competição de games
I I Telecom Ltda - INOVA INTERNET - Fornecedor de Internet e Suporte Técnico
PATROCINADOR:
Sicredi Fronteiras PR/SC/SP
PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO:
Claito Andre Gostinski 66166373015
Maria Churros e Salgados
Eloy Adao Jonikaites
APMF Colégio Estadual Doze De Novembro - EFMNP
Adriel Mandelli
Boiadeiros
Marcia Alves Da Silva
Trailer Marcio e Zane Sabor Catarinense
Confeitaria Lunar
Escola Municipal Do Campo Vereador Guerino Lotici

Considerando que houve inscritos até o suprimento das vagas, não foi necessária a realização de sorteio público.
Realeza/PR, 30 de julho de 2026.

PAULO SÉRGIO BUENO
Secretário de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:89035C1B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2026 – FEIRA INOVAR 2026

O Município de Realeza, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital de Chamamento Público nº 08/2026, torna público o resultado final das inscrições de expositores com estúdios de impressão 3D, serviços de modelagem, prototipagem e novas tecnologias para a Feira InovaR 2026.
Após análise da documentação conforme os critérios de elegibilidade estabelecidos no item 3 e a validação tecnológica descrita no item 4.1 do edital regulador, além da avaliação da comissão organizadora do evento, foram aprovadas as seguintes empresas para exposição:

Ordem	Nome do Proponente	Tipo de Participante (PF / MEI / Outra)
01	Alpha 3D	MEI
02	SYD Solutions	PF
03	Bunker 3D	MEI
04	Galho Nobre	PF

2. DAS DISPOSIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO
Datas e Horários: A Feira InovaR 2026 ocorrerá nos dias 17 e 18 de setembro de 2026, das 09h às 22h.
Local: Centro de Eventos de Realeza/PR.
Infraestrutura: O Município disponibilizará o espaço físico para a exposição e um ponto de energia elétrica.
Obrigações: Lembramos que toda a estrutura complementar necessária para a demonstração e comercialização, bem como a segurança e vigilância dos produtos e equipamentos, é de inteira responsabilidade de cada expositor selecionado. Os selecionados deverão permanecer no local durante todo o horário oficial do evento.
Realeza/PR, 30 de julho de 2026.

PAULO SÉRGIO BUENO
Secretário de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:5C2B58FA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ALTERAÇÃO DE LICITAÇÃO - PE-RP 25

AVISO DE ALTERAÇÃO DE LICITAÇÃO

A **PREFEITURA DE REALEZA**, Estado do Paraná, torna público e para o conhecimento dos interessados que alterou o edital de Licitação, na seguinte modalidade e características:
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90025/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 72/2026 - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
OBJETO: O objeto da presente licitação éREGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE material escolar e escritório para atender a demanda das secretarias solicitantes,conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
A alteração se dá devido a recebimento de pedidos de impugnação e esclarecimentos que geraram mudança na descrição de alguns itens.
Maiores informações podem ser obtidas com o setor de licitações via e-mail: **licitacao2@realeza.pr.gov.br**.

REALEZA, AOS trinta e um dias de julho de 2026.

DIANA BAMBERG
Pregoeira

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:62D2995E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - PE-RP 29

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 248/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: MULTINEGOCIOS JMC LTDA
OBJETO: . O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE Água Mineral em garrafões de 20 litros, Água Mineral com e sem gás em garrafas descartáveis de 510 ml, vasilhame casco de 20 litros, copo de água mineral natural, 200 ml, para atender ao consumo de todas as Secretarias do Município de Realeza, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO - Nº 29/2026
VALOR TOTAL: R$124.105,89 (Cento e Vinte e Quatro Mil, Cento e Cinco Reais e Oitenta e Nove Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 29/07/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 249/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: DOUGLAS DE ANDRADE DA SILVA TAVARES
OBJETO: O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE Água Mineral em garrafões de 20 litros, Água Mineral com e sem gás em garrafas descartáveis de 510 ml, vasilhame casco de 20 litros, copo de água mineral natural, 200 ml, para atender ao consumo de todas as Secretarias do Município de Realeza, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO -Nº 29/2026
VALOR TOTAL: R$20.031,00 (Vinte Mil e Trinta e Um Reais)
DATA DA ASSINATURA: 29/07/2026

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:EA5132ED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

CAMARA MUNICIPAL
PAUTA DA 27º SESSÃO ORDINÁRIA

PAUTA DA 27ª SESSÃO ORDINÁRIA
Terça-Feira, 04 de Agosto de 2026 - 19:00 horas.

ABERTURA		
	Cumprimentar o Presidente da Casa a Mesa Diretora os colegas vereadores, servidores da Casa e demais pessoas que assistem a sessão.	**Autoridades presentes:**
	Observar a presença de todos os Vereadores (ou ausência, caso alguém falte	**Vereadores ausentes:**
	Solicitar que seja feita a leitura da ata da Vigésima Sexta Sessão Ordinária (anterior)	
	Colocar em votação e declarar se aprovada ou não.	**Resultado da Votação:**
MATÉRIA EM EXPEDIENTE		
Ofício nº264/2026 do Executivo Municipal (responde indicação nº 016/2026)		
Ofício nº265/2026 do Executivo Municipal (responde indicação nº 017/2026)		
Ofício nº266/2026 do Executivo Municipal (responde indicação nº 018/2026)		
Indicação nº022/2026 do vereador: Antônio da Rosa Trindade (colocar em votação)		

ORDEM DO DIA

Matéria em segunda discussão e votação:

Projeto de Lei do Legislativo nº002/2026 (Denominação/Valério Toscan)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Convocar todos os vereadores para próxima sessão ordinária a realizar-se no dia 11 de agosto de 2026 (terça-feira) às 19h00.

Por fim, nada mais havendo a ser tratado, declaro encerrada a presente sessão.

Publicado por:
Aline Cristina Valandro
Código Identificador:65A514AB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N º 258 DE 31 DE JULHO DE 2026

Exonerar o servidor Samuel Linhares do cargo de Chefe de Divisão de Desenvolvimento Cultural.

Fabieli Manfredi, Prefeita Municipal de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Exonerar, a pedido, o servidor **Samuel Linhares**, do cargo em comissão de **Chefe de Divisão de Desenvolvimento Cultural** (Agente Político) Nível CC-10, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a partir desta data.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Francieli Gaspari
Código Identificador:C3BB8758

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
DESPACHO DE SUSPENSÃO PREGÃO 28/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3.313/2026.

DESPACHO DE SUSPENSÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
Processo Administrativo n.º 3.313/2026
Pregão Eletrônico n.º 28/2026

I – DOS FATOS
Trata-se de procedimento licitatório instaurado com a finalidade de promover a contratação do objeto descrito no respectivo Termo de Referência. Após a publicação do certame, procedeu-se à análise dos valores estimados que compõem a pesquisa de preços, ocasião em que foi constatada inconsistência na formação do preço estimado da contratação.
Verificou-se que, na elaboração da pesquisa de preços, foi considerado orçamento referente a **transporte de turismo**, quando o objeto pretendido corresponde a **transporte escolar**, circunstância que ocasionou a formação de valor estimado incompatível com as características e condições efetivamente relacionadas à contratação pretendida.
A inconsistência identificada compromete a adequada estimativa do valor da contratação e, consequentemente, a regularidade do procedimento, uma vez que o orçamento estimado constitui elemento essencial para a adequada condução da licitação e para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.
II – DA NECESSIDADE DA SUSPENSÃO
Diante da constatação do equívoco na pesquisa de preços, mostra-se necessária a suspensão do presente procedimento licitatório, a fim de possibilitar a revisão e correção da estimativa de preços, com a realização de nova pesquisa compatível com as características do objeto, especialmente quanto à natureza de **transporte escolar**.
A manutenção do certame nas condições atuais poderia comprometer a adequada aferição da vantajosidade da contratação, bem como a observância dos princípios que regem as contratações públicas.
A suspensão encontra fundamento na Lei Federal n.º 14.133/2021, que admite a suspensão da licitação por motivo de conveniência e oportunidade, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal medida.
A medida também se mostra necessária para assegurar a observância dos princípios da legalidade, planejamento, transparência, isonomia, eficiência, economicidade, segurança jurídica e seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei Federal n.º 14.133/2021.
III – DA DECISÃO
Diante do exposto, com fundamento na n.º 14.133/2021, **DECIDO:**
I – SUSPENSÃO o Pregão Eletrônico n.º 28/2026, vinculado ao Processo Administrativo n.º 3.313/2026, em razão da constatação de inconsistência na pesquisa de preços e na formação do valor estimado da contratação, decorrente da utilização de orçamento referente a transporte de turismo, quando o objeto corresponde a transporte escolar;

Reserva do Iguaçu/PR, 31 de julho de 2026

LUCIANA ANTUNES PEREIRA
Pregoeira

Publicado por:
Luciana Antunes Pereira
Código Identificador:3B7AE69E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
02º EXTRATO DE TERMO ADITIVO REFERENTE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 36/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
02º EXTRATO DE TERMO ADITIVO
REFERENTE CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 36/2025
PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL e **ERICA DAS DORES DA ROSA MACHOWSKI**
CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica acrescido em 25% o valor contratual do contrato 36/2025, com fundamento no art. 125 da Lei no 14.133/2021.
ASSINATURA: 30/07/2026.
FORO: Comarca de Rebouças

(A) LEANDRO JASINSKI -
Prefeito Municipal

(A) ERICA DAS DORES DA ROSA MACHOWSKI -
Representante

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:785F01B8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2026

EXTRATO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2026
O MUNICÍPIO DE RIO AZUL/PR torna público que foi celebrada a Rescisão Amigável da Ata de Registro de Preços nº 62/2026, firmada com a empresa NEW REGLY LTDA., CNPJ.: 03.448.836/0001-41, por consenso entre as partes.
A rescisão decorre da ocorrência de fato superveniente, devidamente comprovado e justificado nos autos do processo administrativo, que inviabilizou a continuidade da execução da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo ao interesse público, sendo a medida considerada mais vantajosa para a Administração.
O presente ato tem como fundamento o art. 187, inciso IV, do Decreto Municipal nº 07/2024, bem como os princípios da legalidade, eficiência e supremacia do interesse público.

Rio Azul, 23 de julho de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:5BF781A6

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO PSS

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 51/2024
EDITAL PSS Nº 02/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: SILVANO JOÃO DE LIMA
OBJETO: contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal.
MOTIVO: Data final do contrato.
DATA DA RESCISÃO: 31 de julho de 2026.

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:32E58131

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 144/2026

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Conceder a servidora **ANTONIA EVALDA DE MORAIS DE SOUZA**, matrículas n° 476-1 e 476-2, ocupante do cargo efetivo de Professora, 04 (quatro) meses de licença especial, a partir de 27 de julho de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Rio Azul, 30 de julho de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:E98E3851

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DA SEXTA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO BRANCO DO SUL

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, ocorreu nas dependências da sala do Conselho Municipal de Saúde (anexo à Secretaria Municipal de Saúde), situada à Rua Manoel Borges de Macedo, nº 128, Bairro Tiririca, município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná, a Sexta Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, com início às 09h20min, conforme convocação enviada. A reunião teve como pauta a seguinte ordem do dia: **Item 2 - Leitura e Aprovação da Ata da Quarta Reunião Ordinária realizada no dia 30/04/2026; Item 3 - Leitura e Aprovação da Ata da Quinta Reunião Ordinária realizada no dia 27/05/2026; Item 4 - Apreciação da Resolução Ad Referendum nº 001/2026; Item 5 - Fluxo de Pacientes Faltosos em Consultas e Exames Especializados; Item 6 - Fluxo de prioridades nos atendimentos laboratoriais; Item 7 – Assuntos Extra Pauta: Ofício nº 84 – Utilização dos Saldos Remanescentes das Resoluções SESA anteriores a 2021 e Fluxo para realização do PPD (teste cutâneo para identificar se o organismo já teve contato com a bactéria da tuberculose); Item 1 - Informes e Expedientes; Item 8 - Encerramento.** De modo a realizar a abertura dos trabalhos, a Coordenadora Executiva deu as boas-vindas aos presentes, verificou a existência de quórum regimental e o registro das presenças dos conselheiros e convidados em lista própria. Seguidamente, no **Item 2 e 3 - Leitura e Aprovação das Atas da Quarta Reunião Ordinária e Quinta Reunião Ordinária**, procedeu-se à leitura das atas, sendo solicitadas algumas retificações. Após as devidas correções, as atas foram aprovadas por unanimidade e assinadas pelos integrantes do Conselho Municipal de Saúde. Consecutivamente, no **Item 4 - Apreciação da Resolução Ad Referendum nº 001/2026,** a Secretária Municipal de Saúde esclareceu que a devolução de recursos ao Estado decorreu da impossibilidade de aquisição dos equipamentos previstos, em razão de processos licitatórios fracassados ou desertos, bem como do encerramento da vigência. O valor devolvido corresponde a aproximadamente R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). Informou que, paralelamente, iniciou-se um novo protocolo junto à Secretaria de Estado da Saúde com o pedido de retorno dos recursos ao Município, visando à conclusão das aquisições pendentes. Relatou ainda, que nas tratativas com o prestador de serviços hospitalares, surgiu a opinião de adquirir um aparelho de tomografia computadorizada, sugestão acolhida pela gestão do Centro Integrado em Saúde (CIS) e pela equipe técnica hospitalar. Explicou que o Secretário de Estado da Saúde manifestou-se favoravelmente ao pleito, autorizando a celebração da pactuação para a compra dos equipamentos remanescentes e do tomógrafo. Confirmou que o processo encontra-se em fase do envio da documentação técnica juntamente com o projeto de blindagem da sala onde será instalado o equipamento, a ser elaborado pelo prestador hospitalar. Após a conclusão dessa etapa, será formalizado um novo convênio, com posterior retorno dos recursos ao Município e início dos procedimentos licitatórios. Destacou a relevância do equipamento para a melhoria da assistência hospitalar, redução de transferências para outros municípios, diminuição de filas e ampliação da capacidade no âmbito regional, abrangendo os municípios do Vale do Ribeira, observada a necessidade de implementação gradual dos serviços especializados para preservação da capacidade assistencial local. A Resolução *Ad Referendum nº 001/2026* foi aprovada por todos os conselheiros presentes. Continuamente, no **Item 5 - Fluxo de Pacientes Faltosos em Consultas e Exames Especializados,** a Diretora da Média e Alta Complexidade, Andreza, apresentou o fluxo proposto, com o objetivo de qualificar a gestão das filas da regulação estadual, atualizar a condição clínica dos usuários e ampliar a equidade no acesso aos serviços especializados do SUS. Evidenciou que os encaminhamentos são realizados pelas Unidades de Saúde e regulados pelo sistema estadual, verificado um elevado índice de absenteísmo, resultando no prejuízo à utilização das vagas e aumento do tempo de espera. Diante disso, propôs-se que o paciente faltoso retorne à Unidade de Saúde para nova avaliação clínica, com reavaliação médica para o encaminhamento e eventual reinserção na Central de Regulação, de acordo com normas vigentes. A gestora da pasta da saúde salientou que o Município não possui autonomia para definir vagas ou alterar a ordem das filas da regulação estadual, tampouco realizar agendamentos diretos, cabendo essas atribuições ao sistema estadual de regulação. Reforçou que o comparecimento às consultas é de responsabilidade do usuário e que os critérios de priorização permanecem vinculados à avaliação clínica e aos protocolos estabelecidos. Complementou ainda, que a Secretaria Municipal de Saúde realiza periodicamente a requalificação das filas de espera, por meio de revisão cadastral e busca ativa, visando à atualização da demanda reprimida. Explanou a distinção entre os atendimentos eletivos regulados e os casos de urgência e emergência, estes atendidos diretamente nos serviços de pronto atendimento. Por fim, deliberou-se que as faltas justificadas por motivos excepcionais serão analisadas individualmente pela coordenação da Unidade de Saúde, mediante registro em prontuário e adoção das providências cabíveis. Ao final, o Fluxo obteve aprovação unânime pelos membros do Conselho, com a inclusão de adequações relativas às situações excepcionais. Posteriormente, no **Item 6 - Fluxo de prioridades nos atendimentos laboratoriais,** a Diretora Administrativa, Adriana, propôs a padronização do referido fluxo, em razão de dúvidas e reclamações recorrentes quanto às prioridades dos públicos previstos na legislação, tais como, como gestantes, idosos, pessoas com deficiência, pessoas com transtorno do espectro autista e demais grupos legalmente assegurados. Os acolhimentos prioritários já são observados nos laboratórios, porém identificou-se a precisão de uniformização dos procedimentos e maior clareza das regras à população usuária do SUS. Definiu que será assegurado atendimento prioritário em conformidade com a legislação vigente, sendo de imediato as pessoas com 80 anos ou mais, seguidas dos demais grupos prioritários, respeitando a ordem de chegada dentro de cada categoria, e posteriormente os da fila comum. Para organização do fluxo, será adotado sistema padronizado de alternância entre prioritários e comuns, bem como diferenciação de senhas, garantindo transparência e controle da ordem com relação ao horário de chegada. Também prevista a possibilidade de atender de maneira diferenciada em situações específicas, devidamente comprovadas, como por exemplo, pacientes oncológicos, em hemodiálise ou outras condições clínicas. Alguns laboratórios já estão se organizando para implementar o sistema eletrônico de senhas. Em seguida, o colegiado apreciou e aprovou o fluxo das prioridades laboratoriais, ficando a Secretaria Municipal de Saúde responsável pela padronização junto aos laboratórios credenciados e pela divulgação das normas prioritárias aos pacientes do SUS. Finalizando a pauta, solicitou-se a inserção de dois assuntos supervenientes, não constantes na convocação, em razão de sua urgência. Foram incluídos os **assuntos extra pauta**, mediante aceitação do plenário. Ato contínuo, no **Item 7 – Assuntos Extra Pauta: Ofício nº 84 – Utilização dos Saldos Remanescentes das Resoluções SESA anteriores a 2021 e Fluxo para realização do PPD,** a dirigente da saúde explicitou sobre o Ofício nº 84, oriundo do Gabinete desta secretaria, referente à identificação de saldos remanescentes em contas de exercícios anteriores ao ano de 2021, devido a orientação técnica recebida em capacitação pelo contador municipal. Realizado o levantamento contábil, constatou-se um montante de R$ 488.586,40 (quatrocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos), sem a localização de planos de trabalho ou instrumentos de aplicação vinculados à despesas de capital. A destinação deste recurso de custeio para a execução das ações e serviços de saúde, segundo normativa vigente no âmbito do SUS, com a finalidade de regularizar e encerrar os saldos de exercícios anteriores. O plenário aprovou, por unanimidade, a utilização do recurso para custeio, com posterior apresentação do plano de aplicação. O segundo assunto refere-se à implantação do exame PPD - Teste Tuberculínico (TT), utilizando o

Derivado Protéico Purificado (PPD), relatado pela Diretora da Vigilância Epidemiológica Helen que o município não realizava o referido exame, porém, estando o profissional responsável devidamente capacitado para sua execução, com previsão de início imediato e organização de fluxo inicial em espaço provisório, até futura inauguração do Centro de Especialidades. O serviço conterá um cronograma, com início previsto para a próxima sexta-feira, 26/06/2026, com sete pessoas já inscritas aguardando o teste, e periodicidade estabelecida para a última sexta-feira de cada mês. Submetido à apreciação do Plenário, o fluxo para realização do Teste Tuberculínico (TT) utilizando o Derivado Protéico Purificado (PPD), foi aprovado por unanimidade. Por fim, no **Item 1 - Informes e Expedientes,** foi discutida a apreciação das atas das reuniões anteriores, as quais serão encaminhadas previamente aos conselheiros para leitura antecipada. Durante a reunião, ocorrerão apenas confirmação e a deliberação sobre sua aprovação, ficando as manifestações restritas aos casos em que houver necessidade de correções, ajustes ou impugnações, com o objetivo de conferir maior celeridade aos trabalhos. Registrou-se a ausência da conselheira Leila, em razão de intercorrência de saúde envolvendo familiar, bem como reforçada a importância da participação dos membros titulares e suplentes nas reuniões, além do aviso prévio em caso de ausência. Tendo em vista as reiteradas ausências de alguns conselheiros suplentes, o plenário deliberou pela emissão de notificações formais, com orientação quanto à importância da participação nas atividades do Conselho, podendo haver substituição em caso de não regularização da frequência. **No Item 8 – Encerramento**, concluídas as deliberações, encerrou-se a reunião. **Eu ( ), Michele Cristina de Faria Lara, lavrei a presente ata, que será lida, apreciada e assinada pelos Conselheiros na próxima reunião.**

NOME	RG/CPF	ASSINATURA
Adriana Amparo de Cristo	XXXXXXX-0	
Andréia Aparecida do Nascimento	XXXXXXX-0	
Carlos Alberto Aparecido Jerônimo	XXXXXXX-6	
Jaqueline Taborda dos Santos	XXXXXXX-4	
José Antonio Assis Zerbetto Filho	XXXXXXX-2	
José Carlos Amora	XXXXXXX-1	
Leila de Moura Faria	XXXXXXX-4	
Levi Prestes Monteiro	XXXXXXX-4	
Luciano Guilherme Souza Haenisch	XXXXXXX-7	
Marta do Rocio Dobrila Nazário	XXXXXXX-7	
Marta Geffer Costa	XXXXXXX-3	
Nice Andreia de Moraes Almeida Lara	XXXXXXX-9	
Patricia Deziele Vaz Correa	XXXXXXXX-4	
Rosani de Fátima Araújo	XXXXXXX-7	
Telma Faria Mamede	XXXXXXXX-6	

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:4D0647A3

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS/RBS – PR Nº 28/2026

Dispõe sobre a aprovação do remanejamento da natureza de despesa referente ao recurso da Emenda Parlamentar nº 71170007 – Incremento PAP Atenção Básica, destinado ao custeio dos serviços e ações da Atenção Primária à Saúde.

A Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Rio Branco do Sul, **Marta do Rocio Dobrila Nazário**, no uso de suas competências e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, pela Lei Municipal n.º 353/91 e Resolução nº 453 do Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde.

CONSIDERANDO o Ofício nº 98/2026 – GAB, encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde, que solicita a aprovação do remanejamento da natureza da despesa referente ao recurso da Emenda Parlamentar nº 71170007 – Incremento PAP Atenção Básica;

CONSIDERANDO que o remanejamento consiste na alteração da natureza da despesa da categoria **Material de Consumo** para **Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**, mantendo-se inalterada a finalidade do recurso destinado ao custeio das ações e serviços da Atenção Primária à Saúde;

CONSIDERANDO que a medida visa adequar a execução dos recursos às necessidades atuais da rede municipal de saúde, contribuindo para o fortalecimento das ações de promoção, prevenção, assistência e acompanhamento em saúde, em conformidade com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS;

CONSIDERANDO a deliberação do plenário do Conselho Municipal de Saúde, em reunião realizada em 29 de Julho de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR o remanejamento da natureza da despesa referente ao recurso da **Emenda Parlamentar nº 71170007 – Incremento PAP Atenção Básica**, no valor de **R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)**, alterando a classificação da despesa da categoria **Material de Consumo** para **Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**, **bem como o respectivo Plano de Aplicação Financeira, constante no Anexo I desta Resolução, que dela passa a fazer parte integrante.**

Art. 2º O remanejamento aprovado destina-se à adequada execução dos recursos, visando atender às necessidades da rede municipal de saúde e fortalecer as ações e serviços da Atenção Primária à Saúde, observadas as normas legais e orçamentárias vigentes.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco do Sul, 30 de Julho de 2026.

MARTA DO ROCIO DOBRILA NAZÁRIO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

PLANO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA EMENDA PARLAMENTAR Nº 71170007 – INCREMENTO PAP ATENÇÃO BÁSICA

Quadro 01: Descritivo das despesas de custeio

Descrição	Quantitativo	Valor Estimado
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Locação de Veículos para Locomoção/Transporte Sanitária	01	R$ 79.608,76
Serviços de Credenciamento Médico para atenção Primaria a Saúde	01	R$ 320.391,24
	Total	**R$ 400.000,00**

GIZELE APARECIDA CORDEIRO DE LARA
Direção ASSP

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:C62D96E8

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS/RBS – PR Nº 29/2026

Dispõe sobre a aprovação de Protocolos Municipais destinados à organização dos processos de trabalho da Atenção Primária à Saúde do Município de Rio Branco do Sul – PR.

A Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Rio Branco do Sul, **Marta do Rocio Dobrila Nazário**, no uso de suas competências e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, pela Lei Municipal n.º 353/91 e Resolução nº 453 do Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde.

CONSIDERANDO a competência do Conselho Municipal de Saúde para deliberar sobre a formulação, acompanhamento e fiscalização da execução da política municipal de saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a organização dos processos de trabalho da Atenção Primária à Saúde, mediante a padronização de protocolos assistenciais e administrativos, visando à melhoria da qualidade dos serviços prestados à população;

CONSIDERANDO a deliberação do plenário do Conselho Municipal de Saúde, em reunião realizada em 29 de Julho de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR os seguintes Protocolos da Atenção Primária à Saúde, a serem adotados no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Branco do Sul:
I - Protocolo Municipal de Produção do Agente Comunitário de Saúde (ACS) - destinado à padronização das atividades, indicadores, registros, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas pelos Agentes Comunitários de Saúde;
II - Protocolo Municipal de Acolhimento com Escuta Qualificada e Classificação de Risco na Atenção Primária à Saúde, com adequações a serem realizadas - estabelecendo diretrizes para organização do acolhimento, classificação de risco, fluxos assistenciais e atribuições das equipes de saúde nas Unidades Básicas de Saúde do Município;
III - Protocolo Municipal para Cessão, Utilização, Manutenção e Controle das Bicicletas Elétricas destinadas aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) - disciplinando os critérios de utilização, responsabilidades, manutenção, controle patrimonial e demais procedimentos relacionados ao uso dos equipamentos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Os protocolos aprovados por esta Resolução passam a integrar os instrumentos normativos da Secretaria Municipal de Saúde, devendo ser observados pelas equipes e profissionais envolvidos na execução das respectivas atividades.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco do Sul, 30 de Julho de 2026.

MARTA DO ROCIO DOBRILA NAZÁRIO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:BDCFDA9B

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS/RBS – PR Nº 30/2026

Dispõe sobre a aprovação do Fluxo Municipal de Encaminhamento para Consultas Especializadas e Exames no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Branco do Sul – PR.

A Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Rio Branco do Sul, **Marta do Rocio Dobrila Nazário**, no uso de suas competências e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, pela Lei Municipal n.º 353/91 e Resolução nº 453 do Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde.

CONSIDERANDO competência do Conselho Municipal de Saúde para deliberar sobre a organização e o funcionamento das ações e serviços públicos de saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer fluxo padronizado para solicitação, análise, regulação, agendamento e acompanhamento das consultas especializadas e exames, assegurando acesso organizado, equitativo, transparente e fundamentado em critérios clínicos;

CONSIDERANDO a deliberação do plenário do Conselho Municipal de Saúde, em reunião realizada em 29 de Julho de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR o **Fluxo Municipal de Encaminhamento para Consultas Especializadas e Exames**, destinado à padronização dos procedimentos de solicitação, análise técnica, regulação, agendamento, realização e acompanhamento das consultas especializadas, exames e procedimentos diagnósticos no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS no Município de Rio Branco do Sul.

Art. 2º O fluxo aprovado passa a integrar os instrumentos normativos da Secretaria Municipal de Saúde, devendo ser observado por todos os profissionais, unidades de saúde e setores envolvidos na organização do acesso aos serviços especializados.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco do Sul, 30 de Julho de 2026.

MARTA DO ROCIO DOBRILA NAZÁRIO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:96AAC700

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS/RBS – PR Nº 31/2026

Dispõe sobre a aprovação dos Fluxos Operacionais da Vigilância Sanitária e da Vigilância em Saúde do Trabalhador do Município de Rio Branco do Sul – PR.

A Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Rio Branco do Sul, **Marta do Rocio Dobrila Nazário**, no uso de suas competências e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, pela Lei Municipal n.º 353/91 e Resolução nº 453 do Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde.

CONSIDERANDO a necessidade de padronização dos procedimentos técnicos e administrativos desenvolvidos pela Vigilância Sanitária e pela Vigilância em Saúde do Trabalhador do Município de Rio Branco do Sul;

CONSIDERANDO a importância do fortalecimento das ações de vigilância em saúde, prevenção de agravos, promoção da saúde e proteção da população trabalhadora;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde, ocorrida na Reunião Ordinária realizada em 29 de julho de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR os **Fluxos** Operacionais da Vigilância Sanitária e da Vigilância em Saúde do Trabalhador, a serem adotados no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Branco do Sul:
I - Fluxograma de Investigação de Acidentes de Trabalho e Doenças Relacionadas ao Trabalho, elaborado pela Vigilância em Saúde do Trabalhador do Município de Rio Branco do Sul, destinado à padronização dos procedimentos de recebimento, análise, investigação, monitoramento e encerramento dos casos relacionados à saúde do trabalhador.
II - Fluxo Operacional para Recebimento, Análise e Atendimento de Denúncias Sanitárias, elaborado pela Vigilância Sanitária Municipal, com a finalidade de padronizar os procedimentos de recebimento, classificação, inspeção, acompanhamento e encerramento das denúncias sanitárias.
III - Fluxo Operacional para Emissão, Renovação, Suspensão e Cancelamento da Licença Sanitária, elaborado pela Vigilância Sanitária Municipal, destinado à padronização dos procedimentos administrativos e técnicos relacionados ao licenciamento sanitário dos estabelecimentos sujeitos ao controle sanitário.

Art. 2º Os documentos aprovados passam a integrar os instrumentos orientadores das ações desenvolvidas pela Vigilância Sanitária e pela Vigilância em Saúde do Trabalhador do Município de Rio Branco do Sul, devendo ser observados pelos servidores responsáveis pela execução das atividades correspondentes.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco do Sul, 30 de Julho de 2026.

MARTA DO ROCIO DOBRILA NAZÁRIO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:B276D09F

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS/RBS – PR Nº 32/2026

Dispõe sobre a aprovação dos Fluxos de Atendimento da Odontologia no âmbito da Atenção Primária à Saúde do Município de Rio Branco do Sul.

A Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Rio Branco do Sul, **Marta do Rocio Dobrila Nazário**, no uso de suas competências e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, pela Lei Municipal n.º 353/91 e Resolução nº 453 do Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde.

CONSIDERANDO a necessidade de organizar, padronizar e qualificar os processos de trabalho da Equipe de Saúde Bucal na Atenção Primária à Saúde;

CONSIDERANDO que os fluxos assistenciais visam garantir a continuidade do cuidado, o acesso oportuno aos serviços odontológicos e a integralidade da assistência aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde, ocorrida na Reunião Ordinária realizada em 29 de julho de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR os seguintes Fluxos de Atendimento da Odontologia, a serem adotados no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Branco do Sul:
I – Fluxo de Encaminhamento dos Pacientes da Odontologia da Unidade Básica de Saúde para a Atenção Especializada;
II – Fluxo de Organização da Agenda Odontológica;
III – Fluxo de Atendimento Odontológico da Gestante nas Unidades Básicas de Saúde;
IV – Fluxo de Atendimento Odontológico da Pessoa Idosa nas Unidades Básicas de Saúde;
V – Fluxo de Atendimento Odontológico em Puericultura (0 a 2 anos) nas Unidades Básicas de Saúde;
VI – Fluxo de Encaminhamento para Prótese Dentária;
VII – Fluxo de solicitação de materiais e insumos odontológicos;
VIII – Fluxo de visita Domiciliar Odontológica;
IX – Fluxo de padronização dos registros de procedimentos da saúde bucal;
X – Fluxo de solicitação de manutenção, retirada e substituição de equipamentos.

Art. 2º Os fluxos aprovados têm por finalidade padronizar os procedimentos assistenciais, orientar a atuação das Equipes de Saúde Bucal e fortalecer a organização da Rede Municipal de Atenção à Saúde, promovendo maior acesso, continuidade e qualidade da assistência odontológica.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Saúde adotará as medidas necessárias para a implantação e divulgação dos fluxos aprovados junto às equipes envolvidas.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco do Sul, 30 de Julho de 2026.

MARTA DO ROCIO DOBRILA NAZÁRIO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:DF2E28A4

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
RESOLUÇÃO N° 008/2026

Dispõe sobre a Posse de Conselheiro Tutelar Suplente

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, no uso de suas competências atribuições que lhe são conferidas a Lei Municipal N° 1.095/2015 de 21 de Maio de 2015, e

Considerando a Posse de Conselheiro Tutelar

RESOLVE: Publicar: Termo de Posse do Conselheiro Tutelar Suplente 2026.

TERMO DE POSSE

No trigésimo primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, tendo em vista a fruição de férias pelo período de 30 dias, da Conselheira Tutelar: Marli Cordeiro dos Santos compareceu ao CMDCA, a Conselheira Tutelar Suplente: Raquel Correa Furmam RG. 9.207.367-0, tendo prestado o compromisso de desempenhar com lealdade os deveres da função que ora assume, bem como cumprir fielmente o Estatuto da Criança e do Adolescente, as demais Leis, e Regulamentos. Foi lhe dado Posse, conforme Lei Municipal 1095/95. Para constar lavrou-se o presente termo, que segue assinado pela Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo (a) empossado (a).

Rio Branco do Sul, 31 de julho de 2026.

ALINE SOUTO LOPES
Presidente do CMDCA

RAQUEL CORREA FURMAM
Empossado(a)

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:F546FAB4

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
TERMO DE POSSE Nº003/2026

No dia 31 de julho de 2026, foi dado posse a 02ª Conselheira Tutelar Suplente Raquel Correa Furmam pela Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA/RBS) Sra. Aline Souto Lopes de acordo com o resultado da Eleição Indireta em decorrência da fruição de férias, da Conselheira Tutelar Titular Marli Cordeiro dos Santos.

Eu, Raquel Correa Furmam comprometo-me a zelar e fazer cumprir com as obrigações inerentes ao Conselho Tutelar dispostas na Lei Federal nº8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução 170/2014 do Conselho Nacnional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, bem como na Lei Municipal nº432 de 24 de novembro de 1995, que cria o Conselho Tutelar.

Rio Branco do Sul – PR, 31 de julho de 2026.

ALINE SOUTO LOPES
Presidente do CMDCA

_____
RAQUEL CORREA FURMAM

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:A9D07E27

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.659/2026

"Dispõe sobre concessões de gratificações pelo exercício de função de confiança – função de chefia e desempenho de função especial – no âmbito da Administração Municipal e dá outras providências."

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais, com base do disposto na Lei Orgânica Municipal,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica concedida à **VIRGILIA PORTES ROSA**, matrícula 39751, a Função Especial de Responsável Pela Cozinha e Preparo de Refeições, prevista no inciso XI, do Art. 2º, do Decreto n.º 7.777/2025, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de julho de 2026.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 31 de julho de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:6CA05633

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
1º ADITAMENTO PROCESSO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2025

Contrato: 008/2025. **Modalidade:** Concorrência Pública nº 001/2025. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para Requalificação da Avenida Ermírio de Moraes, Continuação da Rodovia dos Minérios (PR 092), em Rio Branco do Sul/PR. **Dispositivo Legal:** Lei nº 14.133/21. **Contratado:** Gaissler Moreira Engenharia Civil LTDA. **Valor do aditamento:** Permanece Inalterado. **Motivo:** Aditivo de Prazo. **Prazo de Execução:** 01/04/2026 - 28/09/2026. **Vigência:** 01/08/2026 - 28/01/2027. **Responsável pelo Contrato:** Secretaria Municipal de Obras Públicas. **Fiscal de Contrato**: Wildener Tadeu Justino. **Data da ratificação:** 31/07/2026.

MILENA COLODEL
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:BDB20466

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
5º ADITAMENTO PROCESSO DE PREGÃO ELETRÔNICO 019.2024

Contrato: 153/2024. **Modalidade:** Pregão Eletrônico 019.2024. **Objeto:** Execução de pista de skate em concreto armado. **Dispositivo Legal:** Lei nº 14.133/21. **Contratado:** Brioschi Engenharia LTDA. **Valor do aditamento:** R$ 131.289,51. **Motivo:** Aditivo Prazo e acrescimo de valor. **Prazo de Execução:** 14/09/2025 – 12/06/2026. **Vigência:** 12/10/2026. **Responsável pelo Contrato:** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **Fiscal de Contrato**: Edvando Eduardo Gomes da Silva. **Data da ratificação:** 31/07/2026.

MILENA COLODEL
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:D78B1000

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
6º ADITAMENTO PROCESSO DA CONCORRENCIA ELETRONICA 009.2023

Contrato: 305/2023. **Modalidade:** Concorrência Eletrônica 009.2023. **Objeto:** Contratação de empresa de engenharia para a construção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS unidade Açungui, conforme Projeto Padrão do Estado do Paraná, com área de 206,65 m².. **Dispositivo Legal:** Lei nº 14.133/21. **Contratado:** CONSTRUTORA MESSINA LTDA. **Valor do aditamento:** Permanece Inalterado. **Motivo:** Aditivo Prazo. **Prazo de Execução:** 04/10/2026. **Vigência:** 01/09/2026. **Responsável pelo Contrato:** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **Fiscal de Contrato**: Edvando Eduardo Gomes da Silva. **Data da ratificação:** 31/07/2026.

MILENA COLODEL
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:A158685B

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
6º ADITAMENTO PROCESSO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2023

Contrato: 157/2023. **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 031/2023. **Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro veicular total para atender a demanda das Secretarias de Educação e Saúde. **Dispositivo Legal:** Lei nº 8666/93. **Contratado:** Gente Seguradora S.A. **Valor do aditamento:** R$ 56.771,41. **Motivo:** Prorrogação de Contrato e aditivo de valor. **Prazo de Execução:** 03/08/2026 - 02/02/2027. **Vigência:** 02/04/2027. **Responsável pelo Contrato:** Secretaria Municipal de Saúde. **Fiscal de Contrato**: Luiz Maurilio Costa. **Data da ratificação:** 31/07/2026.

MILENA COLODEL
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:943EB2B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 037/2026

"Homologa o Relatório Final da Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria n.º 013/2026, determina o encerramento do procedimento e dá outras providências."

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Portaria n.º 013/2026, que determinou a instauração de Sindicância Administrativa para apuração de eventuais descumprimentos aos deveres funcionais previstos nos incisos IX e XI do art. 139, bem como eventual prática da infração prevista no inciso I

do art. 140 da Lei Municipal n.º 465/1997 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio Branco do Sul;

CONSIDERANDO o Relatório Final elaborado pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, que concluiu não terem sido produzidas provas suficientes para caracterizar utilização indevida do cargo público, abuso de autoridade, obtenção de vantagem ou qualquer outra conduta relacionada ao objeto originalmente delimitado na Portaria n.º 013/2026, opinando, contudo, pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apuração de possível infração disciplinar diversa, consistente em suposto afastamento do serviço sem prévia comunicação ou autorização da chefia imediata;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico n.º 764/2026 da Procuradoria-Geral do Município, que opinou pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apuração da referida conduta, assegurando-se ao servidor o contraditório e a ampla defesa;

CONSIDERANDO que a sindicância possui natureza investigativa, tendo cumprido integralmente sua finalidade de esclarecer os fatos submetidos à apuração;

R E S O L V E:

Art.1º Fica homologado o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar referente à Sindicância instaurada pela Portaria n.º 013/2026.

Art.2º Fica encerrada a Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria n.º 013/2026, considerando que não restou comprovada a prática das infrações funcionais originalmente objeto da investigação:

Art.3º Considerando que, durante a instrução processual, surgiram elementos indicativos de possível infração disciplinar diversa daquela inicialmente apurada, determino a extração de cópia integral dos autos, ou sua remessa, para subsidiar a instauração do competente Processo Administrativo Disciplinar.

Art.4º Determinam-se as comunicações e anotações administrativas de praxe.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Secretário Municipal de Administração do Município de Rio Branco do Sul, em 31de julho de 2026.

WELINTON SALES DE LARA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:0E45E13A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 115/ 2026

Dispõe sobre homologação do Projeto Político-Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil "Professora Lenir Rodrigues", conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, considerando que a Prefeitura Municipal de Rio Negro é a mantenedora do Centro Municipal de Educação Infantil "Professora Lenir Rodrigues", considerando as Deliberações nº 02 e 03/2018 CP/CEE/PR, bem como o Parecer Normativo nº 01/2019 – CP/CEE/PR, a Deliberação nº 06/2025; e ainda, considerando o Parecer de Legalidade nº 510/2026 da Secretaria de Estado de Educação do Paraná – Núcleo Regional de Educação – Área Metropolitana Sul – SEED/NRE MTS;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Projeto Político-Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil "Professora Lenir Rodrigues", do município de Rio Negro, com a oferta de: Educação Infantil.

Art. 2º O Projeto Político-Pedagógico homologado pelo presente Decreto entra em vigor a partir do início do ano/período letivo de 2026, ficando revogado o Decreto nº 227, de 23 de dezembro de 2019.

Rio Negro, 30 de julho de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:DA6642C6

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 116/ 2026

Dispõe sobre homologação do Projeto Político-Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil "Tia Fani", conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, considerando que a Prefeitura Municipal de Rio Negro é a mantenedora do Centro Municipal de Educação Infantil "Tia Fani", considerando as Deliberações nº 02 e 03/2018 CP/CEE/PR, bem como o Parecer Normativo nº 01/2019 – CP/CEE/PR, a Deliberação nº 06/2025; e ainda, considerando o Parecer de Legalidade nº 518/2026 da Secretaria de Estado de Educação do Paraná – Núcleo Regional de Educação – Área Metropolitana Sul – SEED/NRE MTS;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Projeto Político-Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil "Tia Fani", do município de Rio Negro, com a oferta de: Educação Infantil.

Art. 2º O Projeto Político-Pedagógico homologado pelo presente Decreto entra em vigor a partir do início do ano/período letivo de 2026, ficando revogado o Decreto nº 232, de 23 de dezembro de 2019.

Rio Negro, 30 de julho de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:1A749CA8

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 117/2026

Dispõe sobre homologação do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal "Nossa Senhora Aparecida", conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, considerando que a Prefeitura Municipal de Rio Negro é a mantenedora da Escola Municipal "Nossa Senhora Aparecida", considerando as Deliberações nº 02 e 03/2018 CP/CEE/PR, bem como o Parecer Normativo nº 01/2019 – CP/CEE/PR, a Deliberação nº 03/2006 e Deliberação nº 06/2025; e ainda, considerando o Parecer de Legalidade nº 453/2026 da Secretaria de Estado de Educação do Paraná – Núcleo Regional de Educação – Área Metropolitana Sul – SEED/NRE MTS;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal "Nossa Senhora Aparecida", do município de Rio Negro, com a oferta de: Educação Infantil e Ensino Fundamental- anos iniciais.

Art. 2º O Projeto Político-Pedagógico homologado pelo presente Decreto entra em vigor a partir do início do ano/período letivo de 2026, ficando revogado o Decreto nº 089, de 29 de junho de 2023.

Rio Negro, 30 de julho de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:190FA30A

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 118/2026

Dispõe sobre homologação do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal "Vereador Ricardo Nentwig", conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, considerando que a Prefeitura Municipal de Rio Negro é a mantenedora da Escola Municipal "Vereador Ricardo Nentwig", considerando as Deliberações nº 02 e 03/2018 CP/CEE/PR, bem como o Parecer Normativo nº 01/2019 – CP/CEE/PR, a Deliberação nº 03/2006 e Deliberação nº 06/2025; e ainda, considerando o Parecer de Legalidade nº 508/2026 da Secretaria de Estado de Educação do Paraná – Núcleo Regional de Educação – Área Metropolitana Sul – SEED/NRE MTS;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal "Vereador Ricardo Nentwig", do município de Rio Negro, com a oferta de: Educação Infantil e Ensino Fundamental- anos iniciais.

Art. 2º O Projeto Político-Pedagógico homologado pelo presente Decreto entra em vigor a partir do início do ano/período letivo de 2026, ficando revogado o Decreto nº057, de 1º de junho de 2023.

Rio Negro, 31 de julho de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:8AF7C15E

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 119/2026

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base na Lei Municipal nº 3.488, de 17 de dezembro de 2025,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do corrente Exercício, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), destinado a atender a despesa abaixo relacionada:

06	Secretaria Municipal de Educação - SMED	
002	Depto de Educ. Perman. e Profis. - DEPP	
12.361.0004.2017	Ensino Fundamental	
3.3.90.40.00	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	
Fonte 00104	25% sobre demais impostos vinculados com a educação	70.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o presente crédito, no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), decorrerão de provável excesso de arrecadação, apurado de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 3º Em decorrência do Crédito Adicional previsto neste Decreto, ficam alterados os anexos a ele relacionados na Lei Municipal nº 3.487, de 16 de dezembro de 2025 e suas alterações, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2026, bem como da Lei Municipal nº 3.486, de 16 de dezembro de 2025 e suas alterações, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2026 a 2029, para compatibilizá-los com a Lei Municipal nº 3.488, de 17 de dezembro de 2025, que estima a receita e fixa a despesa geral do Município de Rio Negro para o exercício financeiro de 2026, e ainda o Decreto nº 185, de 19 de dezembro de 2025, que dispõe sobre a Programação Financeira e Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício de 2026.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 31 de julho de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

TATIANE IZABELE SCHENOVEBER RODRIGUES
Secretária Municipal da Fazenda

GEOVAN DA SILVA
Secretário Municipal de Planejamento e Coordenação Geral

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:C24EBF5B

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 120/2026

Institui o Comitê Interinstitucional para a Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base na Lei Municipal nº 1307, de 25 de outubro de 2002 e suas alterações:
Considerando a absoluta prioridade à criança e ao adolescente na elaboração das políticas públicas, conforme previsto no artigo 227 da Constituição Federal do Brasil e no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente;
Considerando o Decreto Federal nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, que promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança;
Considerando as diretrizes do CONANDA, que recomendam que todos os estados e municípios da federação elaborem, implantem e implementem os seus respectivos Planos Decenais dos Direitos da Criança e do Adolescente, o que requer um planejamento intersetorial, visando à garantia dos direitos fundamentais de todas as crianças e os adolescentes;
Considerando o disposto no Caderno Orientativo para Elaboração do Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Comitê Interinstitucional para a Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Decenal de Rio Negro, os seguintes representantes:
I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:
Titular: Carla Maria Kiatkoski;

Suplente: Mariza Schuster Bueno.

II - Conselho Tutelar:
Titular: João Rankel;
Suplente: Adriane Nentwig Chimborski.

III - Conselho Municipal de Assistência Social:
Titular: Jardeli Fabiane Valério Burghardt;
Suplente: Cleverton dos Santos Machado.
IV - Conselho Municipal de Segurança:
Titular: Rivael cordeiro;
Suplente: Márcia Terezinha Lima da Rosa Dacechen.

V - Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Titular Elza Marquat;
Suplente: Janaína Piaz Alves.

VI - Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Vivian Jungles Barbosa;
Suplente: Nordson Arten.

VII - Secretaria Municipal de Assistência Social:
Titular: Simone Moreira;
Suplente: Vanessa Antunes Rodrigues Frank.

VIII - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo:
Titular: Gabriel Dlugosz;
Suplente: Larissa Martins Muller.

IX - Núcleo Regional Estadual AMS Sul Assistência de Município:
Titular: Emiliana Lopes;
Suplente: Rozeli Paes Ribeiro.

X - Representando as Crianças e adolescentes:
Titular: Leoni Cristine Braz Reisler;
Suplente: Eliezer Emanuel Ribeiro de Oliveira.

Art. 2º Ficam nomeados para compor o Comitê Interinstitucional para a Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Decenal de Rio Negro, as seguintes instituições, na qualidade de convidados em caráter permanente, com direito a voz e voto:
I - Ministério Público do Estado do Paraná;
II - Polícia Militar do Paraná - Proerd;
III - Ordem dos Advogados do Brasil.
Parágrafo Único. Estas instituições deverão encaminhar ofício com a indicação de Titular e suplente no transcurso dos trabalhos desta comissão

Art. 3º São competências desta comissão:
I - definir plano de atividades para discussão e elaboração do plano decenal, bem como elaborar a proposta do Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, incluindo ações, metas, indicadores de monitoramento e prazos de execução para cada órgão/instituição de atuação;
II - articular junto a órgãos e entidades integrantes do Sistema de Garantia de Direitos objetivando sua participação na discussão e na elaboração do plano decenal dos direitos da criança e adolescente;
III - assegurar a participação efetiva de crianças e adolescentes no processo de discussão e elaboração do plano decenal dos direitos da criança e adolescente;
IV - propor e acompanhar a realização de diagnóstico da situação local referente à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
V - submeter a minuta de plano decenal à consulta pública local, seja por audiência pública, consulta virtual ou outro mecanismo participativo equivalente;
VI - acompanhar a implementação do Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 4º São competências dos representantes nomeados por este decreto:

I - executar, de forma compartilhada as responsabilidades desta comissão listadas no artigo 3º da presente resolução;
II - subsidiar esta comissão quanto a informações que compõem o Plano relativo ao seu âmbito de atuação;
III - contribuir na discussão e elaboração do Plano, fazendo a articulação e disseminação de informações entre esta comissão e o órgão que representa;
IV - cumprir os prazos definidos conjuntamente para elaboração do Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 5º – Compete ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I – aprovar e deliberar o respectivo Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
II – apoiar e articular a implementação das ações do Plano Decenal dos Direitos da Criança e Adolescente;
III – articular com os órgãos do Poder Executivo e Legislativo visando à inserção de ações constantes do Plano Decenal dos Direitos da Criança e Adolescente no plano plurianual e na lei orçamentária;
IV – definir instrumentos de avaliação e monitoramento da implementação do Plano Decenal dos Direitos da Criança e Adolescente;
V – encaminhar o respectivo Plano Decenal dos Direitos da Criança e Adolescente ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 6º A Coordenação do Comitê Interinstitucional ficará a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Parágrafo Único. Para facilitar os trabalhos, a Secretaria Municipal de Assistência Social indicará um coordenador, que terá a competência de articular e assegurar a participação de todos os membros do Comitê, garantindo o cumprimento do Plano de Ação.

Art. 7º Os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente terão o prazo de até 06 (seis) meses, a contar da data da publicação desta Resolução, para elaborar e deliberar o seu respectivo Plano Decenal dos Direitos da Criança e Adolescente.

Art. 8º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 31 de julho de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:EA399905

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 822/2026

Dispõe sobre concessão de gratificação a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal n.º 2.309, de 22 de março de 2013 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de agosto do corrente, gratificação de função FG-2, sobre seus vencimentos básicos, para a servidora municipal ***Luisiane Krachinski,*** com matrícula nº 0916-4/1, em virtude de a mesma servidora estar exercendo a função de Chefe do Gabinete de Assessoramento, da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de agosto de 2026.

Art. 3º Revogar a Portaria nº 114, de 17 de janeiro de 2025.

Rio Negro, 31 de julho de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:CBCF9285

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
DISPENSA POR JUSTIFICATIVA N° 108 – PROCESSO N°221/2026

Objeto: Revisão preventiva de 1 (um) ano do Trator Agrícola Valtra A950 4x4 Cabinado. PRAZO DE EXECUÇÃO: 10 (dez) dias. Em conformidade com o inciso IV, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar dispensa de licitação. Mais informações através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Rio Negro, 31 de julho de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:A9CAD19A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE CREDENCIAMENTO VI REF.: LICITAÇÃO MODALIDADE INEXIGIBILIDADE N.º 034/2026
CREDENCIAMENTO Nº 006/2026

O Município de Rio Negro, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações e com fulcro ao edital de Credenciamento nº 006/2026 do processo de Inexigibilidade nº 034/2026, considerando a regularidade da documentação apresentada conforme análise da Comissão Municipal de Licitação, designada pela Portaria 475/2026, resolve credenciar a seguinte proponente para a execução do objeto.

Ordem de credenciamento	Proponente	CNPJ	Data da Proposta
8°	COLLO E FERREIRA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA	62.437.214/0001-87	22/07/2026

Registre-se que o credenciamento nº 006/2026 continua aberto para o recebimento de propostas pelos interessados, até a data limite estipulada no respectivo edital. Publique-se. Rio Negro, 20 de julho de 2026.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:91222CC3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE CREDENCIAMENTO XVI REF.: LICITAÇÃO MODALIDADE INEXIGIBILIDADE N.º 057/2025
CREDENCIAMENTO Nº 011/2025

O Município de Rio Negro, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações e com fulcro ao edital de Credenciamento nº 011/2025 do processo de Inexigibilidade nº 057/2025, considerando a regularidade da documentação apresentada conforme análise da Comissão Municipal de Licitação, designada pela Portaria 680/2025, resolve credenciar a seguinte proponente para a execução do objeto.

Ordem de credenciamento	Proponente	CNPJ	Data da Proposta
19°	57.912.377 KELLY APARECIDA DE LIMA LIEBL	57.912.377/0001-34	08/06/2026
20	67.121.976 SILVIO NIOTTIN JUNIOR	67.121.976/0001-93	17/06/2026

Registre-se que o credenciamento nº 011/2025 continua aberto para o recebimento de propostas pelos interessados, até a data limite estipulada no respectivo edital. Publique-se. Rio Negro, 30 de julho de 2026.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:CC4AF110

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO CANDIDATOS APROVADOS - CONVOCAÇÃO Nº 245/2026

CONVOCAÇÃO Nº 245/2026

CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE CARGOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA/PR

CONVOCAÇÃO CANDIDATOS APROVADOS

A Prefeitura Municipal de Rolândia, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICA a CONVOCAÇÃO dos candidatos **APROVADOS** constantes nesta convocação, conforme respectiva classificação no Concurso Público aberto pelo Edital nº 001/2024, para se apresentarem na Secretaria, conforme Anexo I, para tomar posse do cargo.

Rolândia, 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

ANEXO I
APROVADOS
Data: 12/08/2026
Horário: 13:30 horas
Local: Secretaria Municipal de Educação – Rua Soshishi Sasaki, 804 – Parque Industrial Roland

INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CARGO
014.703.316-83	MARIA EDUARDA DE LIMA DE SOUZA	PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO 30 HORAS
014.703.325-12	THATIANA DUTRA KIRSCH	PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO 30 HORAS

Data: 12/08/2026
Horário: 14:30 horas
Local: Secretaria Municipal de Educação – Rua Soshishi Sasaki, 804 – Parque Industrial Roland

INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CARGO
014.703.210-24	NATALIA DOS SANTOS FONSECA	PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO 20 HORAS
014.703.194-09	GABRIELE ROCHA MARTINS LEMES	PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO 20 HORAS
014.703.309-47	DAIANE KARINE DA SILVA	PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO 20 HORAS
014.703.183-36	GABRIELA CUBASKI SALA	PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO 20 HORAS
014.703.145-39	VERIDIANA CRISTINA MARSÃO DOS REIS	PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO 20 HORAS
014.703.274-53	DEBORA GONÇALVES DA SILVA	PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO 20 HORAS
014.703.212-51	BRUNA DE AZEVEDO MARCON	PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO 20 HORAS
014.703.244-29	RENATA CRISTINA PRADO	PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO 20 HORAS
014.703.224-59	MIDIÃ ARAGÃO DE SOUSA MOIA	PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO 20 HORAS
014.703.251-62	MARIA FERNANDA DA LUZ	PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO 20 HORAS

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:6E0C4DDD

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO PARA POSSE - PUBLICAÇÃO Nº 244/2026

PUBLICAÇÃO Nº 244/2026

CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE CARGOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA/PR

CONVOCAÇÃO PARA POSSE

Tendo em vista o pedido de reconsideração protocolado pelo candidato Antonio Augusto Baldi Martins, bem como a manifestação do órgão jurídico constante do Despacho nº 6 do Memorando nº 22.583/2026, esta Administração torna sem efeito a eliminação do referido candidato, anteriormente realizada por meio da Publicação nº 228/2026.
Dessa forma, fica o candidato convocado se apresentar na Secretaria para tomar posse do cargo, conforme especificado a seguir:

Data: 10/08/2026
Horário: 16:00 horas
Local: Secretaria Municipal de Educação – Rua Soshishi Sasaki, 804 – Parque Industrial Roland

INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CARGO
014.703.146-36	ANTONIO AUGUSTO BALDI MARTINS	PSICÓLOGO

Rolândia, 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:798784A6

ROLÂNDIA PREVIDÊNCIA
DECRETO – Nº 32/2026 – RP (RETIFICAÇÃO)

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI e considerando o Processo n° 110/2026 de Aposentadoria da servidora Silvana Cristina Borges Regatieri.

RESOLVE:

Art.1º - Fica retificado o Decreto nº 21/2026 – RP que concede à servidora Silvana Cristina Borges Regatieri, brasileira, servidora pública da Prefeitura Municipal de Rolândia, ocupante do cargo efetivo de Professor PROF-C2, referência 024, conforme quadro de cargos, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, média das 80% maiores remunerações, com Proventos Integrais, Sem Paridade, com fundamento no artigo 40, §5º, da Constituição Federal – Prof. Educação Infantil, Fundamental e Médio, a partir de 08 de Junho de 2026.

Art.2º - Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor constante no demonstrativo do cálculo de proventos de R$ 3.750,13 (Três mil setecentos e cinquenta reais e treze centavos).

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar da data de 08 de Junho de 2026, revogando o Decreto nº 21/2026 – RP e as disposições em contrário.
Registre-se e Publique-se.
Município de Rolândia, Estado do Paraná, 31 de Julho de 2026.

ELUIZA MESSIANO BETTEGA
Superintendente

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Beatriz Pereira
Código Identificador:A7C179A4

ROLÂNDIA PREVIDÊNCIA
DECRETO – Nº 33/2026 – RP (RETIFICAÇÃO)

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI e considerando o Processo n° 134/2026 de Aposentadoria do (a) servidor (a) Adriana de Carvalho Vieira Michels,

RESOLVE:

Art.1º - Fica retificado o Decreto nº 22/2026 – RP que concede à servidora Adriana de Carvalho Vieira Michels, brasileira, servidora Pública Municipal da Prefeitura Municipal de Rolândia, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Básico 30 horas P.E.B. 30H - C1, referência 010, conforme quadro de cargos, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, média das 80% maiores remunerações, com Proventos Integrais, sem Paridade, com fundamento no artigo 40, § 1º, III, "a" da Constituição Federal, a partir de 08 de Junho de 2026.

Art.2º - Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor constante no demonstrativo do cálculo de proventos de R$ 3.484,74 (Três mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e setenta e quatro centavos).

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar da data de 08 de Junho de 2026, revogando o Decreto nº 22/2026 – RP e as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.
Município de Rolândia, Estado do Paraná, 31 de Julho de 2026.

ELUIZA MESSIANO BETTEGA
Superintendente

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Beatriz Pereira
Código Identificador:CD245DB2

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2026 – PMR. PROCESSO Nº 132/2026.

Objeto: Aquisição de bonecos de simulação de RCP, intubação orotraqueal, parto e desfibriladores para treinamento das equipes de Urgência e Emergência e SAMU da Secretaria de Saúde do Município de Rolândia – PR.
Tipo: Menor Preço por ITEM.

Solicita Amostras: NÃO

Possui Exclusividade/e ou Cotas: SIM

Valor máximo total R$: 21.379,09.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 13:00 horas do dia 14/08/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 13:30 horas do dia 14/08/2026.
Obs.:*Recomenda-se que toda a documentação da proponente seja anexada na plataforma eletrônica até a data e hora limite do recebimento das propostas, a fim de garantir a celeridade do certame.*
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: https://comprasbr.com.br/ "Acesso Identificado".
Telefone do suporte aos licitantes é: (67) 3303-2730 ou (67) 3303-2702.

Disponibilidade do Edital e Informações: Av. Presidente Bernardes, n° 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia - Pr, no horário 12:00 às 18:00 horas, através dos telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616, site: **www.rolandia.pr.gov.br** e e-mail: **licitacao@rolandia.pr.gov.br**.

Rolândia, 31 de Julho de 2026.

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Jose Augusto Liasch da Silva
Código Identificador:365AC8DB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

CÂMARA MUNICIPAL
ATA DE REASSUNÇÃO DE CARGO

ATA DE REASSUNÇÃO DE CARGO
Aos trinta e um dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, às dezesseis horas da tarde na sede da Prefeitura Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, na presença dos representantes do Poder Legislativo Municipal, Secretários, Servidores Municipais e demais presentes, realizou-se a lavratura da presente Ata de Reassunção de Cargo, onde o Sr. **Volmar Duarte** voltará a reassumir o cargo de Prefeito Municipal às zero horas do dia três de agosto de dois mil e vinte e seis, que até então o cargo de chefe do executivo municipal estará sendo exercido pelo Vice-Prefeito Sr. **Nilmar Francisco Rech**, desde a data de quatorze de julho de dois mil e vinte e seis, encerrando-se às vinte e quatro horas do dia dois de agosto de dois mil e vinte e seis, em virtude das férias anuais concedidas o titular do cargo. Dando início ao ato, o Sr. **Nilmar Francisco Rech** agradeceu a Deus pela oportunidade de assumir o Executivo, agradeceu aos servidores, os quais deram prosseguimento aos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos pela administração municipal. Em seguida, o Sr. **Nilmar Francisco Rech** procedeu a transmissão do cargo ao Prefeito Municipal Sr. **Volmar Duarte** mediante a entrega das chaves da Prefeitura Municipal, fazendo uso da palavra. O Prefeito **Volmar Duarte**, parabenizou o Vice-Prefeito Sr**. Nilmar Francisco Rech**, pelo trabalho realizado nesse período que estava no exercício do cargo de prefeito municipal. Ressalta que ao reassumir o cargo, dará continuidade as ações em andamento no município. Nada mais havendo para tratar, o Presidente da Câmara de Vereadores, o Sr. **Paulo Cesar Pansera**, declarou encerrada a presente reunião da Solenidade de Reassunção do Cargo de Prefeito Municipal. Eu Carla Luciane Barcarol, Agente Legislativa da Câmara Municipal de Vereadores, lavrei a presente **Ata**, que será assinada por mim e demais presentes.

VOLMAR DUARTE NILMAR FRANCISCO RECH
Prefeito Vice-Prefeito

PAULO CESAR PANSERA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Carla Luciane Barcarol
Código Identificador:360570C6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 43/2026 CONTRATAÇÃO: 987833-11/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
O Município de Salgado Filho torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **Pregão 43/2026 - CONTRATAÇÃO: 987833-11/2026,** cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações.
Objeto da licitação: O Registro de Preços de Materiais e Equipamentos Veterinários

Data de entrega dos envelopes: 14/08/2026 às 08:29 horas no ComprasGov.

Data de abertura dos envelopes: 14/08/2026 às 08:30 horas no ComprasGov.

Edital na integra e demais informações, poderão ser consultadas no site http://www.salgadofilho.pr.gov.br ou solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Salgado Filho, fone 4635641202 ou e-mail licitacao.sf@gmail.com

Salgado Filho-PR, 31 de julho de 2026

NILMAR FRANCISCO RECH
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Jorge Gabriel Luz Dos Reis
Código Identificador:123EA4B6

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº 240, DE 31 DE JULHO DE 2026

PORTARIA Nº 240, DE 31 DE JULHO DE 2026

Concede abono pecuniário para Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando requerimento apresentado,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONVERTER, em abono pecuniário 10 (dez) dias de férias do Servidor Público Municipal **VAGNER CHORNA (1586),** ocupante do cargo efetivo de Técnico Administrativo, a partir de 01 de agosto de 2026, correspondente ao período aquisitivo de 01.12.2024 a 30.11.2025.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho Estado do Paraná, ao trigésimo primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis.

NILMAR FRANCISCO RECH
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:6A707297

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2026
PROCESSO 127/2026 EDITAL 987837-22/2026

O MUNICÍPIO DE SALTO DO LONTRA, ESTADO DO PARANÁ, torna público que fará realizar, às **09:00 horas do dia 18 de agosto de 2026**, nas dependências da Prefeitura Municipal, sita a Rua Prefeito Neuri Baú, 975 em Salto do Lontra, Paraná, Brasil, **PREGÃO ELETRÔNICO** para Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de **disposição final de resíduos sólidos urbanos – Classe II-A,** provenientes dos geradores da área urbana do Município de Salto do Lontra/PR. Critério de Julgamento: Menor Preço. Abertura das propostas e recebimentos dos lances: a partir das 09:00 horas do dia 18 de agosto de 2026, no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço acima indicado no horário comercial, pelo site www.saltodolontra.pr.gov.br ou através do site**:** https://www.gov.br/compras/pt-br, a partir do dia 31 de julho de 2026. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão

ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo e-mail licitacaosaltodolontra@gmail.com.

Salto do Lontra, 31 de julho de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:868D789B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2026 /PROCESSO 128/2026 EDITAL 987837-23/2026

O MUNICÍPIO DE SALTO DO LONTRA, ESTADO DO PARANÁ, torna público que fará realizar, às **09:00 horas do dia 19 de agosto de 2026**, nas dependências da Prefeitura Municipal, sita a Rua Prefeito Neuri Baú, 975 em Salto do Lontra, Paraná, Brasil, **PREGÃO ELETRÔNICO** para Contratação de empresa para fornecimento de Veículo Sedan novo, zero km de primeiro emplacamento, para desenvolvimento das atividades da Secretária Municipal da Mulher com Recursos do Governo do Estado, Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, conforme resolução 069/2026. Critério de Julgamento: Menor Preço global. Abertura das propostas e recebimentos dos lances: a partir das 09:00 horas do dia 19 de agosto de 2026, no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço acima indicado no horário comercial, pelo site www.saltodolontra.pr.gov.br ou através do site**:** https://www.gov.br/compras/pt-br, a partir do dia 31 de julho de 2026. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo e-mail licitacaosaltodolontra@gmail.com.

Salto do Lontra, 31 de julho de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:83421765

DEPARTAMENTO DE RH
DECRETO 1427-2026

DECRETO Nº 1427 DE 31 DE JULHO DE 2026

SÚMULA: Declara de utilidade pública, para os fins do art.3º, inciso VIll, e do art. 8º da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, as obras e intervenções emergenciais de interesse da defesa civil de que tratam os arts. 4° e 5º da Instrução Normativa IAT n° 15, de 30 de junho de 2026, e estabelece as condicionantes para a sua execução no âmbito do Município.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal Nº 601 de 01 de dezembro de 2025.

Considerando a competência do Município para a execução da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil em âmbito local, nos termos da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e do art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal;

Considerando que o art. 3º, inciso VIII, alíneas "b" e "c", da Lei Federal n° 12.651, de 25 de maio de 2012, qualifica como de utilidade pública as obras de infraestrutura de saneamento, sistema viário e energia, bem como as atividades e obras de defesa civil;

Considerando que o art. 8°, § 3º, da Lei Federal nº 12.651, de 2012, dispensa autorização do órgão ambiental competente para a execução, em caráter de urgência, de obras de interesse da defesa civil destinadas à prevenção e mitigação de acidentes em áreas urbanas;

Considerando o art. 20 da Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024, que dispensa a autorização do órgão licenciador competente para a execução, em caráter de urgência, de obras de interesse da defesa civil destinadas à prevenção e à mitigação de acidentes e ao restabelecimento da normalidade pública;

Considerando a Instrução Normativa IAT nº 15, de 30 de junho de 2026, que regulamenta a referida dispensa e disciplina, de forma separada, as ações de prevenção e mitigação (art. 4º) e as ações de resposta e recuperação (art. 5°);

Considerando as projeções oficiais dos órgãos de monitoramento climático quanto aos efeitos do fenômeno El Niño no Estado do Paraná e a necessidade de atuação tempestiva da defesa civil municipal nas áreas de risco;

Considerando a necessidade de uniformizar procedimentos e conferir segurança jurídica à execução das obras emergenciais, com a devida responsabilidade técnica e o adequado controle documental,

DECRETA

Art. 1º - Ficam declaradas de utilidade pública, para os fins do art. 3°, inciso VIII, e do art. 8° da Lei Federal nº 12.651, de 2012, as obras e intervenções emergenciais de interesse da defesa civil executadas no Município para a prevenção, a mitigação, a resposta e a recuperação diante de eventos climáticos adversos, especialmente os associados ao fenômeno El Niño, enquadradas nos arts. 4º e 5° da Instrução Normativa IAT nº 15, de 30 de junho de 2026.

Parágrafo único. A declaração de utilidade pública de que trata o caput tem natureza declaratória e reconhece a qualificação já atribuída pela legislação federal, não constituindo, por si, dispensa de autorização ambiental além das hipóteses expressamente previstas em lei.

Art. 2° - As obras e intervenções amparadas por este Decreto compreendem duas frentes operacionais distintas:

I - Ações de prevenção e mitigação, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa IAT n° 15, de 2026, tais como a estabilização e contenção emergencial de encostas e taludes, o desassoreamento e a limpeza emergencial de calhas de rios, galerias, canais e córregos, as obras emergenciais de drenagem e as demais definidas pela Coordenadoria Estadual da Defesa Civil;
II - Ações de resposta e recuperação, nos termos do art. 5º da Instrução Normativa IAT nº 15, de 2026, tais como a reconstrução emergencial de pontes, bueiros e acessos viários, a remoção de escombros e a desobstrução de vias, o restabelecimento de infraestruturas de saneamento, abastecimento de água e energia elétrica danificadas e as demais definidas pela Coordenadoria Estadual da Defesa Civil.
§ 1° As ações de prevenção e mitigação de que trata o inciso I pressupõem fundamentação em projeções oficiais de modelos climáticos ou em risco

iminente de desastre atestado por laudo técnico e alertas oficiais dos órgãos de monitoramento e defesa civil.
§ 2° As ações de resposta e recuperação de que trata o inciso Il pressupõem evento de desastre devidamente caracterizado e, quando for o caso, decreto de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública.

Art. 3° -Para as obras de prevenção e mitigação de que trata o art. 2º, inciso I, quando situadas em área urbana, reconhece-se dispensada a autorização do órgão ambiental competente, nos termos do art. 8°, § 3º, da Lei Federal nº 12.651, de 2012, sem prejuízo da observância das condicionantes deste Decreto.

Art. 4° - Fora das hipóteses de dispensa expressamente previstas em lei, permanece exigível a autorização do órgão ambiental competente, notadamente:
I - Para a intervenção ou a supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente situada em área rural;
II - Para a supressão de vegetação protetora de nascentes, dunas e restingas, admitida somente em caso de utilidade pública, nos termos do art. 8°, § 1º, da Lei Federal nº 12.651, de 2012;
III - Para as obras, os serviços e as intervenções não enquadrados nos arts. 4° e 5º da Instrução Normativa IAT nº 15, de 2026, que dependem de análise prévia do órgão ambiental competente.
Parágrafo único. Nas hipóteses deste artigo, o Município adotará as providências de licenciamento ou de autorização perante o Instituto Água e Terra (IAT), instruídas com a caracterização da utilidade pública de que trata este Decreto.

Art. 5° - A execução das obras amparadas por este Decreto observará as seguintes condicionantes:

I - A inserção prévia da área como área de atenção no Sistema da Defesa Civil do Estado (SISDC), nos casos de prevenção e mitigação, nos termos do art. 4°, parágrafo único, da Instrução Normativa IAT nº 15, de 2026;
II - A emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) ou documento equivalente, identificando responsável técnico pela intervenção, nos termos do art. 9º da referida Instrução;

III - A instrução de procedimento administrativo próprio, com laudo técnico, fotografias ou vídeos e documentos hábeis à comprovação da situação de urgência, nos termos do art. 20 da Lei Estadual nº 22.252, de 2024;
IV- A guarda, para fins de fiscalização e controle, do Formulário de Informações do Desastre (FIDE) e do decreto de homologação da Situação de Emergência ou do Estado de Calamidade Pública, nos casos de resposta e recuperação, nos termos do art. 6º da referida Instrução.

Art. 6° - Concluída a vigência do decreto de anormalidade, as obras emergenciais de recuperação que assumirem caráter permanente e cujas tipologias exijam licenciamento serão regularizadas perante o órgão ambiental competente, na forma do art. 7º da Instrução Normativa IAT nº 15, de 2026.

Art. 7°- Compete ao órgão municipal de proteção e defesa civil a caracterização técnica das ocorrências, a condução das ações previstas neste Decreto e a guarda da documentação correspondente, cabendo às Secretarias Municipal de Infraestrutura e Urbanismo e Obas e Viação a execução das intervenções.

Parágrafo único. Fica resguardado o poder de fiscalização dos órgãos ambientais e de controle, respondendo os infratores nos termos das Leis Federais n° 6.938, de 31 de agosto de 1981, e nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e seus regulamentos.

Art. 8° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, em 31 de julho de 2026.

Registre-se e Publique-se;

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:E96FCA08

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 69.2026

Decreto nº 69/2026

Súmula: Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar autorizado pela Lei nº 1.676 de 23 de dezembro de 2025.

Inivaldo Batista, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto no Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 272.211,08 (Duzentos e setenta e dois Mil, duzentos e onze reais e oito centavos) para as seguintes dotações orçamentárias, conforme segue:
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
06.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0007.2.025 – PROGRAMAS DE ATENÇÃO BÁSICA – PAB/CONVENIOS E PROGRAMAS-SUS
3.1.90.11.00.00 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL
01730 – 00326 – Assistência financeira da união para complementação salariais para profissionais da enfermagem.....R$ 15.067,52
01740 – 00494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.....R$ 35.043,56

07- SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0008.2.031 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIAIS
3.3.90.14.00.00 – DIÁRIAS - CIVIL
02355 – 00720 – Recursos Bolsa Família.....R$ 2.100,00

09- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E LAZER
09.001 – CULTURA, TURISMO E LAZER
13.392.0002.2.037 – EVENTOS CULTURAIS E CÍVICOS
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
02760 – 00000 – Recursos Ordinários (Livres) .....R$ 20.000,00
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ
02790 – 00000 – Recursos Ordinários (Livres) .....R$ 200.000,00

Art. 2º - Como recursos para abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os provenientes do superávit financeiro apurado no exercício anterior conforme disposto no art. 43, parágrafo 1º, inciso "I" da Lei 4.320/64.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data revogando as disposições em contrário.

Santa Amélia, 03 de junho de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Rodrigues
Código Identificador:584D3136

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão - Eletrônico Nº 10/2026
Processo: 45/2026
Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de solda.
Valor estimado: 235.405,00 (Duzentos e Trinta e Cinco Mil, Quatrocentos e Cinco Reais>)
Recebimento das propostas: até às 08:00 hrs do dia 14/08/2026
Período de abertura e julgamento das propostas: 14/08/2026 das 08:00 hrs às 09:00 hrs
Abertura da sessão de lances: 09:00 hrs do dia 14/08/2026
LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br

O inteiro teor do Edital poderá ser obtido no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no sítio eletrônico da prefeitura do Município de Santa Amélia-PR (http://177.55.54.10:7474/transparencia/licitacoes/listaLicitacoes) e no Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões-BLL - www.bll.org.br

Pedidos de informações e esclarecimentos relativos ao edital, seus modelos, adendos e anexos poderão ser apresentados ao Agente de Contratação/Pregoeiro, pelo próprio Sistema Eletrônico de Licitação da Bolsa de Licitações e Leilões-BLL - www.bll.org.br, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, sendo que as respostas serão divulgadas no sítio eletrônico oficial, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, sem identificar a proponente que deu origem à consulta.

Santa Amélia-PR.,19/06/2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:54229FFA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 069/2026

PORTARIA N.º 069/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, ESTADO DO PARANÁ, CLAUDIO COVRE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica **EXONERADO** o Sr. **LUIZ PAULO SEMICEKI MARCELINO**, inscrito no CPF sob n.º 118.XXX.XXX-06, do Cargo em Comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DO MEIO AMBIENTE**, a partir de 01 de agosto de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 31 de julho de 2026.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:06AAC0D9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 217/2026

Institui o Fórum Municipal de Educação, revoga o Decreto nº 256/2017 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, CONSIDERANDO:

A Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

A Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e estabelece diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a política educacional brasileira no decênio 2026–2036;

A necessidade de fortalecer a gestão democrática da educação, assegurando a participação do Poder Público e da sociedade civil na formulação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas educacionais;

O processo de elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação – PME 2026–2036;

DECRETA

Art. 1º Fica instituído o Fórum Municipal de Educação de Santa Fé, órgão permanente de caráter consultivo, propositivo, mobilizador, articulador e de acompanhamento das políticas públicas educacionais do Município.

Art. 2º Compete ao Fórum Municipal de Educação:

I – acompanhar e contribuir com a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação;

II – promover o diálogo entre o Poder Público e a sociedade civil sobre as políticas educacionais;

III – acompanhar o cumprimento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação;

IV – colaborar na organização das Conferências Municipais de Educação;

V – emitir recomendações e encaminhamentos relacionados às políticas públicas educacionais.

Art. 3º O Fórum Municipal de Educação será composto por representantes titulares e respectivos suplentes dos seguintes segmentos:

I – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

II – Conselho Municipal de Educação;

III – Diretores das Escolas e CMEIs Municipais;

IV – Equipe Pedagógica da Rede Municipal de Ensino;

V – Professores da Rede Municipal de Ensino;

VI – Pais ou responsáveis de estudantes;

VII – Poder Executivo Municipal;

VIII – Câmara Municipal;

IX – Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB;

X – Conselho Tutelar.

Art. 4º A participação no Fórum Municipal de Educação será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 5º O Fórum realizará sua reunião de instalação no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Decreto, para:

I – eleger seu Coordenador e Vice-Coordenador;

II – aprovar o Regimento Interno;

III – deliberar sobre o cronograma de acompanhamento da elaboração e monitoramento do Plano Municipal de Educação.

Art. 6º Fica revogado o Decreto nº 256/2017 e as demais disposições em contrário.
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domenico Sobrinho, em 29 de julho de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:62858BF8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015/2026.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO/PSS Nº 001/2026

O Prefeito Municipal de Santa Fe, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto nº 030/2026, que homologa o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº001/2026 – para contratação temporária.

R E S O L V E

CONVOCAR o candidato abaixo, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 001/2026, para comparecer na Prefeitura de Santa Fé – Departamento de Recursos Humanos, entre os dias **03 e 04 de agosto de 2026**, a fim de se submeter ao processo de admissão, munidos de cópia dos seguintes documentos;
I- Registro Geral – RG
II- Certificado de reservista, quando couber.
III- Titulo de Eleitor.
IV- Comprovante de voto na ultima eleição ou a justificativa da ausência.
V- Cadastro de Pessoa Física
VI- Comprovante de escolaridade ou habilitação exigida.
VII- Registro no órgão de classe, quando couber.
VIII- Certidão de Nascimento ou Casamento.
IX- Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14 anos, quando couber.
X- Carteira de vacinação dos filhos até 05(cinco) anos.
XI- 01 (uma) foto 3x4 recente, tirada de frente.
XII- Carteira Nacional de Habilitação, conforme exigência do cargo.
XIII- Atestado de Sanidade Física e Mental, mais os exames abaixo;
a-Urina;
b-Hemograma completo;
c-Glicemia;
d- eletro cardiograma
XIV- Certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residiu nos últimos 05 (cinco) anos;
XV- Declaração sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função pública e, nos casos que a lei indicar, declaração de bens e valores que constituam seu patrimônio;
XVI- Carteira de Trabalho;
XVII- Comprovante de Residência atualizado;
Para efeito de admissão os candidatos aprovados, ficam sujeitos a aprovação em todos os exames médicos realizados as suas custas.
A aprovação nos exames médicos é de caráter eliminatório, considerando-se aprovados os candidatos tidos como aptos.
***O não comparecimento no prazo estipulado implicará na desclassificação dos candidatos.**

CARGO DE AGENTE DE VEICULOS AUTOMOTORES –- 40 HORAS

NOME	CLASSIFICAÇÃO
ANTONIO PIRES DA SILVA	12º

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domenico Sobrinho, em 31 de julho de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:90FBCD70

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 036/2026 - PMSF

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ – PR
CONTRATADO: SEGUROS SURA S.A.
RESUMO DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro veicular para a frota das Secretarias Municipais de Saúde, Administração e Educação, Cultura e Esportes, incluindo cobertura contra danos materiais, danos corporais, acidentes pessoais de passageiros, assistência 24 horas e demais coberturas usuais de mercado, de acordo com as especificações detalhadas no Termo de Referência – Anexo I do Aviso de Contratação Direta, para os itens 07, 08, 09 e 10.
VALOR TOTAL: R$ 7.113,20 (sete mil e cento e treze reais e vinte centavos).
DATA DA DISPENSA: 10 de julho de 2026.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº091/2026 - PMSF
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 036/2026 - PMSF

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ – PR
CONTRATADO: SEGUROS SURA S.A.
RESUMO DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro veicular para a frota das Secretarias Municipais de Saúde, Administração e Educação, Cultura e Esportes, incluindo cobertura contra danos materiais, danos corporais, acidentes pessoais de passageiros, assistência 24 horas e demais coberturas usuais de mercado, de acordo com as especificações detalhadas no Termo de Referência – Anexo I do Aviso de Contratação Direta, para os itens 07, 08, 09 e 10.
VALOR TOTAL: R$ 7.113,20 (sete mil e cento e treze reais e vinte centavos).
DATA DA CONTRATAÇÃO: 23 de julho de 2026.
DATA DA ASSINATURA: 28 de julho de 2026.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:18E210A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 080/2026

Dispõe sobre o indeferimento do pedido de concessão do benefício de Pensão por Morte em favor de Lourival Ramos Ferreira, relativo à ex-servidora Aparecida de Lourdes Ferreira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas pela legislação em vigor, e:

CONSIDERANDO o requerimento administrativo formulado por **LOURIVAL RAMOS FERREIRA**, inscrito no CPF sob o nº 200.003.409-87, no qual solicita a concessão do benefício de Pensão por Morte em decorrência do falecimento da ex-servidora municipal **APARECIDA DE LOURDES FERREIRA** (Matrícula nº 200-558), ocorrido em 13 de junho de 2026;

CONSIDERANDO que a ex-servidora estava aposentada desde 16/12/2017 no cargo de Agente de Serviços Operacionais, nos termos do Decreto Municipal nº 286/17.

CONSIDERANDO a fundamentação contida no Parecer Jurídico de 28 de julho de 2026;

CONSIDERANDO que a documentação probatória acostada aos autos comprova a ocorrência de **separação de fato** entre o requerente e a falecida segurada ao menos desde 20/10/2020, evidenciada por comprovantes de residência distintos (Rua Antônio Francisco Ferreira, nº 229 para a ex-servidora e Rua Ponta Grossa, nº 604 para o requerente, inclusive com certidão oficial de justiça nos autos nº 0001274-25.2020.8.16.0180);

CONSIDERANDO que, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 001/2005 (art. 8º, I e § 1º), a separação de fato afasta a qualidade de dependente cônjuge para fins previdenciários no Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), inexistindo o direito ao benefício pleiteado;

RESOLVE

Art. 1º INDEFERIR o pedido de concessão do benefício de Pensão por Morte requerido por **LOURIVAL RAMOS FERREIRA** (CPF nº 200.003.409-87), referente ao falecimento da ex-servidora **APARECIDA DE LOURDES FERREIRA.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:B185C484

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO DE PRORROGAÇÃO COM A RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 066/2025 – PMSF

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
CONTRATADO: D. CAMP ALIMENTOS LTDA.
RESUMO DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, para atender às demandas de todas as Secretarias da Administração Municipal.
OBJETIVO DO ADITIVO: promover a prorrogação do prazo de vigência e valor contratual por mais 12 (doze) meses, especificamente de 06 de agosto de 2026 até 06 de agosto de 2027.
VALOR DO ADITIVO: R$ 246.569,41 (duzentos e quarenta e seis mil, quinhentos e sessenta e nove reais e quarenta e um centavos), ao valor contratual.
DATA DA ASSINATURA: 31 de julho de 2026.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:C3415C14

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO: 219/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de SANTA FE, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2438/2025 de 26/11/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
19		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES (SECE)	
19.004		DIRETORIA DE ESPORTES (DESP)	
19.004.27.812.0012.2.250		MANUTENÇÃO E APOIO A PROGRAMAS DESPORTIVOS	
567 - 3.3.90.39.00.00	31869	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	19.500,00
Total Suplementação:			19.500,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Receita	
Receita: 1.7.2.9.99.0.1.01 Outras Transferências dos Estados e DF - Principal - Fonte: 31869	19.500,00
Total da Receita:	19.500,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de SANTA FE, PR., aos trinta dias do mês de Julho de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:06FED2D1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
CONCEDE, FUNÇÃO GRATIFICADA DE DESLOCAMENTO A SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

PORTARIA Nº 15.988
Data: 03.08.2026

Concede, função gratificada de DESLOCAMENTO a servidora que especifica.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e, com base no inciso II, Art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o ofício nº 063/2026 encaminhado pela Secretaria Municipal da Educação;

CONSIDERANDO que a servidora exercerá suas atividades em unidade escolar localizada na zona rural do Município, com deslocamento diário da sede municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o regular funcionamento dos serviços educacionais e de compensar o deslocamento realizado pela servidora, nos termos da legislação vigente;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à servidora **ADRIELI RISCHIK CARVALHO**, inscrita no CPF nº **093.***.***.-27**, matrícula nº 1942-02, gratificação de deslocamento no percentual de **20% (vinte por cento)** sobre o vencimento básico, nos termos da alínea "c" do artigo 128 da Lei Complementar nº 01, de 28 de outubro de 1991, em razão do exercício de suas atividades em Escola Rural com deslocamento da sede municipal, no período de **03 de agosto de 2026 a 22 de dezembro de 2026**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Santa Izabel do Oeste, 03 de agosto de 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:6C481C20

GABINETE DO PREFEITO
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA EDINEIA BARANOWSKI.

PORTARIA Nº 15.990
Data: 03.08.2026

Conceder Licença Prêmio à servidora EDINEIA BARANOWSKI.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no inciso II, Art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o requerimento apresentado pela servidora e protocolado sob o n.º 0266/2026;

CONSIDERANDO, o disposto no § 1º, do Art. 158, da Lei Complementar nº 24, de 19 de dezembro de 2022, que regulamenta a concessão de Licença Prêmio aos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO, que a servidora preenche os requisitos para a concessão da Licença Prêmio;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, nos termos do § 1º, do Art. 158, da Lei Complementar nº 24, de 19 de dezembro de 2022, **90 (noventa) dias de Licença Prêmio** à Servidora Pública Municipal abaixo relacionada:

NOME	Nº. CPF	QUINQ.	PERÍODO AQUISITIVO	A PARTIR
EDINEIA BARANOWSKI	042.***.***-64	1º	04/11/2019 a 03/11/2024	03.08.2026

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigência na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Santa Izabel do Oeste, em 03 de agosto de 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:BA38696A

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2025, DE 30 DE MAIO DE 2025. EDITAL Nº 31/2026 – DÉCIMA NONA CHAMADA

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2025, de 30 de maio de 2025.
EDITAL Nº 31/2026 – DÉCIMA NONA CHAMADA

O Prefeito Municipal em Exercício de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido no Regulamento Geral de Concursos e Editais de Concurso nº 01.01/2025, 01.02/2025, 01.03/2025, 01.04/2025, 01.05/2025, 01.06/2025, 01.07/2025 e o disposto no inciso II, Art. 37 da Constituição Federal,

CONSIDERANDO, que o candidato abaixo listado foi aprovado no certame;

CONSIDERANDO, a necessidade de reposição do quadro de servidores públicos municipais, em decorrência de pedidos de exoneração e outras formas de desligamento;

CONSIDERANDO, a necessidade da Administração Pública Municipal em atender ao interesse público, assegurando a continuidade, a eficiência e a qualidade dos serviços públicos prestados à população;

TORNA PÚBLICA

1 – A convocação do candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Municipal aberto pelo Edital nº 01.01/2025 de 30 de maio de 2025, e realizado em 18 de agosto de 2025, homologado pelo Edital de Concurso nº 01.07/2025 de 24 de setembro de 2025, para reposição do quadro de servidores em razão de pedidos de exoneração e outras formas de desligamento e nomeação.

2 – O candidato deverá comparecer na Divisão de Recursos Humanos – DRH, da Prefeitura Municipal, situada à rua Canela, Esquina com a Rua Angico, 731 – Santa Izabel do Oeste – PR, no prazo de 08 dias úteis, a partir da publicação deste Edital, o candidato iniciará suas atividades laborativas no dia 13 de agosto de 2026.

CARGO PÚBLICO: PSICÓLOGO

Classificação	Nome	Inscrição
4º	FELIPE LUIZ DALBERTO	724

3 – O candidato deverá apresentar-se portando os seguintes documentos **ORIGINAIS** para admissão:
1 foto 3 x 4;
Carteira de Identidade;
CPF;
Título de Eleitor e Comprovante de Regularidade Eleitoral;
Comprovante de Regularidade Militar, para os candidatos do sexo masculino;
Carteira de Trabalho;
PIS/PASEP;
Carteira de Motorista;
Cartão de Vacinação e declaração de regularidade vacinal, emitida pela Secretaria Municipal de Saúde do município onde reside;
Certidão de Nascimento ou Casamento;
Caso seja casado, CPF do cônjuge;
Certidão de Nascimento e CPF dos filhos ou dependentes de até 24 anos;
Certidão ou Diploma de Conclusão de escolaridade, correspondente ao cargo;
Caso a função exija, deve apresentar o documento de classe (ex: CRF, CRC, CRM, CRO, CREFITO, CAU, CREA, etc.)
Comprovante de Residência Atualizado dos últimos 90 dias;
Exame Médico Admissional;
Declaração que não ocupa cargo público, estadual ou municipal;
Declaração de Bens;
Certidão do Cartório Criminal, da Comarca onde reside dos últimos 5 (cinco) anos.

4 – O não comparecimento ou a falta de quaisquer das documentações exigidas no item anterior até a data estabelecida implica na **PERDA DOS DIREITOS ADVINDOS DO CONCURSO**, conforme artigo 3, inciso 3.1 e alíneas 3.1.1 a 3.1.12 do Edital de Concurso nº 01.01/2025.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Santa Izabel do Oeste, em 03 de agosto de 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:4E696CE4

GABINETE DO PREFEITO
EXONERAR, A PEDIDO, LUCIELLE HONESKO, DO CARGO EFETIVO DE PSICÓLOGO.

PORTARIA Nº 15.989
Data: 03.08.2026

Exonerar, a pedido, LUCIELLE HONESKO, do cargo efetivo de Psicólogo.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso II, Art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o requerimento protocolado sob nº 0262/2026;

CONSIDERANDO que a exoneração a pedido constitui direito do servidor público ocupante de cargo efetivo, desde que formalmente requerida, nos termos do inciso III do art. 58 da Lei Complementar Municipal nº 24, de 19 de dezembro de 2022;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar o ato administrativo de vacância do cargo, em observância aos princípios da legalidade, publicidade, eficiência e segurança jurídica;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, nos termos do inciso I, do art. 56, e inciso III do art. 58 da Lei Complementar nº 24, de 19 de dezembro de 2022, **LUCIELLE HONESKO,** CPF nº 053.***.***-80, do cargo efetivo de Psicólogo, a partir de 03 de agosto de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Santa Izabel do Oeste, em 03 de agosto de 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:18E56D32

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
ERRATA

ERRATA

EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 07/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 19/2026

Considerando a Justificativa apresentada pela Senhora Eliane Salete Vendrusculo;
Considerando que a divulgação do Edital de Chamamento Público nº 07/2026 nos principais
meios de comunicação utilizados pelos agentes culturais ocorreu somente dois dias após a data de abertura das inscrições, fato que reduziu o período efetivo de conhecimento e divulgação do certame aos potenciais interessados;

Considerando o interesse da Administração Pública em assegurar ampla publicidade ao chamamento, promover a igualdade de oportunidades entre os agentes culturais e ampliar a
participação dos proponentes;

Solicito que seja elaborada e publicada ERRATA, promovendo a seguinte correção:

Fica prorrogado o prazo para inscrições até o dia 04 de agosto de 2026, permanecendo
inalteradas todas as demais disposições do Edital de Chamamento Público nº 07/2026,
ressalvadas apenas as datas das etapas subsequentes, que passam a vigorar conforme
cronograma atualizado.
Cronograma atualizado (item 7.5.1)

1. Inscrições – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais: de 27 de julho de 2026 a 04 de agosto de 2026.
2. Seleção – etapa em que a comissão analisa e seleciona os projetos: de 05 de agosto de 2026 a 08 de agosto de 2026.
3. Habilitação – etapa em que os agentes culturais selecionados serão convocados para apresentar os documentos de habilitação: 03 (três) dias úteis, até 13/08/2026.
4. Assinatura do Termo de Execução Cultural – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural: a partir de 14/08/2026.

CAMILA DE CARLI GRABOVSKI
Diretor de Licitações e Contratos
Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste -PR

Publicado por:
Camila de Carli Grabovski
Código Identificador:DEC5EA1E

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 15.985 - RETIFICA VALOR DE PROVENTOS DE PENSÃO POR MORTE CONCEDIDA ÀS DEPENDENTES ANGELA MARIA GATTO GAMLA E GRACIELA GATTO

PORTARIA N° 15.985
Data: 03/08/2026

Retifica Valor de Proventos de Pensão por Morte Concedida às Dependentes Angela Maria Gatto Gamla e Graciela Gatto.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 88, inciso II, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Portaria nº 12.540/2019, de 06 de dezembro de 2019, que concedeu pensão por morte às dependentes **Angela Maria Gatto Gamla** e **Graciela Gatto**, em decorrência do falecimento do ex-servidor **Sergio Isidoro Gamla**;

CONSIDERANDO que os atos de concessão de benefícios previdenciários do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município são encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCEPR para fins de registro e homologação;

CONSIDERANDO os apontamentos realizados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCEPR, por meio da **Instrução nº 9187/2026 – COAP**, no processo de análise do referido ato concessório;

CONSIDERANDO que, após revisão administrativa e reanálise do cálculo, constatou-se divergência no valor inicialmente fixado, tornando necessária a retificação do valor do benefício;

CONSIDERANDO que a pensão por morte concedida pela Portaria nº 12.540/2019 fundamenta-se no art. 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal, com redação vigente anteriormente à Emenda Constitucional nº 103/2019, fazendo-se necessária a adequação da referência legal constante do ato concessório;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o valor inicial da pensão por morte concedida às dependentes **ANGELA MARIA GATTO GAMLA**, beneficiária da cota de 50% (cinquenta por cento), e **GRACIELA GATTO**, beneficiária da cota de 50% (cinquenta por cento), em decorrência do falecimento do ex-servidor **SERGIO ISIDORO GAMLA,** concedida por meio da Portaria nº 12.540/2019, de 06 de dezembro de 2019, para o valor mensal de **R$ 2.489,55** (dois mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos) correspondente ao valor global do benefício, mantido o rateio em cotas iguais entre as dependentes, conforme estabelecido no ato originário, com vigência **a partir de 01 de agosto de 2026.**

Art. 2º A pensão por morte concedida por meio da Portaria nº 12.540/2019 permanece fundamentada no **art. 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal**, vigente anteriormente à Emenda Constitucional nº 103/2019, que disciplina a concessão de pensão por morte aos dependentes de servidor público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. Ficam ratificados os demais termos constantes na Portaria nº 12.540/2019, de 06 de dezembro de 2019, que não conflitarem com esta retificação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, em **03 de agosto de 2026**.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JÚNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Cristiane Pinto
Código Identificador:C85EF46A

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 15.986 - RETIFICA VALOR DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA CONCEDIDA A SERVIDORA MUNICIPAL CLARA BALBINA KRUG.

PORTARIA N° 15.986
Data: 03/08/2026

Retifica Valor de Proventos de Aposentadoria Concedida a Servidora Municipal Clara Balbina Krug.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 88, inciso II, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Portaria nº 12.768/2020, de 20 de julho de 2020, que concedeu a aposentadoria a servidora municipal **Clara Balbina Krug**;

CONSIDERANDO que os atos de concessão de benefícios previdenciários do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município são encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCEPR para fins de registro e homologação;

CONSIDERANDO os apontamentos realizados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCEPR, por meio da **Instrução nº 9178/2026 – COAP**, no processo de análise do referido ato concessório;

CONSIDERANDO que, após revisão administrativa e reanálise do cálculo previdenciário, constatou-se divergência no valor inicialmente fixado, tornando necessária a retificação do valor dos proventos;

CONSIDERANDO que a referência ao fundamento constitucional constante da Portaria nº 12.768/2020 merece adequação para explicitar a alínea "b" do art. 40, § 1º, III, da Constituição Federal, sem alteração da natureza do benefício concedido;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar, o valor dos proventos iniciais de aposentadoria da servidora pública municipal **CLARA BALBINA KRUG**, brasileira, solteira, portadora do CPF n° 407.***.***-04, ocupante do cargo efetivo **Técnico em Enfermagem**, integrante do quadro de servidores estatutários do Município de Santa Izabel do Oeste/PR, aposentada voluntariamente por idade, provento proporcional ao tempo de contribuição, sem paridade, concedida por meio da Portaria nº 12.768/2020, de 20 de julho de 2020, **para o valor mensal de R$ 2.081,91** (dois mil, oitenta e um reais e noventa e um centavos) mensais, com vigência a partir de 01 de agosto de 2026.

Art. 2º A aposentadoria concedida por meio da Portaria nº 12.768/2020 permanece fundamentada no art. 40, § 1º, III, alínea "b", da Constituição Federal, que dispõe sobre a aposentadoria voluntária por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados pela média das remunerações utilizadas como base para as contribuições previdenciárias, nos termos da legislação vigente à época da concessão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. Ficam ratificados os demais termos constantes na Portaria nº 12.768/2020, de 20 de julho de 2020, que não conflitarem com esta retificação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, em **03 de agosto de 2026**.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JÚNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Cristiane Pinto
Código Identificador:D365D893

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 15.987 - RETIFICA VALOR DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA CONCEDIDA A SERVIDORA MUNICIPAL SONIA TEREZINHA NUNES.

PORTARIA N° 15.987
Data: 03/08/2026

Retifica Valor de Proventos de Aposentadoria Concedida a Servidora Municipal Sonia Terezinha Nunes.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 88, inciso II, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Portaria nº 12.882/2020, de 05 de novembro de 2020, que concedeu a aposentadoria a servidora municipal **Sonia Terezinha Nunes**;

CONSIDERANDO que os atos de concessão de benefícios previdenciários do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município são encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCEPR para fins de registro e homologação;

CONSIDERANDO os apontamentos realizados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCEPR, por meio da **Instrução nº 9185/2026 – COAP**, no processo de análise do referido ato concessório;

CONSIDERANDO que, após revisão administrativa e reanálise do cálculo previdenciário, constatou-se divergência no valor inicialmente fixado, tornando necessária a retificação do valor dos proventos;

CONSIDERANDO que a concessão do benefício fundamenta-se no art. 40, § 1º, III, "b" da C.F. c/c Art. 7º da Lei Municipal nº 2.349/2020;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar, o valor dos proventos iniciais de aposentadoria da servidora pública municipal **SONIA TEREZINHA NUNES**, brasileira, solteira, portadora do CPF n° 588.***.***-49, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, integrante do quadro de servidores estatutários do Município de Santa Izabel do Oeste/PR, aposentada voluntariamente por idade proporcional ao tempo de contribuição, sem paridade, concedida por meio da Portaria nº 12.882/2020, de 05 de novembro de 2020, **para o valor mensal de R$ 1.468,34** (um mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e trinta e quatro centavos) mensais, com vigência a partir de 01 de agosto de 2026.

Art. 2º A aposentadoria fundamenta-se **no art. 40, § 1º, III, "b" da C.F. c/c Art. 7º da Lei nº 2.349/2020**, que dispõe sobre aposentadoria voluntária por idade proporcional ao tempo de contribuição, integral, comum, sem paridade, tendo como base de cálculo a média das remunerações do cargo efetivo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. Ficam ratificados os demais termos constantes na Portaria nº 12.882/2020, de 05 de novembro de 2020, que não conflitarem com esta retificação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, em **03 de agosto de 2026**.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JÚNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Cristiane Pinto
Código Identificador:79D70FC4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 46/2026 REF. LICITAÇÃO DISPENSA Nº8/2026 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA/VIGILÂNCIA DESARMADA, COM ATUAÇÃO EM EVENTOS OFICIAIS PROMOVIDOS OU APOIADOS PELO MUNICÍPIO DE SANTA LÚ

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Nº 46/2026
Ref. Licitação Dispensa Nº8/2026
Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de segurança/vigilância desarmada, com atuação em eventos oficiais promovidos ou apoiados pelo Município de Santa Lúcia, com carga horária máxima de até 10 (dez) horas de trabalho por dia de evento.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA
Contratada**:** COMPORTEC SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA
Objeto:
O presente Termo Aditivo visa a dilatação do prazo de vigência do referido contrato em mais 60 dias (sessenta dias), com início em 26/07/2026 e término em 26/09/2026, tendo em vista a existência de saldo, conforme cláusula sétima do contrato em epígrafe e termos da Lei n.º 14.133/2021, permanecendo inalteradas as demais cláusulas do contrato original.
Prazo de Execução: 26/09/2026.
Prazo de Vigência: 26/09/2026.
Data da Assinatura: 24/07/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:FABE9761

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 119/2025 REF. LICITAÇÃO PREGÃO Nº 44/2025

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO
Nº 119/2025

Ref. Licitação Pregão Nº 44/2025

Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas e apícolas para atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e apoio à cadeia produtiva da apicultura local, nos termos do Convênio/MAPA nº 959124/2024.
O **MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA,** entidade pública estabelecido na Rua do Rosário, nº 228, Centro Município de Santa Lúcia - Paraná, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 95.594.776/0001-93, neste ato denominada CONTRATANTE, aqui representado pelo Prefeito Municipal, o SILVANO TORTELLI, portador da Carteira de Identidade sob nº 7.070.297-5 SSP-PR e 020.932.729-46, residente e domiciliado na Linha Fabian, Bairro Rural, S/N, CEP 85795000 e a empresa **ALBANI MATTÉ INDÚSTRIA DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS,** empresa privada, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 34.124.663/0001-30, estabelecida na Rua Erechim, 654 - Cep: 99770000 - Bairro: Santo Antonio, Aratiba/RS, neste ato representado pelo Sr. **LEONARDO STREHER MATTÉ**, brasileiro, portador(a) do RG nº SSPII/PR e CPF nº 026.156.770-55, residente e domiciliado(a) na Rua Erechim, 654 - Cep: 99770000 - Bairro: Santo Antonio, Aratiba/RS, neste ato denominado CONTRATADO, pactuam o presente Termo de Apostilamento que se regerá pelo que dispõe o Contrato 119/2025 referente ao Processo de Licitação Pregão nº 44/2025, Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações subseqüentes, demais legislações pertinentes, também pelos preceitos de direito público, princípios da Teoria Geral dos Contratos, e ainda pela cláusula abaixo expressa, têm ajustados e contratados na melhor forma de direito o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO:

O presente Termo de Apostilamento tem por objeto formalizar a alteração do fiscal do Contrato, com a designação do servidor Everton Luiz Balbinot, nos termos da Portaria nº 119/2026, para atuar a partir do dia 27 de julho de 2026, observadas as disposições do art. 136 da Lei nº 14.133/2021, permanecendo inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento contratual originário.

Santa Lúcia, Estado do Paraná, 27 de julho de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

EVERTON LUIZ BALBINOT
Fiscal do Contrato

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:06FEF832

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2026. REF. LICITAÇÃO PREGÃO - ELETRÔNICO NORMAL Nº 29/2026.
E X T R A T O

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2026.
Ref. Licitação Pregão - Eletrônico Normal Nº 29/2026.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada: E PEREIRA DE ASSIS DISTRIBUIDORA;
Objeto:
Aquisição de produtos e materiais de Higiene e Limpeza para atendimento as Secretárias e Departamentos Municipais do Município de Santa Lúcia-PR..
Valor:
R$ 9.376,00 (Nove Mil, Trezentos e Setenta e Seis Reais).

Prazo de Execução: 22/07/2027.
Data da Assinatura: 23/07/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:F8A5CBA9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DECRETO Nº 145/2026 DATA: 31/07/2026 NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL - CMSBA DO MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 145/2026
DATA: 31/07/2026

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - CMSBA do Município de Santa Lúcia e dá outras providências.

SILVANO TORTELLI, Prefeito do Município de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.285, de 26 de maio de 2026,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros, titulares e suplentes, para compor o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - CMSBA do Município de Santa Lúcia:

Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:
Titular: DORVALINO LIMA CAETANO
Suplente: EVERTON BALBINOT
Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: LEANDRO DE LIMA GALVÃO
Suplente: KATIA DAIANA BUSANELLO LARSEN
Representantes da Secretaria Municipal de Administração:
Titular: GRACIANO PASTORIO ONETTA
Suplente: DAVID CUPINI
Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento:
Titular: LUIZ RODRIGO BOCCA
Suplente: MATEUS DALLABRIDA DAS DORES
Representantes do prestador dos serviços de saneamento básico:
Titular: ADELAR LUIZ DIAS
Suplente: RODOLPHO TANAKA SAVELLI
Representantes da sociedade civil ligados, direta ou indiretamente, ao setor de saneamento básico:
Titular: RAQUEL DE OLIVEIRA DA SILVA
Suplente: NATAN DOS SANTOS
Representantes de entidades ambientais ou de proteção dos recursos hídricos com atuação no Município:
Titular: JANIO CLÉCIO SANTOS SILVA
Suplente: MARCELO ALEX SILVA
Representantes do Conselho Municipal de Saúde:
Titular: PEDRO HENRIQUE CAVALHEIRO
Suplente: GILVANA LUZIA MAINARDI RAIZER
Representantes do setor produtivo ou empresarial local, indicados por entidade representativa da categoria:
Titular: CLAUDEMIR DE LARA
Suplente: EVERTON CUPINI

Art. 2º Os membros suplentes substituirão os respectivos titulares em suas ausências e impedimentos.

Art. 3º A organização, as competências e o funcionamento do Conselho observarão o disposto na Lei Municipal nº 1.285, de 26 de maio de 2026, e em seu regimento interno.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 31 de julho de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:82BBBFEE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 193/2025

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **R A FERREIRA JUNIOR ENFERMAGEM ME**, inscrita no C.N.P.J. n.º 59.855.863/0001-93, com sede na Avenida José Iastrenski, nº543, Centro- Campina do Simão -PR, neste ato representado pelo Sr. Sr. Rui Alves Ferreira Junior portador do RG nº 13.324.661-4 SESP PR e inscrito no CPF nº 073.914.449-95, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 107 da Lei 14.133/2021, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência de que trata a Cláusula oitava do Contrato Administrativo nº. 193/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E VIGÊNCIA: O prazo de vigência de que trata a Cláusula 8ª fica prorrogado por 30 (trinta) dias, com início em 01 de agosto de 2026 e término em 31 de agosto de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRA- De acordo com disposto na Lei Federal Nº 14.133/2021 em seu Art. 107, fica aditivado o Contrato Administrativo nº 193/2025, conforme abaixo:

PARAGRAFO UNICO:
Item 20 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE NUTRICIONISTA, no valor mensal de R$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais), perfazendo o montante de R$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais), correspondente ao período de 30 (trinta) dias.
Em decorrência do presente termo aditivo, o valor global do contrato passa a ser de R$ 61.100,00 (sessenta e um mil e cem reais).

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 01 de agosto de 2025, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.
E por estarem de acordo, os participes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.
Santa Maria do Oeste, 31 de julho de 2026.

OSCAR DELGADO	_____
Prefeito Municipal	***R A FERREIRA JUNIOR ENFERMAGEM ME***

Testemunhas

_____	_____
Andreia Kaviak	Eliane De Faria Rodrigues
RG: 13.498.652-2	RG: 11.046.544-0
CPF: 101.862.579-88	CPF:101.496.509-81

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:E198567B

LICITAÇÃO
3º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 238/2025

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **SERGIO DE OLIVEIRA**

SILVA & CIA LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 08.631.666/0001-50, localizada na Rua Generoso Karpinski, 839, Centro, Santa Maria do Oeste - PR. Neste ato representado pelo Sr. **SERGIO DE OLIVEIRA SILVA** portador do RG nº 6.144.370-3 SSP-PR e inscrito no CPF nº 835.819.449-87 e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 124, Inciso I, alínea "b", Art. 125 e o Art. 126 da Lei 14.133/2021, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: De acordo com o disposto na Lei Federal n° 14.133/2021 em seu Art. 124, Inciso I, alínea "b", Art. 125 e o Art. 126, fica aditivado o quantitativo do Contrato Administrativo n.º 238/2025 em 25%, no seguinte **Item 156– FEIJÃO PRETO**, que perfaz quantitativo de 163 KG, totalizando o valor de R$ 963,33 (novecentos e sessenta e três reais e trinta e três centavos). Alterando as quantidades dos itens contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL: Em conformidade com o disposto no Art. 124, Inciso I, alínea "b", Art. 125 e o Art. 126, da Lei 14.133/2021, e tendo em vista a necessidade de acréscimo quantitativo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor inicialmente contratado, o que corresponde a um aumento de R$ 963,33 (novecentos e sessenta e três reais e trinta e três centavos), elevando o valor total do contrato para **R$ 1.787.244,37(Um Milhão Setecentos E Oitenta E sete Mil, Duzentos E quarenta E quatro Reais E trinta e sete Centavos)**.

I- O valor original do contrato era de R$ 1.783.416,09 (um milhão setecentos e oitenta e três mil, quatrocentos e dezesseis reais e nove centavos).

II- Por meio do 1º Termo Aditivo, houve acréscimo no valor de R$ 1.197,55 (um mil cento e noventa e sete reais e cinquenta e cinco centavos).

III- No 2º Termo Aditivo, houve acréscimo no valor de R$ 1.667,40 (um mil seiscentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos).

IV- No presente, promove-se novo acréscimo no valor de R$ 963,33 (novecentos e sessenta e três reais e trinta e três centavos)

V- O valor total acrescido ao contrato, considerando os aditivos mencionados, corresponde R$ 3.828,28 (três mil oitocentos e vinte e oito reais e vinte e oito centavos), passando o valor global do contrato a ser de **R$ 1.787.244,37(Um Milhão Setecentos E Oitenta E sete Mil, Duzentos E quarenta E quatro Reais E trinta e sete Centavos)**.

CLAUSULA TERCEIRA: No exercício financeiro de 2026, as despesas oriundas deste aditivo, correrão por conta das dotações informadas no ano 2026.

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 10 de outubro de 2025, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

E por estarem de acordo, os participes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria do Oeste, 31 de julho de 2026.

OSCAR DELGADO	_____
Prefeito Municipal	***SERGIO DE OLIVEIRA SILVA & CIA LTDA***

Testemunhas

_____	_____
Andreia Kaviak	Eliane De Faria Rodrigues
RG: 13.498.652-2	RG: 11.046.544-0
CPF: 101.862.579-88	CPF:101.496.509-81

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:A556B1D5

LICITAÇÃO
ERRATA

No 1º Termo de Aditivo Contrato Administrativo Nº 186/2025 EDIÇÃO 3579 do dia 23 de julho de 2026– DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ.

LEU-SE:

PARAGRAFO PRIMEIRO:

Item 01 – **PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM - ENFERMEIRO**, no valor mensal de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), totalizando o valor de R$ 83.107,05 (oitenta e três mil cento e sete reais e cinco centavos) pelo período de 30 (trinta) dias.

Item 02 – **PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM - ENFERMEIRO**, no valor mensal de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), totalizando o valor de R$ 83.107,05 (oitenta e três mil cento e sete reais e cinco centavos) pelo período de 30 (trinta) dias.

Item 03 – **PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM - ENFERMEIRO**, no valor mensal de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), totalizando o valor de R$ 83.107,05 (oitenta e três mil cento e sete reais e cinco centavos) pelo período de 30 (trinta) dias.

Item 04 – **PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM - ENFERMEIRO**, no valor mensal de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), totalizando o valor de R$ 83.107,05 (oitenta e três mil cento e sete reais e cinco centavos) pelo período de 30 (trinta) dias.

Item 05 – **PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM – ATUAR UBS OURO VERDE**, no valor mensal de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), totalizando o valor de R$ 83.107,05 (oitenta e três mil cento e sete reais e cinco centavos) pelo período de 30 (trinta) dias.

Item 06 – **PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM - ATUAR UBS RIO DO TIGRE**, no valor mensal de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), totalizando o valor de R$ 83.107,05 (oitenta e três mil cento e sete reais e cinco centavos) pelo período de 30 (trinta) dias.

Item 07 – **PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM – ATUAR UBS SÃO MANOEL**, no valor mensal de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), totalizando o valor de R$ 83.107,05 (oitenta e três mil cento e sete reais e cinco centavos) pelo período de 30 (trinta) dias.

Item 08 – **PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM – ATUAR UBS SÃO JOSÉ**, no valor mensal de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), totalizando o valor de R$ 83.107,05 (oitenta e três mil cento e sete reais e cinco centavos) pelo período de 30 (trinta) dias.

Item 09 – **PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM – ATUAR NO CAPS**, no valor mensal de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), totalizando o valor de R$ 83.107,05 (oitenta e três mil cento e sete reais e cinco centavos) pelo período de 30 (trinta) dias.

Item 10 – **PROFISSIONAL TÉCNICO DE ENFERMAGEM – UAPSF CENTRO 1**, no valor mensal de R$ 3.646,63 (três mil seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos), totalizando o valor de R$ 47.406,19 (quarenta e sete mil quatrocentos e seis reais e dezenove centavos) pelo período de 30 (trinta) dias.

Item 11 – **PROFISSIONAL TÉCNICO DE ENFERMAGEM – UAPSF CENTRO 2**, no valor mensal de R$ 3.646,63 (três mil seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos), totalizando o valor de R$ 47.406,19 (quarenta e sete mil quatrocentos e seis reais e dezenove centavos) pelo período de 30 (trinta) dias.

Item 13 – **PROFISSIONAL TÉCNICO DE ENFERMAGEM – UBS OURO VERDE**, no valor mensal de R$ 3.646,63 (três mil seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos), totalizando o valor de R$ 47.406,19 (quarenta e sete mil quatrocentos e seis reais e dezenove centavos) pelo período de 30 (trinta) dias.

Item 14 – **PROFISSIONAL TÉCNICO DE ENFERMAGEM – UBS SÃO JOSÉ**, no valor mensal de R$ 3.646,63 (três mil seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos), totalizando o valor de R$ 47.406,19 (quarenta e sete mil quatrocentos e seis reais e dezenove centavos) pelo período de 30 (trinta) dias.

Item 15 – **PROFISSIONAL TÉCNICO DE ENFERMAGEM 1**, no valor mensal de R$ 3.646,63 (três mil seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos), totalizando o valor de R$ 47.406,19 (quarenta e sete mil quatrocentos e seis reais e dezenove centavos) pelo período de 30 (trinta) dias.

Item 16 – **PROFISSIONAL TÉCNICO DE ENFERMAGEM 2**, no valor mensal de R$ 3.646,63 (três mil seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos), totalizando o valor de R$ 47.406,19 (quarenta e sete mil quatrocentos e seis reais e dezenove centavos) pelo período de 30 (trinta) dias.
Item 17- PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICOLOGIA, no valor mensal de R$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais), totalizando o valor de R$ 61.100,00 (sessenta e um mil e cem reais) pelo período de 30 (trinta) dias.
Item 19- PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIPTERAPIA, no valor mensal de R$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais), totalizando o valor de R$ 61.100,00 (sessenta e um mil e cem reais) pelo período de 30 (trinta) dias.
Item 21- PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIOLOGIA, no valor mensal de R$ 2.592,00 (dois mil quinhentos e noventa e dois reais), totalizando o valor de R$ 33.696,00 (trinta e três mil seiscentos e noventa e seis reais) pelo período de 30 (trinta) dias.

Leia-se
PARAGRAFO PRIMEIRO:
Item 01 – **PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM - ENFERMEIRO**, no valor mensal de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), perfazendo o montante de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), correspondente ao período de **30 (trinta) dias**.
Em decorrência do presente termo aditivo, o valor global do contrato passa a ser de R$ 83.107,05 (oitenta e três mil cento e sete reais e cinco centavos.
Item 02 – **PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM - ENFERMEIRO**, no valor mensal de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), perfazendo o montante de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), correspondente ao período de **30 (trinta) dias**.
Em decorrência do presente termo aditivo, o valor global do contrato passa a ser de R$ 83.107,05 (oitenta e três mil cento e sete reais e cinco centavos.
Item 03 – **PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM - ENFERMEIRO**, no valor mensal de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), perfazendo o montante de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), correspondente ao período de **30 (trinta) dias**.
Em decorrência do presente termo aditivo, o valor global do contrato passa a ser de R$ 83.107,05 (oitenta e três mil cento e sete reais e cinco centavos.
Item 04 – **PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM - ENFERMEIRO**, no valor mensal de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), perfazendo o montante de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), correspondente ao período de **30 (trinta) dias**.
Em decorrência do presente termo aditivo, o valor global do contrato passa a ser de R$ 83.107,05 (oitenta e três mil cento e sete reais e cinco centavos.
Item 05 – **PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM – ATUAR UBS OURO VERDE**, no valor mensal de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), perfazendo o montante de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), correspondente ao período de **30 (trinta) dias**.
Em decorrência do presente termo aditivo, o valor global do contrato passa a ser de R$ 83.107,05 (oitenta e três mil cento e sete reais e cinco centavos.
Item 06 – **PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM - ATUAR UBS RIO DO TIGRE**, no valor mensal de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), perfazendo o montante de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), correspondente ao período de **30 (trinta) dias**.
Em decorrência do presente termo aditivo, o valor global do contrato passa a ser de R$ 83.107,05 (oitenta e três mil cento e sete reais e cinco centavos.
Item 07 – **PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM – ATUAR UBS SÃO MANOEL**, no valor mensal de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), perfazendo o montante de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), correspondente ao período de **30 (trinta) dias**.
Em decorrência do presente termo aditivo, o valor global do contrato passa a ser de R$ 83.107,05 (oitenta e três mil cento e sete reais e cinco centavos.
Item 08 – **PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM – ATUAR UBS SÃO JOSÉ**, no valor mensal de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), perfazendo o montante de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), correspondente ao período de **30 (trinta) dias**.
Em decorrência do presente termo aditivo, o valor global do contrato passa a ser de R$ 83.107,05 (oitenta e três mil cento e sete reais e cinco centavos.
Item 09 – **PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM – ATUAR NO CAPS**, no valor mensal de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), perfazendo o montante de R$ 6.392,85 (seis mil trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), correspondente ao período de **30 (trinta) dias**.
Em decorrência do presente termo aditivo, o valor global do contrato passa a ser de R$ 83.107,05 (oitenta e três mil cento e sete reais e cinco centavos.
Item 10 – **PROFISSIONAL TÉCNICO DE ENFERMAGEM – UAPSF CENTRO 1**, no valor mensal de R$ 3.646,63 (três mil seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos), perfazendo o montante de R$ 3.646,63 (três mil seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos), correspondente ao período de **30 (trinta) dias**.
Em decorrência do presente termo aditivo, o valor global do contrato passa a ser de $ 47.406,19 (quarenta e sete mil quatrocentos e seis reais e dezenove centavos).

Item 11 – **PROFISSIONAL TÉCNICO DE ENFERMAGEM – UAPSF CENTRO 2**, no valor mensal de R$ 3.646,63 (três mil seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos), perfazendo o montante de R$ 3.646,63 (três mil seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos), correspondente ao período de **30 (trinta) dias**.
Em decorrência do presente termo aditivo, o valor global do contrato passa a ser de $ 47.406,19 (quarenta e sete mil quatrocentos e seis reais e dezenove centavos).
Item 13 – **PROFISSIONAL TÉCNICO DE ENFERMAGEM – UBS OURO VERDE**, no valor mensal de R$ 3.646,63 (três mil seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos), perfazendo o montante de R$ 3.646,63 (três mil seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos), correspondente ao período de **30 (trinta) dias**.
Em decorrência do presente termo aditivo, o valor global do contrato passa a ser de $ 47.406,19 (quarenta e sete mil quatrocentos e seis reais e dezenove centavos).
Item 14 – **PROFISSIONAL TÉCNICO DE ENFERMAGEM – UBS SÃO JOSÉ**, no valor mensal de R$ 3.646,63 (três mil seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos), perfazendo o montante de R$ 3.646,63 (três mil seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos), correspondente ao período de **30 (trinta) dias**.
Em decorrência do presente termo aditivo, o valor global do contrato passa a ser de $ 47.406,19 (quarenta e sete mil quatrocentos e seis reais e dezenove centavos).
Item 15 – **PROFISSIONAL TÉCNICO DE ENFERMAGEM 1**, no valor mensal de R$ 3.646,63 (três mil seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos), perfazendo o montante de R$ 3.646,63 (três mil seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos), correspondente ao período de **30 (trinta) dias**.
Em decorrência do presente termo aditivo, o valor global do contrato passa a ser de $ 47.406,19 (quarenta e sete mil quatrocentos e seis reais e dezenove centavos).

Item 16 – **PROFISSIONAL TÉCNICO DE ENFERMAGEM 2**, no valor mensal de R$ 3.646,63 (três mil seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos), perfazendo o montante de R$ 3.646,63 (três mil seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos), correspondente ao período de **30 (trinta) dias**.
Em decorrência do presente termo aditivo, o valor global do contrato passa a ser de $ 47.406,19 (quarenta e sete mil quatrocentos e seis reais e dezenove centavos).
Item 17- PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICOLOGIA, no valor mensal de R$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais), perfazendo o montante de **R$ 4.700,00** (quatro mil e setecentos reais), correspondente ao período de **30 (trinta) dias**.
Em decorrência do presente termo aditivo, o valor global do contrato passa a ser de **R$ 61.100,00** (sessenta e um mil e cem reais).
Item 19- PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIPTERAPIA, no valor mensal de R$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais), perfazendo o montante de **R$ 4.700,00** (quatro mil e setecentos reais), correspondente ao período de **30 (trinta) dias**.
Em decorrência do presente termo aditivo, o valor global do contrato passa a ser de **R$ 61.100,00** (sessenta e um mil e cem reais).
Item 21- PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIOLOGIA, no valor mensal de R$ 2.592,00 (dois mil quinhentos e noventa e dois reais), perfazendo o montante de R$ 2.592,00 (dois mil quinhentos e noventa e dois reais), correspondente ao período de **30 (trinta) dias**.
Em decorrência do presente termo aditivo, o valor global do contrato passa a ser de R$ 33.696,00 (trinta e três mil seiscentos e noventa e seis reais).

Dê-se a publicação devida e elabore-se o contrato na forma da lei.

Município de Santa Maria do Oeste – PR, 31 de julho de 2026.

LUIZ ZENAIDE GOMES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:48B65659

LICITAÇÃO
ERRATA

No 1º Termo de Aditivo Contrato Administrativo Nº 187/2025 EDIÇÃO 3579 do dia 23 de julho de 2026– DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ.

LEU-SE:

PARAGRAFO PRIMEIRO:
Item 22 – **PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIOLOGIA**, no valor mensal de R$ 2.592,00 (dois mil quinhentos e noventa e dois reais), totalizando o valor de R$ 33.696,00 (trinta e três mil seiscentos e noventa e seis reais) pelo período de 30 (trinta) dias.

Leia-se

PARAGRAFO PRIMEIRO:
Item 22 - PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIOLOGIA, no valor mensal de R$ 2.592,00 (dois mil quinhentos e noventa e dois reais), perfazendo o montante de R$ 2.592,00 (dois mil quinhentos e noventa e dois reais), correspondente ao período de **30 (trinta) dias**.
Em decorrência do presente termo aditivo, o valor global do contrato passa a ser de R$ 33.696,00 (trinta e três mil seiscentos e noventa e seis reais).

Dê-se a publicação devida e elabore-se o contrato na forma da lei.

Município de Santa Maria do Oeste – PR, 31 de julho de 2026.

LUIZ ZENAIDE GOMES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:9A27065D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01090/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01090/2026

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: JEINEFER AMANDA DA SILVA NIEDUZIAK **MATRÍCULA n.º** 9997495
CARGO: SECRETARIO MEIO AMBIENTE **CPF N.º** 102.***.***-86
OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE CAMPO MORÃO, PARA PARTICIPAÇÃO DE EVENTO OFICINA PROGOV MEIO AMBIENTE NA PRATICA.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 15/07/2026-
Data de Retorno: 16/07/2026-
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: CAMPO MOURÃO - PR **Código do IBGE:** 04303
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 01 (UMA) **PERNOITE**: (**X**)SIM ( )NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$350,00 (TREZENTOS E CINQUENTA)
VALOR TOTAL R$: R$350,00 (TREZENTOS E CINQUENTA)

Santa Maria do Oeste/PR 31 de Julho de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:ACD9C32C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 3562/2026

DECRETO Nº 3562/2026

Dispõe sobre a alteração e substituição de membros Representantes dos Trabalhadores da Área da Assistência Social do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Santo Antônio do Paraíso,Estado do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, a Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e a Lei Municipal nº 1.445, de 14 de junho de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a composição e substituição dos membros Representantes dos Trabalhadores da Área da Assistência Social do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Santo Antônio do Paraíso, mantendo-se a composição paritária entre representantes governamentais e da sociedade civil, conforme segue:

I – REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Vera Lucia Marangoni Martinelli
Suplente: Célia Maria Mantovani Bento

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Viviane Mara Rosa Souza
Suplente: Luiz Antônio Dias da Rosa

Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Titular: Eliana Cristina Rodrigues Brisola
Suplente: Regiane Fortunato Rosa

Representantes da Secretaria Administração Pública Municipal
Titular: Maria Cristina Gabriel
Suplente: Juliano Marcondes de Castro

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
Representantes dos Usuários e/ou de Organização de Usuários da Assistência Social – APMF
Titular: Silvia Donizete da Silva do Espírito Santo
Suplente: Mileide Lima da Silva

Representantes de Entidades e Organizações de Assistência Social – APAE
Titular: ThimanyRaqueli Ferri Veloso
Suplente: Glaucia Aparecida de Souza

Representantes dos Trabalhadores da Área da Assistência Social
Titular: Elias Alves Marçal de Oliveira
Suplente: Reinaldo Esperandin do Prado

Representantes da Pastoral da Criança
Titular: Ademarcia Rodrigues Barbosa Mathias
Suplente: Maria de Lurdes da Silva

Art. 2º Os membros nomeados exercerão suas funções de forma gratuita, consideradas de relevante interesse público, não fazendo jus a qualquer espécie de remuneração pelo desempenho de suas atribuições.

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições do decreto anterior que não conflitarem com o presente Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 20 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antônio do Paraíso, Estado do Paraná, em 24 de julho de 2026.

DEVANIR MARTINELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Alves Nogueira André
Código Identificador:A362BEF9

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 3563/2026

DECRETO Nº 3563/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Artigo 1º - EXONERAR, o Senhor RODOLFO DA SILVA DONAIRE, portador da Cédula de Identidade RG n.º 1*.***.***-6 SSP/PR, e inscrito no CPF/MF n. 0**.***.***-*8, lotado no Cargo em Comissão de DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE, símbolo CC-01, de acordo com a Lei nº 1277/2016, de 25/03/2016 e Lei nº 1320/2017, de 30/01/2017, o qual havia sido nomeado através do Decreto Municipal nº 3180/2024, de 19/07/2024.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 28 de Julho de 2.026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Paraíso, em 28 de Julho de 2026.

DEVANIR MARTINELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Alves Nogueira André
Código Identificador:E4E0F052

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 3564/2026

DECRETO Nº 3564/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Artigo 1º - NOMEAR, a partir de 30 de Julho de 2026, o Senhor RODOLFO DA SILVA DONAIRE, portador da Cédula de Identidade RG n.º 1*.***.***-6-SSP/PR, e inscrito no CPF/MF n. 0**.***.***-*8, para exercer o Cargo em Comissão de DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE, símbolo CC-01, de acordo com a Lei Complementar nº 41/2025, de 09/07/2025 a partir desta data.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30 de Julho de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Paraíso, em 30 de Julho de 2026.

DEVANIR MARTINELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Alves Nogueira André
Código Identificador:BEFCBF1F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2026
Processo de Inexigibilidade nº 14/2026

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE-PR

CONTRATADA: INSTITUTO NOJURI'S LTDA
CNPJ Nº: 66.284.337/0001-86

OBJETO: Aquisição de 03 (três) inscrições para o curso "Câmaras Municipais em Conformidade: Governança Estratégica, Transparência, Desempenho Institucional e Aplicação Prática do PROLEGIS", a ser realizado nos dias 28, 29, 30 e 31 de julho de 2026, no Município de Curitiba-PR.

VALOR TOTAL: R$ 8.370,00 (oito mil e trezentos e setenta reais).

VIGÊNCIA: 26/08/2026.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, III, "f", Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Santo Antônio do Sudoeste, em 28/07/2026.

VALDIR ANTONIO CARVALHO –
Presidente

Publicado por:
Clairton Antonio Cauduro
Código Identificador:067D6C20

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2026
Com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e no art. 36 da Resolução nº 04/2023, do Poder Legislativo Municipal, bem como nas justificativas constantes do processo, RATIFICO o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 14/2026, cujo objeto consiste na aquisição de 03 (três) inscrições para o curso "Câmaras Municipais em Conformidade: Governança Estratégica, Transparência, Desempenho Institucional e Aplicação Prática do PROLEGIS", a ser realizado nos dias 28, 29, 30 e 31 de julho de 2026, no Município de Curitiba-PR.

Contratada: INSTITUTO NOJURI'S LTDA - CNPJ n° 66.284.337/0001-86.

Valor total de R$ 8.370,00 (oito mil e trezentos e setenta reais).

Santo Antônio do Sudoeste-PR, 27 de julho de 2026.

PUBLIQUE-SE.

VALDIR ANTONIO CARVALHO
Presidente da Câmara de Vereadores
Santo Antônio do Sudoeste

Publicado por:
Clairton Antonio Cauduro
Código Identificador:8C512018

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE REEQUILIBRIO Nº 12 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 5/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 2/2025

EXTRATO ADITIVO DE REEQUILIBRIO Nº 12 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 5/2025
Inexigibilidade Nº 2/2025

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis destinados à frota de veículos do Município de Santo Antonio do Sudoeste, conforme Chamamento Público 012/2024.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: M.S COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA;
VALOR REEQUILIBRADO: R$124.165,28 (Cento e Vinte e Quatro Mil, Cento e Sessenta e Cinco Reais e Vinte e Oito Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 30/07/2026
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: CLAUDIMAR TARCÍSIO MILANI - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:8CF81BA0

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE SUPRESSAO Nº 13 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 6/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 2/2025

EXTRATO ADITIVO DE SUPRESSAO Nº 13 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 6/2025
Inexigibilidade Nº 2/2025

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis destinados à frota de veículos do Município de Santo Antonio do Sudoeste, conforme Chamamento Público 012/2024.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: PANDA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E SERVICOS LTDA;
VALOR SUPRIMIDO: R$ 65.739,73 (Sessenta e Cinco Mil, Setecentos e Trinta e Nove Reais e Setenta e Três Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 31/07/2026
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: Valdir Gervinski - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:9524B5FD

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 556/2025 PREGÃO -USO ATÉ 30/04/26 Nº 60/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 556/2025
Pregão -Uso até 30/04/26 Nº 60/2025

OBJETO: Aquisição de veículos modelo sedan, visando atender às demandas de transporte das Secretarias
Municipais de Saúde e de Assistência Social do Município de Santo Antônio do Sudoeste - PR.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: PIRAMIDE VEICULOS LTDA;
VALOR RENOVADO: R$ 133.900,00 (Cento e Trinta e Três Mil e Novecentos Reais).
VALOR REAJUSTADO: R$: 7.600,00 (Sete Mil e Seiscentos Reais).
DATA DA ASSINATURA: 30/07/2026
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: ANDRE FERON - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:D2A03A70

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 120/2026
IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 120/2026
IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE – PR
CNPJ/MF sob nº 75.927.582/0001-55
RICARDO ANTONIO ORTINA
C.P.F. nº 213.037.039-04
CONTRATADO: AMANDA PAULINO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
CNPJ sob nº 65.528.125/0001-34
AMANDA PAULINO SILVA
CPF Nº 066.127.859-00

FUNDAMENTO - Art. 138, inciso II da Lei nº 14.133/21.
DO OBJETO DA RESCISÃO - Cláusula 1ª. A presente rescisão tem como objeto, o contrato administrativo celebrado entre as partes supra mencionadas, com o seguinte objeto: Contratação de Pessoas Jurídicas para serviços de plantão médico generalista - clinico geral atendendo a demanda da Secretaria Municipal de Saúde do município de Santo Antonio do Sudoeste – PR, de acordo com o Chamamento Público Nº 015/2025., Inexigibilidade Nº 47/2026.

Santo Antonio do Sudoeste – PR, 31/07/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:4079BD88

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 134/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 134/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: 60.793.584 ANGELO DENGO
CNPJ Nº 60.793.584/0001-21
Representante: ANGELO DENGO
CPF nº 057.759.939-93
OBJETO: Aquisição de móveis e equipamentos destinados às Unidades Básicas de Saúde do Município de Santo Antônio do Sudoeste – PR, provenientes da Resolução SESA nº 773/2019 e nº 782/2024..
VALOR TOTAL: R$ 14.724,80 (Quatorze Mil, Setecentos e Vinte e Quatro Reais e Oitenta Centavos)
VIGÊNCIA: 28/05/2027

Santo Antonio do Sudoeste, em 29/05/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:2CB9AA2C

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 135/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 135/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: A.J.T.F LTDA
CNPJ Nº 62.231.351/0001-60
Representante: ANA JULIA TAVARES FERREIRA
CPF nº 709.676.491-70
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a Aquisição de móveis e equipamentos destinados às Unidades Básicas de Saúde do Município de Santo Antônio do Sudoeste – PR, provenientes da Resolução SESA nº 773/2019 e nº 782/2024, conforme quantidades, especificações, exigências e condições estabelecidas neste documento, conforme inciso I do § 1° do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021..
VALOR TOTAL: R$ 13.993,00 (Treze Mil, Novecentos e Noventa e Três Reais)
VIGÊNCIA: 28/05/2027

Santo Antonio do Sudoeste, em 29/05/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:3EFD8FD1

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 136/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 136/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: CIRURGICA JM-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES
CNPJ Nº 55.909.512/0001-67
Representante: CAROLINE CARVALHO REZENDE
CPF nº 112.066.969-31
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a Aquisição de móveis e equipamentos destinados às Unidades Básicas de Saúde do Município de Santo Antônio do Sudoeste – PR, provenientes da Resolução SESA nº 773/2019 e nº 782/2024, conforme quantidades, especificações, exigências e condições estabelecidas neste documento, conforme inciso I do § 1° do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021.
VALOR TOTAL: R$ 6.300,00 (Seis Mil e Trezentos Reais)
VIGÊNCIA: 28/05/2027

Santo Antonio do Sudoeste, em 29/05/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:558B38AC

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 137/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 137/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: EPB LONDRINA COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALAR LTDA
CNPJ Nº 22.540.455/0001-32
Representante: EMANOEL PEREIRA BARDUZZI
CPF nº 053.777.429-74
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a Aquisição de móveis e equipamentos destinados às Unidades Básicas de Saúde do Município de Santo Antônio do Sudoeste – PR, provenientes da Resolução SESA nº 773/2019 e nº 782/2024, conforme quantidades, especificações, exigências e condições estabelecidas neste documento, conforme inciso I do § 1° do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021.
VALOR TOTAL: R$ 5.250,00 (Cinco Mil, Duzentos e Cinqüenta Reais)
VIGÊNCIA: 28/05/2027
Santo Antonio do Sudoeste, em 29/05/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:2F533442

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 138/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 138/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: HARLEI MORSCH
CNPJ Nº 15.636.918/0001-07

Representante: HARLEI MORSCH
CPF nº 047.743.179-85
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a Aquisição de móveis e equipamentos destinados às Unidades Básicas de Saúde do Município de Santo Antônio do Sudoeste – PR, provenientes da Resolução SESA nº 773/2019 e nº 782/2024, conforme quantidades, especificações, exigências e condições estabelecidas neste documento, conforme inciso I do § 1° do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021.
VALOR TOTAL: R$ 89.250,00 (Oitenta e Nove Mil, Duzentos e Cinqüenta Reais)
VIGÊNCIA: 28/05/2027
Santo Antonio do Sudoeste, em 29/05/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA **-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:AA832F31

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 139/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 139/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: JT COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA
CNPJ Nº 54.647.123/0001-48
Representante: JESSICA TAVARES DA SILVA
CPF nº 076.207.169-98
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a Aquisição de móveis e equipamentos destinados às Unidades Básicas de Saúde do Município de Santo Antônio do Sudoeste – PR, provenientes da Resolução SESA nº 773/2019 e nº 782/2024, conforme quantidades, especificações, exigências e condições estabelecidas neste documento, conforme inciso I do § 1° do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021.
VALOR TOTAL: R$ 563,00 (Quinhentos e Sessenta e Três Reais)
VIGÊNCIA: 28/05/2027
Santo Antonio do Sudoeste, em 29/05/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA **-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:1FE94A3A

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 140/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 140/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: MANPRIME SOLUÇÕES LTDA
CNPJ Nº 51.338.619/0001-41
Representante: GUSTAVO EDUARDO NASCIMENTO DE ALMEIDA
CPF nº 128.139.307-09
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a Aquisição de móveis e equipamentos destinados às Unidades Básicas de Saúde do Município de Santo Antônio do Sudoeste – PR, provenientes da Resolução SESA nº 773/2019 e nº 782/2024, conforme quantidades, especificações, exigências e condições estabelecidas neste documento, conforme inciso I do § 1° do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021.
VALOR TOTAL: R$ 1.410,00 (Um Mil, Quatrocentos e Dez Reais)
VIGÊNCIA: 28/05/2027
Santo Antonio do Sudoeste, em 29/05/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA **-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:E73C818A

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: MÓVEIS MAAS LTDA
CNPJ Nº 44.557.435/0001-07
Representante: ELIO MAAS
CPF nº 070.285.099-31
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a Aquisição de móveis e equipamentos destinados às Unidades Básicas de Saúde do Município de Santo Antônio do Sudoeste – PR, provenientes da Resolução SESA nº 773/2019 e nº 782/2024, conforme quantidades, especificações, exigências e condições estabelecidas neste documento, conforme inciso I do § 1° do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021.
VALOR TOTAL: R$ 13.165,00 (Treze Mil, Cento e Sessenta e Cinco Reais)
VIGÊNCIA: 28/05/2027
Santo Antonio do Sudoeste, em 29/05/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA **-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:5C0B14F7

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 142/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 142/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: NOVORTHEC COMÉRCIO INTEGRADO LTDA
CNPJ Nº 59.834.889/0001-55
Representante: JAIR VIEIRA DE ÁVILA NETO
CPF nº 118.323.219-59
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a Aquisição de móveis e equipamentos destinados às Unidades Básicas de Saúde do Município de Santo Antônio do Sudoeste – PR, provenientes da Resolução SESA nº 773/2019 e nº 782/2024, conforme quantidades, especificações, exigências e condições estabelecidas neste documento, conforme inciso I do § 1° do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021.
VALOR TOTAL: R$ 4.473,00 (Quatro Mil, Quatrocentos e Setenta e Três Reais)
VIGÊNCIA: 28/05/2027
Santo Antonio do Sudoeste, em 29/05/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA **-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:21973744

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 143/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 143/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: ORIGINAL MOVEIS LTDA
CNPJ Nº 18.083.334/0001-31
Representante: ADILSON GIRELLI DOS SANTOS
CPF nº 021.240.109-21

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a Aquisição de móveis e equipamentos destinados às Unidades Básicas de Saúde do Município de Santo Antônio do Sudoeste – PR, provenientes da Resolução SESA nº 773/2019 e nº 782/2024, conforme quantidades, especificações, exigências e condições estabelecidas neste documento, conforme inciso I do § 1° do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021.
VALOR TOTAL: R$ 14.472,00 (Quatorze Mil, Quatrocentos e Setenta e Dois Reais)
VIGÊNCIA: 28/05/2027
Santo Antonio do Sudoeste, em 29/05/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:8B30633B

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 144/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 144/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: PAPERFLEX COMERCIAL LTDA
CNPJ Nº 07.299.558/0001-69
Representante: FLAVIO PEREIRA GARALUZ
CPF nº 043.778.839-33
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a Aquisição de móveis e equipamentos destinados às Unidades Básicas de Saúde do Município de Santo Antônio do Sudoeste – PR, provenientes da Resolução SESA nº 773/2019 e nº 782/2024, conforme quantidades, especificações, exigências e condições estabelecidas neste documento, conforme inciso I do § 1° do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021.
VALOR TOTAL: R$ 13.640,00 (Treze Mil, Seiscentos e Quarenta Reais)
VIGÊNCIA: 28/05/2027

Santo Antonio do Sudoeste, em 29/05/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:6CA36935

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 145/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 145/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: PATERMED PRODUTOS PARA SAUDE LTDA
CNPJ Nº 58.011.241/0001-16
Representante: Lucas Praxedes Tuchinski
CPF nº 108.094.809-05
OBJETO: Aquisição de móveis e equipamentos destinados às Unidades Básicas de Saúde do Município de Santo Antônio do Sudoeste – PR, provenientes da Resolução SESA nº 773/2019 e nº 782/2024, conforme quantidades, especificações, exigências e condições estabelecidas neste documento, conforme inciso I do § 1° do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021.
VALOR TOTAL: R$ 2.204,37 (Dois Mil, Duzentos e Quatro Reais e Trinta e Sete Centavos)
VIGÊNCIA: 28/05/2027

Santo Antonio do Sudoeste, em 29/05/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:A0EC4B24

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 145/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 145/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: PATERMED PRODUTOS PARA SAUDE LTDA
CNPJ Nº 58.011.241/0001-16
Representante: Lucas Praxedes Tuchinski
CPF nº 108.094.809-05
OBJETO: Aquisição de móveis e equipamentos destinados às Unidades Básicas de Saúde do Município de Santo Antônio do Sudoeste – PR, provenientes da Resolução SESA nº 773/2019 e nº 782/2024, conforme quantidades, especificações, exigências e condições estabelecidas neste documento, conforme inciso I do § 1° do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021.
VALOR TOTAL: R$ 2.204,37 (Dois Mil, Duzentos e Quatro Reais e Trinta e Sete Centavos)
VIGÊNCIA: 28/05/2027

Santo Antonio do Sudoeste, em 29/05/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:D1B65243

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 146/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 146/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: SANE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ Nº 43.750.420/0001-06
Representante: WILLIAM VIVAN SCHEUER
CPF nº 022.476.720-86
OBJETO: Aquisição de móveis e equipamentos destinados às Unidades Básicas de Saúde do Município de Santo Antônio do Sudoeste – PR, provenientes da Resolução SESA nº 773/2019 e nº 782/2024, conforme quantidades, especificações, exigências e condições estabelecidas neste documento, conforme inciso I do § 1° do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021.
VALOR TOTAL: R$ 1.540,00 (Um Mil, Quinhentos e Quarenta Reais)
VIGÊNCIA: 28/05/2027

Santo Antonio do Sudoeste, em 29/05/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:0112CCB1

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 147/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 147/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR

CONTRATADA: STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ Nº 57.498.660/0001-61
Representante: CESAR RAFAEL CARREGA
CPF nº 055.015.959-23
OBJETO: Aquisição de móveis e equipamentos destinados às Unidades Básicas de Saúde do Município de Santo Antônio do Sudoeste – PR, provenientes da Resolução SESA nº 773/2019 e nº 782/2024, conforme quantidades, especificações, exigências e condições estabelecidas neste documento, conforme inciso I do § 1° do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021.
VALOR TOTAL: R$ 10.000,00 (Dez Mil Reais)
VIGÊNCIA: 28/05/2027

Santo Antonio do Sudoeste, em 29/05/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA **-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:7556881E

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 148/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 148/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: TEKCAD MOBILIARIO CORPORATIVO - IND. COM. E IMPORTACAO LTDA
CNPJ Nº 20.315.728/0001-10
Representante: ILTON CESAR KEMMERICH
CPF nº 685.522.380-04
OBJETO: a Aquisição de móveis e equipamentos destinados às Unidades Básicas de Saúde do Município de Santo Antônio do Sudoeste – PR, provenientes da Resolução SESA nº 773/2019 e nº 782/2024, conforme quantidades, especificações, exigências e condições estabelecidas neste documento, conforme inciso I do § 1° do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021.
VALOR TOTAL: R$ 12.000,00 (Doze Mil Reais)
VIGÊNCIA: 28/05/2027
Santo Antonio do Sudoeste, em 29/05/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA **-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:78DD9BBE

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 149/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 149/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: VASPJ REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA – ME
CNPJ Nº 10.841.010/0001-03
Representante: VICENTE AMARO SEADE PIRES JÚNIOR
CPF nº 007.768.559-80
OBJETO: a Aquisição de móveis e equipamentos destinados às Unidades Básicas de Saúde do Município de Santo Antônio do Sudoeste – PR, provenientes da Resolução SESA nº 773/2019 e nº 782/2024, conforme quantidades, especificações, exigências e condições estabelecidas neste documento, conforme inciso I do § 1° do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021.
VALOR TOTAL: R$ 31.980,00 (Trinta e Um Mil, Novecentos e Oitenta Reais)
VIGÊNCIA: 28/05/2027
Santo Antonio do Sudoeste, em 29/05/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA **-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:1C60D32D

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 150/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 150/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: VERLUMA COMERCIO LTDA
CNPJ Nº 63.679.550/0001-07
Representante: NILSON MENEZES DA CONCEICAO
CPF nº 899.845.958-20
OBJETO: OBJETO (art. 92, I e II)
O objeto do presente instrumento é a Aquisição de móveis e equipamentos destinados às Unidades Básicas de Saúde do Município de Santo Antônio do Sudoeste – PR, provenientes da Resolução SESA nº 773/2019 e nº 782/2024, conforme quantidades, especificações, exigências e condições estabelecidas neste documento, conforme inciso I do § 1° do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021.
VALOR TOTAL: R$ 1.540,00 (Um Mil, Quinhentos e Quarenta Reais)
VIGÊNCIA: 28/05/2027
Santo Antonio do Sudoeste, em 29/05/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA **-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:6E1FEA83

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 027/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 027/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026
ATA Nº 027/2026
OBJETO: **Aquisição fracionada de camisas e camisetas com a nova logomarca para esta Câmara Municipal de São Jerônimo da Serra/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.**
Contratada: TMN UNIFORMES E CONFEÇÕES LTDA (CNPJ 40.773.984/0001-68)
VALOR TOTAL: **R$12.177,60 (doze mil cento e setenta e sete reais e sessenta centavos).**

São Jerônimo da Serra, 31 de julho de 2026.

Assinaturas: **Ciro Francisco Bispo – Presidente da Câmara**
Nivânio Dias da Costa – Compromitente TMN Uniformes e Confecções LTDA (CNPJ 40.773.984/0001-68).

Publicado por:
Andre Gobbo Capelassi
Código Identificador:F877B66C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº 002/2026

Autorizante: Município de São Jerônimo da Serra/PR.

Parceira/Autorizatária: Programa do Voluntariado Paranaense – PROVOPAR Ação Social, inscrito no CNPJ nº 86.730.280/0001-09.

Objeto: Termo de Parceria e Autorização de Exploração destinado à organização e exploração da praça de alimentação do **Baile da Rainha da 5ª Serra Fest**, a ser realizado em 20 de agosto de 2026, com finalidade de arrecadação de recursos para os projetos sociais desenvolvidos pelo PROVOPAR. Em contrapartida, a entidade será responsável pela organização do evento, participação na comissão técnica de avaliação e julgamento em pré-seleção e contratação da equipe de segurança, em parceria com o Município.

Data do Evento: 20 de agosto de 2026.

Natureza da Parceria: Gratuita, em razão da finalidade social da entidade e do interesse público envolvido.

Fiscal da Parceria: Rafael Rodrigo de Paula Batista, Secretário Municipal de Administração.

Fundamento: Processo de Protocolo Interno nº 197/2026 e autorização administrativa para celebração de parceria com entidade de interesse público visando à realização de evento preparatório da 5ª Serra Fest.

São Jerônimo da Serra/PR, 31 de julho de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:762AE857

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº 01/2026

Autorizante: Município de São Jerônimo da Serra/PR.

Autorizatária: Programa do Voluntariado Paranaense – PROVOPAR Ação Social, inscrito no CNPJ nº 86.730.280/0001-09.

Objeto: Autorização de uso, a título gratuito, do Centro Municipal de Eventos para realização de Bingo Beneficente durante a 5ª Serra Fest, destinado à arrecadação de recursos para os projetos sociais desenvolvidos pelo PROVOPAR Ação Social.

Prazo de Utilização: 23 de agosto de 2026, devendo a desocupação do espaço ocorrer até o dia 24 de agosto de 2026, nas condições estabelecidas no Termo de Autorização.

Natureza da Autorização: Gratuita, em razão do interesse público e da finalidade social da entidade autorizatária.

Fiscal da Autorização: Rafael Rodrigo de Paula Batista, Secretário Municipal de Administração.

Fundamento: Processo de Protocolo Interno nº 197/2026 e autorização administrativa para utilização de bem público municipal.

São Jerônimo da Serra/PR, 31 de julho de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:CA424B6E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N.º 454/2026

SÚMULA:REAJUSTA VENCIMENTOS DOS CONSELHEIROS TUTELARES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE:

LEI

Art. 1º. Fica reajustado e fixado o vencimento dos cargos eletivos de Conselheiros Tutelares, a contar de 01 de agosto de 2026, ao montante de R$ 2.300,00 (Dois mil e trezentos reais).

Parágrafo Único. Os vencimentos sofrerão seus reajustes no mesmo período e índices adotados para Recomposição Geral Anual dos servidores do Poder Executivo.

Art. 2º. Fica autorizado o Poder Executivo suplementar naquilo que couber o orçamento municipal, alterando as disposições contidas na LOA, LDO e PPA.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, ESTADO DO PARANÁ, AOS 22DE JULHO DE 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:C1C9C43B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N.º 455/2026

SÚMULA: ALTERA O PLANO PLURIANUAL – PPA, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO, E AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir no Plano Plurianual – PPA e na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO as seguintes ações integrantes do Programa **0009 – Atenção Integral das Ações da Assistência Social**:

I – Unidade 07.006 – Fundo Municipal dos Direitos da Mulher
Ação: 1.058 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES - FUNDO DA MULHER

II – Unidade 07.007 – Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Ação: 1.059 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES – FUNDO PESSOA DEF.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Especial no valor de **R$ 123.200,64 (cento e vinte e três mil, duzentos reais e sessenta e quatro centavos)**, com a seguinte classificação orçamentária:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.006 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

0009 – ATENÇÃO INTEGRAL DAS AÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.245 – ASSISTÊNCIA À MULHER
1.058 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES
4.4.90.52.00.00.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00873-01011.09.99.05.18.1.748.0000 – TRANSFERÊNCIA PROGRAMA INCENTIVO À MULHER.....R$ 60.000,00
00802-01011.09.99.05.18.2.749.0000 – PROGRAMA REDE DE PROTEÇÃO DA MULHER.....R$ 10.000,00

07.007 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
0009 – ATENÇÃO INTEGRAL DAS AÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.242 – ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA
1.059 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES
4.4.90.52.00.00.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00884-01011.09.99.05.18.1.749.0000 – INCENTIVO AO FUNDO DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....R$ 53.200,64

TOTAL.....R$ 123.200,64

Art. 3º. Para cobertura do Crédito Adicional Especial autorizado no artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

I – Excesso de Arrecadação, nos termos do inciso II do §1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:
Fonte 00873 – Transferência Programa Incentivo à Mulher.....R$ 60.000,00

Fonte 00884 – Incentivo ao Fundo de Direitos da Pessoa com Deficiência.....R$ 53.200,64

Subtotal.....R$ 113.200,64

II – Anulação Parcial de Dotação, nos termos do inciso III do §1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:
07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0009 – ATENÇÃO INTEGRAL DAS AÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244 – ASSISTÊNCIA SOCIAL / ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
1.021 – AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL
231 – 4.4.90.52.00.00.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

00802-01011.09.99.05.18.2.749.0000 – PROGRAMA REDE DE PROTEÇÃO DA MULHER.....R$ 10.000,00

Total dos recursos para cobertura do crédito.....R$ 123.200,64.

Art. 4º. Ficam atualizados os Anexos do Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA, em decorrência da abertura do Crédito Adicional Especial autorizado por esta Lei.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, ESTADO DO PARANÁ, AOS 30 DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:19468D6B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RENOVAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 31/2025 1º TERMO DE RENOVAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº31/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA E A EMPRESA M.ALVES PAULINO - TELECOM

MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, Estado do Paraná**,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 76.290.683/0001-20, com sede nesta cidade, na Praça Coronel Deolindo, nº s/n, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **VENICÍUS DJALMA ROSA**, brasileiro, portador do R.G. nº 8.241.196-8 residente e domiciliado nesta cidade e comarca de São Jerônimo da Serra, simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **M.ALVES PAULINO - TELECOM,** sediada na RUA São Luiz, 199 – BAIRRO VILA SÃO PAULO, na cidade FLORESTÓPOLIS - PR CEP: 86.165-000 CNPJ nº 19.490.050/0001-22, telefone: 08004006007 / (43) 3662-1871-(43) 9648-5313 e-mail: contato@brasilnetcp.net.br representante **MARCIO ALVES PAULINO**, portador do CPF nº 818.404.979-04RG n° 6.202.242-6, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADA**, tendo como o objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET DEDICADA E BANDA LARGA EM FIBRA ÓPTICA, INCLUINDO FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E COMODATO DE EQUIPAMENTOS, PARA ATENDER UMA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E AS DEMAIS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR**
Considerando a anuência da Secretaria Municipal de Administração;
Considerando a anuência e justificativa da Secretaria Municipal de Administração;
Considerando a permissão legal contida no art. 84 da Lei 14.133/2021;
Considerando o interesse e concordância das partes na prorrogação e reprogramação destes termos;
Considerando o interesse público;

Resolvem:
Celebrar o presente termo aditivo para prorrogação de prazo e saldo ata de registro de preço nº 31/2025 Pregão Eletrônico n°41/2025, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto
Constitui objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo de vigência por mais 12 meses de **01/08/2026 até 01/08/2027** e o saldo **R$92.916,00 (noventa e dois mil novecentos e dezesseis reais),** conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração, anexo ao processo administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de preço nº 31/2025.

Assim, estando as partes justas e contratadas, na presença das testemunhas abaixo assinaladas, assinam o presente em três vias de igual forma e teor, para que este aditamento surta os efeitos jurídicos que lhe são desejados.

São Jerônimo da Serra, 31 de julho de 2026.

Município de São Jerônimo da Serra
VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal
Contratante

M.ALVES PAULINO - TELECOM
Contratada

Testemunhas:

1._____
Nome:
CPF:

2._____
Nome:
CPF:

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:97AF3D5D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RENOVAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 32/2025 1º TERMO DE RENOVAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº32/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA E A EMPRESA MIGUEL AFONSO MARTINS JUNIOR LTDA

MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, Estado do Paraná**,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 76.290.683/0001-20, com sede nesta cidade, na Praça Coronel Deolindo, nº s/n, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **VENICÍUS DJALMA ROSA**, brasileiro, portador do R.G. nº 8.241.196-8 residente e domiciliado nesta cidade e comarca de São Jerônimo da Serra, simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **MIGUEL AFONSO MARTINS JUNIOR LTDA,** sediada na Rua Nove, 802 - Quadra15 - Lote 111 - Centro, na cidade Primeiro de Maio / Paraná CEP: 86.140-000 CNPJ nº 30.511.097/0001-68, telefone:(43) 99106-4539 e-mail: contabilipiranga@gmail.com representante **MIGUEL AFONSO MARTINS JUNIOR,** portador do CPF nº 031.979.339-74 n° 4.698.883-3, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADA**, tendo como o objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET DEDICADA E BANDA LARGA EM FIBRA ÓPTICA, INCLUINDO FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E COMODATO DE EQUIPAMENTOS, PARA ATENDER UMA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E AS DEMAIS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR**
Considerando a anuência da Secretaria Municipal de Administração;
Considerando a anuência e justificativa da Secretaria Municipal de Administração;
Considerando a permissão legal contida no art. 84 da Lei 14.133/2021;
Considerando o interesse e concordância das partes na prorrogação e reprogramação destes termos;
Considerando o interesse público;

Resolvem:
Celebrar o presente termo aditivo para prorrogação de prazo e saldo ata de registro de preço nº 32/2025 Pregão Eletrônico n°41/2025, mediante as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto
Constitui objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo de vigência por mais 12 meses de **01/08/2026 até 01/08/2027** e o saldo **R$53.280,00 (cinquenta e três mil e duzentos e oitenta reais),** conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração, anexo ao processo administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de preço nº 32/2025.

Assim, estando as partes justas e contratadas, na presença das testemunhas abaixo assinaladas, assinam o presente em três vias de igual forma e teor, para que este aditamento surta os efeitos jurídicos que lhe são desejados.

São Jerônimo da Serra, 31 de julho de 2026.

Município de São Jerônimo da Serra
VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal
Contratante

MIGUEL AFONSO MARTINS JUNIOR LTDA
Contratada

Testemunhas:

1._____
Nome:
CPF:

2._____
Nome:
CPF:

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:3C1F447F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 186/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 42, XXX e XXXI, da Lei Orgânica do Município, na forma da Lei;

Considerando o oficio 030/2026 da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo.

RESOLVE:

Artigo 1º- EXONERAR desta Prefeitura, a partir da data de 03/08/2026 o servidor temporário PAULO CESAR ARAUJO, Auxiliar de Serviços Gerais, matricula 24885/1.

Artigo 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 03 de agosto de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:F9B5AA25

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 187/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município, pela presente;
Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital 140/2025, Homologado através da Portaria 428/2025.
RESOLVE:

Artigo 1º- NOMEAR a partir desta data de 03/08/2026, as candidatas abaixo discriminadas, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado, Edital 140/2025 para exercer temporariamente as funções do respectivo cargo de acordo com as Leis Municipais 1036/2022 e 745/2011.

NOME	Matricula	Documento	FUNÇÃO
PAMELA INOCENCIA FERREIRA PAZ	1620/3	117.78*.***-02	Atendente Infantil
JESSYKA APARECIDA OUVERNEY*	24893/1	116.89*.***.56	Atendente Infantil

***Admitida pela classificação afrodescendente**

Artigo 2º- A nomeação dar-se-á em caráter temporário, a fim de suprir necessidades inadiáveis da Administração Pública, em caráter excepcional, tendo a vigência até 18/12/2026, prorrogável ou rescindível a qualquer tempo observado o disposto no Item 11.1.6 do Edital 140/2025.

Artigo 3º- Os nomeados terão o prazo de 05 (cinco) dias para apresentarem-se para o trabalho, sob pena de perda do direito a vaga.

Artigo 4º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.
Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 03 de agosto de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:E4912CBB

PODER LEGISLATIVO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

Processo Administrativo: nº 19/2026
Inexigibilidade de Licitação: nº 12/2026
Partes: Câmara Municipal de São José da Boa Vista – Contratante
Riole Eletrônica Ltda – Contratada
Objeto: Contratação de empresa especializada para locação de sistema de gerenciamento e transmissão do Plenário da Câmara Municipal.
Fundamento Legal: artigo 74, I, da Lei nº 14.133/21
Vigência: 31-07-2026 a 31-07-2031
Dotação Orçamentária: 2.001- Manutenção do Legislativo Municipal-3.3.90.39.00.00.00.00- Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica- 3.3.90.39.99.00.00.00- Demais Serviços de Terceiros, Pessoa Jurídica

Data da Assinatura: 31 de julho de 2026
Signatários: pela Contratante, Claudinei Mendes de Oliveira, pela Contratada, Eloir Antônio Moro

CLAUDINEI MENDES DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Kely Neli Rolim Corrêa
Código Identificador:6ACAEE38

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - PROCESSO LICITATORIO Nº 50/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO LICITATORIO Nº 50/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026

A prefeitura do município de São José das Palmeiras/PR, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento processo administrativo de pregão eletrônico, conforme indicado abaixo:

Resumo do Certame:

Processo n.º:	50/2026
Pregão Eletrônico n.º:	24/2026
OBJETO	Contratação de pessoas jurídicas especializadas para prestar serviços por meio da realização de oficinas/aulas nas seguintes modalidades: Kung-Fu/Sanda, Desenho a lápis (grafite), Pintura em tela, Informática Básica, Língua Inglesa, com o intuito de atender às demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de São José das Palmeiras/PR.

Tipo de Licitação: Menor Preço POR ITEM;

• **Período de recebimento das propostas**: das 11h00min do dia 03/08/2026 até as 08h10min do dia 14/08/2026
• **Abertura e Julgamento das Propostas:** as 08h10min do dia 14/08/2026
• **Início Da Sessão De Disputa De Preços:** Às 08h40min Do Dia 14/08/2026

Referência de tempo: Horário De Brasília (DF).
Local: Portal Bolsa de Licitações do Brasil– BLL – www.bll.org.br "Acesso Identificado no link – licitações"
Edital: O Edital Estará Disponível Aos Interessados Para Download No Site Do Município:www.sjpalmeiras.pr.gov.br/ - Na Aba "Licitações".

São José das Palmeiras/PR, 31 de julho de 2026

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:C7B9B899

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 144/2026 - DESIGNA E CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO À SERVIDORA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 144/2026
DATA: 31 de julho de 2026

SÚMULA: Designa e concede gratificação de função à servidora municipal

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 23 da Lei Municipal 671/2022 e artigo 17 da Lei Municipal 686/2022

R E S O L V E

Art. 1º - Nomear a Senhora **ELENICE APARECIDA FARIA,** concursada no cargo de PROFESSORA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais para exercer a função de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEI) PROFESSORA LUCIANA BRUM, concedendo à mesma uma gratificação de função na ordem de 30% (trinta por cento).

Art. 2° - A nomeação ocorre após o resultado do processo de escolha homologado pelo edital 004/2026 de 06 de julho de 2026 e o mandato será no período de agosto/2026 a dezembro/2028.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando os efeitos da portaria 009/2026.
Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, Estado do Paraná em 31 de julho de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:2C887DE1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 145/2026 - DESIGNA E CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO À SERVIDORA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 145/2026
DATA: 31 de julho de 2026

SÚMULA: Designa e concede gratificação de função à servidora municipal

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 23 da Lei Municipal 671/2022 e artigo 17 da Lei Municipal 686/2022
R E S O L V E
Art. 1º - Nomear a Senhora **DIONE MARIA POERCH AMARAL,** concursada no cargo de PROFESSORA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais para exercer a função de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL REGENTE FEIJÓ – EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, concedendo à mesma uma gratificação de função na ordem de 30% (trinta por cento).
Art. 2° - A nomeação ocorre após o resultado do processo de escolha homologado pelo edital 004/2026 de 06 de julho de 2026 e o mandato será no período de agosto/2026 a dezembro/2028.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando os efeitos da portaria 008/2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, Estado do Paraná em 31 de julho de 2026

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:1724EC8C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 146/2026 - CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS

PORTARIA Nº 146/2026
DATA: 31 de julho de 2026

SÚMULA: Concede férias aos servidores municipais

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal 669/2022,
RESOLVE

Art. 1º Conceder férias aos servidores públicos municipais abaixo nominados

Nome	Matrícula	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
JULIO CEZAR FERRANTI	63561	Auxiliar Administrativo	2025 a 2026	03.08.2022 a 22.08.2026
NEURI MOURA DE LIMA	62681	Vigilante Sanitário	2025 a 2026	03.08.2026 a 17.08.2026

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, em 31 de julho de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:522FCCB6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 295/2026

DECRETO Nº 295/2026

SÚMULA – Inexigibilidade de licitação para contratação de serviços técnicos profissionais especializados e outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o parecer exarado pela assessoria jurídica do município,

D E C R E T A:

Art. 1º Nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações e Contratos), fica declarada INEXIGÍVEL a licitação para a Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviço de inscrição, organização e arbitragem para participação do Município nas etapas da Liga Esportiva da Melhor Idade durante o exercício de 2026, bem como para arbitragem das etapas dos Jogos Agarrado de Praia, efetivando-se a mediante contratação direta.

Art. 2º A entidade contratada é a **LIGA ESPORTIVA DA MELHOR IDADE – LEMI**, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.879.943/0001-89, e o valor a ser pago é **R$ 5.270,00 (cinco mil, duzentos e setenta reais)**.

Art. 3º Os recursos orçamentários para a cobertura da presente contratação dar-se-ão às expensas dos cofres da municipalidade, sendo o projeto codificado sob o nº:

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 50/2026 DE 30/07/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 136/2026
OBJETO: serviços esportivos e de eventos destinados à terceira idade
08.001.08.241.0026.2072. - MANUTENÇÃO DOS DIREITOS E PROTEÇÃO A PESSOA IDOSA
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERÇEIROS – PESSOA JURIDIVA
Fonte: 32066 - Programa Cuida Mais Paraná Envelhecimento Ativo e Saudável - Del. 005/2026

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 30 de julho de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:EABC462F

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 297/2026

DECRETO Nº 297/2026

SÚMULA – Resultado de credenciamento para contratação de pessoa física/urídica e outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o parecer exarado pela assessoria jurídica do município,

D E C R E T A:

Art. 1º Nos termos da Lei nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos), fica declarada INEXIGÍVEL a licitação **CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA/JURIDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA MÉDICA (CLÍNICO GERAL PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÃO), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ**, conforme classificação de Credenciamento nº 08/2026, efetivando-se-a mediante contratação direta.

Art. 2º Da classificação por ordem de protocolo:

ORD	PROTOCOLO	NOME	CNPJ:
01	6868	VERTICE GESTÃO DE CONTRATOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	66.430.492/0001-63
02	6869	3R GESTÃO EM SAÚDE LTDA	55.853.806/0001-14
03	6870	MEDICAL PRIME GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	43.403.587/0001-92
04	6872	JFF CLINICA MÉDICA LTDA	66.550.620/0001-02
05	6875	MARILIA S.H. SERVIÇOS MEDICOS LTDA	53.932.061/0001-53
06	6876	L A P MORAES SERVICOS MEDICOS	64.739.221/0001-69
07	6880	EQUIPE GESTÃO EM SAÚDE LTDA	46.602.691/0001-02
08	6883	ABMED LTDA	64.191.833/0001-69
09	6888	AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTADA	33.458.003/0001-22
10	6891	STEPHANIE DOS SANTOS MICHELETTI LTDA	50.978.284/0001-63
11	6893	AK SERVIÇOS MEDICOS LTDA	58.370.056/0001-18
12	6902	NORTE SUL SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA	19.850.311/0001-78
13	6903	SOCIEDADE PARANAENSE DE MEDICINA LTDA	37.092.326/0001-04
14	6904	AHAPS SAUDE LTDA / DAMASCENO – SERVIÇOS MEDICOS E HOSPITALARES	35.740.942/0001-90
15	6905	GUARNIERI SERVIÇOS MEDICOS LTDA	36.819.719/0001-04
16	6906	PVM SERVIÇOS MEDICOS LTDA	43.259.912/0001-95
17	6907	MJR MAGALHÃES JUNIOR SERVICOS MEDICOS LTDA	52.711.054/0001-69
18	6908	DORNELAS SERVIÇOS DE SAUDE LTDA	42.435.382/0001-26

DESCLASSIFICADO:

ORD	PROTOCOLO	NOME / CPF:	CARGO	MOTIVO:
	6878	M J R MAGALHÃES JR SERVIÇOS MEDICOS LTDA	Medico C. Geral Plantonista	*Não apresentou: Certidões FGTS; CNDT; Falência/Concordata;
	6894	INACIO SERVIÇOS MEDICOS LTDA	Medico C. Geral Plantonista	*Não apresentou: Anexos II ao VIII;

Art. 3º Os recursos orçamentários para a cobertura da presente contratação dar-se-ão às expensas dos cofres da municipalidade, sendo o projeto codificado sob o nº:
07.001.10.301.0022.2060 PAB - Programa de Atenção Básica
3.3.90.34.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO
3.3.90.36.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Pedro do Paraná-PR, 31 de julho de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:AB2CB896

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO 1° PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO DISPENSA Nº 58/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 132/2025
IDEUSO Nº 2025188

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE, CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, E A EMPRESA E V FONTOURA VIEIRA & VIEIRA LTDA – EPP, CNPJ/MF nº 37.476.249/0001-88, NOS TERMOS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 58/2025 – PMSPPR.

Cláusula Primeira – Nos termos do Art. 107 da Lei nº. 14.133/21, as partes resolvem prorrogar o prazo de vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses compreendidos pelo período de 16/07/2026 a 16/07/2027.
Cláusula Segunda – Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do contrato originário, datado de 16 de julho de 2025.

São Pedro do Paraná-PR, 16 de julho de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:8E980D16

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - DECRETO 286/2026

DECRETO Nº 286/2026

Súmula: Revoga o Decreto Municipal nº 154/2024 do Município de São Pedro do Paraná e dá outras providencias.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO que houve **REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO CAUTELAR** sob nº **429659/2026** instaurada pelo Ministério Público de Contas do Estado do Paraná, requerendo que o Município **promova a adequação de sua estrutura administrativa tributária**, inclusive mediante revisão da legislação local, de modo a instituir carreia específica compatível com o artigo 37, XXII, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná por meio do **Despacho nº 1089/2026**, recebeu integralmente a representação, contudo **indeferiu a cautelar requerida**;

CONSIDERANDO que para a presente decisão foram levadas em consideração os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas;

DECRETA:

Art. lº - Fica **REVOGADO** a partir do dia **01.08.2026** o **Decreto Municipal nº 154/2024** em seu inteiro teor, no qual designava o servidor **WILLIAN JOSE CARDOSO DE ANDRADE**, matrícula

sob nº 652, para *coordenar os serviços de Planejamento e Orçamento no Departamento de Contabilidade* desta municipalidade.

Art. 2° - Fica **ALTERADA A LOTAÇÃO** do servidor **WILLIAN JOSE CARDOSO DE ANDRADE**, titular do cargo efetivo de FISCAL GERAL B, matrícula sob nº 652, referido servidor passa a ter sua lotação de exercício transferida para o **DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO/FISCALIZAÇÃO** do Município de São Pedro do Paraná.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 01.08.2026.

Publique-se.

São Pedro do Paraná - PR, 29 de julho de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

(republicado por conter erro no nº do decreto)

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:AB51F8D1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - DECRETO 291/2026

DECRETO Nº 291/2026

SÚMULA: Designa Funcionário e dá outras providências.

Vanderlei Caetano de Castro, Prefeito Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

D E C R E T A

ART. 1º - Fica determinado a dobra de jornada da servidora senhora JOSIVANIA GALBIATI DA SILVA SUPTIL – Matrícula nº. 806, funcionária publica municipal do quadro de pessoal de emprego publico no cargo de PROFESSOR com jornada de 20hrs, em função do exercício de mais 20hrs de docência na Escola Municipal José Marques de Macedo, totalizando assim 40hrs, percebendo seus proventos de dobra de acordo com o que dispõe o Plano de Carreira do Profissional da Educação – Lei Municipal nº 56/2009.

ART. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná - Pr, 31 de julho de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:88C965D3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - DECRETO 292/2026

DECRETO Nº 292/2026

SÚMULA: Designa Funcionário e dá outras providências.

Vanderlei Caetano de Castro, Prefeito Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

D E C R E T A

ART. 1º - Fica determinado a dobra de jornada da servidora senhora ROSANGELA APARECIDA FERREIRA DATRI – Matrícula nº. 808, funcionária publica municipal do quadro de pessoal de emprego publico no cargo de PROFESSOR com jornada de 20hrs, em função do exercício de mais 20hrs de docência no CMEI Pequeno Polegar, totalizando assim 40hrs, percebendo seus proventos de dobra de acordo com o que dispõe o Plano de Carreira do Profissional da Educação – Lei Municipal nº 56/2009.

ART. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná - Pr, 31 de julho de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:5FDA7D93

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - DECRETO 293/2026

DECRETO Nº 293/2026

SÚMULA: Designa Funcionário e dá outras providências.

Vanderlei Caetano de Castro, Prefeito Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

D E C R E T A

ART. 1º - Fica determinado a dobra de jornada da servidora senhora SUELEM DA SILVA DE JESUS – Matrícula nº. 814, funcionária publica municipal do quadro de pessoal de emprego publico no cargo de PROFESSOR com jornada de 20hrs, em função do exercício de mais 20hrs de docência no CMEI Pequeno Polegar, totalizando assim 40hrs, percebendo seus proventos de dobra de acordo com o que dispõe o Plano de Carreira do Profissional da Educação – Lei Municipal nº 56/2009.

ART. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná - Pr, 31 de Julho de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:4D70BA6D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - DECRETO 294/2026

DECRETO Nº 294/2026

SÚMULA: Designa Funcionário e dá outras providências.

Vanderlei Caetano de Castro, Prefeito Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

D E C R E T A

ART. 1º - Fica determinado a dobra de jornada da servidora senhora MARIA FERNANDA MARINHO DA SILVA – Matrícula nº. 833, funcionária publica municipal do quadro de pessoal de emprego publico no cargo de PROFESSOR com jornada de 20hrs, em função do exercício de mais 20hrs de docência na Escola Municipal José Marques de Macedo, totalizando assim 40hrs, percebendo seus proventos de dobra de acordo com o que dispõe o Plano de Carreira do Profissional da Educação – Lei Municipal nº 56/2009.

ART. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná - Pr, 31 de julho de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:9B1FB3BF

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - DECRETO 296/2026

DECRETO Nº 296/2026

Súmula: Concede APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE, COM PROVENTOS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.

O PREFEITO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas por Lei, e
Considerando o processo de aposentadoria da servidora SUELI DE FATIMA LUNARDON GODOY

DECRETA
Art. 1º. Fica concedido a partir de 03/08/2026, a servidora **SUELI DE FATIMA LUNARDON GODOY**, brasileira, servidora público municipal, ocupante do cargo efetivo de agente de serviços gerais A, matrícula 320, residente e domiciliada na cidade de São Pedro do Paraná–PR, **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE, COM PROVENTOS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, constante dos **CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO** com fundamento no Art. 40, §1°, "b" da C.F/88.
Art. 2º. Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor de R$ 1.179,26 (Um mil, cento e setenta e nove reais e vinte e seis centavos), conforme cálculo de proventos e para efeitos de recebimento com fundamento no § 2°, do art. 40, da C.F./88, o valor de um salário-mínimo nacional.
Art. 3º - Os proventos de aposentadoria da servidora serão revistos nos termos do artigo § 8º do art. 40 da C.F./88.
Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Pedro do Paraná-PR, 31 de julho de 2026.

Registre-se e Publique-se.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:9552E984

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - DECRETO 298/2026

DECRETO N.º 298/2026

Súmula: Concede APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA INTEGRAL POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS.

Prefeito do Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas por Lei, e
Considerando o processo de aposentadoria voluntária integral, da servidora ANA PAULA CALHAU SERENATO.
D E C R E T A

Art. 1º - Fica concedido a partir de 03/08/2026, a servidora **ANA PAULA CALHAU SERENATO,** brasileira, servidora público municipal, ocupante do cargo efetivo de Professor Normalista, matricula nº 78, residente e domiciliada na cidade de São Pedro do Paraná-PR, **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS,** do cargo efetivo de professor normalista, constante dos **CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO** da Lei Municipal nº 1/1990, nos termos do art. 6º da E.C. 41/2003 c/c § 5º do art. 40 da C.F./88.
Art. 2º - Fica estipulado como proventos mensal de sua aposentadoria, o valor de R$6.612,07(seis mil, seiscentos e doze reais e sete centavos), conforme cálculo de proventos.
Art. 3º - Os proventos de aposentadoria da servidora serão revistos nos termos do artigo 7º da E.C. 47/2003.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná - Pr, em 31 de julho de 2026.

Registre-se e Publique-se

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:D69F703C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIAS LOA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA 2027

A Prefeita do Município de São Sebastião da Amoreira, senhora Exilaine Gaspar, no uso de suas atribuições e em atendimento a Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, artigo 48, § único, COMUNICA a população em geral que realizará AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, **para discussão, elaboração e apresentação do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027**.

DIA: 14 DE AGOSTO DE 2026;
LOCAL: CÂMARA DE VEREADORES;
HORÁRIO: 09:00.
ASSUNTO:
1 - APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ENVIADAS;
2 - ACOLHIMENTO DAS INDICAÇÕES DO CONSELHO TUTELAR EM ATENDIMENTO A LEGISLAÇÃO VIGENTE;
3 – ACOLHIMENTO DE DEMAIS INDICAÇÕES;

DIA: 27 DE AGOSTO DE 2026;
LOCAL: CÂMARA DE VEREADORES;
HORÁRIO: 09:00.
ASSUNTO:
1 – ENTREGA DA MINUTA DE PROJETO DE LEI E APRENTAÇÃO.

São Sebastião da Amoreira, 31 de julho de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

Publicado por:
Debora Kesia de Farias da Cruz
Código Identificador:F31890CD

DIVISÃO DE PESSOAL
DECRETO Nº 204/2026

Súmula: Nomeia candidatos aprovados em Concurso Público e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:
Art. 1º- Ficam nomeados os candidatos abaixo descritos, aprovados no concurso público Edital de Abertura Publicação nº 001/2024, Edital de Classificação Final Publicação nº18/2024 e Edital de Homologação Classificação Final Publicação nº19/2024

PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA– CLASSIFICAÇÃO GERAL –

NOME DO CANDIDATO	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
JESSICA AMANDA ALVES VEIGA	70,00	50º

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 31 de julho de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

CHRISTIANE F. BONARDI
Dir. do Depto de Rec. Humanos
Decreto nº 67/2026

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:B6DC71D9

DIVISÃO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 200/2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Tornar público o resultado do exame pré-admissional:

De acordo com Edital de Abertura Publicação nº 001/2024, Edital de Classificação Final Publicação nº18/2024 e Edital de Homologação Classificação Final Publicação nº19/2024, **o candidato abaixo relacionado, convocado através do Decreto Municipal nº196/2026, foi considerado apto com sua admissão a partir do dia 03 de Agosto de 2026.**

PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA– CLASSIFICAÇÃO GERAL –

NOME DO CANDIDATO	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
JESSICA AMANDA ALVES VEIGA	70,00	50º

Publica-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 31 de julho de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

CHRISTIANE F. BONARDI
Dir. do Depto de Rec. Humanos
Decreto nº 67/2026

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:DD405649

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 199/2026

DECRETO Nº 199/2026

OPrefeito MunicipalPaulo Maximiano de Souza Júnior**,** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Legislação, e,de conformidade com a Lei Municipal nº 336/1993 (Estatuto dos Servidores Municipais),

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio por Assiduidade a Servidora abaixo relacionada, conforme liberada pela Secretária Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de:

Servidor/Mat.	Período Aquisitivo	Período de Fluência
Josiane Luque de Oliveira mat. nº 557-1	01/04/2007 a 31/03/2012 01/04/2012 a 31/03/2017	06/08/2026 a 03/11/2026 04/11/2026 a 18/12/2026 OBS: 45 dias de fluência, para mat. 1 e 45 dias para mat 2
Josiane Luque de Oliveira mat. nº 557-2	09/02/2019 a 08/02/2024	06/08/2026 a 03/11/2026

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sapopema, 31 de julho de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:8FD4FAB9

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 200/2026

DECRETO Nº 200/2026

O Prefeito Municipal de Sapopema, Paulo Maximiano de Souza Junior, no uso de suas atribuições legais, e, de conformidade com o Decreto Municipal nº 005/2026.

R E S O L V E
Art. 1º - Convocar a Servidora lotada no cargo de Professor do Quadro de Servidores Público Municipal, Srª ISABELA PEIXOTO DO AMARAL MACIEL mat, nº 780-1 para jornada suplementar, para substituir a Srª JOSIANE LUQUE DE OLIVEIRA, Mat. nº 557-1, período de 03/08/26 a 18/12/2026.
Art. 2º - A Jornada Suplementar acima referenciada extingue-se automaticamente pelo decurso de seu prazo de exercício no ano letivo, tendo em vista sua natureza excepcional e quando cessada a razão determinante da convocação, conforme Decreto acima.
Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sapopema, 31 de julho de 2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:82D385F6

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 201/2026

DECRETO Nº 201/2026

O Prefeito Municipal de Sapopema, Paulo Maximiano de Souza Junior, no uso de suas atribuições legais, e, de conformidade com o Decreto Municipal nº 005/2026.

R E S O L V E

Art. 1º - Convocar a Servidora lotada no cargo de Professor do Quadro de Servidores Público Municipal, Srª Srª Iona Francine Rodrigues de Oliveira mat, nº 7327-1, para jornada suplementar, para substituir a Srª Laudiceia Gonçalves Farias, aposentada.
Art. 2º - A Jornada Suplementar acima referenciada extingue-se automaticamente pelo decurso de seu prazo de exercício no ano letivo, tendo em vista sua natureza excepcional e quando cessada a razão determinante da convocação, conforme Decreto acima.
Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sapopema, 31 de julho de 2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:83427BC0

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 124/2025

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 124/2025

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2025

TERMO ADITIVO AO CONTRATO 124/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL E A EMPRESA SUBTIL COMPANY LTDA.

O **MUNICÍPIO DE SAPOPEMA - ESTADO DO PARANÁ**, com sede na Avenida Manoel Ribas, 858, na cidade de Sapopema/Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo sr. **Paulo Maximiano de Souza Junior,** Prefeito Municipal, nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula nº 80421, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa

SUBTIL COMPANY LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede na e foro na Avenida: Antônio Cunha, 246, fundos - Centro, CEP: 84.280-000, Curiúva Paraná, inscrita no CNPJ sob o n.º 48.809.208/0001-82, telefone (43) 99122-7614, e-mail subtil.limitada@gmail.com, neste ato representado pelo Sr. **Osvaldo Bento Subtil Junior**, brasileiro, maior, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação, sob o n.º 06166340025 e CPF sob o n.º 102.997.739-90, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de Prazo de Vigência e de Execução**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação dos prazos de vigência e de execução do Contrato nº 124/2025, nos termos da legislação aplicável e da justificativa técnica constante dos autos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA
2.1. Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 124/2025 por mais 160 (cento e sessenta) dias, passando seu término para 10 de novembro de 2026.

2.2. Fica prorrogado o prazo de execução contratual por mais 140 (cento e quarenta) dias, passando seu término para 11 de setembro de 2026, conforme justificativa técnica e parecer jurídico favorável constantes do processo administrativo.

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO
3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato, naquilo que não contrariem o presente Termo Aditivo.

CLAÚSULA QUARTA – DO FORO
4.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Curiúva-PR com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Termo Aditivo e Contrato que não puderam ser resolvidos pelas partes.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

Sapopema/PR, 24 de abril de 2026.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:2DA23DE3

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 183/2025

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 183/2025

Pregão Eletrônico nº 34/2025

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 183/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL E A EMPRESA SILVAGAS COMERCIO E TRANSPORTES DE GAS LTDA.

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, 858, na cidade de Sapopema/Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº . 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo ***SR. PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR, Prefeito Municipal***, nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula nº 80421, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa **SILVAGÁS COMERCIO TRANSPORTES DE GAS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Santo Antônio da Platina -PR à Rua Afonso Pena, 344, Bairro: Centro- CEP:86.430-000. Telefone (43) 35344994 – e-mail: silvagas.nortepioneiro@gmail.com . Devidamente inscrita no CNPJ: sob nº 82.008.574/0001-70, neste ato representada pela Sra. Edneia Sheina da Silva Watanabe, brasileira, maior, portadora do CPF: Nº 035.077.669-57 e RG nº 8.384.692-5, residente e domiciliada na cidade de Santo Antônio da Platina –PR, conforme registro nº 4120229699, tendo em vista o que consta no Registro da Junta Comercial e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de Prazo**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato, conforme o Art. 125 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
2.1. Na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021, Fica prorrogado a vigência do contrato nº 183/2025 até o dia 31 de julho de 2027

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO
3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLAÚSULA QUARTA - As partes elegem o Foro da Comarca de Curiúva-Pr com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Termo Aditivo e Contrato que não puderam ser resolvidos pelas partes.

Sapopema Pr, 31 dias de julho de 2026.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:61C13ADA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 110/2024

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 110/2024
Pregão Eletrônico nº 18/2024.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 110/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL E A EMPRESA A. DE OLIVEIRA PONCE FISIOTERAPEUTA.

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, 858, na cidade de Sapopema/Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº . 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo ***SR. PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR, Prefeito Municipal***, nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula nº 80421, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa **A. DE OLIVEIRA PONCE FISIOTERAPEUTA**, *inscrita no CNPJ/MF sob o nº* 22.025.842/0001-30, *sediado* na cidade de São Jerônimo da Serra/PR à R CLAUDIO FERREIRA DA COSTA, 209 - CEP: 86270000 - BAIRRO: CENTRO telefone 43 991310817, e-mail alexponce456@hotmail.com , doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado por* ALEX DE OLIVEIRA PONCE, brasileiro, maior, empresário, portador do C.P.F. nº 041.558.579-10 e RG nº 82412638, representante legal, *conforme atos constitutivos da empresa*, tendo em vista o que consta no Registro da Junta Comercial e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de Valor**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência, e o acréscimo do valor, conforme o Art. 125 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO
2.1 Na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, fica prorrogado a vigência do contrato nº 110/2024 para mais 12 meses, a findar-se dia 03/07/2027. Conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR
3.1. Em conformidades com a Lei nº 14.133/2021, fica acrescido o valor total de R$ 72.378,84 (setenta e dois mil, trezentos e setenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), referente ao lote 01 (Nutricionista) do contrato nº 110/2024. Justifica-se o valor para a prestação de serviços nos próximos 12 meses, sendo referente a carga horária de 40horas semanais do lote nº 01.

CLÁUSULA QUARTA – RATIFICAÇÃO
3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLAÚSULA QUINTA - As partes elegem o Foro da Comarca de Curiúva-Pr com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Termo Aditivo e Contrato que não puderam ser resolvidos pelas partes.
Sapopema Pr,03 de julho de 2026.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:CA732BFF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
PORTARIA Nº 112/2026

Concede dispensa de expediente ao servidor Wesley Henrique Sanguino para frequência em curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Contábeis.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso da atribuição que lhe confere, conforme trata o art. 33 da Resolução nº 2, de 31 de março de 2022, resolve:

Art. 1º Conceder dispensa de expediente nas segundas-feiras e terças-feiras ao servidor Wesley Henrique Sanguino, ocupante do cargo de Auxiliar Legislativo, matrícula nº 139, inscrito no CPF sob nº XXX.884.XXX-XX, para frequência em curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Contábeis, em razão do cumprimento dos requisitos previstos no art. 154 da Lei Complementar nº 10, de 27 de dezembro de 1992, conforme especificado a seguir:

I - o servidor conta com mais de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício no serviço público municipal;

II - o curso possui pertinência direta com as atribuições do cargo ocupado, contribuindo para o aprimoramento das atividades desempenhadas, sendo considerado de interesse da Administração; e

III - o curso é realizado em local de fácil acesso ao Município de Sarandi, enquadrando-se na hipótese prevista no § 3º do art. 154 da Lei Complementar nº 10, de 27 de dezembro de 1992.

Art. 2º A dispensa de expediente será concedida exclusivamente pelo tempo necessário à frequência regular do curso, conforme cronograma acadêmico, às segundas-feiras e terças-feiras, durante o período de realização do curso, compreendido entre 3 de agosto de 2026 e 30 de novembro de 2026, abrangendo a integralidade do expediente, nos seguintes termos:

I - às segundas-feiras, nos dias 3, 10 e 24 de agosto, 21 de setembro, 5 e 19 de outubro e 9, 16 e 30 de novembro; e

II - às terças-feiras, em todos os dias compreendidos entre 3 de agosto de 2026 e 30 de novembro de 2026.

Art. 3º A dispensa de expediente ora concedida não acarretará prejuízo à remuneração do servidor, devendo este apresentar, periodicamente, junto à Divisão de Gestão de Pessoas e Recursos Humanos, comprovação de matrícula, frequência e aproveitamento no curso.

Parágrafo único. Ao término do curso, o servidor deverá apresentar comprovação final de conclusão, frequência e aproveitamento, sob pena de ressarcimento integral ao erário das despesas decorrentes do afastamento, nos termos do § 4º do art. 154 da Lei Complementar nº 10, de 27 de dezembro de 1992.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sarandi, 31 dias do mês de julho de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara
[Assinado Digitalmente]

Publicado por:
Marlon Bif
Código Identificador:59C26775

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
PORTARIA Nº 113/2026

Exonera o servidor Eduardo Gralik Conte.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso da atribuição que lhe confere, conforme trata o art. 33 da Resolução nº 2, de 31 de março de 2022, resolve:
Art. 1º Exonerar, de ofício, o servidor Eduardo Gralik Conte, matrícula nº 1.100, inscrito no CPF nº XXX.911.XXX-XX, ocupante do cargo em comissão de Assessor Legislativo, lotado no gabinete do vereador Belmiro da Silva Farias, nomeado pela Portaria nº 10, de 3 de janeiro de 2025, com fundamento no inciso I do art. 51 da Lei Complementar nº 10, de 27 de dezembro de 1992.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 1º de agosto de 2026.

Câmara Municipal de Sarandi, 31 dias do mês de julho de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara
[Assinado Digitalmente]

Publicado por:
Marlon Bif
Código Identificador:404B7CF4

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
PORTARIA Nº 114/2026

Nomeia Maycon Alan Luizon para o cargo de Assessor Legislativo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso da atribuição que lhe confere, conforme trata o art. 33 da Resolução nº 2, de 31 de março de 2022, resolve:

Art. 1º Nomear Maycon Alan Luizon, inscrito no CPF nº XXX.382.XXX-XX, para exercer o cargo de Assessor Legislativo, simbologia AL, lotado no gabinete do vereador Belmiro da Silva Farias, com fundamento no inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº 10, de 27 de dezembro de 1992.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sarandi, 31 dias do mês de julho de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara
[Assinado Digitalmente]

Publicado por:
Marlon Bif
Código Identificador:93EA5C8F

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
PORTARIA Nº 115/2026

Concede horário especial de trabalho aos servidores que especifica.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso da atribuição que lhe confere, conforme trata o art. 33 da Resolução nº 2, de 31 de março de 2022, resolve:

Art. 1º Conceder horário especial de trabalho aos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo e em comissão, bem como aos designados para funções gratificadas:

I - Cargos de provimento efetivo e em comissão:

a) Assessor de Comunicação Digital;

b) Assessor Jurídico;

c) Assessor de Tecnologia da Informação;

d) Auxiliar de Serviços Gerais; e

e) Operador de Áudio e Webdesigner.

II – Funções gratificadas:

a) Coordenador de Assistência Legislativa; e

b) Encarregado do Plenário.

Art. 2º O horário especial de trabalho será aplicado nos dias de realização das Sessões Ordinárias da Câmara Municipal de Sarandi, devendo os servidores mencionados no art. 1º desta Portaria cumprir jornada até o encerramento dos respectivos trabalhos legislativos, em atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 1º da Resolução nº 5, de 9 de agosto de 2010.

Art. 3º Nos dias de realização das Sessões Ordinárias, os servidores abrangidos por esta Portaria poderão iniciar sua jornada em horário diferenciado, considerando a necessidade de permanência até o encerramento dos trabalhos, sem prejuízo do cumprimento da jornada diária de 6 (seis) horas.

Art. 4º O horário especial de trabalho previsto nesta Portaria fica condicionado ao efetivo comparecimento e permanência do servidor durante toda a realização da Sessão Ordinária para a qual tenha sido designado.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sarandi, 31 dias do mês de julho de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara
[Assinado Digitalmente]

Publicado por:
Marlon Bif
Código Identificador:83C0C0F4

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
PORTARIA Nº 116/2026

Autoriza a concessão de diárias ao servidor Wesley Henrique Sanguino.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso da atribuição que lhe confere, conforme trata o art. 33 da Resolução nº 2, de 31 de março de 2022, resolve:

Art. 1º Autorizar a concessão de diárias em favor do servidor Wesley Henrique Sanguino, inscrito no CPF sob nº XXX.884.XXX-XX, ocupante do cargo de Auxiliar Legislativo da Câmara Municipal de Sarandi, para custeio de despesas decorrentes de viagem oficial, nos termos da Lei Municipal nº 3.124, de 5 de fevereiro de 2026.

Art. 2º O montante total das diárias concedidas é de R$ 1.975.00 (mil novecentos e setenta e cinco reais), correspondente a 2 (duas) diárias, no valor unitário de R$ 790,00 (setecentos e noventa reais), e ½ (meia) diária, no valor unitário de R$ 395,00 (trezentos e noventa e cinco reais), conforme disposto no Anexo I da Lei Municipal nº 3.124,

de 5 de fevereiro de 2026, destinadas à participação em curso de capacitação na cidade de Cascavel/PR.

Art. 3º A viagem à cidade de Cascavel/PR tem como objetivo a participação no curso "Licitações Eletrônicas: Seleção do Fornecedor na Lei nº 14.133/2021 - Formação de Agentes de Contratação, Pregoeiros e Equipe de Apoio, com Prática no Compras.gov.br e Uso da Inteligência Artificial (IA)", promovido pela empresa Nádia Aparecida Dall Agnol - Consultoria, nos dias 4 a 6 de agosto de 2026, com carga horária total de 20 horas.

Parágrafo único. O valor da inscrição para participação no curso referido no caput deste artigo corresponde a R$ 2.650,00 (dois mil seiscentos e cinquenta reais), conforme Processo Administrativo nº 20/2026-CMS.

Art. 4º A previsão de deslocamento compreende:

I - saída da sede da Câmara Municipal de Sarandi/PR, no dia 4 de agosto de 2026, às 4h00, com chegada prevista em Cascavel/PR às 8h30; e

II - retorno no dia 6 de agosto de 2026, com saída da cidade de Cascavel/PR às 13h30 e chegada prevista na sede da Câmara Municipal de Sarandi/PR às 18h00.

§ 1º O deslocamento será realizado por meio de transporte oficial.

Art. 5º O pagamento das diárias será realizado previamente ao deslocamento, conforme dispõe o art. 16 da Lei Municipal nº 3.124, de 5 de fevereiro de 2026, não havendo concessão de adiantamento adicional.

Art. 6º O destino da viagem localiza-se a uma distância aproximada de 275 km, considerando o trajeto entre o Município de Sarandi/PR (local de lotação) e a cidade de Cascavel/PR.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sarandi, 31 dias do mês de julho de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara
[Assinado Digitalmente]

Publicado por:
Marlon Bif
Código Identificador:6F1BA6D5

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
PORTARIA Nº 117/2026

Autoriza a concessão de diárias ao servidor Alex Francisco de Souza.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso da atribuição que lhe confere, conforme trata o art. 33 da Resolução nº 2, de 31 de março de 2022, resolve:

Art. 1º Autorizar a concessão de diárias em favor do servidor Alex Francisco de Souza, inscrito no CPF sob nº XXX.678.XXX-XX, ocupante do cargo de Auxiliar Legislativo da Câmara Municipal de Sarandi, para custeio de despesas decorrentes de viagem oficial, nos termos da Lei Municipal nº 3.124, de 5 de fevereiro de 2026.

Art. 2º O montante total das diárias concedidas é de R$ 1.975.00 (mil novecentos e setenta e cinco reais), correspondente a 2 (duas) diárias, no valor unitário de R$ 790,00 (setecentos e noventa reais), e ½ (meia) diária, no valor unitário de R$ 395,00 (trezentos e noventa e cinco reais), conforme disposto no Anexo I da Lei Municipal nº 3.124, de 5 de fevereiro de 2026, destinadas à participação em curso de capacitação na cidade de Cascavel/PR.

Art. 3º A viagem à cidade de Cascavel/PR tem como objetivo a participação no curso "Licitações Eletrônicas: Seleção do Fornecedor na Lei nº 14.133/2021 - Formação de Agentes de Contratação, Pregoeiros e Equipe de Apoio, com Prática no Compras.gov.br e Uso da Inteligência Artificial (IA)", promovido pela empresa Nádia Aparecida Dall Agnol - Consultoria, nos dias 4 a 6 de agosto de 2026, com carga horária total de 20 horas.

Parágrafo único. O valor da inscrição para participação no curso referido no caput deste artigo corresponde a R$ 2.650,00 (dois mil seiscentos e cinquenta reais), conforme Processo Administrativo nº 20/2026-CMS.

Art. 4º A previsão de deslocamento compreende:

I - saída da sede da Câmara Municipal de Sarandi/PR, no dia 4 de agosto de 2026, às 4h00, com chegada prevista em Cascavel/PR às 8h30; e

II - retorno no dia 6 de agosto de 2026, com saída da cidade de Cascavel/PR às 13h30 e chegada prevista na sede da Câmara Municipal de Sarandi/PR às 18h00.

§ 1º O deslocamento será realizado por meio de transporte oficial.

Art. 5º O pagamento das diárias será realizado previamente ao deslocamento, conforme dispõe o art. 16 da Lei Municipal nº 3.124, de 5 de fevereiro de 2026, não havendo concessão de adiantamento adicional.

Art. 6º O destino da viagem localiza-se a uma distância aproximada de 275 km, considerando o trajeto entre o Município de Sarandi/PR (local de lotação) e a cidade de Cascavel/PR.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sarandi, 31 dias do mês de julho de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara
[Assinado Digitalmente]

Publicado por:
Marlon Bif
Código Identificador:957C563C

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal, o Sr. Dionizio Aparecido Viaro, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Lei Municipal 3.008, de 2024, e demais alterações posteriores, à vista do parecer conclusivo exarado pela Divisão de Compras e Licitações, resolve:
01 - RATIFICAR E HOMOLOGAR a presente Inexigibilidade de Licitação nestes termos:
A) PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 20/2026-CMS
B) INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 3/2026-CMS
C) BASE LEGAL: Art. 74, inciso III, alínea f, da Lei n°14.133, de 2021.
D) OBJETO HOMOLOGADO: Contratação, mediante inexigibilidade de licitação, da empresa Nádia Aparecida Dall Agnol – Consultoria, inscrita no CNPJ: 12.095.355/0001-90, para ministrar o de curso de capacitação denominado "Licitações Eletrônicas: Seleção do Fornecedor na Lei nº 14.133/2021 – Formação de Agentes de Contratação, Pregoeiros e Equipe de Apoio, com Prática no Compras.gov.br e Uso da Inteligência Artificial (IA)", a ser realizado nos dias 04, 05 e 06 de agosto de 2026, na cidade de Cascavel/PR, destinado à formação de 2 servidores da Câmara Municipal de Sarandi ocupantes da função de Agentes de Contratação, conforme condições e características mínimas estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

Item	Descrição Detalhada	Unidade de medida	Qtd.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	"Licitações Eletrônicas: Seleção do	inscrição	2	R$2.650,00	R$5.300,00

	Fornecedor na Lei nº 14.133/2021 – Formação de Agentes de Contratação, Pregoeiros e Equipe de Apoio, com Prática no Compras.gov.br e Uso da Inteligência Artificial (IA)", a ser realizado nos dias 04, 05 e 06 de agosto de 2026, na cidade de Cascavel/PR.Preço da inscrição: R$ 2.650,00				

E) VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$5.300,00 (cinco mil e trezentos reais)
02 - AUTORIZAR a emissão do Contrato e/ou Nota(s) de Empenho correspondentes ao Processo Administrativo 20/2026-CMS.
Sarandi, 31 de julho de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara Municipal de Sarandi

Publicado por:
Wesley Henrique Sanguino
Código Identificador:0D213149

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026 – PMS UASG 988461 - CONTRATAÇÃO: 988461-17/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada em obras de Engenharia/Arquitetura para reforma da cobertura da Unidade Básica de Saúde (UBS) Pioneiro Jaime Aparecido da Costa – Jd. das Flores, incluindo todos os serviços, materiais, equipamentos, mão de obra, fornecimentos e demais elementos necessários à entrega da obra devidamente concluída, em conformidade com os projetos arquitetônicos e complementares, memoriais descritivos, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e especificações técnicas elaboradas pela Secretaria Municipais de Urbanismo e de Saúde de Sarandi/PR, nos termos da(s) tabela(s) abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
Data e horário de abertura da Sessão: **dia 20 de agosto de 2026 às 09:00 horas**.
Local: https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=98846103000172026
As informações complementares e o edital completo poderão ser obtidos no departamento de licitações compras e patrimônio – Paço Municipal – Fone: (44) 3264-8600.
E-mails: licitacao@sarandi.pr.gov.br, pregoeiro2@sarandi.pr.gov.br
O edital completo poderá ser retirado nos sites: www.comprasgovernamentais.gov.br, Portal Transparência e http://www.sarandi.pr.gov.br.

Sarandi, 31 de julho de 2026.

RENATO MACEDO FERREIRA
Agente de Contratações

Publicado por:
Renato Macedo Ferreira
Código Identificador:1565E5C6

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
PORTARIA Nº 2437/2026

SÚMULA: Designa servidor para fiscal de contrato, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor municipal, abaixo relacionado, com a finalidade de responder pelo acompanhamento e fiscalização durante a execução do contrato para **"Aquisição de BONÉS PERSONALIZADOS para atender a solicitação da Secretaria Municipal de Educação de Sarandi/PR, para serem utilizados no desfile cívico em comemoração ao aniversário do Município",** em sua respectiva Secretaria, até o término do contrato que der causa a criação desta**:**

NOME	FUNÇÃO	LOTAÇÃO/SECRETARIA
SIDERLENE DE SOUZA	FISCAL	EDUCAÇÃO

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 31 de julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:5D934F21

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º 1206/2026

SÚMULA: EXONERA ANTONIO GONCALVES MENDES, na forma que especifica

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica exonerado **ANTONIO GONCALVES MENDES,** portador do C.P.F. n.º XXX.326.XXX-04, do cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO DO GABINETE DO PREFEITO, Símbolo CC-4, subordinado ao Gabinete.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 236/2025 de 06 de março de 2025, este Decreto entra em vigor com efeito a partir de 31 de julho de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 21 de Julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:035342AE

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
DECRETO N.º 1207/2026

SÚMULA: EXONERA CLODOALDO FAUSTINO, na forma que especifica

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica exonerado **CLODOALDO FAUSTINO,** portador do C.P.F. n.º XXX.117.XXX-91, do cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, Símbolo CC-4, subordinado a Secretaria Municipal do Esporte e Lazer - SESP.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 225/2025 de 27 de fevereiro de 2025, este Decreto entra em vigor com efeito a partir de 31 de julho de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 21 de julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:0EC5EBBA

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
DECRETO N.º 1209/2026

SÚMULA: EXONERA ELISANGELA RUELA, na forma que especifica

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005 e 441/2023.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica exonerada **ELISANGELA RUELA,** portadora do C.P.F. n.º XXX.434.XXX-61, do cargo de Provimento em Comissão de COORDENADORA ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Símbolo CC-1, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 1090/2026 de 20 de maio de 2026, este Decreto entra em vigor com efeito a partir de 31 de julho de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 21 de julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:05884DD5

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º 1211/2026

SÚMULA: EXONERA IRENI MOURA FARIAS, na forma que especifica

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica exonerada **IRENI MOURA FARIAS,** portadora do C.P.F. n.º XXX.020.XXX-78, do cargo de Provimento em Comissão de CHEFE DE DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO, Símbolo CC-3, subordinada a Secretaria Municipal de Saneamento e Meio Ambiente.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 618/2025 de 19 de agosto de 2025, este Decreto entra em vigor com efeito a partir de 31 de julho de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 21 de julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:0B6E35C7

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º 1212/2026

SÚMULA: EXONERA JAIRO XAVIER DE MACEDO, na forma que especifica

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica exonerado **JAIRO XAVIER DE MACEDO,** portador do C.P.F. n.º XXX.879.XXX-91, do cargo de Provimento em Comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR, Símbolo CC-3, subordinado a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 222/2025 de 25 de fevereiro de 2025, este Decreto entra em vigor com efeito a partir de 31 de julho de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 21 de julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:BB7D4B7A

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º 1213/2026

SÚMULA: EXONERA JOSE NATAL SANTIAGO, na forma que especifica

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica exonerado **JOSE NATAL SANTIAGO,** portador do C.P.F. n.º XXX.622.XXX-00, do cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS, Símbolo CC-3, subordinado ao Gabinete.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 1081/2026 de 15 de maio de 2026, este Decreto entra em vigor com efeito a partir de 31 de julho de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 21 de julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:5F9D0120

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º 1217/2026

SÚMULA: EXONERA VALDIR PERRI, na forma que especifica

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica exonerado **VALDIR PERRI,** portador do C.P.F. n.º XXX.909.XXX-00, do cargo de Provimento em Comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE ESTR E FUNC DO ENSINO, Símbolo CC-3, subordinado a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 483/2025 de 10 de junho de 2025, este Decreto entra em vigor com efeito a partir de 31 de julho de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 21 de julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:B1328832

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º 1219/2026

SÚMULA: EXONERA DANIELE CRISTINE ALEGRE PEREIRA, na forma que especifica

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005 e 297/2014.

D E C R E T A
Art. 1º - Fica exonerada **DANIELE CRISTINE ALEGRE PEREIRA,** portadora do C.P.F. n.º XXX.418.XXX-89, do cargo de Provimento em Comissão de COORD. DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO COMPRAS E PATRIMÔNIO, Símbolo CC-1, subordinada a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 1115/2026 de 02 de junho de 2026, este Decreto entra em vigor com efeito a partir de 31 de julho de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 21 de julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:480CA1C0

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º 1238/2026

SÚMULA: EXONERA ALTEMIR CESAR DA ROCHA, na forma que especifica

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica exonerado **ALTEMIR CESAR DA ROCHA,** portador do C.P.F. n.º XXX.341.XXX-53, do cargo de Provimento em Comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE ENDEMIAS, Símbolo CC-3, subordinado a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 395/2025 de 12 de maio de 2025, este Decreto entra em vigor com efeito a partir de 31 de julho de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 31 de julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:ADFEAC0A

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º 1242/2026

SÚMULA: EXONERA ANA PAULA WORUBY MARQUES, na forma que especifica

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica exonerada **ANA PAULA WORUBY MARQUES,** portadora do C.P.F. n.º XXX.527.XXX-22, do cargo de Provimento em Comissão de CHEFE DA DIVISÃO DO ESPORTE E LAZER FEMININO, Símbolo CC-3, subordinada a Secretaria Municipal do Esporte e Lazer - SESP.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 357/2025 de 23 de abril de 2025, este Decreto entra em vigor com efeito a partir de 31 de julho de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 31 de julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:5B8901E6

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º 1244/2026

SÚMULA: EXONERA MARLY DE AGUIAR PERRI, na forma que especifica

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica exonerada **MARLY DE AGUIAR PERRI,** portadora do C.P.F. n.º XXX.373.XXX-91, do cargo de Provimento em Comissão de ASSESSORA DE DEPARTAMENTO, Símbolo CC-4, subordinada ao Gabinete.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 166/2025 de 12 de fevereiro de 2025, este Decreto entra em vigor com efeito a partir de 31 de julho de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 31 de julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:8A4ED64B

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2399/2026

SÚMULA: Designa servidores para gestão de contratos, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:
RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores municipais, abaixo, com a finalidade de responderem pela gestão dos contratos firmados pelo Município, na área de atuação da Secretaria de **Saúde**:

Matricula	Nome	CPF
8901	**Renata Maria Simoes da Costa**	059.XXX.514-XX

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria Nº 2307/2026, esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sarandi, 23 de Julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaine Martins de Paulo
Código Identificador:CA7F183E

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2400/2026

SÚMULA: Revoga a Portaria nº 1194/2025, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma da Lei Complementar 010/92, do Estatuto dos Servidores do Município de Sarandi.

R E S O L V E:

Art. 1º - Revogar, em todo o seu teor, a Portaria de Nº 1194/2025 de 04 de Setembro de 2025, que concedia ao servidor municipal **WILLIAM VINICIUS RIBEIRO**, matrícula 9190, cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, gratificação Mensal de 15% (quinze por cento) sobre o vencimento básico do cargo de Contador, para o desempenho da função de **GESTOR DE CONTRATOS,** símbolo **GEE-05**, na Secretaria Municipal de Saíde.

Art. 2º Revogadas disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 23 de Julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaine Martins de Paulo
Código Identificador:43906339

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2402/2026

SÚMULA: Designa servidor municipal, na forma que específica .

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi/PR, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar 10/92 e 2859/2022.

R E SO L V E:

Art. 1º Designar a servidora **RENATA MARIA SIMOES DA COSTA,** matrícula 8901, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, lotada e subordinada à Secretaria de Saúde, para o desempenho da função de **GESTOR DE CONTRATOS**, símbolo GEE-05.

Art. 2º Fica concedido à servidora, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar 2859/2022, e seus anexos, uma gratificação mensal de 15% (quinze por cento), sobre o vencimento básico do cargo de Contador, a título de Função Gratificada.

Art. 3° Fica vedada a acumulação na remuneração de qualquer outra gratificação aos beneficiários de funções gratificadas que não os especificados em Lei.

Art. 4º Revogadas disposições em contrário, esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sarandi, 23 de Julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaine Martins de Paulo
Código Identificador:0490415C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SENGÉS comunica que se encontra instaurado a licitação abaixo especificada:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 069/2026
(Processo Licitatório n.º 140/2026)

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de brinquedos

VALOR MÁXIMO TOTAL: R$ 72.091,48 (setenta e dois mil e noventa e um reais e quarenta e oito centavos.)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço UNITÁRIO por lote.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 08h00min do dia 17 de agosto de 2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 08h00min do dia 17 de agosto de 2026.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 08h30min do 17 de agosto de 2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (bllcompras.com)

Informações Gerais: O Edital e suas alterações encontram-se à disposição dos interessados por meio do site www.senges.pr.gov.br. Mais informações poderão ser obtidas mediante telefone (43) 3567-1400 ou no endereço eletrônico: deptolicitacao@senges.pr.gov.br.

31/07/2026

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:1FCA5C5A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SENGÉS comunica que se encontra instaurado a licitação abaixo especificada:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026
(Processo Licitatório n.º157/2026)

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de serralheria e solda em geral com fornecimento de material e equipamentos,

VALOR MÁXIMO TOTAL: R$ 214.362,40 (duzentos e quatorze mil trezentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço UNITÁRIO por lote.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 08h00min do dia 19 de agosto de 2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 08h00min do dia 19 de agosto de 2026.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 08h30min do 19 de agosto de 2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (bllcompras.com)

Informações Gerais: O Edital e suas alterações encontram-se à disposição dos interessados por meio do site www.senges.pr.gov.br. Mais informações poderão ser obtidas mediante telefone (43) 3567-1400 ou no endereço eletrônico: deptolicitacao@senges.pr.gov.br.

31/07/2026

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:02F8C9E9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

CREDENCIAMENTO N.º 002/2024 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 037/2024.

OBJETO: A presente chamada pública tem por objeto o Credenciamento de pessoa jurídica e MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) para a para prestação de serviços, incluindo somente a MÃO DE OBRA para realização de pequenos reparos, objetivando a manutenção e conservação de prédios públicos (escolas, creches, quadras poliesportivas, prédios administrativos, etc), conforme especificações, quantidades e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência anexo ao edital.
Homologo e Adjudico a Decisão da Comissão Permanente de Licitação, que considerou o fornecedor abaixo listado como **CREDENCIADO**:

GALAMA SERVIÇOS LTDA, inscrita no **CNPJ n.º 64.496.560/0001-61**, para fornecer os seguintes serviços:

ITEM	UNI	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	COLOCAÇÃO
01	HORA	SERVIÇO DE PEDREIRO	R$ 23,09	21º COLOCADO
02	HORA	SERVIÇO DE ELETRICISTA.	R$ 22,32	16º COLOCADO
03	HORA	SERVIÇO DE PINTOR	R$ 23,90	21º COLOCADO
04	HORA	SERVIÇO DE SERVENTE	R$ 16,27	20º COLOCADO
05	HORA	SERVIÇO DE ENCANADOR	R$ 23,81	13º COLOCADO
06	HORA	SERVIÇO DE CARPINTEIRO	R$ 23,90	15º COLOCADO
07	HORA	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM AR CONDICIONADO	R$ 90,00	08º COLOCADO
08	HORA	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM CAMERAS DE MONITORAMENTO	R$ 150,00	05º COLOCADO
09	HORA	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM TELEFONIA	R$ 130,00	05º COLOCADO

Sengés, 31 de Julho de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:353854D4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 020/2026 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 097/2026.

OBJETO: Contratação das empresas devidamente credenciadas no processo de credenciamento n.º 002/2024 para os lotes 01 aos 06, cujo objeto é a prestação de serviços incluindo somente **MÃO DE OBRA** para realização de pequenos reparos, objetivando a manutenção e conservação de prédios públicos (escolas, creches, quadras poliesportivas, prédios administrativos, etc.), conforme requerido e justificado pelas **SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, AGRICULTURA E PECUÁRIA, EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO, SERVIÇOS URBANOS E ADMINISTRAÇÃO E MEIO AMBIENTE.**

Homologo e Adjudico a Decisão da Comissão Permanente de Licitação, que considerou o fornecedor abaixo listado como **CREDENCIADO**:

GALAMA SERVIÇOS LTDA - inscrito no CNPJ N.º 64.496.560/0001-61, fornecer os seguintes serviços:

ITEM	UNI.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	COLOCAÇÃO
01	H	SERVIÇO DE PEDREIRO	R$ 23,09	21º COLOCADO
02	H	SERVIÇO DE ELETRICISTA.	R$ 22,32	16º COLOCADO
03	H	SERVIÇO DE PINTOR	R$ 23,90	21º COLOCADO
04	H	SERVIÇO DE SERVENTE	R$ 16,27	20º COLOCADO
05	H	SERVIÇO DE ENCANADOR	R$ 23,81	13º COLOCADO
06	H	SERVIÇO DE CARPINTEIRO	R$ 23,90	15º COLOCADO

Sengés, 31 de Julho de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:F5B2E097

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 008/2025 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 054/2025.

OBJETO: Contratação das empresas devidamente credenciadas no processo de credenciamento n.º 002/2024, cujo objeto é a prestação de serviços incluindo somente mão de obra para realização de pequenos reparos, objetivando a manutenção e conservação de prédios públicos (escolas, creches, quadras poliesportivas, prédios administrativos, etc), conforme requerido e justificado pelas **SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, AGRICULTURA E PECUÁRIA, EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO, SERVIÇOS URBANOS E ADMINISTRAÇÃO.**

Homologo e Adjudico a Decisão da Comissão Permanente de Licitação, que considerou o fornecedor abaixo listado como **CREDENCIADO**:

GALAMA SERVIÇOS LTDA, inscrita no **CNPJ n.º 64.496.560/0001-61**, para fornecer os seguintes serviços:

ITEM	UNI	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	COLOCAÇÃO
01	HORA	SERVIÇO DE PEDREIRO	R$ 23,09	21º COLOCADO
02	HORA	SERVIÇO DE ELETRICISTA.	R$ 22,32	16º COLOCADO
03	HORA	SERVIÇO DE PINTOR	R$ 23,90	21º COLOCADO
04	HORA	SERVIÇO DE SERVENTE	R$ 16,27	20º COLOCADO
05	HORA	SERVIÇO DE ENCANADOR	R$ 23,81	13º COLOCADO
06	HORA	SERVIÇO DE CARPINTEIRO	R$ 23,90	15º COLOCADO
07	HORA	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM AR CONDICIONADO	R$ 90,00	08º COLOCADO
08	HORA	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM CAMERAS DE MONITORAMENTO	R$ 150,00	05º COLOCADO
09	HORA	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM TELEFONIA	R$ 130,00	05º COLOCADO

Sengés, 31 de Julho de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:762F09B7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 159/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 051/2026

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de revisão de 20.000 km rodados do veículo FIAT STRADA VOLCANO 1.3 CD, placa TAO5A62, conforme requerido e justificado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, através de **Dispensa de Licitação.**

Homologamos e adjudicamos o presente procedimento licitatório, para o fim de adjudicar seu objeto à empresa:

SAMP AUTOVEICULOS LTDA, inscrita no **CNPJ: 78.066.800/0001-00**, em todos os lotes desta licitação com o valor global de **R$ 1.300,40 (mil e trezentos reais e quarenta centavos).**

Sengés, 31 de Julho de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:96A44713

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003
MUNICÍPIO - SERTANOPOLIS - PR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00002, de 30 de Julho de 2026.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s]. Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**
JOSE RODRIGUES POCAS FILHO (ESPÓLIO DE)	137.095.189-20	7905 /00010/2026
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: KASSIANY ALMEIDA BEZERRA	Matrícula: 00202000	
Cargo: CHEFE DA DIVISÃO DE RECEITA / 177	Assinatura:	

Data de afixação: 30/07/2026
Data de desafixação: 14/08/2026

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:E74AB72A

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
1° TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 64/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS - PR
Exercício: 2026

TERMO DE ADITIVO

1° Termo Aditivo à Ata de Registro de Preço nº. 64/2025, decorrente de Pregão n°44/2025 de Registro de Preços para futura aquisição de Peças e Serviços, destinados à manutenção de veículos e máquinas do Município, Policia Militar, Policia Civil, Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) e Serviço Municipal de Saúde (SERMUSA).

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em AV DR VACYR GONCALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR, 86170000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. ANA RUTH SECCO, e a empresa **DULEO AUTO PEÇAS LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob nº. 17.928.568/0001-70, com sede no endereço AV. DR. VACIR GONCALVES PEREIRA, nº 1406, CENTRO, SERTANOPOLIS-PR neste ato representada por **EDUARDO VIANNA DOS SANTOS,** portador do CPF sob n° 06531312912, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência com término em 17 de setembro de 2027 e Reajuste de Valores na importância de R$ 554.714,50 (quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e quatorze reais e cinquenta centavos), em decorrência da prorrogação desta Ata de Registro de Preço com o reestabelecimento do quantitativo inicial com finalidade de atender ao pedido da Secretária Geral que justificou a necessidade e a vantajosidade, com fundamento art. 105 e 106 da Lei nº. 14.133/21, conforme tabela abaixo:

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
1	1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO GERAL	R$ 261.084,50
1	2	PEÇAS	R$ 293.630,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
Sertanópolis, 31 de julho de 2026

MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS	***DULEO AUTO PEÇAS LTDA ME***
Contratante	Contratada

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:E1D82A81

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 78/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS - PR
Exercício: 2026

TERMO DE ADITIVO

1° Termo Aditivo ao Contrato nº. 78/2025, decorrente da Concorrência n°3/2025 de Contratação de empresa especializada para a execução de sistema de abastecimento de água potável como objetivo de atender a comunidade da Água do Tigre com rede pública de água tratada, este sistema compreende: a) Projetos; b) Poço Tubular; c) Unidade de Bombeamento; d) Reservatório de Armazenamento; e) Dosador de Cloro; f) Rede de Distribuição, de acordo com o Instrumento de Repasse n° 4126504/2024, celebrado entre o Município de Sertanópolis-PR e a Caixa Econômica Federal – Programa Itaipu Mais Que Energia, conforme Pedido, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, ART n° 1720244933310, Memorial Descritivo e orçamentos.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em AV DR VACYR GONCALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR, 86170000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. ANA RUTH SECCO, e a empresa **GEO LINS POCOS E BOMBAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 50.763.612/0001-04, com sede no endereço

RUA AIMORéS, nº 761, CENTRO, Tupã-SP neste ato representada por **LUCIMARA FERNANDA DA COSTA FREDERIG,** portador do CPF sob n° 46091946862, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência com término em 22 de janeiro de 2027, com finalidade de atender ao Memorando nº 40/2026 – Departamento de Planejamento Urbano, com fundamento art. 105 e 106 da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
Sertanópolis, 21 de julho de 2026.

MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS	*GEO LINS POCOS E BOMBAS LTDA*
Contratante	Contratada

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:24A6CF59

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 1/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS - PR
Exercício: 2026

TERMO DE ADITIVO

2° Termo Aditivo ao Contrato nº. 1/2025, decorrente de Pregão n°61/2024 de Contratação de empresa especializada para execução de sistema de micro geração de energia fotovoltaica, com potência de geração de 295,00 KWp, divididos conforme planilha detalhada, conectando à rede ON-GRID da concessionária de energia, elaboração dos projetos elétricos, aprovação e homologação, fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, consistindo na instalação de módulos solares (placas) no telhado de diversos prédios públicos do Municípios de Sertanópolis, com posterior comissionamento, homologação e conexão na rede elétrica da Concessionária, de acordo com o Instrumento de Repasse n° 4126507/2024, celebrado entre o Município de Sertanópolis-PR e a Caixa Econômica Federal - Programa Itaipu Mais Que Energia.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em AV DR VACYR GONCALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR, 86170000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. ANA RUTH SECCO, e a empresa **R. R. SOLAR SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 24.276.083/0001-04, com sede no endereço ARDO ERNESTO VENTURELLI, nº 1824, RESIDENCIAL ALTO DAS PALMEIRAS, SERTANOPOLIS-PR neste ato representada por **RONNY APARECIDO UMBELINO CORREA,** portador do CPF sob n° 03899817966, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência e de Execução com término em 20 de janeiro de 2027, com finalidade em atender ao Memorando nº 037/2026 – Departamento de Planejamento Urbano, com fundamento art. 105 e 106 da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Sertanópolis, 16 de julho de 2026

MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS	*R. R. SOLAR SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA*
Contratante	Contratada

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:226177D6

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 72/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS - PR
Exercício: 2026

TERMO DE ADITIVO

2° Termo Aditivo ao Contrato nº. 72/2025, decorrente da Concorrência n°4/2025 de Contratação de empresa especializada para a execução de revestimento asfáltico do tipo Tratamento Superficial Triplo – TST na Estrada Municipal Leoncio Pereira Paulo, com área de intervenção de 12.000 m², de acordo com o Instrumento de Repasse n° 4126504/2023, celebrado entre o Município de Sertanópolis-PR e a Caixa Econômica Federal – Programa Itaipu Mais Que Energia, conforme Pedido, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, ART n° 1720247169750, Memorial Descritivo e planilha orçamentária.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em AV DR VACYR GONCALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR, 86170000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. ANA RUTH SECCO, e a empresa **LUCANO TERRAPLANAGEM E PAVIMENTACAO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 27.428.563/0001-31, com sede no endereço AVENIDA GETúLIO VARGAS, nº 2404, VILA NOVA SANTANA, ASSIS-SP neste ato representada por **FELIPE LUCANO ALVARES,** portador do CPF sob n° 38207998857, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Redimensionamento de Objeto na importância de R$ 184.595,00 (cento e oitenta e quatro mil, quinhentos e noventa e cinco reais), corresponde ao acréscimo de 24,95% com finalidade de Atendendo ao Memorando nº 39/2026 e Parecer Técnico Nº 13/2026 emitido pelo Departamento de Planejamento Urbano. Com fundamento art. 125 da Lei nº. 14.133/2021

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Sertanópolis, 24 de julho de 2026

MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS	*LUCANO TERRAPLANAGEM E PAVIMENTACAO LTDA*
Contratante	Contratada

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:BC51163A

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 72/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS - PR
Exercício: 2026

TERMO DE ADITIVO

3° Termo Aditivo ao Contrato nº. 72/2025, decorrente da Concorrência n°4/ 2025 de Contratação de empresa especializada para a execução de revestimento asfáltico do tipo Tratamento Superficial Triplo – TST na Estrada Municipal Leoncio Pereira Paulo, com área

de intervenção de 12.000 m², de acordo com o Instrumento de Repasse n° 4126504/2023, celebrado entre o Município de Sertanópolis-PR e a Caixa Econômica Federal – Programa Itaipu Mais Que Energia, conforme Pedido, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, ART n° 1720247169750, Memorial Descritivo e planilha orçamentária.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em AV DR VACYR GONCALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR, 86170000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. ANA RUTH SECCO, e a empresa **LUCANO TERRAPLANAGEM E PAVIMENTACAO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 27.428.563/0001-31, com sede no endereço AVENIDA GETúLIO VARGAS, nº 2404, VILA NOVA SANTANA, ASSIS-SP neste ato representada por **FELIPE LUCANO ALVARES,** portador do CPF sob n° 38207998857, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Atualização monetária na importância de R$ 24.845,09 (vinte e quatro mil oitocentos e quarenta e cinco reais e nove centavos), corrigido pelo INPC/IBGE 3,35747% com finalidade de Atendendo ao Memorando nº 38/2026 emitido pelo Departamento de Planejamento Urbano. Com fundamento art. 135 da Lei nº. 14.133/2021

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.

E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Sertanópolis, 27 de julho de 2026

MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS	*LUCANO TERRAPLANAGEM E PAVIMENTACAO LTDA*
Contratante	Contratada

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:217AF0C7

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
5° TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 4/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS - PR
Exercício: 2026

TERMO DE ADITIVO

5° Termo Aditivo à Ata de Registro de Preço nº. 4/2025, decorrente de Pregão n°1/ 2025 de Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios para atendimento dos alunos das escolas da rede municipal de ensino e instituições conveniadas do município de Sertanópolis.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em AV DR VACYR GONCALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR, 86170000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. ANA RUTH SECCO, e a empresa **CRISTIANE NIETO ARANTES LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 37.974.794/0001-02, com sede no endereço Rua João Batista Pereira Lima, 210, Conjunto Residencial José Tiburcio, Cornélio Procópio – Pr., neste ato representada por **Cristiane Nieto Arantes,** portador do CPF sob n° 03133723901, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Recomposição (equilíbrio financeiro) na importância de R$ 100,17 (cem reais e dezessete centavos), corresponde ao acréscimo de 11,30 % com finalidade de atender ao pedido do Departamento de Educação que justificou a atualização do preço de mercado, com fundamento art. 124 da Lei nº. 14.133/2021, conforme tabela abaixo:

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MÉDIA	DESC. LICITAÇÃO	VALOR PRETENDIDO	VALOR ATUALIZADO
1	29	Leite longa vida zero lactose integral, 1 litro. Conforme Termo de Referência.	R$ 6,32	0.00%	R$ 6,21	R$ 6,21

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.

E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Sertanópolis, 31 de julho de 2026

MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS	*CRISTIANE NIETO ARANTES LTDA*
Contratante	Contratada

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:FA0163DA

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
8° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 83/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS - PR
Exercício: 2026

TERMO DE ADITIVO

8° Termo Aditivo ao Contrato nº. 83/2024, decorrente de Pregão n°22/2024 de Contratação empresa especializada em prestação de serviços terceirizados, com disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva, para atendimento de demandas da Casa Lar do Município de Sertanópolis.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em AV DR VACYR GONCALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR, 86170000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. ANA RUTH SECCO, e a empresa **TENET SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 49.205.385/0001-12, com sede no endereço R FERNANDO DE NORONHA, nº 956, CENTRO, LONDRINA-PR neste ato representada por **Leticia Passaline de Oliveira,** portador do CPF sob n° 09755700994, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Reajuste de Valores na importância de R$ 639.385,56 (seiscentos e trinta e nove mil trezentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos), sendo R$ 625.414,44 para atualização do preço planilhado e R$ 13.971,12 para ressarcimento de valores pagos à contratada referente aos benefícios previstos na CCT 000687/2026/2027, com finalidade de atender ao pedido do Departamento de Assistência Social, que comprovou a vantajosidade, com fundamento art. 105 e 106 da Lei nº. 14.133/2021, conforme tabela abaixo:

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Cuidador diurno 44 horas semanais ou escala 12 x 36 horas.	48.00	R$ 5.569,79	R$ 267.349,92
1	2	Cuidador noturno 44 horas semanais ou escala 12x36 horas.	48.00	R$ 6.096,27	R$ 292.620,96
1	3	Servente de limpeza: 44 horas semanais.	12.00	R$ 5.453,63	R$ 65.443,56
1	4	Realinhamento em data posterior a entreda em vigor da nova CCT	1.00	R$ 13.971,12	R$ 13.971,12

Conforme acordado entre a empresa e o município, em atendimento às atividades finalísticas da Administração Municipal, pois, o contrato fora prorrogado por um período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
Sertanópolis, 31 de julho de 2026

MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS	*TENET SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA*
Contratante	Contratada

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:656F1DAB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
NOTIFICAÇÕES LEI 9.452/1997

NOTIFICAÇÃO
O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - FNS, no valor de R$ 1.734,43 (um mil, setecentos e trinta e quatro reais e quarenta e três centavos), destinação ao Bloco de Custeio ASPS - Incentivo Financeiro APS Componente Per capita Base Populacional, em 17 de julho de 2024

Publicado por:
Elenice Minuzzi
Código Identificador:4EF690C5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
PORTARIA 5840/2026

SÚMULA: RESULTADO FINAL DE MÉRITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

RONALD ROGÉRIO LOPES SMARZARO, na qualidade de Prefeito do Município de Tapira, Estado do Paraná;

RESOLVE:

Art. 1º Torna público o resultado final da fase de análise de mérito cultural do projeto recebido.

Art. 2º O resultado final de mérito segue relacionado na tabela abaixo:

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026 – PNAB
LEI ALDIR BLANC

SELECIONADOS				
Projeto	**Proponente**	**CNPJ**	**Categoria**	**Resultado**
Nossa Gente	Débora Assis de Souza Mendes	58.047.654/0001-50	Produção Musical	Selecionado

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura do Município de Tapira, aos 31 (trinta e um) dias do mês de julho de 2026.

RONALD ROGERIO LOPES SMARZARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:C2D8DAAE

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 05/2025 - ID Nº. 2663

REF. DISPENSA Nº 03/2025

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE TEM COMO OBJETO CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE PEQUENOS REPAROS URBANOS, CONFORME ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DO MUNICÍPIO

Pelo presente instrumento particular que celebram **MUNICÍPIO DE TAPIRA**, já qualificado no Contrato ora aditivado, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **Ronald R. L. Smarzaro**, em pleno exercício de seu mandato e funções, a empresa **BIOPOWER ENERGY SOLAR LTDA**, já qualificada no contrato ora aditivado, neste ato representada pelo Senhor **Cláudio Pereira da Cruz Júnior**, ajustam e acordam entre si o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO EMBASAMENTO

O presente Termo Aditivo possui amparo legal na Lei Federal Nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Acrescenta-se ao valor do contrato a quantia de R$ 4.591,00 (quatro mil quinhentos e noventa e um real), passando o valor inicial do contrato para a quantia R$ 22.971,00 (vinte e dois mil novecentos e setenta e um real), tendo em vista o redimensionamento do objeto dentro do limite de 25%.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Para todos os fins e efeitos de direito, os contratantes declaram o presente Termo Aditivo de Contrato nos expressos termos em que foi lavrado, e assinam-no digitalmente.

Tapira (PR), 31 de julho de 2026

RONALD ROGERIO LOPES SMARZARO
Prefeito Municipal
Contratante

CLÁUDIO PEREIRA DA CRUZ JUNIOR
Biopower Energy Solar LTDA
Contratada

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:9EE69D0A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA N.º 01/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01/2026

PELO PRESENTE, DE UM LADO: A **CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES**, INSCRITA NO CNPJ SOB O N.º 77.774.560/0001-28, COM SEDE NA PRAÇA PREFEITO OVÍDIO ISMAEL GUBERT, N.º 11, CEP: 84530-000, NESTE ATO REPRESENTADA PELA SUA PRESIDENTE, INÊS APARECIDA FERREIRA, AQUI DENOMINADA **DEVEDORA**; E DE OUTRO

LADO: **DÉBORA MARIA SERENATO**, INSCRITA NO CPF SOB O N.º 669.357.769-53, EX-SERVIDORA DESTA CÂMARA MUNICIPAL, APOSENTADA EM DATA DE 31/03/2026, AQUI DENOMINADA **CREDORA**; TÊM, ENTRE SI, AJUSTADO ESTE **TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA** QUE SE REGERÁ PELAS CLÁUSULAS QUE SEGUEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA – ORIGEM
O PRESENTE TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA TEM POR ORIGEM REQUERIMENTO PROTOCOLADO PELA **CREDORA** NA SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL E DECISÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO
O PRESENTE TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA TEM POR OBJETO O RECONHECIMENTO DE OBRIGAÇÃO FINANCEIRA (DÍVIDA) POR PARTE DA **CÂMARA MUNICIPAL** (**DEVEDORA**) EM FAVOR DE **DÉBORA MARIA SERENATO** (**CREDORA**). A DÍVIDA É DECORRENTE DA **DIFERENÇA DO VALOR DE R$72.334,54** [QUE FOI PAGO A **CREDORA** NA SUA RESCISÃO (DECORRENTE DE APOSENTADORIA) REALIZADA NESTA CÂMARA MUNICIPAL NO MÊS DE ABRIL, NA QUAL NÃO FOI CONSIDERADO NA REMUNERAÇÃO (BASE DE CÁLCULO) E CONSEQUENTEMENTE NAS VERBAS RESCISÓRIAS, O VALOR REFERENTE AO ABONO DE PERMANÊNCIA], **DO VALOR DE R$82.461,34** [APURADO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01/2026, NO QUAL FOI CONSIDERADO NA REMUNERAÇÃO (BASE DE CÁLCULO) E CONSEQUENTEMENTE NAS VERBAS RESCISÓRIAS, O VALOR REFERENTE AO ABONO DE PERMANÊNCIA]. TOTALIZA ESSA DIFERENÇA, O VALOR **R$10.126,80** A SER COMPLEMENTADO EM FAVOR DA **CREDORA** EM DECORRÊNCIA DE SER PAGO A MENOR NA REFERIDA RESCISÃO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO
O RECONHECIMENTO DA DÍVIDA OBJETO DESTE TERMO ESTÁ FUNDAMENTADO NA DECISÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PROFERIDA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01/2026, QUE TEVE COMO BASE: OS PARECERES JURÍDICOS N.º 18, 22, 26 E 28/2026; O TEMA (REPETITIVO) N.º 1233 – STJ; OS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, DA EFICIÊNCIA, DA ECONOMICIDADE, DA BOA-FÉ, DA PROBIDADE, DA AUTOTUTELA, DO PODER-DEVER DE AGIR, DA VEDAÇÃO AO ENREQUECIMENTO SEM CAUSA; A LEI MUNICIPAL N.º 1.609/2013.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR PRINCIPAL; DO VALOR DOS JUROS; DO VALOR DA CORREÇÃO MONETÁRIA; DO VALOR TOTAL; DA FORMA DE PAGAMENTO
DO VALOR PRINCIPAL DA DÍVIDA: R$10.126,80
DO VALOR DOS JUROS (TAXA LEGAL): R$208,19
DO VALOR DA CORREÇÃO MONETÁRIA (IPCA): R$195,62
DO VALOR TOTAL (A SER PAGO/COMPLEMENTADO À CREDORA): **R$10.530,61**
DA FORMA DE PAGAMENTO: O VALOR DE **R$10.530,61** SERÁ PAGO EM PARCELA ÚNICA ATÉ O DIA 31/07/2026, POR MEIO DE TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA PARA A CONTA CORRENTE N.º 12.709-4, DO BANCO DO BRASIL, AGÊNCIA 4661-2 TEIXEIRA SOARES.

CLÁUSULA QUINTA – DA QUITAÇÃO
O RECEBIMENTO DO VALOR DE **R$10.530,61** PELA **CREDORA**, IMPORTA EM TOTAL E IRREVOGÁVEL QUITAÇÃO DA DÍVIDA OBJETO DESTE TERMO.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS
O VALOR DE **R$10.530,61** SERÁ ADVINDO DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS PRÓPRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE
INCUMBIRÁ A CÂMARA MUNICIPAL PROVIDENCIAR A PUBLICAÇÃO DESTE TERMO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO
O FORO DA COMARCA DE TEIXEIRA SOARES, É O ELEITO PARA DIRIMIR QUALQUER QUESTÃO OU DÚVIDA SURGIDA EM DECORRÊNCIA DESTE TERMO.

E, POR ESTAREM AJUSTADOS EM TODOS OS SEUS EXPRESSOS TERMOS, PARA QUE PRODUZAM OS LEGAIS EFEITOS, DEPOIS DE LIDO E ACHADO CONFORME, **DEVEDORA** E **CREDORA** FIRMAM E ASSINAM ESTE TERMO. ASSINAM, TAMBÉM, DUAS TESTEMUNHAS AS QUAIS DE TUDO O QUE FOI ANTERIORMENTE ESTABELECIDO, CONHECIMENTO TIVERAM.

TEIXEIRA SOARES-PR, 29 DE JULHO DE 2026

Devedora
CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
Inês Aparecida Ferreira - Presidente

Credora
Ex- Servidora
DÉBORA MARIA SERENATO

TESTEMUNHA:

TESTEMUNHA:

Publicado por:
Juliano Slucarz
Código Identificador:FCD095B5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
ATA Nº 02 - PNAB 001/2026

ATA Nº 02 - PNAB 001/2026

ATA DE REUNIÃO – RESULTADO FINAL DE MÉRITO E PRELIMINAR DE HABILITAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026
POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC (PNAB)

DATA: 31/07/2026
LOCAL: Reunião virtual (on-line).
OBJETIVO: Homologar o Resultado Final da Fase de Seleção de Mérito (após decurso do prazo de recursos) e publicar o Resultado Preliminar da Fase de Habilitação Documental.

1. DA COMPOSIÇÃO DA MESA
Estiveram presentes os seguintes membros e representantes:
REPRESENTANTE APEG: TAIS MARQUES DE SOUZA
GESTORA DA CULTURA MUNICIPAL: ROSMERI SAVICKI MATOS
MEMBROS DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO:
ROSMERI SAVICKI MATOS
ADRIANE PAULA BARBIERI
JOSÉ SANTOS DA ROSA

2. DO EXPEDIENTE – RESULTADO FINAL DE MÉRITO
A reunião teve início com a verificação da caixa de entrada do e-mail oficial cultura@teixeirasoares.pr.gov.br para conferência de eventuais recursos interpostos contra o Resultado Preliminar de Mérito. A Comissão atestou que, durante o prazo legal de 28/07/2026 a 30/07/2026, **não foram apresentados recursos**. Dessa forma, a Comissão decide por homologar e tornar definitivo o resultado da fase de seleção, mantendo a nota do candidato classificado:
ITEM 01: AMPLA CONCORRÊNICA

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO PROPONENTE	NOTA	OBSERVAÇÃO
1ª	DAILSON MIGUEL COSTA	65	CLASSIFICADO

3. DA FASE DE HABILITAÇÃO DOCUMENTAL (ANÁLISE PRELIMINAR)

Aproveitando a prerrogativa prevista no edital e referendada na Ata nº 01/2026, de que os documentos de habilitação já foram encaminhados no momento da inscrição, a Comissão de Acompanhamento procedeu à abertura e conferência da pasta documental do proponente DAILSON MIGUEL COSTA. Após análise rigorosa, constatou-se que as certidões negativas e documentos pessoais estão em perfeita ordem e validade. Contudo, o proponente foi considerado **HABILITADO COM RESSALVA**, necessitando de saneamento documental nos seguintes itens, conforme exigências do edital:

Comprovante de Residência: O documento apresentado encontra-se em nome de terceiro. O proponente deverá encaminhar uma *Declaração de Residência* simples assinada por ele mesmo, conforme autoriza o Item 10 do Edital.

Comprovante de Conta Bancária: Foi anexada apenas a imagem de um cartão de crédito, documento inválido para fins de repasse financeiro. O proponente deverá encaminhar um extrato bancário ou "print" do aplicativo do banco que conste expressamente o seu nome completo, o nome da Instituição Bancária, o número da Agência e o número da Conta Corrente.

O proponente deverá utilizar o prazo regulamentar de recursos (03/08/2026 a 05/08/2026) para encaminhar as correções exigidas para o e-mail oficial cultura@teixeirasoares.pr.gov.br, com cópia para a assessoria técnica apeg@apeg.com.br. Registra-se que, visando garantir a ampla defesa e o princípio da transparência, o proponente será notificado individualmente sobre estas pendências via e-mail logo após a publicação oficial desta Ata.

4. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada por mim, TAIS MARQUES DE SOUZA, e assinada pelo Sr. ROSMERI SAVICKI MATOS. Após lida e aprovada, segue assinada pelos presentes.

ROSMERI SAVICKI MATOS
Membro da Comissão de Acompanhamento/ Gestora de Cultura

TAIS MARQUES DE SOUZA
Representante Técnico – Assessoria APEG

RESULTADO FINAL DE MÉRITO E PRELIMINAR DE HABILITAÇÃO
EDITAL Nº 001/2026

MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES/PR

O Município de Teixeira Soares/PR, através da Departamento de Cultura, neste ato representado(a) por ROSMERI SAVICKI MATOS, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei 14.903/2024 (Marco Regulatório do fomento à Cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade), torna público o Resultado FINAL da Fase de Seleção de Mérito (não havendo interposição de recursos) e o RESULTADO PRELIMINAR da Fase de Habilitação Documental.

RESULTADO GERAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO PROPONENTE	FASE DE MÉRITO	FASE DE HABILITAÇÃO
1ª	DAILSON MIGUEL COSTA	CLASSIFICADO	HABILITADO COM RESSALVA

DA PUBLICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA:

Deverá ser publicado no site oficial da prefeitura de Município de Teixeira Soares/PR e no Diário Oficial do Município este resultado.

DO PRAZO DE RECURSOS E SANEAMENTO DE FALHAS (FASE DE HABILITAÇÃO)

O prazo para recursos e envio dos documentos pendentes referentes à Fase de Habilitação Documental é de **03/08/2026 a 05/08/2026**. Os documentos faltantes devem ser encaminhados para o e-mail oficial: **cultura@teixeirasoares.pr.gov.br**, com cópia para a assessoria técnica no e-mail: **apeg@apeg.com.br**.

MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES/PR, 31 DE JULHO DE 2026.

ROSMERI SAVICKI MATOS
Gestora da Cultura

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:1B0ED868

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 255 DE 31 DE JULHO DE 2026.

DECRETO Nº 255 DE 31 DE JULHO DE 2026.

Súmula: Nomeia os membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, instituído pela Lei Municipal nº 2.301, de 07 de julho de 2026, e regulamentado pelo Decreto nº 250/2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e com fundamento na Lei Municipal nº 2.301, de 07 de julho de 2026,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, para mandato de **02 (dois) anos**, permitida a recondução, conforme segue:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO

I – Secretaria Municipal de Assistência Social

• Titular: Cleci Corbellini Muller
• Suplente: Mariana Alves Conde

II – Secretaria Municipal de Obras, Arquitetura e Engenharia

• Titular: Antonio Rogerio Ribeiro

Suplente: Vagner Moreira De Andrade

III – Secretaria Municipal de Agricultura

• Titular: Jose Carlos Damiao Portela Sobrinho

Suplente: Lucia Lebid De Oliveira

IV – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

• Titular: Tiago Francisco Alves

Suplente: Reginaldo de Freitas

V – Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos e Secretaria Municipal de Finanças

• Titular: Hernani Adalberto Schreiner

Suplente: Douglas Eloi Ruppel

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

VI – Câmara Municipal de Teixeira Soares

• Titular: Ines Aparecida Ferreira Robes
• Suplente: Tiago Bohn Bogo

VII – Associação Comercial e Empresarial

• Titular: Carlos Alberto Gorte

Suplente: Josieli Gaspar

VIII – Sindicato Rural

• Titular: Welerson Cleiton Pires Noble

Suplente: Neuri Da Trindade Przybysewski

IX – Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

• Titular: Marcos Roberto de Assis
• Suplente: Joelma da Aparecida Matias

X – Organizações da Sociedade Civil

• Titular: Nilson Geronimo Marckniski

• Suplente: Luiz Cesar Alves Ferreira

Art. 2º A Presidência do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil será exercida pelo Coordenador Municipal da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, na forma do Decreto nº 248/2026.

Art. 3º A Secretaria Executiva do Conselho será exercida pelo Secretário da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme disposto no Decreto nº 248/2026.

Art. 4º A participação dos membros no Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, constitui serviço público relevante, não remunerado.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, em 31 de julho de 2026.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:9C01BA06

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
ERRATA Nº 01/2026

ERRATA Nº 01/2026
A PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES/PR, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei no 14.399/2022 (Lei PNAB), no Decreto no 1.740/2023, no Decreto no 11.453/2023 e na Instrução Normativa MINC no 10/2023, torna pública a seguinte ERRATA referente ao Cronograma do EDITAL No 001/2026 – CHAMAMENTO PÚBLICO DE PREMIAÇÃO CULTURAL.
ONDE SE LÊ:
FASE 2 - AVALIAÇÃO DO MÉRITO
Prazo das Inscrições: 06/07/2026 00:00:00 a 13/07/2026 00:00:00
LEIA-SE:
FASE 2 - AVALIAÇÃO DO MÉRITO
Prazo das Inscrições: 03/07/2026 00:00:00 a 10/07/2026 00:00:00

Em decorrência do reajuste do prazo inicial de inscrições, o cronograma consolidado da FASE 2 (Avaliação do Mérito) passa a vigorar com a seguinte redação:

ETAPA	PERÍODO/DATA ATUALIZADA
PRAZO DE INSCRIÇÕES	03/07/2026 a 10/07/2026
Publicação dos Aprovados na fase de Avaliação e Convocação para Habilitação	16/07/2026
Prazo para Recursos (Fase de Mérito)	17/07/2026 a 21/07/2026
Publicação da Análise dos Recursos	22/07/2026

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas, prazos e condições do Edital no 001/2026 não expressamente modificadas por esta Errata.

Teixeira Soares/PR, 03 de julho de 2026.

Comissão de Avaliação e Seleção
Departamento Municipal de Cultura
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES - PR

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:50D0F2A2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO N.º 13/2026

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA
TEIXEIRA SOARES – PARANÁ

RESOLUÇÃO N.º 13/2026

SÚMULA: Súmula: Aprova o Projeto "AMAS Fonte de Vida, Sustentabilidade e Transformação", para implantação de poço artesiano na Associação Menonita de Assistência Social – AMAS.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Teixeira Soares – CMDCA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal n° 1.698/2015 de 29/04/2015.
CONSIDERANDO a deliberação em reunião ordinária realizada em 30/07/2026. Conforme Ata 14/2026 da reunião ordinária.
RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar o Projeto **"AMAS Fonte de Vida, Sustentabilidade e Transformação"**, destinado à implantação de um poço artesiano na Associação Menonita de Assistência Social – AMAS. Conforme Ata número 14/2026 da reunião ordinária realizada no dia 30 de julho de 2026.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Teixeira Soares, 31 de julho de 2026.

RENATA DE ANDRADE
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:19CE0310

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 282/2026
REF: PREGÃO N° 57/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: DRS MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA, CNPJ nº 58.892.523/0001-70, com sede Tapira, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). DIRLENE ALVES DA ROCHA SCHERER, CPF: 782.280.779-04, carteira de Identidade nº 49707541.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL Contratação de empresa para aquisição de Móveis, para atendimento das necessidades das secretarias municipais..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **1.739,54 (um mil, setecentos e trinta e nove reais e cinquenta e quatro centavos)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 30 de julho de 2026, com vencimento até 30 de julho de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 30 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:6158D45F

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 286/2026
REF: PREGÃO N° 61/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: PAULO ROBERTO ZANCAN - ME., CNPJ nº 17.530.507/0001-50, com sede Terra Boa, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). PAULO ROBERTO ZANCAN, CPF: 007.490.589-94, carteira de Identidade nº 7.408.875-9.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos e contratação de empresa especializada para a execução de serviços de abertura de valetas, destinados à reestruturação da rede elétrica do Estádio Municipal Ailton José dos Reis, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Esportes do Município de Terra Boa..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **79.833,24 (setenta e nove mil, oitocentos e trinta e três reais e vinte e quatro centavos)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 31 de julho de 2026, com vencimento até 31 de julho de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 31 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:18617E53

LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 61/2026

Licitação Modalidade: **Pregão No 61/2026**

Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos e contratação de empresa especializada para a execução de serviços de abertura de valetas, destinados à reestruturação da rede elétrica do Estádio Municipal Ailton José dos Reis, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Esportes do Município de Terra Boa.

Expirado o prazo recursal, torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação para a empresa:

1) PAULO ROBERTO ZANCAN - ME. inscrito no CNPJ/CPF Nº 17.530.507/0001-50 no valor total dos itens vencidos de R$ 79.833,24 (setenta e nove mil, oitocentos e trinta e três reais e vinte e quatro centavos).

Terra Boa, 31 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:CA21F70B

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 710/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 30 dias de férias a(o) senhor(a) **COSME IRINEU APOLINÁRIO** servidor(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE MAQUINAS E VEICULOS – MOTORISTA referente ao período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **02/08/2026** a **31/08/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:54915406

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 711/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 dias de férias a(o) senhor(a) **ANDERSON FERREIRA BUTURA** servidor(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PATRIMONIO referente ao período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **03/08/2026** a **12/08/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:2F46687B

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 712/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 dias de férias a(o) senhor(a) **HELOISA MOITINHO CAETANO** servidor(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **03/08/2026** a **12/08/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:A95DFE9E

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 713/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 30 dias de férias a(o) senhor(a) **LEUKTEMBERGG MENEGHETTI DA COSTA** servidor(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de SECRETÁRIO DE SAUDE referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **03/08/2026** a **01/09/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:5ABC3317

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 714/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 30 dias de férias a(o) senhor(a) **CRISTIANE ANDREIA SELLEGIM** empregado(a) publico(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM referente ao período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **03/08/2026** a **01/09/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:0663BAD8

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 715/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 20 dias de férias a(o) senhor(a) **ANIELE FERNANDA PETENASSI** empregado(a) publico(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **03/08/2026** a **22/08/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:19F24664

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 716/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 20 dias de férias a(o) senhor(a) **NATALIA FIGUEIROA DEL VESCO** empregado(a) publico(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **03/08/2026** a **22/08/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:8B8C9E9F

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 717/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 20 dias de férias a(o) senhor(a) **JESSICA ANTONIA PINESSO MONTOVANI** empregado(a) publico(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de CIRURGIÃO DENTISTA referente ao período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **03/08/2026** a **22/08/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:BA883B82

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 718/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 dias de férias a(o) senhor(a) **ANA MARIA DA SILVA GLOOR** empregado(a) publico(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE ENDEMIAS referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **05/08/2026** a **14/08/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:E295DFCC

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 719/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 90 (noventa) dias de Licença Especial a(o) Senhor(a) **LIDIANE OCCHI MICHELONI** servidor(a) efetivo(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, referente ao do período aquisitivo 2020/2025.

Art. 2º A Licença de que trata o Artigo 1º será do dia **06/08/2026** a **03/11/2026.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:7E874A94

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 720/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 17/2022, de 21 de novembro de 2022, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 02/2022,

R E S O L V E

Art. 1º NOMEAR a partir de 03/08/2026 a Senhora **LILIANE DE JESUS RODRIGUES LIMA** portadora do CPF 073.960.019-27 para exercer o cargo efetivo de Agente de Apoio ao Cuidado Infantil, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTONIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:4456885F

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 721/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 20.01/2025, de 12 de novembro de 2025, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 01.01/2025,

R E S O L V E

Art. 1º NOMEAR a partir de 03/08/2026 a Senhora **TATIANE FERREIRA DOS SANTOS** portadora do CPF 050.507.299-80 para exercer o cargo efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Família.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de julho de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTONIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:0E2B88A7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA RICA
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2026

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Dispensa de Licitação n. 01/2026
AUTORIZO a contratação direta por *dispensa de licitação*, conforme detalhamento:

CONTRATANTE	**CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA RICA** CNPJ nº 01.432.222/0001-46	
CONTRATADO	☐ Pessoa Física.	Nome: CPF nº
	☒ Pessoa Jurídica.	**Razão Social**: Webline Software Ltda EPP **CNPJ nº** 07.673.796/0001-92
OBJETO	Contratação de empresa para fornecimento e manutenção de licença de uso de software web, abrangendo sistema de gestão de todo o trâmite do processo legislativo, sistema de controle de usuários, manutenção do site da Câmara Municipal, diário oficial eletrônico, serviços de e-mails, hospedagem integrada ao sistema legislativo, integração de sistema ao site da Câmara, sistema de votação eletrônico na Câmara Municipal totalmente integrado ao Site e ao Sistema Legislativo, sistema de gerenciamento e consolidação leis, ata eletrônica, cadastro de documentos diversos, organização e acompanhamento das proposições com geração de documentos automáticos, protocolo digital, protocolo do SIC. (Serviço de Informação ao Cidadão), sistema de recurso de acessibilidade, sistema profissional de backup automático local e remoto, suporte técnico (online remoto), atualizações do sistema via internet de forma automática e hospedagem e atualização da página na internet; implantação do projeto, treinamento de todos os usuários e importação de banco de dados, sistema de ouvidoria, assinatura eletrônica digital.	
VALOR	R$ 35.050,00 (trinta e cinco mil e cinquenta reais)	
FUNDAMENTO DA DISPENSA	Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21.	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	01.001.01.031.0001.2.001.3.3.90.40.06.00	

PUBLIQUE-SE o resultado.

Terra Rica-Pr, 31 de julho de 2026.

ALESSANDRA APARECIDA DA CRUZ
Presidente

Publicado por:
Paulo Henrique de Souza Padovini
Código Identificador:D48F33CA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA 020-2026

PORTARIA Nº. 020/2026.

SÚMULA: Exonera o Senhor André Ricardo Zacarias da Silva, e dá outras providências.

Alessandra Aparecida da Cruz, Presidente Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar o Sr.**ANDRÉ RICARDO ZACARIAS DA SILVA**, ocupante do cargo de**COMUNICADOR SOCIAL E INSTITUCIONAL**, do Legislativo Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, símbolo CC-1, conforme Anexo III, da Resolução 005/2023, a partir de 01 de Agosto de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando se a disposição em contrário.

Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês julho de dois mil e vinte seis (31/07/2026).

ALESSANDRA APARECIDA DA CRUZ
Presidente Câmara Municipal.

Publicado por:
Alenice Evangelista Santana Frauches
Código Identificador:3544E6E9

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA RICA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA Nº 01/2026

Eu **ALESSANDRA APARECIDA DA CRUZ**, Presidente da Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, e de conformidade com o dispositivo na Lei Federal 14.133 e Resolução n. 11/2023,
TORNO PÚBLICO
Para conhecimento de todos interessados que foi **ADJUDICADA e HOMOLOGADA** da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2026, das empresas abaixo:

ORDEM	EMPRESA	CNPJ	R$ VALOR
01	Webline Software Ltda EPP	07.673.796/0001-92	35.050,00

Terra Rica-Pr, 31 de julho de 2026.

ALESSANDRA APARECIDA DA CRUZ
Presidente

Publicado por:
Paulo Henrique de Souza Padovini
Código Identificador:A61532C5

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA RICA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA Nº 02/2026

Eu **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, Presidente da Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, e de conformidade com o dispositivo na Lei Federal 14.133 e Resolução n. 11/2023,
TORNO PÚBLICO
Para conhecimento de todos interessados que foi **ADJUDICADA e HOMOLOGADA** da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2026, das empresas abaixo:

ORDEM	EMPRESA	CNPJ	ITENS	R$ VALOR
01	Carlos Eduardo Andrade	10.610.961/0001-71	01, 02, 04, 06, 07, 08, 10, 12, 13 e 14	30.636,10
02	DRS Móveis e Decorações Ltda	58.892.523/0001-70	03 e 05	19.472,00
03	Stelar Tecnologia Ltda	52.750.930/0001-66	09	629,00
04	TRITEK Distr. de Inf., Imp. e Exp. Ltda	35.483.129/0002-63	11	884,40

Terra Rica-Pr, 31 de julho de 2026.

ALESSANDRA APARECIDA DA CRUZ
Presidente

Publicado por:
Paulo Henrique de Souza Padovini
Código Identificador:56245F80

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE PRORROGAÇÃO E RETIFICAÇÃO

Edital de Pregão - Eletrônico Nº. 62/2026

OBJETO: Registro de preço para compra de pneus

Prorrogação:
A abertura do certame fica prorrogada para às 09:00 do dia 13/08/2026.

Retificações:
Alterado o Prazo de entrega para 10 dias

Terra Rica, 31/07/2026.

JULIO CESAR DA SILVA LEITE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:52702451

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE EXTINÇÃO CONTRATUAL

TERMO DE EXTINÇÃO UNILATERAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 448/2024

Vistos.
CONTRATANTE: Município de Terra Rica, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 76.978.881/0001-81.

CONTRATADA: ECO SUL BRASIL CONSTRUTORA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 05.939.484/0001-52.

OBJETO: Extinção unilateral do Contrato Administrativo nº 448/2024, decorrente da Concorrência Eletrônica nº 15/2024, cujo objeto consiste na execução da pavimentação da via de acesso e do estacionamento do Cemitério Municipal.

FUNDAMENTAÇÃO: A extinção contratual encontra-se fundamentada no art. 137, inciso VIII, combinado com o art. 138, inciso I e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como na decisão administrativa proferida no Processo Administrativo Sancionatório nº 327/2026.

A medida decorre de razões de interesse público, considerando a ausência de execução do objeto, o período transcorrido desde a celebração do ajuste, a necessidade de revisão e atualização dos projetos, memoriais, quantitativos, planilhas orçamentárias, preços de referência e cronograma físico-financeiro, bem como a necessidade de viabilizar novo procedimento de contratação para a efetiva realização da obra.

A extinção possui fundamento autônomo no interesse público, não constituindo sanção administrativa nem reconhecimento de inexecução total culpavelmente imputável à contratada, conforme fundamentação constante do Processo Administrativo Sancionatório nº 327/2026.

A extinção unilateral produzirá efeitos a partir da publicação deste Termo de Extinção Unilateral no Diário Oficial do Município.

Terra Rica/PR, 28 de julho de 2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:056812F1

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 336/2026

SÚMULA: EXONERA, A PEDIDO, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SRA. ALESSANDRA ANGELINA DA CUNHA, DO CARGO TEMPORÁRIO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (PSS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

DECRETA:

Artigo 1º. - Fica **EXONERADA,** a pedido, a servidora pública municipal Sra**. ALESSANDRA ANGELINA DA CUNHA**, matrícula nº 20202426, do cargo temporário de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (PSS),** do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, a partir do dia 31 de Julho de 2026.

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. (31/07/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:049A3C3A

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 337/2026

SÚMULA: EXONERA O SENHOR LEVY BARRETO LUPPI BRAGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

DECRETA:

Artigo 1º. Fica **EXONERADO,** por término de contrato, o Sr. **LEVY BARRETO LUPPI BRAGA**, ocupante do cargo temporário de **ODONTÓLOGO PSS,** do Município de Terra Rica, criado através da Lei Municipal nº 024/2024, a partir de 31 de Julho 2026.

Artigo 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (31/07/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:25363665

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 338/2026

SÚMULA: EXONERA, A PEDIDO, O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SR. FERNANDO AUGUSTO HORIKAWA LEONARDI, DO CARGO TEMPORÁRIO DE MÉDICO PLANTONISTA PSS 72H, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...
DECRETA:

Artigo 1º. - Fica **EXONERADO,** a pedido, o servidor público municipal Sr**. FERNANDO AUGUSTO HORIKAWA LEONARDI**, matrícula nº 20202528, do cargo temporário de **MÉDICO PLANTONISTA PSS 72H,** do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, a partir do dia 31 de Julho de 2026.

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. (31/07/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:62133D6C

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 062/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 062/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**, de acordo com o anexo I, para o cargo de **EDUCADOR SOCIAL - FEMININO,** selecionado por ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025, devidamente homologado através do Edital nº 018/2025, de 04/06/2025, com Errata 03/2025, publicada no diário oficial em 02 de Outubro de 2025.

O candidato convocado terá o prazo de **30 (trinta) dias corridos**, contados da data de publicação deste Edital, para apresentar à Divisão de Recursos Humanos do Município, os seguintes documentos:

Exames realizados em serviços públicos ou privados de saúde: *(somente serão válidos exames realizados após a data da convocação).*

Raio-X de Tórax (*com laudo*);
Hemograma;
Glicemia;
Hepatite B.

Documentos pessoais: *(cópia autenticada ou cópia simples e original)*

Registro no órgão de classe e comprovante de pagamento da última anuidade (*quando exigido para o cargo, conforme o Edital);*
Carteira de Identidade;
Certidão de nascimento ou casamento;
Certidão de nascimento de filho(s) de até 21 anos, ou maior, se incapacitado física e/ou mentalmente para o trabalho, ou filho de até 24 anos, se universitário ou cursando escola técnica de 2º grau;
Cadastro de Pessoa Física – CPF, da Receita Federal;
Cartão do PIS/PASEP, ou CTPS contendo o nº do PIS/PASEP, *(se possuir)*;
Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS *(original)*;
Comprovante de endereço atual;
Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
Título de Eleitor;

Declarações/Certidões: (*cópia autenticada ou cópia simples e original, ou, se gerados por via eletrônica, devem possuir mecanismo de autenticação)*

Certidão de quitação eleitoral, expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral em que possui domicílio eleitoral, ou impressa no portal eletrônico: *www.tse.jus.br*, expedida nos últimos 30 *(trinta)* dias;

Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, da Justiça Estadual *(Fórum da Comarca)*, em que o candidato resida nos últimos 05 *(cinco)* anos, impressa a partir da data do Edital de Convocação. Em caso de Certidão positiva, poderá ser requerido do candidato a apresentação da Certidão explicativa expedida para análise da Administração;

Certidão Negativa de Antecedentes Criminais Justiça Federal, disponível no endereço eletrônico: https://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa;

Declaração de que não tenha sido demitido em consequência de aplicação de pena disciplinar do serviço público Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, nos últimos 05 *(cinco)* anos, nem perdeu o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento e de não parentesco com os membros de Comissão Organizadora *(Anexo III)*;

Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, XVI e suas emendas *(Anexo II);*

Declaração expressa do candidato relacionando todos os Municípios e os seus respectivos Estados que residiu nos últimos 05 *(cinco)* anos *(Anexo III);*

01 (uma) foto 3 x 4 recente;

Aos candidatos convocados que tiverem vínculo de emprego ou cargo público, para comprovação da acumulação legal de acordo com o Art. 37, da Constituição Federal, deverão apresentar declaração do órgão ou entidade em que acumule cargo, contendo as seguintes informações atualizadas:

h.1. Regime do vínculo: Celetista, Estatutário etc;
h.2. Identificação do órgão ou entidade em que possui vínculo público (cargo ou emprego);
h.3. Carga horária do outro vínculo;
h.4. Horário de trabalho do outro vínculo;
h.5. Remuneração do outro vínculo

Documentos comprobatórios de escolaridade ou formação obrigatória, conforme requisitos de contratação;

Títulos, diplomas e certificados informados na inscrição, utilizados para o cômputo da pontuação;

Documentos informados na inscrição que comprovem tempo de experiência, utilizados para o cômputo da pontuação;

Após apresentação de todos os documentos acima descritos dentro do prazo legal e, após devidamente conferidos, o candidato apto ao prosseguimento da contratação será encaminhamento ao médico credenciado pelo município para realização da inspeção médica/exame médico pré-admissional, que dar-se-á após prévio agendamento.

Após a realização da inspeção médica/exame médico pré-admissional, o candidato deverá encaminhar o resultado à Divisão de Recursos Humanos do município onde, caso apto, será confeccionado o devido decreto de nomeação do mesmo.

Se o candidato convocado não puder assumir o cargo ou manifestar desinteresse pelo mesmo, deverá procurar a Divisão de Recursos Humanos do Município para assinar a competente Declaração de Desistência.

A desobediência ou o não comparecimento do candidato convocado dentro do prazo estabelecido neste edital autoriza o município a convocar o candidato seguinte na ordem de classificação.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, trinta e um dias de Julho de 2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 062/2026
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

EDUCADOR SOCIAL - FEMININO	
Nome	**Classificação**
MIRIAN PRISCILA ELEUTÉRIO	35º

ANEXO II

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025
DECLARAÇÃO DE ACÚMULO/NÃO ACÚMULO DE CARGOS
Eu, _____, portador (a) do RG n. _____, inscrito (a) no CPF sob o n. _____, DECLARO que:
( ) **NÃO ACUMULO** de cargo, emprego ou função pública, nos termos dos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal, bem como de que não recebo proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que sejam inacumuláveis com o cargo em que tomará posse.

( ) **EXERÇO** o(s) cargo(s) público(s), função(es) ou emprego(s) constitucionalmente admitidas abaixo:
Órgão ou Empresa: _____.
Natureza Jurídica (cargo, emprego, aposentadoria...): _____.
Cargo _____, remuneração _____.
Jornada de trabalho semanal é de _____ horas, nos horários: _____.
Declaro, ainda, que tomei conhecimento do inteiro teor das normas abaixo transcritas e que estou ciente de que estarei sujeito às penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal, durante o exercício do cargo para o qual fui empossado.

ART. 37 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL
• XVI - "É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:
I. a de dois cargos de professor;
II. a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
III. a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;"
• § 10 - É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos art. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração."
CÓDIGO PENAL - DECRETO LEI 2848/40:
Art. 299 Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:
Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Terra Rica-PR, _____ de _____ de 20_____.

_____
Declarante

ANEXO III

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025
DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO,
DE REGULARIDADE DISCIPLINAR E DE RESIDÊNCIA
Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____,DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da lei:
QueNÃO POSSUO VÍNCULO FAMILIAR(cônjuge, companheiro(a), parentesco consanguíneo ou por afinidade, até o terceiro grau) comQUALQUER MEMBRO DA COMISSÃO ORGANIZADORA do Processo Seletivo
QueNÃO FUI DEMITIDO(A)do serviço públicoFederal, Estadual, Distrital ou Municipalnos últimos 05 (cinco) anos, em decorrência de aplicação de pena disciplinar, nemPERDI O CARGOem razão de ordem judicial transitada em julgado, a ser cumprida ou em cumprimento.

• Relaciono abaixo todos osMunicípiose seus respectivosEstadosondeRESIDInos últimos 05 (cinco) anos:

Município:_____,Estado:_____;
Município:_____,Estado:_____;

Declaro ainda estar ciente de que a falsidade desta declaração implicará naIMEDIATA DESCLASSIFICAÇÃOdo processo seletivo, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

Local, _____ de _____ de _____.

_____
(Assinatura do (a) candidato (a))

Publicado por:
Arthur Santana Martins
Código Identificador:F8330DBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 333/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA NATALIA ALVAREZ CAZETTA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares a Sra. **NATALIA ALVAREZ CAZETTA,** matrícula Nº 12267, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO,** referente ao período aquisitivo de 24/02/2024 a 23/02/2025, do Município de Terra Rica, que serão 10 (dez) dias usufruídos, que compreende entre **01/08/2026 a 10/08/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (31/07/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:9508239F

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 334/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA MARIA

MIGUEL DE SOUZA CUNHA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares a Sra. **MARIA MIGUEL DE SOUZA CUNHA,** matrícula Nº 11687, ocupante do cargo efetivo de **ENFERMEIRO(A) PADRÃO,** referente ao período aquisitivo de 05/01/2025 a 04/01/2026, do Município de Terra Rica, que serão 20 (vinte) dias usufruídos, que compreende entre **03/08/2026 a 22/08/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (31/07/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:10C576AC

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 335/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA ROSELY DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares a Sra. **ROSELY DA SILVA,** matrícula Nº 931, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** referente ao período aquisitivo de 01/08/2025 a 31/07/2026, do Município de Terra Rica, que serão 20 (vinte) dias usufruídos, que compreende entre **03/08/2026 a 22/08/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (31/07/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:ED6DA773

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 336/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA VERGINIA FERNANDES CHAVES, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares a Sra. **VERGINIA FERNANDES CHAVES,** matrícula Nº 12034, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE DE DEFESA CIVIL,** referente ao período aquisitivo de 20/06/2024 a 19/06/2025, do Município de Terra Rica, que serão 30 (trinta) dias usufruídos, que compreende entre **01/08/2026 a 30/08/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (31/07/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:84EAE47C

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 337/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA FABIANA CARDOSO FERREIRA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares a Sra. **FABIANA CARDOSO FERREIRA SILVA,** matrícula Nº 20202149, ocupante do cargo temporário de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM (PSS),** referente ao período aquisitivo de 16/10/2024 a 15/10/2025, do Município de Terra Rica, que serão 30 (trinta) dias usufruídos, que compreende entre **03/08/2026 a 01/09/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (31/07/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:00560CDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 338/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA ELOANA FERNANDES DOS SANTOS SIMOES, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares a Sra. **ELOANA FERNANDES DOS SANTOS SIMOES,** matrícula Nº 20202333, ocupante do cargo temporário de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO (PSS),** referente ao período aquisitivo de 10/04/2025 a 09/04/2026, do Município de Terra Rica, que serão 30 (trinta) dias usufruídos, que compreende entre **03/08/2026 a 01/09/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (31/07/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:F9EB2778

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 339/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR MARCOS VINICIUS LOPES SILVA**,** E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares ao Sr **MARCOS VINICIUS LOPES SILVA,** matrícula Nº 20202395, ocupante do cargo temporário de **PSICÓLOGO (PSS),** referente ao período aquisitivo de 01/08/2025 a 31/07/2026, do Município de Terra Rica, que serão 20 (vinte) dias usufruídos, que compreende entre **03/08/2026 a 22/08/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (31/07/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:7B27C968

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 340/2026

SÚMULA: CONCEDE A PEDIDO DA FUNCIONÁRIA MUNICIPAL SENHORA ROSELEINE RODRIGUES DURIGAN, LICENÇA ESPECIAL DE 03 (TRÊS) MESES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

R E S O L V E:

Artigo 1º.- Conceder **LICENÇA ESPECIAL DE 03 (TRES) MESES** a funcionária Sra. **ROSELEINE RODRIGUES DURIGAN,** matricula nº 986, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR 20 HORAS,** do Município de Terra Rica, relativo ao período aquisitivo de 05/02/2014 a 04/02/2019, conforme Artigo nº. 135, da Lei Municipal nº 072/22, as quais serão 90 (noventa) dias usufruídos no período de 03 de Agosto de 2026 a 31 de Outubro de 2026 (03/08/2026 a 31/10/2026).

Artigo 2º.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (31/07/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:25E41AE7

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO 052/2025

CLÁUSULA PRIMEIRA: São partes no presente Termo Aditivo:

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE TERRA RICA, inscrito no CNPJ sob nº 76.978.881/0001-81, com sede à Av. Claudio Domingos Soletti, 1.120, Cep - 87.890-000, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná.

CONTRATADO: MARCOS VINICIUS LOPES SILVA, brasileiro, inscrito no CPF nº **020.594.341-14**, RG nº **020.594.341-14**, residente e domiciliado à **RUA FRANCISCO GONÇALVES GUTIERRES, 255 – TERRA RICA - PR,** denominada doravante de **CONTRATADO.**

CLÁUSULA SEGUNDA: As partes, com apoio nas leis e regulamentos que regem a matéria, firmaram **CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO** de **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS** com prazo de vigência de 12 (doze) meses, compreendendo o período de 01/08/2025 a 31/07/2026, com possibilidade de prorrogação por mais até 12 (doze) meses, em persistindo o excepcional interesse público, conforme art. 4º, § único da Lei Municipal 035/2001, à critério exclusivo do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA: Através do presente Termo, e, atendendo ao disposto na Cláusula segunda, as partes resolvem promover um aditivo de prazo de 12 (doze) meses no aludido contrato, passando o mesmo a vigorar com vigência até 31/07/2027.

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato administrativo originário, datado de 01/08/2025.

Terra Rica-Pr, 31 de Julho de 2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal
Contratante

MARCOS VINICIUS LOPES SILVA
Contratado

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:5A2A0B66

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
AVISO DE LICITAÇÃO - SAMAE DE TERRA RICA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 13 /2026
TIPO REGISTRO DE PREÇO

O Samae de Terra Rica, Estado do Paraná, através do Senhor Diretor Adriano Sergio Nunes, torna público o Processo de Pregão - Eletrônico 13/2026 O objeto dessa licitação consiste em Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cadeiras de escritório, visando atender às necessidades administrativas do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE conforme detalhado no instrumento convocatório correspondente.

TIPO DE JULGAMENTO: Menor preço Por item

ABERTURA:A abertura do certame será às 09:00 (nove horas) do dia 13/08/2026 (treze dias de agosto de 2026).

O edital completo está disponível no site:https://www.samaetr.com.br ou https:/bllcompras.com/ via e-mail licitacao@samaetr.com.br ou poderão ser adquiridos na Av. James Patrick Clark, nº 233, Setor de Licitações, Fone: (44) 3441-2441, informando-se no pedido os seguintes dados: Razão Social do requerente, endereço, telefone, e-mail e nome da pessoa para contato.

Terra Rica, 31/07/2026

ADRIANO SERGIO NUNES
Diretor do SAMAE

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:1FB07CA5

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
AVISO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2026 PROCESSO 67/2026

O Samae de Terra Rica, Estado do Paraná, através do Senhor Diretor Adriano Sergio Nunes, torna público o Processo de Dispensa de Licitacão 13/2026, O objeto dessa licitação consiste em Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de lavagem, limpeza e higienização de veículos da linha leve e pesada pertencentes à frota do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Terra Rica/PR, conforme detalhado no instrumento convocatório correspondente.

Data: A partir da data de publicação até 06/08/2026 (seis dias de agosto de 2026).

O edital completo está disponível no site: https://www.samaetr.com.br/ em processos licitatórios. Informações complementares poderão ser adquiridos na Av. James Patrick Clark, 233 Setor de Licitações, Fone: (44) 3441.2441 – 3441.1522, informando-se no pedido os seguintes dados: Razão Social do requerente, endereço, telefone, e-mail e nome da pessoa para contato.

Terra Rica, 31/07/2026

ADRIANO SERGIO NUNES
Diretor do SAMAE

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:ED787D69

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17470/2026

PORTARIA N° 17470/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a). LEANDRO CESAR DE PAULA NEVES, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). LEANDRO CESAR DE PAULA NEVES, portador(a) do CPF ***.***.069-**, no cargo de Agente Administrativo, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 03 de agosto de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 31 de julho de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:C33405D7

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 17471/2026

PORTARIA N.º 17471/2026

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o requerimento protocolado sob o n.º 11977/2026 em 09/07/2026

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora, Neuseli Aparecida da Silva Berri, ocupante do cargo de Professora, matrícula 1228935-00, lotada na Secretaria Municipal de Educação, 3 (três) meses de licença especial no período de 03/08/2026 a 31/10/2026, conforme o artigo 33 da Lei Municipal nº 1582/2017.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 31 de julho de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Cristina Piva Caetano
Código Identificador:730F216E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE TRABALHO Nº 186/2026

TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE TRABALHO Nº 186/2026

Que entre si celebraram, de um lado MUNICIPIO DE TERRA ROXA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 75.587.204/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Ivan Reis da Silva, inscrito no CPF sob n° 492.820.779-34 com sede na Avenida Presidente Arthur da Costa e Silva, nº 95, centro, na cidade de Terra Roxa, estado de Paraná, neste ato denominado EMPREGADOR, e de outro, MARIA NEYDE DA SILVA, inscrito no CPF sob n° ***.***.359-**, neste ato denominado EMPREGADO(A) no cargo de Recepcionista, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente contrato será prorrogado por mais 03 (três) meses, com início em 01/08/2026 e término em 29/10/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Prorrogação ao Contrato Administrativo Temporário de Trabalho, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Terra Roxa, 31 de julho de 2026.

_____

Empregador

_____

Empregado(a)

Testemunha: FERNANDO RODRIGO TIMOTEO

Testemunha: MILENE MARIA SANTOS BUENO

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:C39C9A1E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE TRABALHO Nº 187/2026

TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE TRABALHO Nº 187/2026

Que entre si celebraram, de um lado MUNICIPIO DE TERRA ROXA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 75.587.204/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Ivan Reis da Silva, inscrito no CPF sob n° 492.820.779-34 com sede na Avenida Presidente Arthur da Costa e Silva, nº 95, centro, na cidade de Terra Roxa, estado de Paraná, neste ato denominado EMPREGADOR, e de outro, SAMARA VOLPATO PEREIRA, inscrito no CPF sob n° ***.***.049-**, neste ato denominado EMPREGADO(A) no cargo de Recepcionista, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente contrato será prorrogado por mais 01 (um) mês, com início em 01/08/2026 e término em 30/08/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Prorrogação ao Contrato Administrativo Temporário de Trabalho, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Terra Roxa, 31 de julho de 2026.

_____

Empregador

_____

Empregado(a)

Testemunha: FERNANDO RODRIGO TIMOTEO

Testemunha: MILENE MARIA SANTOS BUENO

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:E3CBE68D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE TRABALHO Nº 189/2026

TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE TRABALHO Nº 189/2026

Que entre si celebraram, de um lado MUNICIPIO DE TERRA ROXA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 75.587.204/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Ivan Reis da Silva, inscrito no CPF sob n° 492.820.779-34 com sede na Avenida Presidente Arthur da Costa e Silva, nº 95, centro, na cidade de Terra Roxa, estado de Paraná, neste ato denominado EMPREGADOR, e de outro, PAULA HOSDA DE LIMA, inscrito no CPF sob n° ***.***.219-**, neste ato denominado EMPREGADO(A) no cargo de Recepcionista, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente contrato será prorrogado por mais 02 (dois) meses, com início em 02/08/2026 e término em 30/09/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Prorrogação ao Contrato Administrativo Temporário de Trabalho, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Terra Roxa, 31 de julho de 2026.

_____

Empregador

_____

Empregado(a)

Testemunha: FERNANDO RODRIGO TIMOTEO

Testemunha: MILENE MARIA SANTOS BUENO

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:E98390EF

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO N° 4681/2026

DECRETO Nº 4681/2026

Institui o Programa Municipal de Revisão dos Afastamentos por Incapacidade Laborativa dos Servidores Públicos do Município de Terra Roxa e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e supremacia do interesse público, previstos no art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que compete à Administração Pública zelar pela adequada gestão de pessoal, pela continuidade dos serviços públicos e pela correta aplicação dos recursos públicos;

CONSIDERANDO a necessidade de promover o acompanhamento periódico da capacidade laborativa dos servidores afastados por motivo de saúde, observando critérios técnicos, médicos e administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de verificar a permanência das condições que justificaram os afastamentos, bem como identificar situações passíveis de retorno ao exercício, readaptação funcional ou encaminhamento ao regime próprio de previdência social para eventual aposentadoria por incapacidade permanente;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Administração Pública Direta do Município de Terra Roxa, o Programa Municipal de Revisão dos Afastamentos por Incapacidade Laborativa, destinado à reavaliação periódica dos servidores públicos afastados por motivo de saúde.

Parágrafo único. O Programa possui caráter administrativo, preventivo e revisional, visando assegurar a adequada manutenção dos benefícios decorrentes de incapacidade laborativa, sem prejuízo dos direitos dos servidores.

Art. 2º O Programa observará os seguintes princípios:

I – legalidade;

II – impessoalidade;

III – eficiência administrativa;

IV – proteção à saúde do servidor;

V – contraditório e ampla defesa;

VI – motivação dos atos administrativos;

VII – prevalência da avaliação técnica realizada pela Junta Médica Oficial.

Art. 3º Poderão ser convocados para revisão os servidores que se enquadrarem, dentre outros, nos seguintes critérios:

I – afastamentos superiores a 90 (noventa) dias;

II – afastamentos superiores a 180 (cento e oitenta) dias;

III – afastamentos superiores a 12 (doze) meses;

IV – afastamentos sucessivos ou reiterados;

V – casos em que a Junta Médica entender necessária nova avaliação.

Parágrafo único. A convocação observará critérios objetivos e cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Administração.

Art. 4º Os servidores convocados deverão comparecer perante a Junta Médica Oficial na data designada, apresentando:

I – relatórios médicos atualizados;

II – exames complementares relacionados à enfermidade;

III – demais documentos eventualmente solicitados.

Art. 5º Compete à Junta Médica Oficial emitir laudo técnico conclusivo acerca da condição laborativa do servidor, indicando, quando for o caso:

I – manutenção do afastamento;

II – retorno ao exercício das funções;

III – necessidade de readaptação funcional;

IV – necessidade de nova avaliação médica em prazo determinado;

V – existência de incapacidade permanente, hipótese em que recomendará o encaminhamento ao Regime Próprio de Previdência Social para análise de eventual aposentadoria por incapacidade permanente.

Art. 6º A decisão administrativa decorrente da perícia será fundamentada e observará integralmente as conclusões constantes do laudo da Junta Médica Oficial.

Art. 7º O não comparecimento injustificado do servidor à perícia revisional ensejará sua notificação para comparecimento em nova data.

§1º Persistindo a ausência injustificada, poderão ser adotadas as medidas administrativas previstas na legislação municipal, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
§2º A impossibilidade de comparecimento por motivo de saúde deverá ser comprovada mediante documentação idônea.

Art. 8º Sempre que possível, antes do encaminhamento para aposentadoria por incapacidade permanente, deverá ser avaliada a viabilidade de readaptação funcional, observado o interesse público, a capacidade laborativa residual do servidor e a legislação aplicável.

Art.9º A Secretaria Municipal de Administração coordenará a execução do Programa, podendo:

I – elaborar cronograma de revisões;

II – expedir notificações;

III – organizar os processos administrativos individuais;

IV – acompanhar o cumprimento das decisões da Junta Médica Oficial;

V – encaminhar ao Regime Próprio de Previdência Social os casos que demandarem análise previdenciária.

Art. 10 Cada servidor revisado possuirá processo administrativo individual, contendo:

I – ato de convocação;

II – documentos apresentados;

III – laudo da Junta Médica;

IV – decisão administrativa;

V – demais documentos pertinentes.

Art. 11 A implementação do Programa ocorrerá de forma escalonada, observando, preferencialmente, a seguinte ordem de prioridade:

I – servidores afastados há mais de 12 (doze) meses;

II – servidores afastados entre 181 (cento e oitenta e um) dias e 12 (doze) meses;

III – servidores afastados entre 91 (noventa e um) e 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 12 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração, observada a legislação municipal vigente e os pareceres da Junta Médica Oficial.

Art. 13 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Terra Roxa, em 31 de julho de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito do Município de Terra Roxa

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:214794F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO 66-2026

Termo de Adjudicação
Processo n°: 117/2026
Licitação n°: 66/2026
Modalidade: 1088 - Pregão Eletrônico
Objeto: AQUISIÇÃO DE 250 CAMISETAS, 80 CHAPÉUS COM PROTEÇÃO UV E FAIXAS EM LONA PARA AS CAMPANHAS CONTRA DENGUE E CHIKUNGUNYA, VISANDO ATENDER A DEMANDA DA VIGILÂNCIA ENDÊMICA DESTE MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO SESA/PR Nº 285/2024.
Ultrapassada a fase de habilitação deste pregão, e considerando o fato de que o representante legal presente à sessão pública não manifestou interesse em recorrer do resultado deste pregão, adjudico o seu objeto à(s) seguinte(s) licitante(s):

Vencedores	
Nome	Itens
VR CORTES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	1, 2
R$6.497,50 (seis mil, quatrocentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos)	
47.114.606 ANDRE CANDIDO DE MELO	3
R$2.224,80 (dois mil, duzentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos)	
A BALLESTA	4
R$4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)	

Destarte, com fulcro no art. 71 inciso IV, da Lei n°. 14.133/2021, submetemos os presentes autos, nele incluídos estas informações à apreciação da Autoridade Competente para que decida a respeito da homologação deste procedimento licitatório.
É o parecer, s.m.j.

Terra Roxa, PR, 31 de julho de 2026

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:36FB83D4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6312, DE 31 DE JULHO DE 2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA
Art. 1º Fica exonerado, a pedido, **LUCAS DA ROCHA FERREIRA**, portador da cédula de identidade com R.G. nº 14.420.257-0/SSP/PR, do cargo em comissão de Assessor I, nomeado por meio do Decreto nº 6105, de 04 de março de 2026.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 31 de julho de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:4A235714

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 341, DE 31 DE JULHO DE 2026

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 779/2021,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diária, nos termos da Lei nº 779/2021, à servidora **LILIANE PEIXOTO BERBERT LIMA,** inscrita no R.G. sob o nº 8.806.630-8/SSP/PR, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, matrícula funcional nº 119463, em virtude de sua participação em Capacitação e Atualização promovida pelo Instituto de Identificação do Paraná, a ser realizado no dia 04 de agosto de 2026, na cidade de Curitiba – PR, conforme memorando nº 545/2026 – Secretaria de Administração e Planejamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 31 de julho de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:D332D727

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 342, DE 31 DE JULHO DE 2026

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 779/2021,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diária, nos termos da Lei nº 779/2021, ao servidor **ROBISON RIBEIRO DOS SANTOS OLIVEIRA,** inscrito no R.G. sob o nº 10.826.334-2/SSP/PR, ocupante do cargo de Enfermeiro, matrícula funcional nº 119322, em virtude de sua participação em "Seminário Regional de Vigilância Sanitária", a ser realizado nos dias 05 e 06 de agosto de 2026, na cidade de Araucária – PR, conforme memorando nº 709/2026 – Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 31 de julho de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:0F2C0F99

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 343, DE 31 DE JULHO DE 2026

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 779/2021,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diária, nos termos da Lei nº 779/2021, à servidora **SANDRA JOSIANE PEREIRA,** inscrita no R.G. sob o nº 8.040.759-9/SSP/PR, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, matrícula funcional nº 513, em virtude de sua participação em "Seminário Regional de Vigilância Sanitária", a ser realizado nos dias

05 e 06 de agosto de 2026, na cidade de Araucária – PR, conforme memorando nº 709/2026 – Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 31 de julho de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:FCDFDDAD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 344, DE 31 DE JULHO DE 2026

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 779/2021,

RESOLVE
Art. 1º Conceder diária, nos termos da Lei nº 779/2021, à servidora **LARISSA WELKER COSTA,** inscrita no R.G. sob o nº 10.773.584-4/SSP/PR, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula funcional nº 1397, em virtude de sua participação em "Seminário Regional de Vigilância Sanitária", a ser realizado nos dias 05 e 06 de agosto de 2026, na cidade de Araucária – PR, conforme memorando nº 709/2026 – Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 31 de julho de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:7FA7721E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 345, DE 31 DE JULHO DE 2026

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 779/2021,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diária, nos termos da Lei nº 779/2021, ao servidor **JOSMAR LUIS CAMARGO,** inscrito no R.G. sob o nº 3.847.077-9/SSP/PR, ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, matrícula funcional nº 62, em virtude de sua participação em "Seminário Regional de Vigilância Sanitária", a ser realizado nos dias 05 e 06 de agosto de 2026, na cidade de Araucária – PR, conforme memorando nº 709/2026 – Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 31 de julho de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:49228C61

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 61 - ANO 2025

Nº DO CONTRATO	PROCESSO DE LICITAÇÃO	OBJETO ADITIVO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA
N°61/2025	Pregão Eletrônico n°32/2025	Prorrogação de prazo por 12 (doze) meses (29.07.2027) e correção monetária.	**RC SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA** CNPJ: 38.928.121/0001-70	28/07/2026.

Publicado por:
Tiago Vinicius da Silva Alves
Código Identificador:AE8B22B9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

PODER EXECUTIVO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001-2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026

Tomazina, 31 de julho de 2026.
A Prefeitura Municipal de Tomazina, Estado do Paraná, CONVOCA os(as) candidatos(as) aprovados(as) no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026, conforme estabelecido pelo Edital de número 01/2026, conforme descrição abaixo, para comparecerem na Divisão de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Tomazina, sita a Praça Tenente João José Ribeiro, 99 - Centro, para apresentarem os documentos e habilitações exigidas e tomar posse de seu respectivo cargo, até o dia **05 de agosto, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 as 16:00.**
O não comparecimento no prazo estipulado implicará na desclassificação e desistência automática dos(as) candidatos(as) aprovados(as), a saber:

Cargo: "PEDAGOGA"

Nome	Documento	Nota final	Classificação
MARIA DE FATIMA LEMES GALDINO	562.XXX.XXX-04	80,00	1º
VANESSA PAULIK DALLER	046.XXX.XXX-66	80,00	2º

Documentos para Admissão:

Originais:
(X) CTPS – Carteira de Trabalho Física ou CTPS Digital
(X) Comprovante do Pis/Pasep (Dcto emitido pela Caixa Econômica)
(X) 01 Foto 3x4
(X) Exame Médico (agendado pelo município)
(X) Comprovante da Conta Bancária (Banco do Brasil)

Fotocópias:
(X) CTPS – Carteira de Trabalho Física ou CTPS Digital
(X) Carteira de Identidade
(X) C.P.F.
(X) Título de Eleitor – comprovante de votação na última eleição
(X) Certidão de Nascimento, quando solteiro
(X) Certidão de Casamento, quando casado
(X) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos + CPF
(X) Certificado Militar
(X) Comprovante de Residência (fatura água, luz ou telefone)
(X) Certificado Escolar

Por ser expressão da verdade firmamos á presente.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:1CF308A3

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 333/2026

O senhor **CEZAR BUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no art. 101 da Lei Municipal n.º 012/1997, Parágrafo Único

R E S O L V E:
Art. 1º- Conceder 90 (noventa) dias de licença prêmio para o(a) servidor(a), Sr(a) CAMILA DE PAULA DOS SANTOS, matrícula de nº 659, ocupante do cargo efetivo de "AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE", de 03/08/2026 até 31/10/2026, período aquisitivo 2017/2022.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em 31 de julho de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:EA2AD45E

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 334/2025

O senhor **CEZAR BUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Nomear a partir de 03/08/2026, o(a) senhor(a) **ELAINE DANIEL RODRIGUES**, portador(a) do CPF nº 036.XXX.XXX-03, para exercer o Cargo em Comissão de **"DIRETORA MUNICIPAL DE CULTURA,"**, conforme Lei Municipal 599/2024.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
31 de julho de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:0F9BAB49

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2026 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Licitação com lote para Ampla Participação e Lote exclusivo para ME, EPP ou MEI.
Objeto: Registro de preços para aquisição de marmitas para fornecimento eventual e parcelado à Prefeitura Municipal de Tomazina/PR, conforme quantitativos e especificações constantes no ETP, TR e no Edital de Licitação.
A Prefeitura Municipal de Tomazina, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação referente ao PREGÃO ELETRÔNICO n° 25/2026, no portal: (www.bll.org.br).
Valor Total de Referência: R$248.000,00 (duzentos e quarenta e oito mil reais).
Abertura da Licitação: 09 horas do dia **14/08/2026**.
Local da Abertura: Prefeitura Municipal de Tomazina – Praça Tenente João José Ribeiro, 99 – Tomazina – PR. O Edital completo está disponível no site http://tomazina.pr.gov.br, no PNCP no site https://pncp.gov.br/ e no portal: www.bll.org.br. Maiores esclarecimentos estarão à disposição dos interessados de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo whatsapp (43)99615-7043 e pelo email:marcieletmz@gmail.com
Tomazina, 31 de julho de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Marciele Isabel Munaro
Código Identificador:945A2628

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2026 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Licitação com lote para Ampla Participação e Lote exclusivo para ME, EPP ou MEI
Objeto: Registro de preços para Prestação de serviços de confecção de próteses dentárias, com material, para atender às necessidades da Secretaria de Saúde do município de Tomazina-PR, conforme quantitativos e especificações constantes no ETP, TR e no Edital de Licitação.
A Prefeitura Municipal de Tomazina, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação referente ao PREGÃO ELETRÔNICO n° 26/2026, no portal: (www.bll.org.br).
Valor Total de Referência: R$165.318,80 (cento e sessenta e cinco mil e trezentos e dezoito reais e oitenta centavos).
Abertura da Licitação: 09 horas do dia **19/08/2026**.
Local da Abertura: Prefeitura Municipal de Tomazina – Praça Tenente João José Ribeiro, 99 – Tomazina – PR. O Edital completo está disponível no site http://tomazina.pr.gov.br, no PNCP no site https://pncp.gov.br/ e no portal: www.bll.org.br. Maiores esclarecimentos estarão à disposição dos interessados de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo whatsapp (43)99615-7043 e pelo email:marcieletmz@gmail.com
Tomazina, 31 de julho de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Marciele Isabel Munaro
Código Identificador:064080CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECISÃO

Por motivos de interesse público, para adequação do Edital, tendo em vista o princípio de autotutela da Administração Pública, podendo revogar atos não convenientes ou oportunos. Assim, revogo o Pregão Eletrônico n.º 21/2026 - Processo 41/2026 que visava o Registro de preços para a Contratação de empresas especializadas para a prestação de serviços de transporte escolar, com monitores, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Tomazina/PR, conforme quantitativos e especificações constantes no ETP, TR e no Edital de Licitação.

Tomazina, 31 de julho de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Marciele Isabel Munaro
Código Identificador:22BEBDA6

TURISMO
ATA DE MUDANÇA DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR

Aos quinze dias do mês de julho de dois mil e vinte seis, reuniu-se na Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo à Rua Felipe Miguel de Carvalho nº 815 centro, Tomazina, às 13h00, na presença de convidados, a Secretária Municipal de Esporte, Cultura e Turismo Thayany de Moraes Heidgger Zanrosso, no uso de suas atribuições legais, iniciou a reunião com os presentes e conforme a necessidade

de algumas mudanças na composição do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, levou a conhecimento dos membros presentes os nomes a serem nomeados a compor o Conselho Municipal de Turismo COMTUR.
De acordo com os termos do Art. 4º da Lei Municipal nº 532/2022, ficam nomeadas para compor o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, as pessoas abaixo designadas:
I – DO PODER PÚBLICO:

REPRESENTANTE DE INDUSTRIA E COMÉRCIO:
Titular: Alcides Geraldi Reis
CPF: 566.365.989-72
Suplente: Julio Cesar Leocadio
CPF: 081.396.209-98

REPRESENTANTE DO ESPORTE:
Titular: Alan Alves Machado
CPF: 064.489.899-27
Suplente: Paula Carolina Gomes da Silva
CPF: 063.250.139-13

REPRESENTANTE DA CULTURA:
Titular: Pricila Inocência dos Santos
CPF: 030.944.529-90
Suplente: Gabriel Donizetti dos Santos
CPF: 115.916.779-63

REPRESENTANTE DO TURISMO:
Titular: Thayany de Morais Heidgger Zanrosso
CPF: 080.933.789-44
Suplente: Flavio Santos Fontanelli
CPF: 943.166.605-78

REPRESENTANTE DO MEIO AMBIENTE:
Titular: Edvaldo Vito Ribeiro
CPF: 034.730.849-05
Suplente: Julian Acosta da Paixão
CPF: 082.514.569-40

II – DA SOCIEDADE CIVIL:

REPRESENTANTE DE ASSOCIAÇÕES OU EMPRESASLIGADAS AO TURISMO RURAL:
Titular: Silvana Aparecida de Souza Gonçalves
CPF: 312.097.648-21
Suplente: Ângela Correia Monteiro
CPF: 027.548.089-57

REPRESENTANTE DE ASSOCIAÇÕES OU EMPRESAS LIGADA AO TURISMO DE AVENTURA:
Titular: Antônio Carlos de Souza
CPF: 699.125.219-00
Suplente: João Emerson dos Santos Kondo
CPF: 046.364.349-60

REPRESENTANTE DO SEGMENTO DEHOSPEDAGEM, ALIMENTOS E BEBIDAS:
Titular: Elaine Daniel Rodrigues
CPF: 036.704.019-03
Suplente: Guilherme Schena Dias Rodrigues
CPF: 076.900.249-80

REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL:
Titular: Edilson Rodrigues dos Santos
CPF: 044.323.978-96
Suplente: Bruno Antunes Ribeiro
CPF: 076.161.969-00

REPRESENTANTE DA CÂMARA DE VEREADORES:
Titular: Ariel Raimundo do Vale
CPF: 351.702.978-58
Suplente: Marcia Aparecida de Freitas
CPF: 052.577.689-33

Art 1º Ficam nomeados para composição da diretoria os seguintes membros:
Presidente: Thayany de Morais Heidgger
Vice-presidente: Pricila Inocência dos Santos
Secretário: Alan Alves Machado

Nada mais havendo a tratar, a Presidente e Secretária de Esporte, Cultura e Turismo Thayany de Moraes Heidgger Zanrosso deu por encerrada reunião de nomeação de novos membros do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, foi lavrada esta ata por mim – Presidente e as assinaturas da ata será a lista de presença assinada por todos os presentes na referida reunião.

Tomazina, 15 de julho de 2026.

Publicado por:
Marciele Isabel Munaro
Código Identificador:14F2506B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2025

ORDEM CRONOLÓGICA: Pregão SRP Nº 04/2025 – Processo Nº 06/2025, via Ata de Registro de Preços Nº 13/2025.
OBJETO: Material de Copa e Cozinha, bem como de limpeza para o Legislativo Municipal**.**
PARTES: Câmara Municipal de Três Barras do Paraná e Gelo Canei Ltda.
FUNDAMENTO: Lei 14.133/2021.
PREÇO: O valor do saldo total do quantitativo inicial da Ata SRP é de até R$ 30.684,68 ao ano.
PRAZO: O prazo de vigência deste instrumento contratual é de 12 meses, até 31 de julho de 2027.

Três Barras do Paraná, 31 de julho de 2026.

ANTENOR CARLOS DA MOTTA
Presidente

Publicado por:
Lenilce Vitoriano
Código Identificador:CDAFF9A0

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2025

ORDEM CRONOLÓGICA: Pregão SRP Nº 04/2025 – Processo Nº 06/2025, via Ata de Registro de Preços Nº 14/2025.
OBJETO: Material de Copa e Cozinha, bem como de limpeza para o Legislativo Municipal**.**
PARTES: Câmara Municipal de Três Barras do Paraná e a Empresa Comercial Coimbra de Souza Ltda.
FUNDAMENTO: Lei 14.133/2021.
PREÇO: O valor do saldo total do quantitativo inicial da Ata SRP é de até R$ 4.477,50 ao ano.
PRAZO: O prazo de vigência deste instrumento contratual é de 12 meses, até 31 de julho de 2027.

Três Barras do Paraná, 31 de julho de 2026.

ANTENOR CARLOS DA MOTTA
Presidente

Publicado por:
Lenilce Vitoriano
Código Identificador:99EA574B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.° 01/2022

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO n.° 01/2022

PARTES: **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL TUNAS DO PARANÁ CNPJ 09.686.727/0001-49**, e de outro lado à empresa **ELOTECH GESTÃO PUBLICA LTDA CNPJ: 80.896.194/0001-94**,

OBJETO: **Contratação de empresa especializada no desenvolvimento de Software de Gestão Pública com serviços de Locação e Licença de uso**.

VALOR: Importa o presente Termo Aditivo em acréscimo de R$ 58.844,88 (cinquenta e oito mil oitocentos e quarenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), ou seja R$4.903,74 (quatro mil novecentos e três reais e setenta e quatro centavos) mensais.

DATA: Tunas do Paraná/PR, 04 de junho de 2026.
ASSINAM O TERMO: EVERSON FARIAS BATISTA Presidente do RPPS –
ELOTECH GESTÃO PÚBLICA LTDA POR: LEANDRO JOAQUIM DE SOUZA
CONTRATADA

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:FB80248B

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DA RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº09-2026.

Retificação da publicação da Ratificação de Inexigibilidade Nº09-2026.
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA
O Município de Tunas do Paraná, através do Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados o Adendo de Retificação da Publicação da Ratificação de Inexigibilidade Nº 09-2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição 3585 na data de 31/07/2026.

Fica retificada a Ratificação da Dispensa, onde se lê:
- Ratificação de Dispensa de Licitação Nº **06**/2026

Leia-se:
- Ratificação de Dispensa de Licitação Nº **09**/2026

As demais disposições da ratificação permanecem inalteradas.

Tunas do Paraná 31 de julho de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:FC1295F5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 09/2026

Dispõe sobre a transposição do regime jurídico celetista para o regime estatutário dos empregos públicos remanescentes de Auxiliar de Odontologia, o enquadramento em cargos efetivos de Auxiliar de Saúde Bucal, a vinculação ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Turvo e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Turvo, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei Complementar dispõe sobre a transposição do regime jurídico dos atuais empregados públicos concursados ocupantes do emprego público de Auxiliar de Odontologia, atualmente regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para o regime estatutário do Município de Turvo.
Art. 2º A presente Lei observa os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, continuidade do serviço público, segurança jurídica e valorização do servidor público concursado.

CAPÍTULO II
DA EXTINÇÃO DOS EMPREGOS PÚBLICOS
Art. 3º Ficam extintos os empregos públicos remanescentes de Auxiliar de Odontologia, criados sob a égide da Lei Municipal nº 8/2006, à medida em que forem formalizados os respectivos enquadramentos previstos nesta Lei.
Parágrafo único. A extinção prevista no caput não interrompe o vínculo funcional dos servidores abrangidos.

CAPÍTULO III
DA TRANSPOSIÇÃO DE REGIME JURÍDICO

Art. 4º Os atuais empregados públicos concursados ocupantes do emprego de Auxiliar de Odontologia ficam transpostos para o regime jurídico estatutário previsto na Lei Complementar nº 3/2023.
Art. 5º A transposição prevista nesta Lei:
I – não configura novo provimento;
II – não constitui nova investidura;
III – não importa em contratação originária;
IV – decorre da regularização do regime jurídico aplicável a vínculos anteriormente constituídos mediante concurso público.

CAPÍTULO IV
DO ENQUADRAMENTO FUNCIONAL
Art. 6º Os servidores abrangidos por esta Lei serão enquadrados nos cargos efetivos já existentes de Auxiliar de Saúde Bucal, integrantes do quadro permanente do Município, observada a disponibilidade de vagas prevista no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração instituído pela Lei Complementar nº 2/2023.
Art. 7º O enquadramento observará:
I – compatibilidade de atribuições;
II – equivalência de carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;
III – escolaridade exigida para o cargo;
IV – tempo de serviço prestado ao Município;
V – irredutibilidade remuneratória.
Art. 8º O enquadramento inicial ocorrerá na tabela vigente do cargo de Auxiliar de Saúde Bucal, na Classe B, Nível 09, ou outro nível equivalente vigente na data da implementação, assegurada a remuneração global mais vantajosa ao servidor.

CAPÍTULO V
DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
Art. 9º Em razão do enquadramento em cargo efetivo estatutário, os servidores abrangidos por esta Lei passam a ser segurados obrigatórios do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Turvo – RPPS, nos termos da Lei Complementar nº 6/2023.
Art. 10. A filiação ao RPPS ocorrerá automaticamente a partir da posse funcional decorrente do enquadramento previsto nesta Lei, observado o art. 23 da Lei Complementar nº 6/2023.
Art. 11. O tempo de contribuição anteriormente vertido ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS poderá ser computado para fins previdenciários, mediante Certidão de Tempo de Contribuição – CTC

e observadas as regras constitucionais, legais e de compensação financeira entre regimes.
Art. 12. O período anterior vinculado ao RGPS não será automaticamente convertido em tempo no RPPS sem a observância dos procedimentos legais próprios.

CAPÍTULO VI
DA CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO FUNCIONAL

Art. 13. O tempo de serviço prestado ao Município de Turvo sob regime celetista será integralmente aproveitado para fins administrativos e funcionais, especialmente:
I – progressão funcional;
II – promoção na carreira;
III – adicionais por tempo de serviço;
IV – férias e licenças estatutárias, quando cabíveis;
V – demais vantagens previstas em lei municipal.

CAPÍTULO VII
DA FORMALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 14. O Poder Executivo expedirá, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da publicação desta Lei Complementar, Portaria individual ou coletiva contendo:
I – identificação nominal dos servidores enquadrados;
II – matrícula funcional;
III – cargo efetivo de destino;
IV – classe e nível remuneratório;
V – lotação;
VI – data de início dos efeitos financeiros;
VII – data de início da vinculação ao RPPS.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.
Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 17. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Turvo, Estado do Paraná, em 31 de julho de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:9CBDF42A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 560-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar em 31 de julho de 2026, o servidor **Lucas Domingos de Barros**, inscrito no CPF nº 062.200.159-08, do cargo efetivo de Oficial Administrativo, lotado na Secretaria Municipal da Familia e Desenvolvimento Social. Em atenção a solicitação do mesmo através do protocolo nº 2.983/2026.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 31 de julho de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:D8A118D8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 561-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o remanescente de 15 (quinze) dias de férias para a servidora efetiva, **Adriane Maria Portela de Meira**, Auxiliar de Odontologia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 05 de agosto de 2026 a 19 de agosto de 2026. conforme concessão de férias realizada por meio da Portaria nº 1021/2025.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 31 de julho de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:AA0A36FB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 562-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o remanescente de 10 (dez) dias de férias para a servidora efetiva, **Ana Paula Gelinski Santos**, Cirurgiã Dentista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 09 de setembro de 2026 a 18 de setembro de 2026. conforme concessão de férias realizada por meio da Portaria nº 1021/2025.

Art. 2º - Converter em abono pecuniário o remanescente de 10(dez) dias de férias da servidora mencionada no art. 1º desta portaria.

Art. 3º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 31 de julho de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:13A1E473

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 563-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o remanescente de 10 (dez) dias de férias para a servidora efetiva, **Rosangela Hiurcartz varela de Sá**, Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 09 de setembro de 2026 a 18 de setembro de 2026. conforme concessão de férias realizada por meio da Portaria nº 1021/2025.

Art. 2º - Converter em abono pecuniário o remanescente de 10(dez) dias de férias da servidora mencionada no art. 1º desta portaria.

Art. 3º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 31 de julho de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:F04C4B43

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO GABINETE DO PREFEITO TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 65/2026

Através do presente termo, **RATIFICO** o processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 65/2026, objeto visa o repasse de materiais e contratação de serviços da **ASSOCIACAO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONARIOS DO COLEGIO ESTADUAL CIVICO-MILITAR EDITE CORDEIROMARQUES - EFM (79.321.709/0001-49),** mediante Inexigibilidade de Licitação, Termo de Fomento no valor total de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), considerando:

•
A regularidade do procedimento executado;

•
A justificativa para escolha da contratada;

•
Os documentos relativos à habilitação da beneficiada em face das exigências previstas pelo Art. 31, inciso II, da Lei n.º 13.019/2014.

Estando tudo em conformidade com o conteúdo do Parecer Jurídico, DETERMINO a adoção das medidas cabíveis para a celebração do contrato.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Turvo/PR, 31 de julho de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:67B91AB9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2026 COMPRAS GOV N° 24/2026

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Turvo/PR, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: Pregão Eletrônico
Tipo: Menor preço
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de sistema para consignados, destinado à gestão de empréstimos consignados em folha de pagamento dos servidores públicos municipais
Cadastro das Propostas: Até às 08h30min de 17 de agosto de 2026.
Início da Sessão: 17 de agosto de 2026 a partir das 08h30min.
Local: www.comprasgovernamentais.gov.br "**Acesso Identificado**"
Valor: Sem valor
Comissão Julgadora: Constituída pela Decreto Nº 79/2026
O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal N° 14.133/21 e suas alterações posteriores. O Edital completo se encontra a disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal (http://www.turvo.pr.gov.br/), bem como no portal da Compras.gov (www.comprasgovernamentais.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (42) 3642-1145 (ramal 206), através do e-mail licitacao@turvo.pr.gov.br, ou, ainda, na Prefeitura Municipal, com sede na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo /PR, CEP 85150-016, de segunda a sexta – feira das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17h00m.

Turvo/PR, 28 de julho de 2026.

ANA LUIZA CHAMORRA
Pregoeira (Decreto Nº 79/2026)

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:97D79F4C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 94/2026 COMPRAS GOV N° 23/2026

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Turvo/PR, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: Pregão Eletrônico
Tipo: Menor preço
Objeto: Registro de preços para aquisição de carimbos automáticos, substituição de borrachas e tintas para carimbos automáticos, destinados às atividades administrativas e assistenciais da secretaria municipal de saúde de Turvo/PR.
Cadastro das Propostas: Até às 08h30min de 24 de agosto de 2026.
Início da Sessão: 24 de agosto de 2026 a partir das 08h30min.
Local: www.comprasgovernamentais.gov.br "Acesso Identificado"
Valor: R$ 7.557,58 (sete mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e oito centavos)
Comissão Julgadora: Constituída pela Decreto Nº 79/2026
O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal N° 14.133/21 e suas alterações posteriores. O Edital completo se encontra a disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal (http://www.turvo.pr.gov.br/), bem como no portal da Compras.gov (www.comprasgovernamentais.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (42) 3642-1145 (ramal 206), através do e-mail licitacao@turvo.pr.gov.br, ou, ainda, na Prefeitura Municipal, com sede na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo /PR, CEP 85150-016, de segunda a sexta – feira das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17h00m.

Turvo/PR, 31 de julho de 2026.

ANA LUIZA CHAMORRA
Pregoeira (Decreto Nº 79/2026)

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:2DAC68D5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 83/2026

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Turvo/PR, no uso de suas atribuições legais, torna público que prorroga o prazo de abertura do certame em epígrafe, cuja Sessão de Abertura era prevista para ocorrer em 04 de agosto de 2026, deixando consignados os termos e prazos previstos a seguir:

Modalidade: Pregão Eletrônico
Tipo: Menor Preço
Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de veículos novos, zero quilômetro, incluindo modelos do tipo suv

compacto 1.6, minivan com capacidade para 7 lugares e veículos utilitários 1.3, nas versões cabine simples e cabine dupla, destinados à composição e renovação da frota municipal
Recebimento de Propostas: Até às 08h30min de 25 de agosto de 2026.
Início da Sessão: 25 de agosto de 2026 a partir das 08h30min.
Local: www.comprasgovernamentais.gov.br "**Acesso Identificado**"
Valor estimado: R$ 1.100.448,74 (Um milhão, cem mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e setenta e quatro centavos)
Motivo: Prorrogação necessária devido a necessidade de alteração da quantidade do item 1 do Lote 2 de 3 unidades para 2 unidades. Em razão desse equívoco, foram reunidos em um mesmo lote produtos de naturezas diversas, situação que não refletiu o planejamento inicialmente realizado pela Administração. A minuta do Edital e os demais documentos estão publicadas no Portal da Transparência do Município de Turvo, disponível em http://www.turvo.pr.gov.br/, espaço ''licitações e contratos''.
O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal N° 14.133/2021 e suas alterações posteriores. O Edital completo se encontra a disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal (http://www.turvo.pr.gov.br/), bem como no portal do Comprasnet (www.comprasgovernamentais.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (42) 3642-1145, através do e-mail licitacao@turvo.pr.gov.br, ou, ainda, na Prefeitura Municipal, com sede na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo /PR, CEP 85150-000, de segunda a sexta feira, das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17:00 horas.
.
Turvo/PR, 31 de julho de 2026.

PRISCILA MARTINELLI
Pregoeira
(Decreto N° 79/2026)

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:155F3D76

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 65/2026

A Prefeitura Municipal de Turvo (PR) torna público, por meio da sua Comissão Permanente de Licitações (CPL), representada por sua presidente (designada pela Decreto nº 79/2026), para conhecimento de quantos possam se interessar, que realizou a **Inexigibilidade de Licitação nº 65/2026**, em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, autorizado pelo Prefeito Municipal em 31/07/2026, cujos termos obedecem ao que segue:
Contratada: ASSOCIACAO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONARIOS DO COLEGIO ESTADUAL CIVICO-MILITAR EDITE CORDEIROMARQUES - EFM (79.321.709/0001-49)

Objeto: Termo de Fomento firmado com a Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) do Colégio Estadual Cívico-Militar Edite Cordeiro Marques, para o repasse de recursos financeiros destinados à execução do projeto ExpoEdite 2026, conforme Plano de Trabalho aprovado, contemplando a concessão de premiações aos estudantes participantes das atividades competitivas dos projetos de Empreendedorismo.

Valor : R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Fundamento legal: Lei Ordinária n° 51/2025 e com a Lei Federal n° 13.019/2014**.**

Justificativa: O repasse de recursos à Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) do Colégio Estadual Cívico-Militar Edite Cordeiro Marques fundamenta-se na Lei Ordinária Municipal n° 51/2025, que autoriza Poder Executivo Municipal a apoiar financeiramente as escolas estaduais do Município de Turvo na realização das Feiras de Empreendedorismo, bem como na Lei Federal n° 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias com organizações da sociedade civil.
Após análise da Secretaria Municipal de Administração, do Controle Interno e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, verificou-se que a formalização da parceria por meio de Termo de Fomento, com repasse financeiro à entidade, constitui a forma mais adequada para a execução do projeto, considerando que a entidade já possui experiência na gestão de recursos públicos e apresentou prestações de contas anteriores de forma regular.
A iniciativa tem por objetivo incentivar o protagonismo estudantil, a criatividade, a inovação e o desenvolvimento de competências empreendedoras por meio da realização da Feira de Empreendedorismo ExpoEdite 2026, promovendo a aproximação dos estudantes com o empreendedorismo, a geração de renda e a transformação social.
Os recursos serão destinados à execução das ações previstas no Plano de Trabalho, especialmente à concessão de premiações aos estudantes participantes, contribuindo para a adequada realização do evento e para o fortalecimento das ações de educação empreendedora desenvolvidas pela instituição ensino.As informações administrativas relativas à Inexigibilidade de Licitação nº 65/2026 poderão ser obtidas através dos seguintes meios: Postal: Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Turvo (PR), localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo (PR), CEP 85150-000 – Telefone: (42) 3642-1145 – E-mail: < licitacao@turvo.pr.gov.br > – Horário de atendimento: de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00.

Turvo (PR), 31 de julho de 2026.

ANA LUIZA CHAMORRA
Membro da Comissão Permanente de Licitações (Decreto n˚ 79/2026)

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:70C07011

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 175/2026 - FMS

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026/07/642
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 175/2026

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, para contratação da empresa **M L CAVAZANI SERVICOS DE ENFERMAGEM,** para a prestação de serviços de enfermeiro ao Município de Umuarama, atendendo na Secretaria Municipal de Saúde e nas Unidades Básicas de Saúde urbanas e distritais que atuam como porta de entrada do Sistema Único de Saúde do Município de Umuarama-PR., conforme Edital de Chamamento Público nº 014/2024 – Saúde, com fulcro no Art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Valor Total: **R$ 124.791,12 (cento e vinte e quatro mil e setecentos e noventa e um reais e doze centavos)**.

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no procedimento nº 2026/07/642 de 06 de julho de 2026, anexo.

Umuarama, 31 de julho de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:2E7D3E05

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 176/2026 - FMS

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026/07/650
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 176/2026

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, para contratação da empresa **SETA PROTESE ODONTOLOGICA LTDA** para a prestação de serviços na confecção de próteses odontológicas, em atendimento das necessidades dos pacientes do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama, conforme edital de chamamento público 001/2024 – Saúde, com fulcro no Art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Valor Total: R$ 1.433.076,00 (um milhão e quatrocentos e trinta e três mil e setenta e seis reais)

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no procedimento nº 2026/07/650 de 08 de julho de 2026, anexo.

Umuarama, 31 de julho de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:7B0F3781

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 177/2026 - FMS

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026/07/654
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 177/2026

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, para contratação da profissional **ILSIANA CRISTINA ALVES FAGUNDES,** para a prestação de serviços de técnico de enfermagem para as Unidades básicas de saúde de Umuarama-PR., conforme edital de chamamento público 004/2024 – Saúde, com fulcro no Art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 19.692,00 (dezenove mil, seiscentos e noventa e dois reais)

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no procedimento nº 2026/07/654 de 14 de julho de 2026, anexo.

Umuarama, 31 de julho de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:C37364A7

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 178/2026 - FMS

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026/07/655
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 178/2026

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, para contratação da empresa **MADRE PAULINA MEDICINA E SAUDE LTDA**, para a prestação de serviços de médicos (40 Horas Semanais) para a secretaria de saúde, unidades de saúde e ambulatórios que tenham habilitação para o exercício das funções previstas no edital – no município de Umuarama-PR., conforme edital de chamamento público 010/2024 – Saúde, com fulcro no Art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Valor Total: **R$ 333.766,80 (trezentos e trinta e três mil, setecentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos).**

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no procedimento nº 2026/07/655 de 14 de julho de 2026, anexo.

Umuarama, 31 de julho de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:D882542A

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N°028/2026 - FMS

P O R T A R I A Nº 028/2026

Homologa o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 009/2026 – FMS.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, através da Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 009/2026 – FMS, que tem por objeto o registro de preços para a contratação de empresa especializada em serviços de manutenção predial em geral, para atender as unidades de saúde do Município de Umuarama, de forma eventual, por demanda. (Conforme Termo de Referência, item 3.1 a disputa ocorrerá por maior % de desconto aplicado sobre os itens da tabela SINAPI 03/26)., declarando vencedora a empresa **J M SERVIÇOS ESSENCIAIS LTDA,** para os lotes n° 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UMUARAMA, 31 de julho de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária de Saúde

Publicado por:
Angelo Lucas Amadeu
Código Identificador:9AC669F7

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N°029/2026 - FMS

P O R T A R I A Nº 029/2026

Homologa o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 010/2026 – FMS.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, através da Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 010/2026 – FMS, que tem por objeto a contratação emergencial de empresa para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destino final de resíduos de saúde dos locais de responsabilidade da Secretaria de Saúde de Umuarama. Sendo que a coleta deve ser feita de acordo com a RDC 222/2018 da ANVISA e Resolução CONAMA N 358/2005, declarando vencedora a empresa **SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA,** para o lote n° 01.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UMUARAMA, 31 de julho de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária de Saúde

Publicado por:
Angelo Lucas Amadeu
Código Identificador:9B2A3A4E

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N°997/2026 - PMU

P O R T A R I A Nº 997/2026

Homologa o julgamento proferido pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas na Concorrência Eletrônica nº 012/2026 – PMU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas na Concorrência Eletrônica nº 012/2026 – PMU – que tem por objeto a contratação de empresa de engenharia e/ou arquitetura para reforma de 08 (oito) barracões de exposição de animais do Parque de Exposições de Umuarama, localizados na Rodovia PR-323, Km 304, Parque de Exposições Dário Pimenta da Nóbrega - Umuarama/PR, conforme projetos, planilha orçamentária e demais documentos em anexos ao processo. tendo sido declarada vencedora a empresa **CONSTRUTORA A. CAVALARI LTDA.,** para o lote 1.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UMUARAMA, 31 de julho de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Angelo Lucas Amadeu
Código Identificador:2EF6A307

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE ADITIVOS - FMS

RESUMO DE TERMO ADITIVO - FMS

TERMO ADITIVO 012 AO CONVÊNIO N° 004/2023
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: INSTITUTO NOSSA SENHORA APARECIDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente convênio para até 02 de agosto de 2027.
Cláusula Segunda: Fica alterado o valor anual deste convênio de até R$ 45.639.038,42 (quarenta e cinco milhões e seiscentos e trinta e nove mil e trinta e oito reais e quarenta e dois centavos) para até R$ 46.883.270,16 (Quarenta e seis milhões, oitocentos e oitenta e três mil, duzentos e setenta reais e dezesseis centavos), perfazendo o valor deste termo em até R$ 46.883.270,16 (Quarenta e seis milhões, oitocentos e oitenta e três mil, duzentos e setenta reais e dezesseis centavos).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:183 - F:1 - Livres
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:184 – F:303 – 15%
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:185 – F:494 – Rec. Federal
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:188 – F:70014 – Estadual
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:187 – F:60218 – Federal
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:313 – F:370014 – Rec. Estadual
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:316 – F:360218 – Federal
Cláusula Quarta: A contratada reconhece a quitação integral e irretratável dos valores provenientes deste contrato e de seus aditivos até a data da assinatura deste Termo, considerando que o pagamento dos valores pertinentes às competências 06/2026 e 07/2026 serão realizados nos prazos estabelecidos.
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 28/07/2026

TERMO ADITIVO 011 AO CONVÊNIO N° 003/2023
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE SAÚDE DO NOROESTE DO PARANÁ - NOROSPAR
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente convênio para até 02 de agosto de 2027.
Cláusula Segunda: Fica alterado o valor anual do convênio de até R$ 44.281.427,83 (quarenta e quatro milhões, duzentos e oitenta e um mil, quatrocentos e vinte e sete reais e oitenta e três centavos) para até R$ 47.904.926,16 (quarenta e sete milhões, novecentos e quatro mil, novecentos e vinte e seis reais e dezesseis centavos), referente ao acréscimo de R$ 3.623.498,33 (três milhões, seiscentos e vinte e três mil, quatrocentos e noventa e oito reais e trinta e três centavos), sendo o valor deste termo de até R$ 47.904.926,16 (quarenta e sete milhões, novecentos e quatro mil, novecentos e vinte e seis reais e dezesseis centavos).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:183 - F:1 - Livres
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:184 – F:303 – 15%
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:185 – F:494 – Rec. Federal
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:188 – F:70014 – Estadual
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:187 – F:60218 – Federal
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:313 – F:370014 – Rec. Estadual
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:316 – F:360218 – Federal
Cláusula Quarta: A contratada reconhece a quitação integral e irretratável dos valores provenientes deste contrato e de seus aditivos até a data da assinatura deste Termo, considerando que o pagamento dos valores pertinentes às competências 06/2026 e 07/2026 serão realizados nos prazos estabelecidos.

Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 20/07/2026

TERMO ADITIVO 004 AO CONTRATO N° 201/2023
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: REVITALLE PSIQUIATRIA E ORTOPEDIA LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 29 de julho de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor anual do presente contrato de até R$ 610.800,00(seiscentos e dez mil e oitocentos reais), perfazendo o valor do presente contrato em R$ 610.800,00(seiscentos e dez mil e oitocentos reais).
Cláusula Terceira: Altera-se o fiscal do contrato para **JESSICKA FERNANDA DE FIGUEIREDO**, Assistente administrativo da Secretaria Municipal de Saúde, inscrita no CPF nº ***.295.729-**.
Cláusula Quarta: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:183 – F:1 – Livres
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:184 – F:303 – 15%
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:185 – F:494 – Rec. Federal
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:188 – F:70014 – Rec. Estadual
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:187 – F:60218 - Federal
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:313 – F:370014 – Rec. Estadual
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:316 – F:360218 - Federal
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 23/07/2026

TERMO ADITIVO 001 A ATA DE COMPRA N° 005/2025 – Pregão 002/2025 - FMS
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: TICOTECO BRAZIL LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 23 de maio de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor anual do presente contrato de até R$ 79.600,00 (setenta e nove mil e seiscentos reais), perfazendo o valor do presente contrato em até R$ 79.600,00 (setenta e nove mil e seiscentos reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.301.0024.1.173 – ED:4.4.90.52.00.00 – D:91 - F:70011 - Estadual
70.001.10.301.0024.1.173 – ED:4.4.90.52.00.00 – D:328 – F:370011 – Estadual
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 22/05/2026

TERMO ADITIVO 003 AO CONTRATO N° 069/2025
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: MAXIMO SERVICOS MEDICOS LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 30 de julho de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor mensal de até R$ 27.813,90 (vinte e sete mil, oitocentos e treze reais e noventa centavos), perfazendo o valor total deste termo em R$ 333.766,80 (trezentos e trinta e três mil, setecentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos).
Cláusula Terceira: Altera-se o fiscal **EDILSON RODRIGUES DE ALBUQUERQUE**, inscrito no CPF nº ***.109.749-** para **MARIA ANDRÉIA DOS SANTOS DE MORAIS**, inscrita no CPF sob nº ***.996.519-**.
Cláusula Quarta: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.301.0024.2.032 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:97 – F:001 – Livres
70.001.10.301.0024.2.032 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:98 – F:303 – 15%
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 29/07/2026

TERMO ADITIVO 004 AO CONTRATO N° 216/2023
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: REVITALLE PSIQUIATRIA E ORTOPEDIA LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 29 de julho de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor anual do presente contrato de até R$ 345.000,00 (trezentos e quarenta e cinco mil reais), perfazendo o valor do presente contrato em R$ 345.000,00 (trezentos e quarenta e cinco mil reais).
Cláusula Terceira: Altera-se o fiscal do contrato para **JESSICKA FERNANDA DE FIGUEIREDO**, Assistente administrativo da Secretaria Municipal de Saúde, inscrita no CPF nº ***.295.729-**.
Cláusula Quarta: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:183 – F:1 – Livres
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:184 – F:303 – 15%
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:185 – F:494 – Rec. Federal
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:188 – F:70014 – Rec. Estadual
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:187 – F:60218 - Federal
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:313 – F:370014 – Rec. Estadual
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:316 – F:360218 - Federal
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 23/07/2026

Umuarama, 31 de julho de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Julia Martins Piffer
Código Identificador:A34DA683

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE CONTRATOS - FMS

RESUMO DE CONTRATOS - FMS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 244/2026
Contratante: Fundo Municipal de Saúde.
Contratado: AUDIVIDA EXAMES AUDIOLOGICOS LTDA
Profissional Credenciado: CRISTIANE KELY FERREIRA DO COUTO
BRUNA SQUINCALHA PORTILHO
Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços na área de saúde para a prestação de serviços de AUDIOMETRIA TONAL LIMIAR, AUDIOMETRIA TONAL LIMIAR (VIA AÉREO-ÓSSEA) E LOGOAUDIOMETRIA, com complemento desta Secretaria em atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde, do Município de Umuarama, conforme **Edital de Chamamento Público nº 006/2025 – Credenciamento de Serviços de Saúde.**
Valor: R$ 63.600,00 (sessenta e três mil e seiscentos reais)
Vigência: 22/07/2026 a 22/07/2027.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo nº 2026/04/369, no Processo de Inexigibilidade de Licitação n° 129/2026, autorizado em autorizado em 01 de julho de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 02 de julho, edição nº 3.564, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº

14.133, de 1º de abril de 2021, em especial no art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/90, da Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017, da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, do Decreto Municipal nº 067, de 08 de março de 2023, bem como nas demais legislações aplicáveis.

Umuarama, 31 de julho de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:860A11FE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE TERMO ADITIVO - PMU

RESUMO – PMU

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO N° 160/2026
Contratante: Município de Umuarama.
Contratada: L. S. C. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA.
Cláusula Primeira: Fica aditado ao presente contrato o valor de R$ 45.803,92 (quarenta e cinco mil, oitocentos e três reais e noventa e dois centavos), perfazendo o valor deste termo em R$ 45.803,92 (quarenta e cinco mil, oitocentos e três reais e noventa e dois centavos).
Cláusula Segunda: Fica adicionado a seguinte dotação orçamentária: 08.002.15.451.0005.1.180. – ED: 4.4.90.51.00.00 – D:375 – F:507
Cláusula Terceira: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 29/07/2026.

Umuarama, 31 de julho de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Angelo Lucas Amadeu
Código Identificador:2B50503A

FUNDAÇÃO CULTURAL DE UMUARAMA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – 2º CICLO DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

A Fundação Cultural de Umuarama torna público que está disponível no site oficial da Prefeitura o Edital de Chamamento Público nº 01/2026 – 2º Ciclo da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB – Lei nº 14.399/2022), destinado à seleção de projetos culturais para celebração de Termo de Execução Cultural no âmbito do 3º UMUAFRO. O edital foi elaborado em conformidade com o Plano de Aplicação dos Recursos (PAR), aprovado pelo Conselho Municipal de Cultura, conforme Ata publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, edição nº 3.582, de 28 de julho de 2026, atendendo às disposições previstas no próprio edital. As inscrições estarão abertas no período de 03 de agosto de 2026 (segunda-feira) a 23 de agosto de 2026 (domingo), até às 23h59min, e deverão ser realizadas exclusivamente por meio de formulário eletrônico, conforme orientações constantes no edital. O edital completo, seus anexos e demais informações podem ser acessados no seguinte endereço eletrônico:https://umuarama.pr.gov.br/files/ArquivoDiversos/arquivo/1785512381.pdf

Umuarama, 31 de Julho de 2026.

RODRIGO FERNANDES PEREIRA
Secretário Municipal da Fundação Cultural

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:7FE4495C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA PROCESSO N° 2026/06/355

O Município de Umuarama-Pr, em conformidade com o art. 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto nº 303/2025 torna público que a administração pretende realizar a dispensa de licitação para contratação de empresa para aquisição de:

ITEM 1- 150 (Cento e cinquenta) Metros de Fibra Óptica.
ITEM 2- 01 (Um) Serviço de instalação de infraestrutura de rede por fibra óptica.
ITEM 3- 02 (Dois) Pares de conversores de Midea Giga Lan.
ITEM 4- 04 (Quatro) Conectores Fibra Óptica SC/UPC.

Objeto entregue sem custo adicional na ACESF de Umuarama-Pr, situado na Av: Parigot de Souza, nº 2880 -cep: 87.503-410 - Umuarama-Pr.

Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. As propostas deverão ser encaminhadas até às 23:59h do dia 05 de julho de 2026, no email: compradireta@umuarama.pr.gov.br e no ASSUNTO DISPOR O NÚMERO DO PROCESSO ACIMA. Devem sem enviadas juntamente com a proposta todos os documentos de habilitação:
Comprovante de Inscrição de Situação Cadastral e quadro societário.
Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual.
Certidão Negativa de Débitos Municipais.
Certidão negativa de débitos trabalhistas.
Declaração de Responsabilidade Unificada.
Certificado de Regularidade do FGTS- CRF.
Umuarama-Pr, 31 de julho de 2026.

VÂNIO CESAR PRESSINATTE
Diretor de Compras e Almoxarifado

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:958B176A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA PROCESSO N° 2026/07/376

O Município de Umuarama-Pr, em conformidade com o art. 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto nº 303/2025 torna público que a administração pretende realizar a dispensa de licitação para contratação de empresa para aquisição de:

ITEM 1- 145 (Cento e quarenta e cinco) Colchões D-20 (78 x 188 x 12 cm) para alojamento.

Objeto entregue sem custo adicional na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Umuarama-Pr, situado na Av: Parigot de Souza, nº 2880 -cep: 87.503-410 - Umuarama-Pr.

Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. As propostas deverão ser encaminhadas até às 23:59h do dia 05 de julho de 2026, no email: compradireta@umuarama.pr.gov.br e no ASSUNTO DISPOR O NÚMERO DO PROCESSO ACIMA. Devem sem enviadas juntamente com a proposta todos os documentos de habilitação:
Comprovante de Inscrição de Situação Cadastral e quadro societário.
Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual.
Certidão Negativa de Débitos Municipais.
Certidão negativa de débitos trabalhistas.
Declaração de Responsabilidade Unificada.
Certificado de Regularidade do FGTS- CRF.
Umuarama-Pr, 31 de julho de 2026.

VÂNIO CESAR PRESSINATTE
Diretor de Compras e Almoxarifado

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:37E4A480

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 191/2026

Institui e regulamenta a Comissão Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família no Município de Umuarama e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 14.601, de 19 de junho de 2023, que institui o Programa Bolsa Família;
CONSIDERANDO o Decreto Federal n.º 12.064, de 17 de junho de 2024, que regulamenta o Programa Bolsa Família;
CONSIDERANDO a Portaria MDS n.º 1.030, de 7 de novembro de 2024, que institui os instrumentos e procedimentos necessários à adesão dos Municípios, dos Estados e do Distrito Federal ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
CONSIDERANDO a Portaria MDS n.º 1.041, de 23 de dezembro de 2024, que estabelece os mecanismos de funcionamento do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único (IGD-PBF), como instrumento de apoio à gestão e de fortalecimento da gestão intersetorial;
CONSIDERANDO a Portaria MDS n.º 1.058, de 18 de fevereiro de 2025, que regulamenta a gestão de condicionalidades do Programa Bolsa Família;
CONSIDERANDO a Comunicação Interna n.º 730/2026/SMAS, de 28 de maio de 2026, expedida pela Secretaria Municipal de Assistência Social;
CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar o planejamento qualificado, o monitoramento e a execução intersetorial das ações de transferência de renda no âmbito municipal, integrando as políticas de assistência social, saúde e educação;

D E C R E T A :

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO E DOS OBJETIVOS
Art. 1º Fica instituída a Comissão Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família no âmbito do Município de Umuarama, Estado do Paraná.
Art. 2º A Comissão constitui instância colegiada de planejamento, articulação e monitoramento, com o objetivo de fortalecer a intersetorialidade do Programa Bolsa Família em âmbito local, otimizar o acompanhamento das condicionalidades e promover o desenvolvimento de ações complementares.
CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO E DA DESIGNAÇÃO
Art. 3º A Comissão Municipal Intersetorial será composta por representantes titulares e respectivos suplentes, indicados pelos órgãos gestores das seguintes pastas:
I - Secretaria Municipal de Assistência Social:
a) 1 (um) representante da titular da Gestão Municipal do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família, com respectivo suplente;
b) 1 (um) representante titular da Proteção Social Básica, com respectivo suplente;
II - Secretaria Municipal de Educação:
a) 1 (um) representante titular responsável pelo acompanhamento das condicionalidades da educação no Sistema Presença, com respectivo suplente;
III - Secretaria Municipal de Saúde:
a) 1 (um) representante titular responsável pelo acompanhamento das condicionalidades da saúde no Sistema do Programa Bolsa Família na Saúde, com respectivo suplente;
§ 1º O gestor titular do órgão responsável pela política de Assistência Social exercerá a gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único no Município.
§ 2º A coordenação da Comissão Intersetorial será exercida pelo Coordenador Municipal do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único.
§ 3º A indicação nominal dos membros titulares e suplentes referidos neste artigo será formalizada por portaria editada pelo Poder Executivo Municipal, por indicação do órgão gestor da Assistência Social, permitida a substituição de membros sempre que necessário.
CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS DA COMISSÃO E DAS SECRETARIAS
Art. 4º Compete à Comissão Municipal Intersetorial:
I - promover a interlocução e a articulação permanente entre as áreas de Assistência Social, Educação e Saúde para a qualificação da gestão do Programa Bolsa Família;
II - elaborar o Planejamento Anual Intersetorial das ações do Programa Bolsa Família a serem desenvolvidas com os recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família (IGD-PBF);
III - monitorar a evolução do cumprimento das condicionalidades do Programa nas áreas de saúde e educação, bem como seu regular registro nos sistemas específicos de cada área;
IV - analisar os resultados consolidados após o encerramento de cada período de acompanhamento das condicionalidades;
V - propor, articular e encaminhar estratégias e ações integradas junto à rede de proteção social para o enfrentamento de situações de vulnerabilidade e de descumprimento das condicionalidades pelas famílias;
VI - subsidiar e manter interlocução com o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), na qualidade de Instância de Controle Social (ICS), prestando informações e dados sobre as ações desenvolvidas;
VII - manter atualizadas as informações da Comissão no Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF).
Art. 5º Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social a gestão local do Programa, a realização do Cadastro Único, a avaliação socioeconômica e a articulação da rede socioassistencial para o acompanhamento familiar.
Art. 6º Compete às Secretarias Municipais de Educação e de Saúde, em suas respectivas áreas de atuação, realizar o acompanhamento das condicionalidades regulamentares do Programa, identificar e encaminhar famílias com perfil para inclusão ou atualização no Cadastro Único e registrar os dados nos sistemas federais correspondentes.
CAPÍTULO IV
DO FUNCIONAMENTO E DAS REUNIÕES
Art. 7º A Comissão Municipal Intersetorial reunir-se-á ordinariamente, bimestralmente e, extraordinariamente, sempre que convocada por sua coordenação ou por solicitação motivada de qualquer uma das áreas representadas.
Art. 8º As reuniões serão coordenadas pelo Coordenador da Comissão Intersetorial ou por seu suplente legal, cabendo à coordenação a elaboração da pauta e a convocação dos membros.
Art. 9º As reuniões da Comissão serão registradas em atas detalhadas e acompanhadas por lista de presença assinada pelos participantes.
Art. 10. A critério da coordenação ou por sugestão dos integrantes, a Comissão poderá convidar técnicos de outros setores da administração pública, órgãos governamentais ou entidades da sociedade civil para participar de reuniões específicas, com direito a voz, visando subsidiar discussões que exijam conhecimentos correlatos.
Art. 11. A ausência não justificada do representante titular em 2 (duas) reuniões consecutivas ou 3 (três) alternadas, no período de um ano, acarretará seu desligamento automático da Comissão, devendo a respectiva secretaria providenciar sua imediata substituição por meio de novo ato normativo.
CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 12. O Município assegurará aos membros da Comissão o direito de participar de capacitações e eventos intersetoriais do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, nos âmbitos estadual e nacional, com custeio de deslocamento e diárias, prioritariamente mediante utilização dos recursos repassados à conta do IGD-PBF, conforme disponibilidade orçamentária e planejamento aprovado.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 30 de julho de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:28433B76

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 983/2026

Revoga as Portarias nº 268/2023, 1.397/2023 e 1.669/2025.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legaise, em especial, a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e o Decreto Municipal nº 108/2017

R E S O L V E :

Art. 1º Revogar as Portarias que designaram os membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação para monitorar e avaliar as parcerias com organizões da sociedade civil com a Secretaria Municipal de Educação mediante Termo de Colaboração ou Termo de Fomento, sendo elas:

I - Portaria nº 268, de 09 de fevereiro de 2023;

II - Portaria nº 1.397, de 18 de julho de 2023;

III - Portaria nº 1.669, de 24 de junho de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 30 de julho de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:16ED29E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 993/2026

Homologa resultado do Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 048/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Homologar o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, realizado em decorrência do Edital n.º 048 de 06 de maio de 2026, para preenchimento de emprego público de Operador de Equipamentos Rodoviários, conforme listagem classificatória constante no Edital nº 89 de 28 de julho de 2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 29 de julho de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 30 de julho de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:53BD3A39

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DA JUSTIFICATIVA PARA CELEBRAÇÃO DO TERMO ADITIVO 002 AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 012/2024

O Município de Umuarama, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, torna pública a justificativa para celebração do Termo Aditivo 002 ao Termo de Colaboração nº 012/2024, firmado com o **Lar dos Velhinhos São João Batista**, inscrito no CNPJ nº 78.193.083/0001-70, localizado no Município de Moreira Sales/PR.
A prorrogação da parceria fundamenta-se na necessidade de assegurar a continuidade do Serviço de Acolhimento Institucional para 05 (cinco) pessoas idosas – Grau I, diante da inexistência de vagas disponíveis na única Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) localizada no Município de Umuarama, bem como na permanência do interesse público e dos requisitos legais para a dispensa de chamamento público, nos termos do art. 30, inciso VI, da Lei Federal nº 13.019/2014.
O aditivo prorroga a vigência da parceria até 31 de julho de 2027, mantendo o repasse mensal de R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais), totalizando R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) no período aditivado, perfazendo o valor global da parceria de R$ 591.000,00 (quinhentos e noventa e um mil reais).
Umuarama/PR, 30 de julho de 2026.

MARIA LUISA VICENTE RIBEIRO BERTOCO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:B677AC5F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DA JUSTIFICATIVA PARA CELEBRAÇÃO DO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 034/2023

O Município de Umuarama, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, torna pública a justificativa para celebração de Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo ao Termo de Colaboração nº 034/2023, firmado com a Associação Regional de Assistência ao Menor – ARAM, doravante denominada simplesmente de ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob n.º 77.217.347/0001-15 com sede na Av. Portugal, n.º 5550, na cidade de Umuarama – PR com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 108/2017.
A prorrogação da vigência, no período de **01 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026**, tem por finalidade assegurar a continuidade das ações de mediação para o acesso e integração ao mercado de trabalho de 208 adolescentes, evitando a interrupção do serviço enquanto é realizado novo procedimento de Chamamento Público.
O valor do presente Termo Aditivo corresponde a **R$ 124.800,00** (cento e vinte e quatro mil e oitocentos reais), em 05 (cinco) parcelas mensais de R$ 24.960,00 (vinte e quatro mil e novecentos e sessenta reais), totalizando o valor global da parceria em **R$ 960.000,00** (novecentos e sessenta mil reais) em 41 (quarenta e uma) parcelas.
Umuarama, 30 de julho de 2026.

MARIA LUISA VICENTE RIBEIRO BERTOCO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:CA273FF4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DA JUSTIFICATIVA PARA TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 016/2025

O Município de Umuarama, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, torna pública a justificativa para celebração de Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 016/2025, firmado com a Organização da Sociedade Civil **Projeto Obras de Misericórdia Lar Santa Faustina**, inscrita no CNPJ nº 76.283.589/0001-44.
O aditamento tem por objeto a prorrogação da vigência da parceria por mais 10 (dez) meses, até 31 de maio de 2027, bem como a autorização para utilização dos rendimentos provenientes da aplicação financeira dos recursos da parceria, estimados em aproximadamente R$ 14.000,00 (quatorze mil reais), destinados à complementação da aquisição de telhas de aluzinco e materiais hidráulicos necessários à continuidade da obra.
A justificativa fundamenta-se na necessidade de readequação do cronograma de execução em razão do atraso ocasionado pela desocupação do prédio existente, transferência dos equipamentos e demolição da estrutura anterior, sem alteração do objeto pactuado, permanecendo a finalidade de conclusão das metas previstas no Plano de Trabalho.
O valor global da parceria passa de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para R$ 314.000,00 (trezentos e quatorze mil reais), permanecendo a execução submetida às disposições da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 108/2017.
Umuarama/PR, 30 de julho de 2026.

MARIA LUISA VICENTE RIBEIRO BERTOCO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:8D478B18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO TERMO ADITIVO 002 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE UMUARAMA ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 012/2024

PARTES: Município de Umuarama inscrito no CNPJ sob n.º 76.247.378/0001-56, estabelecido na Avenida Rio Branco, 3717, na cidade de Umuarama – PR., neste ato representado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com sede na Rua Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, n.º 3633, e o **Lar dos Velhinhos São João Batista**, doravante denominada simplesmente ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ sob nº 78.193.083/0001-70 com sede na Av. Padre Alberto Mário Pierobon, nº 232, na cidade de Moreira Sales - PR.

OBJETO: Prorrogação da vigência do Termo de Colaboração nº 012/2024, destinado à execução do Serviço de Acolhimento Institucional para 05 (cinco) pessoas idosas – Grau I.

VIGÊNCIA: Fica prorrogada até **31 de julho de 2027**.
VALOR: Mantém-se o repasse mensal de **R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais)**, em 12 (doze) parcelas, totalizando **R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais)**. Com o presente aditivo, o valor global da parceria passa de **R$ 381.000,00 (trezentos e oitenta e um mil reais)** para **R$ 591.000,00 (quinhentos e noventa e um mil reais)**.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Assistência Social – Fundo Municipal de Assistência Social – Unidade Orçamentária 14.001 – Funcional Programática 08.244.0012.2.187 – Subvenções da Rede de Assistência Social – Fonte de Recursos 085 – Dotação nº 812 – Elemento de Despesa 3.1.50.43.00 – Subvenções Sociais.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Decreto Municipal nº 108/2017 e demais normas aplicáveis.
Umuarama, 30 de julho de 2026.

MARIA LUISA VICENTE RIBEIRO BERTOCO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:00B30182

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO TERMO ADITIVO 01 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE UMUARAMA ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 016/2025

PARTES: Município de Umuarama inscrito no CNPJ sob n.º 76.247.378/0001-56, estabelecido na Avenida Rio Branco, 3717, na cidade de Umuarama – PR., neste ato representado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com sede na Rua Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, n.º 3633, e o **Projeto Obras de Misericórdia - Lar Santa Faustina**, doravante denominada simplesmente ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ sob nº 76.283.589/0001/44 com sede na Rodovia João Jorge Saad PR-323.
OBJETO: Prorrogação da vigência do Termo de Colaboração nº 016/2025, para execução da 2ª etapa da construção do refeitório com a aquisição de materiais de construção e contratação de mão de obra especializada, para proporcionar um ambiente adequado e seguro para as refeições e convivência dos idosos atendidos.
VALOR: O valor global da parceria passa de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para R$ 314.000,00 (trezentos e quatorze mil reais), com a utilização dos rendimentos provenientes da aplicação financeira dos recursos da parceria.
VIGÊNCIA: Fica prorrogada até **31 de maio de 2027**.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Decreto Municipal nº 108/2017 e demais normas aplicáveis.

Umuarama, 30 de julho de 2026.

MARIA LUISA VICENTE RIBEIRO BERTOCO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:0CB5A536

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE UMUARAMA ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL REFERENTE AO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2023 - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 2026/07/11664

PARTES: Município de Umuarama inscrito no CNPJ sob n.º 76.247.378/0001-56, estabelecido na Avenida Rio Branco, 3717, na cidade de Umuarama – PR., neste ato representado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com sede na Rua Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, n.º 3633, e a **Associação Regional de Assistência ao Menor – ARAM**, doravante denominada simplesmente de ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVI, inscrita no CNPJ nº 77.217.347/0001-15.
OBJETO: Prorrogação da vigência do Termo de Colaboração nº 034/2023.
VIGÊNCIA: Fica prorrogada a vigência da parceria até **31 de dezembro de 2026**.
VALOR DO ADITIVO: R$ 124.800,00 (cento e vinte e quatro mil e oitocentos reais), correspondentes ao repasse de 05 (cinco) parcelas mensais de R$ 24.960,00 (vinte e quatro mil, novecentos e sessenta reais).
VALOR GLOBAL DA PARCERIA: R$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais) em 41 (quarenta e uma) parcelas.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13 – Secretaria Municipal de Assistência Social;
14.001 – Fundo Municipal de Assistência Social;
14.001.08.244.0012.2.187 – Subvenções da Rede de Assistência Social;
Fonte 085 – Dotação 812 – 3.1.50.43.00 – Subvenções Sociais;
Fonte 1000 – Dotação 814 – 3.3.50.43.00 – Subvenções Sociais.
DATA DA ASSINATURA: 30 de julho de 2026

Umuarama, 30 de julho de 2026.

MARIA LUISA VICENTE RIBEIRO BERTOCO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:3301A615

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2730 / 2026
SEQUENCIA: 6

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0036, Lote: 0010 - PARQUE SAN GAETANO - N.º: 2659 -**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL** descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,** localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

MARIA DE LOURDES MINCHIGUERRECPF/CNPJ: 00546943969
CADASTRO: 1346300QUADRA: 0036LOTE: 0010
ENDEREÇO:RUA MARIA IGNACIA DA SILVA, 2659 CEP: 87506300
BAIRRO: PARQUE SAN GAETANOCOMPLEMENTO:

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:164ED616

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2730 / 2026
SEQUENCIA: 6

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0036, Lote: 0010 - PARQUE SAN GAETANO - N.º: 2659 -**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL** descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,** localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

MARIA DE LOURDES MINCHIGUERRECPF/CNPJ: 00546943969
CADASTRO: 1346300QUADRA: 0036LOTE: 0010
ENDEREÇO:RUA MARIA IGNACIA DA SILVA, 2659 CEP: 87506300
BAIRRO: PARQUE SAN GAETANOCOMPLEMENTO:

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:25D9B364

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PRENOTIFICAÇÃOLIMINAR - SEC/FAZ Nº /2730 / 2026
SEQUENCIA:

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0002, Lote: 002A - JARDIM IMIGRANTES II - N.º: 1581 - LOTE 2-A, SUBDIVISÃO DO LOTE Nº 2.**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL** descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**

Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,** localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

DORIVALDO FERREIRACPF/CNPJ: 90411463934
CADASTRO: 5384310QUADRA: 0002LOTE: 002A
ENDEREÇO:RUA LUIZ PELEGRINELLI, 1581 CEP: 87504810
BAIRRO: JARDIM IMIGRANTES IICOMPLEMENTO:LOTE 2-A, SUBDIVISÃO DO LOTE Nº 2.

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:16FE005F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
1º TERMO ADITIVO DE 2026 DO CONTRATO N.º 34/2025 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2025 – PROCESSO Nº 66/2025

OBJETO DO ADITAMENTO: Do Acréscimo do Quantitativo – Retroativo.
CONTRATANTE: Município de União da Vitória - PR
CONTRATADO: AUTO POSTO IPIRANGA LTDA – CNPJ nº 81.642.308/0001-32.
OBJETO DO CONTRATO: *Fornecimento de GASOLINA COMUM e ÓLEO DIESEL S10, para atender a demanda da frota de veículos do município de União da Vitória/PR, de forma parcelada, conforme estipulado na Chamada Pública nº 4/2025 - Processo Administrativo nº 40/2025 - PMUVA.*
DO ACRÉSCIMO DO QUANTITATIVO: Fica acrescido ao contrato principal, conforme Solicitação da Contratada e Parecer do Departamento de Compras anexos ao processo, o valor de R$ 1.135,23 (Um mil cento e trinta e cinco reais e vinte e três centavos), correspondente ao valor retroativo referente ao reequilíbrio econômico-financeiro dos preços praticados.
DO FUNDAMENTO LEGAL: Cláusula 6ª do Contrato nº 34/2025 e Artigo 25º, § 7º da Lei Federal 14.133/21.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 30 de julho de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:D92C71F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 96/2023

Processo Administrativo: nº 39/2023 (Pregão Eletrônico nº 18/2023).
Contratante: MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.967.760/0001-71.
Contratada: CETRILIFE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.522.047/0001-09.
Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 96/2023 por mais 12 (doze) meses, o reajuste dos preços contratados com base no índice INPC e a consequente adequação do valor contratual para o novo período.
Valor Global do Aditivo: R$ 151.440,48 (cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e quarenta reais e quarenta e oito centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas correrão por conta da dotação orçamentária nº 08.001.10.301.0024.2071.3.3.90.39.00 | 00303.
Prazo de Vigência: O prazo de vigência fica prorrogado por 12 (doze) meses, com início em 20 de julho de 2026 e término em 19 de julho de 2027.
Data da Assinatura: 17 de julho de 2026.
Signatários: Pelo Contratante, Sr. Ary Carneiro Junior (Prefeito), e pela Contratada, Sr. Evandro Roberto Rosset (Representante Legal).

Publicado por:
Maria Celeste de Assunção Mance
Código Identificador:BE1A1069

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 530/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER AUXÍLIO BOLSA DE ESTUDOS**, ao(s) seguinte(s) Servidor(es) Públicos Municipais, conforme relação abaixo:

MATRICULA	SERVIDOR	CURSO	CARGO	PORCENTAGEM (%)	PROCESSO PROTOCOLO
991505183	MARCOS VINICIOS FARIAS RIBEIRO	MESTRADO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA	25% (VINTE E CINCO)	15026/2026

Art. 2º O servidor deverá quitar o boleto integralmente e será ressarcido através de requerimento junto a SEAD/RH, desta Prefeitura Municipal.

Art. 3º O servidor deverá prestar 96 horas de serviços por ano concedido em contrapartida ao benefício recebido (Decreto nº 499/1999. A Universidade deverá enviar mensalmente a sua assiduidade no referido curso, caso contrário será cancelado o benefício concedido.
Art. 4º O servidor deverá no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar junto à Secretaria Municipal que está lotado e no Setor de Recursos Humanos, o plano de cumprimento das 96 horas anuais.

Art. 5º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 29 de julho de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:FBA0BE6B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 531/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Encaminhar a **COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA** criada através da Portaria nº 778/2025, para averiguação dos fatos e parecer final, o **Processo protocolado sob nº 0036.0117176**, em atendimento ao Memorando nº 10/2026, da Comissão Permanente de Processos Administrativos de Licitação, devendo a referida Comissão iniciar seus trabalhos imediatamente.

Art. 2º Conforme dispõe o Art. 235. da Lei Municipal nº 1847/1992, fixa o PRAZO DE 30 (trinta) DIAS para a conclusão do processo.

Art. 3º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 30 de julho de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:80C38AFA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 533/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Contrato Administrativo nº 56/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA, CNPJ nº 75.967.760/0001-71.
CONTRATADO: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC, CNPJ nº 03.541.088/0027-86.
PROCESSO: Processo Administrativo nº 84/2026, Dispensa de Licitação nº 11/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
OBJETO: Contratação de instituição para prestação de serviços de qualificação e aperfeiçoamento profissional, mediante a oferta de cursos de formação profissional (Cuidador de Idoso, Corte de Cabelo, Manicure e Pedicure) destinados aos trabalhadores desempregados residentes no Município de União da Vitória/PR.
VALOR TOTAL: R$ 54.800,00 (cinquenta e quatro mil e oitocentos reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 11.001.08.244.0015.2030.3.3.90.39.00 | 00202.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, com início em 24 de julho de 2026 e término em 24 de julho de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 23 de julho de 2026.
SIGNATÁRIOS: Pelo Contratante, Ary Carneiro Junior, e pelo Contratado, Sidnei Lopes de Oliveira.
GESTOR(a): Magali Aparecida Rochembach Carneiro - Secretária Municipal de Assistência Social
FISCAL: Vilmar Bayer, Matrícula nº 1097901.
FISCAL SUBSTITUTO: Cleunice de Jesus Ribeiro, Matrícula n.º 991505831.

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.
União da Vitória, 30 de julho de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:592BF885

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 534/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Encaminhar a **COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO**, para averiguação dos fatos e parecer final, o **Processo protocolado sob nº 2233/2026**, devendo a referida Comissão iniciar seus trabalhos imediatamente.

Art. 2º Conforme dispõe o Art. 240. da Lei Municipal nº 1847/1992, fixa o **PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS** para a conclusão do processo.

Art. 3º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 31 de julho de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:C5E3EC02

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 536/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Designar para exercer as ações de **VIGILÂNCIA SANITÁRIA, VIGILÂNCIA AMBIENTAL, VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS EM SAÚDE PÚBLICA E SAÚDE DO TRABALHADOR**, no âmbito de suas respectivas competências, com prerrogativas concernentes em acordo com a legislação vigente, os servidores abaixo:

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

ADRIANA APARECIDA TRINDADE
ALAN LUIZ MULLER NIZIOL
ANTELMO SCHMICKLER
ARNALDO SOLOVI
EDNILSON DA SILVEIRA
FERNANDA MAIER ALVES BARBOSA
FERNANDO VERGILIO SAMISTRARO
GUILHERME AUGUSTO PRZYBYSZ
LUCAS VALDAMERI
MARCELA MOURA DE SOUZA
MIRIAN APARECIDA MONDINI SOLOVI
NICOLI LAIZ SCHAEFER
PAULA MICHELE NESTOR
RODRIGO SVIDERSKI
ROSANE REGINA DE MATTOS
VICTOR GABRIEL EMIDIO

VIGILÂNCIA AMBIENTAL

ARNOLDO VITORIO MULLER JUNIOR
CLEYTON YAN KLEIN
DAIANA SCUSSIATO FRANCO SCHMITT
FABIOLA MILIS PIMPÃO MOREIRA
IVONETE FERNANDES DA LUZ
LEANDRO FERREIRA DE LIMA
MARIANA APARECIDA BAUERMEISTER
MARIANA APARECIDA KURYLUK

MARIA MARILIA IZABEL BAUMGARDT
NORAMAR ROBERTO FOGAÇA DE QUEIROZ
ROBINSON ADRIANO SILVEIRA DOS SANTOS
ROSE MARI TRISNO
SILVIO ADSON GONTAREK
SONIA MARIA FIDELIS
TIAGO DIEGO MELLO
THAYARA THAYANNY TEIXEIRA PINTO DOMINGUES BIEBERBACH

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
ALIANDRA YANA DOLINSKI
EDERSON VOGEL
LOY PIERRE RUCINSKI COBENE
MARILENE SCHELIGA BABI
PRISCILA BIANCA PERIZZOLO BRITTES

MEIO AMBIENTE

NEUZILDO DROSDECK

Art. 2º Os servidores que foram conferidos o **PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA** no Art. 1º, devem agir consoante com a legislação vigente, inclusive no que se refere a eventuais conflitos de interesse no exercício de suas funções. § 1º em caso de conflito de interesse a autoridade sanitária deve seguir o determinado em procedimentos estabelecidos e vigentes. § 2º quando a área de atuação exigir requisitos específicos para o desempenho das atividades deve atender o estabelecido em programas e/ou procedimentos específicos.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 513/2026.

Art. 4º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 31 de julho de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:CBAADD4C

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NA_20260728_186435.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UVTRAN até 14/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AMT1J06	279370T000017922	10/07/2026	55412
AOC3529	279370T000017909	10/07/2026	55412
AWA5C52	279370T000017921	10/07/2026	55412
AWY8B28	116100T003533136	20/07/2026	56222
BCH3133	279370T000017905	10/07/2026	55412
DQA5H20	279370T000017906	10/07/2026	55412
EYH0A13	279370T000017911	10/07/2026	55412
FMB8F22	279370T000017913	10/07/2026	55412
IOX2169	279370T000017908	10/07/2026	55412
IRN3C95	279370NIC0008782	03/07/2026	50020
MBF0A21	116100T003587918	17/07/2026	53800
MGV3E34	279370T000017850	10/07/2026	55412
MJF5D15	279370T000017915	10/07/2026	55412
MLB8H79	279370T000017918	10/07/2026	55412
NBR6D72	279370T000017903	10/07/2026	55412
PPT7A16	279370NIC0008784	04/07/2026	50020
RYO7A24	279370NIC0008783	03/07/2026	50020

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:1AE0F2E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NA_20260729_186540.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UVTRAN até 14/09/2026. Placa Veículo Auto Infração Data Infração Código Infração

AUU2E44	279370NIC0008790	07/07/2026	50020
PVX8F12	279370NIC0008789	07/07/2026	50020
TQR9H08	279370NIC0008787	04/07/2026	50020

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:99D5D2D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NA_20260731_186723.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UVTRAN até 14/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
PVX8F12	279370NIC0008795	11/07/2026	50020
SFC9I43	279370NIC0008796	11/07/2026	50020

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:0B97442A

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NADV_20260725_186386.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UVTRAN até 14/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
PZC0D77	279370T000016763	19/05/2026	55090	

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:5BE17196

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NADV_20260728_186490.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UVTRAN até 14/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
QIQ2D88	116100T001398434	14/05/2026	55250	

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:EE833626

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NADV_20260729_186615.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UVTRAN até 17/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
ALQ3B29	116100T001398435	17/05/2026	56731	

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:18961CDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NP_20260725_186385.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UVTRAN até 14/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAA7I17	279370T000016749	04/05/2026	55412	R$ 195,23
AOO1396	279370T000016807	04/05/2026	55412	R$ 195,23
AOQ6H28	279370T000016742	04/05/2026	55412	R$ 195,23
ASQ5I72	279370T000016805	04/05/2026	55412	R$ 195,23
ASY2710	279370T000016747	04/05/2026	55412	R$ 195,23
AYT2E42	279370T000016738	04/05/2026	55412	R$ 195,23
BDX5D13	279370NIC0008673	01/05/2026	50020	R$ 390,46
BPG8E32	279370T000016756	19/05/2026	65300	R$ 195,23
ELJ8111	279370T000016750	04/05/2026	55412	R$ 195,23
ERP0A72	116100T002140628	13/05/2026	54100	R$ 130,16
ERU8A79	279370T000016549	27/04/2026	55412	R$ 195,23
HOI7394	279370T000016481	22/04/2026	55412	R$ 195,23
MBM7E09	279370T000016759	19/05/2026	51851	R$ 195,23
MFG9J91	279370T000016746	04/05/2026	55412	R$ 195,23
MID2C81	279370T000016757	19/05/2026	76842	R$ 130,16
MIG2D44	279370T000016743	04/05/2026	55412	R$ 195,23
MJA2G56	279370T000016804	04/05/2026	55412	R$ 195,23
MJP2F84	279370T000016760	19/05/2026	76332	R$ 293,47
RDU0I11	279370T000016762	19/05/2026	76332	R$ 293,47
SXC8D07	279370T000016741	04/05/2026	55412	R$ 195,23
SXQ6F02	279370T000016761	19/05/2026	51851	R$ 195,23
TBJ0J22	279370T000016634	13/05/2026	76332	R$ 293,47
TBP9G75	279370T000016745	04/05/2026	55412	R$ 195,23
TPI5E47	279370T000016736	04/05/2026	55412	R$ 195,23

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:6A386BFE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
EXTRATO ATA 76/2026

Extrato das atas de registro de preços nº 76/2026, pregão regsitro de preços nº 27/2026- Por LOTE- partes Prefeitura Municpal de Vitorino e as empresas), *nas propostas de preços, referente dos participantes:* Participante: HIPERPAVI ASFALTOS LTDA (13.480.684/0001-18) *edital de pregão ELETRONICO registro de preços nº. 027/2026*: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MASSA ASFALTICA E EMULSÃO, *Conforme mapa comparativo de preços que faz parte das atas de registro preços do prazo de vigência: o prazo de vigência do registro de preços será pelo período de 12 (doze) meses. assinaturas MARCIANO VOTTRI Prefeito Municipal de Vitorino* – Pr

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:E333DA27

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
EXTRATO ATAS 56-71

Extrato das atas de registro de preços nº 56- 57- 58- 59- 60- 61- 62- 63- 64- 65- 66- 67- 68- 69- 70- 71- 72/2026, pregão regsitro de preços nº 21/2026- Por Itens- partes Prefeitura Municpal de Vitorino e as empresas Participante: 4 ESTACOES - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (35.467.715/0001- 33), Participante: ALFA VERTICE COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA LTDA (60.424.559/0001- 70), Participante: ALS UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA (43.496.899/0001- 98), Participante: BUGRE COMERCIAL LTDA (35.088.051/0001- 00), Participante: COSLIMP COMERCIO DE PRODUTOS LTDA (68.591.593/0001-41), Participante: DESBRAVA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM LICITACOES LTDA (59.566.602/0001- 53), Participante: FAROL IND E COM LTDA (49.441.824/0001- 96), Participante: FERRO FORTE PARAFUSOS E FERRAMENTAS LTDA (05.110.947/0001- 79), Participante: GWS GLOBAL LIMITADA (53.080.207/0001- 80), Participante: JANAINA SARETO VOLPI (32.050.743/0001- 62), Participante: MDX COMERCIO DE EPI LTDA (50.401.485/0001- 01), Participante: MONTIBELER EQUIPAMENTOS LTDA (02.214.939/0001- 84), Participante: NS ASSESSORIA E REPRESENTACOES DE CALCADOS LTDA (13.655.221/0001- 40), Participante: R BENACI LTDA (26.668.746/0001- 61), Participante: TREEBUUCHET O COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAIS LTDA (08.568.311/0001- 63), Participante: VENGUER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (50.373.558/0001-90), Participante: YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51.740.794/0001- 60), *nas propostas de preços, referente ao edital de pregão ELETRONICO registro de preços nº. 021/2026*: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, *Conforme mapa comparativo de preços que faz parte das atas de registro preços do prazo de vigência: o prazo de vigência do registro de preços será pelo período de 12 (doze) meses. assinaturas MARCIANO VOTTRI Prefeito Municipal de Vitorino* – Pr

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:67F0C555

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
EXTRATO ATAS 73-74-75

Extrato das atas de registro de preços nº 73-74-75/2026, pregão regsitro de preços nº 26/2026- Por LOTE- partes Prefeitura Municpal de Vitorino e as empresas), *nas propostas de preços, referente dos participantes:* MARTARELLO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (84.907.013/0001-39), Participante: BASIFIX FABRICA DE TINTAS LTDA (55.464.252/0001-63), Participante: R E J MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (21.463.949/0001-06) AO *edital de pregão ELETRONICO registro de preços nº. 026/2026*: REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de materiais de construção e insumos correlatos para manutenção e pequenas reformas, *Conforme mapa comparativo de preços que faz parte das atas de registro preços do prazo de vigência: o prazo de vigência do registro de preços será pelo período de 12 (doze) meses. assinaturas MARCIANO VOTTRI Prefeito Municipal de Vitorino* – Pr

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:CB8441B2

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
EXTRATO CONTRATO 115/2026

Extrato Contrato 115/2026 – Pregão Eletrônico 20/2026- Contratante Município de Vitorino, Cnpj:76.995.463/0001-00 Contratado J. C. SAGGIN (07.647.818/0001-40) .OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ELETRICOS PARA UTILIZAÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER. Dotação Orçamentária: 151, 154, 172, 170, 162, 165, valor: R$ 34.587,63 – vigência 12 meses. Data 31/07/2026

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:5277DCCF

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
EXTRATO CONTRATO 116/2026

Extrato Contrato 116/2026 – Pregão Eletrônico 23/2026- Contratante Município de Vitorino, Cnpj:76.995.463/0001-00 Contratado Participante: COMPACT POWER MAQUINAS LTDA (11.496.215/0001-61). OBJETO: AQUISIÇÃO DE GERADORES

PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES MUNICIPAIS DE SAÚDE, Dotação Orçamentária: 95,58,67,116,107, valor: R$140.030,00– vigência 12 meses. Data 31/07/2026

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:272F6458

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.248, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

Decreto 6.248, de 03 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA
Art. 1º - Fica nomeada Leticia Pereira Dutra, portadora do CPF/MF n.° 013.157.xxx-xx, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicóloga, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Quadro Único do Município de Vitorino-PR;

Art. 2º - Revogadas disposições em contrário, esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 03 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:0AAC7D9A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.249, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

Decreto 6.249, de 03 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada Maria Eloisa Dangui Pereira, portadora do CPF/MF n.° 109.979.xxx-xx, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cuidadora Infantil, junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Quadro Único do Município de Vitorino-PR;

Art. 2º - Revogadas disposições em contrário, esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 03 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:EEAC7F72

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 349, DE 31 DE JULHO DE 2026

Portaria 349, de 31 de julho de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 1,5 (uma e meia) diárias para o servidor Delmir Carlos Bueno – Motorista, conforme requerimentos de diárias n. º 237/2026, protocolo n. º 6236/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Curitiba /PR, nos dias 30 e 31 de julho de 2026, utilizando o veículo oficial placa TBY-7J44.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 31 de julho de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:65F939CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 350, DE 31 DE JULHO DE 2026

Portaria 350, de 31 de julho de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
Resolve:
I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Rodrigo Gularte Dezan – Motorista, conforme requerimentos de diárias n. º 238/2026, protocolo n. º 6237/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Foz do Iguaçu/PR, no dia 30 de julho de 2026, utilizando o veículo oficial placa UAW-8I43.
II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 31 de julho de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:B90F04CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 351, DE 31 DE JULHO DE 2026

Portaria 351, de 31 de julho de 2026
Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
Resolve:
I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Helio Moraes Rodrigues – Motorista, conforme requerimento de diárias nº. 239/2026, protocolo 6275/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Cascavel/PR, no dia 31 de julho de 2026, utilizando o veículo oficial placa BEP-6F75;
II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 31 de julho de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:A23E7569

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
LEI Nº 833, 31 DE JULHO DE 2026.

SÚMULA: *Dispõe sobre a Política Municipal de Resíduos Sólidos (PMRS), institui o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, em consonância com o Plano Diretor Municipal, e dá outras providências.*

A Câmara Municipal de Vereadores de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Givanildo Trumi, Prefeito, sanciono a seguinte

LEI:

CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES E DOS FUNDAMENTOS
Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Resíduos Sólidos (PMRS) do Município de Boa Esperança do Iguaçu, estabelecendo as diretrizes municipais e garantindo a universalização do acesso aos serviços de coleta, transporte, transbordo, tratamento, destinação e disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos.
Parágrafo único. Esta Lei subsidia a implementação e operação de ações contínuas de melhoria dos serviços de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana, observadas as Leis Federais nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), nº 14.026, de 15 de julho de 2020, e as normativas estaduais vigentes.
Art. 2º Fica instituído o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) do Município de Boa Esperança do Iguaçu, o qual tem por finalidade promover a universalização e a efetiva prestação dos serviços públicos municipais de gestão de resíduos, mediante o estabelecimento de metas, indicadores e ações programadas que deverão ser executadas em um horizonte de 20 (vinte) anos, em estrita compatibilidade com as diretrizes de proteção socioambiental fixadas pela Lei Complementar nº 769, de 05 de novembro de 2025 (Plano Diretor Municipal).
§ 1º Constitui o Plano Municipal de Gestão Integrada do Município de Boa Esperança do Iguaçu o documento técnico de planejamento setorial, cujas diretrizes fundamentais visam:

• **I -** Incentivar, sensibilizar e motivar a população local a adotar práticas consolidadas de redução, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos;
• **II -** Estruturar e qualificar a gestão pública municipal no setor de resíduos, dotando a Administração de mecanismos de monitoramento eficazes;
• **III -** Promover a separação e coleta seletiva fracionada de resíduos de acordo com sua classificação quanto à origem e periculosidade;
• **IV -** Reduzir o volume total de rejeitos enviados para a disposição final em aterros, privilegiando processos de compostagem, triagem mecânica ou manual e logística reversa;
• **V -** Promover a inclusão socioeconômica de associações ou cooperativas locais de catadores de materiais recicláveis;
• **VI -** Responsabilizar os grandes geradores pelo custeio e manejo adequado dos resíduos decorrentes de suas atividades comerciais ou industriais de grande porte.

CAPÍTULO II
DA ARTICULAÇÃO COM O PLANO DIRETOR E ZONEAMENTO
Art. 3º As ações decorrentes da execução do PMGIRS deverão respeitar as delimitações territoriais e normas urbanísticas estabelecidas na Lei do Perímetro Urbano (Lei nº 770/2025) e na Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município (Lei nº 771/2025), visando blindar mananciais, corpos hídricos, áreas de preservação permanente e zonas de adensamento residencial contra vetores de poluição e degradação ambiental.
Art. 4º Qualquer instalação física voltada ao manejo de resíduos sólidos, incluindo ecopontos, centrais de triagem e pátios de compostagem, dependerá de prévia anuência das secretarias municipais competentes, observadas as regras do Macrozoneamento Municipal e, quando couber, a elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), nos termos definidos pelo Plano Diretor Municipal.
CAPÍTULO III
DO FLUXO DE GESTÃO, METAS E INDICADORES
Art. 5º A execução do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dar-se-á através do cumprimento programado de metas progressivas, discriminadas conforme o cronograma geral resumido na tabela a seguir:

Eixo de Ação	Meta de Curto Prazo (Até 5 anos)	Meta de Médio Prazo (Até 10 anos)	Meta de Longo Prazo (Até 20 anos)
Coleta Seletiva Urbana	Cobrir 60% do perímetro urbano da sede e dos distritos municipais.	Universalizar a coleta seletiva (100%) nas áreas urbanas e distritos.	Consolidar eficiência máxima e automação dos pontos de entrega voluntária.
Inclusão de Catadores	Cadastrar e fornecer EPIs para 100% dos catadores autônomos locais.	Fomentar a criação ou o apoio a cooperativa/associação estruturada.	Formalizar contratos de prestação de serviços com repasse de subsídios por produtividade.
Logística Reversa	Implantar pontos de recolhimento de lâmpadas, pilhas e eletroeletrônicos na sede.	Alcançar 100% de adesão do comércio local ao sistema de recolhimento obrigatório.	Zerar o descarte inadequado de resíduos sujeitos à logística reversa no Município.
Resíduos Orgânicos	Estimular projetos-piloto de compostagem doméstica e escolar na rede municipal.	Implantar pátio municipal ou regionalizado de compostagem de podas e feiras.	Desviar pelo menos 50% dos resíduos orgânicos urbanos da disposição em aterros.

CAPÍTULO IV
DAS RESPONSABILIDADES DOS GERADORES E DO CUSTEIO
Art. 6º Os geradores de resíduos sólidos domiciliares comuns são responsáveis pela correta segregação e acondicionamento dos materiais, disponibilizando-os para a coleta pública nos dias e horários previamente definidos pela Administração Pública Municipal.
Art. 7º Os estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços e indústrias que gerem volume de resíduos sólidos superior ao limite diário fixado pelo regulamento do Executivo serão classificados como Grandes Geradores.
§ 1º Os Grandes Geradores são integralmente responsáveis pelo plano de gerenciamento, coleta, transporte e destinação final de seus resíduos, arcando com a totalidade dos custos decorrentes, sob pena de suspensão de seu Alvará de Localização e Funcionamento.
§ 2º É vedado o descarte de resíduos industriais, hospitalares, de serviços de saúde ou de construção civil nas rotas e recipientes destinados à coleta pública convencional de resíduos domiciliares.
CAPÍTULO V
DA FISCALIZAÇÃO, INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 8º A fiscalização do cumprimento das obrigações instituídas nesta Lei ficará a cargo do setor de fiscalização fazendária e posturas, em articulação com o órgão municipal responsável pelo Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Administração e a de Planejamento.
Art. 9º Considera-se infração administrativa qualquer ato ou omissão que resulte na inobservância das diretrizes desta Lei, sujeitando os infratores às seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civis e penais cabíveis:

• **I** - Advertência por escrito, com fixação de prazo regulamentar para sanar a irregularidade constatada;
• **II** - Multa administrativa, graduada de acordo com a gravidade da infração e a capacidade econômica do infrator, conforme regulamentação por Decreto Executivo;
• **III** - Suspensão temporária da licença ou do alvará de funcionamento do estabelecimento poluidor;
• **IV** - Cassação definitiva do Alvará de Localização e Funcionamento, em caso de reincidência reiterada em infrações gravíssimas.

Parágrafo único. Nos casos em que for constatado o despejo irregular de resíduos em vias públicas, terrenos baldios ou áreas de preservação, o Município notificará o responsável para realizar a imediata remoção. Em caso de descumprimento, o próprio Município prestará o serviço de limpeza e manejo, efetuando a cobrança dos custos operacionais para ressarcimento ao erário, o qual poderá ser lançado em conjunto com o carnê do IPTU e, caso não liquidado, inscrito em Dívida Ativa.
CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
Art. 10. O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) deverá ser submetido a revisões periódicas obrigatórias a cada 4 (quatro) anos, garantindo a atualização de diagnósticos, metas e indicadores face ao crescimento demográfico e econômico do território municipal.
Art. 11. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias vigentes consignadas no orçamento municipal, bem como de fundos específicos voltados à preservação ambiental e saneamento básico que venham a ser instituídos ou acessados por convênios.
Art. 12. O Poder Executivo Municipal regulamentará os procedimentos técnicos, valores das penalidades e critérios operacionais desta Lei no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua publicação oficial.
Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.
Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito Municipal

Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:35A27484

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

SECRETARIA DE FINANCAS
RERRATIFICACAO

RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 90004/2026

Tendo em vista ocorrência de fato superveniente, capaz de causar nulidade ao processo licitatório, pela não observação das fases corretas do processo licitatório, conforme constou na ata de concorrência presencial n°. 90004/2026, anula-se a sessão ocorrida na data de 16 de julho de 2026, retifique-se o edital, corrigindo os erros apontados, e republique-se, respeitando os prazos constantes na Lei n°. 14.133/2021.
RETIFICAÇÃO DO EDITAL
ALTERE-SE

ONDE LÊ-SE:

O MUNICÍPIO de Cruzeiro do Iguaçu -PR, torna público que, às 09:00 horas do dia 10 de agosto do ano de 2026, na rua Av.13 de maio n° 906 em Cruzeiro do Iguaçu, Paraná, Brasil, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **PRESENCIAL**, sob regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, do tipo **MENOR PREÇO**, por lote, modo de disputa **ABERTO**, nos termos do art. 27 da Constituição do Estado do Paraná, da Lei Complementar Federal n. º 123/2006; da Lei Federal n. º 14.133/2021, assim como pelas disposições deste Edital e seus anexos.

LEIA- SE:

O MUNICÍPIO de Cruzeiro do Iguaçu -PR, torna público que, às 09:00 horas do dia 24 de agosto do ano de 2026, na rua Av.13 de maio n° 906 em Cruzeiro do Iguaçu, Paraná, Brasil, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **PRESENCIAL**, sob regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, do tipo **MENOR PREÇO**, por lote, modo de disputa **ABERTO**, nos termos do art. 27 da Constituição do Estado do Paraná, da Lei Complementar Federal n. º 123/2006; da Lei Federal n. º 14.133/2021, assim como pelas disposições deste Edital e seus anexos.
ONDE LÊ-SE:

Lote 1	Descrição do objeto	Unidade	Quant	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)	Valor total máximo
Item 1	Contratação de empresa especializada para execução de 10 (dez) unidades habitacionais unifamiliares com 47,33m² cada, totalizando 473,30m². Todos os detalhes construtivos devem seguir os projetos arquitetônicos e complementares, juntamente com os memoriais descritivos, conforme Convênio 220/CONV/2026 – COHAPAR, de acordo com todos anexos ao processo e também	Lote	1	R$ 2.109.716,39	R$ 2.109.716,39

	planilhas de execução e cronograma financeiro.				

VALOR MÁXIMO DA CONCORRÊNCIA
1.3 O preço máximo admitido para execução da obra é de R$ 2.109.716,39 (dois milhões, cento e nove mil, setecentos e dezesseis reais e trinta e nove centavos), conforme planilha orçamentária de referência.
LEIA- SE:

Lote 1	Descrição do objeto	Unidade	Quant	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)	Valor total máximo
Item 1	Contratação de empresa especializada para execução de 10 (dez) unidades habitacionais unifamiliares com 47,33m² cada, totalizando 473,30m². Todos os detalhes construtivos devem seguir os projetos arquitetônicos e complementares, juntamente com os memoriais descritivos, conforme Convênio 220/CONV/2026 – COHAPAR, de acordo com todos anexos ao processo e também planilhas de execução e cronograma financeiro.	Lote	1	R$ 2.001.286,90	R$ 2.001.286,90

VALOR MÁXIMO DA CONCORRÊNCIA
1.3 O preço máximo admitido para execução da obra é de R$ 2.001.286,90 (dois milhões e um mil, duzentos e oitenta e seis reais e noventa centavos), conforme planilha orçamentária de referência.
ONDE LÊ-SE:

O recebimento dos envelopes 01 – Habilitação e 02 – Proposta de Preços será realizado até às 8 horas e 59 minutos do dia 10 de agosto de 2026, na sede da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Iguaçu.
LEIA- SE:

O recebimento dos envelopes 01 – Habilitação e 02 – Proposta de Preços será realizado até às 8 horas e 59 minutos do dia 24 de agosto de 2026, na sede da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Iguaçu.

ONDE LÊ-SE:

A abertura dos envelopes 01 – Habilitação e 02 – Proposta de Preços será realizado no mesmo local, às 9 horas e 00 minutos do dia 10 de agosto de 2026, na forma e sequência que se segue:

LEIA- SE:

A abertura dos envelopes 01 – Habilitação e 02 – Proposta de Preços será realizado no mesmo local, às 9 horas e 00 minutos do dia 24 de agosto de 2026, na forma e sequência que se segue:

ONDE LÊ-SE:

Lote 1	Descrição do objeto	Unidade	Quant	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)	Valor total máximo
Item 1	Contratação de empresa especializada para execução de 10 (dez) unidades habitacionais unifamiliares com 47,33m² cada, totalizando 473,30m². Todos os detalhes construtivos devem seguir os projetos arquitetônicos e complementares, juntamente com os memoriais descritivos, conforme Convênio 220/CONV/2026 – COHAPAR, de acordo com todos anexos ao processo e também planilhas de execução e cronograma financeiro.	Lote	1	R$ 2.109.716,39	R$ 2.109.716,39

LEIA- SE:

Lote 1	Descrição do objeto	Unidade	Quant	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)	Valor total máximo
Item 1	Contratação de empresa especializada para execução de 10 (dez) unidades habitacionais unifamiliares com 47,33m² cada, totalizando 473,30m². Todos os detalhes construtivos devem seguir os projetos arquitetônicos e complementares, juntamente com os memoriais descritivos, conforme Convênio 220/CONV/2026 – COHAPAR, de acordo com todos anexos ao processo e também planilhas de execução e cronograma financeiro.	Lote	1	R$ 2.001.286,90	R$ 2.001.286,90

ONDE LÊ-SE:

Informamos que este se trata de um recurso específico destinado única e exclusivamente para obra de conjunto habitacional de 10 (dez) unidades, no valor de **R$ 2.109.716,39 (dois milhões cento e nove mil, setecentos e dezesseis reais e trinta e nove centavos).**

LEIA- SE:
Informamos que este se trata de um recurso específico destinado única e exclusivamente para obra de conjunto habitacional de 10 (dez) unidades, no valor de **R$ 2.001.286,90 (dois milhões e um mil, duzentos e oitenta e seis reais e noventa centavos)**.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições constantes do Edital, Anexos e Rerratificação. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Edital com as devidas alterações poderá ser obtido através do webpage: http://www.cruzeirodoiguacu.pr.gov.br/ e demais informações através do telefone (0xx46) 3191-1330; e-mail: licitacao@cruzeirodoiguacu.pr.gov.br.
Torno público,

Cruzeiro do Iguaçu – PR, 30 de julho de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Aparecida do Prado Gulhak
Código Identificador:C1B169D4

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

SETOR DE PESSOAL
PRORROGA PSS AGOSTO

PORTARIA 4233/2026

SÚMULA – Prorroga contrato por tempo determinado das pessoas abaixo relacionadas, aprovadas em Processo Seletivo Simplificado, realizado nos termos do Edital nº 006/2025 de 31/01/2025 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 71, Inciso II, alínea "b" e "e" da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1460/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar contrato por tempo determinado das pessoas abaixo relacionadas, aprovadas em Processo Seletivo Simplificado, realizado nos termos do Edital 006/2025 de 31/01/2025.

NOME	CPF	ADMISSÃO	C.H. SEMANAL	CARGO	PRORROGAÇÃO
CENIRO DE ANDRADE	699.708.829-53	01/08/2025	40 Horas	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO	01/08/2026 a 31/07/2027
VALDECIR ROBERTO MACIEL	035.936.849-26	11/08/2025	40 Horas	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO	11/08/2026 a 10/08/2027

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL EM 31 DE JULHO DE 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Evelin Nurmberg
Código Identificador:295D3257

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

DEPARTAMENTO CONTABILIDADE
DECRETO Nº 89/2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar, autorizado pela Lei Municipal nº 1173/2025 de 25.11.2025 e dá outras providências.

Clodoaldo Aparecido Rigieri, Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei acima:

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aberto no PPA, LDO e Orçamento Municipal Vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de até 188.736,43 (cento e oitenta e oito mil, setecentos e trinta e seis reais e quarenta e três centavos) nas seguintes dotações:

05.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO RODOVIARIO MUNICIPAL**		
05.001.00.000.0000.0.000	- DIVISÃO SERVIÇO RODOVIARIO MUNICIPAL		
05.001.26.782.0004.2.504	- MANTER O TERMINAL RODOVIÁRIO		
3.1.90.13.00.00 - 123	- Contribuições Patronais		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	424,34
06.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**		
06.001.00.000.0000.0.000	- DIVISÃO SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA		
06.001.15.452.0005.2.602	- MANTER A LIMPEZA PÚBLICA		
3.1.90.94.00.00 - 164	- Indenizações e Restituições Trabalhistas		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	104,19
07.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE SAUDE**		
07.001.00.000.0000.0.000	- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
07.001.10.122.0007.2.701	- MANTER A DIRETORIA DA SAÚDE		
3.1.90.13.00.00 - 195	- Contribuições Patronais		
01303	- Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)	R$	568,33
07.001.10.301.0007.2.715	- MANTER O PROGRAMA AGESTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE		
3.1.90.16.00.00 - 244	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
01303	- Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)	R$	1.898,04
07.001.10.301.0007.2.724	- MANTER UNIDADE 24 HORAS		
3.1.90.11.00.00 - 280	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		

01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	264,87
3.1.90.11.00.00 - 281	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
01303	- Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)	R$	17.042,98
07.001.10.304.0000.2.709	- MANTER OS PROGRAMAS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
3.1.90.11.00.00 - 355	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	12.375,12
3.1.90.11.00.00 - 356	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1494	- Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$	16.225,26
3.1.90.13.00.00 – 358	- Contribuições Patronais		
1494	- Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$	420,74
08.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**		
08.001.00.000.0000.0.000	- DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
08.001.12.361.0010.2.807	- MANTER O ENSINO FUNDAMENTAL		
3.1.90.11.00.00 - 397	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
01103	- 10% Sobre Transferência Constitucionais FUNDEB	R$	76.209,11
3.1.90.13.00.00 - 400	- Contribuições Patronais		
01103	- 10% Sobre Transferência Constitucionais FUNDEB	R$	14.339,19
08.002.00.000.0000.0.000	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL		
08.002.12.365.0010.2.819	- MANTER E EDUCAÇÃO INFANTIL (0 A 6) ANOS		
3.1.90.13.00.00 - 436	- Contribuições Patronais		
01103	- 10% Sobre Transferência Constitucionais FUNDEB	R$	7.412,04
3.1.90.11.00.00 - 433	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
01103	- 10% Sobre Transferência Constitucionais FUNDEB	R$	35.084,73
12.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO**		
12.001.00.000.0000.0.000	- SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO		
12.001.17.512.0017.2.122	- MANTER OS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA		
3.1.90.16.00.00 – 571	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	737,11
13.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
13.001.00.000.0000.0.000	- DIVISÃO DE ASSITÊNCIA SOCIAL		
13.001.08.244.0008.2.131	- MANTER A ASSISTÊNCIA SOCIAL		
3.1.90.94.00.00 - 586	- Indenizações e Restituições Trabalhistas		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	5.630,38
TOTAL DA SUPLEMENTAÇAO		**R$**	**188.736,43**

Art. 2º - A Cobertura do Crédito de que trata o Artigo 1º far-se-á mediante ao cancelamento parcial das seguintes dotações:

03.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**		
03.001.00.000.0000.0.000	- SECRETARIA		
03.001.04.122.0003.2.301	- MANTER OS SERV. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL		
3.1.90.11.00.00 – 38	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	19.536,01
07.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE SAUDE**		
07.001.00.000.0000.0.000	- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
07.001.10.301.0007.2.705	- MANTER UBS SAÚDE DA FAMÍLIA		
3.1.90.30.00.00 - 219	- Material de Consumo		
01303	- Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)	R$	19.509,35
07.001.10.301.0007.2.711	- MANTER OS PROGRAMAS APS – ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE		
3.1.90.30.00.00 - 233	- Material de Consumo		
3494	- Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$	16.646,00
08.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**		
08.002.00.000.0000.0.000	- DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL		
08.002.12.365.0010.2.819	- MANTER EDUCAÇÃO INFANTIL (0 A 6) ANOS		
3.3.90.30.00.00 - 448	- Material de Consumo		
01103	- 10% Sobre Transferência Constitucionais FUNDEB	R$	40.925,37
3.3.90.32.00.00 - 451	- Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
01103	- 10% Sobre Transferência Constitucionais FUNDEB	R$	18.649,00
3.3.90.36.00.00 - 454	- Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica		
01103	- 10% Sobre Transferência Constitucionais FUNDEB	R$	32.976,93
4.4.90.52.00.00 - 463	- Equipamentos e Material Permanente		
01103	- 10% Sobre Transferência Constitucionais FUNDEB	R$	8.155,50
08.005.00.000.0000.0.000	- CONVÊNIOS DA EDUCAÇÃO		
08.005.12.361.0010.2.811	- MANTER OS PROGRAMAS DE MERENDA ESCOLAR		
3.3.90.32.00.00 - 489	- Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
01103	- 10% Sobre Transferência Constitucionais FUNDEB	R$	32.338,27
TOTAL DA SUPLEMENTAÇAO		**R$**	**188.736,43**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Nossa Senhora das Graças, 30 de julho de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito do Município

Publicado por:
Rodrigo Vialli da Reissureicao
Código Identificador:6454F1C8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 157/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 157/2026

PROCESSO Nº 243/2026

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 73/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR, Estado do Paraná, com sede à Avenida João Carvalho de Mello, nº 135, centro, inscrito no CNPJ nº 75.743.567/0001-57, neste ato representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sônia Aparecida de Souza Chaves, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.303.448-2 e do CPF/MF nº 447.258.179-53, e

CONTRATADA: ALFATECH COMERCIAL LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 63.607.468/0001-69
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ADITIVO ARLA 32 PARA OS VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - Lote 001	1	18147	ARLA 32 - AGENTE REDUTOR LÍQUIDO AUTOMOTIVO, GALÃO DE 20 LITROS PRONTO PARA USO,DESTINADO A VEÍCULOS E MÁQUINAS MOVIDOS A DIESEL EQUIPADOS COM SISTEMA DE REDUÇÃO CATALÍTICA SELETIVA (SCR), COMPOSTO POR SOLUÇÃO AQUOSA CONTENDO 32,5% DE UREIA DE ALTA PUREZA E 67,5% DE ÁGUA DESMINERALIZADA, EM CONFORMIDADE COM A ABNT NBR ISO 22241 OU NORMA TÉCNICA QUE VENHA SUBSTITUÍ-LA. O PRODUTO DEVERÁ SER ISENTO DE IMPUREZAS QUE COMPROMETAM O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA SCR. REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO E QUALIDADE: CERTIFICAÇÃO: O FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO PRODUTO, EMITIDO POR ORGANISMO DE CERTIFICAÇÃO DE PRODUTO (OCP) ACREDITADO PELO INMETRO, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.RASTREABILIDADE: CADA EMBALAGEM/LOTE ENTREGUE DEVERÁ OSTENTAR O SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DO INMETRO E O NÚMERO DO LOTE PARA FINS DE RASTREABILIDADE QUÍMICA.LAUDO TÉCNICO: A ADMINISTRAÇÃO RESERVA-SE O DIREITO DE EXIGIR, NO ATO DA ENTREGA OU DURANTE A FASE DE JULGAMENTO (ART.42, II, LEI 14.133/21), A APRESENTAÇÃOO DE RELATÓRIO DE ENSAIO (LAUDO DE LABORATÓRIO) REFERENTE AO LOTE FORNECIDO, COMPROVANDO OS NÍVEIS DE PUREZA.EMBALAGEM: BOMBONAS DE 20L, AS EMBALAGENS DEVEM SER LACRADAS DE FÁBRICA , EM MATERIAL OPACO E RESISTENTE AOS RAIOS UV, PARA EVITAR A DEGRADAÇÃO DA UREIA POR TEMPERATURA OU LUMINOSIDADE.O PRODUTO DEVE ATENDER, OBRIGATORIAMENTE, A TODOS OS REQUISITOS FÍSICO-QUÍMICOS ESTABELECIDOS NA NORMA ABNT NBR ISO 22241 (PARTES 1, 2 E 3) E NA PORTARIA INMETRO VIGENTE.		UNID	308,00	81,23	25.018,84
TOTAL								25.018,84

VALOR TOTAL: *R$ 25.018,84 (Vinte e Cinco Mil e Dezoito Reais e Oitenta e Quatro Centavos)*

VIGÊNCIA: 31/07/2026 a 30/07/2027.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:7D8D6E9F

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 158/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 158/2026

PROCESSO Nº 241/2026

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 74/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR, Estado do Paraná, com sede à Avenida João Carvalho de Mello, nº 135, centro, inscrito no CNPJ nº 75.743.567/0001-57, neste ato representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sônia Aparecida de Souza Chaves, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.303.448-2 e do CPF/MF nº 447.258.179-53, e

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 90.180.605/0001-02
OBJETO: AQUISIÇÃO DE SEGUROS DE VEÍCULOS

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - LOTE I - SECRETARIA DA EDUCAÇAO	1	18150	Citroen Aircross Feel Turbo 200 AT 7 lugares - 2026 Chassi: 935cnfca8tb561204 Motor: 463577651279015; MODELO Aircross 7 feel turbo 200 at 2026; Tipo: camioneta; Espécie: misto; Renavam: 202452; Potência:130.00; cilindrada 0999; N.passageiros: 7; Marca: citroen; Combustível: flex; Cor interna: preto/cinza; Cor externa: branca; Fab/mod: 2026/2026; Km: 0 Cobertura Compreensiva (Casco): Cobertura contra colisão, abalroamento, capotamento,		UNID	1,00	798,98	798,98

			incêndio, explosão, queda de raio, roubo, furto e danos decorrentes de fenômenos da natureza, conforme condições gerais da apólice. Responsabilidade Civil Facultativa de veículos (RCF- V): cobertura para danos causados a terceiros, com limite mínimo de R$ 200.000,00 para Danos Materiais (DM) e R$ 200.000,00 para Danos Corporais (DC).Danos Morais: Cobertura para indenizações decorrentes de danos morais causados a terceiros, com limite mínimo de R$ 50.000,00.Acidentes Pessoais de Passageiros (APP): Cobertura para morte acidental e invalidez permanente dos ocupantes, com capital segurado mínimo de R$ 20.000,00 por ocupante, para cada cobertura. Assistência 24 Horas: Atendimento durante 24 horas, incluindo guincho, socorro mecânico, pane elétrica, chaveiro, troca de pneus e demais serviços previstos pela seguradora. Guincho: Serviço de remoção do veículo em caso de pane ou sinistro, conforme condições da apólice, preferencialmente sem limitação de quilometragem. Cobertura de Vidros: Cobertura para substituição ou reparo de para-brisa, vidros laterais, vigia traseiro, faróis, lanternas e retrovisores. Carro Reserva: Disponibilização de veículo reserva de categoria popular ou similar, por período mínimo de 15 (quinze) dias, em caso de sinistro coberto pela apólice. Indenização Integral: Indenização correspondente a 100% da Tabela FIPE, ou outro critério equivalente previsto na apólice, em caso de perda total ou roubo/furto sem recuperação do veículo. Abrangência Territorial: Cobertura válida em todo o território nacional. Franquia: Franquia normal ou reduzida, conforme proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Vigência: Apólice com vigência mínima de 12 (doze) meses, contados da data de início da cobertura.				
LOTE: 002 - Lote 002	1	18151	Citroen Aircross Feel Turbo 200 AT 7 lugares - 2026; Chassi: 935cnfca2tb559867 Motor: 463577651272273; MODELO Aircross 7 feel turbo 200 at 2026; Tipo: camioneta; Espécie: misto; Renavam: 202452; Potência:130.00; cilindrada 0999; N.passageiros: 7; Marca: citroen; Combustível: flex; Cor interna: preto/cinza; Cor externa: branca; Fab/mod: 2026/2026; Km: 0 Cobertura Compreensiva (Casco): Cobertura contra colisão, abalroamento, capotamento, incêndio, explosão, queda de raio, roubo, furto e danos decorrentes de fenômenos da natureza, conforme condições gerais da apólice. Responsabilidade Civil Facultativa de veículos (RCF- V): cobertura para danos causados a terceiros, com limite mínimo de R$ 200.000,00 para Danos Materiais (DM) e R$ 200.000,00 para Danos Corporais (DC).Danos Morais: Cobertura para indenizações decorrentes de danos morais causados a terceiros, com limite mínimo de R$ 50.000,00.Acidentes Pessoais de Passageiros (APP): Cobertura para morte acidental e invalidez permanente dos ocupantes, com capital segurado mínimo de R$ 20.000,00 por ocupante, para cada cobertura. Assistência 24 Horas: Atendimento durante 24 horas, incluindo guincho, socorro mecânico, pane elétrica, chaveiro, troca de pneus e demais serviços previstos pela seguradora. Guincho: Serviço de remoção do veículo em caso de pane ou sinistro, conforme condições da apólice, preferencialmente sem limitação de quilometragem. Cobertura de Vidros: Cobertura para substituição ou reparo de para-brisa, vidros laterais, vigia traseiro, faróis, lanternas e retrovisores. Carro Reserva: Disponibilização de veículo reserva de categoria popular ou similar, por período mínimo de 15 (quinze) dias, em caso de sinistro coberto pela apólice. Indenização Integral: Indenização correspondente a 100% da Tabela FIPE, ou outro critério equivalente previsto na apólice, em caso de perda total ou roubo/furto sem recuperação do veículo. Abrangência Territorial: Cobertura válida em todo o território nacional. Franquia: Franquia normal ou reduzida, conforme proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Vigência: Apólice com vigência mínima de 12 (doze) meses, contados da data de início da cobertura.		UNID	1,00	798,98	798,98
LOTE: 003 - LOTE III - ADMINISTRAÇÃO PUBLICA	1	18152	Citroen Aircross Feel Turbo 200 AT 7 lugares - 2026; Chassi: 935cnfca3tb560445 Motor: 463577651264988; MODELO Aircross 7 feel turbo 200 at 2026; Tipo: camioneta; Espécie: misto; Renavam: 202452; Potência:130.00; cilindrada 0999; N.passageiros: 7; Marca: citroen; Combustível: flex; Cor interna: preto/cinza; Cor externa: branca; Fab/mod: 2026/2026; Km: 0		UNID	1,00	798,98	798,98

			Cobertura Compreensiva (Casco): Cobertura contra colisão, abalroamento, capotamento, incêndio, explosão, queda de raio, roubo, furto e danos decorrentes de fenômenos da natureza, conforme condições gerais da apólice. Responsabilidade Civil Facultativa de veículos (RCF- V): cobertura para danos causados a terceiros, com limite mínimo de R$ 200.000,00 para Danos Materiais (DM) e R$ 200.000,00 para Danos Corporais (DC).Danos Morais: Cobertura para indenizações decorrentes de danos morais causados a terceiros, com limite mínimo de R$ 50.000,00.Acidentes Pessoais de Passageiros (APP): Cobertura para morte acidental e invalidez permanente dos ocupantes, com capital segurado mínimo de R$ 20.000,00 por ocupante, para cada cobertura. Assistência 24 Horas: Atendimento durante 24 horas, incluindo guincho, socorro mecânico, pane elétrica, chaveiro, troca de pneus e demais serviços previstos pela seguradora. Guincho: Serviço de remoção do veículo em caso de pane ou sinistro, conforme condições da apólice, preferencialmente sem limitação de quilometragem. Cobertura de Vidros: Cobertura para substituição ou reparo de para-brisa, vidros laterais, vigia traseiro, faróis, lanternas e retrovisores. Carro Reserva: Disponibilização de veículo reserva de categoria popular ou similar, por período mínimo de 15 (quinze) dias, em caso de sinistro coberto pela apólice. Indenização Integral: Indenização correspondente a 100% da Tabela FIPE, ou outro critério equivalente previsto na apólice, em caso de perda total ou roubo/furto sem recuperação do veículo. Abrangência Territorial: Cobertura válida em todo o território nacional. Franquia: Franquia normal ou reduzida, conforme proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Vigência: Apólice com vigência mínima de 12 (doze) meses, contados da data de início da cobertura.					
LOTE: 004 - Lote 004	1	18153	Citroen Aircross Feel Turbo 200 AT 7 lugares - 2026; Chassi: 935cnfca5tb560446 Motor: 463577651275838; MODELO Aircross 7 feel turbo 200 at 2026; Tipo: camioneta; Espécie: misto; Renavam: 202452; Potência:130.00; cilindrada 0999; N.passageiros: 7; Marca: citroen; Combustível: flex; Cor interna: preto/cinza; Cor externa: branca; Fab/mod: 2026/2026; Km: 0 Cobertura Compreensiva (Casco): Cobertura contra colisão, abalroamento, capotamento, incêndio, explosão, queda de raio, roubo, furto e danos decorrentes de fenômenos da natureza, conforme condições gerais da apólice. Responsabilidade Civil Facultativa de veículos (RCF- V): cobertura para danos causados a terceiros, com limite mínimo de R$ 200.000,00 para Danos Materiais (DM) e R$ 200.000,00 para Danos Corporais (DC).Danos Morais: Cobertura para indenizações decorrentes de danos morais causados a terceiros, com limite mínimo de R$ 50.000,00.Acidentes Pessoais de Passageiros (APP): Cobertura para morte acidental e invalidez permanente dos ocupantes, com capital segurado mínimo de R$ 20.000,00 por ocupante, para cada cobertura. Assistência 24 Horas: Atendimento durante 24 horas, incluindo guincho, socorro mecânico, pane elétrica, chaveiro, troca de pneus e demais serviços previstos pela seguradora. Guincho: Serviço de remoção do veículo em caso de pane ou sinistro, conforme condições da apólice, preferencialmente sem limitação de quilometragem. Cobertura de Vidros: Cobertura para substituição ou reparo de para-brisa, vidros laterais, vigia traseiro, faróis, lanternas e retrovisores. Carro Reserva: Disponibilização de veículo reserva de categoria popular ou similar, por período mínimo de 15 (quinze) dias, em caso de sinistro coberto pela apólice. Indenização Integral: Indenização correspondente a 100% da Tabela FIPE, ou outro critério equivalente previsto na apólice, em caso de perda total ou roubo/furto sem recuperação do veículo. Abrangência Territorial: Cobertura válida em todo o território nacional. Franquia: Franquia normal ou reduzida, conforme proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Vigência: Apólice com vigência mínima de 12 (doze) meses, contados da data de início da cobertura.		UNID	1,00	798,98	798,98
LOTE: 005 - Lote 005	1	18154	Citroen Aircross Feel Turbo 200 AT 7 lugares - 2026; Chassi: 935cnfca5tb561208 Motor: 463577651280516; MODELO Aircross 7 feel turbo 200 at 2026; Tipo: camioneta; Espécie: misto; Renavam: 202452; Potência:130.00; cilindrada 0999; N.passageiros: 7; Marca: citroen; Combustível: flex; Cor interna: preto/cinza; Cor externa: branca; Fab/mod: 2026/2026;		UNID	1,00	798,98	798,98

			Km: 0 Cobertura Compreensiva (Casco): Cobertura contra colisão, abalroamento, capotamento, incêndio, explosão, queda de raio, roubo, furto e danos decorrentes de fenômenos da natureza, conforme condições gerais da apólice. Responsabilidade Civil Facultativa de veículos (RCF- V): cobertura para danos causados a terceiros, com limite mínimo de R$ 200.000,00 para Danos Materiais (DM) e R$ 200.000,00 para Danos Corporais (DC).Danos Morais: Cobertura para indenizações decorrentes de danos morais causados a terceiros, com limite mínimo de R$ 50.000,00.Acidentes Pessoais de Passageiros (APP): Cobertura para morte acidental e invalidez permanente dos ocupantes, com capital segurado mínimo de R$ 20.000,00 por ocupante, para cada cobertura. Assistência 24 Horas: Atendimento durante 24 horas, incluindo guincho, socorro mecânico, pane elétrica, chaveiro, troca de pneus e demais serviços previstos pela seguradora. Guincho: Serviço de remoção do veículo em caso de pane ou sinistro, conforme condições da apólice, preferencialmente sem limitação de quilometragem. Cobertura de Vidros: Cobertura para substituição ou reparo de para-brisa, vidros laterais, vigia traseiro, faróis, lanternas e retrovisores. Carro Reserva: Disponibilização de veículo reserva de categoria popular ou similar, por período mínimo de 15 (quinze) dias, em caso de sinistro coberto pela apólice. Indenização Integral: Indenização correspondente a 100% da Tabela FIPE, ou outro critério equivalente previsto na apólice, em caso de perda total ou roubo/furto sem recuperação do veículo. Abrangência Territorial: Cobertura válida em todo o território nacional. Franquia: Franquia normal ou reduzida, conforme proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Vigência: Apólice com vigência mínima de 12 (doze) meses, contados da data de início da cobertura.				
LOTE: 006 - Lote 006	1	18155	Citroen Aircross Feel Turbo 200 AT 7 lugares - 2026; Chassi: 935cnfca6tb561038 Motor: 463577651279036; MODELO Aircross 7 feel turbo 200 at 2026; Tipo: camioneta; Espécie: misto; Renavam: 202452; Potência:130.00; cilindrada 0999; N.passageiros: 7; Marca: citroen; Combustível: flex; Cor interna: preto/cinza; Cor externa: branca; Fab/mod: 2026/2026; Km: 0 Cobertura Compreensiva (Casco): Cobertura contra colisão, abalroamento, capotamento, incêndio, explosão, queda de raio, roubo, furto e danos decorrentes de fenômenos da natureza, conforme condições gerais da apólice. Responsabilidade Civil Facultativa de veículos (RCF- V): cobertura para danos causados a terceiros, com limite mínimo de R$ 200.000,00 para Danos Materiais (DM) e R$ 200.000,00 para Danos Corporais (DC).Danos Morais: Cobertura para indenizações decorrentes de danos morais causados a terceiros, com limite mínimo de R$ 50.000,00.Acidentes Pessoais de Passageiros (APP): Cobertura para morte acidental e invalidez permanente dos ocupantes, com capital segurado mínimo de R$ 20.000,00 por ocupante, para cada cobertura. Assistência 24 Horas: Atendimento durante 24 horas, incluindo guincho, socorro mecânico, pane elétrica, chaveiro, troca de pneus e demais serviços previstos pela seguradora. Guincho: Serviço de remoção do veículo em caso de pane ou sinistro, conforme condições da apólice, preferencialmente sem limitação de quilometragem. Cobertura de Vidros: Cobertura para substituição ou reparo de para-brisa, vidros laterais, vigia traseiro, faróis, lanternas e retrovisores. Carro Reserva: Disponibilização de veículo reserva de categoria popular ou similar, por período mínimo de 15 (quinze) dias, em caso de sinistro coberto pela apólice. Indenização Integral: Indenização correspondente a 100% da Tabela FIPE, ou outro critério equivalente previsto na apólice, em caso de perda total ou roubo/furto sem recuperação do veículo. Abrangência Territorial: Cobertura válida em todo o território nacional. Franquia: Franquia normal ou reduzida, conforme proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Vigência: Apólice com vigência mínima de 12 (doze) meses, contados da data de início da cobertura.		UNID	1,00	798,98	798,98
TOTAL								4.793,88

VALOR TOTAL: *R$ 4.793,88 (Quatro Mil, Setecentos e Noventa e Três Reais e Oitenta e Oito Centavos)*

VIGÊNCIA: 31/07/2026 a 30/07/2027.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:DF58B652

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 038/2026 – HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2026 DE 15/07/2026

EDITAL Nº 038/2026 – HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2026 DE 15/07/2026

A comissão especial de Processo Seletivo Simplificado, constituída através da portaria nº 206/2026 de 14/07/2026, no uso de suas atribuições legais resolve:

• Homologa o resultado final e inscrições, tendo em vista terem atendido as condições previstas para as inscrições constantes do **Edital nº 033/2026 do Processo Seletivo Simplificado e atendimento a recurso protocolado.**

CARGO: ENFERMEIRO

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	Nº DO CPF	DATA DE NASC.	PONt	CLASSIFIC
06	Ariadine Lacerda dos Santos	081.700.519-67	23/05/1988	106,0	1º LUGAR
30	Jorge Iury Sakamae Romeiro	081.848.999-55	29/04/1990	102,0	2º LUGAR
26	Rafael Martins Felipe	146.229.669-64	13/03/2003	86,00	3º LUGAR
14	Airana Nadja A. Ribeiro Schotten	077.389.979-07	22/10/1989	82,00	4º LUGAR
10	Juliane Barbara Michels D'Aviz	100.731.239-43	08/03/1999	72,00	5º LUGAR
05	Adeline Franciely R. da Silva	070.542.379-43	20/03/1991	52,00	6 º LUGAR
15	Daiane Estela Amorim de Souza	046.611.089-81	23/09/1984	00,00	NÃO CLASSIFICOU

CARGO: TECNICO EM ENFERMAGEM

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	Nº DO CPF	DATA DE NASC.	PONt	CLASSIFIC
12	Maria Aparecida P. L. Aramini	638.862.869-91	17/05/1965	66,00	1º LUGAR
11	Angela de Souza Diniz	062.449.246-06	26/12/1980	56,00	2º LUGAR
13	Merian Vargas da S. dos Santos	047.869.509-80	28/03/1981	56,00	3º LUGAR
04	Monica da Silva	104.777.089-00	08/07/2000	52,00	4º LUGAR
32	Elizabete Cristina da Silva	074.739.959-01	15/07/1988	50,00	5º LUGAR
21	Rayne Vitoria Alves da Costa	109.426.659-02	17/03/2003	50,00	6º LUGAR
08	Pollyana Leite Pardin	113.795.479-54	27/01/1999	00,00	NÃO CLASSIFICOU

CARGO: VIGIA

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	Nº DO CPF	DATA DE NASC.	PONT.	CLASSIFIC.
03	José Paulo de Oliviera	562.926.609-82	26/04/1966	64,00	1º LUGAR
25	Jaime Aparecido C. Pereira	697.866.669-68	27/11/1967	59,00	2º LUGAR
24	Rodolpho A. Laguna	076.905.359-92	15/05/1989	59,00	3º LUGAR
17	Alana da Conceição Ferreira	111.825.009-51	30/04/1999	54,00	4º LUGAR
33	Thaynara Rossi Shkembi Silva	120.991.579-01	18/04/2006	54,00	5º LUGAR

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	Nº DO CPF	DATA DE NASC.	PONT.	CLASSIFIC.
19	Marta Leite A. A. Albuquerque	007.708.649-02	10/10/1981	69,00	1º LUGAR
16	Karisa Misturini	084.488.079-52	07/07/2000	54,00	2º LUGAR
18	Isamara da Silva Dias	083.755.739-90	19/02/1997	50,00	3º LUGAR

CARGO: ORIENADOR SOCIAL

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	Nº DO CPF	DATA DE NASC.	PONT.	CLASSIFIC.
20	Bruna Pereira da Silva do Vale	062.380.359-35	19/02/1992	65,00	1º LUGAR
01	Glauciane dos S. Michels D'Aviz	051.509.389-04	04/07/1984	60,00	2º LUGAR
29	Thais Fernandes Ferreira	067.214.499-94	01/08/1990	55,00	3º LUGAR
07	Isabelly Pardin da Silva	112.885.569-00	14/05/2007	55,00	4º LUGAR
02	Maria Eliane da Silva	038.941.729-75	14/02/1979	50,00	5º LUGAR
22	Flavia Perin da Costa Dotto	056.245.579-57	27/04/1985	50,00	6º LUGAR
27	Anellise Souza Santos	125.786.269-36	09/11/2006	50,00	7º LUGAR
28	Clara Beatriz da Silva Gomes	118.299.109-22	01/01/2007	50,00	8º LUGAR
23	Nicole da Costa Dotto	084.694.551-36	08/05/2007	50,00	9º LUGAR
31	Kaoany R. de B. R. Teixeira	114.864.449-03	14/09/2007	50,00	10º LUGAR
09	Fernanda E. de S. G. Mendes	153.476.129.24	09/04/2007	00.00	NÃO CLASSIFICOU

COMISSÃO:

Presidente:
- SEBASTIAO JOSE DOS SANTOS

Membros:
- ALINE CRISTINA DOS SANTOS;
-LUIZA LUCAS PEREIRA.
-MAGDA JULIA DO CARMOS PEREIRA

Amaporã-Pr, 31 de julho de 2026

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:6BB4A749

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.294/2026 DE 31 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 52.700,00 (cinqüenta e dois mil setecentos reais), autorizado pela Lei Orçamentária nº 4004/2025 de 23/12/2025.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de ANDIRA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE EDUCAÇÃO	
05.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ENSINO	
05.002.12.364.0008.2.026.		Apoiar Estudantes Universitários	
247 - 3.3.90.14.00.00	1006	DIÁRIAS - CIVIL	30.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE	
10.003.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
10.003.08.244.0023.2.083.		Manter o Programa Bolsa Família - IGD - PSB	
853 - 3.3.90.40.00.00	1940	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	5.200,00
13.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
13.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
13.002.20.782.0019.2.117.		Manter as Estradas Rurais	
1138 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	17.500,00
		Total Suplementação:	**52.700,00**

Artigo 2º - Os recursos para a abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata este decreto serão resultantes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias.

Redução			
05.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE EDUCAÇÃO	
05.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ENSINO	
05.002.12.364.0008.2.026.		Apoiar Estudantes Universitários	
249 - 3.3.90.30.00.00	1006	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE	
10.003.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
10.003.08.244.0023.2.083.		Manter o Programa Bolsa Família - IGD - PSB	
844 - 3.1.90.11.00.00	1940	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.200,00
13.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
13.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
13.002.20.782.0019.2.117.		Manter as Estradas Rurais	
1141 - 3.3.90.37.00.00	1000	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	17.500,00
		Total Redução:	**52.700,00**

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de ANDIRA , Estado do Paraná, em 31 de julho de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:25734DE5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DESTINADO À CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA O CARGO DE AGENTE EDUCACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Dispõe sobre a divulgação definitiva das inscrições do Processo Seletivo Simplificado destinado à contratação temporária para o cargo de Agente Educacional e dá outras providências.

A COMISSÃO PERMANENTE ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, torna público a lista definitiva de inscrições deferidas e indeferidas.

CANDIDATO	Nº DO PROCESSO	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO
ADALBERTO CANDIDO DINIZ	16075/2026	INDEFERIDO
ADALBERTO CANDIDO DINIZ	16080/2026	INDEFERIDO
ADALBERTO CANDIDO DINIZ	16092/2026	INDEFERIDO
ADALBERTO CANDIDO DINIZ	17018/2026	INDEFERIDO
ADIMAR JOANA RIBEIRO	15936/2026	INDEFERIDO
ADIMAR JOANA RIBEIRO	16137/2026	INDEFERIDO
ADRIELI APARECIDA FERREIRA ALVES	15605/2026	DEFERIDO
ADRIELLE PAULA DE SOUZA	15758/2026	DEFERIDO
AGNES CRISTINA	16051/2026	INDEFERIDO
ALESSANDRA APARECIDA RIBAS DA LUZ	15666/2026	INDEFERIDO
ALESSANDRA DOS SANTOS DE LIMA ALMEIDA	16130/2026	DEFERIDO
ALESSANDRA KEMPNER	15840/2026	INDEFERIDO
ALESSANDRA MARA NUNES MARTINS	15696/2026	INDEFERIDO
ALINE GALVÃO DA SILVA	17037/2026	INDEFERIDO
ALINE MIQUELASSO	15682/2026	INDEFERIDO
AMABILE DE OLIVEIRA FIALEK	16362/2026	DEFERIDO
ANA CAROLINA BATISTA DE OLIVEIRA	15529/2026	INDEFERIDO
ANA CINTIA BRANT	16450/2026	INDEFERIDO
ANA CINTIA BRANT	16451/2026	DEFERIDO
ANA JULIA RIBEIRO ANDRADE	15823/2026	DEFERIDO
ANA KRAISCH	16212/2026	INDEFERIDO
ANA LUCIA FERREIRA	15690/2026	INDEFERIDO
ANA LUCIA FERREIRA	15695/2026	INDEFERIDO
ANA LUCIA FERREIRA	15699/2026	INDEFERIDO
ANA LUCIA FERREIRA	15703/2026	INDEFERIDO
ANA LUCIA FERREIRA	15745/2026	INDEFERIDO
ANA LUCIA FERREIRA	15751/2026	INDEFERIDO
ANA LUCIA FERREIRA	15767/2026	INDEFERIDO
ANA LUCIA FERREIRA	15812/2026	INDEFERIDO
ANA LUCIA FERREIRA	15816/2026	INDEFERIDO
ANA LUCIA FERREIRA	16146/2026	DEFERIDO
ANDREIA ROCKENBACH LACHESKI	16307/2026	DEFERIDO
ANDRESSA CARLA VAZ DA SILVA	15676/2026	INDEFERIDO
ANDRESSA CRISTINA VALTER	16938/2026	DEFERIDO
ANDRESSA FAIÇAL CRUZ	16935/2026	INDEFERIDO
ANGELA ALESSI	16990/2026	DEFERIDO
ANNA LUIZA ALBUQUERQUE DA SILVA	15725/2026	INDEFERIDO
ANTONIA APARECIDA CHIMALESKI DURAU	16168/2026	DEFERIDO
BEATRIS DE OLIVEIRA CARNEIRO	16557/2026	DEFERIDO
BEATRIZ DA SILVA VILAS BOAS	16297/2026	DEFERIDO
BEATRIZ GONÇALVES APOLINÁRIO	15679/2026	DEFERIDO
BEATRIZ LACZKOWSKI NUNES	15848/2026	INDEFERIDO
BERENICE APARECIDA CARDOSO	16261/2026	INDEFERIDO
BRUNA CRISTINA RODRIGUES SAVISKY	15754/2026	DEFERIDO
BRUNA DOS SANTOS KUPKA	16927/2026	INDEFERIDO
CAMILA FERREIRA DOS SANTOS	15613/2026	DEFERIDO
CAMILA MAURENTE	15681/2026	DEFERIDO
CAMILA MOREIRA DOS SANTOS	15822/2026	INDEFERIDO
CAMILA SOECKI	15827/2026	INDEFERIDO
CAMILA SOECKI	16629/2026	DEFERIDO
CARLOS EDUARDO RAULINO	16063/2026	INDEFERIDO
CARLOS EDUARDO RAULINO	16247/2026	INDEFERIDO
CAROLAINE COELHO DA CONCEIÇÃO	15700/2026	INDEFERIDO
CAROLINI DE MELO	15721/2026	DEFERIDO
CELIA REGINA JAVORSKI SCHINDA	16544/2026	DEFERIDO
CINTIA C M DE FREITAS	15834/2026	INDEFERIDO
CLARA AGNER MAKIOLKE	16453/2026	DEFERIDO
CLAUDIANE GONÇALVES DE MORAES	15784/2026	INDEFERIDO
CLAUDINETE PRAIZNER ALMEIDA	16770/2026	INDEFERIDO
CLAUDINETE PRAIZNER ALMEIDA	16771/2026	INDEFERIDO
CLEITON FRIGHETO PEREIRA	15672/2026	DEFERIDO
CLEONICE DE CARVALHO MACHADO	15615/2026	INDEFERIDO
CLEONICE DE CARVALHO MACHADO	16064/2026	INDEFERIDO
CLEONICE DE CARVALHO MACHADO	16489/2026	INDEFERIDO
CLEVERSON JOSE FONTOURA	16463/2026	INDEFERIDO
CRISLAINE DO ROCIO PADILHA	16892/2026	INDEFERIDO
CRISLAINE SANTANA SILVA	15824/2026	DEFERIDO
CRISTIANE APARECIDA DE LIMA	16433/2026	INDEFERIDO
CRISTIANE APARECIDA DE LIMA	16442/2026	INDEFERIDO
CRISTIANE APARECIDA DE LIMA	16455/2026	INDEFERIDO
CRISTIANE APARECIDA DE LIMA	16458/2026	DEFERIDO
CRISTIANE DA SILVA LIMA	15839/2026	DEFERIDO
CRISTIANE DE PAULA BARBOSA	16918/2026	DEFERIDO
DAIANE FERREIRA SILVERIO	15942/2026	INDEFERIDO
DANIELA APARECIDA MACHADO	15805/2026	INDEFERIDO
DANIELE APARECIDA CEZÁRIO	17038/2026	INDEFERIDO
DANIELE APARECIDA CEZÁRIO	17039/2026	INDEFERIDO
DANIELE APARECIDA CEZÁRIO	17041/2026	INDEFERIDO
DANIELE APARECIDA CEZÁRIO	17042/2026	INDEFERIDO
DANIELE APARECIDA CEZÁRIO	17044/2026	INDEFERIDO
DANIELE APARECIDA CEZÁRIO	17045/2026	INDEFERIDO
DANIELE DOS SANTOS MORAES	16245/2026	INDEFERIDO
DANIELE DOS SANTOS MORAES	16692/2026	DEFERIDO
DANIELE FERNANDA YASBECK VICELLI	15670/2026	DEFERIDO
DANIELE SILVA	15770/2026	INDEFERIDO
DEISE CRISTINA SOARES BIM	15738/2026	INDEFERIDO
DEISE FERREIRA DA LUZ	16457/2026	INDEFERIDO
DEISE FERREIRA DA LUZ	16627/2026	DEFERIDO

DIANE KEULY SOARES CAVALCANTE	16044/2026	DEFERIDO
DIEYNEFER GABRIELLY GONÇALVES CHAICOSKI	15729/2026	INDEFERIDO
EDUARDA CORDEIRO	15792/2026	DEFERIDO
EIDEDANILA FELIX RODRIGUES DOS SANTOS	16966/2026	DEFERIDO
ELEANAI DOS SANTOS SOARES	16514/2026	INDEFERIDO
ELEANAI DOS SANTOS SOARES	16517/2026	INDEFERIDO
ELENICE DAS GRAÇAS DE LIMA	16915/2026	INDEFERIDO
ELENICE DAS NEVES GEQUELIN MAGATÃO	15626/2026	DEFERIDO
ELIANE BORA	16005/2026	DEFERIDO
ELIEGE TEXKA MEIRA DOS SANTOS	16244/2026	INDEFERIDO
ELIEGE TEXKA MEIRA DOS SANTOS	16254/2026	INDEFERIDO
ELOIZE ELENA RIBAS	17048/2026	DEFERIDO
EMILLY CHRYSTINA DOS SANTOS	15730/2026	INDEFERIDO
EMILLY MAIER CORDEIRO	16922/2026	DEFERIDO
ERICA BERNARDINO LUZ	16983/2026	DEFERIDO
ERICA DAMÁZIO MOREIRA	17054/2026	INDEFERIDO
EVALDO PISSAIA	15880/2026	INDEFERIDO
EVELYN CAROLINE COELHO	16374/2026	INDEFERIDO
EVELYN CAROLINE COELHO	16416/2026	INDEFERIDO
EVERLAN DOUGLAS ANDRADE PEREIRA	16418/2026	INDEFERIDO
FABIANA APARECIDA RIBEIRO DE ALMEIDA GONÇALVES	15559/2026	INDEFERIDO
FABIANA PRADO DA SILVA	15819/2026	INDEFERIDO
FABIANE KHETEN DE LIMA	15941/2026	INDEFERIDO
FABIANE VITORIA LOPES	15806/2026	INDEFERIDO
FABIANE VITORIA LOPES	16042/2026	DEFERIDO
FABIOLA CINARA RIBAS RAMOS	16603/2026	INDEFERIDO
FANNYA FRANCIS DE OLIVEIRA LAURINDO	15821/2026	INDEFERIDO
FERNANDA INESIA DOS SANTOS	15807/2026	DEFERIDO
FERNANDA PEREIRA BENICIO	15825/2026	INDEFERIDO
FERNANDO HENRIQUE OLIVEIRA DE JESUS	16206/2026	DEFERIDO
FRANCINE DE FÁTIMA MARCÃO WALTER	17200/2026	INDEFERIDO
GABRIEL FERREIRA	16885/2026	INDEFERIDO
GABRIEL STOCO UKAN	15601/2026	DEFERIDO
GEOVANA DA CRUZ BUX	16523/2026	DEFERIDO
GEOVANNA VITORIA LEAL	16981/2026	DEFERIDO
GISELE DOS SANTOS	15714/2026	INDEFERIDO
GRASIELE MATOZO DOS ANJOS ZANETTI	16204/2026	DEFERIDO
GREICY KELLY FERREIRA	16522/2026	DEFERIDO
HAGDA GUIMARÃES GONÇALVES	16461/2026	INDEFERIDO
HAILINNE RIGO DE LIMA	16654/2026	INDEFERIDO
HAILLINNE RIGO DE LIMA	16682/2026	INDEFERIDO
HAILLINNE RIGO DE LIMA	16695/2026	INDEFERIDO
HALANYS SAMARA HALAT VIEIRA	15554/2026	DEFERIDO
HELENICE CHERVINSKI	15702/2026	INDEFERIDO
HERICA APARECIDA VERONEZI DA SILVA	16445/2026	DEFERIDO
HEVELLYN THALYA DOS SANTOS KILO	15632/2026	DEFERIDO
INDIOARA ARCE BATISTA RONIK	15810/2026	DEFERIDO
INGRIDY FERNANDA DE FREITAS	15550/2026	DEFERIDO
ISABELA KOCHINSKI	16368/2026	DEFERIDO
ISABELLA DE LARA PAULOSKI	16932/2026	INDEFERIDO
IVONE FIDEL	16589/2026	INDEFERIDO
IZABELLY FREITAS RIBEIRO	15728/2026	DEFERIDO
JAINE LEMES DO AMARAL DELGADO	15829/2026	INDEFERIDO
JANAINA GUIMARÃES	15557/2026	INDEFERIDO
JANAINA GUIMARÃES	15562/2026	INDEFERIDO
JANAINA JANISLEI ALVES DE PAULA	15771/2026	INDEFERIDO
JEFERSON ALVES DE LIMA	16898/2026	INDEFERIDO
JENIFER VIEIRA FARIAS	16028/2026	DEFERIDO
JESSICA DOMINGUES DE ANDRADE	15769/2026	DEFERIDO
JHENYFFER SUELEN DOVAROSKI FERREIRA	16395/2026	INDEFERIDO
JOCENI DA SILVA NASSAR	15606/2026	DEFERIDO
JOCIANE NALEPA COELHO	16195/2026	DEFERIDO
JOSELAINE ANDREASSA CARDOSO	16287/2026	INDEFERIDO
JOSELAINE ANDREASSA CARDOSO	16304/2026	INDEFERIDO
JOSIANE APARECIDA NOGUEIRA	17051/2026	INDEFERIDO
JOSIANE APARECIDA NOGUEIRA	17053/2026	INDEFERIDO
JOSIELE APARECIDA DOS SANTOS VAZ	15616/2026	INDEFERIDO
JOSINEIDE APARECIDA MORDIZIM DOS SANTOS	16189/2026	INDEFERIDO
JUCÉLIA GONÇALVES	16988/2026	DEFERIDO
KAMILA CHIBIOR	15669/2026	INDEFERIDO
KARINA CARVALHO BUASQUEVICZ	15817/2026	INDEFERIDO
KAROLAINE COIMBRA CALIXTO ALVES	15582/2026	INDEFERIDO
KAROLAINE COIMBRA CALIXTO ALVES	15599/2026	DEFERIDO
KAROLAINE DE SOUZA DO VALLE	16390/2026	DEFERIDO
KATIA APARECIDA DA SILVA CAMPOS	15842/2026	INDEFERIDO
KATIANE DE FÁTIMA BAIDA	16897/2026	INDEFERIDO
KELLI CRISTINA FERREIRA	15585/2026	DEFERIDO
KETLEN ANGELO SAVI	15838/2026	DEFERIDO
KETLEN AURORA BORGES VIEIRA	16443/2026	DEFERIDO
LARISSA GOMES DOS SANTOS	15747/2026	INDEFERIDO
LARISSA GOMES PONTES	16030/2026	DEFERIDO
LAURA CRISTINA CAMPOS BORA	16933/2026	INDEFERIDO
LAURA CRISTINA CAMPOS BORA	16934/2026	INDEFERIDO
LEILA WANDERLEIA BONETTI FOLTRAN	15657/2026	INDEFERIDO
LESLYE REIKDAL VARGAS	16333/2026	DEFERIDO
LETICIA CIRIACO MACHADO	15735/2026	DEFERIDO
LETICIA DA SILVA TIZOT	16631/2026	DEFERIDO
LILIAN APARECIDA SILVA CONCEIÇÃO PINTO	15617/2026	INDEFERIDO
LILIAN APARECIDA SILVA CONCEIÇÃO PINTO	15618/2026	INDEFERIDO

LISLEN EDUARDA BATISTA DOS ANJOS	15637/2026	DEFERIDO
LOHANA SIMÕES DA SILVA MAGATÃO	16917/2026	INDEFERIDO
LORRAYNE BIANCA BERNARDES	15814/2026	INDEFERIDO
LORRAYNE BIANCA BERNARDES	15815/2026	DEFERIDO
LUANA ALVES BELEMER	16218/2026	INDEFERIDO
LUANA BATISTA ROZA	16850/2026	DEFERIDO
LUANA BERTÃO RAMOS	15710/2026	DEFERIDO
LUANA CRISTINA DE SOUSA DA SILVA	15741/2026	INDEFERIDO
LUANA CRISTINA DE SOUSA DA SILVA	15744/2026	INDEFERIDO
LUANA GOMES DA SILVA DA CRUZ SANTOS	15773/2026	INDEFERIDO
LUANA GOMES DA SILVA DA CRUZ SANTOS	15776/2026	DEFERIDO
LUANA ROSA DA SILVEIRA GALBIATTI	15854/2026	DEFERIDO
LUANA SOARES DE AZEVEDO	15610/2026	INDEFERIDO
LUANA SOARES DE AZEVEDO	15611/2026	INDEFERIDO
LUCELIA APARECIDA MOCHINSKI	15934/2026	INDEFERIDO
LUCELIA APARECIDA MOCHINSKI	15948/2026	INDEFERIDO
LUCELIA APARECIDA MOCHINSKI	16546/2026	INDEFERIDO
LUCELIA FERREIRA MOCHINSKI	16550/2026	INDEFERIDO
LUCIANE FERREIRA DE ANDRADE	15723/2026	INDEFERIDO
LUCIANE PIASECKI	16678/2026	DEFERIDO
LUCILENA VIEIRA BORGES	16440/2026	DEFERIDO
LUCILENE FERNANDES ROSA	15707/2026	DEFERIDO
LUNA KARINA CAETANO KAVA	16624/2026	INDEFERIDO
MAGDA TAYLA SAVIAN DOS SANTOS	17096/2026	INDEFERIDO
MAHARA LOPES DE ASSIS	15578/2026	INDEFERIDO
MARAISA APARECIDA TEIXEIRA BATISTEL	16278/2026	INDEFERIDO
MARCELO VITORIO GONÇALVES JÚNIOR	16767/2026	INDEFERIDO
MARCIA CRISTINA NUNES	16742/2026	DEFERIDO
MARCIA DO PERPÉTUO DE MORAES PADILHA	17026/2026	DEFERIDO
MARCIELI DA COSTA	16033/2026	DEFERIDO
MARCIELI LONGATO	15818/2026	DEFERIDO
MARCOS AURELIO MIQUELASSO	15538/2026	DEFERIDO
MARCOS PEREIRA DOS SANTOS	17047/2026	INDEFERIDO
MARIA	15892/2026	INDEFERIDO
MARIA	15952/2026	INDEFERIDO
MARIA APARECIDA DA SILVA	16217/2026	DEFERIDO
MARIA CLARA GUEDES DOS SANTOS	15691/2026	DEFERIDO
MARIA CLAUDIA GARCIA	16255/2026	INDEFERIDO
MARIA CLAUDIA GARCIA	16259/2026	INDEFERIDO
MARIA DO CARMO DE PONTES PEDROSO	15809/2026	INDEFERIDO
MARIA EDUARDA LIMA CORDEIRO	15940/2026	INDEFERIDO
MARIA EDUARDA LIMA CORDEIRO	16696/2026	DEFERIDO
MARIA EDUARDA MACIEL	15813/2026	DEFERIDO
MARIA GORETTI MORAES TURCHENSKI	15733/2026	INDFERIDO
MARIA GORETTI MORAES TURCHENSKI	16437/2026	INDEFERIDO
MARIA TEREZINHA CORDEIRO	15569/2026	INDEFERIDO
MARIA TEREZINHA CORDEIRO	15570/2026	INDEFERIDO
MARIA TEREZINHA CORDEIRO	15571/2026	INDEFERIDO
MARIA TEREZINHA CORDEIRO	15572/2026	INDEFERIDO
MARIA TEREZINHA CORDEIRO	15573/2026	INDEFERIDO
MARIA TEREZINHA CORDEIRO	15574/2026	INDEFERIDO
MARIA TEREZINHA CORDEIRO	15575/2026	INDEFERIDO
MARIA TEREZINHA CORDEIRO	15576/2026	INDEFERIDO
MARIA TEREZINHA CORDEIRO	15577/2026	DEFERIDO
MARIANA DA SILVA IZAIAS RODRIGUES	15685/2026	INDEFERIDO
MARIANA SBOINSKI PINHEIRO	15778/2026	INDEFERIDO
MARIANA SBOINSKI PINHEIRO	15788/2026	INDEFERIDO
MARINA DE ANDRADE GOMES	15868/2026	INDEFERIDO
MARINA VIEIRA CORRENTE	16161/2026	DEFERIDO
MARLA GABRIELA DE LIMA	15661/2026	DEFERIDO
MARLENE TEREZINHA CHUCHAIA	15660/2026	INDEFERIDO
MARLENE TEREZINHA CHUCHAIA	15662/2026	INDEFERIDO
MARLENE TEREZINHA CHUCHAIA	16634/2026	INDEFERIDO
MAYARA CAROLINE MACHOSKI	16065/2026	DEFERIDO
MAYARA MOREIRA DE SOUZA	15802/2026	INDEFERIDO
MAYARA MOREIRA DE SOUZA	15804/2026	INDEFERIDO
MAYARA VICTORIA PINHEIRO DE LIMA	15828/2026	INDEFERIDO
MAYK JUNIOR DOS REIS	15549/2026	DEFERIDO
MEIRIANE APARECIDA BONKA ANTUNES	15826/2026	INDEFERIDO
MEIRIANE APARECIDA BONKA ANTUNES	15830/2026	INDEFERIDO
MICHELI APARECIDA FRACARO COELHO	15546/2026	INDEFERIDO
MICHELI APARECIDA FRACARO COELHO	16429/2026	INDEFERIDO
MICHELY ALESSANDRA BUENO BIANCO	15689/2026	INDEFERIDO
MILENA ARIADNE DO PRADO DE COUTO	16669/2026	DEFERIDO
MILENA DO ROCIO FERREIRA DE FREITAS	15820/2026	INDEFERIDO
MILENNA PERES	15547/2026	INDEFERIDO
MIRELI DE OLIVEIRA LUZ	15903/2026	DEFERIDO
MONICA APARECIDA BARROS DOS SANTOS	15938/2026	INDEFERIDO
MONICA APARECIDA BARROS DOS SANTOS	15939/2026	DEFERIDO
MONICA FUGINAMI	15737/2026	INDEFERIDO
MONICA FUGINAMI	15740/2026	INDEFERIDO
MONICA FUGINAMI	15742/2026	DEFERIDO
NAILA RODRIGUES MARAFON	15566/2026	DEFERIDO
NATHANAEL DE JESUS MORAIS	16610/2026	INDEFERIDO
NELCI MARIANO DOS SANTOS	16595/2026	DEFERIDO
NEU MARIA BOENA ESTEVÃO	16594/2026	DEFERIDO
NICOLE MARYA DE FREITAS	15719/2026	DEFERIDO
PAMELA APARECIDA DE OLIVEIRA CAMARGO	16388/2026	INDEFERIDO
PAMELA BEMM	16555/2026	DEFERIDO

PAMELA COSTA ROSA	15671/2026	INDEFERIDO
PAMELA COSTA ROSA	16251/2026	INDEFERIDO
PAMELA COSTA ROSA	16264/2026	DEFERIDO
PAMELA PAULA DE OLIVEIRA	16260/2026	DEFERIDO
PAOLA PINHEIRO	15736/2026	INDEFERIDO
PAOLA PINHEIRO	15811/2026	INDEFERIDO
POLIANA FERREIRA SILVA	15718/2026	INDEFERIDO
POLIANA FERREIRA SILVA	15841/2026	INDEFERIDO
POLIANA FERREIRA SILVA	16721/2026	DEFERIDO
RAFAELA CRISTINA PEREIRA DA SILVA	15659/2026	DEFERIDO
RAHIANE FERREIRA PINTO	16082/2026	INDEFERIDO
RAQUEL VOLNIEVCZ MARTINS	16881/2026	DEFERIDO
RAQUELLY VICTOR DE FREITAS	16198/2026	INDEFERIDO
REBECA CRISTINE ANDRADE	17043/2026	DEFERIDO
REGINA ROCIO SETLIK	17049/2026	INDEFERIDO
ROMILDA DE FÁTIMA FERREIRA CORDEIRO KAMINSKI	17015/2026	DEFERIDO
RONALDO ANTONIO DO NASCIMENTO FARIA	16964/2026	DEFERIDO
ROSANE DO ROCIO BORGES DE SOUZA	16769/2026	INDEFERIDO
ROSEMERE DE MONTE MOR	16188/2026	INDEFERIDO
ROSENILDA SILVESTRE FERREIRA	16857/2026	INDEFERIDO
SABRINA DO NASCIMENTO ESPINDOLA LIMA	16003/2026	INDEFERIDO
SABRINA MORAES DE SOUZA	17012/2026	DEFERIDO
SARA RODRIGUES DOS SANTOS	17040/2026	INDEFERIDO
SARA VITORYA BARÃO TANER KAMPA	15704/2026	INDEFERIDO
SECRETARIA ESCOLA	15607/2026	INDEFERIDO
SERGIANE DA CRUZ SANTOS DA ROCHA	16209/2026	INDEFERIDO
SERGIANE DA CRUZ SANTOS DA ROCHA	16210/2026	INDEFERIDO
SILENE PEREIRA DOS SANTOS	16310/2026	INDEFERIDO
SILENE PEREIRA DOS SANTOS	16321/2026	INDEFERIDO
SILENE PEREIRA DOS SANTOS	16332/2026	INDEFERIDO
SILVANA APARECIDA SOUZA RAMOS	16413/2026	INDEFERIDO
SILVANA CORDEIRO	15693/2026	DEFERIDO
SILVANA RODRIGUES STROPARO	16675/2026	DEFERIDO
SILVIA HELENA DE SOUZA SILVA	15831/2026	DEFERIDO
SIMONE	15764/2026	INDEFERIDO
SINTIA GUIMARÃES BERNARDINO	15724/2026	INDEFERIDO
SINTIA GUIMARÃES BERNARDINO	15727/2026	INDEFERIDO
SINTIA GUIMARÃES BERNARDINO	15732/2026	INDEFERIDO
SINTIA GUIMARÃES BERNARDINO	15739/2026	INDEFERIDO
SINTIA GUIMARÃES BERNARDINO	15753/2026	DEFERIDO
SONIA MARA PEREIRA LOPES DA GRAÇA	16564/2026	INDEFERIDO
SUELEN SANTOS DE GODOY	15901/2026	DEFERIDO
SUZANA ELOI DAS CHAGAS	16216/2026	DEFERIDO
TALITA BRILHANTE TRAVASSOS	15548/2026	INDEFERIDO
TAMIRIS CRISTINA DUTRA QUILLO	16920/2026	DEFERIDO
TANIA APARECIDA KULKA LIMA DOS SANTOS	16232/2026	DEFERIDO
TATIANE ARLADO DA SILVA	15843/2026	INDEFERIDO
TEREZINHA PEREIRA MACHADO SILVA	16999/2026	INDEFERIDO
TEREZINHA PEREIRA MACHADO SILVA	17002/2026	DEFERIDO
THAYS MERY GONÇALVES	16506/2026	INDEFERIDO
THAYS VITORIA DE SOUZA	16058/2026	INDEFERIDO
THAYSSA APARECIDA DE MORAES PADILHA	17023/2026	INDEFERIDO
ULISSES ATILA ARRAIS E MOURA	15619/2026	INDEFERIDO
ULISSES ATILA ARRAIS E MOURA	15943/2026	INDEFERIDO
VANESSA DOS SANTOS CHAGAS	15835/2026	INDEFERIDO
VANESSA DOS SANTOS CHAGAS	15837/2026	INDEFERIDO
VANESSA PEDROSO BUENO	15851/2026	DEFERIDO
VICTORIA MARIA SOUZA MEDEIRO BORGES	16496/2026	INDEFERIDO
VIRIDIANE RAMOS SKOREI	16452/2026	INDEFERIDO
VIRIDIANE RAMOS SKOREI	16456/2026	DEFERIDO
VITORIA CAROLINE CORDEIRO PEREIRA	16205/2026	INDEFERIDO
VITORIA RODRIGUES PAULOSKO	16197/2026	INDEFERIDO
VIVIANE DA LUZ STRAPASSAN GONÇALVES	15583/2026	DEFERIDO
VIVIANE TEODORO VIEIRA	15849/2026	INDEFERIDO
VIVIANE TEODORO VIEIRA	15852/2026	INDEFERIDO
VIVIANE VIEIRA ODORICO	17036/2026	INDEFERIDO
WAGNER DANILO SANTOS ARLADO	15746/2026	INDEFERIDO
WAGNER DANILO SANTOS ARLADO	16186/2026	DEFERIDO
YONEIDE DO NASCIMENTO SILVA SANTOS	15768/2026	INDEFERIDO

Balsa Nova, 23 de julho de 2026.

FERNANDO APARECIDO CAMARA
Presidente

JOSIMARI STANSKI
Secretária

GRAZIELE BATHKE
Membro

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:7EC037BD

ADMINISTRAÇÃO
LISTA DE CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 09/2026 – AGENTE EDUCACIONAL PROCESSO ADMINSTRATIVO Nº 7480/2026 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BALSA NOVA

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 09/2026 – AGENTE EDUCACIONAL
PROCESSO ADMINSTRATIVO Nº 7480/2026
Prefeitura do Município de Balsa Nova

O Prefeito do Município de Balsa Nova, em conformidade com o Edital nº. 009/2026, que estabelece instruções destinadas à realização do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS**, para contratações temporárias para exercer a função de **AGENTE EDUCACIONAL**, em conformidade com as Leis Municipais nº 879/2015 e demais legislações cabíveis a espécie, de acordo com este ato convocatório, divulga a lista de classificação:

1 DO RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA. Através dos itens 5 e 8 do edital 09/2026, publica-se o resultado da classificação que regulamenta o Processo Seletivo Simplificado – PSS:

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	Nº DO PROCESSO	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO
1°	JOCENI DA SILVA NASSAR	15606/2026	25/09/1983	3,5
2°	LUANA ROSA DA SILVEIRA GALBIATTI	15854/2026	16/08/1992	3,5
3°	MONICA APARECIDA BARROS DOS SANTOS	15939/2026	19/04/1974	3,0
4°	RONALDO ANTONIO DO NASCIMENTO FARIA	16964/2026	16/12/1976	3,0
5°	CAMILA SOECKI	16629/2026	25/02/2001	3,0
6°	SILVIA HELENA DE SOUZA SILVA	15831/2026	20/04/1986	2,5
7°	TANIA APARECIDA KULKA LIMA DOS SANTOS	16232/2026	11/05/1988	2,5
8°	ERICA BERNARDINO LUZ	16983/2026	29/08/2005	2,5
9°	JOCIANE NALEPA COELHO	16195/2026	18/05/1988	2,0
10°	EDUARDA CORDEIRO	15792/2026	18/02/1999	2,0
11°	ANA CINTIA BRANT	16451/2026	02/05/1999	2,0
12°	DANIELE DOS SANTOS MORAES	16692/2026	25/09/1999	2,0
13°	CRISLAINE SANTANA SILVA	15824/2026	09/12/2000	2,0
14°	ELOIZE ELENA RIBAS	17048/2026	25/08/2002	2,0
15°	MARLA GABRIELA DE LIMA	15661/2026	31/03/1995	1,5
16°	KAROLAINE COIMBRA CALIXTO ALVES	15599/2026	18/11/1998	1,5
17°	NAILA RODRIGUES MARAFON	15566/2026	15/04/1999	1,5
18°	SABRINA MORAES DE SOUZA	17012/2026	20/09/2000	1,5
19°	NEU MARIA BOENA ESTEVÃO	16594/2026	01/06/1961	1,0
20°	ANA LUCIA FERREIRA	16146/2026	16/08/1963	1,0
21°	MARIA APARECIDA DA SILVA	16217/2026	11/09/1968	1,0
22°	ELENICE DAS NEVES GEQUELIN MAGATÃO	15626/2026	05/08/1970	1,0
23°	CELIA REGINA JAVORSKI SCHINDA	16544/2026	09/10/1972	1,0
24°	SILVANA RODRIGUES STROPARO	16675/2026	14/03/1974	1,0
25°	FERNANDA INESIA DOS SANTOS	15807/2026	07/10/1980	1,0
26°	ELIANE BORA	16005/2026	18/02/1981	1,0
27°	LUCILENA VIEIRA BORGES	16440/2026	20/10/1984	1,0
28°	CRISTIANE DA SILVA LIMA	15839/2026	22/05/1985	1,0
29°	MARCOS AURELIO MIQUELASSO	15538/2026	02/05/1987	1,0
30°	MONICA FUGINAMI	15742/2026	04/12/1988	1,0
31°	RAFAELA CRISTINA PEREIRA DA SILVA	15659/2026	30/11/1991	1,0
32°	TAMIRIS CRISTINA DUTRA QUILLO	16920/2026	10/08/1992	1,0
33°	MARINA VIEIRA CORRENTE	16161/2026	27/01/1993	1,0
34°	SILVANA CORDEIRO	15693/2026	06/03/1994	1,0
35°	KELLI CRISTINA FERREIRA	15585/2026	05/05/1995	1,0
36°	KETLEN ANGELO SAVI	15838/2026	23/06/1995	1,0
37°	GABRIEL STOCO UKAN	15601/2026	06/09/1995	1,0
38°	MAYARA CAROLINE MACHOSKI	16065/2026	09/09/1997	1,0
39°	LETICIA CIRIACO MACHADO	15735/2026	20/05/1999	1,0
40°	SUZANA ELOI DAS CHAGAS	16216/2026	26/07/2001	1,0
41°	REBECA CRISTINE ANDRADE	17043/2026	21/08/2001	1,0
42°	ALESSANDRA DOS SANTOS DE LIMA ALMEIDA	16130/2026	13/11/2002	1,0
43°	GREICY KELLY FERREIRA	16522/2026	23/02/2003	1,0
44°	POLIANA FERREIRA SILVA	16721/2026	27/02/2003	1,0
45°	LUANA BERTÃO RAMOS	15710/2026	06/05/2003	1,0
46°	PAMELA BEMM	16555/2026	30/05/2003	1,0
47°	KETLEN AURORA BORGES VIEIRA	16443/2026	22/10/2003	1,0
48°	FABIANE VITORIA LOPES	16042/2026	01/01/2005	1,0
49°	LORRAYNE BIANCA BERNARDES	15815/2026	10/02/2005	1,0
50°	HALANYS SAMARA HALAT VIEIRA	15554/2026	02/12/2005	1,0
51°	LUANA BATISTA ROZA	16850/2026	06/11/2006	1,0
52°	EMILLY MAIER CORDEIRO	16922/2026	23/04/2007	1,0
53°	IZABELLY FREITAS RIBEIRO	15728/2026	04/07/2007	1,0
54°	MIRELI DE OLIVEIRA LUZ	15903/2026	13/03/2008	1,0
55°	MARCIA CRISTINA NUNES	16742/2026	02/04/1987	0,5
56°	INDIOARA ARCE BATISTA RONIK	15810/2026	29/06/1993	0,5
57°	MARCIELI DA COSTA	16033/2026	23/04/1997	0,5
58°	GEOVANA DA CRUZ BUX	16523/2026	29/08/2004	0,5
59°	LARISSA GOMES PONTES	16030/2026	11/08/2007	0,5
60°	CRISTIANE APARECIDA DE LIMA	16458/2026	17/02/1968	0
61°	ROMILDA DE FÁTIMA FERREIRA CORDEIRO KAMINSKI	17015/2026	07/11/1971	0
62°	MARIA TEREZINHA CORDEIRO	15577/2026	17/03/1973	0
63°	LESLYE REIKDAL VARGAS	16333/2026	17/07/1975	0
64°	MARCIA DO PERPÉTUO DE MORAES PADILHA	17026/2026	27/07/1975	0
65°	VIRIDIANE RAMOS SKOREI	16456/2026	23/09/1977	0
66°	RAQUEL VOLNIEVCZ MARTINS	16881/2026	11/09/1978	0
67°	NELCI MARIANO DOS SANTOS	16595/2026	21/09/1980	0
68°	JUCÉLIA GONÇALVES	16988/2026	18/02/1983	0
69°	TEREZINHA PEREIRA MACHADO SILVA	17002/2026	26/08/1983	0
70°	CAMILA MAURENTE	15681/2026	27/05/1984	0

71°	GRASIELE MATOZO DOS ANJOS ZANETTI	16204/2026	11/09/1985	0
72°	EIDEDANILA FELIX RODRIGUES DOS SANTOS	16966/2026	16/05/1987	0
73°	SINTIA GUIMARÃES BERNARDINO	15753/2026	16/04/1988	0
74°	ANTONIA APARECIDA CHIMALESKI DURAU	16168/2026	05/03/1989	0
75°	DIANE KEULY SOARES CAVALCANTE	16044/2026	01/11/1989	0
76°	ADRIELLE PAULA DE SOUZA	15758/2026	03/01/1990	0
77°	PAMELA PAULA DE OLIVEIRA	16260/2026	23/05/1990	0
78°	FERNANDO HENRIQUE OLIVEIRA DE JESUS	16206/2026	25/12/1991	0
79°	BEATRIZ DA SILVA VILAS BOAS	16297/2026	28/04/1992	0
80°	VIVIANE DA LUZ STRAPASSAN GONÇALVES	15583/2026	15/06/1992	0
81°	JESSICA DOMINGUES DE ANDRADE	15769/2026	18/06/19992	0
82°	CRISTIANE DE PAULA BARBOSA	16918/2026	01/06/1993	0
83°	VANESSA PEDROSO BUENO	15851/2026	08/11/1993	0
84°	LUCIANE PIASECKI	16678/2026	03/04/1994	0
85°	BRUNA CRISTINA RODRIGUES SAVISKY	15754/2026	01/10/1994	0
86°	ANGELA ALESSI	16990/2026	19/12/1995	0
87°	INGRIDY FERNANDA DE FREITAS	15550/2026	23/12/1995	0
88°	LUANA GOMES DA SILVA DA CRUZ SANTOS	15776/2026	24/04/1997	0
89°	MARCIELI LONGATO	15818/2026	20/12/1997	0
90°	LUCILENE FERNANDES ROSA	15707/2026	21/12/1997	0
91°	ANDREIA ROCKENBACH LACHESKI	16307/2026	30/03/1998	0
92°	CAMILA FERREIRA DOS SANTOS	15613/2026	27/04/1998	0
93°	HEVELLYN THALYA DOS SANTOS KILO	15632/2026	28/08/1998	0
94°	KAROLAINE DE SOUZA DO VALLE	16390/2026	22/10/1998	0
95°	BEATRIS DE OLIVEIRA CARNEIRO	16557/2026	18/01/1999	0
96°	DEISE FERREIRA DA LUZ	16627/2026	18/04/1999	0
97°	SUELEN SANTOS DE GODOY	15901/2026	28/03/2000	0
98°	HERICA APARECIDA VERONEZI DA SILVA	16445/2026	28/07/2000	0
99°	JENIFER VIEIRA FARIAS	16028/2026	30/07/2000	0
100°	DANIELE FERNANDA YASBECK VICELLI	15670/2026	27/09/2000	0
101°	PAMELA COSTA ROSA	16264/2026	06/12/2000	0
102°	AMABILE DE OLIVEIRA FIALEK	16362/2026	02/02/2001	0
103°	MAYK JUNIOR DOS REIS	15549/2026	02/12/2001	0
104°	CLEITON FRIGHETO PEREIRA	15672/2026	26/02/2002	0
105°	MILENA ARIADNE DO PRADO DE COUTO	16669/2026	18/04/2003	0
106°	ADRIELI APARECIDA FERREIRA ALVES	15605/2026	07/05/2003	0
107°	ANDRESSA CRISTINA VALTER	16938/2026	11/01/2004	0
108°	NICOLE MARYA DE FREITAS	15719/2026	11/06/2004	0
109°	CAROLINI DE MELO	15721/2026	22/09/2004	0
110°	MARIA EDUARDA MACIEL	15813/2026	26/08/2005	0
111°	LISLEN EDUARDA BATISTA DOS ANJOS	15637/2026	07/10/2005	0
112°	GEOVANNA VITORIA LEAL	16981/2026	08/10/2005	0
113°	MARIA EDUARDA LIMA CORDEIRO	16696/2026	29/03/2006	0
114°	ANA JULIA RIBEIRO ANDRADE	15823/2026	05/07/2006	0
115°	BEATRIZ GONÇALVES APOLINÁRIO	15679/2026	17/11/2006	0
116°	WAGNER DANILO SANTOS ARLADO	16186/2026	20/12/2006	0
117°	MARIA CLARA GUEDES DOS SANTOS	15691/2026	20/06/2007	0
118°	ISABELA KOCHINSKI	16368/2026	10/03/2008	0
119°	LETICIA DA SILVA TIZOT	16631/2026	17/09/2008	0
120°	CLARA AGNER MAKIOLKE	16453/2026	24/09/2008	0

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO AFRODESCENDESTE	Nº DO PROCESSO	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO
1°	RONALDO ANTONIO DO NASCIMENTO FARIA	16964/2026	16/12/1976	3,0
2°	EMILLY MAIER CORDEIRO	16922/2026	23/04/2007	1,0
3°	BEATRIZ DA SILVA VILAS BOAS	16297/2026	28/04/1992	0
4°	CRISTIANE DE PAULA BARBOSA	16918/2026	01/06/1993	0
5°	MAYK JUNIOR DOS REIS	15549/2026	02/12/2001	0
6°	CLEITON FRIGHETO PEREIRA	15672/2026	26/02/2002	0
7°	MILENA ARIADNE DO PRADO DE COUTO	16669/2026	18/04/2003	0

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA	Nº DO PROCESSO	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO
	*Sem candidatos inscritos			

2. Os candidatos interessados em interpor recurso contra o resultado ora divulgado, poderão fazê-lo no período de 03/08/2026 a 04/08/2026, através do link disponibilizado no edital **https://balsanova.oxy.elotech.com.br/protocolo/1/aberturaProcessoExterno** Código do assunto **763 - "RECURSO – PSS AGENTE EDUCACIONAL"** ou no Protocolo Geral instalado no átrio da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, localizado na Avenida Brasil nº. 665, Centro.

Balsa Nova, 31 de julho de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:4B05EFA4

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 544/2026

PORTARIA N.º 544/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em especial pelas Leis Municipais n.º 624/2011, 661/2012 e 856/2015,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder e implantar o benefício da **PROMOÇÃO FUNCIONAL** aos servidores abaixo relacionados:

Matr.	Nome	Cargo	Do Nível	Para Nível	A partir de	Protocolo
44431	FELIPE SALDANHA DE PAULA	COORDENADOR DE ESPORTES E LAZER	II	III	25/06/2026	14839/2026
46341	MARCIO JOSE SANTOS ANTUNES	CONDUTOR DE VEICULOS DA EDUCACAO	V	VI	02/06/2026	13217/2026
47421	VIVIAN PANSOLIN	PSICOLOGO	I	II	07/07/2026	16539/2026
41501	CAMILA OLLE DA LUZ SZKLAR	FISIOTERAPEUTA	III	IV	06/07/2026	16252/2026
29371	DANILO CESAR PERROUT	TÉCNICO EM SAÚDE	V	VI	06/07/2026	16274/2026

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 31 de julho de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:3A64BE99

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 545/2026

PORTARIA N.º 545/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em especial pelas Leis Municipais n.º 624/2011, 661/2012 e 856/2015,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder e implantar o benefício da **PROGRESSÃO FUNCIONAL** aos servidores abaixo relacionados:

Matr.	Nome	Cargo	Da Classe	Para Classe	A partir de	Protocolo
47148	IVANIRA APARECIDA QUIRINO DA LUZ	TRAB EM EDUCACAO - EDUCADOR	A	B	28/04/2026	10022/2026
30271	SCHANA CRISTINA CARDOZO DOS SANTOS MACHADO	FISIOTERAPEUTA	C	D	18/05/2026	11570/2026
41391	RUTH LEAL DOS SANTOS DOS REIS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	C	D	18/06/2026	14381/2026
46341	MARCIO JOSE SANTOS ANTUNES	CONDUTOR DE VEICULOS DA EDUCACAO	B	C	02/06/2026	13215/2026
47101	LUCYLENE DO ROCIO SKRZYPEK	ENFERMEIRO	A	B	06/06/2026	13393/2026
29921	ANITA ROESSLER LOPES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	B	C	27/05/2026	12928/2026
40321	JOELMA MANEIRA	TÉCNICO EM SAÚDE	D	E	20/05/2026	11847/2026

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 31 de julho de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:E8F7FC26

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 547/2026

PORTARIA Nº 547/2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova**,** Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 391/2022, considerando o processo administrativo nº 1742/2024;

RESOLVE:
Art. 1º. Fica concedida Licença Prêmio ao servidor relacionado abaixo:

Nome	Matricula	Início	Término	Período aquisitivo	Secretaria
RAFAEL NOBORU TAKEUCHI	43311	10/08/2026	24/09/2026	2016/2021	SMO

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura de Balsa Nova, em 31 de julho de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto nº 113/2023
FABRICIO FAGIOLI BUBNIAK
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:A467CC8A

GABINETE
DECRETO N° 155/2026

DECRETO N° 155/2026

Súmula: "Procede a abertura de um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício de 2026 e promove alterações no Plano Plurianual 2026-2029 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, na Lei Municipal nº 1456 de 16 de setembro de 2025 (LDO) e na Lei Municipal nº 1471 de 12 de dezembro de 2025 (LOA),

DECRETA:

Art. 1°. Este Decreto autoriza o Executivo a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício financeiro de 2026 e a efetuar as correspondentes alterações nas Leis Municipais de nº 1451 de 27 de agosto de 2025 (Plano Plurianual), e nº 1456 de 16 de setembro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Art. 2°. Fica aberto no Orçamento Fiscal do exercício financeiro de 2026, aprovado pela Lei nº 1471 de 12 de dezembro de 2025, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 356.000,00 (trezentos e cinquenta e seis mil reais), destinado a reforço Orçamentário abaixo especificado:

Órgão:	**08.000**	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte	
Unidade Orçamentária:	**08.001**	Educação	
08.001.12.122.0009.2047		Atividades do Gabinete da Secretaria da Educação	
Fonte:	**103**	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	
3.1.90.14.00.00		Diárias - Civil	**R$ 6.000,00**
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE:			**R$ 6.000,00**

Órgão:	**08.000**	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte	
Unidade Orçamentária:	**08.001**	Educação	
08.001.12.361.0009.2053		Manutenção do Ensino Fundamental – Transferências Constitucionais	
Fonte:	**1001**	Recursos Ordinários (livres) - Educação	
3.1.90.32.00.00		Material, Bem ou Serviço Para Distribuição Gratuita	**R$ 225.000,00**
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE:			**R$ 225.000,00**

Órgão:	**08.000**	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte	
Unidade Orçamentária:	**08.001**	Educação	
08.001.12.365.0009.2066		Merenda Escolar – Educação Infantil – CMEI's	
Fonte:	**1001**	Recursos Ordinários (livres) – Educação	
3.1.90.32.00.00		Material, Bem ou Serviço Para Distribuição Gratuita	**R$ 88.000,00**
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE:			**R$ 88.000,00**

Órgão:	**08.000**	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte	
Unidade Orçamentária:	**08.001**	Educação	
08.001.12.365.0009.2072		Merenda Escolar – Educação Infantil – Pré-Escola – Transferências Constitucionais	
Fonte:	**1001**	Recursos Ordinários (livres) – Educação	
3.1.90.32.00.00		Material, Bem ou Serviço Para Distribuição Gratuita	**R$ 37.000,00**
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE:			**R$ 37.000,00**
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NO ÓRGÃO:			**R$ 356.000,00**

Art. 3º. Constituem recursos para cobertura do Crédito Adicional Suplementar, de que trata o art. 1º do presente Decreto, abaixo especificados:
I – Provenientes do cancelamento parcial de dotações orçamentárias no valor de R$ 356.000,00 (trezentos e cinquenta e seis mil reais), conforme disposto na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março 1964, abaixo especificadas:

Órgão:	**08.000**	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte	
Unidade Orçamentária:	**08.001**	Educação	
08.001.12.361.0009.2053		Manutenção do Ensino Fundamental – Transferências Constitucionais	
Fonte:	**103**	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	
3.1.90.39.00.00		Outras Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	**R$ 6.000,00**
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE:			**R$ 6.000,00**

Órgão:	**08.000**	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte	
Unidade Orçamentária:	**08.001**	Educação	
08.001.12.361.0009.2056		Manutenção do Transporte Escolar – Transferências Constitucionais e Programas Federal e Estadual	
Fonte:	**1001**	Recursos Ordinários (livres) – Educação	
3.1.90.33.00.00		Passagens e Despesas com Locomoção	**R$ 300.000,00**
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE:			**R$ 300.000,00**

Órgão:	**08.000**	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte	
Unidade Orçamentária:	**08.001**	Educação	
08.001.12.365.0009.2065		Manutenção da Educação Infantil – CMEI's – Transferências Constitucionais	
Fonte:	**1001**	Recursos Ordinários (livres) - Educação	
3.1.90.32.00.00		Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	**R$ 50.000,00**
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE:			**R$ 50.000,00**
TOTAL DA REDUÇÃO NO ÓRGÃO:			**R$ 356.000,00**

Art. 4º. A abertura do Crédito Adicional Suplementar a que se refere este Decreto, reprograma o montante das despesas e as metas programadas para o exercício financeiro de 2026, nas Ações Orçamentarias 2047, 2053, 2056, 2066, 2072 e 2065 estabelecidas no ANEXO II da Lei Municipal nº 1451 de 27 de agosto de 2025 - Plano Plurianual, na forma abaixo descritas:

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
12	**FUNÇÃO: Educação**	Apoio Administrativo / meses	**Metas Físicas**			
122	**SUBFUNÇÃO: Administração Geral**		12	12	12	12
0009	**PROGRAMA: Educação/Expansão do Atendimento Educacional**		**Metas Financeiras**			
2047	ATIVIDADE: Atividades do Gabinete da Secretaria de Educação		2.974.408,87	2.839.683,97	3.032.188,00	3.208.055,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
12	**FUNÇÃO: Educação**	Alunos atendidos / alunos	**Metas Físicas**			
361	**SUBFUNÇÃO: Ensino Fundamental**		1.068	1.068	1.068	1.068
0009	**PROGRAMA: Educação/Expansão do Atendimento Educacional**		**Metas Financeiras**			
2053	ATIVIDADE: Manutenção do Ensino Fundamental – Transferências Constitucionais		6.034.192,38	4.951.047,20	5.316.820,00	5.568.064,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
12	**FUNÇÃO: Educação**	Alunos atendidos / alunos	**Metas Físicas**			
361	**SUBFUNÇÃO: Ensino Fundamental**		1.486	1.486	1.486	1.486
0009	**PROGRAMA: Educação/Expansão do Atendimento Educacional**		**Metas Financeiras**			
2056	ATIVIDADE: Manutenção do Transporte Escolar – Transferências Constitucionais e Programas Federal e Estadual		5.429.672,67	5.316.157,98	5.574.887,00	5.851.459,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
12	**FUNÇÃO: Educação**	Alunos atendidos / alunos	**Metas Físicas**			
365	**SUBFUNÇÃO: Ensino Infantil**		319	319	319	319
0009	**PROGRAMA: Educação/Expansão do Atendimento Educacional**		**Metas Financeiras**			
2066	ATIVIDADE: Merenda Escolar – Educação Infantil – CMEIS		416.639,13	342.667,71	415.567,00	452.052,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
12	**FUNÇÃO: Educação**	Alunos atendidos / alunos	**Metas Físicas**			
365	**SUBFUNÇÃO: Educação Infantil**		448	448	448	448
0009	**PROGRAMA: Educação/Expansão do Atendimento Educacional**		**Metas Financeiras**			
2072	ATIVIDADE: Merenda Escolar – Educação Infantil – Pré-Escola – Transferências Constitucionais		201.133,92	171.130,01	179.441,00	188.502,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
12	**FUNÇÃO: Educação**	Alunos atendidos / alunos	**Metas Físicas**			
365	**SUBFUNÇÃO: Educação Infantil**		319	319	319	319
0009	**PROGRAMA: Educação/Expansão do Atendimento Educacional**		**Metas Financeiras**			
2065	ATIVIDADE: Manutenção da Educação Infantil – CMEIS – Transferências Constitucionais		2.617.015,52	2.723.472,97	2.960.654,00	3.161.367,00

Art. 5º. Em decorrência da abertura do Crédito Adicional Suplementar a que se refere este Decreto, reprograma o montante das despesas e as metas nas Ações Orçamentarias 2047, 2053, 2056, 2066, 2072 e 2065, para o exercício de 2026, estabelecidas no ANEXO I, da Lei Municipal nº 1456 de 16 de setembro de 2025 - Lei de Diretrizes Orçamentária, na forma abaixo descrita:

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026
12	**FUNÇÃO: Educação**	Apoio Administrativo / meses	**Metas Físicas**
122	**SUBFUNÇÃO: Administração Geral**		12
0009	**PROGRAMA: Educação/Expansão do Atendimento Educacional**		**Metas Financeiras**
2047	ATIVIDADE: Atividades do Gabinete da Secretaria de Educação		2.974.408,87

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026
12	**FUNÇÃO: Educação**	Alunos atendidos / alunos	**Metas Físicas**
361	**SUBFUNÇÃO: Ensino Fundamental**		1.068
0009	**PROGRAMA: Educação/Expansão do Atendimento Educacional**		**Metas Financeiras**
2053	ATIVIDADE: Manutenção do Ensino Fundamental – Transferências Constitucionais		6.034.192,38

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026
12	**FUNÇÃO: Educação**	Alunos atendidos / alunos	**Metas Físicas**
361	**SUBFUNÇÃO: Ensino Fundamental**		1.486
0009	**PROGRAMA: Educação/Expansão do Atendimento Educacional**		**Metas Financeiras**
2056	ATIVIDADE: Manutenção do Transporte Escolar – Transferências Constitucionais e Programas Federal e Estadual		5.429.672,67

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026
12	**FUNÇÃO: Educação**	Alunos atendidos / alunos	**Metas Físicas**
365	**SUBFUNÇÃO: Ensino Infantil**		319
0009	**PROGRAMA: Educação/Expansão do Atendimento Educacional**		**Metas Financeiras**
2066	ATIVIDADE: Merenda Escolar – Educação Infantil – CMEIS		416.639,13

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026
12	**FUNÇÃO: Educação**	Alunos atendidos / alunos	**Metas Físicas**
365	**SUBFUNÇÃO: Educação Infantil**		448
0009	**PROGRAMA: Educação/Expansão do Atendimento Educacional**		**Metas Financeiras**
2072	ATIVIDADE: Merenda Escolar – Educação Infantil – Pré-Escola – Transferências Constitucionais		201.133,92

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026
12	**FUNÇÃO: Educação**	Alunos atendidos / alunos	**Metas Físicas**

365	**SUBFUNÇÃO: Educação Infantil**		319
0009	**PROGRAMA: Educação/Expansão do Atendimento Educacional**		**Metas Financeiras**
2065	ATIVIDADE: Manutenção da Educação Infantil – CMEIS –Transferências Constitucionais		2.617.015,52

Art. 6°. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 29 de junho de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal de Balsa Nova/PR

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:379973FC

GABINETE
DECRETO N° 156/2026

DECRETO N° 156/2026

Súmula: "Procede a abertura de um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício de 2026 e promove alterações no Plano Plurianual 2026-2029 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, na Lei Municipal nº 1456 de 16 de setembro de 2025 (LDO) e na Lei Municipal nº 1471 de 12 de dezembro de 2025 (LOA),

DECRETA:

Art. 1°. Este Decreto autoriza o Executivo a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício financeiro de 2026 e a efetuar as correspondentes alterações nas Leis Municipais de nº 1451 de 27 de agosto de 2025 (Plano Plurianual), e nº 1456 de 16 de setembro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Art. 2°. Fica aberto no Orçamento Fiscal do exercício financeiro de 2026, aprovado pela Lei nº 1471 de 12 de dezembro de 2025, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 6.950,97 (seis mil novecentos e cinquenta reais e noventa e sete centavos) destinado a reforço Orçamentário abaixo especificado:

Órgão:	**08.000**	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte	
Unidade Orçamentária:	**08.001**	Educação	
08.001.28.846.0000.0081		Pagamentos de Indenizações e Restituições	
Fonte:	**1001**	Recursos Ordinários (livres) – Educação	
3.3.22.93.00.00		Indenizaçoes e Restituições	**R$ 6.950,97**
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE:			**R$ 6.950,97**
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NO ÓRGÃO:			**R$ 6.950,97**

Art. 3º. Constituem recursos para cobertura do Crédito Adicional Suplementar, de que trata o art. 1º do presente Decreto, abaixo especificados:

I – Provenientes do cancelamento parcial de dotações orçamentárias no valor de R$ 6.950,97 (seis mil novecentos e cinquenta reais e noventa e sete centavos) , conforme disposto na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março 1964, abaixo especificadas:

Órgão:	**08.000**	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte	
Unidade Orçamentária:	**08.001**	Educação	
08.001.12.361.0009.2056		Manutenção do Transporte Escolar – Transferências Constitucionais e Programas Federal e Estadual	
Fonte:	**1001**	Recursos Ordinários (livres) – Educação	
3.1.90.33.00.00		Passagens e Despesas com Locomoção	**R$ 6.950,97**
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE:			**R$ 6.950,97**
TOTAL DA REDUÇÃO NO ÓRGÃO:			**R$ 6.950,97**

Art. 4º. A abertura do Crédito Adicional Suplementar a que se refere este Decreto, reprograma o montante das despesas e as metas programadas para o exercício financeiro de 2026, nas Ações Orçamentarias 0081 e 2056 estabelecidas no ANEXO II da Lei Municipal nº 1451 de 27 de agosto de 2025 - Plano Plurianual, na forma abaixo descritas:

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
28	**FUNÇÃO: Encargos Especiais**	Pagamentos efetuados / Unidade	**Metas Físicas**			
846	**SUBFUNÇÃO: Outros Encargos Especiais**		1	1	1	1
0000	**PROGRAMA: Operações Especiais**		**Metas Financeiras**			
0081	ATIVIDADE: Pagamento de Indenizações e Restituições		48.870,58	312,81	336,00	354,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
12	**FUNÇÃO: Educação**	Alunos atendidos / alunos	**Metas Físicas**			
361	**SUBFUNÇÃO: Ensino Fundamental**		1.486	1.486	1.486	1.486
0009	**PROGRAMA: Educação/Expansão do Atendimento Educacional**		**Metas Financeiras**			
2056	ATIVIDADE: Manutenção do Transporte Escolar – Transferências Constitucionais e Programas Federal e Estadual		5.722.721,60	5.316.157,98	5.574.887,00	5.851.459,00

Art. 5º. Em decorrência da abertura do Crédito Adicional Suplementar a que se refere este Decreto, reprograma o montante das despesas e as metas nas Ações Orçamentarias 0081e 2056, para o exercício de 2026, estabelecidas no ANEXO I, da Lei Municipal nº 1456 de 16 de setembro de 2025 - Lei de Diretrizes Orçamentária, na forma abaixo descrita:

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026
28	**FUNÇÃO: Encargos Especiais**	Pagamentos efetuados / Unidade	**Metas Físicas**
846	**SUBFUNÇÃO: Outros Encargos Especiais**		1
0000	**PROGRAMA: Operações Especiais**		**Metas Financeiras**
0081	ATIVIDADE: Pagamento de Indenizações e Restituições		48.870,58

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026
12	**FUNÇÃO: Educação**	Alunos atendidos / alunos	**Metas Físicas**
361	**SUBFUNÇÃO: Ensino Fundamental**		1.486
0009	**PROGRAMA: Educação/Expansão do Atendimento Educacional**		**Metas Financeiras**
2056	ATIVIDADE: Manutenção do Transporte Escolar – Transferências Constitucionais e Programas Federal e Estadual		5.722.721,60

Art. 6°. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 30 de junho de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal de Balsa Nova/PR

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:CFF3FED9

GABINETE
DECRETO N° 157/2026

DECRETO N° 157/2026

Súmula: "Procede a abertura de um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício de 2026 e promove alterações no Plano Plurianual 2026-2029 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026. "

O**PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA,**Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, na Lei Municipal nº 1456 de 16 de setembro de 2025 (LDO) e na Lei Municipal nº 1471 de 12 de dezembro de 2025 (LOA),

DECRETA:

Art. 1°. Este Decreto autoriza o Executivo a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício financeiro de 2026 e a efetuar as correspondentes alterações nas Leis Municipais de nº 1451 de 27 de agosto de 2025 (Plano Plurianual), e nº 1456 de 16 de setembro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Art. 2°. Fica aberto no Orçamento Fiscal do exercício financeiro de 2026, aprovado pela Lei nº 1471 de 12 de dezembro de 2025, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), destinado a reforço Orçamentário abaixo especificada:

Órgão:	02.000	-	Assessoria de Governo		
Unidade Orçamentária:	02.002	-	Gabinete do Prefeito		
02.002. 06 182 0003.2008		-	Ações a Cargo da Comissão da Defesa Civil		
Fonte	0 1 000	-	Recursos Ordinários (livres) – exercício corrente		
3.3.90.30.00.00		-	Material de Consumo	R$	30.000,00
3.3.90.32.00.00		-	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	R$	30.000,00
4.4.90.52.00.00		-	Equipamento e material Permanente	R$	30.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**90.000,00**
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NO ÓRGÃO				**R$**	**90.000,00**

Órgão:	05.000	-	Secretaria Municipal de Administração		
Unidade Orçamentária:	05.001	-	Administração		
05.001. 04 122 0002.2017		-	Manutenção dos Serviços Administrativos da SMA		
Fonte	0 1 000	-	Recursos Ordinários (livres) – exercício corrente		
3.3.90.39.00.00		-	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	40.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**40.000,00**
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NO ÓRGÃO				**R$**	**40.000,00**

Art. 3º. Constituem recursos para cobertura do Crédito Adicional Suplementar, de que trata o art. 1º do presente Decreto, abaixo especificados:

I – Provenientes do cancelamento parcial de dotações orçamentárias no valor de R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), conforme disposto na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março 1964, abaixo especificadas:

Órgão:	02.000	-	Assessoria de Governo		
Unidade Orçamentária:	02.002	-	Gabinete do Prefeito		
02.002.04.122.0004.2005		-	Manutenção das Atividades Internas do Gabinete do Prefeito		
Fonte	0 1 000	-	Recursos Ordinários (livres) – exercício corrente		
3.3.90.39.00.00		-	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	90.000,00
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**90.000,00**
TOTAL DE REDUÇÃO NO ÓRGÃO				**R$**	**90.000,00**

Órgão:	05.000	-	Secretaria Municipal de Administração		
Unidade Orçamentária:	05.001	-	Administração		
05.001. 04 122 0002.2017		-	Manutenção dos Serviços Administrativos da SMA		
Fonte	0 1 000	-	Recursos Ordinários (livres) – exercício corrente		
3.3.90.30.00.00		-	Material de Consumo	R$	20.000,00
3.3.90.40.00.00		-	Serviços de Tecnologia da Informação – Pessoa Jurídica	R$	20.000,00

TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE	**R$**	**40.000,00**
TOTAL DE REDUÇÃO NO ÓRGÃO	**R$**	**40.000,00**

Art. 4º.A abertura do Crédito Adicional Suplementar a que se refere este Decreto, reprograma o montante das despesas e as metas programadas para o exercício financeiro de 2026, nas Ações Orçamentarias 2005, 2008 e 2017, estabelecidas no ANEXO II da Lei Municipal nº 1451 de 27 de agosto de 2025 – Plano Plurianual, na forma abaixo descritas:

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
04	FUNÇÃO: Administração	Apoio Administrativo/ Meses	Metas Físicas			
122	SUBFUNÇÃO: Administração Geral		12	12	12	12
0002	PROGRAMA: - Programa de Gestão Administrativo		Metas Financeiras			
2005	ATIVIDADE: Manutenção das Atividades Internas do Gabinete do Prefeito		768.582,00	905.048,00	960.122,00	1.019.423,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
06	FUNÇÃO: Segurança Publica	Ações realizadas/ Unidade	Metas Físicas			
182	SUBFUNÇÃO: Defesa Civil		1	1	1	1
0003	PROGRAMA: - Programa Balsa Nova Mais Protegida		Metas Financeiras			
2008	ATIVIDADE: Ações a Cargo da Comissão da Defesa Civil		150.000,00	63.600,00	67.288,00	71.190,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
04	FUNÇÃO: Administração	Apoio Administrativo/ Meses	Metas Físicas			
122	SUBFUNÇÃO: Administração Geral		12	12	12	12
0002	PROGRAMA: Programa de Gestão Administrativa		Metas Financeiras			
2017	ATIVIDADE: Manutenção dos Serviços Administrativos da SMA		4.452.378,00	4.737.507,00	5.030.263,00	5.347.231,00

Art. 5º. Em decorrência da abertura do Crédito Adicional Suplementar a que se refere este Decreto, reprograma o montante das despesas e as metas nas Ações Orçamentarias 2005, 2008 e 2017, para o exercício de 2026, estabelecidas no ANEXO I, da Lei Municipal nº 1456 de 16 de setembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentária, na forma abaixo descrita:

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**
04	FUNÇÃO: Administração	Apoio Administrativo/ Meses	Metas Físicas
122	SUBFUNÇÃO: Administração Geral		12
0002	PROGRAMA: - Programa de Gestão Administrativo		Metas Financeiras
2005	ATIVIDADE: Manutenção das Atividades Internas do Gabinete do Prefeito		768.582,00

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**
06	FUNÇÃO: Segurança Publica	Ações realizadas/ Unidade	Metas Físicas
182	SUBFUNÇÃO: Defesa Civil		1
0003	PROGRAMA: - Programa Balsa Nova Mais Protegida		Metas Financeiras
2008	ATIVIDADE: Ações a Cargo da Comissão da Defesa Civil		150.000,00

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**
04	FUNÇÃO: Administração	Apoio Administrativo/ Meses	Metas Físicas
122	SUBFUNÇÃO: Administração Geral		12
0002	PROGRAMA: Programa de Gestão Administrativa		Metas Financeiras
2017	ATIVIDADE: Manutenção dos Serviços Administrativos		4.452.378,00

Art. 6°. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 30 de julho de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal de Balsa Nova/PR

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:BE681663

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A comissão de licitação após, conferencia das documentações e habilitação da proponente encaminha o processo ao Excelentíssimo Senhor prefeito Municipal, Carlos Rosa Alves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº26/2023, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação Nrº:	Inexigibilidade 33/ 2026
b) Objeto Homologado:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E AUTORIZADA CATERPILLAR PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PEÇAS, LUBRIFICANTES E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO ORIGINAIS, PARA OS EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
PARANA EQUIPAMENTOS SA	76.527.951/0003-47	R$ 1.200.000,00

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	PEÇAS ORIGINAIS CATERPILLAR PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA	CATERPILLAR	UNID	1	810.000,00	810.000,00
2	MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA CATERPILLAR PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA	CATERPILLAR	Srv	1	390.000,00	390.000,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 1.200.000,00 (UM MILHÃO E DUZENTOS MIL REAIS)

Barbosa Ferraz, 28 de Julho de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:46C7A731

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 163/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 163/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 25/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, PARANÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na cidade de Barra do Jacaré, Paraná, sito à rua Rui Barbosa, N.º 96, CNPJ N.º 76.407.568/0001-93, **CONTRATADA:** 61.407.272 FARHAN DANIEL LOPES MARANGON, inscrita no CNPJ/MF sob N.º 61.407.272/0001-03, com sede na Rua Quintino Bocaiuva, n.º 791, Bairro Centro, Pirajui – SP, CEP: 16600-059.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.

VALOR TOTAL: R$ 223.078,00 (duzentos e vinte e três mil e setenta e oito reais).

DOTAÇÕES:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	200	02.001.04.122.0002.2002	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	680	03.001.04.122.0004.2006	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1990	05.001.10.301.0006.2017	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2000	05.001.10.301.0006.2017	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3160	06.001.08.241.0007.1003	0	4.4.90.51.00.00	Do Exercício
2026	3450	06.001.08.243.0007.6029	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3600	06.001.08.243.0007.6030	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4050	06.002.08.122.0007.2037	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4770	07.001.20.606.0008.2044	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4990	07.001.20.606.0008.2048	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5400	08.001.15.451.0010.2054	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5430	08.001.15.451.0010.2055	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5450	08.001.15.451.0010.2056	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5780	08.002.15.122.0011.2061	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5970	08.002.15.451.0011.2062	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5990	08.002.17.512.0011.1019	0	4.4.90.51.00.00	Do Exercício
2026	6740	09.001.12.361.0014.2068	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	6750	09.001.12.361.0014.2068	102	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	7270	09.001.12.365.0013.2070	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	7280	09.001.12.365.0013.2070	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	8050	10.001.13.392.0017.2075	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	8420	11.001.27.812.0018.2081	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

FISCAL: Hudson Luiz Calixto França, GESTOR: Roberto Luiz Garcia.

As partes elegem o Foro da Comarca de **Andirá, Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências, que poderão advir da presente Ata de Registro de Preços.

Barra do Jacaré-PR, 29 de Julho de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA	*FARHAN DANIEL LOPES MARANGON*
Prefeito Municipal	Representante Contratada

TESTEMUNHAS:

_____	_____
Roberto Luiz Garcia	**Hudson Luiz Calixto França**
Secretário	Diretor

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:B3724D9B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 166/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 166/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 25/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, PARANÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na cidade de Barra do Jacaré, Paraná, sito à rua Rui Barbosa, N.º 96, CNPJ N.º 76.407.568/0001-93, **CONTRATADA:** ARMAK COMPANY LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob N.º 59.955.725/0001-86, com sede na Rua Luiz Lerco, n.º 455, Bairro Terra Bonita, Londrina – PR, CEP: 86047-610.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.

VALOR TOTAL: R$ 5.350,00 (cinco mil, trezentos e cinquenta reais).

DOTAÇÕES:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	200	02.001.04.122.0002.2002	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	680	03.001.04.122.0004.2006	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1990	05.001.10.301.0006.2017	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2000	05.001.10.301.0006.2017	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3160	06.001.08.241.0007.1003	0	4.4.90.51.00.00	Do Exercício
2026	3450	06.001.08.243.0007.6029	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3600	06.001.08.243.0007.6030	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4050	06.002.08.122.0007.2037	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4770	07.001.20.606.0008.2044	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4990	07.001.20.606.0008.2048	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5400	08.001.15.451.0010.2054	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5430	08.001.15.451.0010.2055	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5450	08.001.15.451.0010.2056	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5780	08.002.15.122.0011.2061	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5970	08.002.15.451.0011.2062	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5990	08.002.17.512.0011.1019	0	4.4.90.51.00.00	Do Exercício
2026	6740	09.001.12.361.0014.2068	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	6750	09.001.12.361.0014.2068	102	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	7270	09.001.12.365.0013.2070	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	7280	09.001.12.365.0013.2070	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	8050	10.001.13.392.0017.2075	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	8420	11.001.27.812.0018.2081	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

FISCAL: Hudson Luiz Calixto França, GESTOR: Roberto Luiz Garcia.

As partes elegem o Foro da Comarca de **Andirá, Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências, que poderão advir da presente Ata de Registro de Preços;

Barra do Jacaré-PR, 29 de Julho de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA	***DANIEL DE CARVALHO NAGAOKA***
Prefeito Municipal	Representante Contratada

TESTEMUNHAS:

_____	_____
Roberto Luiz Garcia	**Hudson Luiz Calixto França**
Secretário	Diretor

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:92153FA2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 167/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 167/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 25/2026

CONTRATADA: O MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, PARANÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na cidade de Barra do Jacaré, Paraná, sito à rua Rui Barbosa, N.º 96, CNPJ N.º 76.407.568/0001-93, **CONTRATADA:** DX DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob N.º 51.499.082/0001-00, com sede na Rua Deputado Bernardo Guimarães Ribas Carli, n.º 3471, Vila Carli, Guarapuava – PR, CEP: 85040-364.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.

VALOR TOTAL: R$ 388.905,67 (Trezentos e oitenta e oito mil novecentos e cinco reais e sessenta e sete centavos).

DOTAÇÕES:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	200	02.001.04.122.0002.2002	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	680	03.001.04.122.0004.2006	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1990	05.001.10.301.0006.2017	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2000	05.001.10.301.0006.2017	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3160	06.001.08.241.0007.1003	0	4.4.90.51.00.00	Do Exercício
2026	3450	06.001.08.243.0007.6029	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3600	06.001.08.243.0007.6030	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4050	06.002.08.122.0007.2037	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4770	07.001.20.606.0008.2044	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4990	07.001.20.606.0008.2048	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5400	08.001.15.451.0010.2054	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5430	08.001.15.451.0010.2055	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5450	08.001.15.451.0010.2056	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5780	08.002.15.122.0011.2061	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5970	08.002.15.451.0011.2062	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5990	08.002.17.512.0011.1019	0	4.4.90.51.00.00	Do Exercício
2026	6740	09.001.12.361.0014.2068	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	6750	09.001.12.361.0014.2068	102	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	7270	09.001.12.365.0013.2070	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	7280	09.001.12.365.0013.2070	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	8050	10.001.13.392.0017.2075	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	8420	11.001.27.812.0018.2081	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

FISCAL: Hudson Luiz Calixto França, GESTOR: Roberto Luiz Garcia.

As partes elegem o Foro da Comarca de **Andirá, Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências, que poderão advir da presente Ata de Registro de Preços.

Barra do Jacaré-PR, 29 de Julho de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA	***ANTONIO DHIEGO WYLLEY PONTAROLO***
Prefeito Municipal	Representante Contratada

TESTEMUNHAS:

_____	_____
Roberto Luiz Garcia	**Hudson Luiz Calixto França**
Secretário	Diretor

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:5C52BD74

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 169/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 169/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 25/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, PARANÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na cidade de Barra do Jacaré, Paraná, sito à rua Rui Barbosa, N.º 96, CNPJ N.º 76.407.568/0001-93, **CONTRATADA:** FELIPE GURGEL CANDIDO DE MELLO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob N.º 44.142.368/0001-60, com sede na Alameda Silvio Borsari, n.º 650, Bairro Vale do Sol, Jaboticabal – SP, CEP: 14876-155.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.

VALOR TOTAL: R$ 107.710,00 (cento e sete mil setecentos e dez reais).

DOTAÇÕES:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	200	02.001.04.122.0002.2002	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	680	03.001.04.122.0004.2006	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1990	05.001.10.301.0006.2017	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2000	05.001.10.301.0006.2017	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3160	06.001.08.241.0007.1003	0	4.4.90.51.00.00	Do Exercício
2026	3450	06.001.08.243.0007.6029	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3600	06.001.08.243.0007.6030	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4050	06.002.08.122.0007.2037	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4770	07.001.20.606.0008.2044	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4990	07.001.20.606.0008.2048	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5400	08.001.15.451.0010.2054	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5430	08.001.15.451.0010.2055	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5450	08.001.15.451.0010.2056	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

2026	5780	08.002.15.122.0011.2061	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5970	08.002.15.451.0011.2062	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5990	08.002.17.512.0011.1019	0	4.4.90.51.00.00	Do Exercício
2026	6740	09.001.12.361.0014.2068	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	6750	09.001.12.361.0014.2068	102	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	7270	09.001.12.365.0013.2070	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	7280	09.001.12.365.0013.2070	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	8050	10.001.13.392.0017.2075	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	8420	11.001.27.812.0018.2081	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

FISCAL: Hudson Luiz Calixto França, GESTOR: Roberto Luiz Garcia.

As partes elegem o Foro da Comarca de **Andirá, Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências, que poderão advir da presente Ata de Registro de Preços.

Barra do Jacaré-PR, 29 de Julho de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA	***FELIPE GURGEL CANDIDO DE MELLO***
Prefeito Municipal	Representante Contratada

TESTEMUNHAS:

Roberto Luiz Garcia	**Hudson Luiz Calixto França**
Secretário	Diretor

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:4AD17029

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 170/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 170/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 25/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, PARANÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na cidade de Barra do Jacaré, Paraná, sito à rua Rui Barbosa, N.º 96, CNPJ N.º 76.407.568/0001-93, **CONTRATADA:** REIS PARAFUSOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob N.º 21.753.221/0001-00, com sede na Av. Indaia Leste, n.º 259, Bairro Centro, Chapadão do Céu – GO, CEP: 75828-000.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.

VALOR TOTAL: R$ 23.276,75 (Vinte e três mil duzentos e setenta e seis reais e setenta e cinco centavos.).

DOTAÇÕES:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	200	02.001.04.122.0002.2002	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	680	03.001.04.122.0004.2006	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1990	05.001.10.301.0006.2017	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2000	05.001.10.301.0006.2017	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3160	06.001.08.241.0007.1003	0	4.4.90.51.00.00	Do Exercício
2026	3450	06.001.08.243.0007.6029	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3600	06.001.08.243.0007.6030	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4050	06.002.08.122.0007.2037	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4770	07.001.20.606.0008.2044	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4990	07.001.20.606.0008.2048	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5400	08.001.15.451.0010.2054	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5430	08.001.15.451.0010.2055	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5450	08.001.15.451.0010.2056	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5780	08.002.15.122.0011.2061	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5970	08.002.15.451.0011.2062	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5990	08.002.17.512.0011.1019	0	4.4.90.51.00.00	Do Exercício
2026	6740	09.001.12.361.0014.2068	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	6750	09.001.12.361.0014.2068	102	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	7270	09.001.12.365.0013.2070	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	7280	09.001.12.365.0013.2070	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	8050	10.001.13.392.0017.2075	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	8420	11.001.27.812.0018.2081	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

FISCAL: Hudson Luiz Calixto França, GESTOR: Roberto Luiz Garcia.

As partes elegem o Foro da Comarca de **Andirá, Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências, que poderão advir da presente Ata de Registro de Preços;

Barra do Jacaré-PR, 29 de Julho de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA	***OLAIR RODRIGUES DOS REIS***
Prefeito Municipal	Representante Contratada

TESTEMUNHAS:

Roberto Luiz Garcia	**Hudson Luiz Calixto França**
Secretário	Diretor

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:9E9B6248

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 171/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 171/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 25/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, PARANÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na cidade de Barra do Jacaré, Paraná, sito à rua Rui Barbosa, N.º 96, CNPJ N.º 76.407.568/0001-93, **CONTRATADA:** SALVI E LOPES E CIA LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob N.º 82.478.140/0001-34, com sede na Rua Gaturamo, n.º 100, Bairro Jardim Primavera, Arapongas – PR, CEP: 86720-000.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.

VALOR TOTAL: R$ 340,50 (trezentos e quarenta reais e cinquenta centavos).

DOTAÇÕES:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	200	02.001.04.122.0002.2002	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	680	03.001.04.122.0004.2006	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1990	05.001.10.301.0006.2017	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2000	05.001.10.301.0006.2017	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3160	06.001.08.241.0007.1003	0	4.4.90.51.00.00	Do Exercício
2026	3450	06.001.08.243.0007.6029	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3600	06.001.08.243.0007.6030	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4050	06.002.08.122.0007.2037	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4770	07.001.20.606.0008.2044	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4990	07.001.20.606.0008.2048	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5400	08.001.15.451.0010.2054	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5430	08.001.15.451.0010.2055	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5450	08.001.15.451.0010.2056	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5780	08.002.15.122.0011.2061	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5970	08.002.15.451.0011.2062	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5990	08.002.17.512.0011.1019	0	4.4.90.51.00.00	Do Exercício
2026	6740	09.001.12.361.0014.2068	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	6750	09.001.12.361.0014.2068	102	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	7270	09.001.12.365.0013.2070	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	7280	09.001.12.365.0013.2070	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	8050	10.001.13.392.0017.2075	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	8420	11.001.27.812.0018.2081	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

FISCAL: Hudson Luiz Calixto França, GESTOR: Roberto Luiz Garcia.

As partes elegem o Foro da Comarca de **Andirá, Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências, que poderão advir da presente Ata de Registro de Preços;

Barra do Jacaré-PR, 29 de Julho de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA	***LUIZ CARLOS SALVI***
Prefeito Municipal	Representante Contratada

TESTEMUNHAS:

Roberto Luiz Garcia	**Hudson Luiz Calixto França**
Secretário	Diretor

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:19AB75AE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE 93/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE EVENTOS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE, DESTINADOS A ATENDER ÀS

DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, INCLUINDO FORMATURAS, EVENTOS PEDAGÓGICOS E COMEMORAÇÕES INSTITUCIONAIS.

FORNECEDOR: REALIZA EVENTOS EIRELI - ME
CNPJ: 26.407.827/0001-08
Valor Total do Fornecedor: R$ 334.700,00 (trezentos e trinta e quatro mil e setecentos reais)

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Espaço Físico / Local para Realização de Eventos; 01 (uma) diária, equivalente a até 12 (doze) horas de serviço. O espaço físico deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos: Capacidade para acomodação de 120 (cento e vinte) a 600 (seiscentas) pessoas sentadas, em ambiente fechado, adequado à realização de eventos; Ambiente climatizado ou ventilado compatível, garantindo conforto térmico aos participantes; Banheiros em quantidade suficiente e compatível com o público estimado, em condições adequadas de uso; Acessibilidade garantida, incluindo rampas de acesso, banheiros adaptados ou meios equivalentes que assegurem a participação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em conformidade com a legislação vigente; Condições adequadas de iluminação, limpeza, conservação e segurança, assegurando a integridade dos participantes e dos bens envolvidos no evento; Localização no município de realização do evento ou em área situada em raio compatível com a logística necessária, considerando acesso, deslocamento e infraestrutura disponível.	SEV	10	R$ 3.500,00	R$ 35.000,00
2	Estrutura Completa de Palco com Cobertura e Grid (Tipo Box Truss) médio porte; 01 (uma) diária, equivalente a até 12 (doze) horas de serviço. Palco Modular (Praticáveis): Fornecimento e montagem de estrutura de palco modular (praticáveis) com dimensões mínimas de 10m (largura) e 6m (profundidade) e altura mínima de 1.0m do piso. O palco deverá possuir acabamento antiderrapante (em madeira naval ou similar) e escada de acesso com corrimão e degraus antiderrapantes. Cobertura e Estrutura Metálica (Box Truss): Fornecimento e montagem de estrutura metálica em perfil Box Truss (preferencialmente Q30 ou superior) para sustentação da cobertura e do grid de iluminação/som. A estrutura deverá ser projetada para suportar a carga dos equipamentos cênicos (iluminação e PA), conforme laudo de ART/RRT de montagem. Cobertura: Lona resistente a intempéries (proteção UV e anti-chamas) sobre toda a área do palco, garantindo vedação e drenagem.	SEV	10	R$ 9.000,00	R$ 90.000,00
3	Fornecimento de refeições (quando necessário); para 01 dia. Requisitos mínimos: O serviço de fornecimento de refeições deverá contemplar a oferta de até duas refeições diárias para até 120 (cento e vinte), participantes, conforme o cronograma institucional estabelecido. A primeira refeição, que poderá consistir em lanche reforçado, café da manhã ou almoço, de acordo com a programação, deverá conter, no mínimo, uma preparação sólida principal, a exemplo de pão, bolo, cuscuz, torta, sanduíche, arroz, massa ou similar; ao menos uma fonte de proteína, como leite, iogurte, ovos, queijo, carne branca, carne vermelha ou alternativa proteica equivalente; fruta in natura ou preparação à base de frutas; bem como bebida, como leite, vitamina, suco natural ou suco de polpa agua mineral. Deverão ser disponibilizadas, quando previamente solicitadas, opções adaptadas para atendimento a restrições alimentares específicas, incluindo dietas para diabéticos, intolerantes à lactose, pessoas com alergias alimentares e vegetarianos, observadas, em todos os casos, as normas sanitárias vigentes, de modo a garantir a qualidade, a segurança alimentar e as condições adequadas de consumo.	SEV	10	R$ 6.100,00	R$ 61.000,00
4	Sistema de Som Profissional e Operação Técnica (P.A. - Public Address) médio porte; 01 (uma) diária, equivalente a até 12 (doze) horas de serviço. Sistema P.A. (Principal): Fornecimento de sistema de sonorização profissional (Line Array ou similar) com capacidade mínima de 8.000W RMS (reais) de potência, dimensionado para atender a uma plateia de até 800 pessoas em área coberta/aberta, garantindo clareza e inteligibilidade. Controle: Mesa de som digital (mínimo 32 canais) com periféricos (equalizador, compressor/gate) e multicabo com stagebox compatível. Microfonia: 04 Microfones sem fio (headset ou bastão de qualidade profissional). 02 Microfones com fio (para bancada solene/púlpito). 01 Microfone de mão (para Mestre de Cerimônias). Monitoração: 02 Caixas de monitor de palco (retornos) para os convidados da mesa solene.	SEV	10	R$ 2.900,00	R$ 29.000,00
5	Sistema de Som Profissional e Operação Técnica (P.A. – Public Address) – Pequeno Porte. 01 (uma) diária, equivalente a até 12 (doze) horas de serviço. Sistema P.A. (Principal): Fornecimento de sistema de sonorização profissional de pequeno porte (Line Array compacto ou similar), com potência mínima de 3.000W RMS (reais), adequado para cobertura sonora uniforme em eventos de pequeno porte. Controle: Mesa de som digital com no mínimo 16 (dezesseis) canais, contendo pré-amplificadores com recall automático, no mínimo 04 (quatro) auxiliares e equalização paramétrica por canal. O sistema deverá incluir periféricos essenciais (processamento interno ou externo, como equalização, compressão e gate) e multicabo ou stagebox compatível;Sistema de Caixas:04 (quatro) caixas de altas frequências (tops), 04 (quatro) caixas de graves (subwoofers);Monitoramento e Backline: 04 (quatro) monitores de retorno, 01 (um) cubo de baixo, 01 (um) cubo de guitarra; Microfonia:01 (um) microfone sem fio, 04 (quatro) microfones com fio; Acessórios e Serviços: Cabeamento completo, pedestais e demais acessórios necessários, Transporte, montagem, operação técnica durante o evento e desmontagem.	SEV	10	R$ 1.350,00	R$ 13.500,00
6	Sistema de Painel de LED de Alta Resolução médio porte para Exibição de Conteúdo Audiovisual. 01 (uma) diária, equivalente a até 12 (doze) horas de serviço. Deverá ser disponibilizado, no mínimo, 01 (um) sistema de painel de LED de alta resolução, com dimensões mínimas de 6,0m (largura) x 3,0m (altura), adequado para visualização clara e nítida pelo público O painel deverá possuir as seguintes características técnicas mínimas: Resolução compatível com padrão Full HD ou superior, ajustada ao tamanho do painel; Pixel pitch máximo de P4 (preferencialmente P3 ou menor), garantindo alta definição mesmo a médias distâncias; Brilho mínimo de 4.500 nits (outdoor) ou 3.500 nits (indoor), assegurando perfeita visibilidade mesmo em ambientes com iluminação intensa; Taxa de atualização (refresh rate) mínima de 1920 Hz, evitando flicker em gravações e transmissões; Sistema modular, permitindo montagem segura e nivelada.	SEV	10	R$ 2.500,00	R$ 25.000,00
7	Sistema de Painel de LED de Alta Resolução para Exibição de Conteúdo Audiovisual. 01 (uma) diária, equivalente a até 12 (doze) horas de serviço. Deverá ser disponibilizado, no mínimo, 01 (um) sistema de painel de LED de alta resolução, com dimensões mínimas de 3,0m (largura) x 2,0m (altura), adequado para visualização clara e nítida pelo público. O painel deverá possuir as seguintes características técnicas minas: Resolução compatível com padrão HD ou superior, proporcional ao tamanho do painel; Pixel pitch máximo de P3 (ou inferior), garantindo alta definição para curtas distâncias; Brilho mínimo de 3.500 nits, adequado para ambientes internos com iluminação controlada ou moderada; Taxa de atualização (refresh rate) mínima de 1920 Hz.	SEV	10	R$ 1.050,00	R$ 10.500,00
8	Iluminação Cênica e de Ambiente pequeno porte, com Técnico Responsável; 01 (uma) diária, equivalente a até 12 (doze) horas de serviço. Controle: Mesa controladora DMX de no mínimo 24 canais. Iluminação de Palco (Cênica): 08 Moving Lights (Beam 7R, LED 150W ou superior) para efeitos e destaques. 10 Refletores LED tipo Par (RGBW ou RGBA) para banho de cor e preenchimento. 04 Elipsoidais ou Fresneis (LED ou Halógena) para foco na Mesa Solene e no Púlpito. Iluminação de Ambiente/Público: 08 Refletores LED tipo Par (RGBW) para ambientação da plateia (colunas, paredes, teto). Efeitos: 01 Máquina de fumaça (Hazer) de baixa dispersão (opcional, se permitido pelo local).	SEV	10	R$ 2.050,00	R$ 20.500,00
9	Cenário e Decoração Básica do Espaço (Conforme a Temática); 01 (uma) diária, equivalente a até 12 (doze) horas de serviço. Painel de Fundo de Palco: Estrutura básica em Box Truss ou suporte equivalente, destinada à sustentação do painel de LED, com dimensões compatíveis ao sistema instalado, garantindo acabamento organizado, seguro e esteticamente adequado ao ambiente. Acabamento Frontal (Saia de Palco): Saia de palco em tecido preto ou de cor neutra, cobrindo todo o perímetro frontal. Decoração Complementar: Vasos de plantas artificiais ou arranjos florais discretos para composição estética no palco. Mesa Solene (Completa) Mobiliário: 01 Mesa solene retangular (mínimo 3m x 0.80m) com acabamento de alta qualidade (toalha, tampo ou revestimento). Assentos: 10 Cadeiras estofadas, tipo diretor ou similar (diferenciadas do público), para autoridades. Complementos: Púlpito com iluminação de leitura (LED) e apoio para laptop/documentos.	SEV	10	R$ 800,00	R$ 8.000,00
10	Fornecimento de assentos para o Público; 01 (uma) diária, equivalente a até 12 (doze) horas de serviço. Cadeiras para o Público: Fornecimento, montagem, organização e retirada de até 800 cadeiras plásticas (monobloco ou similar, de alta resistência), dispostas em setores organizados no local do evento.	SEV	10	R$ 1.720,00	R$ 17.200,00
11	Equipe Técnica e Profissionais; 01 (uma) diária, equivalente a até 12 (doze) horas de serviço. Mestre de Cerimônias: Profissional de comunicação, com experiência comprovada em condução de solenidades e eventos protocolares, responsável pela fluidez e apresentação do roteiro. Apoio operacional: Equipe de apoio para atendimento aos participantes, com no mínimo, 02 profissionais para apoio operacional durante o evento, atividades incluem Organização do espaço, apoio logístico aos participantes e palestrantes, suporte geral durante a execução do evento. Técnico de Som (Operador P.A.): Profissional com conhecimento avançado em sonorização (PA e monitores), responsável pela mixagem, ajustes finos de frequência, controle de microfonia e operação de software de controle da mesa digital. Técnico de Iluminação: Profissional com experiência em programação e operação de mesa DMX, responsável pela criação e execução dos cues e cenas de iluminação, garantindo	SEV	10	R$ 1.200,00	R$ 12.000,00

	a ambientação cênica. Técnico de Painel de LED: Profissional com experiência em montagem, configuração e operação de painéis de LED e processadoras de vídeo, responsável pela exibição correta de conteúdos (imagens, vídeos e apresentações), garantindo qualidade visual, estabilidade do sistema e suporte técnico durante todo o evento. Equipe de Montagem: Equipe dimensionada para a montagem, desmontagem e assistência técnica (Eletricista, Roadie) durante o evento, sob a coordenação de um Gerente de Produção ou Supervisor Técnico. (Aproximadamente 18 (dezoito) horas, 6 (seis) horas por dia de evento.)				
12	Serviços de Montagem, Operação e Desmontagem (Escopo Completo); 01 (uma) diária, equivalente a até 12 (doze) horas de serviço. Montagem: Realização da montagem completa de todas as estruturas (palco, grid, som, luz, cadeiras, cenários) conforme cronograma pré-estabelecido (mínimo de 8 horas antes do evento). Operação (Stand-by): Manutenção da equipe técnica (Som, Luz, Mestre de Cerimônias) em stand-by e operação contínua por um período mínimo de 06 horas de evento. Desmontagem (Pós-Evento): Desmontagem e retirada completa de todos os equipamentos do local em até 12 horas após o término do evento	SEV	10	R$ 1.300,00	R$ 13.000,00

VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 31/07/2026 a 31/07/2027

Bocaiúva do Sul, 31 de julho de 2026.

CESAR MANUEL ESPINDOLA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:597E920B

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO Nº 45/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2.021, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista da Ata de abertura e Julgamento exarado pela Comissão Permanente de Licitação, resolve:
ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação nº:	45/2026
Modalidade nº:	Pregão
Data Adjudicação:	31/07/2026
Objeto da Licitação:	Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na elaboração, organização e execução de eventos de pequeno e médio porte, destinados a atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação, incluindo formaturas, eventos pedagógicos e comemorações institucionais.

Fornecedores com itens adjudicados:

FORNECEDOR: REALIZA EVENTOS EIRELI - ME - CNPJ: 26.407.827/0001-08
Valor Total do Fornecedor: 334.700,00 (trezentos e trinta e quatro mil e setecentos reais).

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Espaço Físico / Local para Realização de Eventos; 01 (uma) diária, equivalente a até 12 (doze) horas de serviço. O espaço físico deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos: Capacidade para acomodação de 120 (cento e vinte) a 600 (seiscentas) pessoas sentadas, em ambiente fechado, adequado à realização de eventos; Ambiente climatizado ou ventilado compatível, garantindo conforto térmico aos participantes; Banheiros em quantidade suficiente e compatível com o público estimado, em condições adequadas de uso; Acessibilidade garantida, incluindo rampas de acesso, banheiros adaptados ou meios equivalentes que assegurem a participação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em conformidade com a legislação vigente; Condições adequadas de iluminação, limpeza, conservação e segurança, assegurando a integridade dos participantes e dos bens envolvidos no evento; Localização no município de realização do evento ou em área situada em raio compatível com a logística necessária, considerando acesso, deslocamento e infraestrutura disponível.	SEV	10	R$ 3.500,00	R$ 35.000,00
2	Estrutura Completa de Palco com Cobertura e Grid (Tipo Box Truss) médio porte; 01 (uma) diária, equivalente a até 12 (doze) horas de serviço. Palco Modular (Praticáveis): Fornecimento e montagem de estrutura de palco modular (praticáveis) com dimensões mínimas de 10m (largura) e 6m (profundidade) e altura mínima de 1.0m do piso. O palco deverá possuir acabamento antiderrapante (em madeira naval ou similar) e escada de acesso com corrimão e degraus antiderrapantes. Cobertura e Estrutura Metálica (Box Truss): Fornecimento e montagem de estrutura metálica em perfil Box Truss (preferencialmente Q30 ou superior) para sustentação da cobertura e do grid de iluminação/som. A estrutura deverá ser projetada para suportar a carga dos equipamentos cênicos (iluminação e PA), conforme laudo de ART/RRT de montagem. Cobertura: Lona resistente a intempéries (proteção UV e anti-chamas) sobre toda a área do palco, garantindo vedação e drenagem.	SEV	10	R$ 9.000,00	R$ 90.000,00
3	Fornecimento de refeições (quando necessário); para 01 dia. Requisitos mínimos: O serviço de fornecimento de refeições deverá contemplar a oferta de até duas refeições diárias para até 120 (cento e vinte), participantes, conforme o cronograma institucional estabelecido. A primeira refeição, que poderá consistir em lanche reforçado, café da manhã ou almoço, de acordo com a programação, deverá conter, no mínimo, uma preparação sólida principal, a exemplo de pão, bolo, cuscuz, torta, sanduíche, arroz, massa ou similar; ao menos uma fonte de proteína, como leite, iogurte, ovos, queijo, carne branca, carne vermelha ou alternativa proteica equivalente; fruta in natura ou preparação à base de frutas; bem como bebida, como leite, vitamina, suco natural ou suco de polpa agua mineral. Deverão ser disponibilizadas, quando previamente solicitadas, opções adaptadas para atendimento a restrições alimentares específicas, incluindo dietas para diabéticos, intolerantes à lactose, pessoas com alergias alimentares e vegetarianos, observadas, em todos os casos, as normas sanitárias vigentes, de modo a garantir a qualidade, a segurança alimentar e as condições adequadas de consumo.	SEV	10	R$ 6.100,00	R$ 61.000,00
4	Sistema de Som Profissional e Operação Técnica (P.A. - Public Address) médio porte; 01 (uma) diária, equivalente a até 12 (doze) horas de serviço. Sistema P.A. (Principal): Fornecimento de sistema de sonorização profissional (Line Array ou similar) com capacidade mínima de 8.000W RMS (reais) de potência, dimensionado para atender a uma plateia de até 800 pessoas em área coberta/aberta, garantindo clareza e inteligibilidade. Controle: Mesa de som digital (mínimo 32 canais) com periféricos (equalizador, compressor/gate) e multicabo com stagebox compatível. Microfonia: 04 Microfones sem fio (headset ou bastão de qualidade profissional). 02 Microfones com fio (para bancada solene/púlpito). 01 Microfone de mão (para Mestre de Cerimônias). Monitoração: 02 Caixas de monitor de palco (retornos) para os convidados da mesa solene.	SEV	10	R$ 2.900,00	R$ 29.000,00
5	Sistema de Som Profissional e Operação Técnica (P.A. – Public Address) – Pequeno Porte. 01 (uma) diária, equivalente a até 12 (doze) horas de serviço. Sistema P.A. (Principal): Fornecimento de sistema de sonorização profissional de pequeno porte (Line Array compacto ou similar), com potência mínima de 3.000W RMS (reais), adequado para cobertura sonora uniforme em eventos de pequeno porte. Controle: Mesa de som digital com no mínimo 16 (dezesseis) canais, contendo pré-amplificadores com recall automático, no mínimo 04 (quatro) auxiliares e equalização paramétrica por canal. O sistema deverá incluir periféricos essenciais (processamento interno ou externo, como equalização, compressão e gate) e multicabo ou stagebox compatível;Sistema de Caixas:04 (quatro) caixas de altas frequências (tops), 04 (quatro) caixas de graves (subwoofers);Monitoramento e Backline: 04 (quatro) monitores de retorno, 01 (um) cubo de baixo, 01 (um) cubo de guitarra; Microfonia:01 (um) microfone sem fio, 04 (quatro) microfones com fio; Acessórios e Serviços: Cabeamento completo, pedestais e demais acessórios necessários, Transporte, montagem, operação técnica durante o evento e desmontagem.	SEV	10	R$ 1.350,00	R$ 13.500,00
6	Sistema de Painel de LED de Alta Resolução médio porte para Exibição de Conteúdo Audiovisual.	SEV	10	R$	R$

	01 (uma) diária, equivalente a até 12 (doze) horas de serviço. Deverá ser disponibilizado, no mínimo, 01 (um) sistema de painel de LED de alta resolução, com dimensões mínimas de 6,0m (largura) x 3,0m (altura), adequado para visualização clara e nítida pelo público O painel deverá possuir as seguintes características técnicas mínimas: Resolução compatível com padrão Full HD ou superior, ajustada ao tamanho do painel; Pixel pitch máximo de P4 (preferencialmente P3 ou menor), garantindo alta definição mesmo a médias distâncias; Brilho mínimo de 4.500 nits (outdoor) ou 3.500 nits (indoor), assegurando perfeita visibilidade mesmo em ambientes com iluminação intensa; Taxa de atualização (refresh rate) mínima de 1920 Hz, evitando flicker em gravações e transmissões; Sistema modular, permitindo montagem segura e nivelada.			2.500,00	25.000,00
7	Sistema de Painel de LED de Alta Resolução para Exibição de Conteúdo Audiovisual. 01 (uma) diária, equivalente a até 12 (doze) horas de serviço. Deverá ser disponibilizado, no mínimo, 01 (um) sistema de painel de LED de alta resolução, com dimensões mínimas de 3,0m (largura) x 2,0m (altura), adequado para visualização clara e nítida pelo público. O painel deverá possuir as seguintes características técnicas minas: Resolução compatível com padrão HD ou superior, proporcional ao tamanho do painel; Pixel pitch máximo de P3 (ou inferior), garantindo alta definição para curtas distâncias; Brilho mínimo de 3.500 nits, adequado para ambientes internos com iluminação controlada ou moderada; Taxa de atualização (refresh rate) mínima de 1920 Hz.	SEV	10	R$ 1.050,00	R$ 10.500,00
8	Iluminação Cênica e de Ambiente pequeno porte, com Técnico Responsável; 01 (uma) diária, equivalente a até 12 (doze) horas de serviço. Controle: Mesa controladora DMX de no mínimo 24 canais. Iluminação de Palco (Cênica): 08 Moving Lights (Beam 7R, LED 150W ou superior) para efeitos e destaques. 10 Refletores LED tipo Par (RGBW ou RGBA) para banho de cor e preenchimento. 04 Elipsoidais ou Fresneis (LED ou Halógena) para foco na Mesa Solene e no Púlpito. Iluminação de Ambiente/Público: 08 Refletores LED tipo Par (RGBW) para ambientação da plateia (colunas, paredes, teto). Efeitos: 01 Máquina de fumaça (Hazer) de baixa dispersão (opcional, se permitido pelo local).	SEV	10	R$ 2.050,00	R$ 20.500,00
9	Cenário e Decoração Básica do Espaço (Conforme a Temática); 01 (uma) diária, equivalente a até 12 (doze) horas de serviço. Painel de Fundo de Palco: Estrutura básica em Box Truss ou suporte equivalente, destinada à sustentação do painel de LED, com dimensões compatíveis ao sistema instalado, garantindo acabamento organizado, seguro e esteticamente adequado ao ambiente. Acabamento Frontal (Saia de Palco): Saia de palco em tecido preto ou de cor neutra, cobrindo todo o perímetro frontal. Decoração Complementar: Vasos de plantas artificiais ou arranjos florais discretos para composição estética no palco. Mesa Solene (Completa) Mobiliário: 01 Mesa solene retangular (mínimo 3m x 0.80m) com acabamento de alta qualidade (toalha, tampo ou revestimento). Assentos: 10 Cadeiras estofadas, tipo diretor ou similar (diferenciadas do público), para autoridades. Complementos: Púlpito com iluminação de leitura (LED) e apoio para laptop/documentos.	SEV	10	R$ 800,00	R$ 8.000,00
10	Fornecimento de assentos para o Público; 01 (uma) diária, equivalente a até 12 (doze) horas de serviço. Cadeiras para o Público: Fornecimento, montagem, organização e retirada de até 800 cadeiras plásticas (monobloco ou similar, de alta resistência), dispostas em setores organizados no local do evento.	SEV	10	R$ 1.720,00	R$ 17.200,00
11	Equipe Técnica e Profissionais; 01 (uma) diária, equivalente a até 12 (doze) horas de serviço. Mestre de Cerimônias: Profissional de comunicação, com experiência comprovada em condução de solenidades e eventos protocolares, responsável pela fluidez e apresentação do roteiro. Apoio operacional: Equipe de apoio para atendimento aos participantes, com no mínimo, 02 profissionais para apoio operacional durante o evento, atividades incluem Organização do espaço, apoio logístico aos participantes e palestrantes, suporte geral durante a execução do evento. Técnico de Som (Operador P.A.): Profissional com conhecimento avançado em sonorização (PA e monitores), responsável pela mixagem, ajustes finos de frequência, controle de microfonia e operação de software de controle da mesa digital. Técnico de Iluminação: Profissional com experiência em programação e operação de mesa DMX, responsável pela criação e execução dos cues e cenas de iluminação, garantindo a ambientação cênica. Técnico de Painel de LED: Profissional com experiência em montagem, configuração e operação de painéis de LED e processadoras de vídeo, responsável pela exibição correta de conteúdos (imagens, vídeos e apresentações), garantindo qualidade visual, estabilidade do sistema e suporte técnico durante todo o evento. Equipe de Montagem: Equipe dimensionada para a montagem, desmontagem e assistência técnica (Eletricista, Roadie) durante o evento, sob a coordenação de um Gerente de Produção ou Supervisor Técnico. (Aproximadamente 18 (dezoito) horas, 6 (seis) horas por dia de evento.)	SEV	10	R$ 1.200,00	R$ 12.000,00
12	Serviços de Montagem, Operação e Desmontagem (Escopo Completo); 01 (uma) diária, equivalente a até 12 (doze) horas de serviço. Montagem: Realização da montagem completa de todas as estruturas (palco, grid, som, luz, cadeiras, cenários) conforme cronograma pré-estabelecido (mínimo de 8 horas antes do evento). Operação (Stand-by): Manutenção da equipe técnica (Som, Luz, Mestre de Cerimônias) em stand-by e operação contínua por um período mínimo de 06 horas de evento. Desmontagem (Pós-Evento): Desmontagem e retirada completa de todos os equipamentos do local em até 12 horas após o término do evento	SEV	10	R$ 1.300,00	R$ 13.000,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 334.700,00 (trezentos e trinta e quatro mil e setecentos reais)
Lavre-se o Termo de Homologação o Instrumento Contratual e após autorizo a emissão das notas de empenho correspondentes.

Bocaiúva do Sul, 31 de julho de 2026.

CESAR MANUEL ESPINDOLA
Secretária Municipal De Educação

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:71F03A29

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 01/2026 EDITAL Nº 3/2026 – HOMOLOGAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES

O Prefeito HELIO JOSE SURDI, do Município de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº 803/2017, resolve

TORNAR PÚBLICO

O Município de Bom Jesus do Sul/PR, por intermédio da Comissão do Processo Seletivo Simplificado, torna pública a homologação das inscrições do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 1/2026, regulamentado pelo Edital nº 1/2026, destinado à formação de cadastro de reserva para contratação temporária e excepcional de profissionais para os cargos de Fonoaudiólogo, Terapeuta Ocupacional, Agente de Controle de Endemias e Auxiliar de Consultório Dentário.

A contratação destina-se ao atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, pelo período de até 1 (um) ano, visando suprir o afastamento de servidores efetivos em decorrência de licenças legalmente concedidas e demais hipóteses previstas na legislação municipal, em conformidade com as Leis Municipais nº 803/2017, nº 1.118/2023, nº 1.159/2025 e nº 1.206/2026.

Fica homologada a relação de inscrições abaixo:

AMPLA CONCORRÊNCIA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2026

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CARGO
001/2026	ELAINE STEVENS	TERAPEUTA OCUPACIONAL
INSCRIÇÃO	**CANDIDATO**	**CARGO**
001/2026	ERICA FERREIRA DE LIMA	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO
INSCRIÇÃO	**CANDIDATO**	**CARGO**
001/2026	ERICA FERREIRA DE LIMA	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
002/2026	EVERTON LUAN GRANDI	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
003/2026	ANA PAULA SILVEIRA DE SOUZA	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
004/2026	JULIA MARINHO BORGES GALÃO DA SILVA	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
005/2026	DAVI PUHL	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
006/2026	VANDERLEI DAMAS DA SILVA	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
007/2026	SARIAH AHMAD OLIVEIRA CHOUCAIR	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
008/2026	ARIEBERT AHMAD PEREIRA CHOUCAIR	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
009/2026	JANDIRA PINNO	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
010/2026	LUANA KOLLENBERG	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
011/2026	MARINALVA APARECIDA PAZ DE OLIVEIRA	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
012/2026	ELIANE CAVAGNOLLI	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
013/2026	EDIVALDO ALVES FERREIRA	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
014/2026	MARIEDA SCHMIDT	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
015/2026	BAKER MARISON OLIVEIRA	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
016/2026	WILLIAN BORTOLOTTO	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
017/2026	DOUGLAS HENRIQUE KOVALSKI	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
018/2026	SIDINEI DAMAS DA SILVA	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS

AFRODESCENDENTES
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2026

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CARGO
002/2026	EVERTON LUAN GRANDI	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
006/2026	VANDERLEI DAMAS DA SILVA	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS
018/2026	SIDINEI DAMAS DA SILVA	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS

Bom Jesus do Sul-PR, 31 de julho de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:1ED91EF2

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 4/2026 – RESULTADO PROVISÓRIO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 1/2026

EDITAL Nº 4/2026 – RESULTADO PROVISÓRIO

O Prefeito HELIO JOSE SURDI, do Município de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº 803/2017, resolve

TORNAR PÚBLICO

Art. 1º O presente edital que divulga a classificação provisória do Processo Seletivo Simplificado–PSS nº 1/2026 para seleção de profissionais em caráter temporário e excepcional, regulamentado pelo edital 1/2026, destinado a cadastro de reserva para admissão de Fonoaudiólogo, Terapeuta Ocupacional, Agente de Controle de Endemias e Auxiliar de Consultório Dentário, excepcional para o período de 01(um) ano, para suprir o afastamento de servidor efetivo em decorrência de licença legalmente concedida e outros, em conformidade com a Lei Municipal nº Lei nº 803/2017, Lei nº 1118/2023, 1159/2025 e 1206/2026, conforme lista de classificação abaixo:

AMPLA CONCORRÊNCIA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2026

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CARGO	Pontuação	Classificação
001/2026	ELIANE STEVENS	TERAPEUTA OCUPACIONAL	20,00	1º
INSCRIÇÃO	**CANDIDATO**	**CARGO**		
001/2026	ERICA FERREIRA DE LIMA	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	20,00	1º
INSCRIÇÃO	**CANDIDATO**	**CARGO**		
009/2026	JANDIRA PINNO	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	33,00	1º
014/2026	MARIEDA SCHMIDT	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	28,60	2º
007/2026	SARIAH AHMAD OLIVEIRA CHOUCAIR	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	25,00	3º
013/2026	EDIVALDO ALVES FERREIRA	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	20,00	4º
008/2026	ARIEBET AHMAD PEREIRA CHOUCAIR	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	20,00	5º
001/2026	ERICA FERREIRA DE LIMA	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	20,00	6º
011/2026	MARINALVA APARECIDA PAZ DE OLIVEIRA	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	19,40	7º
012/2026	ELIANE CAVAGNOLLI	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	19,00	8º
005/2026	DAVI PUHL	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	18,00	9º
015/2026	BAKER MARISON OLIVEIRA	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	10,00	10º
002/2026	EVERTON LUAN GRANDI	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	DESCLASSIFICADO	-
003/2026	ANA PAULA SILVEIRA DE SOUZA	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	DESCLASSIFICADO	-
004/2026	JULIA MARINHO BORGES	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	DESCLASSIFICADO	-
006/2026	VANDERLEI DAMAS DA SILVA	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	DESCLASSIFICADO	-
010/2026	LUANA KOLLENBERG	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	DESCLASSIFICADO	-
016/2026	WILLIAN BORTOLOTTO	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	DESCLASSIFICADO	-
017/2026	DOUGLAS HENRIQUE KOVALSKI	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	DESCLASSIFICADO	-
018/2026	SIDINEI DAMAS DA SILVA	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	DESCLASSIFICADO	-

AFRODESCENDENTES
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2026

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CARGO	Pontuação	Classificação
002/2026	EVERTON LUAN GRANDI	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	DESCLASSIFICADO	-
006/2026	VANDERLEI DAMAS DA SILVA	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	DESCLASSIFICADO	-
018/2026	SIDINEI DAMAS DA SILVA	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	DESCLASSIFICADO	-

Art. 2º O candidato poderá interpor recurso, exclusivamente em relação à sua classificação, no período de 04 a 07 de agosto de 2026, dirigido à Comissão do Processo Seletivo Simplificado, vinculada ao Setor de Recursos Humanos, localizado na Rua São Paulo, nº 185, Centro, no Município de Bom Jesus do Sul. O recurso deverá ser apresentado por meio de requerimento devidamente assinado, em formato PDF ou imagem, e encaminhado exclusivamente por meio da Central de Serviços disponível no site da Prefeitura de Bom Jesus do Sul ou pelo link: https://bomjesusdosul.1doc.com.br/b.php?pg=o/wp. A decisão do recurso será encaminhada ao candidato recorrente por meio da Central de Serviços e para o endereço eletrônico (e-mail) informado no requerimento, com confirmação de recebimento.

Bom Jesus do Sul-PR, 03 de agosto de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:1511730E

ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA 24/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito HELIO JOSE SURDI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações e ou pelo(a) pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, resolve:
1. HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:
a) Licitação nº: DL24/2026
b) Modalidade: Dispensa
c) Data de homologação: 31/07/2026
d) Objeto da licitação: Contratação junto a concessionária de plano de revisão preventiva para máquina rodoviária ESCAVADEIRA HIDRÁULICA MARCA: JOHN DEERE CONSTRUCTION; MODELO: ESCAVADEIRA 130GL
e) Fornecedores e itens declarados vencedores (cfe. cotação):

6649 - VENEZA EQUIPAMENTOS SUL COMERCIO LTDA (29.644.666/0002-45)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	34216 - revisão preventiva para ESCAVADEIRA HIDRÁULICA. MATERIAL -1 MOLIBDÊNIO GRAXA 397G -1 VÁLVULA 1 CONECTOR DO FILTRO DO. SEPARADOR DE COMBUSTÍVEL -1 FILTRO DE OLEO DO MOTOR -1 FILTRO DE AR INTERNO DO. MOTOR -1 FILTRO HIDRÁULICO -1 FILTRO PILOTO HIDRÁULICO MAIS 50 II 20LT GL-5 85W-140 - 20LT -1 FILTRO DE AR EXTERNO DO. MOTOR -1 FILTRO DE COMBUSTÍVEL. SECUNDÁRIO -1 FILTRO DE COMBUSTÍVEL -8 KIT DE ANALISE JOHN DEERE	UN		1	5.769,94	5.769,94
2	34215 - revisão preventiva para ESCAVADEIRA HIDRÁULICA. SERVIÇO -380 KM DE DESLOCAMENTO -13H DE MÃO DE OBRA	UN		1	4.852,00	4.852,00
Total (R$):						10.621,94

Bom Jesus do Sul-PR, 31/07/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:990952FF

ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO – PERÍODO APURADO: 14/08/2025 A 20/07/2026.

NOME	ADMISSÃO	CLASSE	NÍVEL	NOTA	CONCEITO
AGENTE DE APOIO I					
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO					
SCHEILA CARLA STULPEN SEIDER	02/10/2023	A	01	670	BOM
RUTE CARVALHO CHAVES	08/11/2023	A	01	705	ÓTIMO
ANDREIA BORGES PERIM	08/11/2023	A	01	665	BOM
JANETE FERNANDES DOS SANTOS	01/02/2024	A	01	750	ÓTIMO
FRANCIELI MARONI	01/02/2024	A	01	705	ÓTIMO
DENISE BERTOTI DA SILVA	01/02/2024	A	01	660	BOM
CLAUDINEIA DORNELES DE MELO	18/03/2024	A	01	705	ÓTIMO
MARILUCIA DORNELES DE MELO	18/03/2014	A	01	735	ÓTIMO
ADRIANA DAMAS DA SILVA	03/06/2024	A	01	705	ÓTIMO
AGENTE DE APOIO I					
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – MASCULINO					
ANDERSON MARIANO DE OLIVEIRA	07/08/2023	A	01	800	ÓTIMO
LEONIR EDINALDO RIBEIRO PAZ	02/10/2023	A	01	785	ÓTIMO
AGENTE DE APOIO I					
GUARDIÃO					
EDEMAR FAGUNDES CHERETTA	04/07/2024	A	01	800	ÓTIMO
ANDREIA RITER SILVEIRA	06/03/2025	A	01	800	ÓTIMO
AGENTE ADMINISTRATIVO					
AUXILIAR ADMINISTRATIVO					
EDSON GODOI DA SILVA JUNIOR	07/08/2023	A	01	800	ÓTIMO
SABRINA DE BORBA BACH	08/11/2023	A	01	780	ÓTIMO
GESSICA FERNANDA LAZARIN	01/02/2024	A	01	760	ÓTIMO
GABRIEL LEMES DA ROSA SCHERES	18/03/2024	A	01	715	ÓTIMO
EDUARDO DIAZ SCHOSSLER	18/03/2024	A	01	800	ÓTIMO
AGENTE TÉCNICO I					
TÉCNICO EM ENFERMAGEM					
ELIANE MATE SCHMIDT	07/08/2023	A	01	785	ÓTIMO
AGENTE PROFISSIONAL II					
FARMACÊUTICO					
ARILSON TEIXEIRA SABI	18/04/2024	A	01	800	ÓTIMO
AGENTE PROFISSIONAL II					
PSCICÓLOGO					
JHONATAN CHIQUITO	02/10/2023	A	01	735	ÓTIMO
BRUNA DIETRICH MASSMANN	18/03/2024	A	01	755	ÓTIMO
AGENTE PROFISSIONAL II					
NUTRICIONISTA					
LUZIA CLEIA MACHADO TIECHER	01/08/2025	A	01	750	ÓTIMO
AGENTE DE OPERAÇÃO I					
MOTORISTA DE VEÍCULO					
EDSON LUIZ MERGEN	07/08/2023	A	01	715	ÓTIMO
MARCOS GIAN COLOMBO	02/10/2023	A	01	800	ÓTIMO
TIAGO VAGNER	18/03/2024	A	01	800	ÓTIMO
CARLOS RONÃ DA CRUZ	18/04/2024	A	01	735	ÓTIMO
AGENTE DE OPERAÇÃO II					
OPERADOR DE MÁQUINA					
JEAN MATEUS MUNIZ DA SILVA	07/08/2023	A	01	720	ÓTIMO

AGENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL					
AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL					
GIDIONES DE OLIVEIRA DA SILVA ARDENGHI DA SILVA	01/02/2024	A	01	760	ÓTIMO
PAULA CRISTINA FERREIRA DE LIMA	01/02/2024	A	01	775	ÓTIMO
MARLI BORTH	18/03/2024	A	01	760	ÓTIMO
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL					
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFALTIL					
NELI MARIA SABBI	07/08/2023	A	01	765	ÓTIMO
CRISTIANI DOS SANTOS DE MIRANDA	01/02/2024	A	01	780	ÓTIMO
MARCIA ELAINE ABBEGG CAVAGNOLLI	01/02/2024	A	01	655	BOM
MARLI GRZEBIELUCKAS DA ROSA	23/04/2025	A	01	780	ÓTIMO
PAOLA DOS SANTOS	23/04/2025	A	01	780	ÓTIMO
PROFESSOR ANOS INICIAIS 40 HR					
PROFESSOR ANOS INICIAIS 40 HR					
FERNANDA WEDT LEITE	07/08/2023	A	01	780	ÓTIMO
FRANCIELI CHAVES	01/02/2024	A	01	750	ÓTIMO
PAULO CEZAR ZIMERMANN DA SILVA	03/06/2024	A	01	780	ÓTIMO
VALDINEIA SAVARNINI TELES	03/06/2024	A	01	765	ÓTIMO
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA					
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA					
VOLMAR VANINI	07/08/2023	A	01	780	ÓTIMO

PEDAGOGO ESCOLAR						
PEDAGOGO ESCOLAR						
MARILVANI DA SILVA	01/02/2024	A	01	800	ÓTIMO	

VANUSA DA COSTA DEMARCHI	01/02/2024	A	01	775	ÓTIMO	

Bom Jesus do Sul-PR, 31 de julho de 2026.

ALCIONE MAZZOCATO
Presidente Da Comissão de Avaliação de Desempenho

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:131195E1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
ANEXO AO DECRETO 3.880

Prefeitura Municipal Bom Sucesso do Sul - PR								
Cronograma de Execução Mensal de Desembolso								
Artigo 8º da LC n.º 101/2000 (LRF)								
Janeiro a Julho/2026								
DESPESAS	Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada						Total	
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Cronograma	Fixação
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Desembolso	Atualizada
Unidade Gestora: 0 - PREFEITURA MUNICIPAL								
Despesas Correntes	3.355.258,93	3.484.400,71	4.393.034,20	3.550.858,72	4.045.153,64	3.615.557,12		
	3.193.654,38	3.118.953,64	3.118.953,64	3.118.953,64	3.118.953,64	3.118.953,64	41.232.685,90	41.232.685,90
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.454.431,05	1.682.786,95	1.642.250,15	1.350.824,45	1.157.824,45	1.799.024,45		
	1.389.824,45	1.375.824,45	1.375.824,45	1.375.824,45	1.375.824,45	1.375.824,45	17.356.088,20	17.356.088,20
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	33.480,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00		
	133.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	500.000,00	500.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.867.347,88	1.768.293,76	2.717.464,05	2.166.714,27	2.854.009,19	1.783.212,67		
	1.670.509,93	1.709.809,19	1.709.809,19	1.709.809,19	1.709.809,19	1.709.809,19	23.376.597,70	23.376.597,70
Despesas de Capital	1.317.004,86	35.192.963,85	11.606.420,38	1.728.193,53	427.173,53	170.173,53		
	1.375.657,70	420.173,53	420.173,53	420.173,53	420.173,53	420.173,53	53.918.455,03	53.918.455,03
INVESTIMENTOS	1.258.331,16	35.134.570,55	11.548.027,08	1.669.800,23	368.780,23	111.780,23		
	867.264,40	361.780,23	361.780,23	361.780,23	361.780,23	361.780,23	52.767.455,03	52.767.455,03
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.757,70	1.749,30	1.749,30	1.749,30	1.749,30	1.749,30		
	1.749,30	1.749,30	1.749,30	1.749,30	1.749,30	1.749,30	21.000,00	21.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	56.916,00	56.644,00	56.644,00	56.644,00	56.644,00	56.644,00		
	506.644,00	56.644,00	56.644,00	56.644,00	56.644,00	56.644,00	1.130.000,00	1.130.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	36.655,96	36.480,79	36.480,79	36.480,79	36.480,79	36.480,79		
	36.480,79	36.480,79	36.480,79	36.480,79	36.480,79	36.480,79	437.944,65	437.944,65
Total da Unidade Gestora 0	4.708.919,75	38.713.845,35	16.035.935,37	5.315.533,04	4.508.807,96	3.822.211,44		
	4.605.792,87	3.575.607,96	3.575.607,96	3.575.607,96	3.575.607,96	3.575.607,96	95.589.085,58	95.589.085,58
Unidade Gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL								
Despesas Correntes	71.145,00	70.805,00	70.805,00	70.805,00	70.805,00	70.805,00		
	70.805,00	70.805,00	70.805,00	70.805,00	70.805,00	70.805,00	850.000,00	850.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	57.418,20	57.143,80	57.143,80	57.143,80	57.143,80	57.143,80		
	57.143,80	57.143,80	57.143,80	57.143,80	57.143,80	57.143,80	686.000,00	686.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.726,80	13.661,20	13.661,20	13.661,20	13.661,20	13.661,20		
	13.661,20	13.661,20	13.661,20	13.661,20	13.661,20	13.661,20	164.000,00	164.000,00
Despesas de Capital	1.674,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00		
	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	20.000,00	20.000,00
INVESTIMENTOS	1.674,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00		
	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	20.000,00	20.000,00
Total da Unidade Gestora 1	72.819,00	72.471,00	72.471,00	72.471,00	72.471,00	72.471,00		
	72.471,00	72.471,00	72.471,00	72.471,00	72.471,00	72.471,00	870.000,00	870.000,00
TOTAL GERAL	4.781.738,75	38.786.316,35	16.108.406,37	5.388.004,04	4.581.278,96	3.894.682,44		
	4.678.263,87	3.648.078,96	3.648.078,96	3.648.078,96	3.648.078,96	3.648.078,96	96.459.085,58	96.459.085,58

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:0883660D

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 380, DE 31 DE JULHO DE 2026.

Conceder auxílio deslocamento a servidores municipais.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026.

RESOLVE

Art. 1º Conceder aos servidores municipais abaixo relacionados auxílio-deslocamento em razão do deslocamento à cidade de **Pato Branco – PR**, a serviço do Departamento de Obras e Serviços Rodoviários, tendo como finalidade a participação de Capacitação para realização do Programa Patrulheiros da Sustentabilidade.

Servidores	Cargo/Função	Data e horários	Quantidade	Transporte
Rudinei Cardoso da Silva	Motorista	**03/08/2026** **04/08/2026** **05/08/2026** **12/08/2026**	07 - Auxílio deslocamento	Veículo Oficial

		13/08/2026 **03/09/2026** **04/09/2026** Saída: 07h30 Retorno: 18h30		
Anderson Munaretto	Motorista	**03/08/2026** **04/08/2026** **05/08/2026** **12/08/2026** **13/08/2026** **03/09/2026** **04/09/2026** Saída: 07h30 Retorno: 18h30	07 - Auxílio deslocamento	Veículo Oficial
Jose Augusto Falcão	Motorista	**03/08/2026** **04/08/2026** **05/08/2026** **12/08/2026** **13/08/2026** **03/09/2026** **04/09/2026** Saída: 07h30 Retorno: 18h30	07 - Auxílio deslocamento	Veículo Oficial
Ivo Andrey	Motorista	**03/08/2026** **04/08/2026** **05/08/2026** **12/08/2026** **13/08/2026** **03/09/2026** **04/09/2026** Saída: 07h30 Retorno: 18h30	07 - Auxílio deslocamento	Veículo Oficial

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, ao 31 (trinta e um) dia do mês de julho do ano de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:FF5E6BBC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 033.2026 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Em estrita observância aos preceitos legais contidos na Lei nº 14.133/2021, e segundo as informações constantes na Ata nº 044/2026, referente ao Processo Administrativo nº 069/2026, confeccionada pelo Agente de Contratação do Município de Cafelândia/PR, concernente ao procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 033/2026, registrado no Compras.gov.br sob nº 90033/2026, que tem por objeto o Registro de Preços para eventuais e futuros fornecimentos de materiais destinados à manutenção e ampliação do sistema de iluminação pública do Município, compreendendo braços metálicos, bases para relé, relés fotoelétricos, luminárias públicas em LED de diversas potências, projetores LED e demais materiais correlatos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, verificou-se como vencedoras do certame as empresas abaixo relacionadas:

Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Itens/Lotes
DPX SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA CNPJ nº 40.465.799/0001-06	R$ 41.400,00	quarenta e um mil e quatrocentos reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	Itens 01 e 02 - Marca: Própria - Modelos: Braço 1,5 m e Braço 3 m
JBF COMERCIO LTDA CNPJ nº 61.638.291/0001-32	R$ 25.199,30	vinte e cinco mil cento e noventa e nove reais e trinta centavos	Em até 30 dias mediante nota fiscal	Item 09 - Marca: EMPALUX - Modelo: CONFORME O EDITAL
LENDARIO COM E IMPORTACAO DE MATS ELETRICOS LTDA CNPJ nº 52.203.880/0001-05	R$ 15.020,00	quinze mil e vinte reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	Itens 03 e 04 - Marca: TECNOLINSA - Modelos: 96BF15150 e T2LNFDRNAR
TRIUNFO ILUMINACAO LTDA CNPJ nº 56.004.897/0001-86	R$ 80.476,45	oitenta mil quatrocentos e setenta e seis reais e quarenta e cinco centavos	Em até 30 dias mediante nota fiscal	Itens 05, 06, 07 e 08 - Marca: JRC LED - Modelos: 50W 4K 7P, 80W 4K 7P, 100W 4K 7P e 150W 4K 7P

O valor total a ser adjudicado e homologado perfaz a quantia de R$ 162.095,75 (cento e sessenta e dois mil noventa e cinco reais e setenta e cinco centavos), contemplando o princípio da economicidade. Diante do exposto, **ADJUDICO e HOMOLOGO** o procedimento licitatório em favor da empresa vencedora acima elencada, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, determinando o encaminhamento do presente processo ao setor competente para adoção das providências administrativas cabíveis, especialmente quanto à emissão e formalização da respectiva Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, conforme a natureza do objeto e disposições constantes no instrumento convocatório.

Cafelândia/PR, 23 de julho de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:370DBE48

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATA Nº 044.2026 - PREGÃO Nº 033.2026 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA

ATA Nº 044/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 033/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 069/2026

Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, às 09h00min, por meio da plataforma eletrônica www.gov.br/compras, foi aberta a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 033/2026, registrado no Compras.gov.br sob nº 90033/2026, referente ao Processo Administrativo nº 069/2026, promovido pelo Município de Cafelândia/PR, cujo objeto consiste no Registro de Preços para eventuais e futuros fornecimentos de materiais destinados à manutenção e ampliação do sistema de iluminação pública do Município, compreendendo braços metálicos, bases para relé, relés fotoelétricos, luminárias públicas em LED de diversas potências, projetores LED e demais materiais correlatos. O procedimento foi processado com fundamento na Lei nº 14.133/2021, com valor máximo estimado de R$ 439.147,45, adotando-se o critério de julgamento de menor preço por item e o modo de disputa aberto, sob o Sistema de Registro de Preços, com participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte e prioridade de contratação para empresas sediadas no Município de Cafelândia/PR, nos termos do Edital. Durante a sessão, o Agente de Contratação acompanhou a fase competitiva de lances, procedeu à análise das propostas classificadas, aplicou as regras editalícias pertinentes e realizou diligências destinadas à verificação do atendimento das especificações técnicas, com solicitação de propostas ajustadas, catálogos, fichas técnicas, documentos de habilitação e amostras físicas. As propostas e documentos técnicos foram encaminhados à Secretaria requisitante, sendo promovidas as classificações e desclassificações pertinentes em razão da ausência de documentação, pedido de retirada, inadequação técnica ou ausência de apresentação das amostras convocadas. As amostras relativas aos itens 05, 06, 07 e 08 apresentadas pela empresa TRIUNFO ILUMINACAO LTDA foram avaliadas e aprovadas pela Secretaria requisitante. O certame permaneceu temporariamente suspenso durante o período de férias do servidor responsável, sendo retomado para conclusão do julgamento em 22 e 23 de julho de 2026. Após a análise das propostas, dos documentos técnicos, das amostras e dos documentos de habilitação, foram declaradas vencedoras as empresas relacionadas na tabela abaixo. O sistema abriu os prazos para manifestação de intenção de recurso nas fases de julgamento das propostas e habilitação, não constando registro de manifestação recursal, operando-se a preclusão do direito recursal e o encerramento da sessão de julgamento e habilitação em 23/07/2026.

Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Itens/Lotes
DPX SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA CNPJ nº 40.465.799/0001-06	R$ 41.400,00	quarenta e um mil e quatrocentos reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	Itens 01 e 02 - Marca: Própria - Modelos: Braço 1,5 m e Braço 3 m
JBF COMERCIO LTDA CNPJ nº 61.638.291/0001-32	R$ 25.199,30	vinte e cinco mil cento e noventa e nove reais e trinta centavos	Em até 30 dias mediante nota fiscal	Item 09 - Marca: EMPALUX - Modelo: CONFORME O EDITAL
LENDARIO COM E IMPORTACAO DE MATS ELETRICOS LTDA CNPJ nº 52.203.880/0001-05	R$ 15.020,00	quinze mil e vinte reais	Em até 30 dias mediante nota fiscal	Itens 03 e 04 - Marca: TECNOLINSA - Modelos: 96BF15150 e T2LNFDRNAR
TRIUNFO ILUMINACAO LTDA CNPJ nº 56.004.897/0001-86	R$ 80.476,45	oitenta mil quatrocentos e setenta e seis reais e quarenta e cinco centavos	Em até 30 dias mediante nota fiscal	Itens 05, 06, 07 e 08 - Marca: JRC LED - Modelos: 50W 4K 7P, 80W 4K 7P, 100W 4K 7P e 150W 4K 7P

O valor total a ser adjudicado é de R$ 162.095,75 (cento e sessenta e dois mil noventa e cinco reais e setenta e cinco centavos), contemplando o princípio da economicidade. O Agente de Contratação informou que a adjudicação e homologação do Pregão fica a cargo do Prefeito Municipal, assim como o Contrato será encaminhado ao setor competente. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão dia 23/07/2026, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Agente de Contratação.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:A5A210F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO DO 6° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2023 – PREGÃO ELETRONICO Nº 134/2022

Extrato do 6° Termo Aditivo AO CONTRATO Nº 011/2023 – PREGÃO ELETRONICO Nº 134/2022

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.
.
Contratado: ASSOCIAÇÃO CAFELANDENSE DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ÁRBITROS DE FUTEBOL, FUTSAL, VOLEIBOL E BASQUETEBOL – ASPEFAR, inscrita no CNPJ sob nº 17.959.000/0001-16, Rua: Raimundo Hellmann, 88, Cep: 85415000, Bairro: Parque Alvorada, Telefone: (45) 99837-9811, e-mail: aspefar@hotmail.com, na cidade de Cafelândia/PR inscrita no CNPJ sob o nº 17.959.000/0001-16, neste ato representado(a) por seu(sua) sócio(a) administrador(a) ou responsável legal Sr.(a) **CARLOS EDUARDO DE CRISTO.**

OBJETO: O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no artigo 57, inciso II, e no artigo 65, inciso I, alínea "b", e §1º, da Lei Federal nº 8.666/1993, na Cláusula Terceira do Contrato nº 011/2023, no item 20.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 134/2022, bem como nas justificativas técnicas constantes do processo administrativo, compreendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, manifestação favorável da fiscalização contratual, parecer de vantajosidade, disponibilidade orçamentária e parecer jurídico favorável.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 011/2023 **por 06 (seis) meses**, contados do término da vigência atualmente estabelecida, **ficando a vigência de 07/08/2026 a 06/02/2027** permanecendo inalteradas as demais condições contratuais.

Ficam mantidos e ratificados o quantitativo original e o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) estabelecidos no 2º Termo Aditivo, cujos quantitativos consolidados ficam prorrogados e estimados para atender ao período adicional de vigência de 6 (seis) meses, com amparo no art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/1993, em estrita conformidade com a justificativa técnica emitida pela Secretaria competente, conforme segue:

Descrição e valores do objeto do presente Aditivo:

ITENS							
LOTE	ITEM	CÓDIGO DO PRODUTO/SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	1	34322	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EDUCADOR FÍSICO. - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EDUCADOR FÍSICO, SENDO ESTE, PRESTADO POR PROFISSIONAL COM CURSO SUPERIOR EM EDUCAÇÃO FÍSICA, CREDENCIADO JUNTO AO ÓRGÃO DE CLASSE – CREF OU FORMAÇÃO EM LICENCIATURA PLENA OU BACHARELADO, COM EXPERIÊNCIA DE NO MÍNIMO 03 (TRÊS) ANOS NA MODALIDADE ESPORTIVA PARA MINISTRAR AULAS DO PROJETO DAS ESCOLINHAS EM TODAS AS MODALIDADES E CATEGORIAS OFERECIDAS PELA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 1.871/2022.	HR	11.875,00	31,81	377.743,75
1	2	34323	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E OPERACIONAL -PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E OPERACIONAL NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, E EM TODAS AS ATIVIDADES DESPORTIVAS, RECREATIVAS E DE LAZER, CAMPEONATOS MUNICIPAIS, REGIONAIS, ESTADUAIS, BRASILEIROS QUE O MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA VENHA PARTICIPAR OU PROMOVER, EM TODAS AS MODALIDADES E CATEGORIAS OFERECIDAS PELA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 1.871/2022.	HR	5.000,00	31,81	159.050,00
1	3	34324	DIÁRIAS EM COMPETIÇÕES: COMPETE SOMENTE A COMPETIÇÕES REGIONAIS. DIÁRIAS EM COMPETIÇÕES: COMPETE SOMENTE A COMPETIÇÕES REGIONAIS, ESTADUAIS, BRASILEIRAS E SUL-AMERICANAS (VALOR COMPENSATÓRIO PARA O PROFESSOR/TÉCNICO E EQUIPE DE APOIO) PARA ACOMPANHAR E AUXILIAR AS EQUIPES OU ATLETA QUANDO ESTE ESTIVER REPRESENTANDO O MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA EM COMPETIÇÕES FORA DO MUNICÍPIO, ONDE O PROFISSIONAL SÓ TERÁ DIREITO A DIÁRIA COM AUTORIZAÇÃO DO SECRETARIO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER.	HR	187,50	331,88	62.227,50
TOTAL							599.021,25

Valor total do aditivo: R$ 599.021,25 (Quinhentos e Noventa e Nove Mil e Vinte e Um Reais e Vinte e Cinco Centavos).

Assinaturas: Junior Motter **CARLOS EDUARDO DE CRISTO**
Data da Assinatura: 31/07/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:66830537

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2026

RESULTADO DO JULGAMENTO
DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
Processo Licitatório nº 92/2026
Pregão Eletrônico nº 42/2026

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Agente de contratação e da Equipe de Apoio, designada pela **Portaria nº 047/2026**, **TORNA PÚBLICO** o resultado do julgamento das propostas do processo acima, que tem por objeto descrição: Aquisição de **equipamentos de apoio à locomoção: cadeira de rodas, cadeira de banho, muletas, andador e bengalas;** destinadas a usuários residentes no município de Califórnia/PR. Esta demanda busca atender as necessidades de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, seja em caráter permanente ou temporário, proporcionando uma maior participação em atividades familiares, comunitária, educacionais, laborais e culturais.

HEALTH LIFE SOLUCOES MEDICA E ORTOPEDICAS
CNPJ:57.464.289/0001-17

Descrição do item

Item	Qnt	Und	Descrição	R$ unitário	R$ total
01	11	Und	**Cadeira de rodas dobrável** – estrutura em aço, reforçada, dobrável, com as seguintes especificações mínimas: estrutura em aço com pintura resistente; peso aproximado de 18 kg; capacidade máxima de até 120 kg; estrutura dobrável; disponibilidade no tamanho de assento de no mínimo 40 cm de largura. Apoios de braços rebatíveis e ajustáveis; apoio para os pés removíveis. Rodas com rodízios dianteiros de 8" x 2" e rodas traseiras de 24" sólidas, sem liberação rápida. Dimensões aproximadas: largura do assento de 40 cm; altura total de 90 cm; largura total aberta de 65cm.	R$ 615,22	R$ 6.767,42
05	10	Und	**Bengala 04 pontas com apoio** – altura ajustável, em alumínio leve com base quadripé e ponteiras antiderrapantes, conforme especificações mínimas: estrutura em alumínio leve com pintura resistente; apoio de mão anatômico; base em quadripé com 04 ponteiras de borracha antiderrapante; composição em alumínio, polipropileno e borracha com látex natural. Dimensões e ajustes: altura regulável de 71 cm a 94 cm (10 níveis de ajuste); compatível com usuários de 1,50 m a 2,00 m. Capacidade e peso: suporta até 100 kg; peso do produto de 610 gramas.	R$ 40,99	R$ 409,90
Valor total					**R$ 7.177,32**

K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 10.675.016/0001-58

Descrição do item

Item	Qnt	Und	Descrição	R$ unitário	R$ total
03	11	Und	**Muleta auxiliar de alumínio (par)** leve, resistente e ajustável, com apoios anatômicos e ponteira antiderrapante reforçada, conforme especificações mínimas: Estrutura em alumínio leve, anticorrosivo e durável; apoio axilar e de mãos, em borracha macia para maior conforto e absorção de impacto; ponteira de borracha antiderrapante com reforço metálico interno. Dimensões e ajustes: regulagem de altura com 10 níveis inferiores e 05 níveis superiores; tamanhos disponíveis no P, M e G; altura mínima de 94 cm (tamanho P) e altura máxima de 134 cm (tamanho G), compatível com usuários de 1,37 m a 1,98 m de altura. Capacidade máxima de até 130 kg por usuário e peso unitário	R$ 96,59	R$ 1.062,49
Valor total					**R$ 1.062,49**

NOVORTHEC COMERCIO INTEGRADO LTDA

CNPJ: 59.834.889/0001-55					
Descrição do item					
Item	**Qnt**	**Und**	**Descrição**	**R$ unitário**	**R$ total**
04	11	Und	**Andador em alumínio articulado dobrável** barras, com articulação central, ponteiras antiderrapantes e regulagem de altura, conforme especificações mínimas: composição em alumínio polido, aço com pintura eletrostática e polipropileno; estrutura dobrável com articulação central; manoplas anatômicas; pinos de pressão para regulagem. Dimensões e ajustes: altura mínima de 77 cm; altura máxima de 90 cm; regulagem de altura de 06 níveis de ajuste; largura total de 56 cm. Capacidade máxima de até 130 kg e peso aproximado de 2,7 kg. Segurança: ponteiras de borracha antiderrapante nas quatro extremidades.	R$ 110,00	R$ 1.210,00
Valor total					**R$ 1.210,00**

Item fracassado			
Item	**Qnt**	**Und**	**Descrição**
02	11	Und	**Cadeira de banho desmontável –** Estrutura de alumínio e acabamentos em polipropileno, conforme especificações mínimas: capacidade máxima de 150kg; comprimento total de 88cm; largura total de 74,5cm; largura do assento de 44cm, com meio vazado retrátil; distância entre os braços de 49cm; profundidade do assento de 44cm; altura total de 102cm; peso liquido de 12,5cm; peso bruto embalado de 14kg. Estrutura desmontável em alumínio; acabamento em polipropileno; apoio de braços flexível e acolchoado. Rodas traseiras de 24” com aro de propulsão; rodizio dianteiros de 6” com giro de 360°.

Califórnia 23/07/2026

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:3C3B1D0E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO INEXIGIBILIDADE Nº 42/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes Termos:

Nº Processo: 092/2026
Nº Licitação: 042/2026
Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Aquisição de **equipamento de apoio à locomoção: cadeira de rodas, cadeira de banho, muletas, andador e bengalas;** destinadas a usuários residente no município de Califórnia/PR. Esta demanda busca atender as necessidades de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, seja em caráter permanente ou temporário, proporcionando uma maior participação em atividades familiares, comunitária, educacionais, laborais e culturais.

HEALTH LIFE SOLUOES MEDICA E ORTOPEDICAS CNPJ: 57.464.289/0001-17					
Descrições dos itens					
Item	**Qnt**	**Und**	**Descrição**	**R$ unitário**	**R$ total**
01	11	Und	**Cadeira de rodas dobrável** – estrutura em aço, reforçada, dobrável, com as seguintes especificações mínimas: estrutura em aço com pintura resistente; peso aproximado de 18 kg; capacidade máxima de até 120 kg; estrutura dobrável; disponibilidade no tamanho de assento de no mínimo 40 cm de largura. Apoios de braços rebatíveis e ajustáveis; apoio para os pés removíveis. Rodas com rodízios dianteiros de 8” x 2” e rodas traseiras de 24” sólidas, sem liberação rápida. Dimensões aproximadas: largura do assento de 40 cm; altura total de 90 cm; largura total aberta de 65cm.	R$ 615,22	R$ 6.767,42
05	10	Und	**Bengala 04 pontas com apoio** – altura ajustável, em alumínio leve com base quadripé e ponteiras antiderrapantes, conforme especificações mínimas: estrutura em alumínio leve com pintura resistente; apoio de mão anatômico; base em quadripé com 04 ponteiras de borracha antiderrapante; composição em alumínio, polipropileno e borracha com látex natural. Dimensões e ajustes: altura regulável de 71 cm a 94 cm (10 níveis de ajuste); compatível com usuários de 1,50 m a 2,00 m. Capacidade e peso: suporta até 100 kg; peso do produto de 610 gramas.	R$ 40,99	R$ 409,90
Valor total					**R$ 7.177,32**

K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA CNPJ: 59.834.889/0001-55					
Descrições dos itens					
Item	**Qnt**	**Und**	**Descrição**	**R$ unitário**	**R$ total**
03	11	Und	**Muleta auxiliar de alumínio (par) –** leve, resistente e ajustável, com apoios anatômicos e ponteira antiderrapante reforçada, conforme especificações mínimas: Estrutura em alumínio leve, anticorrosivo e durável; apoio axilar e de mãos, em borracha macia para maior conforto e absorção de impacto; ponteira de borracha antiderrapante com reforço metálico interno. Dimensões e ajustes: regulagem de altura com 10 níveis inferiores e 05 níveis superiores; tamanhos disponíveis no P, M e G; altura mínima de 94 cm (tamanho P) e altura máxima de 134 cm (tamanho G), compatível com usuários de 1,37 m a 1,98 m de altura. Capacidade máxima de até 130 kg por usuário e peso unitário de 1,5 kg.	R$ 96,59	R$ 1.062,49
Valor total					**R$ 1.062,49**

NOVORTHEC COMERCIO INTEGRADO LTDA CNPJ: 59.834.889/0001-55
Descrições dos itens

Item	Qnt	Und	Descrição	R$ unitário	R$ total
04	11	Und	**Andador em alumínio articulado dobrável** – 03 barras, com articulação central, ponteiras antiderrapantes e regulagem de altura, conforme especificações mínimas: composição em alumínio polido, aço com pintura eletrostática e polipropileno; estrutura dobrável com articulação central; manoplas anatômicas; pinos de pressão para regulagem. Dimensões e ajustes: altura mínima de 77 cm; altura máxima de 90 cm; regulagem de altura de 06 níveis de ajuste; largura total de 56 cm. Capacidade máxima de até 130 kg e peso aproximado de 2,7 kg. Segurança: ponteiras de borracha antiderrapante nas quatro extremidades.	R$ 110,00	R$ 1.210,00
Valor total					**R$ 1.210,00**

Item Fracassado			
Descrições dos itens			
Item	**Qnt**	**Und**	**Descrição**
04	11	Und	**Andador em alumínio articulado dobrável** – 03 barras, com articulação central, ponteiras antiderrapantes e regulagem de altura, conforme especificações mínimas: composição em alumínio polido, aço com pintura eletrostática e polipropileno; estrutura dobrável com articulação central; manoplas anatômicas; pinos de pressão para regulagem. Dimensões e ajustes: altura mínima de 77 cm; altura máxima de 90 cm; regulagem de altura de 06 níveis de ajuste; largura total de 56 cm. Capacidade máxima de até 130 kg e peso aproximado de 2,7 kg. Segurança: ponteiras de borracha antiderrapante nas quatro extremidades.

Total Homologado do Processo: Valor Total do Pregão**: R$ 9.449,81** (nove mil e quatrocentos e quarenta e nove reais e oitenta e um centavos).

02 – Autorizar a emissão da(s) de nota(s) de empenho correspondente(s):

Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência 13.006.08.242.0031.2079 – 4.4.90.52 Fonte 1000 – Red. 718
13.006.08.242.0031.2079 – 4.4.90.52 Fonte 2881 – Red. 718
13.006.08.242.0031.2079 – 4.4.90.52 Fonte 2894 – Red. 718
Califórnia, 31 de julho de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:5C0E7EA4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONCURSO PÚBLICO 001/2024 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº045/2026 (ATO DE PROVIMENTO – NOMEAÇÃO)

O Município de Campo do Tenente – PR, por intermédio de seu Prefeito, Weverton Willian Vizentin, no uso de suas atribuições e CONSIDERANDO a homologação final do resultado do concurso público do Edital nº 01/2024, para provimento de cargos do seu quadro de pessoal permanente, **TORNA PÚBLICO** o presente edital, nos seguintes termos:

1 – **DA CONVOCAÇÃO**

•**Convoca-se** os seguintes servidores:

Cargo: Professor – 20H

Classif	Lista	Nome
46°	AC	Raphaela Good Ningeliski

1.1 O candidato poderá optar uma única vez pelo final de lista, devendo preencher formulário próprio a ser requisitado no Departamento de Recursos humanos e protocolar impreterivelmente até o dia anterior ao exame admissional. Após o exame, não serão aceitos pedidos de final de lista.
1.2 Caso o candidato não tenha interesse na vaga, deverá assinar o termo de desistência da vaga, que será fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos.

2 – DOS DOCUMENTOS E DAS DECLARAÇÕES:
2.1 O convocado deverá apresentar e protocolar ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Campo do Tenente – PR, no prazo de **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, prorrogável por igual período, desde que devidamente fundamentado, contados da data da publicação deste Edital de convocação, os documentos abaixo elencados:
a) Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
b) Certificado de reservista ou de dispensa do serviço militar, para o sexo masculino (dispensável caso o candidato tenha 46 anos ou mais).
c) Cópia do documento de Identificação;
d) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
e) Cópia do Título de Eleitor;
e) Cópia do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade, com histórico escolar, exigido pelo requisito do cargo;
f) Cópia do Registro no órgão de classe e comprovante de pagamento da última anuidade, quando for requisito do cargo;
g) 01 (uma) fotografia 3X4 recente;
h) Cópia da Certidão de Nascimento do(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos, se houver;
i) Cópia do comprovante de residência;
j) Certidão de Casamento com averbação de óbito se viúvo; e se divorciado com averbação de divórcio;
l) Número do PIS/PASEP;
m) Certidão Criminal da Justiça Estadual dos lugares onde haja residido nos últimos cinco anos;
n) Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral ou Tribunal Superior Eleitoral;
o) Atestado médico que comprove a deficiência alegada (somente para candidatos optantes pelas vagas PCD).
p) Apresentar ao Departamento de Pessoal as declarações a seguir, devidamente assinadas e reconhecidas em cartório, conforme modelos dos Anexos 1, 2 e 3 (Declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme prescrito na Lei nº 8.429/1992; Declaração de que não

ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a cargo público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser observada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37 da CF. Neste caso deverá o candidato declarar o acúmulo de cargos e quanto ganha em cada um, sob pena de desclassificação; Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal, nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à sua posse;
q) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
r) Carteira de Trabalho e PIS/PASEP
s) Comprovante de residência atual
t) Certidão de Casamento e CPF do cônjuge, se houver.
u) Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores, se houver.
v) Dados de conta corrente na Instituição Financeira indicada pelo município.
x) Consulta à Qualificação Cadastral do e-Social.
2.3 O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado neste Edital de Convocação, sem justo motivo, será considerado como desistente, independentemente da assinatura do termo de desistência.
2.4 Protocolada toda a documentação, o candidato será submetido a inspeção médica, para atestar aptidão ao exercício do cargo.

3. DO EXAME MÉDICO
3.1 – Apresentados os documentos elencados no item 2, será designado o exame admissional perante a junta médica do Município de Campo do Tenente.
3.2 – De acordo com o cargo, cada candidato deverá apresentar os exames exigidos conforme o **ANEXO 4 no ato do exame admissional.**
3.3 – O exame clínico e o de acuidade visual serão realizados pelo Município, os demais deverão ser providenciados pelo convocado.
3.4 – O candidato convocado somente será nomeado se for julgado **APTO** física e mentalmente para o exercício do cargo. Caso seja considerado inapto para exercer o cargo, não será nomeado, perdendo automaticamente a vaga, sendo convocado o próximo habilitado da lista, obedecida a ordem de classificação.
3.5 Os candidatos com deficiência serão submetidos à perícia médica para a verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.
3.6 Caso a perícia médica conclua negativamente quanto à compatibilidade e habilitação do candidato para o exercício do cargo, este não será considerado apto à nomeação e deixará sua vaga disponível para o próximo candidato de mesma condição, conforme a ordem de classificação.

4. DA POSSE E DO EXERCÍCIO
4.1 A posse será precedida da apresentação dos documentos (item 2) e de inspeção médica oficial do Município ou por órgão devidamente indicado pela Administração Pública Municipal (item 3).
4.2 Estando correta a documentação solicitada no item 2, bem como sendo considerado apto pela inspeção médica, será emitida a portaria de nomeação e o candidato assinará o termo de posse.
4.3 A contar da assinatura do termo de posse o servidor terá 30 dias para entrar em exercício.

Campo do Tenente, PR, 31 de Julho de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

ANEXO 1
DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Nome:	
CPF:	
Endereço:	

Relação de bens, direitos e valores	
Especificação	Valor (R$)
Total:	R$

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras, autorizando a Administração a proceder, por meio eletrônico, a guarda das informações constantes neste formulário, bem como das informações anuais posteriores que atualizarão a presente, resguardado o sigilo destas.

Campo do Tenente, ____/_____/_____.

_____
Assinatura do declarante

ANEXO 2
DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS, EMPREGOS E/OU FUNÇÕES

Nome:	
CPF:	

Eu, acima nominado, declaro, nos termos do art. 37, inciso XVI, XVII e §10 da Constituição Federal, sob as penas previstas no art. 299 do Código Penal Brasileiro, que as informações desta são expressão da verdade, pelas quais me responsabilizo.
Não ocupar outro cargo, emprego e/ou função pública, bem como não receber proventos das esferas Federal, Estadual ou Municipal, no âmbito da Administração Direta, Autárquica ou Fundacional.
Ser detentor do cargo/emprego de _____ , na esfera Federal Estadual, Municipal, com carga horária de _____ horas semanais e remuneração de R$ _____.
Receber proventos de aposentadoria, por ter se inativado(a) no cargo, emprego e/ou função pública de _____, na esfera Federal Estadual, Municipal, com carga horária de _____ horas e proventos de R$ _____.
Por ser expressão da verdade, dato e assino a presente declaração.

Campo do Tenente, ____/_____/_____.

_____
Assinatura do declarante

ANEXO 3
DECLARAÇÃO DE NÃO DEMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

Nome:	
CPF:	

Eu, acima nominado, declaro:
Não ter exercido cargo efetivo ou em comissão, ou emprego de natureza temporária (PSS), nas esferas federal, estadual, municipal ou distrital, nos últimos 5 anos.
Ter exercido cargo efetivo ou em comissão nas esferas federal, estadual, municipal ou distrital e, em decorrência disto, não ter sofrido no exercício de demissão, através de processo administrativo disciplinar, nos últimos 5 anos.
Ter exercido cargo temporário federal, estadual, municipal ou distrital e, em decorrência disto, não ter sofrido no exercício de demissão, através de processo administrativo disciplinar, nos últimos 5 anos.

Por ser expressão da verdade, dato e assino a presente declaração.

Campo do Tenente, ____/_____/_____.

_____
Assinatura do declarante

ANEXO 4

Funções	**Exames** **ADMISSIONAL**
•ADVOGADO •ARQUITETO •ASSISTENTE SOCIAL •AGENTE ADMINISTRATIVO •ANALISTA ADMINISTRATIVO •TÉCNICO DE CONTABILIDADE •AUXILIAR DE FARMÁCIA •CONTADOR •ENGENHEIRO •FISCAL GERAL •MONITOR DE ALUNO •ORIENTADOR EDUCACIONAL •TÉCNICO ADMINISTRATIVO •TÉCNICO AGRIMENSURA •TÉCNICO AMBIENTAL •TÉCNICO SEGURANÇA DO TRABALHO •TÉCNICO DE INFORMÁTICA, •TÉCNICO DE RECURSOS HUMANOS •TÉCNICO EM TRIBUTAÇÃO •TESOUREIRO •VIGIAS	•Exame Clínico: 0295 •Acuidade Visual: 0296
•MÉDICO CLÍNICO GERAL •CIRURGIÃO DENTISTA •ENFERMEIRO •TÉCNICO ENFERMAGEM •TÉCNICO HIGIENE BUCAL •AUXILIAR DE ENFERMAGEM •AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	•Exame Clínico: 0295 •Acuidade Visual: 0296 •Hemograma completo:• TGO: • TGP • Ureia • Creatinina: •Sorologia HBs-Ag: 0234 •Anti-HCV:
•MOTORISTA	• Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296 • Hemograma completo: 0693 • EEG: 0536• ECG: 0530 • Glicemia: 0658 •RX de coluna total: 9999 Exame toxicológico – PODERÁ SER DISPENSADO SE VIGENTE O CONSTANTE NA CNH
•FISIOTERAPEUTA •FARMACÊUTICA •FONOALDIOLOGA •PROFESSOR •PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA •PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL •PSICOLOGO PROFESSOR CMI •VIGILANTE SANITARIO •EDUCADOR INFANTIL	Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296 • Hemograma completo: 0693
•AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS	•Exame Clínico: 0295 •Acuidade Visual: 0296 •Hemograma completo: 0693 •Sorologia HBs-Ag: 0234 •Anti-HCV: 9999
•TÉCNICO EM RADIOLOGIA	•Exame Clínico: 0295 •Acuidade Visual: 0296 •Hemograma completo: 0693 • TGO: 9999

	• TGP: 9999 • Ureia: 1242 • Creatinina: 0456 •Sorologia HBs-Ag: 0234 •Contagem de plaquetas: 9999
•MECANICO GERAL •GARI •SEPULTADOR	• Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296 • Hemograma completo: 0693 • Glicemia: 0658 •RX de coluna total: 9999
•NUTRICIONISTA	• Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296 • Hemograma completo: 0693 • EPF: 0974 VDRL
•OPERADOR DE MAQUINAS	• Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296 • Audiometria: 0281 • Hemograma completo: 0693 • EEG: 0536 • ECG: 0530 • Glicemia: 0658 •RX de coluna total: 9999

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:4881A5DB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 242/2026

DATA: 31/07/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2026 no valor de R$ 48.273,97 (quarenta e oito mil, duzentos e setenta e três reais e noventa e sete centavos).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Municipal nº 1.818 de 23 de dezembro de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Exercício Financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 48.273,97** (quarenta e oito mil, duzentos e setenta e três reais e noventa e sete centavos) nas seguintes dotações orçamentárias:

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	
04.122.0002.2006	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - SA	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
585	00507-COSIP - Contribuição de Iluminação Pública (Art. 149-A CF)	740,20
04.002	DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA E SERVIÇOS	
04.122.0002.2007	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA E SERVIÇOS	
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
620	00000-Recursos Ordinários (Livre)	25.494,00
	SUBTOTAL	26.234,20
07	SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E CULTURA	
07.003	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
13.392.0006.2022	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1830	00002-Outros Recursos não Vinculados	9.595,39
	SUBTOTAL	9.595,39
13	SECRETARIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE	
13.002	DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL (FUNDO MUN. - FUAMB)	
18.541.0003.2064	GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E RECICLAGEM	
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
4360	00000-Recursos Ordinários (Livre)	5.828,28
13.003	DEPARTAMENTO DE URBANISMO E ENGENHARIA	
15.451.0003.2065	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE URBANISMO E ENGENHARIA	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4421	00505-Royalties - Compens. Financ. Recursos Hídricos	6.616,10
	SUBTOTAL	12.444,38
	TOTAL	**48.273,97**

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos pelo artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de :

I - Anulação de Dotação;

Anulação		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	

04.122.0002.2006	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - SA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
493	00507-COSIP - Contribuição de Iluminação Pública (Art. 149-A CF)	740,20
	SUBTOTAL	740,20
11	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
11.002	DEPARTAMENTO DE APOIO AO PRODUTOR	
20.608.0004.2057	PROGRAMA CAMPO FORTE: CANDÓI DESENVOLVIDO	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
4000	00505-Royalties - Compens. Financ. Recursos Hídricos	6.616,10
	SUBTOTAL	6.616,10
	TOTAL	**7.356,30**

II - Excesso de Arrecadação;

Conta de receita		
Receita	**Descrição**	**Valor**
1.3.2.1.01.1.1.01.17	REMUNERAÇÃO DB - RECURSOS LIVRES - FOPAG	31.322,28
1.3.6.1.01.3.1.00.00	CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS - PODER EXECUTIVO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - PRINCIPAL	2.000,00
1.9.2.1.99.0.1.01.00	OUTRAS INDENIZAÇÕES DECORRENTES DE SENTENÇA JUDICIAL	7.595,39
	TOTAL	**40.917,67**

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Candói (PR), 31 de julho de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:F1AF35F7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 318/2026 DATA: 31-07-2026

O Prefeito Municipal em Exercício de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais e de acordo com os Artigos 74 a 80 da Lei Municipal n.º 1.784/2012 de 23/03/2012,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias aos Servidores Públicos abaixo relacionados, conforme períodos constantes nos recibos de férias arquivados no assentamento funcional:

Matr.	Servidor(a)	Cargo	Período Aquisitivo	Dias	Período de Férias	Retorno
124328/1	Adriana Thibes de Melo	Sec. Mun. De Admnistração	2025 / 2026	18	10-07-26 a 27-07-26	28-07-26
123486/1	Adrielli Camargo da Silva	Agente Comunitário de Saúde	2024 / 2025	10	13-07-26 a 22-07-06	23-07-26
123753/1	Agnaldo Pires Moreira	Agente Comunitário de Saúde	2024 / 2025	10	13-07-26 a 22-07-26	23-07-26
120962/1	Airton José Bruschi	Operador de Máquinas	2025 / 2026	30	09-06-26 a 08-07-26	09-07-26
114672/1	Aldo Pereira dos Santos	Técnico em Tributos	2024 / 2025	30	03-08-26 a 01-09-26	02-09-26
123685/1	Alessandra Thais Fernandes	Auxiliar de Saúde Bucal	2025 / 2026	15	20-07-26 a 03-08-26	04-08-26
122861/1	Andressa Lenhardt Ragadali	Enfermeiro(a)	2024 / 2025	05	20-07-26 a 24-07-26	27-07-26
124436/1	Asucena Cleizi de Souza	Técnico em Enfermagem	2025 / 2026	10	03-08-26 a 12-08-26	13-08-26
123475/1	Carla Fernanda Guilherme Gomes dos Santos	Agente de Combate às Endemias	2025 / 2026	05	29-06-26 a 03-07-26	06-07-26
121792/1	Crislei Michelli Pavan Steuernagel	Agente de Serviços Públicos	2024 / 2025	18	13-07-26 a 30-07-26	31-07-26
124425/1	Daniella Bilibio	Assessor de Atividades Turísticas	2025 / 2026	15	20-07-26 a 08-08-26	10-08-26
123581/1	Danielli Duarte Bianco	Agente de Serviços Públicos	2023 / 2024	10	13-07-26 a 22-07-26	23-07-26
118031/1	Denir Bortolini	Eletricista de Instalação	2023 / 2024	05	27-07-26 a 31-07-26	03-08-26
123755/1	Diliane Sampaio da Rosa Beralde	Agente Comunitário de Saúde	2024 / 2025	18	20-07-26 a 06-08-26	07-08-26
124438/1	Djenifer Larini Vieira Prestes	Técnico em Enfermagem	2025 / 2026	30	07-07-26 a 05-08-26	06-08-26
119171/1	Eliane Gromowski Dallabrida	Agente de Administração	2025 / 2026	08	15-06-26 a 22-06-26	23-06-26
121591/1	Eurico Leuzir Pedroso	Auxiliar de Serviços Gerais	2024 / 2025	30	13-07-26 a 11-08-26	12-08-26
124022/1	Fabia Cristina da Silva	Atendente de Farmácia	2024 / 2025	15	13-07-26 a 27-07-26	28-07-26
124188/1	Fernando Dente	Agente de Combate às Endemias	2025 / 2026	05*	08-07-26 a 12-07-26	13-07-26
123952/1	Fulvio Juliano Piva	Odontólogo	2024 / 2025	15	20-07-26 a 03-08-26	04-08-26
115111/1	Gilmar Antonio Roman	Motorista	2023 / 2024	15	27-07-26 a 10-08-26	11-08-26
114951/1	Gilmar Larssen	Agente de Administração	2024 / 2025	05	13-07-26 a 17-07-26	20-07-26
123727/1	Glizangela Fatima Comineti Larssen	Agente de Administração	2024 / 2025	15	23-07-26 a 06-08-26	07-08-26
123995/1	Jadieli Simone Roll Koch	Enfermeiro(a)	2025 / 2026	20	17-08-26 a 05-09-26	07-09-26
123659/1	Jeane Caroline Menatto	Auxiliar de Serviços Gerais	2024 / 2025	10	13-07-26 a 22-07-06	23-07-26
121902/1	Joel Pereira	Agente de Defesa Civil	2024 / 2025	10	13-08-26 a 22-08-26	23-08-26
124050/1	Kelly Mendes	Fonoaudiólogo(a)	2024 / 2025	05	13-07-26 a 17-07-26	20-07-26
124100/1	Luciana Zanon	Sec. Mun. Da Fazenda	2024 / 2025	15	10-08-26 a 24-08-26	25-08-26
123461/1	Luciane Sebastião	Agente Comunitário de Saúde	2024 / 2025	15	01-08-26 a 15-08-26	17-08-26
124003/1	Lucilene Weber Buzin	Técnico em Enfermagem	2024 / 2025	10	01-07-26 a 10-07-26	13-07-26
118691/1	Lurdes Alberti do Rosário	Agente de Administração	2024 / 2025	10	13-07-26 a 22-07-26	23-07-26
124260/1	Marcio Eduardo Hackenhaar	Agente de Combate às Endemias	2024 / 2025	05*	20-07-26 a 24-07-26	27-07-26
124432/1	Maria Eduarda Lunardi	Auxiliar de Saúde Bucal	2025 / 2026	06	22-07-26 a 27-07-26	28-07-26
123520/1	Marli Suptil Rauber	Agente Comunitário de Saúde	2025 / 2026	10	27-07-26 a 05-08-26	06-08-26
123922/1	Nakiely Cristina Lopes	Advogado(a)	2024 / 2025	15	13-07-26 a 27-07-26	28-07-26
124063/1	Natali Aparecida Pagel da Silveira	Agente de Administração	2023 / 2024	15	10-08-26 a 24-08-26	25-08-26

124435/1	Natalia Nayara Alves	Psicólogo(a)	2025 / 2026	05	27-07-26 a 31-07-26	03-08-26
117821/1	Roger Lino Bergamin	Odontólogo(a)	2024 / 2025	10	20-07-26 a 29-07-26	30-07-26
123385/1	Rosangela Cristina Capeletti Sedovski	Agente de Administração	2024 / 2025	05	13-07-26 a 17-07-26	20-07-26
123468/1	Roselaine Loeblein	Zelador(a)	2024 / 2025	10	01-07-26 a 10-07-26	13-07-26
123710/1	Rozeli Iop	Zelador(a)	2024 / 2025	05	13-07-26 a 17-07-26	20-07-26
123411/1	Sirlei Terezinha Marques	Agente Comunitário de Saúde	2025 / 2026	15	13-07-26 a 27-07-26	28-07-26
123411/1	Sirlei Terezinha Marques	Agente Comunitário de Saúde	2025 / 2026	10	28-07-26 a 06-08-26	07-08-26
123949/1	Suzane Maria Fiorentin Sabadini	Zelador(a)	2024 / 2025	18	13-07-26 a 30-07-26	31-07-26
120691/1	Vilmar de Paula da Silva	Motorista	2024 / 2025	15	10-08-26 a 24-08-26	25-08-26
124059/1	Welinton de Oliveira	Operador de Máquinas	2024 / 2025	10	13-07-26 a 22-07-26	23-07-26
124317/1	Wellinton Edson Ribas da Silva	Agente de Administração	2024 / 2025	20	17-08-26 a 05-09-26	07-09-26
124023/1	Weslley Gileade Krone	Atendente de Fármacia	2024 / 2025	25	10-08-26 a 03-09-26	04-09-26

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 31 de julho de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:3CAAED78

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 141/2025 - PROVENIENTE DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 037/2025 - PROCESSO Nº 101/2025 (PRAZO E VALOR).

O MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, sito à Rua Benedito Salles, nº 1060 - Centro, CNPJ nº 76.965.789/0001-87, sendo neste ato representada pela Senhora Alana Karolina de Souza Bueno, Secretária Municipal de Administração e Comunicação, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº XXXXXXX e portadora da Carteira de Identidade RG XXXXXXX , através do Decreto nº 4.227 de 29 de agosto de 2025, doravante denominado CONTRATANTE; e do outro lado à empresa a abaixo qualificada, nos termos da Lei Federal Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 16 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, com suas alterações; conforme documento de credenciamento ou procuração inserta nos autos, resolvem registrar os preços, conforme decisão exarada no Processo Licitatório Modalidade Pregão Eletrônico nº 037/2025, consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO
O presente Termo tem o objetivo de aditivar a Ata de Registro de Preços, visando a futura e eventual **Prestação de serviços de limpeza de caixa d'agua, desinsetização, descupinização, desratização, tratamento contra morcegos, pombos e outros tipos de pragas urbanas,** a serem adquiridos conforme a necessidade, especificações e detalhamentos consignados no Pregão Eletrônico nº 037/2025, que juntamente com a proposta da DETENTORA, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.
A empresa **FAMILIA SOUZA RIBAS PRESTACAO DE SERVICOS LTDA - CNPJ Nº 50.254.087/0001-00**, com sede a Rua Major Queiroz, 735, Ginasio, na cidade de Itarare, CEP 18460314, Estado de São Paulo, telefone: (15)9702-1998, E-mail: r.a.controledepragas01@gmail.com, representada neste ato por sua sócia administradora Senhora Grasiele Cristina de Souza Ribas, portadora da Carteira de Identidade RG nº XXXXXX e CPF nº XXXXXXXXX, doravante denominada DETENTORA, obriga-se a fornecer à Prefeitura Municipal de Carlópolis (PR), de acordo com as solicitações feitas pela CONTRATANTE, os itens a seguir:
CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORE S DO ADITIVO
Os valores unitários ficam reajustados mediante a aplicação do índice oficial INPC acumulado, gerando um acréscimo financeiro estimado de R$ 186.638,78 (cento e oitenta e seis mil, seiscentos e trinta e oito reais e setenta e oito centavos), conforme o detalhamento dos preços unitários e totais por item abaixo descritos:

Lote	Item	Descrição	Marca	Quant.	Unid	Valor Unit. R$	Valor Reajuste R$	Valor Total
3	1	LIMPEZA DE CAIXA D' ÁGUA - 2.000 LITROS	SERVICO	7	UND	R$ 64,90	R$ 67,71	473,97
4	1	LIMPEZA DE CAIXA D' ÁGUA - 3.000 A 5.000 LITROS	SERVICO	4	UND	R$ 74,90	R$ 78,14	312,56
5	1	LIMPEZA DE CAIXA D' ÁGUA - 10.000 A 15.000 LITROS	SERVICO	3	UND	R$ 144,50	R$ 150,75	452,25
9	1	SERVIÇO DE TRATAMENTO CONTRA MORCEGOS E POMBOS	SERVICO	45.000	M2	R$ 3,95	R$ 4,12	185.400,00

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PERIÓDO DE VIGÊNCIA DO ADITIVO.
Fica prorrogada a vigência da referida Ata de Registro de Preços por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir do dia 31 de julho de 2026 até 31 de julho de 2027, nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.
CLÁUSULA QUARTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem em vigor e aqui ratificadas as demais regras e especificações constantes na Ata de Registro de Preços nº 141/2025, as quais não tenham sido expressamente modificadas por este instrumento, cuja ratificação é feita pelas partes.

E assim, para firmeza e validade do que foi acordado, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vai devidamente assinado pelas partes Contratantes.

Carlópolis, 31 de julho de 2026.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretaria Municipal de Administração e Comunicação
Contratante

FAMILIA SOUZA RIBAS PRESTACAO DE SERVICOS LTDA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:2259730D

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 142/2025 - PROVENIENTE DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 037/2025 - PROCESSO Nº 101/2025 (PRAZO E VALOR).

O MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, sito à Rua Benedito Salles, nº 1060 - Centro, CNPJ nº 76.965.789/0001-87, sendo neste ato representada pela Senhora Alana Karolina de Souza Bueno, Secretária Municipal de Administração e Comunicação, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº XXXXXXX e portadora da Carteira de Identidade RG XXXXXXX, através do Decreto nº 4.227 de 29 de agosto de 2025, doravante denominado CONTRATANTE; e do outro lado à empresa a abaixo qualificada, nos termos da Lei Federal Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 16 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, com suas alterações; conforme documento de credenciamento ou procuração inserta nos autos, resolvem registrar os preços, conforme decisão exarada no Processo Licitatório Modalidade Pregão Eletrônico nº 037/2025, consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO
O presente Termo tem o objetivo de aditivar a Ata de Registro de Preços, visando a futura e eventual **Prestação de serviços de limpeza de caixa d'agua, desinsetização, descupinização, desratização, tratamento contra morcegos, pombos e outros tipos de pragas urbanas,** a serem adquiridos conforme a necessidade, especificações e detalhamentos consignados no Pregão Eletrônico nº **037/2025**, que juntamente com a proposta da DETENTORA, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.
A empresa **VINICIUS HERRERA DE SOUZA LTDA - CNPJ Nº 06.295.223/0001-00**, com sede a Rua Elias Gardim, 159, Vila Sao Silvestre, na cidade de Ourinhos, CEP 19902400, Estado de São Paulo, telefone: (14)3325-2139, E-mail: alternativacal@hotmail.com, representada neste ato por seu sócio (a) administrador (a) Senhor (a) Vinicius Herrera De Souza, portador da Carteira de Identidade RG nº XXXXXXXX e CPF nº XXXXXXXX, doravante denominada DETENTORA, obriga-se a fornecer à Prefeitura Municipal de Carlópolis (PR), de acordo com as solicitações feitas pela CONTRATANTE, os itens a seguir:
CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES DO ADITIVO
Os valores unitários ficam reajustados mediante a aplicação do índice oficial INPC acumulado, gerando um acréscimo financeiro estimado de R$ 17.337,48 (dezessete mil, trezentos e trinta e sete reais e quarenta e oito centavos), conforme o detalhamento dos preços unitários e totais por item abaixo descritos:

Lote	Item	Descrição	Marca	Quant.	Unid	Valor Unit. R$	Valor Reajuste R$	Valor Total R$
1	1	LIMPEZA DE CAIXA D' ÁGUA - 500 LITROS	SERVICO	60	UND	R$ 43,50	R$ 45,38	R$ 2.722,80
2	1	LIMPEZA DE CAIXA D' ÁGUA - 1.000 LITROS	SERVICO	45	UND	R$ 45,00	R$ 46,95	R$ 2.112,75
6	1	SERVIÇO DE DESINTETIZAÇÃO	SERVICO	45.000	M2	R$ 0,09	R$ 0,09	R$ 4.050,00
7	1	SERVIÇO DE DESENCUPIZAÇÃO	SERVICO	45.000	M2	R$ 0,10	R$ 0,10	R$ 4.050,00
8	1	SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO	SERVICO	45.000	M2	R$ 0,07	R$ 0,07	R$ 3.150,00
10	1	LIMPEZA DE CAIXAS DE AGUA DE 25.000 LITROS	SERVICO	3	UND	R$ 400,00	R$ 417,31	R$ 1.251,93

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PERIÓDO DE VIGÊNCIA DO ADITIVO.
Fica prorrogada a vigência da referida Ata de Registro de Preços por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir do dia 31 de julho de 2026 até 31 de julho de 2027, nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem em vigor e aqui ratificadas as demais regras e especificações constantes na Ata de Registro de Preços nº 142/2026, as quais não tenham sido expressamente modificadas por este instrumento, cuja ratificação é feita pelas partes.

E assim, para firmeza e validade do que foi acordado, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vai devidamente assinado pelas partes Contratantes.

Carlópolis, 31 de julho de 2026.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretaria Municipal de Administração e Comunicação
Contratante

VINICIUS HERRERA DE SOUZA LTDA
Contratanda

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:5759E25A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
12º TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº 18/2021

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Avenida dos Pioneiros, 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, estabelecida na Av. Ayrton Senna da Silva, nº 1703, Gleba Fazenda Palhano, CEP 86.050-460 na cidade de Londrina, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n°33.458.003/0001-22, neste ato representada por seu representante legal, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, consoante o permissivo legal previsto pelo parágrafo 1º do Artigo 65 e §§ 1º e 2º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93, com previsão contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica alterada a Cláusula quinta do contrato original, prorrogando o prazo de execução do contrato em mais 60 (sessenta) dias, passando a vigorar até 01/10/2026. O prazo de vigência é de 30 dias além do prazo da execução.
CLÁUSULA SEGUNDA – Em razão da prorrogação do prazo fica alterada a Cláusula terceira do contrato original, acrescendo o valor total do contrato em mais R$ 129.888,68 (cento e vinte e nove mil, oitocentos e oitenta e oito reais e sessenta e oito centavos).

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Quantidade de plantões	Valor do plantão 12 horas	Valor total p/ 3 meses
Prestação de serviços de plantão médico para o Pronto Atendimento Municipal, com clinico geral, plantão de 12h. **De segunda a sexta-feira** das **07h00min às 19h00min.**	45	1.583,49	72.697,05
Prestação de serviços de plantão médico para o Pronto Atendimento Municipal, com clinico geral, plantão de 12h. **Aos sábados, domingos e feriados** das **07h00min às 19h00min.**	18	1.619,48	29.150,64
Prestação de serviços de plantão médico para o Pronto Atendimento Municipal, com clinico geral, plantão de 12h. **Aos sábados, domingo e feriados** das **19h00min às 07h00min.**	17	1.649,47	28.040,99

CLÁUSULA TERCEIRA – O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicado prévio de 30 (trinta) dias, por qualquer das partes.

CLÁUSULA QUARTA – Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem

inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordes, foi lavrado o presente Termo de Prorrogação, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas - PR, 31 de julho de 2026.

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF 065.xxx.xxx-01

Avive Gestão De Serviços Médicos LTDA
THIAGO DE CASTRO SILVEIRA
Representante Legal
CPF 022.xxx.xxx-21

Publicado por:
Natielly Santos de Oliveira
Código Identificador:C3F89425

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
1º TERMO DE ADITIVO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº 137/2025

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**, com sede à Av. dos Pioneiros, inscrito no CNPJ sob o nº 76.208.842/0001-03, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito, como CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **LABORATÓRIO OLIVEIRA MATTEI LTDA**, estabelecida a Av. dos Pioneiros, Nº 572, sala 02, bairro Centro, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob n° 51.405.950/0001-37, neste ato representada por sua administradora, a Sra. Francielly Schotten de Oliveira Mattei, brasileira, portadora do CPF nº 089.xxx.xxx-07, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo ao contrato decorrente do Credenciamento/Chamada Pública nº 18/2025, com previsão contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica prorrogando o prazo de execução contratual em mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até 01 de agosto de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em razão da prorrogação do prazo, fica aditivado os valores, sendo o valor máximo a ser gasto de **R$ 62.346,50** (sessenta e dois mil, trezentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos) conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	QTD	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	HEMOGRAMA COMPLETO	500	Exame	22,00	11.000,00
2	DOSAGEM DE BILIRRUBINATOTAL E FRAÇÕES	100	Exame	20,00	2.000,00
3	DOSAGEM DE CREATININA	300	Exame	18,00	5.400,00
4	DOSAGEM DE CPK	150	Exame	21,00	3.150,00

5	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRAÇÃO MB	150	Exame	42,20	6.330,00
6	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMILTRANSFERASE (GAMA GT)	100	Exame	18,00	1.800,00
7	DOSAGEM DE SODIO	150	Exame	18,00	2.700,00
8	DOSAGEM DE POTASSIO	150	Exame	18,00	2.700,00
9	DOSAGEM DE TROPONINA	150	Exame	79,00	11.850,00
10	DOSAGEM DE UREIA	300	Exame	18,00	5.400,00
11	DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTAÇÃO -VHS	100	Exame	18,00	1.800,00
12	DETERMINAÇÃO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	50	Exame	26,95	1.347,50
13	DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA)	50	Exame	17,05	852,50
14	DOSAGEM DE PROTEINA C. REATIVA	150	Exame	25,11	3.766,50
15	ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	150	Exame	15,00	2.250,00

CLÁUSULA TERCEIRA – Todos os documentos que instruem o presente constam e ficam fazendo parte do processo licitatório.

CLAUSULA QUARTA - Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordados, foi lavrado o presente Termo de Prorrogação, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas - PR, 31 de julho de 2026.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS LABORATÓRIO OLIVEIRA MATTEI LTDA
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT FRANCIELLY SCHOTTEN DE OLIVEIRA MATTEI
PREFEITO MUNICIPAL SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 065.XXX.XXX-01 CPF 089.xxx.xxx-07

Publicado por:
Natielly Santos de Oliveira
Código Identificador:278EF057

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

SECRETARIA GOVERNO
LEI Nº 047, DE 07 DE JULHO DE 2026. DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ORGANIZACIONAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, por proposição do Poder Executivo Municipal, APROVOU e eu, EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte:
LEI

TÍTULO I
DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ORGANIZACIONAL

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional do Poder Executivo do Município de Cerro Azul.

Art. 2º Para o desenvolvimento de suas atividades legais e constitucionais, o Poder Executivo do Município de Cerro Azul disporá de unidades organizacionais próprias da Administração Direta e de entidades da Administração Indireta, integradas segundo setores de atividades relativos às metas e objetivos que devam, conjuntamente, atingir.

§ 1º O Poder Executivo será exercido pelo Prefeito Municipal.

§ 2º Auxiliarão diretamente o Prefeito Municipal no exercício do Poder Executivo, de Administração Direta, o Procurador-Geral do Município, o Controlador-Geral do Município e os Secretários Municipais, e a estes, os Assessores Especiais, Diretores Executivos, Diretores de Departamentos, Chefes de Divisão e Assistentes, nos termos desta Lei.

§ 3º A Administração Direta compreende o exercício das atividades de administração pública municipal, executado diretamente pelas unidades administrativas, a saber:

I - unidades colegiadas de aconselhamento;

II - unidades de assessoramento e apoio direto ao Prefeito;
III - unidades auxiliares, destinadas ao desempenho de funções de coordenação, controle e articulação de assuntos e programas intersecretarias;

IV - unidades específicas de natureza meio e fim, constituídas por órgãos de primeiro nível hierárquico, responsáveis pelo planejamento, comando, coordenação, fiscalização, execução, controle e orientação normativa da ação do Poder Executivo.

§ 4º A Administração Indireta compreende as entidades dotadas de personalidade jurídica própria, criadas por lei específica, assim classificadas:

I - autarquias;

II - fundações;

III - empresas públicas; e

IV - sociedades de economia mista.

Art. 3º A estrutura organizacional básica do Poder Executivo do Município de Cerro Azul compreende:

I - unidades colegiadas de aconselhamento:

a) Conselho Municipal do FUNDEB;

b) Conselho Municipal de Educação;

c) Conselho de Alimentação Escolar;

d) Comitê Municipal do Transporte Escolar;

e) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

f) Conselho Municipal do Idoso;

g) Conselho Municipal da Assistência social;

h) Conselho Municipal do Meio Ambiente;

i) Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;

j) Conselho Municipal da Saúde;

k) Conselho da Comunidade;

l) Conselho Municipal de Segurança; e

m) Conselho Tutelar.

II - unidades de assessoramento:

a) Secretaria Municipal de Governo;

b) Procuradoria-Geral do Município; e

c) Controladoria-Geral do Município.

III - unidades da administração auxiliar:

a) Secretaria Municipal de Administração; e

b) Secretaria Municipal de Finanças.

IV - unidades de administração específica:

a) Secretaria Municipal de Projetos;

b) Secretaria Municipal de Obras e Viação;

c) Secretaria Municipal de Saúde;

d) Secretaria Municipal de Assistência Social;

e) Secretaria Municipal de Educação;

f) Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento;

g) Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente; e

h) Secretaria Municipal de Esportes;

i) Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desenvolvimento Econômico.

V - entidades da Administração Indireta:

a) Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cerro Azul – CERRO AZUL PREV.

Art. 4º As estruturas organizacionais e funcionais básicas de cada Secretaria Municipal, observadas suas peculiaridades, compreenderão unidades administrativas nos seguintes níveis:

I - nível estratégico, de direção superior, representado pelos Secretários Municipais, Procurador-Geral do Município e o Controlador-Geral do Município, cargos de provimento em comissão, símbolo CC1, com funções relativas à liderança, articulação, assessoramento e controle de resultados da respectiva área;

II – assessoramento especial, caracterizado pelo exercício de atividades de elevada complexidade e responsabilidade, que demandem conhecimentos técnicos especializados e vínculo direto de confiança com a autoridade superior, incluindo a elaboração de minutas de atos normativos, análises técnicas e o suporte estratégico à tomada de decisões no âmbito da Administração Municipal, representado por cargos de provimento em comissão, símbolo CC1A;

III - nível tático, de diretoria executiva, com funções de maior responsabilidade e complexidade, envolvendo a direção, coordenação e supervisão de unidades operacionais, com gestão de equipes, planejamento e controle da execução de serviços públicos, bem como tomada de decisões com repercussão direta na eficiência e continuidade das ações administrativas, representado pelos Diretores Executivos, cargos de provimento em comissão, símbolo CC1B;

IV - nível tático, de execução específica, com funções de organização, operacionalização e controle de atividades que, por sua relevância, complexidade, responsabilidade e limite de decisão, exijam tratamento diferenciado, representado pelos Diretores de Departamento, cargos de provimento em comissão, símbolo CC2;

V - nível operacional, com funções de coordenação e supervisão dos serviços auxiliares necessários ao funcionamento do órgão, representado pelos Chefes de Divisão, cargos de provimento em comissão, símbolo CC3;

VI – assessoramento técnico, caracterizado pelo suporte especializado prestado à direção, chefias e demais agentes públicos, podendo ser exercido por cargos em comissão de símbolos CC1B, CC2 ou CC3, com formação compatível com a área.

Art. 5º A estrutura organizacional, as atribuições, competências e o regime remuneratório dos cargos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cerro Azul – CERRO AZUL PREV serão disciplinadas em legislação própria.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA BÁSICA E DOS CARGOS COMISSIONADOS
Art. 6º As Secretarias Municipais ficam assim estruturadas, com seus respectivos símbolos dos cargos de livre nomeação:

I - Secretaria Municipal de Governo (CC1);

a) Departamento de Governo (CC2);

1. Divisão de Administração (CC3);

b) Departamento de Segurança Pública e Defesa Civil (CC2);

c) Departamento de Comunicação (CC2);

1. Divisão de Comunicação (CC3);

II - Procuradoria-Geral do Município (CC1);

a) Assessor Especial de Procuradoria (CC1A);

b) Assistente de Procuradoria (CC1B);

III - Controladoria-Geral do Município (CC1);

a) Agente de Controladoria (CC2);

1. Divisão de Ouvidoria e Transparência (CC3)

IV - Secretaria Municipal de Administração (CC1);

1. Divisão de Administração (CC3);

a) Departamento de Controle de Frotas e Patrimônio (CC2);

1. Divisão de Controle de Frotas e Patrimônio (CC3);

b) Departamento de Licitações e Compras (CC2);

1. Divisão de Licitações (CC3);

2. Divisão de Compras (CC3);

c) Diretoria Executiva de Recursos Humanos (CC1B);

1. Divisão de Administração de Pessoal (CC3);

2. Divisão de Processos Funcionais (CC3);

V - Secretaria Municipal de Finanças (CC1);
a) Departamento de Finanças (CC2);

1. Divisão de Contabilidade (CC3);

b) Departamento de Tributação (CC2);

1. Divisão de Tributação (CC3);

2. Departamento de Planejamento e Administração Financeira (CC2);

VI – Secretaria Municipal de Projetos (CC1);

a) Departamento de Captação de Recursos (CC2);

b) Departamento de Convênios (CC2);

VII - Secretaria Municipal de Obras e Viação (CC1);

a) Diretoria Executiva de Manutenção Viária Setor 1 (CC1B);
b) Diretoria Executiva de Manutenção Viária Setor 2 (CC1B);

c) Departamento de Infraestrutura (CC2);

d) Departamento de Manutenção (CC2);

VIII - Secretaria Municipal de Saúde (CC1);

a) Departamento de Administração em Saúde (CC2);

1. Divisão de Contabilidade e Finanças (CC3);

2. Divisão de Compras (CC3);

4. Divisão de Informação e Produção do SUS (CC3);

5. Divisão de Frotas (CC3);

b) Departamento de Urgência e Emergência (CC2);

c) Departamento de Clínica Médica (CC2);

d) Departamento de Enfermagem (CC2);

e) Departamento de Atenção Primária (CC2);

1. Divisão de Farmácia e Suplementos (CC3);

f) Departamento de Vigilância Sanitária (CC2);

IX - Secretaria Municipal de Assistência Social (CC1);

a) Departamento de Administração (CC2);

1. Divisão de Administração (CC3);

2. Divisão de Planejamento (CC3);

c) Departamento de Acolhimento Institucional (CC2);

d) Departamento de Projetos Assistenciais (CC2);

e) Direção do Projeto Beija Flor (CC2);

f) Direção do Projeto PIÁ (CC2);

g) Departamento de Proteção Básica (CC2);

h) Departamento de Proteção Especial (CC2);

X - Secretaria Municipal de Educação (CC1);

a) Departamento de Educação (CC2);

1. Divisão de Administração (CC3);

2. Divisão de Manutenção Escolar (CC3);

b) Departamento de Administração Escolar (CC2);

c) Departamento de Acompanhamento Pedagógico (CC2);

1. Divisão de Ensino Fundamental (CC3);

d) Departamento de Educação Inclusiva (CC2);

e) Departamento de Transporte Escolar (CC2);

1. Divisão de Transporte Escolar (CC3);

XI - Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (CC1);

a) Departamento de Administração (CC2);

b) Departamento de Agricultura (CC2);

1. Divisão de Informações e Cadastros (CC3).

c) Departamento de Infraestrutura (CC2);

XII - Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (CC1);

a) Departamento de Urbanismo (CC2);

1. Divisão de Administração (CC3).

b) Departamento de Meio Ambiente (CC2);

1. Divisão de Meio Ambiente (CC3);

XIII - Secretaria Municipal de Esportes (CC1);

a) Departamento de Esportes (CC2);

1. Divisão de Planejamento Esportivo (CC3);

XIV - Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desenvolvimento Econômico (CC1);

a) Departamento de Cultura (CC2);

b) Departamento de Turismo (CC2);

1. Divisão de Desenvolvimento Econômico (CC3).

Art. 7º A estrutura prevista neste Capítulo é composta por cargos de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal, incluídos aqueles a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinando-se exclusivamente às atribuições de direção, chefia e assessoramento, nos termos do art. 37, inciso V, da Constituição Federal.

Art. 8º As atribuições e os requisitos de investidura dos cargos mencionados neste Capítulo são os constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 9º Ficam estabelecidas as remunerações dos cargos de provimento em comissão, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, nos seguintes termos:

I - CC1, mediante subsídio, nos termos da legislação específica;

II - CC1A, no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais) mensais;

III - CC1B, no valor de R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) mensais;

IV - CC2, no valor de R$ 3.895,77 (três mil oitocentos e noventa e cinco reais e setenta e sete centavos) mensais;

V - CC3, no valor de R$ 2.895,93 (dois mil oitocentos e noventa e cinco reais e noventa e três centavos) mensais.

§ 1º A remuneração prevista neste artigo aplica-se a todos os cargos de provimento em comissão vinculados aos respectivos símbolos, independentemente da denominação específica do cargo.

§ 2º Ao servidor ocupante de cargo efetivo, ao militar ou ao empregado permanente, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal, quando nomeado para o exercício de cargo de provimento em comissão ou investido no cargo de Secretário Municipal, aplica-se o disposto no art. 101 da Lei Municipal nº 003/2002, quanto à forma de percepção da remuneração.

TÍTULO II
DA ÁREA DE COMPETÊNCIA DAS UNIDADES INTEGRANTES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

CAPÍTULO I
DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS DE ACONSELHAMENTO

Art. 10. Os conselhos municipais, como órgãos colegiados integrantes da Administração Pública Municipal, atuarão conforme as atribuições e competências estabelecidas em legislação específica, constituindo instâncias de aconselhamento, orientação, deliberação e fiscalização, colaborando com as secretarias municipais, departamentos e divisões correlatos.

CAPÍTULO II
DOS ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

Seção I
Da Secretaria Municipal de Governo

Art. 11. Compete à Secretaria Municipal de Governo:

I - prestar assistência direta e pessoal ao Prefeito Municipal em sua representação institucional;

II - executar a administração de arquivos, protocolos e reprografias;
III - coordenar a agenda oficial do Prefeito e do Vice-Prefeito;

IV - executar atividades de apoio à Junta de Serviço Militar, ao Instituto de Identificação e à Agência do Trabalhador;

V - preparar os despachos do Prefeito com entidades representadas em órgãos de consulta, orientação e deliberação;

VI - coordenar as medidas relativas ao cumprimento dos prazos de pronunciamento, pareceres e informações do Poder Executivo;

VII - realizar a recepção, análise e triagem de expedientes encaminhados ao Prefeito, bem como a transmissão e o controle das ordens por ele emanadas;

VIII - coordenar a articulação entre as Administrações Regionais, quando houver, e as áreas finalísticas do Município;

IX - promover a coordenação das relações institucionais do Poder Executivo com o Poder Legislativo, inclusive quanto à elaboração de projetos de lei, mensagens e acompanhamento de sua tramitação;

X - coordenar o atendimento às solicitações da Câmara Municipal, observados os prazos legais;

XI - assistir o Prefeito nas relações com munícipes, entidades de classe, associações comunitárias e demais órgãos da Administração Pública;

XII - executar outras atividades correlatas.

Seção II
Da Procuradoria-Geral do Município

Art. 12. Compete à Procuradoria-Geral do Município:

I - promover a representação e defesa judicial e extrajudicial dos interesses do Município, em qualquer foro ou instância, e outras atividades jurídicas delegadas pelo Prefeito;

II - realizar o assessoramento às unidades do Município em assuntos de natureza jurídica;

III - promover a preparação de contratos, convênios e acordos, nos quais o Município seja parte;
IV - promover a inscrição e a cobrança da dívida ativa judicial;

V - realizar a instauração de sindicâncias e processos administrativos;

VI – promover o exercício das atividades concernentes ao sistema de assessoramento jurídico e a emissão de pareceres sobre questões que lhe forem submetidas;

VII - executar outras atividades correlatas.

Seção III
Da Controladoria-Geral do Município

Art. 13. Compete à Controladoria-Geral do Município:

I - coordenar as atividades relacionadas com o sistema de controle interno da Administração Direta, Indireta e Fundacional, promovendo a integração operacional e expedindo atos normativos sobre procedimentos de controle;

II - avaliar o cumprimento dos programas objetivos e metas espelhadas no Plano Plurianual, na Lei das Diretrizes Orçamentárias e nas Leis Orçamentárias Anuais do Município, inclusive quanto às ações descentralizadas executadas à conta de recursos oriundos dos orçamentos fiscal e de investimentos;

III - efetuar o acompanhamento sobre as medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal aos limites legais nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei Complementar n.º 101/00;

IV - exercer a plena fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e das entidades públicas da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas;

V - verificar a exatidão e a regularidade das contas e a boa execução do orçamento, adotando medidas necessárias ao seu fiel cumprimento;

VI - realizar auditorias e exercer o controle interno e a conformidade dos atos financeiros e orçamentários dos órgãos do Poder Executivo com a legalidade orçamentária do Município;

VII - determinar as providências exigidas para o exercício do controle externo da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, a cargo da Câmara Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas, no exercício do controle interno dos atos da administração;
VIII - avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo, acompanhando e fiscalizando a execução orçamentária;

IX - avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência, da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal, nos órgãos públicos da Administração Municipal, bem como da aplicação das subvenções e dos recursos públicos, por entidades de direito privado;

X - exercer o controle das operações de crédito e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

XI - fiscalizar o cumprimento do disposto na Lei Complementar n.º 101/00;

XII - examinar as fases de execução da despesa, inclusive verificando a regularidade das licitações e contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade, inclusive solicitando pareceres de auditores fiscais municipais, estaduais e federais quando julgar necessários;

XIII - orientar e supervisionar tecnicamente as atividades de fiscalização financeira e auditoria na Administração Municipal;

XIV - expedir atos normativos concernentes à fiscalização financeira e à auditoria dos recursos do Município;

XV - proceder ao exame prévio nos processos originários dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos da Administração Pública Municipal e nos de aplicação de recursos públicos municipais nas entidades de direito privado;

XVI - promover a apuração de denúncias formais, relativas a irregularidades ou ilegalidades praticadas, em relação aos atos financeiros e orçamentários, em qualquer órgão da Administração Municipal;

XVII - propor ao Prefeito Municipal a aplicação das sanções cabíveis, conforme a legislação vigente, aos gestores inadimplentes, podendo, inclusive, sugerir o bloqueio de transferências de recursos do Tesouro Municipal e de contas bancárias;
XVIII - sistematizar informações com o fim de estabelecer a relação custo/benefício para auxiliar o processo decisório do Município;

XIX - implementar o uso de ferramentas da tecnologia da informação como instrumento de controle social da Administração Pública Municipal;

XX - tomar medidas que confiram transparência integral aos atos da gestão do Poder Executivo Municipal, inclusive dos órgãos da Administração Indireta;

XXI - criar comissões para o fiel cumprimento das suas atribuições;

XXII - implementar medidas de integração e controle social da Administração Municipal;

XXIII - promover medidas de orientação e educação com vistas a dar efetividade ao controle social e à transparência da gestão nos órgãos da Administração Pública Municipal;

XXIV - participar dos Conselhos de Desenvolvimento Municipal, de Saúde, Educação e Assistência Social, na forma prevista no regulamento de cada órgão;

XXV - proceder, no âmbito do seu órgão, à gestão e ao controle financeiro dos recursos orçamentários previstos na sua unidade, bem como à gestão de pessoas e recursos materiais existentes, em consonância com as diretrizes e regulamentos emanados do Prefeito Municipal;

XXVI - velar para que sejam revistos, ou suspensos temporariamente, os contratos de prestação de serviços terceirizados, assim considerados aqueles executados por uma contratada, pessoa jurídica ou física especializada, para a contratante Prefeitura Municipal de Cerro Azul/PR, caso a contratada tenha pendências fiscais ou jurídicas e executar outras atividades correlatas.

CAPÍTULO III
DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Seção I

Da Secretaria Municipal de Administração

Art. 14. Compete à Secretaria Municipal de Administração:
I - planejar, coordenar e executar a política de administração geral do Município;

II - realizar o planejamento operacional dos serviços gerais de aquisição, guarda, controle e distribuição de materiais;
III - executar o aproveitamento ou a alienação de materiais inservíveis;

IV - administrar, controlar e manter o patrimônio mobiliário e imobiliário do Município;

V - promover a administração dos meios de transporte interno da Prefeitura, compreendendo a operação, o controle e a manutenção da frota de veículos leves;

VI - normatizar, controlar e supervisionar a manutenção e o uso da frota de máquinas, equipamentos e veículos pesados;

VII - executar o controle e a fiscalização da frota locada;

VIII - administrar e controlar o terminal rodoviário municipal;

IX - promover a administração e o controle da ocupação física dos prédios públicos municipais, bem como a gestão dos contratos de locação de imóveis destinados à prestação de serviços públicos;

X - assegurar a guarda, vigilância e conservação dos prédios e próprios municipais;

XI - administrar e controlar os contratos de prestação de serviços relativos à sua área de atuação;

XII - planejar, coordenar e executar as atividades de gestão de pessoas, compreendendo recrutamento, seleção, admissão, lotação, remanejamento e exoneração de servidores;

XIII - executar a elaboração da folha de pagamento e o controle dos atos formais de pessoal;

XIV - coordenar a gestão do cadastro funcional dos servidores;

XV - promover ações de assistência ao servidor, incluindo serviços de perícia médica, higiene e segurança do trabalho;

XVI - realizar exames médicos admissionais para ingresso na administração direta;
XVII - planejar e executar a política de recursos humanos, compreendendo a gestão do plano de carreiras, a avaliação de desempenho e a política remuneratória;

XVIII - gerir as relações institucionais com servidores inativos, associações e entidades representativas;

XIX - promover o controle, a organização e a atualização da legislação municipal;

XX - planejar, coordenar e supervisionar os processos de licitação, compras e contratações públicas;

XXI - estabelecer normas e procedimentos administrativos no âmbito de sua competência;

XXII - prestar assessoramento técnico-administrativo aos demais órgãos da Administração Municipal;

XXIII - exercer outras atividades correlatas.

Seção II
Da Secretaria Municipal de Finanças

Art. 15. Compete à Secretaria Municipal de Finanças:

I - planejar, coordenar e executar a política econômica, financeira e contábil do Município;

II - prestar assessoramento às unidades administrativas em matéria financeira;

III - gerir a guarda e a movimentação de valores do Município;

IV - coordenar a elaboração, execução e acompanhamento do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual;

V - elaborar e executar a programação financeira e o cronograma de desembolso;

VI - executar as fases da despesa pública, compreendendo empenho, liquidação e pagamento;

VII - elaborar balancetes, demonstrativos e balanços, bem como promover a publicação dos relatórios e informativos exigidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal;
VIII - elaborar a prestação anual de contas e atender às exigências do controle externo;

IX - manter os registros e controles contábeis, bem como realizar a análise, o controle e o acompanhamento dos custos dos programas e atividades da Administração;

X - analisar a conveniência da criação e extinção de fundos especiais, bem como controlar e fiscalizar sua gestão;

XI - supervisionar os investimentos públicos e acompanhar a capacidade de endividamento do Município;

XII - promover, quando necessário, a contratação de auditoria externa para análise das contas municipais;

XIII - planejar, coordenar e executar a política tributária do Município;

XIV - gerir a legislação tributária municipal e promover sua atualização;

XV - realizar o cadastramento, a inscrição e a orientação dos contribuintes;

XVI - efetuar o lançamento, a arrecadação e a fiscalização dos tributos municipais;

XVII - promover a gestão da receita pública municipal, incluindo sua previsão, arrecadação e controle;

XVIII - estabelecer normas e procedimentos relativos à administração financeira e tributária;

XIX - prestar apoio técnico às unidades administrativas em matéria orçamentária, financeira e tributária;

XX - exercer outras atividades correlatas.

CAPÍTULO IV
DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO ESPECÍFICA

Seção I
Da Secretaria Municipal de Projetos

Art. 16. Compete à Secretaria Municipal de Projetos:

I - planejar, coordenar, elaborar, acompanhar e atualizar planos, programas e projetos estratégicos de interesse do Município;

II - coordenar a elaboração de projetos técnicos, institucionais e financeiros, especialmente aqueles destinados à captação de recursos;

III - estruturar e acompanhar programas e projetos voltados ao desenvolvimento institucional do Município;

IV - acompanhar a execução de projetos e programas, avaliando resultados e propondo ajustes quando necessário;

V - identificar e viabilizar oportunidades de captação de recursos em âmbito estadual, federal e internacional;

VI - elaborar projetos técnicos e financeiros que atendam aos requisitos de editais, convênios e instrumentos de financiamento;

VII - gerenciar convênios, contratos de repasse e instrumentos congêneres;

VIII - acompanhar e supervisionar a execução física e financeira dos projetos vinculados a recursos externos;

IX - coordenar e supervisionar a prestação de contas de convênios e projetos;

X - operar e gerir sistemas informatizados de gestão de projetos, convênios e prestação de contas;

XI - prestar apoio técnico aos órgãos da Administração Municipal na elaboração e desenvolvimento de projetos;

XII - atuar de forma integrada com as demais unidades administrativas, assegurando suporte técnico ao planejamento e à execução de projetos;

XIII - exercer outras atividades correlatas.

Seção II
Da Secretaria Municipal de Obras e Viação

Art. 17. Compete à Secretaria Municipal de Obras e Viação:

I - planejar, coordenar e executar a política municipal de obras públicas e infraestrutura, inclusive por execução direta ou indireta;
II - elaborar, programar, coordenar e compatibilizar a execução de obras públicas municipais;

III - realizar a abertura, manutenção, conservação e recuperação de vias públicas e estradas vicinais;

IV - executar obras de pavimentação, drenagem, calçamento e construção civil em geral;

V - promover a implantação, manutenção e adequação da sinalização viária;

VI - administrar, operar, manter e controlar a frota de máquinas, equipamentos e veículos pesados sob sua responsabilidade;

VII - coordenar e supervisionar os serviços de manutenção urbana e rural relacionados à sua área de atuação;

VIII - elaborar, coordenar e executar a política de desenvolvimento urbano no âmbito de sua competência;

IX - coordenar a elaboração, atualização e aplicação de normas técnicas urbanísticas;

X - realizar estudos técnicos voltados ao planejamento e ao desenvolvimento urbano;

XI - promover a manutenção e preservação de fundos de vale e demais áreas vinculadas à infraestrutura urbana;

XII - prestar assessoramento técnico aos demais órgãos da Administração Municipal na sua área de atuação;

XIII - exercer outras atividades correlatas.

Seção III
Da Secretaria Municipal da Saúde

Art. 18. Compete à Secretaria Municipal de Saúde:

I - planejar, coordenar e executar a política municipal de saúde, por meio da implementação e gestão do Sistema Municipal de Saúde;

II - promover a organização, o funcionamento e o desenvolvimento da rede municipal de saúde, assegurando a integralidade das ações e serviços;

III - desenvolver ações de promoção, proteção e recuperação da saúde da população, com a realização integrada de atividades assistenciais e preventivas;

IV - executar ações de vigilância epidemiológica, sanitária e nutricional;

V - promover ações de orientação alimentar, educação em saúde e saúde do trabalhador;

VI - prestar serviços de atenção à saúde, incluindo atendimento médico, ambulatorial, odontológico, de urgência e de emergência;

VII - promover campanhas educativas e de conscientização voltadas à preservação da saúde da população;

VIII - executar a implantação e a fiscalização das posturas municipais relativas à higiene e à saúde pública;

IX - participar da formulação e execução de políticas públicas relacionadas à proteção do meio ambiente, no que couber à saúde;

X - planejar, coordenar e avaliar programas e ações de saúde, monitorando seus resultados;

XI - gerir os recursos humanos, materiais e financeiros no âmbito da saúde;

XII - articular-se com órgãos municipais, estaduais, federais e entidades da iniciativa privada para o desenvolvimento de programas e ações conjuntas;

XIII - prestar assessoramento técnico aos demais órgãos da Administração Municipal na sua área de atuação;

XIV - exercer outras atividades correlatas.

Seção IV
Da Secretaria Municipal de Assistência Social

Art. 19. Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social:

I - planejar, coordenar e executar a política municipal de assistência social, em consonância com o Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

II - desenvolver programas, projetos e ações de proteção social básica e especial, voltados à prevenção e ao enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social;

III - prestar serviços socioassistenciais à população, assegurando a proteção social às famílias e indivíduos;

IV - promover o atendimento às necessidades da criança, do adolescente, do idoso e das pessoas com deficiência, garantindo seus direitos e sua integração à sociedade;

V - adotar medidas de proteção e defesa da criança e do adolescente, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente;

VI - implementar políticas públicas voltadas à pessoa idosa, nos termos do Estatuto do Idoso;

VII - desenvolver ações de inclusão social e fortalecimento de vínculos comunitários;

VIII - apoiar técnica e financeiramente entidades, grupos e organizações da sociedade civil que atuem na área social, em conformidade com a legislação vigente;

IX - fiscalizar a aplicação de auxílios, subvenções e recursos públicos destinados à assistência social;

X - promover a articulação e integração com órgãos municipais, estaduais, federais e entidades da iniciativa privada para o desenvolvimento de ações conjuntas;

XI - implementar e acompanhar políticas públicas relacionadas ao trabalho, emprego e geração de renda;

XII - planejar, coordenar e avaliar programas e ações socioassistenciais, monitorando seus resultados;

XIII - gerir os recursos humanos, materiais e financeiros no âmbito da assistência social;

XIV - prestar assessoramento técnico aos demais órgãos da Administração Municipal na sua área de atuação;

XV - exercer outras atividades correlatas.

Seção V
Da Secretaria Municipal de Educação

Art. 20. Compete à Secretaria Municipal de Educação:

I - planejar, coordenar e executar a política municipal de educação, em consonância com as diretrizes da legislação federal e estadual;

II - administrar, organizar e gerir o Sistema Municipal de Ensino;
III - planejar, coordenar e executar as atividades pedagógicas, compreendendo a pesquisa e o desenvolvimento didático-pedagógico;

IV - desenvolver, monitorar e avaliar indicadores de desempenho do sistema educacional;

V - planejar, organizar, administrar, acompanhar e avaliar o funcionamento das unidades escolares da rede municipal;

VI - garantir a oferta e a expansão da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, assegurando o acesso, a permanência e a qualidade do ensino;

VII - promover a democratização da gestão escolar, assegurando a autonomia pedagógica, administrativa e financeira das unidades de ensino;

VIII - coordenar a elaboração, implementação e acompanhamento dos projetos pedagógicos das unidades escolares;

IX - assegurar a assistência ao educando, incluindo transporte escolar, alimentação escolar e demais serviços de apoio;

X - administrar e gerir as creches e unidades de ensino da rede municipal;

XI - planejar, executar e supervisionar a manutenção e o funcionamento dos estabelecimentos municipais de ensino;

XII - promover a articulação com órgãos públicos e entidades privadas para o desenvolvimento de programas educacionais;

XIII - desenvolver atividades culturais de caráter educacional, voltadas à valorização do patrimônio histórico e à formação dos estudantes;

XIV - prestar assessoramento técnico aos demais órgãos da Administração Municipal na sua área de atuação;

XV - exercer outras atividades correlatas.
Seção VI
Da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

Art. 21. Compete à Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento:

I - planejar, coordenar e executar a política municipal de agricultura e abastecimento;
II - promover o desenvolvimento rural sustentável, incentivando a produção agropecuária e demais atividades produtivas do Município;

III - fomentar a agricultura familiar e apoiar pequenos produtores rurais;

IV - promover ações de incentivo à produção rural, por meio de programas, projetos e parcerias institucionais;

V - articular-se com órgãos governamentais e entidades da iniciativa privada visando à captação de recursos, incentivos e apoio técnico para o setor agrícola;

VI - apoiar e orientar os produtores rurais quanto à produção, organização e comercialização de seus produtos;

VII - criar e fortalecer mecanismos que facilitem a comercialização de gêneros alimentícios de primeira necessidade;

VIII - planejar, coordenar e executar a política municipal de abastecimento, disciplinando a distribuição de gêneros alimentícios;

IX - coordenar e acompanhar programas institucionais voltados ao setor agrícola e ao abastecimento alimentar, inclusive aqueles desenvolvidos em parceria com outros entes federativos;

X - realizar o cadastramento, a emissão e o controle de documentos relativos à atividade rural, incluindo o bloco de produtor;

XI - fiscalizar feiras livres e demais atividades de comercialização de produtos agrícolas;

XII - participar de ações voltadas à orientação e defesa do consumidor, no âmbito de sua competência;

XIII - promover a articulação com outros Municípios e órgãos afins para o desenvolvimento de ações conjuntas no setor agrícola;
XIV - apoiar e participar de eventos, feiras e atividades voltadas à valorização e incentivo à produção rural;

XV - prestar assessoramento técnico aos demais órgãos da Administração Municipal na sua área de atuação;

XVI - exercer outras atividades correlatas.

Seção VII
Da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente
Art. 22. Compete à Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente:

I - planejar, coordenar e executar a política municipal de urbanismo e meio ambiente;

II - promover o ordenamento territorial urbano, incluindo o planejamento e o controle do uso e ocupação do solo;

III - elaborar e executar projetos paisagísticos, de arborização urbana e de manutenção de parques, praças e jardins;

IV - administrar, manter e conservar áreas públicas urbanas, parques, praças, jardins e espaços de lazer;

V - planejar, coordenar e supervisionar os serviços de limpeza urbana, incluindo coleta, reciclagem e destinação de resíduos sólidos, diretamente ou por meio de terceiros;

VI - executar os serviços de limpeza, conservação e controle de terrenos no perímetro urbano;

VII - coordenar e fiscalizar os serviços de iluminação pública e sinalização urbana, no âmbito de sua competência;

VIII - promover o licenciamento, a fiscalização e o controle das atividades urbanas e ambientais, inclusive mediante vistorias e emissão de pareceres técnicos;

IX - vistoriar e fiscalizar obras de construção civil, fornecendo subsídios para a emissão de alvarás e demais atos administrativos;

X - realizar a fiscalização de atividades comerciais e urbanas, no âmbito de sua competência;

XI - executar ações de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente;

XII - desenvolver estudos e pesquisas relacionados à fauna, flora e recursos naturais;

XIII - realizar o levantamento, cadastramento e monitoramento das áreas verdes;

XIV - fiscalizar áreas de preservação e combater a poluição ambiental;

XV - promover o controle, a conservação e a recuperação de rios, riachos e demais recursos hídricos;

XVI - coordenar a gestão e o controle de animais no perímetro urbano, incluindo ações de apreensão e manejo;

XVII - administrar, conservar e manter os cemitérios municipais;

XVIII - prestar assessoramento técnico aos demais órgãos da Administração Municipal na sua área de atuação;

XIX - exercer outras atividades correlatas.

Seção VIII
Da Secretaria Municipal de Esportes

Art. 23. Compete à Secretaria Municipal de Esportes:

I - planejar, coordenar, implementar e avaliar a política municipal de esportes, em consonância com as diretrizes da Administração Municipal;

II - definir metas e indicadores para avaliação do desempenho das ações e programas esportivos;

III - elaborar planos e programas voltados ao desenvolvimento do esporte no Município;

IV - incentivar a prática esportiva em todas as faixas etárias, promovendo a saúde e a qualidade de vida da população;

V - apoiar a criação e o desenvolvimento de ligas esportivas, clubes e associações;

VI - organizar, promover e apoiar eventos esportivos, tais como campeonatos, torneios e competições;

VII - desenvolver programas de iniciação esportiva para crianças, adolescentes e demais públicos;

VIII - planejar, coordenar e supervisionar a implantação, manutenção e conservação de equipamentos e espaços esportivos;

IX - garantir a acessibilidade, a segurança e a adequada utilização dos espaços esportivos;

X - apoiar a realização de eventos esportivos em parceria com entidades públicas e privadas;

XI - estabelecer parcerias e celebrar convênios com órgãos públicos e entidades da iniciativa privada para o desenvolvimento de programas esportivos;

XII - promover a inclusão social por meio do esporte, assegurando o acesso de pessoas com deficiência e grupos em situação de vulnerabilidade;

XIII - gerir os recursos humanos, materiais e financeiros da Secretaria;

XIV - planejar, executar e acompanhar o orçamento da Secretaria;

XV - divulgar as ações e programas esportivos, promovendo a transparência e o acesso à informação;

XVI - prestar assessoramento técnico aos demais órgãos da Administração Municipal na sua área de atuação;

XVII - exercer outras atividades correlatas.

Seção IX
Da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desenvolvimento Econômico

Art. 24. Compete à Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desenvolvimento Econômico:

I - planejar, coordenar e executar as políticas públicas nas áreas de turismo, cultura e desenvolvimento econômico;

II - promover o desenvolvimento cultural do Município, incentivando manifestações artísticas, culturais e a valorização da identidade local;

III - preservar, proteger e valorizar o patrimônio histórico, cultural e turístico do Município;

IV - organizar, apoiar e promover eventos culturais e turísticos;

V - fomentar o turismo local, identificando, estruturando, valorizando e promovendo os atrativos turísticos;

VI - apoiar iniciativas voltadas ao desenvolvimento das atividades culturais e turísticas;
VII - promover o desenvolvimento econômico local, incentivando atividades produtivas, comerciais e de serviços;

VIII - estimular o empreendedorismo, a inovação e a geração de emprego e renda;

IX - apoiar o desenvolvimento de micro e pequenas empresas e de iniciativas produtivas locais;

X - articular-se com órgãos e instituições públicas e privadas para a captação de recursos e o fomento de atividades culturais, turísticas e econômicas;

XI - estabelecer parcerias e celebrar convênios para o desenvolvimento de projetos e programas;

XII - planejar, coordenar e avaliar programas e ações nas áreas de sua competência;

XIII - divulgar ações, projetos e eventos, promovendo o Município como destino turístico e polo cultural;

XIV - prestar assessoramento técnico aos demais órgãos da Administração Municipal na sua área de atuação;

XV - exercer outras atividades correlatas.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. Ficam expressamente revogadas as Leis Municipais n.º 001/2025, n.º 014/2025, n.º057/2025 e n.º 062/2025.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, gabinete do Senhor Prefeito, em 07 de julho de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

ANEXO I
DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS DE INVESTIDURA
DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Símbolo	Denominação / Natureza	Descrição Básica das Atribuições	Requisitos Mínimos
CC1	Secretários Municipais	Exercício de funções de direção superior da Administração Municipal, com responsabilidade pela formulação, coordenação e implementação de políticas públicas, definição de diretrizes, tomada de decisões estratégicas, articulação institucional e controle de resultados da área de atuação.	Escolaridade de nível médio completo e experiência compatível com a área de atuação.
CC1	Procurador-Geral do Município	Exercício de funções de direção superior da Procuradoria-Geral do Município, com responsabilidade pela coordenação, supervisão e	Curso superior em Direito, inscrição regular na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e experiência compatível com as

		orientação das atividades jurídicas do Poder Executivo, compreendendo a representação judicial e extrajudicial do Município, a emissão de pareceres jurídicos, o controle de legalidade dos atos administrativos e a uniformização da interpretação normativa, assegurando a defesa dos interesses públicos e o cumprimento da legislação vigente, bem como o desempenho de outras atribuições correlatas compatíveis com a natureza do cargo.	atribuições do cargo.
CC1	Controlador-Geral do Município	Exercício de funções de direção superior da Controladoria-Geral do Município, com responsabilidade pela coordenação, supervisão e avaliação do sistema de controle interno do Poder Executivo, compreendendo as atividades de auditoria, fiscalização, acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial, orientação técnica aos órgãos da Administração Municipal e verificação da legalidade, legitimidade e economicidade dos atos administrativos, assegurando a transparência da gestão pública e o cumprimento das normas legais e constitucionais, bem como o desempenho de outras atribuições correlatas compatíveis com a natureza do cargo.	Curso superior completo, capacitação técnica e profissional compatível com as atividades de controle interno e experiência compatível com as atribuições do cargo, observados os requisitos estabelecidos na Lei Municipal n.º 047/2007.
CC1A	Assessor Especial de Procuradoria	Exercício de atividades de assessoramento jurídico direto à Procuradoria-Geral do Município, de elevada complexidade e responsabilidade, compreendendo a análise técnica de matérias jurídicas, a elaboração de minutas de atos normativos, pareceres, manifestações jurídicas e estudos especializados, o acompanhamento de processos administrativos e judiciais e o apoio à tomada de decisões estratégicas, assegurando a conformidade dos atos com a legislação vigente, bem como o desempenho de outras atribuições correlatas compatíveis com a natureza do cargo.	Curso superior em Direito, inscrição regular na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e experiência compatível com as atribuições do cargo.
CC1B	Diretores Executivos	Exercício de funções de direção executiva, com responsabilidade pela coordenação de unidades operacionais, gestão de equipes, planejamento e supervisão da execução de serviços públicos, bem como pela tomada de decisões com impacto direto na eficiência e continuidade das ações administrativas.	Escolaridade de nível médio completo e experiência compatível com a área de atuação.
CC1B	Assistente de Procuradoria	Exercício de atividades de apoio técnico e administrativo à Procuradoria-Geral do Município, compreendendo a organização e instrução de processos administrativos, a elaboração de relatórios, estudos e documentos técnicos, o acompanhamento de procedimentos administrativos, a consolidação de informações e o suporte às atividades institucionais da unidade, contribuindo para a regular execução de suas atribuições, bem como o desempenho de outras atribuições correlatas compatíveis com a natureza do cargo.	Curso superior em Direito e experiência compatível com as atribuições do cargo.
CC2	Diretores de Departamento	Exercício de funções de direção e coordenação de unidades administrativas, com responsabilidade pela organização, execução e controle de atividades, supervisão de equipes, acompanhamento de rotinas administrativas e operacionalização das diretrizes definidas pelos níveis superiores.	Escolaridade de nível médio completo e experiência compatível com a área de atuação.
CC2	Agente de Controladoria	Exercício de atividades de assessoramento técnico direto à Controladoria-Geral do Município, compreendendo a análise de processos administrativos, financeiros, contábeis e patrimoniais, a elaboração de relatórios, estudos e manifestações técnicas, o apoio às atividades de auditoria, fiscalização e controle interno, bem como o suporte à tomada de decisões estratégicas relacionadas à gestão, governança e conformidade administrativa, inclusive no âmbito da Administração Indireta, quando cabível e observado o disposto na legislação aplicável, bem como o desempenho de outras atribuições correlatas compatíveis com a natureza do cargo.	Escolaridade de nível médio completo e experiência compatível com as atribuições do cargo.
CC3	Chefes de Divisão	Exercício de funções de chefia e supervisão de atividades específicas, com responsabilidade pela execução, controle e acompanhamento de rotinas administrativas e operacionais, orientação de servidores e apoio à gestão da unidade.	Escolaridade de nível médio completo e experiência compatível com a área de atuação.

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:27ECDBD6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 270/2026

MUNICIPIO DE CONTENDA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 270/2026 de 27/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CONTENDA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2293/2025 de 09/12/2025.

Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$736.826,07 (setecentos e trinta e seis mil e oitocentos e vinte e seis reais e sete centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
03.001		DEPARTAMENTO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
03.001.04.122.0003.2.007		MANUTENCAO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
26 - 3.1.90.94.00.00	000	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	25.275,00
04		SECRETARIA DE FINANCAS	
04.003		DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO, CADASTRO E FISCALIZACAO	
04.003.04.129.0004.2.013		ADMINISTRACAO DE TRIBUTOS FISCALIZACAO E CADASTRO	
106 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	1.550,00

05		SECRETARIA DE INDUSTRIA, AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	
05.001		DEPARTAMENTO DE AGROPECUARIA	
05.001.20.606.0008.2.015		MANUTENCAO DOS SERVICOS AGROPECUARIOS	
136 - 3.1.90.16.00.00	000	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	890,00
06		SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA , ESPORTE E TURISMO	
06.002		SETOR DE EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	
06.002.12.361.0013.2.023		ASSESSORIA PEDAGOGICA	
245 - 3.1.90.13.00.00	103	CONTRIBUICOES PATRONAIS	1.550,00
06.002.12.361.0013.2.024		MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
271 - 3.3.90.39.00.00	104	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	9.225,00
271 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	4.336,00
06.002.12.361.0014.2.025		MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
282 - 3.1.91.13.00.00	000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	695,00
284 - 3.3.90.14.00.00	104	DIARIAS - CIVIL	1.807,07
06.002.12.365.0012.2.029		MANUTENCAO DA EDUCACAO INFANTIL	
304 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	506,00
317 - 3.3.90.39.00.00	104	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	11.680,00
06.003		FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - FUNDEB	
06.003.12.361.0013.2.034		FUNDEB ENSINO FUNDAMENTAL	
354 - 3.1.90.11.00.00	7101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25.897,82
358 - 3.1.91.13.00.00	7101	CONTRIBUICOES PATRONAIS	1.566,49
06.003.12.361.0014.2.035		MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR FUNDEB	
366 - 3.1.90.16.00.00	101	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	10.007,00
06.003.12.365.0012.2.036		FUNDEB EDUCACAO INFANTIL	
373 - 3.1.90.11.00.00	1040	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	128.789,97
373 - 3.1.90.11.00.00	7101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	32.778,61
374 - 3.1.90.13.00.00	7101	CONTRIBUICOES PATRONAIS	534,21
07		SECRETARIA DE SAUDE	
07.003		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.003.10.301.0019.2.042		FARMACIA MUNICIPAL	
485 - 3.1.91.13.00.00	000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	2.480,00
07.003.10.301.0019.2.043		MANUTENCAO DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE	
Suplementação			
498 - 3.1.90.11.00.00	3494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	661,96
498 - 3.1.90.11.00.00	4944	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	186.952,15
500 - 3.1.90.16.00.00	4944	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	23.104,22
500 - 3.1.90.16.00.00	303	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	5.135,00
501 - 3.1.90.94.00.00	303	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	13.405,00
502 - 3.1.91.13.00.00	4944	CONTRIBUICOES PATRONAIS	21.318,96
502 - 3.1.91.13.00.00	000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	6.900,00
502 - 3.1.91.13.00.00	494	CONTRIBUICOES PATRONAIS	438,61
504 - 3.3.90.08.00.00	000	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	3.580,00
506 - 3.3.90.30.00.00	34942	MATERIAL DE CONSUMO	36.000,00
506 - 3.3.90.30.00.00	494	MATERIAL DE CONSUMO	36.000,00
506 - 3.3.90.30.00.00	4941	MATERIAL DE CONSUMO	1.810,00
507 - 3.3.90.32.00.00	303	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	11.260,00
512 - 3.3.90.39.00.00	4941	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	235,00
514 - 3.3.90.46.00.00	303	AUXILIO-ALIMENTACAO	30.620,00
07.003.10.301.0019.2.044		PROGRAMA DE AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	
519 - 3.1.90.11.00.00	303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	27.820,00
520 - 3.1.90.13.00.00	303	CONTRIBUICOES PATRONAIS	10.300,00
07.003.10.302.0019.2.046		MANUTENCAO DO PROGRAMA CAPS I	
552 - 3.3.90.30.00.00	3887	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00
07.003.10.304.0019.2.048		MANUTENCAO DA VIGILANCIA SANITARIA	
583 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	405,00
589 - 3.3.90.30.00.00	34941	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
595 - 3.3.90.46.00.00	000	AUXILIO-ALIMENTACAO	25,00
08		SECRETARIA DE PROMOCAO E ASSISTENCIA SOCIAL	
08.002		FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	
08.002.08.243.0021.6.052		FMDCCA - BLOCO DA PROTECAO SOCIAL BASICA	
662 - 3.1.91.13.00.00	934	CONTRIBUICOES PATRONAIS	145,00
672 - 3.3.90.46.00.00	000	AUXILIO-ALIMENTACAO	3.880,00
08.002.08.243.0021.6.055		FMDCCA - BLOCO DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	
705 - 3.1.90.16.00.00	000	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	8.540,00
707 - 3.1.91.13.00.00	941	CONTRIBUICOES PATRONAIS	1.340,00
08.003		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.003.08.245.0021.2.090		FMAS - BLOCO DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
740 - 3.3.90.46.00.00	000	AUXILIO-ALIMENTACAO	2.250,00
08.003.08.245.0021.2.091		FMAS - BLOCO DE PROTECAO SOCIAL BASICA	
743 - 3.1.90.11.00.00	940	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	9.292,00
745 - 3.1.90.16.00.00	000	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	2.425,00
747 - 3.1.91.13.00.00	934	CONTRIBUICOES PATRONAIS	38,00
09		SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO E SERVICOS PUBLICOS	
09.001		DEPARTAMENTO DE SERVICOS URBANOS E FISCALIZACAO DE OBRAS	
09.001.15.451.0022.2.060		MANUTENCAO DOS SERVICOS URBANOS	
781 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	4.797,00
09.002		DEPARTAMENTO DE OBRAS GALERIAS ARTES CORRENTES E CONSERVACAO	
09.002.15.451.0023.2.061		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	
796 - 3.1.90.16.00.00	000	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	1.860,00
797 - 3.1.90.94.00.00	000	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	990,00
09.002.25.752.0023.2.062		MANUTENCAO DA ENERGIA ELETRICA	

Suplementação			
810 - 3.1.90.16.00.00	000	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	1.025,00
812 - 3.1.91.13.00.00	000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	400,00
09.003		DEPARTAMENTO DE VIACAO	
09.003.26.782.0024.2.063		MANUTENCAO DO SERVICO RODOVIARIO MUNICIPAL	
825 - 3.1.90.94.00.00	000	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	16.305,00

		Total Suplementação:	736.826,07

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Superávit financeiro;

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
34942	EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS CUSTEIO SUS	36.000,00
3887	CUSTEIO CAPS	6.000,00
34941	BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES PÚBLICOS DE SAÚDE	2.000,00
3494	BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	1.100,57
Total		45.100,57

Art 3º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo 1º, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
03		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
03.001		DEPARTAMENTO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
03.001.04.122.0003.2.007		MANUTENCAO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
27 - 3.1.91.13.00.00	000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	25.275,00
04		SECRETARIA DE FINANCAS	
04.003		DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO, CADASTRO E FISCALIZACAO	
04.003.04.129.0004.2.013		ADMINISTRACAO DE TRIBUTOS FISCALIZACAO E CADASTRO	
105 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.550,00
05		SECRETARIA DE INDUSTRIA, AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	
05.001		DEPARTAMENTO DE AGROPECUARIA	
05.001.20.606.0008.2.015		MANUTENCAO DOS SERVICOS AGROPECUARIOS	
134 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	890,00
06		SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA , ESPORTE E TURISMO	
06.002		SETOR DE EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	
06.002.12.361.0013.2.023		ASSESSORIA PEDAGOGICA	
248 - 3.1.91.13.00.00	103	CONTRIBUICOES PATRONAIS	1.550,00
06.002.12.361.0013.2.024		MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
262 - 3.3.71.70.00.00	104	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	9.000,00
265 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	1.428,00
270 - 3.3.90.37.00.00	104	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	225,00
272 - 3.3.90.40.00.00	000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA	2.908,00
06.002.12.361.0014.2.025		MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
279 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	695,00
Redução			
289 - 3.3.90.39.00.00	104	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.807,07
06.002.12.365.0012.2.029		MANUTENCAO DA EDUCACAO INFANTIL	
303 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	506,00
318 - 3.3.90.40.00.00	104	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA	11.680,00
06.003		FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - FUNDEB	
06.003.12.361.0014.2.035		MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR FUNDEB	
364 - 3.1.90.11.00.00	101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.007,00
07		SECRETARIA DE SAUDE	
07.003		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.003.10.301.0019.2.042		FARMACIA MUNICIPAL	
482 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	2.480,00
07.003.10.301.0019.2.043		MANUTENCAO DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE	
498 - 3.1.90.11.00.00	303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	49.160,00
498 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.580,00
499 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	6.900,00
506 - 3.3.90.30.00.00	303	MATERIAL DE CONSUMO	11.260,00
07.003.10.301.0019.2.044		PROGRAMA DE AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	
528 - 3.3.90.46.00.00	303	AUXILIO-ALIMENTACAO	38.120,00
07.003.10.304.0019.2.048		MANUTENCAO DA VIGILANCIA SANITARIA	
582 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	430,00
08		SECRETARIA DE PROMOCAO E ASSISTENCIA SOCIAL	
08.002		FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	
08.002.08.243.0021.6.052		FMDCCA - BLOCO DA PROTECAO SOCIAL BASICA	
658 - 3.1.90.11.00.00	934	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	145,00
658 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.880,00
08.002.08.243.0021.6.055		FMDCCA - BLOCO DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	
703 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	8.540,00
711 - 3.3.90.30.00.00	941	MATERIAL DE CONSUMO	1.340,00
08.003		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.003.08.245.0021.2.090		FMAS - BLOCO DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA E ALTA	
726 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.250,00
08.003.08.245.0021.2.091		FMAS - BLOCO DE PROTECAO SOCIAL BASICA	
743 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.425,00
752 - 3.3.90.33.00.00	934	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	38,00
755 - 3.3.90.39.00.00	940	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	9.292,00
09		SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO E SERVICOS PUBLICOS	

Redução			
09.001		DEPARTAMENTO DE SERVICOS URBANOS E FISCALIZACAO DE OBRAS	
09.001.15.451.0022.2.060		MANUTENCAO DOS SERVICOS URBANOS	
778 - 3.3.90.14.00.00	000	DIARIAS - CIVIL	800,00
780 - 3.3.90.33.00.00	000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	3.340,00
784 - 3.3.90.40.00.00	000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	167,00
786 - 3.3.90.93.00.00	000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	490,00
09.002		DEPARTAMENTO DE OBRAS GALERIAS ARTES CORRENTES E CONSERVACAO	
09.002.15.451.0023.2.061		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	

794 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.850,00
09.002.25.752.0023.2.062		MANUTENCAO DA ENERGIA ELETRICA	
808 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.425,00
09.003		DEPARTAMENTO DE VIACAO	
09.003.26.782.0024.2.063		MANUTENCAO DO SERVICO RODOVIARIO MUNICIPAL	
822 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16.305,00
Total Redução:			232.738,07

Art 4º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo 1º, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Excesso de arrecadação;

Receita	
Receita: 1.7.5.1.50.0.1 TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BASICA E DE VALORIZAÇÃO - Fonte: 7101.	60.777,13
Receita: 1.7.1.5.52.0.1 Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAR - Principal - Fonte: 1040	128.789,97
Receita: 1.7.2.3.50.0.1.32 TRANSFERENCIA FUNDO A FUNDO - INCENTIVO CUSTEIO PROAPS PARANA FIXO - Fonte: 4941	2.045,00
Receita: 1.7.1.3.50.1.1.18 TRANSFERENCIA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - CUSTEIO ATENÇÃO PRIMÁRIA PORTARIA 10.169 - Fonte: 494	36.000,00
Receita: 1.7.1.9.57.0.1 Transferência Especial da União - Principal - Fonte: 4944	231.375,33
Total da Receita:	458.987,43

Art 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE CONTENDA, Estado do PR, em 27 de Julho de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito

Publicado por:
Lidia Czaya Jargas
Código Identificador:EA955604

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2026 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2026

INÍCIO: 31/07/2026 **VALIDADE:** 30/07/2027

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de mini escavadeira hidráulica, por hora/máquina, com operador, destinados à execução de serviços de limpeza e conservação na sede e interior do município.

Razão Social: AC BRANCO EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ: 55.708.308/0001-88
Endereço: Rua Continuidade da Rua Cambará, nº 84, Zona Rural, Jandaia do Sul/PR
CEP: 86.900-000
Telefone: (44) 98812-1470
E-mail: acbrancolicitacao@gmail.com
Representante Legal: Cristóvão da Silva Branco

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, PREÇO REGISTRADO E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
1.1 Constitui o objeto da presente Ata de Registro de Preços a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de mini escavadeira hidráulica, por hora/máquina, com operador, destinados à execução de serviços de limpeza e conservação na sede e interior do município.
1.2 A presente Ata de Registro de Preços tem valor total estimado de R$ 116.580,00 (cento e dezesseis mil, quinhentos e oitenta reais), ressalvado o direito de o Município efetuar o pagamento apenas dos serviços efetivamente solicitados, executados e atestados, conforme os itens, unidades, quantitativos estimados e preços unitários registrados por lote, na forma da planilha abaixo:

Item	Descrição	Qtde	Marca/modelo	Valor unit	Valor total
01	Locação de mini escavadeira hidráulica por hora máquina, com disponibilização de operador qualificado, com especificações mínimas de: •Peso operacional mínimo de 2.700 Kg •Potência mínima de 25 hp, líquida ou bruta, conforme informado pelo fabricante •Velocidade de deslocamento entre 3,0 e 5,0 km/h •Profundidade mínima de escavação: 2,60 metros (braço para escavação) •Alcance mínimo ao nível do solo: 4,50 metros •Perfuratriz hidráulica com capacidade de perfuração de até 5 (cinco) metros de profundidade; •Garra polegar hidráulica •Giro lateral de lança •No mínimo 3 conchas de escavação, com as seguintes especificações mínimas: Concha estreita – 20 cm de largura, capacidade aprox.: 0,020 m3 Concha intermediária - 45 cm de largura, capacidade aprox.: 0,055 m3 Concha trapezoidal (concha em V) – 90 cm de largura, capacidade aprox.: 0,098 m3	500 horas	YANMAR/Vio3	R$233,16	R$116.580,00

1.3 Todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, seguros, despesas fiscais e financeiras, impostos, encargos diversos, mão de obra, fretes, encargos sociais, transportes, equipamentos, materiais, ferramentas, instalações, manutenções, embalagens, impostos, deslocamentos de pessoal, pernoites, taxas e todo ônus direto e indireto, enfim, quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, serão de inteira responsabilidade da contratada, devendo estes custos já estar englobado na proposta final firmada pela licitante. A omissão de qualquer despesa será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

1.4 A contratada deverá entregar o produto, quando da solicitação da Contratante, em remessa única, nos endereços especificados no instrumento convocatório;
1.5 A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;
1.6. A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;
1.7. Vinculam está contratação, independente de transcrição:
1.7.1 O Termo de Referência;
1.7.2 O Edital da Licitação;
1.7.3 A Proposta de Preços da Contratada;
1.7.4 Anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA
2.1 - A prestação de serviços deverá ser realizada a partir da assinatura da Ata de Registro ou recebimento da nota de empenho, nos locais e datas indicados, em conformidade com o ANEXO I deste Edital.
2.1.1. Os serviços consistem na locação de mini escavadeira hidráulica, com disponibilização de operador capacitado, sendo executados sob o regime de hora/máquina efetivamente trabalhada, abrangendo tanto a sede do município quanto as comunidades do interior, podendo ocorrer a distâncias variáveis de 10 (dez) a 45 (quarenta e cinco) quilômetros da sede do município;
2.1.2. Os serviços serão solicitados pela secretaria demandante com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis antes da data de execução, sendo indicado o local de execução, a natureza do serviço a ser realizado (escavação, remoção, nivelamento, limpeza de valas, manutenção de estradas, entre outros) e a estimativa de horas necessárias;
2.1.3. Para a prestação dos serviços deverá ser utilizada mini escavadeira hidráulica em perfeitas condições de uso e conservação, com as especificações mínimas especificadas no termo de referência;
2.1.4. O equipamento deverá ser operado exclusivamente por profissional capacitado, com experiência comprovada na condução de máquinas dessa natureza, mediante apresentação de certificado de curso de operador de máquinas pesadas e/ou comprovação de experiência prática, sendo de responsabilidade exclusiva da Contratada todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e de qualquer outra natureza relativos ao operador disponibilizado;
2.1.5. Todos os custos referentes ao deslocamento, como combustível, pedágio, manutenção, custos fiscais de transporte, custos fiscais para emissão de Nota Fiscal de cobrança da Prefeitura, multas, licenciamento e demais custos provenientes do uso do veículo, serão por conta da Contratada;
2.2. A referida Autorização/Ordem de Serviços poderá ser remetida através de e-mail ou outro meio que a Prefeitura julgar conveniente. O descumprimento do referido prazo poderá resultar em rescisão contratual.
2.5. Nos preços ofertados estão inclusos todos os custos com taxas, tributos, impostos, seguros, fretes, deslocamentos, transportes, estadia, alimentação, materiais, EPIs, insumos e outros sem exibir quaisquer ônus adicionais além do proposto inicialmente.
2.6. A execução do objeto relativo à presente licitação dar-se-á sob a forma parcelada, sendo somente pagos os valores relativos aos produtos/serviços efetivamente entregues/executados, conforme a necessidade do Município, sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total disposta nos itens constantes do termo de referência.
2.7. O(s) atraso(s) na entrega/execução do(s) produto(s)/serviço(s), somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos, de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Prefeitura, desde que comprovados na época oportuna;
2.8. A Contratada assumirá integral responsabilidade civil por eventuais danos causados a terceiros ou ao patrimônio público durante a execução dos serviços, decorrentes de ação ou omissão do operador ou de falha do equipamento, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cabíveis;

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO
3.1 O pagamento será efetuado observando a ordem cronológica para cada fonte de recursos, em observação ao Decreto Municipal nº 161/2023.
3.2. Sendo que estes serão efetuados mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente, devendo o faturamento ocorrer 02 (duas) vezes ao mês, da seguinte forma:
3.2.3 O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de até 15 (quinze) dias após a apresentação do Relatório de Serviços Prestados e respectiva Nota Fiscal, desde que não haja fator impeditivo imputável ao Contratado.
3.2.4 A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo município e conforme relatório dos serviços prestados.
3.3. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em sistema eletrônico (Nota Fiscal Eletrônica) em moeda corrente do país, exceto para empresas que estejam instaladas em municípios que ainda não possuam tal sistema.
3.5. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
3.6. As notas fiscais deverão ser emitidas constando a informação Pregão, na forma Eletrônica nº 024/2026, conforme descrição na Ordem de Fornecimento:
3.7. ***De quando da emissão das notas fiscais, deverão obedecer às regras de retenção de Imposto de Renda previstas no Decreto Municipal nº 234/2023, conforme link: https://www.diariomunicipal.com.br/amp/materia/E112774E/6d980aa2863a0ccf5dc2cca13834667c6d980aa2863a0ccf5dc2cca13834667c***

4. CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO DO REAJUSTE
4.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.
4.2. Após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado e mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE do período, e em sua falta, aplicar-se-á o índice fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do §7º, do art. 25, da Lei nº 14.133/2021;
4.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
4.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;
4.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
4.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;
4.8 O reajuste será realizado por meio de termo aditivo.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
5.1 Na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da contratante para a justa remuneração dos itens, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do Reequilíbrio Econômico Financeiro inicial da Ata de Registro de Preços.
5.2 Para admissão do pedido de reequilíbrio, a empresa vencedora deverá apresentar a Solicitação Formal de Reajuste, com identificação completa da empresa, datada, assinada pelo representante legal indicando seu nome e função, apresentando o item solicitado para reajuste, em planilha que contenha uma composição básica do preço, indicando nesta, o custo do produto na época da licitação, incidência tributária, com indicação individual de cada tributo e a respectiva alíquota, detalhamento de eventuais despesas incidentes sobre o produto e seu fornecimento e a margem de lucro em cada item. A composição deverá ser apresentada, referente ao momento da confecção da proposta na época da licitação, comparando-se mesmo critério no momento da solicitação do reequilíbrio. Conclusivamente, a empresa deverá indicar o Valor Solicitado de reequilíbrio, anexando também, para comprovação de forma documental, elementos que confirmem a elevação e o desequilíbrio contratual, como por exemplo, notas fiscais dos laboratórios, distribuidores, informativos dos fabricantes, entre outros elementos que a empresa entender pertinentes e que comprovem o desequilíbrio contratual.
5.3. Para os pedidos de reequilíbrio serão considerados os critérios alusivos ao percentual de desconto concedido no momento da proposta vencedora, assim como, o valor médio de mercado conforme pesquisas de preços a serem realizadas pela Secretaria Solicitante.
5.4. Admitido o pedido de reequilíbrio, o procedimento de revisão dos preços registrados levará em consideração a composição dos preços prevista no subitem 4.2. Sendo satisfatórios os elementos apresentados para reequilíbrio, ocorrerá o deferimento do pedido, sendo pactuado o "Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro", vigorando a partir desta data o novo preço.
5.5 Caso não sejam satisfatórios os elementos para análise do pedido de Reequilíbrio, a Secretaria responsável pela Licitação poderá realizar nova pesquisa de mercado dos itens solicitados, podendo comparar os preços solicitados para reajuste e apresentar contraproposta a solicitante. Não havendo consenso entre as partes quanto ao possível novo preço, poderá haver o cancelamento do registro de preços com o fornecedor, liberando a empresa das obrigações da Ata de Registro de Preços. Neste caso, reserva-se o Município de Fernandes Pinheiro/PR a possibilidade de analisar os demais classificados no item ou então realizar nova licitação, na melhor forma a atender o Interesse Público.
5.6 A eventual solicitação realizada pela contratada será processada após a análise pela Secretaria Solicitante e pelos Departamentos Técnicos e Jurídico, sendo, após essa etapa, declarada sua procedência ou não.
5.7 Os novos preços reajustados só poderão ser praticados a partir da data da emissão do Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, devendo obrigatoriamente a empresa fornecer todo e qualquer pedido solicitado até a presente data com o valor "antigo".
5.8 Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a contratada não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados ao preço vigente.
5.9 O proponente vencedor deverá repassar "obrigatoriamente", sujeito as multas e sanções administrativas", o valor atualizado dos produtos quando os mesmos sofrerem "redução de preço".

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
6.1 A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata de Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Art. 7º, Inc. XIV, do Decreto nº 11.462/2024.
6.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata.
6.3. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, assegurada a ampla defesa, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
a) Advertência;
b) Multa;
c) Impedimento de licitar e contratar e
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
6.4 A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta ao interesse do produto contratado.
6.5. Por atraso da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Ata de Registro de Preço a ser calculado desde o dia estabelecido para entrega até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.
6.6. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado cancelada a Ata de Registro de Preços e aplicado à multa de 30% (trinta por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.
6.7. Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado, a critério da Administração, considerando a gravidade da infração cometida.
6.8 A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
6.9. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na legislação vigente.
6.10. As penalidades acima descritas quando de sua aplicação serão cumulativas, ou seja, a aplicação de uma não exclui as aplicadas anteriormente.
6.11. Os dias de atraso serão corridos e contados a partir da data de entrega prevista.
6.12 A cobrança da multa será efetivada por desconto no pagamento das faturas, nas garantias ou ainda diretamente da contratada.
6.13. No caso de cobrança de multa diretamente da contratada, está deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da correspondente notificação.
6.14 A penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município", pelo prazo de até 03 (três) anos, poderá ser aplicada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao "Município":
a) Reincidência em descumprimento de prazo contratual;
b) Descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual;
c) Cancelamento da Ata de Registro de Preços.
6.15 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta à contratada que descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao "Município".

6.16 As penalidades de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município" e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas, ainda, à contratada que tenha sofrido condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixe de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais.
6.17 As penalidades de impedimento temporário para licitar e contratar com o "Município" e a de declaração de inidoneidade serão aplicadas por competente autoridade, após a instrução do respectivo processo, no qual fica assegurada a ampla defesa da contratada.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA INEXECUÇÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
a). Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
b). Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
c). Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Art. 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2024; ou
d). Sofrer sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.
7.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
7.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
7.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
7.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
a). Por razão de interesse público;
b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Art. 26, § 3º e Art. 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462/2024.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO
8.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto licitado.
8.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) "Prática Corrupta": Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da Ata de Registro de Preços;
b) "Prática Fraudulenta": A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da Ata de Registro de Preços;
c) "Prática Colusiva": Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) "Prática Coercitiva": Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços;
e) "Prática Obstrutiva": (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, do Edital; (II) Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
8.3 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de Atas de Registro de Preços financiadas pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de uma Ata de Registro de Preços financiada pelo organismo.
8.4 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de a Ata de Registro de Preços vir a ser financiada, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução da Ata de Registro de Preços e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da Ata de Registro de Preços.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
9.1. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades.
9.2. Relacionar-se com a contratada exclusivamente por meio de pessoas por ela indicada.
9.3. Nomear o gestor e fiscal responsável pelo acompanhamento da contratação.
9.4. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços em conformidade com o objeto contratado.
9.5. Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não tiver de acordo por meio de notificação à contratada.
9.6. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
10.1. Executar os serviços de locação de mini escavadeira hidráulica em estrita conformidade com as especificações contidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e demais anexos.
10.2. Executar os serviços com a mini escavadeira hidráulica nos locais previamente indicados pela Contratante, os quais poderão estar localizados a distâncias variáveis, entre 10 km e 45 km da sede do Município.
10.3. Disponibilizar operadores devidamente habilitados, treinados e legalmente aptos à execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente por seus atos durante a execução contratual.
10.4. Responsabilizar-se integralmente pela operação da mini escavadeira hidráulica e pela execução dos serviços de escavação, remoção e nivelamento de terra, inclusive quanto a danos causados ao equipamento, a terceiros, ao patrimônio público ou privado e ao meio ambiente.
10.5. Executar os serviços no local indicado pela Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo, observando as condições adequadas de segurança e operacionalidade.
10.6. Arcar com todas as despesas decorrentes da execução contratual, incluindo combustível, pedágio, manutenção preventiva e corretiva dos veículos, pneus, lubrificantes, seguros, taxas, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, multas, licenciamento, alimentação, hospedagem, deslocamentos e quaisquer outros custos diretos ou indiretos necessários à perfeita execução do objeto.

10.7. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame licitatório.
10.8. Comunicar imediatamente à Contratante qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços, incluindo acidentes, avarias mecânicas, atrasos, interrupções de rota ou impossibilidade de atendimento.
10.9. Substituir imediatamente veículo ou motorista que não atenda às exigências do Edital ou que comprometa a adequada execução dos serviços.
10.10. Atender prontamente às determinações do fiscal e do gestor do contrato, prestando todas as informações, documentos e esclarecimentos solicitados.
10.11. Apresentar, quando solicitado pela fiscalização, relatório contendo:
a) identificação do veículo utilizado;
b) nome do motorista;
c) data e horário da execução dos serviços.
10.12. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração.
10.13. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar o objeto sem prévia e expressa autorização da Administração.
10.14. Providenciar a imediata correção de falhas, irregularidades ou defeitos apontados pela fiscalização, sem ônus adicional para a Administração.
10.15. Observar integralmente a legislação ambiental, trabalhista, previdenciária, fiscal, de trânsito e de segurança aplicável à execução dos serviços.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
11.1 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às multas e sanções administrativas previstas no Edital, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.
11.2 O compromisso de execução dos serviços ficará caracterizado mediante o recebimento da Ordem de Serviço, da Nota de Empenho, do contrato ou de outro instrumento equivalente expedido pelo Município de Fernandes Pinheiro/PR.
11.3 O fornecedor fica obrigado a atender todos os pedidos empenhados durante a execução da Ata de Registro de Preços, a critério da Administração.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
12.1 A fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada pelo(a) servidor(a) designado pela Portaria nº 045/2025.
12.2 A Administração reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os itens objeto da Ata de Registro de Preços.
12.3. Caberá, também, a Fiscalização da Administração Municipal:
a). Notificar à contratada quanto às irregularidades encontradas na execução da Ata de Registro de Preços;
b). Fiscalizar para que a contratada se mantenha regularizada ante as obrigações assumidas, especialmente quanto à habilitação;
c). Indicar fiscal substituto para eventual necessidade, repassando àquele todas as condições contratuais pactuadas.
12.4. O fiscal será responsável por encaminhar a Administração Municipal as informações para procedimentos administrativos relativos à aplicação das sanções administrativas pertinentes à advertência e multas, sendo garantido à empresa o prazo de, até 05 (cinco) dias úteis, para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.
12.5 A advertência será anotada em registro próprio, com a devida assinatura da empresa e informada no processo respectivo.
12.6 Sendo ainda cabível a aplicação das multas, a Administração deverá iniciar processo administrativo pertinente, notificando expressamente à contratada, iniciando-se prazo para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, após o que será encaminhado para análise jurídica.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
13.1 A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
13.2 Reserva-se a Pregoeira ou à autoridade superior o direito de solicitar, em qualquer fase da licitação, informações complementares e promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.
13.3 A Pregoeira poderá transformar o processo em diligência para apuração de dados e condições indispensáveis ao julgamento da Habilitação e Proposta, bem como se valer dos préstimos de técnicos, consultores ou empresas especializadas para subsidiar suas análises e julgamento.
13.4. É facultado ao Município de Fernandes Pinheiro/PR, solicitar a atualização de qualquer documento relativo a presente licitação.
13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
13.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
13.7 A proponente é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes relativas ao objeto cotado, assumindo todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
13.8 A contratada não poderá ceder a Ata de Registro de Preços a nenhuma pessoa, física ou jurídica.
13.9. Em nenhuma hipótese haverá vínculos empregatícios e encargos trabalhistas entre a contratada e o contratante, responsabilizando-se cada qual pelos encargos que lhes forem pertinentes.
13.10 Toda a execução do objeto dar-se-á, obrigatoriamente, através de profissionais devidamente habilitados, capacitados, treinados, equipados e regularmente inscritos junto ao órgão competente (quando necessário).
13.11. Os casos omissos serão dirimidos pela Pregoeira com o auxílio da Equipe de Apoio, de comum acordo entre as partes, com base na legislação vigente.
13.12. As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento da Ata de Registro de Preços, perante o Foro da Comarca de Teixeira Soares, Estado do Paraná, o qual é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias pela Pregoeira e pela Equipe de Apoio, à luz da legislação vigente, relativas a este Pregão e a adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.
13.13 E por estarem, assim, justos e combinados, firmam o presente Documento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, nas disposições da legislação vigente.

Fernandes Pinheiro, 31 de julho de 2026.

Município De Fernandes Pinheiro
OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

AC BRANCO EMPREENDIMENTOS LTDA
Contratada

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:99279813

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE DEFERIMENTO/INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES CONCURSO 001/2026

Edital 003/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – PARANÁ
CONCURSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE PESSOAL – PSP
EDITAL Nº 001/2026

O **Sr. Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito do Município de General Carneiro – Paraná,** no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no **Edital 001/2026**, **RESOLVE** retificar o **Edital de Abertura**, especificamente no que tange ao **Item 3** - Dos Cargos a serem Providos e ao **Item 16** – Da Prova de Títulos – (Quadro de Pontuação) e ratificar os demais Itens do Edital 001/2026, conforme abaixo:

Relação Geral:

1º. Ficam **DEFERIDAS PRELIMINARMENTE** as **Inscrição** dos candidatos abaixo relacionados, que se declararam **AFRODESCENDENTES,** como segue:

Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Condições
38822	Julio Cesar Correa Osorio	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	Afrodescendente
39252	Heloize Gubert	06 - Profissional de Apoio Escolar	Afrodescendente
39201	Joceilene Cristina Maia	07 - Professor de Arte	Afrodescendente
39244	Virlei Teresinha Sampaio Alves	07 - Professor de Arte	Afrodescendente
39123	Elaine Cristina dos Santos	07 - Professor de Arte	Afrodescendente
39248	Simone de Fatima Chagas	07 - Professor de Arte	Afrodescendente
39230	Daniela Aparecida Esthesne Kukul	07 - Professor de Arte	Afrodescendente
39034	Nereide Pereira Chokailo	07 - Professor de Arte	Afrodescendente
39285	Bruna Carla Brasil Moreira	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Afrodescendente
39353	Lucineia de Jesus Quadros	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Afrodescendente
39202	Joceilene Cristina Maia	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Afrodescendente
39073	Jean Carlos Fernandes dos Santos	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Afrodescendente
39243	Virlei Teresinha Sampaio Alves	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Afrodescendente
39291	Carina Cristiane Padilha	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Afrodescendente
39299	Milza Paula Krulicoski Rodrigues	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Afrodescendente
38903	Elaine Cristina dos Santos	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Afrodescendente
39246	Simone de Fatima Chagas	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Afrodescendente
39226	Daniela Aparecida Esthesne Kukul	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Afrodescendente
38815	Nereide Pereira Chokailo	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Afrodescendente
38871	Janaira Aparecida Alves de Assuncao Matucheski	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Afrodescendente

2º. Ficam **DEFERIDAS PRELIMINARMENTE** as solicitações de **Isenção da Taxa de Inscrição** aos candidatos abaixo relacionados, que comprovaram sua inscrição no Cadastro Único, estabelecido no **Edital nº 001/2026,** conforme segue:

Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Condições
38836	Tadeu Vergilio Rucker Grossl	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Cadastro Único
38790	Cleslaine Taiara Muller	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Cadastro Único
38818	Lucas Vick	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	Cadastro Único
39354	Brendon Victhor Grossl	06 - Profissional de Apoio Escolar	Cadastro Único
39347	Jessica Andressa de Freitas	06 - Profissional de Apoio Escolar	Cadastro Único
38877	Aline Coguta	06 - Profissional de Apoio Escolar	Cadastro Único
39080	Marcia da Conceição de Mello	06 - Profissional de Apoio Escolar	Cadastro Único
39227	Leila Bueno de Sousa	06 - Profissional de Apoio Escolar	Cadastro Único
39118	Luana de Fatima dos Santos	06 - Profissional de Apoio Escolar	Cadastro Único
39119	Izabel Muniz Lemos	06 - Profissional de Apoio Escolar	Cadastro Único
38804	Emanoele Santos Garcia	06 - Profissional de Apoio Escolar	Cadastro Único
39015	Andressa Caroline Furtado	07 - Professor de Arte	Cadastro Único
39358	Kamile Tibes Cordeiro	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Cadastro Único
39247	Maricler Mariano dos Santos	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Cadastro Único
39350	Kaylane Tibes Cordeiro	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Cadastro Único
39237	Luana Taborda de Lima	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Cadastro Único
39000	Maria Eduarda Correia	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Cadastro Único
39014	Andressa Caroline Furtado	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Cadastro Único
38963	Juliana Barbosa da Luz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Cadastro Único
38862	Suelen Costa Silva	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Cadastro Único
38801	Rose Martins	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Cadastro Único
38928	Marcia da Conceição de Mello	14 - Prof. EI e EF I - E. Colina Verde - Campo	Cadastro Único
38947	Brenda Christi Moraes Chagas	16 - Psicólogo	Cadastro Único

3º. Ficam **DEFERIDAS PRELIMINARMENTE** as solicitações de **Isenção da Taxa de Inscrição** aos candidatos abaixo relacionados, que enviaram a **Declaração de Desemprego,** conforme segue:

Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Condições
38818	Lucas Vick	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	Desemprego
39347	Jessica Andressa de Freitas	06 - Profissional de Apoio Escolar	Desemprego

39080	Marcia da Conceição de Mello	06 - Profissional de Apoio Escolar	Desemprego
39118	Luana de Fatima dos Santos	06 - Profissional de Apoio Escolar	Desemprego
39015	Andressa Caroline Furtado	07 - Professor de Arte	Desemprego
39237	Luana Taborda de Lima	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Desemprego
39317	Karin Alves Dutra de Abreu	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Desemprego
39000	Maria Eduarda Correia	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Desemprego
39014	Andressa Caroline Furtado	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Desemprego
38963	Juliana Barbosa da Luz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Desemprego
38862	Suelen Costa Silva	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Desemprego
38928	Marcia da Conceição de Mello	14 - Prof. EI e EF I - E. Colina Verde - Campo	Desemprego

4º. Ficam **DEFERIDAS PRELIMINARMENTE** as solicitações de **Isenção da Taxa de Inscrição** aos candidatos abaixo relacionados, que comprovaram serem **doadores de medula**, conforme segue:

Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Condições
39208	Aline Maria dos Santos	01 - Assistente Social	Doador de Medula
38852	Mateus Silveira Bueno Furquim	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	Doador de Medula
38979	Marcelo Alves da Silva	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	Doador de Medula
38893	Fernanda Filipaki	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	Doador de Medula
38852	Mateus Silveira Bueno Furquim	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	Doador de Medula
38922	Suellen Dalla Costa Miiller	04 - Nutricionista	Doador de Medula
38994	Keila Raniely Mellek	06 - Profissional de Apoio Escolar	Doador de Medula
39035	Diego Sembay	08 - Professor de Educação Física	Doador de Medula
39036	Vitoria Volinkevicz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Doador de Medula
38871	Janaira Aparecida Alves de Assuncao Matucheski	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Doador de Medula
38987	Joilse Diniz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Doador de Medula
38948	Marilda Vieira de Lima	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Doador de Medula
39157	Carla Emanueli Luz Nogara	16 - Psicólogo	Doador de Medula
39165	Edilaine Basquera	16 - Psicólogo	Doador de Medula
39059	Marlon Haker	16 - Psicólogo	Doador de Medula
38841	Jaine Cavallini	16 - Psicólogo	Doador de Medula
38951	Victoria Hoff Trentin	16 - Psicólogo	Doador de Medula
38872	Brunna de Souza Nascimento	16 - Psicólogo	Doador de Medula

5º. Ficam **DEFERIDAS PRELIMINARMENTE** as solicitações de **Isenção da Taxa de Inscrição** aos candidatos abaixo relacionados, que comprovaram serem **doadores de sangue**, conforme segue:

Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Condições
38937	Itamara Alves de Assuncao	01 - Assistente Social	Doador de Sangue
38810	Candida Mirela Aires de Oliveira	01 - Assistente Social	Doador de Sangue
38915	Rafael Oliveira da Silva	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Doador de Sangue
39112	Lesly Kruskewiski	04 - Nutricionista	Doador de Sangue
39001	Edirleia de Fatima Kloster Gralak	04 - Nutricionista	Doador de Sangue
39355	Denise Eliane Machado	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Doador de Sangue
39036	Vitoria Volinkevicz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Doador de Sangue
39036	Vitoria Volinkevicz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Doador de Sangue
39049	Emily Brenda Arantes	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Doador de Sangue
38931	Edicleia Guralh	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Doador de Sangue
38921	Marcia Eliane Nestor Mochnacz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Doador de Sangue
39167	Amanda Portz Sant Ana	16 - Psicólogo	Doador de Sangue

6º. Ficam **DEFERIDAS PRELIMINARMENTE** as **condições especiais** aos candidatos abaixo relacionados, que se declararam **PcDs,** como segue:

Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Condições
39339	Andre Luiz Galvan	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Pcd
39232	Thaila Cristina Orbem	04 - Nutricionista	Pcd
39241	Ferreira	06 - Profissional de Apoio Escolar	Pcd
39185	Ana Clara Pohl	06 - Profissional de Apoio Escolar	Pcd
38947	Brenda Christi Moraes Chagas	16 - Psicólogo	Pcd

7º. Ficam **DEFERIDAS PRELIMINARMENTE** as solicitações de **Isenção da Taxa de Inscrição** aos candidatos abaixo relacionados, que comprovaram terem **trabalhado nos últimos pleitos eleitorais,** conforme segue:

Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Condições
38864	Alessandra Chaves	01 - Assistente Social	Pleito Eleitoral
39004	Alison Bruno Nicolaico de Jesus	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Pleito Eleitoral
39339	Andre Luiz Galvan	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Pleito Eleitoral
38925	Mayara Aparecida Sott	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Pleito Eleitoral
39328	Eluiza Nakalski	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	Pleito Eleitoral
39112	Lesly Kruskewiski	04 - Nutricionista	Pleito Eleitoral
39283	Wilson França	05 - Motorista Categoria D	Pleito Eleitoral
39306	Michely Cristina Koroluk	06 - Profissional de Apoio Escolar	Pleito Eleitoral
39321	Aline Cristina dos Santos	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
39315	Claudete de Oliveira Melo	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
39217	Claudia Gaiovez	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
39290	Cristiane Medeiros Machado Montoski	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
39230	Daniela Aparecida Esthesne Kukul	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
39123	Elaine Cristina dos Santos	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
39129	Eliane Bernardi Sheid	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
39106	Eliza Maria Jasko	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
39131	Ezelina Cristina Gaiovicz	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
39042	Fernando Mendes	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
39207	Flavia Aparecida da Cruz	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
39250	Jucelha Aparecida Fernandes	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
39351	Keli Cristiane Gelaski	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral

39034	Nereide Pereira Chokailo	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
39195	Paloma Aparecida Nunes	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
39082	Saimon Rodrigo da Silva	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
39300	Samara Pereira da Conceicao	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
39244	Virlei Teresinha Sampaio Alves	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
38894	Alison Ramos Gouvea	08 - Professor de Educação Física	Pleito Eleitoral
39337	Amelia de Paula	08 - Professor de Educação Física	Pleito Eleitoral
38823	Eloinara Leticia Vanin	08 - Professor de Educação Física	Pleito Eleitoral
39089	Jaqueline Dieli Moraes	08 - Professor de Educação Física	Pleito Eleitoral
39279	Juliane Beatriz Scheid	08 - Professor de Educação Física	Pleito Eleitoral
39026	Luciana Cristina Marques Fidelis	08 - Professor de Educação Física	Pleito Eleitoral
39318	Marcos Alexandre Cordeiro Esmocoviski	08 - Professor de Educação Física	Pleito Eleitoral
38856	Marta Chagas Palhano	08 - Professor de Educação Física	Pleito Eleitoral
38879	Rayane Caroline Mochnacz	08 - Professor de Educação Física	Pleito Eleitoral
39176	Valter Buennemeyer	08 - Professor de Educação Física	Pleito Eleitoral
39176	Valter Buennemeyer	08 - Professor de Educação Física	Pleito Eleitoral
39320	Aline Cristina dos Santos	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
38865	Brayan Gurginski	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
38899	Chayane Beatriz Zanlorenzi Ramos	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
39103	Claudete de Oliveira Melo	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
39216	Claudia Gaiovez	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
39170	Cristiane Medeiros Machado Montoski	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
39226	Daniela Aparecida Esthesne Kukul	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
38903	Elaine Cristina dos Santos	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
39130	Eliane Bernardi Sheid	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
39038	Fernando Mendes	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
38797	Flavia Aparecida da Cruz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
39091	Jaqueline Dieli Moraes	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
38849	Jucelha Aparecida Fernandes	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
39348	Keli Cristiane Gelaski	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
38860	Kelli Maria Jakimiu Dias	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
39242	Luciana Cristina Marques Fidelis	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
39261	Maiara Carolina Goncalves	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
38855	Marta Chagas Palhano	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
39307	Michely Cristina Koroluk	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
39299	Milza Paula Krulicoski Rodrigues	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
38815	Nereide Pereira Chokailo	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
39194	Paloma Aparecida Nunes	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
38883	Rayane Caroline Mochnacz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
39272	Samara Pereira da Conceicao	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
39138	Taise Aline Menegasso	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
39214	Vanderleia Aparecida dos Santos Weilcker	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
39243	Virlei Teresinha Sampaio Alves	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
38880	Eliane Griep Gomes Bitencourt	11 - Prof. EI e EF I - E. São José - Campo	Pleito Eleitoral
39301	Jhony Lucas Fagundes Barboza	14 - Prof. EI e EF I - E. Colina Verde - Campo	Pleito Eleitoral
38983	Andressa Texeira Lascoski	15 - Prof. EI e EF I - E. Helena Wolf - Campo	Pleito Eleitoral
39126	Ezelina Cristina Gaiovicz	15 - Prof. EI e EF I - E. Helena Wolf - Campo	Pleito Eleitoral
38867	Mateus João Cordeiro Schmoeller de Lima	16 - Psicólogo	Pleito Eleitoral

8º. Fica **DEFERIDA PRELIMINARMENTE** ao candidato abaixo relacionado, a solicitação especial para L**actante,** como segue**:**

Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Motivo
38814	Fernanda Teixeira dos Santos Herbet	07 - Professor de Arte	Lactante
38812	Fernanda Teixeira dos Santos Herbet	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Lactante

9º. Ficam **INDEFERIDAS PRELIMINARMENTE** as **Inscrições** dos candidatos abaixo relacionados, por não apresentarem a documentação comprobatória **da condição solicitada, como segue:**

Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Condições
39057	Daiana Aparecida da Silva Carvalho	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Indeferido Falta Documentação
39171	Davi Alves Cordeiro	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Indeferido Falta Documentação
38892	Gisele Patricia de Souza	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Indeferido Falta Documentação
39353	Lucineia de Jesus Quadros	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Indeferido Falta Documentação
39175	Luiz Fernando Kucek	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Indeferido Falta Documentação
39221	Rayla Caroline de Oliveira	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Indeferido Falta Documentação

Informações Itens do Edital 001/2026
Horário das Provas Objetivas

12.3.2 No período da manhã serão aplicadas as Provas para os seguintes cargos:
Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental – Escolas Urbanas
Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental – Escolas do Campo
Psicólogo
Assistente Social
Nutricionista

12.4.2 No período da tarde serão aplicadas as Provas para os seguintes cargos:
Professor de Apoio Escolar
Professor de Artes

Professor de Educação Física
Fiscal de Obras e Posturas
Fiscal de Unidade de Conservação
Motorista

General Carneiro/PR, 31 de julho de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:BC756D89

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 76/2025

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob nº. 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, CEP: 87.360-000, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado por seu prefeito Municipal, o senhor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009 e a empresa **60.568.569 SIDNEI DEL MOURA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.568.569/0001-80**,** sediada na cidade de Goioerê, Estado do Paraná, na Av. Paraná, nº 220, Distrito de Jaracatiá, CEP: 87.360-000, doravante designada CREDENCIADA, neste ato representada pelo senhor **SIDNEI DEL MOURA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 187/2024, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o Termo de Credenciamento nº 76/2025 para constar a seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a seguinte alteração ao Termo de Credenciamento:
1.1.1. Prorrogação do prazo de vigência pelo período de 01 (um) ano e o reajuste pelo INPC (out/2025) em 4,49% (quatro vírgula quarenta e nove por cento) do Termo de Credenciamento nº 76/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA QUANTIDADE E DO VALOR
2.1. Com a alteração o Termo de Credenciamento passará a ter o seu quantitativo conforme o 2º Termo de Apostilamento estendido e reajustado, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid. Medida	Qtde.	Valor Unit. (R$)	Valor Unit. Reajustado (R$)
01	SERVIÇO DE PEDREIRO	HORA	7.868,80	30,39	**31,75**
03	SERVIÇO DE ENCANADOR	HORA	416,66	29,40	**30,72**

2.2. O valor total do presente termo aditivo é de R$ 262.634,19 (duzentos e sessenta e dois mil seiscentos e trinta e quatro reais e dezenove centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
3.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Goioerê deste exercício, na(s) dotação(ões) abaixo discriminada(s):

Cód. Red	Un. Orç	Proj/Ativ	Elemento da Despesa	Recurso
8	02.001	2.002	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
24	03.001	2.005	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
41	06.001	2.009	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
54	08.001	2.011	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
57	08.002	2.012	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
69	09.001	2.013	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
69	09.001	2.013	3.3.90.39.00.00.00.00	01045
88	10.001	2.018	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
93	10.002	2.019	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
96	10.003	2.020	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
99	10.004	2.021	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
108	11.001	2.022	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
116	11.002	2.023	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
128	11.003	2.024	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
137	11.004	2.025	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
148	12.001	2.026	3.3.90.39.00.00.00.00	00303
171	12.001	2.029	3.3.90.39.00.00.00.00	07494
184	12.001	2.030	3.3.90.39.00.00.00.00	00303
184	12.001	2.030	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
184	12.001	2.030	3.3.90.39.00.00.00.00	00494
184	12.001	2.030	3.3.90.39.00.00.00.00	07494
198	12.001	2.031	3.3.90.39.00.00.00.00	00494
198	12.001	2.031	3.3.90.39.00.00.00.00	00494
198	12.001	2.031	3.3.90.39.00.00.00.00	07494
207	12.001	2.032	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
207	12.001	2.032	3.3.90.39.00.00.00.00	00303
232	12.001	2.038	3.3.90.39.00.00.00.00	00303
232	12.001	2.038	3.3.90.39.00.00.00.00	00494
241	12.001	2.039	3.3.90.39.00.00.00.00	00303
241	12.001	2.039	3.3.90.39.00.00.00.00	00494

263	13.001	2.040	3.3.90.39.00.00.00.00	00103
263	13.001	2.040	3.3.90.39.00.00.00.00	00107
278	13.001	2.045	3.3.90.39.00.00.00.00	00103
278	13.001	2.045	3.3.90.39.00.00.00.00	00104
293	13.001	2.046	3.3.90.39.00.00.00.00	00104
293	13.001	2.046	3.3.90.39.00.00.00.00	00107
333	13.004	2.050	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
344	14.001	2.052	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
357	14.001	6.001	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
373	14.002	2.055	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
387	14.002	2.057	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
402	14.003	6.002	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
418	14.004	2.063	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
435	14.005	2.062	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
450	15.001	2.066	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
455	15.002	2.067	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
471	15.004	2.070	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
482	16.001	2.071	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
498	16..03	1.201	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
504	16.003	2.072	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
504	16.003	2.072	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
516	17.001	2.074	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
538	18.001	2.077	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
560	19.001	2.079	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
579	20.001	2.081	3.3.90.39.00.00.00.00	01060
591	21.001	2.082	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
597	21.001	2.083	3.3.90.39.00.00.00.00	00000

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Credenciamento originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Goioerê-Pr, 31 de julho de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

SIDNEI DEL MOURA
60.568.569 Sidnei Del Moura

Publicado por:
Elen Caroline Bezerra Muniz
Código Identificador:AC6631ED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

PROJUR
DECRETO Nº 374/2026 DATA: 31.07.2026

Ementa: homologa avaliação de servidores em Estágio Probatório para efeitos de efetivação de que trata os artigos 32, 33 e 34 da Lei nº 1.246 de 03.12.2003, realizada pela Comissão nomeada pela Portaria nº 120/2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista os dispositivos das Leis nº 1.246 de 03.12.2003, e,

Considerando o processo de avaliação observadas às exigências da reorganização das carreiras funcionais dos servidores municipais de Guaíra, Estado do Paraná;

Considerando o disposto nos artigos 32, 33 e 34 da Lei Municipal nº 1.246/2003, que estabelece a obrigatoriedade de ato específico do poder executivo para a estabilização do servidor em estágio probatório;

Considerando o Decreto nº 252/2005 que regulamenta as normas de avaliação dos Servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de habilitação em concurso público ou estabilizados na forma da Lei;

Considerando o memorando online sob o n° 135/2025,

DECRETA:

Art. 1o Ficam homologados os resultados das avaliações, e declarados estáveis no serviço público do Poder Executivo do Município de Guaíra, Estado do Paraná, os servidores públicos municipais a seguir mencionados:

Matrícula	Nome	Admissão	Cargo	Nota	Resultado	Data Efetivação
30503-01	Nicolas de Souza	06/07/2023	Almoxarife	305	APROVADO	06/07/2026

30531-01	Luan Henrique Blanger Alonso	06/07/2023	Almoxarife	393	APROVADO	06/07/2026
29711-03	Rafael Fernando Soares Marques	06/07/2023	Assistente Administrativo	400	APROVADO	06/07/2026
30504-01	Tassia Tormena	06/07/2023	Assistente Administrativo	400	APROVADO	06/07/2026
30495-01	Evanildo Nascimento Vieira	06/07/2023	Assistente Administrativo	376	APROVADO	06/07/2026
30496-01	Igor Moscovits Queiroz	06/07/2023	Assistente Administrativo	400	APROVADO	06/07/2026
30497-01	Zelia Gladis Zanelatto	06/07/2023	Assistente Administrativo	400	APROVADO	06/07/2026
30501-01	Regiane Gonçalves de Souza	06/07/2023	Assistente Administrativo	400	APROVADO	06/07/2026
29515-05	Aline Priscila de Souza	06/07/2023	Auxiliar de Serviços Gerais	392	APROVADO	06/07/2026
29688-03	Mariana Mendes Gonçalves Lopera	06/07/2023	Auxiliar de Serviços Gerais	392	APROVADO	06/07/2026
19178-02	Rosimeri Aparecida de Lima	06/07/2023	Auxiliar de Serviços Gerais	392	APROVADO	06/07/2026
30178-02	Gislaine Lima Vieira	06/07/2023	Auxiliar de Serviços Gerais	265	APROVADO	06/07/2026
30346-03	Edilson Antonio da Silva	06/07/2023	Auxiliar de Serviços Gerais	400	APROVADO	06/07/2026
30510-01	Maikol Lopeira Moreira	06/07/2023	Auxiliar de Serviços Gerais	295	APROVADO	06/07/2026
30512-01	Aurea Cristina Neves Boaro	06/07/2023	Auxiliar de Serviços Gerais	400	APROVADO	06/07/2026
30517-01	Cleonice Bonifácio de Carvalho	06/07/2023	Auxiliar de Serviços Gerais	400	APROVADO	06/07/2026
30518-01	Marciano Sahn	06/07/2023	Auxiliar de Serviços Gerais	292	APROVADO	06/07/2026
30519-01	Barbara Cristine Heming Forlin	06/07/2023	Auxiliar de Serviços Gerais	400	APROVADO	06/07/2026
30524-01	Raquel de Brito Morais	06/07/2023	Auxiliar de Serviços Gerais	285	APROVADO	06/07/2026
30480-01	Sidnei de Novais Ferreira	06/07/2023	Auxiliar de Serviços Gerais	400	APROVADO	06/07/2026
30481-01	Silvana de Oliveira Dias	06/07/2023	Auxiliar de Serviços Gerais	393	APROVADO	06/07/2026
30485-01	Franciele Benicio de Sales Azevedo	06/07/2023	Auxiliar de Serviços Gerais	400	APROVADO	06/07/2026
30491-01	Najila de Cassia Ribeiro Vicenti	06/07/2023	Auxiliar de Serviços Gerais	400	APROVADO	06/07/2026
30492-01	Viviane Cristina Fernandes Pez	06/07/2023	Auxiliar de Serviços Gerais	400	APROVADO	06/07/2026
30493-01	Jessica Caroline Fernandes Batista	06/07/2023	Auxiliar de Serviços Gerais	400	APROVADO	06/07/2026
30502-01	Gelsi Mari Becker	06/07/2023	Contador	400	APROVADO	06/07/2026
30514-01	Jessica Lopes da Silva	06/07/2023	Enfermeiro Padrão	400	APROVADO	06/07/2026
30508-01	Vinicius de Avila Ferreira	06/07/2023	Engenheiro Civil	400	APROVADO	06/07/2026
30478-01	Leticia Vazzoler Nandi	06/07/2023	Fiscal de Atividades Urbanas	400	APROVADO	06/07/2026
30505-01	Yasmim Oliveira Romeiro	06/07/2023	Fiscal de Meio Ambiente	400	APROVADO	06/07/2026
20141-02	Abdulcenir Moacir Bacovicz II	06/07/2023	Motorista de Veículos	351	APROVADO	06/07/2026
30509-01	Evandro Rufato	06/07/2023	Motorista de Veículos	400	APROVADO	06/07/2026
30521-01	Renan Rodrigo Pires de Souza	06/07/2023	Motorista de Veículos	400	APROVADO	06/07/2026
30522-01	Euclides Filipini Filho	06/07/2023	Motorista de Veículos	400	APROVADO	06/07/2026
30533-01	Ivani Maria Prior da Silva	06/07/2023	Motorista de Veículos	400	APROVADO	06/07/2026
30483-01	Glauco Branco Santana	06/07/2023	Motorista de Veículos	400	APROVADO	06/07/2026
30494-01	Diego Humberto Nogueira	06/07/2023	Motorista de Veículos	400	APROVADO	06/07/2026
30237-02	Magali dos Santos Gesser	06/07/2023	Recepcionista	400	APROVADO	06/07/2026

Art. 2o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 06 de julho de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 31 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:B699F56E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 050/2026
Pregão Eletrônico nº 010/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E EMBALAGEM A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICIPIO DE GUARACI/PR, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

FORNECEDOR: **GALERA DA CESTA BASICA LTDA**
CNPJ: 45.693.344/0001-61

Fornecedor: GALERA DA CESTA BASICA LTDA - CNPJ: 45.693.344/0001-61 - Valor total homologado: R$ 312.323,37 (trezentos e doze mil, trezentos e vinte e três reais e trinta e sete centavos)							
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	ÁGUA SANITÁRIA COM 2% DE CLORO ATIVO – DESINFETANTE DE USO GERAL QUE ALVEJA, DESINFETA E É BACTERICIDA; PRODUTO A BASE DE CLORO, COMPOSIÇÃO HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDICO, CLORETO DE SÓDIO E ÁGUA TEOR DE CLORO ATIVO: 2,0 % A 2,5 % P/P, COR LEVEMENTE AMARELO- ESVERDEADA. EMBALAGEM DE ACORDO C/ NBR 13390 E PORT.ANVISA 89. DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO, COM TAMPA ROSQUEÁVEL E BICO DOSADOR, DEVENDO ESTAR EXPRESSO NA EMBALAGEM UM TELEFONE PARA EMERGÊNCIA MÉDICA, E QUE O PRODUTO É PERMITIDO PARA DESINFECÇÃO DE FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES, SEM VESTÍGIOS DE AMASSAMENTO, VAZAMENTO E ESTUFAMENTO. - ESTE PRODUTO DEVE SER NOTIFICADO NO REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. DESCRIÇÃO CATMAT:	BIOKRISS	GARRAFA 5L	2760	7.0000	19320.0000

		ÁGUA SANITÁRIA, COMPOSIÇÃO QUÍMICA: HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO, TEOR CLORO ATIVO: VARIA DE 2 A 2,50%, COR: INCOLOR, APLICAÇÃO: LAVAGEM E ALVEJANTE DE ROUPAS, BANHEIRAS, PIAS.'					
3	1	ÁLCOOL GEL. GEL À BASE DE ÁLCOOL ETÍLICO PARA HIGIENIZAÇÃO À 70%, COM AÇÃO ANTISSÉPTICA, SEM ENXÁGUE, DESTINADO À ASSEPSIA DAS MÃOS. EMBALAGEM DE 500ML COM BICO DOSADOR	SUPER VALE	UNIDADES	40	5.0000	200.0000
4	1	ÁLCOOL LÍQUIDO 96 GL PARA LIMPEZA; COM TEOR ALCOÓLICO ENTRE 92,8 A 95,1 GL,VOL/VOL OU 92,6 A 93,8 INPM P/P A 15 GRAUS CENTÍGRADOS. DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO, COM TAMPA ROSQUEÁVEL, SEM VESTÍGIOS DE AMASSAMENTO, VAZAMENTO E ESTUFAMENTO. - ESTE PRODUTO DEVE TER SELO DO INMETRO. DESCRIÇÃO CATMAT: ÁLCOOL ETÍLICO LIMPEZA DE AMBIENTES, TIPO:ETÍLICO HIDRATADO, APLICAÇÃO:LIMPEZA, CONCENTRAÇÃO:92,8ºINPM.	SUPER VALE	GALAO 5L	385	26.0000	10010.0000
5	1	AMACIANTE DE ROUPA. ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO VISCOSO CONCENTRADO, AZUL, PERFUMADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA, COM TAMPA DE ROSQUEAR, PRINCÍPIO ATIVO CLORETO DE DIESTEARIL DIMETIL, AMÔNIA, EMULSÃO DE SILICONE, ISOTIAZOLINONAS, CORANTE, ACIDIFICANTE, PERFUME, CORANTE E ÁGUA. DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM GARRAFAS ÍNTEGRAS, SEM VESTÍGIOS DE AMASSAMENTO, VAZAMENTO E ESTUFAMENTO. - ESTE PRODUTO DEVE SER NOTIFICADO NA ANVISA. DESCRIÇÃO CATMAT: AMACIANTE DE ROUPA, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO VISCOSO, COMPOSIÇÃO: CLORETO DIESTEARIL DIMETIL AMÔNIO TENSOATIVO NÃO NEGATIVO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PH PURO ENTRE 3,0 A 6,5.	BIOKRISS	FRASCO 5 L	1000	8.0000	8000.0000
8	1	BALDE, MATERIAL: POLIETILENO, CAPACIDADE: 10 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ALÇA E SEM TAMPA.	ARQPLAST	UNIDADES	75	6.3000	472.5000
9	1	BALDE PLÁSTICO – EM POLIETILENO DE ALTA RESISTÊNCIA A IMPACTO; O PRODUTO DEVERÁ TER ETIQUETA COM A IDENTIFICAÇÃO (MARCA DO FABRICANTE E CAPACIDADE). COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS. DESCRIÇÃO CATMAT: BALDE, MATERIAL: POLIETILENO, MATERIAL ALÇA: METAL, CAPACIDADE: 20 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GRADUADO E COM BICO, FORMATO: ROTOMOLDADO.	ARQPLAST	UNIDADES	74	11.1000	821.4000
24	1	CERA LIQUIDA INCOLOR. CONTENDO PARAFINA, CERA DE CARNAÚBA, ALCALINIZANTE, PLASTIFICANTE E DE PERFUME AGRADÁVEL E ÁGUA. DEVE ESTAR ACONDICIONADO EMBALAGEM, ÍNTEGRAS, SEM VESTÍGIOS DE AMASSAMENTO, VAZAMENTO E ESTUFAMENTO. O PRODUTO DEVE CONTER NA EMBALAGEM TELEFONE PARA EMERGÊNCIA MÉDICA. - ESTE PRODUTO DEVE SER NOTIFICADO NA ANVISA.	CANARIO	UNIDADES	350	5.7400	2009.0000
25	1	CERA LIQUIDA VERMELHA. CONTENDO PARAFINA, CERA DE CARNAÚBA, ALCALINIZANTE, PLASTIFICANTE E DE PERFUME AGRADÁVEL E ÁGUA. DEVE ESTAR ACONDICIONADO EMBALAGEM, ÍNTEGRAS, SEM VESTÍGIOS DE AMASSAMENTO, VAZAMENTO E ESTUFAMENTO. O PRODUTO DEVE CONTER NA EMBALAGEM TELEFONE PARA EMERGÊNCIA MÉDICA. - ESTE PRODUTO DEVE SER NOTIFICADO NA ANVISA. APRESENTAÇÃO: FRASCO 850,00 ML. DESCRIÇÃO CATMAT: CERA POLIMENTO PISO, COMPOSIÇÃO BÁSICA: CARNAÚBA, POLIETILENO, SOLVENTES E CONSERVANTES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AROMA SUAVE, COR: VERMELHA, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO.	CANARIO	UNIDADES	410	7.2700	2980.7000
27	1	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL – 50ML – PESO MÍNIMO 0,75 G CADA. O PRODUTO DEVE SER FIRME E DE PRIMEIRA QUALIDADE, DEVENDO ESTAR EXPRESSO NA EMBALAGEM QUE ESTÁ EM CONFORMIDADE COM A NORMA DA ABNT NBR 14865/2002, BEM COMO SER ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUROS, DEFORMAÇÕES, BORDAS AFIADAS E REBARBAS. DEVE CONTER GRAVADO EM ALTO RELEVO A MARCA OU IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, CAPACIDADE E SÍMBOLO DE MATERIAL RECICLÁVEL. DESCRIÇÃO CATMAT: COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 50 ML, APLICAÇÃO: CAFÉ.	G PACK	PACOTE 100 UNI	2705	1.8500	5004.2500
28	1	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL DE 180ML. PLÁSTICO TRANSPARENTE EM POLIESTIRENO ATÓXICO PARA ÁGUA 180 ML PESO MÍNIMO 2,20G CADA. O PRODUTO DEVE SER FIRME E DE PRIMEIRA QUALIDADE, DEVENDO ESTAR EXPRESSO NA EMBALAGEM QUE ESTÁ EM CONFORMIDADE COM A NORMA DA ABNT NBR 14865/2002, BEM COMO SER ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUROS, DEFORMAÇÕES, BORDAS AFIADAS E REBARBAS. DEVE CONTER GRAVADO EM ALTO RELEVO A MARCA OU IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, CAPACIDADE E SÍMBOLO DE MATERIAL RECICLÁVEL. DESCRIÇÃO CATMAT: COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: 180 ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ABNT/NBR 14.865, COR: INCOLOR.	G LIGTH	PACOTE 100 UNI	13100	3.7400	48994.0000
31	1	DESINFETANTE LÍQUIDO DE USO GERAL, BACTERICIDA BIODEGRADÁVEL. COMPOSIÇÃO QUATERNÁRIO DE AMÔNIA, TENSOATIVO NÃO IÔNICO, ESSÊNCIA, SEQÜESTRASTE, CORANTE E ÁGUA. COMPONENTE ATIVO: CLORETO DE ALQUIL DIMETIL BENZIL AMÔNIO 0,4% PP. FRAGRÂNCIA: LAVANDA, FLORAL. DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM GARRAFAS ÍNTEGRAS, SEM VESTÍGIOS DE AMASSAMENTO, VAZAMENTO E ESTUFAMENTO. - ESTE PRODUTO DEVE SER NOTIFICADO NO REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - ANVISA. DESCRIÇÃO CATMAT: DESINFETANTE,	BIOKRISS	GALAO 5L	2740	9.0000	24660.0000

		COMPOSIÇÃO: À BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO, PRINCÍPIO ATIVO: CLORETO ALQUIL DIMETIL BENZIL AMÔNIO +TENSOATIVOS, TEOR ATIVO: SOLUÇÃO CONCENTRADA, TEOR ATIVO EM TORNO DE 50%, FORMA FÍSICA: SOLUÇÃO AQUOSA, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: COM AROMA.					
32	1	DESODORANTE DE AMBIENTE AEROSOL COMPOSIÇÃO: INGREDIENTE ATIVO, BENZOATO DE SÓDIO, BORATO DE SÓDIO, FRAGRÂNCIA E PROPELENTES. ESSÊNCIA: LAVANDA/JASMIM. ESTE PRODUTO DEVE SER NOTIFICADO NO REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. DESCRIÇÃO CATMAT: DESODORIZADOR, ESSÊNCIA: LAVANDA/JASMIM, APRESENTAÇÃO: AEROSOL, APLICAÇÃO: AROMATIZADOR AMBIENTAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO CONTENHA CFC.	LEV E UZE	FRASCO 360ML	920	7.0000	6440.0000
38	1	ESCOVA VASO SANITÁRIO ESPECIFICAÇÃO: ESCOVA VASO SANITÁRIO RESISTENTE, COM CERDAS EM NYLON, PARA USO INTERNO EM VASO SANITÁRIO, FORMATO ARREDONDADO, NA COR BRANCA, COM SUPORTE, MEDINDO APROXIMADAMENTE 14 X 42 CM. DESCRIÇÃO CATMAT: ESCOVA LIMPEZA GERAL, MATERIAL CORPO:PLÁSTICO, MATERIAL CERDAS:NÁILON, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:FORMATO ARREDONDADO, APLICAÇÃO:VASO SANITÁRIO.	ARQPLAST	UNIDADES	130	4.8700	633.1000
39	1	ESPONJA DE LÃ DE AÇO, FORMATO RETANGULAR, APLICAÇÃO LIMPEZA GERAL, TEXTURA MACIA E ISENTA DE SINAIS DE OXIDAÇÃO. COMPOSIÇÃO: LÃ DE AÇO CARBONO. DESCRIÇÃO CATMAT: ESPONJA LIMPEZA, APLICAÇÃO: LIMPEZA GERAL, MATERIAL: LÃ AÇO.	ASSOLAN	PACOTE 8 UNI	550	1.4500	797.5000
43	1	FÓSFORO PALITOS LONGOS, COMPOSTO DE VEGETAL E MINÉRIO; APRESENTADO NA FORMA DE PALITO; COM PONTA DE PÓLVORA; MÉDIO. - ESTE PRODUTO DEVE TER CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIO INMETRO. DESCRIÇÃO CATMAT: FÓSFORO, MATERIAL CORPO: MADEIRA, COR CABEÇA: VERMELHA, TIPO: LONGO.	PARANA	CAIXA 240 UNI	1650	3.3000	5445.0000
44	1	GUARDANAPO DE PAPEL. MATERIAL: CELULOSE. TIPO FOLHAS: SIMPLES. COMPRIMENTO: 23 CM. COR: BRANCA. LARGURA: 22 CM.	TROPICOS	PACOTE 50 UNI	600	0.7400	444.0000
45	1	INSETICIDA EM SPRAY AEROSOL. EMBALAGEM COM VÁLVULA DE SEGURANÇA, FÓRMULA COM ÁGUA, INODORO, MULTI INSETICIDA, INCLUSIVE PARA O MOSQUITO DA DENGUE, NÃO CONTER CFC. COM INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES NO CASO DE INTOXICAÇÃO. FRASCO COM 450 ML. PRAZO DE VALIDADE NÃO INFERIOR A 12 MESES, A PARTIR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO. DESCRIÇÃO CATMAT: INSETICIDA, TIPO: LÍQUIDO, APLICAÇÃO: USO DOMÉSTICO.	BASTON	UNIDADES	390	7.0000	2730.0000
49	1	LIMPA ALUMÍNIO; COMPOSIÇÃO BÁSICA TENSOATIVO ANIÔNICO, SULFÔNICO; CONSERVANTE, ABRASIVOS, CORANTE E VEICULO; TIPO LÍQUIDO; COM VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO. SOLUÇÃO LIMPEZA, COMPOSIÇÃO BÁSICA: ÁCIDO FOSFÓRICO, FINALIDADE: LIMPEZA ALUMÍNIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: INCOLOR, ANTIOXIDANTE.	BIOKRISS	FRASCO 500 ML	530	2.4300	1287.9000
52	1	LIMPADOR INSTANTÂNEO MULTIUSO LÍQUIDO (CONTENDO TENSOATIVO NÃO IÔNICO BIODEGRADÁVEL) FRAGRÂNCIAS DIVERSAS; COMPOSIÇÃO ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, ÁLCOOL ETOXILADO, COADJUVANTES, SEQUESTRANTE, FRAGR NCIA E ÁGUA. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA COM BICO DOSADOR. - ESTE PRODUTO DEVE SER NOTIFICADO NA ANVISA. PRODUTO DE REFERÊNCIA: VEJA MULTIUSO OU EQUIVALENTE. DESCRIÇÃO CATMAT: SOLUÇÃO LIMPEZA, COMPOSIÇÃO BÁSICA: MATÉRIA ATIVA NÃO IÔNICA: LAURIL ÉTER SULFATO DE, FINALIDADE: LIMPEZA DE SUPERFÍCIES, APLICAÇÃO: VIDROS, FÓRMICAS, ALUMÍNIOS, ETC, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REMOVER GORDURAS, PÓ E OUTROS TIPOS DE SUJEIRA.	BIOKRISS	EMBALAGEM 500 ML	4210	2.2000	9262.0000
58	1	LUVA DE BORRACHA LÁTEX, REFORÇADA, ANATÔMICO, CANO CURTO (G), MEDINDO APROXIMADAMENTE 25 CM, SUPERFÍCIE ANTIDERRAPANTE EM RELEVO, DIVERSOS TAMANHOS (ESCOLHER CONFORME NECESSIDADE). PROTEÇÃO CONTRA AGENTES QUÍMICOS, COM SELO DO INMETRO. DESCRIÇÃO CATMAT: LUVA DE PROTEÇÃO, MATERIAL: BORRACHA, APLICAÇÃO: LABORATORIAL, TIPO PUNHO: CURTO, TAMANHO: GRANDE, COR: AMARELA, ACABAMENTO PALMA: ANTIDERRAPANTE, ESTERILIDADE: NÃO ESTERILIZADA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM FORRO.	MEDIX	PAR	600	1.7800	1068.0000
59	1	LUVA DE BORRACHA LÁTEX, REFORÇADA, ANATÔMICO, CANO CURTO (M), MEDINDO APROXIMADAMENTE 25 CM, SUPERFÍCIE ANTIDERRAPANTE EM RELEVO, DIVERSOS TAMANHOS (ESCOLHER CONFORME NECESSIDADE). PROTEÇÃO CONTRA AGENTES QUÍMICOS, COM SELO DO INMETRO. DESCRIÇÃO CATMAT: LUVA DE PROTEÇÃO, MATERIAL: BORRACHA, APLICAÇÃO: LABORATORIAL, TIPO PUNHO: CURTO, TAMANHO:MÉDIO, COR: AMARELA, ACABAMENTO PALMA: ANTIDERRAPANTE, ESTERILIDADE: NÃO ESTERILIZADA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM FORRO.	MEDIX	PAR	570	1.7600	1003.2000
60	1	LUVA DE BORRACHA LÁTEX, REFORÇADA, ANATÔMICO, CANO CURTO (P), MEDINDO APROXIMADAMENTE 25 CM, SUPERFÍCIE ANTIDERRAPANTE EM RELEVO, DIVERSOS TAMANHOS (ESCOLHER CONFORME NECESSIDADE. PROTEÇÃO CONTRA AGENTES QUÍMICOS, COM SELO DO INMETRO. DESCRIÇÃO CATMAT: LUVA DE PROTEÇÃO, MATERIAL: BORRACHA, APLICAÇÃO: LABORATORIAL, TIPO PUNHO: CURTO, TAMANHO: PEQUENO, COR: AMARELA, ACABAMENTO PALMA: ANTIDERRAPANTE,	MEDIX	PAR	490	1.7600	862.4000

		ESTERILIDADE: NÃO ESTERILIZADA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM FORRO.					
61	1	LUVA DESCARTÁVEL LÁTEX – FABRICADA EM LÁTEX NATURAL; AMBIDESTRA; ATÓXICA E APIROGÊNICA; DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS, ANATÔMICAS, LEVEMENTE TALCADAS, NÃO ESTÉREIS, AMBIDESTRAS, DESCARTÁVEIS, SUPERFÍCIE LISA, COM SELO DO INMETRO. DISPONÍVEL NO TAMANHO: P. DESCRIÇÃO CATMAT: LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL: LÁTEX, TAMANHO: PEQUENO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, COR: BRANCA, COMPRIMENTO CANO: MÍNIMO 80 MM, TIPO: AMBIDESTRA, TIPO USO: DESCARTÁVEL.	MEDIX	CAIXA 100 UNI	200	17.5400	3508.0000
62	1	LUVA DESCARTÁVEL LÁTEX – FABRICADA EM LÁTEX NATURAL; AMBIDESTRA; ATÓXICA E APIROGÊNICA; DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS, ANATÔMICAS, LEVEMENTE TALCADAS, NÃO ESTÉREIS, AMBIDESTRAS, DESCARTÁVEIS, SUPERFÍCIE LISA, COM SELO DO INMETRO. DISPONÍVEL NO TAMANHO: M. DESCRIÇÃO CATMAT: LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL: LÁTEX, TAMANHO: MÉDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, COR: BRANCA, COMPRIMENTO CANO: MÍNIMO 80 MM, TIPO: PAR, TIPO USO: DESCARTÁVEL.	MEDIX	CAIXA 100 UNI	210	17.3700	3647.7000
63	1	LUVA DESCARTÁVEL LÁTEX – FABRICADA EM LÁTEX NATURAL; AMBIDESTRA; ATÓXICA E APIROGÊNICA; DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS, ANATÔMICAS, LEVEMENTE TALCADAS, NÃO ESTÉREIS, AMBIDESTRAS, DESCARTÁVEIS, SUPERFÍCIE LISA, COM SELO DO INMETRO. DISPONÍVEL NO TAMANHO: P. DESCRIÇÃO CATMAT: LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL: LÁTEX, TAMANHO: PEQUENO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, COR: BRANCA, COMPRIMENTO CANO: MÍNIMO 80 MM, TIPO: AMBIDESTRA, TIPO USO: DESCARTÁVEL.	MEDIX	CAIXA 100 UNI	210	17.3700	3647.7000
67	1	PÁ COLETORA LIXO, MATERIAL COLETOR: METAL GALVANIZADO, MATERIAL CABO:MADEIRA PLASTIFICADA, COMPRIMENTO CABO: 80 CM, COMPRIMENTO: 20 CM.	SAO JORGE	UNIDADES	80	4.5000	360.0000
68	1	PALHA AÇO, MATERIAL: AÇO CARBONO, ABRASIVIDADE: MÉDIA, APLICAÇÃO: LIMPEZA EM GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Nº 1.	RELUZ	PACOTE 8 UNI	95	1.6400	155.8000
71	1	PANO PARA LIMPEZA DE CHÃO ATOALHADO, COR CRU, ALTA ABSORÇÃO DE UMIDADE, TAMANHO– CERCA DE 80X60CM. DESCRIÇÃO CATMAT (APROXIMADA): PANO LIMPEZA, MATERIAL: 100% ALGODÃO, COMPRIMENTO: 80 CM, LARGURA: 50 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALVEJADO.	DALTEXTIL	UNIDADE	800	5.9700	4776.0000
73	1	PANO DE PRATO ATOALHADO COM BAINHA (GUARDANAPO) – CERCA DE 70X45. DESCRIÇÃO CATMAT (APROXIMADA): PANO PRATO, MATERIAL: ALGODÃO, COMPRIMENTO: 80 CM, LARGURA: 50 CM, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ARREMATE.	DALTEXTIL	UNIDADE	400	4.0900	1636.0000
74	1	PAPEL ALUMÍNIO, MATERIAL: ALUMÍNIO, COMPRIMENTO: 7,50 M, LARGURA: 45 CM, APRESENTAÇÃO: ROLO.	BRICOFLEX	UNIDADE	210	4.4000	924.0000
75	1	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO, EM ROLO MEDINDO 16 CM DE LARGURA X 30M DE COMPRIMENTO, FOLHA DUPLA, PRODUTO ABSORVENTE, FABRICADO COM FIBRAS NATURAIS VIRGENS, 100% CELULOSE (NÃO RECICLADO) EXPRESSO NA EMBALAGEM, GOFRADO, COM ALVURA SUPERIOR A 82,8% CONFORME ABNT NBR NM-ISSO 2470, PINTAS INFERIOR A 17 MM2/M2 CONFORME NBR 8259:2002 E CONFORME NBR 15134:2007 ÍNDICE DE MACIEZ 10,7 N.M/G E TEMPO DE ABSORÇÃO 4,3. PRODUTO ACONDICIONADO EM FARDOS CONTENDO NO MÍNIMO 64 ROLOS. DEVERÃO CONSTAR INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, MARCA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, BEM COMO A SUA COMPOSIÇÃO, AS MESMAS DEVEM ESTAR IMPRESSAS NA FORMA LEGÍVEL, NÃO SENDO ACEITO QUALQUER TIPO DE ETIQUETA QUE POSSA VIR A CONSTAR NA MESMA. DESCRIÇÃO CATMAT (APROXIMADA): PAPEL HIGIÊNICO, MATERIAL: CELULOSE VIRGEM, COMPRIMENTO: 30M, LARGURA: 10 CM, TIPO:PICOTADO, QUANTIDADE FOLHAS: DUPLA, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PERFUME.	TROPICOS	FARDO 64 ROLOS	625	53.0000	33125.0000
76	1	PLÁSTICO FILME, EM ROLO DE 28CM X 300M.ESTICÁVEL, DESENVOLVIDO PARA EMBALAR E PROTEGER VÁRIOSTIPOS DE ALIMENTOS. ATÓXICO E INODORO, APRESENTARTRANSPARENCIA E BRILHO, DEVE GARANTIR ALTO PODER DEVEDAÇÃO E RESITÊNCIA À PERFURAÇÃO, CERTIFICADO PELARESOLUÇÃO RDC 17 A 51 E PELA RESOLUÇÃO 105 DA ANVISA. DESCRIÇÃO CATMAT: FILME PLÁSTICO. TIPO: RETRÁTIL E ENCOLHÍVEL. LARGURA: 28 CM. APLICAÇÃO: EMPACOTAMENTO. MATERIAL: CLORETO DE POLIVINILA. COMPRIMENTO: 300 M. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TRANSPARENTE.	BRICOFLEX	ROLO 300 M	21	28.8600	606.0600
77	1	PAPEL TOALHA COM ALTA ABSORÇÃO E RESISTÊNCIA PARA USO EM COZINHA. DESCRIÇÃO CATMAT: TOALHA DE PAPEL, MATERIAL:PAPEL / CELULOSE VIRGEM, QUANTIDADE TOALHA:120 UN, COMPRIMENTO:22 CM, LARGURA:19 CM, COR:BRANCA, APLICAÇÃO:COZINHA.	TROPICOS	PACOTE 2 ROLOS	1900	2.8200	5358.0000
78	1	PEDRA PARA VASO SANITÁRIO - COM AÇÃO BACTERIOSTÁTICA, BIODEGRADÁVEL, SOLÚVEL EM ÁGUA, FRAGRÂNCIA FLORAL, EMBALAGEM	SANY	UNIDADE	80	1.1500	92.0000

		CONTENDO 1 HASTE PLÁSTICA E 1 PEDRA NÃO INFERIOR A 25 GR. EMBALAGEM CONTENDO COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E VALIDADE NÃO INFERIOR A 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.					
79	1	PRENDEDOR DE ROUPA, MATERIAL: MADEIRA, MODELO: MODELO EM "I", CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM MOLA.	PARANA	PACOTE 12 UNI	60	1.3000	78.0000
83	1	RODO EM ALUMÍNIO, COM BORRACHA SUBSTITUÍVEL – 40 CM, CABO COM 1,50 NO MÍNIMO. DESCRIÇÃO CATMAT: RODO, MATERIAL CABO: ALUMÍNIO, MATERIAL SUPORTE: ALUMÍNIO, COMPRIMENTO SUPORTE: 40 CM, QUANTIDADE BORRACHAS: 2 UN.	RODOLAR	UNIDADES	110	32.0000	3520.0000
84	1	RODO, MATERIAL CABO: MADEIRA, MATERIAL SUPORTE: ALUMÍNIO, COMPRIMENTO SUPORTE: 60CM, QUANTIDADE BORRACHAS: 2 UN.	SAO JORGE	UNIDADES	28	40.0000	1120.0000
85	1	RODO, MATERIAL CABO MADEIRA, MATERIAL SUPORTE POLIPROPILENO, COMPRIMENTO SUPORTE 60CM, QUANTIDADE BORRACHAS 2 UN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CABO APROXIMADAMENTE 1,20 M, COM ROSCA	BRUBALAR	UNIDADE	50	10.0000	500.0000
88	1	SABÃO EM PÓ, ASPECTO FÍSICO PÓ, COMPOSIÇÃO TENSOATIVO ANIÔNICO, TAMPONANTES E CORANTES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BRANQUEADOR ÓPTICO, ESSENCIA, ALVEJANTE E CARGA, EMBALAGEM COM 01 KILO	MR CLEAN	UNIDADES	240	3.7000	888.0000
89	1	SABONETE LÍQUIDO ANTISÉPTICO. ASPECTO FÍSICO VISCOSO, COM FRAGRÂNCIAS AGRADÁVEIS: ERVA DOCE, FRUTAS VERMELHAS, ALOE E VERA. APLICAÇÃO: PARA HIGIENIZAÇÃO E HIDRATAÇÃO DA PELE. COMPOSIÇÃO: DIETANO, METILDIBROMO, GLUTARONITRIA E FENOETANOL. – ESTE PRODUTO DEVE SER NOTIFICADO NA ABNT. DESCRIÇÃO CATMAT: SABONETE LÍQUIDO, ASPECTO FÍSICO:LÍQUIDO CREMOSO PEROLADO, COR: AZUL, ACIDEZ:NEUTRO PH, APLICAÇÃO: COMERCIAL.	BIOKRISS	GALAO 5L	2002	18.2800	36596.5600
99	1	TOALHA DE PAPEL, MATERIAL: PAPEL, TIPO FOLHA: 2 DOBRAS, COMPRIMENTO: 27 CM, LARGURA: 23 CM, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: INTERFOLHADA.	VISUAL PAPEIS	PACOTE 1.000 UNI	3200	10.0000	32000.0000
100	1	TOUCA DESCARTÁVEL SANFONADA PARA USO EM COZINHA COM ELÁSTICO PARA PROTEÇÃO CAPILAR. DESCRIÇÃO CATMAT: TOUCA HOSPITALAR, MATERIAL :NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO, MODELO:COM ELÁSTICO EM TODA VOLTA, COR :SEM COR, GRAMATURA :CERCA DE 30 G/M2, TAMANHO :ÚNICO, TIPO USO :DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL 01:HIPOALERGÊNICA, ATÓXICA, INODORA, UNISSEX.	MEDIX	PACOTE 100 UNI	110	6.3400	697.4000
102	1	VASSOURA CAIPIRA COM CABO, RESISTENTE, CABO DE MADEIRA SEM SEMENTES NA PALHA, REFORÇADA COM NO MÍNIMO 12 PALHAS GRANDES – AMARRADAS COM ARAME GALVANIZADO Nº 12 COSTURADA NA PRIMEIRA COSTURA COM ARAME MAIS DE QUATRO COSTURAS COM FIO DE POLIÉSTER 2 MM. DESCRIÇÃO CATMAT: VASSOURA MATERIAL CERDAS: PALHA , APLICAÇÃO: LIMPEZA EM GERAL, COMPRIMENTO CERDAS: 60 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CABO, TIPO CABO: COMPRIDO, MATERIAL CABO: MADEIRA.	DI PALHA	UNIDADES	350	14.0000	4900.0000
112	1	DENTIFRÍCIO, COMPOSIÇÃO BÁSICA: CREME DENTAL COM FLÚOR ATIVO DE (1100 PPM), SABOR: VARIADOS, TIPO: INFANTIL, CAPACIDADE: 50 G, APLICAÇÃO: HIGIENE BUCAL INFANTIL.	DENTIL	UNIDADES	20	5.1100	102.2000
113	1	DESODORANTE, TIPO: AEROSOL, MODELO: COM PERFUME, PRAZO VALIDADE: MíNIMO 80% DA DATA DE FABRICAÇÃO ANOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ANTITRANSPIRANTE COMPOSTO DE ÁLCOOL ETÍLICO.	BASTON	UNIDADES	300	6.0000	1800.0000
117	1	ESCOVA PARA CABELO; MODELO INFANTIL; FORMATO OVAL; ALMOFADADA; COM PONTAS PROTETORAS (C/ BOLINHAS NAS PONTAS); MEDINDO MÍNIMO 17CM; CABO MACIO, ANATÔMICO E COLORIDO COM NO MÍNIMO DUAS VARIAÇÕES CORES VIVAS; COM ACABAMENTO E ENCAIXE PERFEITOS; MATERIAL ATÓXICO; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA COM TODAS AS INFORMAÇÕES DO PRODUTO.	MUNDIAL	UNIDADES	140	15.5500	2177.0000
120	1	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO P - ATÓXICA, INODORA, UNISSEX, COM FLOCOS DE GEL SUPER ABSORVENTES, DISTRIBUÍDOS EM CAMADAS, FAVORECENDO A ABSORÇÃO DE URINA E EVITANDO O CONTATO DA MESMA COM A PELE DA CRIANÇA. O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR FAIXA ADERENTE MULTI AJUSTÁVEL, LOCALIZADA NA PARTE FRONTAL, PODENDO A FITA ABRIR E FECHAR SEM PERDER A CARACTERÍSTICA ADESIVA, LINHAS DE ELÁSTICO NAS PERNAS COM FORMATO ANATÔMICO QUE SE AJUSTAM (PREVENINDO OS VAZAMENTOS) SEM DEIXAR MARCAS, BARREIRAS LATERAIS PROTETORAS E INDICADOR DE UMIDADE. NO MÍNIMO 70 UNIDADES.	GUTO BABY	PACOTE	50	35.0000	1750.0000
121	1	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO P - ATÓXICA, INODORA, UNISSEX, COM FLOCOS DE GEL SUPER ABSORVENTES, DISTRIBUÍDOS EM CAMADAS, FAVORECENDO A ABSORÇÃO DE URINA E EVITANDO O CONTATO DA MESMA COM A PELE DA CRIANÇA. O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR FAIXA ADERENTE MULTI AJUSTÁVEL, LOCALIZADA NA PARTE FRONTAL, PODENDO A FITA ABRIR E FECHAR SEM PERDER A CARACTERÍSTICA ADESIVA, LINHAS DE ELÁSTICO NAS PERNAS COM FORMATO ANATÔMICO QUE SE AJUSTAM (PREVENINDO OS VAZAMENTOS) SEM DEIXAR MARCAS, BARREIRAS LATERAIS PROTETORAS E INDICADOR DE UMIDADE. NO MÍNIMO 70 UNIDADES.	GUTO BABY	PACOTE	50	35.0000	1750.0000
122	1	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO P - ATÓXICA, INODORA, UNISSEX, COM FLOCOS DE GEL SUPER ABSORVENTES, DISTRIBUÍDOS EM CAMADAS,	GUTO BABY	PACOTE	200	35.0000	7000.0000

		FAVORECENDO A ABSORÇÃO DE URINA E EVITANDO O CONTATO DA MESMA COM A PELE DA CRIANÇA. O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR FAIXA ADERENTE MULTI AJUSTÁVEL, LOCALIZADA NA PARTE FRONTAL, PODENDO A FITA ABRIR E FECHAR SEM PERDER A CARACTERÍSTICA ADESIVA, LINHAS DE ELÁSTICO NAS PERNAS COM FORMATO ANATÔMICO QUE SE AJUSTAM (PREVENINDO OS VAZAMENTOS) SEM DEIXAR MARCAS, BARREIRAS LATERAIS PROTETORAS E INDICADOR DE UMIDADE. NO MÍNIMO 70 UNIDADES.					
123	1	GEL DENTAL INFANTIL COM FLUOR – SABOR TUTTI-FRUTI. COMPOSIÇÃO: LAURIL SULFATO DE SÓDIO, SACARINA SÓDICA; SORBITOL, POLIETILENOGLICOL; SÍLICA; FLUORETO DE SÓDIO, COMPOSIÇÃO AROMÁTICA, CORANTES E ÁGUA; EMBALADO EM CAIXA PAPEL CARTÃO PLASTIFICADA, CONTENDO 01 BISNAGA COM 50 G DO PRODUTO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO: 02 ANOS APÓS DATA DE ENTREGA.	DENTIL	UNIDADES	350	2.6000	910.0000
125	1	LENÇO UMEDECIDO - COMPOSTO DE ÁGUA PURIFICADA, PROPILENOGLICOL, LANOLINA, COCAMIDOPROPILBETAÍNA, POLISSORBATO, EDTA, METILPARABENO, FRAGRÂNCIA BRONOPOL E VITAMINA E. DIMENSÕES APROXIMADAS: LENÇO (A X L) 18,7 X 16,1 CM. (PACOTE COM 48 UNIDADES).	BABY FREE	UNIDADES	400	3.0000	1200.0000
128	1	PENTE FINO PLÁSTICO PARA REMOÇÃO DE PIOLHOS - PENTE DE PLÁSTICO ABS; COM DENTES FINO; PARA CABELOS DE TODOS OS TIPOS; USO PROFISSIONAL; MEDINDO NO MÍNIMO 20 CM; COM CABO FINO.	LAHNDERS	UNIDADES	60	3.8700	232.2000
129	1	REPELENTE DE INSETOS, AÇÃO REPELENTE: BORRACHUDOS, MURIÇOCAS, MOSQUITO DA DENGUE, MOSQUITOS, PERNILONGOS. SUBSTANCIA REPELENTE PRINCIPAL: DEET, APRESENTAÇÃO: LOÇÃO HIDRATANTE COM ALOE VERA; APLICAÇÃO: DIRETAMENTE NA PELE. INDICAÇÃO: PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 03 MESES, FRASCO DE NO MÍNIMO 200ML.	ACTION	UNIDADES	320	7.0000	2240.0000
130	1	SABONETE EM BARRA. DERMATOLOGICAMENTE TESTADO. HIPOALERGÊNICO. CONTÉM EMOLIENTE SUAVE, PARA PELE DELICADA. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO 90G. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO: 02 ANOS APÓS DATA DE ENTREGA.	MARLUCE	UNIDADES	340	0.9500	323.0000
138	1	BORRIFADOR SPRAY PLASTICO,COM GATILHO, FRASCO, VALVULA, PARA PRODUTO DE LIMPEZA, 500ML,	STAR TOOLS	UNIDADE	11	5.9700	65.6700
145	1	GARRAFA TÉRMICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE: 2 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TAMPA TIPO PRESSÃO, AMPOLA INQUEBRÁVEL.	QLB	UNIDADES	23	95.3100	2192.1300

Valor Total de R$ 312.323,37 (trezentos e doze mil, trezentos e vinte e três reais e trinta e sete centavos)
DATA DA ASSINATURA: 31/07/2026.
VIGÊNCIA: 31/07/2027.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:F17FD940

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 051/2026
Pregão Eletrônico nº 010/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E EMBALAGEM A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICIPIO DE GUARACI/PR, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

FORNECEDOR: **MEDINGA COMERCIAL LTDA**
CNPJ: 57.742.953/0001-42

Fornecedor: MEDINGA COMERCIAL LTDA - CNPJ: 57.742.953/0001-42 - Valor total homologado: R$ 3.133,80 (três mil, cento e trinta e três reais e oitenta centavos)							
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
47	1	LÂMINA BORRACHA, COMPRIMENTO: 40 CM, APLICAÇÃO: RODO METÁLICO.	2000	UNIDADES	130	3.4500	448.5000
48	1	LÂMINA BORRACHA, MATERIAL: BORRACHA, COMPRIMENTO: 60CM, APLICAÇÃO: RODO DE ALUMÍNIO.	2000	UNIDADES	140	5.0100	701.4000
103	1	ALGODÃO TIPO: HIDRÓFILO, APRESENTAÇÃO: EM BOLAS, MATERIAL: ALVEJADO, PURIFICADO, ISENTO DE IMPUREZAS , ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL	NATHY	UNIDADES	200	4.3000	860.0000
118	1	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL HIPOALÉRGICO - TECIDO EM 100% ALGODÃO, ADESIVO ACRÍLICO TRANSPARENTE, EXTRA FLEXÍVEL, TAMANHO: 10 CM X 4,5 M.	CIEX	UNIDADES	70	9.6300	674.1000
124	1	HASTES FLEXÍVEIS, BIODEGRADÁVEIS COM PONTA DE PURO ALGODÃO, ANTIBACTERIANO. CAIXA COM 75 UNIDADES	NATHY	UNIDADES	260	1.7300	449.8000

Valor Total de R$ 3.133,80 (três mil, cento e trinta e três reais e oitenta centavos)
DATA DA ASSINATURA: 31/07/2026.
VIGÊNCIA: 31/07/2027.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:11E778AF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 052/2026
Pregão Eletrônico nº 010/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E EMBALAGEM A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICIPIO DE GUARACI/PR, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

FORNECEDOR: **RPG – COMÉRCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA**
CNPJ: 54.205.260/0001-22

Fornecedor: RPG - COMÉRCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 54.205.260/0001-22 - Valor total homologado: R$ 62.657,37 (sessenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e trinta e sete centavos)

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	
7	1	BACIA, MATERIAL: PLÁSTICO RÍGIDO, TAMANHO: GRANDE, DIÂMETRO: 52 CM, CAPACIDADE: 35 L.	Arqplast	UNIDADES	22	24.9900	549.7800	
10	1	BARRA DE SABÃO GLICERINADO NEUTRO, TESTADO DERMATOLOGICAMENTE, COMPOSIÇÃO BÁSICA SABÃO DE ÁCIDOS GRAXOS DE COCO/BABAÇU, SABÃO DE ÁCIDOS GRAXOS DE SEBO, SABÃO DE ÁCIDOS GRAXOS DE SOJA, COADJUVANTE, GLICERINA, AGENTE ANTI-REDEPOSITANTE E ÁGUA. O PRODUTO DEVE CONTER NA EMBALAGEM TELEFONE PARA EMERGÊNCIA MÉDICA. EMBALADO EM SACO PLÁSTICO COM 5 UNIDADES DE 200 GRAMAS CADA, PACOTE PESANDO 1KG. ESPECIFICAÇÕES: PH 1%=11,5 MÁXIMO, ALCALINIDADE LIVRE: MÁXIMO 0,5%P/P. - ESTE PRODUTO DEVE SER NOTIFICADO NA ANVISA. DESCRIÇÃO CATMAT: SABÃO BARRA, COMPOSIÇÃO BÁSICA: SAIS + ÁCIDO GRAXO, TIPO: COM ALVEJANTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PERFUME, PESO: 200 G, FORMATO: RETANGULAR.	Unic	EMBALAGEM 5 UNI	132	9.9900	1318.6800	
13	1	BOTA SEGURANÇA, MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA, MATERIAL SOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE, COR: BRANCA, TAMANHO: 36, TIPO CANO: MÉDIO, TIPO USO: SERVIÇOS GERAIS.	Bracol	PAR	4	41.8400	167.3600	
17	1	BOTA SEGURANÇA, MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA, MATERIAL SOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE, COR: BRANCA, TAMANHO: 38, TIPO CANO: CURTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE ABRASÃO, COM FORRO.	Bracol	PAR	8	48.8800	391.0400	
21	1	BOTA SEGURANÇA, MATERIAL:PVC - CLORETO DE POLIVINILA, MATERIAL SOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE, COR:BRANCA, TAMANHO: 39, TIPO CANO: CURTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE ABRASÃO, COM FORRO.	Bracol	PAR	4	47.8500	191.4000	
26	1	COADOR DE PANO P/ CAFÉ CONFECCIONADO EM FLANELA 100 % ALGODÃO, CABO DE MADEIRA E ARAME GALVANIZADO, TAMANHO MÉDIO, PROFUNDIDADE 20 CM. DESCRIÇÃO CATMAT: COADOR CAFÉ, MATERIAL: 100% ALGODÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CABO DE MADEIRA, CAPACIDADE: 2 L.	Locatelli	UNIDADES	90	6.9300	623.7000	
30	1	DESENTUPIDOR VASO SANITÁRIO, MATERIAL: BORRACHA FLEXÍVEL, COR:PRETA, ALTURA: 10 CM, DIÂMETRO: 16 CM, MATERIAL CABO: MADEIRA, COMPRIMENTO CABO: 50 CM.	Desafio	UNIDADES	14	8.8200	123.4800	
36	1	DETERGENTE LÍQUIDO NEUTRO CONTENDO: ATIVO ALQUIL, SULFATO DE SÓDIO, SAIS INORGÂNICOS, COADJUVANTES, ESSÊNCIA, CORANTE E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM FRASCO ÍNTEGRO, SEM VESTÍGIOS DE AMASSAMENTO, VAZAMENTO E ESTUFAMENTO. - ESTE PRODUTO DEVE SER NOTIFICADO NO REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - ANVISA. DETERGENTE, COMPOSIÇÃO: AGENTE ALCALINO SOLUENTE E DETERGENTE SINTÉTICO. COMPONENTE ATIVO: LINEAR ALQUIBENZENO SULFONATO DE SÓDIO, APLICAÇÃO: REMOÇÃO GORDURA E SUJEIRA EM GERAL., AROMA: NEUTRO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONTÉM TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL.	Vida	GALAO 5L	3310	13.4900	44651.9000	
37	1	ESCOVA PARA LAVAR ROUPA, COM ALÇA ANATÔMICA, CERDAS RESISTENTES E DESIGN CURVO. DESCRIÇÃO CATMAT: ESCOVA LIMPEZA GERAL, MATERIAL CORPO: PLÁSTICO, MATERIAL CERDAS: NÁILON, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: OVALADA, COMPRIMENTO: 12,50 CM, LARGURA:6 CM, ESPESSURA: 4 CM.	Dalcin	UNIDADES	94	2.1500	202.1000	
54	1	LIXEIRA, MATERIAL: PLÁSTICO RESISTENTE, CAPACIDADE: 25L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA E PEDAL.	Arqplast	UNIDADES	42	31.9900	1343.5800	
57	1	LUSTRA MÓVEIS LÍQ. (FR 200ML) - Emulsão aquosa cremosa, perfumada, aromas diversos. Frasco plástico não inferior a 200 ml, com bico econômico. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote e validade não inferior a 6 meses da data de entrega	Worker	UNIDADE	100	4.6800	468.0000	
72	1	PANO PRATO, MATERIAL: ALGODÃO, COMPRIMENTO: 60 CM, LARGURA: 40 CM, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ABSORVENTE/LAVÁVEL E DURÁVEL.	Martins	UNIDADES	250	2.1900	547.5000	
82	1	RODO COM ESPUMA POLIURETANO E FIBRA SINTÉTICA COM ABRASIVO 30CM COM CABO DE MADEIRA. DESCRIÇÃO CATMAT: RODO, MATERIAL CABO: MADEIRA, MATERIAL SUPORTE: MADEIRA, COMPRIMENTO SUPORTE: 30 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ESPUMA NA BASE.	Apolo	UNIDADES	155	6.1700	956.3500	
101	1	VASSOURAS DE NYLON COM PONTAS PLUMADAS DESFIADAS BASE EM MADEIRA DE 21 CM RESISTENTE	Condor	UNIDADES	190	5.4900	1043.1000	

		COM CABO NO MÍNIMO DE 1,20 CM DE COMPRIMENTO. DESCRIÇÃO CATMAT: VASSOURA COMPRIMENTO CABO: 115 CM, MATERIAL CERDAS: NÁILON , MATERIAL CEPA: PLÁSTICO RESISTENTE , COMPRIMENTO CEPA: 10 CM, COMPRIMENTO CERDAS: 14 CM, LARGURA CEPA: 30 CM, ALTURA CEPA: 5 CM, MATERIAL CABO: MADEIRA.						
106	1	CONDICIONADOR CABELOS, TIPO USO: DIÁRIO, APLICAÇÃO: CABELOS NORMAIS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM VITAMINA B5.	Ekopure	FRASCO 350 ML	300	16.2700	4881.0000	
109	1	CREME HIDRATANTE CORPORAL INFANTIL 200ML FRAGRÂNCIA SUAVE, FRASCO DE 200ML. DEVERÁ CONTER NA EMBALAGEM DADOS DO FABRICANTE, VALIDADE DO PRODUTO, TELEFONE DO ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR, Nº DO REGISTRO NA ANVISA, Nº DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO, CÓDIGO DE BARRA. TESTADO DERMATOLOGICAMENTE. LOÇÃO CREMOSA HIDRATANTE INFANTIL, COM EXTRATO NATURAL DE AVEIA (ATIVO NUTRIENTE E RICO EM VITAMINAS), ÓLEO DE AMENDOAS E BISABOLOL (CALMANTE DÉRMICO NATURAL), QUE PROTEGE E HIDRATA A PELE MANTENDO-A MACIA E PERFUMADA ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO CONSTAR NO ROTULO DA EMBALAGEM.	Clube Abelhinha	UNIDADES	260	6.1900	1609.4000	
110	1	CREME PARA PREVENÇÃO DE ASSADURAS EM BEBÊS COM AGENTES PROTETORES DA PELE E EMOLIENTES. 60 GR. HIPOALÉRGICO. COM ÓXIDO DE ZINCO, NA PROPORÇÃO DE NO MÍNIMO 200MG/G E NISTATINA DE 100.000 UL/G.	Lukinha	UNIDADES	60	11.1500	669.0000	
115	1	ESCOVA DE DENTES INFANTIL MACIA - CERDAS ARREDONDADAS E MACIAS, TAMANHO MÍNIMO DE 15 CM. A ESCOVA DEVERÁ VIR EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM EMBALAGEM BLISTADA, CONTENDO AS INFORMAÇÕES DO PRODUTO, DADOS DO FABRICANTE, COMPOSIÇÃO E SELO DE APROVAÇÃO PELA ABO (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA). DESCRIÇÃO CATMAT: ESCOVA DENTAL, MATERIAL CERDAS: NÁILON, MATERIAL CABO: PLÁSTICO, TIPO CABO: ANATÔMICO, MODELO:MACIO, COR: BRANCA, APLICAÇÃO: ADULTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BITUFO/COM UM TUFO DE CERDAS EM CADA EXTREMIDADE, TIPO CERDAS: ARREDONDADAS.	Dental K	UNIDADES	300	0.9000	270.0000	
119	1	ESPONJA PARA BANHO. COMPOSIÇÃO: ESPUMA DE POLIURETANO, FIBRA SINTÉTICA, RESINA SINTÉTICA E MINERAL. ESFOLIAÇÃO MODERADA. FORMATO ANATÔMICO, DUPLA FACE; DERMATOLOGICAMENTE TESTADA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM SACO PLÁSTICO ATÓXICO, MEDINDO 105 X 70 X 20 MM.	Ober Fresh	UNIDADES	250	1.5900	397.5000	
133	1	TALCO INFANTIL, PRODUTO DESTINADO PARA CRIANÇAS, AUXILIAR NA HIGIENIZAÇÃO INFANTIL, CAPACIDADE 200G.	Lukinha	UNIDADES	60	13.3500	801.0000	
146	1	PRATO DESCARTÁVEL EM PLÁSTICO BRANCO PARA REFEIÇÕES. NA MEDIDA DE 21CM DE DIÂMETRO, CONTENDO 10 UNIDADES POR EMBALAGEM.	Oi	PACOTE	200	2.6100	522.0000	
147	1	PRATO DESCARTÁVEL EM PLÁSTICO EM CORES VARIADAS, UTILIZADO PRINCIPALMENTE PARA O SERVIMENTO DE BOLO. NA MEDIDA DE 15CM DE DIÂMETRO, CONTENDO 10 UNIDADES POR EMBALAGEM.	Vitalform	PACOTE	650	1.4300	929.5000	

Valor Total de R$ 62.657,37 (sessenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e trinta e sete centavos)
DATA DA ASSINATURA: 31/07/2026.
VIGÊNCIA: 31/07/2027.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:89D745DA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 053/2026
Pregão Eletrônico nº 010/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E EMBALAGEM A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICIPIO DE GUARACI/PR, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

FORNECEDOR: **W D ECOFLEX EMBALAGENS LTDA**
CNPJ: 30.449.062/0001-46

Fornecedor: W D COMERCIO DE EMBALAGENS EIRELI - CNPJ: 30.449.062/0001-46 - Valor total homologado: R$ 85.619,25 (oitenta e cinco mil, seiscentos e dezenove reais e vinte e cinco centavos)							
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	1	ÁLCOOL LÍQUIDO 70 GL ETÍLICO, TIPO HIDRATADO, TEOR ALCOÓLICO, APRESENTAÇÃO LÍQUIDO. 5 LITROS. DESCRIÇÃO CATMAT: ÁLCOOL ETÍLICO LIMPEZA DE AMBIENTES, CONCENTRAÇÃO: 70%, APLICAÇÃO: LIMPEZA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LÍQUIDO, TIPO: ETÍLICO.	IBIPQUIMICA	GALAO 5L	2125	24.4900	52041.2500
33	1	DETERGENTE AUTOMOTIVO 200 LITROS TIPO INTERCAP. DETERGENTE ÁCIDO (INTERCARP) PARA LAVAGEM DE VEÍCULOS. COMPOSIÇÃO QUÍMICA: TENSOATIVOS, ÁCIDOS INORGÂNICOS, ADITIVOS, CORANTE E ÁGUA. PRINCÍPIO ATIVO: ÁCIDO CLORÍDRICO À 33% PH (1.0%) = 2,00 À 3,00 APARÊNCIA: LÍQUIDO OPACO ROXO DENSIDADE: 0,950 À 1,050 G/CM³. SOLUBILIDADE EM ÁGUA: 100%. DESCRIÇÃO CATMAT: DESENGRAXANTE, ASPECTO FÍSICO:GEL, COMPOSIÇÃO:LAURIL ÉTER, SULFATO DE SÓDIO, ESPESSANTE,	DELFAN	TAMBOR 200L	10	532.0000	5320.0000

		RICINOL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SOLÚVEL EM ÁGUA, APLICAÇÃO:LIMPEZA DE SUPERFÍCIES.					
34	1	DETERGENTE AUTOMOTIVO 200 LITROS TIPO SHAMPOO. Shampoo concentrado para Lavagem de Veículos (proporção da diluição 1-40), entregue em tambor de 200 litros.	DELFAN	TAMBOR 200L	5	544.0000	2720.0000
35	1	DETERGENTE AUTOMOTIVO 200 LITROS TIPO SOLOPAN. Detergente para Lavagem de Veículos. Composição Química: Tensoativos, Agentes Alcalinizantes, Solubilizante, Espessante, Corante, Preservante, Essência e Água. Princípio Ativo: Ácido Dodecilbenzeno Sulfônico à 90% pH (100%) = 6,50 à 8,50. Solubilidade em Água: 100%.	DELFAN	TAMBOR 200L	10	553.0000	5530.0000
92	1	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE: 40 L, COR: PRETA, LARGURA: 62 CM, ALTURA: 59 CM, ESPESSURA: 0,10 MICRA, NORMAS TÉCNICAS: NBR 9190 E 9191, MATERIAL: POLIETILENO.	ECOFLEX	PACOTE 100 UNI	220	14.6000	3212.0000
94	1	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE: 50 L, COR: PRETA, LARGURA: 40 CM, ALTURA:60 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE AO PESO MÍNIMO DE 5 KG.	ECOFLEX	PACOTE 100 UNI	320	11.8000	3776.0000
95	1	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE: 60 L, COR:PRETA, LARGURA: 63 CM, ALTURA: 70 CM, ESPESSURA: 0,008 MICRA, APLICAÇÃO: COLETA DE LIXO.	ECOFLEX	PACOTE 100 UNI	700	18.6000	13020.0000

Valor Total de R$ 85.619,25 (oitenta e cinco mil, seiscentos e dezenove reais e vinte e cinco centavos)
DATA DA ASSINATURA: 31/07/2026.
VIGÊNCIA: 31/07/2027.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:1164775D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 054/2026
Pregão Eletrônico nº 010/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E EMBALAGEM A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICIPIO DE GUARACI/PR, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

FORNECEDOR: **YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA**
CNPJ: 51.740.794/0001-60

Fornecedor: YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 51.740.794/0001-60 - Valor total homologado: R$ 10.000,00 (dez mil reais)								
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO		VALOR TOTAL
151	1	PALITO DE BAMBU PARA ALGODÃO DOCE, SEM PONTA, 40CM, PACOTE COM 100 UNIDADES		MEDIX	PACOTE 100 UNI	1000	10.0000	10000.0000

Valor Total de R$ 10.000,00 (dez mil reais)
DATA DA ASSINATURA: 31/07/2026.
VIGÊNCIA: 31/07/2027.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:FB40DBE7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, MARCOS ANTONIO DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	101/2026
b) Licitação Nº:	013/2026
c) Modalidade:	Inexigibilidade
d) Data Homologação:	30/07/2026
e) Objeto Homologado:	CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO, COM O GRUPO "TRIO MALAGUETA", NO VALOR TOTAL DE R$ 6.600,00 (SEIS MIL E SEISCENTOS REAIS), NO EVENTO "ARRAIÁ DO GUARÁ 2026", NO DIA 01 DE AGOSTO COM INÍCIO ÀS 20H00 E DURAÇÃO DE 01H30MIN, POR MEIO DE CONTRATAÇÃO DIRETA COM O INTEGRANTE E RESPONSÁVEL PELO GRUPO, RODOLFO LIBANOR RAINER SIQUEIRA, INSCRITO SOB O CNPJ Nº 28.462.861/0001-00, SITUADO À RUA BAURU, Nº 443, BAIRRO AMARO, CEP 86.062-320, LONDRINA/PR. O SHOW OCORRERÁ NO RECINTO DE RODEIO DO MUNICÍPIO DE GUARACI, ESTADO DO PARANÁ, DURANTE O EVENTO ARRAIÁ DO GUARÁ 2026, PARA ATENDER À DIRETORIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD)

f) Dotação Orçamentária:

PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
05006133920014215431909400000	1000	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS
05006133920014215433903900000	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: 26.462.861 RODOLFO LIBANOR RAINER SIQUEIRA - CNPJ: 28.462.861/0001-00 - Valor total homologado: R$ 6.600,00 (Seis mil e seiscentos reais).						
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Contratação de apresentação artística do Grupo Trio Malagueta, durante o Arraiá do Guará 2026, no Recinto de Rodeio do Município de Guaraci/PR, no dia 01 de agosto de 2026, com início previsto às 20h00 e duração aproximada de 01h30min.	SHOW	1	6.600.00	6.600.00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 6.600,00 (Seis mil e seiscentos reais)
02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.

Prefeitura Municipal de GUARACI, 30 de julho de 2026

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:7A87A646

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O Prefeito Municipal, **MARCOS ANTONIO DE SOUZA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:
01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	081/2026
b) Licitação Nº:	004/2026
c) Modalidade:	Dispensa Eletrônica
d) Data Homologação:	31/07/2026
e) Objeto Homologado:	Contratação de empresa especializada para servir almoço e café da tarde aos idosos atendidos pelo Programa Viaja mais 60. (Deliberação da CEDIPI-PR 34/2024).

f) Dotação Orçamentária:

PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
27004082410010203633903000000	3946	MATERIAL DE CONSUMO

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: RESTAURANTE E PESQUEIRO BOM PEIXE LTDA - CNPJ: 00.337.427/0001-80 - Valor total homologado: R$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais)								
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	
1	1	Almoço completo em sistema self-service, com cardápio variado e balanceado, composto por : Arroz branco, feijão carioca, massas, peixe frito, frango, pirão, saladas diversas e legumes. refrigerantes (normal e zero), água mineral e sobremesa. Café da tarde: café, chá, suco, bolos, pães e frios.	Serviço	UNIDADE	120	80,00	9.600,00	

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 9.600,00 (Nove mil e seiscentos reais)
02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.

Prefeitura Municipal de GUARACI, 31 de julho de 2026

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:A93CA4D7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 07-L, DE 03 DE AGOSTO DE 2026. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026 – EDITAL DE ABERTURA Nº 07-A/2026.

EDITAL Nº 07-L, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026 – EDITAL DE ABERTURA Nº 07-A/2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026, referente ao Edital de Abertura nº 07-A/2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA, Estado do Paraná, **JOÃO CARLOS GARBIN**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO o disposto no item 4 do cronograma e no item 12 do Edital de Abertura nº 07-A/2026, que disciplinam a classificação e a homologação do resultado final do certame;
CONSIDERANDO o Edital nº 07-F, de 16 de julho de 2026, que divulgou a pontuação e a classificação provisória dos candidatos com inscrições homologadas;

CONSIDERANDO o Edital nº 07-G, de 21 de julho de 2026, que comunicou a ausência de recursos quanto à pontuação e à classificação provisória e manteve inalterados os resultados divulgados;
CONSIDERANDO o Edital nº 07-K, de 31 de julho de 2026, que tornou definitivo o resultado do procedimento de heteroidentificação e confirmou as autodeclarações dos candidatos Pablo Juan de Mello e Sidinei de Oliveira Camargo;
CONSIDERANDO o Edital nº 07-I, de 21 de julho de 2026, que retificou para 03 de agosto de 2026 a data de homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026;
TORNA PÚBLICO o que segue:
Art. 1º Fica **HOMOLOGADO** o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026, referente ao Edital de Abertura nº 07-A/2026, conforme a classificação constante do Anexo I deste Edital.
Art. 2º A classificação final observa a ordem decrescente da pontuação, os critérios de desempate previstos no Edital de Abertura e o resultado definitivo do procedimento de heteroidentificação.
Art. 3º A homologação e a classificação no certame não geram direito subjetivo à contratação, que ocorrerá de acordo com a necessidade da Administração, a disponibilidade de vagas e a disponibilidade financeira do Município, respeitada a ordem classificatória e as demais disposições do Edital nº 07-A/2026.
Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Honório Serpa, Estado do Paraná, em 03 de agosto de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

ANEXO I
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026
CARGO: PSICÓLOGO(A) – NÍVEL SUPERIOR

Class.	Nome do candidato	Data de nascimento	Pontuação	Observação
1º	Mariza Cândido da Silva Queiros	xx/xx/xxxx	70	
2º	Leonardo Torroni da Silva	xx/xx/xxxx	57	
3º	Jessica Kahuana Inglez de Lara	xx/xx/1998	54	Desempate: maior idade
4º	Thaís Aparecida Barbosa	xx/xx/1999	54	Desempate: maior idade
5º	Ana Eliza Lonien	xx/xx/xxxx	43	
6º	Bruno Levis Andrade	xx/xx/xxxx	36	

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINA RODOVIÁRIA – NÍVEL FUNDAMENTAL

Class.	Nome do candidato	Data de nascimento	Pontuação	Cotas	Observação
1º	Pablo Juan de Mello	xx/xx/xxxx	16	**Reserva de vagas Lei Municipal 1.075/2025**	Autodeclaração confirmada
2º	Sidinei de Oliveira Camargo	xx/xx/xxxx	4	**Reserva de vagas Lei Municipal 1.075/2025**	Autodeclaração confirmada
3º	Weverton Luiz Lamonato	xx/xx/1999	0	—	Desempate: maior idade
4º	Thiago Felipe da Silva	xx/xx/2005	0	—	

Publicado por:
Lucio Diego Guerra
Código Identificador:CDD8A9D0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO, PENALIDADE E ADVERTÊNCIA DE 16 A 31 DE JULHO DE 2026.

276070 PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 03/09/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ABR6013	**276070NIC0004392**	**23/06/2026**	**50020**
BBQ9358	**276070NIC0004391**	**23/06/2026**	**50020**

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 09/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
SEM8E60	**116100T003636778**	**07/04/2026**	**56060**

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 08/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AOW1H71	**276070NIC0004300**	**24/04/2026**	**50020**
AQB1558	**276070NIC0004283**	**24/04/2026**	**50020**
ARB1C44	**276070NIC0004296**	**24/04/2026**	**50020**
ATE4J60	**276070NIC0004281**	**24/04/2026**	**50020**
ATL0F20	**276070NIC0004280**	**24/04/2026**	**50020**

ATW2799	276070NIC0004290	24/04/2026	50020
AUT6919	276070NIC0004277	24/04/2026	50020
AZA3811	276070NIC0004267	24/04/2026	50020
AZK5G73	276070NIC0004286	24/04/2026	50020
AZV5053	276070NIC0004266	24/04/2026	50020
BAI4J69	276070NIC0004301	24/04/2026	50020
BAS4G87	276070NIC0004272	24/04/2026	50020
BAX4J89	276070NIC0004293	24/04/2026	50020
BCN7D35	276070NIC0004270	24/04/2026	50020
BCP0561	276070NIC0004273	24/04/2026	50020
BCQ9H06	276070NIC0004276	24/04/2026	50020
BCY6F42	276070NIC0004288	24/04/2026	50020
BCY8D93	276070NIC0004265	24/04/2026	50020
BDV3J59	276070NIC0004294	24/04/2026	50020
BEJ9C72	276070NIC0004287	24/04/2026	50020
LLT6D98	276070NIC0004268	24/04/2026	50020
NFH2A33	276070NIC0004271	24/04/2026	50020
PUL5417	276070NIC0004298	24/04/2026	50020
RAH9878	276070NIC0004299	24/04/2026	50020
RFK1B60	276070NIC0004291	24/04/2026	50020
SEL2B40	276070NIC0004264	24/04/2026	50020
SEL2B40	276070NIC0004289	24/04/2026	50020
SFB0H26	276070NIC0004263	24/04/2026	50020
SHD8J08	276070NIC0004269	24/04/2026	50020
SIW0E28	276070NIC0004292	24/04/2026	50020
TAI9D56	276070NIC0004297	24/04/2026	50020
TAX1A67	276070NIC0004295	24/04/2026	50020
TAX6D61	276070NIC0004275	24/04/2026	50020
TBH8J17	276070NIC0004279	24/04/2026	50020
TBI3J53	276070NIC0004285	24/04/2026	50020
TBL5G43	276070NIC0004302	24/04/2026	50020
TBL5G43	276070NIC0004303	24/04/2026	50020
TBM3F01	276070NIC0004274	24/04/2026	50020
TBN1F33	276070NIC0004284	24/04/2026	50020
TBS9G16	276070NIC0004282	24/04/2026	50020
TBT8H55	276070NIC0004278	24/04/2026	50020

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 09/09/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AGF8647	116100T003639941	12/07/2026	54521
AME5A59	116100T003639936	12/07/2026	54521
AOG0341	116100T003639929	12/07/2026	54521
AWC5E57	116100T003639943	12/07/2026	54521
BAU3J49	116100T003205615	11/07/2026	54521
HJB8544	116100T003639942	12/07/2026	54521

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 09/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
TCY6E41	276070NIC0004305	24/04/2026	50020
TXM4J72	276070NIC0004306	24/04/2026	50020

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 09/09/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ALL8007	276070NIC0004394	30/06/2026	50020
AUF9974	276070NIC0004395	30/06/2026	50020
BBF6793	276070NIC0004397	30/06/2026	50020
TAS0D44	276070NIC0004393	30/06/2026	50020
TCY8B25	276070NIC0004396	30/06/2026	50020

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 10/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ABL2G24	116100T002225126	12/05/2026	76251
ABL7174	276070T000018186	14/05/2026	51851
ACS0G75	276070T000018860	15/05/2026	58433
AEI3547	116100T002225128	12/05/2026	55411
AIB3316	276070T000018449	11/05/2026	51851
AIR5922	116100T002225127	12/05/2026	76252
AJX9E64	276070T000018185	14/05/2026	51851
ALE7992	276070T000018448	11/05/2026	51851
AME0H06	276070T000018858	15/05/2026	51851
AME0H06	276070T000018859	15/05/2026	57200
AMM0233	276070T000018623	11/05/2026	51852
AMM2920	276070T000018851	14/05/2026	51851
AMM3I08	276070T000018629	11/05/2026	51851
AMP5260	276070T000018645	14/05/2026	60502
AMS7B70	276070T000018627	11/05/2026	55920
AOT3725	116100T002714543	10/05/2026	55411
AOV3D87	276070T000014219	14/05/2026	50100
APA4613	276070T000018854	14/05/2026	58431
API1A46	276070T000018446	11/05/2026	51851

AQY4D26	276070T000018360	12/05/2026	56222
ARO9G10	276070T000018637	13/05/2026	51930
ART5272	276070T000018628	11/05/2026	51851
ARU5A55	276070T000018636	11/05/2026	51851
ASI1J36	276070T000018450	11/05/2026	51851
ASM7J17	276070T000017966	12/05/2026	55920
ASS9F19	276070T000018362	14/05/2026	51930
ASV6226	276070T000014805	17/05/2026	73662
ATC8E12	276070T000014221	14/05/2026	51180
ATC8E12	276070T000014220	14/05/2026	50100
ATP8J80	276070T000018751	14/05/2026	76252
ATU8224	276070T000018633	11/05/2026	51851
ATZ2444	276070T000018635	11/05/2026	58433
AUG7B36	276070T000018182	14/05/2026	51851
AVW1G24	276070T000018358	11/05/2026	51851
AWO9880	276070T000018632	11/05/2026	51851
AXU9G31	276070T000018359	12/05/2026	55920
AYG2I55	276070T000018650	14/05/2026	55920
AYV3B82	276070T000018856	15/05/2026	51930
AYX3776	276070T000018752	14/05/2026	55920
AZK0H82	276070T000017970	14/05/2026	51851
AZU1C45	276070T000018445	11/05/2026	51851
BAY3901	276070T000018624	11/05/2026	76331
BBG6548	276070T000018853	14/05/2026	76331
BCC0701	276070T000018626	11/05/2026	76331
BCT9A55	276070T000018184	14/05/2026	51851
BCY8C70	276070T000018640	13/05/2026	76331
BDF1H93	276070T000018855	15/05/2026	55411
BDF2I85	276070T000017967	12/05/2026	55920
BDO3G94	276070T000018857	15/05/2026	55411
BDP3B12	276070T000018641	13/05/2026	51852
BDX1D17	276070T000018644	13/05/2026	76331
BEB2G29	276070T000018647	14/05/2026	76331
CEZ7812	276070T000018180	12/05/2026	51851
DAR8J85	116100T002225125	12/05/2026	55500
DCE7H50	276070T000018625	11/05/2026	51851
DDD7G37	116100T000566956	10/05/2026	54284
DJR4A76	276070T000018447	11/05/2026	76251
KPK1B87	276070T000018183	14/05/2026	51851
MGV9600	276070T000018181	14/05/2026	51851
MKE8D60	276070T000018646	14/05/2026	52742
NWE0B50	276070T000017971	15/05/2026	76252
OUN6A06	276070T000017968	12/05/2026	76332
QEQ5I72	276070T000018861	15/05/2026	55411
QOV8J28	276070T000018642	13/05/2026	76252
QUR5I40	276070T000018631	11/05/2026	51851
RMN6A12	276070T000017972	15/05/2026	76251
SDQ6J08	276070T000018634	11/05/2026	76251
SDS9H84	276070T000018863	15/05/2026	55413
SEM1F31	276070T000017969	08/05/2026	76252
SFA1E45	276070T000018852	14/05/2026	58431
SFK3F16	276070T000018630	11/05/2026	58433
SXV2G81	276070T000018643	13/05/2026	55417
UBP7A96	276070T000018649	14/05/2026	60330

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 10/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AGO1775	116100T002225124	09/05/2026	55500
AZX9F58	276070T000018639	13/05/2026	55920
BDS1C92	276070T000018361	14/05/2026	55920
TAN1D29	276070T000018638	13/05/2026	55920

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 10/09/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ARG0664	276070NIC0004398	30/06/2026	50020
SET5A79	276070NIC0004399	30/06/2026	50020

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 11/09/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
QII3B36	116100T001644795	16/07/2026	54521

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 14/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AHI4D66	276070T000018187	14/05/2026	51851

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 14/09/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração

AZS9I16	116100T001574690	19/07/2026	54521

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 14/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AZD8G57	116100T003641606	14/05/2026	54522

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 14/09/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AAA4566	276070T000019456	23/07/2026	76251
AAN9H94	276070T000019396	24/07/2026	66531
AFB9213	276070T000019444	27/07/2026	59670
AFP2740	276070T000019506	27/07/2026	65800
AFR6E10	276070T000019404	16/07/2026	76251
AGD7F77	276070T000019448	27/07/2026	76332
AHD2271	276070T000019508	27/07/2026	56731
AIK0F64	276070T000014808	21/07/2026	73662
AIX9910	276070T000019211	28/07/2026	76331
AKW3331	276070T000019503	27/07/2026	51851
ALF0G26	276070T000019511	27/07/2026	51852
ALN2I96	276070T000019439	22/07/2026	54523
ALN4E48	276070T000019507	27/07/2026	51851
AMF5D28	276070T000019457	23/07/2026	55412
AMJ8A33	276070T000019409	17/07/2026	54521
AMS8I58	276070T000019389	23/07/2026	51851
ANT5895	276070T000019402	16/07/2026	55412
AOP3C76	276070T000019393	23/07/2026	55920
AOT9729	276070T000019388	23/07/2026	76331
AOY3A76	276070T000019395	24/07/2026	51851
APQ8691	276070T000019433	23/07/2026	55412
APS3390	276070T000019513	27/07/2026	73400
AQA5836	276070T000019299	09/07/2026	56731
AQH7I24	276070T000019414	22/07/2026	55417
AQW6G32	276070T000019421	22/07/2026	54521
ARF8292	276070T000019208	26/07/2026	57380
ARM7363	276070T000019411	17/07/2026	54521
ARQ4B60	276070T000019408	17/07/2026	54521
ASC2I72	276070T000019452	13/07/2026	55412
ASN2C31	276070T000019298	09/07/2026	51851
ASV1324	276070T000019406	17/07/2026	54521
ATH2C32	276070T000019403	16/07/2026	76331
ATW8512	276070T000019502	27/07/2026	51851
AUT8957	276070T000019455	17/07/2026	55680
AUZ6I07	276070T000019505	27/07/2026	51851
AVH2B85	276070T000012734	27/07/2026	54600
AVS3C28	276070T000019431	23/07/2026	76251
AWA7I60	276070T000019297	09/07/2026	76331
AWR3J97	276070T000019453	17/07/2026	54870
AXB4I80	276070T000019420	22/07/2026	76252
AYH2D62	276070T000019458	23/07/2026	55412
AYP1E66	276070T000019391	23/07/2026	51851
AZC9637	276070T000019438	24/07/2026	55414
AZF4264	276070T000019504	27/07/2026	51851
AZN2E12	276070T000019400	24/07/2026	51852
AZS6889	276070T000017030	23/07/2026	54600
BAH4G31	276070T000016871	14/07/2026	73662
BBB8B28	276070T000019387	15/07/2026	59830
BBC3059	276070T000019437	24/07/2026	76252
BBG1056	276070T000019422	22/07/2026	55411
BBG1056	276070T000019446	27/07/2026	55411
BBG6548	276070NIC0004403	07/07/2026	50020
BBW3723	276070T000019501	27/07/2026	51851
BCK7A43	276070T000019413	21/07/2026	55920
BCL5C23	276070T000019463	24/07/2026	76251
BCO3291	276070T000019399	24/07/2026	51851
BDO3G94	276070NIC0004404	07/07/2026	50020
BDP2G41	276070T000019425	23/07/2026	52070
BDS5B11	276070T000019428	23/07/2026	56222
BEC5E18	276070T000019392	23/07/2026	76332
BED2A77	276070T000015113	25/07/2026	54600
BEF8D48	276070T000019416	22/07/2026	58433
CES5G71	276070T000019202	17/07/2026	54521
CTN2J81	276070T000019209	26/07/2026	57380
DBN1F89	276070T000019390	23/07/2026	51851
DHG9F96	276070T000019435	24/07/2026	59670
DJE4247	276070T000019397	24/07/2026	51851
DMD4D83	276070T000019445	27/07/2026	55250
DSU5J42	276070T000019410	17/07/2026	54521
DTZ4B59	276070T000019405	17/07/2026	55680
EJA4C52	276070T000019407	17/07/2026	54521
EJL5I25	276070T000019296	09/07/2026	60501
ETO6A90	276070T000019424	22/07/2026	76251
FSK1A46	276070T000019417	22/07/2026	58432
FUH5C08	276070T000019432	23/07/2026	76332
HGV5D34	276070T000019512	27/07/2026	51852

HRL9072	276070T000019514	27/07/2026	54522
ICU8J82	276070T000019426	23/07/2026	51851
ILD2G77	276070T000019203	23/07/2026	55090
ILY1J98	276070T000019462	24/07/2026	76252
LZP5F33	276070T000019419	22/07/2026	76251
MAS9D49	276070T000019461	24/07/2026	55411
MBO7J04	276070T000019510	27/07/2026	55417
MCV7203	276070T000019415	22/07/2026	51851
MGZ8B93	276070T000019430	23/07/2026	76252
MIS2626	276070T000019429	23/07/2026	76251
MKE8D60	276070NIC0004401	07/07/2026	50020
MLF1F69	276070T000019460	24/07/2026	55412
ODF9989	276070T000019394	23/07/2026	52741
OPW3I53	276070T000016870	14/07/2026	76331
OUN6A06	276070NIC0004402	07/07/2026	50020
PVB2F35	276070T000018849	16/07/2026	55411
QQD7A23	276070T000019204	24/07/2026	76331
QQJ9H82	276070T000012735	27/07/2026	55411
RFY3F96	276070T000019210	26/07/2026	57200
RHD5J90	276070T000019509	27/07/2026	55411
RHK8B45	276070T000019423	22/07/2026	55500
RHY9J76	276070T000019447	27/07/2026	55090
RLM0J04	276070T000019451	13/07/2026	76332
RTA1H80	276070T000019206	26/07/2026	76331
RYT3C80	276070T000019412	17/07/2026	54522
SEC9C39	276070T000019454	17/07/2026	54521
SEF3G67	276070T000019441	24/07/2026	51851
SEF3G67	276070T000019440	24/07/2026	57380
SEM9F69	276070T000019418	22/07/2026	76251
SEN6J32	276070T000019201	14/07/2026	76331
SFA1E45	276070NIC0004400	07/07/2026	50020
SFI7E39	276070T000019436	24/07/2026	76252
TAL1E70	276070T000019205	24/07/2026	51851
TAN1G82	276070T000019459	24/07/2026	55412
TBT8A55	276070T000019401	16/07/2026	56221
TCV4I58	276070T000019398	24/07/2026	76331
TJU0J85	276070T000014809	26/07/2026	73662
TYJ2H76	276070T000019434	23/07/2026	59910
UBB6E25	276070T000019300	09/07/2026	55417
UBH9I41	276070T000019427	23/07/2026	57463
UBW1C52	276070T000019442	24/07/2026	76251
UCA8H18	276070T000018850	16/07/2026	58780
UDS2J80	276070T000019443	27/07/2026	57463

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 17/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ABU0047	276070T000018191	19/05/2026	51851
AEK6405	276070T000018879	20/05/2026	55250
AEL9756	276070T000018503	25/05/2026	51851
AIC5B29	276070T000017993	25/05/2026	51851
AMZ5F78	276070T000018756	19/05/2026	55920
ANU1649	276070T000018199	20/05/2026	76331
AOL8625	276070T000018864	18/05/2026	51852
APJ2H80	276070T000017987	25/05/2026	51851
APJ3966	276070T000017990	25/05/2026	76331
AQV5I15	276070T000018190	19/05/2026	51851
ASX0754	276070T000018195	20/05/2026	51851
ATA4791	276070T000017976	18/05/2026	76331
ATG9I66	276070T000018189	19/05/2026	76331
ATL3B97	276070T000017980	20/05/2026	76331
ATW0H79	276070T000018865	18/05/2026	76251
AVF8B60	276070T000018760	21/05/2026	51851
AVK4894	276070T000017979	20/05/2026	76331
AVO4850	276070T000017978	20/05/2026	51930
AVU5G58	276070T000017985	22/05/2026	55920
AWH4960	276070T000017989	25/05/2026	51851
AWS6I44	276070T000018755	18/05/2026	76252
AXH7636	276070T000018889	21/05/2026	51851
AXL8804	276070T000018881	20/05/2026	51851
AYA9I42	276070T000018366	21/05/2026	51851
AYA9I42	276070T000018367	21/05/2026	51930
AYP8H13	276070T000018878	20/05/2026	55250
AZK7019	276070T000018192	19/05/2026	55920
AZO4D94	276070T000018880	20/05/2026	51851
AZW7073	276070T000018363	18/05/2026	54870
BAH8D56	276070T000018888	21/05/2026	51851
BAI4D42	276070T000018759	21/05/2026	51851
BAS4G87	276070T000018198	20/05/2026	51851
BAX8E71	276070T000014806	22/05/2026	73662
BBP8J17	276070T000018884	20/05/2026	51851
BCK9E40	276070T000018893	25/05/2026	76332
BCR4J83	276070T000018869	18/05/2026	76331
BCY1E65	276070T000018876	20/05/2026	51852
BCZ8G03	276070T000018870	18/05/2026	76331
BDA5E40	276070T000018890	21/05/2026	58431
BDD1I91	276070T000018757	19/05/2026	55920

BDD5A86	276070T000018877	20/05/2026	55411
BDF6G95	276070T000018875	18/05/2026	54521
BDG3C82	276070T000018197	20/05/2026	76331
BDX5G01	276070T000018882	20/05/2026	55411
BGZ4I48	276070T000018758	21/05/2026	55920
BIX0550	276070T000018501	22/05/2026	51851
DYI0523	276070T000017973	18/05/2026	55920
FEE7F70	276070T000017977	18/05/2026	56222
KVN1H52	276070T000017981	20/05/2026	51930
LXW1559	276070T000018873	18/05/2026	55411
LZN7942	276070T000018368	21/05/2026	51851
LZN7942	276070T000018369	21/05/2026	51930
MCZ2I34	276070T000018370	25/05/2026	76332
MFD7E04	276070T000018892	22/05/2026	51851
MFX1I23	276070T000018885	20/05/2026	76331
MFZ8G63	276070T000018866	18/05/2026	51852
MHU9E65	276070T000018196	20/05/2026	51851
OPR5D46	276070T000018871	18/05/2026	51851
PKB1C34	276070T000018188	19/05/2026	76331
QAG7D79	276070T000017983	22/05/2026	58194
QDC6F37	276070T000018872	18/05/2026	55417
QHB5H14	276070T000017991	25/05/2026	55920
RDV7I55	276070T000017982	22/05/2026	54526
RHA6C33	276070T000017974	18/05/2026	55920
RHG0H98	276070T000018504	25/05/2026	51851
RHS7C77	276070T000018883	20/05/2026	55920
RXZ7I61	276070T000018194	19/05/2026	54521
RYI9D92	276070T000018200	22/05/2026	76331
SDZ1B31	276070T000017988	25/05/2026	76331
SEA9A01	276070T000018886	21/05/2026	55417
SEN4G94	276070T000017975	18/05/2026	76331
SFM2A31	276070T000015112	21/05/2026	73662
TBS6C46	276070T000018754	18/05/2026	76331
TCL2G76	276070T000014807	24/05/2026	54100
UBB6B44	276070T000018867	18/05/2026	76331

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 17/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ABW8I98	276070T000018502	22/05/2026	55920
ADA4143	276070T000017994	25/05/2026	56222
AUI4890	276070T000017986	22/05/2026	55920
AWP4B67	276070T000018891	22/05/2026	55250
AWV6D67	276070T000018364	19/05/2026	55920
AXY3I54	276070T000017984	22/05/2026	55920
AYD2D33	276070T000018193	19/05/2026	54600
AYT9523	276070T000018365	21/05/2026	55920
DMK0462	276070T000017992	25/05/2026	55920
MEJ4J64	276070T000018887	21/05/2026	55920

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 17/09/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ARU5A55	276070NIC0004406	07/07/2026	50020
AUG7B36	276070NIC0004405	07/07/2026	50020

Publicado por:
Andrelli Cristina de Andrade
Código Identificador:8E568B47

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 177/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 177/2026
DATA: 27.07.2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapejara D´Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 4° inciso VI da LOA - Lei Orçamentária Anual nº 2239/2025 de 02.12.2025 e artigo 50º incisos I e II da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2232/2025 de 04.11.2025.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, destinados ao suporte das despesas no valor de R$ 3.235.318,68 (três milhões, duzentos e trinta e cinco mil, trezentos e dezoito reais e sessenta e oito centavos), referente aos convênios firmados com o estado e com a união, nas dotações orçamentárias abaixo relacionadas:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0700	Departamento de Saúde		
0702	Fundo Municipal de Saúde		
103020021.2.028	Consórcio Interm de Saúde - Conims		
3.3.71.70	Rateio pela Participação Consórcio Público	993	55.000,00
103010021.2.024	Manutenção da Atenção Básica		
3.3.50.43	Subvenções Sociais	993	50.000,00
0800	Departamento de Assistência Social		
0802	Fundo Municipal de Assistência Social		
082440026.2.038	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
3.3.50.43	Subvenções Sociais	947	107.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo	945	3.000,00
0600	Departamento de Educação		
0601	Divisão de Educação		
123610013.2.013	Manutenção da Unidade da Divisão de Educação		
3.3.90.30	Material de Consumo	1106	20.318,67
05.00	Departamento Obras e Viação		
05.01	Divisão de Obras Rodoviárias		
267820008.1.001	Obras, Equipamentos e Investimentos		
4.4.90.51	Obras e Instalações	986	3.000.000,01
	TOTAL R$ 3.235.318,68		

Art. 2º - Para cobertura dos créditos a serem abertos em conformidade com a autorização do artigo anterior, serão utilizados os recursos oriundos do excesso de arrecadação no valor de no valor de R$ 3.235.318,68 (três milhões, duzentos e trinta e cinco mil, trezentos e dezoito reais e sessenta e oito
centavos), conforme dispõe o § 1º, II do art. 43 da Lei Federal 4320/1964 de 17.03.1964, especificados abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
1.3.2.1.01.1.1.03	Rendimentos Saúde	993	5.000,00
1.7.1.3.99.0.1.01	Emedas Parlamentares Destinados a Saúde	993	100.000,00
1.3.2.1.01.1.1.04	Rendimentos Social	947	7.000,00
1.7.1.9.57.0.1	Transferência Especial da União – Principal	947	100.000,00
1.7.1.6.50.0.1	Transf de Rec FNAS	945	3.000,00
1.7.1.5.53.0.1	Transf Rec Fundeb Dest à Criação de Matriculas ETI	1106	20.318,67
2.4.5.1.01.0.1.01	Repasse ITAIPU CE 482/2026	986	3.000.000,01
TOTAL R$ 3.235.318,68			

Art. 3º - Através desse ato ficam também atualizados os valores das Leis nº 2232/2025 de 04.11.2025 - LDO e Lei n° 2221/2025 do PPA 2026/2029.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 17/07/2026.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de julho de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto. de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:1E82F11A

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 178/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 178/2026 DATA: 27.07.2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapejara D´Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 5° inciso I e II da LOA - Lei Orçamentária Anual nº 2239/2025 de 02.12.2025 e artigo 50º incisos I e II da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2232/2025 de 04.11.2025.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, destinados ao suporte das despesas no valor de R$ 870.000,00 (oitocentos e setenta mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo relacionadas:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0600	Departamento de Educação		
0601	Divisão de Educação		
123610013.2.013	Manutenção da Unidade da Divisão de Educação		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	104	215.000,00
123610013.1.013	Infraestrutura em Centros de Educação		
4.4.90.61	Aquisição de Imóveis	104	655.000,00
TOTAL R$ 870.000,00			

Art. 2º - Para cobertura dos créditos a serem abertos em conformidade com a autorização do artigo anterior, serão utilizados os recursos oriundos da anulação parcial de dotações orçamentárias conforme dispõe o § 1º, III, do art. 43 da Lei Federal 4320/1964 de 17.03.1964, no valor de R$ 870.000,00 (oitocentos e setenta mil reais), especificados abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0600	Departamento de Educação		
0601	Divisão de Educação		

123610013.2.013	Manutenção da Unidade da Divisão de Educação		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas	104	650.000,00
3.1.90.13	Contribuições Patronais	104	150.000,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis	104	50.000,00
3.3.50.43	Subvenções Sociais	104	20.000,00
TOTAL R$ 870.000,00			

Art. 3º - Através desse ato ficam também atualizados os valores das Leis nº 2232/2025 de 04.11.2025 - LDO e Lei n° 2221/2025 do PPA 2026/2029.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 17/07/2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de julho de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto. de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:29D9DDC2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026 - SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022) HOMOLOGAÇÃO DOS RECURSOS DE INABILITAÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026 - SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

HOMOLOGAÇÃO DOS RECURSOS DE INABILITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ivaí, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e da Comissão Especial de Acompanhamento e Seleção, designada pela Portaria nº 178/2026, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Edital do Processo Seletivo nº 001/2026, torna publico o Edital de homologação das inscrições dos candidatos que apresentaram, em conformidade, a documentação exigida para participar da seleção conforme o edital após recursos, segue a listagem:

NÚMERO DA INSCRIÇÃ	NOME DO PROPONENTE	CPF/RG	NOME DO PROJETO	ÁREA CULTURAL	SITUAÇÃO
1	SUELI REGINA CONRADO	***.847.***-53	Monumentos - Munícipio de Ivaí - PR	Categoria II - PRESERVAÇÃO HISTÓRICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE IVAÍ	INSCRIÇÃO DEFERIDA
2	JANE MARIA GALVAO BYCZKOVSKI	***.195.***-04	ARTESANATO SERRAGEM PRA CORPUS CHRISTI	Categoria II - PRESERVAÇÃO HISTÓRICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE IVAÍ	INSCRIÇÃO DEFERIDA
3	SILMARA CHOCIAI TOMACHEVSKI	***.580.***-00	Arte em Movimento: Jazz Dance	Categoria I - CULTURA MUSICAL	INSCRIÇÃO DEFERIDA
4	JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO	***.522.***-43	O Mundo da Música – Festival de Talentos de Ivaí	Categoria I - CULTURA MUSICAL	INSCRIÇÃO DEFERIDA
5	ANE CAROLINE KIELT TOMACHEVSKI	***.652.***-28	VOZES DE IVAÍ Resgatando a História de Quem Construiu Nossa Cidade	Categoria II - PRESERVAÇÃO HISTÓRICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE IVAÍ	INSCRIÇÃO DEFERIDA
6	LUANA STADLER KIELT	***.521.***-14	Ivaí de Ontem e Hoje: Retratos da Nossa História	Categoria II - PRESERVAÇÃO HISTÓRICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE IVAÍ	INSCRIÇÃO DEFERIDA
7	MARIA HNEDA	***.271.***-49	SVITANOK – Raízes que Unem Gerações: Formação, Preservação e Transmissão da Dança Folclórica Ucraniana em Ivaí	Categoria II - PRESERVAÇÃO HISTÓRICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE IVAÍ	INSCRIÇÃO DEFERIDA
8	LUIZ FABIANO PINHEIRO	***.308.***-12	Banco da Memória de Ivaí: Histórias que Permanecem	Categoria II - PRESERVAÇÃO HISTÓRICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE IVAÍ	INSCRIÇÃO DEFERIDA

Ivaí, 31 de julho de 2026

COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO E SELEÇÃO
Portaria nº 178/2026

ANA PAULA DALZOTO SALVADORI
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Rafaela Karpinski
Código Identificador:64F30AD4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 720, DE 14 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre alteração de local de trabalho através de remoção de ofício.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica determinada, aos servidores na forma do anexo, da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, alteração do local de trabalho por meio de remoção de Ofício.
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1° de julho de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

ANEXO
(A que se refere o art. 1º, da Portaria SEMAD nº 720, de 14 de julho de 2026)

REMOÇÃO DE OFÍCIO

MATRÍCULA	NOME SERVIDOR(A)	CARGO	LOTAÇÃO ATUAL	NOVA LOTAÇÃO
81738-01	ADINEA DOS ANJOS LEITE	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ESCOLA RURAL MUNICIPAL MARTIN HAMMERSCHMIDT	CMEI DIRCEU BATISTA DA LUZ
81136-02	ADRIANA MARIA PORCINO PAIS	PROFESSOR	ESCOLA MUNICIPAL DR MANOEL PEDRO	ESCOLA MUNICIPAL SERAFIM F DO AMARAL
82813-01	ALESSANDRA OLIVEIRA DA SILVA	EDUCADOR INFANTIL	ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO MARTIM AFONSO DE SOUZA	CMEI CURUPIRA
82786-01	AMANDA LETICIA DO PRADO	EDUCADOR INFANTIL	ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO MARTIM AFONSO DE SOUZA	CMEI IRMA LIDIA
82795-01	AMANDA MARTINS TKACHECHEN	PROFESSOR	ESCOLA RURAL MUNICIPAL IRMA SANTA RITA	ESCOLA MUNICIPAL PROF DAVID S CARNEIRO
81791-02	ANA CECILIA DA SILVA WILL	EDUCADOR INFANTIL	ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO MARTIM AFONSO DE SOUZA	CMEI PEDRO MACIEL MAGALHAES
10141-03	ANA CLAUDIA DOS SANTOS	PROFESSOR	ESCOLA MUNICIPAL DR MANOEL PEDRO	ESCOLA RURAL MUNICIPAL CONTESTADO
82503-02	ANA MARIA CHARANE KLOSTERMANN	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ESCOLA RURAL MUNICIPAL IRMA SANTA RITA	ESCOLA RURAL MUNIC NOSSA S DE LOURDES
81821-03	ANA PAULA PAES KRAINSKI	PROFESSOR	ESCOLA RURAL MUNIC BRASILINO F ALMEIDA	ESCOLA RURAL MUNCIPAL PADRE FEIJO
82732-01	ANTHONNY WOJCIK	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	POLO UAB	ESCOLA MUNICIPAL DR MANOEL PEDRO
11001-03	ARIANE DULA SCHUHLI	EDUCADOR INFANTIL	ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO MARTIM AFONSO DE SOUZA	CMEI PEDRO MACIEL MAGALHAES
82787-01	CHAYANE BOLLINELLI	EDUCADOR INFANTIL	ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO MARTIM AFONSO DE SOUZA	CMEI PEDRO MACIEL MAGALHAES
263-08	CINTIA DO ROCIO RAMOS	EDUCADOR INFANTIL	CMEI BERNARDO VON MULLER BERNECK	CMEI DIRCEU BATISTA DA LUZ
9923-4	CRICIELI BATISTA DOS ANJOS	PROFESSOR DE EDUCACAO FISICA	ESCOLA RURAL MUNIC DR ALOISIO LEONI	ESCOLA RURAL MUNICIPAL CONTESTADO
10057-05	DEBORA KOGA HUBER	PROFESSOR	ESCOLA MUNICIPAL ABIGAIL CORTES	ESCOLA MUNICIPAL PROF DAVID S CARNEIRO
2453-03	DIENY ROCHA GRANDE	EDUCADOR INFANTIL	CMEI IRMA LIDIA	CMEI BERNARDO VON MULLER BERNECK
10255-06	EDICLEIA POLATO DE SOUZA	PROFESSOR	ESCOLA MUNICIPAL PROF SYBILA W LACERDA	ESCOLA MUNICIPAL PROF ELOAH D RYCHWA
82789-01	EDUARDA ALVES CORDEIRO	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	POLO UAB	CMEI BERNARDO VON MULLER BERNECK
397-02	EDUINA DE FATIMA FAVARO RIBAS	PEDAGOGA	ESCOLA MUNICIPAL SERAFIM F DO AMARAL	POLO UAB
9013-02	ELISANGELA CAOS	EDUCADOR INFANTIL	ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO MARTIM AFONSO DE SOUZA	CMEI BERNARDO VON MULLER BERNECK
10999-04	EVANISE MARIA GRANDE LECH	PROFESSOR	ESCOLA RURAL MUNIC BRASILINO F ALMEIDA	ESCOLA RURAL MUNICIPAL IRMA SANTA RITA
82791-01	FRANCIOZE TONIA MILDEMBERG RODRIGUES	EDUCADOR INFANTIL	ESCOLA RURAL MUNICIPAL CONTESTADO	CMEI BERNARDO VON MULLER BERNECK
82723-01	GESSICA ANDRESSA JAQUES MATTGE	COZINHEIRA	LAR EDUCANDARIO SAO VICENTE DE PAULA	CMEI CURUPIRA
80666-02	GILCIANE LIMA BATISTA	COZINHEIRA	ESCOLA MUNICIPAL DR MANOEL PEDRO	ESCOLA MUNICIPAL PROF ELOAH D RYCHWA
82734-01	GIOVANA ROSA BAPTISTA	EDUCADOR INFANTIL	CMEI PEDRO MACIEL MAGALHAES	CMEI DIRCEU BATISTA DA LUZ
6985-06	GRACIELE ALBERTI FIGURA	PROFESSOR	ESCOLA MUNICIPAL PROF ELOAH D RYCHWA	ESCOLA RURAL MUNIC DR ALOISIO LEONI
11548-04	HELOISA APARECIDA KASEKER WIZINTENER	EDUCADOR INFANTIL	ESCOLA RURAL MUNICIPAL CONTESTADO	CMEI LIA TEREZA CAMPANHOLO MENDES
11051-04	HELOYSE CRISTYNE DEBERNE PEDROSO	EDUCADOR INFANTIL	CMEI PEDRO MACIEL MAGALHAES	CMEI DIRCEU BATISTA DA LUZ
10995-01	JANAYNA LIMA GREMSKI	EDUCADOR INFANTIL	CMEI LIA TEREZA CAMPANHOLO MENDES	CMEI DIRCEU BATISTA DA LUZ
82570-01	JESSICA APARECIDA FIOR DE LIMA	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ESCOLA RURAL MUNICIPAL CONTESTADO	CMEI CURUPIRA
11164-03	JOSIANE APARECIDA LOURENCO	COZINHEIRA	ESCOLA MUNICIPAL DR MANOEL PEDRO	CMEI IRMA RUTH
81890-04	KEILA DE CASTRO CORREIA	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO MARTIM AFONSO DE SOUZA	ESCOLA RURAL MUNICIPAL IRMA SANTA RITA
81133-04	LIDIANE LOPATA TEIXEIRA	PROFESSOR	ESCOLA MUNICIPAL SERAFIM F DO AMARAL	ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO MARTIM AFONSO DE SOUZA
81606-03	LINDAMIR MIRANDA CARNEIRO	EDUCADOR INFANTIL	ESCOLA RURAL MUNICIPAL CONTESTADO	CMEI IRMA RUTH
10071-06	LUANA BEATRIZ SOUZA CZARNESKI	EDUCADOR INFANTIL	ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO MARTIM AFONSO DE SOUZA	CMEI CASA DA CRIANCA JOSE LACERDA
82717-02	LUCIMARA APARECIDA PAZ DA SILVEIRA	PROFESSOR	ESCOLA RURAL MUNIC DEP JOAO L JACOMEL	ESCOLA MUNICIPAL SERAFIM F DO AMARAL
82785-01	LUCIMARA DEBERNE	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO MARTIM AFONSO DE SOUZA	ESCOLA RURAL MUNICIPAL MARTIN HAMMERSCHMIDT
81043-02	MARCIA DE JESUS DE TOLEDO	EDUCADOR INFANTIL	ESCOLA RURAL MUNICIPAL CONTESTADO	CMEI CATARINA KECHE RAMOS
909-02	MARCIA MARIA PEREIRA KASEKER	PROFESSOR	ESCOLA MUNICIPAL PROF ELOAH D RYCHWA	ESCOLA MUNICIPAL DR PEDRO PASSOS LEONI
916-02	MARCIA REGINA SILVEIRA LOURES	EDUCADOR INFANTIL	ESCOLA RURAL MUNICIPAL CONTESTADO	CMEI BERNARDO VON MULLER BERNECK
81835-06	MARCILENE APARECIDA NASCIMENTO DA CONCEICAO	EDUCADOR INFANTIL	ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO MARTIM AFONSO DE SOUZA	CMEI CURUPIRA

82176-01	MARIA DEONICE FERREIRA BARBOSA	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ESCOLA RURAL MUNICIPAL MARTIN HAMMERSCHMIDT	CMEI DIRCEU BATISTA DA LUZ
82710-1	MARIA JULIA FERREIRA DA SILVA	COZINHEIRA	ESCOLA RURAL MUNICIPAL MARTIN HAMMERSCHMIDT	ESCOLA RURAL MUNICIPAL CONTESTADO
1034-04	MARIA LUCI FERREIRA	EDUCADOR INFANTIL	CMEI LIA TEREZA CAMPANHOLO MENDES	CMEI IRMA LIDIA
11400-02	MARILDA DA LUZ CARDOSO DA SILVEIRA	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	CMEI PEDRO MACIEL MAGALHAES	CMEI CATARINA KECHE RAMOS
82792-01	MARILIA SANTIAGO DA SILVA	COZINHEIRA	ESCOLA MUNICIPAL E MAGALHAES F DO AMARAL	ESCOLA RURAL MUNICIPAL MARTIN HAMMERSCHMIDT
81137-01	MARINEZ PZEBETHENIAKI KRIGOSKI	COZINHEIRA	ESCOLA RURAL MUNICIPAL MARTIN HAMMERSCHMIDT	CMEI DIRCEU BATISTA DA LUZ
6632-02	ODINIR SANTOS TENORIO	EDUCADOR INFANTIL	ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO MARTIM AFONSO DE SOUZA	CMEI DIRCEU BATISTA DA LUZ
9366-01	PATRICIA RODRIGUES PINTO	EDUCADOR INFANTIL	CMEI BERNARDO VON MULLER BERNECK	CMEI DIRCEU BATISTA DA LUZ
82790-01	PATRICIA TEIXEIRA DORNELLES	EDUCADOR INFANTIL	ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO MARTIM AFONSO DE SOUZA	CMEI CURUPIRA
82671-01	RACHEL DE LIMA PAULO DE SOUZA STASIAK	PROFESSOR	ESCOLA RURAL MUNIC BRASILINO F ALMEIDA	ESCOLA RURAL MUNICIPAL CONTESTADO
81644-01	ROSELI APARECIDA DA SILVA	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ESCOLA MUNICIPAL SERAFIM F DO AMARAL	CMEI LIA TEREZA CAMPANHOLO MENDES
6986-08	SANDRA APARECIDA COVALSKI CAMARGO	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ESCOLA MUNICIPAL E MAGALHAES F DO AMARAL	ESCOLA RURAL MUNCIPAL PADRE FEIJO
10616-02	SANDRA MARA ZELLA DE OLIVEIRA	PROFESSOR	ESCOLA RURAL MUNICIPAL MARTIN HAMMERSCHMIDT	ESCOLA MUNICIPAL PEDRO FAVARO CAVALIN
9405-05	SCHEILA SIQUEIRA MAGALHAES	PROFESSOR	ESCOLA MUNICIPAL ABIGAIL CORTES	ESCOLA MUNICIPAL DR MANOEL PEDRO
81280-02	SHAENY RIBAS SIQUEIRA	COZINHEIRA	CMEI BERNARDO VON MULLER BERNEK	ESCOLA MUNICIPAL SERAFIM F DO AMARAL
82019-05	SIMONE DO CARMO SILVEIRA LOURENCO	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ESCOLA RURAL MUNIC NOSSA S DE LOURDES	LAR EDUCANDARIO SAO VICENTE DE PAULA
7869-03	SONIA GARDA NOVAKOSKI	EDUCADOR INFANTIL	ESCOLA RURAL MUNICIPAL CONTESTADO	CMEI CURUPIRA
82752-01	SUELLEN CRISTINA CORREA ASKE	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	CMEI CATARINA KECHE RAMOS	ESCOLA MUNICIPAL PROF DAVID S CARNEIRO
81589-04	TAIS APARECIDA RISKE AMARANTE	EDUCADOR INFANTIL	ESCOLA RURAL MUNICIPAL CONTESTADO	CMEI CURUPIRA
81141-01	TARCISIO ZEWE DUARTE	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	ESCOLA MUNICIPAL E MAGALHAES F DO AMARAL	ESCOLA RURAL MUNICIPAL GUSTAVO KUSS
5169-02	THAIS CRISTINA LACORTT FERRARI	EDUCADOR INFANTIL	CMEI CATARINA KECHE RAMOS	CMEI IRMA LIDIA
82665-01	THANNYTA KRYSTYNY MIRANDA ZIETEK	EDUCADOR INFANTIL	CMEI IRMA LIDIA	ESCOLA RURAL MUNIC MARECHAL C RONDON
81496-02	THIAGO VINICIUS PEREIRA SCHUSTER	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	ESCOLA RURAL MUNICIPAL MARTIN HAMMERSCHMIDT	ESCOLA MUNICIPAL PROF ELOAH D RYCHWA
82784-01	VALDIRENE APARECIDA VEIGA	PROFESSOR	ESCOLA RURAL MUNICIPAL IRMA SANTA RITA	ESCOLA RURAL MUNICIPAL GUSTAVO KUSS
5170-02	VALMERI POLATO KOVALCZUK	PROFESSOR	ESCOLA MUNICIPAL PROF ELOAH D RYCHWA	CMEI IRMA LIDIA
80903-02	VIVIANE FERRARI DOS SANTOS	EDUCADOR INFANTIL	ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO MARTIM AFONSO DE SOUZA	CMEI CURUPIRA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:A90C33E7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 724, DE 24 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a Concessão de Progressão de Carreira.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025,no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017,resolve:

Art. 1º Fica concedida, aos servidores na forma do anexo, Progressão de Carreiranas modalidades MERECIMENTO E PRODUTIVIDADE PRESUMIDA.

Art. 2ºA presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

ANEXO
(A que se refere o art. 1º, da Portaria SEMAD nº 724, de 24 de julho de 2026)

PROGRESSÃO DE CARREIRA

Matrícula	Funcionário	Cargo	Grupo Ocupacional	Classe Referência Atual	Classe Referência Nova
6464-01	ANDERSON CARLOS DOS SANTOS	NUTRICIONISTA	NIVEL SUPERIOR	C 08	C 10
10832-01	ANTONIO EUGENIO BARROS TEIXEIRA	OFICIAL DE MANUTENCAO	OPERACIONAL	A 03	A 04
82145-01	ARAMIS DE JESUS RAISSA SCHARNOVEBER	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	OPERACIONAL	B 01	B 06
4357-04	CLAUDIA ZELA PACHECO	RECEPCIONISTA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	C 01	C 02
5202-01	ELIANE PICULSKI PAES	ASSISTENTE SOCIAL	NIVEL SUPERIOR	C 10	C 12
2682-02	FABIANA CANS LEMOS	RECEPCIONISTA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	C 05	C 07
82052-01	FRANCIELI FLAUSINO FERREIRA	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	OPERACIONAL	B 01	B 03
9062-01	JOAO SKRZYPIETZ	OPERADOR DE MAQUINA RODOVIARIA	OPERACIONAL	A 04	A 05
6535-01	JULIO CESAR MULLER	OPERADOR DE MAQUINA RODOVIARIA	OPERACIONAL	A 06	A 08
8154-03	KELLY CRISTINA BROGIAN	ANALISTA DE LICITACOES	NIVEL SUPERIOR	C 01	C 04
82088-01	KELLY MICUSKA LUCAS	TECNICO DE ENFERMAGEM	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	A 01	A 03

81929-01	LEO HIGOR BORGES VIEIRA	OPERADOR DE MAQUINA RODOVIARIA	OPERACIONAL	A 01	A 03
833-01	LOUISE RITTER WIEDMER CARDOZO DA SILVA	FISCAL TRIBUTARIO	NIVEL SUPERIOR	C 06	C 08
82182-01	LUCIANO PEDRO HORNING DO VALE	CIRURGIAO DENTISTA	NIVEL SUPERIOR	C 01	C 04
10004-02	LUCIANO RAMOS WEINHARDT	MOTORISTA HABILITACAO D	OPERACIONAL	A 06	A 07
82192-01	MAILSON ASSIS SODRE	OPERADOR DE MAQUINA RODOVIARIA	OPERACIONAL	A 01	A 05
8220-01	MILENE DOS SANTOS BUENO	SECRETARIA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	B 08	B 11
10279-01	RITA CASSIANA TORRES OPOLIS	AUXILIAR DE FARMACIA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	B 07	B 09
6586-01	SUELI FELIZARDO PARANA	FISCAL TRIBUTARIO	NIVEL SUPERIOR	C 10	C 12

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:E9B66B57

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 732, DE 28 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a Concessão de Férias funcionais.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida, na forma do ANEXO I, férias funcionais aos servidores municipais.
Art. 2º Ficam indenizados, na forma do ANEXO II, o período de férias dos servidores municipais.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

ANEXO I
(A que se refere o artigo 1º da Portaria SEMAD nº 732, de 28 de julho de 2026)

CONCESSÃO DE FÉRIAS

MATRÍCULA	NOME FUNCIONÁRIO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO FRUÍDO
23-1	ADRIANA RIBAS BIANCHINI	07/05/2025 a 06/05/2026	17/08/2026 a 15/09/2026
80817-6	ALEX VIEIRA CEGAN	03/04/2024 a 02/04/2025	12/08/2026 a 21/08/2026
81112-1	ALEXANDRE HORNUNG	10/09/2024 a 09/09/2025	10/08/2026 a 27/08/2026
7020-2	ALIANE ZANLORENZI SOSSELA	13/02/2025 a 12/02/2026	03/08/2026 a 27/08/2026
9739-1	AMELIA ROSEANE GHIOTTO ROSSI DE CARVALHO	08/04/2025 a 07/04/2026	01/08/2026 a 10/08/2026
71-2	ANA JOSEFA SILVEIRA LUCAS	20/06/2025 a 19/06/2026	03/08/2026 a 01/09/2026
81104-1	ANA PAULA PEREIRA SZCZPANSKI	11/07/2025 a 10/07/2026	17/08/2026 a 15/09/2026
82597-1	ANDERSON ROBERTO FERREIRA OLINISKI	09/07/2025 a 08/07/2026	03/08/2026 a 01/09/2026
5004-2	ANDRE LUIZ ALBERTI PIRES	07/01/2025 a 06/01/2026	03/08/2026 a 17/08/2026
81186-1	ANDREA ALMEIDA DOS SANTOS	13/02/2025 a 12/02/2026	15/08/2026 a 13/09/2026
80613-5	ANDRESSA PINTO MARCASSI	06/02/2025 a 05/02/2026	03/08/2026 a 01/09/2026
82184-1	ANTONIA ARILDA COELHO	12/03/2025 a 11/03/2026	10/08/2026 a 27/08/2026
6840-7	ANTONIO RUIZ PALOMA	01/04/2025 a 31/03/2026	03/08/2026 a 01/09/2026
10219-3	BRUNO JANOSKI ROSSI	06/08/2025 a 05/08/2026	24/08/2026 a 04/09/2026
81102-2	CHRISTIAN WILLIAN BARROS MARTINS	19/06/2025 a 18/06/2026	17/08/2026 a 15/09/2026
274-1	CLAUDIA ANDREA KUGERATSKI CARNEIRO	09/07/2025 a 08/07/2026	21/08/2026 a 04/09/2026
317-2	DALVA REGINA GUTERVILLE	16/09/2024 a 15/09/2025	03/08/2026 a 01/09/2026
81976-1	DANIEL SANTOS LIMA GOSLAR	12/09/2024 a 11/09/2025	10/08/2026 a 29/08/2026
9960-1	DENIZE APARECIDA GUTERVILLE DA SILVEIRA	06/09/2024 a 05/09/2025	01/08/2026 a 30/08/2026
82313-1	DHOUGLAS STANISK MAGALHAES	11/04/2025 a 10/04/2026	12/08/2026 a 26/08/2026
9764-3	EDSON BENEDITO TABORDA	03/04/2025 a 02/04/2026	10/08/2026 a 21/08/2026
4272-2	ELENICE APARECIDA DE SOUZA	05/05/2025 a 04/05/2026	03/08/2026 a 17/08/2026
81191-2	ELIZANDRO ANTONIO PINTO DA SILVA	06/10/2024 a 05/10/2025	03/08/2026 a 17/08/2026
81300-3	EMANOELA APARECIDA RECHETELO CARNEIRO	05/07/2025 a 04/07/2026	07/07/2026 a 24/07/2026
8252-1	ERICA DO ROCIO DA SILVEIRA ANTUNES	01/02/2025 a 31/01/2026	13/07/2026 a 27/07/2026
6510-2	FABIELI TORRES KLINGBEIL	21/07/2025 a 20/07/2026	29/07/2026 a 07/08/2026
11236-2	FAGNER ASSUMPCAO DA SILVA	01/03/2025 a 28/02/2026	20/07/2026 a 06/08/2026
6638-3	FELIPE AUGUSTO DIAS FANTIN	05/01/2025 a 04/01/2026	06/08/2026 a 04/09/2026
4474-4	FERNANDA LEAL PADILHA VIEIRA	11/09/2024 a 10/09/2025	01/08/2026 a 30/08/2026
82361-1	FERNANDA SCARDANZAN	04/06/2024 a 03/06/2025	10/08/2026 a 08/09/2026
8312-2	FRANCIELE RODRIGUES PADILHA	04/06/2025 a 03/06/2026	06/08/2026 a 17/08/2026
10730-1	GILLIARD MAIDL	02/02/2025 a 01/02/2026	03/08/2026 a 20/08/2026
8839-3	GLAUCIA FABIANA LIMA DA ANUNCIACAO	06/02/2025 a 05/02/2026	03/08/2026 a 01/09/2026
6637-2	HELEN CRISTIANE CORREA LOPES	18/01/2025 a 17/01/2026	17/08/2026 a 31/08/2026
5876-2	HILARIANE RIBEIRO BAGGIO LIMA	02/06/2024 a 01/06/2025	20/08/2026 a 29/08/2026
82054-1	ISIEL VIEIRA SAMPAIO	06/02/2025 a 05/02/2026	03/08/2026 a 01/09/2026
82457-1	IVONETE DE JESUS DO NASCIMENTO	10/02/2025 a 09/02/2026	03/08/2026 a 17/08/2026
5125-2	JANAINA PIOVEZAN RIBAS	01/03/2025 a 28/02/2026	13/07/2026 a 19/07/2026
4768-1	JANINE ANGELICA HENDERIKX SANTOS	21/03/2025 a 20/03/2026	03/08/2026 a 12/08/2026
81174-1	JHONATHAN SANTOS CAMARGO	15/01/2025 a 14/01/2026	24/08/2026 a 07/09/2026
640-1	JOAO CARLOS PINTO CARDOSO	20/09/2024 a 19/09/2025	03/08/2026 a 01/09/2026
5041-1	JOAO DARDAQUE NETO	10/04/2025 a 09/04/2026	16/07/2026 a 31/07/2026
81514-3	JOAO GUSTAVO DA SILVA PINTO	14/02/2025 a 13/02/2026	03/08/2026 a 17/08/2026
8828-2	JOCILENE MACHADO ONO WALDERA	01/11/2024 a 31/10/2025	17/08/2026 a 31/08/2026
681-1	JOEL MAIDL GOLL	12/10/2024 a 11/10/2025	03/08/2026 a 01/09/2026
9261-2	JULIANA DE FATIMA STELMAK	03/04/2025 a 02/04/2026	20/08/2026 a 03/09/2026
11407-3	KELLY CARVALHO SODRE	11/04/2025 a 10/04/2026	16/08/2026 a 14/09/2026
81358-4	LARISSA MARTINS MOREIRA	16/10/2024 a 15/10/2025	03/08/2026 a 20/08/2026
10081-3	LEONARDO RIBEIRO PEDROSO	10/07/2025 a 09/07/2026	03/08/2026 a 17/08/2026
8300-1	LORIANE FATIMA DE OLIVEIRA DA FONSECA	01/08/2025 a 31/07/2026	01/08/2026 a 30/08/2026

82308-1	LUIS FELIPE OLIVEIRA	16/05/2025 a 15/05/2026	17/08/2026 a 05/09/2026
82108-1	LUIZ ALBERTO RIBAS FANTIN	04/04/2025 a 03/04/2026	15/07/2026 a 29/07/2026
5139-4	MARA GANZERT	01/05/2025 a 30/04/2026	17/08/2026 a 31/08/2026
899-1	MARCELO FIORAVANTE ZELA	01/01/2025 a 31/12/2025	05/08/2026 a 14/08/2026
3484-1	MARCIA APARECIDA MULLER VARCHAKI	01/02/2025 a 31/01/2026	10/08/2026 a 21/08/2026
82599-1	MARCIO KALLIL SAAD MATTAR ASSAD	09/07/2025 a 08/07/2026	01/08/2026 a 30/08/2026
5140-2	MARCOS BOCZKOSKI JUNIOR	06/02/2025 a 05/02/2026	03/08/2026 a 17/08/2026
9959-1	MARIA APARECIDA BUENO DE CARVALHO	06/09/2024 a 05/09/2025	03/08/2026 a 01/09/2026
5010-1	MARIENE CHRISTINNE DE OLIVEIRA SILVEIRA	03/02/2026 a 02/08/2026	12/08/2026 a 31/08/2026
9994-1	MARILUZ KLIMIONT DE FREITAS	01/10/2024 a 30/09/2025	10/08/2026 a 19/08/2026
6270-1	MAURITA ALVES DE LIMA	22/10/2024 a 21/10/2025	03/08/2026 a 01/09/2026
81732-2	MONICA APARECIDA VARCHAKI	04/03/2025 a 03/03/2026	03/08/2026 a 20/08/2026
1304-3	REGINA MARIA BRUNATTO	01/11/2024 a 31/10/2025	10/08/2026 a 30/08/2026
10027-1	REGINALDO JOAO LICHESKI	04/11/2024 a 03/11/2025	03/08/2026 a 01/09/2026
1349-1	ROSANGELA RASMUSSEN	18/02/2025 a 17/02/2026	03/08/2026 a 22/08/2026
1349-2	ROSANGELA RASMUSSEN	09/08/2024 a 08/08/2025	03/08/2026 a 22/08/2026
82318-1	SABRINA FERRARI	11/04/2025 a 10/04/2026	10/08/2026 a 21/08/2026
4830-3	SANDRA SCHUSTER HUKAN	03/09/2024 a 02/09/2025	13/07/2026 a 30/07/2026
80859-2	SARAH KRAINSKI MARTINS	02/12/2024 a 01/12/2025	17/08/2026 a 26/08/2026
1516-2	TANIA MARIA GEMIN CAMARGO	01/09/2024 a 31/08/2025	05/08/2026 a 19/08/2026
8840-3	TEREZINHA GROSER	01/03/2025 a 28/02/2026	01/08/2026 a 15/08/2026
4128-3	VALERIA ZELLA CARVALHO	12/03/2025 a 11/03/2026	03/08/2026 a 01/09/2026
81449-2	VINICIOS CARDOSO HAMMERSCHMIDT	11/04/2025 a 10/04/2026	03/08/2026 a 17/08/2026
80977-1	WALMIR LUCIO DE ANDRADE SCHUSTER	29/10/2024 a 28/10/2025	03/08/2026 a 01/09/2026
10022-1	WILLIAN RAFAEL PAES DE MIRANDA	04/11/2024 a 03/11/2025	17/08/2026 a 28/08/2026
9884-1	YEDA DAWAGI DAOU	05/09/2024 a 04/09/2025	24/08/2026 a 12/09/2026

ANEXO II
(A que se refere o artigo 2º da Portaria SEMAD nº 732, de 28 de julho de 2026)

INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS

MATRÍCULA	NOME FUNCIONÁRIO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS INDENIZADOS
8224-1	ANDREA MICUSKA PACHECO	04/10/2024 a 03/10/2025	18 dias
7339-3	ELIDA FERNANDA PAZ VERA	06/06/2025 a 05/06/2026	10 dias
81191-2	ELIZANDRO ANTONIO PINTO DA SILVA	06/10/2024 a 05/10/2025	15 dias
697-1	JOSE AUGUSTO DE LIMA GRIBNER	13/10/2024 a 12/10/2025	15 dias
80606-2	LUCAS DA ROSA RIBAS	11/09/2024 a 10/09/2025	30 dias
899-1	MARCELO FIORAVANTE ZELA	01/01/2025 a 31/12/2025	10 dias

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:4F419E1F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 54/2026

ESTADO DO PARANÁ	
PREFEITURA MUNICIPAL LOBATO	PREGÃO ELETRÔNICO
Rua Antonio Coletto, 1260 - Centro - Lobato	**Nr.: 17/2026**
CEP: 86790-000 CNPJ: 76.970.367/0001-08 Telefone: (44) 3249-1414	**Processo Adm.: 54/2026**
E-mail: contato@lobato.pr.gov.br Site: http://www.lobato.pr.gov.br	**Data do Processo: 07/07/2026**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:
01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo:	54/2026
b) Nr. Licitação:	17/2026 - PE
c) Modalidade:	Pregão eletrônico
d) Data de Homologação:	31/07/2026
e) Objeto da Licitação:	*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS SOB MEDIDA, DESTINADOS À ESTRUTURAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DO MUNICÍPIO DE LOBATO.*

Participante: JURANEI MOVEIS SOB MEDIDA LTDA (19.195.482/0001-00)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	BALCÃO COM 8 GAVETAS E 6 PORTAS DE GIRO COM PUXADOR VERSATILE 5m comprimento X 90 cm altura X 60cm profundidade.	1,000	UN	5.099,80	5.099,80
2	COJUNTO DE MESA DE REUNIÃO COM PAINEL DE TV 2,73 m X 1,8 m com base de 2,20 m de comprimento X 78 cm altura / PAINEL DE TV (1,8m altura X 1,0 largura)	1,000	UN	1.205,60	1.205,60
3	MESA DE TRABALHO COM 2 BALCÕES COM 3 GAVETAS CADA 2,50m comprimento X 60cm profundidade X 72cm altura PUXADOR VERSATILE.	1,000	UN	1.851,20	1.851,20
4	PRATELEIRAS 2 m comprimento X 30 cm profundidade X espessura de 25 mm	10,000	UN	101,60	1.016,00
5	ARMÁRIO INFERIOR COM 4 PORTAS DE GIRO E com 3 PRATELEIRAS de 25 mm 1,50 m comprimento X 71cm altura X 58cm profundidade. PUXADOR VERSATILE.	1,000	UN	985,70	985,70
6	ARMÁRIO INFERIOR COM 2 PORTAS DE GIRO E PRATELEIRA 25 mm 95cm comprimento X 71cm altura X 58cm profundidade, PUXADOR VERSATILE.	1,000	UN	757,90	757,90
7	ARMÁRIO INFERIOR COM 2 PORTAS DE GIRO, PRATELEIRA 25mm INTERNA COM BALCÃO COM 2 GAVETAS + GAVETÃO 1,50m comprimento X 71cm altura X 58cm profundidade	1,000	UN	1.363,10	1.363,10

8	NICHOS (estilo colméia 50 cm x 50 cm) 2,50m comprimento X 2,50m altura X 60 cm profundidade	1,000	UN	3.228,10	3.228,10
9	MESA COM 12 GAVETAS E 6 GAVETÕES 2,0m comprimento X 90cm profundidade X 72,5 cm altura PUXADOR VERSATILE.	1,000	UN	3.525,50	3.525,50
10	ARMARIO COM 8 PRATELEIRAS de 25 mm 1,70m comprimento X 2,50m altura X 80cm profundidade PUXADOR VERSATILE.	1,000	UN	2.586,40	2.586,40
11	ROUPERO COM 6 PORTAS DE GIRO E 5 PRATELEIRAS INTERNAS EM CADA MÓDULO 3m largura X 2,50m altura X 60cm profundidade	1,000	UN	4.880,70	4.880,70
				Total do Participante:	**26.500,00**
				Total Geral:	**26.500,00**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS DO MUNICÍPIO	09.001.27.812.0016.2042.4.4.90.52.00	R$ 85.195,31

Lobato, 31/07/2026

FABIO CHICAROLI
Prefeito

Assinatura do Responsável

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:35B8CC4C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

SECRETARIAS MUNICIPAIS
ANEXO I – CATEGORIAS

ANEXO I – CATEGORIAS
RECURSOS DO EDITAL
1. O presente edital possui valor total de R$ 95.681,72 (noventa e cinco mil, seiscentos e oitenta e um reais e setenta e dois centavos) distribuídos da seguinte forma:
a) Até R$ 38.272,69 (trinta e oito mil, duzentos e setenta e dois reais e sessenta e nove centavos) para Categoria Multiartes Pessoa Física;
b) Até R$ 57.409,03 (cinquenta e sete mil, quatrocentos e nove reais e três centavos) para Multiartes Pessoa Jurídica;
2. DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS
Categoria multiartes- qualquer proposta cultural em música, dança, audiovisual, artesanato, artes cênicas, artes visuais, oficinas e demais manifestações culturais do município. No caso de oficinas carga horária mínima de 20 horas (Pessoa Física) e 60 Horas (Pessoa Jurídica).

3. DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

CATEGORIAS	QTD DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PARA PESSOAS NEGRAS	COTAS PARA PESSOAS ÍNDIGENAS	COTAS PARA PCD	QUANTIDADE TOTAL DE VAGAS	VALOR MÁXIMO POR PROJETO	VALOR TOTAL DA CATEGORIA
Pessoa Física	5	3	1	1	10	R$3.827,26	R$38.272,69
Pessoa Jurídica	2	1	1	1	5	R$11.481,80	R$57.409,03

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:53C9B295

SECRETARIAS MUNICIPAIS
ANEXO IV CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL

ANEXO IV
CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL
A avaliação dos projetos será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição a seguir:
Critérios A,B e C
• Grau pleno de atendimento do critério - 20 pontos
• Grau satisfatório de atendimento do critério – 12 pontos;
• Grau insatisfatório de atendimento do critério – 6 pontos
• Não atendimento do critério – 0 pontos.
Critérios D, E, F e G:
• Grau pleno de atendimento do critério - 10 pontos;
• Grau satisfatório de atendimento do critério – 6 pontos;
• Grau insatisfatório de atendimento do critério – 2 pontos;
• Não atendimento do critério – 0 pontos.

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto** -A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma os resultados que serão obtidos.	20
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Município de Mallet.** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do **Município de Mallet**	20

C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto -**considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	20
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execuções metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto -**A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	**Coerência do Plano de Divulgação o Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto -**A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas -**A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente -**Será considerad para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		100 PONTOS

Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

PONTUAÇÃO BÔNUS PARA PROPONENTES PESSOAS FÍSICAS		
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação**
H	Agentes culturais do gênero feminino, negros e indígenas, com deficiência	5
I	Agentes culturais com notória atuação em temáticas relacionadas a : pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		10 PONTOS

PONTUAÇÃO EXTRA PARA PROPONENTES PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS SEM CNPJ		
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação**
J	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas com deficiência, pessoas negras ou indígenas, mulheres.	5
K	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		10 PONTOS

A pontuação final de cada candidatura poderá ser de 100 pontos, podendo chegar a 110 pontos (com pontuação extra).
Os critérios gerais são eliminatórios de modo que o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o agente cultural.
Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: G, A, B, C, D, E, F, respectivamente.
Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir: De desempate proponente com mais tempo na sua área de atuação.
Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 40 pontos.
Serão desclassificados os projetos que:
I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação, com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição,garantidos o contraditório e a ampla defesa.
A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:0C6DE655

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 283 DE 27 DE JULHO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial a Lei Municipal n.º 02/1991,

RESOLVE

Art. 1º Na forma dos artigos 10, 11, 13, inciso I e 14, inciso I, todos da Lei Municipal n.º 02 de 22 de fevereiro de 1991 e suas alterações posteriores, combinados com a Lei Municipal n.º 480 de 05 de dezembro de 2008 e suas alterações posteriores, e em conformidade com o resultado do CONCURSO PÚBLICO n.º 001/2025, nomeia os candidatos, conforme anexo unico desta Portaria, para ocuparem os cargos de provimento efetivo, conforme classes, niveis e carga horaria semanal, do Quadro do Magistério Publico Municipal de Mandirituba.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 27 de julho de 2026, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 27 de julho de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

Educador Infantil - Classe 01 - Nível E
Carga horária de 40 (quarenta) horas semanais

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
2°	EVELIN CAROLINE DOS SANTOS MAGALHAES
3°	ERICA ALINE DA SILVA
4°	THATHIANE GUERREIRO DE OLIVEIRA PEREIRA
5°	MICHELE RAISSA FILIPAK
6°	DAIANE PATRICIA TUREK LUZ
8°	ANA YARA ZEGLIN
11°	GEOVANA SAMPAIO
13°	PAOLA FERNANDA BATISTA AMBRÓSIO
15°	MARIA EDUARDA CARVALHO IVANCHECHEN SALOMÃO
16°	LARISSA AZEVEDO DOS SANTOS
18°	PAULA NICOLI FERNANDES BRUMUND BAZIEWICZ TERENCIO
19°	CAMILA SILVA PEREIRA LEITE VIEIRA
20°	KADINE RIBEIRO DOS SANTOS
22°	ERICK MATHEUS BAGGIO MORAES
23°	ALINE DA SILVA
24°	ALINE FERNANDA DA SILVA LEITE
25°	THAÍSA DA COSTA DE OLIVEIRA
1° NEGRO	DAIANE GOMES DE ANDRADE FREIRE
3° NEGRO	ANNA ELISA SANTOS AYRES DA PAIXÃO
2° PCD	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA DIAS

Professor - Classe 01 - Nível A
Carga horária de 20 (vinte) horas semanais

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
1°	TATIARA TORCHETTO OLIVEIRA
2°	BIATRIZ DE OLIVEIRA SOUZA CAMARGO
3°	LUCIANE BUHRER DE ASSIS
4°	FRANCIELE GUERREIRO DA COSTA
6°	ELIANE CRISTINA DA SILVA
7°	DÉBORA APARECIDA VOZNHAKI
8°	ANA CARLA VOZNHAKI MOLETA
9°	PATRÍCIA DE SOUZA
10°	EMILY DAIANE FRAGOSO LANDES
12°	MARRY LUISE LISBOA
15°	ALESSANDRA BISCAIA DE ANDRADE
16°	GISELLY FIGURA
17°	CHAYANE PEDROSO
20°	MARIANA IVANKIO DE OLIVEIRA
21°	CHAYANE ROIKA DE AGOSTINHO
22°	SILVANA APARECIDA KARAS BERTOLDO
23°	GISLAINE DE SOUZA CARVALHO
24°	ITAMARA CRISTIANE DOS SANTOS
27°	MARIA JANETE MARTINS DE OLIVEIRA
29°	ALEXIA SANTOS DA SILVA
31°	JOICE NATALI DOS SANTOS
32°	ANDRELINE MATOS
33°	FABIANA DE SOUSA SERQUEIRA
35°	GISLAINE DE FÁTIMA CARDOSO
36°	LUANA DE PAULA SANTOS
40°	DANIELE APARECIDA DE OLIVEIRA
43°	JUCILENE JULIANE ROIKA
45°	ADIELSON RODRIGO CARDOSO DA CRUZ
4° NEGRO	GABRIELLE NATALIE CERINO CAMPOS
5° NEGRO	SANTA INÁCIO DA SILVA DE OLIVEIRA
2° PCD	JOICE ROCHA ZAPPE

Professor com Licenciatura em Artes - Classe 01 - Nível A
Carga horária de 20 (vinte) horas semanais

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
1°	MARINEUSA ARAÚJO ALVES BARROS
2°	JUSSARA RADICHESKI

Professor com Licenciatura em Educação Física - Classe 01 - Nível A
Carga horária de 20 (vinte) horas semanais

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
1°	ALYSSON MRÓZ DIANA
2°	OSANA LOURENÇO DE SOUZA ESTEVÃO
2° NEGRO	ALESSANDRO NOVASKI RIBEIRO

Professor com Licenciatura em Letras Português/Inglês - Classe 01 - Nível A
Carga horária de 20 (vinte) horas semanais

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
1° NEGRO	FRANCISCO LUIS GOMES

Professor Pedagogo - Classe 01 - Nível A
Carga horária de 20 (vinte) horas semanais

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
1°	JULIANE GONCALVES PADILHA DE OLIVEIRA
2°	FERNANDA RAMOS DE OLIVEIRA NEVES

3°	TATIANE FERREIRA DE SOUZA
5°	LUCIANA ALINE DA SILVA HUBEL
8°	MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA
10°	GLEICY KELLY DE FÁTIMA MONTEIRO DE MEDEIRO
11°	DAPHYNEE FONTOURA TESCK
12°	DANILO GABRIEL DE ANDRADE
2° NEGRO	LUANA IZABEL FEITOSA ANUNCIAÇÃO
2° PCD	AMAURI MARTINS DIAS

Publicado por:
Eselaine de Oliveira Ribeiro Ramos
Código Identificador:230986CC

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DL 20-2026 - COLETA DE LIXO

ESTADO DO PARANÁ **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA** Rua Augusto Dissenha, 44 - Centro - Mandirituba CEP: 83800-058 CNPJ: 76.105.550/0001-37 Telefone: (41) 3626-1122 E-mail: transparencia@mandirituba.pr.gov.br Site: https://www.mandirituba.pr.	**DISPENSA DE LICITAÇÃO** **Nr.:** 20/2026 **Processo:** 83/2026 **Data do Processo:** 31/07/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021, Art. 75, VIII e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 83/2026
b) Licitação Nr.: 20/2026 - DL
c) Modalidade: Dispensa de licitação
d) Data Homologação: 31/07/2026
e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE COLETA, OPERAÇÃO, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTEW

Participante: GRAO PARA COMERCIO E SERVICOS LTDA - CNPJ: 43.081.035/0001-05

Item	Cota	Descrição	Qtd	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	L	Coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, com 02 (duas) equipes (01 motorista e 03 coletores cada) e 02 (dois) caminhões compactadores com capacidade de carga de até 15 m3, conforme item 3 deste Termo de Referência.	12,00	MÊS	164.540,96	1.974.491,52
Total do Participante: 1.974.491,52						

Total do Geral: 1.974.491,52

02 - AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTA(S) DE EMPENHO CORRESPONDENTE(S):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CIDADE LIMPA	14.002.18.541.0004.2053.3.3.90.39.0	R$ 671.027,81
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CIDADE LIMPA	14.002.18.541.0004.2053.3.3.90.39.0	R$ 118.552,30
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CIDADE LIMPA	14.002.18.541.0004.2053.3.3.90.39.0	R$ 33.124,69

Mandirituba, 31 de Julho de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:B29CBB71

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

CONTABILIDADE
ANEXO III - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

MUNICIPIO DE MANGUEIRINHA - PR			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			Exercício de 2026
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO DE 2026			
RGF - Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)			
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00

Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III+ IV)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	151.301.579,64	156.853.616,90	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	3.951.000,00	4.301.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	147.350.579,64	152.552.616,90	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0.00%	0.00%	0.00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	32.417.127,52	33.561.575,72	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1ª do art. 59 da LRF) - 90%	29.175.414,77	30.205.418,15	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DOS ESTADOS (IX)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:			
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA. Emissão: 31/07/2026, às 15:12:29.			
Nota(s) Explicativa(s):			

Publicado por:
Edinel Salvalaio
Código Identificador:B06BCBC8

CONTABILIDADE
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

MUNICIPIO DE MANGUEIRINHA - PR				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A JUNHO 2026 / BIMESTRE MAIO - JUNHO				
RREO - ANEXO 4 (LRF, Art 53, inciso II)				R$ 1,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS				
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**		**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**	
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00		0,00	
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00		0,00	
Ativo	0,00		0,00	
Inativo	0,00		0,00	
Pensionista	0,00		0,00	
Receita de Contribuições Patronais	0,00		0,00	
Ativo	0,00		0,00	
Inativo	0,00		0,00	
Pensionista	0,00		0,00	
Receita Patrimonial	0,00		0,00	
Receitas Imobiliarias	0,00		0,00	
Receita de Valores Mobiliários	0,00		0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00		0,00	
Receita de Serviços	0,00		0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00		0,00	
Compensação Financeira entre os regimes	0,00		0,00	
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	0,00		0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00		0,00	
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00		0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00		0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00		0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00		0,00	
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	0,00		0,00	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Beneficios	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)[2]	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**			
Valor	0,00			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**			
Valor	0,00			
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**			

Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS				
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**		
Receitas Correntes	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	0,00	0,00		
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)²	0,00	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**			
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00			
Investimentos e Aplicações	0,00			
Outros Bens e Direitos	0,00			
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**		
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00		
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA. Emissão: 23/07/2026, às 16:43:37.				
Nota(s) Explicativa(s):				
Mangueirinha, 23/07/2026				

Publicado por:
Edinel Salvalaio
Código Identificador:3A6CA19B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PLANO DE TRABALHO

PLANO DE TRABALHO
Chamamento Público n° 5/2026 Processo n° 452/2026
1 - DADOS CADASTRAIS

Órgão/Organização da Sociedade Civil Convenente	CNPJ		
Associação Amigos dos Animais de Mariópoli - AAMAR	16.558.996/0001-95		
Endereço	UF	CEP	E-mail
Rua 8, s/n, Bairro Planalto	PR	85.525-000	aamar.1922am@gmail.com
Conta Corrente	Banco	Agência	Praça de pagamento
2956-4	Banco do Brasil	8275-9	Mariópolis-PR
Nome do Responsável	CPF		
Adriellen Simionato Câmpara	076.763.739-99		
C.I./Órgão Espedidor	Cargo	Função	
10.554.198-8 / SSP-PR	Presidente		
Endereço	CEP		
Rua 8, n° 1230, Centro, Mariópolis	85.525-000		

2 - DESCRIÇÃO DO PROJETO/OBJETO

Título do Projeto	Período de Execução	
Bem Estar Animal	Início AP	Término n° de dias AP
	01/06/2026	31/10/2026

Identificação do Objeto
Recursos financeiros para castração de animais.
Justificativa da Proposição
A AAMAR - Associação Amigos dos Animais de Mariópolis é uma entidade filantrópica, que promove várias atividades em benefícios dos animais maltratados e abandonados nas ruas de nosso município, sendo assim, não dispõe de recursos suficientes para a manutenção dos animais retirados

das ruas. Atualmente, membros da entidade abrigam em suas casas aproximadamente 200 animais. Conside-rando que não dispõe de recursos financeiros próprios suficientes, necessita recorrer a outras entidades, inclusive de natureza pública, para suprir suas necessidades. Neste contexto, se inclui animais que estão nas ruas necessitando de castração.
Público Alvo
Animais em situação de abandono e maus tratos.

3 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

Meta	Etapa Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Unidade	Qualidade	Início	Término

4 - PLANO DE APLICAÇÃO

Natureza da Despesa		Total	Concedente	Convenente
Código	Especificação			
	Atividade de atendimento veterinário e castração	R$ 24.744,52		

5 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Meta	1° mês	2° mês	3° mês	4° mês	5° mês	6° mês
Meta	7° mês	8° mês	9° mês	10° mês	11° mês	12° mês
		R$ 8.000,00	R$ 8.000,00	R$ 8.744,52		

Informar a data de início e fim da execução do objeto, bem como da conclusão das etapas ou fases programadas
Data de início: 01/08
Data de fim: 31/10
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (CONTRAPARTIDA)

Meta	1° mês	2° mês	3° mês	4° mês	5° mês	6° mês
Meta	7° mês	8° mês	9° mês	10° mês	11° mês	12° mês

6 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
(Especificar os parâmetros a serem utilizados para aferição do cumprimento das metas)
Serão analisados 3 orçamentos para qualquer prestação de serviço, buscando sempre o menor preço/custo.
7 - DECLARAÇÃO
Na qualidade de representante legal da Organização da Sociedade Civil, declaro, para fins de prova junto Prefeitura Municipal de Mariópoli, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o tesouro de qualquer órgão ou Organização da Sociedade Civil da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotação consignadas nos orçamentos deste Poder, na forma deste plano de trabalho.

_____
Mariópolis, 20 de julho de 2026

ADRIELLEN SIMIONATO CÂMPARA
Presidente da ONG AAMAR

8 - APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
( ) APROVADO
( ) REPROVADO
( ) APROVADO COM RESSALVAS, com a possibilidade de celebração de parceria, devendo a Administração Municipal, cumprir o que foi ressalvado.

_____
Local e Data

_____
Comissão de Seleção

_____
Local e Data

_____
Administração Municipal

Publicado por:
Francisco Valdomiro Bueno
Código Identificador:3687D5E1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDUCAÇÃO N.º 01/2025 CONVOCAÇÃO Nº 09, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES-PR
Secretaria Municipal de Educação – SEMED

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDUCAÇÃO N.º 01/2025
CONVOCAÇÃO Nº 09, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MORRETES – PR, no uso de suas atribuições legais, considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Educação nº 01/2025, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados para comparecerem na Secretaria Municipal de Educação, no **dia 07 de agosto** das **08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00**, sito no Paço Municipal Nhundiaquara, Praça Rocha Pombo, nº 10, Morretes – PR, CEP 83370-000, munidos da documentação exigida, conforme descrito **no item 5 do edital nº 01/2025.**

Considerando o disposto na **CI nº 106/2026 – Procuradoria, Parecer Jurídico nº 090/2026**, que trata do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 01/2025, e diante das dificuldades recorrentes no provimento efetivo de professores na rede municipal de ensino, em razão do elevado índice de não comparecimento de candidatos convocados, desistências e indeferimentos documentais, o que tem dificultado o preenchimento tempestivo das vagas necessárias ao regular funcionamento das unidades escolares, a Secretaria Municipal de Educação poderá realizar à convocação de quantitativo de candidatos superior à necessidade imediata, com a devida indicação entre vagas destinadas ao provimento imediato e quantitativo adicional para composição de cadastro de reserva.

1. LISTA DE DOCUMENTOS QUE DEVERÃO SER APRESENTADOS:

1	Laudo de inspeção de Educação, procedida por órgão médico oficial. Em caso de deficiência física, o médico deverá considerar o emprego público e suas atribuições. Os candidatos que se declararem pessoa com deficiência deverão apresentar o Atestado de Perícia Médica comprovando a deficiência
2	Carteira de Identidade (RG)
3	CPF e Comprovante de situação cadastral – CPF (emitido pela internet). Site: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp
4	Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável (se houver)
5	CPF e Carteira de Identidade do Cônjuge (se houver)
6	Certidão de Nascimento dos dependentes ou Termo de Guarda ou Tutela ou Termo de Adoção (se for o caso)
7	CPF dos filhos menores de 21 anos (se dependente), ou menores de 24 anos se estudantes
8	Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação (sexo masculino)
9	Comprovante de PIS ou PASEP (Se não possuir, retirar extrato do PIS na Caixa Econômica Federal ou do PASEP no Banco do Brasil, ou apresentar Cartão Cidadão
10	Comprovante de residência
11	Comprovante de escolaridade: Certificado de conclusão - para ensino médio/técnico correspondente
12	Título de eleitor com Declaração de Regularidade Eleitoral (pode ser emitida pela internet). Site: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/atendimento-eleitor?id=1765222034562 (vide opção 6 e 8)
13	Certidão de antecedentes criminais eleitorais, quanto ao gozo dos direitos políticos. Site: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor (vide opção 2)
14	Dados da conta bancária **(Caixa Econômica Federal) Solicitar aqui no RH a declaração para fins de abertura de conta salário e leva na agência da Caixa de sua preferência**
15	Certidão de antecedentes criminais obtidas no **Tribunal Regional Federal (TRF)** do último domicílio do candidato
16	Certidão de antecedentes criminais obtidas no **Tribunal de Justiça (TJ)** do último domicílio do candidato
17	Certidão de antecedentes criminais da **Polícia Federal.** Site: www.dpf.gov.br
18	Certidão de antecedentes criminais da **Polícia Civil** do último domicílio do candidato
19	Declaração de Bens (Modelo em anexo)
20	Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos (Modelo em anexo)
21	Caso o candidato convocado possua outro cargo público, acumulável na forma do artigo 37, inciso II da Constituição Federal, deverá apresentar declaração firmada pelo órgão ou entidade pública contratante contemplando o horário em que exerce seu cargo, para fins de averiguação de compatibilidade de horários
22	Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de cargo público, penalidades disciplinares, conforme legislação vigente

OBSERVAÇÕES:
Nesta etapa não serão aceitos protocolos online.

O processo de entrega e validação dos documentos e títulos declarados ocorrerá conforme a seguinte organização, por ordem de chegada.

Nos termos do ITEM 3, do Edital nº 01/2025, **DA SELEÇÃO POR ANÁLISE DE TÍTULOS:**
O candidato será classificado de acordo com os títulos declarados, considerando a desburocratização e modernização do serviço público nos termos da Lei Federal n.º 13.726, de 08 de outubro de 2018.
Será eliminado do PSS o candidato que não apresentar os documentos exigidos e os títulos informados em sua inscrição e seleção pública.
Não haverá segunda chamada para a declaração de títulos ou de sua análise.

Conforme prevê o item 2.1.2, DAS VAGAS PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PcD), a compatibilidade da pessoa com deficiência com o emprego público no qual se inscreveu será declarada por médica especial ou médico designado, perdendo o candidato o direito à nomeação caso seja considerado inapto para o exercício do emprego público.

DO NÃO COMPARECIMENTO: O não comparecimento do candidato na data estabelecida para apresentação de documentos implica **desclassificação automática**, nos termos do Edital nº 01/2025, facultando à Administração a convocação do próximo candidato classificado.

2. CANDIDATOS CONVOCADOS PARA CONTRATAÇÃO IMEDIATA:

EMPREGO PROFESSOR I			
Classificação	**Nome completo**	**Identificação final CPF**	**Pontuação final**
277°	Mônica Claudiane Nunes Barbieri	XXX.XXX.499-70	3
278°	DJAILTON SAMPAIO	XXX.XXX.009-20	3
279°	Ariane Ribeiro de Campos	XXX.XXX.439-39	3

3. CANDIDATOS CONVOCADOS PARA CADASTRO DE RESERVA:

EMPREGO PROFESSOR I			
Classificação	**Nome completo**	**Identificação final CPF**	**Pontuação final**
279°	Ariane Ribeiro de Campos	XXX.XXX.439-39	3
280°	Simone de Fátima Rodrigues Alves	XXX.XXX.919-54	3
281°	Patricia Ferreira da Silva	XXX.XXX.279-24	3
282°	Vandileia Maczuseki Veiga	XXX.XXX.769-92	3
283°	Noemi Grassmann	XXX.XXX.479-58	3
284°	Angélica Crupka Cavalli	XXX.XXX.109-07	3
285°	JOICE DA SILVA PEREIRA	XXX.XXX.049-22	3
286°	Anne Carolline dos Santos Freitas	XXX.XXX.169-96	3
287°	Janine Inacio Soares	XXX.XXX.899-54	3
288°	Jhenifer Andrioli de Siqueira Kesseli	XXX.XXX.139-67	3
289°	PALOMA SANTOS DE JESUS DO ROSARIO	XXX.XXX.139-00	3

290°	Taine Maceno Fonseca	XXX.XXX.029-70	3
291°	Maria Luiza Cacilha da Silva	XXX.XXX.149-26	3
292°	Alana Caroline Machado Delay	XXX.XXX.989-02	3
293°	Letícia de Oliveira	XXX.XXX.369-03	3
294°	Níniver Belo Martins	XXX.XXX.959-31	3
295°	Camila Santos	XXX.XXX.939-44	3
296°	Evelin Mendes Pinto	XXX.XXX.789-61	3
297°	Quetlin Maria Rosa da Silva	XXX.XXX.739-27	3
295°	Camila Santos	XXX.XXX.939-44	3
296°	Evelin Mendes Pinto	XXX.XXX.789-61	3
297°	Quetlin Maria Rosa da Silva	XXX.XXX.739-27	3
298°	Isadora Vieira Marinho	XXX.XXX.409-03	3
299°	Andressa Biscoto	XXX.XXX.969-07	3
300°	HELENIZE MARISA SAVIOLI	XXX.XXX.319-45	3
301°	Kessily Aparecida Gonçalves dos Santos	XXX.XXX.159-31	3

4. A **HOMOLOGAÇÃO** dos resultados, compreendendo os deferimentos, indeferimentos tácitos, não comparecimentos e demais situações decorrentes da apresentação de documentos e análise de títulos, conforme disposto no Edital nº 01/2025 será publicada no dia **10 de agosto de 2026.**

5. Os professores com as inscrições legitimamente DEFERIDAS deverão comparecer na sede da Secretaria Municipal de Educação para escolha de vaga e assinatura de contrato na data de **11 de agosto, às 09h.**

Este edital entra em vigor na data da sua assinatura.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes em *03 de agosto de 2026.*

ADRIANA ASSUMPÇÃO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Vânia Stopinski
Código Identificador:0B6D52B1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INEX. 10-2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Inexigibilidade Nº 10/2026
Processo Administrativo: 42/2026

A Diretoria Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, designada pelo(a) Ato de Consórcio nº 33/2026.

Homologa

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Inexigibilidade nº. 10/2026, o(s) participante(s):

Vencedores dos Itens

1603 - CESTARI SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA						
Lote: 1 - LOTE 1						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA, CONSULTORIA TÉCNICA, CAPACITAÇÃO E DIAGNÓSTICO CONTINUADO, ATENDIMENTO ON-LINE E SUPORTE CONSULTIVO RELACIONADOS À LICITAÇÕES, CONTRATOS PÚBLICOS E ESTRUTURA ADMINISTRATIVA .	SERVIÇO		12	R$7.418,56	R$89.022,72
2	VISITAS TÉCNICAS SOB DEMANDA (IN LOCO)	SERVIÇO		1	R$18.440,52	R$18.440,52
				Total do Fornecedor:		R$107.463,24
				Total Geral:		R$107.463,24

Dos recursos orçamentários:

16 - 00.000.0000.333903905000000000.00000000 - Serviços técnicos profissionais 28 - 00.000.0000.333903905000000000.00000000 - Serviços técnicos profissionais

DIREÇÃO GERAL CIS/AMUNPAR

Paranavaí, 31 de julho de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:67217DD3

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer Defesa daAutuação junto à DITRAN – PARANAVAÍ até17/09/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração
AKV9C18	277490T000007188	25/07/2026	70301
AUV7J57	277490T000007961	28/07/2026	51930
BAC9A18	277490T000007965	28/07/2026	76331
BBF6B17	277490T000007660	28/07/2026	57380
BBZ8J81	277490T000007966	28/07/2026	54870
EJU6F83	277490T000007183	25/07/2026	54870
HLW1H60	277490T000007184	25/07/2026	55414
OBM7F71	277490T000007185	25/07/2026	55417
PAH7F80	277490T000007963	28/07/2026	76331
PWI9E73	277490T000001449	28/07/2026	55414
QNM1A42	277490T000007962	28/07/2026	76331
RHW4J36	277490T000007661	28/07/2026	76331
RHW9D02	277490T000000841	28/07/2026	76331
RHW9D02	277490T000000840	28/07/2026	61220
SGR6D51	277490T000007969	28/07/2026	76331
TBK5J39	277490T000007187	25/07/2026	54521
TBX5E00	277490T000007186	25/07/2026	76251
UBE5G70	277490T000007182	25/07/2026	76252
UBT4C85	277490T000007967	28/07/2026	54870
UCF3J47	277490T000001448	28/07/2026	55414
UDG0D71	277490T000007659	28/07/2026	76331

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:4C122A40

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer Defesa daAutuação junto à DITRAN – PARANAVAÍ até14/09/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração
ABK8G35	277490W000042326	13/07/2026	55412
ABL8883	277490W000042232	13/07/2026	55412
ABL8H28	277490W000042325	13/07/2026	55412
ACW9966	277490T000007390	27/07/2026	57380
AFO3F55	277490W000042318	13/07/2026	55412
AGA2626	277490W000042311	13/07/2026	55412
AGW6G97	277490W000042253	13/07/2026	55412
AHA3413	277490T000007387	27/07/2026	54600
AHD0358	277490W000042245	13/07/2026	55412
AHI1314	277490W000042205	11/07/2026	55412
AHQ6774	277490W000042269	13/07/2026	55412
AHW9024	277490W000042164	10/07/2026	55412
AIH2458	277490W000042301	13/07/2026	55412
AIH2458	277490W000042234	13/07/2026	55412
AIZ2D80	277490W000042139	10/07/2026	55412
AJG4566	277490W000042094	10/07/2026	55412
AJY1105	277490W000042259	13/07/2026	55412
AJZ4777	277490W000042149	10/07/2026	55412
AKX0867	277490W000042199	11/07/2026	55412
AKX2640	277490W000042179	10/07/2026	55412
ALO3033	277490W000042092	10/07/2026	55412
ALS0491	277490W000042309	13/07/2026	55412
ALX0115	277490W000042126	10/07/2026	55412
ALX3711	277490W000042165	10/07/2026	55412
ALZ3G50	277490W000042178	10/07/2026	55412
AMJ6299	277490W000042116	10/07/2026	55412
AMJ6299	277490W000042146	10/07/2026	55412
AML5613	277490W000042312	13/07/2026	55412
AMO3C59	277490W000042288	13/07/2026	55412
ANA4549	277490W000042332	13/07/2026	55412
ANF4613	277490W000042128	10/07/2026	55412
ANI8I47	277490T000007956	27/07/2026	59910
ANK1038	277490W000042150	10/07/2026	55412
ANL7I04	277490W000042308	13/07/2026	55412
ANP7141	277490W000042153	10/07/2026	55412
ANT1042	277490W000042130	10/07/2026	55412
ANW7842	277490W000042254	13/07/2026	55412
ANY6F58	277490W000042193	11/07/2026	55412
AOK6B37	277490W000042154	10/07/2026	55412
AOK6B37	277490W000042314	13/07/2026	55412
AOK6B37	277490W000042187	10/07/2026	55412
AOK6B37	277490W000042341	13/07/2026	55412
AOK6B37	277490W000042263	13/07/2026	55412
AOK6B37	277490W000042107	10/07/2026	55412
AON4162	277490W000042091	10/07/2026	55412
APQ9914	277490W000042256	13/07/2026	55412

APZ4670	277490W000042136	10/07/2026	55412
AQM0810	277490W000042262	13/07/2026	55412
AQN3494	277490W000042135	10/07/2026	55412
AQN3494	277490W000042156	10/07/2026	55412
AQN3494	277490W000042093	10/07/2026	55412
AQU2782	277490W000042316	13/07/2026	55412
ARB1107	277490W000042284	13/07/2026	55412
ARB1107	277490W000042120	10/07/2026	55412
ARE2D78	277490W000042101	10/07/2026	55412
ARG6G58	277490W000042111	10/07/2026	55412
ARV1178	277490W000042236	13/07/2026	55412
ASI4063	277490W000042315	13/07/2026	55412
ASJ6131	277490W000042095	10/07/2026	55412
ASJ8490	277490W000042313	13/07/2026	55412
ASJ8490	277490W000042280	13/07/2026	55412
ASJ8490	277490W000042170	10/07/2026	55412
ASR7952	277490W000042239	13/07/2026	55412
ASR7952	277490W000042338	13/07/2026	55412
ASR7952	277490W000042276	13/07/2026	55412
ASR7952	277490W000042307	13/07/2026	55412
ASU8315	277490W000042174	10/07/2026	55412
ATB1E38	277490W000042218	11/07/2026	55412
ATJ8713	277490W000042334	13/07/2026	55412
ATK2I63	277490W000042134	10/07/2026	55412
ATR5326	277490W000042225	11/07/2026	55412
ATR5945	277490W000042119	10/07/2026	55412
ATR5945	277490W000042158	10/07/2026	55412
AUR0895	277490W000042157	10/07/2026	55412
AVG0050	277490T000003555	27/07/2026	50100
AVG0050	277490T000003556	27/07/2026	52311
AVJ5856	277490W000042204	11/07/2026	55412
AVK9F34	277490W000042103	10/07/2026	55412
AVK9F34	277490W000042243	13/07/2026	55412
AVK9F34	277490W000042303	13/07/2026	55412
AVK9F34	277490W000042148	10/07/2026	55412
AVK9F34	277490W000042278	13/07/2026	55412
AVK9F34	277490W000042190	11/07/2026	55412
AVM7F98	277490W000042250	13/07/2026	55412
AWB8298	277490W000042143	10/07/2026	55412
AWB8298	277490W000042282	13/07/2026	55412
AWB8298	277490W000042242	13/07/2026	55412
AWB8298	277490W000042189	10/07/2026	55412
AWB8298	277490W000042102	10/07/2026	55412
AWB8298	277490W000042200	11/07/2026	55412
AWD7D55	277490W000042176	10/07/2026	55412
AWE2495	277490T000007957	27/07/2026	59910
AWE6128	277490W000042207	11/07/2026	55412
AWE6128	277490W000042260	13/07/2026	55412
AWE6128	277490W000042098	10/07/2026	55412
AWE6128	277490W000042141	10/07/2026	55412
AWE6128	277490W000042229	13/07/2026	55412
AWE6128	277490W000042302	13/07/2026	55412
AWE6B15	277490W000042180	10/07/2026	55412
AWM9338	277490W000042197	11/07/2026	55412
AWZ9C95	277490W000042122	10/07/2026	55412
AXH7067	277490W000042213	11/07/2026	55412
AXR5454	277490W000042294	13/07/2026	55412
AYM7485	277490W000042096	10/07/2026	55412
AYM7485	277490W000042145	10/07/2026	55412
AYM7485	277490W000042127	10/07/2026	55412
AYX3B97	277490W000042335	13/07/2026	55412
AZI1C55	277490W000042240	13/07/2026	55412
BBC7201	277490W000042264	13/07/2026	55412
BBU1B87	277490T000007954	27/07/2026	76331
BBW1023	277490W000042125	10/07/2026	55412
BCB2926	277490W000042090	10/07/2026	55412
BCW3D91	277490W000042160	10/07/2026	55412
BDG8A07	277490T000007955	27/07/2026	76331
BDH8B56	277490W000042293	13/07/2026	55412
BDK6F20	277490T000007120	27/07/2026	73662
BDX7H80	277490W000042112	10/07/2026	55412
BEN1G04	277490W000042281	13/07/2026	55412
BEQ6C69	277490W000042300	13/07/2026	55412
BEV8J33	277490W000042279	13/07/2026	55412
BEZ4J21	277490W000042336	13/07/2026	55412
BVZ5290	277490W000042214	11/07/2026	55412
CHW5931	277490W000042290	13/07/2026	55412
CHW5931	277490W000042124	10/07/2026	55412
CHW5931	277490W000042231	13/07/2026	55412
CLT6672	277490W000042100	10/07/2026	55412
CQD6308	277490W000042298	13/07/2026	55412
CXV5597	277490W000042274	13/07/2026	55412
DCF9E32	277490W000042194	11/07/2026	55412
DCF9E32	277490W000042228	11/07/2026	55412
DED3249	277490W000042226	11/07/2026	55412
DEF5C82	277490W000042273	13/07/2026	55412
DEF5C82	277490W000042238	13/07/2026	55412
DEF5C82	277490W000042210	11/07/2026	55412
DEF5C82	277490W000042328	13/07/2026	55412

DIQ6I51	277490W000042322	13/07/2026	55412
DJQ5304	277490T000007119	27/07/2026	51930
DNT0A30	277490T000005058	27/07/2026	53800
DXG3481	277490W000042161	10/07/2026	55412
DXG3481	277490W000042299	13/07/2026	55412
DXG3481	277490W000042132	10/07/2026	55412
DXG3481	277490W000042340	13/07/2026	55412
DXG3481	277490W000042249	13/07/2026	55412
DXG3481	277490W000042110	10/07/2026	55412
ECZ8516	277490W000042144	10/07/2026	55412
ECZ8516	277490W000042317	13/07/2026	55412
ECZ8516	277490W000042129	10/07/2026	55412
ECZ8516	277490W000042233	13/07/2026	55412
ECZ8516	277490W000042186	10/07/2026	55412
ECZ8516	277490W000042097	10/07/2026	55412
ECZ8516	277490W000042202	11/07/2026	55412
ECZ8516	277490W000042277	13/07/2026	55412
EDB5181	277490W000042321	13/07/2026	55412
EEQ7H44	277490W000042224	11/07/2026	55412
EFR3I03	277490W000042323	13/07/2026	55412
EPM7348	277490W000042184	10/07/2026	55412
EWH9F93	277490W000042169	10/07/2026	55412
EZI0994	277490W000042331	13/07/2026	55412
FIG1F62	277490W000042201	11/07/2026	55412
GHQ7D39	277490W000042223	11/07/2026	55412
GMQ7884	277490W000042324	13/07/2026	55412
GZW2I43	277490W000042289	13/07/2026	55412
HFT4B93	277490W000042257	13/07/2026	55412
HSB9387	277490W000042188	10/07/2026	55412
HSB9387	277490W000042106	10/07/2026	55412
HSB9387	277490W000042155	10/07/2026	55412
HSB9387	277490W000042255	13/07/2026	55412
HSM9J26	277490W000042123	10/07/2026	55412
HTJ5823	277490W000042216	11/07/2026	55412
ILU7J70	277490W000042142	10/07/2026	55412
JSS1F52	277490W000042191	11/07/2026	55412
JTX2C74	277490W000042159	10/07/2026	55412
MID7G53	277490W000042295	13/07/2026	55412
NMD4957	277490W000042221	11/07/2026	55412
NYO4A23	277490W000042118	10/07/2026	55412
OPF0J64	277490W000042162	10/07/2026	55412
QXI1H43	277490W000042330	13/07/2026	55412
RDX6C22	277490W000042168	10/07/2026	55412
RFQ9A11	277490W000042304	13/07/2026	55412
RHE3F33	277490W000042319	13/07/2026	55412
RHE3F33	277490W000042147	10/07/2026	55412
RHE3F33	277490W000042131	10/07/2026	55412
RHE3F33	277490W000042183	10/07/2026	55412
RHJ0G15	277490T000007959	27/07/2026	76331
RHT8E28	277490W000042220	11/07/2026	55412
RHY5E11	277490W000042121	10/07/2026	55412
RXS0I54	277490W000042219	11/07/2026	55412
SCK1I13	277490W000042117	10/07/2026	55412
SDP5A80	277490T000007958	27/07/2026	76331
SDT9D20	277490W000042310	13/07/2026	55412
SEJ8C98	277490W000042167	10/07/2026	55412
SEK2E88	277490T000007960	27/07/2026	76331
SEV9A73	277490W000042109	10/07/2026	55412
SFG1F11	277490T000001446	27/07/2026	55414
SFO4J12	277490W000042172	10/07/2026	55412
SFO4J12	277490W000042283	13/07/2026	55412
SFO4J12	277490W000042203	11/07/2026	55412
SFO4J12	277490W000042235	13/07/2026	55412
SHF0G63	277490T000001447	27/07/2026	55414
TAJ7I56	277490W000042137	10/07/2026	55412
TAZ8B24	277490T000007116	27/07/2026	73662
TBH9E55	277490W000042270	13/07/2026	55412
TBN9H48	277490W000042152	10/07/2026	55412
TBR2E52	277490W000042104	10/07/2026	55412
TBU4C10	277490W000042333	13/07/2026	55412
TJS7A20	277490W000042292	13/07/2026	55412
UAW5D36	277490W000042108	10/07/2026	55412
UBE7B59	277490W000042185	10/07/2026	55412
UBO4H38	277490W000042212	11/07/2026	55412
UBS0D27	277490W000042241	13/07/2026	55412
UBT1A48	277490W000042115	10/07/2026	55412
UCB0J85	277490W000042271	13/07/2026	55412
UCD2F10	277490T000007952	27/07/2026	54870
UDB3E37	277490T000007115	27/07/2026	57380

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:ABD6088F

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida, com o veículo de sua propriedade, podendo V. S. oferecer recurso contra a infração junto à DITRAN – PARANAVAÍaté 1709/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração	Valor da Infração
AAQ0I02	277490T000003246	23/05/2026	51930	R$ 293,47
AIB2I85	277490T000003257	21/05/2026	76331	R$ 293,47
AIP7720	277490T000004858	25/05/2026	60501	R$ 293,47
AIT5824	277490T000003220	23/05/2026	60412	R$ 195,23
AIW9E77	277490T000003172	21/05/2026	76331	R$ 293,47
AIY3290	277490T000005010	25/05/2026	60412	R$ 195,23
AIY9802	277490T000004861	25/05/2026	60501	R$ 293,47
AJR0152	277490T000001268	21/05/2026	54521	R$ 195,23
AJS1E22	277490T000003199	22/05/2026	76331	R$ 293,47
AKL3B96	277490T000002811	21/05/2026	51930	R$ 293,47
AKM6255	277490T000003077	19/05/2026	76331	R$ 293,47
AKQ9481	277490T000004880	25/05/2026	60412	R$ 195,23
ALC7H50	277490T000003186	22/05/2026	60501	R$ 293,47
ALD6520	277490T000000286	25/05/2026	60412	R$ 195,23
ALD6520	277490T000004896	25/05/2026	60412	R$ 195,23
ALN2376	277490T000003212	23/05/2026	59910	R$ 293,47
ALN2376	277490T000003211	23/05/2026	52070	R$ 88,38
ALT7A57	277490T000004862	25/05/2026	60501	R$ 293,47
AMM8D29	277490T000003182	22/05/2026	70481	R$ 293,47
AMM8D29	277490T000003183	22/05/2026	68580	R$ 293,47
AMN1687	277490T000004889	25/05/2026	60412	R$ 195,23
ANC2029	277490T000000291	25/05/2026	60412	R$ 195,23
ANC7J56	277490T000004893	25/05/2026	60412	R$ 195,23
ANP7C74	277490T000003228	23/05/2026	60412	R$ 195,23
ANR4096	277490T000004879	25/05/2026	60412	R$ 195,23
ANT2111	277490T000003235	23/05/2026	76331	R$ 293,47
ANV1315	277490T000005002	25/05/2026	60412	R$ 195,23
AOA3I37	277490T000004883	25/05/2026	60412	R$ 195,23
AOK0286	277490T000000290	25/05/2026	60412	R$ 195,23
AOL8D56	277490T000003256	21/05/2026	76331	R$ 293,47
AOT2I90	277490T000004892	25/05/2026	60412	R$ 195,23
AOT9J81	277490T000004878	25/05/2026	76332	R$ 293,47
AQK4156	277490T000004881	25/05/2026	60412	R$ 195,23
AQV2B36	277490NIC0043819	05/05/2026	50020	R$ 586,94
ARF4E39	277490T000003095	21/05/2026	76332	R$ 293,47
ARQ9143	277490NIC0043808	05/05/2026	50020	R$ 586,94
ARR5093	277490T000004897	25/05/2026	60412	R$ 195,23
ASC5C84	277490T000003096	21/05/2026	76332	R$ 293,47
ASS6J90	277490T000003076	19/05/2026	60501	R$ 293,47
ASV4346	277490T000004882	25/05/2026	60412	R$ 195,23
ASX5490	277490T000004888	25/05/2026	60412	R$ 195,23
ATO4958	277490T000005014	25/05/2026	60412	R$ 195,23
ATV5281	277490NIC0043784	05/05/2026	50020	R$ 586,94
AUB1H52	277490T000003240	23/05/2026	54870	R$ 195,23
AUR4D90	277490T000003194	22/05/2026	76331	R$ 293,47
AUX0A28	277490T000001409	25/05/2026	57200	R$ 195,23
AUY6854	277490NIC0043817	05/05/2026	50020	R$ 586,94
AUY6854	277490NIC0043822	05/05/2026	50020	R$ 586,94
AVA5878	277490T000003255	21/05/2026	76331	R$ 293,47
AVE2B69	277490T000003207	22/05/2026	76331	R$ 293,47
AVM3511	277490T000000797	26/05/2026	55680	R$ 195,23
AVN4506	116100T002814073	17/05/2026	54521	R$ 195,23
AVN4506	116100T002814072	17/05/2026	55411	R$ 195,23
AVN6D65	277490T000005020	25/05/2026	60412	R$ 195,23
AVO2B58	277490T000002724	24/05/2026	51851	R$ 195,23
AVS2D95	277490T000002716	22/05/2026	55500	R$ 130,16
AWD7F60	277490T000005018	25/05/2026	60412	R$ 195,23
AWI6C67	277490T000000791	25/05/2026	57200	R$ 195,23
AXA8I03	277490T000003177	21/05/2026	76331	R$ 293,47
AXK9180	277490T000003089	21/05/2026	76331	R$ 293,47
AXL5F33	277490NIC0043783	05/05/2026	50020	R$ 586,94
AXQ1D73	277490T000003078	19/05/2026	76331	R$ 293,47
AXS9C96	277490T000003602	21/05/2026	58350	R$ 195,23
AXS9C96	277490T000003603	21/05/2026	70561	R$ 293,47
AXU4359	277490T000003174	21/05/2026	76331	R$ 293,47
AXU4359	277490A000164356	14/05/2026	51180	R$ 880,41
AXU4359	277490A000164357	14/05/2026	50100	R$ 880,41
AYA3H13	277490T000003084	21/05/2026	76331	R$ 293,47
AYB2G55	277490T000005009	25/05/2026	60412	R$ 195,23
AYO7355	277490T000003196	22/05/2026	76331	R$ 293,47
AYP8154	277490T000003223	23/05/2026	60412	R$ 195,23
AYR4C39	277490T000003082	21/05/2026	76331	R$ 293,47
AYR7D10	277490T000000285	25/05/2026	60412	R$ 195,23
AYR7D10	277490T000004867	25/05/2026	60412	R$ 195,23
AYW9D37	277490NIC0043824	05/05/2026	50020	R$ 586,94
AYZ2112	277490T000004859	25/05/2026	60501	R$ 293,47
AZD6G79	277490NIC0043833	05/05/2026	50020	R$ 586,94
AZL4E33	277490T000000785	21/05/2026	54870	R$ 195,23
AZN5708	277490T000004886	25/05/2026	60412	R$ 195,23
BAC9A18	277490A000166552	21/05/2026	57380	R$ 293,47
BAI5825	277490T000004860	25/05/2026	60501	R$ 293,47
BAQ5H64	277490T000003173	21/05/2026	76331	R$ 293,47
BAR4955	277490T000003202	22/05/2026	76331	R$ 293,47

BAR9109	277490NIC0043826	05/05/2026	50020	R$ 586,94
BAU6C22	277490NIC0043786	05/05/2026	50020	R$ 586,94
BAW3186	277490NIC0043792	05/05/2026	50020	R$ 586,94
BBD1670	277490T000003176	21/05/2026	76331	R$ 293,47
BBD5235	277490T000003206	22/05/2026	76331	R$ 293,47
BBD6C40	277490T000002727	24/05/2026	51851	R$ 195,23
BBD9336	277490T000000790	25/05/2026	55680	R$ 195,23
BBG9J58	277490T000003093	21/05/2026	55920	R$ 130,16
BBL2F36	277490T000005011	25/05/2026	60412	R$ 195,23
BBN4276	277490T000004875	25/05/2026	60412	R$ 195,23
BBO4207	277490T000004852	23/05/2026	76331	R$ 293,47
BBQ9H84	277490T000005008	25/05/2026	60412	R$ 195,23
BBR1427	277490NIC0043818	05/05/2026	50020	R$ 586,94
BBV8A77	277490T000004872	25/05/2026	60412	R$ 195,23
BBZ2412	277490T000001404	21/05/2026	76331	R$ 293,47
BCG9A96	277490T000000287	25/05/2026	60412	R$ 195,23
BCG9A96	277490T000000288	25/05/2026	76332	R$ 293,47
BCH4817	277490T000003205	22/05/2026	76331	R$ 293,47
BCX5H02	277490NIC0043771	05/05/2026	50020	R$ 390,46
BDA7E96	277490NIC0043805	05/05/2026	50020	R$ 586,94
BDB2A99	277490T000003170	21/05/2026	76331	R$ 293,47
BDB6G80	277490NIC0043785	05/05/2026	50020	R$ 586,94
BDD1C58	277490T000000786	21/05/2026	54870	R$ 195,23
BDE4E69	277490NIC0043773	05/05/2026	50020	R$ 586,94
BDE8A35	277490T000002812	21/05/2026	76331	R$ 293,47
BDG6I71	277490T000001273	23/05/2026	54600	R$ 130,16
BDH1D85	277490T000000919	22/05/2026	70481	R$ 293,47
BDQ0H49	277490NIC0043766	05/05/2026	50020	R$ 586,94
BDQ0H49	277490NIC0043767	05/05/2026	50020	R$ 586,94
BDY9B90	277490T000005006	25/05/2026	59910	R$ 293,47
BEB2880	277490T000000292	25/05/2026	60412	R$ 195,23
BEC2I77	277490NIC0043831	05/05/2026	50020	R$ 586,94
BED2F16	277490NIC0043821	05/05/2026	50020	R$ 586,94
BEF6F90	277490NIC0043789	05/05/2026	50020	R$ 586,94
BEF6F90	277490NIC0043798	05/05/2026	50020	R$ 586,94
BEL3E74	277490T000001410	25/05/2026	57200	R$ 195,23
BEO4H70	277490NIC0043797	05/05/2026	50020	R$ 586,94
BER4H23	277490T000000289	25/05/2026	60412	R$ 195,23
BEU9I10	277490NIC0043806	05/05/2026	50020	R$ 586,94
BEV5H84	277490T000004863	25/05/2026	60501	R$ 293,47
BEV6B22	277490NIC0043768	05/05/2026	50020	R$ 586,94
BEY5E38	277490T000003218	23/05/2026	59910	R$ 293,47
BRA1A66	277490T000003094	21/05/2026	55920	R$ 130,16
CUC6I16	277490NIC0043837	05/05/2026	50020	R$ 260,32
CUC6I16	277490NIC0043836	05/05/2026	50020	R$ 260,32
CUE6I68	277490NIC0043788	05/05/2026	50020	R$ 260,32
CVS2G19	277490T000000798	26/05/2026	55680	R$ 195,23
CVU0628	277490T000001274	25/05/2026	67690	R$ 130,16
DFC4604	277490T000000920	22/05/2026	70481	R$ 293,47
DGF2E41	277490T000000918	22/05/2026	70481	R$ 293,47
DKY4C71	277490T000003198	22/05/2026	76332	R$ 293,47
DQT0715	277490T000003168	21/05/2026	59910	R$ 293,47
DRB4188	277490T000003180	21/05/2026	59910	R$ 293,47
DSY9B41	277490NIC0043825	05/05/2026	50020	R$ 586,94
DWO0318	277490NIC0043828	05/05/2026	50020	R$ 586,94
DWO0318	277490NIC0043829	05/05/2026	50020	R$ 586,94
DZE8G61	277490T000002728	24/05/2026	51851	R$ 195,23
ECV2391	277490T000001408	25/05/2026	57200	R$ 195,23
EDF9E31	277490T000003224	23/05/2026	60412	R$ 195,23
ENX6E24	277490T000000793	26/05/2026	55680	R$ 195,23
ETM7I55	277490T000004885	25/05/2026	76331	R$ 293,47
ETS7J51	277490T000003215	23/05/2026	59910	R$ 293,47
EVI0G75	277490T000004870	25/05/2026	60412	R$ 195,23
EVR3880	277490T000003087	21/05/2026	51851	R$ 195,23
FRV4E12	277490NIC0043815	05/05/2026	50020	R$ 586,94
FTN3I99	277490NIC0043807	05/05/2026	50020	R$ 586,94
GGA8669	277490T000002715	22/05/2026	51851	R$ 195,23
GTN5F51	277490NIC0043814	05/05/2026	50020	R$ 586,94
HCZ4E91	277490T000001271	23/05/2026	54521	R$ 195,23
HGK3C56	277490T000003098	21/05/2026	51851	R$ 195,23
HTE8705	277490T000003187	22/05/2026	60501	R$ 293,47
IKV1I69	277490T000003231	23/05/2026	76331	R$ 293,47
IVX6822	277490NIC0043827	05/05/2026	50020	R$ 586,94
IXH6B23	277490NIC0043820	05/05/2026	50020	R$ 586,94
IXH6B23	277490T000003214	23/05/2026	76332	R$ 293,47
JBO2212	277490T000003191	22/05/2026	76331	R$ 293,47
JOK4A79	277490T000003090	21/05/2026	51852	R$ 195,23
JVD2H91	277490NIC0043834	05/05/2026	50020	R$ 586,94
KWZ8H29	277490T000003073	19/05/2026	76331	R$ 293,47
MIY9E41	277490T000000789	25/05/2026	51851	R$ 195,23
MIY9E41	277490T000000794	26/05/2026	55680	R$ 195,23
MIY9E41	277490T000000788	25/05/2026	55680	R$ 195,23
NCN8H91	277490T000004871	25/05/2026	60412	R$ 195,23
NEN7192	277490T000003184	22/05/2026	59910	R$ 293,47
NZL4H13	277490T000002721	24/05/2026	51851	R$ 195,23
OIN1B36	277490T000003086	21/05/2026	51851	R$ 195,23
OOO4F42	277490T000004895	25/05/2026	60412	R$ 195,23
OOS7A95	277490T000003254	21/05/2026	51851	R$ 195,23
PBI8G78	277490NIC0043795	05/05/2026	50020	R$ 586,94

PTF1G16	277490NIC0043835	05/05/2026	50020	R$ 586,94
QAD1E61	277490T000003259	21/05/2026	54870	R$ 195,23
QCB5I88	277490T000002718	22/05/2026	51851	R$ 195,23
QQG4H04	277490NIC0043796	05/05/2026	50020	R$ 586,94
QQQ8H84	277490T000003242	23/05/2026	54870	R$ 195,23
QRR3B94	277490NIC0043781	05/05/2026	50020	R$ 586,94
QRW9A30	277490F000207608	14/05/2026	60503	R$ 293,47
QUE1G02	277490T000003258	21/05/2026	76331	R$ 293,47
QVO0I63	277490T000003237	23/05/2026	76331	R$ 293,47
RCN9G49	277490NIC0043782	05/05/2026	50020	R$ 586,94
RGM7J93	277490T000004884	25/05/2026	60412	R$ 195,23
RHD8I89	277490NIC0043791	05/05/2026	50020	R$ 586,94
RHF5B45	277490T000004874	25/05/2026	60412	R$ 195,23
RHF6B89	277490NIC0043811	05/05/2026	50020	R$ 586,94
RHJ1A51	277490T000005015	25/05/2026	60412	R$ 195,23
RHQ4I19	277490T000005013	25/05/2026	60412	R$ 195,23
RHT4C99	277490T000001405	21/05/2026	76331	R$ 293,47
RHY1D51	277490T000000284	21/05/2026	55411	R$ 195,23
RHY6H29	277490T000004868	25/05/2026	60412	R$ 195,23
RKY1G70	277490T000005021	25/05/2026	60412	R$ 195,23
RMT3C07	277490T000003226	23/05/2026	59910	R$ 293,47
RMT3C07	277490T000003227	23/05/2026	60412	R$ 195,23
RTR9D83	277490T000003243	23/05/2026	61300	R$ 293,47
RUY4E67	277490NIC0043802	05/05/2026	50020	R$ 586,94
RXT1G12	277490NIC0043799	05/05/2026	50020	R$ 260,32
SDD1J23	277490NIC0043832	05/05/2026	50020	R$ 586,94
SDP0J20	277490T000003232	23/05/2026	73662	R$ 130,16
SDR4H59	277490T000001272	23/05/2026	76251	R$ 293,47
SDS6H08	277490T000002816	25/05/2026	76331	R$ 293,47
SDV0H55	277490NIC0043801	05/05/2026	50020	R$ 586,94
SDV5G47	277490T000003250	23/05/2026	76331	R$ 293,47
SDX9G11	277490T000003233	23/05/2026	76331	R$ 293,47
SEB6G43	277490T000003080	19/05/2026	76331	R$ 293,47
SEF4A72	277490F000207711	15/05/2026	60503	R$ 293,47
SEI5F97	277490NIC0043780	05/05/2026	50020	R$ 586,94
SEJ0D39	277490T000003099	21/05/2026	76331	R$ 293,47
SER2F51	277490NIC0043772	05/05/2026	50020	R$ 586,94
SEU4D97	277490NIC0043778	05/05/2026	50020	R$ 586,94
SEZ0E13	277490T000003085	21/05/2026	76331	R$ 293,47
SEZ0E13	277490T000003193	22/05/2026	76331	R$ 293,47
SEZ2H45	277490NIC0043776	05/05/2026	50020	R$ 586,94
SFA2A47	277490NIC0043774	05/05/2026	50020	R$ 586,94
SFA2I22	277490NIC0043769	05/05/2026	50020	R$ 390,46
SFC4J72	277490NIC0043779	05/05/2026	50020	R$ 586,94
SFE8B59	277490T000001276	23/05/2026	67690	R$ 130,16
SFI4F46	277490T000003221	23/05/2026	60412	R$ 195,23
SFI4H91	277490NIC0043812	05/05/2026	50020	R$ 586,94
SXO8J88	277490T000001270	21/05/2026	76332	R$ 293,47
TAI1C42	277490T000002723	24/05/2026	76331	R$ 293,47
TAI1G26	277490NIC0043803	05/05/2026	50020	R$ 586,94
TAK9C26	277490NIC0043777	05/05/2026	50020	R$ 586,94
TAM3H49	277490T000004865	25/05/2026	76331	R$ 293,47
TAP1F46	277490T000002815	25/05/2026	54521	R$ 195,23
TAP1I01	277490NIC0043775	05/05/2026	50020	R$ 586,94
TAQ5A33	277490T000003190	22/05/2026	76331	R$ 293,47
TAR7G27	277490T000003249	23/05/2026	76331	R$ 293,47
TAS9I62	277490NIC0043830	05/05/2026	50020	R$ 586,94
TAT1E62	277490T000005004	25/05/2026	76331	R$ 293,47
TAV2B19	277490NIC0043823	05/05/2026	50020	R$ 586,94
TAY2J90	277490NIC0043810	05/05/2026	50020	R$ 586,94
TBD8F70	277490A000165169	13/05/2026	51180	R$ 880,41
TBL8E35	277490T000000282	21/05/2026	76332	R$ 293,47
TBN3G27	277490T000005007	25/05/2026	60412	R$ 195,23
TBO3H91	277490T000000293	25/05/2026	60412	R$ 195,23
TBT0H60	277490T000003195	22/05/2026	76331	R$ 293,47
TBT5G27	277490T000003261	21/05/2026	54870	R$ 195,23
TBU6F66	277490NIC0043809	05/05/2026	50020	R$ 586,94
TDL5E43	277490A000166551	21/05/2026	76331	R$ 293,47
UAZ8B86	277490T000003181	22/05/2026	70481	R$ 293,47
UBD4I65	277490NIC0043794	05/05/2026	50020	R$ 586,94
UBG9H13	277490T000003185	22/05/2026	60501	R$ 293,47
UBH0G81	277490NIC0043804	05/05/2026	50020	R$ 586,94
UBH3I12	277490NIC0043816	05/05/2026	50020	R$ 586,94
UBH8F41	277490NIC0043800	05/05/2026	50020	R$ 586,94
UBK6H80	277490NIC0043790	05/05/2026	50020	R$ 586,94
UBM4A00	277490T000003234	23/05/2026	76331	R$ 293,47
UBP7J20	277490T000003175	21/05/2026	76331	R$ 293,47
UBR6B28	277490T000003605	24/05/2026	59161	R$ 1.467,35
UBR6B28	277490T000003604	24/05/2026	57970	R$ 2.934,70
UBR6B28	277490T000003607	24/05/2026	73400	R$ 130,16
UBR6B28	277490T000003608	24/05/2026	50100	R$ 880,41
UBR6B28	277490T000003606	24/05/2026	59670	R$ 1.467,35
UBX2J39	277490T000003238	23/05/2026	76331	R$ 293,47
UBX3A44	277490T000003222	23/05/2026	60412	R$ 195,23
UCA0H95	277490T000004252	24/05/2026	54521	R$ 195,23
UDD1C77	277490NIC0043787	05/05/2026	50020	R$ 586,94

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:02EAF712

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 10.966, DE 31 DE JULHO DE 2026.

Abre crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 3.809.678,96 (três milhões, oitocentos e nove mil seiscentos e setenta e oito reais e noventa e seis centavos), e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei nº 6.548, de 22 de dezembro de 2025, e considerando o Memorando n° 22.803, de 28 de julho de 2026 do Gabinete do Prefeito;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 3.809.678,96 (três milhões, oitocentos e nove mil seiscentos e setenta e oito reais e noventa e seis centavos), conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**	
11.02	**DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA**	
20	**Agricultura**	
20.606	**Extensão Rural**	
20.606.0030	**Fomento à Agricultura e Pecuária**	
2.073	Manutenção das Atividades do Interior	
4.4.90.51 – 9068 (46190)	Obras e Instalações	3.809.678,96

Total	**3.809.678,96**

Art. 2º Para a cobertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação de recurso de fonte vinculada do exercício de 2026, conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
9068	Convênio Termo nº 853/2026 - SECID - SIT 86020 Pavimentação de Estrada Vicinal - Linha Damasceno	3.809.678,96

Total	**3.809.678,96**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Talita Scariot Gomes
Código Identificador:F14CD922

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 111/2026
LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA PRESENCIAL n.º 04/2026.
OBJETO: Contratação de empresa para execução de obra de construção de 10 (dez) Unidades Habitacionais Unifamiliares, de acordo com o Convênio nº 161/CONV/2026 firmado junto à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, conforme projetos, planilha de serviços, memorial descritivo, cronograma físico financeiro e demais anexos que fazem parte deste edital.
CONTRATADO: PICCOLI E BOHLER EMPRENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.
DATA DA ASSINATURA: 31 de julho de 2026.
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	01433	08.002.16.482.1601.1117	00433	4.4.90.51.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2026	05300	08.002.16.482.1601.1117	00000	4.4.90.51.00.00	Recursos do Exercício Corrente

FORMA DE PAGAMENTO: Em até 30 dias após a emissão da nota fiscal.
VALOR TOTAL: R$ 1.459.000,00 (Um Milhão e Quatrocentos e Cinquenta e Nove Mil de Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses após a assinatura do contrato.

Pinhal de São Bento/PR, 31 de julho de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:3216FAB8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.
4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 111/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO.
CONTRATADA: MITRA DIOCESANA DE PALMAS/PARÓQUIA SANTA TEREZINHA.
CLÁUSULA PRIMEIRA:
VALOR: O contrato fica aditivado no valor de R$ 12.000,00 (Doze Mil Reais), conforme relação de itens abaixo:

Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - LOCAÇÃO	1	12389	LOCAÇÃO DE IMÓVEL – 2 (duas) salas comerciais em anexo ao Centro LOCAÇÃO DE IMÓVEL – 2 (duas) salas comerciais em anexo ao Centro Comunitário Capela São Roque com metragem de 05x10 m². totalizando 10x10 m² (100 m²) situado na rua Doutor Goves, Centro do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná.		MÊS	12,00	1.000,00	12.000,00
TOTAL								12.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA:
EXECUÇÃO DO OBJETO passa a ter a seguinte redação: Prorroga-se o prazo de vigência/execução do contrato até 28/07/2027, em conformidade com o Processo de Dispensa 08/2023 e o Contrato nº 111/2023.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.

Pinhal de São Bento/PR, 28 de julho de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:17AE13B3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 04/2026 - Processo Administrativo nº 51/2026
OBJETO: Contratação de empresa para execução de obra de construção de 10 (dez) Unidades Habitacionais Unifamiliares, de acordo com o Convênio nº 161/CONV/2026 firmado junto à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, conforme projetos, planilha de serviços, memorial descritivo, cronograma físico financeiro e demais anexos que fazem parte deste edital.
O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei Federal n° 14.133/2021, ADJUDICA e HOMOLOGA a presente licitação nos seguintes termos:

PICCOLI E BOHLER EMPRENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA – CNPJ: 21.131.546/0001-51								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço Total
1	1	Contratação de empresa especializada para execução de obra de construção de 10 (dez) unidades habitacionais unifamiliares padrão COHAPAR, com área individual de 47,33 m² e área total de 473,30 m², localizadas na Rua Ipê, Quadra nº 44, lotes 01-A ao 01-J, no Município de Pinhal de São Bento/PR, compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários à completa execução dos serviços, incluindo fundações, estrutura em concreto armado, alvenaria, cobertura, instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias, revestimentos, esquadrias, pinturas, impermeabilizações e demais serviços complementares, conforme projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos anexos.			UN	10.00	145.900,00	1.459.000,00
Total 1.459.000,00								

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 1.459.000,00 (Um Milhão e Quatrocentos e Cinquenta e Nove Mil de Reais).

Pinhal de São Bento/PR, 31 de julho de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:E83A8A75

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 14.910/2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente, e altera metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no valor de R$ 15.000,00 (quatorze mil reais).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025 (Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026),

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Programa vigente, no valor de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais), conforme especificado neste Decreto.

Art. 2º A abertura do Crédito Adicional Suplementar ocorrerá nas seguintes dotações orçamentárias:

13.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
13.003 – Fundo Municipal da Assistência Social
13.003.08.244.0006.2.036 – Coordenação das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.14.00.00	421	1000	Diárias - civil	14.000,00
Total				**14.000,00**

Art. 3º Os recursos necessários à execução deste Decreto decorrerão da anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias:

13.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
13.003 – Fundo Municipal da Assistência Social
13.003.08.244.0006.2.036 – Coordenação das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.46.00.00	422	1000	Auxílio-alimentação	14.000,00
Total				**14.000,00**

Art. 4º Ficam alteradas as metas financeiras da Lei Municipal nº 2.589, de 27 de junho de 2025 (LDO 2026), e Lei Municipal nº 2.634, 01 de dezembro de 2025 (PPA 2026-2029), em valores iguais aos deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 31 de julho de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:FE853B05

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO 20 DE 15 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a divulgação das propostas votadas e APROVADAS pela Plenária Final da XIV Conferência Municipal de Saúde de Piraquara."

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara, em Conferencia Municipal de Saúde de Piraquara realizada nos dias 26 e 27 de Junho de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, ela Lei Municipal nº 1.004 de 05/05/2009 e pelo seu Regimento Interno;
Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Saúde que aprovou a realização da **18ª Conferência Nacional de Saúde** e seu cronograma;
Considerando a **Resolução do Conselho Estadual de Saúde do Paraná – CES/PR nº 006/2026,** que aprova o Regulamento da **14ª Conferência Estadual de Saúde do Paraná** e orienta a realização das Conferências Municipais de Saúde;
Considerando o Decreto Municipal nº 14.670/2026, que convocou a XV Conferência Municipal de Saúde de Piraquara;
Considerando a **Resolução COMUSP nº 08/2026**, que instituiu a Comissão Organizadora da XV Conferência Municipal de Saúde;
Considerando que todas as decisões envolvendo a Administração Pública devem observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e transparência.

RESOLVE:

Art. 1º Torna público o resultado da votação da plenária final cujo propósito fora avaliar a saúde pública no município e discutir os assuntos e propostas levantados (as) nas pré-conferências locais e formulário participativo, transcorridas, conforme cronograma amplamente divulgado.

Parágrafo 1º: Para dar transparência ao que foi debatido, os conferencistas foram divididos em 4 grupos, por eixos: Eixo1 – Democracia, Saúde como Direito e Soberania Nacional, Eixo 2 – Financiamento adequado e suficiente para o SUS, Eixo 3 – Valorização do trabalho e da educação em saúde e Eixo 4 – Gestão do SUS e participação social, sendo que, após o debate em separado, a plenária se reuniu no auditório, votou e alterou/manteve as deliberações pactuadas nos grupos, considerando sua soberania decisória.

Parágrafo 2º: As propostas foram classificadas como: Aprovadas e Não Aprovadas, sendo que se tornam públicas apenas as Aprovadas. As não aprovadas, conforme deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde, constarão no Relatório Final da XIV Conferência Municipal de Saúde.

Parágrafo 3º: As propostas APROVADAS para a etapa Estadual e Federal, em cumprimento com as determinações legais, também fazem parte deste resultado, estando fixadas em cada grupo, as quais foram remetidas às instâncias competentes;

Eixo1 – Democracia, Saúde como Direito e Soberania Nacional
Eixo 2 – Financiamento adequado e suficiente para o SUS

N.º	PROPOSTA	ESFERA
1	Garantir a ampliação e a regularidade do financiamento tripartite do SUS, com repasses suficientes e tempestivos aos municípios, assegurando recursos para manutenção, modernização da infraestrutura, aquisição de insumos e ampliação da oferta de serviços, de forma a atender com qualidade e eficiência as necessidades da população, melhorando as condições de trabalho do servidor.	**Interfederativa (Mun./Est./Nac.)**
2	Fortalecer a autonomia financeira dos municípios por meio da ampliação das transferências fundo a fundo e da desburocratização dos processos de execução dos recursos, garantindo maior eficiência na aplicação orçamentária e melhor resposta às necessidades locais de saúde da população.	**Nacional / Estadual**
3	Pleitear junto aos Governos Federal e Estadual o aumento do percentual de recursos destinados à saúde, visando ampliar a capacidade de investimento e a melhoria dos serviços prestados à população.	**Estadual / Nacional**
4	Ampliar a lista de insumos farmacêuticos disponíveis na União, Estado e no Município	**Interfederativa**
5	Ampliar recursos para aquisição e manutenção da frota de veículos e do quadro de servidores da Central de Remoção, visando melhorar a capacidade de resposta, a agilidade e a qualidade no atendimento aos usuários	**Municipal**
6	Ampliar a aquisição de materiais médico hospitalares (cadeiras de rodas, cadeiras de banho, entre outros), disponibilizando a oferta destes materiais aos municípes.	**Municipal**
7	Garantir a implantação de um hospital e maternidade municipal, assegurando recursos prioritários nos orçamentos Federal e Estadual, com contrapartida municipal, para infraestrutura e manutenção com metas, definição de cronograma físico e financeiro, bem como, a definição das responsabilidades de cada ente federativo	**Estadual / Municipal**
8	Ampliar a oferta de leitos de UTI no SUS para atendimento da população (Estado) (aprovada por maioria)	**Estadual**
9	Ampliar os recursos advindos do Estado para a média e alta complexidade conforme perfil populacional, com a articulação e fortalecimento dos consórcios intermunicipais e credenciamentos, visando oferta de consultas especializadas, exames de alto custo, pequenas cirurgias e entre outros.	
10	Pleitear junto ao Governo Federal a mudança de porte da UPA Piraquara e demais serviços de urgência/emergência (SAMU).	

Eixo 3 – Valorização do trabalho e da educação em saúde

Nº	PROPOSTA	ESFERA
1	Fortalecer a política de valorização dos trabalhadores do SUS por meio da elaboração de proposta da criação e implementação revisão e implementação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, para a pasta da SMS assegurando remuneração compatível, progressão funcional, incentivo à qualificação profissional e condições adequadas de trabalho, com vistas à retenção de talentos, à motivação das equipes e à melhoria da qualidade dos serviços prestados à população. (aprovado por maioria)	**Municipal**
2	Garantir que o Piso Nacional seja o teto inicial na base de vencimento de todas as categorias profissionais da SMS.	**Municipal**
3	Incluir no quadro de disposição de cargos e salários tanto no âmbito municipal quanto estadual, o cargo de sanitarista.	**Municipal / Estadual**
4	Implementar políticas permanentes de valorização dos trabalhadores do SUS, por meio da oferta contínua de capacitação, educação permanente e continuada, de forma sistematizada com carga horária pré estabelecida e que seja garantida a viabilização da participação.	**Municipal**
5	Criar Programa de Saúde do Trabalhador voltado aos servidores da saúde, com ações permanentes de promoção e prevenção, incluindo ginástica laboral, acompanhamento médico e psicológico, e atendimento a doenças ocupacionais e não ocupacionais, além do levantamento dos riscos realiazados com a participação do trabalhador (implementação de CIPAA por departamento).	**Municipal**
6	Implantação do Programa ValorizaGTES-SUS - que visa fortalecer a gestão de recursos humanos e qualificar os profissionais através de formação técnica e residências, através de investimento para o Estados e Município que foca na melhoria das condições de trabalho — combatendo a precarização — e na Educação Permanente em Saúde para qualificar a assistência ao usuário.	**Estadual / Nacional**
7	Pagamento de insalubridade com base de cálculo considerando o vencimento base, com atualizações conforme índice de data base municipal. Além de garantir o pagamento à todos os profissionais considerando o local de trabalho e o território, considerando os riscos ambientais presente.	**Municipal**
8	Melhorar as condições de trabalho, fornecer uniformes e EPI's adequados de acordo com a necessidade do trabalho, e dos riscos levantados pelos trabalhadores com a dispoibilização de frequência adotada e pré definidas em documento norteador.	**Municipal**
9	Melhorar o ambiente e os processos de trabalho, material interno como computadores, mesas, cadeiras, armários no ambiente. Melhorar o sistema de informação (possibilitar a utilização do ESUS) para que dados não se percam.	**Municipal**
10	Viabilizar meios para que o servidor realize capacitação de Curso Técnico, Graduação, Pós Graduação, Latu Sensu e Sricto Senso que tenha correlação com área de trabalho vinculando, sem a necessidade de pagamento de horas e garantindo a dispensa do serviço.	**Municipal**
11	Implantar capacitação para os porfissioanis de saúde da RAS (Rede de Atenção à Saúde)voltadoàsnecessidadesda população indígena e migrante, em face das dificuldades linguísticas etc.	**Municipal / Estadual**
12	Promover capacitações/formações aos profissionais da saude, tercerizados, concursados, e em cargo de comissão.	**Municipal**
13	Garantir o acesso dos profissionais de saúde do município a capacitações na atenção especializada promovidas, pelo HDSPR (Hospital São Roque), durante o horário de expediente, afim de melhorar a assistência na APS.	**Estadual**
14	Fortalecer a parceria entre município e HDSPR afim de garantir campo de prática e ensino para os programas de residência instituídos no município e no hospital, com intuito de ampliar qualificação dos profissionais que futuramente prestarão serviço na atenção básica.	**Estadual / Municipal**
15	Atualizar o benefício alimentação, considerando valor inical mínimo de R$ 1200,00 com atualizações conforme índice de data base municipal.	**Municipal**
16	Criar a Gratificação de Gestão em Saúde Coletiva, destinada a trabalhadores do SUS que desempenhem atividades em todos os equipamentos de saúde.	**Municipal**
17	Ampliação da quantidade de UBS (unidade Básica de Saúde), ESF (Equipes Estratégia Saúde da Família), ESB (Equipe Saúde Bucal) e EMULTI (Equipes Multiprofissionais) do município, bem como de trabalhadores em saúde de acordo com o dimensionamento (feito pelo RT da US) de pessoal de acordo com os documentos norteadores, possibilitando atender às demandas com qualidade e diminuindo a sobrecarga de trabalho.	**Municipal**
18	Melhorar sistema de informação utilizado para operacionalização do trabalho, garantindo a simplificação da utilização e a conectividade efetiva (internet) com possibilidade de transferência e migração de dados para sistemas estaduais e federais.	**Municipal**
19	ViabilizaçãodoPlanodeCargoseSaláriosdostrabalhadoresdesaúdecomprevisãode aumento salarial, para todas as categorias profissionais, além de reenquadrar os profissionais com cargos extintos, com ênfase nos profissionais da áre ade enfermagem e odontologia, no novo PCS, juntamente com o pagamento retroativo do quinquênio durante a pandemia.	**Municipal**
20	Garantir a carga horário de 30h semanais, de todos os trabalhadores da saúde, sem a redução de salário.	**Municipal**
21	Garantir um Piso Nacional específico para os trabalhadores da saúde padronizado de acordo com a formação.	**Municipal**
22	Revogar o decreto 14.787/2026 que versa dobre a regulamentacao da lei 1.340/2014 que traz normas que restrinjam o direito à redução da carga horária de servidores públicos que sao pcds e responsáveis pelo cuidado de pessoas com deficiência e regulamentar a legislação vigente, garantindo critérios isonômicos e inclusivos, sem exclusão por diagnóstico, idade ou grau de deficiência, assegurando avaliação multiprofissional, desburocratização, segurança jurídica e manutenção dos direitos dos servidores PCDs e responsáveis pelo cuidado de pessoas com deficiência e demais condições que demandem acompanhamento permanente.	**Municipal**

Eixo 4 – Gestão do SUS e participação social

Nº	PROPOSTA	ESFERA
1	Inclusão de profissionais agentes comunitários de saúde da comunidade indígina nas aldeias Floresta e Araçai.	**Municipal**
2	Reforma e Ampliação da Unidade de Saúde Aaraçai.	**Municipal**
3	Disponibilizar espaço para construção de Unidade de Saúde na Aldeia Floresta	**Municipal**
4	Manter e fortalecer os multirões de atendimento em saúde já realizados junto a população indígena, avaliando a ampliação de oferta de	**Municipal**

	profissionais como dentista, nutricionista, pediatra e demais atendimento contínuos nas aldeias por meio por meio da estrutura da SMS e do DISSEI.	
5	Ampliar a oferta de vagas para consultas na UBS Capoeira dos Dinos, garantido atendimento adequado a população indígena víncula a UBS Aracai com organização do fluxo junto a gestão munícipal para evitar perda de consultas e otimizar os atendimentos.	**Municipal**
6	Verificar possibilidade de integração entre os prontuário de atendimento na UBS do município e na UBS da aldeia, visando unificar as informações e favorecer a eficiência no atendimento médico. Estudar possibilidade de integração com o sistema da aldeia SIASI.	**Interfederativa (Mun./Federal)**
7	Integrar a equipe de saúde da aldeia com as equipes de saúde do Município, favorecendo integração das informações e possibilitando qualificação contínua.	**Interfederativa**
8	Implantar e fortalecer PNEPSUS, visando reconhecer os saberes populares,valorização da cultura, dialógo intercutural.	**Nacional /**
9	Promover interlocução junto ao Meio Ambiente a fim de possibilitar manutenção nas fossas, reforma ou reconstrução bem como manter as condições de utilização dos sanitários, segundo as normas ambientais.	**Municipal**
10	Ampliar e garantir o agendamento de consultas com especialistas e a realização de exames complementares, garantindo maior eficiência e acesso até 60 dias.	**Municipal**
11	Ampliar e fortalecer a atenção integral à saúde da mulher em todos os níveis de complexidade da rede de saúde.	**Municipal / Estadual**
12	Priorizar o atendimento e o transporte sanitário de gestantes e puérperas, assegurando agilidade e suporte adequado.	**Municipal**
13	Garantir em todas as unidades de saúde uma equipe de acolhimento, composta por médico e enfermeiro.	**Municipal**
14	Ampliar o quadro de servidores por meio de concurso público, visando à adequada composição das equipes.	**Municipal**
15	Ampliar a coleta de exames nas UBS e nos postos descentralizados, garantindo maior acesso e comodidade aos usuários.	**Municipal**
16	Organizar o fluxo de atendimento odontológico, ampliando o acesso da população e promovendo maior eficiência na assistência.	**Municipal**
17	Contratação e capacitação do profissional para o atendimento odontológico especializado à população com deficiência (PCD), assegurando acessibilidade e cuidado adequado às suas necessidades.	**Municipal**
18	Ampliar o atendimento nas farmácias municipais, garantindo a presença de farmacêutico responsável para a dispensação e liberação adequada de todos os medicamentos, garantindo segurança e orientação aos usuários	**Municipal**
19	Ampliar o número de Unidades Básicas de Saúde (UBS) em áreas com vazios assistenciais, visando melhorar a cobertura, o acesso e a equidade na atenção primária à saúde.	**Municipal**
20	Realizar o diagnóstico territorial e situacional em todas as áreas das Unidades de Saúde, com o objetivo de conhecer a população adscrita, seus principais problemas de saúde e seus determinantes, subsidiando o planejamento de ações e a implementação de soluções mais eficazes e adequadas à realidade local.	**Municipal**
21	Ampliação de campanhas de educação alimentar e nutricional nas escolas, promovendo a conscientização sobre hábitos saudáveis e a prevenção de doenças.	**Municipal / Educação**
22	Construir uma UBS na região do Guarituba.	**Municipal**
23	Ampliar o número de profisioais para atendimento na APS, com vistas a implantar equipe de acolhimento exclusivo, atendimento odontológico ampliado e profissionais para suprir as demandas nescessarias para contemplarr as nescessidades da população.	**Municipal**
24	Promover a ampliação da divulgação das campanhas de vacinação no territorio de piraquara (ampliar campanhas, informações de boas praticas)	**Municipal / Estadual**
25	Melhorar o sistema de informação da fila transparente no site da prefeitura.	**Municipal**
26	Criar mais multirões de exames especializados e consultas	**Municipal**
27	Implantação dos dispensários com farmacêuticos nas UBS	**Municipal**
28	Implantação de painel de informação aos usuários com orietação clara sobre fluxo de atendimento e os serviços diponíveis na UBS	**Municipal**
29	Implementar ações voltadas a otimização do fluxo de atendimento na upa 24 horas, desde o acolhimento até a finalização do atendimento, com objetivo de reduzir o tempo de espera, melhorar qualidade do atendimento, segurança do paciente, estrutura fisica (espaço específico para neurodivergentes), qualificações dos profissionais, garantindo acessibilidade e inclusão.	**Municipal**
30	Reformar e ampliar todas as unidades de saúde e quadro profissional, garantindo atendimento conforme as prioridades previstas por lei.	**Municipal**
31	Realizar estudo epidemiologico para mapeamento de população em situação de rua e avaliar adesão ao programa consultório na rua	**Municipal**
32	Fortalecer a politica de prevenção e tratamento da hanseniase e doenças cronicas, facilitando o acesso aos testes diagnósticos, tratamento e materiais necessários	**Municipal / Estadual**
33	Ampliar e realizar manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos do serviço de saúde	**Municipal**
34	Melhorar a resposta da ouvidoria, que ela seja mais objetiva, específica e clara para queixa relatada. Elaborar manual de boas práticas na ouvidoria.	**Municipal**
35	Garantir , com ampliação o quadro de motoristas , o transporte sanitário dos pacientes do município.	**Municipal**
36	Mais acessos sobre informações de saúde no município através da implementaçao de um sistema que forneça mais acesso a informações pertinentes	**Municipal**
37	Realização de dispensação de todos os medicamentos da Atenção Básica, incluindo antibióticos e controlados em todas as UBS do município, além da inclusão do profissional farmacêutico em todas UBS.	**Municipal**
38	Criar processo de agendamento remoto de consultas e exames.	**Municipal**
39	Criar mecanismo de envio de guias de consultas, exames e fisioterapias via whatsApp.	**Municipal**
40	Ampliação do horário de atendimento nas Unidades Básicas de Saúde das 07h00min as 19h00min.	**Municipal**
41	Viabilizar espaços para atendimentos de fisioterpia em equipamentos da atenção especializadas e ambulatórios credenciados	**Municipal**
42	Reformar e ampliar todas as unidades de saúde e quadro profissional, garantindo atendimento conforme as prioridades previstas por lei.	**Municipal**
43	Fortalecer a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, bem como as ações de promoção da saúde e de combate às desigualdades voltadas à população LGBTQIA+, negra e indígena, assegurando respeito, equidade e inclusão no acesso aos serviços de saúde.	**Municipal**
44	Promover agilidade na marcação de consultas e atendimentos especializados das pessoas com deficiência	**Municipal**
45	Promover tempo de espera menor para realização de exâmes sobre todas as especializados, com articulação do governo do Estado para otimizar os agendamentos.	**Municipal**
46	Reorganizar e ampliar os Conselhos Locais.	**Municipal**
47	Aumentar o número de visitas dos Agentes Comunitários de Saúde a população, ampliando quadro profissional e equipes.	**Municipal**
48	Aumentar o número de visitas dos Agentes Comunitários de Saúde a população, ampliando quadro profissional e equipes.	**Municipal**
49	Fortalecer a organização e a qualidade do atendimento na upa, por meio da implantação de painel informativo das equipes de plantão, melhoria da sinalização interna e ampliação da supervisão dos atendimentos, visando maior transparência, agilidade e redução do tempo de espera dos pacientes	**Municipal**
50	Ampliar o número de consultas de neuropediatria no âmbito Estadual.	**Estadual**
51	Melhoria no atendimento e estrutura física ofertado pelo CTA,(Centro de testagem e acolhimento) com agilidade nas consultas e exames e contratação de profissionais, conforme portaria específica	**Municipal**
52	Ampliar e garantir o acesso aos munícipes a implantação de novos serviços no Hospital de Dermatologia Sanitária do Paraná, transformando a Unidade em Centro de Especialidades com ofertas de consultas especializadas, exames complementares e cirurgias eletivas, suprindo vazios assistenciais cirurgia eletivas, suprindo vazios assistenciais	**Estadual**
53	Melhorar a comunicação entre os agentes de saúde (profissionais) e pacientes indígenas e migrantes nas Unidade de Saúde do Município.	**Municipal**
54	Criar e implementar protocolo de de saúde mental voltado específicamente à população indígena, migrantes, imigrantes, população em situação de rua, população LGBTQIAP+, pessoas com deficiencia em nível Municipal, Estadual e Nacional.	**Municipal /Estadual / Nacional**
55	Fortalecimento do Programa Tele TEA	**Municipal**
56	Implantar um Centro Especializado em Odontologia prevendo o tratamento de canal, ampliando e qualificando os serviços já existentes.	**Estadual /Municipal**
57	Ampliar o número de consultas com fonoaudiólogo, a partir da contratação de profissionais.	**Municipal**
58	Elaboração de um diagnóstico situacional do uso de agrotóxicos na área de proteção ambiental do município, com levantamento dos locais de utilização, quantidade e ingredientes ativos, uma vez que a contaminação das águas de consumo humano por agrotóxicos representa um risco à saúde da população em relação a saúde do trabalhador.	**Municipal**
59	Continuidade do atendimento Descentralizado mesmo quando nova Unidade de Saúde da Vila Macedo estiver em atendimento.	**Municipal**
60	Criação do CAPS I	**Municipal**

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Piraquara, 15 de julho de 2026.

MARLECI DE OLIVEIRA PONTES
Presidente
Resolução 15/2026.

FERNNADA DAHER SABATIN
Secretária de Saúde de Piraquara
Decreto Municipal nº 13050/2025

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:F37D86DA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EDITAL Nº 001/2026 - SEMECE

PROCESSO PÚBLICO DE AVALIAÇÃO DE MÉRITO E DESEMPENHO PARA HABILITAÇÃO À NOMEAÇÃO AO CARGO DE DIRETOR DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PITANGA.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Pitanga, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente Edital, que regulamenta o Processo Público de Avaliação de Mérito e Desempenho destinado à habilitação de candidatos para nomeação ao cargo de Diretor das Instituições de Ensino da Rede Municipal, observadas as disposições deste Edital e da legislação vigente.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1. O Processo Público de Avaliação de Mérito e Desempenho será regido pelas normas estabelecidas neste Edital e tem por finalidade selecionar e habilitar profissionais para o exercício do cargo de Diretor das Instituições de Ensino da Rede Municipal de Pitanga.
1.2. O processo possui natureza pública, eliminatória, classificatória e habilitatória, conforme a natureza de cada etapa prevista neste Edital.
1.3. A habilitação obtida no presente processo constitui requisito obrigatório para a nomeação ao cargo de Diretor Escolar, não gerando direito subjetivo à nomeação, que dependerá da existência de vaga, da manutenção dos requisitos legais, da conveniência administrativa, do interesse público e do ato de nomeação expedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.
1.4. A execução do processo será conduzida por Comissão Especial instituída por Portaria do Prefeito Municipal, competindo-lhe acompanhar, fiscalizar e deliberar sobre todas as etapas do certame.
1.5. Todas as publicações oficiais referentes ao presente processo ocorrerão no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Pitanga.

2. DOS FUNDAMENTOS LEGAIS
2.1. O presente Processo Público fundamenta-se nas seguintes normas:
I – Constituição Federal, especialmente o art. 206, inciso VI;
II – Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);
III – Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, especialmente o art. 14, § 1º, inciso I;
IV – Decreto Federal nº 10.656, de 22 de março de 2021;
V – Resolução CIF nº 24, de 15 de junho de 2026;
VI – Lei Municipal nº 784, de 20 de dezembro de 1996;
VII – Lei Municipal nº 785, de 23 de dezembro de 1996 (Estatuto do Magistério);
VIII – Decreto Municipal nº 157, de 28 de julho de 2026;
IX – Demais normas aplicáveis à gestão democrática e ao provimento do cargo de Diretor Escolar.

3. DO OBJETO
3.1. O presente Edital tem por objeto disciplinar o Processo Público de Avaliação de Mérito e Desempenho destinado à habilitação prévia de servidores efetivos do Quadro Próprio do Magistério e Quadro Auxiliar para futura nomeação ao cargo de Diretor das Instituições de Ensino da Rede Municipal de Pitanga.
3.2. O processo compreende as etapas de inscrição, análise documental, prova de conhecimentos, apresentação do Plano de Gestão Escolar, prova de títulos e experiência profissional, entrevista técnica, curso de formação, consulta à comunidade escolar, homologação do resultado e formação de cadastro de reserva, conforme critérios estabelecidos neste Edital.
3.3. A aprovação e habilitação no presente processo terão validade de 2 (dois) anos, contados da homologação do resultado, podendo os candidatos habilitados serem nomeados ou convocados para substituições e preenchimento de vagas durante esse período, na forma da legislação vigente.

4. DAS VAGAS E DO CADASTRO DE RESERVA
4.1. O presente Processo Público destina-se à habilitação de candidatos para futura nomeação ao cargo de Diretor das Instituições de Ensino da Rede Municipal de Pitanga, observada a necessidade da Administração Pública, a conveniência administrativa e o interesse público.
4.2. As instituições de ensino abrangidas por este Edital, com previsão de 01 (uma) vaga para Diretor em cada unidade escolar, são as seguintes:

Nº	Instituição de Ensino	Vagas
01	CMEI Elza Lerner	01
02	CMEI Santa Izabel	01
03	CMEI Santa Rosa	01
04	CMEI Miguel Eduardo Nalini Adur	01
05	CMEI Leonor Laitner Hrysyk	01
06	CMEI Antonieta Reghin Landgraf	01
07	Escola Municipal Dr. Ivan Ferreira do Amaral	01
08	Escola Municipal Vice-Prefeito Euclides Gomes da Silva	01
09	Escola Municipal Santa Regina	01
10	Escola Municipal Afonsina Mendes Sebrenski	01
11	Escola Municipal Reinaldo Nunes Ferreira	01

12	Escola Municipal do Campo Sagrada Família	01
13	Escola Municipal do Campo Ébano Pereira	01
14	Escola Municipal do Campo René Rocha	01
15	Escola Municipal do Campo Chico Mendes	01
16	Escola Municipal do Campo Mascarenhas de Morais	01
17	Escola Municipal do Campo Ney Braga	01
18	Escola Municipal do Campo São Judas Tadeu	01
19	Escola Municipal do Campo Carlota Portugal Berardi	01
20	Escola Municipal do Campo Ângelo Seguro	01
21	Escola Municipal José Bittencourt	01
22	Escola Municipal do Campo Afonso Alves Camargo	01

Total de vagas previstas: 22 (vinte e duas).

4.3. Os candidatos aprovados e habilitados além do número de vagas previstas integrarão o Cadastro de Reserva.

4.4. O Cadastro de Reserva será utilizado durante o prazo de validade da habilitação para:

I – Preenchimento de cargos que vierem a vagar;

II – Substituições temporárias de Diretores Escolares;

III – Atendimento de novas unidades escolares ou cargos criados por lei;

IV – Atendimento às necessidades da Rede Municipal de Ensino, observados os critérios estabelecidos no Decreto Municipal nº 157/2026.

4.5. A inclusão do candidato no Cadastro de Reserva não assegura direito subjetivo à nomeação, constituindo mera expectativa de direito, condicionada à existência de vaga, à manutenção dos requisitos legais e ao interesse da Administração Pública.

4.6. O cargo de diretor é de dedicação exclusiva, observado o porte de cada instituição.

5. DOS REQUISITOS DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderá participar do Processo Público de Avaliação de Mérito e Desempenho o servidor que, cumulativamente:

I – Seja servidor público efetivo integrante do Quadro Próprio do Magistério do Município de Pitanga ou quadro auxiliar do magistério.

II– Possua Licenciatura Plena em Pedagogia ou habilitação legalmente compatível com a etapa ou modalidade de ensino da instituição para a qual pretenda concorrer;

III – Comprove experiência mínima de 03 (três) anos de efetivo exercício em funções do magistério, inclusive em docência, direção escolar, coordenação pedagógica, orientação educacional, supervisão escolar ou outras funções técnico-pedagógicas;

IV – Possua curso de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado ou doutorado, na área da Educação, Gestão Escolar, Gestão Educacional ou áreas pedagógicas correlatas;

V – Comprove a conclusão de curso de aperfeiçoamento ou formação em Gestão Escolar**,** com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas, promovido ou reconhecido por instituição regularmente constituída;

VI – Não esteja cumprindo penalidade disciplinar de suspensão aplicada em processo administrativo com decisão definitiva;

VII – Não possua impedimento legal, funcional ou disciplinar incompatível com o exercício da função de Diretor Escolar;

VIII – Esteja em efetivo exercício de suas atribuições, ressalvadas as hipóteses legalmente consideradas como de efetivo exercício;

IX – Apresente toda a documentação exigida neste Edital e atenda às demais condições previstas no Decreto Municipal nº 157/2026.

5.2. Os requisitos previstos neste item são de caráter obrigatório e cumulativo, devendo ser comprovados no ato da inscrição, sob pena de indeferimento da candidatura.

5.3. A constatação, a qualquer tempo, da falsidade de informações, da apresentação de documento falso ou do não atendimento aos requisitos previstos neste Edital acarretará a eliminação do candidato, sem prejuízo das responsabilidades administrativa, civil e penal cabíveis.

6. DAS INSCRIÇÕES

6.1. As inscrições serão realizadas presencialmente, no dia 07 de agosto de 2026, no horário das 8h às 17h, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Pitanga.

6.2. No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar a ficha de inscrição (anexo VI) bem como a documentação exigida neste Edital, a prova de títulos e a formação em envelope para comprobatória do atendimento aos requisitos mínimos para participação no Processo Público de Avaliação de Mérito e Desempenho.

6.3. A ausência de qualquer documento obrigatório ou o não atendimento aos requisitos mínimos previstos neste Edital implicará o indeferimento da inscrição, assegurado o direito ao recurso, na forma estabelecida neste Edital.

7. DA COMISSÃO ESPECIAL

7.1. O Processo Público será conduzido por Comissão Especial designada por Portaria do Prefeito Municipal, competindo-lhe coordenar, acompanhar, fiscalizar e deliberar sobre todas as etapas do certame, nos termos do Decreto Municipal nº 157/2026.

8. DAS ETAPAS DO PROCESSO

8.1. O Processo Público compreenderá as seguintes etapas:

I – Análise documental, Prova de títulos e experiência profissional;

II – Prova de conhecimentos;

III – Plano de Gestão Escolar;

IV – Curso de formação;

V – Entrevista técnica;

VI – Consulta à comunidade escolar.

9. DA ANÁLISE DOCUMENTAL, DA PROVA DE TÍTULOS, DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

9.1 A análise documental consistirá na verificação do atendimento aos requisitos de participação e da regularidade da documentação apresentada, possuindo caráter eliminatório.

9.2. A Prova de Títulos terá caráter eliminatório e observará os critérios constantes no Anexo IV deste Edital.

9.3. A experiência profissional terá caráter eliminatório na forma prevista no Anexo IV deste Edital.

10. DA PROVA DE CONHECIMENTOS

10.1. A prova de conhecimentos terá caráter classificatório, avaliando conhecimentos técnicos necessários ao exercício da função de Diretor Escolar, conforme conteúdo programático constante no Anexo II deste Edital.

10.2. A prova será composta por 10 questões objetivas com valor de 0,3 pontos cada.

10.3. DA APLICAÇÃO DA PROVA DE CONHECIMENTOS

10.3.1. A Prova de Conhecimentos será realizada no dia **16 de agosto de 2026 (domingo)**, das **8h30 às 11h30**, nas dependências da **Escola Municipal Vice-Prefeito Euclides Gomes da Silva**.
10.4 DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
10.4.1. O conteúdo programático da prova de conhecimentos consta do Anexo II deste Edital.

11. DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR
11.1. O candidato deverá elaborar e entregar o Plano de Gestão Escolar, conforme modelo constante do Anexo III deste Edital.
11.2. O plano de gestão deverá ser entregue no dia da Prova de Conhecimentos em envelope lacrado.
11.3. O Plano de Gestão Escolar terá caráter classificatório e será avaliado de acordo com os critérios estabelecidos no Anexo III.

12. DO CURSO DE FORMAÇÃO
12.1 Para considerar-se habilitado as demais etapas o candidato deverá comprovar a conclusão de curso de aperfeiçoamento ou formação em Gestão Escolar**,** com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas, promovido ou reconhecido por instituição regularmente constituída **entregue no ato da inscrição.**

13. DA ENTREVISTA TÉCNICA
13.1. A entrevista técnica terá caráter classificatório e será realizada por banca avaliadora designada pela Comissão Especial com valor de 30 (trinta pontos).
13.2. Serão avaliadas as competências técnicas, gerenciais e comportamentais necessárias ao exercício da função de Diretor Escolar.
13.3. O cronograma da entrevista técnica será publicado após a homologação das inscrições.

14. DA CONSULTA PÚBLICA À COMUNIDADE ESCOLAR
14.1. A consulta à comunidade escolar será realizada exclusivamente entre os candidatos tecnicamente habilitados.
14.2. A Consulta Pública à Comunidade Escolar constitui etapa de caráter consultivo, participativo e avaliativo com valor de 10 (dez pontos) destinada a subsidiar a nomeação do Diretor Escolar, não possuindo natureza eleitoral nem conferindo direito subjetivo à nomeação.
14.3. O candidato com maior número de votos terá atribuída a pontuação de 10 (dez) pontos.
14.4. A Consulta Pública será realizada em cada instituição de ensino pelos membros integrantes da comissão especial abrangida por este Edital, observando-se as datas, horários e locais definidos. O cronograma completo da Consulta Pública encontra-se disposto no Anexo V, parte integrante deste Edital, sendo de responsabilidade dos candidatos e demais interessados acompanhar e observar as informações nele contidas.
14.5. A instituição de ensino deverá providenciar a lista dos alunos com os respectivos responsáveis, bem como, os funcionários da instituição conforme disponibilizado no SERE.

14.6. Terão direito a participar da Consulta Pública:
I – Professores em exercício na instituição de ensino;
II – Servidores efetivos e contratados em exercício na unidade escolar;
III – Pai, mãe ou responsável legal por estudante regularmente matriculado, sendo assegurado 01 (um) voto por família, independentemente do número de filhos matriculados;
IV – Estudantes regularmente matriculados com idade igual ou superior a 16 (dezesseis) anos, quando houver.
14.7. A identificação dos participantes ocorrerá mediante apresentação de documento oficial de identificação com foto.
14.8. A votação será realizada por meio de cédula própria ou outro instrumento definido pela Comissão Especial, garantindo-se o sigilo da manifestação.
14.9. Encerrada a votação, será realizada imediatamente a apuração dos votos pela Comissão Especial, facultada a presença dos candidatos.
14.10. O resultado da Consulta Pública será divulgado por meio de ata, contendo o quantitativo de votos obtidos por cada candidato.
14.11. Concluídas todas as etapas do Processo Público, a Comissão Especial encaminhará ao Prefeito Municipal a relação dos candidatos habilitados, acompanhada da classificação, para fins de nomeação.
14.12. Os casos omissos relativos à Consulta Pública serão resolvidos pela Comissão Especial.

15. DA PONTUAÇÃO GERAL
15.1. Serão avaliadas as etapas da prova de conhecimentos, plano de gestão. entrevista técnica e consulta pública.
15.2. A nota final será obtida pela soma das quatro etapas.

16. DA NOTA MÍNIMA
16.1. Será eliminado o candidato que obtiver nota inferior a 60 (sessenta) pontos na somatória das etapas.
16.2. A Prova de Títulos e de formação possuirá caráter apenas caráter eliminatório, não havendo nota mínima para aprovação.

17. DA HABILITAÇÃO
17.1. Será considerado habilitado o candidato que atender aos requisitos de participação, não for eliminado em nenhuma etapa, obtiver nota técnica final igual ou superior a 60 (sessenta pontos).

18. DA CLASSIFICAÇÃO
18.1. A classificação final obedecerá à ordem decrescente da nota técnica final obtida pelos candidatos habilitados.

19. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE
19.1. Em caso de empate na classificação final, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios:
I – Maior nota na Prova de Conhecimentos;
II – Maior nota no Plano de Gestão Escolar;
III – Maior nota na Entrevista Técnica;
IV– Maior idade, conforme o disposto no art. 27, parágrafo único, da Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa).

20. DOS RECURSOS
20.1. Caberá recurso contra os atos praticados durante o Processo Público, nos prazos e na forma estabelecidos no Cronograma constante do Anexo I deste Edital.
20.2. Os recursos serão analisados pela Comissão Especial, sendo as decisões devidamente fundamentadas e publicadas.
20.3. Os recursos devem ser encaminhados por meio do endereço eletrônico **avaliacaomerito@gmail.com**.

21. DA PUBLICAÇÃO DAS NOTAS
21.1. Os resultados provisórios e finais de cada etapa serão publicados no Diário Oficial do Município e disponibilizados no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Pitanga.

22. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
22.1. O tratamento dos dados pessoais dos candidatos observará as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), sendo utilizados exclusivamente para os fins deste Processo Público.

23. DA NOMEAÇÃO
23.1. A nomeação para o cargo de Diretor Escolar será realizada pelo Prefeito Municipal dentre os candidatos habilitados, observados os critérios previstos no edital, a necessidade da Administração Pública e o interesse público.
23.2. Ocorrendo vacância do cargo de Diretor Escolar, será convocado candidato habilitado integrante do Cadastro de Reserva, respeitados os critérios estabelecidos neste Edital e no Decreto Municipal nº 157/2026

24. DAS SUBSTITUIÇÕES
24.1. As substituições temporárias de Diretor Escolar ocorrerão mediante convocação de candidato habilitado integrante do Cadastro de Reserva, observada a legislação municipal vigente.

25. DO CADASTRO DE RESERVA
25.1. Os candidatos habilitados e não nomeados integrarão Cadastro de Reserva, que poderá ser utilizado durante o prazo de validade da habilitação para nomeações e substituições, conforme necessidade da Administração.

26. DA VALIDADE DA HABILITAÇÃO
26.1. A habilitação terá validade de 02 (dois) anos, contados da publicação da homologação do resultado final.

27. DAS HIPÓTESES DE ELIMINAÇÃO
27.1. Será eliminado do Processo Público o candidato que:
I – Deixar de atender aos requisitos previstos neste Edital;
II – Apresentar documento falso ou informação inverídica;
III – Obtiver nota inferior a 60 (sessenta pontos);
IV – Descumprir as normas estabelecidas neste Edital ou no Decreto Municipal nº 157/2026.

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
28.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial, observadas as disposições do Decreto Municipal nº 157/2026 e da legislação aplicável.
28.2. É vedada a criação, durante o processo, de novos requisitos, critérios de pontuação ou hipóteses de eliminação não previstas neste Edital.

29. DOS ESCLARECIMENTOS E DAS DÚVIDAS
29.1. Os interessados poderão encaminhar dúvidas e solicitar esclarecimentos referentes ao presente Edital, exclusivamente, por meio do endereço eletrônico **avaliacaomerito@gmail.com**.
29.2. As dúvidas deverão ser encaminhadas dentro do período de vigência deste Edital.
29.3. Os esclarecimentos prestados terão caráter meramente informativo, não implicando alteração das disposições deste Edital, salvo mediante publicação de retificação oficial.

30. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
30.1. A inscrição do candidato implica o conhecimento e a aceitação integral das normas estabelecidas neste Edital.
31.2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE PAULO PAULINO SANTOS
Presidente Da Comissão

ANEXO I
CRONOGRAMA DO PROCESSO PÚBLICO DE AVALIAÇÃO DE MÉRITO E DESEMPENHO PARA DIRETOR ESCOLAR – 2026

ETAPA	DATA
Publicação do Edital	**31/07/2026 (sexta-feira)**
Prazo para impugnação do Edital	**03/08/2026 (segunda-feira)**
Publicação das decisões sobre as impugnações	**04/08/2026 (terça-feira)**
Inscrições presenciais e análise da documentação	**07/08/2026 (sexta-feira)** – das **8h às 17h**
Publicação das inscrições homologadas	**10/08/2026 (segunda-feira)**
Prazo para recurso contra as inscrições	**11/08/2026 (terça-feira)**
Resultado dos recursos e homologação definitiva das inscrições	**12/08/2026 (quarta-feira)**
Aplicação da Prova de Conhecimentos e entrega do Plano de Gestão Escolar.	**16/08/2026 (domingo)**
Correção da Prova de Conhecimentos e análise do Plano de Gestão Escolar.	**17 e 18/08/2026**
Entrevista técnica conforme cronograma a ser publicado após a homologação das inscrições.	**19/08/2026 e 20/08/2026 (quarta-feira e quinta-feira)**
Publicação do resultado preliminar	**21/08/2026 (sexta-feira)**
Prazo para interposição de recursos	**24/08/2026 (segunda-feira)**
Julgamento dos recursos	**25/08/2026 (terça-feira)**
Consulta púbica a comunidade escolar	**26/08/2026 (quarta-feira)**
Publicação do resultado final e homologação do Processo Público	**28/08/2026 (sexta-feira)**
Nomeação dos diretores pelo Chefe do Poder Executivo	**31/08/2026 (segunda-feira)**

ANEXO II
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA DE CONHECIMENTOS
Legislação Educacional, Direitos Humanos e Diversidade
Legislação e diretrizes para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08).
Estatuto da Igualdade Racial e atuação da gestão escolar na promoção de práticas educativas antirracistas.
Proteção à Infância, Cidadania e Segurança Digital

Direitos da Criança e do Adolescente (ECA) e articulação da escola com o Conselho Tutelar e a rede de proteção social (identificação e encaminhamento de situações de risco, omissão e infrequência escolar).
Promoção do uso seguro, consciente e ético das tecnologias, prevenindo riscos no ambiente online (ECA Digital).
Políticas Públicas e Organização da Educação Infantil
Diretrizes, metas e acompanhamento do Plano Nacional de Educação Infantil (PNEI).
Mecanismos de participação, avaliação e controle social na primeira infância (Conaquei).
Gestão Democrática, Participativa e Redes de Apoio
Construção, acompanhamento e avaliação colaborativa do Projeto Político-Pedagógico (PPP).
Atribuições, funcionamento e fortalecimento do Conselho Escolar na mediação administrativa e pedagógica.
Gestão Pedagógica, Financeira e Convivência Escolar
Análise de indicadores de aprendizagem (IDEB e avaliações diagnósticas/internas) e elaboração de planos de intervenção pedagógica.
Execução e fiscalização dos recursos financeiros (PDDE), orçamento participativo (APMF/Conselho Escolar) e prestação de contas.
Cultura de paz, mediação pedagógica de conflitos e estratégias educativas de convivência escolar.
Referências Bibliográficas

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.* Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). (Atualizada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008).
BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.* Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e suas atualizações (incluindo diretrizes sobre o uso e segurança em ambientes digitais).
BRASIL. *Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.* Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação Infantil (PNEI)* / Conselho Nacional de Acompanhamento e Controle Social da Educação Infantil (CONAQUEI).
BRASIL. FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Manual do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): Orientações para Gestão, Aplicação e Prestação de Contas*.
DOUGLAS, Cátia; CHRISPINO, Álvaro. *Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar.* São Paulo: Biruta. *(Eixo Convivência Escolar e Mediação)*.
FRANCO, Célia (Org.). *Avaliação e Gestão Escolar: Utilização de Dados do IDEB no Planejamento Pedagógico*. Brasília: MEC/SEB. *(Eixo Resultados e Avaliações)*.
GARCIA, Regina Leite; MOREIRA, Antonio Flavio. *Currículo, Cultura e Sociedade.* Cortez Editora. *(Eixo Relações Étnico-Raciais e Diversidade)*.
LUCK, Heloísa. *Dimensões da Gestão Escolar e suas Competências.* Curitiba: Editora Positivo. *(Eixo Gestão Democrática, Conselho Escolar e PPP)*.
PARO, Vitor Henrique. *Gestão Democrática da Escola Pública*. São Paulo: Cortez Editora. *(Eixo PPP, Conselho Escolar e Relação com a Comunidade)*.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). *Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível.* Campinas: Papirus. *(Eixo PPP)*.

ANEXO III
PLANO DE GESTÃO
IDENTIFICAÇÃO
Candidato(a): _____
Escola Pretendida: _____
1. APRESENTAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA ESCOLA
Perfil: Etapas atendidas (ex: Infantil, Fundamental I/II), turnos de funcionamento e quantidade aproximada de alunos.
Pontos de Atenção: Quais são os maiores desafios atuais da escola? *Pedagógico:* (Ex: índices de leitura, notas do Ideb/SAEB, defasagem de aprendizagem); *Infraestrutura:* (Ex: necessidade de reformas, equipamentos, manutenção); *Comunidade:* (Ex: baixa participação dos pais, faltas dos alunos)
2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA PROPOSTA
Motivação: O que impulsiona sua candidatura para transformar a escola.
Compromisso Legal e Social: Como sua gestão vai garantir o direito dos alunos de aprender, respeitando as leis educacionais (LDB, ECA e Plano Municipal de Educação).
3. OBJETIVOS E METAS
Objetivo Geral: Proposta central do candidato para a melhoria da escola.
Metas Objetivas: Metas mensuráveis de elevação da aprendizagem, combate à evasão (Busca Ativa) e melhorias na gestão.
4. AÇÕES
Ações Pedagógicas (Foco no Aluno e no Professor)
Projetos de reforço escolar e recomposição de aprendizagem para alunos com dificuldade.
Apoio, formação e valorização do trabalho dos professores.
Acompanhamento contínuo dos resultados de aprendizagem e leitura.
Ações de Participação e Convivência (Foco na Comunidade)
Fortalecimento do Conselho Escolar e da Associação de Pais (APMF).
Projetos de respeito às diferenças, combate ao racismo e à violência.
Orientação sobre o uso consciente e seguro da internet (ECA Digital).
Ações Administrativas e Financeiras (Foco na Organização)
Uso correto e transparente das verbas públicas (PDDE, etc.) com cotações de preços.
Manutenção, limpeza, segurança e conservação do prédio escolar.
Organização da documentação e rotina administrativa.
5. MONITORAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS - Mecanismos de acompanhamento das metas e apresentação periódica dos resultados pedagógicos e financeiros à comunidade escolar, com total transparência.

DECLARAÇÃO
Declaro que o presente Plano de Gestão Escolar é de minha autoria e que as informações nele contidas refletem as ações que pretendo desenvolver, caso seja nomeado(a) para o cargo de Diretor Escolar.

Pitanga/PR, ____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Candidato

ANEXO IV
P O N T U A Ç Ã O

Etapa	Denominação	Caráter	Critério / Pontuação Máxima	Exigência Mínima
I	Prova de Conhecimentos	Classificatório	30 pontos	Não se aplica
II	Plano de Gestão Escolar	Classificatório	30 pontos	Não se aplica
III	Entrevista Técnica	Classificatório	30 pontos	Não se aplica
IV	Prova de Títulos e Curso de Formação em Gestão (mínimo 40 horas)	Eliminatório	Aprovado / Reprovado	Pedagogia e Pós-graduação (em Educação ou Gestão Escolar), Curso de Formação com no mínimo 40 horas, mais mínimo 03 anos de experiência.
V	Consulta Pública	Classificatório	10 pontos	Não se aplica.
TOTAL	Pontuação do resultado final	Classificatório e eliminatório	100 pontos	Mínimo 60 pontos.

ANEXO V
CRONOGRAMA DA CONSULTA PÚBLICA
DIA 26/08/2026

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	HORÁRIO
E.M. Afonsina M. Sebrenski	8h às 9h
E.M. Dr. Ivan Ferreira do Amaral	8h às 9h
E.M. José Bittencourt	8h às 9h
E.M. Reinaldo N. Ferreira	8h às 9h
E. M. Santa Regina	8h às 9h
E.M. Vice-Prefeito	8h às 9h
E.M.C. Afonso A. Camargo	10h às 11h
E.M.C. Ney Braga	10h às 11h
E.M.C. São Judas	10h às 11h
E.M.C. Ângelo Seguro	10h às 11h
E.M.C. Carlota P. Berardi	10h às 11h
E.M.C. Chico Mendes	10h às 11h
E.M.C. Ébano Pereira	13h às 14h
E.M.C. Mascarenhas de Morais	13h às 14h
E.M.C. Renê Rocha	13h às 14h
E.M.C. Sagrada Família	13h às 14h
CMEI Antonieta Landgraf	13h às 14h
CMEI Elsa Lerner	13h às 14h
CMEI Leonor L. Hrysyk	15h às 16h
CMEI Miguel Eduardo Nalini Adur	15h às 16h
CMEI Santa Izabel	15h às 16h
CMEI Santa Rosa	15h às 16h

ANEXO VI - FICHA DE INSCRIÇÃO
Processo de Avaliação de Mérito e Desempenho para habilitação ao Cargo de Diretor Escolar Rede Municipal de Ensino
1. DADOS DO CANDIDATO
Nome Completo: _____
CPF: _____ | RG: _____
Cargo de Origem (Efetivo): _____
Matrícula/Lotação Atual: _____
Telefone / WhatsApp: ( ) _____E-mail: _____
Escola Pretendida: _____
2. ANEXOS - COMPROVAÇÃO DE REQUISITOS MÍNIMOS (Eliminatória)
Marque os itens anexados à inscrição:
( ) Diploma de Licenciatura Plena em Pedagogia ou habilitação legalmente compatível com a etapa ou modalidade de ensino da instituição para a qual pretenda concorrer
( ) Certificado de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado ou doutorado, na área da Educação, Gestão Escolar, Gestão Educacional ou áreas pedagógicas correlatas.
( ) Curso de aperfeiçoamento ou formação em Gestão Escolar**,** com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas
( ) Experiência mínima de 03 (três) anos de efetivo exercício em funções do magistério, inclusive em docência, direção escolar, coordenação pedagógica, orientação educacional, supervisão escolar ou outras funções técnico-pedagógicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO (Via do Candidato)
Nome do Candidato: _____
Escola Pretendida: _____
Data do Recebimento: _____/_____/2026

Documentos Entregues:
( ) Ficha de Inscrição
( ) Títulos
( ) Certificado de Curso de Formação
( ) Declaração
Assinatura do Responsável pelo Recebimento / Comissão.

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:A2D16215

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 187/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional a servidores municipais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:–

Art. 1º – Conceder a **Progressão Funcional**, nos termos dos artigos 105 e 108, § 2º da Lei Municipal nº 035/94, de 22/03/1994, com as alterações introduzidas pela Lei Municipal nº 194/2001, de 21/12/2001, aos servidores constantes da relação abaixo:

Nome do(a) Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Data de Admissão	Nível	
				Ant.	Atual
Adilson Ferreira da Silva	**10/1	Motorista	01/06/1994	4-T	8-U
Alex Sandro dos Reis	***100/1	Oficial Administrativo II	01/11/2019	8-C	8-D
Altair Giangareli Júnior	***170/1	Gari	02/12/2019	1-C	1-D
Amanda K. Roque Cornicelli	***700/1	Dentista	13/09/2011	9-G	9-H
Antônio Alves dos Santos	**700/1	Guarda	01/01/2000	2-N	2-O
Antônio Rei Lopes	**790/1	Guarda	01/07/1995	2-S	2-T
Augusto Wenger	**390/1	Auxiliar de Serviços Gerais II	01/05/2008	2-I	2-J
Beatriz Aparecida Gonçalves	**420/2	Assistente Social	01/07/2008	9-I	9-J
Carmem Célia Polvani	***840/1	Auxiliar de Serviços Gerais II	03/02/2020	2-C	2-D
Claudinei de Almeida	***760/1	Motorista	01/12/2021	4-B	4-C
Cristian dos Santos	***650/1	Auxiliar de Serviços Gerais II	15/08/2011	2-G	2-H
Cristiano Kruger	***680/1	Motorista	26/10/2021	4-B	4-C
Edinito Barbosa	**950/1	Guarda	01/07/1995	2-S	2-T
Eugênio Sauran Filho	***570/1	Técnico em Agropecuária	20/07/2020	7-C	7-D
Fabiana Gonçalves	**950/1	Enfermeira	01/07/2008	10-I	10-J
Gleice Kelly Nascimento Cunha	***410/1	Agente Administrativo II	13/09/2021	5-B	5-C
Gustavo Felipe da Silva	***240/1	Instrutor de Informática	01/06/2012	5-G	5-H
Heloisa de F. Cardoso Franco	**80/1	Auxiliar de Serviços Gerais I	01/06/1994	1-V	1-W
Ilzo Augusta da Silva	**230/1	Motorista	01/06/1994	4-T	4-U
Ivando Ribeiro da Silva	**810/1	Motorista	15/09/2009	4-H	4-I
João Paulo R. P. de Almeida	**90/1	Motorista	01/071998	4-P	4-Q
José Aparecido Rey Lopes	**000/2	Agente Administrativo I	01/02/2012	4-G	4-H
José Cardoso Araújo	**70/1	Motorista	01/06/1994	4-T	4-U
José Eduardo Benetolli	**970/1	Agente Administrativo II	11/05/1998	4-T	5-U
Julio Cesar de Souza	**20/1	Auxiliar de Serviços Gerais I	01/06/1994	2-T	2-U
Luciana Rodrigues Mendonça	**900/1	Advogado(a)	01/12/2009	11-H	11-I
Luciene Maria da Costa	**120/1	Auxiliar de Serviços Gerais II	01/05/2008	2-I	2-J
Lucilene Josefa dos Santos	***650/1	Auxiliar de Serviços Gerais II	20/07/2020	2-C	2-D
Lucirene M. da Costa Darodda	**90/1	Auxiliar de Serviços Gerais I	01/06/1994	1-V	1-W
Luzia Aparecida de Oliveira	***440/1	Auxiliar de Serviços Gerais II	01/11/2019	2-B	2-C
Marcia Pinaffi	**030/1	Educador Social II	22/02/2010	6-H	6-I
Marcio Antônio Hermam	***060/1	Motorista	17/03/2020	4-C	4-D
Marcio Maurício Trivizolo	**850/1	Motorista	01/04/1995	4-S	4-T
Marcos Alves	***030/1	Auxiliar de Serviços Gerais II	15/08/2011	2-G	2-H
Marcos Antônio Berti	***460/1	Pedreiro	01/09/2011	4-G	4-H
Marcos Caliani	**660/1	Veterinário	08/08/2007	9-I	9-J
Maria Aparecida de Lima Melo	***780/1	Auxiliar de Serviços Gerais I	01/02/2012	1-G	1-H
Maria Rosária Gattini	**980/1	Auxiliar de Serviços Gerais II	01/05/2008	2-I	2-J
Mariluce Barbeiro Pereira	***270/1	Psicóloga	02/01/2012	9-G	9-H
Nilson Cesar de Souza	***110/1	Auxiliar de Serviços Gerais II	01/09/2011	2-G	2-H
Paulo Ricardo Rodella	**50/1	Motorista	01/07/1995	4-S	4-T
Paulo Sergio Gonçalves	*40/*	Oficial Administrativo II	01/06/1994	8-U	8-V
Renata Barbosa Serpeloni	**980/1	Enfermeira	01/01/2024	10-K	10-L
Roberto Chaves de Almeida	**070/1	Oficial Administrativo I	01/07/1994	6-T	6-U
Roselene André Ferreira	**100/1	Educador Social I	01/05/2008	2-I	2-J
Sandra Regina Florentino	**200/1	Educador Social II	01/05/2008	6-I	6-J
Sirlene Alves de Oliveira	***710/1	Merendeira	07/08/2019	5-C	5-D
Solange de Souza do Prado	**620/1	Auxiliar de Serviços Gerais I	01/06/1994	1-V	1-W
Sueli Regina Resqueti	**170/1	Agente Administrativo I	01/07/1994	4-V	4-W
Valmir Rodrigues do Prado	**50/1	Motorista	11/051998	4-P	4-Q
Vanderlei Cardoso Araújo	**080/1	Auxiliar de Serviços Gerais II	15/04/1996	2-S	2-T
Vilma Theodoro	**560/1	Auxiliar de Serviços Gerais I	01/07/2006	1-J	1-K
Wilson Pedro Leite	**160/1	Auxiliar de Serviços Gerais II	15/04/1996	2-S	2-T

Art. 2º – A presente Portaria produzirá efeitos retroativos ao dia 01 de julho de 2026.

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 31 de julho de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:7E96E27F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 44/2026

PORTARIA Nº 44 DE 31 DE JULHO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 64, incisos IX e X da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO as disposições do artigo 129 ss., do Decreto-Lei n.º 5452, de 1º de maio de 1943;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal n.º 482 de 19 de novembro de 1990, que instituiu o Regime Jurídico do Quadro de Pessoal do Município de Porto Amazonas;

CONSIDERANDO as disposições do Decreto n.º 080, de 30 de junho de 2025.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder férias regulamentares aos agentes públicos municipais abaixo nominados, relativo aos períodos de gozo e períodos aquisitivos que menciona:

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação	P. Aquisitivo	P. Gozo I	P. Gozo II	P. Gozo III
3921	ADINELSON HEGLER	Eletricista	Depto. Obras e Serviços Urbanos	07/03/2025 a 06/03/2026	17/08/2026 a 26/08/2026		
287862	ALEX TEIXEIRA SOARES	Diretor Depto Fomento Agropecuário	Depto. Fomento Agropecuário	10/10/2024 a 09/10/2025		11/08/2026 a 25/08/2026	
4791	ALTAIR PEREIRA GUIMARAES	Motorista II	Depto. Saúde	21/07/2025 a 20/07/2026	03/08/2026 a 22/08/2026		
1000115	CAMILA PORTELA	Assistente Administrativo	Depto. Obras e Serviços Urbanos	01/08/2025 a 31/07/2026	03/08/2026 a 17/08/2026		
2611	CORNELIO WENC	Assessor Executivo	Depto. Adm. Financeira	17/07/2025 a 16/07/2026	10/08/2026 a 29/08/2026		
1000098	DENIZE APARECIDA VALERIO DINIZ	Auxiliar de Serviços Gerais	Depto. Saúde	01/04/2025 a 31/03/2026	17/08/2026 a 15/09/2026		
287757	GABRIELA CRISTINA TÓTI ANDROULIS	Fisioterapeuta	Depto. Saúde	02/08/2025 a 01/08/2026	05/08/2026 a 19/08/2026		
4641	GISELE DE LARA SPUNAR	Auxiliar de Enfermagem	Depto. Saúde	05/11/2024 a 04/11/2025		17/08/2026 a 31/08/2026	
287833	LEIDE DE LARA RAMOS	Téc. em Enfermagem	Depto. Saúde	09/08/2025 a 08/08/2026	17/08/2026 a 31/08/2026		
3681	LUIZ DA APARECIDA VIEIRA RAMOS	Auxiliar de Serviços Gerais	Depto. Obras e Serviços Urbanos	04/04/2025 a 03/04/2026	03/08/2026 a 01/09/2026		
1000015	MOISES SCHREIBER	Assistente Administrativo	Depto. Assistência Social	10/04/2025 a 09/04/2026	10/08/2026 a 24/08/2026		
1000114	RAFAELA APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA	Assistente Administrativo	Depto. Fomento Agropecuário	01/08/2025 a 31/07/2026	24/08/2026 a 07/09/2026		
4341	RAQUEL DE PAULA	Atendente Consultorio Dentista	Depto. Saúde	01/03/2025 a 28/02/2026	10/08/2026 a 24/08/2026		
287731	THAYSE DE PAULA PADILHA	Diretora Depto. Assistência Social	Depto. Assistência Social	11/01/2025 a 10/01/2026	03/08/2026 a 17/08/2026		

Art. 2.º Fica concedido abono pecuniário de férias de 10 (dez) dias, previsto no art. 143, do Decreto-Lei n.º 5452, de 1º de maio de 1943, aos servidores abaixo nominados:

Nome	Matrícula
ALTAIR PEREIRA GUIMARAES	4791
CORNELIO WENC	2611

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, 31 de julho de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:D023339F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA Nº 22/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA Nº 22/2026

SILVIO ANTONIO DAMACENO, Prefeito do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

R E S O L V E:

ADJUDICAR E HOMOLOGAR a Licitação nº **49/2026,** referente a Dispensa Eletrônica nº **22/2026**, que foi devidamente apreciada pela Comissão de Licitação, designada pelo Senhor Prefeito Municipal, através da Portaria nº 12/2026, conforme consta do termo de ata, devidamente lavrada em que fica classificada a empresa abaixo mencionada, nos termos da Lei nº 14.133/21 e demais alterações, visando a **AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PERSONALIZADAS, DESTINADAS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA, PARA UTILIZAÇÃO EM CAMPANHAS, AÇÕES INSTITUCIONAIS E EVENTOS OFICIAIS.**, sendo:

ESSENCIAL CAMISETARIA LTDA							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unid	Qtd	Preço	Preço total
1	1	CAMISETA PERSONALIZADA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: •TAMANHOS: INFANTIL (06 AO 16) E ADULTOS (PP AO EXG), CONFORME SOLICITAÇÃO; •CORES (CAMISETA, GOLA, MANGA E RIBANA): A DEFINIR PELA SECRETARIA SOLICITANTE; •MODELO: CAMISETA DE MANGA CURTA, COM DECOTE REDONDO OU EM V; •ESTAMPA: A DEFINIR PELA SECRETARIA SOLICITANTE; •TECIDO: MALHA PV (POLIVISCOSE), COMPOSIÇÃO 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 160 G/M²; •GOLA: EM RIBANA 100% POLIÉSTER, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 220 G/M² E LARGURA DE 2 CM; •COSTURAS: EM OVERLOQUE COM LINHA 100% POLIÉSTER; ACABAMENTO COM GALONEIRA DUAS AGULHAS NAS BARRAS E MANGAS. ESTAMPA: •PROCESSO EM SILK SCREEN, COM CORES E LAYOUT DEFINIDOS CONFORME A NECESSIDADE DE CADA SECRETARIA; •APLICAÇÃO DE IMAGENS E TEXTOS NA FRENTE E COSTAS, COM DIMENSÕES PROPORCIONAIS AO TAMANHO DA PEÇA; •A ARTE SERÁ ELABORADA E CUSTEADA PELA EMPRESA CONTRATADA, MEDIANTE APROVAÇÃO PRÉVIA DA SECRETARIA SOLICITANTE. ACABAMENTO E PRODUÇÃO: •REFORÇO INTERNO NA GOLA COM GALÃO DO MESMO TECIDO; •ETIQUETA INTERNA CONTENDO RAZÃO SOCIAL, CNPJ, COMPOSIÇÃO DO TECIDO, INSTRUÇÕES DE LAVAGEM, TAMANHO E PAÍS DE FABRICAÇÃO; •COSTURAS REALIZADAS EM MÁQUINAS ADEQUADAS (OVERLOQUE, RETA E GALONEIRA), GARANTINDO RESISTÊNCIA E QUALIDADE. EMBALAGEM: •AS PEÇAS DEVERÃO SER EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES, COM IDENTIFICAÇÃO EXTERNA DO TIPO E TAMANHO. OBSERVAÇÃO: A CONFECÇÃO SERÁ REALIZADA CONFORME DEMANDA ESPECÍFICA DE CADA SECRETARIA, PERMITINDO PERSONALIZAÇÃO DE CORES, ESTAMPAS E TEXTOS, DE MODO A ATENDER DIFERENTES CAMPANHAS, AÇÕES E PÚBLICOS-ALVO DO MUNICÍPIO. CADA SOLICITAÇÃO DEVERÁ TER, NO MÍNIMO, 5 CAMISETAS.	MARCA PRÓPRIA	UNID	1.100,00	18,52	20.372,00
TOTAL							20.372,00

O prazo de entrega dos itens é de 15 dias, contados a partir da data da solicitação, devendo ocorrer em remessa única, conforme a quantidade especificada na respectiva requisição. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

Em face do despacho acima, autorizamos o Setor competente desta Municipalidade efetuar a contratação conforme a proposta vencedora, obedecidas às normas de formalização legal, prevista na Legislação.

Prado Ferreira, 31/07/2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:61BA0A64

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
TERMO DE BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS INSERVÍVEIS

TERMO DE BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS INSERVÍVEIS
TERMO Nº 001/2026

Aos 30 dias do mês de Julho de 2026, na Câmara Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, em cumprimento às normas de administração patrimonial e considerando o resultado da avaliação realizada pela Comissão de Avaliação de Bens Patrimoniais, fica formalizada a **baixa patrimonial** dos bens móveis abaixo relacionados, classificados como **inservíveis**, em razão de seu estado de conservação, desgaste pelo uso, obsolescência, antieconomicidade de manutenção ou irrecuperabilidade.

Os bens relacionados foram devidamente avaliados e considerados sem condições de utilização para as atividades deste Poder Legislativo, não sendo economicamente viável sua recuperação.

Relação dos bens

Patrimônio	Descrição do Bem	Estado de Conservação	Motivo da Baixa
18	Telefone Sem Fio	Irrecuperável	Descarte
19	Cofre	Ocioso	Desuso
22	Nobreak SMS	Irrecuperável	Descarte
27	Persiana Horizontal	Irrecuperável	Descarte
29	Nobreak	Irrecuperável	Descarte
43	Balcão Pia	Recuperável	Doação
44	Armário 50x30	Recuperável	Doação
45	Armário 50x40	Recuperável	Doação
96	Projetor Epson	Recuperável	Doação
97	Tela Retrátil	Recuperável	Doação
99	Condicionador de ar 60.000 BTUS	Recuperável	Doação
100	Condicionador de ar 60.000 BTUS	Irrecuperável	Descarte
101	Condicionador de ar 12.000 BTUS	Irrecuperável	Descarte
102	Condicionador de ar 7.000 BTUS	Irrecuperável	Descarte
103	Condicionador de ar 7.000 BTUS	Irrecuperável	Descarte
104	Condicionador de ar 7.000 BTUS	Irrecuperável	Descarte
105	Condicionador de ar 7.000 BTUS	Irrecuperável	Descarte
107	Persianas	Irrecuperável	Descarte
114	Poltrona Presidente	Irrecuperável	Descarte
236 a 267	Poltrona Auditório	Recuperável	Doação
287	Nobreak SMS	Irrecuperável	Descarte
290	Condicionador de ar 24.000 BTUS	Irrecuperável	Descarte
291	Cortina de Ar	Irrecuperável	Descarte
292	Bebedouro	Irrecuperável	Descarte
297	Nobreak NHS	Irrecuperável	Descarte
301	Nobreak 4 Tomadas 650 VA	Irrecuperável	Descarte
302	Nobreak 4 Tomadas 1000 VA	Irrecuperável	Descarte
306	Nobreak	Irrecuperável	Descarte
307	Nobreak	Irrecuperável	Descarte
308	Nobreak	Irrecuperável	Descarte
309	Relógio de Parede Led Digital	Irrecuperável	Descarte
332	Mesa Rack – Multiuso 1000/1600x820x450	Irrecuperável	Descarte

A presente baixa patrimonial será registrada no Sistema de Controle Patrimonial da Câmara Municipal, promovendo-se as devidas alterações nos registros contábeis e patrimoniais, em conformidade com a legislação vigente.

Após a efetivação da baixa, os bens poderão receber a destinação legal cabível, observando-se o interesse público e a legislação aplicável, mediante doação, leilão, reciclagem, descarte ambientalmente adequado ou outra forma legalmente permitida.

E, para que produza os efeitos legais, lavra-se o presente Termo, que vai assinado pelos membros da Comissão de Avaliação de Bens Patrimoniais e pela autoridade competente.

Querência do Norte – PR, 30 de Julho de 2026.

Comissão De Avaliação De Bens Patrimoniais

ALEXANDRO GOMES DA SILVA
Presidente da Comissão

EVANDSON ALVES DE LIMA
Membro

MARIANA NOGUEIRA DE LIMA
Membro

AUTORIZO A BAIXA DOS BENS PATRIMONIAIS ACIMA RELACIONADOS.

RICARDO PAULINO DASILVA
Presidente da Câmara Municipal de Querência do Norte – PR

Publicado por:
Ângela Santos Barcelos
Código Identificador:336F1991

LICITAÇÃO
EXTRATO 183/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 183/2026
VENCIMENTO: 31/07/2027

O Município de Querência do Norte, Estado do Paraná, com sede a Rua Waldemar dos Santos, 1197, na cidade de Querência do Norte , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 76.973.692/0001-16 neste ato representado pelo Prefeito ALEX SANDRO FERNANDES, portador do CPF/MF nº 083.***.979-** e Cédula de Identidade RG nº 10.***.514-* SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **25/2026**, processo administrativo n.º 29/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e Decreto Municipal nº 12/2024 e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, FLUÍDOS, PRODUTOS PARA LAVAGEM DE VEÍCULOS E PNEUS PARA ATENDER DEMANDA DAS SECRETARIAS, COM FORNECIMENTO PARCELADO , especificado(s) no(s) item(ns) 01 do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº* **25/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor **TKY MATERIAIS ELETRICOS & FERRAGENS LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 10.955.575/0001-11, AVENIDA PARANÁ, 831 - CEP: 87960000 - bairro: CENTRO, Marilena/PR, neste ato representado por procurador Sr.(a). TANIA KIYOKO YAMADA, brasileiro, portador da RG nº 37273740 SSPPR e CPF 604.418.361-00

LOTE 1: LOTE 1

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	36586	DESENGRAXANTE ALCALINO CONCENTRADO SOLUPAN DILUIÇÃO DE 01/40 LITROS BOMBONAS DE 50 LITROS	GL	103	R$ 238,00	R$ 24.514,00	PARANÁ QUIMICA
					TOTAL:	24.514,00	

LOTE 2: LOTE 2

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	36588	FLUÍDO PARA FREIOS DOT 3 QUE ATENDA AS NORMAS FMVSS 116-DOT3, SAE J1703 E ABNT BR EB 155/1991 PARA FLUIDOS DE FREIO TIPO 2 E 3 FRASCOS COM 500 ML- CAIXA COM 40 UNIDADES	CX	5	R$ 649,53	R$ 3.247,65	VARGAS
					TOTAL:	3.247,65	

LOTE 3: LOTE 3

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	46510	FLUÍDO PARA FREIOS DOT 4 QUE ATENDA AS NORMAS FMVSS 116-DOT4, SAE J1703 E ABNT NBR 9292 EB 155/1991 TIPO 4 E MERCEDES BENZ DBL 7760.30 (DOT 4). FRASCOS COM 500 ML- CAIXA COM 40 UNIDADES	CX	8	R$ 859,53	R$ 6.876,24	VARGAS
					TOTAL:	6.876,24	

LOTE 5: LOTE 5

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	46514	ÓLEO LUBRIFICANTE HIDRÁULICO TIPO ATF QUE ATENDA ÀS ESPECIFICAÇÕES GM TIPO A SUFIXO A E É QUALIFICADO PELA MERCEDES-BENZ,SEGUNDO A NORMA MB 236.2, PARA USO EM CAIXAS DE MUDANÇAS MANUAIS E DIREÇÕES HIDRÁULICAS ZF E TRW BALDE COM 20 LITROS	BALDE	22	R$ 307,67	R$ 6.768,74	LUBRAX
					TOTAL:	6.768,74	

LOTE 6: LOTE 6

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	36599	ÓLEO LUBRIFICANTE HIDRAULICO SAE 10W QUE ATENDA À CLASSIFICAÇÃO DE DE FLUIDO HIDRAULICO COM GRAU DE VISCOSIDADE SAE 10W BALDE COM 20 LITROS	BALDE	52	R$ 303,00	R$ 15.756,00	LUBRAX
					TOTAL:	15.756,00	

LOTE 7: LOTE 7

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	46516	ÓLEO LUBRIFICANTE P/ ENGRENAGENS SAE 90 QUE ATENDA À CLASSIFICAÇÃO API GL-5 QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES MIL-L-2105D E MB 235.6 BALDE COM 20 LITROS	BALDE	25	R$ 362,67	R$ 9.066,75	LUBRAX
					TOTAL:	9.066,75	

LOTE 8: LOTE 8

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	31154	OLEO LUBRIFICANTE PARA SISTEMA DE TRANSMISSÃO GL4 SAE 10W 30 BALDE COM 20 LITROS	BALDE	51	R$ 270,00	R$ 13.770,00	LUBRAX
					TOTAL:	13.770,00	

LOTE 9: LOTE 9

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	46517	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL PARA CAIXAS DE TRANSMISSÃO E DE ENGRENAGENS SAE 80W - API GL-4 BALDE COM 20 LITROS	BALDE	39	R$ 439,67	R$ 17.147,13	LUBRAX
					TOTAL:	17.147,13	

LOTE 10: LOTE 10

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	36603	OLEO LUBRIFICANTE SINTÉTICO MULTIVISCOSO SAE 0W20 QUE ATENDA A CLASSIFICAÇÃO API SN/RC PLUS ILSAC GF-5. ATENDA A ESPECIFICAÇÃO FIAT 9.5535 FRASCOS COM 1 LITRO CAIXA COM 24 UNIDADES	CXA	15	R$ 587,50	R$ 8.812,50	LUBRAX
					TOTAL:	8.812,50	

LOTE 11: LOTE 11

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	46519	ÓLEO LUBRIFICANTE 85W-140 QUE ATENDA À CLASSIFICAÇÃO API GL-5, API MT-1, SAE J2360. BALDE COM 20 LITROS	BALDE	40	R$ 483,17	R$ 19.326,80	LUBRAX
					TOTAL:	19.326,80	

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.

No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

QUERÊNCIA DO NORTE –PR, 31 de julho de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

TANIA KIYOKO YAMADA
Contratada

TESTEMUNHAS:

_____

_____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:EC6F93B3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - INFRAÇÕES 2026-160

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à REALTRAN - REALEZA até 14/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ACA8H13	278050T000004349	10/07/2026	55412
AFV7I43	278050T000004568	23/07/2026	55414
AGW3E48	278050T000004422	11/07/2026	55412
AIB4B11	278050T000004517	24/07/2026	55414
AJV8F94	278050T000004559	13/07/2026	55412
AJV8F94	278050T000004576	16/07/2026	55412
AKF5H99	278050T000004421	11/07/2026	55412
ALF4G54	278050T000004432	16/07/2026	55414
ANS4B27	278050T000004415	17/07/2026	55250
APZ3582	278050T000004426	14/07/2026	55414
APZ3582	278050T000004441	23/07/2026	55414
AQX3506	278050T000004508	14/07/2026	55412
ARO6I99	278050T000004564	13/07/2026	55412
ARR5338	278050T000004416	20/07/2026	76331
AUJ3A63	278050T000004431	14/07/2026	55414
AVA3J39	278050T000004348	10/07/2026	55412
AWR9C20	278050T000004440	23/07/2026	55414
AXW9H00	278050T000004516	24/07/2026	55417
AXX3E10	278050T000004424	11/07/2026	55412
BCT8E96	278050T000004438	23/07/2026	57380
BDD6F39	278050T000004562	13/07/2026	55412
BDF4E49	278050NIC0000555	30/06/2026	50020
BEC6I69	278050T000004566	23/07/2026	76332
BED2D17	278050T000004578	16/07/2026	55412
BEY7J41	278050T000004428	20/07/2026	55414
DDJ2C05	278050T000004504	14/07/2026	55412
DQE6J58	278050T000004439	22/07/2026	55250
DSQ4377	278050T000004423	11/07/2026	55412
EVP3A53	278050T000004585	17/07/2026	55412
EVP3A53	278050T000004574	16/07/2026	55412
EVP3A53	278050T000004512	14/07/2026	55412
EWE2C63	278050T000004417	11/07/2026	55412
FIK3A83	278050T000004350	10/07/2026	55412

FIK3A83	278050T000004505	14/07/2026	55412
FIK3A83	278050T000004560	13/07/2026	55412
IVJ1G39	278050T000004554	21/07/2026	51930
KYL2J87	278050T000004499	20/07/2026	76332
LUP9C42	278050T000004445	15/07/2026	55412
LUP9C42	278050T000004510	14/07/2026	55412
LXW5F26	278050T000004429	14/07/2026	55414
MCM9C29	278050T000004563	13/07/2026	55412
MLW2C10	278050T000004437	20/07/2026	54526
MMM6G20	278050T000004515	14/07/2026	55412
MMM6G20	278050T000004577	16/07/2026	55412
MWC0F28	278050T000004506	14/07/2026	55412
NSA4843	278050NIC0000554	30/06/2026	50020
PVB3I34	278050T000004436	20/07/2026	54526
QBP6J76	278050T000004501	10/07/2026	55412
RHR4C65	278050T000004552	21/07/2026	76332
RKX6F13	278050T000004435	20/07/2026	55414
RLA2E72	278050T000004502	10/07/2026	55412
RMK9E12	278050T000004557	13/07/2026	55412
RNF3A98	278050T000004420	11/07/2026	55412
RNU2C27	278050T000004511	14/07/2026	55412
RSX2I40	278050T000004558	13/07/2026	55412
RSX2I40	278050T000004419	11/07/2026	55412
RTM9G60	278050T000004584	17/07/2026	55412
TBA4E30	278050T000004442	23/07/2026	55414
TPQ8G80	278050T000004586	17/07/2026	55412
UBN7D74	278050T000004553	21/07/2026	55680
UBP4A82	278050T000004500	21/07/2026	64830
UBS6C05	278050T000004579	16/07/2026	55412

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:4B4DBD8B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
PORTARIA 259 DE 31 DE JULHO DE 2026

Concede diárias aos servidores municipais que especifica e dá outras providências.

FABIELI MANFREDI, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto na Lei 1282, de 18 de fevereiro de 2013, alterada pela Lei 1775, de 16 de fevereiro de 2022, em conformidade com os valores reajustados pelo Decreto 2667, de 16 de JANEIRO de 2026,
R E S O L V E:

CONCEDER diárias aos servidores municipais conforme especificado abaixo:

Nome do servidor	**João Paulo Carvalho Kosmenk**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**VAN - SDZ 2D83**
Destino da viagem	**Cascavel - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**03/07/2026**
Data de chegada	**03/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Rafaela Buzzacaro**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**VAN - SDZ 2D83**
Destino da viagem	**Cascavel - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**01/07/2026**
Data de chegada	**01/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Vanderson Antunes da Silva**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**VAN - TAM 6H01**
Destino da viagem	**Guarapuava - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**01/07/2026**
Data de chegada	**01/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Gilmar Cabral dos Santos**

Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**STRADA - TBY 6E05**
Destino da viagem	**Foz do Iguaçu - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**01/07/2026**
Data de chegada	**01/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 407,77**

Nome do servidor	**Vlademir Correa**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**VAN - TAM 6H01**
Destino da viagem	**Curitiba - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**02/07/2026**
Data de chegada	**02/07/2026**
Número de diárias	**1 e ½**
Valor das diárias	**R$ 611,66**

Nome do servidor	**Gilmar Cabral dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**VAN - SDZ 2D83**
Destino da viagem	**Cascavel - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**02/07/2026**
Data de chegada	**02/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Lucivane Zamarchi**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Educação, cultura e esporte**
Cargo	**Psicóloga**
Veículo utilizado	**Doblô, AYL 9854**
Destino da viagem	**Francisco Beltrão - PR**
Objetivo da viagem	**Participar do I Simpósio da Undime – Pr 2026.**
Data de saída	**03/07/2026**
Data de chegada	**03/07/2026**
Número de diárias	**½**
Valor das diárias	**R$ 72,00**

Nome do servidor	**Julcemar Silva de Lima**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**STRADA - TBY 6E11**
Destino da viagem	**Guarapuava - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**05/07/2026**
Data de chegada	**05/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Gilmar Cabral dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**HB20 -SFI3B26**
Destino da viagem	**Curitiba - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**06/07/2026**
Data de chegada	**07/07/2026**
Número de diárias	**1 e ½**
Valor das diárias	**R$ 611,66**

Nome do servidor	**Leonardo Paulo Buss**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Educação, cultura e esporte**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Ônibus – AVN 5753**
Destino da viagem	**Palmas - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte dos integrantes do Coral Municipal para participar do Festival de Corais "No gogó".**
Data de saída	**04/07/2026**
Data de chegada	**05/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 141,53**
Nome do servidor	**Leonardo Paulo Buss**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Educação, cultura e esporte**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Ônibus – AXU 5583**
Destino da viagem	**Guarapuava - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de atletas.**
Data de saída	**14/07/2026**
Data de chegada	**18/07/2026**
Número de diárias	**4**
Valor das diárias	**R$ 1.221,44**

Nome do servidor	**Rafaela Buzzacaro**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**STRADA - TBY 6E07**
Destino da viagem	**Cascavel/Toledo - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**07/07/2026**
Data de chegada	**07/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Franciano de Oliveira dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**STRADA - TBY 6E07**
Destino da viagem	**Foz do Iguaçu - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**08/07/2026**
Data de chegada	**08/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 407,77**

Nome do servidor	**Vlademir Correa**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**VAN - TAM 6H01**
Destino da viagem	**Foz do Iguaçu - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**07/07/2026**
Data de chegada	**07/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 407,77**

Nome do servidor	**Marcelo Ramos Boeno**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Educação, cultura e esporte**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Ônibus – AVN 5753**
Destino da viagem	**Honório Serpa - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de atletas.**
Data de saída	**12/07/2026**
Data de chegada	**12/07/2026**
Número de diárias	**½**
Valor das diárias	**R$ 70,76**

Nome do servidor	**Elizamara Eliege Paz Segala**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Médica**
Destino da viagem	**Porto Alegre – RS**
Objetivo da viagem	**Participar de Congresso Conasems 2026.**
Data de saída	**11/07/2026**
Data de chegada	**14/07/2026**
Número de diárias	**5**
Valor das diárias	**R$ 2.038,85**

Nome do servidor	**Márcia Camiccia**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Odontologista**
Destino da viagem	**Porto Alegre – RS**
Objetivo da viagem	**Participar de Congresso Conasems 2026.**
Data de saída	**11/07/2026**
Data de chegada	**15/07/2026**
Número de diárias	**5**
Valor das diárias	**R$ 2.038,85**

Nome do servidor	**Patricia Aparecida Torres de Melo**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Assessora de pronto atendimento**
Veículo utilizado	**Ambulância - UBA 4F69**
Destino da viagem	**Guarapuava - PR**
Objetivo da viagem	**Acompanhar pacientes.**
Data de saída	**08/07/2026**
Data de chegada	**08/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 102,42**

Nome do servidor	**Vanderson Antunes da Silva**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Ambulância - UBA 4F69**
Destino da viagem	**Guarapuava - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**08/07/2026**
Data de chegada	**08/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Vlademir Correa**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Strada - TBY 6D87**
Destino da viagem	**Guarapuava - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**09/07/2026**
Data de chegada	**09/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Elisiane Lavall Campanholo**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Enfermeira**
Destino da viagem	**Marmeleiro - PR**
Objetivo da viagem	**Participar de reunião ordinária do Comitê Regional de Investigação de Óbitos e Amputações Relacionadas ao Trabalho.**
Data de saída	**09/07/2026**
Data de chegada	**09/07/2026**
Número de diárias	**½**
Valor das diárias	**R$ 72,00**

Nome do servidor	**Suzia Carla de Bem**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Secretária Municipal de Saúde**
Veículo utilizado	**STRADA - TBY 6E07**
Destino da viagem	**Francisco Beltrão - PR**
Objetivo da viagem	**Participar da 6ª reunião ordinária de 2026 – CIR.**
Data de saída	**09/07/2026**
Data de chegada	**09/07/2026**
Número de diárias	**½**
Valor das diárias	**R$ 51,21**

Nome do servidor	**João Paulo Carvalho Kosmenk**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Van - TAM 6H01**
Destino da viagem	**Curitiba - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**28/06/2026**
Data de chegada	**29/06/2026**
Número de diárias	**1 e ½**
Valor das diárias	**R$ 611,66**

Nome do servidor	**Vanderson Antunes da Silva**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**STRADA - TBY 6E11**
Destino da viagem	**Foz do Iguaçu/Céu Azul - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**23/06/2026**
Data de chegada	**23/06/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 407,77**

Nome do servidor	**Simone Lilian Smolark**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Administração e Planejamento**
Cargo	**Escriturária**
Veículo utilizado	**Gol – BEX 9J58**
Destino da viagem	**Francisco Beltrão - PR**
Objetivo da viagem	**Treinamento para emissão de identidade.**
Data de saída	**20/07/2026**
Data de chegada	**21/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**
Nome do servidor	**Simone Lilian Smolark**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Administração e Planejamento**
Cargo	**Escriturária**
Veículo utilizado	**Gol – BEX 9J58**
Destino da viagem	**Francisco Beltrão - PR**
Objetivo da viagem	**Treinamento para emissão de identidade.**
Data de saída	**13/07/2026**
Data de chegada	**13/07/2026**
Número de diárias	**½**
Valor das diárias	**R$ 72,00**

Nome do servidor	**Daisy Berlatto**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo**
Cargo	**Diretora de departamento**
Destino da viagem	**Francisco Beltrão - PR**
Objetivo da viagem	**Participar da oficina de diagnóstico e elaboração do plano de desenvolvimento territorial.**
Data de saída	**16/07/2026**
Data de chegada	**16/07/2026**
Número de diárias	**½**
Valor das diárias	**R$ 51,21**

Nome do servidor	**João Paulo Carvalho Kosmenk**

Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**VAN - SDZ 2D83**
Destino da viagem	**Foz do Iguaçu/Cascavel - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**17/07/2026**
Data de chegada	**17/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 407,77**

Nome do servidor	**João Paulo Carvalho Kosmenk**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**VAN - TAM 6H01**
Destino da viagem	**Foz do Iguaçu - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**09/07/2026**
Data de chegada	**09/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 407,77**

Nome do servidor	**João Paulo Carvalho Kosmenk**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Strada – TBY 6D87**
Destino da viagem	**Guarapuava - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**16/07/2026**
Data de chegada	**16/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**João Paulo Carvalho Kosmenk**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Van – TAM 6H01**
Destino da viagem	**Guarapuava - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**10/07/2026**
Data de chegada	**10/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Franciano de Oliveira dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Strada - TBY 6D87**
Destino da viagem	**Cascavel - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**16/07/2026**
Data de chegada	**16/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Franciano de Oliveira dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Strada - TBY 6D87**
Destino da viagem	**Cascavel - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**15/07/2026**
Data de chegada	**15/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Franciano de Oliveira dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**VAN - TAM 6H01**
Destino da viagem	**Medianeira - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**13/07/2026**
Data de chegada	**13/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Rafaela Buzzacaro**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Strada – TBY 6E11**
Destino da viagem	**Foz do Iguaçu - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**13/07/2026**
Data de chegada	**13/07/2026**
Número de diárias	**1**

Valor das diárias	**R$ 407,77**

Nome do servidor	**Rafaela Buzzacaro**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**VAN - TAM6H01**
Destino da viagem	**Cascavel - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**14/07/2026**
Data de chegada	**14/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Vlademir Correa**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Strada – TBY 6E07**
Destino da viagem	**Porto Alegre – RS**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**13/07/2026**
Data de chegada	**15/07/2026**
Número de diárias	**2**
Valor das diárias	**R$ 815,54**

Nome do servidor	**Vanderson Antunes da Silva**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Strada – TBY 6E07**
Destino da viagem	**Curitiba – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**15/07/2026**
Data de chegada	**17/07/2026**
Número de diárias	**2**
Valor das diárias	**R$ 815,54**

Nome do servidor	**Vanderson Antunes da Silva**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**STRADA - TBY 6E05**
Destino da viagem	**Cascavel – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**10/07/2026**
Data de chegada	**10/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Vanderson Antunes da Silva**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**STRADA - TBY 6E05**
Destino da viagem	**Chopinzinho – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**18/07/2026**
Data de chegada	**18/07/2026**
Número de diárias	**½**
Valor das diárias	**R$ 72,00**

Nome do servidor	**Gilmar Cabral dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Van – TAM 6H01**
Destino da viagem	**Curitiba – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**15/07/2026**
Data de chegada	**16/07/2026**
Número de diárias	**1 e ½**
Valor das diárias	**R$ 611,66**

Nome do servidor	**Gilmar Cabral dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**STRADA - TBZ 3G89**
Destino da viagem	**Rolândia – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**18/07/2026**
Data de chegada	**18/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 305,36**

Nome do servidor	**Franciano de Oliveira dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**STRADA - TBY 6E05**
Destino da viagem	**Foz do Iguaçu - PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**

Data de saída	**21/07/2026**
Data de chegada	**21/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 407,77**

Nome do servidor	**Rafaela Buzzacaro**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**HB 20 - SFI 3B26**
Destino da viagem	**Cascavel – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**21/07/2026**
Data de chegada	**21/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Patricia Aparecida Torres de Melo**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Assessora de pronto atendimento**
Veículo utilizado	**AMBULANCIA - UBA 4F69**
Destino da viagem	**Guarapuava – PR**
Objetivo da viagem	**Acompanhar pacientes.**
Data de saída	**21/07/2026**
Data de chegada	**21/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 102,42**

Nome do servidor	**Vlademir Correa**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**HB 20 - SFI 3B26**
Destino da viagem	**Cascavel – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**20/07/2026**
Data de chegada	**20/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Vanderson Antunes da Silva**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**AMBULÂNCIA - UBA 4F69**
Destino da viagem	**Guarapuava – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**21/07/2026**
Data de chegada	**21/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Franciano de Oliveira dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**VAN - SDZ 2D83**
Destino da viagem	**Curitiba – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**22/07/2026**
Data de chegada	**23/07/2026**
Número de diárias	**1 e ½**
Valor das diárias	**R$ 611,66**

Nome do servidor	**Luciane Biancato da Rocha**
Unidade Administrativa	**Gabinete da prefeita**
Cargo	**Técnica em contabilidade**
Veículo utilizado	**Fiat Toro - SFDC65**
Destino da viagem	**Pato Branco – PR**
Objetivo da viagem	**Participar do evento: Oficina ProGov Aquisições e contratações.**
Data de saída	**21/07/2026**
Data de chegada	**21/07/2026**
Número de diárias	**½**
Valor das diárias	**R$ 72,00**

Nome do servidor	**João Paulo Carvalho Kosmenk**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**VAN - TAM 6H01**
Destino da viagem	**Curitiba – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**23/07/2026**
Data de chegada	**24/07/2026**
Número de diárias	**1 e ½**
Valor das diárias	**R$ 611,66**

Nome do servidor	**Vanderson Antunes da Silva**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**

Veículo utilizado	**STRADA - TBY 6E07**
Destino da viagem	**Dois Vizinhos/Cascavel – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**22/07/2026**
Data de chegada	**22/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**
Nome do servidor	**Gilmar Cabral dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**VAN - BAQ 5493**
Destino da viagem	**Cascavel/Céu Azul – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**23/07/2026**
Data de chegada	**23/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Simone Lilian Smolark**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Administração e Planejamento**
Cargo	**Escriturária**
Destino da viagem	**Francisco Beltrão - PR**
Objetivo da viagem	**Treinamento para emissão de identidade.**
Data de saída	**23/07/2026**
Data de chegada	**24/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Rafaela Buzzacaro**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Strada – TBY 6D87**
Destino da viagem	**Guarapuava – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**24/07/2026**
Data de chegada	**24/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Vlademir Correa**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**HB 20 – SFI 3B26**
Destino da viagem	**Cascavel – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**24/07/2026**
Data de chegada	**24/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Julcemar Silva de Lima**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**HB 20 – SFI 3B26**
Destino da viagem	**Foz do Iguaçu – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**26/07/2026**
Data de chegada	**26/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 407,77**

Nome do servidor	**Valéria da Silva Xavier Icalzavara**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Assessora de programas de saúde**
Veículo utilizado	**AMBULÂNCIA - UBA 4F69**
Destino da viagem	**Cascavel – PR**
Objetivo da viagem	**Acompanhar pacientes.**
Data de saída	**23/07/2026**
Data de chegada	**23/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 254,17**

Nome do servidor	**Vanderson Antunes da Silva**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**AMBULÂNCIA - UBA 4F69**
Destino da viagem	**Cascavel – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**23/07/2026**
Data de chegada	**23/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Fabieli Manfredi**
Unidade Administrativa	**Executivo Municipal**
Cargo	**Prefeita**

Veículo utilizado	**Corolla – SEX 1F91**
Destino da viagem	**Curitiba – PR**
Objetivo da viagem	**Reunião junto à Cohapar, Secid e Assembleia Legislativa. Bem como participar da 11º Congresso Paranaense de Cidades Digitais e Inteligentes.**
Data de saída	**02/08/2026**
Data de chegada	**06/08/2026**
Número de diárias	**4**
Valor das diárias	**R$ 2.443,04**

Nome do servidor	**Luciane Biancato da Rocha**
Unidade Administrativa	**Gabinete da prefeita**
Cargo	**Técnica em contabilidade**
Veículo utilizado	**Corolla – SEX 1F91**
Destino da viagem	**Curitiba – PR**
Objetivo da viagem	**Participar do I Seminário de Boas Práticas Paranaense em RPPS. Visita à Cohapar e Secid.**
Data de saída	**02/08/2026**
Data de chegada	**06/08/2026**
Número de diárias	**4**
Valor das diárias	**R$ 1.631,08**

Nome do servidor	**Lucas Henrique de Lima Marques**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Finanças**
Cargo	**Secretário de Finanças**
Veículo utilizado	**Corolla – SEX 1F91**
Destino da viagem	**Curitiba – PR**
Objetivo da viagem	**Reunião junto à Cohapar, Secid e Assembleia Legislativa. Bem como participar da 11º Congresso Paranaense de Cidades Digitais e Inteligentes.**
Data de saída	**02/08/2026**
Data de chegada	**06/08/2026**
Número de diárias	**4**
Valor das diárias	**R$ 2.033,32**

Nome do servidor	**Franciano de Oliveira dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Strada - TBY 6E07**
Destino da viagem	**Guarapuava – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**28/07/2026**
Data de chegada	**28/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**João Paulo Carvalho Kosmenk**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**STRADA - TBY 6E07**
Destino da viagem	**Medianeira – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**29/07/2026**
Data de chegada	**29/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Gilmar Cabral dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**VAN - TAM 6H01**
Destino da viagem	**Curitiba – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**29/07/2026**
Data de chegada	**30/07/2026**
Número de diárias	**1 e ½**
Valor das diárias	**R$ 611,66**

Nome do servidor	**Gilmar Cabral dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**AMBULÂNCIA - UBA4F69**
Destino da viagem	**Guarapuava – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**28/07/2026**
Data de chegada	**28/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Gilmar Cabral dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**STRADA - TBY 6D87**
Destino da viagem	**Guarapuava – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**25/07/2026**
Data de chegada	**25/07/2026**
Número de diárias	**1**

Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Vlademir Correa**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Van - TAM 6H01**
Destino da viagem	**Foz do Iguaçu/Céu Azul – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**28/07/2026**
Data de chegada	**28/07/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 407,77**

Nome do servidor	**Vanderson Antunes da Silva**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**STRADA - TBY 6D87**
Destino da viagem	**Curitiba – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**29/07/2026**
Data de chegada	**30/07/2026**
Número de diárias	**1 e ½**
Valor das diárias	**R$ 611,66**

Nome do servidor	**Márcio Camiccia**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Educação, cultura e esporte**
Cargo	**Secretário municipal de educação, cultura e esporte**
Veículo utilizado	**Fiat Toro – SFD 0C65**
Destino da viagem	**São José dos Pinhais – PR**
Objetivo da viagem	**Participar do Seminário Paranaense dos Conselhos Municipais de Educação do Pr.**
Data de saída	**02/08/2026**
Data de chegada	**04/08/2026**
Número de diárias	**2 e ½**
Valor das diárias	**R$ 1.019,42**

Nome do servidor	**Edina de Moraes Gonçalves**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Educação, cultura e esporte**
Cargo	**Professora**
Veículo utilizado	**Fiat Toro – SFD 0C65**
Destino da viagem	**São José dos Pinhais – PR**
Objetivo da viagem	**Participar do Seminário Paranaense dos Conselhos Municipais de Educação do Pr.**
Data de saída	**02/08/2026**
Data de chegada	**04/08/2026**
Número de diárias	**2 e ½**
Valor das diárias	**R$ 763,40**

Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Rafaeli Rachurat
Código Identificador:364EECCB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
RELATÓRIO DA DISPENSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU	
RELATÓRIO DA DISPENSA	
UASG 980878 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU-PR	
DISPENSA 22/2026	
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SISPP - Tradicional
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR
Objeto da compra: Contratação de empresa especializada em consultoria e assessoria técnica em formato remoto com visitas periódicas para auxílio no fechamento do CAUC do exercício financeiro 2026, nos termos do Anexo I, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	
Entrega de propostas: De 24/07/2026 às 08:00 até 30/07/2026 às 08:29	
Abertura da sessão pública: Dia 30/07/2026 às 08:30 (horário de Brasília)	

Mensagens do chat da compra		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	30/07/2026 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. A partir deste momento todos os itens estão abertos para disputa até as 14:30. Mantenham-se conectados.
Sistema	30/07/2026 às 14:30:04	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	30/07/2026 às 14:30:58	Prezados licitantes, boa tarde!
Sistema	30/07/2026 às 14:31:10	O agente de contratação responsável pela condução será: Alessandro dos Anjos
Sistema	30/07/2026 às 14:31:37	Solicito que permaneçam conectados enquanto realizo uma verificação preliminar da ordem de classificação das

		empresas mais bem classificadas.
Sistema	30/07/2026 às 14:32:19	Aguardem um momento, por favor.
Sistema	30/07/2026 às 17:03:07	A consulta realizada não identificou qualquer impedimento que afete a participação da empresa RGR ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA em licitações ou contratações por este órgão.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
30/07/2026 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
30/07/2026 às 14:30:03	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 1 - Consultoria e assessoria - contábil	
Consultoria e assessoria - contábil	
Quantidade: 6	Valor estimado: R$ 2.000,0000 (unitário)
Unidade de fornecimento: null	R$ 12.000,0000 (total)
	Situação: Adjudicado e Homologado
Aceito e Habilitado por CPF ***.356.***-*3 - ALESSANDRO DOS ANJOS para RGR ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ	
55.591.803/0001-50, melhor lance: R$ 1.300,0000 (unitário) / R$ 7.800,0000 (total)	

Propostas do Item 1

Fornecedor	Porte MeEpp/ Equiparadas	Valor	Situação
66.100.156/0001-52 - A M F MENDONCA CONTABILIDADE E CONSULTORIA TRIBUTARIA UF endereço: AC	Sim	R$ 2.000,0000	
52.592.919/0001-15 - COELHO CONTABILIDADE & CONSULTORIA LTDA UF endereço: SP	Sim	R$ 2.000,0000	
55.902.341/0001-44 - CONTABILIZE CONSULTORIA E CONTABILIDADE LTDA UF endereço: SC	Sim	R$ 2.000,0000	
67.304.577/0001-68 - DANIEL PEREIRA BITTENCOURT LTDA UF endereço: DF	Sim	R$ 1.984,0000	
33.613.862/0001-49 - DARIO C DA SILVA UF endereço: AL	Sim	R$ 2.000,0000	
25.168.887/0001-52 - ER CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTDA UF endereço: SC	Sim	R$ 1.990,0000	
13.663.962/0001-72 - FRANCISCO CLAUDIO DE MELO UF endereço: CE	Sim	R$ 1.900,0000	
62.233.497/0001-45 - NAVYMED BRASIL LTDA UF endereço: SC	Sim	R$ 2.200,0000	
55.591.803/0001-50 - RGR ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA UF endereço: RJ	Sim	R$ 2.000,0000	Proposta adjudicada
05.604.230/0001-83 - SINEX CONTABILIDADE DE GESTAO GOVERNAMENTAL LTDA UF endereço: ES	Sim	R$ 2.000,0000	

Lances do Item 1

Data/hora	Participante	Lance
30/07/2026 às 08:38:35	55.902.341/0001-44	R$ 1.850,0000
30/07/2026 às 08:42:48	25.168.887/0001-52	R$ 1.880,0000
30/07/2026 às 11:59:24	55.591.803/0001-50	R$ 1.830,0000
30/07/2026 às 12:21:37	25.168.887/0001-52	R$ 1.811,7000
30/07/2026 às 13:06:14	55.902.341/0001-44	R$ 1.750,0000
30/07/2026 às 13:24:39	62.233.497/0001-45	R$ 1.700,0000
30/07/2026 às 13:35:43	67.304.577/0001-68	R$ 1.900,0000
30/07/2026 às 14:25:29	55.591.803/0001-50	R$ 1.725,0000
30/07/2026 às 14:27:18	25.168.887/0001-52	R$ 1.720,0000
30/07/2026 às 14:29:32	55.902.341/0001-44	R$ 1.680,0000
30/07/2026 às 14:29:56	55.591.803/0001-50	R$ 1.300,0000
30/07/2026 às 14:29:57	55.902.341/0001-44	R$ 1.660,0000

Mensagens do chat do Item 1

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	30/07/2026 às 14:30:02	O item 1 teve empate real para o valor 2.000,0000. Procedeu-se o sorteio eletrônico entre os fornecedores com propostas empatadas. Acompanhe as convocações no Julgamento de Propostas.
Sistema	30/07/2026 às 14:30:02	O item 1 está encerrado.
Sistema para o participante 55.591.803/0001-50	30/07/2026 às 14:34:48	Sr. Fornecedor RGR ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ 55.591.803/0001-50, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 16:36:00 do dia 30/07/2026. Justificativa: Sr. Licitante, solicito que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta de preços ajustada ao seu último lance. Por favor, utilize a opção de enviar anexo do sistema e siga o modelo especificado no Anexo II do Aviso. .
Pelo participante 55.591.803/0001-50	30/07/2026 às 15:51:02	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 15:51:02 de 30/07/2026. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor RGR ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ 55.591.803/0001-50.
Pelo participante 55.591.803/0001-50	30/07/2026 às 15:51:33	Boa tarde Prezados! Documentos anexados no portal. Permanecemos à disposição para sanar quaisquer dúvidas;
Sistema para o participante 55.591.803/0001-50	30/07/2026 às 16:39:58	Sr. Licitante peço que tenha ciência que o valor mensal apontado na sua proposta será desconsiderado, pois o serviço será pago em bimistre, como aponta em alguns pontos do arquivo.
Sistema para o participante 55.591.803/0001-50	30/07/2026 às 16:42:04	Outro ponto a ser verificado, considerando a distância entre a sede da empresa e o Município, é se a licitante está ciente e possui condições de atender às visitas técnicas previstas no item 5.1.3 do Termo de Referência.
Sistema para o participante 55.591.803/0001-50	30/07/2026 às 16:42:55	Para garantia será solicitado uma declaração sobre a situação, onde os prazos para anexos estão disponiveis.
Sistema para o participante 55.591.803/0001-50	30/07/2026 às 16:43:28	Sr. Fornecedor RGR ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ 55.591.803/0001-50, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 18:45:00 do dia 30/07/2026. Justificativa: Apresentar declaração que a empresa realizará visitas tecnicas mensais..
Pelo participante 55.591.803/0001-50	30/07/2026 às 16:52:07	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 16:52:07 de 30/07/2026. 2 anexos foram enviados pelo fornecedor RGR ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ 55.591.803/0001-50.
Pelo participante 55.591.803/0001-50	30/07/2026 às 16:52:26	Prezados, anexamos a declaração e corrigimos a proposta retirando o valor mensal.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema para o participante 55.591.803/0001-50	30/07/2026 às 16:53:43	Perfeito!
Sistema para o participante 55.591.803/0001-50	30/07/2026 às 16:54:20	Procederei à verificação de possíveis sanções que possam impedir a participação de sua empresa nos itens deste certame ou a contratação por este órgão.

Eventos do Item 1

Data/Hora	Descrição
30/07/2026 às 14:30:02	Item com etapa aberta encerrada.
30/07/2026 às 14:30:02	Item teve empate real para o valor 2.000,0000. Procedeu-se o sorteio eletrônico entre os fornecedores com propostas empatadas.
30/07/2026 às 14:30:02	Item encerrado para lances.
30/07/2026 às 14:34:48	Fornecedor RGR ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ 55.591.803/0001-50 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 16:36:00 do dia 30/07/2026.

	Justificativa: Sr. Licitante, solicito que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta de preços ajustada ao seu último lance. Por favor, utilize a opção de enviar anexo do sistema e siga o modelo especificado no Anexo II do Aviso. .
30/07/2026 às 15:51:02	Fornecedor RGR ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ 55.591.803/0001-50 finalizou o envio de anexo.
30/07/2026 às 16:43:28	Fornecedor RGR ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ 55.591.803/0001-50 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 18:45:00 do dia 30/07/2026. Justificativa: Apresentar declaração que a empresa realizará visitas tecnicas mensais..
30/07/2026 às 16:52:07	Fornecedor RGR ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ 55.591.803/0001-50 finalizou o envio de anexo.
30/07/2026 às 17:03:12	Fornecedor RGR ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ 55.591.803/0001-50 teve a proposta aceita, melhor lance: R$ 1.300,0000.
30/07/2026 às 17:08:00	Fornecedor RGR ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ 55.591.803/0001-50 foi habilitado.
31/07/2026 às 10:31:20	Fornecedor RGR ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ 55.591.803/0001-50 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 1.300,0000.
31/07/2026 às 10:31:21	Item homologado.

Publicado por:
Alessandro Dos Anjos
Código Identificador:6FBD36AC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 64/2026

EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 64/2026
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E PARCELADAS DE DERIVADOS DE PEDRA**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: BOSCARDIN & CIA LTDA
CNPJ.: 78.142.734/0001-00
Embasamento Legal: Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 07/2024
Rio Azul, 31 de julho de 2026.

(A) LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0259/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: BOSCARDIN & CIA LTDA
CNPJ.: 78.142.734/0001-00
VALOR: R$ **917.530,00** (Novecentos e Dezessete Mil, Quinhentos e Trinta Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **31/07/2026** à **30/07/2027.**
ASSINATURA: 31/07/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A) CLAUDETE TEREZINHA BOSCARDIN
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 002 - AMPLA CONCORRÊNCIA	1	77401	PEDRA BICA CORRIDA	PRÓPRIA PADRÃO	TON	625,00	54,00	33.750,00
LOTE: 004 - AMPLA CONCORRÊNCIA	1	77403	PEDRISCO	PRÓPRIA PADRÃO	TON	250,00	67,00	16.750,00
LOTE: 006 - AMPLA CONCORRÊNCIA	1	77405	BRITA GRADUADA	PRÓPRIA PADRÃO	TON	1.250,00	63,00	78.750,00
LOTE: 008 - AMPLA CONCORRÊNCIA	1	77407	RACHÃO	PRÓPRIA PADRÃO	TON	500,00	57,00	28.500,00
LOTE: 011 - AMPLA CONCORRÊNCIA	1	77410	BRITA Nº 04	PRÓPRIA PADRÃO	TON	625,00	61,00	38.125,00
LOTE: 013 - AMPLA CONCORRÊNCIA	1	77412	BRITA Nº 01	PRÓPRIA PADRÃO	TON	500,00	61,00	30.500,00
LOTE: 016 - AMPLA CONCORRÊNCIA	1	77415	BRITA GRADUADA ENTREGUES NO PATIO DA PREFEITURA	PRÓPRIA PADRÃO	TON	1.250,00	103,00	128.750,00
LOTE: 018 - AMPLA CONCORRÊNCIA	1	77417	BRITA Nº 01 ENTREGUES NO PATIO DA PREFEITURA	PRÓPRIA PADRÃO	TON	500,00	101,00	50.500,00
LOTE: 020 - AMPLA CONCORRÊNCIA	1	77419	BRITA Nº 04 ENTREGUES NO PATIO DA PREFEITURA	PRÓPRIA PADRÃO	TON	1.250,00	101,00	126.250,00
LOTE: 022 - AMPLA CONCORRÊNCIA	1	77421	PEDRA BICA CORRIDA ENTREGUES NO PATIO DA PREFEITURA	PRÓPRIA PADRÃO	TON	2.500,00	93,70	234.250,00
LOTE: 025 - AMPLA CONCORRÊNCIA	1	77424	PEDRISCO ENTREGUES NO PATIO DA PREFEITURA	PRÓPRIA PADRÃO	TON	500,00	107,00	53.500,00
LOTE: 027 - AMPLA CONCORRÊNCIA	1	77426	PÓ DE PEDRA ENTREGUES NO PATIO DA PREFEITURA	PRÓPRIA PADRÃO	TON	500,00	100,11	50.055,00
LOTE: 029 - AMPLA CONCORRÊNCIA	1	77428	RACHÃO ENTREGUES NO PATIO DA PREFEITURA	PRÓPRIA PADRÃO	TON	500,00	95,70	47.850,00

TOTAL	917.530,00

ITENS DESERTOS/ITENS FRACASSADOS

Lote: 1 - Lote 001						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77400	PEDRA BICA CORRIDA	1.875,00	TON	73,34	137.512,50
Lote: 3 - Lote 003						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77402	PEDRISCO	750,00	TON	80,99	60.742,50
Lote: 5 - Lote 005						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77404	BRITA GRADUADA	3.750,00	TON	77,43	290.362,50
Lote: 7 - Lote 007						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77406	RACHÃO	1.500,00	TON	70,69	106.035,00
Lote: 9 - Lote 009						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77408	PÓ DE PEDRA	500,00	TON	65,37	32.685,00
Lote: 10 - Lote 010						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77409	BRITA Nº 04	1.875,00	TON	67,72	126.975,00
Lote: 12 - Lote 012						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77411	BRITA Nº 01	1.500,00	TON	69,80	104.700,00
Lote: 14 - Lote 014						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77413	PEDRA DETONADA	200,00	TON	66,67	13.334,00
Lote: 15 - Lote 015						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77414	BRITA GRADUADA ENTREGUES NO PATIO DA PREFEITURA	3.750,00	TON	104,01	390.037,50
Lote: 17 - Lote 017						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77416	BRITA Nº 01 ENTREGUES NO PATIO DA PREFEITURA	1.500,00	TON	102,61	153.915,00
Lote: 19 - Lote 019						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77418	BRITA Nº 04 ENTREGUES NO PATIO DA PREFEITURA	3.750,00	TON	107,21	402.037,50
Lote: 21 - Lote 021						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77420	PEDRA BICA CORRIDA ENTREGUES NO PATIO DA PREFEITURA	7.500,00	TON	98,81	741.075,00
Lote: 23 - Lote 023						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77422	PEDRA DETONADA ENTREGUES NO PATIO DA PREFEITURA	200,00	TON	96,67	19.334,00
Lote: 24 - Lote 024						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77423	PEDRISCO ENTREGUES NO PATIO DA PREFEITURA	1.500,00	TON	114,60	171.900,00
Lote: 26 - Lote 026						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77425	PÓ DE PEDRA ENTREGUES NO PATIO DA PREFEITURA	1.500,00	TON	100,11	150.165,00
Lote: 28 - Lote 028						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77427	RACHÃO ENTREGUES NO PATIO DA PREFEITURA	1.500,00	TON	95,74	143.610,00

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:240DB14F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA 35/2026

"Dispõe sobre a lista de classificação das crianças que aguardam vagas nas Unidades Educacionais mantidas por este Município."

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a Normativa Nº 02/2023 de março de 2023.

CONSIDERANDO a atualização cadastral das crianças para vagas nas Unidades de Educação Infantil realizadas na Secretaria Municipal de Educação.

CONSIDERANDO a formação e atualização das crianças cadastradas em lista de espera para vagas nas Unidades Educacionais de Ensino Infantil seguindo o disposto da Normativa Nº 02/2023.

R E S O L V E

Art. 1º Tornar pública a Lista de Espera dos Centros Municipais de Educação Infantil.

Art. 2º Os responsáveis pelas crianças convocadas para as vagas remanescentes, devem comparecer a Secretaria Municipal de Educação entre os dias 03 a 07 de Agosto, para a retirada da Guia de Encaminhamento e a efetivação da matrícula no CMEI.

Art. 3° Os responsáveis pelas crianças classificadas como “Deferido” devem aguardar a abertura de novas vagas para ser convocado pela Secretaria Municipal de Educação.

Rio Branco do Sul, 03 de Agosto 2026.

ELISANGELA RODRIGUES BAIDO
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 8.024/2025
Rio Branco do Sul
Paraná

LISTA DE ESPERA – DEMANDA MANIFESTA DEMANDA CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO MARIA DA LUZ CHRISTO LIMA - CAIC

INFANTIL 1

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. DO CAD.
1	24	REBECCA CORDEIRO DE FARIA	04/08/2025	117-26/DEFERIDO
2	24	MATHEUS DOMINGUES DOS SANTOS	20/10/2025	183-26/DEFERIDO
3	23	KALIEL ALVES PIRES	06/12/2024	104-26/DEFERIDO
4	23	MARIA CECÍLIA VAZ MORETTO	26/06/2024	186-26/DEFERIDO
5	22	ALINA RODRIGUES DE FARIA	08/07/2025	64-26/DEFERIDO
6	22	SERENA FARIA SOUZA	08/12/2025	163-26/DEFERIDO
7	11	AURORA CAMARGO COUTINHO FLORENCIO	27/07/2024	175-26 / DEFERIDO

INFANTIL 2

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. DO CAD.
1	24	MELISSA GEFFER VAZ	30/11/2023	118-26/DEFERIDO
2	24	SOPHIA STELA PEDROSO	07/08/2023	168-26/DEFERIDO
3	21	MARIA HELENA FARIA SOUZA	14/04/2023	177-26/DEFERIDO
4	12	JOHN BENICIO RESTOF RITA	03/10/2023	32-26/DEFERIDO
5	12	ANTONIO FELIPE TEIXEIRA NETO	18/08/2023	73-26/DEFERIDO
6	12	YCARO RAVI GONÇALVES DE FARIA	14/04/2023	56-26/DEFERIDO

INFANTIL 3

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. DO CAD.
1		LARA EMANUELY LINS ORTIS	10/01/2023	224-25/PENDÊNCIA NA DOC.

LISTA DE ESPERA DE ESPERA – DEMANDA MANIFESTA DEMANDA CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DINAIR F.MARCHIORO – VOVÓ DIVA

INFANTIL 1

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. CAD.
1	23	REBECA DE FARIA RODRIGUES	28/10/2025	156-26/DEFERIDO
2	12	JOSÉ VALENTIM DOS SANTOS	06/09/2025	122-26/DEFERIDO
3		MARIA ALICE DE MOURA MARIANO	19/08/2024	292-25/PENDENCIA NA DOC.

INFANTIL 2

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. CAD.
1	23	DAVI DALAVECHIA TEIXEIRA	23/08/2023	54-26/DEFERIDO
2	21	GIULLIANE DA SILVA ROSA	28/09/2023	33-25/DEFERIDO
3	20	ÍSIS MARIA FELISSISSIMO	15/09/2023	120-25/DEFERIDO
4	12	MAYLLA LOUISE MIRANDA BONFIM	23/10/2023	53-26/DEFERIDO

INFANTIL 3

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. CAD.

LISTA DE ESPERA DE ESPERA – DEMANDA MANIFESTA DEMANDA CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – LEONY PIOLI

INFANTIL 1

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. DO CAD.
1	24	ASAFE RAMOS DE FRANÇA	14/07/2024	78-26/DEFERIDO
2	24	YSAAC GONIDES MARTINS	25/11/2025	119-26/DEFERIDO
3	24	MARIA ELOAH DOS SANTOS CUSTODIO	25/09/2025	27-26/DEFERIDO
4	24	LAURA LEDI ELIAS FURQUIM	09/07/2025	176-26/DEFERIDO
5	23	ELOAH VITORIA NASCIMENTO DE MORAIS	09/07/2024	45-26/DEFERIDO
6	23	STÉLLA RODRIGUES CASTRO	20/11/2025	164-26/DEFERIDO
7	20	MAITÊ GONÇALVES DE ALMEIDA	16/01/2025	80-26/DEFERIDO
8	19	MARIA ÍSIS VIDAL RIBEIRO	06/04/2025	65-26/DEFERIDO
9	12	CECILIA MOURA DA SILVA	15/07/2024	171-26/DEFERIDO

10	12	ALICE GABRIELA OLIVEIRA SANTOS	15/09/2024	169-26/DEFERIDO
11	10	HELENA DE CRISTO BUNICK	08/09/2025	83-26/DEFERIDO
12	10	APOLO BONFIM DE CRISTO	14/11/2024	85-26/DEFERIDO

INFANTIL 2

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. DO CAD.
1	43	AYLA MARIANA CARDOSO	07/05/2023	115-26/DEFERIDO
2	40	EMANUEL FITZ	09/02/2024	102-26 / DEFERIDO
3	24	ISADORA SALIM PRESTES	02/04/2023	114-26/DEFERIDO
4	24	ANTHONY RAVI POLLI	30/01/2024	162-26/DEFERIDO
5	24	ENZO AUGUSTO TIBLIER DRUZ	08/08/2023	182-26/DEFERIDO
6	23	YURI GABRIEL MACHADO THIMOTEO	13/10/2023	33-26/DEFERIDO
7	23	MARIA CECILIA RODRIGUES BUENO	14/11/2023	307-24/DEFERIDO
8	23	ANTHONY GAEL RIBEIRO	21/11/2023	140-26/DEFERIDO
9	22	CECÍLIA CORDEIRO AGNER	11/12/2023	165-25/DEFERIDO
10	22	ISAAC JOSÉ AGNER DE LARA	27/12/2023	227-25/DEFERIDO
11	22	ANTONELLA DE LARA LAMIN MACEDO	14/05/2023	35-26/DEFERIDO
12	12	MAYULLI CECÍLIA STOCO	01/04/2023	128-26/DEFERIDO
13	11	MANUELA STRESSER DA SILVA	04/06/2023	201-25/DEFERIDO
14	11	EMANUELLY VICTORIO FERREIRA	25/05/2023	172-26/DEFERIDO
15	9	AYLA MARIA FARIA DA SILVA	21/09/2023	144-25/DEFERIDO
16	9	EMANUEL RODRIGUES ARTIGAS	06/07/2023	284-25/DEFERIDO
17	7	JOAQUIM HENRIQUE SOUZA DA SILVA	31/10/2023	296-24/DEFERIDO
18	6	RAFAEL DE FARIA RIBEIRO	19/02/2024	161-24/DEFERIDO
19		LORRANY SOFIA DE SOUZA TABORDA	24/03/2024	191-24/ PENDÊNCIA DE DOC.

INFANTIL 3

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. DO CAD.

MUNICIPAL DE LISTA DE ESPERA DE ESPERA – DEMANDA MANIFESTA DEMANDA CENTRO EDUCAÇÃO – MARIA LUIZA DE FARIA

INFANTIL 1

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO/SIT. DO CAD.
1	24	RAVY JOSÉ RIBEIRO CIBA	29/10/2024	142-26/DEFERIDO
2	24	ISAAC MEDEIROS	02/07/2025	181-26/DEFERIDO
3	24	ESTELA JAMBISKI MOURA	24/02/2025	185-26/DEFERIDO
4	23	LOHAN AGNER LARA	01/08/2024	49-26/DEFERIDO
5	23	ISIS HELENA DOS SANTOS	03/10/2025	139-26/DEFERIDO
6	23	HEITOR MIGUEL DOS SANTOS	02/07/2024	138-26/DEFERIDO
7	23	KIARA MAITTE LOURENÇO FRANÇA	26/01/2026	160-26/DEFERIDO
8	23	CECILIA JUVINSKI DOS REIS	09/05/2024	180-26/DEFERIDO
9	22	ADRIEL BENÍCIO GARCIA SOARES	17/12/2024	131-26/DEFERIDO
10	21	NICOLAS BARBOSA DOS SANTOS	17/10/2025	75-26/DEFERIDO
11	12	CECÍLIA ALVES DOS SANTOS	11/05/2025	18-26/DEFERIDO
12	9	BRENO LUIZ RAUSIS	05/04/2024	40-26/DEFERIDO
13	7	MATHEUS MARIANO LAZARINI	14/12/2024	19-25/ DEFERIDO

INFANTIL 2

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. DO CAD.
1	24	MARIA ALICE DE PAULA DIAS	20/11/2023	285-25/DEFERIDO
2	24	ELOÁH BUENO FURQUIM	15/03/2024	61-26/DEFERIDO
3	24	ELÔAH NASCIMENTO SILVA	02/02/2024	74-26/DEFERIDO
4	24	MARIA ALICE DE FARIA	06/01/2024	99-26/DEFERIDO
5	24	BERNARDO AUGUSTO DE OLIVEIRA	08/09/2023	145-26/DEFERIDO
6	23	EMANUEL COUTO CARDOSO DOS REIS	18/03/2024	32-25/DEFERIDO
7	23	ANTHONY DANIEL CROPOLATO MATIAS	29/03/2024	162-25/DEFERIDO
8	23	AURORA DOS REIS DE SOUZA	11/09/2023	259-25/ DEFERIDO
9	23	MAVIE DOS SANTOS MACIEL	20/01/2024	98-26 / DEFERIDO
10	22	VITOR MIGUEL ERAT PEREIRA	18/05/2023	190-25/DEFERIDO
11	22	LAURA LUIZA APARECIDA PEREIRA	11/07/2023	68-26/DEFERIDO
12	21	ANTONELLA VALENTINA DOS SANTOS PEREIRA	27/01/2024	249-24/DEFERIDO
13	12	THÉO NOAH DOS SANTOS VAZ	08/09/2023	24-26/DEFERIDO
14	10	JULIA GONÇALVES DA SILVA	26/05/2023	22-25/DEFERIDO
15	9	ANTONELLA LAVINIA MULLER	10/04/2023	244 / DEFERIDO
16	9	CECÍLIA NATEL DE CASTRO BONFIM	13/08/2023	234-24/DEFERIDO
17		MARIA LUIZA FRANÇA DOS SANTOS	08/08/2023	94-25/PENDÊNCIA NA DOC.

INFANTIL 3

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SITUAÇÃO DO CAD.
1	24	MIGUEL HENRIQUE FARIA DE FRANÇA	24/07/2022	COMPARECER A SEMED ENTRE OS DIAS 03 – 07 DE AGOSTO
2		LORENZO SOARES LEMOS	16/08/2022	139-24 / PENDENCIA DOC

LISTA DE ESPERA DE ESPERA – DEMANDA MANIFESTA DEMANDA CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – JOCIMERI FLORÊNCIO DOS REIS – TIA MERI

INFANTIL 1

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. DO CAD.
1	24	ALAN MATEO BASTIDAS MONTANA	05/02/2025	39-26/DEFERIDO

2	24	GEORGIA FRANCESCA MATOSO MACHADO	18/09/2025	89-26/DEFERIDO
3	24	KEVIN RAVI DOS SANTOS MACHADO	18/11/2024	109-26/DEFERIDO
4	24	JOSÉ HENRIQUE LOURENÇO DE SOUZA DOS SANTOS	05/09/2024	143-26/DEFERIDO
5	24	ISABELLA SOFIA SOARES DO NASCIMENTO	10/12/2024	25-26/DEFERIDO
6	24	MARIA CECÍLIA DA LUZ BONFIM	08/05/2024	173-26/DEFERIDO
7	23	HELENA MAVIH BUENO	31/03/2025	106-26/DEFERIDO
8	23	NOAH DAVI NICOLAU DOS SANTOS	14/05/2025	170-26/DEFERIDO
9	22	REDELYN MARIA PEEDROSO DA SILVA	24/08/2025	29-26/DEFERIDO
10	22	ANTHONY GABRIEL DOS SANTOS	18/09/2025	55-26/DEFERIDO
11	22	AURORA ARAUJO DE LIMA	29/08/2025	79-26/DEFERIDO
12	22	ESTHER GIOVANNA NÓBREGA	09/09/2025	141-26/DEFERIDO
13	22	NICOLAS VINICIUS GONÇALVES	22/09/2024	144-26/DEFERIDO
14	22	KALEB DO NASCIMENTO SILVA	21/09/2025	02-26/DEFERIDO
15	18	SARA RIBEIRO DE CASTRO	04/06/2024	155-26/DEFERIDO
16	12	ÁGATHA PELIZZARI	27/01/2025	299-25/DEFERIDO
17	12	SIBELLY LUARA GODOI MARTINS	27/06/2024	132-26/DEFERIDO
18	8	GEOVANA MONTEIRO	10/02/2025	122-25/DEFERIDO
19	8	ANTONY GABRIEL DOS SANTOS	17/06/2024	138-25/DEFERIDO

INFANTIL 2

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. DO CAD.
1	24	EDUARDO FRANÇA ELIAS	29/03/2024	20-26/DEFERIDO
2	24	AMANDA FURQUIM CAVALCANTE	18/10/2023	81-26/DEFERIDO
3	24	EDWINA MAKENA MATOSO MACHADO	10/04/2023	87-26/DEFERIDO
4	24	MARIA LUIZA DOS SANTOS DE DEUS	09/06/2023	157-26/DEFERIDO
5	24	LUIZ MIGUEL GARCIA ORTIZ	14/04/2023	174-26/DEFERIDO
6	20	JULIO DE OLIVEIRA DE CARVALHO	27/12/2023	47-25/DEFERIDO
7	18	VICENTE LESNIOWSKI	19/09/2023	181-25/DEFERIDO
8	11	NOAH MIGUEL CAETANO BOUTIN	07/10/2023	10-26/DEFERIDO
9	11	RAVI MIGUEL CANDIDO BUENO	18/10/2023	72-26/DEFERIDO
10	11	LUARA DE LIMA SCHNEIDER	29/09/2023	82-26/DEFERIDO
11	9	BERNARDO MIRANDA	03/09/2023	179-24 / DEFERIDO

INFANTIL 3

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. DO CAD.

LISTA DE ESPERA DE ESPERA – DEMANDA MANIFESTA DEMANDA CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – VEREADOR ADEMIR JOSÉ NODARI - SANTARIA

INFANTIL 1

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SIT. DO CAD.
1	24	LÍVIA ELOISE DOS SANTOS FARIA	11/07/2025	121-26/DEFERIDO
2	24	DOMINICK PINHEIRO	03/04/2025	148-26/DEFERIDO
3	24	VALENTINA VITORIA BERTOLIN CORDEIRO	01/04/2024	179-26/DEFERIDO
4	23	KAUÊ MARTINS CORREIA	11/06/2024	130-26/DEFERIDO
5	23	KAYNÃ BERNARDO DA SILVA CARVALHO	26/07/2025	165-26/DEFERIDO
6	7	LIVIA RIBEIRO DE CARVALHO	08/02/2025	153-26/DEFERIDO

INFANTIL 2

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SITUAÇÃO CADASTRO

INFANTIL 3

SEQ.	PONTOS	NOME	DATA DE NASC.	PROTOCOLO / SITUAÇÃO CADASTRO

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:65AC93C6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 220/2026 - MODALIDADE – DISPENSA PRESENCIAL N° 107/2026

OBJETO: Revisão preventiva programada de 20.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	2,00	SRV	SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA MECÂNICA	245,57	DE MARCO LTDA
2	2,00	UN	ANEL DE VEDAÇÃO	11,00	DE MARCO LTDA
3	2,00	UN	FILTRO DE AR	105,70	DE MARCO LTDA
4	2,00	UN	FILTRO HABITACULO	45,50	DE MARCO LTDA
5	2,00	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL	55,00	DE MARCO LTDA
6	2,00	UN	FILTRO DE ÓLEO	75,20	DE MARCO LTDA
7	2,00	L	ÓLEO DE MOTOR	209,96	DE MARCO LTDA
8	2,00	SRV	SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA MECÂNICA	559,71	DE MARCO LTDA
9	2,00	UN	ANEL DE VEDAÇÃO	6,20	DE MARCO LTDA
10	2,00	UN	FILTRO DE COMBUSTÍVEL	515,90	DE MARCO LTDA

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
11	2,00	UN	FILTRO DE ÓLEO	70,20	DE MARCO LTDA
12	2,00	L	ÓLEO DE MOTOR	662,75	DE MARCO LTDA
13	2,00	UN	FILTRO DE AR	142,90	DE MARCO LTDA
14	2,00	UN	FILTRO HABITACULO	59,90	DE MARCO LTDA

Rio Negro, 31 de julho de 2026 -

JOÃO GUILHERME SCHELBAUER –
Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:896D3139

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 373 30 DE JULHO DE 2026.

SÚMULA: Reestima as Receitas Prevista, fonte de recursos; fonte de recursos; abre Crédito Adicional Suplementar – Por Provável Excesso de Arrecadação, e altera o cronograma de Execução Mensal para Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto nº 666 de 31 de Dezembro de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no inciso II, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e de conformidade com o disposto nos §1º e 2º do artigo 10º e artigos 15 e 16 da Lei nº 4.360 de 19/12/2025 – Lei Orçamentária Anual – LOA/2026

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica Reestimada a Receitas de Transferências Correntes na Fonte de Recursos – 1072 Transferências Voluntárias Públicas Federais - ITAIPU BINACIONAL - PROGRAMA ITAIPU MAIS QUE ENERGIA, conforme a seguir especificada:

Red	Código	Descrição	*Valor Orçado	**Valor Arrecadado até 07/2026	*** Valores Atualizados	**** Projeção de Arrecadação até 12/2026	*****Provável Excesso de Arrecadação no Exercício
471	1.7.1.9.57.0.1.16.00.00.00.00	Caixa - ITAIPU BINACIONAL - PROGRAMA N° 4122404	0,00	897.034,93	897.034,93	1.794.069,85	897.034,92
TOTAL			**0,00**	**897.034,93**	**897.034,93**	**1.794.069,85**	**897.034,92**
* Valor da Receita prevista na Lei Municipal nº Lei 4.360 de 19/12/2025;							
** Valor da receita Arrecadada até 07/2026							
*** Valor atualizado pelo Decreto nº 364 de 28/07/2026.							
**** Projeção de Arrecadação no Exercício;							
***** Provável Excesso de Arrecadação no Exercício.							

Art. 2º - Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 897.034,92 (Oitocentos e noventa e sete mil, trinta e quatro reais e noventa e dois centavos),** para reforço de dotações constantes da Lei de Orçamento vigente, 4.360 de 19/12/2025, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
07.01.15.451.0007.1.007	4.4.90.51.00.00.00	1072	R$ 897.034,92
TOTAL			**R$ 897.034,92**

Art. 3º - Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo anterior, o Executivo utilizar-se-á do previsto no inciso II, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e do previsto nos § 1º e 2º do artigo 10º e artigos 15 e 16 da Lei nº 4.360 de 19/12/2025– Lei Orçamentária Anual – LOA/2026.
Parágrafo único. Como Provável Excesso de Arrecadação considerar-se-á o montante de **R$ 897.034,92 (Oitocentos e noventa e sete mil, trinta e quatro reais e noventa e dois centavos),** oriundos da Fonte de Recursos: 1072 Transferências Voluntárias Públicas Federais - ITAIPU BINACIONAL - PROGRAMA ITAIPU MAIS QUE ENERGIA.
Art. 4º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto n° 666 de 31 de Dezembro de 2025, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos de **R$ 897.034,92 (Oitocentos e noventa e sete mil, trinta e quatro reais e noventa e dois centavos),** conforme a seguir especificados:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos
07.01	4.4	1072	Julho	R$ 897.034,92
TOTAL				**R$ 897.034,92**

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua edição, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 30 de Julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	*EDER JUNIOR EVANGELISTA*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Finanças

PAULO ROGÉRIO DE LIMA	*CARLOS EDUARDO DRONG*
Secretário Municipal de Administração	Contador (CRC PR-083213/O)

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:5D3F30D3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL Nº 1.428 DE 31 DE JULHO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.428 DE 31 DE JULHO DE 2026

Súmula: Abre Crédito Suplementar para alterar valor de programas no (PPA), alterar o valor de ações na LDO e alterar por Anulação a LOA do Município de Salto do Lontra - PR, no valor de R$ 692.000,00 e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pelos Art. 25, parágrafo único e Art. 47 da Lei nº 568/2025 de 25 de junho de 2025 publicada em 26 de junho de 2025 da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária) do exercício de 2026 e Art. 4º, da Lei 610/2025 de 01 de dezembro de 2025 publicada em 02 de dezembro de 2025 da LOA (Lei Orçamentária Anual) do exercício de 2026:

DECRETA

Art. 1º - Ficam alterados valores de Categorias Econômicas de Programas da Lei nº 607/2025 do PPA (Plano Plurianual) do período 2026/2029, conforme "Anexo I" deste Decreto.

Art. 2º - Ficam alterados valores de Categorias Econômicas de Ações da Lei nº 568/2025 de 25 de junho de 2025, LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária), do exercício 2026, conforme "Anexo I" deste Decreto.

Art. 3º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Salto do Lontra, Estado do Paraná, Crédito Suplementar por Anulação no valor de R$ 692.000,00 (seiscentos e noventa e dois mil reais), nas dotações orçamentárias especificadas no "Anexo I" deste Decreto.

Art. 4º - Para a cobertura do presente Crédito Suplementar será utilizado os recursos de Anulação das Fontes de Recursos, conforme "Anexo I" deste Decreto.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto do Lontra, em 31 de julho de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Estado do Paraná Suplementações e Reduções	**Orçamentárias**	**Mes 7 de 2026**		**Folha: 1**
Prefeitura Municipal de Salto do Lontra				
Fund. Legal: 1428 Tipo : 1 - Decreto	**Ementa:5 Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação**			
Suplementações	No Período	No Ano	No Período	No Ano
Reduções				
Órgão.....: 02 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO				
Unidade Orçamentária: 02.05 DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO				
15 Urbanismo				
15451 Infra-estrutura Urbana				
154510009 DESENVOLVIMENTO DE OBRAS E URBANISMO				
1545100092.055000 PROGRAMA DESTINAÇÃO RESÍDUOS SÓLIDOS				
91 3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00
Fonte : 0Recursos Ordinários (Livres)				
292223 31/07/2026 Credito Suplementar	70.000,00			
Total Unidade Orçamentária	**70.000,00**	**70.000,00**	**0,00**	**0,00**
Total Orgão	**70.000,00**	**70.000,00**	**0,00**	**0,00**
Suplementações	No Período	No Ano		
Reduções			No Período	No Ano
Órgão.....: 04 SECRETARIA MUN. SAÚDE E SANEAMENTO				
Unidade Orçamentária: 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10 Saúde				
10301 Atenção Básica				
103010017 SERVIÇOS DE SAÚDE				
1030100172.020000 SERVIÇOS DE SAÚDE COMUNITÁRIA				
172 3.3.90.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DEC. DE C	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00
Fonte : 303Saúde - Receitas Vinculadas (EC29/00 - 15%)				
292209 31/07/2026 Credito Suplementar	600.000,00			
1030100172.016000 PAP - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DA ATENÇÃO BÁSICA				
158 3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESS	0,00	0,00	22.000,00	22.000,00
Fonte : 494Bloco Custeio Ações e Serviços Públicos de Saúde				
292237 31/07/2026 Reducao de Credito	22.000,00			
10302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
103020017 SERVIÇOS DE SAÚDE				
1030200172.017000 MAC - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR				
193 3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSO	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00
Fonte : 494Bloco Custeio Ações e Serviços Públicos de Saúde				
292230 31/07/2026 Credito Suplementar	22.000,00			
Total Unidade Orçamentária	**622.000,00**	**622.000,00**	**22.000,00**	**22.000,00**
Suplementações	No Período	No Ano		
Reduções			No Período	No Ano
Órgão.....: 04 SECRETARIA MUN. SAÚDE E SANEAMENTO				
Unidade Orçamentária: 04.02 HOSPITAL MUNICIPAL				
10 Saúde				
10302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
103020018 SERVIÇOS DE SAÚDE HOSPITAL MUNICIPAL				
1030200182.062000 MANUTENÇÃO HOSPITAL MUNICIPAL				

201 3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESS	0,00	0,00	170.000,00	170.000,00
Fonte : 303Saúde - Receitas Vinculadas (EC29/00 - 15%)				
292251 31/07/2026 Reducao de Credito	170.000,00			
205 3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
Fonte : 303Saúde - Receitas Vinculadas (EC29/00 - 15%)				
292244 31/07/2026 Reducao de Credito	100.000,00			
209 3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSO	0,00	0,00	400.000,00	400.000,00
Fonte : 303Saúde - Receitas Vinculadas (EC29/00 - 15%)				
292294 31/07/2026 Reducao de Credito	400.000,00			
Total Unidade Orçamentária	**0,00**	**0,00**	**670.000,00**	**670.000,00**
Total Orgão	**622.000,00**	**622.000,00**	**692.000,00**	**692.000,00**
Total Geral	**692.000,00**	**692.000,00**	**692.000,00**	**692.000,00**
Fonte de Recursos	Suplementações		Reduções	
	No Período	No Ano	No Período	No Ano
0 Recursos Ordinários (Livres)	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00
303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	600.000,00	600.000,00	670.000,00	670.000,00
494 Bloco Custeio Ações e Serviços Públicos de Saú	22.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00
Total Geral	**692.000,00**	**692.000,00**	**692.000,00**	**692.000,00**
FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento, 31/Jul/2026, 10h e 27m.				

Publicado por:
Rodrigo Base
Código Identificador:87DB58D0

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL Nº 1.429 DE 31 DE JULHO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.429 DE 31 DE JULHO DE 2026

Súmula: Abre Crédito Suplementar para alterar valor de programas no (PPA), alterar o valor de ações na LDO e alterar por Anulação a LOA do Município de Salto do Lontra - PR, no valor de R$ 445.000,00 e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pelos Art. 25, parágrafo único e Art. 47 da Lei nº 568/2025 de 25 de junho de 2025 publicada em 26 de junho de 2025 da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária) do exercício de 2026 e Art. 4º, da Lei 610/2025 de 01 de dezembro de 2025 publicada em 02 de dezembro de 2025 da LOA (Lei Orçamentária Anual) do exercício de 2026:

DECRETA

Art. 1º - Ficam alterados valores de Categorias Econômicas de Programas da Lei nº 607/2025 do PPA (Plano Plurianual) do período 2026/2029, conforme "Anexo I" deste Decreto.

Art. 2º - Ficam alterados valores de Categorias Econômicas de Ações da Lei nº 568/2025 de 25 de junho de 2025, LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária), do exercício 2026, conforme "Anexo I" deste Decreto.

Art. 3º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Salto do Lontra, Estado do Paraná, Crédito Suplementar por Anulação no valor de R$ 445.000,00 (quatrocentos e quarenta e cinco mil reais), nas dotações orçamentárias especificadas no "Anexo I" deste Decreto.

Art. 4º - Para a cobertura do presente Crédito Suplementar será utilizado os recursos de Anulação das Fontes de Recursos, conforme "Anexo I" deste Decreto.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto do Lontra, em 31 de julho de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Estado do Paraná	**Suplementações e Reduções Orçamentárias**					
Prefeitura Municipal de Salto do Lontra						
Fund. Legal: 1429		**Tipo : 1 - Decreto**	**Ementa:5 Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação**			
Suplementações			No Período	No Ano		
Reduções					No Período	No Ano
Órgão.....: 04 SECRETARIA MUN. SAÚDE E SANEAMENTO						
Unidade Orçamentária: 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
10		Saúde				
10301		Atenção Básica				
103010017		SERVIÇOS DE SAÚDE				
1030100172.016000 PAP -		MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DA ATENÇÃO BÁSICA				
158 3.1.90.11.00.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESS	0,00	0,00	33.000,00	33.000,00
Fonte : 494Bloco Custeio Ações e Serviços Públicos de Saúde						
292605	31/07/2026	Reducao de Credito	33.000,00			
159 3.1.90.13.00.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	230.000,00	230.000,00	0,00	0,00
Fonte : 494Bloco Custeio Ações e Serviços Públicos de Saúde						
292570	31/07/2026	Credito Suplementar	230.000,00			
163 3.3.90.39.00.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSO	0,00	0,00	67.000,00	67.000,00
Fonte : 494Bloco Custeio Ações e Serviços Públicos de Saúde						
292598	31/07/2026	Reducao de Credito	67.000,00			
1030100172.021000		CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CONSUD				
185 3.3.72.39.00.00.00		OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
Fonte : 494Bloco Custeio Ações e Serviços Públicos de Saúde						
292591	31/07/2026	Reducao de Credito	50.000,00			
Total Unidade Orçamentária			**230.000,00**	**230.000,00**	**150.000,00**	**150.000,00**
Suplementações			No Período	No Ano		
Reduções					No Período	No Ano
Órgão.....: 04 SECRETARIA MUN. SAÚDE E SANEAMENTO						
Unidade Orçamentária: 04.02 HOSPITAL MUNICIPAL						
10		Saúde				

10302		Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
103020018		SERVIÇOS DE SAÚDE HOSPITAL MUNICIPAL				
1030200182.063000		MANUTENÇÃO PROGRAMAS DA ATENÇÃO BÁSICA				
214 3.3.90.39.00.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSO	0,00	0,00	80.000,00	80.000,00
Fonte : 494Bloco Custeio Ações e Serviços Públicos de Saúde						
292584	31/07/2026	Reducao de Credito	80.000,00			
Total Unidade Orçamentária			**0,00**	**0,00**	**80.000,00**	**80.000,00**
Total Orgão			**230.000,00**	**230.000,00**	**230.000,00**	**230.000,00**
Suplementações			No Período	No Ano		
Reduções					No Período	No Ano
Órgão.....: 06 SECR. MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES						
Unidade Orçamentária: 06.01 DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO FUNDEB 70% E 30%						
12		Educação				
12365		Educação Infantil				
123650023		MANUTENÇÃO ENSINO FUNDEB 70% E 30%				
1236500232.030000		EDUCAÇÃO CRECHE FUNDEB 70%				
268 3.1.90.11.00.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESS	0,00	0,00	215.000,00	215.000,00
Fonte : 101FUNDEB 70%						
292577	31/07/2026	Reducao de Credito	215.000,00			
1236500232.031000		EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLA FUNDEB 70%				
271 3.1.90.13.00.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	215.000,00	215.000,00	0,00	0,00
Fonte : 101FUNDEB 70%						
292563	31/07/2026	Credito Suplementar	215.000,00			
Total Unidade Orçamentária			**215.000,00**	**215.000,00**	**215.000,00**	**215.000,00**
Total Orgão			**215.000,00**	**215.000,00**	**215.000,00**	**215.000,00**
Total Geral			**445.000,00**	**445.000,00**	**445.000,00**	**445.000,00**
Resumo Final por Fonte de Recursos						
Fund. Legal: 1429			Tipo : 1 - Decreto	Ementa: 5 Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação		
			Suplementações		Reduções	
Fonte de Recursos			No Período	No Ano	No Período	No Ano
101		FUNDEB 70%	215.000,00	215.000,00	215.000,00	215.000,00
494		Bloco Custeio Ações e Serviços Públicos de Saú	230.000,00	230.000,00	230.000,00	230.000,00
Total Geral			**445.000,00**	**445.000,00**	**445.000,00**	**445.000,00**
FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento, 31/Jul/2026, 10h e 49m.						

Publicado por:
Rodrigo Base
Código Identificador:EE037216

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL Nº 1.430 DE 31 DE JULHO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL N° 1.430 DE 31 DE JULHO DE 2026

Súmula: Abre Crédito Suplementar para alterar valor de programas no (PPA), alterar o valor de ações na LDO e aumentar por Excesso de Arrecadação Vinculado a LOA do Município de Salto do Lontra - PR, no valor de R$ 13.000,00 e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pelos Art. 25, parágrafo único e Art. 47 da Lei nº 568/2025 de 25 de junho de 2025 publicada em 26 de junho de 2025 da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária) do exercício de 2026 e Art. 4º, da Lei 610/2025 de 01 de dezembro de 2025 publicada em 02 de dezembro de 2025 da LOA (Lei Orçamentária Anual) do exercício de 2026:

DECRETA

Art. 1º - Ficam alterados valores de Categorias Econômicas de Programas da Lei nº 607/2025 do PPA (Plano Plurianual) do período 2026/2029, conforme "Anexo I" deste Decreto.

Art. 2º - Ficam alterados valores de Categorias Econômicas de Ações da Lei nº 568/2025 de 25 de junho de 2025, LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária), do exercício de 2026, conforme "Anexo I" deste Decreto.

Art. 3º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Salto do Lontra, Estado do Paraná, Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação de recurso Vinculado no valor de R$ 13.000,00 (treze mil reais), nas dotações orçamentárias especificadas no "Anexo I" deste Decreto.

Art. 4º - Para a cobertura do presente Crédito Suplementar será utilizado os recursos, conforme "Anexo I" deste Decreto.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto do Lontra, em 31 de julho de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Suplementações / Reduções	No Período	No Ano	No Período	No Ano
Órgão.....: 05 SECR. MUN. DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA				
Unidade Orçamentária: 05.02 FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
08 Assistência Social				
08244 Assistência Comunitária				
082440020 FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
0824400202.023000 PROGRAMAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL				
2433 3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSO	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00
Fonte : 952c/c:30742-4 Procad-SUAS Federal				
292723 31/07/2026 Credito Suplementar	13.000,00			
Total Unidade Orçamentária	**13.000,00**	**13.000,00**	**0,00**	**0,00**
Total Orgão	**13.000,00**	**13.000,00**	**0,00**	**0,00**
Total Geral	**13.000,00**	**13.000,00**	**0,00**	**0,00**
952 c/c:30742-4 Procad-SUAS Federal	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00

FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento, 31/Jul/2026, 11h e 17m.

Publicado por:
Rodrigo Base
Código Identificador:E01C9BB2

DEPARTAMENTO DE RH
EDITAL Nº 017-2026- CONVOCAÇÃO

EDITAL Nº 017/2026
PSS 001/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO CLASSIFICADO:

SÚMULA: Convoca Candidatos Aprovados no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 001/2025, 25 de Novembro de 2025, para os cargo de Prof. Ed. Infantil, Fund. (Anos Iniciais) 20hs dá outras providências:

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei;
Art. 1º - Ficam convocados para comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos, no Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, na Rua Prefeito Neuri Baú, 975, Centro, no prazo de 05 (cinco) dias, no horário das 07:30 as 11:30hrs e das 13:00 as 17:00hrs, os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2025, na forma constante no anexo, que fica fazendo parte integrante do Edital nº 001/2025, de 25 de Novembro de 2025, para apresentar documentação constante do Edital, para fins de nomeação:
Prof. Ed. Infantil, Fund. (Anos Iniciais) 20hs – Ampla concorrência

N º Insc.	Nome	Data Nasc.	Formação	T. Serviço	Ap. Profiss.	Pont. Final	Class. Geral
21	Crislaine de Borba	09/08/2001	40	0,5		40,5	51
44	Elen Maiara Favero	22/11/2001	30	4	5	39	52
60	Maiara da Silva Carvalho	26/06/1994	30	3	5	38	53

Art. 2º - O candidato que regularmente convocado deixar de comparecer perderá a sua vaga e novo Edital de convocação será expedido, observando-se a ordem de classificação, o mesmo ocorrendo para aqueles candidatos que deixarem de apresentar a sua documentação completa constante do Edital nº 001/2025.
Art. 3º - Revogadas as disposições em contrario este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, 31 de julho de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:910FED9A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DE EDITAL II PREGÃO ELETRÔNICO N° 35/2026.

RETIFICAÇÃO DE EDITAL II

Pregão Eletrônico N° 35/2026.

Verificando que houve erro material no edital de licitação, Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referencia referente ao Pregão Eletrônico do tipo menor preço por item, no que diz respeito ao Descritivo do item 12 (CLORETO DE SÓDIO), procedeu-se às devidas correções e republicamos nesta data os aspectos em questão, que fica com as seguintes redações:

Onde se Lê:

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(...)

12	BR0270092 - GLICOSE Concentração: 5%, Indicação: Solução Injetável, Características Adicionais: Sistema Fechado; Frasco Ou Bolsa 1000,00 Ml .	BL	5.000

TERMO DE REFERÊNCIA - RETIFICADO

(...)

12	BR0270092 - GLICOSE Concentração: 5%, Indicação: Solução Injetável, Características Adicionais: Sistema Fechado; Frasco Ou Bolsa 1000,00 Ml .	BL	5.000	Indicar na proposta	Não	Não	Sigiloso	Sigiloso

EDITAL – NOVA DATA DE ABERTURA

(...)

12	BR0270092 - GLICOSE Concentração: 5%, Indicação: Solução	BL	5.000		Indicar na	Não	Não		

	Injetável, Características Adicionais: Sistema Fechado; Frasco Ou Bolsa 1000,00 Ml .				proposta				

Leia-se:

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(...)

14	BR0270093 - GLICOSE + CLORETO DE SÓDIO - Dosagem: 5 % + 0,9%; Apresentação: Solução Injetavel, sistema fechado, BOLSA OU FRASCO 1000,00 ML .	BL	5.000

TERMO DE REFERÊNCIA - RETIFICADO

(...)

14	BR0270093 - GLICOSE + CLORETO DE SÓDIO - Dosagem: 5 % + 0,9%; Apresentação: Solução Injetavel, sistema fechado, BOLSA OU FRASCO 1000,00 ML .	BL	5.000	Indicar na proposta	Não	Não	Sigiloso	Sigiloso

EDITAL – NOVA DATA DE ABERTURA

(...)

14	BR0270093 - GLICOSE + CLORETO DE SÓDIO - Dosagem: 5 % + 0,9%; Apresentação: Solução Injetavel, sistema fechado, BOLSA OU FRASCO 1000,00 ML .	BL	5.000		Indicar na proposta	Não	Não		

Com estas alterações, mantidas as demais disposições editalícias, nos termos da Lei 14.133/21, fica ALTERADA a data da abertura do certame para o dia 14/08/2026 no mesmo horário e local, para cadastramento das "Propostas" e "Documentação", conforme Edital de Pregão Eletronico 35/2026.

Para mais informações e esclarecimentos relativos a esta retificação, poderão ser obtidas no Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura do município de Santa Lúcia - Paraná, endereço: Avenida do Rosário, centro, n° 228, de segunda a sexta-feira no horário das 07:30h às 11h30 horas e das 13h00 às 17h00, nos dias úteis, e no *site* do Município - www.santalucia.pr.gov.br, no *link* - Licitações - Transparência, bem como solicitado pelo e-mail: compras@santalucia.pr.gov.br. Em caso de dúvidas, fone (45) 3288-1144.

Santa Lúcia, estado do Paraná, 31 de julho de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:5A0D1D54

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO - ELETRÔNICO NORMAL Nº 34/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO MODALIDADE
Pregão - Eletrônico Normal
Nº 34/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Adjudicar e Homologar o resultado da licitação, realizada na modalidade ***Pregão - Eletrônico Normal Nº 34/2026***, que teve como objeto ***Registro de Preços para Aquisição de materiais hospitalares e insumos destinados às atividades de assistência, prevenção, higienização, esterilização, imobilização ortopédica e conforto dos pacientes, compreendendo, máscaras de proteção respiratória, benzina retificada, indicadores químicos para controle de esterilização, pulverizadores, lenços umedecidos, óleo infantil, sabonete neutro, ataduras ortopédicas e colchões hospitalares e cobertores, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Lúcia/PR.***
Após verificada a conformidade com o edital e legislações pertinentes, ficaram classificados as empresas da seguinte maneira:

MEDMED ITAPEMA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
12	1	SABONETE NEUTRO COM NO MÍNIMO 80G	pompom		UN	200,00	4,58	916,00
TOTAL								916,00
VITAL PRODUTOS PARA SAUDE LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
6	1	INDICADOR CLASSE 5 ESTERILIZAÇÃO VAPOR PCT COM NO MÍNIMO 100 UNIDADES Controle da Esterilização. - Proporciona uma leitura fácil e imediata; - Possui uma camada plástica que	Clean up		PCT	8,00	35,90	287,20

		impede que a tinta do indicador entre em contato com os instrumentos esterilizados; - O Integrador químico usa uma tinta indicadora que muda de cor e apresenta uma resposta integrada com os parâmetros críticos da Esterilização por vapor. Registro na Anvisa.						
7	1	LENÇO UMEDECIDO Hipoalergênico, lenços macios, absorve e limpa com eficiência. Pacote com no mínimo 96 unidades.	baby free		PCT	200,00	8,20	1.640,00
TOTAL								1.927,20

Sendo estes os itens adjudicados aos participantes, o valor total do certame resultou em R$ 2.843,20 (Dois Mil, Oitocentos e Quarenta e Três Reais e Vinte Centavos), conforme ata da Sessão Pública, ficando a(s) empresa(s) vencedora(s) CONVOCADA(S) a comparecer(em) no Departamento de Licitações e Contratos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir deste, para a assinatura do Contrato.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em trinta e um dias de julho de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:C15BB846

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PARCIAL II LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PARCIAL II

LICITAÇÃO MODALIDADE
Pregão Eletrônico
Nº 29/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Adjudicar e Homologar o resultado da licitação, realizada na modalidade ***Pregão - Eletrônico Normal Nº 29/2026***, que teve como objeto ***Aquisição de produtos e materiais de Higiene e Limpeza para atendimento as Secretárias e Departamentos Municipais do Município de Santa Lúcia-PR.*** Após verificada a conformidade com o edital e legislações pertinentes, tendo em vista a Inabilitação da Licitante DISTRI + DISTRIBUIDORA E PRESTADORA DE SERVICOS LTDA nos itens 21, 30, 47, 55, 60, 62, 64 e 68, foi procedida a negociação com o próximo colocado, ficando a classificação da seguinte maneira:

E PEREIRA DE ASSIS DISTRIBUIDORA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
21	1	DETERGENTE LÍQUIDO BRILHO ALUMÍNIO 2 LITROS Elaborado para limpeza exclusiva de panelas e utensílios de alumínio ou material não ferroso. Composição: Neutralizante, Tensoativo aniônico, acido dodecil benzeno sulfônico, corante, conservante, acido oxálico e agua. Componente Ativo: Acido Dodecil Benzeno Sulfonico. Aut. De Funcionamento Ministério da Saúde e Notificação na ANVISA. Apresentação em frasco plástico de 2 litros	HIPERLIMP		UN	50,00	9,59	479,50
30	1	FLANELA PARA LIMPEZA LARANJA/BRANCA 28X48 Flanela de Algodão Descrição: Cor: laranja/branca 100% algodão; Tamanho: 28cm x 38cm.	LIMPZ		UN	300,00	2,18	654,00
47	1	PANO DE LIMPEZA 65X100 100% ALGODÃO TIPO 'FOFO' Composição: 85% algodão 15% Poliester	LIMPZ		UN	150,00	10,56	1.584,00
55	1	REMOVEDOR PARA CERAS E SUJIDADES 5 LITROS Remove ceras e sujeiras agarradas em qualquer superfície, dissolve rapidamente os resíduos de ceras e outras sujeiras do dia-a-dia deixando a superfície completamente limpa e preparada para receber acabamento. Composição: Butilglicol, emulsificante, sequestrante, coadjuvante, corante e veiculo. Componente Ativo: Butilglicol Aut. De Funcionamento Ministério da Saúde. Apresentação em frasco plástico de 5 litros	ALICLEAN		GL	10,00	55,00	550,00
60	1	RODO DE FIBRA 50 CM NUMERO 04 c/ cabo	DULAR		UN	40,00	18,00	720,00
62	1	RODO DUPLO E.V.A REFORÇADO 60 CM Reforcado Cabo de alumínio 1.40 x 20 mm	DULAR		UN	50,00	30,01	1.500,50
64	1	SABÃO EM PÓ Sabão em pó para lavagem de roupas, destinado à remoção de sujeiras e manchas em tecidos brancos e coloridos. Produto de alto rendimento, com ação eficiente na lavagem manual e em máquinas de lavar, proporcionando limpeza, conservação dos tecidos e agradável fragrância. Deverá apresentar baixa formação de resíduos, fácil dissolução em água e não danificar as fibras dos tecidos quando utilizado conforme instruções do fabricante. Embalagem resistente, devidamente lacrada, contendo no mínimo 800 g , com identificação do fabricante, composição, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro/notificação junto à ANVISA. Produto com validade mínima de 12 meses a contar da data da entrega.	CLASSY		UN	600,00	5,80	3.480,00
68	1	SACO ALVEJADO 45X75 M PARA CHÃO flanelada 100% algodão.	LIMPZ		UN	60,00	6,80	408,00

Sendo estes os itens adjudicados aos participantes, o valor total do certame resultou em R$ R$ 9.376,00 (nove mil trezentos e setenta e seis) reais, conforme ata da Sessão Pública, ficando a(s) empresa(s) vencedora(s) CONVOCADA(S) a comparecer(em) no Departamento de Licitações e Contratos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir deste, para a assinatura do Contrato.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, 31 de julho de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:3454296D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO PE Nº 20/2026

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e PINHEIROS VEICULOS LTDA, CNPJ/MF n°01.692.763/0001-03
OBJETO: aquisição de um veículo 0Km para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 20/2026-PMSPPR de 03 de julho de 2026
OBJETO: aquisição veículo
06.001.27.812.0021.1007. – REEQUIPAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE
4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Item	Descrição	Qtde	Vr. Unit. Max.	Vr. Total Max.
01	**VEICULO TIPO PICKUP CABINE DUPLA ZERO KM (ANO MODELO 2026/2026)** 01 (um) veículo utilitário leve, tipo picape cabine dupla, zero quilômetro, ano/modelo 2026 ou superior, na cor branca, destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Esportes, observadas as especificações mínimas abaixo descritas. **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS** O veículo deverá ser novo (zero quilômetro), de primeiro emplacamento em nome do Município, equipado com motor bicombustível (gasolina e etanol), com cilindrada mínima de 999 cm³, potência mínima de 125 cv quando abastecido com gasolina e 130 cv quando abastecido com etanol, torque mínimo de 20,4 kgf.m, transmissão automática, direção elétrica e capacidade para transporte de 05 (cinco) ocupantes. Deverá possuir capacidade mínima de carga de 600 kg, caçamba com capacidade volumétrica mínima de 844 litros e tanque de combustível com capacidade mínima de 55 litros. Dimensões mínimas ou aproximadas: Comprimento: 4.480 mm; Largura: 1.732 mm; Altura: 1.589 mm; Distância entre eixos: 2.737 mm. **EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS MÍNIMOS** O veículo deverá ser fornecido equipado, no mínimo, com: Ar-condicionado digital automático; Direção elétrica; Transmissão automática com opção de trocas manuais por aletas no volante (paddle shifters); Bancos com revestimento premium; Volante multifuncional com regulagem de altura; Central multimídia com tela sensível ao toque de no mínimo 7 polegadas; Rádio com entrada USB e conectividade para dispositivos móveis; Computador de bordo; Controle de cruzeiro (piloto automático); Controle eletrônico de estabilidade (ESC); Controle eletrônico de tração (TC); Assistente de partida em rampa; Sistema de monitoramento da pressão dos pneus; Freios ABS com distribuição eletrônica da frenagem (EBD); Airbags frontais, laterais e de cortina; Cintos de segurança retráteis de três pontos para todos os ocupantes; Alarme antifurto; Chave com telecomando; Vidros elétricos nas quatro portas; Travas elétricas; Retrovisores externos com acionamento elétrico; Faróis em LED; Luzes diurnas em LED (DRL); Faróis de neblina; Sensor de estacionamento traseiro; Câmera de ré; Capota marítima ou proteção superior da caçamba; Protetor de caçamba; Ganchos internos para amarração de carga; Estribos laterais; Santo Antônio integrado; Rodas de liga leve aro 16 polegadas ou superior. **REQUISITOS DE SEGURANÇA E CONFORMIDADE** O veículo deverá atender integralmente à legislação brasileira de trânsito, às normas ambientais e de emissões vigentes, bem como às exigências de segurança estabelecidas pelos órgãos competentes, sendo entregue com todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro – CTB. Deverá acompanhar o veículo: Manual do proprietário em língua portuguesa; Certificado de garantia do fabricante; Chave reserva; Demais acessórios obrigatórios exigidos pela legislação vigente. **PLOTAGEM E IDENTIFICAÇÃO VISUAL** O veículo deverá ser entregue devidamente plotado com a identificação do recurso financeiro que viabilizou sua aquisição e com a identificação institucional do Município. A plotagem deverá contemplar, no mínimo: Parte dianteira; Parte traseira; Laterais direita e esquerda. A arte, dimensões, cores, textos e demais especificações da identificação visual serão fornecidas pela Secretaria Municipal de Esportes. A empresa vencedora deverá entrar em contato com a Secretaria Municipal de Esportes imediatamente após a emissão da ordem de fornecimento para alinhamento e aprovação da plotagem, sem ônus adicional para a Administração. **GARANTIA** O veículo deverá possuir garantia mínima de fábrica de 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem, ou prazo superior oferecido pelo fabricante, prevalecendo a condição mais vantajosa para a Administração Pública.	01	151.000,00	151.000,00
Valor total				151.000,00

Valor global: **R$ 151.000,00 (cento e cinquenta e um mil reais)**, cujo pagamento será efetuado conforme orçamento fornecido pela contratada, de acordo com a entrega do bem.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

São Pedro do Paraná-PR, 31 de julho de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:97A9E374

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - DECRETO 290/2026

DECRETO Nº 290/2026

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº 56/2009 DE 05 DE OUTUBRO DE 2009, E SUAS ALTERAÇÕES:

D E C R E T A

Art. 1º - Fica estabelecido o avanço horizontal de classes dos Profissionais da Educação do Magistério, conforme o Anexo I do presente Decreto, de acordo com o previsto na Lei 056/2009 de 05 de outubro 2009 e suas alterações.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário este Decerto entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro do Paraná - Pr, 31 de julho de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

ANEXO I – DECRETO 290/2026

Nome	Matrícula	Cargo	Admissão	Nível	Classe	
Ana Paula Aquino da Cruz Santos	510	Professor Magistério	16/02/2018	III	C – 8	
Ana Paula Aquino da Cruz Santos	631	Professor Magistério	16/02/2022	III	B – 4	
Ana Paula Calhau Serenato	78	Professor Normalista	01/06/1994	III	K – 32	
Andreia Rodrigues Alonso	632	Professor Magistério	16/02/2022	IV	B – 4	
Andréia Santos Silva	517	Professor Magistério	16/02/2018	III	C – 8	
Ane Marcelly Colombo Buzetti	698	Psicopedagoga	01/08/2023	II	B – 3	
Ângela Alves Gallea da Cruz	660	Professor Magistério	02/08/2022	I	B – 4	
Ângela Maria da Silva	355	Professor Magistério	11/02/2011	III	F – 15	
Ângela Maria da Silva	380	Professor Magistério	01/06/2012	III	E – 14	
Aquelis Regilaine Grassi	346	Professor Magistério	02/08/2010	III	F – 15	
Beatriz Cristina de Souza Santos	513	Professor Magistério	16/02/2018	III	C – 8	
Bruna Renata da Silva Melão	378	Professor Magistério	01/06/2012	III	E – 14	
Bruna Renata da Silva Melão	518	Professor Magistério	01/03/2018	III	C – 8	
Bruna Siqueira	703	Professor Magistério	22/08/2023	I	B – 3	
Caroline Constantino Ramos	603	Professor Magistério	01/09/2021	III	B – 5	
Catia Aparecida Farias Oliveira	552	Professor Magistério	05/08/2019	III	C - 7	
Cristiane Farrinássio Fernandes	515	Professor Magistério	16/02/2018	III	C – 7	
Edna Fabrícia Tecco	602	Professor Magistério	01/09/2021	IV	B – 5	
Erica Lima Cabral	498	Professor Magistério	06/07/2017	I	C – 8	
Erica Perez Zanetti da Silva	328	Professor Magistério	08/02/2010	III	F – 15	
Fabiani da Cunha Milaré	283	**Educador Infantil – com formação de 2º em Magistério**	10/12/2007	III	G – 18	
Giovana Rodrigues Alves Cremonezi	604	Professor Magistério	01/09/2021	III	B – 4	
Gleice Rezente Paixão	503	Professor Magistério	01/02/2018	III	C – 8	
Gleice Rezente Paixão	630	Professor Magistério	16/02/2022	III	B – 4	
Izamara Marques dos Santos Silva	482	Professor Magistério	10/02/2017	III	D – 9	
Janilda Andrade Durães Talarico	169	**Educador Infantil – com formação de 2º em Magistério**	30/07/2001	III	I – 25	
Janaina Aparecida Ferreira Alvarenga	568	**Professor de Educação Física**	23/04/2020	III	C - 6	
Jéssica Farrinácio Alves Soares	483	Professor Magistério	10/02/2017	III	D – 9	
José Fernando de Souza	77	Professor Normalista	01/06/1994	III	K – 32	
Karen Camila Ortiz Garbeline	354	**Professor de Educação Física**	03/02/2011	III	E – 13	
Kennya A. Bonfim Rodrigues Souza	551	Professor Magistério	05/08/2019	III	C – 6	
Lidiana de Oliveira	487	Professor Magistério	03/04/2017	III	D – 9	
Lidiana de Oliveira	553	Professor Magistério	19/08/2019	III	C – 7	
Luciana Cavalcante Martorelli Moreno	512	Professor Magistério	16/02/2018	III	C – 8	
Marcia Cristina Costa Silva	671	Professor Magistério	04/10/2022	II	B - 4	
Maria Aparecida da Silva	259	**Educador Infantil – com formação de 2º em Magistério**	10/03/2006	III	G – 20	
Mariana Ataídes e Silva Sperandio	504	Professor Magistério	01/02/2018	IV	C – 8	
Marinalva Nunes Pereira	379	Professor Magistério	01/06/2012	III	E – 12	
Michele Rodrigues Forner	507	Professor Magistério	16/02/2018	III	C – 8	
Rosangela Bertoni Estriotto Almeida	536	Professor Magistério	12/02/2019	III	C – 7	
Rosangela Bertoni Estriotto Almeida	620	Professor Magistério	20/01/2022	III	B – 4	
Rosangela Rodrigues Salandim	326	Professor Magistério	08/02/2010	III	F – 16	
Rosilei Angela Machado	249	**Educador Infantil – com formação de 2º**	09/01/2006	III	G – 20	

		em Magistério				
Rosineide Dias Pereira Perin	670	Psicopedagoga	04/10/2022	II	B – 4	
Simone da Silva de Jesus	327	Professor Magistério	08/02/2010	III	F – 16	
Simone da Silva de Jesus	369	Professor Magistério	02/05/2012	III	E – 14	
Simone Milaré Ribeiro da Cruz	437	Professor Magistério	04/05/2015	III	D – 11	
Simone Milaré Ribeiro da Cruz	511	Professor Magistério	16/02/2018	III	C – 8	
Tereza Costa da Silva	401	Professor Magistério	08/03/2013	III	E – 13	
Tereza Costa da Silva	523	Professor Magistério	16/03/2018	III	C – 8	
Verônica Alves	525	Professor Magistério	02/04/2018	III	B – 3	

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:5BD938F7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N° 2401/2026

SÚMULA:Regulamenta o procedimento de cotação de preços no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Sarandi, nomeia os participantes da comissão e dá outras providências.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo indicados, comporem a Comissão Municipal de Cotação de Mercado, Cotação e Formação de Preços da Secretaria Municipal de Saúde, com a incumbência de realizar orçamentos, e elaboração de descritivos, quando se tratar de itens específicos da Saúde e emendas parlamentares específicas da saúde, exceto quando se tratar de obras ou serviços de engenharia:

Item	Função	Nome	Matrícula	Cargo	Lotação	Símbolo
1.	Equipe de Cotação de Preços	Edair Miguel Sanches Ribeiro	5444	Agente Comunitário de Saúde	Secretaria de Saude	GEE-04
2.	Equipe de Cotação de Preços	Rosiele de Oliveira Toledo	8131	Auxiliar Administrativo	Secretaria de Saude	GEE-04
3.	Equipe de Cotação de Preços	William Vinícius Ribeiro	9190	Auxiliar Administrativo	Secretaria de Saude	GEE-04

Art. 2º Os membros da Equipe de Cotação de Preços farão jus ao recebimento de uma gratificação no importe de 15% (quinze por cento) sobre o salário básico do cargo efetivo de contador, conforme disposto no art. 12, da Lei Complementar 2859/2022 e seus anexos, a título de Função Gratificada.
Parágrafo únicoA gratificação que trata o Caput deste artigo, não será devido a servidores já beneficiados com função gratificada, tal como, servidores detentores de cargo em comissão.

Art. 3º A estimativa de preços para balizar o pregoeiro e a comissão de licitação poderá ter em conta:

I –preços constantes no BPS – Banco de Preços em Saúde;
II –preços constantes no painel de preços;

III –preços de atas de Registros de preços adotados em contratos
IV –preços constantes no “MENOR PREÇO NOTA PARANÁ;
V–preços de tabelas de referência;

VI – preços constantes do catálogo de produtos e serviços;
VII –sitos especializados, contendo data e hora do acesso;
VIII –pesquisa junto a fornecedores;

§ 1º desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias entre si;

§ 2º desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias entre a data do certame e da primeira cotação;
§ 3º Caso item a ser licitado não seja encontrado como descrito no inciso I, deverá ser juntado ao processo tela do sitio com a informação de que item ou serviço não foi encontrado.

§ 4º Exclusivamente no caso do inciso VI deste artigo é que se recomenda a utilização de três preços.

Art. 4º Quando a última aquisição do produto ou contratação do serviço tiver ocorrido no exercício financeiro corrente ou naquele imediatamente anterior utilizar-se-á, para fins de estimativa de preços, o valor da contratação anterior acrescido da variação dos percentuais dos índices setoriais relativos ao item.

I– Ocorrendo a hipótese prevista no caput, é dispensável a pesquisa de demais preços.

Parágrafo únicoNão se aplica o disposto no caput deste artigo quando:

I – a variação dos percentuais dos índices setoriais relativos ao item forem superiores a 3% (três por cento);

II – a cotação do objeto for vinculada à variação cambial e seus índices atingirem percentuais superiores a 5% (cinco por cento);

III – se tratar de objeto cuja tecnologia tenha potencial risco de desatualização acelerada que interfira nos preços.

Art. 5º A comissão terá a responsabilidade pelos procedimentos citados, no tocante à realização de processos licitatórios nas modalidades de Pregão, Concorrência e Tomadas de Preços, exceto quando se tratar de obras de serviços de engenharia.

Art. 6º Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 758/2025, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 23 de Julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaine Martins de Paulo
Código Identificador:56A2E599

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 211/2026

Pregão Eletrônico n.º 092/2025 - Processo Licitatório n.º 214/2025

CONTRATADA: ANA PAULA M. DE ALMEIDA TRANSPORTE LTDA, devidamente inscrita no CNPJ nº 29.791.364/0001-19.
OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de locação de micro-ônibus, por meio de fretamento, por km rodado, incluso motorista e todos os demais custos, conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Turismo, nos termos especificado a seguir: §1º Das especificações do(s) produto(s)

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	FRETAMENTO DE MICRO ÔNIBUS Serviço de locação (fretamento por km rodado) de micro ônibus com no mínimo 26 lugares em excelente estado de conservação, possuindo bancos reclináveis, tipo de assento soft, cinto de segurança, ar condicionado, bagageiro, idade máxima dos veículos de 15 anos de sua fabricação e tudo mais determinado na legislação. Gramprix de Vôlei Masculino e Feminino AMCG Destino: Carambeí/PR Saída: 01/08/2026 Local de embarque: em frente ao Ginásio de Esportes	Serviço	KM	278	10,50	2.919,00

VALOR E RECURSOS ORÇAMENTARIOS: Estima-se para fins contratuais o valor total de **R$ 2.919,00 (dois mil e novecentos e dezenove reais).** Parágrafo Único: Os pagamentos decorrentes da aquisição dos objetos contratuais correrão através das seguintes dotações orçamentárias:
09 – Sec. de Cultura, Esporte e Turismo
4920.000.339039 - OSTPJ
DA VIGÊNCIA: O presente contrato administrativo o qual terá vigência a contar da data de sua assinatura até 31/12/2026.
DATA ASSINATURA DO CONTRATO: 29/07/2026.
FORO: Comarca de Sengés/PR.

Sengés, 31 de julho de 2026.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:B631C2E6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 212/2026

Pregão Eletrônico n.º 092/2025 - Processo Licitatório n.º 214/2025

CONTRATADA: ANA PAULA M. DE ALMEIDA TRANSPORTE LTDA, devidamente inscrita no CNPJ nº 29.791.364/0001-19.
OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de locação de ônibus, por meio de fretamento, por km rodado, incluso motorista e todos os demais custos, conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, nos termos especificado a seguir: §1º Das especificações do(s) produto(s)

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
6	1	FRETAMENTO DE ÔNIBUS Serviço de locação (fretamento por km rodado) de ônibus rodoviário com no mínimo 46 lugares em excelente estado de conservação, possuindo bancos reclináveis, tipo de turismo (assentosoft), cinto de segurança, bagageiro, ar-condicionado, banheiro a bordo, idade máxima dos veículos de 15 anos de sua fabricação, e tudo mais determinado na legislação vigente. Destino: Agroleite – Parque de Exposições Dário Macedo - Castro/PR Saída: 06/08/2026 às 07h30min Retorno: 06/08/2026 às 17h30min Local de embarque: Secretaria Mun. de Agricultura e Pecuária	Serviço	KM	300	12,65	3.795,00

VALOR E RECURSOS ORÇAMENTARIOS: Estima-se para fins contratuais o valor total de **R$ 3.795,00 (três mil e setecentos e noventa e cinco reais).** Parágrafo Único: Os pagamentos decorrentes da aquisição dos objetos contratuais correrão através das seguintes dotações orçamentárias:
07 – Sec. de Agricultura e Pecuária
1700.000.339039 - OSTPJ

DA VIGÊNCIA: O presente contrato administrativo o qual terá vigência a contar da data de sua assinatura pelo período de 60 (sessenta) dias.
DATA ASSINATURA DO CONTRATO: 30/07/2026.
FORO: Comarca de Sengés/PR.

Sengés, 31 de julho de 2026.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:2BECCC59

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 157/2026.

Pregão Eletrônico nº 027/2026

DO OBJETO DO REGISTRO E DO PREÇO: Consideram-se **REGISTRADOS** os preços para futura e eventual compra de uniformes para servidores, uniformes escolares, uniformes para projetos assistenciais, camisetas para campanhas e Uniformes e Acessórios para a Guarda Municipal, conforme as quantidades e especificações contidas abaixo:

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
8	1	CAMISETA PROERD (TECIDO ESPORTIVO / DRY FIT) Camiseta PROERD (Tecido Esportivo – Dry Fit / Poliéster Tecnológico) A camiseta, em todas as suas partes, deve receber limpeza de fios e linhas excedentes das costuras. Não deve apresentar descontinuidades e/ou desvios, devendo ser plana, a fim de evitar enrugamento no decorrer do uso e das lavagens, garantindo bom acabamento e apresentação. O tecido não poderá apresentar quaisquer defeitos que prejudiquem a utilização e/ou aparência das peças. O corpo será na cor branca, confeccionado em tecido esportivo leve do tipo Dry Fit, composto por 100% poliéster tecnológico, desenvolvido para não absorver o suor, proporcionando rápida evaporação e alta respirabilidade. O material deve ser anti-pilling, de toque macio, com gramatura aproximada de 135–150 g/m², garantindo conforto térmico durante atividades físicas intensas. A gola deverá ser redonda, em ribana 1x1 na cor branca (pantone 19-3810-TCX / mesma tonalidade da manga), composta de 64% PES, 32% CV e 4% Elastano, com largura de 2 cm acabada na peça, aplicada com aparelho de bico de 06 cm na máquina galoneira, arrematando no ombro com overlock em linha branca. TAMANHOS: 08, 10 , 12, 14,16, P, M,G, GG, EXG. A grade será distribuída entre os tamanhos: 8,10,12,14,16, P, M, G, GG e EXG. Conforme tabela de medidas abaixo: Produto acabado em cm (variação de 1 cm para as medidas A/B/C e 0,5cm para medidas D/E): Laudos referentes à camiseta: Corpo da Camiseta: MALHA PV (BRANCA)	Marca propria Modelo proprio	UNI	330,00	21,80	7.194,00
TOTAL							**7.194,00**

		08	10	12	14	16	P	M	G	GG	EXG
A	**Comprimento total**	47	51	54	59	64	66	70	72	75	78
B	**Largura peito**	37	39	42	44	47	49	53	57	61	65
C	**Comprimento da manga**	16	17	19	20	21	22	23	24	27	29
D	**Bainhas**	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
E	**Gola**	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2

DETENTORA DA ATA: D.H BRINQUEDOS E CONFECÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 59.783.143/0001-60.
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da presente ATA será de 12 (doze) meses, contados a partir **da data de sua assinatura**, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
DATA DA ASSINATURA: 27/07/2026.
FORO: Comarca de Sengés.

Sengés, 30 de julho de 2026.

DEPARTAMENTOS DE GESTÃO DE CONTRATOS

OBS. A integra desta ARP encontra-se disponível no portal transparência encontrado no site www.senges.pr.gov.br.

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:F08E5AE8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 172/2026.

Pregão Eletrônico nº 055/2026

DO OBJETO DO REGISTRO E DO PREÇO: Consideram-se **REGISTRADOS** os preços para futura e eventual contratação de empresa para mão de obra de manutenção de pavimentação de pedra do tipo paralelepípedo, pedra irregular do tipo poliedro, guias de meio-fio e serjetas e piso intertravado do tipo paver, conforme as quantidades e especificações contidas abaixo:

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE GUIAS TIPO MEIO FIO COM SARJETA	Serviço	M	20.000,00	7,50	150.000,00
2	1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS EM PEDRA IRREGULAR TIPO POLIEDRO.	Serviço	M2	5.000,00	19,94	99.700,00
3	1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS EM PEDRA TIPO PARALELEPIPEDO.	Serviço	M2	2.000,00	19,94	39.880,00
4	1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS INTERTRAVADOS TIPO PAVER.	Serviço	M2	1.000,00	17,94	17.940,00
TOTAL							**307.520,00**

DETENTORA DA ATA: CONCRESIQ ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 11.999.069/0001-97.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da presente ATA será de 12 (doze) meses, contados a partir **da data de sua assinatura**, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
DATA DA ASSINATURA: 31/07/2026.
FORO: Comarca de Sengés.

Sengés, 31 de julho de 2026.

DEPARTAMENTOS DE GESTÃO DE CONTRATOS

OBS. A integra desta ARP encontra-se disponível no portal transparência encontrado no site www.senges.pr.gov.br.

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:78CAD2E8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO PREGÃO 31/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
A Prefeita Municipal, **Ana Ruth Secco**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:
01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	194/2026
b) Licitação Nº:	31/2026
c) Modalidade:	Pregão
d) Data Homologação:	31/07/2026
e) Objeto Homologado:	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços com fornecimento de profissional com formação em psicologia para atender a demanda do Departamento Municipal de Assistência Social

f) Dotação Orçamentária:

REDUZIDO	PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
142	06030082440009204933903900000	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: CAROLINE APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA - PSICOLOGIA LTDA
CNPJ: 56.248.224/0001-71 - Valor total homologado: R$ 89.988,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Serviço de psicólogo 30 horas semanais.	Mês	12	R$ 7.499,00	R$ 89.988,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 89.988,00 (oitenta e nove mil, novecentos e oitenta e oito reais).
02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.
Prefeitura Municipal de SERTANÓPOLIS, 31 de julho de 2026

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:C2DE03BF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

SETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
DECRETO Nº 256, DE 31 DE JULHO DE 2026.

DECRETO Nº 256, DE 31 DE JULHO DE 2026.

Institui e regulamenta, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal, os procedimentos de execução da despesa orçamentária e financeira, compreendendo a solicitação e emissão de empenho, liquidação, pagamento, tratamento das despesas realizadas sem prévio empenho, empenho por estimativa, ordem cronológica de pagamentos, meios seguros de pagamento, pagamentos em desconformidade, apuração de responsabilidades, inscrição e controle de restos a pagar, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO que a execução da despesa pública deve observar, de forma regular e
sucessiva, as fases de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da legislação aplicável;
CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos administrativos, contábeis, orçamentários e financeiros relacionados à execução da despesa pública municipal;
CONSIDERANDO a importância da formalização de fluxos, prazos, responsabilidades, documentos mínimos e controles internos capazes de assegurar rastreabilidade, transparência, segregação de funções e segurança dos atos;
CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar os procedimentos aplicáveis às despesas realizadas sem prévio empenho, inclusive quanto ao tratamento contábil, ao registro nos sistemas oficiais e à apuração de responsabilidade;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a ordem cronológica de pagamentos das obrigações contratuais, as hipóteses de alteração justificada e a respectiva transparência ativa;
CONSIDERANDO a importância da adoção de meios eletrônicos seguros de pagamento, com vistas à mitigação de riscos operacionais, erros, fraudes e pagamentos em desconformidade;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º. Este Decreto institui e regulamenta, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal de Teixeira Soares, os procedimentos de execução da despesa orçamentária e financeira.
Art. 2º. Os procedimentos disciplinados neste Decreto abrangem:
I – a verificação de disponibilidade financeira e compatibilidade com o cronograma de desembolso;
II- a requisição da despesa, seguida da aprovação prévia e posterior emissão de empenho;
III - a análise de fluxo de caixa aplicada às requisições, previamente à emissão do empenho
IV – a utilização de sistema eletrônico oficial para registro, numeração, tramitação e rastreabilidade dos atos;
V- a documentação necessária para solicitação de empenho;
VI - os fluxos, prazos e responsáveis pelo processamento do empenho;
VII - o estorno, a anulação e o cancelamento de empenhos;
VIII – não deve haver tratamento administrativo e contábil das despesas realizadas sem prévio empenho;
IX - os procedimentos para apuração de responsabilidade em despesas realizadas sem prévio empenho;
X - a realização de empenhos por estimativa;
XI - a liquidação da despesa e os documentos exigidos conforme a natureza do gasto;
XII - o arquivamento eletrônico e rastreável dos documentos da liquidação;
XIII - os fluxos, prazos e responsáveis pelo procedimento de liquidação;
XIV - o pagamento da despesa;
XV - a conferência prévia dos documentos que fundamentaram a liquidação;
XVI - os critérios para priorização de pagamentos em caso de insuficiência de recursos;
XVII - a priorização de meios de pagamento seguros;
XVIII - os procedimentos aplicáveis a pagamentos realizados em desconformidade;
XIX - a apuração de responsabilidade por pagamentos irregulares;
XX - a ordem cronológica de pagamentos das obrigações contratuais;
XXI - as hipóteses, os fluxos e os responsáveis pela alteração justificada da ordem cronológica;
XXII - a divulgação mensal da ordem cronológica de pagamentos e das justificativas de alteração;
XXIII - a inscrição, o acompanhamento, a avaliação e o cancelamento de restos a pagar.
Art. 3º. A execução da despesa orçamentária e financeira observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência, segregação de funções, motivação, rastreabilidade, responsabilidade fiscal e segurança da informação.
Art. 4º. Para fins deste Decreto, considera-se:
I - Ordenador de Despesa: o Secretário e o dirigente do setor de finaças, autoridade legalmente competente para autorizar a realização de despesas e assumir obrigações em nome da Administração;
II - Unidade Requisitante: órgão, secretaria, departamento ou unidade administrativa responsável pela demanda que dará origem à despesa;
III - Setor Orçamentário: unidade responsável pela verificação de dotação, classificação orçamentária e disponibilidade de crédito;
IV - Setor Contábil: unidade responsável pelos registros contábeis, liquidação da despesa, controles correlatos e prestação de informações aos sistemas oficiais;
V - Setor Financeiro ou Tesouraria: unidade responsável pela programação, conferência, análise de caixa disponível e processamento dos pagamentos;
VI - Sistema Eletrônico Oficial: sistema informatizado utilizado pelo Município para a execução orçamentária, financeira e contábil, capaz de registrar, numerar, tramitar, armazenar e rastrear os atos administrativos e documentos relativos à despesa;
VII - Empenho: ato emanado de autoridade competente que cria para o Poder Público obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição;
VIII - Liquidação: verificação do direito adquirido pelo credor, com base nos documentos comprobatórios do recebimento do bem ou material, da prestação do serviço, da execução da obra ou do cumprimento da obrigação;
IX - Pagamento: entrega de numerário ao credor, após regular liquidação e emissão da ordem de pagamento;
X - Despesa sem prévio empenho: obrigação assumida, contratação executada, bem ou material recebido, serviço prestado ou fato gerador ocorrido sem a emissão prévia da correspondente nota de empenho, ressalvados os casos de exceção previstos em lei;
XI - Empenho por estimativa: modalidade de empenho adotada quando não for possível determinar previamente o montante exato da despesa;
XII - Ordem Cronológica de Pagamentos: sequência de exigibilidade dos pagamentos relativos às obrigações contratuais regularmente liquidadas, observadas as fontes de recursos e categorias contratuais aplicáveis;
XIII - Desconformidade: falha, inconsistência, impropriedade ou irregularidade identificada em qualquer etapa da execução da despesa;
XIV - Restos a Pagar Processados: despesas empenhadas e liquidadas, mas não pagas até 31 de dezembro;
XV - Restos a Pagar Não Processados: despesas empenhadas e não liquidadas até 31 de dezembro.
CAPÍTULO II
DO SISTEMA ELETRÔNICO OFICIAL, DA FORMALIZAÇÃO E DA RASTREABILIDADE
Art. 5º. Todos os atos relativos à execução da despesa orçamentária e financeira deverão ser formalizados em processo administrativo eletrônico e registrados no Sistema Eletrônico Oficial do Município.
Art. 6º. O Sistema Eletrônico Oficial deverá permitir, no mínimo:
I - registro individualizado de cada processo de despesa;
II - numeração sequencial e controle dos documentos emitidos;
III - identificação do usuário responsável por cada ato;
IV - registro de data e hora das movimentações;
V - anexação e arquivamento eletrônico dos documentos;
VI - vinculação entre requisição, empenho, liquidação e pagamento;
VII - trilha de auditoria e rastreabilidade das alterações;
VIII - emissão de relatórios de acompanhamento e controle;

IX - consulta posterior aos documentos e atos praticados.
Art. 7º. É vedado o processamento de despesa fora do Sistema Eletrônico Oficial, ressalvada a ocorrência de indisponibilidade técnica formalmente reconhecida.
§ 1º Na hipótese de indisponibilidade técnica, deverá ser adotado procedimento excepcional previamente definido pela Secretaria Municipal de Finanças.
§ 2º Restabelecido o sistema, todos os atos e documentos produzidos durante a indisponibilidade deverão ser imediatamente inseridos no processo eletrônico correspondente.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO DE REQUISIÇÃO E EMISSÃO DE EMPENHO

Seção I

Da solicitação de empenho

Art. 8º. Toda despesa deverá ser precedida de requisição formal de empenho, devidamente registrada no Sistema Eletrônico Oficial.
Art. 9º. A solicitação de requisição será iniciada pela Unidade Requisitante e deverá conter, no mínimo:
I - identificação da unidade administrativa solicitante;
II - identificação do responsável pela solicitação;
III - descrição clara e objetiva do objeto da despesa;
IV - justificativa da necessidade da despesa;
V - valor da despesa, estimado ou contratado;
VI – indicação do instrumento contratual, processo licitatório, contratação direta, ata de registro de preços, convênio ou outro fundamento da despesa;
VII - indicação da dotação orçamentária, classificação da despesa e fonte de recursos, quando disponível;
VIII - identificação do credor, resultante do contrato licitado previamente;
IX - autorização do Ordenador de Despesa;
X - documentação comprobatória exigida conforme a natureza da despesa.
Art. 10°. A solicitação de empenho deverá ser instruída, conforme o caso, com os seguintes documentos:
I - contrato, ata de registro de preços, termo de colaboração, termo de fomento, convênio, autorização de fornecimento, ordem de serviço ou instrumento equivalente;
II - termo de referência, projeto básico, projeto executivo, plano de trabalho ou documento equivalente;
III - despacho de autorização da contratação ou da execução da despesa;
IV - demonstrativo do saldo contratual ou da parcela a ser executada, quando aplicável;
V - documentos que comprovem a origem do recurso, quando vinculado;
VI - memória de cálculo ou planilha de composição do valor, quando necessária;
VII - documentos específicos previstos em legislação própria, como diárias, adiantamentos, indenizações, restituições, subvenções ou outras despesas especiais.
Art. 11°. A Secretaria Municipal de Finanças poderá editar instrução normativa, manual ou checklist complementar detalhando a documentação exigível para cada espécie de despesa.

Seção II

Do fluxo, prazos e responsáveis pelo empenho

Art. 12°. O procedimento de requisição e emissão do empenho observará, obrigatoriamente, as seguintes etapas:
I - abertura do processo eletrônico pela Unidade Requisitante;
II - juntada dos documentos obrigatórios;
III - autorização do Ordenador de Despesa;
IV - encaminhamento ao Setor Orçamentário, para verificação no planejamento do fluxo de caixa e saldo suficiente;
V - verificação da existência de dotação orçamentária e saldo suficiente;
VI - análise da adequação da classificação orçamentária;
VII - emissão da nota de empenho no Sistema Eletrônico Oficial;
VIII - assinatura eletrônica da nota de empenho pela autoridade competente;
IX - vinculação da nota de empenho ao processo administrativo;
X - retorno do processo à unidade interessada para continuidade da execução.
Art. 13°. O Setor Orçamentário deverá realizar a conferência inicial da requisição de empenho no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do processo.
Art. 14°. Estando regular a instrução e havendo disponibilidade me caixa, a nota de empenho deverá ser emitida no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a conclusão da conferência inicial.
Art. 15°. Identificada qualquer pendência documental, inconsistência de valor, ausência de autorização, impropriedade na classificação orçamentária ou insuficiência de saldo, o processo será devolvido à Unidade Requisitante para saneamento, com registro expresso da pendência no Sistema Eletrônico Oficial.

Seção III

Do estorno, anulação e cancelamento de empenho

Art. 16°. O estorno, a anulação parcial ou o cancelamento total de empenho somente poderão ser realizados mediante solicitação formal, devidamente motivada e registrada no Sistema Eletrônico Oficial.
Art. 17°. A solicitação de estorno, anulação ou cancelamento deverá conter:
I – análise do Setor Orçamentário ou Contábil competente.
II-número e exercício do empenho;
III - identificação da unidade solicitante;
IV - identificação do credor;
V - valor originalmente empenhado;
VI - valor a ser estornado, anulado ou cancelado;
VII - justificativa detalhada;
VIII - demonstração da inexistência de obrigação pendente correspondente ao valor a ser revertido;
IX - manifestação do gestor e/ou fiscal do contrato, quando aplicável;
X - autorização do Ordenador de Despesa;
Art. 18°. É vedado o cancelamento de empenho quando já ocorrido o fato gerador da despesa, salvo após análise formal do caso e adoção das providências contábeis e administrativas cabíveis, vedando-se a realização de despesa antes da liberação do respectivo empenho em qualquer situação.

CAPÍTULO IV
DAS DESPESAS REALIZADAS SEM PRÉVIO EMPENHO

Art. 19°. Nenhuma despesa poderá ser realizada sem prévio empenho.
Art. 20°. A identificação de despesa realizada sem prévio empenho não convalida o ato irregular,somente em situações de urgência ou emergência, devendo ser adotadas medidas de registro, apuração, responsabilização e correção dos controles internos.
Art. 21°. Constatada a ocorrência de despesa sem prévio empenho, a Unidade Responsável deverá instaurar processo administrativo eletrônico específico, contendo, no mínimo:
I - descrição detalhada da ocorrência;
II - identificação do objeto da despesa;
III - data do fato gerador;
IV - identificação do credor;
V - valor da despesa;
VI - documentos comprobatórios do fornecimento do bem, prestação do serviço ou execução da obrigação;
VII - justificativa circunstanciada para a ocorrência, fundamentada em situação de urgência ou emergência;
VIII - identificação preliminar dos agentes públicos envolvidos;
IX - manifestação do Ordenador de Despesa;
X - demais documentos necessários à análise do caso.
Art. 22°. O processo de despesa sem prévio empenho deverá ser encaminhado:
I - ao Setor Contábil, para avaliação do tratamento contábil aplicável;
II - à Secretaria Municipal de Finanças, para análise das providências orçamentárias e financeiras;
III - à Controladoria-Geral do Município ou unidade de controle interno equivalente, para ciência e acompanhamento;
IV - à autoridade competente para instauração de procedimento de apuração de responsabilidade, quando cabível.
Art. 23°. O Setor Contábil deverá adotar o tratamento contábil pertinente à ocorrência, observando as normas aplicáveis e os princípios da evidenciação, fidedignidade e transparência das informações.
Art. 24°. Nos casos exigidos pelos sistemas oficiais de prestação de contas, a ocorrência deverá ser registrada na tabela DespesaNaoEmpenhada do SIM-AM ou em sistema que venha a substituí-lo, sob responsabilidade do setor competente.
Art. 25°. O registro da ocorrência em sistema oficial não afasta a necessidade de apuração de responsabilidade dos agentes que deram causa à realização de despesa sem prévio empenho.

CAPÍTULO V
DOS EMPENHOS POR ESTIMATIVA/GLOBAIS

Art. 26°. Para as despesas cujo montante não possa ser previamente determinado com exatidão, deverá ser utilizado empenho por estimativa, em valor compatível com a previsão do gasto para o exercício financeiro.
Art. 27°. Poderão ser objeto de empenho por estimativa, quando cabível:
I - despesas com consumo variável de água, energia elétrica, telefonia, combustíveis e serviços similares;
II - despesas decorrentes de contratos de demanda variável;
III - despesas cuja quantificação dependa de evento futuro, consumo efetivo ou medição periódica;
IV - outras despesas justificadamente enquadradas pela Secretaria Municipal de Finanças.
Art. 28°. A solicitação de empenho por estimativa deverá ser instruída com:
I - justificativa do enquadramento;
II - histórico de consumo ou execução, quando existente;
III - estimativa mensal e anual da despesa;
IV - contrato, instrumento equivalente ou documento que fundamente a obrigação;
V - memória de cálculo ou metodologia utilizada para projeção do valor.
Art. 29°. Os empenhos por estimativa deverão ser acompanhados periodicamente pelas unidades responsáveis, com vistas a:
I - verificar a suficiência do saldo empenhado;
II - solicitar reforço quando necessário;
III - promover anulação de saldos excessivos, quando cabível;
IV - assegurar compatibilidade entre o valor estimado e a execução real.

CAPÍTULO VI
DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA
Seção I
Das regras gerais

Art. 30°. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, com base em documentos que comprovem:
I - a origem e o objeto do que se deve pagar;
II - a importância exata a pagar;
III - a quem se deve pagar;
IV - o efetivo recebimento do bem, execução da obra, prestação do serviço ou cumprimento da obrigação.
Art. 31°. Somente poderá ser liquidada a despesa que:
I - esteja previamente empenhada;
II - esteja vinculada a processo administrativo eletrônico;
III - contenha documentação comprobatória suficiente;
IV - tenha sido atestada por agente responsável pelo recebimento, fiscalização ou acompanhamento do objeto.
Art. 32°. Todos os documentos comprobatórios da liquidação deverão ser arquivados no Sistema Eletrônico Oficial, em formato que permita sua consulta, integridade e rastreabilidade.
Seção II
Da documentação necessária para liquidação
Art. 33°. Para a liquidação de despesas com aquisição de bens, deverão constar, no mínimo:
I - nota fiscal ou documento equivalente;
II - nota de empenho;
III - contrato, ata, autorização de fornecimento ou instrumento equivalente;
IV - comprovante de entrega;
V - atesto de recebimento pelo fiscal de contrato ou técnico competente;

VI - termo de recebimento provisório ou definitivo, quando exigível;
VII - demais documentos previstos no instrumento contratual.
Art. 34°. Para a liquidação de despesas com prestação de serviços, deverão constar, no mínimo:
I - nota fiscal ou documento equivalente;
II - nota de empenho;
III - contrato, ordem de serviço ou instrumento equivalente;
IV - relatório de execução, quando aplicável;
V - atesto do fiscal responsável e/ou técnico competente;
VI - manifestação do gestor do contrato, quando exigida;
VII - documentos de comprovação de regularidade ou obrigações contratuais específicas, quando cabíveis;
VIII - demais documentos previstos no ajuste.
Art. 35°. Para a liquidação de despesas com obras e serviços de engenharia, deverão constar, no mínimo:
I - nota fiscal ou documento equivalente;
II - nota de empenho;
III - contrato e ordem de serviço;
IV - boletim de medição;
V - memória de cálculo, quando aplicável;
VI - relatório técnico da fiscalização;
VII - registro fotográfico, quando exigível;
VIII - atesto do fiscal técnico;
IX - aprovação da medição por autoridade ou servidor competente;
X - termo de recebimento provisório ou definitivo, quando cabível;
XI - demais documentos previstos no contrato ou em normativo específico.
Art. 36°. Para a liquidação de despesas relativas a diárias, adiantamentos, indenizações, restituições, auxílios, subvenções, contribuições, precatórios, decisões judiciais ou outras despesas especiais, serão observadas as normas próprias aplicáveis, sem prejuízo da juntada dos documentos que comprovem:
I - autorização da despesa;
II - cálculo do valor devido;
III - identificação do beneficiário;
IV – prestação de contas anterior realizada
V- fundamento legal ou administrativo do pagamento;
VI - regularidade da instrução processual.

Seção III

Do fluxo, prazos e responsáveis pela liquidação

Art. 37°. O procedimento de liquidação observará as seguintes etapas:
I - inserção da nota fiscal ou documento equivalente no processo eletrônico;
II - juntada dos documentos comprobatórios exigidos;
III - atesto do recebimento do objeto pelo responsável competente;
IV - manifestação do fiscal e/ou gestor do contrato, quando aplicável;
V - conferência documental pelo Setor Contábil;
VI - registro da liquidação no Sistema Eletrônico Oficial;
VII - encaminhamento do processo ao Setor Financeiro para programação de pagamento, que será realizado na requisição antes do empenho.
Art. 38°. Recebida a nota fiscal ou documento equivalente pela Unidade Requisitante/Secretaria, esta deverá, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, inserir a documentação no processo eletrônico, providenciar o atesto do recebimento do objeto e encaminhar o processo ao Setor Contábil/Tesouraria/Requisição e Empenho para conferência, processamento e adoção das providências necessárias à liquidação, salvo prazo diverso previsto em contrato ou norma específica.
§ 1º O prazo previsto no caput somente se inicia com o recebimento regular da nota fiscal ou documento equivalente e dos documentos mínimos necessários à análise.
§ 2º Ausente nota fiscal, documento equivalente, atesto, certidão, relatório, medição ou outro documento indispensável, a Unidade Requisitante deverá registrar a pendência no processo eletrônico e notificar o contratado ou responsável para saneamento, ficando suspensa a tramitação para liquidação até a regularização.
Art. 39°. O Setor Contábil/Tesouraria deverá proceder à conferência da documentação no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento do processo devidamente instruído.
Art. 40°. Verificada pendência ou inconsistência documental, o processo deverá ser devolvido à unidade responsável para saneamento, com indicação objetiva da irregularidade no Sistema Eletrônico Oficial.

CAPÍTULO VII

DO PAGAMENTO DA DESPESA

Seção I

Das condições para pagamento

Art. 41°. O pagamento da despesa somente poderá ser autorizado após:
I – verificação da disponibilidade de recursos financeiros;
II – análise de compatibilidade com o cronograma de desembolso;
III - conferência da documentação que comprovou a liquidação;
IV - emissão do empenho;
V- regular liquidação;
VI - observância da ordem cronológica de pagamentos, quando aplicável;
VII - emissão da ordem de pagamento por autoridade competente.
Art. 42°. Antes da emissão da ordem de pagamento, o Setor Financeiro deverá verificar:
I – a disponibilidade financeira;
II – a inexistência de bloqueios, glosas, pendências ou apontamentos impeditivos;
III - a conta bancária do beneficiário;
IV - a regularidade das retenções tributárias ou legais, quando aplicáveis;
V - a fonte de recursos correspondente;
VI - a existência de liquidação regularmente registrada;

VII - a posição do pagamento na ordem cronológica, quando aplicável;
VIII - a compatibilidade entre credor, documento fiscal, valor liquidado e valor a pagar.

Seção II

Do fluxo, prazos e responsáveis pelo pagamento

Art. 43°. O procedimento de pagamento observará as seguintes etapas:
I – verificação da disponibilidade financeira;
II – análise de compatibilidade com o cronograma de desembolso;
III - recebimento do processo regularmente liquidado pelo Setor Financeiro;
IV- conferência final da documentação;
V - verificação da ordem cronológica de pagamento, quando aplicável;
VI - emissão/autorização da ordem de pagamento, em documento processado pelo Setor Contábil/Tesouraria ou pelo Sistema Eletrônico Oficial, antes da remessa bancária;
VII - assinatura eletrônica ou autorização formal da ordem de pagamento pelas autoridades competentes, antes da efetivação do pagamento;VIII - envio da ordem à instituição financeira por meio seguro;
VIII - juntada do comprovante de pagamento ao processo eletrônico;
IX - baixa e registro final no sistema.
Art. 44°. As despesas regularmente liquidadas serão programadas para pagamento no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data de sua exigibilidade, salvo prazo diverso previsto em contrato, norma específica ou situação formalmente justificada por insuficiência financeira, observada a fonte de recursos, a ordem cronológica aplicável e o cronograma de desembolso.
Parágrafo único. A ordem de pagamento não se confunde com o comprovante bancário nem com a baixa posterior no sistema, constituindo ato prévio de autorização da despesa liquidada.

Seção III

Da disponibilidade financeira e do cronograma de desembolso

Art. 45°. É obrigatória a verificação da disponibilidade de recursos financeiros e da compatibilidade com o cronograma de desembolso antes da emissão da ordem de pagamento.
Art. 46 °. O pagamento somente poderá ser programado quando houver saldo financeiro e empenho por provisionamento suficiente na fonte de recursos correspondente, ressalvadas hipóteses legalmente justificadas e formalmente registradas.

Seção IV

Da priorização de pagamentos em caso de insuficiência de recursos

Art. 47°. Em caso de insuficiência temporária de recursos financeiros, a Secretaria Municipal de Finanças deverá observar critérios objetivos, impessoais e formalmente documentados para a programação dos pagamentos.
Art. 48°. Na definição das prioridades financeiras, poderão ser considerados:
I - despesas de caráter alimentar;
II - obrigações legalmente vinculadas ou de aplicação obrigatória;
III - despesas essenciais à continuidade dos serviços públicos;
IV - obrigações cujo inadimplemento possa gerar interrupção de serviço essencial, dano ao erário ou penalidades relevantes;
V - despesas vinculadas a recursos com destinação específica;
VI - demais situações justificadas tecnicamente pela Secretaria Municipal de Finanças.
Art. 49°. A aplicação de critérios de priorização financeira não afasta a observância da ordem cronológica de pagamentos das obrigações contratuais, quando exigíveis.

Seção V

Dos meios seguros de pagamento

Art. 50°. Os pagamentos deverão ser realizados, prioritariamente, por meios eletrônicos seguros que assegurem rastreabilidade, integridade, autenticação e controle das operações.
Parágrafo único. Considera-se meio seguro, para fins de envio da ordem à instituição financeira, aquele realizado por canal oficial e institucionalmente autorizado, dotado de mecanismos de autenticação, controle de acesso por usuário habilitado, registro da operação, rastreabilidade, integridade das informações transmitidas e confirmação do envio e/ou recebimento pela instituição financeira, preferencialmente por meio de sistema bancário eletrônico, plataforma oficial da instituição financeira, assinatura digital ou outro meio formal que permita a comprovação da autoria, data, horário e conteúdo da ordem encaminhada.
Art. 51°. Serão priorizados, entre outros:
I - arquivos de remessa bancária;
II - integração entre o Sistema Eletrônico Oficial e a instituição financeira;
III - ordens eletrônicas autenticadas;
IV - outros meios eletrônicos que reduzam riscos de erro manual, duplicidade, fraude ou desvio.
Art. 52°. O acesso manual e direto ao internet banking para realização de pagamentos deverá ser excepcional e dependerá de:
I - justificativa formal da impossibilidade de utilização do meio preferencial;
II - autorização expressa da autoridade financeira competente;
III - registro no processo eletrônico;
IV - dupla verificação dos dados da operação, sempre que tecnicamente possível;
V - juntada do comprovante correspondente.

CAPÍTULO VIII

DOS PAGAMENTOS EM DESCONFORMIDADE E DA RESPONSABILIZAÇÃO

Art. 53°. Identificado pagamento realizado em desconformidade com as normas aplicáveis, o fato deverá ser imediatamente registrado em processo eletrônico específico.
Art. 54°. O processo deverá conter:
I - descrição da desconformidade;
II - identificação do pagamento, empenho, liquidação e processo de origem;
III - valor envolvido;
IV - identificação preliminar dos agentes envolvidos;
V - documentos que evidenciem a ocorrência;
VI - providências corretivas adotadas ou propostas;
VII - análise quanto à existência de dano ao erário;
VIII - encaminhamento para apuração de responsabilidade, quando cabível.
Art. 55°. A ocorrência deverá ser comunicada:

I - à Secretaria Municipal de Finanças;
II - à Controladoria-Geral do Município ou unidade de controle interno equivalente;
III - ao órgão ou autoridade competente para adoção das providências administrativas necessárias.
Art. 56°. Quando identificada desconformidade antes da efetivação do pagamento, o procedimento deverá ser suspenso e devolvido para correção.
Art. 57°. Quando a desconformidade for identificada após a efetivação do pagamento, deverão ser adotadas, conforme o caso:
I - medidas de glosa, compensação, restituição ou ressarcimento;
II - apuração de responsabilidade;
III - comunicação aos órgãos de controle, quando exigível;
IV - revisão dos procedimentos internos para prevenção de reincidência.

CAPÍTULO IX
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS
Seção I
Da regra geral

Art. 58°. No dever de pagamento pela Administração Pública Municipal, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos:
I – prestação de serviços;
II - locações;
III – fornecimento de bens;
IV - realização de obras.
Art. 59°. A ordem cronológica será organizada com base na data de exigibilidade do pagamento, observada a regular liquidação da despesa, a disponibilidade financeira, a fonte de recursos e as condições pactuadas no instrumento contratual.
Art. 60°. Não se submetem à ordem cronológica de pagamentos prevista neste Capítulo as despesas que, por sua natureza, não decorram de obrigações contratuais ordinárias ou estejam sujeitas a regime jurídico específico, tais como:
I - adiantamentos;
II - fundos rotativos;
III - diárias e inscrições em cursos de aperfeiçoamento dos servidores;
IV - folha de pessoal, despesas previdenciárias, encargos sociais e remuneração de estagiários contratados mediante convênio;
V - parcelas indenizatórias de verbas salariais;
VI - serviços públicos prestados em regime de concessão, permissão ou prestação contínua essencial, como energia elétrica, água, esgoto, telefonia e comunicação de dados;
VII - seguro obrigatório e opcional de veículos, taxas anuais de licenciamento e multas veiculares;
VIII - obrigações tributárias, serviços da dívida pública, precatórios, requisições de pequeno valor, decisões judiciais, multas de entidades governamentais ou decisões do Tribunal de Contas;
IX - auxílios financeiros, contribuições, subvenções econômicas, subvenções sociais, indenizações e restituições;
X - rateio pela participação em consórcio público;
XI - despesas decorrentes de desapropriação formalmente instruídas em processo próprio.
§ 1º A exclusão prevista no caput não dispensa a regular instrução processual, a observância das fases da despesa, a motivação do pagamento e o registro no Sistema Eletrônico Oficial.
§ 2º Havendo dúvida quanto à submissão de determinada despesa à ordem cronológica, a Secretaria Municipal de Finanças deverá se manifestar de forma expressa e motivada no processo.
Art. 61°. A Secretaria Municipal de Finanças manterá controle atualizado da ordem cronológica de pagamentos no Sistema Eletrônico Oficial.

Seção II
Das hipóteses de alteração justificada da ordem cronológica

Art. 62°. A ordem cronológica de pagamentos somente poderá ser alterada mediante prévia justificativa da autoridade competente e nas hipóteses legalmente admitidas.
Art. 63°. A ordem cronológica de pagamentos somente poderá ser alterada mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente formalizada no processo administrativo, e posterior comunicação à Controladoria-Geral do Município e ao Tribunal de Contas competente, exclusivamente nas seguintes hipóteses:
I - grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
II - pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
III - pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
IV- pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou do cumprimento da missão institucional.
V – pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;
§ 1º A justificativa para alteração da ordem cronológica deverá indicar, de forma objetiva e circunstanciada, a hipótese legal aplicável, o risco concreto identificado, o interesse público envolvido, a fonte de recursos, a categoria contratual, o credor, o valor, a posição original do pagamento na ordem cronológica e os documentos comprobatórios correspondentes.
§ 2º A alteração da ordem cronológica não poderá ser utilizada como mecanismo de escolha discricionária de credores, antecipação imotivada de pagamentos ou favorecimento indevido, devendo observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação, transparência e responsabilidade fiscal.
§ 3º A inobservância imotivada da ordem cronológica de pagamentos ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, sem prejuízo da comunicação aos órgãos de controle, quando cabível.

Seção III
Do fluxo e dos responsáveis pela alteração da ordem cronológica

Art. 64°. A solicitação de alteração da ordem cronológica deverá ser formalizada em processo eletrônico próprio, contendo:
I - identificação do credor;
II - número do contrato, processo e empenho;
III - fonte de recursos;
IV - categoria contratual;
V - valor do pagamento;
VI - posição original na ordem cronológica;

VII - fundamento legal da alteração;
VIII - justificativa circunstanciada;
IX - documentos comprobatórios;
X - manifestação técnica da unidade demandante;
XI - manifestação da Secretaria Municipal de Finanças;
XII - decisão expressa da autoridade competente.
Art. 65°. Compete ao Secretário de Finanças, decidir sobre a alteração da ordem cronológica de pagamentos.
Art. 66°. A alteração da ordem cronológica deverá ser comunicada à Controladoria-Geral do Município ou unidade de controle interno equivalente, sem prejuízo de comunicação ao Tribunal de Contas quando exigido pela legislação aplicável.

Seção IV

Da transparência da ordem cronológica

Art. 67°. O Município divulgará mensalmente, em seu sítio eletrônico oficial, a ordem cronológica de pagamentos das obrigações contratuais.
Art. 68°. A divulgação deverá conter, no mínimo:
I - fonte de recursos;
II - categoria contratual;
III - nome do credor, observadas as regras de proteção de dados;
IV - número do contrato ou instrumento equivalente;
V - número do empenho;
VI - número do processo administrativo;
VII - valor liquidado;
VIII - data de exigibilidade do pagamento;
IX - situação do pagamento;
X - data do pagamento, quando efetivado.
Art. 69°. Também deverão ser divulgadas mensalmente as justificativas das alterações da ordem cronológica, contendo:
I - identificação resumida do pagamento alterado;
II - fundamento legal;
III - justificativa da alteração;
IV - autoridade responsável pela decisão;
V - data da autorização.
Art. 70°. A publicação prevista neste Capítulo deverá ocorrer em área específica e de fácil localização no sítio eletrônico oficial do Município.

CAPÍTULO X
DOS RESTOS A PAGAR

Art. 71°. Os restos a pagar referem-se às despesas regularmente empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente.
Art. 72°. São despesas do exercício financeiro aquelas legalmente empenhadas até 31 de dezembro.
§ 1º No encerramento do exercício financeiro serão inscritas em restos a pagar as despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.
§ 2º Consideram-se restos a pagar processados as despesas liquidadas e não pagas, e restos a pagar não processados as despesas empenhadas e não liquidadas.
§ 3º Os restos a pagar não processados somente poderão ser inscritos até o limite das disponibilidades de caixa apuradas antes do empenho no encerramento do exercício, por fonte de recursos, observada a legislação aplicável.
Art. 73°. Compete ao Ordenador de Despesa da unidade executora autorizar, mediante justificativa formal, o pedido de inscrição da despesa em restos a pagar, cabendo ao Setor Contábil efetivar o registro após verificação da regularidade orçamentária, financeira e documental.
Art. 74°. O pedido de inscrição de despesas em restos a pagar deverá ser formalizado pela unidade executora em processo eletrônico, até data definida anualmente pela Secretaria Municipal de Finanças, contendo, no mínimo:
I - número do empenho;
II - identificação do credor;
III - valor a ser inscrito;
IV - fonte de recursos;
V - classificação da despesa;
VI - justificativa da permanência da obrigação;
VII - previsão de liquidação ou pagamento, conforme o caso.
Art. 75°. As despesas liquidadas deverão ser pagas, preferencialmente, até o último dia útil do exercício financeiro, observadas a disponibilidade de caixa, a fonte de recursos, o cronograma de desembolso e a ordem cronológica aplicável.
Art. 76°. As despesas inscritas em restos a pagar não processados que não forem liquidadas até 30 de junho do exercício seguinte terão seus saldos remanescentes cancelados a partir de 1º de julho, salvo justificativa formal aceita pela Secretaria Municipal de Finanças.
§ 1º Em caso de comprovada necessidade de liquidação em data posterior a 30 de junho, o Ordenador de Despesa deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Finanças e ao Setor Contábil processo administrativo devidamente justificado até 15 de junho do exercício corrente, com previsão atualizada de liquidação da despesa.
§ 2º A autorização excepcional para manutenção de restos a pagar não processados deverá ser expressa, motivada e registrada no Sistema Eletrônico Oficial.
Art. 77°. O Município avaliará, em cada exercício financeiro, os restos a pagar não processados, com o objetivo de cancelar aqueles cuja liquidação não mais acontecerá ou que não apresentem justificativa suficiente para sua manutenção.
Parágrafo único. A avaliação prevista no caput será conduzida pelo Setor Contábil, em conjunto com a Secretaria Municipal de Finanças e as unidades executoras, devendo ser documentada em relatório próprio.
Art. 78°. O cancelamento de restos a pagar processados somente poderá ocorrer mediante processo administrativo prévio, devidamente motivado, com demonstração da inexistência da obrigação, da ocorrência de prescrição ou de outra causa legal que justifique a baixa.
Art. 79°. Após o cancelamento da inscrição de restos a pagar, eventual pagamento que venha a ser legitimamente reclamado poderá ser atendido à conta de dotação orçamentária destinada a despesas de exercícios anteriores, observada a legislação aplicável e a regular instrução processual.
Art. 80°. Prescreve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos restos a pagar, observadas as hipóteses legais de interrupção, suspensão ou regime jurídico específico aplicável à obrigação.

CAPÍTULO XI
DA GOVERNANÇA, MONITORAMENTO E CONTROLE

Art. 81°. Compete à Secretaria Municipal de Finanças:
I - coordenar a implementação deste Decreto;
II - orientar os órgãos e entidades quanto aos procedimentos de execução da despesa;
III - editar manuais, fluxos, checklists e orientações complementares;
IV - supervisionar os controles de requisições, empenho, liquidação e pagamento;
V - acompanhar a ordem cronológica de pagamentos;
VI - promover a atualização periódica das rotinas disciplinadas neste Decreto.
Art. 82°. Compete ao Setor Orçamentário:
I - verificar a existência de dotação e saldo orçamentário;
II - analisar a classificação da despesa;
III - emitir e controlar os empenhos;
IV - processar estornos, reforços, anulações e cancelamentos, quando cabíveis.
Art. 83°. Compete ao Setor Contábil:
I - realizar o registro da liquidação da despesa;
II - verificar a documentação necessária à liquidação;
III - orientar o tratamento contábil das despesas sem prévio empenho;
IV - promover, quando cabível, os registros exigidos nos sistemas oficiais de prestação de contas;
V - manter registros contábeis consistentes e rastreáveis;
VI - efetivar a inscrição, avaliação e cancelamento dos restos a pagar, nos termos deste Decreto.
Art. 84°. Compete ao Setor Financeiro:
I - verificar a disponibilidade financeira;
II - conferir a documentação necessária ao pagamento;
III - observar o cronograma de desembolso;
IV - cumprir e controlar a ordem cronológica de pagamentos;
V - emitir ordens de pagamento;
VI - priorizar meios seguros de processamento bancário.
Art. 85°. Compete às Unidades Requisitantes:
I - instruir corretamente os processos de despesa;
II - apresentar a documentação exigida;
III - acompanhar a execução contratual;
IV - providenciar o atesto e demais documentos de liquidação;
V - comunicar tempestivamente quaisquer irregularidades identificadas;
VI - formalizar, quando cabível, os pedidos de inscrição e manutenção de restos a pagar.
Art. 86°. Compete à Controladoria-Geral do Município ou unidade de controle interno equivalente:
I - acompanhar a implementação dos controles previstos neste Decreto;
II - orientar os órgãos quanto à mitigação de riscos;
III - monitorar ocorrências de despesas sem prévio empenho;
IV - acompanhar casos de pagamentos em desconformidade;
V - acompanhar as alterações da ordem cronológica de pagamentos;
VI - recomendar medidas corretivas e preventivas.

CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 87°. A Secretaria Municipal de Finanças poderá expedir instruções normativas, manuais, formulários, fluxogramas, checklists e orientações complementares necessárias ao fiel cumprimento deste Decreto.
Art. 88°. Integram este Decreto os seguintes anexos:
I - Anexo I: Fluxo do Procedimento de Solicitação e Emissão de Empenho;
II - Anexo II: Fluxo do Procedimento de Estorno, Anulação ou Cancelamento de Empenho;
III - Anexo III: Fluxo do Procedimento de Comunicação e Tratamento de Despesa sem Prévio Empenho;
IV - Anexo IV: Fluxo do Procedimento de Liquidação da Despesa;
V - Anexo V: Fluxo do Procedimento de Pagamento;
VI - Anexo VI: Checklist de Documentos para Solicitação de Empenho;
VII - Anexo VII: Checklist de Documentos para Liquidação por Categoria de Despesa;
VIII - Anexo VIII: Formulário de Solicitação de Estorno, Anulação ou Cancelamento de Empenho;
IX - Anexo IX: Formulário de Comunicação de Despesa sem Prévio Empenho;
X - Anexo X: Formulário de Solicitação de Alteração Justificada da Ordem Cronológica de Pagamentos;
XI - Anexo XI: Formulário de Solicitação, Manutenção ou Cancelamento de Restos a Pagar.
Art. 89°. Os casos omissos serão dirimidos pela Secretaria Municipal de Finanças, sem prejuízo da manifestação da Controladoria-Geral do Município e da Assessoria Jurídica, quando necessário.
Art. 90°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
CUMPRA-SE.

DADO E PASSADO no Gabinete do Prefeito do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, em 31 de julho de 2026.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

ANEXO I
FLUXO DO PROCEDIMENTO DE SOLICITAÇÃO E EMISSÃO DE EMPENHO

Etapa	Procedimento
1	Unidade Requisitante identifica a necessidade da despesa.
2	Unidade Requisitante abre processo eletrônico no Sistema Oficial.
3	Junta os documentos obrigatórios conforme a natureza da despesa.
4	Ordenador de Despesa autoriza a solicitação.
5	Processo é encaminhado ao Setor Orçamentário.
6	Setor Orçamentário confere documentos, dotação, classificação e saldo.
7	Havendo pendência, o processo retorna à unidade para saneamento.
8-	Setor financeiro analisa fluxo de caixa e provisionamento dos pagamentos.
9-	Estando regular, é emitida a nota de empenho.
10-	A nota de empenho é assinada eletronicamente pela autoridade competente.
11-	A nota de empenho é vinculada ao processo e o processo retorna à unidade para continuidade da execução.

ANEXO II
FLUXO DO PROCEDIMENTO DE ESTORNO, ANULAÇÃO OU CANCELAMENTO DE EMPENHO

Etapa	Procedimento
1	Unidade interessada identifica necessidade de estorno, anulação ou cancelamento.
2	Formaliza solicitação no Sistema Oficial, com justificativa e documentos comprobatórios.
3	Gestor ou fiscal do contrato manifesta-se, quando aplicável.
4	Ordenador de Despesa autoriza a providência.
5	Setor Orçamentário ou Contábil analisa a inexistência de obrigação pendente.
6	Havendo impedimento, o processo retorna para saneamento ou arquivamento justificado.
7	Setor financeiro desprovisiona o recurso
8	Estando regular, o registro é realizado no Sistema Oficial.
9	O comprovante do registro é juntado ao processo eletrônico.

ANEXO III
FLUXO DO PROCEDIMENTO DE COMUNICAÇÃO E TRATAMENTO DE DESPESA SEM PRÉVIO EMPENHO

Etapa	Procedimento
1	Unidade responsável identifica a ocorrência.
2	Instaura processo eletrônico específico.
3	Junta documentos comprobatórios, justificativa, valor, credor e identificação preliminar dos agentes envolvidos.
4	Ordenador de Despesa manifesta-se sobre a ocorrência.
5	Processo é encaminhado ao Setor Contábil para tratamento contábil.
6	Secretaria de Finanças analisa providências orçamentárias e financeiras.
7	Controladoria-Geral toma ciência e acompanha.
8	Autoridade competente avalia a instauração de procedimento de apuração de responsabilidade.
9	Quando exigível, a ocorrência é registrada no SIM-AM ou sistema substituto.

ANEXO IV
FLUXO DO PROCEDIMENTO DE LIQUIDAÇÃO DA DESPESA

Etapa	Procedimento
1	Credor apresenta nota fiscal ou documento equivalente.
2	Unidade Requisitante insere a documentação no processo eletrônico.
3	Fiscal ou responsável atesta o recebimento do bem, serviço ou obra.
4	Gestor do contrato manifesta-se, quando exigido.
5	Setor Contábil confere a documentação.
6	Havendo pendência, o processo retorna para saneamento.
7	Estando regular, o Setor Contábil registra a liquidação no Sistema Oficial.
8	Processo é encaminhado ao Setor Financeiro para programação de pagamento.

ANEXO V
FLUXO DO PROCEDIMENTO DE PAGAMENTO

Etapa	Procedimento
1	Verifica disponibilidade financeira e compatibilidade com o cronograma de desembolso.
2	Confere documentos, credor, valor, conta bancária, retenções, fonte de recursos e regularidade da liquidação.
3	Setor Financeiro recebe o processo regularmente liquidado
4	Verifica a posição na ordem cronológica, quando aplicável.
5	Emite a ordem de pagamento.
6	Autoridades competentes assinam eletronicamente a ordem.
7	Ordem é enviada à instituição financeira por meio seguro.
8	Comprovante de pagamento é juntado ao processo eletrônico.
9	Baixa e registro final são realizados no Sistema Oficial.

ANEXO VI
CHECKLIST DE DOCUMENTOS PARA SOLICITAÇÃO DE EMPENHO

Documento/Informação	Conferido
Previamente deve haver requisição	
Identificação da unidade solicitante	
Identificação do responsável pela solicitação	
Descrição clara do objeto	
Justificativa da necessidade	
Valor estimado ou contratado	
Identificação do credor, quando definida	
Indicação da dotação, classificação e fonte de recursos	
Instrumento contratual, ata, convênio, ordem de serviço ou equivalente	
Autorização do Ordenador de Despesa	
Memória de cálculo ou planilha de composição de valor, quando aplicável	
Documentos específicos da natureza da despesa	

ANEXO VII

CHECKLIST DE DOCUMENTOS PARA LIQUIDAÇÃO POR CATEGORIA DE DESPESA

Categoria	Documentos mínimos
Aquisição de bens	Nota fiscal; nota de empenho; contrato/ata/autorização; comprovante de entrega; atesto; termo de recebimento quando exigível.
Prestação de serviços	Nota fiscal; nota de empenho; contrato/ordem de serviço; relatório de execução; atesto do fiscal; manifestação do gestor, quando exigida; regularidades contratuais específicas.
Obras e serviços de engenharia	Nota fiscal; nota de empenho; contrato; ordem de serviço; boletim de medição; memória de cálculo; relatório técnico; registro fotográfico; atesto do fiscal; aprovação da medição; termo de recebimento, quando cabível.
Diárias, adiantamentos e despesas especiais	Autorização; cálculo do valor; identificação do beneficiário; fundamento legal ou administrativo; documentação prevista em norma específica.

ANEXO VIII
FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE ESTORNO, ANULAÇÃO OU CANCELAMENTO DE EMPENHO

Campo	Informação
Unidade solicitante	
Número e exercício do empenho	
Credor	
Valor originalmente empenhado	
Valor a estornar/anular/cancelar	
Justificativa detalhada	
Há obrigação pendente?	( ) Sim ( ) Não
Manifestação do fiscal/gestor, quando aplicável	
Autorização do Ordenador de Despesa	
Análise do Setor Orçamentário/Contábil	

ANEXO IX
FORMULÁRIO DE COMUNICAÇÃO DE DESPESA SEM PRÉVIO EMPENHO

Campo	Informação
Unidade responsável	
Objeto da despesa	
Data do fato gerador	
Credor	
Valor	
Documentos comprobatórios anexados	
Justificativa circunstanciada	
Agentes públicos envolvidos, se identificados	
Manifestação do Ordenador de Despesa	
Encaminhamentos adotados	
Urgência ou Emergência	

ANEXO X
FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO JUSTIFICADA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Campo	Informação
Credor	
Contrato/processo/empenho	
Fonte de recursos	
Categoria contratual	
Valor do pagamento	
Posição original na ordem cronológica	
Fundamento legal da alteração	
Justificativa circunstanciada	
Documentos comprobatórios	
Manifestação técnica da unidade demandante	
Manifestação da Secretaria de Finanças	
Decisão da autoridade competente	

ANEXO XI
FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO, MANUTENÇÃO OU CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR

Campo	Informação
Tipo de solicitação	( ) Inscrição ( ) Manutenção ( ) Cancelamento
Unidade executora	
Ordenador de Despesa	
Número do empenho	
Credor	
Valor	
Fonte de recursos	
Classificação da despesa	
Situação	( ) Processado ( ) Não processado
Justificativa da inscrição/manutenção/cancelamento	
Previsão de liquidação ou pagamento	
Manifestação do Setor Contábil	
Autorização da autoridade competente	

Publicado por:
Ana Carolina Rodrigues Weiss Havrechaki
Código Identificador:43439047

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA RICA
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2026

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação n. 02/2026
AUTORIZO a contratação direta por *dispensa de licitação*, conforme detalhamento:

CONTRATANTE	**CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA RICA** CNPJ nº 01.432.222/0001-46	
CONTRATADO	☐ Pessoa Física.	Nome: CPF nº
	☒ Pessoa Jurídica.	**Razão Social**: Carlos Eduardo Andrade **CNPJ nº** 10.610.961/0001-71
OBJETO	Contratação de empresa para fornecimento/aquisição de equipamentos de informática, tablets, smartphone, equipamentos para áudio e vídeo e aparelhos de TV SMART em atendimento as exigências do PROLEGIS TCE/PR e da ATRICON para o Legislativo Municipal de Terra Rica.	
itens	01, 02, 04, 06, 07, 08, 10, 12, 13 e 14	
VALOR	R$ 30.636,10 (Trinta mil, seiscentos e trinta e seis reais e dez centavos)	
FUNDAMENTO DA DISPENSA	Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21.	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	01.001.01.031.0001.2.001.4.4.90.52.33.00 01.001.01.031.0001.2.001.4.4.90.52.35.00	

PUBLIQUE-SE o resultado.

Terra Rica-Pr, 31 de julho de 2026.

ALESSANDRA APARECIDA DA CRUZ
Presidente

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Dispensa de Licitação n. 02/2026
AUTORIZO a contratação direta por *dispensa de licitação*, conforme detalhamento:

CONTRATANTE	**CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA RICA** CNPJ nº 01.432.222/0001-46	
CONTRATADO	☐ Pessoa Física.	Nome: CPF nº
	☒ Pessoa Jurídica.	**Razão Social**: DRS Móveis e Decorações Ltda **CNPJ nº** 58.892.523/0001-70
OBJETO	Contratação de empresa para fornecimento/aquisição de equipamentos de informática, tablets, smartphone, equipamentos para áudio e vídeo e aparelhos de TV SMART em atendimento as exigências do PROLEGIS TCE/PR e da ATRICON para o Legislativo Municipal de Terra Rica.	
itens	03 e 05	
VALOR	R$ 19.472,00 (Dezenove mil, quatrocentos e setenta e dois reais)	
FUNDAMENTO DA DISPENSA	Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21.	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	01.001.01.031.0001.2.001.4.4.90.52.33.00 01.001.01.031.0001.2.001.4.4.90.52.35.00	

PUBLIQUE-SE o resultado.

Terra Rica-Pr, 31 de julho de 2026.

ALESSANDRA APARECIDA DA CRUZ
Presidente

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Dispensa de Licitação n. 02/2026
AUTORIZO a contratação direta por *dispensa de licitação*, conforme detalhamento:

CONTRATANTE	**CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA RICA** CNPJ nº 01.432.222/0001-46	
CONTRATADO	☐ Pessoa Física.	Nome: CPF nº
	☒ Pessoa Jurídica.	**Razão Social**: Stelar Tecnologia Ltda **CNPJ nº** 52.750.930/0001-66
OBJETO	Contratação de empresa para fornecimento/aquisição de equipamentos de informática, tablets, smartphone, equipamentos para áudio e vídeo e aparelhos de TV SMART em atendimento as exigências do PROLEGIS TCE/PR e da ATRICON para o Legislativo Municipal de Terra Rica.	
itens	09	
VALOR	R$ 629,00 (Seiscentos e vinte e nove reais)	
FUNDAMENTO DA DISPENSA	Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21.	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	01.001.01.031.0001.2.001.4.4.90.52.33.00 01.001.01.031.0001.2.001.4.4.90.52.35.00	

PUBLIQUE-SE o resultado.

Terra Rica-Pr, 31 de julho de 2026.

ALESSANDRA APARECIDA DA CRUZ
Presidente

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Dispensa de Licitação n. 02/2026
AUTORIZO a contratação direta por *dispensa de licitação*, conforme detalhamento:

CONTRATANTE	**CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA RICA** CNPJ nº 01.432.222/0001-46	
CONTRATADO	☐ Pessoa Física.	Nome: CPF nº
	☒ Pessoa Jurídica.	**Razão Social**: TRITEK Distr. de Inf., Imp. e Exp. Ltda **CNPJ nº** 35.483.129/0002-63
OBJETO	Contratação de empresa para fornecimento/aquisição de equipamentos de informática, tablets, smartphone, equipamentos para áudio e vídeo e aparelhos de TV SMART em atendimento as exigências do PROLEGIS TCE/PR e da ATRICON para o Legislativo Municipal de Terra Rica.	
itens	11	
VALOR	R$ 884,40 (Oitocentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos)	
FUNDAMENTO DA DISPENSA	Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21.	

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	01.001.01.031.0001.2.001.4.4.90.52.33.00 01.001.01.031.0001.2.001.4.4.90.52.35.00

PUBLIQUE-SE o resultado.

Terra Rica-Pr, 31 de julho de 2026.

ALESSANDRA APARECIDA DA CRUZ
Presidente

Publicado por:
Paulo Henrique de Souza Padovini
Código Identificador:37A4F8F2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 66-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PARANÁ.
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 117/2026, MODALIDADE: PREGÃO Nº 66/2026
Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada através da Portaria nº 17192/2026
Homologo:
Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor (es) da licitação, objeto do Processo Licitatório 117/2026, Modalidade: PREGÃO Nº 66/2026, o(s) participante(s):

426812 - VR CORTES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CAMISETA EM MALHA PV MANGA LONGA, GOLA REDONDA - COMPOSIÇÃO 90% POLIAMIDA E 10% ELASTANO, COM ESTAMPA EM IMPRESSÃO DTF: MEDIDAS 12 CM (LARGURA) X 17 CM (COMPRIMENTO) - ARTE DESENVOLVIDA PELA CONTRATADA COM APROVAÇÃO ANTERIOR POR PARTE DA CONTRATANTE COR PREDOMINANTE: AMARELO OURO	UNIDADE		150	R$19,99	R$2.998,50
2	CAMISETA POLO EM MALHA PV MANGA LONGA COMPUNHO EM RIBANA, COM GOLA POLO EM RIBANA - TECIDO 50% ALGODÃO E 50% POLIESTER, COM ESTAMPA EM IMPRESSÃO DTF: MEDIDAS 6CM (LARGURA) 8CM (COMPRIMENTO) OU SIMILAR (ARTE DESENVOLVIDA PELA CONTRATADA COM APROVAÇÃO ANTERIOR POR PARTE DA CONTRATANTE) COR PREDOMINANTE: AMARELO OURO	UNIDADE		100	R$34,99	R$3.499,00
					Total do Fornecedor:	R$6.497,50

426814 - 47.114.606 ANDRE CANDIDO DE MELO

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
3	CHAPÉU PERSONALIZADO COM PROTEÇÃO UV 50+, COM COBERTURA DA NUCA DO USUÁRIO (SAIA TRASEIRA) - MODELO TIPO AUSTRALIANO ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: CHAPÉU CONFECCIONADO EM TECIDO LEVE E RESISTENTE, PREFERENCIALMENTE EM POLIÉSTER OU POLIAMIDA DE ALTA DURABILIDADE; COR PREDOMINANTE: CINZA; MODELO TIPO AUSTRALIANO, COM ABA CIRCULAR DE APROXIMADAMENTE 7 A 10 CM DE LARGURA PARA PROTEÇÃO SOLAR; PROTEÇÃO DE NUCA INTEGRADA (CAPA TRASEIRA FIXA OU REMOVÍVEL), COBRINDO PESCOÇO E PARTE SUPERIOR DOS OMBROS; LATERAIS COM PAINÉIS EM TELA (MESH) PARA VENTILAÇÃO E CONFORTO TÉRMICO; AJUSTE POR CORDÃO COM REGULADOR SOB O QUEIXO; COSTURAS REFORÇADAS E ACABAMENTO RESISTENTE AO USO CONTÍNUO EM ATIVIDADES EXTERNAS; TAMANHO ADULTO, COM CIRCUNFERÊNCIA AJUSTÁVEL ENTRE APROXIMADAMENTE 56 CM E 62 CM; PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV, PREFERENCIALMENTE COM FATOR DE PROTEÇÃO UV 50+; PERSONALIZAÇÃO FRONTAL POR MEIO DE IMPRESSÃO DIGITAL OU SILK SCREEN (ARTE DESENVOLVIDA PELA CONTRATADA COM APROVAÇÃO ANTERIOR POR PARTE DA CONTRATANTE)	UNIDADE		80	R$27,81	R$2.224,80
					Total do Fornecedor:	R$2.224,80

1294563 - A BALLESTA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
4	FAIXA EM LONA 440G COM IMPRESSÃO DIGITAL 1140 DPI, COLORIDA, COM BASTÃO, CONTENDO PONTEIRAS E CORDINHAS OU COM ACABAMENTO DE ILHÓS A CADA 20 CM DE DISTÂNCIA, COM ARTE INCLUSA POR M² (ARTE DESENVOLVIDA PELA CONTRATADA COM APROVAÇÃO ANTERIOR POR PARTE DA CONTRATANTE)	METROS QUADRADOS		100	R$48,00	R$4.800,00
					Total do Fornecedor:	R$4.800,00

Terra Roxa, 31 de julho de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:577AB4BD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 80/2026 – CONCORRÊNCIA Nº 05/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 80/2026 – CONCORRÊNCIA Nº 05/2026

Nº CONTRATO	OBJETO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA	INICIO VIGÊNCIA	FIM VIGÊNCIA	VALOR DO CONTRATO
Nº 80/2026	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS POPULARES DE INTERESSE SOCIAL, POR MEIO DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 983418/2025 DO MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SUL/PR.	AC7 CONSTRUTORA E ARQUITETURA LTDA CNPJ: 45.762.954/0001-70	28/07/2026	03/08/2026	02/08/2028	R$ 1.212.019,98

Tijucas do Sul, 31 de julho de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thaisa Gabrieli Dos Santos
Código Identificador:3EE67467

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 97/2026 PREGAO ELETRONICO Nº 07/2026

GESTOR DA ATA: **MUNICÍPIO DE TURVO (PR)**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07, com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Antonio Marcos Seguro, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG Nº 50733521, SESP/PR e inscrito junto ao CPF/MF sob o Nº 731.737.469-53, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, nº 105, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR).

DETENTORA DA ATA: NARKA COMERCIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 84.949.668/0001-70, com sede localizada na Rua Presidente Getulio Vargas, Nº 2067, no Município de Guarapuava/PR, CEP 85.010-280, neste ato representada por Edson Luiz Primak, portador da cédula de identidade Nº 759.124-1 SSP/PR e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 213.894.899-49.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE FRALDAS GERIÁTRICAS, em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde, autuado na forma do Processo Administrativo nº 5.532/2026 (1Doc), conforme quantidades, conforme especificações do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico Nº 07/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição. Os preços, quantidades e especificações do objeto ora registrado são os contidos da planilha abaixo:

LOTE 01						
Item	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Und	Qtd	Preço unitário	Preço total
1	FRALDA GERIÁTRICA - TAMANHO P 1. Especificação e características do Produto: Fralda descartável geriátrica para uso adulto, Composição: Confeccionada em material hipoalergênico, atóxico e dermatologicamente testado. Camada Externa: Impermeável, resistente e silenciosa, evitando vazamentos e proporcionando conforto ao usuário. Camada Interna: Possui toque suave, garantindo absorção e conforto térmico, minimizando riscos de irritações e lesões cutâneas. Núcleo Absorvente: Com gel superabsorvente que promove rápida absorção de líquidos e controle de odores. Barreiras Antivazamento: Com dupla camada de proteção nas laterais, proporcionando segurança contra vazamentos. Sistema de Ajuste: Com fitas adesivas reposicionáveis, garantindo melhor fixação e ajuste ao corpo do usuário. Formato Anatômico: Adaptável ao corpo, proporcionando melhor mobilidade e conforto. 2. Normas e Certificações: Produto registrado na ANVISA, com número de registro válido. Atende às exigências das normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Embalagem contendo informações claras sobre o produto, modo de uso, validade e lote. 3. Embalagem: Embalagem resistente, lacrada e inviolável. Identificação do fabricante, lote, data de fabricação e validade.	KI FRAL	UNI	8.820,00	0,96	8.467,20
2	FRALDA GERIÁTRICA - TAMANHO M 1. Especificação e características do Produto: Fralda descartável geriátrica para uso adulto,	KI FRAL	UNI	12.300,00	1,00	12.300,00

	Composição: Confeccionada em material hipoalergênico, atóxico e dermatologicamente testado. Camada Externa: Impermeável, resistente e silenciosa, evitando vazamentos e proporcionando conforto ao usuário. Camada Interna: Possui toque suave, garantindo absorção e conforto térmico, minimizando riscos de irritações e lesões cutâneas. Núcleo Absorvente: Com gel superabsorvente que promove rápida absorção de líquidos e controle de odores. Barreiras Antivazamento: Com dupla camada de proteção nas laterais, proporcionando segurança contra vazamentos. Sistema de Ajuste: Com fitas adesivas reposicionáveis, garantindo melhor fixação e ajuste ao corpo do usuário. Formato Anatômico: Adaptável ao corpo, proporcionando melhor mobilidade e conforto. 2. Normas e Certificações: Produto registrado na ANVISA, com número de registro válido. Atende às exigências das normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Embalagem contendo informações claras sobre o produto, modo de uso, validade e lote. 3. Embalagem: Embalagem resistente, lacrada e inviolável. Identificação do fabricante, lote, data de fabricação e validade					
3	FRALDA GERIÁTRICA - TAMANHO G 1. Especificação e características do Produto: Fralda descartável geriátrica para uso adulto, Composição: Confeccionada em material hipoalergênico, atóxico e dermatologicamente testado. Camada Externa: Impermeável, resistente e silenciosa, evitando vazamentos e proporcionando conforto ao usuário. Camada Interna: Possui toque suave, garantindo absorção e conforto térmico, minimizando riscos de irritações e lesões cutâneas. Núcleo Absorvente: Com gel superabsorvente que promove rápida absorção de líquidos e controle de odores. Barreiras Antivazamento: Com dupla camada de proteção nas laterais, proporcionando segurança contra vazamentos. Sistema de Ajuste: Com fitas adesivas reposicionáveis, garantindo melhor fixação e ajuste ao corpo do usuário. Formato Anatômico: Adaptável ao corpo, proporcionando melhor mobilidade e conforto. 2. Normas e Certificações: Produto registrado na ANVISA, com número de registro válido. Atende às exigências das normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Embalagem contendo informações claras sobre o produto, modo de uso, validade e lote. 3. Embalagem: Embalagem resistente, lacrada e inviolável. Identificação do fabricante, lote, data de fabricação e validade.	KI FRAL	UNI	17.650,00	1,22	21.533,00
4	FRALDA GERIÁTRICA - TAMANHO GG/XG 1. Especificação e características do Produto: Fralda descartável geriátrica para uso adulto, Composição: Confeccionada em material hipoalergênico, atóxico e dermatologicamente testado. Camada Externa: Impermeável, resistente e silenciosa, evitando vazamentos e proporcionando conforto ao usuário. Camada Interna: Possui toque suave, garantindo absorção e conforto térmico, minimizando riscos de irritações e lesões cutâneas. Núcleo Absorvente: Com gel superabsorvente que promove rápida absorção de líquidos e controle de odores. Barreiras Antivazamento: Com dupla camada de proteção nas laterais, proporcionando segurança contra vazamentos. Sistema de Ajuste: Com fitas adesivas reposicionáveis, garantindo melhor fixação e ajuste ao corpo do usuário. Formato Anatômico: Adaptável ao corpo, proporcionando melhor mobilidade e conforto. 2. Normas e Certificações: Produto registrado na ANVISA, com número de registro válido. Atende às exigências das normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Embalagem contendo informações claras sobre o produto, modo de uso, validade e lote. 3. Embalagem: Embalagem resistente, lacrada e inviolável. Identificação do fabricante, lote, data de fabricação e validade.	KI FRAL	UNI	16.750,00	1,45	24.287,50
Valor total do lote: 66.587,70						

LICITAÇÃO: Pregão Eletronico n° 07/2026
VIGÊNCIA: 31/07/2026 a 30/07/2027
FORO: Guarapuava/PR

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:94CB7988

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 535/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º **Lotar** os seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	LOCAL LOTAÇÃO	CARGO	A PARTIR DE:
EVA CAZIUK	991505170	DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS	TÉCNICA EM SEGURANÇA DO TRABALHO	20/05/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 31 de julho de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:C24E0812

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NA_20260725_186338.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UVTRAN até 14/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ACA7766	279370T000017842	08/07/2026	55412
AJI4575	279370T000017982	09/07/2026	55412
ATN8583	279370T000017976	09/07/2026	55412
AUZ8I37	279370T000017972	09/07/2026	55412
AVW1J28	279370T000017973	09/07/2026	55412
AZW4B26	279370T000017841	08/07/2026	55412
BBV5601	279370NIC0008778	03/07/2026	50020
BKW9J85	279370T000017978	09/07/2026	55412
DII4523	279370T000017843	08/07/2026	55412
DZE4145	279370T000017977	09/07/2026	55412
FGR6B22	279370T000017836	08/07/2026	55412
GIR8C45	279370T000017837	08/07/2026	55412
IVI6F01	279370T000017970	09/07/2026	55412
JCC9F43	279370T000017967	22/07/2026	54522
KYF0938	279370T000017975	09/07/2026	55412
LZB4E15	279370T000017980	09/07/2026	55412
MGV3E34	279370T000017849	08/07/2026	55412
MHQ6E04	279370T000017838	08/07/2026	55412
MII8H04	279370NIC0008780	03/07/2026	50020
MKI7408	279370T000017968	09/07/2026	55412
PVX8F12	279370NIC0008779	03/07/2026	50020
QJP5364	279370T000017981	09/07/2026	55412
QOI4A56	279370T000017974	09/07/2026	55412
RAM3G05	279370NIC0008781	03/07/2026	50020
RLF1H36	279370T000017966	22/07/2026	54100
RLF1H36	279370T000017965	22/07/2026	54522
TBZ1H64	279370T000017847	08/07/2026	55412

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:F98421D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NA_20260730_186660.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UVTRAN até 17/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ASX5I94	279370T000017935	13/07/2026	55412
AWP4H63	279370T000017995	11/07/2026	55412
AZA5154	279370T000017924	13/07/2026	55412
BAB3E43	279370T000017928	13/07/2026	55412
BBD1F38	279370T000017989	11/07/2026	55412
DGL3E57	279370T000017929	13/07/2026	55412
DNU8A63	279370T000017932	13/07/2026	55412
ERP0A72	279370NIC0008792	10/07/2026	50020
FCJ8I77	279370T000017987	11/07/2026	55412
JQX2318	279370T000017934	13/07/2026	55412
KWL4641	279370T000017996	11/07/2026	55412
MDY1063	279370T000017993	11/07/2026	55412
NTC3E38	279370T000017930	13/07/2026	55412
PAM2H56	116100T003533138	22/07/2026	76700
QDJ1E38	279370T000018003	11/07/2026	55412
SXC8D07	279370NIC0008793	10/07/2026	50020
TBM0C49	279370T000017933	13/07/2026	55412
TBP9G75	279370NIC0008791	10/07/2026	50020
TPP7J76	279370T000017926	13/07/2026	55412
UBE2D59	279370T000017925	13/07/2026	55412

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:F9A2D5BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NP_20260728_186489.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UVTRAN até 14/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ANX1B07	279370T000016771	05/05/2026	55412	R$ 195,23
APM9788	279370T000016789	05/05/2026	55412	R$ 195,23
AQA3D09	279370T000016781	05/05/2026	55412	R$ 195,23
AVV1J49	279370T000016778	05/05/2026	55412	R$ 195,23
AXB5942	279370T000016767	05/05/2026	55412	R$ 195,23
AXC3541	279370T000016782	05/05/2026	55412	R$ 195,23
BBJ2J00	279370T000016769	05/05/2026	55412	R$ 195,23
BCE7G50	279370T000016777	05/05/2026	55412	R$ 195,23
DGD7J87	279370T000016768	05/05/2026	55412	R$ 195,23
DWJ6281	279370T000016772	05/05/2026	55412	R$ 195,23
HIU9G33	279370T000016788	05/05/2026	55412	R$ 195,23
MGR6I87	279370T000016773	05/05/2026	55412	R$ 195,23
PVX8F12	279370T000016784	05/05/2026	55412	R$ 195,23
QIK8G67	116100T001516383	15/04/2026	54100	R$ 130,16
RAH9A29	279370T000016783	05/05/2026	55412	R$ 195,23
RHN3I87	279370T000016790	05/05/2026	55412	R$ 195,23
SFC9I43	279370T000016780	05/05/2026	55412	R$ 195,23
SFN4E65	279370T000016785	05/05/2026	55412	R$ 195,23

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:3F543553

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NP_20260729_186614.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UVTRAN até 17/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ABO0A64	279370T000016909	09/05/2026	55412	R$ 195,23
AHJ0843	279370T000016800	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AHK7335	279370T000016836	06/05/2026	55412	R$ 195,23
AKT2433	279370T000016797	07/05/2026	55412	R$ 195,23
ANW3I71	279370NIC0008684	05/05/2026	50020	R$ 390,46
ANX1B07	279370T000016821	06/05/2026	55412	R$ 195,23
APV5755	279370T000016798	07/05/2026	55412	R$ 195,23
ARA8J32	279370T000016862	07/05/2026	55412	R$ 195,23
ASF2F33	279370T000016857	07/05/2026	55412	R$ 195,23
ASS8D06	279370NIC0008676	05/05/2026	50020	R$ 390,46
ATA2B10	279370T000016844	08/05/2026	55412	R$ 195,23
ATM3069	279370T000016920	09/05/2026	55412	R$ 195,23
AUE8F11	279370T000016796	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AUF0F99	279370T000016905	08/05/2026	55412	R$ 195,23
AUU4191	279370T000016832	06/05/2026	55412	R$ 195,23
AWX1976	279370T000016839	08/05/2026	55412	R$ 195,23
AWX1976	279370T000016799	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AXB5942	279370T000016818	06/05/2026	55412	R$ 195,23

AXB5942	279370T000016852	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AXD3F73	279370T000016908	09/05/2026	55412	R$ 195,23
AXI1A61	279370T000016906	08/05/2026	55412	R$ 195,23
AYG2J01	279370T000016859	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AYI0756	279370T000016919	09/05/2026	55412	R$ 195,23
AYN6H21	279370T000016913	09/05/2026	55412	R$ 195,23
AZA4729	279370T000016851	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AZA7I93	279370NIC0008689	05/05/2026	50020	R$ 390,46
BAI7J69	279370T000016835	06/05/2026	55412	R$ 195,23
BDB1C70	279370T000016819	06/05/2026	55412	R$ 195,23
BDL6D19	279370T000016863	07/05/2026	55412	R$ 195,23
CNT6B45	279370T000016793	21/05/2026	76332	R$ 293,47
DHF2J16	279370T000016842	08/05/2026	55412	R$ 195,23
DKG1D87	279370NIC0008686	05/05/2026	50020	R$ 390,46
EZH7E73	279370T000016860	07/05/2026	55412	R$ 195,23
FKA5J74	279370T000016916	09/05/2026	55412	R$ 195,23
FSJ0A78	279370T000016846	08/05/2026	55412	R$ 195,23
FTX9H85	279370T000016915	09/05/2026	55412	R$ 195,23
HJI1091	279370T000016911	09/05/2026	55412	R$ 195,23
IGB7381	279370T000016813	06/05/2026	55412	R$ 195,23
IIU3H25	279370T000016914	09/05/2026	55412	R$ 195,23
IXR3A65	279370T000016840	08/05/2026	55412	R$ 195,23
KXT3321	279370T000016849	08/05/2026	55412	R$ 195,23
LOM0777	279370T000016907	08/05/2026	55412	R$ 195,23
LYC6747	279370T000016861	07/05/2026	55412	R$ 195,23
LYQ9966	279370T000016822	06/05/2026	55412	R$ 195,23
MAA9C83	279370T000016795	21/05/2026	55500	R$ 130,16
MDS2D21	279370T000016901	08/05/2026	55412	R$ 195,23
MEH4986	279370T000016817	06/05/2026	55412	R$ 195,23
MIE8509	116100T000711254	18/05/2026	55090	R$ 130,16
MIV9F77	279370T000016848	08/05/2026	55412	R$ 195,23
MLX7J69	279370T000016918	09/05/2026	55412	R$ 195,23
MTY4D63	279370NIC0008679	05/05/2026	50020	R$ 390,46
OQD0F78	279370T000016820	06/05/2026	55412	R$ 195,23
PMR6B02	279370T000016837	06/05/2026	55412	R$ 195,23
PVX8F12	279370T000016824	06/05/2026	55412	R$ 195,23
PYD0H95	279370T000016827	06/05/2026	55412	R$ 195,23
QJW9479	279370T000016838	06/05/2026	55412	R$ 195,23
QNH8B29	279370T000016843	08/05/2026	55412	R$ 195,23
QTL9I48	279370T000016855	07/05/2026	55412	R$ 195,23
RKY5G15	279370NIC0008680	05/05/2026	50020	R$ 260,32
RMN6H84	279370T000016815	06/05/2026	55412	R$ 195,23
RMN6H84	279370NIC0008674	05/05/2026	50020	R$ 390,46
RUS7G08	279370T000016812	06/05/2026	55412	R$ 195,23
RVM3D58	279370T000016923	09/05/2026	55412	R$ 195,23
RYA6E57	279370T000016902	08/05/2026	55412	R$ 195,23
SEC5G58	279370T000016814	06/05/2026	55412	R$ 195,23
SEF8A69	279370NIC0008685	05/05/2026	50020	R$ 390,46
SEI7E42	279370T000016845	08/05/2026	55412	R$ 195,23
SFJ2B20	279370T000016794	21/05/2026	55500	R$ 130,16
TBO0C46	279370T000016903	08/05/2026	55412	R$ 195,23
UBU1I63	279370T000016853	07/05/2026	55412	R$ 195,23

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:E73A5E69



ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

CAMARA DE VEREADORES
DDP-DEMOSTRATIVO DE DESPESA COM PESSOAL

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
AGOSTO/2025 A JULHO/2026														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea														1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LIQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	08/2025	**09/2025**	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**	**01/2026**	**02/2026**	**03/2026**	**04/2026**	**05/2026**	**06/2026**	**07/2026**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	155.772,55	146.697,17	135.757,39	135.757,39	205.540,58	146.862,28	145.302,99	151.722,15	159.490,68	153.914,72	165.464,49	0,00	1.702.282,39	18.948,76
Pessoal Ativo	155.772,55	146.697,17	135.757,39	135.757,39	205.540,58	146.862,28	145.302,99	151.722,15	159.490,68	153.914,72	165.464,49	0,00	1.702.282,39	18.948,76
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	140.212,23	131.531,78	120.592,00	120.592,00	190.375,19	126.568,86	125.046,97	131.392,31	135.260,87	132.872,45	139.849,01	0,00	1.494.293,67	18.948,76
Obrigações Patronais	15.560,32	15.165,39	15.165,39	15.165,39	15.165,39	20.293,42	20.256,02	20.329,84	24.229,81	21.042,27	25.615,48	0,00	207.988,72	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	155.772,55	146.697,17	135.757,39	135.757,39	205.540,58	146.862,28	145.302,99	151.722,15	159.490,68	153.914,72	165.464,49	0,00	1.702.282,39	18.948,76

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	82.569.206,43	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	2.150.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	50.000,00	
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	1.063.660,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI - VII)	79.305.546,43	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	1.721.231,15	2,17%

DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LIQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	08/2025	**09/2025**	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**	**01/2026**	**02/2026**	**03/2026**	**04/2026**	**05/2026**	**06/2026**	**07/2026**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**

LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	4.758.332,79	6%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	4.520.416,15	5,7%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	4.282.499,51	5,4%
Entidades:		
Câmara Municipal de São Jorge D'Oeste		

ELIANE APARECIDA POMPEO DA SILVA:04059520900
Assinado de forma digital por ELIANE APARECIDA POMPEO DA SILVA:04059520900
Dados: 2026.07.23 09:47:10 -03'00'

ROSANE FATIMA LOTTI:02528319932
Assinado de forma digital por ROSANE FATIMA LOTTI:02528319932
Dados: 2026.07.23 09:47:45 -03'00'

Publicado por:
Eliane Aparecida Pompeo da Silva
Código Identificador:61FEFFA4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 1/2026 PROGRAMA MUNICIPAL DE APRENDIZAGEM EDITAL Nº 6/2026 – GABARITO DEFINITIVO

O Prefeito do Município de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, Helio Jose Surdi, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 1/2026, destinado à contratação de aprendizes para formação na função de Assistente Administrativo, **TORNA PÚBLICA** a divulgação do Gabarito Definitivo da prova objetiva, nos seguintes termos:

• GABARITO DEFINITIVO

Fica homologado o Gabarito Definitivo da prova objetiva referente ao Processo Seletivo Simplificado nº 1/2026, conforme abaixo:

1 - C	**2 - C**	**3 - C**	**4 - E**	**5 - A**	**6 - E**	**7 - B**	**8 - E**	**9 - C**	**10 - C**
11 - D	**12 - A**	**13 - Anulada**	**14 - C**	**15 - C**	**16 - B**	**17 - C**	**18 - B**	**19 - Anulada**	**20 - A**

As questões 13 e 19 foram anuladas, sendo-lhes atribuída a respectiva pontuação a todos os candidatos, conforme disposto no Edital de Abertura do Processo Seletivo.

Bom Jesus do Sul-PR, 31 de julho de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

CLAUDERI FARIAS
Presidente da Comissão de Processo Seletivo Público

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:B9613701

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

MANDAGUARI CAMARA MUNICIPAL														
PODER LEGISLATIVO														
ESTADO DO PARANÁ														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JANEIRO A JUNHO 2026/SEMESTRAL JANEIRO-JUNHO														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LIQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (b)**
	Julho 2025	**Agosto 2025**	**Setembro 2025**	**Outubro 2025**	**Novembro 2025**	**Dezembro 2025**	**Janeiro 2026**	**Fevereiro 2026**	**Março 2026**	**Abril 2026**	**Maio 2026**	**Junho 2026**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	272.299,24	220.658,33	223.290,00	219.302,33	236.433,50	322.030,54	241.082,47	275.312,95	241.284,50	252.520,14	242.813,80	336.472,15	3.083.499,95	0,00
Pessoal Ativo	272.299,24	220.658,33	223.290,00	219.302,33	236.433,50	322.030,54	241.082,47	275.312,95	241.284,50	252.520,14	242.813,80	336.472,15	3.083.499,95	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	244.445,92	195.272,87	197.601,78	194.072,87	210.186,65	279.622,04	213.657,06	229.894,63	206.226,07	215.803,57	206.826,07	296.195,05	2.689.804,58	0,00
Obrigações Patronais	27.853,32	25.385,46	25.688,22	25.229,46	26.246,85	42.408,50	27.425,41	45.418,32	35.058,43	36.716,57	35.987,73	40.277,10	393.695,37	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	272.299,24	220.658,33	223.290,00	219.302,33	236.433,50	322.030,54	241.082,47	275.312,95	241.284,50	252.520,14	242.813,80	336.472,15	3.083.499,95	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**236.020.307,17**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	**2.875.000,00**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	**0,00**	**0,00**
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	**2.605.056,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	**230.540.251,17**	**0,00**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	**3.083.499,95**	**1,34**
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**13.832.415,07**	**6,00**
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**13.140.794,32**	**5,70**
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	**12.449.173,56**	**5,40**
Notas Explicativas		

Publicado por:
Claudia Pereira Velasco Lessa
Código Identificador:F98D062F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

CONTABILIDADE
ANEXO II - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO-SUBFUNÇÃO

MUNICIPIO DE MANGUEIRINHA - PR										
CONSOLIDADO										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							Exercício de 2026			
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO										
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JANEIRO A JUNHO / BIMESTRE MAIO - JUNHO										
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c")							R$ 1,00			
FUNCÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	165.621.100,00	232.936.923,98	58.199.720,95	116.858.737,77	100,00	116.078.186,21	29.919.956,77	81.518.100,23	100,00	151.418.823,75
LEGISLATIVA	8.684.380,08	8.684.380,08	941.354,87	2.149.432,69	1,84	6.534.947,39	958.120,72	2.111.924,75	2,59	6.572.455,33
AÇÃO LEGISLATIVA	8.060.500,00	8.045.500,00	845.045,39	1.825.205,83	1,56	6.220.294,17	861.811,24	1.787.697,89	2,19	6.257.802,11
CONTROLE EXTERNO	623.880,08	638.880,08	96.309,48	324.226,86	0,28	314.653,22	96.309,48	324.226,86	0,40	314.653,22
ADMINISTRAÇÃO	29.681.559,92	39.357.284,13	10.354.053,49	21.738.823,81	18,60	17.618.460,32	6.719.806,87	15.614.228,30	19,15	23.743.055,83
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2.797.624,92	2.997.624,92	386.626,79	1.507.620,00	1,29	1.490.004,92	382.119,49	1.502.436,00	1,84	1.495.188,92
ADMINISTRAÇÃO GERAL	21.142.535,00	30.618.259,21	9.297.103,14	18.166.970,21	15,55	12.451.289,00	5.589.516,82	12.083.810,48	14,82	18.534.448,73
CONTROLE INTERNO	285.000,00	285.000,00	34.603,72	101.198,98	0,09	183.801,02	34.757,57	101.198,98	0,12	183.801,02
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	972.000,00	972.000,00	88.736,88	294.586,34	0,25	677.413,66	88.736,88	283.556,51	0,35	688.443,49
NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	1.314.000,00	1.314.000,00	209.615,34	619.141,76	0,53	694.858,24	210.053,99	619.141,76	0,76	694.858,24
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1.678.000,00	1.678.000,00	282.020,12	820.429,27	0,70	857.570,73	283.826,17	820.429,27	1,01	857.570,73
DEMAIS SUBFUNÇÕES	1.492.400,00	1.492.400,00	55.347,50	228.877,25	0,20	1.263.522,75	130.795,95	203.655,30	0,25	1.288.744,70
SEGURANÇA PÚBLICA	165.000,00	165.000,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00
DEFESA CIVIL	165.000,00	165.000,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	8.470.000,00	16.961.959,36	2.920.738,54	5.536.763,60	4,74	11.425.195,76	1.244.120,54	3.594.404,32	4,41	13.367.555,04
ADMINISTRAÇÃO GERAL	478.000,00	478.000,00	54.731,64	197.452,42	0,17	280.547,58	53.945,11	196.665,89	0,24	281.334,11
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	1.207.000,00	1.597.000,00	232.939,32	507.708,92	0,43	1.089.291,08	212.410,46	474.811,16	0,58	1.122.188,84
ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	265.000,00	2.318.917,97	1.685.381,21	1.722.624,64	1,47	596.293,33	10.426,16	43.237,36	0,05	2.275.680,61
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	6.520.000,00	12.568.041,39	947.686,37	3.108.977,62	2,66	9.459.063,77	967.338,81	2.879.689,91	3,53	9.688.351,48
SAÚDE	39.409.460,00	50.989.251,04	9.606.516,11	26.061.368,28	22,30	24.927.882,76	8.549.549,41	24.581.461,16	30,15	26.407.789,88
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.650.000,00	1.650.000,00	118.727,93	505.699,46	0,43	1.144.300,54	125.944,93	505.699,46	0,62	1.144.300,54
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	175.000,00	260.000,00	0,00	56.881,28	0,05	203.118,72	0,00	56.881,28	0,07	203.118,72
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	12.693.140,00	14.850.540,00	2.452.572,47	6.226.099,52	5,33	8.624.440,48	1.725.621,07	5.495.348,12	6,74	9.355.191,88
ATENÇÃO BÁSICA	24.238.320,00	33.244.041,60	7.010.120,49	19.087.210,29	16,33	14.156.831,31	6.672.888,19	18.338.054,57	22,50	14.905.987,03
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	256.000,00	342.757,00	0,00	57.598,02	0,05	285.158,98	0,00	57.598,02	0,07	285.158,98
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	397.000,00	641.912,44	25.095,22	127.879,71	0,11	514.032,73	25.095,22	127.879,71	0,16	514.032,73
FUNCÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
EDUCAÇÃO	36.485.735,00	40.880.610,82	8.112.987,31	25.022.528,85	21,41	15.858.081,97	7.630.187,00	21.455.536,32	26,32	19.425.074,50
ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.295.000,00	2.319.000,00	375.678,26	1.357.619,77	1,16	961.380,23	367.047,02	1.331.751,36	1,63	987.248,64
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
EDUCAÇÃO ESPECIAL	640.000,00	640.000,00	0,00	0,00	0,00	640.000,00	0,00	0,00	0,00	640.000,00
EDUCAÇÃO INFANTIL	8.364.000,00	10.669.129,20	1.034.201,54	6.013.203,47	5,15	4.655.925,73	1.093.210,34	4.296.026,55	5,27	6.373.102,65
ENSINO FUNDAMENTAL	21.175.735,00	23.021.553,62	5.399.131,63	14.662.880,38	12,55	8.358.673,24	5.385.860,54	13.599.687,64	16,68	9.421.865,98
ENSINO SUPERIOR	936.000,00	944.000,00	341.183,76	922.155,74	0,79	21.844,26	330.632,88	760.542,38	0,93	183.457,62
DEMAIS SUBFUNÇÕES	3.050.000,00	3.261.928,00	962.792,12	2.066.669,49	1,77	1.195.258,51	453.436,22	1.467.528,39	1,80	1.794.399,61
CULTURA	250.000,00	398.924,39	43.577,19	155.660,77	0,13	243.263,62	38.709,16	147.686,54	0,18	251.237,85
DEMAIS SUBFUNÇÕES	250.000,00	398.924,39	43.577,19	155.660,77	0,13	243.263,62	38.709,16	147.686,54	0,18	251.237,85
DIREITOS DA CIDADANIA	1.525.000,00	3.989.749,69	1.777.731,83	2.229.690,72	1,91	1.760.058,97	290.865,31	697.767,07	0,86	3.291.982,62
ADMINISTRAÇÃO GERAL	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	1.470.000,00	3.934.749,69	1.777.731,83	2.229.690,72	1,91	1.705.058,97	290.865,31	697.767,07	0,86	3.236.982,62
URBANISMO	14.082.500,00	24.467.147,58	6.434.893,49	9.820.147,43	8,40	14.647.000,15	1.508.438,84	4.461.602,02	5,47	20.005.545,56
INFRA-ESTRUTURA URBANA	4.497.000,00	14.881.647,58	5.352.901,31	6.094.324,84	5,22	8.787.322,74	443.112,96	1.062.964,93	1,30	13.818.682,65
SERVIÇOS URBANOS	9.585.500,00	9.585.500,00	1.081.992,18	3.725.822,59	3,19	5.859.677,41	1.065.325,88	3.398.637,09	4,17	6.186.862,91

GESTÃO AMBIENTAL	127.000,00	127.000,00	44.760,48	62.432,96	0,05	64.567,04	6.991,17	24.574,85	0,03	102.425,15
CONTROLE AMBIENTAL	127.000,00	127.000,00	44.760,48	62.432,96	0,05	64.567,04	6.991,17	24.574,85	0,03	102.425,15
AGRICULTURA	8.042.465,00	23.162.661,02	13.469.159,19	14.838.289,90	12,70	8.324.371,12	511.984,40	1.758.269,64	2,16	21.404.391,38
ADMINISTRAÇÃO GERAL	420.000,00	915.000,00	15.371,20	25.683,10	0,02	889.316,90	6.193,20	16.505,10	0,02	898.494,90
EXTENSÃO RURAL	7.622.465,00	22.247.661,02	13.453.787,99	14.812.606,80	12,68	7.435.054,22	505.791,20	1.741.764,54	2,14	20.505.896,48
INDÚSTRIA	515.000,00	2.481.283,89	881.087,28	909.530,35	0,78	1.571.753,54	398.808,61	427.251,68	0,52	2.054.032,21
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	515.000,00	2.481.283,89	881.087,28	909.530,35	0,78	1.571.753,54	398.808,61	427.251,68	0,52	2.054.032,21
COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.114.000,00	1.114.000,00	139.994,62	435.226,56	0,37	678.773,44	142.167,97	426.166,14	0,52	687.833,86
PROMOÇÃO COMERCIAL	1.114.000,00	1.114.000,00	139.994,62	435.226,56	0,37	678.773,44	142.167,97	426.166,14	0,52	687.833,86
DESPORTO E LAZER	3.503.000,00	5.852.435,00	1.971.070,36	2.919.771,62	2,50	2.932.663,38	418.604,60	1.238.351,23	1,52	4.614.083,77
DESPORTO COMUNITÁRIO	2.803.000,00	5.152.435,00	1.936.070,40	2.884.771,66	2,47	2.267.663,34	408.604,64	1.228.351,27	1,51	3.924.083,73
DEMAIS SUBFUNÇÕES	700.000,00	700.000,00	34.999,96	34.999,96	0,03	665.000,04	9.999,96	9.999,96	0,01	690.000,04
FUNCÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
ENCARGOS ESPECIAIS	10.966.000,00	11.705.236,98	1.501.796,19	4.979.070,23	4,26	6.726.166,75	1.501.602,17	4.978.876,21	6,11	6.726.360,77
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	2.566.000,00	3.305.236,98	379.341,14	1.639.870,87	1,40	1.665.366,11	379.147,12	1.639.676,85	2,01	1.665.560,13
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	8.400.000,00	8.400.000,00	1.122.455,05	3.339.199,36	2,86	5.060.800,64	1.122.455,05	3.339.199,36	4,10	5.060.800,64
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.600.000,00	2.600.000,00	0,00	0,00	0,00	2.600.000,00	0,00	0,00	0,00	2.600.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.600.000,00	2.600.000,00	0,00	0,00	0,00	2.600.000,00	0,00	0,00	0,00	2.600.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------
TOTAL (III) = (I + II)	**165.621.100,00**	**232.936.923,98**	**58.199.720,95**	**116.858.737,77**	**100,00**	**116.078.186,21**	**29.919.956,77**	**81.518.100,23**	**100,00**	**151.418.823,75**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA. Emissão: 31/07/2026, às 10:56:17.										
Nota(s) Explicativa(s):										

Publicado por:
Edinel Salvalaio
Código Identificador:E7F79AC4

CONTABILIDADE
ANEXO VII - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

MUNICIPIO DE MANGUEIRINHA - PR												
CONSOLIDADO												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						Exercício de 2026						
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO												
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
JANEIRO A JUNHO 2026 / MÊS JUNHO 2026												
RREO - Anexo 7 (LRF, art 53, Inciso V)												R$ 1,00
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L=(e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2025 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2025 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIO) (I)	342.442,79	2.255.615,18	2.029.656,12	102.711,33	465.690,52	2.169.024,79	10.108.651,02	6.444.441,56	6.112.948,70	150.256,48	6.014.470,63	6.480.161,15
PODER EXECUTIVO	342.442,79	2.255.615,18	2.029.656,12	102.711,33	465.690,52	2.169.024,79	10.106.351,02	6.442.141,56	6.110.648,70	150.256,48	6.014.470,63	6.480.161,15
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0,00	2.191,30	2.191,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	10.444,17	10.444,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0,00	11.760,89	11.760,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRET. DE OBRAS PUBLICAS, PLANEJ. E PROJETOS	0,00	24.996,90	20.400,71	0,00	4.596,19	998.596,38	326.497,08	405.526,76	405.526,76	0,00	919.566,70	924.162,89
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	32.536,77	32.255,07	0,00	281,70	0,00	108.900,00	108.900,00	108.900,00	0,00	0,00	281,70
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	1.234.006,81	1.163.457,27	0,00	70.549,54	5.102,27	2.474.839,59	2.472.030,00	2.472.030,00	5.174,88	2.736,98	73.286,52
SECRETARIA DE CONTABILIDADE	0,00	6.935,14	6.935,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	10.737,53	253.924,71	239.858,17	645,56	24.158,51	0,00	341.922,74	276.890,69	276.890,69	11.226,00	53.806,05	77.964,56
SECRETARIA DE FINANÇAS	0,00	25.374,37	8.355,95	0,00	17.018,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.018,42
SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO	0,00	47.057,71	47.057,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE POLITICAS AS MULHERES	0,00	5.980,07	5.980,07	0,00	0,00	0,00	12,74	0,00	0,00	12,74	0,00	0,00
SECRETARIA DE SAÚDE	58.560,24	298.250,28	240.024,05	100.000,00	16.786,47	384.245,11	437.265,43	351.606,41	344.706,42	120.056,13	356.747,99	373.534,46
SECRETARIA DE URBANISMO E LIMPEZA PUBLICA	270.033,02	21.612,82	20.290,61	0,01	271.355,22	0,00	340.916,55	336.117,87	11.900,00	0,00	329.016,55	600.371,77
SECRETARIA DE VIAÇÃO E INFRAESTRUTURA RURAL	0,00	66.214,61	23.364,38	17,76	42.832,47	781.081,03	18.839,33	103.438,34	103.438,34	10.347,18	686.134,84	728.967,31

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.112,00	43.900,97	43.370,97	530,00	3.112,00	0,00	3.137.305,88	441.072,44	441.072,44	1.309,18	2.694.924,26	2.698.036,26
SECRETRARIA DE ESPORTE, CULTURA, TURISMO E LAZER	0,00	170.427,66	153.909,66	1.518,00	15.000,00	0,00	2.919.851,68	1.946.559,05	1.946.184,05	2.130,37	971.537,26	986.537,26
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.300,00	2.300,00	2.300,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.300,00	2.300,00	2.300,00	0,00	0,00	0,00
Total (III) = (I + II):	**342.442,79**	**2.255.615,18**	**2.029.656,12**	**102.711,33**	**465.690,52**	**2.169.024,79**	**10.108.651,02**	**6.444.441,56**	**6.112.948,70**	**150.256,48**	**6.014.470,63**	**6.480.161,15**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA. Emissão: 31/07/2026, às 11:06:26.												
Nota(s) Explicativa(s):												

Publicado por:
Edinel Salvalaio
Código Identificador:349F4F40

CONTABILIDADE
ANEXO XIII - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO DE 2026 / BIMESTRE MAIO - JUNHO		
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL (Acumulado até o bimestre)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Constituidos pela SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	151.301.579,64	165.451.100,00	165.451.100,00	165.451.100,00	165.451.100,00	165.451.100,00	165.451.100,00	165.451.100,00	165.451.100,00	165.451.100,00	165.451.100,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)											

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA. Emissão: 31/07/2026, às 13:31:52.

Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Edinel Salvalaio
Código Identificador:3A4E4955

CONTABILIDADE
RREO ANEXO VII - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

MUNICIPIO DE MANGUEIRINHA - PR

CONSOLIDADO

Exercício de 2026

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2026 / MÊS JUNHO 2026

RREO - Anexo 7 (LRF, art 53, Inciso V)

R$ 1,00

	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos					Inscritos					
PODER/ÓRGÃO	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2025 (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a+b) - (c+d)	Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2025 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	Saldo Total L=(e+k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIO) (I)	342.442,79	2.255.615,18	2.029.656,12	102.711,33	465.690,52	2.169.024,79	10.108.651,02	6.444.441,56	6.112.948,70	150.256,48	6.014.470,63	6.480.161,15
PODER EXECUTIVO	342.442,79	2.255.615,18	2.029.656,12	102.711,33	465.690,52	2.169.024,79	10.106.351,02	6.442.141,56	6.110.648,70	150.256,48	6.014.470,63	6.480.161,15
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0,00	2.191,30	2.191,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	10.444,17	10.444,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0,00	11.760,89	11.760,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRET. DE OBRAS PUBLICAS, PLANEJ. E PROJETOS	0,00	24.996,90	20.400,71	0,00	4.596,19	998.596,38	326.497,08	405.526,76	405.526,76	0,00	919.566,70	924.162,89
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	32.536,77	32.255,07	0,00	281,70	0,00	108.900,00	108.900,00	108.900,00	0,00	0,00	281,70
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	1.234.006,81	1.163.457,27	0,00	70.549,54	5.102,27	2.474.839,59	2.472.030,00	2.472.030,00	5.174,88	2.736,98	73.286,52
SECRETARIA DE CONTABILIDADE	0,00	6.935,14	6.935,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	10.737,53	253.924,71	239.858,17	645,56	24.158,51	0,00	341.922,74	276.890,69	276.890,69	11.226,00	53.806,05	77.964,56
SECRETARIA DE FINANÇAS	0,00	25.374,37	8.355,95	0,00	17.018,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.018,42
SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO	0,00	47.057,71	47.057,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE POLITICAS AS MULHERES	0,00	5.980,07	5.980,07	0,00	0,00	0,00	12,74	0,00	0,00	12,74	0,00	0,00
SECRETARIA DE SAÚDE	58.560,24	298.250,28	240.024,05	100.000,00	16.786,47	384.245,11	437.265,43	351.606,41	344.706,42	120.056,13	356.747,99	373.534,46
SECRETARIA DE URBANISMO E LIMPEZA PUBLICA	270.033,02	21.612,82	20.290,61	0,01	271.355,22	0,00	340.916,55	336.117,87	11.900,00	0,00	329.016,55	600.371,77
SECRETARIA DE VIAÇÃO E INFRAESTRUTURA RURAL	0,00	66.214,61	23.364,38	17,76	42.832,47	781.081,03	18.839,33	103.438,34	103.438,34	10.347,18	686.134,84	728.967,31
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.112,00	43.900,97	43.370,97	530,00	3.112,00	0,00	3.137.305,88	441.072,44	441.072,44	1.309,18	2.694.924,26	2.698.036,26
SECRETRARIA DE ESPORTE, CULTURA, TURISMO E LAZER	0,00	170.427,66	153.909,66	1.518,00	15.000,00	0,00	2.919.851,68	1.946.559,05	1.946.184,05	2.130,37	971.537,26	986.537,26
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.300,00	2.300,00	2.300,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.300,00	2.300,00	2.300,00	0,00	0,00	0,00
Total (III) = (I + II):	**342.442,79**	**2.255.615,18**	**2.029.656,12**	**102.711,33**	**465.690,52**	**2.169.024,79**	**10.108.651,02**	**6.444.441,56**	**6.112.948,70**	**150.256,48**	**6.014.470,63**	**6.480.161,15**

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA. Emissão: 31/07/2026, às 11:07:13.

Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Edinel Salvalaio
Código Identificador:45D5F32F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
1º ALTERAÇÃO AO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL – RPPS 2026

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS
1º ALTERAÇÃO AO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL – RPPS 2026
REVISADO CONFORME PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 2314/2026 E 261/2026

INTRODUÇÃO

Em Palmeira, a administração municipal após implantar o Regime Estatutário através da Lei 1.700 de 20/03/1994 criou, através da Lei Municipal 1.701 de 28/03/1994, o Fundo de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Palmeira.

O então Fundo de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Palmeira, comumente chamado "FUNDÃO", foi substituído pelo REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS, autarquia municipal de caráter contributivo e solidário com autonomia administrativa, técnica e financeira, personalidade jurídica de direito público, destinado, especificamente, aos programas de previdência em favor dos servidores públicos do Município de Palmeira, criado pela Lei Municipal 2.404 de 30/09/2005. Tem como finalidade garantir aos seus beneficiários (servidores públicos efetivos da Prefeitura de Palmeira, Câmara Municipal e Autarquias) os meios imprescindíveis para sua manutenção em situações de incapacidade, idade avançada, tempo de contribuição e morte.

Como todo órgão público, o RPPS precisa realizar o Plano de Contratações Anual (PCA), previsto no inciso VII do caput do art. 12 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

METODOLOGIA

Para a criação deste Plano de Contratações Anual foi necessária a atuação de todos os responsáveis diretos pelas atividades da RPPS, com a indicação dos custos estimados para as demandas de sua área.

Para a construção do referido plano foi utilizado como base as despesas realizadas nos exercícios de 2021 a 2025, na Lei Orçamentária Anual de 2025 e nas metas e objetivos específicos de cada setor para o exercício subsequente. Foram incluídas as contratações vigentes e que serão prorrogadas, bem como as novas contratações que se pretende realizar no próximo exercício.

Para cada objeto, estimou-se a previsão de abertura e conclusão do processo de contratação ou renovação e seu valor. Também foram indicadas a natureza da despesa e o grau de prioridade de cada contratação.

EXECUÇÃO E MONITORAMENTO

Em 2026, somente será dado sequência aos processos que tratem de contratações previstas no Plano de Contratações Anual – PCA da autarquia.

Incumbe ao Departamento de Compras e Licitações verificar a referência das demandas no Plano de Contratações Anual - PCA anteriormente à sua formalização.

As demandas que não constarem do Plano de Contratações Anual – PCA, serão devolvidas ao setor requerente com a indicação do impedimento de sua formalização pela ausência de previsão no planejamento anual.

As demandas constantes do Plano de Contratações Anual - PCA serão formalizadas em processo de contratação que deverá respeitar as condições estabelecidas pela Lei 14.133/21, Decreto Municipal nº. 16.059 de 28/03/2023 e demais normas aplicáveis a espécie.

Os valores indicados tratam de apenas de estimativa de preço e poderão sofrer alterações, a fim de se adequar aos estudos preliminares e pesquisa de mercado a serem realizados previamente às novas contratações.

Durante o ano de 2026, o Departamento de Compras e Licitações elaborará nos meses de abril, julho,
setembro e novembro relatórios de riscos referentes à probabilidade de não efetivação da contratação de objetos constantes do Plano de Contratações Anual – PCA até o término do exercício. O relatório será encaminhado à autoridade competente para adoção das medidas de correção pertinentes.

DA DIVULGAÇÃO

O presente Plano de Contratações Anual poderá ser acessado por qualquer interessado através do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (https://pncp.gov.br/app/pca/07681157000179/2026), no Portal da Transparência da autarquia (https://palmeira.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/21/pca) e no site oficial (https://rppspalmeira.com.br/plano-de-contratacao-anual/)

DA REVISÃO E DA ALTERAÇÃO

Durante o ano de sua execução, o Plano de Contratações Anual - PCA poderá ser alterado, por meio de justificativa aprovada pela autoridade competente.

O Plano de Contratações Anual - PCA atualizado e aprovado deverá ser disponibilizado nos mesmos meios indicados no item anterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dúvidas referentes a este documento poderão ser sanadas diretamente com o Departamento de Compras e Licitações do Regime Próprio de Previdência Social, nas horas normais de expediente, através do telefone (42) 3252-6798 ou e-mail: compraselicitacoes@rppspalmeira.com.br.

Palmeira, 27 de julho de 2026.

FRANCINE ALBUQUERQUE CRUZ
Diretora-Presidente do Regime Próprio de Previdência Social de Palmeira/PR

PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL - 2026										
DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO OBJETO	**CONTRATAÇÃO/ RENOVAÇÃO**	**Nº. CONTRATO/ ATA**	**DATA DE VENCIMENTO**	**FORMA DE CONTRATAÇÃO**	**PREVISÃO DE ABERTURA**	**PREVISÃO DE CONCLUSÃO**	**NATUREZA DA DESPESA**	**ESTIMATIVA DE PREÇO**	**GRAU DE PRIORIDADE**	**REALIZADO**
SERVIÇOS DE PERÍCIAS MÉDICAS	RENOVAÇÃO	002/2022	18/01/2025	ADITIVO	DEZEMBRO /24	JANEIRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 20.000,00	ALTA	806/2025
CONSULTORIA E ASSESSORIA ATUARIAL	RENOVAÇÃO	004/2022	20/01/2026	ADITIVO	DEZEMBRO /24	JANEIRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 17.000,00	ALTA	828/2025
ASSESSORIA TÉCNICA E ESPECIALIZADA-ENGENHARIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS E REFORMAS DA SEDE PRÓPRIA	RENOVAÇÃO	003/2022	20/01/2026	ADITIVO	DEZEMBRO	JANEIRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 5.000,00	ALTA	817/2025
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	CONTRATAÇÃO	X	01/02/2026	INEXIGIBILIDADE	JANEIRO	MARÇO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 6.000,00	ALTA	27/2026
SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	CONTRATAÇÃO	X	04/03/2026	INEXIGIBILIDADE	JANEIRO	MARÇO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 8.000,00	ALTA	26/2026
INTERNET	RENOVAÇÃO	001/2022	18/01/2026	ADITIVO	JANEIRO	JANEIRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 2.500,00	ALTA	807/2025
LOCAÇÃO DE IMÓVEL	CONTRATAÇÃO	X	04/02/2026	INEXIGIBILIDADE	JANEIRO	MARÇO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 67.000,00	ALTA	185/2026
SERVIÇOS DE POSTAGEM (CORREIOS)	CONTRATAÇÃO	X	25/03/2026	INEXIGIBILIDADE	JANEIRO	MARÇO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 1.200,00	MÉDIA	79/2026
CREDENCIAMENTO INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	CONTRATAÇÃO	X	X	CREDENCIAME NTO	JANEIRO	DEZEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SEM ÔNUS	ALTA	
CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA CONSELHEIROS E DIRIGENTES	CONTRATAÇÃO	X	X	DISPENSA	JANEIRO	MARÇO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 3.000,00	ALTA	30/2026
VEÍCULO OFICIAL	CONTRATAÇÃO	X	X	PREGÃO	JANEIRO	ABRIL	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	R$ 140.000,00	MÉDIA	48/2026
FILTRO PURIFICADOR DE ÁGUA COMPLETO, COM CAPACIDADE MINÍMA DE 10 LITROS	CONTRATAÇÃO	X	X	DISPENSA	JANEIRO	MARÇO	MATERIAL E EQUIPAMENTO PERMANENTE	R$ 3.000,00	ALTA	11/2026
SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE ALM (ASSET LIABILITY MANAGEMENT)	RENOVAÇÃO	001/2023	13/02/2026	ADITIVO	JANEIRO	FEVEREIRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 8.000,00	ALTA	831/2025
MANUTENÇÃO/TROCA DE EXTINTORES DE INCÊNDIO	CONTRATAÇÃO	X	X	DISPENSA	FEVEREIRO	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 2.000,00	ALTA	2403/2026
SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTAO PÚBLICA	CONTRATAÇÃO	X	25/03/2026	PREGÃO	FEVEREIRO	MARÇO	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	R$ 70.000,00	ALTA	222/2026
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAR CONSULTORIA E CAPACITAÇÃO NA ÁREA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.	CONTRATAÇÃO	X	X	INEXIGIBILIDADE	FEVEREIRO	MARÇO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 20.000,00	ALTA	196/2026
CONSULTORIA E ASSESSORIA DE INVESTIMENTOS	CONTRATAÇÃO	X	03/05/2026	DISPENSA	FEVEREIRO	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 10.800,00	ALTA	257/2026
SERVIÇOS DE CARTÓRIOS	CONTRATAÇÃO	X	30/01/2026	INEXIGIBILIDADE	FEVEREIRO	MARÇO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R$ 4.800,00	ALTA	46/2026
DOMÍNIO “RPPSPALMEIRA.COM.BR”	CONTRATAÇÃO	X	26/03/2026	INEXIGIBILIDADE	FEVEREIRO	MARÇO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 60,00	ALTA	177/2026
HOSPEDAGEM DE SITE	RENOVAÇÃO	003/2023	20/03/2026	ADITIVO	FEVEREIRO	MARÇO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 600,00	ALTA	177/2026
TAXAS DETRAN, LICENCIAMENTO, PRIMEIRO REGISTRO, EMPLACAMENTO,	CONTRATAÇÃO	X	NOVEMBRO	INEXIGIBILIDADE	FEVEREIRO	ABRIL	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA	R$ 500,00	ALTA	51/2026

SEGURO OBRIGATÓRIO							JURÍDICA			
AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA VEÍCULO LEVE - GASOLINA COMUM TIPO C	CONTRATAÇÃO	X	X	DISPENSA	OUTUBRO	DEZEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 6.000,00	MÉDIA	
SOFTWARE PARA OPERACIONALIZAÇÃO DE CÁLCULOS PREVIDENCIÁRIOS	RENOVAÇÃO	005/2022	01/05/2026	ADITIVO	FEVEREIRO	ABRIL	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	R$ 8.000,00	ALTA	42/2026

SERVIÇOS DE CONFRONTAÇÃO MENSAL DOS PARÂMETROS NOS SISTEMAS INFORMATIZADOS	RENOVAÇÃO	002/2023	17/03/2026	ADITIVO	FEVEREIRO	MARÇO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 18.600,00	ALTA	98/2026
MATERIAL DE ESCRITÓRIO, COMO PAPEL SULFITE, AGENDAS, PASTAS, PILHAS, BATERIAS PARA CONTROLES, ENTRE OUTROS DO GENERO	CONTRATAÇÃO	X	X	DISPENSA	MARÇO	JUNHO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00	ALTA	215/2026
AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA	CONTRATAÇÃO	X	X	DISPENSA	MARÇO	JUNHO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 400,00	MÉDIA	239/2026
ANUIDADE - ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DAS ENTIDADES PREVIDENCIÁRIAS DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS – APEPREV	CONTRATAÇÃO	X	01/03/2026	INEXIGIBILIDADE	MARÇO	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 1.500,00	MÉDIA	238/2026
AQUISIÇÃO DE CERTIFICADO DIGITAL E-CNPJ E E-CPF	CONTRATAÇÃO	X	X	DISPENSA	MARÇO	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 700,00	ALTA	91/2026
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO	CONTRATAÇÃO	X	X	DISPENSA	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 50.000,00	ALTA	
OBRAS E REFORMAS NA SEDE PRÓPRIA	CONTRATAÇÃO	X	X	CONCORRÊNCIA	NOVEMBR O	DEZEMBRO	OBRAS E INSTALAÇÕES	R$ 450.000,00	ALTA	

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA AS IMPRESSORAS, COMO TONNER, CILINDROS E CARTUCHOS	CONTRATAÇÃO	X	X	DISPENSA	MAIO	AGOSTO	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00	MÉDIA	23/2026
SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE LIMPEZA, COPA E RECEPCIONISTA	CONTRATAÇÃO	X	21/11/2026	DISPENSA	AGOSTO	NOVEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 50.000,00	ALTA	
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	CONTRATAÇÃO	004/2021	07/10/2026	DISPENSA	JULHO	OUTUBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 6.000,00	ALTA	
AQUISIÇÃO DE MESAS PARA ESCRITÓRIO	CONTRATAÇÃO	X	X	DISPENSA	AGOSTO	NOVEMBRO	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	R$ 8.000,00	BAIXA	
APARELHOS TELEFÔNICOS E TELEFONE WEB	RENOVAÇÃO	001/2025	01/10/2026	ADITIVO	AGOSTO	OUTUBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 2.500,00	MÉDIA	
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PESSOA FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA AUXILIAR NO PROCESSO JUDICIAL Nº 01397-31.2019.8.16.0124	RENOVAÇÃO	003/2025	14/10/2026	ADITIVO	AGOSTO	OUTUBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 24.600,00	ALTA	
AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS	CONTRATAÇÃO	X	16/11/2025	DISPENSA	SETEMBRO	NOVEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 2.500,00	ALTA	
MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E COZINHA	CONTRATAÇÃO	X	X	DISPENSA	SETEMBRO	NOVEMBRO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.000,00	BAIXA	34/2026
LÂMPADAS LED	CONTRATAÇÃO	X	X	DISPENSA	SETEMBRO	NOVEMBRO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 500,00	BAIXA	34/2026
SEGURO VEICULAR NÃO OBRIGATÓRIO	CONTRATAÇÃO	X	X	DISPENSA	OUTUBRO	DEZEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 3.000,00	MÉDIA	

MATERIAL DE INFORMÁTICA/PERIFÉRICOS E PEÇAS PARA CONSERTO	RENOVAÇÃO	X	X	ADITIVO	OUTUBRO	DEZEMBRO	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	R$ 40.000,00	MÉDIA	
CAPACITAÇÕES/CURSOS/CONGRESSOS	CONTRATAÇÃO	X	X	INEXIGIBILIDADE	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 25.000,00	MÉDIA	26/2026 137/2026 157/202
CUSTAS JUDICIAIS	X	X	X	X	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 20.000,00	ALTA	

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E ASSESSORAMENTO TÉCNICO VISANDO À CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL NO PROGRAMA PRÓ-GESTÃO RPPS, INCLUINDO CONSULTORIA ESPECIALIZADA, ELABORAÇÃO DOCUMENTAL, CAPACITAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS, IMPLEMENTAÇÃO DOS REQUISITOS EXIGIDOS PELO PROGRAMA, ACOMPANHAMENTO DAS AUDITORIAS E MANUTENÇÃO DA CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	CONTRATAÇÃO	X	X	DISPENSA	JULHO	OUTUBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 30.000,00	MÉDIA	3677/2026
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE AUDITORIA INDEPENDENTE DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO RPPS, COMPREENDENDO A ANÁLISE DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS, VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL, ADERÊNCIA À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS, AVALIAÇÃO DE RISCOS, EMISSÃO DE PARECERES TÉCNICOS, RECOMENDAÇÕES DE MELHORIA E SUPORTE TÉCNICO E JURIDICO PERANTE OS ÓRGÃOS DE CONTROLE	CONTRATAÇÃO	X	X	DISPENSA	SETEMBRO	DEZEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 30.000,00	ALTA	
ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DO CENSO PREVIDENCIÁRIO, ATUALIZAÇÃO CADASTRAL E PROVA DE VIDA DOS SEGURADOS ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO RPPS, INCLUINDO SISTEMA INFORMATIZADO, COLETA DE DADOS, SANEAMENTO CADASTRAL, VALIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E ENTREGA DA BASE DE DADOS CONSOLIDADA.	CONTRATAÇÃO	X	X	PREGÃO	SETEMBRO	DEZEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	55.000,00	ALTA	
PAGAMENTO DE TAXA DE ORDEM DE TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES – OTA, VISANDO ATENDER ACÓRDÃO 159/2026 DO TCE	X	X	X	INEXIGIBILIDADE	SETEMBRO	DEZEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	120,00	ALTA	

* alterado conforme processos nº 2314/2026 e 261/2026

Publicado por:
Allyne Alves de Paula
Código Identificador:A0094E65

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PITANGA
REPUBLICAÇÃO. DESPESA COM PESSOAL. 2026 1º SEMESTRE

CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGA														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO														
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
07/2025 A 06/2026														
RGF – ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")														R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LIQUIDADAS												**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) [2]**
	Jul/2025	**Ago/2025**	**Set/2025**	**Out/2025**	**Nov/2025**	**Dez/2025**	**Jan/2026**	**Fev/2026**	**Mar/2026**	**Abr/2026**	**Mai/2026**	**Jun/2026**		

DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	481.057,85	380.483,79	384.400,38	387.302,61	406.630,59	539.235,66	358.537,31	417.953,85	411.509,39	400.534,57	382.397,21	384.894,87	4.934.938,08	0,00
Pessoal Ativo	403.508,97	328.784,54	332.701,13	335.603,36	354.931,34	461.686,79	338.386,26	333.631,64	359.272,76	348.297,94	330.160,58	332.658,24	4.259.623,55	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras	363.330,15	288.288,13	292.319,73	295.399,91	314.073,10	391.279,80	292.274,81	287.576,29	312.970,03	301.456,17	283.136,87	285.438,18	3.707.543,17	0,00
Despesas Variáveis														
Obrigações Patronais	40.178,82	40.496,41	40.381,40	40.203,45	40.858,24	70.406,99	46.111,45	46.055,35	46.302,73	46.841,77	47.023,71	47.220,06	552.080,38	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	77.548,88	51.699,25	51.699,25	51.699,25	51.699,25	77.548,87	20.151,05	84.322,21	52.236,63	52.236,63	52.236,63	52.236,63	675.314,53	0,00
Aposentadorias, Reserva e	30.226,58	20.151,05	20.151,05	20.151,05	20.151,05	30.226,57	20.151,05	20.151,05	20.151,05	20.151,05	20.151,05	20.151,05	261.963,65	0,00
Reformas														
Pensões	47.322,30	31.548,20	31.548,20	31.548,20	31.548,20	47.322,30	0,00	64.171,16	32.085,58	32.085,58	32.085,58	32.085,58	413.350,88	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.599,73	2.599,73	2.599,73	2.599,73	2.599,73	5.199,46	20.151,05	- 15.069,51	2.481,81	2.481,81	2.481,81	2.481,81	33.206,89	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração[3]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados4	2.599,73	2.599,73	2.599,73	2.599,73	2.599,73	5.199,46	20.151,05	- 15.069,51	2.481,81	2.481,81	2.481,81	2.481,81	33.206,89	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	478.458,12	377.884,06	381.800,65	384.702,88	404.030,86	534.036,20	338.386,26	433.023,36	409.027,58	398.052,76	379.915,40	382.413,06	4.901.731,19	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	196.492.719,90	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	4.200.000,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) 7	0,00	-
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) 7	2.905.164,00	-
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	189.387.555,90	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	4.901.731,19	2,59%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	11.363.253,35	6%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	10.795.090,69	5,7%
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5,4%	10.226.928,02	5,4%

NOTA:

1. Aplica-se também ao Poder Legislativo esta MEMÓRIA DE CÁLCULO, no entanto, se faz necessário ajustá-la de acordo com o disposto na LRF.

2. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores da coluna: "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)", relativos aos valores inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos. No entanto, excepcionalmente, para o exercício de 2023, considerando que houve ajuste no cálculo desta coluna, estes valores poderão ser divergentes dos apurados em 2022.

3. Na linha denominada "Despesas de exercícios anteriores de período anterior ao da apuração" não serão apresentados valores, tendo em vista que no momento que a entidade efetua o reconhecimento e apropriação de despesas não empenhadas, por meio da utilização das tabelas: DespesaNaoEmpenhada e ApropriacaoDespesaNaoEmpenhada do SIM-AM, estes valores já são incluídos/deduzidos nas respectivas linhas do demonstrativo de acordo com a despesa (Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis; Obrigações Patronais...).

4. A partir de 2021, os valores repassados ao RPPS a título de cobertura de insuficiências financeiras e déficit financeiro, especificamente nas contas cdClasse + cdGrupo + cdSubGrupo + cdTitulo + cdSubtitulo + cdItem + cdSubItem = 3.5.1.3.2.01.01 e 3.5.1.3.2.02.01, serão deduzidos dos valores apurados na linha Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados do quadro da DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF), deste demonstrativo. Destaca-se, ainda, que a partir de 2022 cada poder (executivo e legislativo) deverá efetuar o repassse para cobertura do déficit para possibilitar o ajuste do cálculo.

5. De acordo com o art. 15, da LC 178, o Poder ou órgão cuja despesa total com pessoal ao término do exercício de 2021 estiver acima do limite estabelecido no art 20 da LRF poderá eliminar o excesso à razão de, pelo menos, 10% (dez por cento) a cada exercício a partir de 2023, de forma que, ao final de 2032, cada Poder ou órgão esteja enquadrado nos limites estabelecidos no art. 20 da LRF.

5.1. A verificação da redução será apresentada no demonstrativo do último quadrimestre/semestre de cada ano, a partir de 2023.

5.2. Caso a redução de 10% não tenha sido observada ao final de determinado exercício, aplicam-se as restrições do §3º do art. 23 da LRF. No entanto, havendo a regularização no primeiro ou no segundo quadrimestre do exercício seguinte, as restrições serão suspensas a partir da constatação da redução.

5.3. Caso o Poder ou órgão se enquadre no limite antes do prazo de 10 anos estabelecido pela Lei, eles passarão a observar, no momento do enquadramento, as contagens de prazo e as disposições do art. 23 da LRF.

5.4. O disposto no art. 15 da LC 178/2021 não se aplica aos Poderes ou órgãos que não estiverem com o limite da despesa com pessoal excedido ao final do exercício de 2021. Assim, caso o ente ultrapasse o limite em momento posterior (por exemplo, no primeiro quadrimestre/semestre de 2022) deverá observar as contagens de prazo e as disposições estabelecidas no caput do art. 23 da LRF.

6. A Instrução Normativa TCE/PR 56/2011, a partir de agosto/22, deixa de ser aplicada para fins de apuração do índice de pessoal com base na Instrução Normativa TCE/PR 174/2022, publicada em 16/08/2022 no Diário Eletrônico do TCE-PR.

7. A STN, para 2023, considera a dedução dos recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22, no demonstrativo da despesa de pessoal na linha denominada Indenizações por Demissão e Incentivos à

Demissão Voluntária. No mapeamento da STN esta linha tem a seguinte denominação: Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais. Esta situação está retratada no MAPEAMENTO DOS DEMONSTRATIVOS FISCAIS – 13ª EDIÇÃO - SÍNTESE DAS ALTERAÇÕES - 28/04/2023 - endereço https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:20080. Igualmente para a linha de dedução da RCL, do item de dedução "(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (IV)", que foi renomeado para "(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VI)", no cálculo da "RCL Ajustada para cálculo dos limites da despesa com pessoal", conforme as alterações efetuadas na nova versão do MDF 13ª edição, publicada em 28/04/2023.

Fonte: Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM), Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Dados processados em: 30/07/2026 00:29 | Relatório emitido em: 30/07/2026 10:53

Publicado por:
Iuri de Oliveira
Código Identificador:51D4E58C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO - PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL 2026- ITEM 46

SECRETARIA MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
PALÁCIO RUDISNEY GIMENES DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Nº do Item	Tipo item	Renovação contrato	Descrição sucinta do objeto	Quantidade anual a ser contratada	Estimativa de valor anual da contratação (R$)	Data para contratação ou aquisição	Recursos	Grau de prioridade e contratação ou aquisição	Unidade requisitante	Vinculação ou dependência com outro item	Justificativa da necessidade da contratação
1	Serviço	SIM	Carnaval	4	R$ 1.040.000,00	Jan./26	Fundo /Convenio	Alta	SMTDE	NÃO	Incentivo ao turismo
2	Serviço	NÃO	AB Eventos	Diveros	R$ 55.000,00	Jan./26	Município	Média	SMTDE	NÃO	Locação para eventos
3	Serviço	Não	Agência de Publicidade	1	R$ 150.000,00	Jan./26	Fundo	Alta	SMTDE	Não	Campanhas para o desenvolvimento do turismo.
4	Serviço	NÃO	Seguro Veicular	1	R$ 15.000,00	Jan./26	Município	Alta	SMTDE	Não	Seguro
5	Serviço	Não	Aluguel de Carro	1	R$ 38.160,00	Jan./26	Município	Média	SMTDE	Não	Locomoção da equipe.
6	Serviço	Não	Serviço de Roçada	5	R$ 80.000,00	Jan./26	Município	Alta	SMTDE	Não	Limpeza e conservação de bens públicos.
7	Serviço	NÃO	Locação de Tendas, Palcos, etc.	Diversos	R$ 300.000,00	Jan./26	Fundo/Municipio/Convenio Média		SMTDE	NÃO	Necessidade de estrutura adequada para eventos
8	Serviço	Não	Credenciamento músicos e artistas	Diversos	R$ 50.000,00	Fev./26	Fundo	Média	SMTDE	Não	Necessidade da SMTDE para atender carnaval e festivais.
9	Serviço	Não	Segunda Integra BWT – Edição Paraná	1	R$ 10.000,00	Fev./26	Fundo	Média	SMTDE	Não	Ações de marketing turístico para a Promoção do Município.
10	Consumo	Não	Camisetas	750	R$30.000,00	Fev./ 26	Fundo	Média	SMTDE	Não	Necessidade da SMTDE para atender festivais e caminhadas.
11	Serviço	Não	Agência de turismo	3	R$50.000,00	Fev./26	Fundo	Média	SMTDE	Não	Passagens aéreas para participação em feiras de turismo
12	Serviço	Não	Expo Paraná	1	R$ 35.000,00	Fev./26	Fundo	Média	SMTDE	Não.	Ações de marketing turístico
13	Serviço	Não	Festa do Padroeiro de São José	1	R$150.000,00	Fev./26	Convenio	Média	SMTDE	Não	Turismo Religioso
14	Consumo	Não	Marmitas e Coffee Break	Diversos	R$ 10.000,00	Mar./26	Município	Média	SMTDE	NÃO	Eventos e servidores em serviços extras
15	Serviço	Não	Manutenção de limpeza dos atrativos turísticos	1	R$ 80.000,00	Mar./26	Fundo	Média	SMTDE	Não	Limpeza dos atrativos turísticos: Calçadões, mirantes, ciclorotas,
16	Serviço	NÃO	Locação ambulância	Diversos	R$ 15.000,00	Mar./26	Município	Média	SMTDE	NÃO	Obrigação legal e segurança dos Participantes de eventos
17	Obra	Não	Centro de Informações Turísticas do Guaraguaçu	1	R$ 1.000.000,00	Mar./26	Convênio	Média	SMTDE	Não	Incentivo ao turismo
18	Serviço	Não	Reforma e manutenção em prédios públicos	Diversos	R$ 30.000,00	Mar./26	Município	Média	SMTDE	Não	Necessidades gerais da SMTDE
19	Obra	Não	Trapiche ponta do poço	1	R$ 500.000,00	Mar./26	Fundo	Média	SMTDE	Não	Incentivo ao turismo, para acesso a comunidade do Maciel.
20	Serviço	Não	Credenciamento Oficineiros	Diversos	R$10.000,00	Mar./26	Município	Média	SMTDE	Não	Serviço para atender caminhadas e eventos
21	Serviço	Não	Dedetização e limpeza de caixa de água	Diversos	R$ 5.000,00	Mar/26	Município	Média	SMTDE	Não	Necessidades gerais da SMTDE
22	Consumo	Não	Material Permanente – Áudio e Vídeo	Diversos	R$ 10.000,00	Mar./26	Fundo	Média	SMTDE	Não	Necessidades gerais da SMTDE
23	Serviço	Não	Festival das Cataratas 2025	1	R$ 50.000,00	Abr./26	Fundo	Média	SMTDE	Não	Ações de marketing Turístico para a Promoção do Município
24	Serviço	Não	Credenciamento Manutenção Predial	Divrsos	R$ 20.000,00	Abr./.26	Município	Média	SMTDE	Não	Necessidades gerais da SMTDE
25	Serviço	Não	Festival MPB	1	R$ 100.000,00	Abr./26	Convenio	Média	SMTDE	Não	Incentivo ao turismo
26	Consumo	SIM	Material de Construção	Diversos	R$ 50.000,00	Abr./26	Município	Média	SMTDE	NÃO	Manutenção
27	Serviço	SIM	4º Gastronomusic 1 Fest – Arte, Cultura e Inovação		R$ 250.000,00	Abr/2026	Convénio	Alta	SMTDE	NÃO	Necessidade de estrutura adequada para eventos
28	Serviço	Não	Arraiá Caiçara – Show Musical	1	R$ 240.000,00	Abr./26	Fundo	Média	SMTDE	Não	Festividade importante. Ferramenta para o turismo.
29	Serviço	NÃO	Festival Gastronomia Caiçara	1	R$ 100.000,00	Mai./26	Convênio	Média	SMTDE	NÃO	Prato típico.
30	Serviço	Não	Sebrae	1	R$ 14.000,00	Mai/25	Fundo	Média	SMTDE	Não	Formação de Novo Produtos de Experiência Turística
31	Serviço	Não	Testeiras passarelas balneários	1	R$ 15.000,00	Mai/25	Fundo	Média	SMTDE	Não	Identificação os balneários nas passarelas de

												acesso à praia.
32	Consumo	Não	aquisiçã o de papel A4	6	R$ 1.128,00	Maio/26	Municipio	Média	SMTDE	Não		Material necessário para impressões da SMTDE.
33	Serviço	Não	Agosto Germânico	1	R$ 80.000,00	Jun./26	Convênio	Média	SMTDE	Não		Incentivo ao turismo
34	Serviço	SIM	Festival de Inverno	1	R$ 400.000,00	Ju/26	Convénio	Média	SMTDE	NÃO		Necessidade de estrutura adequada para eventos
35	Serviço	Não	Feiras Internacionais	1	R$ 50.000,00	Jul/25	Fundo	Média	SMTDE	Não		Estratégia de marketing turístico e divulgação do Município.
36	Serviço	NÃO	Paletes	400	R$ 30.000,00	Jul./26	Município	Média	SMTDE	NÃO		Acesso Ambulantes
37	Serviço	NÃO	Uniforme Ambulantes	2.000	R$ 55.000,00	Jul./26	Fundo	Média	SMTDE	NÃO		Padronizações ambulantes
38	Serviço	Não	Escultura Turística	1	R$ 80.000,00	Ago/25	Fundo	Média	SMTDE	Não		Estratégia de marketing turístico e divulgação da fauna local.
39	Serviço	NÃO	WC Container	10	R$ 350.000,00	Set./26	Município	Média	SMTDE	NÃO		Incentivo ao turismo
40	Serviço	NÃO	Decoração Natalina	1	R$ 100.000,00	Out./26	Convenio	Média	SMTDE	NÃO		Incentivo ao turismo
41	Serviço	Não	Contratação de limpeza de sanitários contêineres	1	R$ 180.000,00	Nov/25	Munícipio	Média	SMTDE	Não		Limpeza dos módulos sanitários que atenderão a temporada
42	Serviço	NÃO	Show Musical Aniversário	5	R$ 250.000,00	Nov./26	Convenio	Média	SMTDE	NÃO		Incentivo ao turismo
43	Serviço	NÃO	Show Pirotécnico	6	R$ 400.000,00	Nov./26	Convenio	Média	SMTDE	NÃO		Incentivo ao turismo
44	Serviço	NÃO	Festival Caranguejo	1	R$ 100.000,00	Nov./26	Convenio	Média	SMTDE	NÃO		Festival Caranguejo
45	Serviço	SIM	Locação de Som	Diversos	R$ 200.000,00	Dez./26	Fundo/Mun.	Média	SMTDE	NÃO		Necessidade de estrutura adequada para eventos
46	Serviço	NÃO	SInalização Turística da Estrada Ecológica	1	R$ 150.000	Dez/26	Fundo/Convênio	Alta	SMTDE	NÃO		Incentivo ao turismo
										R$		6.288.288,00

Total Fundo: R$ 2.039.000,00
Total /convênio: R$3.460.000,00
Total município: R$1.469.128,00

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:BE541406

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

CÂMERA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
DESP. PESSOAL

CÂMARA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JULHO/2025 A JUNHO/2026														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LIQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	07/2025	**08/2025**	**09/2025**	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**	**01/2026**	**02/2026**	**03/2026**	**04/2026**	**05/2026**	**06/2026**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	146.471,56	142.830,98	132.658,93	135.357,39	135.357,39	214.254,24	144.467,35	155.846,99	158.252,57	138.406,43	141.322,34	141.841,68	1.787.067,85	0,00
Pessoal Ativo	146.471,56	142.830,98	132.658,93	135.357,39	135.357,39	214.254,24	144.467,35	155.846,99	158.252,57	138.406,43	141.322,34	141.841,68	1.787.067,85	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	124.354,46	120.635,47	111.273,79	113.290,90	113.290,90	181.536,14	121.492,54	133.259,70	135.665,28	115.819,14	118.279,20	118.719,02	1.507.616,54	0,00
Obrigações Patronais	22.117,10	22.195,51	21.385,14	22.066,49	22.066,49	32.718,10	22.974,81	22.587,29	22.587,29	22.587,29	23.043,14	23.122,66	279.451,31	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	146.471,56	142.830,98	132.658,93	135.357,39	135.357,39	214.254,24	144.467,35	155.846,99	158.252,57	138.406,43	141.322,34	141.841,68	1.787.067,85	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	69.566.670,20	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	2.031.700,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	447.744,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI - VII)	67.087.226,20	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	1.787.067,85	2,66%
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	4.025.233,57	6%

CÂMARA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JULHO/2025 A JUNHO/2026														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")													1,00	
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LIQUIDADAS												**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**	
	07/2025	**08/2025**	**09/2025**	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**	**01/2026**	**02/2026**	**03/2026**	**04/2026**	**05/2026**	**06/2026**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)													3.823.971,89	5,7%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)													3.622.710,21	5,4%
Entidades:														
Câmara Municipal de Reserva do Iguaçu														

Publicado por:
Luciano Henrique Padilha
Código Identificador:1E2D9BAF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JULHO/2025 A JUNHO/2026		
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea		1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**	
	LIQUIDADAS	**INSCRITAS EM RESTOS A**

	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	240.312,59	244.367,03	243.970,93	238.650,87	238.650,87	413.695,25	250.837,85	252.426,87	252.151,65	251.123,87	250.691,69	324.598,19	3.201.477,66	0,00
Pessoal Ativo	233.410,61	237.465,05	231.893,87	231.144,99	231.144,99	406.189,37	250.837,85	252.426,87	252.151,65	251.123,87	250.691,69	324.598,19	3.153.079,00	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	207.981,56	211.926,40	206.630,75	205.793,17	205.793,17	357.272,59	218.042,83	219.401,03	219.371,72	219.500,96	217.451,24	296.499,76	2.785.665,18	0,00
Obrigações Patronais	25.429,05	25.538,65	25.263,12	25.351,82	25.351,82	48.916,78	32.795,02	33.025,84	32.779,93	31.622,91	33.240,45	28.098,43	367.413,82	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	6.901,98	6.901,98	12.077,06	7.505,88	7.505,88	7.505,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.398,66	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	240.312,59	244.367,03	243.970,93	238.650,87	238.650,87	413.695,25	250.837,85	252.426,87	252.151,65	251.123,87	250.691,69	324.598,19	3.201.477,66	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	119.373.220,86	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	5.044.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	1.558.424,21	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI - VII)	112.770.796,65	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	3.201.477,66	2,84%

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.766.247,80	6%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	6.427.935,41	5,7%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	6.089.623,02	5,4%
Entidades:		
Câmara Municipal de Tijucas do Sul		

Publicado por:
Marcia Regina Valaski
Código Identificador:40632787